



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

COLEÇÃO DAS LEIS

DE 1957 — VOLUME I

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

LEIS DE JANEIRO A MARÇO

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL
RIO DE JANEIRO — BRASIL — 1957

ÍNDICE

DOS

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

Págs.	Págs.
<p>1 — Decreto Legislativo de 1957 — Aprova a Convenção sobre Assistência Judiciária Gratuita, firmada entre o Brasil e a Bélgica — Publicado no D.O. de 12 de fevereiro de 1957 3</p> <p>2 — Decreto Legislativo de 1957 — Mantém a decisão do Tribunal de Contas, denegatória de registro ao contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a Sociedade Nacional de Construções "SONACO" Ltda. — Publicado no D.O. de 19 de março de 1957 4</p> <p>3.093 — Lei de 2 de janeiro de 1957 — Cria o Quadro Especial (Universidade do Rio Grande do Sul) do Ministério da Educação e Cultura, e dá outras providências — Publicada no D.O. de 3 de janeiro de 1957 . 5</p> <p>3.094 — Lei de 30 de janeiro de 1957 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 65.000.000,00 para auxiliar as construções e ampliações dos Institutos de Educação de Pernambuco, Porto Alegre, Macaé, Rio Grande do Norte, Picos, Belo Horizonte, Bahia, Aracaju e São Paulo, e do Colégio Estadual do Paraná e da Escola Normal Pedro II em Vitória — Publicada no D.O. de 30 de janeiro de 1957 — Retifi-</p>	<p>cada no D.O. de 4 de fevereiro de 1957 8</p> <p>3.095 — Lei de 30 de janeiro de 1957 — Concede ao Instituto de Física Teórica de São Paulo a subvenção anual de Cr\$ 3.000.000,00 — Publicada no D.O. de 30 de janeiro de 1957 — Retificada no D.O. de 4 de fevereiro de 1957 8</p> <p>3.096 — Lei de 30 de janeiro de 1957 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, os créditos especiais, respectivamente, de Cr\$ 5.000.000,00, Cr\$ 5.000.000,00, Cr\$ 2.000.000,00, Cr\$ 1.000.000,00, Cr\$ 5.000.000,00, Cr\$ 1.500.000,00, Cr\$ 2.000.000,00 e Cr\$ 5.000.000,00, para auxiliar as Prefeituras Municipais de Ribeirão Preto, Lorena, Caraguatatuba e São Carlos, no Estado de São Paulo, Montes Claros e Formiga, no Estado de Minas Gerais, Borba, no Estado do Amazonas e Anápolis, no Estado de Goiás — Publicada no D.O. de 30 de janeiro de 1957 — Retificada no D.O. de 4 de fevereiro de 1957 9</p> <p>3.097 — Lei de 31 de janeiro de 1957 — Dispõe sobre as anuidades devidas aos Conselhos de Engenharia e Arquitetura pelos profissionais e firmas que lhes estejam jurisdicionados — Publicada no D.O. de 1 de fevereiro de 1957 10</p>

	Págs.		Págs.
3.098 — Lei de 24 de fevereiro de 1957 — Autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00 para criação de um monumento a Anita Garibaldi, na cidade de Laguna, Estado de Santa Catarina — Publicada no D.O. de 26 de fevereiro de 1957 ...	10	valência entre diversos cursos de grau médio para efeito de matrícula no ciclo colegial e nos cursos superiores — Publicada no D.O. de 2 de março de 1957	12
3.099 — Lei de 24 de fevereiro de 1957 — Determina as condições para o funcionamento de estabelecimento de informações reservadas ou confidenciais, comerciais ou particulares — Publicada no D.O. de 27 de fevereiro de 1957	10	3.105 — Lei de 2 de março de 1957 — Concede isenção de direitos de importação, imposto de consumo e taxas aduaneiras para objetos religiosos provenientes de Nazareth, Palestina, como doação ao XXXVI Congresso Eucarístico Internacional — Publicada no D.O. de 3 de março de 1957	13
3.100 — Lei de 24 de fevereiro de 1957 — Reverte em favor de Marieta Galvão Miranda Corrêa a pensão de que era beneficiária sua falecida irmã Alice Arroxelas Galvão — Publicada no D.O. de 27 de fevereiro de 1957	11	3.106 — Lei de 2 de março de 1957 — Autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial de Cr\$ 500.000,00, destinado a premiar os jangadeiros cearenses Jerônimo Andre de Souza, Raimundo Correia de Lima, Manoel Pereira da Silva, Manoel Lopes Martins e João Batista Pereira, cujos herdeiros — Publicada no D.O. de 3 de março de 1957	13
3.101 — Lei de 24 de fevereiro de 1957 — Cria cargos de Pessoal da Justiça do Trabalho da 2.ª Região — Publicada no D.O. de 27 de fevereiro de 1957 — Retificada no D.O. de 6 de março de 1957	11	3.107 — Lei de 2 de março de 1957 — Concede isenção de direitos, imposto de consumo e taxas aduaneiras para a importação de um trator Ford com vários pertences a uma camioneta Willys, destinados à Associação Evangélica de Catequese dos Índios, com sede em São Paulo, capital do Estado do mesmo nome — Publicada no D.O. de 3 de março de 1957	13
3.102 — Lei de 24 de fevereiro de 1957 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 1.965.747,20, destinado a atender ao pagamento dos débitos contraídos pela 1.ª Inspeção Regional do Serviço de Proteção aos Índios — Publicada no D.O. de 27 de fevereiro de 1957	11	3.108 — Lei de 10 de março de 1957 — Altera o parágrafo único do art. 1.º do Decreto-lei nº 6.450, de 2 de maio de 1944 (regula a construção e a exploração de instalações portuárias rudimentares) — Publicada no D.O. de 11 de março de 1957	14
3.103 — Lei de 24 de fevereiro de 1957 — Concede isenção de todos os direitos de importação, impostos e taxas para um carrilhão de quatro sinos, doado à Prelazia de Foz do Iguaçu, no Estado do Paraná, pelo Revmo. Padre Bernardo Schulte Oversohl de Essen, Alemanha — Publicada no D.O. de 27 de fevereiro de 1957	12	3.109 — Lei de 10 de março de 1957 — Eleva para Cr\$ 1.000.000,00 o limite de Cr\$ 100.000,00 estabelecido no art. 3.º, alínea g, do Decreto-lei nº 3.138, de 14 de abril de 1941 (reorganiza a Administração do Porto do Rio de Janeiro e dá outras providências) — Publicada no D.O. de 11 de março de 1957	14
3.104 — Lei de 1 de março de 1957 — Acrescenta dois itens ao art. 2.º da Lei nº 1.821, de 12 de março de 1953, que dispõe sobre o regime de equi-			

	Págs.		Págs.
3.110 — Lei de 10 de março de 1957 — Concede as pensões especiais de Cr\$ 3.000,00 e ... Cr\$ 3.000,00 mensais a Boreal Pimpão de Sá Nunes e Aurora Dias Fernandes, viúva do escritor Carlos Dias Fernandes — Publicada no D.O. de 11 de março de 1957	15	3.115 — Lei de 16 de março de 1957 — Determina a transformação das empresas ferroviárias da União em sociedades por ações, autoriza a constituição da Rede Ferroviária, S.A. e dá outras providências — Publicada no D.O. de 20 de março de 1957	16
3.111 — Lei de 10 de março de 1957 — Concede a pensão especial de Cr\$ 5.000,00 mensais a Francisca Ruy Barbosa Airosa, viúva de Raul Antônio Airosa e filha do Conselheiro Ruy Barbosa — Publicada no D.O. de 11 de março de 1957	15	3.116 — Lei de 25 de março de 1957 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00, destinado à aquisição de todo o acervo artístico deixado pelo Professor Augusto Giorgio Girardet — Publicada no D.O. de 26 de março de 1957	23
3.112 — Lei de 15 de março de 1957 — Concede a pensão especial de Cr\$ 3.000,00 mensais a Celsina de Azevedo Soares, única descendente do ex-tenente da Guarda Nacional Celso Salatiel de Azevedo Soares — Publicada no D.O. de 18 de março de 1957	15	3.117 — Lei de 25 de março de 1957 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 500.000,00 para auxiliar a realização do 13.º Congresso de Higiene, em Fortaleza, capital do Estado do Ceará — Publicada no D.O. de 26 de março de 1957	23
3.113 — Lei de 15 de março de 1957 — Dispõe sobre a denominação de estabelecimentos bancários — Publicada no D.O. de 18 de março de 1957	16	3.118 — Lei de 25 de março de 1957 — Releva a prescrição em que incorreu o direito à reforma, por incapacidade física, do ex-soldado José Luiz Filho — Publicada no D.O. de 26 de março de 1957	23
3.114 — Lei de 15 de março de 1957 — Isenta de direitos de importação, imposto de consumo e taxas aduaneiras, remédios e objetos vindos dos Estados Unidos da América do Norte e destinados à distribuição pelas Missões dos Padres Redentoristas às populações necessitadas dos Estados do Amazonas, Pará, Mato Grosso e Paraná — Publicada no D.O. de 18 de março de 1957	16	3.119 — Lei de 31 de março de 1957 — Autoriza a União a constituir uma sociedade por ações, que se denominará Sociedade Termoeletrica de Capivari (Sotelca), e dá outras providências — Publicada no D.O. de 2 de abril de 1957	24

ÍNDICE DO APENSO

	Págs.		Págs.
64 — Decreto Legislativo de 1956 — Aprova a Constituição adotada na VI reunião do Comitê Intergovernamental para Migrações Europeias — Publicado no D.O. de 14 de fevereiro de 1957	29	Divisão do Material do Departamento de Administração do Ministério da Agricultura — Publicado no D.O. de 14 de fevereiro de 1956	35
65 — Decreto Legislativo de 1956 — Aprova o termo de contrato celebrado entre a firma I.B.M. World Trade Corporation e a		67 — Decreto Legislativo de 1956 — Aprova o termo aditivo ao contrato celebrado entre o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas e a Sociedade Construtora Bahiana Ltda. —	

	Págs.		Págs.
Publicado no D.O. de 21 de fevereiro de 1957	36	nal, do Projeto que se transformou na Lei n.º 2.975, de 27 de novembro de 1956 — Publicada no D.O. de 28 de fevereiro de 1957	47
68 — Decreto Legislativo de 1955 — Aprova a Convenção relativa à Corporação Financeira Internacional assinada, a 27 de janeiro de 1955, entre o Brasil e os Estados Unidos da América do Norte — Publicado no D.O. de 27 de março de 1957	36	3.052 — Lei de 21 de dezembro de 1956 — Retifica, sem ônus a Lei n.º 2.665, de 6 de dezembro de 1955, a qual estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1956 — Retificada no D.O. de 9 de janeiro de 1957	48
2.973 — Lei de 26 de novembro de 1956 — Partes vetadas pelo Presidente da República e mantidas pelo Congresso Nacional, do projeto que se transformou na Lei n.º 2.973, de 26 de novembro de 1956 — Publicada no D.O. de 26 de fevereiro de 1957	47	3.073 — Lei de 22 de dezembro de 1956 — Autoriza o Governo Federal a auxiliar com a importância de Cr\$ 500.000.000,00 o Governo do Estado do Paraná na realização de novos estudos, prosseguimento, equipamento e tráfego na ligação ferroviária Apucarana-Ponta Grossa — Retificada no D.O. de 7 de janeiro de 1957	48
2.975 — Lei de 27 de novembro de 1956 — Parte vetada pelo Presidente da República e mantida pelo Congresso Nacio-			

Figuram neste volume os decretos legislativos e as leis que, expedidos no primeiro trimestre de 1957, foram publicados no «Diário Oficial» até o segundo dia útil do trimestre seguinte.

As datas de publicação, retificação ou reprodução estão indicadas no índice.

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

DECRETO LEGISLATIVO N.º 1, de 1957

Aprova a Convenção sobre Assistência Judiciária Gratuita, firmada entre o Brasil e a Bélgica.

Art. 1.º É aprovada a Convenção sobre Assistência Judiciária Gratuita, firmada entre o Brasil e a Bélgica na cidade do Rio de Janeiro, a 10 de Janeiro de 1955.

Art. 2.º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 7 de Fevereiro de 1957. — *Apolônio Sales*, Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência.

CONVENÇÃO ENTRE O BRASIL E A BELGICA SOBRE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA.

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil e Sua Majestade o Rei dos Belgas, animados do desejo de assegurar, por meio de um acórdão, a assistência judiciária gratuita recíproca aos seus nacionais, resolveram, com esse objetivo, celebrar uma Convenção de Assistência Judiciária gratuita e, para esse fim, nomearam seus Plenipotenciários, a saber:

O Excelentíssimo Senhor Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil: Sua Excelência o Senhor Raul Fernandes, Ministro de Estado das Relações Exteriores; e

Sua Majestade o Rei dos Belgas: Sua Excelência o Senhor René Van Meerbeke, Embaixador da Bélgica no Rio de Janeiro;

Os quais, depois de haverem trocado seus Plenos Poderes, achados em

bôa e devida forma, convieram no seguinte:

Artigo I

Os nacionais de cada uma das Altas Partes Contratantes gozarão, no território da outra, em igualdade de condições, dos benefícios da assistência judiciária gratuita concedidos aos próprios nacionais, perante a justiça penal, civil, comercial, militar e do trabalho.

Artigo II

No Brasil o pretendente à concessão da assistência judiciária gratuita provará, mediante atestado passado pela autoridade policial ou pelo Prefeito Municipal, que a sua situação econômica não lhe permite pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo de seu próprio sustento e de sua família; no Distrito Federal e nas capitais dos Estados e dos Territórios, o atestado poderá ser expedido pela autoridade expressamente designada pelo Prefeito.

N Bélgica, o pretendente à concessão da assistência judiciária gratuita provará, mediante atestado passado pelo Controlador de Contribuições, que a sua situação econômica não lhe permite pagar as custas do processo e os honorários de advogado. O atestado mencionará os rendimentos do requerente no ano anterior ao da pretensão. Ao atestado se anexará uma declaração feita pelo requerente ao comissário de polícia do lugar em que reside, ou na falta deste, ao burgomestre, indicando os meios de subsistência que possui, além dos rendimentos apontados pelo Controlador de Contribuições, e expondo as modificações dos seus rendimentos, no curso do ano em que o benefício da assistência é pleiteado.

§ 1.º Quando não houver, na localidade, autoridade para expedir o atestado de que trata o presente artigo, valerá, para o mesmo efeito, uma declaração passada pela Repartição consular ou pela Missão diplomática do País do pretendente.

§ 2.º No caso de não residir o requerente no território de qualquer das Altas Partes Contratantes, os documentos justificativos da sua indigência serão aqueles que exija a lei do país em que reside. Se não houver, nesse país, lei reguladora da matéria, ou se não fôr possível conformar-se com a lei existente, o requerente juntará ao seu pedido uma declaração passada perante a Repartição consular do lugar em que reside; dessa declaração constatará a indicação da residência do requerente e a enumeração pormenorizada dos seus meios de subsistência e dos seus encargos.

§ 3.º Se o pretendente não residir no país onde pedir assistência judiciária gratuita, caberá à Repartição consular ou à Missão diplomática do país de destino legalizar, gratuitamente, o atestado passado pela autoridade competente do local da residência do pretendente.

§ 4.º A autoridade a que fôr dirigido um pedido de atestado de pobreza, para os fins do presente artigo, procederá a investigações sobre a situação econômica e financeira do pretendente.

Artigo III

O pedido de assistência judiciária gratuita, que será dirigido, no Brasil,

ao juiz competente do feito de que se trata e, na Bélgica, ao Departamento *Letras do Instituto Nossa Senhora de Assistência Judiciária* do lugar em que a assistência se deva prestar rege-se, até decisão final, inclusive pela lei local, gozando o pretendente das vantagens concedidas por esta última aos seus nacionais.

Artigo IV

Tôdas as decisões, atestados, documentos e atos referentes ao pedido e à concessão da assistência judiciária gratuita serão isentos de custas, taxas ou quaisquer emolumentos.

Artigo V

A presente Convenção será ratificada, depois de preenchidas as formalidades legais de uso, em cada uma das Altas Partes Contratantes, e entrará em vigor um mês após a troca dos respectivos instrumentos de ratificação, a efetuar-se em Bruxelas, no mais breve prazo possível.

Cada uma das Altas Partes Contratantes poderá denunciá-la em qualquer momento, mas os seus efeitos só cessarão três meses depois da denúncia.

Em fé do que, os Plenipotenciários acima nomeados firmaram a presente Convenção e nela apuseram os seus respectivos selos.

Feita na cidade do Rio de Janeiro, aos dez dias de Janeiro de mil novecentos e cinquenta e cinco. — *Raul Fernandes*. — *R. Van Meerbeke*.

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 2, de 1957

Mantém a decisão do Tribunal de Contas, denegatória de registro ao contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a Sociedade Nacional de Construções "SONACO" Ltda.

Art. 1.º — É mantida a decisão por que o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 22 de Dezembro de 1953, denegou registro ao contrato celebrado a 3 de Dezembro do mesmo ano, entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a Sociedade Nacional de Construções "SONACO" Ltda., para construção de um prédio destinado à Agência Postal Telefônica de Santo André, Estado de São Paulo.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 10 de Março de 1957

Senador Apolônio Salles

Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência

LEI N.º 3.093 — DE 2 DE JANEIRO DE 1957

Cria o Quadro Especial (Universidade do Rio Grande do Sul) do Ministério da Educação e Cultura, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Fica criado, na conformidade da tabela anexa e da Lei n.º 2.403, de 13 de janeiro de 1955, o quadro especial (Universidade do Rio Grande do Sul) do Ministério da Educação e Cultura.

§ 1.º O quadro de que trata este artigo será integrado de cargos isolados e de carreira, destinados ao aproveitamento dos funcionários do quadro suplementar estadual da Universidade do Rio Grande do Sul.

§ 2.º VETADO.

§ 3.º VETADO.

§ 4.º VETADO.

§ 5.º VETADO.

Art. 2.º Cabera à Divisão do Pessoal do Ministério da Educação e Cultura por proposta da Universidade do Rio Grande do Sul, providenciar a expedição dos títulos de aproveitamento dos servidores mencionados... VETADO.

Art. 3.º As vagas que ocorrerem no quadro especial (Universidade do Rio Grande do Sul) só poderão ser providas por promoção.

§ 1.º Os cargos isolados serão suprimidos à medida que vagarem.

§ 2.º As carreiras se extinguirão, gradativamente, suprimindo-se, à proporção que vagarem, os cargos de menor vencimento.

Art. 4.º Para atender às despesas decorrentes desta lei, é o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 6.831.000,00 (seis milhões, oitocentos e trinta e um mil cruzeiros) assim discriminados:

Cr\$

Pessoal Permanente:

Vencimentos, inclusive abono especial temporário	5.507.160,00
Abono de emergência	1.323.840,00
Total	6.831.000,00

Parágrafo único. VETADO.

Art. 5.º VETADO.

Art. 6.º VETADO.

Rio de Janeiro, 2 de janeiro de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK

Clovis Salgado

José Maria Alkmim

TABELA DE QUE TRATA ESTA LEI

Ministério da Educação e Cultura

Quadro Especial (Universidade do Rio Grande do Sul)

Número de cargos	Carreira ou Cargo	Classe ou Padrão	Excedentes
	<i>a) Cargos Isolados</i>		
1	Arquivista	K	
2	Artífice	G	
1	Assistente	K	
1	Enfermeiro	G	
—	VETADO	VETADO	
1	Motorista	F	
6	Trabalhador	F	
	<i>b) Carreiras</i>		
	<i>Almozarife</i>		
1	K	
1	I	
—	<i>Astrônomo</i>		
—	VETADO	VETADO
1	N	—
1	L	—
2			VETADO
	<i>Bibliotecário</i>		
VETADO	VETADO	
VETADO	VETADO	
VETADO			
	<i>Contador</i>		
1	M	
2	L	
—	<i>Continuo</i>		
3	G	
5	F	
10	E	
—	<i>Inspetor de Alunos</i>		
6	H	
2	G	

Número de cargos	Carreira ou Cargo	Classe ou Padrão	Excedentes
<i>Oficial Administrativo</i>			
—	N	1
4	M	—
2	L	—
—	VETADO	VETADO
1	J	—
—	VETADO	VETADO
3	H	—
—			—
10			VETADO
<i>Servente</i>			
1	E	
2	D	
14	C	
2	B	
—			
19			
<i>Técnico de Laboratório</i>			
3	M	
VETADO	VETADO	
5	K	
6	J	
VETADO	VETADO	
—			
VETADO			
<i>Zelador</i>			
—	K	1
3	H	—
1	G	—
2	F	—
—			—
6			1

LEI N.º 3.094 — DE 30 DE JANEIRO DE 1957

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 65.000.000,00 para auxiliar as construções e ampliações dos Institutos de Educação de Pernambuco, Pôrto Alegre, Maceió, Rio Grande do Norte, Picos, Belo Horizonte, Bahia, Aracaju e São Paulo e do Colégio Estadual do Paraná e da Escola Normal Pedro II, em Vitória.

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, parte final, da Constituição Federal, a seguinte lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 65.000.000,00 (sessenta e cinco milhões de cruzeiros), para auxiliar as construções e ampliações dos Institutos de Educação, Colégio Estadual e Escola Normal com as seguintes importâncias:

	Cr\$
a) Instituto de Educação do Estado de Pernambuco	10.000.000,00
b) Instituto de Educação de Pôrto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul	10.000.000,00
c) Instituto de Educação de Maceió, no Estado de Alagoas	5.000.000,00
d) Instituto de Educação do Rio Grande do Norte, Estado do Rio Grande do Norte	5.000.000,00
e) Instituto de Educação de Picos, no Estado do Piauí ...	5.000.000,00
f) Instituto de Educação de Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais	5.000.000,00
g) Instituto de Educação da Bahia, no Estado da Bahia	5.000.000,00
h) Instituto de Educação de Aracaju, no Estado de Sergipe	5.000.000,00
i) Colégio Estadual do Paraná, em Curitiba, Estado do Paraná	5.000.000,00
j) Instituto de Educação de São Paulo	5.000.000,00
k) Escola Normal Pedro II, em Vitória, Estado do Espírito Santo	5.000.000,00

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 30 de janeiro de 1957.

Apolônio Salles

Vice-Presidente do Senado

LEI N.º 3.095 — DE 30 DE JANEIRO DE 1957

Concede ao Instituto de Física Teórica de São Paulo a subvenção anual de Cr\$ 3.000.000,00.

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, parte final, da Constituição Federal, a seguinte lei:

Art. 1.º É concedida ao Instituto de Física Teórica de São Paulo, pelo prazo de 5 (cinco) anos, a subvenção anual de Cr\$ 3.000.000,00 (três milhões de cruzeiros).

Art. 2.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 3.000.000,00 (três milhões de cruzeiros) para atender ao pagamento, no exercício de 1956, da subvenção de que trata o art. 1.º.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 30 de janeiro de 1957.

Apolônio Salles

Vice-Presidente do Senado

LEI N.º 3.096 — DE 30 DE JANEIRO DE 1957

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, os créditos especiais, respectivamente, de Cr\$ 5.000.000,00, Cr\$ 5.000.000,00, Cr\$ 2.000.000,00, Cr\$ 1.000.000,00, Cr\$ 5.000.000,00, Cr\$ 1.500.000,00, Cr\$ 2.000.000,00 e Cr\$ 5.000.000,00, para auxiliar as Prefeituras Municipais de Ribeirão Preto, Lorena, Caraguatatuba e São Carlos, no Estado de São Paulo, Montes Claros e Formiga, no Estado de Minas Gerais, Borba, no Estado do Amazonas e Anápolis, no Estado de Goiás.

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, parte final, da Constituição Federal, a seguinte lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, os créditos especiais, respectivamente, de Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros), Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros), Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros, Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros), Cr\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil cruzeiros), Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros) Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros) para auxiliar as seguintes Prefeituras Municipais em seus festejos de comemorações:

	Cr\$
1) à Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto, no Estado de São Paulo, pelo primeiro centenário de fundação daquela cidade	5.000.000,00
2) à Prefeitura Municipal de Montes Claros, no Estado de Minas Gerais, pelo centenário de fundação daquela cidade a ocorrer em 3 de julho de 1957	5.000.000,00
3) à Prefeitura Municipal de Formiga, no Estado de Minas Gerais, pelo aniversário de fundação daquela cidade, ocorrido em 6 de junho de 1956	2.000.000,00
4) à Prefeitura Municipal de Borba, no Estado do Amazonas, pelo segundo centenário de fundação daquela cidade a transcorrer em 30 de junho de 1956	1.000.000,00
5) à Prefeitura Municipal de Lorena, no Estado de São Paulo, pelo centenário de fundação daquela cidade, a transcorrer no corrente ano	5.000.000,00
6) à Prefeitura Municipal de Caraguatatuba, no Estado de São Paulo, pelo centenário de fundação daquela cidade, a transcorrer no corrente ano	1.500.000,00
7) à Prefeitura Municipal de Anápolis, no Estado de Goiás pelo cinqüentenário de fundação daquela cidade	2.000.000,00
8) à Prefeitura Municipal de São Carlos, no Estado de São Paulo, pelo centenário de fundação daquela cidade	5.000.000,00

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 30 de janeiro de 1957.

Apolônio Salles
Vice-Presidente do Senado

LEI N.º 3.097 — DE 31 DE JANEIRO
DE 1957

Dispõe sobre as anuidades devidas aos Conselhos de Engenharia e Arquitetura pelos profissionais e firmas que lhes estejam jurisdicionados.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º As anuidades devidas aos Conselhos de Engenharia e Arquitetura pelos profissionais e firmas que lhes estejam jurisdicionados, previstas nos arts. 21 e 22 do Decreto-lei n.º 8.620, de 10 de janeiro de 1946, passam a ser as seguintes:

	Cr\$
Profissionais	200,00.
Firmas individuais	800,00
Firmas coletivas:	
Com capital realizado até Cr\$ 1.000.000,00	1.500,00
Com capital realizado superior a Cr\$ 1.000.000,00	3.000,00

Art. 2.º Os Conselhos Regionais de Engenharia e Arquitetura cobrarão as seguintes taxas:

- pela expedição ou substituição de carteira profissional ou de carteira de autorização — Cr\$ 250,00;
- pela renovação anual das licenças precárias — Cr\$ 500,00;
- por certidão referente à anotação de técnico responsável ou de registro de firma — Cr\$ 250,00.

Parágrafo único. São majoradas em 300 % (trezentos por cento) as multas fixadas pela legislação vigente, por infração de suas determinações.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 31 de janeiro de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE.

Clóvis Salgado.

Parsifal Barroso.

LEI N.º 3.098 — DE 24 DE FEVEREIRO
DE 1957

Autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial de Cr\$. 1.000.000,00 para ereção de um monumento a Anita Garibaldi, na cidade de Laguna, Estado de Santa Catarina.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir o crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros) para ereção de um monumento a Anita Garibaldi, na cidade de Laguna, Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. O monumento, que a representará, em atitude heroica, deverá ter, na base, local apropriado para lhe guardar os restos mortais.

Art. 2.º Para trasladação dos restos mortais de Anita Garibaldi, o Poder Executivo reservará parte do crédito de que trata o art. 1.º

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE.

José Maria Alkmim.

LEI N.º 3.099 — DE 24 DE FEVEREIRO
DE 1957

Determina as condições para o funcionamento de estabelecimento de informações reservadas ou confidenciais, comerciais ou particulares.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Os estabelecimentos de informações reservadas ou confidenciais, comerciais ou particulares, só poderão funcionar depois de registrados nas Juntas Comerciais dos seus Estados ou Territórios, com observância de todas as formalidades legais.

Art. 2.º As informações serão sempre prestadas por escrito em papel que contenha impressos o nome do estabelecimento, o da sociedade e, por extenso, o de um gerente ou diretor, pelo menos.

Art. 3.º A observância das disposições contidas nesta lei não exime os interessados do cumprimento de quaisquer outras exigências legais.

Art. 4.º Os estabelecimentos, já em funcionamento, terão o prazo improrrogável de 90 (noventa) dias para regularizar sua situação.

Art. 5.º Os estabelecimentos autorizados a funcionar fornecerão à Polícia (à Superintendência da Ordem Política e Social e à Chefia do Departamento de Investigações, onde existirem), todas as informações que lhes forem solicitadas.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 24 de fevereiro de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

Nereu Ramos

Parsifal Barroso

LEI N.º 3.100 — DE 24 DE FEVEREIRO DE 1957

Reverte em favor de Marieta Galvão Miranda Corrêa a pensão de que era beneficiária sua falecida irmã Alice Arroxelas Galvão.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Reverte em favor de Marieta Galvão Miranda Corrêa, a pensão de que era beneficiária sua falecida irmã Alice Arroxelas Galvão.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 24 de fevereiro de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

José Maria Alkmim

LEI N.º 3.101, — DE 24 DE FEVEREIRO DE 1957

Cria cargos no Quadro do Pessoal da Justiça do Trabalho da 2.ª Região

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Ficam criados no Quadro do Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 2.ª Região, os seguintes cargos:

Cargos isolados de provimento efetivo

Número de Cargos	Cargos	Padrão
3	Chefe de Secretaria de Junta da Capital ..	N
3	Oficial de Justiça de Junta da Capital	I
3	Porteiro de Auditório de Junta da Capital..	H

Cargos de carreira

Número de Cargos	Cargos	Classe
6	Oficial Judiciário	H
12	Auxiliar Judiciário.....	E
6	Servente	C

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 24 de fevereiro de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

Nereu Ramos

LEI N.º 3.102 — DE 24 DE FEVEREIRO DE 1957

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 1.965.747,20, destinado a atender ao pagamento dos débitos contraiados pela 1.ª Inspeção Regional do Serviço de Proteção aos Índios.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da

Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 1.965.747,20 (um milhão, novecentos e sessenta e cinco mil, setecentos e quarenta e sete cruzeiros e vinte centavos), destinado a atender ao pagamento dos débitos contraídos pela 1.ª Inspetoria Regional do Serviço de Proteção aos Índios, na praça de Manaus, Estado do Amazonas, nos exercícios de 1945, 1946 e 1947.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 24 de fevereiro de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República

JUSCELINO KUBITSCHEK

Mario Meneghetti

José Maria Alkmim

LEI N.º 3.103 — DE 24 DE FEVEREIRO DE 1957

Concede isenção de todos os direitos de importação, impostos e taxas para um carrilhão de quatro sinos, doado à Prelazia de Foz do Iguaçu, no Estado do Paraná, pelo Revmo. Padre Bernardo Schulte Oversohl, de Essen, Alemanha.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É concedida isenção de todos os direitos de importação, impostos e taxas, exceto os de previdência social, para um carrilhão de quatro sinos, doado à Prelazia de Foz do Iguaçu, no Estado do Paraná, pelo Revmo. Padre Bernardo Schulte Oversohl, de Essen, Alemanha, a fim de ser instalado na Catedral de Laranjeiras do Sul, pertencente à mesma Prelazia.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 24 de fevereiro de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK.

José Maria Alkmim.

LEI N.º 3.104 — DE 1 DE MARÇO DE 1957

Acrescenta dois itens ao art. 2.º da Lei n.º 1.821, de 12 de março de 1953, que dispõe sobre o regime de equivalência entre diversos cursos de grau médio para efeito de matrícula no ciclo colegial e nos cursos superiores.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º São acrescentados ao art. 2.º da Lei n.º 1.821, de 12 de março de 1953, os seguintes itens:

"Art. 2.º

VI — Cursos de Formação de Oficiais, ministrados pelas Polícias Militares das unidades federadas, desde que:

a) tenham duração mínima de 3 (três) anos;

b) constem do seu currículo 5 (cinco) disciplinas do curso colegial entre as quais português e francês ou inglês, lecionados, pelo menos, durante 2 (dois) anos;

c) exijam para matrícula o diploma de curso ginasial federal, equiparado ou reconhecido.

VII Cursos ministrados em institutos idôneos de país estrangeiro, equivalentes aos do segundo ciclo da atual legislação brasileira, desde que preenchidas as seguintes condições:

a) Vetado ... diplomas ou certificados expedidos pelos respectivos estabelecimentos de ensino de grau médio;

b) cumprimento das exigências de adaptação relativamente ao plano de estudos da lei que dispuser sobre o ensino médio brasileiro;

c) prestação de exames complementares em estabelecimento federal ou equiparado sobre os programas dos 2 (dois) ciclos de Português, História do Brasil e Geografia do Brasil".

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 1 de março de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

Nereu Ramos

Clóvis Salgado

LEI N.º 3.105 — DE 2 DE MARÇO DE 1957

Concede isenção de direitos de importação, imposto de consumo e taxas aduaneiras para objetos religiosos provenientes de Nazareth, Palestina, como doação ao XXXVI Congresso Eucarístico Internacional.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É concedida isenção de direitos de importação, imposto de consumo e taxas aduaneiras para os seguintes objetos religiosos, provenientes de Nazareth, Palestina como doação ao XXXVI Congresso Eucarístico Internacional, vindos pelo vapor "Waterland", entrado no porto do Rio de Janeiro, em 28 de junho de 1955:

- 120 crucifixos de metal;
- 120 crucifixos de madeira e metal;
- 40 imagens de metal;
- 20 imagens de madeira, e
- 500 rosários.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 2 de março de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

José Maria Alkmim

LEI N.º 3.106 — DE 2 DE MARÇO DE 1957

Autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial de Cr\$ 500.000,00, destinado a premiar os jangadeiros cearenses Jerônimo André de Souza, Raimundo Correia de Lima, Manoel Pereira da Silva, Manoel Lopes Martins e João Batista Pereira, ou seus herdeiros.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros), destinados a premiar os jangadeiros cearenses que empreenderam o primeiro raid Fortaleza-Porto Alegre, Jerônimo André de Souza, Raimundo Correia de Lima, Manoel Pereira da Silva, Manoel Lopes Martins e João Batista Pereira, ou seus herdeiros.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 2 de março de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

José Maria Alkmim

LEI N.º 3.107 — DE 2 DE MARÇO DE 1957

Concede isenção de direitos, imposto de consumo e taxas aduaneiras para a importação de um trator Ford com vários pertences e uma camioneta Willys, destinados à Associação Evangélica de Catequese dos Índios, com sede em São Paulo, capital do Estado do mesmo nome.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É concedida isenção de direitos, imposto de consumo e taxas aduaneiras, exceto a de previdência social, para a importação dos Estados Unidos da América do Norte, à Associação Evangélica de Catequese dos

Índios, com sede em São Paulo, capital do Estado do mesmo nome, dos seguintes veículos e seus pertences, embarcados para o porto de Santos, naquele Estado, conforme licença de importação concedida pela Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil S. A. de números, respectivamente, DG-55/25237-25298 e DG-55/25238-25299, de 17 de agosto de 1955:

1 trator Ford NAA New, com 4 pneus, sendo trazeiros 100028 e dianteiros 55016, de 4 lonas, acompanhado dos seguintes implementos:

- 1 arado com dois discos n.º 10.203
- 1 enxada rotativa n.º 13-52
- 1 rastelo n.º 11-139
- 1 plantadeira Covington (Set) TP 46
- 1 cultivadeira n.º 13-1
- 1 camioneta 1954 Willys 4 WD (Truck) Serial n.º 454-EC2-5048 motor n.º IT-47.710 equipada com 5 pneus lameiro, 4 lonas (700/15).

Parágrafo único. Os veículos de que trata este artigo serão utilizados no serviço de formação de lavoura e transporte para assistência médica e de lavoura da Missão mantida pela entidade em Dourados, no Estado de Mato Grosso.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 2 de março de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHER.

José Maria Alkmim.

LEI N.º 3.108 — DE 10 DE MARÇO DE 1957

Altera o parágrafo único do art. 1.º do Decreto-lei n.º 6.460, de 2 de maio de 1944 (Regula a construção e a exploração de instalações portuárias rudimentares).

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O parágrafo único do artigo 1.º do Decreto-lei n.º 6.460, de 2 de maio de 1944 (regula a construção e a exploração de instalações

portuárias rudimentares), passa a ter a seguinte redação:

“Art. 1.º

Parágrafo único. As instalações portuárias cujo orçamento exceder da quantia estipulada neste artigo ou que, em 2 (dois) anos consecutivos, acusar movimentação de mercadorias superior a 150.000 (cento e cinquenta mil) toneladas anuais, passarão, mediante ato do Poder Executivo, ao regime do Decreto n.º 24.599, de 6 de julho de 1934”.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 10 de março de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHER

Lúcio Meira

LEI N.º 3.109 — DE 10 DE MARÇO DE 1957

Eleva para Cr\$ 1.000.000,00 o limite de Cr\$ 100.000,00 estabelecido no art. 3.º, alínea g, do Decreto-lei n.º 3.198, de 14 de abril de 1941 (reorganiza a Administração do Porto do Rio de Janeiro e dá outras providências).

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica elevado para Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros) o limite de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros) estabelecido no artigo 3.º, alínea g, do Decreto-lei número 3.198, de 14 de abril de 1941 (reorganiza a Administração do Porto do Rio de Janeiro e dá outras providências).

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 10 de março de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHER

Lúcio Meira

José Maria Alkmim

LEI N.º 3.110 — DE 10 DE
MARÇO DE 1957

Concede as pensões especiais de Cr\$ 3.000,00 e Cr\$ 3.000,00 mensais a Boreal Pimpão de Sá Nunes e Aurora Dias Fernandes, viúva do escritor Carlos Dias Fernandes.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' concedida, a contar de fevereiro de 1955, a Boreal Pimpão de Sá Nunes, a pensão especial de Cr\$ 3.000,00 (três mil cruzeiros) mensais).

Art. 2.º Igual pensão é concedida a Aurora Dias Fernandes, viúva do escritor Carlos Dias Fernandes, a partir da vigência da presente lei.

Art. 3.º Para pagamento da pensão de que trata o art. 1.º desta lei, relativo ao exercício de 1955, é o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 33.000,00 (trinta e três mil cruzeiros).

Art. 4.º A despesa com o pagamento das pensões a que se refere a presente lei, correrá à conta da dotação orçamentária do Ministério da Fazenda, destinada aos pensionistas da União.

Art. 5.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 10 de março de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE
José Maria Alkmim

LEI N.º 3.111 — DE 10 DE
MARÇO DE 1957

Concede a pensão especial de Cr\$ 5.000,00 mensais a Francisca Ruy Barbosa Airosa, viúva de Raul Antônio Airosa e filha do Conselheiro Ruy Barbosa.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É concedida a pensão especial de Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros) mensais a Francisca Ruy Barbosa Airosa, viúva de Raul Antônio

Airosa e filha do Conselheiro Ruy Barbosa, a partir de 1 de janeiro de 1955, a qual será paga enquanto viver a pensionista.

Art. 2.º O pagamento da pensão de que trata o art. 1.º desta lei correrá à conta da dotação orçamentária do Ministério da Fazenda, destinada aos pensionistas da União.

Art. 3.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$... 60.000,00 (sessenta mil cruzeiros) para ocorrer ao pagamento da pensão concedida pela presente lei, relativa ao exercício de 1955.

Art. 4.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 10 de março de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE
José Maria Alkmim

LEI N.º 3.112 — DE 15 DE MARÇO
DE 1957

Concede a pensão especial de Cr\$ 3.000,00 mensais a Celsina de Azevedo Soares, única descendente do ex-tenente da Guarda Nacional Celso Salatiel de Azevedo Soares.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É concedida a pensão especial de Cr\$ 3.000,00 (três mil cruzeiros) mensais a Celsina de Azevedo Soares, filha única de Celso Salatiel de Azevedo Soares, ex-tenente da Guarda Nacional.

Art. 2.º Cessará a pensão pelo falecimento da pensionada ou no caso de contrair núpcias.

Art. 3.º O pagamento da pensão concedida no art. 1.º correrá à conta da verba orçamentária do Ministério da Fazenda, destinada aos pensionistas da União.

Art. 4.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 15 de março de 1957, 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE
José Maria Alkmim.

LEI N.º 3.113 — DE 15 DE MARÇO
DE 1957

Dispõe sobre a denominação de estabelecimentos bancários.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Nenhum estabelecimento bancário privado poderá usar em sua denominação a palavra "central".

Art. 2.º Os estabelecimentos bancários cuja denominação contrarie esta proibição ficam obrigados a promover a modificação respectiva dentro em 60 (sessenta) dias da vigência desta lei.

Parágrafo único. Os estabelecimentos bancários a que se refere este artigo poderão, durante o prazo de 90 (noventa) dias da publicação do ato que aprovar a modificação, usar em seus impressos e anúncios, em seguida ao novo nome, o nome anterior, precedido da palavra "antigo".

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 15 de março de 1957, 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK.

José Maria Alkmim.

LEI N.º 3.114 — DE 15 DE MARÇO
DE 1957

Isenta de direitos de importação, imposto de consumo e taxas aduaneiras, remédios e objetos vindos dos Estados Unidos da América do Norte e destinados à distribuição pelas Missões dos Padres Redentoristas às populações necessitadas dos Estados do Amazonas, Pará, Mato Grosso e Paraná.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É concedida isenção de direitos de importação, imposto de consumo e taxas aduaneiras, exclusive a de previdência social, para remédios e objetos doados por pessoa física ou jurídica domiciliada no estrangeiro, despachados como bagagem, destinados à distribuição às populações necessitadas dos Estados do Amazonas, Pará, Mato Grosso e Paraná pelas Missões dos Padres Redentoristas, localizadas nesses Estados.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 15 de março de 1957, 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK.

José Maria Alkmim.

LEI N.º 3.115 — DE 16 DE MARÇO DE 1957

Determina a transformação das empresas ferroviárias da União em sociedades por ações. autoriza a constituição da Rede Ferroviária S.A., e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a constituir, nos termos da presente lei, uma sociedade por ações sob a denominação de Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima (R.F.F.S.A.), à qual serão incorporadas as estradas de ferro de propriedade da União e por ela administradas, assim como as que venham a ser transferidas ao domínio da União, ou cujos contratos de arrendamento sejam encampados ou rescindidos.

Art. 2.º O Presidente da República designará, por decreto, o representante da União nos atos constitutivos da R.F.F.S.A., o qual promoverá:

a) a avaliação dos bens e direitos arrolados para constituírem o capital da União;

b) a organização dos Estatutos da Sociedade;

c) o plano de transferência dos serviços que tenham de passar do Ministério da Viação e Obras Públicas para a R.F.F.S.A.

§ 1.º A R.F.F.S.A. será constituída em sessão pública no Ministério da Viação e Obras Públicas e de cuja ata deverão constar os Estatutos aprovados, o histórico, bem como o resumo dos atos constitutivos.

§ 2.º Os atos constitutivos da Sociedade e os seus Estatutos serão aprovados por decreto do Poder Executivo, sendo arquivada no Departamento Nacional da Indústria e Comércio a cópia da ata, devidamente autenticada.

§ 3.º Uma vez aprovada a constituição da Sociedade, ser-lhe-ão transferidas, automaticamente, tôdas as dotações orçamentárias destinadas às entidades a ela incorporadas.

Art. 3.º Nos Estatutos da R.F.F.S.A., bem como nos das sociedades que vier a organizar, serão observadas, em tudo que lhes fôr applicavel e não contrariar os dispositivos da presente lei, as normas da lei das sociedades anônimas.

Art. 4.º A União subscreverá a totalidade das ações que constituirão o capital inicial da R.F.F.S.A. e o integralizará com o valor:

a) dos bens e direitos que hoje formam o patrimônio das empresas ferroviárias de sua propriedade e que foram incorporadas à R.F.F.S.A.;

b) pela tomada de ações por pessoas jurídicas de direito público interno ou por sociedades de economia mista, nos termos do art. 6.º da presente lei.

§ 1.º O valor dos bens e direitos a que se refere este artigo será fixado por avaliação, na forma do capítulo II (arts. 4.º, 5.º, 6.º, 7.º e 8.º) do decreto-lei n.º 2.627, de 26 de setembro de 1940.

§ 2.º O Governo poderá desfazer-se das ações de sua propriedade que excederem 51% (cinquenta e um por cento) do capital da R.F.F.S.A., vendendo-as, por valor não inferior ao nominal, às pessoas jurídicas de direito público interno, às sociedades de economia mista constantes do art. 6.º, itens I e II, e às pessoas físicas e jurídicas de direito privado, brasileiras, neste caso até o máximo de 20% (vinte por cento) do capital social.

§ 3.º O capital da R.F.F.S.A. será representado por ações ordinárias, com direito de voto, e preferenciais, sem esse direito, podendo os aumentos dividir-se, no todo ou em parte, em ações preferenciais para cuja emissão não prevalecerá a restrição do parágrafo único do art. 9.º do decreto-lei n.º 2.627, de 26 de setembro de 1940.

§ 4.º As ações preferenciais terão prioridade no reembolso do capital e na distribuição do dividendo mínimo de 8% (oito por cento).

Art. 5.º A R.F.F.S.A. operará diretamente ou através de subsidiárias, que organizar, mediante prévia autorização do Governo, expressa em decreto do Poder Executivo.

Parágrafo único. No prazo máximo de um ano, a contar da publicação desta lei, a R.F.F.S.A. apresentará um plano de grupamento das estradas de ferro a ela incorporadas, de maneira a formarem sistemas regionais e a constituírem as sociedades anônimas subsidiárias.

Art. 6.º A R.F.F.S.A., bem como as sociedades que vier a organizar poderão admitir como acionistas:

I. As pessoas jurídicas de direito público interno;

II. O Banco do Brasil e as sociedades de economia mista criadas pela União, pelos Estados ou pelos Municípios que, por força da lei, estejam sob o controle permanente do Poder Público;

III. As pessoas físicas e jurídicas de direito privado, brasileiras, ate 20% (vinte por cento) do respectivo capital.

Parágrafo único. Os Estatutos da R.F.F.S.A. e os das sociedades que vier a organizar, estabelecerão que, quando no capital de qualquer delas as ações pertencentes a pessoas jurídicas de direito público exceto a União, e as pessoas físicas e jurídicas de direito privado, brasileiras, alcançarem 7,5% (sete e meio por cento) do total, será assegurada a participação da minoria na Diretoria e no Conselho Fiscal da empresa onde isso ocorrer.

Art. 7.º Compete à R.F.F.S.A.:

a) administrar, explorar, conservar, reequipar, ampliar, melhorar e manter em tráfego as estradas de ferro a ela incorporadas;

b) lançar no mercado, por seu valor nominal, obrigações ao portador de sua própria emissão ou de emissão de empresas que vier a organizar, até o limite do dobro de seu capital integralizado, com ou sem garantia do Tesouro;

c) subscrever capital das sociedades sob seu controle e conceder-lhes empréstimos ou garantias;

d) sistematizar e fiscalizar a administração das empresas sob seu controle, bem como seus métodos e processos de operação, mediante contrato de prestação de serviços em que garanta a essas empresas assistência técnica, contábil, jurídica e administrativa;

e) propor as revisões e modificações de tarifas, que julgar necessárias, ao Departamento Nacional de Estradas de Ferro que estudará as propostas, ouvindo os órgãos competentes e submetendo o resultado à aprovação final do Ministro da Viação e Obras Públicas;

f) elaborar o plano de atividades e aprovar os orçamentos das sociedades sob seu controle, fiscalizando a respectiva execução;

g) reestruturar os quadros de pessoal em função das necessidades de serviço e padrões de vida regionais, fixar o seu número nas empresas que organizar, sua remuneração, direitos e deveres;

h) realizar todos os trabalhos de estudo e construção de estradas de ferro que lhe forem cometidos pela União, ou para os quais lhe forem fornecidos recursos.

Art. 8.º É vedado à R.F.F.S.A.:

a) alienar ou gravar as ações das sociedades sob seu controle a ponto de reduzir a menos de 51% (cinquenta e um por cento) a sua própria participação no capital destas sociedades;

b) aceitar depósitos irregulares;

c) conceder financiamentos, sob qualquer modalidade, a particulares ou empresas que não estejam sob seu controle;

d) penhorar as ações das sociedades que vier a organizar, salvo quando se tratar de operação com estabelecimento bancário de propriedade ou sob o controle do Tesouro Nacional.

Art. 9.º A administração da R.F.F.S.A. obedecerá à forma colegial e será exercida por uma diretoria cujos membros, solidariamente responsáveis pelas decisões tomadas e em número de sete (7), serão eleitos pela assembléia geral que indicará, dentre eles, o presidente.

Parágrafo único. Os diretores eleitos terão mandato de quatro (4) anos, com recondução permitida, sendo que, inicialmente, o presidente e um diretor terão mandato de quatro (4) anos, dois de três (3) anos, dois de dois (2) anos e um de um (1) ano, conforme indicação expressa da assembléia geral no ato da eleição.

Art. 10. O conselho fiscal será constituído de três (3) membros, com mandato de um ano, eleitos pela assembléia geral, assegurando o direito de representação da minoria.

Parágrafo único. O conselho fiscal da R.F.F.S.A. terá as atribuições constantes do art. 127 do decreto-lei n.º 2.627, de 26 de setembro de 1940, não se lhe aplicando o que dispõe o decreto-lei n.º 2.928, de 31 de dezembro do mesmo ano.

Art. 11. A administração da R.F.F.S.A. será assistida por um Conselho Consultivo, constituído de 2 (dois) representantes de cada uma das Confederações representativas do Comércio, da Indústria e da Agricultura, de 3 (três) chefes de serviços técnicos e administrativos, de 1 (um) re-

presentante do pessoal, cabendo a esse Conselho sugerir medidas tendentes a melhorar os serviços da Sociedade e responder às consultas que lhe forem feitas pela administração.

§ 1.º Os membros do Conselho Consultivo serão assim designados:

- a) os representantes das Confederações por estas;
- b) os 3 (três) chefes de serviços técnicos e administrativos pela Diretoria Executiva;
- c) o representante do pessoal, pela forma que dispuser o regulamento.

§ 2.º O Conselho Consultivo reunir-se-á uma vez por mês, pelo menos, e no máximo quatro vezes, sendo presidido por um dos Diretores, designado pela Diretoria. Seus membros farão jus a um "quantum" por sessão a que comparecerem, fixado, cada ano, pela Assembléia Geral ou, enquanto esta não funcionar, por ser a União a detentora da totalidade das ações, pelo Presidente da República.

Art. 12. A R.F.F.S.A. administrará as ferrovias isoladas através de Superintendentes nomeados pela Diretoria; e as rédes ou sistemas regionais, por intermédio de empresas subsidiárias organizadas conforme a complexidade dos serviços a cargo de cada uma.

§ 1.º Quando isoladas, as ferrovias poderão ser administradas por uma subsidiária da R.F.F.S.A., desde que seja conveniente à eficiência dos serviços.

§ 2.º Até que as subsidiárias sejam organizadas, as rédes regionais serão administradas por Diretorias compostas de 3 (três) membros, um dos quais será o Superintendente, nomeados pela Diretoria da R.F.F.S.A. todos responsáveis, solidariamente, pelas decisões tomadas, sempre por maioria de votos.

Art. 13. Na constituição da Diretoria e do Conselho Fiscal das subsidiárias, observar-se-á, no que lhes for aplicável, o disposto nos arts. 9.º e 10.

§ 1.º Os diretores regionais, inclusive o superintendente, serão nomeados pela diretoria da R.F.F.S.A. por três (3) anos.

§ 2.º O número de Diretores de cada subsidiária será, no máximo, de 5 (cinco) e, no mínimo, de 3 (três), incluído o Presidente.

§ 3.º O número de membros dos Conselhos Fiscais das subsidiárias será de 3 (três).

§ 4.º Cada subsidiária deverá ser assistida por um Conselho Consultivo, constituído à semelhança do disposto no art. 11, observado o seguinte:

a) Os Conselhos Consultivos das subsidiárias serão acrescidos de tantos membros quantos forem os Estados que a Rede atravessar;

b) O representante de cada Estado será escolhido pela Direção da R.F.F.S.A., em lista triplíce indicada pelos Governos dos Estados.

Art. 14. Aos empregados da R.F.F.S.A. aplicar-se-ão os preceitos da legislação do trabalho, ... Vetado.

Parágrafo único. Vetado.

Art. 15. Aos servidores das ferrovias de propriedade da União, e por ela administradas, qualquer que seja sua qualidade — funcionários públicos e servidores autárquicos ou extranumerários amparados, ou não, pelo art. 23 e pelo parágrafo único do art. 18, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias ou pelas leis ns. 1.711, de 28 de outubro de 1952 (art. 261) e 2.284, de 9 de agosto de 1954 — ficam garantidos todos os direitos, prerrogativas e vantagens que lhes são assegurados pela legislação em vigor, ... Vetado.

§ 1.º Vetado.

§ 2.º Vetado ... os referidos servidores ficarão sujeitos ao seguinte regime:

a) passarão a integrar, na jurisdição do Ministério da Viação e Obras Públicas, quadros e tabelas suplementares extintos, cujos cargos e funções, isolados, assim como as classes ou padrões iniciais, quando de carreira, serão suprimidos à medida que vagarem. Depois de suprimidos todos os cargos da classe ou padrão inicial, começarão a ser suprimidos os da classe ou padrão imediatamente superior e assim sucessivamente, até a integral supressão da carreira;

b) quando houver acesso de uma carreira para outra, o procedimento da letra anterior se aplica à carreira inferior, não sendo, no caso, extinto nenhum cargo isolado, ou da carreira superior, até a total extinção da carreira inferior, respeitada a legislação em vigor;

c) Vetado.

d) prestarão serviço compatível com seus cargos ou funções, na categoria de pessoal cedido pela União à R.F.F.S.A.;

e) Vetado.

§ 3.º Vetado.

§ 4.º No prazo de 6 (seis) meses, contados da instalação da R.F.F.S.A., a sua Diretoria organizará relação nominal dos servidores ... Vetado ... que excedam às necessidades do serviço ferroviário, os quais serão transferidos, pelo Poder Executivo, para outros órgãos e entidades federais, por iniciativa do Ministro da Viação e Obras Públicas e conforme as conveniências da administração pública.

§ 5.º Vetado.

§ 6.º Ficam extintos todos os cargos em comissão e funções gratificadas dos quadros e tabelas das estradas de ferro federais incorporadas, na data da constituição da R.F.F.S.A., ... Vetado.

Art. 16. Ao pessoal das estradas de ferro da União, em regime especial, serão assegurados todos os direitos, prerrogativas e vantagens que lhes são garantidos pela legislação e pelas condições vigorantes na data da publicação desta lei, ... Vetado.

Parágrafo único. Vetado.

Art. 17. Vetado.

Parágrafo único. Vetado.

Art. 18. Mediante requisição do Presidente da R.F.F.S.A. e autorização do Presidente da República, poderão ser postos à disposição da empresa ou de suas subsidiárias, em funções de direção, militares, funcionários e servidores públicos federais, assim como empregados de sociedades de economia mista controladas pela União, não podendo, todavia, acumular vencimentos e gratificações, sob pena de se considerar como tendo renunciado ao cargo primitivo, salvo os casos previstos no art. 185 da Constituição Federal.

Parágrafo único. Para funções de direção, poderá também a direção da R.F.F.S.A. ou a de suas subsidiárias solicitar aos Governos dos Estados e às Prefeituras Municipais que lhes sejam postos à disposição servidores e funcionários civis ou militares, de seus respectivos quadros administrativos, nas mesmas condições e com as mesmas restrições prescritas neste artigo.

Art. 19. Os Estatutos da R.F.F.S.A. prescreverão normas específicas para a participação de seus empregados, qualificados no art. 14, nos lucros da sociedade, as quais deverão prevalecer até que, de modo geral, seja regulamentado o inciso IV do art. 157 da Constituição.

Art. 20. A receita da R.F.F.S.A. provirá dos seguintes recursos:

- a) dividendos das ações das empresas sob seu controle;
- b) renda do tráfego e de outras indústrias;
- c) renda das taxas de melhoramentos e renovação patrimonial;
- d) aluguéis ou arrendamentos de imóveis;
- e) prestação de serviços às subsidiárias ou a terceiros;
- f) subvenções do Tesouro, na forma do art. 22 e outros recursos concedidos pela União;
- g) juros e comissões provenientes de operações de crédito e de depósitos bancários;
- h) renda eventual.

Art. 21. Enquanto a União for detentora da totalidade do capital da R.F.F.S.A., os lucros líquidos da sociedade serão considerados reservas, e, quando atingirem Cr\$ 10.000.000.000,00 (dez bilhões de cruzeiros) anuais, os lucros líquidos que ela apurar terão o destino fixado neste artigo, ainda quando a União não seja a detentora da totalidade do seu capital.

Quando as dotações ou auxílios da União se tornarem inferiores a ----- Cr\$ 5.000.000.000,00 (cinco bilhões de cruzeiros) anuais, será permitida a distribuição de dividendos, ficando retidos, em conta especial, em poder da sociedade somente os atribuídos às ações de propriedade da União, para serem aplicados em aumento de capital, mantido, quanto a este, o direito de participação proporcional dos demais acionistas.

Art. 22. O Orçamento da União consignará no primeiro ano de funcionamento da R.F.F.S.A. uma dotação de Cr\$ 12.000.000.000,00 (doze bilhões de cruzeiros) que será entregue à sociedade em duodécimos para atender à situação deficitária dos seus serviços.

§ 1.º Os orçamentos seguintes consignarão dotação para o mesmo fim, reduzida de ano para ano de 5% (cinco por cento) até o limite de 50% (cinquenta por cento) da dotação inicial.

§ 2.º Na hipótese dessas dotações serem superiores aos deficits verificados, os saldos serão incorporados ao capital de movimento até que esse atinja a Cr\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de cruzeiros); a partir de quando esses saldos serão aplicados em novas inversões, com o correspondente aumento de capital.

Art. 23. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, crédito especial até o limite de ----- Cr\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de cruzeiros), que será entregue à R.F.F.S.A. para constituir o seu capital de movimento necessário à operação dos seus serviços e atender às despesas de instalação.

Art. 24. Todo aumento de salário imposto pelo Governo da União ao pessoal da R.F.F.S.A. ou às suas subsidiárias importa em aumento de tarifa nas proporções necessárias, ao qual se procederá na forma da letra e do art. 7.º desta lei.

Parágrafo único. Se a União não conceder o aumento de tarifa ou o fizer em proporção insuficiente para cobertura das despesas, deverá fornecer à R.F.F.S.A., em duodécimos, os recursos para atender a essas mesmas despesas.

Art. 25. A R.F.F.S.A. assumirá a responsabilidade dos compromissos que oneram as estradas de ferro a ela incorporadas, mantidas as garantias do Tesouro Nacional, quando existirem.

Art. 26. Aos financiamentos, créditos ou empréstimos que forem obtidos no exterior pela R.F.F.S.A., ou suas subsidiárias, para fins de reaparelhamento ou expansão de seus serviços, o Poder Executivo, ouvido o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, poderá dar a garantia do Tesouro Nacional, independente de autorização especial do Poder Legislativo, até o limite máximo global de duzentos e cinquenta milhões de dólares ou o equivalente em outras moedas.

Parágrafo único. No exercício da autorização constante deste artigo, o Poder Executivo poderá obrigar o Tesouro Nacional como fiador e principal pagador da quantia mutuada e seus acessórios, praticando todos os atos necessários ao referido fim e aceitando cláusulas e condições usuais nas operações com organismos financeiros internacionais, inclusive o compromisso geral e antecipado de dirimir, por arbitramento, todas as dúvidas e controvérsias.

Art. 27. Os atos da constituição da R.F.F.S.A. e da integralização de seu capital, bem como as propriedades que possuir e as aquisições de bens e imóveis que fizer, e ainda os instrumentos de mandato para exercício do direito de voto nas assembleias gerais, serão isentos de impostos e taxas e quaisquer outros ônus fiscais compreendidos na competência da União, que se entenderá com as outras entidades de direito público, solicitando-lhes, na esfera de sua competência tributária, os mesmos favores para a sociedade da qual poderão participar.

Art. 28. A R.F.F.S.A. e suas subsidiárias gozarão de isenção de direitos de importação, imposto de consumo e taxas aduaneiras, exceto a de previdência social, para os maquinismos, seus sobresselentes e acessórios, aparelhos, ferramentas, instrumentos e materiais destinados à construção,

instalação, ampliação, melhoramentos, funcionamento, exploração, conservação e manutenção de suas instalações para os fins a que se destinam, respeitadas as disposições legais relativas à existência de similares da indústria nacional.

Parágrafo único. Todos os materiais e mercadorias adquiridos pela R.F.F.S.A. ou suas subsidiárias, na forma deste artigo, serão desembarçados mediante portaria dos Inspectores das Alfândegas.

Art. 29. A R.F.F.S.A. e às empresas sob seu controle fica assegurado o direito de promover desapropriação, nos termos da legislação em vigor, depois de declarada a utilidade pública dos bens a desapropriar pelo Ministério da Viação e Obras Públicas.

Art. 30. A União poderá incumbir a R.F.F.S.A. da execução de serviços condizentes com o seu objetivo para os quais destinar recursos financeiros especiais.

Parágrafo único. Fica a R.F.F.S.A. autorizada a organizar uma subsidiária para operar um sistema de armazéns gerais, frigoríficos e silos, que regularize o escoamento da produção.

Art. 31. A R.F.F.S.A. não fará nenhum transporte gratuito ou com abatimento, salvo de seu pessoal, nos termos de seu regulamento, executando-se de autoridades que forem indicadas em lei e dos membros do Congresso Nacional.

Parágrafo único. Os transportes requisitados pelas pessoas jurídicas de direito público só serão atendidos mediante empenho prévio de verbas, a partir do segundo exercício de funcionamento da R.F.F.S.A.

Art. 32. As relações entre a R.F.F.S.A. e o Departamento Nacional de Estradas de Ferro serão as mesmas que as leis e regulamentos estabelecerem para vigorar entre aquele Departamento e as Estradas de Ferro de propriedade de empresas particulares.

Art. 33. A direção da R.F.F.S.A. será obrigada a prestar, dentro de 30 (trinta) dias, as informações que lhe forem solicitadas pela Câmara dos Deputados, pelo Senado Federal ou suas Comissões, bem como comparecer a estas, quando convocada, sob pena de perda do cargo.

Art. 34. O relatório anual da Diretoria da R.F.F.S.A., os balanços, as contas de lucros e perdas da Sociedade e de suas subsidiárias, em cada exercício, acompanhados do parecer do Conselho Fiscal, serão encaminhados, até o dia 15 de março, ao Conselho Consultivo, que se manifestará sobre o relatório, formulando críticas e sugestões que reputar convenientes sobre a gestão das empresas. Com ou sem parecer do Conselho Consultivo, o relatório, balanços e contas serão remetidos ao Tribunal de Contas da União até o dia 31 de março de cada ano.

Parágrafo único. O Tribunal de Contas examinará e dará parecer sobre as contas e balanços, considerando-os à luz dos princípios e normas da administração e contabilidades privadas, e os enviará ao Congresso Nacional, para julgamento, até 30 de junho impreterivelmente. Julgados pelo Congresso Nacional, adotará este medidas tendentes a melhorar o funcionamento da R.F.F.S.A. e restituirá as contas e balanços ao Poder Executivo para que este promova imediatamente as providências necessárias contra os responsáveis pelas irregularidades e abusos verificados.

Art. 35. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 16 de março de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK

José Maria Alkmin

Lucio Meira

Parsifal Barroso

LEI N.º 3.116 — DE 25 DE MARÇO
DE 1957

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00, destinado à aquisição de todo o acervo artístico deixado pelo Professor Augusto Giorgio Girardet.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00, (um milhão de cruzeiros), destinado à aquisição de todo o acervo artístico deixado pelo Professor Augusto Giorgio Girardet.

Art. 2.º A importância a que se refere o art. 1.º será paga à viúva do falecido Professor Augusto Giorgio Girardet.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 25 de março de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK.

Clovis Salgado.

José Maria Alkmim.

LEI N.º 3.117 — DE 25 DE MARÇO
DE 1957

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 500.000,00 para auxiliar a realização do 13.º Congresso de Higiene, em Fortaleza, capital do Estado do Ceará.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$

500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros) como auxílio à Sociedade Brasileira de Higiene pela realização do 13.º Congresso Brasileiro de Higiene, em julho de 1956, em Fortaleza, capital do Estado do Ceará.

Art. 2.º A entidade beneficiária prestará contas do auxílio de que trata esta lei dentro do prazo de 1 (um) ano após seu recebimento, devendo neste período promover a publicação dos Anais do Congresso.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 25 de março de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK.

Maurício de Medeiros.

José Maria Alkmim.

LEI N.º 3.118 — DE 25 DE MARÇO
DE 1957

Releva a prescrição em que incorreu o direito à reforma, por incapacidade física, do ex-soldado José Luiz Filho.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Fica relevada a prescrição em que incorreu o direito à reforma, por incapacidade física, do ex-soldado do 10.º R. I. José Luiz Filho, prevista na letra *a*, do art. 75 e letra *d*, do art. 76 do Decreto-lei n.º 3.940, de 16 de dezembro de 1941, combinado com a letra *e*, do art. 1.º e ns. 1 e 4 da letra *b*, do art. 4.º do Decreto-lei número 7.270, de 25 de janeiro de 1945, modificado pelo Decreto-lei n.º 8.053, de 8 de outubro de 1945 e com as vantagens do art. 303 da Lei n.º 1.316, de 20 de janeiro de 1951.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 25 de março de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK.

Henrique Lott.

LEI N.º 3.119 — DE 31 DE MARÇO DE 1957

Autoriza a União a constituir uma sociedade por ações, que se denominará Sociedade Termoeletrica de Capivari (Sotelca), e dá outras providências

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Fica a União autorizada a constituir uma sociedade por ações, que se denominará Sociedade Termoeletrica de Capivari (SOTELCA).

Art. 2.º A Sociedade terá por objeto a construção e exploração de uma usina termoeletrica na localidade de Capivari de Baixo, Município de Tubarão, Estado de Santa Catarina, com a potência inicial instalada de cem mil (100.000) quilowatts e destinada a consumir o carvão secundário resultante de beneficiamento dos carvões catarinenses.

Art. 3.º Poderão subscrever ações da Sociedade o Estado de Santa Catarina, a Companhia Siderurgica Nacional e particulares, em proporções que forem estabelecidas nos Estatutos sociais.

Art. 4.º A Companhia será administrada por uma Diretoria composta de um Presidente, livremente escolhido e nomeado pelo Presidente da República, um Diretor Industrial e um Diretor Comercial, eleitos em Assembléa Geral por 4 (quatro) anos, podendo ser renovado o mandato.

Parágrafo único. Os Diretores Industrial e Comercial serão eleitos dentre os nomes indicados em lista triplíce, respectivamente, pela Companhia Siderurgica Nacional e pelo Governo do Estado de Santa Catarina.

Art. 5.º O representante da União nos atos constitutivos e nas assembléas gerais da Sociedade será o Diretor Executivo da Comissão Executiva do Plano do Carvão Nacional ou a pessoa que por lei o substituir.

§ 1.º A constituição da Sociedade será aprovada por decreto do Poder Executivo e os atos constitutivos serão arquivados no Registro do Comércio, com uma cópia autêntica do decreto de sua aprovação.

§ 2.º A Sociedade, uma vez arquivados os seus atos constitutivos na conformidade do parágrafo primeiro, ficará automaticamente autorizada a funcionar, inclusive como empresa de energia elétrica.

Art. 6.º Na elaboração dos Estatutos da Sociedade serão observadas, em tudo que lhes fôr aplicável, as normas da lei de Sociedades Anônimas. A reforma dos Estatutos em pontos que impliquem modificações desta lei depende de autorização legislativa.

Art. 7.º O capital inicial da Sociedade será de quatrocentos e trinta milhões de cruzeiros, distribuído em quatrocentos e trinta mil (430.000) ações nominativas, do valor nominal de mil cruzeiros cada uma, do qual a União Federal subscreverá cento e trinta milhões, podendo o Estado de Santa Catarina subscrever cento e sessenta milhões, a Companhia Siderurgica Nacional cento e vinte milhões e ficando o restante do capital para ser subscrito por particulares, de preferência mineradores de carvão, pessoas naturais ou jurídicas, que explorem minas da região.

Art. 8.º A integralização das ações subscritas pela União será feita mediante utilização das dotações postas no Banco do Brasil por antecipação, à disposição do Diretor-Executivo da Comissão Executiva do Plano do Carvão Nacional, nos termos do artigo 23 da Lei n.º 1.886, de

11 de junho de 1953, ficando, para esse fim, assim, alterada a especificação das dotações do Anexo n.º 1 à mesma lei.

1 — SETOR TRANSPORTE:

Onde se lê:

	Cr\$
2. Aquisição de uma frota carvoeira, para transporte a granel	110.000.000,00
4. Instalação de uma central Termoelétrica	10.000.000,00
7. Constituição de uma carvoeira	10.000.000,00
Leia-se:	
Participação da União numa Sociedade de Economia Mista, destinada à construção de uma usina termoelétrica em Santa Catarina	130.000.000,00

Art. 9.º A integralização das ações subscritas pelos demais acionistas será feita pela forma estabelecida na Lei da Sociedade por Ações e nos Estatutos Sociais.

Art. 10. Os atos de constituição da Sociedade e integralização do seu capital, bem como as propriedades que possuir e as aquisições de bens móveis e imóveis que fizer, ainda os instrumentos de mandato para o exercício do direito de voto nas Assembléias Gerais, serão isentos de impostos e taxas e quaisquer outros ônus fiscais compreendidos na competência tributária da União, que se entenderá com as outras entidades de direito público, solicitando-lhes os mesmos favores para a Sociedade da qual participarão, na esfera de sua competência tributária.

Art. 11 A Sociedade gozará de isenção de direitos de importação para consumo e demais taxas aduaneiras em relação aos maquinismos, seus sobressalentes e acessórios, aparelhos, ferramentas, instrumentos e materiais destinados à construção, instalação, ampliação, melhoramento, funcionamento, exploração, conservação e manutenção de suas instalações para os fins a que se destina.

Parágrafo único. Todos os materiais e mercadorias referidos neste artigo, com restrição quanto aos similares de produção nacional, serão desembaraçados mediante portaria dos inspetores das alfândegas.

Art. 12 A Sociedade fica assegurado o direito de promover desapropriação, nos termos da legislação em vigor.

Art. 13. Os militares e os funcionários públicos civis da União e das entidades autárquicas, paraestatais e das sociedades de economia mista, poderão servir na Sociedade Termoelétrica de Capivari (SOTELCA), em funções de direção ou de natureza técnica, não podendo, todavia, acumular, vencimentos, gratificações ou quaisquer outras vantagens, sob pena de se considerar como tendo renunciado ao cargo primitivo.

Art. 14. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 31 de março de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHER.

José Maria Alkmim.

Mário Meneghetti.

APENSO

No «Apenso» dos volumes da Coleção das Leis figurarão :

I — Os diplomas legais que, expedidos em trimestres anteriores, forem publicados durante o trimestre ao qual corresponder o volume.

II — As retificações e reproduções publicadas no trimestre, quando referentes a diplomas legais expedidos em trimestres anteriores.

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 64, de 1956

Aprova a Constituição adotada na VI reunião do Comitê-Intergovernamental para Migrações Européias

Art. 1.º — É aprovada a Constituição do Comitê Intergovernamental para Migrações Européias (C. I. M. E.) adotada na VI Reunião do mesmo Comitê realizada em Veneza no mês de Novembro de 1953.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 19 de Dezembro de 1956

João Goulart

Presidente do Senado Federal

COMITÊ INTERGOVERNAMENTAL PARA MIGRAÇÕES EUROPÉIAS

CONSTITUIÇÃO

Preâmbulo

Os Governos membros do Comitê Intergovernamental para Migrações Européias,

Reafirmando

Os princípios incorporados na Resolução adotada em 5 de dezembro de 1951 pela Conferência sobre Migração de Bruxelas e aqui anexa;

Reconhecendo que a prestação de serviços especiais no campo dos movimentos migratórios é muitas vezes necessária a fim de aumentar o volume das migrações européias e assegurar a fácil execução dos movimentos migratórios e em particular, o estabelecimento dos emigrantes em condições mais favoráveis para sua rápida integração na vida econômica e social dos países de adoção;

que o financiamento internacional das migrações européias não somente contribui para resolver o problema da população na Europa mas pode também estimular a criação de novas oportunidades nos países onde há falta de braços;

que o movimento de emigrantes deve tanto quanto possível, ser efetuado pelos serviços ordinários de transporte marítimos e aéreos mas que, de quando em quando, é evidente a necessidade de maiores facilidades de transporte;

que existe a necessidade de promover a cooperação dos Governos e organizações internacionais para a emigração de pessoas que desejam se deslocar para países onde possam conseguir a própria independência por meio de trabalhos úteis e viver com suas famílias em condições dignas, contribuindo para a paz e a ordem do mundo;

Estabelecem:

O Comitê Intergovernamental para Migrações Européias (daqui em dian-

te chamado o Comitê) como uma organização não permanente e Aceitam esta Constituição.

Capítulo I — Fins e Funções

Artigo 1.º

Os fins e funções do Comitê serão:

a) tomar medidas para o transporte de emigrantes, para os quais os meios de vida são deficientes e que não poderiam de outra forma ser transportados de países com excesso de população para países ultramarinhos que oferecem oportunidade para uma imigração ordenada.

b) promover o aumento do volume da emigração da Europa, proporcionando, a pedido e em conformidade com os Governos interessados, serviços durante o processo, o recebimento a primeira colocação e estabelecimento dos emigrantes que outras organizações internacionais não podem proporcionar e outras facilidades mais condizentes com os fins do Comitê.

2. O Comitê reconhecerá que a elaboração das normas de admissão e o número de imigrantes a serem recebidos são assuntos da jurisdição interna dos Estados e, no desempenho de suas funções obedecerá às leis, regulamentos e política imigratória dos países interessados.

3. O Comitê ocupar-se-á da emigração de refugiados em relação aos quais for possível realizar acordos entre o Comitê e os Governos dos países interessados inclusive aqueles que vão recebê-los.

Capítulo II — Membros

Artigo 2.º

Os membros do Comitê serão:

a) Os Governos membros do Comitê intergovernamental para Migrações Europeias que aceitaram esta Constituição de acordo com o Artigo 33, ou aos quais os termos do artigo 34 são aplicáveis;

b) Outros Governos que tiverem demonstrado interesse pelo princípio do livre deslocamento de pessoas, que contribuirão financeiramente ao menos para os requisitos administrativos do Comitê com soma aprovada pelo Conselho e pelo Governo interessado sendo o ingresso dos mesmos sujeito a dois terços da votação do Conselho e à aceitação pelo mesmo Governo desta Constituição.

Artigo 3.º

Qualquer membro pode notificar sua retirada do Comitê, a qual será efetivada no fim de um ano fiscal. Essa notificação deverá ser por escrito e deverá chegar às mãos do Diretor do Comitê pelo menos quatro meses antes do fim do ano fiscal. As obrigações financeiras para com o Comitê por um membro que tenha notificado a sua retirada deverão incluir todo o ano fiscal no qual a notificação é feita.

Artigo 4.º

Qualquer membro poderá ser afastado pelo voto da maioria de dois terços do Conselho, se faltar ao cumprimento de suas obrigações financeiras para com o Comitê por dois anos fiscais consecutivos ou se persistentemente violar os princípios contidos nesta Constituição.

Capítulo III — Órgãos

Artigo 5.º

Ficam estabelecidos como órgãos do Comitê:

- a) o Conselho;
- b) a Comissão Executiva;
- c) a Administração.

Capítulo IV — Conselho

Artigo 6.º

As funções do Conselho, em adição às mencionadas em outras cláusulas desta Constituição, serão:

- (a) Determinar a política do Comitê;
- (b) examinar os relatórios e aprovar e dirigir as atividades da Comissão Executiva;
- (c) examinar os relatórios e aprovar e dirigir as atividades do Diretor;
- (d) examinar e aprovar o orçamento, o plano das despesas e as contas do Comitê;
- (e) adotar qualquer outra medida apropriada a fim de promover as finalidades do Comitê.

Artigo 7.º

1. O Conselho será composto de representantes dos Governos Membros.

2. Cada Governo Membro terá um representante e tantos suplentes e conselheiros quantos forem necessários.

3. Cada Governo Membro terá um voto no Conselho.

Artigo 8.º

1. O Conselho reunir-se-á normalmente, duas vezes ao ano, em tempo que será por ele determinado, a menos que dois terços de seus membros decidam ser necessária apenas uma sessão em determinado ano.

2. O Conselho reunir-se-á em sessão especial a pedido de :

- (a) um terço de seus membros;
- (b) Comissão Executiva;
- (c) o Diretor, em casos urgentes.

3. O Conselho eleger um Presidente e outros membros no começo de cada sessão.

Artigo 9.º

O Conselho designará as subcomissões que forem necessárias para o desempenho das suas funções.

Artigo 10

O Conselho adotará seu regimento próprio.

CAPÍTULO V

Comissão Executiva

Artigo 11

As funções da Comissão Executiva serão:

a) preparar as sessões do Conselho, de acordo com os relatórios anuais do Diretor e todos os relatórios especiais;

b) estudar todas as questões financeiras e orçamentárias pertinentes ao Conselho e transmitir as respectivas recomendações ao Conselho;

c) estudar qualquer assunto específico transmitido pelo Conselho e transmitir ao Conselho as recomendações a respeito;

d) aconselhar o Diretor sobre qualquer assunto solicitado;

e) atender a qualquer assunto especificamente remetido pelo Conselho e tomar as providências necessárias;

f) tomar, em circunstâncias excepcionais, entre sessões do Conselho, qualquer medida de emergência da competência do Conselho, que serão por este examinadas na sessão que se seguir.

Artigo 12

1. A Comissão Executiva será composta de representantes de nove Governos-Membros.

2. Esses Governos-Membros serão eleitos pelo Conselho por um ano e poderão ser reeleitos.

3. Cada membro da Comissão Executiva terá um voto.

Artigo 13

1. A Comissão Executiva se reunirá regularmente antes de cada sessão do Conselho.

2. A pedido de seu Presidente, uma sessão especial da Comissão Executiva poderá ser realizada, assim como a pedido do Diretor, depois de consulta com o Presidente do Conselho, ou a pedido da maioria dos membros da Comissão Executiva.

3. A Comissão Executiva elegerá um Presidente e um Vice-Presidente dentre seus membros para o período de um ano.

Artigo 14

A Comissão Executiva adotará o seu próprio regulamento.

Administração

CAPÍTULO VI

Artigo 15

A Administração será composta de um Diretor, um Diretor Substituto e do pessoal que o Conselho determinar.

Artigo 16

1. O Diretor e o Diretor Substituto serão designados por um voto de maioria de dois terços do Conselho e servirão sob contratos aprovados pelo Conselho, que serão assinados em nome do Comitê pelo Presidente do Conselho.

2. O Diretor será responsável perante o Conselho e a Comissão Executiva; desempenhará as funções executivas e administrativas do Comitê de acordo com esta Constituição, com as normas e decisões do Conselho e da Comissão Executiva e os regulamentos estabelecidos por eles formulará as propostas para as decisões do Conselho.

Artigo 17

O Diretor designará os membros da Administração de acordo com os regulamentos do pessoal, adotados pelo Conselho.

Artigo 18

1. No desempenho de suas funções, o Diretor, o Diretor Substituto e o pessoal não solicitarão nem receberão instruções de nenhum Governo ou Comitê. Eles deverão evitar qualquer ação que possa prejudicar a sua posição de funcionários internacionais.

2. Os Governos-Membros empenhar-se-ão em respeito a caráter exclusivamente internacional das responsabilidades do Diretor, do Diretor Substituto e funcionários e não procurarão influenciá-los no desempenho de suas funções.

3. Eficiência, competência e integridade serão os requisitos necessários na escolha e classificação dos funcionários, os quais, exceto em circunstâncias especiais, deverão ser recrutados dentre os nacionais dos países cujos Governos são membros do Comitê, tomando como base, sempre que possível, sua distribuição geográfica.

Artigo 19

O Diretor estará presente, ou será representado pelo Diretor Substituto ou outro funcionário por ele designado, em todas as sessões do Conselho, Comissão Executiva ou qualquer Subcomissão. Ele ou seu representante poderão participar das discussões, porém não votarão.

Artigo 20

Na sessão regular do Conselho que se seguir ao fim de cada ano financeiro, o Diretor enviará ao Conselho, por intermédio da Comissão Executiva, um relatório sobre o trabalho do Comitê, fazendo um histórico completo de suas atividades durante aquele ano.

CAPÍTULO VII

A Sede

Artigo 21

1. A Sede do Comitê será em Genebra. O Conselho poderá por um voto de dois terços de maioria, mudar de local.

2. As sessões do Conselho e da Comissão Executiva serão realizadas na Sede, a não ser que dois terços dos Membros do Conselho ou da Comissão Executiva respectivamente, concordem em encontrar-se em outro local.

CAPÍTULO VIII

Finanças

Artigo 22

O Diretor submeterá ao Conselho, por intermédio da Comissão Executiva, um orçamento anual que cubra as necessidades administrativas do exercício, dos recursos previstos do Comitê, estimativas suplementares que possam porventura aparecer e os relatórios anuais ou especiais do Comitê.

Artigo 23

1. As necessidades do Comitê serão financiadas:

a) parte administrativa do orçamento, por contribuições em dinheiro de Governos-Membros;

b) a parte operativa do orçamento, por contribuições em dinheiro ou serviços de Governos-Membros, outros Governos, organizações ou indivíduos;

c) os pagamentos serão realizados imediata e integralmente, antes da expiração do ano fiscal para o qual a contribuição for requisitada.

2. Cada Governo-Membro será solicitado a contribuir para as despesas administrativas do Comitê com a quantia que for decidida em acordo feito entre o Conselho e Governo-Membro em questão.

3. As contribuições para as despesas de exercício do Comitê serão voluntárias e qualquer contribuinte ao fundo operativo pode estipular os termos e condições em que sua contribuição deve ser utilizada:

a) todas as despesas administrativas da sede e demais despesas administrativas, exceto as relativas aos objetivos descritos no § 1.º b) do artigo I serão atribuídas à parte administrativa do orçamento;

b) todas as despesas operativas e outras mais, tais como as feitas em razão dos objetivos estipulados no § 1.º b), do art. 1.º, serão atribuídas à parte operativa do orçamento.

4. O Comitê fará o possível para que sua administração seja feita com eficiência e economia.

Artigo 24

Os regulamentos financeiros serão estabelecidos pelo Conselho.

CAPÍTULO Iê

Estatuto Legal

Artigo 25

O Comité possuirá completa personalidade jurídica e gozará da capacidade legal que fôr necessária para o exercício das suas funções e o desempenho de sua missão, bem como de capacidade jurídica de acôrdo com as leis do país, para:

- a) contratar
- b) adquirir e dispor de propriedade móvel e imóvel;
- c) receber e utilizar fundos particulares e públicos;
- d) promover processos legais.

Artigo 26

1. O Comité gozará, de acôrdo com a aprovação dos Governos interessados, de privilégios e imunidades necessárias para o exercício de suas funções e desempenho de sua missão.

2. Os representantes dos Governos-Membros, o Diretor, o Diretor Substituto e os membros da Administração gozarão também, de acôrdo com a aprovação dos Governos interessados, dos privilégios e imunidades que forem necessários ao exercício independente das suas funções com relação ao Comité.

CAPÍTULO X

Relações com outras Organizações

Artigo 27

1. O Comité coöperará com organizações internacionais, governamentais e não-governamentais, interessadas na emigração ou em refugiados.

2. O Comité poderá convidar qual-governamental ou não-governamental, interessada em emigração ou em refugiados, para se fazer representar nas sessões do Conselho sob condições preçritas pelo Conselho. Os representantes de tais organizações não têm direito a voto.

CAPÍTULO XI

Determinações

Artigo 28

1. Exceto quando expressamente estabelecido nesta Constituição ou por regras estabelecidas pelo Conselho ou Comissão Executiva, tôdas as decisões do Conselho, da Comissão Executiva e demais subcomissões

serão tomadas por maioria simples de voto.

2. As maiorias previstas nesta Constituição ou em regras estabelecidas pelo Conselho ou Comissão Executiva referir-se-ão aos membros presentes e votantes.

3. Nenhum voto será válido a não ser que uma maioria de membros do Conselho, da Comissão Executiva ou Subcomissão interessada esteja presente.

Artigo 29

1. As emendas propostas a esta Constituição serão comunicadas pelo Diretor aos Governos-Membros pelo menos três meses antes de serem tomadas em consideração pelo Conselho.

2. As emendas começarão a vigorar quando forem adotadas por dois terços dos Membros do Conselho e aceitas por dois terços dos Governos Membros de acôrdo com os seus respectivos processos constitucionais, ficando entendido que a vigência de uma emenda envolvendo novas obrigações para um dos membros começará somente quando fôr aceita por esse membro.

Artigo 30

Qualquer disputa referente à interpretação ou aplicação desta Constituição que não fôr resolvida por negociações ou por voto de dois-terços da maioria do Conselho será submetida à Corte Internacional de Justiça de conformidade com os Estatutos da Corte, a menos que o Governo Membro em questão concorde com outra forma de ajuste dentro de um período de tempo razoável.

Artigo 31

Mediante a aprovação de dois terços dos Membros do Conselho, o Comité poderá substituir qualquer outra organização internacional ou agência cujos fins e atividades estejam sob sua organização, assim como recursos e obrigações que forem determinados para acôrdo internacional ou por entendimentos mutuamente aceitáveis entre autoridades competentes das respectivas organizações.

Artigo 32

O Conselho poderá, por uma maioria de voto de três quartos, decidir dissolver o Comité.

Artigo 33

Esta Constituição começará a vigorar, para os Governos Membros do Comitê Intergovernamental para Migrações Europeias que a aceitaram de acordo com seus respectivos processos constitucionais, no dia da primeira sessão daquele Comitê, depois que:

a) no mínimo dois terços dos membros da Comissão, e

b) um mínimo de Membros cujas contribuições representem pelo menos 75% da parte administrativa do orçamento, tiverem comunicado ao Diretor sua aceitação desta Constituição.

Artigo 34

Os Governos Membros do Comitê Intergovernamental para Migrações Europeias que não tiverem comunicado ao Diretor a aceitação desta Constituição na data da sua entrada em vigor, poderão permanecer membro do Comitê durante o período a contar de um ano daquela data, se contribuírem para o fundo administrativo do Comitê, de acordo com o § 2.º, do Artigo 23, continuando a ter, durante esse tempo, o direito de aceitar esta Constituição.

Artigo 35

Os textos desta Constituição, em francês, inglês e espanhol, serão considerados igualmente autênticos.

ANEXO

Resoluções para o estabelecimento de um Comitê Provisório Intergovernamental para o Movimento de Imigrantes da Europa.

Os Governos que adotam esta Constituição

Reconhecem:

que existe o problema de excesso de população e de refugiados em certos países da Europa, enquanto alguns países de além-mar oferecem oportunidade para a absorção ordenada de população adicional;

que o problema é de tal magnitude que chega a representar um obstáculo ao desenvolvimento econômico na Europa;

que, se de um lado, a melhoria da situação econômica e o aumento da produção oferecem grandes possibilidades para emprêgos e colonização na Europa, e o estudo da emigração intra-europeia é uma contribuição

para a solução do problema, de outro lado, aumento dessa emigração para países de além-mar constitui outro elemento necessário à solução do problema;

que uma acentuada relação existe entre o desenvolvimento econômico e a imigração;

que o financiamento internacional da emigração europeia contribuiria, não somente para solucionar o problema da população na Europa, mas também para estimular a criação de novas oportunidades econômicas em países onde há falta de braços;

que, conquanto a assistência técnica possa ser uma importante contribuição à solução de problemas econômicos de países pouco desenvolvidos, as possibilidades imigratórias existentes nesses países também constituem importante fator para a solução desses problemas;

que o presente volume de emigração é insuficiente para satisfazer as necessidades dos países imigratórios ou para aproveitar de modo completo as possibilidades oferecidas por esses países.

que não é necessário o prosseguimento, pelas agências internacionais apropriadas, de todas as atividades migratórias que se encontram sob a sua alçada;

que o provimento de facilidades para o transporte de emigrantes, os quais não poderiam locomover-se sem tais vantagens, será uma importante contribuição para o aumento da imigração;

que, se bem que o movimento de imigrantes seja efetuado tanto quanto possível pelos serviços normais de transportes comerciais marítimos e aéreos, a coordenação neste setor é necessária a fim de facilitar o movimento do maior número possível de imigrantes, e além disso garantir que as atuais facilidades de transporte da O.I.R. sejam aplicadas de modo a assegurar um movimento adicional de emigrantes;

que devem ser tomadas providências para facilitar a emigração de refugiados que desejem e tenham a oportunidade de se deslocarem para países superpovoados; e

que, conseqüentemente, são necessários acordos provisórios intergovernamentais entre Governos democráticos que adotem ou eventualmente possam adotar esta Resolução, a fim de transportar pessoas que desejem emigrar para países de além-mar

quando seus serviços possam ser utilizados, de conformidade com as normas internacionais de emprego e condições de vida geralmente aceitas, com a devida consideração aos direitos humanos e *concordam*

1. em constituir um "Comitê Provisório Intergovernamental para o Movimento de Emigrantes da Europa".

2. que o fim do Comitê será o de providenciar o transporte de emigrantes, para os quais as facilidades existentes são inadequadas e que não poderam de outra forma se locomover de certos países europeus que tenham excesso de população para países de além-mar que oferecem oportunidades para uma imigração ordenada, de acordo com a política dos países interessados;

3. que os termos de referência do Comitê serão:

a) prover o transporte por terra, mar e ar, como se fizer necessário;

b) assumir a responsabilidade pelo frete de navios da O.I.R., como for necessário;

c) coordenar um programa de embarque utilizando as facilidades comerciais de transporte na maior extensão possível, e os navios fretados transferidos da O.I.R., a fim de assegurar o transporte para os quais as facilidades são inadequadas;

d) tomar as providências correlatas a esses fins, levando em consideração os serviços nacionais e internacionais existentes;

e) tomar as providências necessárias e apropriadas para o desempenho das funções acima citadas;

4. que entre os emigrantes pelos quais o Comitê se interessará estão incluídos os novos refugiados por cuja emigração tenham sido estabelecidas disposições entre o Comitê e os Governos dos países que concedem o asilo;

5. que a inscrição no Comitê estará aberta para os Governos que demonstrem interesse no livre movimento

de pessoas e que se prontifiquem mediante aprovação das autoridades governamentais competentes a contribuir para o Comitê com importância que será discutida entre o Comitê e o Governo interessado;

6. que o Comitê escolherá seus próprios funcionários, estabelecerá seus regulamentos e as subcomissões que decidir criar (inclusive uma subcomissão de Coordenação do Transporte) e exercerá os poderes necessários para desempenhar a missão;

7. que o Comitê estabelecerá um plano de operações, um orçamento, um plano de despesas e nos termos e condições sob os quais os fundos existentes serão despendidos, de acordo com os seguintes princípios:

a) cada país terá o controle das normas de admissão e o número de emigrantes a serem admitidos;

b) somente serão empreendidos pelo Comitê os serviços essenciais ao movimento de emigrantes que não poderiam ser locomovidos de outro modo;

c) o Comitê garantirá que sua administração será conduzida de maneira eficiente e econômica;

d) qualquer Governo que contribuir para o fundo de operações poderá estipular os termos e condições sob os quais essa contribuição pode ser usada;

8. que o Comitê designará um Diretor responsável;

9. que o Comitê investirá o Diretor com os poderes necessários ao desempenho das responsabilidades a ele confiadas;

10. que o Comitê considerará prontamente a questão das relações a serem estabelecidas com as organizações internacionais, não governamentais e voluntárias que empregam suas atividades no setor da emigração e dos refugiados; e

11. que o Comitê examinará a necessidade de continuação de sua existência além de um período de doze meses.

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 65, de 1956

Aprova o termo de contrato celebrado entre a firma I.B.M. World Trade Corporation e a Divisão do Material do Departamento de Administração do Ministério da Agricultura.

Art. 1.º É aprovado o termo de contrato celebrado a 6 de dezembro de 1954, entre a firma I.B.M. World Trade Corporation e o Minis-

tério da Agricultura — Divisão do Material do Departamento de Administração — para locação de serviço de máquinas elétricas de contabilidade e estatística, ao qual o Tribunal de Contas recusara registro em sessão realizada a 30 de dezembro do mesmo ano.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 19 de dezembro de 1956.

João GOULART

Presidente do Senado Federal

DECRETO LEGISLATIVO N.º 67, DE 1956

Aprova o termo aditivo ao contrato celebrado entre o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas e a Sociedade Construtora Bahiana Ltda.

Art. 1.º É aprovado o termo de 7 de dezembro de 1955, aditivo ao contrato celebrado a 12 de agosto de 1954, entre o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas e a Sociedade Construtora Baiana Ltda. para construção da barragem e obras anexas do açude público Delfino no Município de Campo Formoso, Estado da Bahia, e ao qual o Tribunal de Contas recusara registro em sessão realizada a 30 de dezembro de 1955.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 19 de dezembro de 1956. — João Goulart, Presidente do Senado Federal.

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 68, de 1956

Aprova a Convenção relativa à Corporação Financeira Internacional assinada, a 27 de janeiro de 1955, entre o Brasil e os Estados Unidos da América do Norte.

Art. 1.º — É aprovada a Convenção relativa à Corporação Financeira Internacional, assinada pelo Brasil em Washington a 27 de janeiro de 1955.

Art. 2.º — Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 19 de dezembro de 1956 — João Goulart, Presidente do Senado Federal.

CONVENÇÃO RELATIVA A CORPORAÇÃO FINANCEIRA INTERNACIONAL

Os Governos em cujo nome é assinada a presente convenção concordam no seguinte:

ARTIGO PRELIMINAR

E' criada a Corporação Financeira Internacional (doravante denominada

Corporação), que funcionará de acordo com as disposições seguintes.

ARTIGO I

Finalidade

A Corporação tem por objetivo promover o desenvolvimento econômico mediante incentivo ao empreendimento privado produtivo, nos países membros, particularmente nas áreas menos desenvolvidas, suplementando desta forma as atividades do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (doravante denominado Banco). Para atingir esse objetivo, a Corporação:

(I) auxiliará financeiramente, em cooperação com inversores privados, a instalação, desenvolvimento e expansão de empreendimentos privados produtivos que contribuam para o desenvolvimento de países membros, fazendo investimentos em garantia de reembolso por parte do Governo membro em questão, quando não houver suficiente capital privado disponível em condições razoáveis;

(II) procurará coordenar oportunidades de investimentos, capitais privados domésticos e estrangeiros e administração experimentada; e

(III). procurará estimular o fluxo de capital privado, doméstico e estrangeiro, para investimento produtivo nos países membros, assim como criar condições favoráveis a esse fluxo.

Em todas as suas decisões a Corporação se orientará pelas disposições do presente Artigo.

ARTIGO II

Membros e Capital

Seção 1 — Membros:

(a) Os membros originários da Corporação serão aqueles do Banco constantes da Relação A anexa, que aceitarem tornar-se membros da Corporação na data especificada no Artigo IX, Seção 2 (c), ou antes.

(b) Estará aberta a admissão aos demais membros do Banco, na ocasião e nas circunstâncias estabelecidas pela Corporação.

Seção 2 — Capital:

(a) O capital autorizado da Corporação será de \$ 100.000.000,00 em termos de dólares dos Estados Unidos da América.

(b) O capital autorizado será dividido em 100.000 ações de valor nominal de mil dólares americanos, cada uma. Quaisquer dessas ações não subscritas inicialmente pelos membros originários estarão disponíveis para subscrição posterior de acordo com a Seção 3 (d) deste Artigo.

(c) O montante do capital autorizado em qualquer ocasião pode ser aumentado pela Junta de Governadores, do seguinte modo:

(I) pela maioria dos votos dados, no caso de tal aumento ser necessário para emitir ações destinadas à subscrição inicial por membros outros que não originários, contanto que o aumento total autorizado nos termos deste subparágrafo não ultrapasse 10 mil ações;

(II) em qualquer outro caso, pela maioria de três quartos de todos os votos possíveis.

(d) No caso de aumento autorizado de acordo com o parágrafo (c) (II) acima, cada membro terá uma oportunidade razoável para subscriver, nas condições que vierem a ser estabelecidas pela Corporação, até um montante máximo que guarde com o aumento de capital a mesma proporção que o capital até então subscrito pelo membro mantenha em relação ao capital total da Corporação.

Entretanto, nenhum membro será obrigado a subscrever qualquer parcela do aumento de capital.

(e) A emissão de ações, afóra as subscritas inicialmente ou nos termos do parágrafo (d), acima, requererá a maioria de três quartos de todos os votos possíveis.

(f) As ações da Corporação poderão ser subscritas somente por seus membros e só serão emitidas em nome dos mesmos.

Seção 3 — Subscrição

(a) Cada membro originário subcreverá até o número de ações especificado na Relação "A". O número de ações a serem subscritas pelos demais membros será determinado pela Corporação.

(b) As ações subscritas inicialmente pelos membros originários serão emitidas ao par.

(c) A subscrição inicial de cada membro originário deverá ser paga integralmente dentro de 30 dias a contar seja da data em que a Corporação iniciar suas atividades, nos termos do Artigo IX, Seção 3 (b), seja da data em que o membro originário tornar-se tal, prevalecendo a que for posterior, ou ainda em data ulterior estabelecida pela Corporação. O pagamento deverá ser efetivado em ouro ou em dólares dos Estados Unidos da América, uma vez solicitada pela Corporação, que indicará o local ou locais de pagamento.

(d) O preço e demais condições para a subscrição de ações que não a inicial por membros originários, serão determinados pela Corporação.

Seção 4 — Limitação da Responsabilidade:

Nenhum membro será responsável por obrigações da Corporação, por motivo de sua qualidade de membro.

Seção 5 — Restrições à Transferência e Penhora de Ações:

Em nenhuma circunstância poderão as ações ser penhoradas ou caucionadas e só serão transferíveis à Corporação.

ARTIGO III

Atividades

Seção I — Atividades financeiras:

A Corporação poderá efetuar investimentos com seus recursos em empreendimentos privados produtivos no território de seus membros. A exis-

tência de interesse governamental ou público em tais empreendimentos não impedirá necessariamente a Corporação de aí realizar investimento.

Seção 2 — Formas de Financiamento:

(a) O financiamento da Corporação não terá a forma de investimento em capital por ações. Ressalvada esta determinação a Corporação poderá inverter seus recursos na forma ou formas que julgar apropriadas as circunstâncias, inclusive (mas sem limitação) investimentos que concedam ao beneficiário o direito de participar nos lucros e o direito de subscrever capital ou converter o investimento em capital.

(b) A Corporação não exercerá, em seu nome, nenhum direito de subscrever capital ou de converter qualquer investimento em capital.

Seção 3 — Princípios de Funcionamento:

As atividades da Corporação serão orientadas de acordo com os seguintes princípios:

(I) A Corporação não efetuará nenhum financiamento para o qual, a seu juízo, possa ser obtido suficiente capital privado em condições razoáveis;

(II) a Corporação não financiará empreendimento em território de qualquer membro se este se opuser a tal financiamento;

(III) a Corporação não imporá condições no sentido de que o rendimento proveniente de seus financiamentos seja empregado no território de qualquer país em particular;

(IV) a Corporação não assumirá a responsabilidade da administração de nenhum empreendimento em que haja feito investimentos;

(V) a Corporação concederá financiamentos nos termos e condições que considerar apropriados, levando em consideração os requisitos do empreendimento, os riscos assumidos pela Corporação e os termos e condições normalmente obtidos por investidores particulares em financiamentos semelhantes;

(VI) a Corporação procurará movimentar seus recursos alienando a propriedade de seus investimentos a investidores particulares sempre que puder fazê-lo de maneira apropriada e em termos satisfatórios;

(VII) a Corporação procurará manter uma diversificação razoável em seus investimentos.

Seção 4 — Proteção de interesses:

Nada nesta Convenção impedirá a Corporação de tomar as providências e exercer os direitos que julgue necessários para a proteção de seus interesses, na eventualidade de indício ou transgressão efetiva das condições de seus investimentos, indício ou insolvência efetiva da empresa em que tais investimentos forem efetuados, ou quaisquer outras situações que, a juízo da Corporação, ameacem prejudicá-los.

Seção 5 — Aplicação de Certas Restrições Cambiais:

Os recursos recebidos pela Corporação ou a ela pagáveis, relativos a investimentos da Corporação em território de qualquer dos países membros referidos na Seção 1 deste Artigo, não estarão isentos de restrições, regulamentação e controles cambiais estrangeiros em vigor no território do país membro em questão, simplesmente por força de qualquer dispositivo desta Convenção.

Seção 6 — Atividades Diversas:

Além das atividades mencionadas em outras partes da presente Convenção, a Corporação terá o poder de:

(I) levantar fundos, e para este fim fornecer fianças ou outra qualquer garantia, contanto que, antes de efetuar venda pública de suas obrigações nos mercados de qualquer país membro, obtenha aprovação prévia do referido membro bem como daquele em cuja moeda as obrigações foram denominadas;

(II) inverter capitais, não necessários às suas operações financeiras, em obrigações que determinar e inverter os fundos que mantiver destinados a pensões ou fins correlatos, em quaisquer valores negociáveis, não ficando essas operações sujeitas às restrições impostas por outras Seções deste Artigo;

(III) garantir valores em que haja invertido capitais, a fim de facilitar a sua venda;

(IV) adquirir e vender valores que tenha emitido, garantido, ou nos quais haja invertido capitais;

(V) exercer quaisquer outros poderes peculiares às suas atividades, que

sejam necessários para o cumprimento de seus propósitos.

Seção 7 — Avaliação de Moedas:

Sempre que se tornar necessário, nos termos desta Convenção, avaliar qualquer moeda em termos do valor de outra, tal avaliação será efetuada equitativamente pela Corporação, após consultar o Fundo Monetário Internacional.

Seção 8 — Aviso a ser aposto aos valores:

Todos os valores emitidos pela Corporação ou por ela garantidos terão nitidamente, no anverso, uma declaração no sentido de que não se trata de uma obrigação do Banco ou, salvo quando expressamente indicado no documento, de qualquer governo.

Seção 9 — Proibição de Atividades Políticas

A Corporação e seus funcionários se absterão de intervir na vida política de qualquer membro; tampouco deverão deixar-se influenciar em suas decisões pela feição política de qualquer membro ou membros interessados. Só serão relevantes, nas decisões da Corporação, considerações econômicas, as quais deverão ser aquilatadas imparcialmente a fim de que sejam cumpridas as finalidades estatuídas nesta Convenção.

ARTIGO IV

Organização e Administração

Seção 1 — Estrutura da Corporação

A Corporação terá uma Junta de Governadores, uma Junta de Diretores, um Presidente da Junta de Diretores, um Presidente e todos os funcionários necessários para a execução dos trabalhos que a Corporação determinar.

Seção 2 — Junta de Governadores

(a) Todos os poderes da Corporação serão conferidos à Junta de Governadores.

(b) Cada Governador ou Governador Suplente do Banco, nomeado por membro do Banco que também o seja da Corporação, será, *ex-officio*, Governador ou Suplente, respectivamente, da Corporação. Nenhum Suplente terá direito a voto, a não ser na au-

sência do Governador efetivo. A Junta de Governadores escolherá um dos Governadores para seu Presidente. Qualquer Governador ou Suplente deixará de fazer parte da Junta se o membro que o nomeou deixar de ser membro da Corporação.

(c) A Junta de Governadores poderá delegar à Junta de Diretores autoridade para exercer quaisquer de seus poderes, com exceção dos seguintes:

(I) admitir novos membros e determinar as condições para a sua admissão;

(II) aumentar ou diminuir o capital;

(III) suspender um membro;

(IV) decidir de apelações contra interpretações da presente Convenção pela Junta de Diretores;

(V) concertar meios de cooperação com outros organismos internacionais (salvo meios extra-oficiais de caráter temporário e administrativo);

(VI) decidir a suspensão permanente das atividades da Corporação e distribuir os seus haveres;

(VII) anunciar dividendos;

(VIII) fazer emendas à presente Convenção.

(d) A junta de Governadores realizará uma reunião anual e tantas outras reuniões quantas forem marcadas pela Junta de Governadores ou convocadas pela Junta de Diretores.

(e) A reunião anual da Junta de Governadores da Corporação será realizada em conjunto com a reunião anual da Junta de Governadores do Banco.

(f) O *quorum* para qualquer reunião da Junta de Governadores será a maioria dos Governadores, representando no mínimo dois terços do total dos votos possíveis.

(g) A Corporação poderá estabelecer, por regulamento, um dispositivo pelo qual será possível à Junta de Diretores obter os votos dos Governadores sobre determinada questão sem convocar uma reunião da Junta.

(h) As Juntas de Governadores e de Diretores poderão, na medida autorizada, adotar as normas e regulamentos necessários ou apropriados para conduzir os negócios da Corporação.

(i) Os Governadores e os Governadores Suplentes servirão a Corporação sem dela receberem compensação.

Seção 3 — Votação

(a) Cada membro terá 250 votos mais um voto adicional correspondente a cada ação em seu poder.

(b) Todas as questões trazidas à Corporação serão decididas por maioria de votos dados, salvo os casos previstos expressamente.

Seção 4 — A Junta de Diretores

(a) A Junta de Diretores será responsável pela direção das atividades gerais da Corporação, exercendo com esse propósito todos os poderes que lhe são atribuídos por esta Convenção, e aqueles que a Junta de Governadores lhe delegar.

(b) A Junta de Diretores da Corporação será composta *ex-officio* de cada Diretor Executivo do Banco que (I) tenha sido nomeado por membro do Banco que seja também membro da Corporação, ou (II) tenha sido eleito em pleito no qual os votos de no mínimo um membro do Banco que seja também membro da Corporação tenham favorecido a sua eleição. Os Suplentes de tais Diretores Executivos do Banco serão *ex-officio* Diretores Suplentes da Corporação. Qualquer Diretor deixará de fazer parte da Junta se o membro que o nomeou, ou se todos os membros cujos votos contaram a favor de sua eleição, deixarem de fazer parte da Corporação.

(c) Todo Diretor que for Diretor Executivo nomeado do Banco terá direito ao número de votos atribuídos, na Corporação, ao membro que o nomeou. Todo Diretor que for Diretor Executivo eleito do Banco terá o direito ao número de votos atribuídos, na Corporação, ao membro ou membros cujos votos contaram a seu favor na eleição do Banco. Todos os votos a que um Diretor tenha direito serão dados como uma unidade.

(d) Todo Diretor Suplente terá plenos poderes para atuar na ausência do Diretor que o houver nomeado. Na presença do Diretor, o Suplente poderá participar das reuniões, sem direito a voto.

(e) O *quorum* para qualquer reunião da Junta dos Diretores será a maioria dos Diretores, representando no mínimo a metade do total dos votos possíveis.

(f) A Junta dos Diretores se reunirá com a frequência exigida pelos negócios da Corporação.

(g) A Junta de Governadores adotará regulamentos, pelos quais qualquer membro da Corporação, que não

tenha o direito de nomear um Diretor Executivo do Banco, possa enviar um Representante para assistir a qualquer reunião da Junta de Diretores da Corporação, quando estiver em consideração um pedido feito por esse membro ou um assunto que o interesse particularmente.

Seção 5 — Presidentes das Juntas, Presidente e Funcionários

(a) O Presidente do Banco será Presidente *ex-officio* da Junta de Diretores da Corporação, mas não terá direito a voto se não para decidir casos de empate. Poderá participar das reuniões da Junta de Governadores mas não terá direito a voto nessas reuniões.

(b) O Presidente da Corporação será nomeado pela Junta de Diretores, mediante indicação do Presidente. O Presidente será Chefe do quadro de funcionários da Corporação. Sob a orientação da Junta de Diretores e a supervisão geral de seu Presidente, competirá ao Presidente conduzir os negócios ordinários da Corporação, e sob controle geral da Junta de Diretores e de seu Presidente, será responsável pela organização do quadro de funcionários, a designação e demissão destes. O Presidente poderá participar das reuniões da Junta de Diretores mas não terá direito de voto nessas reuniões. O Presidente pode ser demitido de seu cargo por decisão da Junta de Diretores, aprovada pelo seu Presidente.

(c) O Presidente, o quadro de funcionários e auxiliares da Corporação, no desempenho de suas funções, estarão subordinados exclusivamente à Corporação e a nenhuma outra autoridade; os membros da Corporação deverão respeitar o caráter internacional de suas funções, abstendo-se de qualquer tentativa para influenciar os no desempenho das mesmas.

(d) Ao nomear os funcionários e auxiliares da Corporação, será dada a devida atenção para que o seu recrutamento seja feito em base geográfica tão ampla quanto possível, subordinada à importância decisiva de assegurar os mais altos padrões de eficiência e competência técnica.

Seção 6 — Relações com o Banco

(a) A Corporação será uma entidade separada e distinta do Banco e seus fundos serão mantidos separada e isoladamente dos do Banco. A Cor-

poração não concederá empréstimos ao Banco nem dêle os tomará. As disposições desta Seção não impedirão a Corporação de manter ajustes com o Banco a respeito de facilidade, pessoal e serviços, assim como acêrca do reembolso de despesas administrativas pagas em primeira instância por qualquer das organizações em benefício da outra.

(b) Nada nesta Convenção tornará a Corporação responsável por atos ou obrigações do Banco, ou o Banco por atos ou obrigações da Corporação.

Seção 7 — Relações com outros Organismos Internacionais

A Corporação, por intermédio do Banco, estabelecerá ajustes formais com as Nações Unidas, podendo também fazê-lo com outros organismos públicos internacionais de competência especializada em setores correlatos.

Seção 8 — Localização dos Escritórios

O escritório matriz da Corporação funcionará na mesma localidade em que funcionar o do Banco. A Corporação poderá instalar outros escritórios, no território de qualquer de seus membros.

Seção 9 — Depositários

Cada membro deverá designar o seu respectivo banco central como depositário, no qual a Corporação poderá manter valores na moeda daquele membro, assim como outros haveres da Corporação; se um membro não possuir banco central, designará para esse fim alguma outra instituição que seja aprovada pela Corporação.

Seção 10 — Canais Competentes de Comunicação

Cada membro designará a autoridade competente com a qual a Corporação possa se comunicar com respeito a qualquer assunto referente a esta Convenção.

Seção 11 — Publicação de Relatórios e Fornecimento de Informações

(a) A Corporação publicará um relatório anual contendo um balanço certificado de suas contas e fará circular entre seus membros, a in-

tervalos apropriados, um balancete-sumário e uma demonstração de lucros e perdas apresentando os resultados de suas atividades.

(b) A Corporação poderá publicar quaisquer outros relatórios que considerar aconselháveis para o cumprimento de seus propósitos.

(c) Cópia de todos os relatórios, balanços e publicações autorizadas pela presente seção serão distribuídas aos membros.

Seção 12 — Dividendos

(a) A Junta de Governadores poderá determinar, periodicamente, quais as parcelas da renda líquida e excedentes da Corporação que, após feitas as deduções para reservas, serão distribuídas como dividendos.

(b) Os dividendos serão distribuídos *pro rata*, na proporção do capital subscrito por cada membro.

(c) Os dividendos serão pagos da maneira e na moeda ou moedas que a Corporação determinar.

ARTIGO V

Retirada e Suspensão de Membros; Suspensão de Funcionamento

Seção 1 — Retirada de Membros

Qualquer membro poderá retirar-se da Corporação, a qualquer tempo, mediante aviso por escrito transmitido ao escritório matriz da Corporação. A retirada se tornará efetiva na data de recebimento do referido aviso.

Seção 2 — Suspensão de Membros

(a) Se um membro deixar de cumprir quaisquer de suas obrigações para com a Corporação, esta poderá suspendê-lo mediante decisão da maioria dos Governadores, representando a maioria de todos os votos possíveis. O membro suspenso deixará automaticamente de ser membro depois de um ano a partir da data de sua suspensão, a menos que, por decisão da mesma maioria, lhe sejam restaurados os direitos.

(b) Enquanto vigorar a suspensão, o membro suspenso não poderá gozar dos direitos conferidos pela presente Convenção, exceto o direito de retirar-se da Corporação, permanecendo, entretanto, responsável por todas as suas obrigações.

Seção 3 — Suspensão e Desligamento de Membro do Banco

Qualquer membro que seja suspenso ou que deixe de ser membro do Banco, consoante o caso, estará automaticamente suspenso ou deixará de ser membro da Corporação.

Seção 4 — Direitos e Obrigações dos Governos que deixarem de ser membros:

(a) O Governo que deixar de ser membro da Corporação, continuará a ser responsável por todas as importâncias por ele devidas à Corporação. A Corporação providenciará a re aquisição das ações desse Governo como parte da liquidação de contas, de conformidade com as disposições desta Seção, mas o Governo em questão não gozará de outros direitos concedidos por esta Convenção a não ser os previstos nesta Seção e no Art. VIII (c).

(b) A Corporação e o Governo podem concordar na re aquisição das ações deste nos termos apropriados às circunstâncias, sem considerar os dispositivos do parágrafo (c) abaixo. Tal ajuste poderá, entre outras coisas, prever uma liquidação final de todas as obrigações do Governo para com a Corporação.

(c) Se o ajuste não tiver sido feito dentro de 6 meses após a data em que o Governo deixou de ser membro da Corporação, ou em qualquer outra data acordada entre a Corporação e o referido Governo, o preço de re aquisição das ações deste será o seu valor indicado nos livros da Corporação no dia em que o Governo deixou de ser membro. A re aquisição das ações obedecerá às seguintes disposições:

(I) os pagamentos das ações poderão ser feitos periodicamente, mediante a sua devolução pelo Governo, em prestações, na ocasião e na moeda ou moedas disponíveis que a Corporação determinar, com equidade, levando em consideração a sua própria situação financeira;

(II) qualquer quantia devida ao Governo por conta de suas ações será retida enquanto o Governo ou qualquer de seus órgãos permanecer responsável perante a Corporação pelo pagamento de qualquer quantia, podendo esse último débito, a juízo da Corporação, ser descontado, no seu vencimento, do montante devido pela Corporação;

(III) se a Corporação sofrer perda líquida nos investimentos feitos de conformidade com o art. III, seção 1, e por ela mantidos a data em que o Governo deixar de ser membro, e se o montante da referida perda exceder a importância das reservas previstas para este propósito na referida data, o Governo em questão reembolsará, a pedido, a quantia pela qual o preço de re aquisição das suas ações seria reduzido se a aludida perda tivesse sido levada em consideração, quando o preço de re aquisição foi determinado.

(d) Em nenhum caso, qualquer soma devida a um Governo por conta do seu capital, nos termos desta seção, ser-lhe-á paga antes de seis meses depois da data em que o Governo deixar de ser membro. Se a Corporação suspender as suas operações, nos termos da Seção 5 do presente artigo, dentro do período de seis meses a partir da data em que qualquer Governo deixar de ser membro, todos os direitos desse Governo serão determinados pelos dispositivos da referida Seção 5, e o Governo em questão será ainda considerado membro da Corporação para as finalidades da referida Seção 5, não tendo, entretanto, direito a voto.

Seção 5 — Suspensão das operações e liquidação das obrigações

(a) A Corporação poderá suspender permanentemente suas operações mediante o voto da maioria dos Governadores, representando a maioria de todos os votos possíveis. Depois da suspensão das operações, a Corporação cessará imediatamente todas as suas atividades, com exceção das que dizem respeito à realização ordenada, à conservação e à preservação dos seus haveres e à liquidação de suas obrigações. Até a liquidação final das referidas obrigações e distribuição dos referidos haveres, a Corporação continuará existindo e todos os direitos e obrigações mútuas da Corporação e seus membros nos termos desta Convenção, continuarão em vigor, com a diferença de que nenhum membro será suspenso ou desligado e não haverá distribuição de haveres aos membros, a não ser a prevista nesta Seção.

(b) Nenhuma distribuição será feita aos membros por conta de suas subscrições do capital da Corporação enquanto não forem atendidas ou satisfeitas, todas as obrigações para com os credores e enquanto a Junta dos Governadores, por maioria dos Governadores representando a maioria de todos os votos possíveis, não decidir realizar tal distribuição.

(c) Observadas as condições acima estabelecidas, a Corporação distribuirá seus haveres aos membros *pro rata* na proporção do capital por eles subscrito, respeitada, no caso de qualquer membro, a prévia liquidação de todas as reivindicações pendentes da Corporação contra esses membros. Essa distribuição será feita em datas, moedas e em espécie ou outros haveres que a Corporação considerar justos e equitativos. As parcelas distribuídas aos diversos membros não precisarão, necessariamente, ser uniformes quanto ao tipo dos haveres distribuídos ou das moedas em que forem expressos.

(d) Qualquer membro que receber haveres distribuídos pela Corporação de conformidade com esta Seção, terá com respeito a esses haveres os mesmos direitos de que gozava a Corporação, antes de sua distribuição.

ARTIGO VI

Status, Imunidades e Privilégios

Seção 1 — Finalidades do Artigo:

Para permitir à Corporação o desempenho das funções que lhe são confiadas, serão concedidos, no território de cada membro, o *status*, as imunidades e os privilégios conferidos pelo presente artigo.

Seção 2 — *Status* da Corporação:

A Corporação possuirá plena personalidade jurídica e, especialmente, capacidade para:

- (I) firmar contratos;
- (II) adquirir bens móveis e imóveis e deles dispor;
- (III) instaurar processos judiciais.

Seção 3 — *Posição da Corporação com respeito aos processos judiciais*

As ações contra a Corporação só poderão ser instauradas em corte de

jurisdição competente nos territórios de enebros em que a Corporação tenha escritório, haja nomeado agente para receber avisos e intimações de processos ou em que houver emitido ou garantido valores. Não serão, entretanto, instauradas ações por membros ou por pessoas que representem membros ou que sobre eles tenham reivindicações. A propriedade e haveres da Corporação, independentemente de sua localização e de seus portadores, estarão imunes a todas as formas de confisco, arresto ou execução, antes de proferida a sentença final contra a Corporação.

Seção 4 — *Imunidade dos Haveres ao Arresto:*

A propriedade e haveres da Corporação, independentemente da sua localização ou de seus portadores, estarão imunes a busca, requisição, confiscação, expropriação ou qualquer outra forma de arresto por ação executiva ou legislativa.

Seção 5 — *Imunidade dos arquivos:*

Os arquivos da Corporação serão invioláveis.

Seção 6 — *Isenção de restrições sobre os haveres:*

Na medida do necessário para a execução das operações previstas pela presente Convenção, e de acordo com os termos do Artigo III, Seção 5, e outras disposições desta Convenção, todas as propriedades e haveres da Corporação estarão isentos de restrições, regulamentos, controles e moratórias de qualquer natureza.

Seção 7 — *Privilégio das Comunicações:*

As comunicações oficiais da Corporação gozarão, por parte de cada membro, do mesmo tratamento que este conceder às comunicações oficiais de outros membros.

Seção 8 — *Privilégios e Imunidades de Funcionários e Empregados:*

Todos os Governadores, Diretores, Suplentes, funcionários e empregados da Corporação:

- (I) estarão imunes a processos legais relativos a atos por eles pratica-

dos enquanto no exercício de suas funções;

(II) não sendo cidadãos locais, gozarão das mesmas imunidades de restrições sobre a imigração, exigências de registro de estrangeiro, obrigação de serviço militar, e das mesmas facilidades relativas a restrições cambiais que forem concedidas, pelos membros, aos representantes, funcionários e empregados de outros membros, de categoria comparável;

(III) gozarão dos mesmos privilégios de viagem que forem concedidos pelos membros, aos representantes, funcionários e pessoal de outros membros de categoria comparável.

Seção 9 — Imunidade de Tributação

(a) A Corporação, seus haveres, suas propriedades, sua renda, bem como as operações e transações autorizadas por esta Convenção, estarão isentos de toda tributação e de todos os direitos alfandegários. A Corporação também será imune à responsabilidade pela cobrança ou pagamento de qualquer imposto ou direito.

(b) Nenhum imposto será cobrado sobre os ordenados e emolumentos pagos pela Corporação aos Diretores, Suplentes, funcionários ou empregados da Corporação que não sejam cidadãos, súditos, ou outros nacionais locais.

(c) Nenhuma tributação de qualquer natureza atingirá qualquer obrigação ou valor emitido pela Corporação (inclusive qualquer dividendo ou juro sobre os mesmos) qualquer que seja seu portador;

(I) se representar discriminação contra a obrigação ou valor somente por ser garantido pela Corporação; ou

(II) se a única base jurídica dessa tributação for o lugar ou a moeda em que forem emitidos, cobráveis ou pagos; ou ainda a localização de qualquer escritório ou agência mantida pela Corporação.

(d) Nenhuma tributação de qualquer natureza atingirá qualquer obrigação ou valor garantidos pela Corporação (inclusive qualquer dividendo ou juro sobre os mesmos), qualquer que seja seu portador;

(I) se representar discriminação contra a obrigação ou valor somente por ser garantido pela Corporação; ou

(II) se a única base jurídica dessa tributação for a localização de qualquer escritório ou agência mantida pela Corporação.

Seção 10 — Aplicação do Artigo

Cada membro adotará as medidas que forem necessárias, no seu próprio território, a fim de tornar efetivos, de acordo com a lei nacional, os princípios estabelecidos no presente Artigo, e, informará a Corporação, em pormenor, das medidas adotadas.

Seção 11 — Renúncia de direito

A Corporação, a seu juízo, poderá renunciar a qualquer dos privilégios e imunidades conferidos pelos dispositivos deste Artigo, na extensão e nas condições que vier a determinar.

ARTIGO VII

Emendas

(a) Esta Convenção pode ser emendada pelo voto de três quintos dos Governadores, representando quatro quintos de todos os votos possíveis.

(b) Não obstante o parágrafo (a), acima, será necessário o voto favorável de todos os Governadores no caso de qualquer emenda que modificar:

(I) o direito de retirada da Corporação, estabelecido no Artigo V, Seção I;

(II) o direito de perempção assegurado pelo Artigo II, Seção 2 (d);

(III) a limitação de responsabilidade estabelecida pelo Artigo II, Seção 4.

(c) Qualquer proposta de modificação da presente Convenção, seja oriunda de membro, Governador ou da Junta de Governadores, será comunicada ao Presidente da Junta de Governadores, o qual a submeterá à consideração da mesma. Quando uma emenda proposta for devidamente adotada, a Corporação assim o certificará, por meio de comunicação formal dirigida a todos os membros. As emendas entrarão em vigor para todos os membros três meses depois da data da comunicação formal, a não ser que a Junta de Governadores determine um período mais curto.

ARTIGO VIII

Interpretação e arbitragem

(a) Qualquer questão de interpretação das disposições da presente Convenção que venha a surgir entre qualquer membro e a Corporação ou entre quaisquer membros desta, será submetida à decisão da Junta de Diretores. Se a questão afetar particularmente qualquer membro que não tiver o direito de nomear um Diretor Executivo do Banco, terá ele direito à representação, de acordo com o Artigo IV, Seção 4 (g).

(b) Em qualquer caso em que a Junta de Diretores tomar uma decisão nos termos do parágrafo (a), acima, qualquer membro poderá exigir que a questão seja submetida à Junta de Governadores, cuja decisão será definitiva. Enquanto a questão não for resolvida pela Junta de Governadores, a Corporação poderá agir, na medida que julgar necessário, de acordo com a decisão da Junta de Diretores.

(c) Sempre que surgir um desacórdio entre a Corporação e um país que deixou de ser membro, ou entre a Corporação e qualquer membro durante a suspensão permanente daquela, a questão será submetida à arbitragem de um tribunal de três árbitros, sendo um nomeado pela Corporação, outro pelo país interessado e o terceiro, que será o juiz, nomeado, salvo acordo em contrário das partes, pelo Presidente da Corte Internacional de Justiça, ou outra autoridade equivalente prevista em regulamento adotado pela Corporação. O juiz terá plenos poderes para resolver todas as questões de processo em qualquer caso em que as partes estejam em desacordo.

ARTIGO IX

Disposições finais

Seção 1 — Entrada em vigor

A presente Convenção entrará em vigor quando for assinada em nome de no mínimo trinta Governos, cujas subscrições somem no mínimo setenta e cinco por cento do total das subscrições estabelecidas na Tabela A, e quando houverem sido depositados, em seu nome, os instrumentos mencionados na Seção 2 (a) do presente Artigo, mas em caso algum entrará a presente Convenção em vigor antes de 1.º de outubro de 1955.

Seção 2 — Assinatura

(a) Cada Governo em cujo nome for assinada a presente Convenção, depositará junto ao Banco um instrumento declarando que aceitou esta Convenção, sem reservas, de acordo com a sua legislação e tomou todas as medidas necessárias para habilitá-lo a cumprir todas as suas obrigações, nos termos da presente Convenção.

(b) Cada Governo se tornará membro da Corporação na data em que for depositado, em seu nome, o instrumento referido no parágrafo (a) acima, mas nenhum governo se tornará membro antes de entrar a presente Convenção em vigor, nos termos da Seção I do presente Artigo.

(c) Até o encerramento do expediente do dia 31 de dezembro de 1956, esta Convenção permanecerá aberta, na sede principal do Banco, para assinaturas em nome dos Governos dos países citados na Tabela A.

(d) Esta Convenção permanecerá aberta, após sua entrada em vigor, para a assinatura em nome do governo de qualquer país cuja admissão for aprovada de acordo com o Artigo II, Seção I (b).

Seção 3 — Inauguração da Corporação

(a) Tão logo entre em vigor a presente Convenção, nos termos da Seção I do presente Artigo, o Presidente da Junta de Diretores convocará uma reunião da Junta dos Diretores.

(b) A Corporação iniciará seu funcionamento na data em que se realizar a reunião supracitada.

(c) Enquanto não se realizar a primeira reunião da Junta de Governadores, a Junta de Diretores poderá exercer todos os poderes da Junta de Governadores, exceto aqueles que lhe são privativos, nos termos desta Convenção.

Feita em Washington, em via única, a qual permanecerá depositada nos arquivos do Banco Internacional de Reconstrução e Fomento, cuja assinatura abaixo indica aceitação de atuar como depositário desta Convenção, e de notificar todos os Governos cujos nomes aparecem na Tabela A da data em que a presente Convenção entrar em vigor, de acordo com o Artigo IX, Seção I.

TABELA "A"

Subscrições do Capital da Corporação Financeira Internacional

ESTADO	Número de ações	Quantia em U\$S americanos
Austrália	2.215	2.215.000
Áustria	554	554.000
Bélgica	2.492	2.492.000
Bolívia	78	78.000
Brasil	1.163	1.163.000
Birmânia	166	166.000
Canadá	3.600	3.600.000
Ceilão	166	166.000
Chile	388	388.000
China	6.646	6.646.000
Colômbia	388	388.000
Costa Rica	22	22.000
Cuba	388	388.000
Dinamarca	753	753.000
República Dominicana	22	22.000
Equador	35	35.000
Egito	590	590.000
El Salvador	11	11.000
Etiópia	33	33.000
Finlândia	421	421.000
França	5.815	5.815.000
Alemanha	3.655	3.655.000
Grécia	277	277.000
Guatemala	22	22.000
Haiti	22	22.000
Honduras	11	11.000
Islândia	11	11.000
Índia	4.431	4.431.000
Indonésia	1.218	1.218.000
Iran	372	372.000
Iraque	67	67.000
Israel	50	50.000
Itália	1.994	1.994.000
Japão	2.769	2.769.000
Jordânia	33	33.000
Líbano	50	50.000
Luxemburgo	111	111.000
México	720	720.000
Holanda	3.046	3.046.000
Nicarágua	9	9.000
Noruega	554	554.000
Pasquitação	1.108	1.108.000
Panamá	2	2.000
Paraguai	16	16.000
Peru	194	194.000
Filipinas	166	166.000
Suécia	1.108	1.108.000
Síria	72	72.000
Tailândia	139	139.000
Turquia	476	476.000
União Sul Africana	1.108	1.108.000
Reino Unido	14.400	14.400.000
Estados Unidos	35.168	35.168.000
Uruguai	116	116.000
Venezuela	116	116.000
Iugoslávia	443	443.000
Total	100.000	100.000.000

LEI N.º 2.973 — DE 26 DE NOVEMBRO
DE 1956

Partes vetadas pelo Presidente da República e mantidas pelo Congresso Nacional, do projeto que se transformou na Lei n.º 2.973, de 26 de novembro de 1956.

Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional manteve e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 3.º, da Constituição, o seguinte dispositivo da Lei número 2.973, de 26 de novembro de 1956:

Art. 11:

“... pelas estações arrecadadoras da União...”;

“... por elas diretamente transferidas ao Banco do Brasil S. A. ...”;
“... e ordem...”.

Art. 35:

“... fertilizantes, celulose, álcalis, beneficiamento de minérios...”;
“... e fibras nativas...”; e
“... e consumo...”.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK.

José Maria Alkmim.

LEI N.º 2.975 — DE 27 DE NOVEMBRO
DE 1956

Parte vetada pelo Presidente da República e mantida pelo Congresso Nacional, do Projeto que se transformou na Lei n.º 2.975, de 27-11-56.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional manteve e eu promulgo, nos termos do Art. 70, § 3.º, da Constituição Federal, os seguintes dispositivos da Lei n.º 2.975, de 27 de novembro de 1956:

II — Relação descritiva e nomenclatura das estradas do Plano Rodoviário Nacional

.....

“Os recursos arrecadados para o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem em virtude da presente Lei serão, entre as estradas preferenciais, aplicados na ligação das capitais dos Estados do Norte e Nordeste às dos Estados do Sul do País, através de Feira de Santana, Belo Horizonte e São Paulo, por estrada pavimentada.

Ficam incluídos no plano do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, entre as preferenciais, a construção, o melhoramento e a pavimentação das rodovias BR-5 e BR-11, no prazo máximo de sete anos, a partir da data desta Lei.

Fica incluído no quadro das rodovias preferenciais para pavimentação o trecho Feira-Jequié da BR-4.

Entre as rodovias preferenciais a serem construídas pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, incluem-se:

a) — Rodovia Ilhéus-Pedra Azul, BA e MG;

b) — Rodovia Boa Nova-Coaraci, BA;

c) — Rodovia Itabuna-Conquista (retificação do trecho Itabuna-Ibicaraí), BA;

d) — Rodovia Juiz de Fora-Ubá-Ponte Nova (retificação e pavimentação), MG;

e) — Rodovia Labrea-Humaitá, AM;

f) — Rodovia Itaoira-Santa Maria-Ferro-Guanhães-Virginópolis-Governador Valadares, MG;

g) — Rodovia Lagoa Vermelha-Tórreres, RS;

h) — Cajazeiras-Lavras da Mangabeira-Picos-Loreto-Carolina (conclusão), CE, PI e MA;

i) — BR-23 no trecho Crateus-Piripiri, CE e PI;

j) — BR-52 no trecho Picos-Paulista, PI;

Entre as rodovias preferenciais a serem pavimentadas, incluem-se:

a) — BR-22 Fortaleza-Teresina, CE e PI;

b) — BR-4 Rio-Feira de Santana, DF, RJ, MG e BA;

c) — BR-55 São Paulo-Belo Horizonte, SP e MG;

d) — BR-2 São Paulo-Jaguarão, SP, PR, SC e RS”.

Rio de Janeiro, em 28 de fevereiro de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK

José Maria Alkimim

Lúcio Meira.

LEI N.º 3.052 — DE 21 DE
DEZEMBRO DE 1956

Retifica, sem ônus a Lei n.º 2.665, de 6 de dezembro de 1955, a qual estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1956.

(Publicada no *Diário Oficial* em 22 de dezembro de 1956 e retificada em 26 de dezembro de 1956).

RETIFICAÇÃO

Na publicação de 22 de dezembro de 1956, na página 24.434, 1.ª coluna, onde se lê:

... Santa Casa de Misericórdia —
Bagé — ... 70.000 leia-se:

... Santa Casa de Misericórdia —
Bagé — ... 170.000 ...

LEI N.º 3.073 — DE 22 DE
DEZEMBRO DE 1956

Autoriza o Governo Federal a auxiliar com a importância de Cr\$ 500.000.000.00 o Governo do Estado do Paraná na realização de novos estudos, prosseguimento, equipamento e tráfego da ligação ferroviária Apucarana-Ponta Grossa.

(Publicada no *Diário Oficial* — Seção I — de 26 de dezembro de 1956).

RETIFICAÇÃO

Na ementa, onde se lê:

... Governo do Paraná ...

... Apucarana-Ponta Grossa.

Leia-se:

... Governo do Estado do Paraná ...

... Apucarana-Ponta Grossa.

Na data, onde se lê:

... 135.º da Independência e 68.º da Independência.

Leia-se:

... 135.º da Independência e 68.º da República.

EMENTÁRIO

Leis e decretos publicados nos
volumes I e II de 1957, desta
coleção, classificados pela or-
dem alfabética dos assuntos

EMENTÁRIO

A

"A MARÍTIMA" COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento do capital social da "A Marítima", Companhia de Seguros Gerais.

Decreto n.º 40.812 — de 23 de janeiro de 1957.

"A NOITE"

Dispõe sobre o quadro do pessoal trabalhista da Empresa "A Noite" e das outras providências.

Decreto n.º 40.740 — de 10 de janeiro de 1957.

"A PREFERENCIAL" COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento do capital social da "A Preferencial" — Companhia de Seguros Gerais.

Decreto n.º 40.944 — de 14 de fevereiro de 1957.

A VOZ DA ARARAQUARENSE LIMITADA

Outorga concessão a sociedade A Voz da Araraquarense Limitada para instalar uma estação radiodifusora de ondas médias.

Decreto n.º 40.614 — de 27 de dezembro de 1956.

ABERTURA DE CRÉDITO

— Ver:

O nome do Ministério ou órgão.

ACADEMIAS

Concede autorização para o funcionamento dos Cursos de Música da Academia Paulista de Música.

Decreto n.º 41.214 — de 27 de março de 1957.

ACÓRDOS

Promulga o Protocolo entre o Brasil e a Argentina firmado no Rio de Janeiro, a 16 de setembro de 1912, modificativo do Acôrdio entre os dois países, celebrado, em 16 de fevereiro de 1880, para execução de Cartas-rogatórias.

Decreto n.º 40.998 — de 22 de fevereiro de 1957.

— *Execução de Ajuste estabelecido pela troca de Notas de 21 de janeiro de 1957 entre os Governos do Brasil e dos Estados Unidos da América do Norte. (Acôrdio de Assistência Militar).*

Decreto n.º 41.142 — de 13 de março de 1957.

ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DO RIO DE JANEIRO

Eleva para Cr\$ 1.000.000,00 o limite de Cr\$ 100.000,00 estabelecido no artigo 3.º, alínea g, do Decreto-lei número 3.198, de 14 de abril de 1941 (reorganiza a Administração do Porto do Rio de Janeiro e dá outras providências).

Lei n.º 3.109 — de 10 de março de 1957.

AERONAUTICA

— Ver:

Ministério da Aeronáutica.

AFORAMENTOS

— Ver:

Terrenos de marinha.

AGALMATOLITO

Autoriza o cidadão brasileiro João Fernandes Gimenes Molina a pesquisar agalmatolito e associados no município de Mateus Leme, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 40.962 — de 14 de fevereiro de 1957.

AGÊNCIAS DE INFORMAÇÕES

— Ver:

Estabelecimentos de Informações.

AGUA MINERAL

Autoriza o Estado de Minas Gerais a pesquisar água mineral no município de Itabirito, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 40.106 — de 9 de outubro de 1956.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Plínio Guilherme da Silva a lavar água mineral no município de Astolfo Dutra, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 40.647 — de 28 de dezembro de 1956.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Domício José Corrêa a pesquisar água mineral no município de Itaboraí, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n.º 40.661 — de 28 de dezembro de 1956.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Vitorio Bertin a pesquisar água mineral no município de São Fidélis, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n.º 40.914 — de 13 de fevereiro de 1957.

— *Renova o Decreto n.º 35.826, de 14 de julho de 1954.*

Decreto n.º 40.918 — de 13 de fevereiro de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Arnaldo Rodrigues Duarte a pesquisar água mineral, no município de Resende, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n.º 40.977 — de 15 de fevereiro de 1957.

AGUA MINERAL

— *Autoriza o cidadão brasileiro Dimas Bueno de Camargo a pesquisar água mineral no município de Monte Alegre do Sul, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 41.121 — de 12 de março de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Sebastião Rodrigues Gomes a pesquisar água mineral no município de Palma, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 41.162 — de 18 de março de 1957.

AMIANTO

Renova o Decreto n.º 36.611, de 16 de dezembro de 1954.

Decreto n.º 41.174 — de 19 de março de 1957.

APATITA

Autoriza o cidadão brasileiro Manoel Antunes da Silva a pesquisar apatita e associados, no Município de Jacupiranga, Estado de São Paulo.

Decreto n.º 40.890 — de 12 de fevereiro de 1957.

AREIA QUARTZOSA

Autoriza a cidadã brasileira Licete Martins Barbosa a pesquisar areia quartzosa e associados, nos Municípios de Itaguaí e Nova Iguaçu, no Estado do Rio de Janeiro.

Decreto n.º 40.650 — de 28 de dezembro de 1956.

— *Autoriza a Sociedade de Mineração e Beneficiamento "Manoel Luis Dias" Ltda., a pesquisar areia quartzosa no município de São Vicente, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 41.130 — de 12 de março de 1957.

ARGILA

Autoriza o cidadão brasileiro Armando João Caropreso a lavar argila e associados no município de São Paulo, Estado de São Paulo.

Decreto n.º 40.653 — de 28 de dezembro de 1956.

ARGILA

— Autoriza a Cia. de Cimento Portland "Ponte Alta" a pesquisar argila e associados no município de Uberaba, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 40.660 — de 28 de dezembro de 1956.

— Autoriza o cidadão brasileiro José Ferreira Bento a pesquisar argila e associados no município de Salesópolis, Estado de São Paulo.

Decreto n.º 40.769 — de 15 de janeiro de 1957.

— Autoriza Empresa de Caulim Limitada a pesquisar argila e associados no município de Magé, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto n.º 40.784 — de 15 de janeiro de 1957.

— Renova o Decreto n.º 36.342, de 18 de outubro de 1954.

Decreto n.º 40.814 — de 23 de janeiro de 1957.

— Autoriza o cidadão brasileiro Jacyro Faury a pesquisar argila, caulim e associados, no município de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo.

Decreto n.º 40.903 — de 13 de fevereiro de 1957.

— Declara sem efeito o Decreto n.º 39.581, de 13 de julho de 1956.

Decreto n.º 40.919 — de 13 de fevereiro de 1957.

— Autoriza o cidadão brasileiro Milton Antônio Parolin a lavar argila e caulim no município de Campo Largo, Estado do Paraná.

Decreto n.º 40.953 — de 14 de fevereiro de 1957.

— Autoriza o cidadão brasileiro Osiris José Parolin a lavar caulim e argila no município de Campo Largo, Estado do Paraná.

Decreto n.º 40.954 — de 14 de fevereiro de 1957.

ARGILA

— Autoriza o cidadão brasileiro Delto Menozzi Teixeira a pesquisar calcário, argila, xisto argiloso e associados no município de Iporanga, Estado de São Paulo.

Decreto n.º 40.955 — de 14 de fevereiro de 1957.

— Autoriza o cidadão brasileiro Amâncio Gomes Corrêa a pesquisar argila e associados, no município de Guarulhos, Estado de São Paulo.

Decreto n.º 41.178 — de 19 de março de 1957.

ARGILA REFRATÁRIA

Autoriza o cidadão brasileiro José Pedro a lavar argila refratária e associados no município de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo.

Decreto n.º 41.122 — de 12 de março de 1957.

ARMADA

— Ver:

Ministério da Marinha.

ASSICURAZIONI GENERALI DI TRIESTE E VENEZIA

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Assicurazioni Generali Di Trieste e Venezia.

Decreto n.º 40.527 — de 11 de dezembro de 1956.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DEFESA DOS DIREITOS DO HOMEM

Suspende o funcionamento da Associação Brasileira de Defesa dos Direitos do Homem, com sede no Distrito Federal.

Decreto n.º 41.187 — de 20 de março de 1957.

ASSOCIAÇÃO FEMININA DO DISTRITO FEDERAL

Suspende o funcionamento da Associação Feminina do Distrito Federal — A. F. D. F., com sede nesta Capital.

Decreto n.º 40.788 — de 22 de janeiro de 1957.

ATALAIA COMPANHIA DE SEGUROS

Aprova alterações introduzidas no Estatuto, inclusive aumento do capital social da Atalaia Companhia de Seguros.

Decreto n.º 40.598 — de 27 de dezembro de 1956.

AUTARQUIAS

Regulamenta o artigo 1.º da Lei n.º 1.741, de 22 de novembro de 1952.

Decreto n.º 40.746 — de 15 de janeiro de 1957.

AUTOMÓVEIS

— Ver:

Plano Nacional da Indústria Automobilística.

AVIAÇÃO CIVIL

Torna pública a adesão pelo Governo do Marrocos, da Convenção sobre Aviação Civil Internacional, firmada em Chicago a 7 de dezembro de 1944.

Decreto n.º 40.925 — de 13 de fevereiro de 1957.

AUTORIZAÇÃO DE LAVRA

— Ver:

O nome do elemento lavrado.

AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA

— Ver:

O nome do elemento pesquisado.

AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAR COMO EMPRESA DE MINERAÇÃO

— Ver:

O nome da entidade autorizada.

AUXÍLIO-MATERNIDADE

Dispõe sobre o auxílio-maternidade prestado pelo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários e das outras providências.

Decreto n.º 40.858 — de 5 de fevereiro de 1957.

AZEVEDO & CIA. LTDA.

Concede à firma comercial Azevedo & Cia. Ltda. autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto n.º 40.608 — de 27 de dezembro de 1956.

B

BABAÇU

Cria, no Instituto de Oleos, do Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas, do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas, do Ministério da Agricultura, o "Grupo de Estudo do Babaçu".

Decreto n.º 41.150 — de 14 de março de 1957.

BANCO DE CRÉDITO REAL DE MINAS GERAIS

Prorroga a autorização do prazo de funcionamento concedido ao Banco de Crédito Real de Minas Gerais.

Decreto n.º 41.155 — de 15 de março de 1957.

BANCO DE RIBEIRÃO PRÊTO LIMITADA, SOCIEDADE COOPERATIVA

Concede autorização para constituição do "Banco de Ribeirão Preto Limitada, Sociedade Cooperativa", com sede na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo.

Decreto n.º 40.733 — de 9 de janeiro de 1957.

BANCO DO BRASIL S. A.

Aprova o Regulamento da Carteira de Colonização do Banco do Brasil S. A.

Decreto n.º 41.093 — de 6 de março de 1957.

BANCO DO ESTADO DE SÃO PAULO S. A.

Aprova a alteração estatutária do Banco do Estado de São Paulo S. A.
Decreto n.º 39.823 — de 21 de agosto de 1956.

BANCO INDUSTRIAL, COMERCIAL E AGRÍCOLA DO DISTRITO FEDERAL

Concede autorização ao Banco Industrial, Comercial e Agrícola do Distrito Federal — (Sociedade Cooperativa de Crédito) — com sede no Distrito Federal, para alterar seu estatuto social.

Decreto n.º 40.434 — de 27 de novembro de 1956.

BANCO NACIONAL DE CRÉDITO COOPERATIVO

Autoriza a entrega, ao Banco Nacional de Crédito Cooperativo, da parcela de Cr\$ 500.000.000,00, dos recursos provenientes das sobretaxas cambiais, para refinanciamento à lavoura do País.

Decreto n.º 41.003 — de 25 de fevereiro de 1957.

BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Partes vetadas pelo Presidente da República e mantidas pelo Congresso Nacional, do projeto que se transformou na Lei n.º 2.973, de 26 de novembro de 1956.

— Autoriza o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico a subcrever ações ordinárias da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco.

Decreto n.º 41.067 — de 28 de fevereiro de 1957.

BANCOS

Dispõe sobre a denominação de estabelecimentos bancários.

Lei n.º 3.113 — de 15 de março de 1957.

BAUXITA

Autoriza a Sociedade São Paulo de Mineração Ltda. a pesquisar bauxita e associados no Município de Santa Isabel, Estado de São Paulo.

Decreto n.º 40.657 — de 28 de dezembro de 1956.

BAUXITA

— Autoriza o cidadão brasileiro Alvino Hosken de Oliveira a pesquisar bauxita e associados no município de Caldas, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 40.951 — de 14 de fevereiro de 1957.

BAUXITA DA AMAZÔNIA LTDA.

Concede à Bauxita da Amazônia Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n.º 41.072 — de 28 de fevereiro de 1957.

BERILO

Autoriza a empresa de mineração Produção — Sociedade de Produção e Comércio de Minérios e Matérias Primas Ltda. a lavrar berilo e associados no Município de Itinga, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 40.901 — de 13 de fevereiro de 1957.

— Autoriza o cidadão brasileiro Arlindo Martins de Freitas a pesquisar berilo, quartzo e associados no município de Conselheiro Pena, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 41.138 — de 12 de março de 1957.

"BRASIL" COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento do capital social da "Brasil" Companhia de Seguros Gerais.

Decreto n.º 40.601 — de 27 de dezembro de 1956.

BRASILMAR MERIDIONAL DE NAVEGAÇÃO LTDA.

Concede à sociedade Brasilmar Meridional de Navegação Limitada autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto n.º 40.943 — de 14 de fevereiro de 1957.

**BRAZILIAN COAL COMPANY
LIMITED**

Concede à sociedade Brazilian Coal Company Limited autorização para continuar a funcionar na República.

Decreto n.º 40.607 — de 27 de dezembro de 1956.

C**CACAU**

Institui o Plano de Recuperação Econômico-Rural da lavoura cacauífera do País.

Decreto n.º 40.987 — de 20 de fevereiro de 1957.

CAFÉ

Fixa a competência exclusiva do Instituto Brasileiro do Café para a padronização, classificação, fiscalização, exame e análise do Café.

Decreto n.º 41.080 — de 2 de março de 1957.

**CAIXAS DE APOSENTADORIA
E PENSÕES**

Autoriza as instituições de previdência social a estabelecer convênios para execução de serviços.

Decreto n.º 41.188 — de 22 de março de 1957.

**CAIXAS ECONÔMICAS
FEDERAIS**

Altera o Quadro de Pessoal da Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro, e dá outras providências.

Decreto n.º 40.997 — de 21 de fevereiro de 1957.

Inclui cargo no Quadro de Pessoal da Caixa Econômica Federal do Estado do Rio, e dá outras providências.

Decreto n.º 41.154 — de 15 de março de 1957.

CALCÁRIO

Autoriza o cidadão brasileiro Lourival Luiz Vilas Boas, a pesquisar calcário, mármore e associados, no Município de Bom Sucesso, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 40.649 — de 28 de dezembro de 1956.

CALCÁRIO

Autoriza o cidadão brasileiro Nylton Gomes da Silva a pesquisar calcário e associados no Município de Itaperuna, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto n.º 40.656 — de 28 de dezembro de 1956.

Altera o Decreto n.º 36.344, de 18 de outubro de 1954.

Decreto n.º 40.754 — de 15 de janeiro de 1957.

Autoriza Indústria de Mármore Itava Ltda. a pesquisar mármore, calcário e associados no município de Campos, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto n.º 40.766 — de 15 de janeiro de 1957.

Renova o Decreto n.º 36.815, de 25 de janeiro de 1955.

Decreto n.º 40.813 — de 23 de janeiro de 1957.

Autoriza o cidadão brasileiro Sebastião de Faria Reis a pesquisar calcário e associados no município de Alpinópolis, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 40.824 — de 23 de janeiro de 1957.

Autoriza o cidadão brasileiro Rui da Costa Gomes a pesquisar calcário no município de Rio Pardo, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto n.º 40.905 — de 13 de fevereiro de 1957.

Renova o Decreto n.º 36.613 de 16 de dezembro de 1954.

Decreto n.º 40.909 — de 13 de fevereiro de 1957.

Autoriza o cidadão brasileiro Hugo Pacheco a pesquisar calcário e associados no município de Iporanga, Estado de São Paulo.

Decreto n.º 40.910 — de 13 de fevereiro de 1957.

Autoriza os cidadãos brasileiros João Batista do Vale e Martiniano Zuquim, a lavrar calcário no município de Arcos, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 40.911 — de 13 de fevereiro de 1957.

CALCÁRIO

— *Autoriza o cidadão brasileiro Heider Nunes dos Santos a pesquisar calcário no município de Maroim, Estado de Sergipe.*

Decreto n.º 40.912 — de 13 de fevereiro de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro João Nogueira Duarte a lavrar calcário, mármore e associados no município de Jaboticatubas, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 40.915 — de 13 de fevereiro de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Delto Menozzi Teixeira a pesquisar calcário, argila, xisto argiloso e associados no município de Iporanga, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 40.955 — de 14 de fevereiro de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Francisco Carneiro Sobrinho a pesquisar calcário e associados no município de João Pessoa, Estado da Paraíba.*

Decreto n.º 40.956 — de 14 de fevereiro de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Abílio Pereira de Lima a pesquisar calcário e associados no município de Itumirim, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 40.958 — de 14 de fevereiro de 1957.

— *Autoriza a Companhia Catarinense de Cimento Portland a lavrar calcário e associados no município de Brusque, Estado de Santa Catarina.*

Decreto n.º 41.119 — de 10 de março de 1957.

— *Autoriza a empresa de mineração Bilac, Mauerberg & Cia. Ltda., a pesquisar calcário no Município de Tietê, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 41.172 — de 19 de março de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Benedito José Velloso Cesar a pesquisar calcário conchífero e corallígeno no município de Igarapé, Estado de Pernambuco.*

Decreto n.º 41.182 — de 19 de março de 1957.

CAMPANHA DE FORMAÇÃO DE GEÓLOGOS

Institui a Campanha de Formação de Geólogos (C. A. G. E.).

Decreto n.º 40.783 — de 18 de janeiro de 1957.

CARVÃO

Autoriza os cidadãos brasileiros Octavio Coan e João Emílio Serajim a pesquisar carvão mineral no município de Jaguaruna, Estado de Santa Catarina.

Decreto n.º 40.825 — de 23 de janeiro de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Ricardo Jafet a lavrar carvão mineral no município de Urussanga, Estado de Santa Catarina.*

Decreto n.º 40.952 — de 14 de fevereiro de 1957.

— *Dispõe sobre os preços de venda do carvão de Santa Catarina e dá outras providências.*

Decreto n.º 41.107 — de 8 de março de 1957.

— *Dá nova redação ao artigo 3.º do Decreto n.º 41.107, de 8 de março de 1957.*

Decreto n.º 41.132 — de 12 de março de 1957.

CAULIM

Autoriza a Companhia Paulista de Mineração a pesquisar caulim e associados no município de Pirai, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto n.º 40.645 — de 28 de dezembro de 1956.

— *Autoriza Porcelana Real S. A. a pesquisar caulim e associados no município de Itapeverica da Serra, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 40.652 — de 28 de dezembro de 1956.

— *Autoriza Perbex Minérios Limitada a lavrar caulim, mica e associados no município de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 40.659 — de 28 de dezembro de 1956.

CAULIM

— Autoriza o cidadão brasileiro *Guilherme Furtado Portugal* a lavar mica, caulim e associados no município de Rio Preto, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 40.819 — de 23 de janeiro de 1957.

— Autoriza *Pexbez Minérios Ltda.*, a pesquisar caulim, mica, feldspato e associados no município de Matias Barbosa, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 40.821 — de 23 de janeiro de 1957.

— Autoriza o cidadão brasileiro *Jaeyro Faurý* a pesquisar argila, caulim e associados, no município de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo.

Decreto n.º 40.903 — de 13 de fevereiro de 1957.

— Autoriza o cidadão brasileiro *Victor Belfort Arantes Filho* a pesquisar caulim e associados no município de Pequerê, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 40.907 — de 13 de fevereiro de 1957.

— Autoriza o cidadão brasileiro *Milton Antônio Parolin* a lavar argila e caulim no município de Campo Largo, Estado do Paraná.

Decreto n.º 40.953 — de 14 de fevereiro de 1957.

— Autoriza o cidadão brasileiro *Osiris José Parolin* a lavar caulim e argila no município de Campo Largo, Estado do Paraná.

Decreto n.º 40.954 — de 14 de fevereiro de 1957.

— Autoriza o cidadão brasileiro *José Francisco de Barros Melo* a pesquisar caulim e associados no município de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo.

Decreto n.º 40.966 — de 14 de fevereiro de 1957.

CAULIM

— Autoriza o cidadão brasileiro *Silvério Mendonça de Magalhães* a pesquisar caulim, feldspato e mica no município de Tombos, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 40.967 — de 14 de fevereiro de 1957.

— Autoriza o cidadão brasileiro *Rosário Mucciolo* a lavar caulim no município de Guarulhos, Estado de São Paulo.

Decreto n.º 41.131 — de 12 de março de 1957.

CENTRAL ELÉTRICA DE FURNAS S. A.

Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica à Central Elétrica de Furnas S. A. — Furnas.

Decreto n.º 41.066 — de 28 de fevereiro de 1957.

CENTRO DO COMÉRCIO DE CAFÉ DO RIO DE JANEIRO

Concede à sociedade civil "Centro do Comércio de Café do Rio de Janeiro", a prerrogativa de órgão técnico consultivo.

Decreto n.º 41.082 — de 2 de março de 1957.

CERÂMICA INDAIATUBA S. A.

Concede à Cerâmica Indaiatuba S. A. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n.º 40.947 — de 14 de fevereiro de 1957.

CESSÃO DE IMÓVEL DA UNIÃO

— Ver:

O nome do concessionário.

CHUMBO

Autoriza o cidadão brasileiro *Antônio Ermírio de Moraes* a pesquisar minérios de zinco, cobre, chumbo e associados no município de Vazante, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 40.761 — de 15 de janeiro de 1957.

CHUMBO

— *Ratifica e amplia a autorização concedida pelo Decreto n.º 37.504, de 17 de junho de 1955.*

Decreto n.º 40.946 — de 14 de fevereiro de 1957.

COBALTO

Autoriza o cidadão brasileiro Marco Antônio Monteiro de Barros a pesquisar mica, quartzo, cobalto e associados no município de Goianéria, Estado de Goiás.

Decreto n.º 41.171 — de 19 de março de 1957.

COBRE

Autoriza o cidadão brasileiro Giovanni Battista Cervetto a pesquisar minérios de cobre e associados, no município de Apiaí, Estado de São Paulo.

Decreto n.º 40.643 — de 28 de dezembro de 1956.

— *Autoriza os cidadãos brasileiros Wilson Mendes de Andrade e Agrário Mendes Ferraz a pesquisar minério de cobre e associados no município de Vitória da Conquista, Estado da Bahia.*

Decreto n.º 40.646 — de 28 de dezembro de 1956.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Ermirio de Moraes a pesquisar minérios de zinco, cobre, chumbo e associados no município de Vazante, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 40.761 — de 15 de janeiro de 1957.

— *Ratifica e amplia a autorização concedida pelo Decreto n.º 37.504, de 17 de junho de 1955.*

Decreto n.º 40.946 — de 14 de fevereiro de 1957.

COLÉGIOS

Altera o Regulamento para o Colégio Naval.

Decreto n.º 40.722 — de 8 de janeiro de 1957.

COLÉGIOS

— *Cria o Colégio Militar de Salvador e dá outras providências.*

Decreto n.º 40.843 — de 28 de janeiro de 1957.

COLETORIAS

— *Ver:*

Ministério da Fazenda.

COLUMBIA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS DE VIDA E RAMOS ELEMENTARES

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento de capital social da Columbia Companhia Nacional de Seguros de vida e ramos elementares.

Decreto n.º 40.811 — de 23 de janeiro de 1957.

COMISSÃO DO VALE DO SÃO FRANCISCO

Autoriza a Comissão do Vale do São Francisco a aceitar a doação do terreno onde está situado o Hospital Regional de Carinhanha no Estado da Bahia.

Decreto n.º 40.863 — de 6 de fevereiro de 1957.

— *Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação, os imóveis mencionados.*

Decreto n.º 40.864 — de 7 de fevereiro de 1957.

— *Autoriza a Comissão do Vale do São Francisco a aceitar a doação de terrenos de propriedade da Prefeitura Municipal de Propriá, no Estado de Sergipe.*

Decreto n.º 41.060 — de 27 de fevereiro de 1957.

— *Autoriza a Comissão do Vale do São Francisco a realizar, em nome da União, operação de crédito com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, destinada a complementar recursos para a construção da barragem de Três Marias, no Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 41.065 — de 28 de fevereiro de 1957.

COMISSÃO DO VALE DO SÃO FRANCISCO

— *Autoriza a Comissão do Vale do São Francisco a aceitar a doação de um terreno, na Granja São Jorge, situada na localidade de Lagoa dos Pombos, Município de Floresta, Estado de Pernambuco, de propriedade do Sr. Hêlio Gomes Delgado, residente em Recife, no mesmo Estado.*

Decreto n.º 41.196 — de 26 de março de 1957.

COMISSÕES

Cria, no Ministério da Saúde, uma Comissão Técnica Interministerial.

Decreto n.º 40.737 — de 9 de janeiro de 1957.

— *Dispõe sobre a constituição da Comissão incumbida de estudar um convênio a ser celebrado, entre a União Federal e o Estado de São Paulo, para a execução dos serviços de polícia marítima, aérea e de fronteiras.*

Decreto n.º 40.743 — de 14 de janeiro de 1957.

— *Altera o Decreto n.º 29.803, de 25 de julho de 1951, (Comissão Nacional de Política Agrária).*

Decreto n.º 40.787 — de 21 de janeiro de 1957.

— *Transfere para o Ministério da Agricultura a Comissão Consultiva de Armazéns e Silos, criada pelo Decreto n.º 33.916, de 16 de março de 1956, e dá outras providências.*

Decreto n.º 40.855 — de 30 de janeiro de 1957.

— *Estabelece normas para a importação de máquinas rodoviárias e dá outras providências. (Comissão de Máquinas Rodoviárias).*

Decreto n.º 41.097 — de 7 de março de 1957.

COMITÉ INTERGOVERNAMENTAL PARA MIGRAÇÕES EUROPEIAS

Aprova a Constituição adotada na VI reunião do Comité-Intergovernamental para Migrações Europeias.

Decreto Legislativo n.º 64, de 1956.

COMPAGNIE D'ASSURANCES GÉNÉRALES CONTRE L'INCENDIE ET LES EXPLOSIONS

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento do capital social da Compagnie D'Assurances Générales Contre L'incendie et les Explosions.

Decreto n.º 40.713 — de 8 de janeiro de 1957.

COMPANHIA BOAVISTA DE SEGUROS

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento do capital social da Companhia Boavista de Seguros.

Decreto n.º 40.584 — de 26 de dezembro de 1956.

COMPANHIA BURROUGHS DO BRASIL, INC.

Concede à Companhia Burroughs do Brasil, Inc. autorização para continuar a funcionar na República.

Decreto n.º 40.940 — de 14 de fevereiro de 1957.

COMPANHIA COMÉRCIO E NAVEGAÇÃO

Concede à Companhia Comércio e Navegação autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto n.º 40.712 — de 8 de janeiro de 1957.

COMPANHIA CONTINENTAL DE SEGUROS

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia Continental de Seguros.

Decreto n.º 40.932 — de 13 de fevereiro de 1957.

COMPANHIA DE SEGUROS ALIANÇA DO PARÁ

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento do capital social, da Companhia de Seguros Aliança do Pará.

Decreto n.º 40.697 — de 31 de dezembro de 1956.

COMPANHIA DE SEGUROS "LA FONCIERE INCENDIE"

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia de Seguros "La Fonciere Incendie".

Decreto n.º 40.525 — de 11 de dezembro de 1956.

COMPANHIA DE SEGUROS MARÍTIMOS E TERRESTRES "PELOTENSE"

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento do capital social da Companhia de Seguros Marítimos e Terrestres "Pelotense".

Decreto n.º 40.945 — de 14 de fevereiro de 1957.

COMPANHIA DE SEGUROS MINAS BRASIL

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento do capital social da Companhia de Seguros Minas Brasil.

Decreto n.º 40.937 — de 14 de fevereiro de 1957.

COMPANHIA DE SEGUROS NITERÓI

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento do capital social da Companhia de Seguros Nitheroy.

Decreto n.º 41.083 — de 2 de março de 1957.

COMPANHIA DE SEGUROS RIACHUELO

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento do capital social da Companhia de Seguros Riachuelo.

Decreto n.º 40.850 — de 29 de janeiro de 1957.

COMPANHIA DE SEGUROS "VILA RICA"

Concede à Companhia de Seguros "Vila Rica" autorização para funcionar e aprova os seus Estatutos.

Decreto n.º 40.695 — de 31 de dezembro de 1956.

COMPANHIA HEMISFÉRICA DE SEGUROS

Concede à Companhia Hemisférica de Seguros autorização para funcionar e aprova seus Estatutos.

Decreto n.º 40.588 — de 26 de dezembro de 1956.

COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO

Declara de utilidade pública a faixa de terra destinada à passagem da linha de transmissão de 68kv da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco de Angelim à Caruaru.

Decreto n.º 40.724 — de 9 de janeiro de 1957.

COMPANHIA MOGIANA DE ESTRADAS DE FERRO

Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pela Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, área de terreno situada no Estado de São Paulo.

Decreto n.º 40.893 — de 12 de fevereiro de 1957.

COMPANHIA NAVEGAÇÃO DAS LAGOAS

Concede à Companhia Navegação das Lagoas autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto n.º 40.611 — de 27 de dezembro de 1957.

COMPANHIA NIQUEL TOCANTINS

— Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica à Companhia Niquel Tocantins.

Decreto n.º 40.815 — de 23 de janeiro de 1957.

COMPANHIA PAULISTA DE ESTRADAS DE FERRO

Inclui a importância de Cr\$ 26.619.925,00, no Plano Geral de Obras e Aquisições da Companhia Paulista de Estradas de Ferro.

Decreto n.º 40.749 — de 15 de janeiro de 1957.

COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL

Autoriza o Ministro da Fazenda a dar a garantia do Tesouro Nacional à operação de crédito negociada pela Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil.

Decreto n.º 41.189 — de 22 de março de 1957.

— *Atribui à Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil os estudos e construção de linhas férreas de interesse do futuro Distrito Federal.*

Decreto n.º 41.193 — de 26 de março de 1957.

COMUNIDADE EVANGÉLICA LUTERANA DE NOVA FRIBURGO

Autoriza a cessão gratuita do terreno que menciona, situado no Estado do Rio de Janeiro.

Decreto n.º 41.226 — de 29 de março de 1957.

CONCHAS CALCÁRIAS

Autoriza o cidadão brasileiro Mirabeau Pacheco Baltar a pesquisar conchas calcárias no município de Arroio Grande, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto n.º 41.129 — de 12 de março de 1957.

CONDECORAÇÕES

Regula o uso de condecoração nos uniformes militares, na forma do que prescreveu o art. 11 do Decreto n.º 40.556, de 17 de dezembro de 1956.

Decreto n.º 41.112 — de 11 de março de 1957.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO

Autoriza a filiação de entidade sindical patronal à Organização Internacional dos Empregadores e ao Conselho Internacional dos Empregadores do Comércio.

Decreto n.º 41.081 — de 2 de março de 1957.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE JORNALISTAS (III)

Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$.. 300.000,00 para auxiliar a Associação Goiana de Imprensa, pela realização da III Conferência Nacional de Jornalistas, na Cidade de Goiânia, Estado de Goiás.

Decreto n.º 41.022 — de 27 de fevereiro de 1957.

CONGRESSO DE HIGIENE (13.º)

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 500.000,00 para auxiliar a realização do 13.º Congresso de Higiene, em Fortaleza, capital do Estado do Ceará.

Lei n.º 3.117 — de 25 de março de 1957.

CONSELHO COORDENADOR DO ABASTECIMENTO

Dá nova redação ao art. 3.º do Decreto n.º 36.521, de 2 de dezembro de 1954, alterado pelo art. 2.º do Decreto n.º 38.841, de 12 de março de 1956.

Decreto n.º 41.191 — de 25 de março de 1957.

CONSELHO NACIONAL DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA

Declara o Instituto de Águas e Energia Elétrica do Estado do Piauí, "Órgão Auxiliar" do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica e dá outras providências.

Decreto n.º 40.725 — de 9 de janeiro de 1957.

— *Transfere função da Tabela Única de Extranumerário-mensalista — Parte Permanente — do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, para iguais Tabela e Parte do Ministério da Educação e Cultura.*

Decreto n.º 40.860 — de 6 de fevereiro de 1957.

CONSELHO NACIONAL DE PESQUISAS

Aprova as Tabelas da Pessoal do Conselho Nacional de Pesquisas, do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação e do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, e dá outras providências.

Decreto n.º 40.975 — de 15 de fevereiro de 1957.

CONSELHO NACIONAL DO PETRÓLEO

Dispõe sobre as relações entre o Conselho Nacional do Petróleo e a Petróleo Brasileiro S. A. — Petrobrás, e dá outras providências.

Decreto n.º 40.845 — de 28 de janeiro de 1957.

CONSELHOS DE ARQUITETURA E ENGENHARIA

Dispõe sobre as anuidades devidas aos Conselhos de Engenharia e Arquitetura pelos profissionais e firmas que lhes estejam jurisdicionados.

Lei n.º 3.097 — de 31 de janeiro de 1957.

CONSELHOS DE CONTRIBUINTES

Dispõe sobre a reorganização do Primeiro Conselho de Contribuintes, e dá outras providências.

Decreto n.º 40.729 — de 9 de janeiro de 1957.

CONSULADOS

— Ver:

Ministério das Relações Exteriores.

CONTRATOS

Aprova o termo de contrato celebrado entre a firma I.B.M. World Trade Corporation e a Divisão do Material do Departamento de Administração do Ministério da Agricultura.

Decreto legislativo n.º 65, de 1956.

— Aprova o termo aditivo ao contrato celebrado entre a Departamento Nacional de Obras Contra as Secas e a Sociedade Construtora Bahiana Limitada.

Decreto legislativo n.º 67, de 1956.

CONTRATOS

— Mantém a decisão do Tribunal de Contas, denegatória de registro ao contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a Sociedade Nacional de Construções "SONACO" Ltda.

Decreto legislativo n.º 2, de 1957.

CONVENÇÕES

Aprova a Convenção relativa à Corporação Financeira Internacional assinada, a 27 de janeiro de 1955, entre o Brasil e os Estados Unidos da América do Norte.

Decreto legislativo n.º 68, de 1956.

— Aprova a Convenção sobre Assistência Judiciária Gratuita, firmada entre o Brasil e a Bélgica.

Decreto legislativo n.º 1, de 1957.

— Promulga a Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar, firmada em Londres, a 10 de junho de 1948, entre o Brasil e vários países.

Decreto n.º 40.344 — de 13 de novembro de 1956.

— Torna pública a adesão da Grécia à Convenção de Berna para a proteção das Obras Literárias e Artísticas, revista, em Bruxelas, em 26 de junho de 1948.

Decreto n.º 40.924 — de 13 de fevereiro de 1957.

— Torna pública a adesão pelo Governo do Marrocos, da Convenção sobre Aviação Civil Internacional, firmada em Chicago a 7 de dezembro de 1944.

Decreto n.º 40.925 — de 13 de fevereiro de 1957.

— Torna pública a denúncia, por parte do Brasil, da Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar, assinada, em Londres em 31 de maio de 1929.

Decreto n.º 40.927 — de 13 de fevereiro de 1957.

CONVENÇÕES

— *Torna pública a denúncia, pelos Governos da Argentina e Turquia, da Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar, firmada em Londres a 31 de maio de 1929.*

Decreto n.º 40.928 — de 13 de fevereiro de 1957.

— *Torna público o depósito pelo Governo da Turquia, do Instrumento de aceitação da Convenção Internacional para Salvaguarda da Vida Humana no Mar, assinada em Londres, em 1948.*

Decreto n.º 40.929 — de 13 de fevereiro de 1957.

— *Torna público o depósito do Instrumento de adesão por parte do Governo da República do Sudão à Convenção da Organização Mundial de Meteorologia assinada em Washington, em 11 de outubro de 1947.*

Decreto n.º 40.930 — de 13 de fevereiro de 1957.

COOPERATIVA BANCO DE CRÉDITO POPULAR SÃO PAULO LIMITADA

Concede autorização para constituição da "Cooperativa Banco de Crédito Popular São Paulo Limitada", com sede na Capital do Estado de São Paulo.

Decreto n.º 40.734 — de 9 de janeiro de 1957.

COOPERATIVA DE CRÉDITO POPULAR 9 DE JULHO LIMITADA

Concede autorização para constituição da "Cooperativa de Crédito Popular 9 de Julho Limitada", com sede em São Paulo.

Decreto n.º 40.501 — de 8 de dezembro de 1956.

CORPO DE BOMBEIROS DO DISTRITO FEDERAL

Aprova o Regulamento do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal.

Decreto n.º 41.096 — de 7 de março de 1957.

CORPO DE BOMBEIROS DO DISTRITO FEDERAL

— *Introduz complemento ao plano de uniformes para o Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, aprovado pelo Decreto n.º 35.771, de 1.º de junho de 1954.*

Decreto n.º 41.197 — de 26 de março de 1957.

CORPO DE FUZILEIROS NAVAIS

— Ver:

Ministério da Marinha.

CORPORAÇÃO FINANCEIRA INTERNACIONAL

Aprova a Convenção relativa à Corporação Financeira Internacional assinada, a 27 de janeiro de 1955, entre o Brasil e os Estados Unidos da América do Norte.

Decreto legislativo n.º 68, de 1956.

CRÉDITO ESPECIAL

— Ver:

O nome do órgão ou entidade a que se reporta.

CÚRIA METROPOLITANA

Autoriza a cessão gratuita do terreno que menciona, situado no Distrito Federal.

Decreto n.º 41.217 — de 27 de março de 1957.

CURSO DE MOBILIZAÇÃO NACIONAL

Aprova e manda executar as "Instruções para Funcionamento do Curso de Mobilização Nacional".

Decreto n.º 40.984 — de 19 de fevereiro de 1957.

CURSOS

— Ver:

Academias, Escolas, Faculdades e Universidades.

D

DASP

— Ver:

Departamento Administrativo do Serviço Público.

DEPARTAMENTO NACIONAL DA PRODUÇÃO VEGETAL

Aprova o Regimento do Departamento Nacional da Produção Vegetal, do Ministério da Agricultura.

Decreto n.º 41.063 — de 27 de fevereiro de 1957.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE ENDEMIAS RURAIS

Aprova o Regimento do Departamento Nacional de Endemias Rurais, do Ministério da Saúde.

Decreto n.º 40.870 — de 7 de fevereiro de 1957.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE FERRO

Altera o Regimento do Departamento Nacional de Estradas de Ferro, do Ministério da Viação e Obras Públicas.

Decreto n.º 40.748 — de 15 de janeiro de 1956.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM

Aprova o Regimento da Delegação de Controle do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem.

Decreto n.º 35.324 — de 5 de abril de 1954.

— Aprova a Tabela de Mensalistas e a Tabela Especial de Mensalistas do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, e dá outras providências.

Decreto n.º 40.995 — de 21 de fevereiro de 1957.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS

Revigora o Decreto n.º 28.983, de 14 de dezembro de 1950, que declarou de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, a área de terreno necessária à construção do açude público "Santo Antônio de Aracati Açú", no Município de Sobral, Estado do Ceará.

Decreto n.º 40.894 — de 12 de fevereiro de 1957.

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras de Saneamento, área de terreno situada no Município de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 40.931 — de 13 de fevereiro de 1957.

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, área de terreno situada no Município de Jaguaribe Mirim, Estado do Ceará.

Decreto n.º 41.105 — de 8 de março de 1957.

— Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, áreas de terreno necessário à construção do açude público "Palmeira dos Índios", no Município de Palmeira dos Índios, Estado de Alagoas.

Decreto n.º 41.106 — de 8 de março de 1957.

— Renova o Decreto n.º 29.206, de 25 de janeiro de 1951 que declarou de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, área de terreno situada no Município de Penáscote, Estado do Ceará.

Decreto n.º 41.199 — de 26 de março de 1957.

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, área de terreno situado no Município de Maranguape, Estado do Ceará.

Decreto n.º 41.200 — de 26 de março de 1957.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS DE SANEAMENTO

Autoriza o Departamento Nacional de Obras de Saneamento, a adquirir imóvel de propriedade de José Elias Lobato.

Decreto n.º 41.103 — de 8 de março de 1957.

DESAPROPRIAÇÃO

No tocante às desapropriações em favor de órgãos ou entidades, ver o nome destes.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

— Ver:

Plano de Desenvolvimento Econômico.

DIA DA INDÚSTRIA

Institui o "Dia da Indústria".

Decreto n.º 40.983 — de 18 de fevereiro de 1957.

DIAMANTE

Autoriza o cidadão brasileiro Vicente Gomes de Carvalho Júnior a pesquisar diamante e associados no Município de Itupiranga, Estado do Pará.

Decreto n.º 40.648 — de 28 de dezembro de 1956.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Simplicio Vieira Cellos a pesquisar diamantes e associados no município de Arenópolis, Estado de Mato Grosso.*

Decreto n.º 40.762 — de 15 de janeiro de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro João Soares de Oliveira a lavar diamantes e associados no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 40.768 — de 15 de janeiro de 1957.

— *Autoriza a Dragagem Fluvial Ltda. a pesquisar diamantes, ouro, quartzo e associados no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 40.817 — de 23 de janeiro de 1957.

DIAMANTE

— *Autoriza o cidadão brasileiro João Pinto Ribas a pesquisar diamantes e associados no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 40.961 — de 14 de fevereiro de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Stuart Francisco Bartholdy a pesquisar diamantes, minério de ouro, quartzo e associados, no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 41.173 — de 19 de março de 1957.

DIPLOMATAS

Aprova as Tabelas de Gratificação de Representação e de Suplemento de Representação a que se refere o Decreto-lei n.º 9.202, de 26 de abril de 1946.

Decreto n.º 40.738 — de 9 de janeiro de 1957.

DOAÇÕES

Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado no Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 41.025 — de 27 de fevereiro de 1957.

DU PONT DO BRASIL S. A. - INDÚSTRIAS QUÍMICAS

Concede à Du Pont do Brasil S. A. — Indústrias Químicas — autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n.º 41.123 — de 12 de março de 1957.

E

EMBAIXADAS

— Ver:

Ministério das Relações Exteriores.

EMÍLIO SCHUPP & CIA.

Concede a Emilio Schupp & Cia. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n.º 41.069 — de 28 de fevereiro de 1957.

EMISSORAS REUNIDAS RÁDIO CULTURA LIMITADA

Outorga concessão à sociedade "Emissoras Reunidas Rádio Cultura Limitada" para instalar uma estação radiodifusora de ondas médias.

Decreto n.º 40.483 — de 4 de dezembro de 1957.

EMPRESA DE NAVEGAÇÃO ALIANÇA LTDA.

Concede à Empresa de Navegação Aliança Limitada autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto n.º 40.698 — de 31 de dezembro de 1956.

EMPRESAS INCORPORADAS AO PATRIMÔNIO NACIONAL

Dispõe sobre funções de extranumerário-mensalista para o enquadramento de pessoal da Superintendência e Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional, por força do artigo 1.º da Lei n.º 2.994, de 8 de outubro de 1956, combinado com o artigo 6.º, § 2.º, da Lei n.º 2.193, de 9 de março de 1954, e dá outras providências.

Decreto n.º 40.785 — de 21 de janeiro de 1957.

ENERGIA ELÉTRICA

Autoriza a "São Paulo Light & Power Company, Limited" a construir uma linha de transmissão, e dá outras providências.

Decreto n.º 39.475 — de 27 de junho de 1956.

— Outorga à Prefeitura Municipal de Tumiritinga concessão para o aproveitamento da energia hidráulica da cachoeira Comprida, existente no rio Cuieté, distrito de Tumiritinga, município do mesmo nome, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 40.631 — de 27 de dezembro de 1956.

— Autoriza a Companhia Brasileira Carbureto de Cálcio a construir uma linha de transmissão entre Santos Dumont e as usinas Ana Maria e Guary, no Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 40.632 — de 27 de dezembro de 1956.

ENERGIA ELÉTRICA

— Declara de utilidade pública a faixa de terra destinada à passagem da linha de transmissão de 66 kv da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco de Angelim a Caruaru.

Decreto n.º 40.724 — de 9 de janeiro de 1957.

— Declara de utilidade pública diversas áreas de terra que deverão ser inundadas pelo rio Piranga, depois da construção da usina de Brecha, situada no distrito de Guaraciaba, município do mesmo nome, Estado de Minas Gerais, e autoriza a Electro Química S. A. a promover as desapropriações.

Decreto n.º 40.726 — de 9 de janeiro de 1957.

— Transfere da Prefeitura Municipal de Sabará para as Centrais Elétricas de Minas Gerais S. A. a concessão para a produção e fornecimento de energia elétrica ao Município de Sabará, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 40.727 — de 9 de janeiro de 1957.

— Transfere da Prefeitura Municipal de Santa Vitória do Palmar para a Comissão Estadual de Energia Elétrica do Estado do Rio Grande do Sul a concessão para o fornecimento de energia elétrica ao Município de Santa Vitória do Palmar.

Decreto n.º 40.751 — de 15 de janeiro de 1957.

— Autoriza a Prefeitura Municipal de Jaguari, Estado do Rio Grande do Sul, a ampliar suas instalações termelétricas.

Decreto n.º 40.752 — de 15 de janeiro de 1957.

— Autoriza a Prefeitura Municipal de Venâncio Aires, no Estado do Rio Grande do Sul, a ampliar suas instalações termelétricas.

Decreto n.º 40.753 — de 15 de janeiro de 1957.

ENERGIA ELÉTRICA

— *Outorga à Prefeitura Municipal de Orizona concessão para o aproveitamento de energia hidráulica da corredeira Santo Inácio, existente no ribeirão do mesmo nome, distrito-sede do município de Orizona, Estado de Goiás.*

Decreto n.º 40.786 — de 21 de janeiro de 1957.

— *Autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Sul a promulgar ato expropriando a rede de distribuição de energia elétrica da sede do município de Três de Maio, de propriedade de Ricardo Tesche.*

Decreto n.º 40.792 — de 22 de janeiro de 1957.

— *Autoriza a Comissão Estadual de Energia Elétrica do Estado do Rio de Janeiro a construir uma linha de transmissão entre a linha Jamapará-Sumidouro e a Colônia de Psicopatas Teixeira Brandão, e dá outras providências.*

Decreto n.º 40.793 — de 22 de janeiro de 1957.

— *Outorga à Comissão Estadual de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul concessão para distribuir energia elétrica no Distrito de Cotiporã, Município de Veranópolis, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n.º 40.794 — de 22 de janeiro de 1957.

— *Dá nova redação ao art. 1.º do Decreto n.º 33.609, de 19 de agosto de 1953, publicado no "Diário Oficial" de 26 de junho de 1954.*

Decreto n.º 40.795 — de 22 de janeiro de 1957.

— *Transfere da Prefeitura Municipal de São Lourenço do Sul, para a Comissão Estadual de Energia Elétrica do Estado do Rio Grande do Sul, concessão para a produção e fornecimento de energia elétrica ao município de São Lourenço do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n.º 40.796 — de 22 de janeiro de 1957.

ENERGIA ELÉTRICA

— *Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação, a faixa de terrenos necessária à linha de transmissão Divinópolis — Arcos, no Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 40.797 — de 22 de janeiro de 1957.

— *Autoriza a Prefeitura Municipal de São Sepé, no Estado do Rio Grande do Sul, a ampliar suas instalações termelétricas.*

Decreto n.º 40.841 — de 28 de janeiro de 1957.

— *Outorga à Prefeitura Municipal de Aracruz concessão para o aproveitamento de energia hidráulica da cachoeira Santa Maria, existente no rio Piraquê Açu, distrito da sede do município de Aracruz, Estado do Espírito Santo.*

Decreto n.º 40.842 — de 28 de janeiro de 1957.

— *Outorga à Prefeitura Municipal de Frutal concessão para distribuir energia elétrica no distrito de Planura, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 40.866 — de 7 de fevereiro de 1957.

— *Outorga a Ricardão Lunardelli S. A., Agricultura, Indústria e Comércio concessão para o aproveitamento de energia hidráulica de um ariete existente no Ribeirão Capim, distrito de Porecatu, município do mesmo nome, Estado do Paraná.*

Decreto n.º 40.867 — de 7 de fevereiro de 1957.

— *Outorga à Prefeitura Municipal de Floriano, Estado do Piauí, concessão para distribuir energia elétrica no município de Floriano, Estado do Piauí.*

Decreto n.º 40.868 — de 7 de fevereiro de 1957.

— *Autoriza a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco a construir uma linha de transmissão de 66 kV entre a subestação de Goiânia e a seccionadora de Itapessoca, no Estado de Pernambuco, e declara de utilidade pública a faixa de terra destinada à passagem da referida linha, e dá outras providências.*

Decreto n.º 40.934 — de 14 de fevereiro de 1957.

ENERGIA ELÉTRICA

— *Transfere da Companhia de Estanho São João del Rei para as Centrais Elétricas de Minas Gerais S. A. a concessão para a produção e fornecimento de energia elétrica do distrito de Nazareno, município de São João del Rei, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 40.985 — de 19 de fevereiro de 1957.

— *Autoriza a Centrais Elétricas de Minas Gerais S. A. a fazer supimentos de energia elétrica a grandes consumidores, localizados em suas zonas de operação.*

Decreto n.º 41.005 — de 25 de fevereiro de 1957.

— *Autoriza a São Paulo Light & Power Company, Limited a construir uma linha de transmissão.*

Decreto n.º 41.009 — de 25 de fevereiro de 1957.

— *Regulamenta os serviços de energia elétrica.*

Decreto n.º 41.019 — de 26 de fevereiro de 1957.

— *Declara de utilidade pública duas áreas de terra, necessárias à construção de linha de transmissão e autoriza a Companhia Mineira de Electricidade a promover as providências necessárias à sua utilização.*

Decreto n.º 41.125 — de 12 de março de 1957.

— *Autoriza a São Paulo Light S. A. — Serviços de Electricidade, a construir uma linha de transmissão entre a linha tronco Pirituba-Paula Souza e a subestação Tomás Edison.*

Decreto n.º 41.126 — de 12 de março de 1957.

— *Dá nova redação ao art. 2.º do Decreto n.º 35.621, de 7 de junho de 1954.*

Decreto n.º 41.127 — de 12 de março de 1957.

ENERGIA ELÉTRICA

— *Transfere do Governo do Estado de Santa Catarina para a Centrais Elétricas de Santa Catarina S. A. "CELESC" a exploração dos sistemas de produção, transmissão e distribuição de energia elétrica no Estado de Santa Catarina.*

Decreto n.º 41.128 — de 12 de março de 1957.

— *Transfere de Celso Antônio de Faria para a Companhia Hidro-Elétrica Resplendor S. A. a concessão para fornecimento de energia elétrica à cidade de Resplendor, no Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 41.140 — de 12 de março de 1957.

— *Autoriza a Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira a construir uma linha de transmissão entre os municípios de Rio Piracicaba e Antônio Dias, no Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 41.141 — de 12 de março de 1957.

— *Autoriza a Companhia Hidroelétrica do Rio Parão a ampliar suas instalações termelétricas, no distrito de São João da Boa Vista, município do mesmo nome, no Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 41.151 — de 14 de março de 1957.

— *Autoriza a Companhia Brasileira de Energia Elétrica a ampliar seu sistema distribuidor de energia elétrica.*

Decreto n.º 41.202 — de 26 de março de 1957.

— *Autoriza a São Paulo Light, Sociedade Anônima Serviços de Electricidade, a realizar estudos para aproveitamento de energia hidráulica dos rios Jundiá, Atibaia e Jaguari, nos Estados de São Paulo e Minas Gerais.*

Decreto n.º 41.203 — de 26 de março de 1957.

ENERGIA ELÉTRICA

— *Autoriza a Empresa Energia, Indústria e Comércio Limitada a reformar e ampliar a rede de distribuição de energia elétrica, no distrito de Concórdia, município de igual nome, Estado de Santa Catarina.*

Decreto n.º 41.204 — de 26 de março de 1957.

ENERGIA HIDRAULICA

— Ver:

Energia Elétrica.

ENERGIA TERMELETRICA

— Ver:

Energia Elétrica.

**ENGENHEIROS CONSULTORES
METMINAS S. A.**

Concede à Engenharia Consultores Metminas S. A. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n.º 41.071 — de 28 de fevereiro de 1957.

ENSINO

Acrescenta dois itens ao artigo 2.º da Lei n.º 1.821, de 12 de março de 1953, que dispõe sobre o regime de equivalência entre diversos cursos de grau médio, para efeito de matrícula no ciclo colegial e nos cursos superiores.

Lei n.º 3.104 — de 1 de março de 1957.

— *Concede reconhecimento ao curso Auxiliar de Enfermagem da Escola de Auxiliar de Enfermagem Caetano Munhoz da Rocha.*

Decreto n.º 40.543 — de 11 de dezembro de 1956.

— *Reconhecimento de curso de enfermagem.*

Decreto n.º 40.572 — de 18 de dezembro de 1956.

— *Cria, na Escola Superior de Guerra, o Curso de Mobilização Nacional, e dá outras providências.*

Decreto n.º 40.835 — de 24 de janeiro de 1957.

ENSINO

— *Concede autorização para funcionamento do curso de Serviço Social da Escola de Serviço Social de Goiás.*

Decreto n.º 40.854 — de 29 de janeiro de 1957.

— *Incorpora à Universidade Rural de Pernambuco a Escola de Tratoristas do Nordeste sob a denominação de Escola Agrícola de São Lourenço da Mata.*

Decreto n.º 40.899 — de 13 de fevereiro de 1957.

— *Estende as prerrogativas do reconhecimento ao curso que menciona. (Escola Técnica "Álvaro da Silveira").*

Decreto n.º 40.935 — de 14 de fevereiro de 1957.

— *Altera o Regulamento para a Escola de Marinha Mercante do Rio de Janeiro.*

Decreto n.º 41.017 — de 26 de fevereiro de 1957.

— *Concede autorização para o funcionamento do curso de Serviço Social Padre Anchieta.*

Decreto n.º 41.160 — de 18 de fevereiro de 1957.

— *Concede reconhecimento ao Curso de Enfermagem da Escola de Enfermagem Madre Léoniz.*

Decreto n.º 41.213 — de 27 de março de 1957.

— *Aprova o Regulamento para a Escola de Guerra Naval.*

Decreto n.º 41.224 — de 29 de março de 1957.

ESPORTE CLUBE GALEÃO

Declara de utilidade pública o Esporte Clube Galeão, com sede no Distrito Federal.

Decreto n.º 40.844 — de 28 de janeiro de 1957.

ESTABELECIMENTOS BANCARIOS

— Ver:

Bancos.

ESTABELECIMENTOS DE INFORMAÇÕES

Determina as condições para o funcionamento de estabelecimento de informações reservadas ou confidenciais, comerciais ou particulares.

Lei n.º 3.099 — de 24 de fevereiro de 1957.

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Declara públicas, de uso comum do domínio do Estado do Espírito Santo, as águas do rio Panquinhas.

Decreto n.º 40.933 — de 14 de fevereiro de 1957.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio da União na parte marítima e do domínio do Estado do Espírito Santo no restante do seu curso, as águas dos rios Nova Lombardia, Piraquê Açu e Piraquê Açu.*

Decreto n.º 41.007 — de 25 de fevereiro de 1957.

ESTADO DE MINAS GERAIS

Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Sacramento ou Santa Isabel.

Decreto n.º 40.865 — de 7 de fevereiro de 1957.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio "Fundo - Micael - Peixe", "Peixe" e "Peixe", respectivamente nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto n.º 41.008 — de 25 de fevereiro de 1957.

Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Mata Onça.

Decreto n.º 41.116 — de 12 de março de 1957.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Serra Branca, Jacuipé ou Salinas e Pacui, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto n.º 41.117 — de 12 de março de 1957.

ESTADO DE MINAS GERAIS

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Serra ou Fábrica.*

Decreto n.º 41.118 — de 12 de março de 1957.

ESTADO DO PARANÁ

Autoriza o Governo Federal a auxiliar com a importância de Cr\$ 500.000.000,00 o Governo do Estado do Paraná na realização de novos estudos, prosseguimento, equipamento e tráfego da ligação ferroviária Apucarana - Ponta Grossa.

Lei n.º 3.073 — de 22 de dezembro de 1956.

ESTADO DE SANTA CATARINA

Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Santa Catarina, as águas do rio Bom Retiro.

Decreto n.º 40.791 — de 22 de janeiro de 1957.

— *Transfere do Governo do Estado de Santa Catarina para a Centrais Elétricas de Santa Catarina S. A. "CELESC" a exploração dos sistemas de produção, transmissão e distribuição de energia elétrica no Estado de Santa Catarina.*

Decreto n.º 41.128 — de 12 de março de 1957.

ESTADO DE SÃO PAULO

Declara públicas, de uso comum, do domínio da União, na sua parte marítima, e do domínio do Estado de São Paulo, no restante do seu curso, as águas do rio Pardo, Camburu e Juqueiriquerê, respectivamente nos seus trechos superior, médio e inferior.

Decreto n.º 40.861 — de 6 de fevereiro de 1957.

ESTÂNCIAS DE TERMO E HIDROMINERAIS

Cria, no Ministério da Saúde, uma Comissão Técnica Interministerial.

Decreto n.º 40.737 — de 9 de janeiro de 1957.

ESTANHO

Autoriza o cidadão brasileiro Pedro de Castro Pereira a pesquisar minério de estanho e associados no município de Baturité, Estado do Ceará.

Decreto n.º 40.906 — de 13 de fevereiro de 1957.

ESTRADA DE FERRO CENTRAL DO BRASIL

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pela Estrada de Ferro Central do Brasil, área de terreno e uma casa de moradia situadas em Barbacena, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 40.877 — de 8 de fevereiro de 1957.

— *Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pela Estrada de Ferro Central do Brasil, área de terreno necessária a alargamento de bitola e retificação de linha, situada no Município de Rio Acima, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 40.895 — de 12 de fevereiro de 1957.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pela Estrada de Ferro Central do Brasil, os imóveis necessários ao plano de remodelação do ramal de São Paulo, aprovado pelo Decreto n.º 13.206, de 19 de agosto de 1943.*

Decreto n.º 40.949 — de 14 de fevereiro de 1957.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pela Estrada de Ferro Central do Brasil, áreas de terreno situadas em Carandá, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 41.207 — de 27 de março de 1957.

ESTRADA DE FERRO SANTOS A JUNDIAÍ

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pela Estrada de Ferro Santos a Jundiaí, área de terrenos situada entre a Refinaria Presidente Bernardes, em Cubatão, e as Indústrias Químicas Eletro-Cloro S. A., no Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 41.198 — de 26 de março de 1957.

EXÉRCITO

Modifica a redação dos arts. 3.º e 4.º do Decreto n.º 40.003, de 19 de setembro de 1956.

Decreto n.º 40.709 — de 8 de janeiro de 1957.

— *Aprova as Tabelas de Fixação dos Valores da Etapa e de suas modalidades, das Forças Armadas para 1957 e dá outras providências.*

Decreto n.º 40.829 — de 24 de janeiro de 1957.

— *Aprova a tabela de fixação dos valores dos complementos à ração comum, para o Exército, e dá outras providências.*

Decreto n.º 40.831 — de 24 de janeiro de 1957.

— Ver, também:

Ministério da Guerra.

CURSOS

— Ver, também:

Escolas e Faculdades.

EXPOSIÇÕES

Abre, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 500.000,00, para auxiliar a realização da Exposição Nacional de Milho, Suínos e Gado Leiteiro.

Decreto n.º 40.731 — de 9 de janeiro de 1957.

— *Dispõe sobre o comparecimento do Brasil à Exposição Internacional de Produtos Alimentícios e Estimulantes da Colônia Feira Mundial de Comércio de Nova Iorque e outra.*

Decreto n.º 40.826 — de 23 de janeiro de 1957.

F**FACULDADE NACIONAL DE DIREITO**

Altera o símbolo da função gratificada de Secretário da Faculdade Nacional de Direito.

Decreto n.º 40.747 — de 15 de janeiro de 1957.

FACULDADES

Concede autorização para funcionamento do curso de Biblioteconomia e Documentação, anexo à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Instituto Santa Ursula.

Decreto n.º 40.843 — de 29 de janeiro de 1957.

— *Concede reconhecimento ao curso de didática da Faculdade de Filosofia de Goiás.*

Decreto n.º 40.481 — de 4 de dezembro de 1956.

— *Autoriza o funcionamento do curso de Medicina da Faculdade de Ciências Médicas de Curitiba.*

Decreto n.º 40.571 — de 18 de dezembro de 1956.

— *Concede autorização para o funcionamento dos cursos de geografia e história e letras neo-latinas da Faculdade de Filosofia de Natal.*

Decreto n.º 40.578 — de 18 de dezembro de 1956.

— *Concede reconhecimento ao curso de Medicina da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, da Universidade de São Paulo.*

Decreto n.º 40.847 — de 29 de janeiro de 1957.

— *Concede autorização para o funcionamento do curso de Didática da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Instituto Nossa Senhora de Lourdes.*

Decreto n.º 40.849 — de 29 de janeiro de 1957.

— *Concede autorização para o funcionamento dos cursos de Filosofia e de Pedagogia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ijuí.*

Decreto n.º 40.936 — de 14 de fevereiro de 1957.

— *Dispõe sobre o curso de ciências econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas e Comerciais de Santos.*

Decreto n.º 40.986 — de 20 de fevereiro de 1957.

FACULDADES

— *Concede autorização para o funcionamento de Cursos da Faculdade de Filosofia de São José do Rio Preto.*

Decreto n.º 41.061 — de 27 de fevereiro de 1957.

— *Concede autorização para o funcionamento dos cursos de filosofia e pedagogia da Faculdade de Filosofia Nossa Senhora da Imaculada Conceição.*

Decreto n.º 41.158 — de 15 de março de 1957.

— *Concede autorização para o funcionamento do curso de Bacharelado da Faculdade Católica de Direito do Paraná.*

Decreto n.º 41.159 — de 15 de março de 1957.

— *Retifica o Decreto n.º 40.848, de 29 de janeiro de 1957 (Fac. Filos. Inst. Santa Ursula).*

Decreto n.º 41.210 — de 27 de março de 1957.

— *Concede autorização para o funcionamento dos cursos de geografia, história e letras neo-latinas, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Imaculada Conceição.*

Decreto n.º 41.211 — de 27 de março de 1957.

FEDERAÇÃO DE MULHERES DO BRASIL

Suspende o funcionamento da Federação de Mulheres do Brasil, com sede no Distrito Federal.

Decreto n.º 40.789 — de 22 de janeiro de 1957.

FEIRAS

Dispõe sobre o comparecimento do Brasil à Exposição Internacional de Produtos Alimentícios e Estimulantes de Colônia, Feira Mundial de Comércio de Nova Iorque e outra.

Decreto n.º 40.826 — de 23 de janeiro de 1957.

FEDSPATO

Autoriza a Mineração Felquartzo Limitada a pesquisar feldspato, quartzo e associados no município de Camboriú, Estado de Santa Catarina.

Decreto n.º 40.765 — de 16 de janeiro de 1957.

— *Autoriza Perbez Minérios Ltda. a pesquisar caulim, mica, feldspato e associados no município de Matias Barbosa, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 40.821 — de 23 de janeiro de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Silvério Mendonça de Magalhães a pesquisar caulim, feldspato e mica no município de Tombos, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 40.967 — de 14 de fevereiro de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Preto de Godoy a pesquisar feldspato e associados no município de Socorro, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 41.070 — de 28 de fevereiro de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Aldo Russo a pesquisar feldspato e associados no município de Socorro, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 41.076 — de 28 de fevereiro de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Guerino Zanesco a pesquisar feldspato e associados no município de Socorro, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 41.120 — de 12 de março de 1957.

FERRO

Autoriza a Sociedade Industrial e Mineradora "Sima" Ltda. a pesquisar minério de ferro e associados no município de Jeceaba, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 40.655 — de 28 de dezembro de 1956.

FERRO

— *Autoriza a Sociedade Paulista de Minérios "Sompial" Ltda. a pesquisar minério de ferro e associados no município de Guarulhos, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 40.767 — de 15 de janeiro de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Diogo Bethônico a pesquisar minério de ferro e associados no município de Itabira, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 40.882 — de 12 de fevereiro de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Carlos Kampmann a pesquisar minério de ferro no município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná.*

Decreto n.º 40.902 — de 13 de fevereiro de 1957.

— *Autoriza a Cia. Vale do Rio Doce S. A. a pesquisar minérios de ferro, manganês e associados no município de Conceição do Mato Dentro, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 40.959 — de 14 de fevereiro de 1957.

— *Autoriza a Cia. Vale do Rio Doce S. A. a pesquisar minérios de ferro, manganês e associados no município de Morro do Pilar, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 40.964 — de 14 de fevereiro de 1957.

— *Autoriza a empresa de mineração J. Rabelo S. A. a lavar minério de ferro e associados no município de Itauna, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 40.965 — de 14 de fevereiro de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Hercílio Grizi a pesquisar minérios de manganês e ferro no município de Aquidauana, Estado de Mato Grosso.*

Decreto n.º 41.073 — de 28 de fevereiro de 1957.

— *Autoriza a Sociedade Industrial e Mineradora "Sima" Ltda. a pesquisar minério de ferro e associados no município de Jeceaba, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 41.074 — de 28 de fevereiro de 1957.

FERRO

— Autoriza S. A. Mineração da Trindade a pesquisar minério de manganês, ferro e associados no município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 41.177 — de 19 de março de 1957.

— Autoriza a Cia. Vale do Rio Doce S. A. a pesquisar minérios de ferro, manganês e associados no município de Conceição do Mato Dentro, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 41.180 — de 19 de março de 1957.

FERROVIAS

Autoriza o Governo Federal a auxiliar com a importância de Cr\$ 500.000.000,00 o Governo do Estado do Paraná na realização de novos estudos, prosseguimento, equipamento e tráfego da ligação ferroviária Apucarana-Ponta Grossa.

Lei n.º 3.073 — de 22 de dezembro de 1956.

— Dá nova redação aos artigos 2.º e 4.º do Decreto n.º 36.072, de 17 de agosto de 1954. (Tronco Principal Sul).

Decreto n.º 41.004 — de 25 de fevereiro de 1957.

FLUORITA

Autoriza a Empresa de Mineração Campo Alegre Ltda. a lavar fluorita e associados no município de Bom Jesus da Lapa, Estado da Bahia.

Decreto n.º 40.979 — de 15 de fevereiro de 1957.

FORÇAS ARMADAS

— Ver:

Aeronáutica, Exército e Marinha.

FOSFATO ORGANICO

Renova o Decreto n.º 36.282, de 1 de outubro de 1954.

Decreto n.º 40.922 — de 13 de fevereiro de 1957.

FUNCIONÁRIO PÚBLICO

Regulamenta o artigo 1.º da Lei n.º 1.741, de 22 de novembro de 1952.

Decreto n.º 40.746 — de 15 de janeiro de 1957.

— Regulamenta o art. 7.º da Lei n.º 2.188, de 3 de março de 1954, e dá outras providências.

Decreto n.º 41.195 — de 26 de março de 1957.

FUNDAÇÃO DA CASA POPULAR

Autoriza o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários a ceder à Fundação da Casa Popular, em Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais, uma gleba não urbanizada.

Decreto n.º 40.872 — de 7 de fevereiro de 1957.

FUNDAÇÃO PARA O LIVRO DO CEGO DO BRASIL

Declara de utilidade pública a Fundação para o Livro do Cego do Brasil, com sede em São Paulo, Estado de São Paulo.

Decreto n.º 40.969 — de 15 de fevereiro de 1957.

FUNDAÇÃO RADIO MAUÁ

Dispõe sobre a Presidência da Fundação Rádio Mauá.

Decreto n.º 41.079 — de 1 de março de 1957.

FUNDO AERONAUTICO

Aprova o Regulamento do "Fundo Aeronáutico".

Decreto n.º 41.148 — de 13 de março de 1957.

FUNDO FEDERAL DE ELETRIFICAÇÃO

Dispõe sobre o sistema de arrecadação e recolhimento do Fundo Federal de Eletrificação e do Imposto Único sobre Energia Elétrica e dá outras providências.

Decreto n.º 41.020 — de 27 de fevereiro de 1957.

G

GALENA ARGENTÍFERA

Renova o Decreto n.º 36.202, de 20 de setembro de 1954.

Decreto n.º 41.135 — de 12 de março de 1957.

GIPSITA

Autoriza Gêssio Nacional Tapuyo Limitada a pesquisar gipsita e associados, no município de Codé, Estado do Maranhão.

Decreto n.º 40.644 — de 28 de dezembro de 1956.

— Autoriza o cidadão brasileiro Petrónio de Macedo Lacerda a pesquisar gipsita e associados no município de Ouricuri, Estado de Pernambuco.

Decreto n.º 40.770 — de 15 de janeiro de 1957.

GRAFITA

Autoriza o cidadão brasileiro Angelo Vago a lavrar grafita no Município de Linhares, Estado do Espírito Santo.

Decreto n.º 40.654 — de 25 de dezembro de 1956.

H

HARD, HAND & COMPANY

Concede à sociedade anônima Hard, Rand & Company autorização para continuar a funcionar na República.

Decreto n.º 40.710 — de 8 de janeiro de 1957.

HÓRTO FLORESTAL DE JOÃO PESSOA

Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do imóvel que menciona, situado no Município de João Pessoa, no Estado da Paraíba.

Decreto n.º 41.232 — de 29 de março de 1957.

HOSPITAL DOS SERVIDORES DO ESTADO

Altera o Quadro de Pessoal do Hospital dos Servidores do Estado.

Decreto n.º 41.078 — de 1 de março de 1957.

I

IGUAÇU COMPANHIA DE SEGUROS

Concede à Iguaçu Companhia de Seguros autorização para funcionar e aprova os seus Estatutos.

Decreto n.º 40.694 — de 31 de dezembro de 1956.

ILMENITA

Autoriza o cidadão brasileiro Daniel Carone a pesquisar ilmenita e associados no município de Iconha, Estado do Espírito Santo.

Decreto n.º 40.913 — de 13 de fevereiro de 1957.

IMPORTAÇÃO

Estabelece normas para a importação de máquinas rodoviárias e das outras providências. (Comissão de Máquinas Rodoviárias).

Decreto n.º 41.097 — de 7 de março de 1957.

IMPÓSTO DE RENDA

Partes vetadas pelo Presidente da República e mantidas pelo Congresso Nacional, do projeto que se transformou na Lei n.º 2.973, de 26 de novembro de 1956.

Lei n.º 2.973 — de 26 de novembro de 1956.

— Aprova o Regulamento para a cobrança e fiscalização do imposto de renda.

Decreto n.º 40.702 — de 31 de dezembro de 1956.

IMPÓSTO ÚNICO SOBRE ENERGIA ELÉTRICA

Dispõe sobre o sistema de arrecadação e recolhimento do Fundo Federal de Eletrificação e do Imposto Único sobre Energia Elétrica e das outras providências.

Decreto n.º 41.020 — de 27 de fevereiro de 1957.

INSTALAÇÕES PORTUÁRIAS

Altera o parágrafo único do artigo 1.º do Decreto-lei n.º 6.460, de 2 de maio de 1944 (Regula a construção e a exploração de instalações portuárias rudimentares).

Lei n.º 3.103 — de 10 de março de 1957.

INSTITUTO AGRÔNOMICO DO OESTE

Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação dos imóveis que menciona, situados no Município de Sete Lagoas, no Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 41.227 — de 29 de março de 1957.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do imóvel que menciona, situado no Município de Sete Lagoas, no Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 41.228 — de 29 de março de 1957.

INSTITUTO BRASILEIRO DE BIBLIOGRAFIA E DOCUMENTAÇÃO

Aprova as Tabelas de Pessoal do Conselho Nacional de Pesquisas, do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação e do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, e dá outras providências.

Decreto n.º 40.975 — de 15 de fevereiro de 1957.

INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ

Fixa a competência exclusiva do Instituto Brasileiro do Café para a padronização, classificação, fiscalização, exame e análises do Café.

Decreto n.º 41.080 — de 2 de março de 1957.

INSTITUTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA DO ESTADO DO PIAUÍ

Declara o Instituto de Águas e Energia Elétrica do Estado do Piauí, "Órgão Auxiliar" do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica e dá outras providências.

Decreto n.º 40.725 — de 9 de janeiro de 1957.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO

Dispõe sobre o número de matrícula dos segurados do IPASE.

Decreto n.º 40.736 — de 9 de janeiro de 1957.

INSTITUTO DE SERVIÇO SOCIAL DE SÃO PAULO

Reconhece o curso de serviço social do Instituto de Serviço Social de São Paulo.

Decreto n.º 40.719 — de 8 de janeiro de 1957.

INSTITUTO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

Aprova o Orçamento do Instituto Nacional de Imigração e Colonização e dá outras providências.

Decreto n.º 40.996 — de 21 de fevereiro de 1957.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS DA AMAZÔNIA

Aprova as Tabelas de Pessoal do Conselho Nacional de Pesquisas, do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação e do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, e dá outras providências.

Decreto n.º 40.975 — de 15 de fevereiro de 1957.

INSTITUTOS DE APOSENTADORIA E PENSÕES

Altera a redação do § 2.º do artigo 117 do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 32.667, de 1 de maio de 1953.

Decreto n.º 40.809 — de 28 de janeiro de 1957.

— *Dispõe sobre o auxílio-maternidade prestado pelo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários e dá outras providências.*

Decreto n.º 40.858 — de 5 de fevereiro de 1957.

INSTITUTOS DE APOSENTADORIA E PENSÕES

— *Autoriza o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários a ceder à Fundação da Casa Popular, em Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais, uma gleba não urbanizada.*

Decreto n.º 40.872 — de 7 de fevereiro de 1957.

— *Autoriza as instituições de previdência social a estabelecer convênios para execução de serviços.*

Decreto n.º 41.188 — de 22 de março de 1957.

ISENÇÃO FISCAL

Concede isenção de todos os direitos de importação, impostos e taxas para um carrilhão de quatro sinos, doado à Prelazia de Foz do Iguaçu, no Estado do Paraná, pelo Revmo. Padre Bernardo Schulte Oversohl, de Essen, Alemanha.

Lei n.º 3.103 — de 24 de fevereiro de 1957.

— *Concede isenção de direitos de importação, imposto de consumo e taxas aduaneiras para objetos religiosos provenientes de Nazareth, Palestina, como doação ao XXXVI Congresso Eucarístico Internacional.*

Lei n.º 3.105 — de 2 de março de 1957.

— *Concede isenção de direitos, imposto de consumo e taxas aduaneiras para a importação de um trator Ford com vários pertences e uma camioneta Willys, destinados à Associação Evangélica de Catequese dos Índios, com sede em São Paulo, capital do Estado do mesmo nome.*

Lei n.º 3.107 — de 2 de março de 1957.

— *Isenta de direitos de importação, imposto de consumo e taxas aduaneiras, remédios e objetos vindos dos Estados Unidos da América do Norte e destinados à distribuição pelas Missões dos Padres Redentoristas às populações necessitadas dos Estados do Amazonas, Pará, Mato Grosso e Paraná.*

Lei n.º 3.114 — de 15 de março de 1957.

INTERSTÍCIO

— Ver:

Ministério da Guerra.

ITABIRITO

Autoriza a Empresa Nacional de Mineração e Siderurgia Ltda. a lavrar itabirito no município de Jeceaba, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 41.165 — de 18 de março de 1957.

ITALBRÁS - COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

Aprva alterações introduzidas nos Estatutos da Italbrás — Companhia de Seguros Gerais.

Decreto n.º 41.111 — de 9 de março de 1957.

J

JUSTIÇA DO TRABALHO

Cria cargos no Quadro do Pessoal da Justiça do Trabalho da 2.ª Região.

Lei n.º 3.101 — de 24 de fevereiro de 1957.

— *No tocante à abertura de crédito a esta, ver: Poder Judiciário.*

JUSTIÇA ELEITORAL

No tocante à abertura de créditos a esta, ver: Poder Judiciário.

JUSTIÇA MILITAR

No tocante à abertura de créditos a esta, ver: Poder Judiciário.

L

LANMAN & KEMP BARCLAY & CO. OF BRAZIL

Concede à sociedade anônima Lanman & Kemp Barclay & Co. of Brazil autorização para continuar a funcionar na República.

Decreto n.º 40.595 — de 27 de dezembro de 1956.

LAVOURA

Autoriza a entrega ao Banco Nacional de Crédito Cooperativo, da parcela de Cr\$ 500.000.000,00, dos recursos provenientes das sobretaxas cambiais, para refinanciamento à lavoura do País.

Decreto n.º 41.003 — de 25 de fevereiro de 1957.

LAVOURA CACAUEIRA

— Ver:

Cacau.

LAVRA

— Ver:

O nome do elemento cuja lavra foi autorizada.

LEUCITA

Autoriza a cidadã brasileira Leopoldina Gomes Barroso de Oliveira a lavar leucita e associados no município de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 40.921 — de 13 de fevereiro de 1957.

LEUCOFILITO

Autoriza o cidadão brasileiro Jesuino Felicissimo Júnior a pesquisar leucofilito, quartzo e associados no Município de Santana do Parnaíba, Estado de São Paulo.

Decreto n.º 40.653 — de 23 de dezembro de 1956.

LOTAÇÃO

— Ver:

Ver o nome do órgão a que se refere.

LLOYD ATLANTICO S. A. DE SEGUROS

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento do capital social da Lloyd Atlântico S. A. de Seguros.

Decreto n.º 40.942 — de 14 de fevereiro de 1957.

LOTERIA

Ratificação de dispositivos da Lei n.º 119-55 e do Decreto n.º 30-56, do Estado do Amazonas.

Decreto n.º 40.972 — de 15 de fevereiro de 1957.

LUTO

Manda prestar a Sua Excelência o Senhor Doutor Theodor Körner, Presidente da República da Austria, as honras de Chefe de Estado.

Decreto n.º 40.708 — de 4 de janeiro de 1957.

— Declara luto oficial pelo falecimento de ex-Presidente da República e dispõe sobre homenagens dos seus funerais.

Decreto n.º 40.836 — de 26 de janeiro de 1957.

— Manda prestar a Sua Excelência o Senhor Ramón Magsaysay, Presidente da República das Filipinas, as honras de Chefe de Estado.

Decreto n.º 41.166 — de 18 de março de 1957.

M

MAGNESITA

Autoriza Magnesita S. A. a lavar magnesita, talco e associados no município de Brumado, Estado da Bahia.

Decreto n.º 40.957 — de 14 de fevereiro de 1957.

MANGANÊS

Autoriza Industriais Rorival — Técnica Extrativa, Beneficiamento, Importação e Exportação S. A. a pesquisar minério de manganês e associados, no município de Castelo, Estado do Espírito Santo.

Decreto n.º 40.763 — de 15 de janeiro de 1957.

— Autoriza a Cia. Vale do Rio Doce S. A. a pesquisar minérios de ferro, manganês e associados no município de Conceição do Mato Dentro, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 40.959 — de 14 de fevereiro de 1957.

MANGANÊS

— *Autoriza a Cia. Vale do Rio Doce S. A. a pesquisar minérios de ferro, manganês e associados no município de Morro do Pilar, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 40.964 — de 14 de fevereiro de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Hercílio Gritti a pesquisar minérios de manganês e ferro no município de Aquidauana, Estado de Mato Grosso.*

Decreto n.º 41.073 — de 28 de fevereiro de 1957.

— *Autoriza S. A. Mineração da Trindade a pesquisar minério de manganês, ferro e associados no município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 41.177 — de 19 de março de 1957.

— *Autoriza a Cia. Vale do Rio Doce S.A. a pesquisar minérios de ferro manganês e associados no município de Conceição do Mato Dentro, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 41.180 — de 19 de março de 1957.

MAQUINAS RODOVIARIAS

Estabelece normas para a importação de máquinas rodoviárias e das outras providências. (Comissão de Máquinas Rodoviárias).

Decreto n.º 41.097 — de 7 de março de 1957.

MARINHA

— Ver:

Ministério da Marinha.

MÁRMORE

Autoriza o cidadão brasileiro Lourival Luiz Vilas Boas, a pesquisar calcário, mármore e associados, no Município de Bom Sucesso, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 40.649 — de 28 de dezembro de 1956.

MÁRMORE

— *Renova o Decreto n.º 36.344, de 18 de outubro de 1954.*

Decreto n.º 40.754 — de 15 de janeiro de 1957.

— *Renova o Decreto n.º 36.552, de 3 de dezembro de 1954.*

Decreto n.º 40.755 — de 15 de janeiro de 1957.

— *Autoriza Indústria de Mármore Italva Ltda. a pesquisar mármore, calcário e associados no município de Campos, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n.º 40.766 — de 15 de janeiro de 1957.

— *Renova o Decreto n.º 36.815, de 25 de janeiro de 1955.*

Decreto n.º 40.813 — de 23 de janeiro de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro João Noqueira Duarte a lavrar calcário, mármore e associados no município de Jaboticatubas, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 40.915 — de 13 de fevereiro de 1957.

— *Renova o Decreto n.º 35.039, de 11 de fevereiro de 1954.*

Decreto n.º 40.916 — de 13 de fevereiro de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Daniel Lino dos Santos a pesquisar mármore no município de Lagarto, Estado de Sergipe.*

Decreto n.º 40.950 — de 14 de fevereiro de 1957.

— *Autoriza a cidadã brasileira Cecília de Castro Alves a pesquisar mármore, no município de Cariri, Estado do Ceará.*

Decreto n.º 41.134 — de 12 de março de 1957.

MICA

— *Autoriza Perbez Minérios Limitada a lavar caulim, mica e associados no município de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 40.659 — de 28 de dezembro de 1956.

MICA

— Autoriza o cidadão brasileiro *Celino Julio de Oliveira* a pesquisar mica e associados no município de *Santa Maria do Suaçu*, Estado de *Minas Gerais*.

Decreto n.º 40.818 — de 23 de janeiro de 1957.

— Autoriza o cidadão brasileiro *Guilherme Furtado Portugal* a lavar mica, caulim e associados no município de *Rio Preto*, Estado de *Minas Gerais*.

Decreto n.º 40.819 — de 23 de janeiro de 1957.

— Autoriza o cidadão brasileiro *Aristides Antônio dos Santos* a pesquisar mica, quartzo e associados no município de *Governador Valadares*, Estado de *Minas Gerais*.

Decreto n.º 40.820 — de 23 de janeiro de 1957.

— Autoriza *Perber Minérios Ltda.* a pesquisar caulim, mica, feldspato e associados no município de *Matias Barbosa*, Estado de *Minas Gerais*.

Decreto n.º 40.821 — de 23 de janeiro de 1957.

— Autoriza o cidadão brasileiro *Antônio Paulo de Oliveira* a pesquisar mica e associados, no município de *Virgolândia*, Estado de *Minas Gerais*.

Decreto n.º 40.822 — de 23 de janeiro de 1957.

— Autoriza os cidadãos brasileiros *Salim Jamur* e *Toribio Gonçalves Pereira* a pesquisar mica e associados no município de *Virgolândia*, Estado de *Minas Gerais*.

Decreto n.º 40.823 — de 23 de janeiro de 1957.

— Autoriza o cidadão brasileiro *José de Souza Ferreira* a pesquisar mica e associados no município de *Mantena*, Estado de *Minas Gerais*.

Decreto n.º 40.904 — de 13 de fevereiro de 1957.

— Renova o Decreto n.º 35.420, de 29 de abril de 1954.

Decreto n.º 40.908 — de 13 de fevereiro de 1957.

MICA

— Autoriza o cidadão brasileiro *Mário Ferreira da Silva* a pesquisar mica e pedras semi-preciosas, no município de *Virgolândia*, Estado de *Minas Gerais*.

Decreto n.º 40.920 — de 13 de fevereiro de 1957.

— Autoriza a *Empresa Cosmopolitana de Comércio e Mineração S. A.* a pesquisar mica e associados no município de *Santa Maria do Suaçu*, Estado de *Minas Gerais*.

Decreto n.º 40.948 — de 14 de fevereiro de 1957.

— Autoriza o cidadão brasileiro *Marcos Antônio Monteiro de Barros* a pesquisar mica, quartzo e associados no município de *Goianésia*, Estado de *Goiás*.

Decreto n.º 40.966 — de 14 de fevereiro de 1957.

— Autoriza o cidadão brasileiro *Joaphat Mourão Magalhães* a pesquisar mica e associados no município de *São Sebastião do Maranhão*, Estado de *Minas Gerais*.

Decreto n.º 40.963 — de 14 de fevereiro de 1957.

— Autoriza o cidadão brasileiro *Silvério Mendonça de Magalhães* a pesquisar caulim, feldspato e mica no município de *Tombos*, Estado de *Minas Gerais*.

Decreto n.º 40.967 — de 14 de fevereiro de 1957.

— Autoriza o cidadão brasileiro *Levindo Moreira Quintão* a pesquisar mica e quartzo no município de *Malacacheta*, Estado de *Minas Gerais*.

Decreto n.º 40.968 — de 14 de fevereiro de 1957.

— Autoriza o cidadão brasileiro *Amavel Soares* a pesquisar mica e associados no município de *Governador Valadares*, Estado de *Minas Gerais*.

Decreto n.º 41.133 — de 12 de março de 1957.

MICA

— Autoriza o cidadão brasileiro *Urial de Oliveira Braga* a pesquisar mica e associados, no município de *Coroaci*, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 41.137 — de 12 de março de 1957.

— Autoriza o cidadão brasileiro *Belarmino Valério de Oliveira* a pesquisar mica e associados no Município de *Presidente Soares*, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 41.163 — de 18 de março de 1957.

— Autoriza o cidadão brasileiro *Marco Antônio Monteiro de Barros* a pesquisar mica, quartzo, cobalto e associados, no município de *Goianésia*, Estado de Goiás.

Decreto n.º 41.171 — de 19 de março de 1957.

— Autoriza o cidadão brasileiro *José de Oliveira Sobrinho* a pesquisar mica e associados no município de *Santa Maria do Suaçui*, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 41.179 — de 19 de março de 1957.

MINERAÇÃO AMAPÁ LTDA.

— Concede à *Mineração Amapá Limitada* autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n.º 41.124 — de 12 de março de 1957.

MINERAÇÃO INDEPENDÊNCIA LIMITADA

— Concede à *Mineração Independência Limitada* autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n.º 40.759 — de 15 de janeiro de 1957.

MINERAÇÃO SÃO FRANCISCO LIMITADA

— Concede à *Mineração São Francisco Ltda.*, autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n.º 40.757 — de 15 de janeiro de 1957.

MINERAÇÃO SERRA NEGRA LIMITADA

— Concede à *Mineração Serra Negra Limitada* autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n.º 40.758 — de 15 de janeiro de 1957.

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

— Aprova o Regulamento das Bases e Destacamentos de Bases Aéreas.

Decreto n.º 40.491 — de 4 de dezembro de 1956.

— Abre, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00, para atender as despesas decorrentes das comemorações do "Ano Santos-Dumont".

Decreto n.º 40.771 — de 16 de janeiro de 1957.

— Modifica o Regulamento do Estado-Maior da Aeronáutica.

Decreto n.º 40.772 — de 16 de janeiro de 1957.

— Autoriza o Ministério da Aeronáutica a aceitar doação de terrenos em *Joaçaba*, (SC).

Decreto n.º 40.773 — de 16 de janeiro de 1957.

— Transfere funções das Tabelas Numéricas Especiais de Extranumérico-mensalista do Ministério da Aeronáutica, que menciona.

Decreto n.º 40.774 — de 16 de janeiro de 1957.

— Altera a lotação numérica de repartições do Ministério da Aeronáutica.

Decreto n.º 40.775 — de 16 de janeiro de 1957.

— Abre, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 5.455.960,00 para atender ao pagamento à *Panair do Brasil S. A.* de subvenções autorizadas nos termos do art. 3.º da Lei n.º 1.181, de 17 de agosto de 1950.

Decreto n.º 40.827 — de 23 de janeiro de 1957.

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

— *Auera Tabelas Numéricas Especiais de Extranumerário-mensalista (artigo 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952) do Ministério da Aeronáutica, que menciona, e dá outras providências.*

Decreto n.º 40.828 — de 23 de janeiro de 1957.

— *Aprova as Tabelas de Fixação dos Valores de Etapa e de suas modalidades, das Forças Armadas para 1957 e dá outras providências.*

Decreto n.º 40.829 — de 24 de janeiro de 1957.

— *Aprova a tabela de fixação dos valores dos complementos à ração comum, para a Aeronáutica, e dá outras providências.*

Decreto n.º 40.832 — de 24 de janeiro de 1957.

— *Altera o Decreto n.º 40.155, de 16 de outubro de 1956.*

Decreto n.º 40.839 — de 28 de janeiro de 1957.

— *Transfere funções das Tabelas Numéricas Especiais de Extranumerário-mensalista do Ministério da Aeronáutica, que menciona.*

Decreto n.º 40.852 — de 29 de janeiro de 1957.

— *Organiza, no Ministério da Aeronáutica, o 1.º Grupo de Aviação Embarcada.*

Decreto n.º 40.859 — de 6 de fevereiro de 1957.

— *Autoriza o Ministério da Aeronáutica a aceitar doação de terrenos em Alto Araguaia (MT).*

Decreto n.º 40.897 — de 13 de fevereiro de 1957.

— *Autoriza o Ministério da Aeronáutica a aceitar doação de terrenos em Manicoré (AM).*

Decreto n.º 40.898 — de 13 de fevereiro de 1957.

— *Aprova e manda executar as "Instruções para Funcionamento do Curso de Mobilização Nacional".*

Decreto n.º 40.984 — de 19 de fevereiro de 1957.

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

— *Retifica as Tabelas Numéricas Especiais de Extranumerário-Mensalista do Ministério da Aeronáutica, que menciona.*

Decreto n.º 40.993 — de 21 de fevereiro de 1957.

— *Transfere, sem aumento de despesa, função da Tabela Única de Extranumerário-mensalista do Ministério da Aeronáutica, para idêntica tabela do Ministério da Fazenda.*

Decreto n.º 41.001 — de 22 de fevereiro de 1957.

— *Dispõe sobre a função de Diretor do Parque Central de Viaturas e Maquinarias.*

Decreto n.º 41.010 — de 26 de fevereiro de 1957.

— *Dá nova redação ao art. 2.º do Decreto n.º 34.731, de 26 de novembro de 1953, que considera organizado o Centro Técnico de Aeronáutica.*

Decreto n.º 41.011 — de 26 de fevereiro de 1957.

— *Dá nova redação ao art. 3.º do Regulamento da Diretoria do Material da Aeronáutica.*

Decreto n.º 41.012 — de 26 de fevereiro de 1957.

— *Revoga o Decreto n.º 25.531, de 17 de setembro de 1948.*

Decreto n.º 41.013 — de 26 de fevereiro de 1957.

— *Transfere funções das Tabelas Numéricas Especiais de Extranumerário Mensalista do Ministério da Aeronáutica, que menciona.*

Decreto n.º 41.014 — de 26 de fevereiro de 1957.

— *Organiza, no Ministério da Aeronáutica, o Comando Aerotático Naval e o Comando Aerotático Terrestre.*

Decreto n.º 41.077 — de 1 de março de 1957.

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

— *Transfere, sem aumento de despesa, funções da Parte Suplementar para a Parte Permanente da Tabela Única de Extranumerário mensalista do Ministério da Aeronáutica, na forma que menciona.*

Decreto n.º 41.146 — de 13 de março de 1957.

— *Autoriza o Ministério da Aeronáutica a aceitar doação de terrenos em Criciúma (SC).*

Decreto n.º 41.147 — de 13 de março de 1957.

— *Abre, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 1.870.000,00 para pagamento de professores.*

Decreto n.º 41.153 — de 15 de março de 1957.

— *Autoriza o Ministério da Aeronáutica a aceitar doação de terrenos em Cipó (BA).*

Decreto n.º 41.192 — de 26 de março de 1957.

— *Torna sem efeito transferência de funções de Tabelas Especiais de Extranumerário-mensalista de repartições do Ministério da Aeronáutica.*

Decreto n.º 41.205 — de 27 de março de 1957.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 1.965.747,20, destinado a atender ao pagamento dos débitos contraindidos pela 1.ª Inspeção Regional do Serviço de Proteção aos Índios.

Lei n.º 3.102 — de 24 de fevereiro de 1957.

— *Abre, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 500.000,00, para auxiliar a realização da Exposição Nacional de Milho, Suínos e Gado Leiteiro.*

Decreto n.º 40.731 — de 9 de janeiro de 1957.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

— *Abre, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 3.346.000,00, para atender despesas omitidas no Orçamento Geral da União de 1956.*

Decreto n.º 40.732 — de 9 de janeiro de 1957.

— *Transfere função da Tabela Única de Extranumerário-Mensalista — Parte Permanente, do Ministério da Agricultura, para idêntica Tabela do Ministério da Educação e Cultura.*

Decreto n.º 40.790 — de 22 de janeiro de 1957.

— *Torna sem efeito o Decreto número 40.493, de 5 de dezembro de 1956.*

Decreto n.º 40.982 — de 18 de fevereiro de 1957.

— *Altera o Decreto n.º 35.447, de 30 de abril de 1954. (D. N. P. V.).*

Decreto n.º 41.062 — de 27 de fevereiro de 1957.

— *Altera a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Agricultura.*

Decreto n.º 41.149 — de 13 de março de 1957.

— *Cria, no Instituto de Óleos, do Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas, do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas, do Ministério da Agricultura, o "Grupo de Estudo do Babaçu".*

Decreto n.º 41.150 — de 14 de março de 1957.

— *Fornece ao Ministério da Agricultura recursos iniciais para atender ao plano de construção de silos e armazéns.*

Decreto n.º 41.167 — de 18 de março de 1957.

— *Altera a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Agricultura.*

Decreto n.º 41.169 — de 19 de março de 1957.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 65.000.000,00 para auxiliar as construções e ampliações dos Institutos de Educação de Pernambuco, Porto Alegre, Macaé, Rio Grande do Norte, Picos, Belo Horizonte, Bahia, Aracaju e São Paulo e do Colégio Estadual do Paraná e da Escola Normal Pedro II, em Vitória.

Lei n.º 3.094 — de 30 de janeiro de 1957.

— *Concede ao Instituto de Física Teórica de São Paulo a subvenção anual de Cr\$ 3.000.000,00.*

Lei n.º 3.095 — de 30 de janeiro de 1957.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$.. 1.000.000,00, destinado à aquisição de todo o acervo artístico deixado pelo Professor Augusto Giorgio Girardet.*

Lei n.º 3.116 — de 25 de março de 1957.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a realizar a permuta de terrenos em Belo Horizonte.*

Decreto n.º 40.691 — de 29 de dezembro de 1956.

— *Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$.. 1.800.000,00, destinado à Confederação de Desportos Universitários.*

Decreto n.º 40.706 — de 31 de dezembro de 1956.

— *Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 10.000,00, para pagamento de subvenção ordinária ao Ginásio Anchieta de Porto Alegre.*

Decreto n.º 40.717 — de 8 de janeiro de 1957.

— *Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 5.677.400,00 para atender às despesas decorrentes da federalização da Faculdade de Direito de Niterói.*

Decreto n.º 40.730 — de 9 de janeiro de 1957.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

— *Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$.. 1.000.000,00, para atender às despesas com a impressão de uma edição popular da obra histórica "Quem Deu Asas ao Homem".*

Decreto n.º 40.744 — de 15 de janeiro de 1957.

— *Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 4.500.000,00, para pagamento devido pela União ao The Institute of Inter-American Affairs.*

Decreto n.º 40.745 — de 15 de janeiro de 1957.

— *Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00, destinado a auxiliar a Academia Brasileira de Ciências, do Distrito Federal, na aquisição ou construção do imóvel para sua sede própria.*

Decreto n.º 40.784 — de 21 de janeiro de 1957.

— *Transfere função da Tabela Única de Extranumerário-Mensalista — Parte Permanente, do Ministério da Agricultura, para idêntica Tabela do Ministério da Educação e Cultura.*

Decreto n.º 40.790 — de 22 de janeiro de 1957.

— *Altera a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Educação e Cultura, e dá outras providências.*

Decreto n.º 40.851 — de 29 de janeiro de 1957.

— *Transfere função da Tabela Única de Extranumerário-mensalista — Parte Permanente — do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, para iguais Tabela e Parte do Ministério da Educação e Cultura.*

Decreto n.º 40.860 — de 6 de fevereiro de 1957.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

— *Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 300.000,00 para auxiliar a Associação Goiana de Imprensa, pela realização da III Conferência Nacional de Jornalistas, na Cidade de Goiânia, Estado de Goiás.*

Decreto n.º 41.022 — de 27 de fevereiro de 1957.

— *Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação, o imóvel que menciona.*

Decreto n.º 41.209 — de 21 de março de 1957.

— *Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 23.312.360,00, para atender às despesas com a federalização da Escola Paulista de Medicina e criação da Faculdade de Medicina em Santa Maria, integrada na Universidade do Rio Grande do Sul.*

Decreto n.º 41.215 — de 27 de março de 1957.

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial de Cr\$ 500.000,00, destinado a premiar os jagadeiros cearenses Jerônimo André de Souza, Raimundo Correia de Lima, Manoel Pereira da Silva, Manoel Lopes Martins e João Batista Pereira, ou seus herdeiros.

Lei n.º 3.106 — de 2 de março de 1957.

— *Suprime cargo extinto.*

Decreto n.º 40.718 — de 8 de janeiro de 1957.

— *Suprime cargo extinto.*

Decreto n.º 40.742 — de 30 de janeiro de 1957.

— *Abre, ao Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 306.040,00, para o fim que especifica.*

Decreto n.º 48.802 — de 23 de janeiro de 1957.

MINISTÉRIO DA FAZENDA

— *Altera o Decreto n.º 40.155, de 16 de outubro de 1956.*

Decreto n.º 40.839 — de 28 de janeiro de 1957.

— *Abre, ao Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 195.075,80 para o fim que especifica.*

Decreto n.º 40.973 — de 15 de fevereiro de 1957.

— *Transfere, sem aumento de despesa, função da Tabela Única de Extranumerário-mensalista do Ministério da Aeronáutica, para idêntica tabela do Ministério da Fazenda.*

Decreto n.º 41.001 — de 22 de fevereiro de 1957.

— *Abre, ao Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 370.997.056,60, para o fim que especifica.*

Decreto n.º 41.023 — de 27 de fevereiro de 1957.

— *Abre, ao Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 96.167,00, para o fim que especifica.*

Decreto n.º 41.024 — de 27 de fevereiro de 1957.

— *Suprime cargos extintos.*

Decreto n.º 41.026 — de 27 de fevereiro de 1957.

— *Suprime cargos extintos.*

Decreto n.º 41.027 — de 27 de fevereiro de 1957.

— *Suprime cargos extintos.*

Decreto n.º 41.028 — de 27 de fevereiro de 1957.

— *Suprime cargos extintos.*

Decreto n.º 41.029 — de 27 de fevereiro de 1957.

— *Suprime cargos extintos.*

Decreto n.º 41.030 — de 27 de fevereiro de 1957.

MINISTÉRIO DA FAZENDA

- *Suprime cargo extinto.*
- Decreto n.º 41.031 — de 27 de fevereiro de 1957.
- *Suprime cargo extinto.*
- Decreto n.º 41.032 — de 27 de fevereiro de 1957.
- *Suprime cargo extinto.*
- Decreto n.º 41.033 — de 27 de fevereiro de 1957.
- *Suprime cargo extinto.*
- Decreto n.º 41.034 — de 27 de fevereiro de 1957.
- *Suprime cargos extintos.*
- Decreto n.º 41.035 — de 27 de fevereiro de 1957.
- *Suprime cargos extintos.*
- Decreto n.º 41.036 — de 27 de fevereiro de 1957.
- *Suprime cargo extinto.*
- Decreto n.º 41.037 — de 27 de fevereiro de 1957.
- *Suprime cargo extinto.*
- Decreto n.º 41.038 — de 28 de fevereiro de 1957.
- *Suprime cargo extinto.*
- Decreto n.º 41.039 — de 27 de fevereiro de 1957.
- *Suprime cargo extinto.*
- Decreto n.º 41.040 — de 27 de fevereiro de 1957.
- *Suprime cargos extintos.*
- Decreto n.º 41.041 — de 27 de fevereiro de 1957.
- *Suprime cargos extintos.*
- Decreto n.º 41.042 — de 27 de fevereiro de 1957.
- *Suprime cargos extintos.*
- Decreto n.º 41.043 — de 27 de fevereiro de 1957.
- *Suprime cargos extintos.*
- Decreto n.º 42.044 — de 27 de fevereiro de 1957.

MINISTÉRIO DA FAZENDA

- *Suprime cargos extintos.*
- Decreto n.º 41.045 — de 27 de fevereiro de 1957.
- *Suprime cargos extintos.*
- Decreto n.º 41.046 — de 27 de fevereiro de 1957.
- *Suprime cargos extintos.*
- Decreto n.º 41.047 — de 27 de fevereiro de 1957.
- *Suprime cargos extintos.*
- Decreto n.º 41.048 — de 27 de fevereiro de 1957.
- *Suprime cargos extintos.*
- Decreto n.º 41.049 — de 27 de fevereiro de 1957.
- *Suprime cargo extinto.*
- Decreto n.º 41.050 — de 27 de fevereiro de 1957.
- *Suprime cargos extintos.*
- Decreto n.º 41.051 — de 27 de fevereiro de 1957.
- *Suprime cargo extinto.*
- Decreto n.º 41.052 — de 27 de fevereiro de 1957.
- *Suprime cargos extintos.*
- Decreto n.º 41.053 — de 27 de fevereiro de 1957.
- *Suprime cargos extintos.*
- Decreto n.º 41.054 — de 27 de fevereiro de 1957.
- *Suprime cargo extinto.*
- Decreto n.º 41.055 — de 27 de fevereiro de 1957.
- *Suprime cargo extinto.*
- Decreto n.º 41.056 — de 27 de fevereiro de 1957.
- *Suprime cargos extintos.*
- Decreto n.º 41.057 — de 27 de fevereiro de 1957.

MINISTÉRIO DA FAZENDA

— *Suprime cargos extintos.*

Decreto n.º 41.058 — de 27 de fevereiro de 1957.

— *Suprime cargos extintos.*

Decreto n.º 41.059 — de 27 de fevereiro de 1957.

— *Abre, ao Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 3.000.000,00, para o fim que especifica.*

Decreto n.º 41.229 — de 29 de março de 1957.

— *Abre ao Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 30.000.000,00, para o fim que especifica.*

Decreto n.º 41.331 — de 29 de março de 1957.

— *Extingue Coletoria Federal.*

Decreto n.º 41.233 — de 29 de março de 1957.

MINISTÉRIO DA GUERRA

— *Altera com redução de despesa, a Tabela Numérica de Extranumerários-Mensalistas da Fábrica de Juiz de Fora.*

Decreto n.º 34.047 — de 2 de outubro de 1953.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a realizar a permuta de terrenos em Belo Horizonte.*

Decreto n.º 40.691 — de 29 de dezembro de 1956.

— *Abre, ao Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 905.679,10, para ocorrer à despesa que especifica.*

Decreto n.º 40.776 — de 17 de janeiro de 1957.

— *Suprime cargos extintos.*

Decreto n.º 40.777 — de 17 de janeiro de 1957.

— *Autoriza a transferência de jurisdição do Ministério da Saúde para o da Guerra, de uma estrutura de concreto e demais benfeitorias existentes em Paulo Afonso, Estado da Bahia.*

Decreto n.º 40.778 — de 17 de janeiro de 1957.

MINISTERIO DA GUERRA

— *Declara de utilidade pública e autoriza a desapropriação de imóvel necessário ao Serviço do Exército Nacional.*

Decreto n.º 40.779 — de 17 de janeiro de 1957.

— *Declara de utilidade pública e autoriza a desapropriação de imóvel necessário ao Serviço do Exército Nacional.*

Decreto n.º 40.780 — de 17 de janeiro de 1957.

— *Declara de utilidade pública e autoriza a desapropriação de imóvel necessário ao Serviço do Exército Nacional.*

Decreto n.º 40.781 — de 17 de janeiro de 1957.

— *Retifica a Tabela Numérica Especial de Extranumerário Mensalista da Escola Técnica do Exército no Ministério da Guerra.*

Decreto n.º 40.833 — de 24 de janeiro de 1957.

— *Altera o Decreto n.º 40.155, de 16 de outubro de 1956.*

Decreto n.º 40.839 — de 28 de janeiro de 1957.

— *Retifica a Tabela Numérica Especial de Mensalista do Estabelecimento Regional de Subsistência da 4.ª Região Militar, do Ministério da Guerra.*

Decreto n.º 40.846 — de 29 de janeiro de 1957.

— *Abre, ao Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 600.000,00, para ocorrer à despesa que especifica.*

Decreto n.º 40.856 — de 1 de fevereiro de 1957.

— *Transfere, sem aumento de despesa, função da Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista da Rede Elétrica Piquete-Itajubá, para idêntica tabela do Estabelecimento de Subsistência da 4.ª Região Militar, ambas do Ministério da Guerra.*

Decreto n.º 40.857 — de 1 de fevereiro de 1957.

MINISTÉRIO DA GUERRA

— *Dá nova redação à letra "C" do artigo 18 do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 34.999, de 2 de fevereiro de 1954 e a letra "a" do art. 118, do Regulamento aprovado com o Decreto n.º 30.163, de 13 de novembro de 1951, modificado pelo art. 6.º do Decreto n.º 36.515, de 1.º de dezembro de 1954.*

Decreto n.º 40.878 — de 8 de fevereiro de 1957.

— *Abre, ao Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 7.958.472,90, para ocorrer à despesa que especifica.*

Decreto n.º 40.879 — de 11 de fevereiro de 1957.

— *Abre, ao Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 30.714,90, para ocorrer à despesa que especifica.*

Decreto n.º 40.880 — de 11 de fevereiro de 1957.

— *Dispõe sobre as Tabelas Numéricas Especiais de Mensalistas de repartições do Ministério da Guerra, que menciona.*

Decreto n.º 40.976 — de 15 de fevereiro de 1957.

— *Aprova e manda executar as "Instruções para Funcionamento do Curso de Mobilização Nacional".*

Decreto n.º 40.984 — de 19 de fevereiro de 1957.

— *Alterações no Regulamento do Serviço de Engenharia do Exército.*

Decreto n.º 40.989 — de 21 de fevereiro de 1957.

— *Alterações no Regulamento do Serviço de Intendência do Exército em tempo de paz.*

Decreto n.º 40.990 — de 21 de fevereiro de 1957.

— *Declara de utilidade pública e autoriza a desapropriação de imóvel necessário do Serviço do Exército Nacional.*

Decreto n.º 40.991 — de 21 de fevereiro de 1957.

MINISTÉRIO DA GUERRA

— *Reduz o interstício para a promoção em postos dos quadros dos Serviços do Exército.*

Decreto n.º 40.992 — de 21 de fevereiro de 1957.

— *Transfere, sem aumento de despesa funções de Tabelas Numéricas Especiais de Extranumerário-mensalista de repartições do Ministério da Guerra, que menciona.*

Decreto n.º 41.037 — de 6 de março de 1957.

— *Modifica a redação dos ns. 10, item C e 37 item E, do art. 1.º do Decreto n.º 40.003, de 19 de setembro de 1956.*

Decreto n.º 41.084 — de 6 de março de 1957.

— *Dá nova redação ao n.º 16 do art. 1.º do Decreto n.º 38.105, de 18 de outubro de 1955.*

Decreto n.º 41.085 — de 6 de março de 1957.

— *Transfere função da Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista da Coudelaria de Avelar para idêntica tabela do Depósito Central de Material Veterinário, do Ministério da Guerra.*

Decreto n.º 41.088 — de 6 de março de 1957.

— *Altera o Regulamento do Serviço de Saúde do Exército e o Regulamento do Quadro de Especialistas de Saúde do Exército.*

Decreto n.º 41.100 — de 8 de março de 1957.

— *Transfere para a Diretoria de Vias de Transporte em decorrência da Lei n.º 2.851, de 25 de agosto de 1956, a delegação de atribuições a que se refere o art. 15 da Lei n.º 302, de 13 de julho de 1948.*

Decreto n.º 41.101 — de 8 de março de 1957.

— *Trata da organização das Forças Terrestres e dos Órgãos Territoriais em tempo de paz.*

Decreto n.º 41.186 — de 20 de março de 1957.

MINISTÉRIO DA GUERRA

— *Reduz o interstício do posto de Capitão do Quadro de Dentista do Serviço de Saúde do Exército.*

Decreto n.º 41.234 — de 29 de março de 1957.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

— *Abre, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 60.000.000,00 para o fim que especifica.*

Decreto n.º 40.728 — de 9 de janeiro de 1957.

— *Abre, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 2.500,00, para o fim que especifica.*

Decreto n.º 40.750 — de 15 de janeiro de 1957.

— *Dispõe sobre as Tabelas de Extranumerário-mensalista do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.*

Decreto n.º 40.923 — de 13 de fevereiro de 1957.

— *Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, os imóveis que menciona, situados no Distrito Federal e necessários à instalação de repartições do Departamento Federal de Segurança Pública.*

Decreto n.º 40.994 — de 21 de fevereiro de 1957.

— *Inclui funções gratificadas no Quadro Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.*

Decreto n.º 41.002 — de 22 de fevereiro de 1957.

— *Abre, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 50.000.000,00 para o fim que especifica.*

Decreto n.º 41.021 — de 27 de fevereiro de 1957.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

— *Abre, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 1.564.467,00 para o fim que especifica.*

Decreto n.º 41.094 — de 7 de março de 1957.

— *Abre, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00 para o fim que especifica.*

Decreto n.º 41.144 — de 13 de março de 1957.

MINISTÉRIO DA MARINHA

— *Aprova o Regulamento Geral dos Serviços de Praticagem.*

Decreto n.º 40.704 — de 31 de dezembro de 1956.

— *Equipara o pessoal militar do Curso de Construção Naval ao da Escola Técnica do Exército.*

Decreto n.º 40.720 — de 8 de janeiro de 1957.

— *Reduz interstício para promoção no Quadro de Médicos, do Corpo de Saúde da Marinha.*

Decreto n.º 40.721 — de 8 de janeiro de 1957.

— *Transfere função da Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista, do Ministério da Marinha, que menciona.*

Decreto n.º 40.723 — de 8 de janeiro de 1957.

— *Altera o Regulamento para o Corpo do Pessoal Subalterno da Armada.*

Decreto n.º 40.801 — de 23 de janeiro de 1957.

— *Aprova as Tabelas de Fixação dos Valores da Etapa e de suas modalidades, das Forças Armadas para 1957 e dá outras providências.*

Decreto n.º 40.829 — de 24 de janeiro de 1957.

MINISTÉRIO DA MARINHA

— *Aprova a tabela de fixação dos valores dos complementos da ração comum, para a Marinha, e dá outras providências.*

Decreto n.º 40.830 — de 24 de janeiro de 1957.

— *Cria a Fôrça de Fuzileiros da Esquadra.*

Decreto n.º 40.862 — de 6 de fevereiro de 1957.

— *Altera o Regulamento para os Centros de Instrução de Oficiais para a Reserva da Marinha.*

Decreto n.º 40.873 — de 8 de fevereiro de 1957.

— *Aprova e manda executar as "Instruções para Funcionamento do Curso de Mobilização Nacional".*

Decreto n.º 40.984 — de 19 de fevereiro de 1957.

— *Dispõe, sem aumento de despesa, sobre as Tabelas Numéricas Especiais de Extranumerários-mensalistas do Ministério da Marinha, que menciona.*

Decreto n.º 40.988 — de 20 de fevereiro de 1957.

— *Revoga dispositivos do Decreto n.º 38.192, de 18 de outubro de 1955 e altera o Regulamento para o Corpo do Pessoal Subalterno da Armada.*

Decreto n.º 41.015 — de 26 de fevereiro de 1957.

— *Altera a lotação numérica das repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Marinha.*

Decreto n.º 41.016 — de 26 de fevereiro de 1957.

— *Declara de utilidade pública, para efeitos de desapropriação, uma área de 11.838,84 m² situada à margem direita do Rio Igarapé, Município de Parnaíba, Estado do Piauí, e dá outras providências.*

Decreto n.º 41.089 — de 6 de março de 1957.

MINISTÉRIO DA MARINHA

— *Transfere função da Tabela Numérica de Extranumerário-Mensalista do Ministério da Marinha que menciona.*

Decreto n.º 41.090 — de 6 de março de 1957.

— *Torna sem efeito transferência de função da Tabela Numérica Especial de Extranumerário-Mensalista do Ministério da Marinha, constante do Decreto n.º 38.514, de 5 de janeiro de 1956.*

Decreto n.º 41.091 — de 6 de março de 1957.

— *Cria o Centro de Recrutas do Corpo de Fuzileiros Navais e sua Companhia de Comando e Serviços, e dá outras providências.*

Decreto n.º 41.098 — de 8 de março de 1957.

— *Aprova o Regulamento para o Centro de Recrutas do Corpo de Fuzileiros Navais.*

Decreto n.º 41.099 — de 8 de março de 1957.

— *Retifica Tabelas Numéricas Especiais de Extranumerários-mensalistas do Ministério da Marinha.*

Decreto n.º 41.108 — de 9 de março de 1957.

— *Transfere função da Tabela Numérica Especial de Extranumerário-Mensalista do Ministério da Marinha que menciona.*

Decreto n.º 41.183 — de 20 de março de 1957.

— *Suspende, temporariamente, a vigência de dispositivo do Regulamento de Promoções para os Oficiais da Armada.*

Decreto n.º 41.225 — de 29 de março de 1957.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

— *Aprova as Tabelas de Gratificação de Representação e de Suplemento de Representação a que se refere o Decreto-lei n.º 9.202, de 26 de abril de 1946.*

Decreto n.º 40.738 — de 9 de janeiro de 1957.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

— *Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 14.000.000,00 para atender às despesas com a contribuição única do Brasil às atividades da Universidade Internacional de Estudos Sociais.*

Decreto n.º 40.782 — de 17 de janeiro de 1957.

— *Suprime o Consulado honorário do Brasil, em Dallas, Estados Unidos da América.*

Decreto n.º 40.837 — de 28 de janeiro de 1957.

— *Suprime o Vice-Consulado honorário do Brasil em Jacksonville, Estados Unidos da América.*

Decreto n.º 40.838 — de 28 de janeiro de 1957.

— *Suprime o Consulado honorário do Brasil, em Galveston, Estados Unidos da América.*

Decreto n.º 40.853 — de 29 de janeiro de 1957.

— *Dispõe sobre servidores das Comissões Brasileiras Demarcadoras de Limites, do Ministério das Relações Exteriores, e dá outras providências.*

Decreto n.º 41.143 — de 13 de março de 1957.

— *Dispõe sobre a categoria da Missão do Brasil junto às Nações Unidas e das Delegações do Brasil em Genebra e junto à O. E. A.*

Decreto n.º 41.156 — de 15 de março de 1956.

— *Eleva à categoria de Consulado Geral o Consulado de carreira em Assunção.*

Decreto n.º 41.157 — de 15 de março de 1957.

— *Eleva à categoria de Embaixada a Representação diplomática do Brasil em Atenas.*

Decreto n.º 41.194 — de 25 de março de 1957.

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 500.000,00 para auxiliar a realização do 13.º Congresso de Higiene, em Fortaleza, capital do Estado do Ceará.

Lei n.º 3.117 — de 25 de março de 1957.

— *Altera o Decreto n.º 35.447, de 30 de abril de 1954.*

Decreto n.º 40.871 — de 7 de fevereiro de 1957.

— *Abre ao Ministério da Saúde o crédito especial de Cr\$ 25.000,00 para atender ao pagamento de subvenções ordinárias.*

Decreto n.º 41.115 — de 12 de março de 1957.

MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Altera a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

Decreto n.º 40.707 — de 31 de dezembro de 1956.

— *Altera a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.*

Decreto n.º 40.808 — de 23 de janeiro de 1957.

— *Altera, sem aumento de despesa, Tabelas Numéricas Especiais de Extranumerário-Mensalista de repartições do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, que menciona.*

Decreto n.º 41.109 — de 9 de março de 1957.

— *Altera a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.*

Decreto n.º 41.168 — de 19 de março de 1957.

MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 60.000.000,00, para o fim que menciona.

Decreto n.º 40.798 — de 22 de janeiro de 1957.

— Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00, para o fim que menciona.

Decreto n.º 40.799 — de 22 de janeiro de 1957.

— Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 102.520.840,00, para o fim que menciona.

Decreto n.º 40.834 — de 24 de janeiro de 1957.

— Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 669.763.232,50, para o fim que menciona.

Decreto n.º 40.974 — de 15 de fevereiro de 1957.

— Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 200.000.000,00, para o fim que menciona.

Decreto n.º 41.113 — de 12 de março de 1957.

— Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 12.869.768,50, para o fim que menciona.

Decreto n.º 41.114 — de 12 de março de 1957.

MISSÕES DIPLOMATICAS

— Ver:

Ministério das Relações Exteriores.

MONAZITA

Renova o Decreto n.º 36.425, de 4 de novembro de 1954.

Decreto n.º 40.883 — de 12 de fevereiro de 1957.

— Renova o Decreto n.º 36.314, de 8 de outubro de 1954.

Decreto n.º 40.884 — de 12 de fevereiro de 1957.

MONAZITA

— Renova o Decreto n.º 36.349, de 18 de outubro de 1954.

Decreto n.º 40.885 — de 12 de fevereiro de 1957.

— Renova o Decreto n.º 36.315, de 8 de outubro de 1954.

Decreto n.º 40.886 — de 12 de fevereiro de 1957.

— Renova o Decreto n.º 36.427, de 4 de novembro de 1954.

Decreto n.º 40.887 — de 12 de fevereiro de 1957.

— Renova o Decreto n.º 36.428, de 4 de novembro de 1954.

Decreto n.º 40.888 — de 12 de fevereiro de 1957.

— Renova o Decreto n.º 36.616 de 8 de fevereiro de 1954.

Decreto n.º 40.889 — de 12 de fevereiro de 1957.

— Renova o Decreto n.º 36.313, de 8 de outubro de 1954.

Decreto n.º 40.891 — de 12 de fevereiro de 1957.

— Renova o Decreto n.º 36.424, de 4 de novembro de 1954.

Decreto n.º 40.903 — de 13 de fevereiro de 1957.

— Renova o Decreto n.º 36.421, de 4 de novembro de 1954.

Decreto n.º 40.917 — de 13 de fevereiro de 1957.

— Renova o Decreto n.º 36.582, de 8 de dezembro de 1954.

Decreto n.º 41.170 — de 19 de março de 1957.

— Renova o Decreto n.º 36.431, de 4 de novembro de 1954.

Decreto n.º 41.175 — de 19 de março de 1957.

— Renova o Decreto n.º 36.429, de 4 de novembro de 1954.

Decreto n.º 41.176 — de 19 de março de 1957.

MONUMENTOS

Autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00 para ereção de um monumento a Anita Garibaldi, na cidade de Laguna, Estado de Santa Catarina.

Lei n.º 3.098 — de 24 de fevereiro de 1957.

MUNICÍPIO DE CORUMBÁ

Dispõe sobre a doação do imóvel que menciona, ao Município de Corumbá de Goiás, no Estado de Goiás.

Decreto n.º 41.218 — de 27 de março de 1957.

N

NAVEGAÇÃO ARTUR DONATO LIMITADA

Concede à sociedade Navegação Artur Donato Ltda. autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto n. 40.939 — de 14 de fevereiro de 1957.

NAVEGAÇÃO MERCANTIL S. A. - NAVEM

Concede à Navegação Mercantil S. A. - Navem — autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto n. 40.714 — de 8 de janeiro de 1957.

NAVEGAÇÃO SAVÔNIA S. A.

Concede à Navegação Savônia S. A. autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto n. 40.896 — de 12 de fevereiro de 1957.

NAVEGAÇÃO TAQUARA LTDA.

Concede à sociedade Navegação Taquara Limitada autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto n. 40.941 — de 14 de fevereiro de 1957.

O

"O ESTADO"

Dispõe sobre o quadro do pessoal trabalhista da Empresa "O Estado", e dá outras providências.

Decreto n. 40.739 — de 10 de janeiro de 1957.

OBRAS LITERÁRIAS E ARTÍSTICAS

Torna pública a adesão da Grécia à Convenção de Berna para a proteção das Obras Literárias e Artísticas, revista, em Bruxelas, em 26 de junho de 1948.

Decreto n. 40.924 — de 13 de fevereiro de 1957.

ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO

Retifica, sem ônus, a Lei n.º 2.665, de 6 de dezembro de 1955, a qual estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1956.

Lei n. 3.052 — de 21 de dezembro de 1956.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

Torna público, por vários países, o depósito de instrumentos de aceitação relativos à Constituição da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.

Decreto n. 40.926 — de 13 de fevereiro de 1957.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE METEOROLOGIA

Torna público o depósito do Instrumento de adesão por parte do Governo da República do Sudão à Convenção da Organização Mundial de Meteorologia assinada em Washington, em 11 de outubro de 1947.

Decreto n. 40.930, de 13 de fevereiro de 1957.

OURO

Autoriza a Dragagem Fluvial Ltda. a pesquisar diamantes, ouro, quartzo e associados no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 40.817 — de 23 de janeiro de 1957.

OURO

— *Autoriza a Mineração de Ouro de Jabôcina Ltda., a pesquisar ouro e associados no Município de Jacobina, Estado da Bahia.*

Decreto n. 40.978 — de 15 de fevereiro de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Stvert Francisco Bartholdy a pesquisar diamantes, minério de ouro, quartzo e associados, no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 41.173 — de 19 de março de 1957.

P

PARANÁ COMPANHIA DE SEGUROS

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento do capital social da Paraná Companhia de Seguros.

Decreto n. 40.594 — de 27 de dezembro de 1956.

PEARL ASSURANCE COMPANY LIMITED

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento de capital social da Pearl Assurance Company, Limited.

Decreto n. 40.589 — de 26 de dezembro de 1956.

PEDRAS CORADAS

Autoriza o cidadão brasileiro José Carlos Pereira a pesquisar pedras coradas e associados, no município de Conselheiro Pena, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 40.816 — de 23 de janeiro de 1957.

PEDRAS PRECIOSAS

Autoriza Alzira Feistauer Lusser a comprar pedras preciosas.

Decreto n. 40.807 — de 23 de janeiro de 1957.

— *Autoriza Benedicto Calabreze a comprar pedras preciosas.*

Decreto n. 41.086 — de 6 de março de 1957.

PEDRAS SEMI-PRECIOSAS

Autoriza o cidadão brasileiro Mário Ferreira da Silva a pesquisar mica e pedras semi-preciosas, no município de Virgílandia, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 40.920 — de 13 de fevereiro de 1957.

PENSÃO

Reveraz em favor de Marieta Galvão Miranda Corrêa a pensão de que era beneficiária sua falecida irmã Alice Arroxelas Galvão.

Lei n. 3.100 — de 24 de fevereiro de 1957.

— *Concede as pensões especiais de Cr\$ 3.000,00 e Cr\$ 3.000,00 mensais a Boreal Pimpão de Sá Nunes e Aurora Dias Fernandes, viúva do escritor Carlos Dias Fernandes.*

Lei n. 3.110 — de 10 de março de 1957.

— *Concede a pensão especial de Cr\$ 5.000,00 mensais a Francisca Ruy Barbosa Airoso, viúva de Raul Antônio Airoso e filha do Conselheiro Ruy Barbosa.*

Lei n. 3.111 — de 10 de março de 1957.

— *Concede a pensão especial de Cr\$ 3.000,00 mensais a Celsina de Azevedo Soares, única descendente do ex-tenente da Guarda Nacional Celso Salatiel de Azevedo Soares.*

Lei n. 3.112 — de 15 de março de 1957.

PESQUISA

— Ver:

O nome do elemento cuja pesquisa foi autorizada.

PETRÓLEO BRASILEIRO S. A. (PETROBRAS)

Dispõe sobre as relações entre o Conselho Nacional do Petróleo e a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobrás e dá outras providências.

Decreto n. 40.845 — de 28 de janeiro de 1957.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Partes vetadas pelo Presidente da República e mantidas pelo Congresso Nacional, do projeto que se transformou na Lei n.º 2.973, de 26 de novembro de 1956.

Lei n. 2.973 — de 26 de novembro de 1956.

PLANO DE EXPANSÃO ECONÔMICA DA TRITICULTURA NACIONAL

— Ver:

Trigo.

PLANO DE RECUPERAÇÃO ECONÔMICO-RURAL

Institui o Plano de Recuperação Econômico-Rural da lavoura caueira do País.

Decreto n. 40.987 — de 20 de fevereiro de 1957.

PLANO NACIONAL DA INDÚSTRIA AUTOMOBOLÍSTICA

Institui o Plano Nacional da Indústria Automobilística relativo a automóveis de passageiros.

Decreto n. 41.018 — de 26 de fevereiro de 1957.

PODER JUDICIÁRIO

Abre, ao Poder Judiciário — Tribunal de Justiça do Distrito Federal — o crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00, para o fim que especifica.

Decreto n. 40.716 — de 8 de janeiro de 1957.

— *Abre ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — o crédito especial que especifica.*

Decreto n. 40.840 — de 28 de janeiro de 1957.

— *Abre ao Poder Judiciário, — Superior Tribunal Militar, — o crédito especial de Cr\$ 27.444,20 para atender ao pagamento com os exercícios findos.*

Decreto n. 40.869 — de 7 de fevereiro de 1957.

PODER JUDICIÁRIO

— *Abre ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Tribunal Regional do Trabalho da 4.ª Região — o crédito especial de Cr\$ 251.024,10 para execução da Lei n.º 2.887, de 1956.*

Decreto n. 40.875 — de 8 de fevereiro de 1957.

— *Abre ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — o crédito especial que especifica.*

Decreto n. 40.970 — de 15 de fevereiro de 1957.

— *Abre ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — o crédito especial que especifica.*

Decreto n. 40.971 — de 15 de fevereiro de 1957.

— *Abre, do Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — o crédito especial de Cr\$ 791.406,50, para o fim que especifica.*

Decreto n. 41.102 — de 8 de março de 1957.

— *Abre, ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Tribunal Regional do Trabalho da 7.ª Região — o crédito especial de Cr\$ 215.393,90, para execução da Lei n.º 2.884, de 24 de setembro de 1956.*

Decreto n. 41.190 — de 25 de março de 1957.

POLÍCIA MARÍTIMA, AÉREA E DE FRONTEIRAS

Dispõe sobre a constituição da Comissão incumbida de estudar um convênio a ser celebrado, entre a União Federal e o Estado de São Paulo para a execução dos serviços de polícia marítima, aérea e de fronteiras.

Decreto n. 40.743 — de 14 de janeiro de 1957.

POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL

Aprova o Regulamento da Polícia Militar do Distrito Federal.

Decreto n. 41.095 — de 7 de março de 1957.

PREFEITURAS

Autoriza a cessão gratuita do terreno que menciona, situado no Distrito Federal.

Decreto n. 41.216 — de 27 de março de 1957.

— No tocante a autorizações e concessões, ver o nome do objeto delas.

PRÊMIO "MARINHA DO BRASIL"

Concede à Marinha de Guerra do Peru o Prêmio "Marinha do Brasil".

Decreto n. 41.092 — de 6 de março de 1957.

PRESCRIÇÃO

Releva a prescrição em que incorreu o direito à reforma, por incapacidade física, do ex-soldado José Luiz Filho.

Lei n. 3.118 — de 25 de março de 1957.

PROMOÇÃO

Reduz o interstício para a promoção em postos dos quadros dos Serviços do Exército.

Decreto n. 40.992 — de 21 de fevereiro de 1957.

Q

QUARTZITO

Autoriza o cidadão brasileiro Jesuino Felicissimo Júnior a pesquisar leucófito, quartzito e associados no Município de Santana do Parnaíba, Estado de São Paulo.

Decreto n. 40.658 — de 28 de dezembro de 1956.

QUARTZO

Autoriza a Mineração Felquartzo Limitada a pesquisar feldspato, quartzo e associados no município de Camboriú, Estado de Santa Catarina.

Decreto n. 40.765 — de 16 de janeiro de 1957.

QUARTZO

— *Autoriza a Dragagem Fluvial Limitada, a pesquisar diamantes, ouro, quartzo e associados no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 40.817 — de 23 de janeiro de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Aristides Antônio dos Santos a pesquisar mica, quartzo e associados no município de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 40.820 — de 23 de janeiro de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Marcos Antonio Monteiro de Barros a pesquisar mica, quartzo e associados no município de Goianesia, Estado de Goiás.*

Decreto n. 40.960 — de 14 de fevereiro de 1957

— *Autoriza o cidadão brasileiro Leivindo Moreira Quintão a pesquisar mica e quartzo no município de Malacacheta, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 40.968 — de 14 de fevereiro de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Arlindo Martins de Freitas a pesquisar berilo, quartzo, e associados no município de Conselheiro Pena, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 41.138 — de 12 de março de 1957.

— *Autoriza os cidadãos brasileiros Emmandel Machado Lopes, Poty Tupy da Fonseca e Pedro Ivan Tupy da Fonseca a pesquisar quartzo e associados no município de São João do Paraíso, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 41.152 — de 14 de março de 1957.

— *Retifica o art. 1.º do Decreto n.º 39.985, de 13 de setembro de 1956.*

Decreto n. 41.164 — de 18 de março de 1957.

QUARTZO

— *Autoriza o cidadão brasileiro Marco Antônio Monteiro de Barros a pesquisar mica, quartzo, cobalto e associados no município de Goianésia, Estado de Goiás.*

Decreto n. 41.171 — de 19 de março de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Sivert Francisco Bartholdy a pesquisar diamantes, minério de ouro, quartzo e associados, no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 41.173 — de 19 de março de 1957.

R**RÁDIO CULTURA DO PIAUÍ LIMITADA**

Outorga concessão à Rádio Cultura do Piauí Limitada para instalar uma estação radiodifusora ou de ondas médias.

Decreto n. 40.642 — de 27 de dezembro de 1956.

RÁDIO IMPRENSA S. A.

Outorga concessão à Rádio Imprensa S. A. para instalar uma estação radiodifusora de ondas médias.

Decreto n. 40.800 — de 22 de janeiro de 1957.

"RÁDIO NACIONAL"

Dispõe sobre o quadro do pessoal trabalhista da Empresa "Rádio Nacional", e dá outras providências.

Decreto n. 40.741 — de 10 de janeiro de 1957.

RADIODIFUSÃO

— *Outorga de concessão. Ver o nome da entidade beneficiária.*

RÊDE FERROVIÁRIA DO NORDESTE

Prorroga o prazo de que tarata o art. 21 do Decreto n.º 40.442, de 29 de novembro de 1956.

Decreto n. 41.104 — de 8 de março de 1957.

RÊDE FERROVIÁRIA NACIONAL

— *Ver:*

Ferrovias.

RÊDE FERROVIÁRIA S. A.

Determina a transformação das empresas ferroviárias da União em sociedade por ações, autoriza a constituição da Rede Ferroviária S. A., e dá outras providências.

Lei n.º 3.115 — de 16 de março de 1957.

RÊDE MINEIRA DE VIAÇÃO

— *Declara de utilidade pública para efeito de desapropriação pela Rede Mineira de Viação, aguada, áreas de terrenos e respectivas benfeitorias, situadas no Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 40.876 — de 8 de janeiro de 1957.

REGIMENTO

— *Ver:*

O nome do órgão ou entidade a que se refere.

REGULAMENTOS

Aprova o Regulamento de Bases e Destacamentos de Bases Aéreas.

Decreto n. 40.491 — de 4 de dezembro de 1956.

— *Aprova o Regulamento para a cobrança e fiscalização do imposto de renda.*

Decreto n. 40.702 — de 31 de dezembro de 1956.

— *Aprova o Regulamento Geral dos Serviços de Praticagem.*

Decreto n. 40.704 — de 31 de dezembro de 1956.

— *Altera a redação do § 2.º, do artigo 117, do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 32.667, de 1 de maio de 1953.*

Decreto n. 40.809 — de 23 de janeiro de 1957.

REGULAMENTOS

— Altera o Regulamento para os Centros de Instrução de Oficiais para a Reserva da Marinha.

Decreto n. 40.873 — de 8 de fevereiro de 1957.

— Regula dispositivo do Regulamento Geral dos Serviços de Praticagem.

Decreto n. 40.874 — de 8 de fevereiro de 1957.

— Dá nova redação à letra c do artigo 18 do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 34.999, de 2 de fevereiro de 1954 e a letra a do art. 118, do Regulamento aprovado com o Decreto n.º 30.163, de 13 de novembro de 1951, modificado pelo art. 6.º do Decreto n.º 36.515, de 1.º de dezembro de 1954.

Decreto n. 40.878 — de 8 de fevereiro de 1957.

— Alterações no Regulamento do Serviço de Engenharia do Exército.

Decreto n.º 40.989 — de 21 de fevereiro de 1957.

— Alterações no Regulamento do Serviço de Intendência do Exército em tempo de paz.

Decreto n. 40.990 — de 21 de fevereiro de 1957.

— Revoga dispositivo do Decreto n.º 38.102, de 18 de outubro de 1955 e altera o Regulamento para o Corpo do Pessoal Subalterno da Armada.

Decreto n. 41.015 — de 26 de fevereiro de 1957.

— Altera o Regulamento para a Escola de Marinha Mercante do Rio de Janeiro.

Decreto n. 41.017 — de 26 de fevereiro de 1957.

— Regulamenta os serviços de energia elétrica.

Decreto n. 41.019 — de 26 de fevereiro de 1957.

— Aprova o Regulamento da Carteira de Colonização do Banco do Brasil S. A.

Decreto n. 41.093 — de 6 de março de 1957.

REGULAMENTOS

— Aprova o Regulamento da Polícia Militar do Distrito Federal.

Decreto n. 41.095 — de 7 de março de 1957.

— Aprova o Regulamento do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal.

Decreto n. 41.096 — de 7 de março de 1957.

— Aprova o Regulamento para o Centro de Recrutamento do Corpo de Fuzileiros Navais.

Decreto n. 41.099 — de 8 de março de 1957.

— Altera o Regulamento do Serviço de Saúde do Exército e o Regulamento do Quadro de Especialistas de Saúde do Exército.

Decreto n.º 41.100 — de 8 de março de 1957.

— Aprova o Regulamento do "Fundamento Aeronáutico".

Decreto n. 41.148 — de 13 de março de 1957.

— Aprova o Regulamento para a Escola de Guerra Naval.

Decreto n. 41.224 — de 29 de março de 1957.

— Suspende, temporariamente, a vigência de dispositivo do Regulamento de Promoções para os Oficiais da Armada.

Decreto n. 41.225 — de 29 de março de 1957.

RIO DE JANEIRO LIGHTERAGE CO. LTD.

Concede à sociedade Rio de Janeiro Lighterage Company Limited autorização para funcionar na República.

Decreto n. 40.981 — de 15 de fevereiro de 1957.

RIOS

— Ver:

O nome da entidade que lhe detém o domínio.

RODOVIAS

Parte votada pelo Presidente da República e mantida pelo Congresso Nacional, do Projeto que se transformou na Lei n.º 2.975, de 27-11-56.

Lei n. 2.975 — de 27 de novembro de 1956.

S**SALVAGUARDA DA VIDA HUMANA NO MAR**

Promulga a Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar, firmada em Londres, a 10 de junho de 1948, entre o Brasil e vários países.

Decreto n. 40.344 — de 13 de novembro de 1956.

— *Torna pública a denúncia, por parte do Brasil, da Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar, assinada em Londres em 31 de maio de 1929.*

Decreto n. 40.927 — de 13 de fevereiro de 1957.

— *Torna pública a denúncia, pelos Governos da Argentina e Turquia, da Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar, firmada em Londres a 31 de maio de 1929.*

Decreto n. 40.928 — de 13 de fevereiro de 1957.

— *Torna público o depósito, pelo Governo da Turquia, do Instrumento de aceitação da Convenção Internacional para Salvaguarda da Vida Humana no Mar, assinada em Londres em 1948.*

Decreto n. 40.929 — de 13 de fevereiro de 1957.

SCHEELITA

Autoriza o cidadão brasileiro Mesias Targino da Cruz a pesquisar scheelita e associados no município de Brejo da Cruz, Estado da Paraíba.

Decreto n. 40.651 — de 28 de dezembro de 1956.

SEGURADORA DAS AMÉRICAS

Concede à Seguradora das Américas autorização para funcionar e aprova os seus Estatutos.

Decreto n. 40.585 — de 26 de dezembro de 1956.

SEGURO AGRÁRIO

Declara em vigor as condições da apólice e a tarifa do seguro agrário de pequena lavoura de culturas múltiplas.

Decreto n. 40.810 — de 23 de janeiro de 1957.

SERVIÇO DE NAVEGAÇÃO DA BACIA DO PRATA

Aprova a Tabela de Mensalistas do Serviço de Navegação da Bacia do Prata e dá outras providências.

Decreto n. 40.892 — de 12 de fevereiro de 1957.

SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA

— Ver,

Energia Elétrica.

SERVIÇOS DE PRATICAGEM

Aprova o Regulamento Geral dos Serviços de Praticagem.

Decreto n. 40.704 — de 31 de dezembro de 1956.

— *Retifica dispositivo do Regulamento Geral dos Serviços de Praticagem.*

Decreto n. 40.874 — de 8 de fevereiro de 1957.

SERVIÇOS MARÍTIMOS CAMUYRANO S. A.

Concede a Serviços Marítimos Camuyrano S. A. autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto n. 40.715 — de 8 de janeiro de 1957.

SILOS E ARMAZÉNS

Fornece ao Ministério da Agricultura recursos iniciais para atender ao plano de construção de silos e armazéns.

Decreto n. 41.167 — de 18 de março de 1957.

SOCIEDADE ANÔNIMA REFINAÇÕES DE MILHO BRASIL

Concede à Sociedade Anônima Refinações de Milho Brasil, autorização para continuar a funcionar na República.

Decreto n. 40.606 — de 27 de dezembro de 1956.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE MINÉRIOS VREME LTDA.

Concede à Sociedade Brasileira de Minérios Vreme Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n. 40.756 — de 15 de janeiro de 1957.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE TERRENOS E LOTEAMENTOS LTDA. "SOBRATELO"

Concede à Sociedade Brasileira de Terrenos e Loteamentos Ltda. "Sobratelo" autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n. 40.760 — de 15 de janeiro de 1957.

SOCIEDADE FÔRÇA E LUZ ARAUJENSE LTDA.

Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica a Sociedade Fôrça e Luz Araujense, Limitada.

Decreto n. 41.075 — de 28 de fevereiro de 1957.

SOCIEDADE TERMOELÉTRICA DE CAPIVARI (SOTELCA)

Autoriza a União a constituir uma sociedade por ações, que se denominará Sociedade Termoelétrica de Capivari (Sotelca), e dá outras providências.

Lei n. 3.119 — de 31 de março de 1957.

SUBVENÇÕES

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, os créditos especiais, respectivamente, de Cr\$ 5.000.000,00, Cr\$ 3.000.000,00, Cr\$ 2.000.000,00, Cr\$.. 1.000.000,00, Cr\$ 5.000.000,00, Cr\$.. 1.500.000,00, Cr\$ 2.000.000,00 e Cr\$ 5.000.000,00, para auxiliar as Prefeituras Municipais de Ribeirão Preto, Lorena, Caraguatatuba e São Carlos, no Estado de São Paulo, Montes Claros e Formiga, no Estado de Minas Gerais, Borba, no Estado do Amazonas e Anápolis, no Estado de Goiás.

Lei n. 3.096 — de 30 de janeiro de 1957.

SUPRESSÃO DE CARGO

— Ver:

O nome do órgão ou entidade a cujo quadro pertence o cargo.

T

TABELAS

Dispõe sobre supressão das funções de extranumerários-mensalista, que especifica, e dá outras providências.

Decreto n. 41.064 — de 27 de fevereiro de 1957.

TALCO

Autoriza Magnesita S. A. a lavar magnesita, talco e associados no município de Brumado, Estado da Bahia.

Decreto n. 40.957 — de 14 de fevereiro de 1957.

TERRAS DEVOLUTAS

Submete ao regime de aforamento as terras devolutas situadas dentro da faixa de cento e cinquenta quilômetros ao longo das fronteiras e nos Territórios Federais.

Decreto n. 40.735 — de 9 de janeiro de 1957.

TERRENOS DE MARINHA

Autoriza pessoa jurídica estrangeira a adquirir, em transferência de aforamento, o domínio útil da fração ideal do terreno de acrecido da marinha que menciona, no Distrito Federal.

Decreto n. 40.628 — de 27 de dezembro de 1956.

TERRENOS DE MARINHA

— *Autoriza estrangeiros a adquirirem, em transferência de aforamento, o domínio útil da fração ideal do terreno de marinha que menciona, no Distrito Federal.*

Decreto n. 40.805 — de 23 de janeiro de 1957.

— *Autoriza estrangeiro a adquirir, em transferência de aforamento, o domínio útil da fração ideal do terreno de marinha que menciona, situada no Distrito Federal.*

Decreto n. 40.806 — de 23 de janeiro de 1957.

THE ROYAL BANK OF CANADA

Prorroga a autorização do prazo de funcionamento, no Brasil, concedida ao The Royal Bank of Canada.

Decreto n. 40.803 — de 23 de janeiro de 1957.

TRANSATLÂNTICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento do capital social da Transatlântica - Companhia Nacional de Seguros.

Decreto n. 40.938 — de 14 de fevereiro de 1957.

TRANSPORTES MARÍTIMOS ARAÚJO S. A.

Concede à sociedade Transportes Marítimos Araújo & Cia. Ltda. autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem, sob a nova forma social de Transportes Marítimos Araújo S.A.

Decreto n. 40.980 — de 15 de fevereiro de 1957.

TRANSPORTES MARÍTIMOS "1001" LTDA.

Concede à sociedade Transportes Marítimos "1001" Ltda. autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto n. 40.609 — de 27 de dezembro de 1956.

TRATADOS

Promulga o Tratado de Amizade de Comércio e Navegação firmado no Rio de Janeiro, a 12 de maio de 1954, entre o Brasil e o Líbano.

Decreto n. 40d909 — de 22 de fevereiro de 1957.

— *Promulga o Tratado de Comércio e Navegação firmado no Rio de Janeiro, a 27 de maio de 1949, entre o Brasil e o Uruguai.*

Decreto n. 41.000 — de 22 de fevereiro de 1957.

TRIGO

Institui o Plano de Expansão Econômica da Triticicultura Nacional.

Decreto n. 41.161 — de 18 de março de 1957.

TRITICULTURA

— *Ver:*

Trigo.

U**UNIÃO FEDERAL**

Declara públicas, de uso comum, do domínio da União, as águas do rio São Francisco.

Decreto n. 41.008 — de 25 de fevereiro de 1957.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio da União, as águas do rio Canóas.*

Decreto n. 41.201 — de 26 de março de 1957.

UNIVERSIDADES

Cria o Quadro Especial (Universidade do Rio Grande do Sul) do Ministério da Educação e Cultura, e das outras providências.

Lei n. 3.093 — de 2 de janeiro de 1957.

— *Inclui funções gratificadas no Quadro Extraordinário da Universidade do Ceará, ao Ministério da Educação e Cultura.*

Decreto n. 41.208 — de 27 de março de 1957.

V

VICE-CONSULADOS

— Ver:

Ministério das Relações Exteriores.

VICK CHEMICAL INC.

Concede à sociedade anônima Vick Chemical Inc. autorização para continuar a funcionar na República.

Decreto n. 40.711 — de 8 de janeiro de 1957.

X

XISTO ARGILOSO

Autoriza o cidadão brasileiro Delto Menozzi Teixeira a pesquisar calcário, argila, xisto argiloso e associados no município de Iporanga, Estado de São Paulo.

Decreto n. 40.955 — de 14 de fevereiro de 1957.

XISTO ARGILOSO

— *Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Mendes a lavar xisto argiloso no município de Piedade, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 41.181 — de 19 de março de 1957.

Z

ZINCO

Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Ermirio de Moraes a pesquisar minérios de zinco, cobre, chumbo e associados no município de Vazante, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 40.761 — de 15 de janeiro de 1957.

— *Ratifica e amplia a autorização concedida pelo Decreto n.º 37.504, de 17 de junho de 1955.*

Decreto n. 40.946 — de 14 de fevereiro de 1957.



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

COLEÇÃO DAS LEIS

DE 1957 — VOLUME III

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

LEIS DE ABRIL A JUNHO

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL
RIO DE JANEIRO — BRASIL — 1957

ÍNDICE

DOS

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

	Págs.		Págs.
3 — Decreto Legislativo de 1957 — Aprova o termo de contrato celebrado entre o Ministério da Guerra e as Irmãs da Congregação de São José. Publicado no D.O. de 27 de abril de 1957	3	contrato celebrado entre o Ministério da Aeronáutica e Dellyo de Almeida Alvares. Publicado no D.O. de 28 de maio de 1957	6
4 — Decreto Legislativo de 1957 — Aprova o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro ao contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e Dorimendonte Teixeira Ferrer e sua esposa Necita de Souza Ferrer. Publicado no D. O. de 30 de maio de 1957	3	8 — Decreto Legislativo de 1957 — Aprova o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro ao contrato celebrado entre o Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e a firma Poligráfica Lambert Ltda. Publicado no D.O. de 28 de maio de 1957	6
5 — Decreto Legislativo de 1957 — Mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro ao contrato celebrado entre o Governo do Território Federal do Acre e Palmeirinda de Figueiredo. Publicado no D.O. de 30 de maio de 1957	3	9 — Decreto Legislativo de 1957 — Aprova o texto da Convenção Ortográfica firmada entre o Brasil e Portugal, em 29 de dezembro de 1943, em Lisboa. Publicado no D.O. de 1 de junho de 1957	7
6 — Decreto Legislativo de 1957 — Aprova o Convênio de Cooperação para o estudo do aproveitamento da energia hidráulica dos rios Acaraí e Mondai, firmado entre o Brasil e a República do Paraguai. Publicado no D.O. de 29 de maio de 1957	3	10 — Decreto Legislativo de 1957 — Autoriza o Vice-Presidente da República a ausentar-se do território nacional. Publicado no D.O. de 30 de maio de 1957	8
7 — Decreto Legislativo de 1957 — Mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro ao termo aditivo ao	4	11 — Decreto Legislativo de 1957 — Aprova o termo aditivo ao contrato celebrado entre o Ministério da Marinha e Arthur Michaél Gustav Friedrich Dumont. Publicado no D.O. de 12 de junho de 1957	8
		12 — Decreto Legislativo de 1957 — Aprova o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro ao termo aditivo ao con-	

	Págs.		Págs.
trato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Campos & Bruder Ltda. Publicado no D.O. de 12 de junho de 1957	8	3.121 — Lei de 16 de abril de 1957 — Concede isenção de direitos aduaneiros inclusive adicional de 10%, imposto de consumo e mais taxas alfandegárias para materiais importados pela Cia. Telefônica de Campo Grande, no Estado de Mato Grosso. Publicada no D.O. de 17 de abril de 1957	14
13 — Decreto Legislativo de 1957 — Aprova a Convenção sobre Asilo Diplomático, firmado na X Conferência Interamericana. Publicado no D.O. de 12 de junho de 1957	8	3.122 — Lei de 16 de abril de 1957 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00, destinado à reconstrução da Escola de Artes e Ofícios Hugo Taylor, de Santa Maria, no Estado do Rio Grande do Sul. Publicada no D.O. de 17 de abril de 1957	14
14 — Decreto Legislativo de 1957 — Mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro ao contrato celebrado entre o Ministério da Educação e Cultura e a firma Construtora Hélios Ltda. Publicado no D.O. de 19 de junho de 1957	12	3.123 — Lei de 16 de abril de 1957 — Modifica disposições da Lei n.º 1.580, de 20 de março de 1952. Publicada no D.O. de 17 de abril de 1957	15
15 — Decreto Legislativo de 1957 — Aprova o termo de contrato celebrado entre a Divisão do Material do Ministério da Saúde e a firma Keller Weber S. A. — Máquinas Comerciais e Gráficas. Publicado no D.O. de 19 de junho de 1957	12	3.124 — Lei de 16 de abril de 1957 — Concede isenção de impostos à Fundação Brasileira de Teatro. Publicada no D.O. de 17 de abril de 1957	15
16 — Decreto Legislativo de 1957 — Aprova o termo aditivo ao ajuste de serviços celebrado entre o Estado Maior do Exército e Benedito da Silva Cordeiro. Publicado no D.O. de 19 de junho de 1957	12	3.125 — Lei de 18 de abril de 1957 — Concede o auxílio especial de Cr\$ 20.000.000,00 às Províncias Maristas Brasileiras, para ampliação de sua rede de estabelecimentos educacionais, e dá outras providências. Publicada no D.O. de 23 de abril de 1957	15
17 — Decreto Legislativo de 1957 — Publicado no D.O. de 22 de junho de 1957	13	3.126 — Lei de 16 de abril de 1957 — Concede dilatação do prazo legal para a fruição de direitos autorais. Publicada no D.O. de 23 de abril de 1957	16
18 — Decreto Legislativo de 1957 — Aprova o contrato celebrado entre o Departamento Nacional de Estradas de Ferro e a Sociedade Ipiranga de Engenharia e Comércio Ltda. Publicado no D.O. de 28 de junho de 1957	13	3.127 — Lei de 18 de abril de 1957 — Concede isenção de direitos alfandegários, imposto de consumo e mais taxas para importação de equipamento completo, destinado à instalação da Indústria Brasileira de Regeneração de Óleos Sociedade Anônima (IBROL). Publicada no D.O. de 23 de abril de 1957	16
3.120 — Lei de 16 de abril de 1957 — Autoriza o Poder Executivo a doar ao Patronato Santa Catarina Labouré, de Piripiri, Piauí, os terrenos e edifícios que, na mesma localidade, serviram às instalações da Comissão do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas. Publicada no D.O. de 17 de abril de 1957	14	3.128 — Lei de 18 de abril de 1957 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o cré-	

Págs.		Págs.
	dito especial de Cr\$ 3.000.000,00 para auxiliar a conclusão das obras da cripta do Monumento Nacional ao Imigrante a a instalação do respectivo Museu da Imigração. Publicada no D.O. de 23 de abril de 1957 16	cada no D.O. de 14 de maio de 1957 19
3.129	— Lei de 18 de abril de 1957 — Concede isenção de tributos, inclusive imposto de consumo, para importação de três imagens doadas pela Casa Maior das Salesianas de Roma, e destinadas ao Colégio N. S. Auxiliadora, de Petrolina, no Estado de Pernambuco, e aos Colégio Salesianos de Baturité e Fortaleza, no Estado do Ceará. Publicada no D.O. de 23 de abril de 1957 17	3.135 — Lei de 13 de maio de 1957 — Concede isenção de impostos, taxas, direitos aduaneiros e imposto de consumo para um carrilhão com dez sinos de aço sonoro e respectiva instalação elétrica, importação da Alemanha, destinado à Catedral Metropolitana de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul. Publicada no D.O. de 14 de maio de 1957 19
3.130	— Lei de 3 de maio de 1957 — Concede pensão mensal às viúvas dos fundadores da Universidade do Paraná e dá outras providências. Publicada no D.O. de 8 de maio de 1957 17	3.136 — Lei de 13 de maio de 1957 — Concede isenção de todos os direitos de importação para um carrilhão de quatro sinos de bronze e a respectiva armação doados à Prelazia da Foz do Iguaçu, no Estado do Paraná. Publicada no D.O. de 14 de maio de 1957 19
3.131	— Lei de 8 de maio de 1957 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — o crédito especial de Cr\$ 1.029.910,00 para atender às despesas de exercícios findos realizadas pelo Tribunal Regional do Trabalho da 2.ª Região. Publicada no D.O. de 9 de maio de 1957 17	3.137 — Lei de 13 de maio de 1957 — Denomina Instituto Brasileiro do Sal o Instituto Nacional do Sal, dando-lhe nova organização. Publicada no D.O. de 16 de maio de 1957 20
3.132	— Lei de 8 de maio de 1957 — Dispõe sobre a pensão de montepio civil dos funcionários públicos federais. Publicada no D.O. de 9 de maio de 1957. Retificada no D.O. de 14 de maio de 1957 18	3.138 — Lei de 17 de maio de 1957 — Modifica o art. 1.º da Lei n.º 2.576, de 17 de agosto de 1955 (dispõe sobre as inspeções de saúde dos servidores civis do Ministério da Aeronáutica, e dá outras providências). Publicada no D.O. de 17 de maio de 1957 26
3.133	— Lei de 8 de maio de 1957 — Atualiza o instituto da adoção prescrita no Código Civil. Publicada no D.O. de 9 de maio de 1957 18	3.139 — Lei de 17 de maio de 1957 — Denomina Aeroporto Carlos Ruhl o Aeroporto de Cruz Alta, no Estado do Rio Grande do Sul. Publicada no D.O. de 17 de maio de 1957 27
3.134	— Lei de 13 de maio de 1957 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 500.000,00 para auxílio ao Educandário Nossa Senhora do Rosário, da cidade de Cornélio Procopio, no Estado do Paraná. Publi-	3.140 — Lei de 20 de maio de 1957 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00 para auxiliar o Instituto do Cacau da Bahia na conclusão da Escola de Capatazes da Estação Experimental de Uruçua. Publicada no D.O. de 21 de maio de 1957 27
		3.141 — Lei de 20 de maio de 1957 — Abre ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho

Págs.	Págs.
— o crédito especial de Cr\$ 215.752,50 para atender às despesas com o pagamento de diferenças de vencimentos, gratificações adicionais por tempo de serviço, gratificações de representação e substituições dos juizes, suplentes e vogais do Tribunal do Trabalho da 4. ^a Região. Publicada no D.O. de 21 de maio de 1957	27
3.142 — Lei de 20 de maio de 1957 — Concede isenção de direitos de importação e mais taxas aduaneiras para um transmissor completo de radio-difusão em ondas curtas importado pela S. A. Rádio Tupi. Publicada no D.O. de 21 de maio de 1957	28
3.143 — Lei de 20 de maio de 1957 — Concede isenção de direitos de importação, imposto de consumo e mais taxas aduaneiras para os materiais importados pela Companhia de Eletricidade do Alto Rio Doce e dá outras providências. Publicada no D.O. de 21 de maio de 1957	28
3.144 — Lei de 20 de maio de 1957 — Determina seja ministrado o Curso Superior de Agrimensura em todo o País, em estabelecimentos de ensino superior, oficiais, equiparados ou reconhecidos, e dá outras providências. Publicada no D.O. de 21 de maio de 1957	28
3.145 — Lei de 21 de maio de 1957 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 90.000.000,00, destinado a atender às despesas com a construção da ponte sobre o Rio Grande. Publicada no D.O. de 21 de maio de 1957	30
3.146 — Lei de 21 de maio de 1957 — Reorganiza a Auditoria da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal. Publicada no D.O. de 21 de maio de 1957. Retificada no D.O. de 23 de maio de 1957	30
3.147 — Lei de 21 de maio de 1957 — Concede isenção de direitos, imposto e taxas aduaneiras para mercadorias doadas pela Church World Service (C.W.S.) dos Estados Unidos da América do Norte à Confederação Evangélica do Brasil. Publicada no D.O. de 21 de maio de 1957	31
3.148 — Lei de 21 de maio de 1957 — Concede isenção de direitos, imposto de consumo e taxas aduaneiras para as mercadorias doadas pela War Relief Service (N.C.W.C.) dos Estados Unidos da América do Norte à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Publicada no D.O. de 21 de maio de 1957	31
3.149 — Lei de 21 de maio de 1957 — Dispõe sobre a organização do Serviço de Assistência e Seguro Social dos Economistas, e dá outras providências. Publicada no D.O. de 23 de maio de 1957	32
3.150 — Lei de 24 de maio de 1957 — Isenta de direitos de importação, imposto de consumo e taxas aduaneiras objetos religiosos trazidos da França por Monsenhor Paul Vincent, diretor da peregrinação dos franceses ao XXXVI Congresso Eucarístico Internacional. Publicada no D.O. de 25 de maio de 1957	34
3.151 — Lei de 24 de maio de 1957 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 10.700.000,00 para pagamento de aluguéis correspondentes à ocupação da Casa da Itália pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. Publicada no D.O. de 25 de maio de 1957	35
3.152 — Lei de 24 de maio de 1957 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 20.000.000,00 para custear a construção do Colégio Experimental Paraguai-Brasil. Pu-	

	Págs.		Págs.
blicada no D.O. de 25 de maio de 1957	35	porte de malas postais por via aérea. Publicada no D.O. de 4 de junho de 1957	37
3.153 — Lei de 24 de maio de 1957 — Concede isenção de direitos de importação, imposto de consumo, taxas aduaneiras e a de previdência social para 1.250 caixas de papelão contendo leite em pó, enviadas pela War Relief Services e destinadas à Mitra de Pôrto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul. Publicada no D.O. de 25 de maio de 1957. Retificada no D.O. de 27 de maio de 1957	35	3.159 — Lei de 30 de maio de 1957 — Concede isenção de impostos e taxas alfandegárias para um órgão duplo, destinado ao Colégio Salesiano Santa Rosa, de Niterói, Estado do Rio de Janeiro. Publicada no D.O. de 4 de junho de 1957	37
3.154 — Lei de 24 de maio de 1957 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 250.000,00 para ocorrer às despesas com o pagamento de trabalhos extraordinários executados pelos funcionários do Serviço de Importação Aérea da Alfândega do Rio de Janeiro. Publicada no D.O. de 25 de maio de 1957	36	3.160 — Lei de 1 de junho de 1957 — Inclui no Serviço de Saúde do Exército, no posto de 2.º tenente, as enfermeiras que integraram a Força Expedicionária Brasileira, durante as operações de guerra na Itália. Publicada no D.O. de 4 de junho de 1957	38
3.155 — Lei de 24 de maio de 1957 — Concede isenção de direitos de importação, imposto de consumo e mais taxas aduaneiras para os materiais e mercadorias importadas pela Cia. de Eletricidade do Alto Rio Grande. Publicada no D.O. de 25 de maio de 1957	36	3.161 — Lei de 1 de junho de 1957 — Cria a Comissão de Desenvolvimento do Planalto de Ibiapaba, no Estado do Ceará, subordinada ao Ministério da Agricultura. Publicada no D.O. de 4 de junho de 1957. Retificada no D.O. de 6 de junho de 1957	38
3.156 — Lei de 24 de maio de 1957 — Concede a pensão especial de Cr\$ 3.000,00 mensais a Beatriz Ferreira Lucas e Arminda Ferreira Lucas, irmãs solteiras do ex-maquinista do Lóide Brasileiro, Álvaro Ferreira Lucas. Publicada no D.O. de 25 de maio de 1957	36	3.162 — Lei de 1 de junho de 1957 — Considera de utilidade pública a Sociedade Pestalozzi do Brasil e autoriza o Governo Federal a desapropriar imóvel para ser doado àquela instituição. Publicada no D.O. de 4 de junho de 1957. Retificada no D.O. de 6 de junho de 1957	39
3.157 — Lei de 25 de maio de 1957 — Concede a pensão especial de Cr\$ 5.000,00 mensais ao jornalista e educador brasileiro Jacy do Rêgo Barros. Publicada no D.O. de 27 de maio de 1957	37	3.163 — Lei de 1 de junho de 1957 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00 para socorrer as vítimas da tromba d'água ocorrida na cidade de Monte Alegre, Estado do Pará. Publicada no D.O. de 4 de junho de 1957	40
3.158 — Lei de 30 de maio de 1957 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 15.585.821,90, destinado a complementar pagamento de trans-		3.164 — Lei de 1 de junho de 1957 — Provê quanto ao disposto no § 31, 2.ª parte, do artigo 141, da Constituição Federal, e dá outras providências. Publicada no D.O. de 4 de junho de 1957	40
		3.165 — Lei de 1 de junho de 1957 — Modifica o art. 278 do Decreto-lei n.º 5.452, de 1 de	

Págs.	Págs.
maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho). Publicada no D. O. de 4 de junho de 1957	41
3.166 — Lei de 1 de junho de 1957 — Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 400.000.000,00 para pavimentação dos trechos da BR-56 e da BR-14, integrantes da ligação rodoviária Santos-Brasília. Publicada no D. O. de 4 de junho de 1957	41
3.167 — Lei de 3 de junho de 1957 — Modifica o artigo 1.289, do Código Civil. Publicada no D. O. de 4 de junho de 1957	42
3.168 — Lei de 6 de junho de 1957 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, os créditos especiais de Cr\$ 1.500.000,00 e de Cr\$ 1.500.000,00, para atender ao pagamento dos auxílios concedidos à Policlínica Geral do Rio de Janeiro pela Lei número 2.119, de 27 de novembro de 1953, e ao Hospital do Pronto Socorro da cidade de João Pessoa, no Estado da Paraíba. Publicado no D. O. de 8 de junho de 1957	42
3.169 — Lei de 6 de junho de 1957 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 88.000,00, destinado à aquisição de passagens para a viúva e a filha de Eurico Martignoni. Publicado no D. O. de 8 de junho de 1957	43
3.170 — Lei de 6 de junho de 1957 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito de Cr\$ 1.000.000,00 para auxiliar os festejos comemorativos do I Centenário da cidade de França no Estado de São Paulo. Publicada no D. O. de 8 de junho de 1957	43
3.171 — Lei de 6 de junho de 1957 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 1.200.000,00, para auxiliar o	
desenvolvimento das obras educativas e assistenciais da Província Franciscana de Santo Antônio, sediada no Estado de Pernambuco, ao ensejo do transcurso de seu terceiro centenário e da realização do certame histórico-cultural. Publicada no D. O. de 8 de junho de 1957	43
3.172 — Lei de 6 de junho de 1957 — Concede a pensão especial de Cr\$ 1.300,00 mensais a Maria das Dóres França, viúva do cabo fuzileiro naval José Luiz de França. Publicada no D. O. de 11 de junho de 1957	44
3.173 — Lei de 6 de junho de 1957 — Cria uma zona franca na cidade de Manaus, capital no Estado do Amazonas, e dá outras providências. Publicada no D. O. de 12 de junho de 1957. Retificada no D. O. de 2 de julho de 1957	44
3.174 — Lei de 11 de junho de 1957 — Concede a pensão especial de Cr\$ 3.000,00 mensais a Carminha Paes de Abreu, viúva do jornalista Raimundo Vilela de Abreu. Publicada no D. O. de 12 de junho de 1957	45
3.175 — Lei de 11 de junho de 1957 — Autoriza o Poder Executivo a emitir pelo Ministério da Viação e Obras Públicas — Departamento dos Correios e Telégrafos — uma série de selos postais comemorativos do transcurso do centenário da fundação da cidade de Brusque, Estado de Santa Catarina. Publicada no D. O. de 13 de junho de 1957	46
3.176 — Lei de 11 de junho de 1957 — Autoriza a abertura, pelo Ministério da Fazenda, do crédito especial de Cr\$ 655.882,40, destinado ao pagamento nos executivos fiscais propostos na 2.ª Vara da Fazenda Pública, contra a Stahlunion Ltda., para cobrança de imposto de renda em atraso. Publicada no D. O. de 13 de junho de 1957	46

	Págs.		Págs.
3.177 — Lei de 11 de junho de 1957 — Estende as regalias conferidas pelo Decreto-lei n.º 6.936, de 6 de outubro de 1944. Publicada no D. O. de 13 de junho de 1957	46	rio da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00, para auxiliar o Município de Macapá nas comemorações do 1.º centenário da cidade de Macapá, capital do Território Federal do Amapá. Publicada no D. O. de 28 de junho de 1957	48
3.178 — Lei de 11 de junho de 1957 — Doa área de terreno à Prefeitura Municipal de Recife, no Estado de Pernambuco, para execução do Plano da Cidade. Publicada no D. O. de 13 de junho de 1957	47	3.183 — Lei de 24 de junho de 1957 — Concede a pensão especial de Cr\$ 4.616,00 mensais a Eurico dos Santos Jacome, filho inválido do Alferes, Eloy Martins dos Santos Jacome, herói da guerra do Paraguai. Publicada no D. O. de 28 de junho de 1957	48
3.179 — Lei de 11 de junho de 1957 — Autoriza o Poder Executivo a promover a incorporação da Estrada de Ferro Maricá e da Estrada de Ferro Teresópolis à Estrada de Ferro Leopoldina. Publicada no D. O. de 13 de junho de 1957	47	3.184 — Lei de 24 de junho de 1957 — Concede dotação federal para a comemoração do 250 aniversário da fundação de Ouro Preto, e dá outras providências. Publicada no D. O. de 28 de junho de 1957	49
3.180 — Lei de 11 de junho de 1957 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, os créditos especiais de Cr\$ 5.000.000,00 e Cr\$ 10.000.000,00, para contribuição da União às comemorações do I centenário da fundação do Município de Caruaru, no Estado de Pernambuco, e do I centenário da Cidade de Petrópolis, no Estado do Rio de Janeiro. Publicada no D. O. de 13 de junho de 1957	47	3.185 — Lei de 24 de junho de 1957 — Revoga o art. 15 e seus parágrafos da Lei n.º 2.237, de 9 de junho de 1954, que dispõe sobre financiamento destinados à colonização nacional, e dá outras providências. Publicada no D. O. de 28 de junho de 1957	49
3.181 — Lei de 11 de junho de 1957 — Estende aos governadores ou interventores de Estados e Territórios, ao prefeito do Distrito Federal, seus respectivos secretários, aos prefeitos municipais, vereadores e chefes de Polícia, o direito à prisão especial previsto no Código de Processo Penal. Publicada no D. O. de 13 de junho de 1957	48	3.186 — Lei de 24 de junho de 1957 — Revoga o Decreto-lei n.º 8.951, de 28 de janeiro de 1946 (dispõe sobre o depósito judicial e dá outras providências) e revigora o art. 945 do Código de Processo Civil. Publicada no D. O. de 28 de junho de 1957	50
3.182 — Lei de 24 de junho de 1957 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério		3.187 — Lei de 28 de junho de 1957 — Prorroga, até 31 de julho de 1957, a vigência do regime de licença a que está subordinado o intercâmbio comercial com o exterior. Publicado no D. O. de 29 de junho de 1957	50

INDICE DO APENSO

	Págs.		Págs.
35 — Decreto Legislativo de 1956 — Aprova as Convenções concluídas em Genebra, sob os auspícios do Comité Internacional da Cruz Vermelha. Publicado no D. O. de 15 de maio de 1957			53

	Págs.		Págs.
66 — Decreto Legislativo de 1956 — Aprova a Convenção Internacional de Telecomunicações, firmado pelo Brasil, em 22 de dezembro de 1952, por ocasião da Conferência Plenipotenciária Internacional realizada em Buenos Aires. Publicado no D. O. de 11 de abril de 1957 ..	151	dente da República e mantido pelo Congresso Nacional. Retificado no D. O. de 13 de abril de 1957	217
1.875-E — Lei de 29 de dezembro de 1952 — Modifica dispositivos do Decreto-lei número 4.014, de 13 de janeiro de 1942, alterado pelo Decreto-lei n.º 5.989, de 11 de novembro de 1943. (Publicado no <i>Diário Oficial</i> — Seção I — de 5 de janeiro de 1953). Retificado no D. O. de 27 de maio de 1957	217	3.057 — Lei de 22 de dezembro de 1956 — Parte vetada pelo Presidente da República e mantida pelo Congresso Nacional, do Projeto que se transformou na Lei n.º 3.057, de 22 de dezembro de 1956. Publicado no D. O. de 9 de abril de 1957	218
2.710 — Lei de 19 de janeiro de 1956 — Dispõe sobre os vencimentos dos militares e dá outras providências. Retificado no D. O. de 11 de abril de 1957	217	3.093 — Lei de 2 de janeiro de 1957 — Promulgação de dispositivos vetados pelo Presidente da República e mantidos pelo Congresso Nacional. Publicada no D. O. de 11 de maio de 1957	218
3.053 — Lei de 22 de dezembro de 1956 — Promulgação de dispositivo vetado pelo Presi-			

EMENTARIO

Leis e decretos publicados nos volumes III e IV de 1957, desta coleção, classificados pela ordem alfabética dos assuntos	221
--	-----

Figuram neste volume os decretos legislativos e as leis que, expedidos no segundo trimestre de 1957, foram publicados no «Diário Oficial» até o segundo dia útil do trimestre seguinte.

As datas de publicação, retificação ou reprodução estão indicadas no índice.

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 3, de 1957

Aprova o termo de contrato celebrado entre o Ministério da Guerra e as Irmãs da Congregação de São José.

Art. 1.º E' aprovado o termo de contrato celebrado a 30 de novembro de 1955 entre o Ministério da Guerra e as Irmãs da Congregação de São José, para prestação de serviços de enfermagem no Hospital Geral de Curitiba, Estado do Parana.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 26 de abril de 1957. — Senador *Apolônio Salles*, Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 4, DE 1957

Aprova o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro ao contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e Dorimendonte Teixeira Ferrer e sua esposa Necita de Souza Ferrer.

Art. 1.º E' mantida a decisão por que o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 31 de maio de 1955, denegou registro ao contrato celebrado a 24 de novembro de 1954, entre o Ministério da Agricultura e Dorimendonte Teixeira Ferrer e sua esposa Necita de Souza Ferrer, para financiamento de obras de irrigação em terras de propriedade dos segundos contratantes, situadas no Município de Lavras da Mangabeira, no Estado do Ceará.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 24 de maio de 1957. — APOLÔNIO SALLES, Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 5, DE 1957

Mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro ao contrato celebrado entre o Governo do Território Federal do Acre e Palmerinda de Figueiredo.

Art. 1.º E' mantida a decisão por que o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 3 de maio de 1955, denegou registro ao contrato celebrado a 1 de janeiro de 1954 entre o Governo do Território Federal do Acre e Pal-

meirinda de Figueiredo para desempenhar a função de professor na Escola Técnica de Comércio Acreana, naquele Território.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 24 de maio de 1957. — APOLÔNIO SALLES, Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 6, DE 1957

Aprova o Convênio de Cooperação para o estudo do aproveitamento da energia hidráulica dos rios Acaraí e Mondai, firmado entre o Brasil e a República do Paraguai.

Art. 1.º É aprovado o Convênio de Cooperação para o estudo do aproveitamento da energia hidráulica dos rios Acaraí e Mondai, firmado entre o Brasil e a República do Paraguai, a 20 de janeiro de 1956.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 24 de maio de 1957. — Senador APOLÔNIO SALLES, Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência.

CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO ENTRE O BRASIL E O PARAGUAI PARA O ESTUDO DO APROVEITAMENTO DA ENERGIA HIDRÁULICA DOS RIOS ACARAI E MONDAI

Os Governos da República dos Estados Unidos do Brasil e da República do Paraguai, convencidos de que a política de crescente vinculação entre os dois países será favorecida eficazmente com a adoção de medidas que visem ao seu desenvolvimento econômico, e tendo presente o espírito de leal amizade que preside as relações entre o Brasil e o Paraguai, resolveram celebrar um Convênio para o estudo do aproveitamento da energia hidráulica dos rios Acaraí e Mondai, em território paraguaio, e para esse fim nomearam seus Plenipotenciários a saber:

O Vice Presidente do Senado Federal no exercício do cargo de Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil:

Ao Embaixador José Carlos de Macedo Soares, Ministro de Estado das Relações Exteriores; e

O Presidente da República do Paraguai:

Ao Senhor Doutor Raul Sapena Pastor, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Paraguai acreditado junto ao Governo da República dos Estados Unidos do Brasil.

Os quais, depois de haverem trocado os seus Plenos Poderes achados em boa e devida forma, convieram no seguinte:

ARTIGO I

O presente convênio visa ao estudo do aproveitamento da energia hidráulica dos rios Acaraí e Mondai, afluentes do rio Paraná, em território paraguaio, nas imediações da cidade brasileira de Foz do Iguaçu e do porto paraguaio "Presidente Franco".

ARTIGO II

Os estudos a serem realizados pelo Governo dos Estados Unidos do Brasil, por intermédio do Departamento Nacional de Obras de Saneamento, do Ministério da Viação e Obras Públicas, se comporão das seguintes partes.

a) Reconhecimento e inspeção local da região onde se acham situadas as quedas d'água daqueles rios, com o fim de determinar as possíveis soluções para o aproveitamento de sua energia em uma só ou em duas usinas hidrelétricas;

- b) Estudo hidroológico do regime dos dois rios nas imediações das quedas;
- c) Estudo topográfico geral dos locais onde se desenvolverão as soluções acima referidas;
- d) Estudo geológico dos locais escolhidos para as obras;
- e) Estudos topográficos de detalhe;
- f) Projeto das obras necessárias ao aproveitamento hidrelétrico, capaz de fornecer especificações gerais para o orçamento, a concorrência para aquisição de máquinas e instalações e o plano de execução;
- g) Anteprojeto e especificações das linhas de transmissão do local das usinas até:
 - 1) Assunção, incluindo a possibilidade de subestações abaixadoras intermediárias;
 - 2) Foz do Iguaçu e vizinhanças;
- h) Estudo econômico das obras e sua repercussão sobre o desenvolvimento das regiões vizinhas, incluindo sugestões sobre tarifas de energia elétrica

ARTIGO III

Todos os estudos mencionados no artigo segundo, acompanhados dos documentos que lhes tenham servido de base, serão entregues pelo Governo dos Estados Unidos do Brasil ao Governo da República do Paraguai, a medida que forem concluídos.

ARTIGO IV

O Governo da República do Paraguai manterá, por sua conta, representantes permanentes, junto ao Departamento Nacional de Obras de Saneamento, para acompanhar a execução dos estudos e projetos a que se refere o presente Convênio.

ARTIGO V

Pelo prazo de 20 anos, a partir da entrada em serviço do primeiro gerador elétrico, ficará assegurado ao Brasil o direito de consumir, pagando as taxas a serem estabelecidas nas tarifas correspondentes, até vinte por cento da potência elétrica que as instalações em serviço puderem produzir.

Parágrafo único. O prazo a que se refere o presente artigo poderá ser renovado, por igual período, de comum acordo entre as partes contratantes.

ARTIGO VI

O Governo dos Estados Unidos do Brasil se compromete a comunicar ao Governo da República do Paraguai, com antecedência mínima de três anos, a data em que começará a usar do direito que lhe confere o artigo V e a quantidade da potência elétrica que pretenda utilizar.

ARTIGO VII

As condições de pagamento da energia solicitada ou consumida pelo Brasil, conforme se prevê nos artigos V e VI, serão objeto de ajuste a ser oportunamente concertado entre os órgãos administrativos de ambos os países.

ARTIGO VIII

O pessoal de ambos os países, encarregado de efetuar os estudos a que se refere o presente convênio, poderá entrar, transitar e sair livremente do território dos dois Estados com os equipamentos, objetos de uso pessoal e veículos de serviço necessários ao cumprimento de sua missão. Esta faculdade se estende ao tráfego de aeronaves necessárias aos reconhecimento e levantamentos aerofotogramétricos.

ARTIGO IX

Para entrega dos estudos mencionados no artigo II fica estabelecido o prazo máximo de quatro anos, a partir da data da assinatura do presente Convênio.

ARTIGO X

O Governo dos Estados Unidos do Brasil, como parte interessada, colaborará com o Governo da República do Paraguai na obtenção de financiamento para as obras que se projetarem, como resultado do presente Convênio.

ARTIGO XI

O presente Convênio será ratificado de acordo com as formalidades constitucionais vigentes em cada uma das Partes Contratantes. A troca dos instrumentos de ratificação será efetuada na cidade de Assunção, dentro do mais breve prazo possível.

Em testemunho do que os Plenipotenciários acima nomeados firmam o presente Convênio, em dois exemplares cada um nas línguas portuguesa e espanhola, apondo em ambos os seus selos.

Feito na Cidade do Rio de Janeiro aos vinte dias do mês de janeiro do ano de mil novecentos e cinquenta e seis.

José Carlos de Macedo Soares.

Raul Sapena Pastor.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 7, DE 1957

Mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatoria de registro ao termo aditivo ao contrato celebrado entre o Ministério da Aeronáutica e Dellyo de Almeida Alvares.

Art. 1.º É mantida a decisão porque o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 12 de dezembro de 1955, denegou registro ao termo, de 3 de agosto do mesmo ano, aditivo ao contrato celebrado a 18 de fevereiro, também, de 1955, entre o Ministério da Aeronáutica e Dellyo de Almeida Alvares, para desempenhar a função de professor de Química do segundo ciclo colegial na Escola Preparatória de Cadetes do Ar.

Art 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 27 de maio de 1957.

Senador Apolônio Salles

Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

DECRETO LEGISLATIVO N.º 8, DE 1957

Aprova o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro ao contrato celebrado entre o Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e a firma Poligráfica Lambert Ltda.

Art. 1.º É mantida a decisão porque o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 30 de dezembro de 1955, denegou registro ao contrato celebrado a 13 do mesmo mês e ano, entre o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio — Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho — e a firma Poligráfica Lambert Ltda., para prestação de serviços de recuperação de material permanente destinado à execução dos trabalhos de administração do pagamento do abono-família de que trata o Decreto-lei n.º 3.200, de 19 de abril de 1941.

Art 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 27 de maio de 1957.

Senador Apolônio Salles

Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

DECRETO LEGISLATIVO

Nº 9, de 1957

Aprova o texto da Convenção Ortográfica firmada entre o Brasil e Portugal, em 29 de dezembro de 1943, em Lisboa

Art. 1º É aprovado o texto da Convenção Ortográfica firmada entre o Brasil e Portugal, em Lisboa, a 29 de dezembro de 1943.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 29 de maio de 1957.

Senador Apolônio Salles

Vice-Presidente do Senado Federal, no
exercício da Presidência

CONVENÇÃO ORTOGRAFICA ENTRE O BRASIL E PORTUGAL

Sua Excelência o Senhor Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil e Sua Excelência o Senhor Presidente da República Portuguesa, com o fim de assegurar a defesa, expansão e prestígio da língua portuguesa no mundo e regular, por mútuo acôrdo e modo estável, o respectivo sistema ortográfico, resolveram, por meio de seus Plenipotenciários, assinar a presente Convenção.

ARTIGO I

As Altas Partes Contratantes prometem-se estreita colaboração em tudo quanto diga respeito a conservação, defesa e expansão da língua portuguesa, comum aos dois países.

ARTIGO II

As Altas Partes Contratantes obrigam-se a estabelecer, como regime ortográfico da língua portuguesa, o que resulta do sistema fixado pela Academia Brasileira de Letras e Academia das Ciências de Lisboa para organização do respectivo vocabulário por acôrdo entre as duas Academias.

ARTIGO III

De harmonia com o espirito desta Convenção, nenhuma providência legislativa ou regulamentar, sobre matéria ortográfica, deverá ser de futuro posta em vigor, por qualquer dos dois Governos, sem prévio acôrdo com o outro, depois de ouvidas as duas Academias.

ARTIGO IV

A Academia Brasileira de Letras e a Academia das Ciências de Lisboa serão declaradas órgãos consultivos de seus Governos, em matéria ortográfica, competindo-lhes, expressamente, estudar as questões que se suscitarem na execução desta Convenção e tudo o mais que repute útil para manter a unidade ortográfica da língua portuguesa. A presente Convenção entrará em vigor, independentemente de ratificação, a 1º de janeiro de 1944.

Feita em duplicata, em Lisboa, aos 29 de dezembro de 1943. — L. S.
— João Neves da Fontoura. — L. S. — António de Oliveira Salazar.

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 10, de 1957

Autoriza o Vice-Presidente da República a ausentar-se do território nacional.

Art. 1.º — E' autorizado o Doutor João Belchior Marques Goulart, Vice-Presidente da República, a ausentar-se do território nacional a fim de chefiar a Delegação do Brasil à XL Conferência Internacional do Trabalho, a realizar-se em Genebra, na Suíça.

Art. 2.º — Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 29 de Maio de 1957.

Senador Apolônio Salles

Vice-Presidente do Senado, no exercício
da Presidência

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 11, de 1957

Aprova o termo aditivo ao contrato celebrado entre o Ministério da Marinha e Arthur Michael Gustav Friedrich Dumont.

Art. 1.º — E' aprovado o termo de 7 de Março de 1955, aditivo ao contrato celebrado a 10 de Maio de 1954, entre o Ministério da Marinha e Arthur Michael Gustav Friedrich Dumont, para desempenhar a função de técnico em torpedos, na Fábrica de Torpedos da Marinha.

Art. 2.º — Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 11 de Junho de 1957.

Apolônio Salles

Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência.

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 12, de 1957

Aprova o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro ao termo aditivo ao contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Campos & Bruder Ltda.

Art. 1.º — E' aprovado o ato porque o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 10 de Agosto de 1954,

denegou registro ao termo de 9 de Julho do mesmo ano, aditivo ao contrato celebrado a 19 de Dezembro de 1951, entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Campos & Bruder Ltda., para construção do edificio destinado à sede da Estação Terminal de Guarulhos, no Estado de São Paulo.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 11 de Junho de 1957.

Apolônio Salles

Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência.

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 13, de 1957

Aprova a Convenção sobre Asilo Diplomático, firmada na X Conferência Interamericana.

Art. 1.º — E' aprovada a Convenção sobre Asilo Diplomático, firmada na X Conferência Interamericana, reunida em Caracas, de 1.º a 28 de Março de 1954.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 11 de Junho de 1957.

Apolônio Salles

Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência.

CONVENÇÃO SOBRE ASILO DIPLOMÁTICO

Os Governos dos Estados Membros da Organização dos Estados Americanos, desejosos de estabelecer uma Convenção sobre Asilo Diplomático, convieram nos seguintes artigos:

Artigo I

O asilo outorgado em legações, navios de guerra e acampamentos ou aeronaves militares, a pessoas perseguidas por motivos ou delitos políticos, será respeitado pelo Estado territorial, de acordo com as disposições desta Convenção.

Para os fins desta Convenção, legação é a sede de toda missão diplomática ordinária, a residência dos chefes de missão, e os locais por eles destinados para esse efeito, quando o número de asilados exceder a capacidade normal dos edifícios.

Os navios de guerra ou aeronaves militares, que se encontrarem provisoriamente em estaleiros, arsenais ou oficinas para serem reparados, não podem constituir recinto de asilo.

Artigo II

Todo Estado tem o direito de conceder asilo, mas não se acha obrigado a concedê-lo, nem a declarar por que o nega.

Artigo III

Não é lícito conceder asilo a pessoas que, na ocasião em que o solicitam, tenham sido acusadas de delitos comuns, processadas ou condenadas por esse motivo pelos tribunais ordinários competentes, sem haverem cumprido as penas respectivas; nem a desertores das forças de terra, mar e ar, salvo quando os fatos que motivarem o pedido de asilo, seja qual for o caso, apresentem claramente caráter político.

As pessoas mencionadas no parágrafo precedente, que se refugiarem em lugar apropriado para servir de asilo, deverão ser convidadas a retirar-se, ou, conforme o caso, ser entregues ao governo local, o qual não poderá julgá-las por delitos políticos anteriores ao momento da entrega.

Artigo IV

Compete ao Estado asilante a classificação da natureza do delito ou dos motivos da perseguição.

Artigo V

O asilo só poderá ser concedido em casos de urgência e pelo tempo estritamente indispensável para que o asilado, deixe o país com as garantias concedidas pelo governo do Estado territorial, a fim de não correrem perigo de vida, sua liberdade ou sua integridade pessoal, ou para que de outra maneira o asilado seja pôsto em segurança.

Artigo VI

Entendem-se por casos de urgência, entre outros, aqueles em que o indivíduo é perseguido por pessoas ou multidões que não possam ser contidas pelas autoridades, ou pelas próprias autoridades, bem como quando se encontre em perigo de ser privado de sua vida ou de sua liberdade por motivos de perseguição política e não possa, sem risco, pôr-se de outro modo em segurança.

Artigo VII

Compete ao Estado asilante julgar se se trata de caso de urgência.

Artigo VIII

O agente diplomático, comandante de navio de guerra acampamento ou aeronave militar, depois de concedido o asilo, comunicá-lo-á com a maior brevidade possível ao Ministro das Relações Exteriores do Estado territorial ou à autoridade administrativa do lugar, se o fato houver ocorrido fora da Capital.

Artigo IX

A autoridade asilante tomará em conta as informações que o governo territorial lhe oferecer para formar seu critério sobre a natureza do delito ou a existência de delitos comuns conexos; porém será respeitada sua determinação de continuar a conceder asilo ou exigir salvo-conduto para o perseguido.

Artigo X

O fato de não estar o governo do Estado territorial reconhecido pelo Estado asilante não impedirá a observância desta Convenção e nenhum ato executado em virtude da mesma implicará o reconhecimento.

Artigo XI

O governo do Estado territorial pode em qualquer momento, exigir que o asilado seja retirado do país, para o que deverá conceder salvo-conduto e as garantias estipuladas no Artigo V.

Artigo XII

Concedido o asilo, o Estado asilante pode pedir a saída do asilado para território estrangeiro, sendo o Estado territorial obrigado a conceder imediatamente, salvo caso de força maior, as garantias necessárias a que se refere o Artigo V e o correspondente salvo-conduto.

Artigo XIII

Nos casos referidos nos artigos anteriores, o Estado asilante pode exigir que as garantias sejam dadas por escrito e tomar em consideração, para a rapidez da viagem, as condições reais de pedido apresentadas para a saída do asilado.

Ao Estado asilante cabe o direito de conduzir o asilado para fora do país. O Estado territorial pode escolher o itinerário preferido para a saída do asilado, sem que isso implique determinar o país de destino.

Se o asilo se verificar a bordo de navio de guerra ou aeronave militar, a saída pode se efetuar nos mesmos, devendo, porém, ser previamente preenchido o requisito da obtenção do salvo-conduto.

Artigo XIV

Não se pode culpar o Estado asilante do prolongamento do asilo, decorrente da necessidade de coligir informações indispensáveis para julgar da procedência do mesmo, ou de fatos circunstanciais que ponham em perigo a segurança do asilado durante o trajeto para um país estrangeiro.

Artigo XV

Quando para a transferência de um asilado para outro país for necessário atravessar o território de um Estado Parte nesta Convenção, o trânsito será autorizado por este sem outro requisito além da apresentação, por via diplomática, do respectivo salvo-conduto visado e com a decla-

ração, por parte da missão diplomática asilante, da qualidade do asilado.

Durante o mencionado trânsito o asilado ficará sob a proteção do Estado que concede o asilo.

Artigo XVI

Os asilados não poderão ser desembarcados em ponto algum do Estado territorial, nem em lugar que dele esteja próximo, salvo por necessidade de transporte.

Artigo XVII

Efetuada a saída do asilado, o Estado asilante não é obrigado a conceder-lhe permanência no seu território; mas não o poderá mandar de volta ao seu país de origem, salvo por vontade expressa do asilado.

O fato de o Estado territorial comunicar à autoridade asilante a intenção de solicitar a extradição posterior do asilado não prejudicará a aplicação de qualquer dispositivo desta Convenção. Nesse caso, o asilado permanecerá residindo no território do Estado asilante até que se receba o pedido formal de extradição, segundo as normas jurídicas que regem essa instituição no Estado asilante. A vigilância sobre o asilado não poderá exceder de trinta dias.

As despesas desse transporte e as da permanência preventiva cabem ao Estado do suplicante.

Artigo XVIII

A autoridade asilante não permitirá aos asilados praticar atos contrários à tranquilidade pública, nem intervir na política interna do Estado territorial.

Artigo XIX

Se, por motivo de ruptura de relações, o representante diplomático que concedeu o asilo tiver de abandonar o Estado territorial, sairá com os asilados.

Se o estabelecido no parágrafo anterior não for possível por causas independentes da vontade dos mesmos ou do agente diplomático, deverá entregá-los à representação diplomática de um terceiro Estado, com as garantias estabelecidas nesta Convenção.

Se isto também não fôr possível, poderá entregá-los a um Estado que não faça parte desta Convenção e concorde em manter o asilo. O Estado territorial deverá respeitar esse asilo.

Artigo XX

O asilo diplomático não estará sujeito à reciprocidade. Toda pessoa, seja qual fôr sua nacionalidade, pode estar sob proteção.

Artigo XXI

A presente Convenção fica aberta a assinatura dos Estados Membros da Organização dos Estados Americanos e será ratificada pelos Estados signatários, de acôrdo com as respectivas normas constitucionais.

Artigo XXII

O instrumento original, cujos textos em português, espanhol, francês e inglês são igualmente autênticos, será depositado na União Pan-Americana, que enviará cópias autenticadas aos Governos, para fins de ratificação. Os instrumentos de ratificação serão depositados na União Pan-Americana, que notificará os Governos signatários do referido depósito.

A presente Convenção entrará em vigor entre os Estados que a ratificarem, na ordem em que depositem as respectivas ratificações.

Artigo XXIV

A presente Convenção vigorará indefinidamente, podendo ser denunciada por qualquer dos Estados signatários, mediante aviso prévio de um ano, decorrido o qual cessarão seus efeitos para o denunciante, subsistindo para os demais. A denúncia será enviada à União Pan-Americana, que a comunicará aos demais Estados signatários.

RESERVAS

Guatemala

Fazemos reserva expressa ao artigo II na parte que decalara não serem os Estados obrigados a conceder asilo, porque mantemos o conceito amplo e firme do direito de asilo.

Uruguai

O Governo do Uruguai faz reserva ao Artigo II na parte que estabelece: a autoridade asilante, não está, em nenhum caso, obrigada a conceder asilo nem a declarar por que o nega. Faz, outrossim, reserva ao Artigo XV na parte que estabelece: "... sem outro requisito além da apresentação, por via diplomática, do respectivo salvo-conduto visado e com a declaração, por parte da missão diplomática asilante, da qualidade de asilado. Durante o mencionado trânsito o asilado ficará sob a proteção do Estado que concede o Asilo". Finalmente, faz reserva à segunda alínea do Artigo XX, pois o Governo do Uruguai entende que todas as pessoas, qualquer que seja seu sexo, nacionalidade, opinião ou religião, gozam do direito de asilo.

República Dominicana.

A República Dominicana assina a Convenção anterior com as reservas seguintes:

Primeira: A República Dominicana não aceita as disposições contidas nos Artigos VII e seguintes no que concerne à classificação unilateral da urgência pelo Estado asilante; e,

Segunda: As disposições desta Convenção não são aplicáveis, por conseguinte, no que concerne à República Dominicana, às controvérsias que possam surgir entre o Estado territorial e o Estado asilante, e que se refiram concretamente à falta de seriedade ou inexistência de uma ação de verdadeira perseguição contra o asilado da parte das autoridades locais.

Honduras

A Delegação de Honduras assina a Convenção sobre Asilo Diplomático com as reservas pertinentes aos artigos que se oponham à Constituição e às leis vigentes da República de Honduras.

Em fé do que, os Plenipotenciários abaixo assinados, apresentados seus plenos poderes que foram achados em boa e devida forma, firmam a presente Convenção em nome de seus Governos, na cidade de Caracas, aos vinte e oito dias de março de mil novecentos e cinquenta e quatro.

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 14, de 1957

Mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro ao contrato celebrado entre o Ministério da Educação e Cultura e a firma Construtora Hélios Ltda.

Art. 1.º — É mantida a decisão por que o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 23 de Dezembro de 1955, denegou registro ao contrato celebrado a 15 do mesmo mês e ano, entre o Ministério da Educação e Cultura e a firma Construtora Hélios Ltda., para obras de reparos e reforma nas dependências da Escola Técnica Nacional.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 18 de Junho de 1957.

Senador Apolônio Salles

Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 15, de 1957

Aprova o termo de contrato celebrado entre a Divisão do Material do Ministério da Saúde e a firma Keller Weber S. A. — Máquinas Comerciais e Gráficas.

Art. 1.º — É aprovado o termo de contrato celebrado a 9 de Dezembro de 1954, entre a Divisão do Material do Ministério da Saúde e a firma Keller Weber S. A. — Máquinas Comerciais e Gráficas — para fornecimento ao Colégio Pedro II — Internato — de máquina de compor "Intertype".

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 18 de Junho de 1957.

Senador Apolônio Salles

Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 16, de 1957

Aprova o termo aditivo ao ajuste de serviços celebrado entre o Estado Maior do Exército e Benedito da Silva Cordeiro.

Art. 1.º — É aprovado o termo de 25 de Fevereiro de 1955, aditivo ao ajuste de locação de serviços, celebrado a 18 de Janeiro de 1954, entre

o Estado Maior do Exército e Benedito da Silva Cordeiro, para exercer a função de Cartógrafo no mesmo Estado Maior, e ao qual o Tribunal de Contas denegara registro em sessão realizada a 15 de Março de 1955.

Art. 2.º — Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 18 de Junho de 1957.

Senador Apolônio Salles

Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

DECRETO LEGISLATIVO N.º 17, DE 1957

Art. 1.º É aprovado o termo de 10 de novembro de 1955, aditivo ao ajuste de locação de serviço celebrado a 18 de janeiro de 1954, entre o Estado Maior do Exército e Roberto dos Santos Ribeiro para desempenhar as funções de Cartógrafo, termo ao qual o Tribunal de Contas denegara registro em sessão realizada a 30 de dezembro de 1955.

Art 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 21 de junho de 1957.

Senador Apolônio Salles

Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

DECRETO LEGISLATIVO N.º 18, DE 1957

Aprova o contrato celebrado entre o Departamento Nacional de Estradas de Ferro e a Sociedade Ipiranga de Engenharia e Comércio Ltda.

Art. 1.º É aprovado o contrato celebrado a 3 de agosto de 1955, entre o Departamento Nacional de Estradas de Ferro e a Sociedade Ipiranga de Engenharia e Comércio Ltda., para a construção de uma ponte rodoviária sobre o rio das Contas, em Itajuru — Estado da Bahia — contrato ao qual o Tribunal de Contas recusara registro em sessão realizada a 20 de setembro do mesmo ano.

Art 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 27 de junho de 1957.

Freitas Cavalcanti

2.º Secretário no exercício da Presidência

LEI N.º 3.120 — DE 16 DE ABRIL DE 1957

Autoriza o Poder Executivo a doar ao Patronato Santa Catarina Labouré, de Piripiri, Piauí, os terrenos e edifícios que, na mesma localidade, serviram às instalações da Comissão do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a doar ao Patronato Santa Catarina Labouré, de Piripiri, Piauí, os terrenos e edifícios situados à margem da estrada de rodagem Fortaleza — Teresina e que, inicialmente, serviram às instalações da Comissão do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.

Art. 2.º Na escritura de doação tornar-se-á obrigatória, por cláusula expressa, a reversão da propriedade ao patrimônio nacional, no caso de vir a instituição a dissolver-se ou de excluir-se de seus objetivos a educação gratuita a crianças e moças pobres.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 16 de abril de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE.

José Maria Alkmim.

Lucio Meira.

LEI N.º 3.121, DE 16 DE ABRIL DE 1957

Concede isenção de direitos aduaneiros inclusive adicional de 10%, imposto de consumo e mais taxas alfandegárias para materiais importados pela Cia. Telefônica de Campo Grande, no Estado de Mato Grosso.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' concedida isenção de direitos aduaneiros, inclusive adicio-

nal de 10% (dez por cento), imposto de consumo e mais taxas alfandegárias, exceto a de previdência social, para o conjunto de um centro telefônico automático de mil e quinhentos (1.500) linhas, com pertences e acessórios, no valor de seiscentos e trinta mil coroas suecas (Cor. Suecas 630.000), importados pela Cia. Telefônica de Campo Grande, sediada na cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso, da Telefonmarknabolaget L M Ericsson, de Estocolmo, Suécia.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, e se aplica a materiais desembaraçados sob termo de responsabilidade.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 16 de abril de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE.

José Maria Alkmim

LEI N.º 3.122 — DE 16 DE ABRIL DE 1957

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00, destinado à reconstrução da Escola de Artes e Ofícios Hugo Taylor, de Santa Maria, no Estado do Rio Grande do Sul.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros), destinado a atender as despesas com a reconstrução da Escola de Artes e Ofícios Hugo Taylor, de Santa Maria, no Estado do Rio Grande do Sul, recentemente destruída por incêndio.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 16 de abril de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE.

José Maria Alkmim

LEI N.º 3.123 — DE 16 DE ABRIL DE 1957

Modifica disposições da Lei n.º 1.580, de 20 de março de 1952.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O art. 1.º da Lei n.º 1.580, de 20 de março de 1952, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 1.º As provisões para a advocacia e as cartas de solicitador, de que tratam os arts. 3.º, 4.º e 5.º da Lei n.º 794, de 29 de agosto de 1949, serão concedidas por 5 (cinco) anos e renováveis, segundo as necessidades do serviço forense local, a juízo dos respectivos conselhos seccionais da Ordem dos Advogados do Brasil. As provisões abrangerão 3 (três) comarcas, no máximo, e as cartas apenas 1 (uma) comarca.

§ 1.º As provisões concedidas ou renovadas no último triênio vigorarão por 5 (cinco) anos, a partir da respectiva data, ficando assegurado aos respectivos titulares o direito à renovação da provisão, independentemente das necessidades do serviço forense local.

§ 2.º Requerida a renovação em tempo hábil ficará, automaticamente, prorrogado o prazo da provisão até a decisão do Conselho da Ordem dos Advogados”.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 16 de abril de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK,

Nereu Ramos

LEI N.º 3.124 — DE 16 DE ABRIL DE 1957

Concede isenção de impostos à Fundação Brasileira de Teatro

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica isento do imposto do selo o contrato de promessa de compra e venda relativo à aquisição do atual Teatro Dulcina, situado no Dis-

trito Federal, pela Fundação Brasileira de Teatro.

Art. 2.º É concedida à mesma Fundação Brasileira de Teatro isenção de todos os impostos federais.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 16 de abril de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK

José Maria Alkmim

LEI N.º 3.125 — DE 18 DE ABRIL DE 1957

Concede o auxílio especial de Cr\$ 20.000.000,00 às Províncias Maristas Brasileiras, para ampliação de sua rede de estabelecimentos educacionais, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É concedido o auxílio especial de Cr\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzeiros) às Províncias Maristas Brasileiras, em partes iguais às quatro existentes no País, para ampliação de sua rede de estabelecimentos educacionais.

Art. 2.º Para cumprimento do disposto no artigo anterior, é o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzeiros).

Art. 3.º A entidade beneficiária deverá requerer o pagamento apresentando o plano de aplicação e prestará contas no prazo de 3 (três) anos após o recebimento dos auxílios.

Art. 4.º Será incluído, obrigatoriamente, no primeiro orçamento que se elaborar o auxílio especial concedido nesta lei, se não for pago durante o exercício em curso.

Art. 5.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 18 de abril de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK,

Clovis Salgado,

José Maria Alkmim.

LEI N.º 3.126 — DE 18 DE ABRIL
DE 1957

Concede dilatação do prazo legal para a fruição de direitos autorais.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica dilatado, por um decênio, a contar de sua expiração, o prazo para a fruição, pelos herdeiros, dos direitos autorais das obras do maestro Antônio Carlos Gomes.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 18 de abril de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE.

Nereu Ramos.

LEI N.º 3.127 — DE 18 DE ABRIL
DE 1957

Concede isenção de direitos alfandegários, imposto de consumo e mais taxas para importação de equipamento completo, destinado à instalação da Indústria Brasileira de Regeneração de Óleos Sociedade Anônima (IBROL).

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' concedida isenção de direitos alfandegários, imposto de consumo e mais taxas, exceto a de previdência social, para a importação de equipamento completo, referente à licença de importação n.º 52/16578-27184, emitida em 13 de junho de 1952, para a instalação no país da

Indústria Brasileira de Regeneração de Óleos S.A. (IBROL), com sede no Distrito Federal e Fábrica no Município de Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro, em terrenos da Fábrica Nacional de Motores S. A.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 18 de abril de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE.

José Maria Alkmim.

LEI N.º 3.128 — DE 18 DE ABRIL DE 1957

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 3.000.000,00 para auxiliar a conclusão das obras da cripta do Monumento Nacional ao Imigrante e a instalação do respectivo Museu da Imigração.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 3.000.000,00 (três milhões de cruzeiros), como auxílio à Comissão Executiva do Monumento ao Imigrante, da cidade de Caxias, no Estado do Rio Grande do Sul, para conclusão das obras da cripta do Monumento Nacional ao Imigrante, de acordo com a Lei n.º 1.801, de 2 de janeiro de 1953, e para instalação do respectivo Museu da Imigração.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de abril de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE.

Clovis Salgado.

José Maria Alkmim.

LEI N.º 3.129 — DE 18 DE ABRIL DE 1957

Concede isenção de tributos, inclusive imposto de consumo, para importação de três imagens doadas pela Casa Maior das Salesianas de Roma, e destinadas ao Colégio N. S. Auxiliadora, de Petrolina, no Estado de Pernambuco, e aos Colégios Salesianos de Baturité e Fortaleza, no Estado do Ceará.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º É concedida isenção de tributos, inclusive imposto de consumo, para importação de 3 (três) imagens doadas pela Casa Maior das Salesianas de Roma, e destinadas ao Colégio N. S. Auxiliadora, de Petrolina, no Estado de Pernambuco, e aos Colégios Salesianos de Baturité e Fortaleza, no Estado do Ceará.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de abril de 1957; 136.º da Independência e 69 da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE.

José Maria Alkimim.

LEI N.º 3.130 — DE 3 DE MAIO DE 1957

Concede pensão mensal às viúvas dos fundadores da Universidade do Paraná e dá outras providências.

O Presidente do Senado Federal promulga, de conformidade com o art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte lei, resultante de projeto vetado pelo Presidente da República e mantido pelo Congresso Nacional:

Art. 1.º É concedida às viúvas dos professores catedráticos e fundadores da Universidade do Paraná a pensão mensal, vitalícia, de Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros).

Art. 2.º As beneficiárias da presente lei que percebam montepio, pensão ou qualquer auxílio de previdência social na forma da legislação em vigor, poderão optar pela pensão ora instituída, ou pelos benefícios em cujo gozo se achem.

Art. 3.º A pensão referida no artigo 1.º passará a ser percebida auto-

maticamente, no caso de falecimento das beneficiárias, por seus filhos menores ou filhas solteiras, enquanto se mantiverem nesse estado.

Art. 4.º As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão à conta da verba própria do Ministério da Educação e Cultura.

Art. 5.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 3 de maio de 1957.

JOÃO GOULART

Presidente do Senado Federal

LEI N.º 3.131 — DE 8 DE MAIO DE 1957

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — o crédito especial de Cr\$ 1.029.910,00 para atender às despesas de exercícios findos realizadas pelo Tribunal Regional do Trabalho da 2.ª Região.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — o crédito especial de Cr\$ 1.029.910,00 (um milhão, vinte e nove mil, novecentos e dez cruzeiros) para atender às despesas de exercícios findos realizadas pelo Tribunal Regional do Trabalho da 2.ª Região, assim discriminadas:

	Cr\$
I — Gratificações de representação	
2.ª Junta de Santos	263.424,00
II — Substituições	
Tribunal Regional da 2.ª Região	368.255,20
Junta de Curitiba	116.997,70
III — Serviços e Encargos, iluminação, força e gás	
Tribunal Regional da 2.ª Região	49.190,20
IV — Ligeiros reparos, adaptações etc.	
Junta de Curitiba	17.000,00

V — Publicações, serviços de impressão etc. Tribunal Regional da 2. ^a Região	164.270,00
VI — Telefone e telegramas Tribunal Regional da 2. ^a Região Junta de Santo André	1.972,70 800,20
VII — Aluguel ou arrendamento de imóveis Junta de Curitiba	48.000,00
Total	1.029.910,00

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 8 de maio de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKEK
José Carlos de Macedo Soares
José Maria Alkmim

LEI N.º 3.132 — DE 8 DE MAIO DE 1957

Dispõe sobre a pensão de montepio civil dos funcionários públicos federais.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É facultado ao contribuinte do montepio civil dos funcionários públicos federais, que não tiver sucessores por força da lei, legar a pensão, a que fizer jus, por declaração à repartição competente, ou por verba testamentária, desde que não haja feito adoção:

- a) às filhas casadas, viúvas ou desquitadas;
- b) aos netos, órfãos de pai e mãe;
- c) às irmãs solteiras, viúvas ou desquitadas.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 8 de maio de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKEK
José Carlos de Macedo Soares
Antonio Alves Câmara
Henrique Lott
José Maria Alkmim
Lucio Meira
Mário Meneghetti
Clovis Salgado
Parsifal Barroso
A. S. M. Ararigbóia
Maurício de Medeiros

LEI N.º 3.133, DE 8 DE MAIO DE 1957

Atualiza o instituto da adoção prescrita no Código Civil.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Os artigos 368, 369, 372, 374 e 377 do Capítulo V — Da Adoção — do Código Civil, passarão a ter a seguinte redação:

Art. 368. Só os maiores de 30 (trinta) anos podem adotar.

Parágrafo único. Ninguém pode adotar, sendo casado, senão decorridos 5 (cinco) anos após o casamento.

Art. 369. O adotante há de ser, pelo menos, 16 (dezesseis) anos mais velho que o adotado.

Art. 372. Não se pode adotar sem o consentimento do adotado ou de seu representante legal se for incapaz ou nascituro.

Art. 374. Também se dissolve o vínculo da adoção:

I. Quando as duas partes convierem.

II. Nos casos em que é admitida a deserção.

Art. 377. Quando o adotante tiver filhos legítimos, legitimados ou

reconhecidos, a relação de adoção não envolve a de sucessão hereditária.

Art. 2.º No ato da adoção serão declarados quais os apelidos da família que passará a usar o adotado.

Parágrafo único. O adotado poderá formar seus apelidos conservando os dos pais de sangue; ou acrescentando os do adotante; ou, ainda, somente os do adotante, com exclusão dos apelidos dos pais de sangue.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 8 de maio de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

José Carlos de Macedo Soares.

LEI N.º 3.134 — DE 13 DE MAIO
DE 1957

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 500.000,00 para auxílio ao Educandário Nossa Senhora do Rosário, da cidade de Cornélio Procopio, no Estado do Paraná.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros) para auxílio à construção do prédio próprio do Educandário Nossa Senhora do Rosário, da cidade de Cornélio Procopio, no Estado do Paraná.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 13 de maio de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

Clóvis Salgado

José Maria Alkmim

LEI N.º 3.135 — DE 13 DE MAIO
DE 1957

Concede isenção de impostos, taxas, direitos aduaneiros e imposto de consumo para um carrilhão com dez sinos de aço sonoro e respectiva instalação elétrica, importado da Alemanha, destinado à Catedral Metropolitana de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' concedida isenção de impostos, taxas, direitos aduaneiros e imposto de consumo, exclusiva a de previdência social, para um carrilhão com dez sinos de aço sonoro e respectiva instalação elétrica constituído de dez motores e acessórios completos, importado da Alemanha, destinado à Catedral Metropolitana de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de maio de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

José Maria Alkmim

LEI N.º 3.136 — DE 13 DE MAIO
DE 1957

Concede isenção de todos os direitos de importação para um carrilhão de quatro sinos de bronze e a respectiva armação doados à Prelazia da Foz do Iguaçu, no Estado do Paraná.
O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' concedida isenção de todos os direitos de importação, imposto e taxas, exclusiva a de previ-

dência social, para um carrilhão de quatro sinos de bronze e a respectiva armação, doados à Prelazia da Foz do Iguaçu, no Estado do Paraná, pelo Revmo. Padre Alberto Kampmann, de Frankfort em Main, Alemanha, a fim de ser instalado na Igreja Matriz de Toledo, pertencente à mesma Prelazia.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 13 de maio de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

José Maria Alkmim

LEI N.º 3.137 — DE 13 DE MAIO DE 1957

Denomina Instituto Brasileiro do Sal o Instituto Nacional do Sal, dando-lhe nova organização

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DO INSTITUTO E SEUS FINS

Art. 1.º O Instituto Nacional do Sal (I.N.S.), que passa a denominar-se Instituto Brasileiro do Sal (I.B.S.), entidade autárquica com personalidade jurídica e patrimônio próprio, sede e fóro na Capital Federal, sob a jurisdição do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e com jurisdição em todo o território nacional, é o órgão da intervenção do Estado na economia salineira.

Art. 2.º Incumbe ao I.B.S.:

- a) organizar os registros das salinas, dos produtores, rebeneficiadores, exportadores do sal e dos estabelecimentos da indústria de transformação de sal;
- b) assegurar o equilíbrio da produção de sal com o seu consumo;
- c) manter a estatística da produção, do consumo, dos preços e dos estoques;
- d) promover a racionalização da produção, o aperfeiçoamento e controle da indústria e comércio de sal, adotando ou sugerindo aos órgãos competentes da União, dos Estados e Municípios todas as providências adequadas;
- e) padronizar os tipos de sal, para consumo interno e externo;
- f) estabelecer cotas e fixar preços do produto;
- g) regular a distribuição do sal em todas as regiões do País e promover os meios para facilidade de transporte, notadamente aos salineiros que não são armadores;
- h) estimular a aquisição de navios apropriados ao transporte permanente de sal;
- i) estimular a instalação de armazéns ou depósitos de sal, em qualquer parte do território nacional;
- j) difundir, de maneira sistematizada, as vantagens do uso e da aplicação do sal;
- k) desenvolver atividades para a obtenção de mercados;
- l) fomentar a fabricação do sal iodetado e do sal cloroquinado, para consumo nas regiões atingidas pelo bócio endêmico e pela malária;
- m) estimular a instalação de fábricas de embalagens para sal;
- n) incrementar e financiar os agrupamentos de pequenas salinas, em unidades tecnicamente organizadas e atuando sob a forma de cooperativas;
- o) incentivar a organização de cooperativas e sindicatos, prestando aquelas assistência técnica e financeira;
- p) promover assistência social aos trabalhadores das salinas;

q) firmar convênios, acordos e contratos com entidades públicas ou privadas;

r) adquirir, em situações anormais do mercado, para revender sem lucro e mediante prévia autorização do Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, a quantidade de sal necessária a assegurar o abastecimento de qualquer região ou impedir o encarecimento do produto em qualquer parte do território nacional;

s) adotar, dentro das limitações legais, todas as medidas e providências necessárias ao atendimento de seus objetivos;

t) contrair, com a aprovação do Conselho Deliberativo (art. 7.º, letra f), empréstimos até o limite de Cr\$ 100.000.000.00 (cem milhões de cruzeiros), junto ao Banco do Brasil S.A., Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Caixa Econômica Federal, para financiamento, amparo e defesa da produção e indústria do sal, dando como garantia a taxa constante da letra a, do art. 8.º desta lei.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO

Art. 3.º O I.B.S. terá os seguintes órgãos:

a) Presidência;

b) Conselho Deliberativo.

§ 1.º O Conselho Deliberativo será constituído pelo Presidente do I.B.S. e oito Delegados, respectivamente, dos Estados do Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, Ceará e Sergipe e dos Ministérios do Trabalho, Indústria e Comércio, da Fazenda, da Agricultura e da Viação e Obras Públicas.

§ 2.º O Presidente e os Delegados dos Ministérios serão nomeados, em comissão, pelo Presidente da República.

§ 3.º Os Delegados dos Estados serão indicados pelos respectivos Governos e exercerão as funções por três anos, podendo ser reconduzidos.

§ 4.º O Presidente do I. B. S. não poderá participar da direção ou gerência de empresa ou sociedade organizada para produção, beneficiamento, exportação e comércio do sal.

Art. 4.º Serão aprovados por decreto do Presidente da República:

a) O regulamento do I.B.S. com a organização e as atribuições de seus serviços;

b) O quadro do pessoal permanente, com os respectivos padrões de vencimentos, representações e gratificações de função.

§ 1.º Aplicam-se aos servidores do I.B.S., no que couberem, o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União e legislação complementar.

§ 2.º As despesas com pessoal não poderão exceder de quarenta por cento da média da receita ordinária dos três últimos exercícios (art. 4.º, alínea b, art. 5.º, alínea g, última parte, e h, art. 7.º, alínea d e § 3.º).

CAPÍTULO III

DO PRESIDENTE

Art. 5.º Incumbe ao Presidente do I.B.S.:

a) baixar o regimento interno e praticar os atos de natureza administrativa, necessários à boa marcha dos serviços;

b) presidir ao Conselho Deliberativo e tomar as providências necessárias à execução de suas resoluções;

c) apresentar anualmente ao Conselho Deliberativo o projeto de orçamento, planos de administração, contas e relatório das atividades do I.B.S.;

d) movimentar os dinheiros do I.B.S. e velar pela sua boa aplicação;

e) autorizar todas as despesas e adiantamentos, ordenar os respectivos pagamentos e aprovar as prestações de contas;

f) representar o I.B.S., ativa e passivamente, em juízo e em suas relações com os poderes públicos e os particulares;

g) nomear, demitir, promover e transferir os servidores do quadro permanente e contratar pessoal por prazo não excedente de um ano;

h) arbitrar diárias, ajudas de custo e gratificações devidas aos servidores do I.B.S., nos casos previstos em lei;

i) adquirir, alienar ou gravar imóveis do I.B.S., mediante prévia autorização do Conselho Deliberativo;

j) assinar, pelo I.B.S., convênios, acordos e contratos (art. 7.º alínea e);

k) mandar orçar o custo da produção, em cada Estado, e o da entrega do sal ao consumo, nas diversas regiões do território nacional;

l) promover congressos e reuniões de salineiros e demais interessados, para solução de questões de ordem econômica ou social, relacionadas com o sal;

m) vetar, no todo ou em parte, dentro em dez dias, as resoluções do Conselho Deliberativo que obriguem despesas superiores à capacidade financeira do I.B.S., ou lhe pareçam contrárias à política salineira nacional, recorrendo *ex-officio* para o Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio.

Art. 6.º O Presidente do I.B.S., sob pena de perda do mandato, prestará contas, anualmente, ao Tribunal de Contas da União, da aplicação dos recursos arrecadados durante cada exercício.

CAPÍTULO IV

DO CONSELHO DELIBERATIVO

Art. 7.º Incumbe ao Conselho Deliberativo:

a) baixar o seu regimento interno e resoluções para a perfeita execução das leis e regulamentos, na parte referente à economia salineira;

b) reunir-se ordinariamente uma vez por semana e, extraordinariamente, quando convocado pelo Presidente ou pela maioria de seus membros;

c) apreciar o relatório e os planos de administração do Presidente do I.B.S., emitir parecer sobre as contas do exercício anterior, aprovar o orçamento e fiscalizar a sua execução;

d) criar, transferir ou extinguir, mediante proposta do Presidente do I.B.S., devidamente autorizado pelo Presidente da República, delegacias regionais, agências, postos fiscais ou outros serviços, nos Estados;

e) aprovar convênios, acordos e contratos que devam ser assinados pelo Presidente do I.B.S.;

f) deliberar sobre realização de operações de crédito ou de financiamento e sobre concessões de empréstimos ou auxílios;

g) fixar, anualmente, os preços do sal, o total das entregas ao consumo no território nacional e as cotas dos Estados e respectivas salinas;

h) adotar ou sugerir providências, nos casos de falta ou insuficiência do produto para consumo, em qualquer Estado;

i) aprovar os planos de distribuição de sal iodetado e de sal cloroquinado, nas regiões atingidas pelo bócio endêmico e pela malária;

j) estabelecer os tipos de sal que poderão ser objeto de comércio interno e de exportação;

k) regular as transferências de cotas, no mesmo Estado, e de registros de salinas;

l) aprovar os planos de aplicação de receita, com destinação especial;

m) autorizar, nos casos regularmente previstos, modificações em salinas;

n) julgar, em segunda instância, os processos de infração da legislação salineira;

o) fixar as condições de importação do sal estrangeiro, indispensável ao abastecimento de Municípios situados em regiões afastadas dos portos marítimos, enquanto persistirem dificuldades de comunicação ou desvantagens de preços para a colocação do produto nacional.

p) solicitar ao Presidente da República, por intermédio do Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, permissão para que navios estrangeiros, em casos de comprovada deficiência do serviço de cabotagem, efetuem, temporariamente, transporte de sal, pelos portos nacionais;

q) deliberar sobre representações, memoriais, recursos e reclamações, relativas a assuntos de natureza econômica e compreendidos nas atividades do I.B.S.

§ 1.º O Conselho Deliberativo só poderá funcionar com a presença da maioria de seus membros.

§ 2.º O Presidente vota e desempata pelo voto de qualidade.

§ 3.º Os membros do Conselho Deliberativo perceberão, por sessão a que comparecerem, a gratificação que fôr fixada por decreto do Presidente da República.

CAPÍTULO V

DA RECEITA DO INSTITUTO E DE SUA ARRECAÇÃO

Art. 8.º O custeio das despesas, com a manutenção do I.B.S. e dos serviços necessários à consecução de seus fins, será atendido pelas seguintes fontes de receita:

a) taxa de Cr\$ 35,00 (trinta e cinco cruzeiros), por tonelada, cuja arrecadação se fará no momento da retirada do sal da salina, para qualquer destino;

b) auxílios dos governos da União e dos Estados salineiros;

c) multas;

d) outras fontes de renda, que venham a ser criadas.

Parágrafo único. No interesse da economia salineira, fica isento do pagamento da taxa do I.B.S. o sal que se destinar ao mercado externo.

Art. 9.º A arrecadação das taxas de outras fontes de receita será efetuada pelo I.B.S., de conformidade com regulamentos e resoluções, ou mediante convênios e acordos com órgãos do poder público.

CAPÍTULO VI

DO REGIME DE COTAS

Art. 10. O I.B.S. fixará, em junho de cada ano, obedecendo sempre as seguintes normas:

a) a quantidade de sal destinada ao consumo, no território nacional, representada pela média do quinquênio civil, com o acréscimo, no máximo, de dez por cento, permitida a acumulação às salinas que encerrarem o ano salineiro com saldo de cotas do exercício anterior;

b) a cota que, daquela quantidade, caberá a cada Estado produtor, e que será proporcional à média harmônica entre os índices representativos da área de cristalização, existente quando do registro de suas salinas e das entregas de sal ao consumo feitas por êles, nos cinco últimos anos civis;

c) a cota de cada salina, pela distribuição da do Estado entre elas, adotada a mesma fórmula.

§ 1.º Se fôr insuficiente a quantidade fixada, de acôrdo com a alínea a, incumbirá ao I.B.S., no último trimestre do ano salineiro, aumentá-la transitória e fazer a distribuição do aumento pelos Estados e salinas, observado o disposto nas alíneas b e c.

§ 2.º Fica proibida a transferência de cotas entre salinas de um Estado para outro, permitida, entretanto, entre salinas do mesmo Estado.

Art. 11. Comprovada a existência de saldos de cotas, no encerramento do exercício salineiro, terão os mesmos prioridade na distribuição de praças marítimas, no exercício salineiro subsequente ao vencido, e seu em-
parque efetuar-se-á mediante o pagamento da taxa legal, sem que este se faça por antecipação.

Art. 12. Fica excluído do regime de cotas, mas sujeito ao contrôlo do I.B.S., o sal destinado:

a) ao mercado externo;

b) às indústrias de transformação, de acordo com a capacidade de cada fábrica.

Parágrafo único. O I.B.S. poderá estabelecer, temporariamente, as restrições que se tornarem necessárias, para garantir o abastecimento do mercado interno.

Art. 13. Poderá ser permitida a transferência, no todo ou em parte, e dentro do mesmo Estado, da cota atribuída à salina:

a) provisoriamente, quando ela, por motivo justo e devidamente comprovado, não puder produzir;

b) definitivamente, quando cessar a sua produção e for eliminada a correspondente área de cristalização.

Parágrafo único. Quando a salina não concorrer, por qualquer motivo, durante três anos seguidos, para a entrega de sal ao consumo, seja por produção própria, seja através de cota transferida, perderá, em proveito das demais do respectivo Estado a totalidade de sua cota, e ficará impedida de entrar em atividade.

Art. 14. Não serão concedidas cotas extras.

CAPÍTULO VII

DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 15. Será considerado infrator todo aquele que cometer, mandar, constranger ou auxiliar alguém a cometer a infração.

Art. 16. Consideram-se penalidades:

a) multa;

b) apreensão;

c) inutilização do produto;

d) suspensão do registro, no I.B.S., por prazo até três anos;

e) cancelamento do registro;

f) qualquer outra sanção estabelecida em regulamento ou resolução.

§ 1.º Na reincidência, pela violação do mesmo dispositivo, a multa será aplicada em dobro.

§ 2.º A apreensão consiste no arresto imediato do produto, pelo I.B.S., ficando em depósito para ulterior destino.

§ 3.º Será determinada a inutilização de qualquer produto apreendido, quando considerado impróprio para consumo ou aplicação.

§ 4.º A pena de cancelamento do registro só terá aplicação depois de esgotado o prazo previsto na alínea d deste artigo.

§ 5.º Poderá o Conselho Deliberativo, a requerimento do interessado e decorridos mais de três anos do cancelamento, restaurar-lhe o registro.

Art. 17. Constitui infração, sujeita a multa:

§ 1.º De Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros) a Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros):

a) exercer atividade como produtor, beneficiador, distribuidor ou exportador de sal, não se achando registrado no I.B.S., ou estando com o registro suspenso ou cancelado;

b) deixar o produtor de escriturar, em livro especial, e de remeter cópia do mesmo ao I.B.S., no prazo determinado, o movimento de produção, retirada e estoque de cada salina, ou fazê-lo em desacordo com as prescrições instituídas;

c) deixar o distribuidor de comunicar ao I.B.S., nos prazos estabelecidos, o seu movimento de entrada e saída de sal, ou fazê-lo sem as especificações exigidas;

d) produzir sal sem obedecer às condições técnicas ou higiênicas prescritas;

e) violar as prescrições adotadas pelo I.B.S., para empilhamento do sal em salina, ao tempo, em armazém ou em depósito.

§ 2.º De Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros) a Cr\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros):

a) vender, transportar ou exportar sal:

I, que não atenda aos requisitos da análise química;

- II, em desacôrdo com os tipos instituídos pelo I.B.S.;
- III, com inobservância dos sistemas de pesos ou embalagens;
- b) destinar sal ao mercado externo ou às indústrias de transformação, sem prévia autorização e fiscalização do I.B.S.;
- c) introduzir modificações em salina, em desacôrdo com o projeto aprovado pelo I.B.S.

§ 3.º Igual ao valor total do produto:

- a) entregar ao consumo qualquer quantidade de sal:
 - I, procedente de salina não registrada no I.B.S., ou proibida de entrar em atividade;
 - II, antes de decorrido o prazo de estagiamento;
 - III, com transgressão do regime de cotas;
 - IV, com inobservância dos preços fixados pelo I.B.S.;
 - V, sem o pagamento de taxas devidas ao I.B.S.;
 - VI, destinada ao mercado externo ou às indústrias de transformação;
 - VII, após haver requerido transferência de cota;
- b) importar sal estrangeiro sem prévia autorização do I.B.S., ou com violação das condições estabelecidas.

Art. 18. A multa poderá ser aplicada com qualquer das outras penalidades cabíveis, devendo ser providenciada também, quando fôr o caso, a apuração de responsabilidade criminal.

Art. 19. Sob pena de perempção, os recursos voluntários para o Conselho Deliberativo serão interpostos no prazo de vinte dias, a contar da ciência da decisão e, quando se tratar de multa, deverão ser acompanhados de prova do depósito prévio da quantia respectiva.

Parágrafo único. Se a importância em litígio fôr superior a Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros), poderá o recorrente prestar fiança idônea, a critério do I.B.S. e dentro do prazo para o recurso.

Art. 20. As incorreções ou omissões do auto de infração de forma alguma lhe acarretarão a nulidade, desde que dêem elementos suficientes para se determinar a infração e o infrator.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 21. Haverá duas zonas salineiras, pertencendo à primeira os Estados do Pará, Maranhão, Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte e à segunda os da Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e Rio de Janeiro.

Art. 22. O ano salineiro começa a 1.º de julho e termina a 30 de junho.

Art. 23. Não serão concedidos novos registros de salinas.

Art. 24. As jazidas de salgema, quando produzirem e entregarem ao consumo o sal comum (cloreto de sódio), ficarão sujeitas aos preceitos desta lei.

Art. 25. Não poderão ser ampliadas as áreas de cristalização das salinas atualmente inscritas, salvo em casos especiais, mediante autorização do Conselho Deliberativo, e desde que o aumento da área não influa na fixação de cotas (art. 10, alíneas b e c).

Art. 26. Ficam transferidas para o Tesouro Nacional as ações do Instituto Nacional do Sal na Companhia Nacional de Alcalis e o débito de Cr\$ 26.000.000,00 (vinte e seis milhões de cruzeiros), contraído com a Banco do Brasil S.A. para a aquisição das aludidas ações, na forma do art. 6.º do Decreto-lei n.º 5.684, de 20 de junho de 1943.

Art. 27. Os bens, rendas e serviços do I.B.S. são impenhoráveis e equiparados aos da União, no tocante à imunidade tributária.

Art. 28. Os servidores do I.B.S., quando em objeto de serviço gozarão das vantagens concedidas aos funcionários federais, nos transportes fluviais, marítimos, ferroviários e aéreos.

Art. 29. Salvo disposição especial, aplicam-se ao I.B.S. os prazos de prescrição de que goza a União Federal.

Art. 30. São extensivos ao I. B. S. os privilégios da fazenda pública, quanto ao uso de ações especiais, prazos e regime de custas, correndo os processos de seu interesse perante o Juízo dos Feitos da Fazenda Nacional e sob o patrocínio de seus representantes legais.

Art. 31. Dos atos e decisões do Presidente do I.B.S. e do Conselho Deliberativo caberá recurso, no prazo de trinta dias, e sem efeito suspensivo, para o Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio.

Art. 32. Os atuais membros da comissão executiva do I.N.S. passarão a integrar o Conselho Deliberativo do I.B. S.

Art. 33. O I.B.S. exercerá severa vigilância nos navios, quer no carregamento, quer na descarga do sal, a fim de evitar a fraude de pesagem, aceitando para isso a cooperação de carregadores interessados.

Art. 34. O I.B.S. estabelecerá um regime de publicidade, para a distribuição de praças marítimas, e dividirá as cotas a serem exportadas por turnos, dando ciência a cada salineiro da praça que lhe couber.

Art. 35. O I.B.S. promoverá o controle estatístico da indústria de transformação de modo a poder aquilatar de suas reais necessidades de sal.

Art. 36. O I.B.S. promoverá a consolidação das resoluções e comunicados do extinto Instituto Nacional do Sal, que deverá ser revista cada três anos.

Art. 37. Esta lei entrará em vigor trinta dias após a sua publicação, e será regulamentada pelo Poder Executivo, dentro de 90 (noventa) dias após a sua vigência.

Art. 38. Revogam-se os Decreto-leis ns. 2.300, de 10 de junho de 1940; 2.398, de 11 de julho de 1940; 3.166, de 1 de abril de 1941; 4.177, de 13 de março de 1942; 5.077, de 11 de dezembro de 1942; 6.801, de 17 de agosto de 1944; 6.919, de 3 de outubro de 1944; 7.996, de 24 de setembro de 1945; as Leis ns. 853, de 8 de outubro de 1949, e 1.159, de 20 de julho de 1950, e demais disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de maio de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK

José Maria Alkmim

Lucio Meira

Mário Meneghetti

Parsifal Barroso

LEI N.º 3.138 — DE 17 DE MAIO DE 1957

Modifica o art. 1.º da Lei n.º 2.576, de 17 de agosto de 1955 (dispõe sobre as inspeções de saúde dos servidores civis do Ministério da Aeronáutica, e dá outras providências)

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O art. 1.º da Lei n.º 2.576, de 17 de agosto de 1955, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1.º As inspeções de saúde dos servidores civis do Ministério da Aeronáutica, bem como as de candidatos a cargo e funções do mesmo Ministério, para efeito de posse, exercício,

aposentadoria, controle de faltas ao serviço e licença, e os exames de sanidade e capacidade física ocasionais ou periódicos serão realizados:

a) no Distrito Federal, para efeito de aposentadoria, pela Junta de Saúde da 3.ª Zona Aérea, e para os demais casos, pelas Juntas de Saúde dos diversos órgãos da Aeronáutica, de acordo com as instruções que forem baixadas pelo Ministro;

b) nos Estados e Territórios, pelas Juntas de Saúde dos diversos órgãos da Aeronáutica, de acordo com as instruções que forem aprovadas para as inspeções de saúde naquele Ministério.

§ 1.º — Os laudos de que trata a alínea b deste artigo, quando para efeito de aposentadoria, serão revistos pela Junta de Saúde do Quartel Ge-

neral da Zona Aérea respectiva, sem cuja aprovação não terão validade.

§ 2.º — Quando se tratar de controle de faltas ao serviço, ou licença até noventa dias, de servidor que se encontre em localidade onde não funcione nenhum dos órgãos mencionados neste artigo, será admitido laudo de outros médicos oficiais, ou ainda e excepcionalmente atestado passado por médico particular, com firma reconhecida, sujeito esse atestado a homologação por Junta de Saúde da Aeronáutica.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 17 de maio de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

Henrique Fleiuss

LEI N.º 3.139 — DE 17 DE MAIO DE 1957

Denomina Aeroporto Carlos Ruhl o Aeroporto de Cruz Alta, no Estado do Rio Grande do Sul.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' denominado Aeroporto Carlos Ruhl o Aeroporto de Cruz Alta, situado no município do mesmo nome, no Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 17 de maio de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

Henrique Fleiuss

LEI N.º 3.140 — DE 20 DE MAIO DE 1957

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00 para auxiliar o Instituto do Cacau da Bahia na conclusão da Escola de Capatazes da Estação Experimental de Uruçua.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros) para auxiliar o Instituto do Cacau da Bahia na conclusão da Escola de Capatazes da Estação Experimental de Uruçua.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 20 de maio de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

Mário Meneghetti

José Maria Alkmin

LEI N.º 3.141 — DE 20 DE MAIO DE 1957

Abre ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — o crédito especial de Cr\$ 215.752,50 para atender às despesas com o pagamento de diferenças de vencimentos, gratificações adicionais por tempo de serviço, gratificações de representação e substituições dos juizes, suplentes e vogais do Tribunal do Trabalho da 4.ª Região.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E aberto ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — o crédito especial de Cr\$ 215.752,50 (duzentos e quinze mil, setecentos e cinquenta centavos) para atender ao pagamento de diferenças de vencimentos, gratificações adicionais por tempo de serviço, gratificações de representação e substituições de juizes, suplentes e vogais do Tribunal Regional do Trabalho da 4.ª Região, relativo aos meses de outubro a dezembro de 1954, assim discriminado:

	Cr\$
a) diferenças de vencimentos	94.981,50
b) gratificações adicionais por tempo de serviço	14.024,50
c) gratificações de representação	75.264,00
d) substituições	31.482,50
Total	215.752,50

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 20 de maio de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK

José Carlos de Macedo
Soares

José Maria Alkmin

LEI N.º 3.142 — DE 20 DE MAIO
DE 1957

Concede isenção de direitos de importação e mais taxas aduaneiras para um transmissor completo de rádiodifusão em ondas curtas importado pela S. A. Rádio Tupi.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É concedida isenção de direitos de importação e mais taxas aduaneiras, exclusive a de previdência social, para um transmissor completo de rádiodifusão em ondas curtas, com a potência de 100 (cem) kilowatts, adquirido pela S. A. Rádio Tupi, conforme consta da licença de importação, DG-L 54-21.571-34.970.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 20 de maio de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK

José Maria Alkmin

LEI N.º 3.143 — DE 20 DE MAIO
DE 1957

Concede isenção de direitos de importação, imposto de consumo e mais taxas aduaneiras para os materiais importados pela Companhia de Eletricidade do Alto Rio Doce e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É concedida isenção de direitos de importação, imposto de consumo e mais taxas aduaneiras, exceto a de previdência social, para os materiais importados pela Companhia de Eletricidade do Alto Rio Doce, com sede em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, destinados à instalação, construção, montagem e exploração da usina hidrelétrica de Salto Grande.

Art. 2.º São assegurados os benefícios do art. 1.º aos equipamentos eletro-mecânicos da usina hidrelétrica de Salto Grande e subestação, bem como aos materiais destinados às linhas de transmissão, importados pelo Governo do Estado de Minas Gerais, que tenham sido ou venham a ser transferidos ou cedidos ao patrimônio da Companhia de Eletricidade do Alto Rio Doce.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 20 de maio de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK

José Maria Alkmin

LEI N.º 3.144 — DE 20 DE MAIO
DE 1957

Determina seja ministrado o Curso Superior de Agrimensura em todo o País em estabelecimentos de ensino superior, oficiais, equiparados ou reconhecidos, e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O Curso Superior de Agrimensura será ministrado em todo o País em estabelecimentos de ensino superior, oficiais, equiparados ou reconhecidos, e terá a duração mínima de 3 (três) anos.

Art. 2.º O Curso Superior de Agrimensura compor-se-á de 3 (três) séries com as seguintes disciplinas:

- I — Cálculo diferencial e integral e Cálculo Vectorial;
- II — Geometria Analítica e Projetiva;

- III — Geometria descritiva e aplicações;
- IV — Mecânica Racional;
- V — Física Geral;
- VI — Topografia, Géodésia Elementar e Astronomia de campo;
- VII — Química Tecnológica Geral;
- VIII — Cálculo de Observações e Estatística, Cálculo Gráfico e Mecânico, Nomografia;
- IX — Desenho Topográfico e Cartográfico;
- X — Traçado das cidades e de estradas;
- XI — Hidrologia do solo;
- XII — Organização racional do trabalho e contabilidade industrial;
- XIII — Geologia;
- XIV — Hidráulica, Hidráulica urbana e Saneamento;
- XV — Direito e Legislação de terras.

Parágrafo único. Além dessas é facultado aos estabelecimentos instituir o ensino de outras disciplinas de formação ou de aperfeiçoamento.

Art. 3.º Aos portadores de diplomas expedidos por estabelecimentos de Ensino Superior de Agrimensura, devidamente registrados na Diretoria do Ensino Superior, do Ministério da Educação e Cultura, será conferida a designação profissional de engenheiro-agrimensor.

Art. 4.º A matrícula na primeira série do Curso Superior de Agrimensura far-se-á mediante o cumprimento das exigências constantes do art. 2.º da Lei n.º 1.821, de 12 de março de 1953, ressalvado o disposto no parágrafo único deste artigo.

Parágrafo único. Aos alunos que houverem concluído os cursos técnicos de ensino industrial ou do ensino agrícola é facultada a inscrição em concurso de habilitação, independente da conclusão do ciclo colegial, na conformidade do disposto na Lei n.º 1.821, de 12 de março de 1953, regulamentada pelo Decreto n.º 34.330, de 21 de outubro de 1953.

Art. 5.º Os demais termos da vida escolar, no curso de que trata esta lei, reger-se-ão, segundo os preceitos gerais da legislação do ensino superior.

Art. 6.º Vetado.

Parágrafo único. Vetado.

Art. 7.º O Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura, de confor-

midade com suas prerrogativas legais, disporá sobre o exercício das profissões de engenheiro-agrimensor e de técnico agrimensor, definindo as respectivas atribuições.

Art. 8.º Na organização do Curso Superior de Agrimensura serão observadas as disposições do Decreto-lei n.º 421, de 11 de maio de 1938, alterado pelo Decreto-lei n.º 2.076, de 8 de março de 1940.

Parágrafo único. Vetado.

Art. 9.º Aos agrimensores diplomados no regime do Decreto número 20.178 de 12 de dezembro de 1945, fica assegurado o direito de prestar, dentro do prazo de 6 (seis) anos a contar da expedição dos atos regulamentares previstos no art. 9.º desta lei, os exames de suficiência das disciplinas mencionadas no artigo 2.º, cujo ensino não haja sido ministrado nos cursos técnicos de agrimensura.

§ 1.º Os exames de suficiência, referidos neste artigo, serão prestados na medida em que os requeriram os interessados, em 1 (um) ou mais anos, nos estabelecimentos organizados na conformidade desta lei, perante bancas examinadoras cuja composição tenha sido previamente aprovada pela Diretoria do Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura.

§ 2.º Dos interessados exigir-se-á, apenas, a prova de conclusão do curso técnico de agrimensura em estabelecimento oficial, reconhecido ou equiparado.

Art. 10. Os agrimensores aprovados nos exames de suficiência poderão requerer expedição de novo diploma para os efeitos do disposto no art. 3.º desta lei.

Art. 11. Fica o Poder Executivo autorizado a expedir, pelo Ministério da Educação e Cultura, os atos regulamentares necessários à execução da presente lei.

Art. 12. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 20 de maio de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

Mário Meneghetti

Clovis Salgado

LEI N.º 3.145 — DE 21 DE MAIO
DE 1957

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 90.000.000,00, destinado a atender às despesas com a construção da ponte sobre o Rio Grande.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 90.000.000,00 (noventa milhões de cruzeiros), destinado a atender às despesas com a construção da ponte sobre o Rio Grande.

Parágraf. único. O crédito especial de que trata este artigo, depois de aberto pelo Poder Executivo, deverá ser automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 21 de maio de 1957: 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK

*José Carlos de Macedo
Soares*

José Maria Alencar

LEI N.º 3.146 — DE 21 DE MAIO
DE 1957

Reorganiza a Auditoria da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º A Auditoria da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal tem jurisdição sobre os processos referentes a crimes militares praticados por membros dessas corporações.

Art. 2.º A Auditoria da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal tem como órgão de 2.ª instância o Superior Tribunal Militar.

Art. 3.º O auditor, o promotor, os advogados de ofício e os mais funcionários da Auditoria da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal gozarão dos mesmos direitos e vantagens atribuídos atualmente aos ocupantes de idênticos cargos nas auditorias militares da 2.ª entrância.

Art. 4.º Os processos de sua jurisdição, depois de findos, ficam sujeitos à correição pelo órgão competente da Justiça Militar da União.

Art. 5.º Ao promotor se aplica, no que couber, a Lei Orgânica do Ministério Público da União.

Art. 6.º Fica mantido o sistema de promoção assegurado pelo art. 6.º do Decreto n.º 21.947, de 12 de outubro de 1932, ao promotor e aos advogados de ofício.

Parágrafo único. Os mais cargos serão providos de conformidade com o que dispõe o Código da Justiça Militar.

Art. 7.º O ocupante de cargo de auditor, promotor, advogado, escrivão e oficial de Justiça terá substituto previamente designado, por decreto.

§ 1.º A convocação de substituto será feita:

- a) do auditor, pelo presidente do Superior Tribunal Militar;
- b) do promotor, pelo procurador geral da Justiça Militar;
- c) do advogado, escrivão e oficial de Justiça, pelo respectivo auditor.

§ 2.º Será dispensado automaticamente o substituto que não atender à convocação, salvo motivo de doença, comprovada perante junta médica militar.

§ 3.º Nenhum direito ou vantagem terá o substituto além do vencimento do cargo do substituído durante o seu impedimento legal.

Art. 8.º As licenças e férias serão concedidas:

- a) ao auditor, pelo presidente do Superior Tribunal Militar;
- b) ao promotor, pelo procurador geral da Justiça Militar;
- c) aos mais servidores, pelo auditor.

Art. 9.º As despesas referentes à Auditoria da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal continuarão a ser, nos orçamentos vindouros, atendidas de acordo com a discriminação atual.

Art. 10. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 11. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 21 de maio de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

José Carlos de Macedo

Soares

LEI N.º 3.147 — DE 21 DE MAIO
DE 1957

Concede isenção de direitos, imposto e taxas aduaneiras para mercadorias doadas pela Church World Service (C.W.S.) dos Estados Unidos da América do Norte à Conferência Evangélica do Brasil.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É concedida isenção de direitos, imposto e taxas aduaneiras, inclusive a de previdência social, para 140 toneladas (ou 300.000 libras) de roupas usadas de qualquer natureza ou qualidade para uso pessoal ou doméstico, 2.000 (dois mil) pacotes contendo cada um: 1 quilograma (ou duas libras) de arroz, 1/2 quilograma (ou uma libra) de manteiga, 1/2 quilograma (ou uma libra) de feijão, 1/2 quilograma (ou uma libra) de carne e 2 1/2 quilogramas (ou cinco libras) de farinha de trigo, bem como para 510 toneladas (ou 1.125.000 libras) de leite em pó, 510 toneladas (ou 1.125.000 libras) de manteiga, 240 toneladas (ou 525.000 libras) de queijo, e 240 toneladas (ou 525.000 libras) de gordura ou azeite, doados à Conferência Evangélica do Brasil pela Church World Service (C.W.S.) dos Estados Unidos da América do Norte.

Art. 2.º As mercadorias referidas no artigo anterior, cuja importação

em parcelas e sem cobertura cambial fica autorizada até o ano de 1957, destinam-se à distribuição gratuita pela Conferência Evangélica do Brasil ou entidades religiosas que a mesma determinar, entre famílias de imigrantes necessitados e instituições de assistência social do país, legalmente organizadas, não podendo de maneira alguma ser vendidas ou permutadas por outra mercadorias.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 21 de maio de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

José Maria Alkmin

LEI N.º 3.148 — DE 21 DE MAIO
DE 1957

Concede isenção de direitos, imposto de consumo e taxas aduaneiras para as mercadorias doadas pela War Relief Service (N.C.W.C.) dos Estados Unidos da América do Norte à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É concedida isenção de direitos, imposto de consumo e taxas aduaneiras, inclusive a de previdência social, para as seguintes mercadorias doadas pela War Relief Service (N.C.W.C.) dos Estados Unidos da América do Norte à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil:

a) 4 mil toneladas de gêneros alimentícios diversos, embarcados nos portos dos Estados Unidos da América do Norte, a partir de 1 de dezembro de 1955;

b) 2.441 tambores de leite em pó, fatura consular n.º 14.234, peso bruto de 274.257 kg., desembarcados no porto do Rio de Janeiro, em 18 de setembro de 1955, pelo "Lóide Argentina".

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 21 de maio de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

José Maria Alkmin

LEI N.º 3.149 — DE 21 DE MAIO DE 1957

Dispõe sobre a organização do Serviço de Assistência e Seguro Social dos Economiários, e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Como órgão fiscalizado pelo Ministério da Fazenda, o Serviço de Assistência e Seguro Social dos Economiários (S.A.S.S.E.), com personalidade jurídica, autonomia administrativa e patrimônio próprio, com sede e foro na Capital da República, será organizado em todo o país, na forma da lei, obedecidos os princípios da descentralização de serviços.

Art. 2.º São associados obrigatórios do Serviço de Assistência e Seguro Social dos Economiários todos os que, sob qualquer forma, exerçam atividade no Conselho Superior e nas Caixas Econômicas Federais, independente de idade e de inspeção de saúde.

Parágrafo único. Nenhum servidor, a partir desta data, poderá ser admitido em caráter efetivo nas Caixas Econômicas Federais e no Conselho Superior, sem que prove ter menos de 36 anos de idade e haja sido julgado apto em inspeção de saúde efetuada por uma junta constituída de médicos da instituição a que vai servir.

Art. 3.º Poderão ser admitidos como associados facultativos do S.A.S.S.E. os diretores do Conselho Superior e das Caixas Econômicas Federais, bem como funcionários das Caixas Econômicas Estaduais, independentemente dos requisitos de idade e de inspeção de saúde, desde que fiquem sujeitos a um período de carência de 5 (cinco) anos, para efeitos de benefícios de aposentadoria e pensão.

Art. 4.º A receita do Serviço de Assistência e Seguro Social dos Economiários constituir-se-á pelas contribuições e rendas seguintes:

a) uma contribuição dos seus associados fixada anualmente variável de 5% (cinco por cento) a 8% (oito por cento) sobre os vencimentos mensais;

b) uma contribuição dos Conselhos Superior e das Caixas Econômicas Federais, correspondente à percentagem de 12% (doze por cento) sobre os vencimentos dos seus servidores;

c) uma contribuição referente à atual cota de previdência, que recairá sobre os juros superiores a Cr\$ 250.00 (duzentos e cinquenta cruzeiros) pagos ou creditados pelas Caixas Econômicas Federais e Estaduais, nas contas de depósitos e recolhidas semestralmente ao S.A.S.S.E.;

d) doações e legados feitos ao S.A.S.S.E.;

e) rendas produzidas pela aplicação dos fundos do S.A.S.S.E.;

f) rendimentos provenientes das operações de seguros privados e gerais.

Art. 5.º A cota de previdência a que se refere a alínea c do artigo anterior será recolhida diretamente pelas Caixas Econômicas Federais e Estaduais ao S.A.S.S.E.

Art. 6.º Fica o S.A.S.S.E. autorizado a operar em seguros a que se refere a alínea f do art. 4.º, exclusivamente com servidores e mutuários das Caixas Econômicas Federais

Parágrafo único. As operações deverão obedecer a plano estabelecido na regulamentação da presente lei e abrangerão:

a) seguro de renda imobiliária de empréstimos hipotecários,

b) seguro de acidente de trabalho;

c) seguro contra fogo;

d) seguro sobre a vida.

Art. 7.º Os fundos do S.A.S.S.E. serão aplicados de acordo com as instruções e normas do serviço atuarial do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

§ 1.º Essas aplicações se processarão obrigatoriamente sem ônus para o S.A.S.S.E., por meio de serviços técnicos e especializados do Conselho Superior e das Caixas Econômicas Federais, aos quais competirão, também, a arrecadação e escrituração da receita e despesa.

§ 2.º A taxa média de juros de todos os investimentos não poderá ser inferior a que sirva de base à avaliação atuarial, acrescida de 1% (um por cento) ao ano.

§ 3.º Terão preferência as aplicações em financiamentos de casas de moradia, empréstimos e outras formas de assistência econômica dos associados.

§ 4.º Será obrigatória a aplicação das contribuições do S.A.S.S.E. em geral, de pelo menos 50% (cinquenta por cento) da arrecadação, na cidade onde estas se originam.

Art. 8.º Serão concedidos aos segurados do S.A.S.S.E. benefícios obrigatórios e facultativos.

§ 1.º São benefícios obrigatórios:

a) aposentadoria nas mesmas bases concedidas aos funcionários públicos federais;

b) em caso de morte, pensão mínima de 60% (sessenta por cento) para os beneficiários;

c) assistência médica especializada, odontológica, cirúrgica e hospitalar;

d) auxílio maternidade e creche;

e) medicamentos concedidos com redução nos preços;

f) auxílio enfermidade, quando o Conselho Superior e as Caixas Econômicas Federais, de conformidade com seus respectivos regimentos internos, deixem de prestar diretamente;

g) em caso de cumprimento de pena, pensão para os beneficiários

h) seguro em grupo e assistência judiciária.

§ 2.º São benefícios facultativos os seguros destinados a cobrir riscos sociais ou a reforçar a concessão dos benefícios obrigatórios, mediante contribuições suplementares.

Art. 9.º As bases dos benefícios obrigatórios com exceção dos previstos nas letras a e b, § 1.º do artigo anterior, serão estabelecidas na regulamentação desta lei, de acordo com as possibilidades financeiras, desde que observadas as seguintes normas:

I — benefício único por velhice, invalidez permanente ou temporária, com base no vencimento integral do segurado;

II — pensão constituída de uma cota fixa e outra variável, correspondente ao número de componentes da família do servidor, subordinada ao limite do vencimento do segurado falecido, nunca, porém, inferior a 60% (sessenta por cento);

III — a pensão temporária será paga desde que seja comprovada a dependência econômica para cada filho e enteado de qualquer condição,

bem como para ascendentes inválidos, no caso de ser o segurado solteiro ou viúva sem filhos nem enteados.

Art. 10. No caso de não poderem o Conselho Superior e as Caixas Econômicas Federais prestar diretamente os serviços de assistência geral, estes serão obrigatoriamente contratados.

Parágrafo único. Não poderá exceder de 10% (dez por cento) da receita do S. A. S. S. E. a despesa direta ou indireta pertinente aos serviços de assistência, bem como de 1% (um por cento) as despesas com administração.

Art. 11. A administração do S. A. S. S. E., estruturada na presente lei obedecerá aos seguintes princípios:

a) um presidente de nomeação do Presidente da República, dentre os segurados com mais de 10 (dez anos de efetivo exercício);

b) uma Comissão Deliberativa constituída dos seguintes representantes: um do Conselho Superior, um dos Conselhos Administrativos das Caixas Econômicas Federais, dois eleitos pelos segurados e um da Associação do Pessoal da Caixa amparado pela Lei n.º 1.134, de 14 de julho de 1950.

Parágrafo único. O presidente e os membros da comissão deliberativa prestarão serviços gratuitos, ficando afastados dos seus cargos e funções nas respectivas instituições, com todos os direitos e vantagens.

Art. 12. Compete ao presidente:

a) superintender todos os negócios e operações do S. A. S. S. E.;

b) presidir reuniões da Comissão Deliberativa, com direito a voto apenas para desempate;

c) prestar contas da administração;

d) representar o S. A. S. S. E. em suas relações com terceiros em juízo ou fora dele.

Art. 13. Compete à Comissão Deliberativa:

a) resolver sobre todos os assuntos de importância vital para o S. A. S. S. E.;

b) fiscalizar a administração;

c) aprovar os balanços anuais;

d) votar os orçamentos do S. A. S. S. E.;

e) autorizar o presidente a fazer operações de crédito, e alienar e adquirir bens;

f) julgar recursos interpostos de atos do presidente;
g) resolver sobre os casos omissos.

Art. 14. O Poder Executivo baixará regulamento necessário à execução da presente lei, que entrará em vigor 90 (noventa) dias após a sua publicação, obedecidas as normas seguintes:

I — fica o I. A. P. E. obrigado a transferir num prazo não excedente de 2 (dois) anos, contados a partir desta data, as reservas técnicas dos segurados que integram o órgão criado por esta lei;

II — na hipótese desta transferência não poder se efetuar dentro do prazo estabelecido no item anterior, poderá o I. A. P. E. ceder ao S. A. S. S. E., devidamente autorizado pelo Poder Executivo, parte de seu crédito para com a União;

III — será nomeada uma comissão, para efeito da transferência constante do item I, constituída de 4 (quatro) atuários, representantes respectivamente do Departamento Nacional de Previdência Social, do I. A. P. E., do órgão criado pela presente lei e das Caixas Econômicas Federais

IV — não sofrerão solução de continuidade os benefícios provisórios ou definitivos dos funcionários e empregados do Conselho Superior e das Caixas Econômicas Federais, pagos pelo I. A. P. E., até a data da organização e funcionamento do serviço ora criado.

Art. 15. Ao S. A. S. S. E. ficam assegurados os direitos, regalias, isenções e privilégios de que goza a Fazenda Nacional.

Art. 16. Dentro em 15 (quinze) dias após a publicação desta lei, o Poder Executivo nomeará uma comissão composta de um presidente e de quatro membros escolhidos dentre os servidores do Conselho Superior e das Caixas Econômicas Federais.

Parágrafo único. Compete à comissão organizadora apresentar ao Poder Executivo, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, um anteprojeto de regulamentação da presente lei, ouvida a comissão de atuários de que trata o art. 14, n.º III.

Art. 17. O Conselho Superior das Caixas Econômicas Federais e o I. A. P. E. prestarão à comissão organizadora de que trata o artigo anterior, todas as informações, esclarecimentos e elementos necessários ao cumprimento de suas obrigações e objetivos.

Art. 18. As importâncias referentes à prestação de benefício e auxílios, ressalvados os descontos relativos a obrigação de prestar alimentos reconhecida por via judicial, não estão sujeitas a sequestros, arrestos e penhoras.

Art. 19. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 21 de maio de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

José Maria Alkmim

Parsifal Barroso

LEI Nº 3.150 — DE 24 DE MAIO DE 1957

Isenta de direitos de importação, imposto de consumo e taxas aduaneiras objetos religiosos trazidos da França por Monsenhor Paul Vincent, diretor da peregrinação dos franceses ao XXXVI Congresso Eucarístico Internacional.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É concedida isenção de direitos de importação, imposto de consumo e taxas aduaneiras, exclusiva a de previdência social, para os seguintes objetos religiosos, trazidos por Monsenhor Paul Vincent, diretor da peregrinação dos franceses ao XXXVI Congresso Eucarístico Internacional, vindos da França no vapor "Provence", chegado ao porto do Rio de Janeiro em 13 de julho de 1955:

- a) 1 (um) trevo de cobre dourado;
- b) aros de cobre para colunas;
- c) 1 (uma) cruz e crucifixo de bronze;
- d) 4 (quatro) castiçais de cobre;
- e) 1 (uma) lâmpada do Santíssimo;
- f) 1 (uma) cortina de veludo de linho;
- g) 1 (um) turíbulo;
- h) 1 (uma) naveta;
- i) 1 (um) porta-missal;
- j) 1 (uma) caldeirinha de água benta.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 24 de maio de 1957; 136º da Independência e 69º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

José Maria Alkmim.

LEI Nº 3.151 — DE 24 DE MAIO DE 1957

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 10.700.000,00 para pagamento de aluguéis correspondentes à ocupação da Casa da Itália pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 10.700.000,00 (dez milhões e setecentos mil cruzeiros) para ocorrer ao pagamento de aluguéis correspondentes à ocupação da Casa da Itália pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, de julho de 1950 até 31 de dezembro de 1955.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 24 de maio de 1957; 136º da Independência e 69º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

Clovis Salgado

José Maria Alkmim.

LEI Nº 3.152 — DE 24 DE MAIO DE 1957

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 20.000.000,00 para custear a construção do Colégio Experimental Paraguai-Brasil.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzeiros), para custear a construção do Colégio Experimental Paraguai-Brasil.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 24 de maio de 1957; 136º da Independência e 69º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

José Carlos de Macedo Soares

José Maria Alkmim

LEI Nº 3.153 — DE 24 DE MAIO DE 1957

Concede isenção de direitos de importação, imposto de consumo, taxas aduaneiras e a de previdência social para 1.250 caixas de papelão contendo leite em pó, enviadas pela War Relief Services e destinadas à Mitra de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É concedida isenção de direitos de importação, imposto de consumo, taxas aduaneiras e a de previdência social para 1.250 caixas de papelão contendo leite em pó, pesando 20.901 quilos, embarcadas em New York, Estados Unidos da América do Norte, no vapor "Lóide Nicaragua", pela War Relief Services

(N.C.W.C.), endereçadas ao Arcebispo Helder Câmara e destinadas à Mitra de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 24 de maio de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

José Maria Alkmim

LEI N.º 3.154 — DE 24 DE MAIO
DE 1957

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 250.000,00 para ocorrer às despesas com o pagamento de trabalhos extraordinários executados pelos funcionários do Serviço de Importação Aérea da Alfândega do Rio de Janeiro.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil cruzeiros), destinado à regularização da despesa efetuada, no exercício de 1954, com o pagamento de serviços extraordinários prestados pelos servidores do Serviço de Importação Aérea da Alfândega do Rio de Janeiro.

Art. 2.º O crédito a que se refere o artigo anterior será registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído automaticamente ao Tesouro Nacional.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 24 de maio de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

José Maria Alkmim

LEI N.º 3.155 — DE 24 DE MAIO
DE 1957

Concede isenção de direitos de importação, imposto de consumo e mais taxas aduaneiras para os materiais e mercadorias importados pela Cia. de Eletricidade do Alto Rio Grande.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É concedida isenção de direitos de importação, imposto de consumo e mais taxas aduaneiras, exceto a de previdência social, para os materiais e mercadorias importados pela Cia. de Eletricidade do Alto Rio Grande, com sede em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, destinados à instalação, construção, montagem e exploração da Usina Hidrelétrica de Itutinga.

§ 1.º A isenção de que trata este artigo abrange todos os materiais destinados à montagem das linhas de transmissão, excluídos os de fabricação similar no país, legalmente registrados, sem prejuízo do plano técnico de instalação.

§ 2.º São extensivos os benefícios desta lei às importações anteriormente feitas sob termo de responsabilidade.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 24 de maio de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

José Maria Alkmim

LEI N.º 3.156 — DE 24 DE MAIO
DE 1957

Concede a pensão especial de Cr\$ 3.000,00 mensais a Beatriz Ferreira Lucas e Arminda Ferreira Lucas, irmãs solteiras do ex-maquinista do Lóide Brasileiro, Alvaro Ferreira Lucas.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É concedida a pensão especial de Cr\$ 3.000,00 (três mil cru-

zeiros) mensais a Beatriz Ferreira Lucas e Arminda Ferreira Lucas, irmãs solteiras do ex-maquinista do Lóide Brasileiro, Alvaro Ferreira Lucas, que a bordo do navio "Avaré" fêz parte de comboios de guerra, no período de 1914 a 1918.

Art. 2.º O pagamento da pensão de que trata o art. 1.º correrá à conta da verba orçamentária do Ministério da Fazenda, destinada aos pensionistas da União.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 24 de maio de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

José Maria Alkmim

LEI N.º 3.157 — DE 25 DE MAIO DE 1957

Concede a pensão especial de Cr\$ 5.000,00 mensais ao jornalista e educador brasileiro Jacy do Rêgo Barros.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É concedida ao jornalista e educador brasileiro Jacy do Rêgo Barros a pensão especial de Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros) mensais como reconhecimento público e prêmio aos seus trabalhos.

Art. 2.º O pagamento da pensão de que trata o art. 1.º correrá à conta da verba orçamentária do Ministério da Fazenda, destinada aos pensionistas da União.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 25 de maio de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

José Maria Alkmim.

LEI N.º 3.158 — DE 30 DE MAIO DE 1957

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 15.585.821,90, destinado a complementar pagamento de transporte de malas postais por via aérea.

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 15.585.821,90 (quinze milhões, quinhentos e oitenta e cinco mil e oitocentos e vinte e um cruzeiros e noventa centavos), destinado a complementar pagamento de transporte de malas postais por via aérea, realizado no exercício de 1953.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 30 de maio de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

Lucio Meira

José Maria Alkmim

LEI N.º 3.159, DE 30 DE MAIO DE 1957

Concede isenção de impostos e taxas alfandegárias para um órgão duplo, destinado ao Colégio Salesiano Santa Rosa, de Niterói, Estado do Rio de Janeiro.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É concedida isenção de impostos e taxas alfandegárias, exclusiva a de previdência social, para um órgão duplo, com duas consolas e sete teclados, originário da Itália, destinado ao Colégio Salesiano Santa Rosa, de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, embarcado no navio Lloyd America, cuja licença de importação,

sob o n.º 53-5.631-232.888, foi concedida em 9 de março de 1953.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 30 de maio de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

José Maria Alkmim

LEI N.º 3.160 — DE 1 DE JUNHO
DE 1957

Inclui no Serviço de Saúde do Exército, no posto de 2.º tenente, as enfermeiras que integraram a Força Expedicionária Brasileira, durante as operações de guerra na Itália.

O Presidente da República: Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º São incluídas no Serviço de Saúde do Exército, na situação de convocadas, as enfermeiras que integraram a Força Expedicionária Brasileira, durante as operações de guerra na Itália, nos anos de 1944 e 1945, no posto de 2.º tenente.

Art. 2.º São assegurados às enfermeiras: a permanência nas fileiras até a idade limite, facultada a transferência para a reserva remunerada após 25 (vinte e cinco) anos de serviço; e gozo dos direitos, vantagens e regalias inerentes aos oficiais da ativa, exceto o acesso que será até o posto de 1.º tenente.

Art. 3.º Para a promoção ao Posto de 1.º tenente serão aplicadas as exigências do artigo 9.º, ressalvado o disposto em sua letra "a", do Decreto-lei n.º 8.760 de 21 de janeiro de 1946, devendo as propostas de promoção ser organizadas pela Diretoria Geral de Saúde, e encaminhadas ao Ministro da Guerra.

Parágrafo único — Serão aplicadas também a esses oficiais as disposições dos artigos 7.º e seu parágrafo único, 17.º e as letras a, b e c, § 1.º, do artigo 22 do Decreto-lei número 8.760, de 21 de janeiro de 1946.

Art. 4.º Os oficiais que quiserem gozar do aproveitamento previsto nesta lei, deverão requerê-lo por intermédio da Diretoria Geral de Saúde, dentro do prazo de 90 (noventa) dias,

sendo o requerimento encaminhado ao Ministro da Guerra, para fins de convocação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 1 de junho de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

Henrique Lott.

LEI N.º 3.161 — DE 1 DE JUNHO
DE 1957

Cria a Comissão de Desenvolvimento do Planalto de Ibiapaba, no Estado do Ceará, subordinada ao Ministério da Agricultura.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É criada a Comissão de Desenvolvimento do Planalto de Ibiapaba, no Estado do Ceará, subordinada ao Ministério da Agricultura.

Art. 2.º A Comissão terá por objetivo promover, mediante assistência financeira, técnica e social, aos proprietários rurais, o desenvolvimento e a melhoria da produção agrícola na área do planalto da Serra de Ibiapaba, no Estado do Ceará, e o seu prazo de funcionamento será de 10 (dez) anos.

Art. 3.º Compete, especialmente, à Comissão:

a) incentivar a organização de cooperativas de produção;

b) diligenciar na localização, na área do Planalto, de imigrantes agricultores, prestando-lhes a devida assistência;

c) promover, diretamente ou através de financiamento aos interessados, a mecanização agrícola, a ensilagem e armazenagem dos produtos, a perfuração de poços, a construção de barragens e a instalação de usinas hidrelétricas;

d) organizar estabelecimentos de experimentação agrícola, depósitos de distribuição de mudas, sementes e fertilizantes.

Art. 4.º A Comissão terá sua sede na cidade de Viçosa do Ceará e com-

por-se-á de três membros, nomeados pelo Presidente da República.

§ 1.º A presidência da Comissão caberá a um engenheiro agrônomo, indicado pelo Ministério da Agricultura, e os dois outros membros serão indicados, em lista tríplice, respectivamente, pelo Governo do Estado do Ceará e pelos prefeitos dos municípios da área do Planalto de Ibiapaba.

§ 2.º Será de 5 (cinco) anos o prazo de duração do mandato dos membros da Comissão.

Art. 5.º A Comissão terá um Conselho Fiscal que se reunirá, trimestralmente, na sede da Comissão.

§ 1.º O Conselho Fiscal será composto de 7 (sete) membros, representantes credenciados, respectivamente, do Governo do Estado do Ceará e dos prefeitos dos municípios de Vicoso do Ceará, Tianguá, Ubajara, Ibiapina, São Benedito e Inhuku.

§ 2.º O Conselho Fiscal será presidido pelo representante do Governo do Estado.

Art. 6.º O presidente e cada um dos membros da Comissão perceberão, respectivamente, Cr\$ 15.000,00 (quinze mil cruzeiros) e Cr\$ 9.000,00 (nove mil cruzeiros) mensais.

Art. 7.º Os membros do Conselho Fiscal terão, cada um, uma ajuda de custo anual de Cr\$ 3.000,00 (três mil cruzeiros).

Parágrafo único. As despesas decorrentes do transporte e estada dos membros do Conselho Fiscal por ocasião das reuniões trimestrais previstas no art. 5.º, correrão à conta da Comissão.

Art. 8.º Gozarão a Comissão das vantagens de transporte e comunicações concedidas aos serviços públicos federais.

Art. 9.º A Comissão terá, no primeiro exercício, para ocorrer às despesas de instalação e funcionamento, a dotação especial de Cr\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de cruzeiros) e nos anos subsequentes a dotação anual de Cr\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de cruzeiros) que serão incluídas no Orçamento Geral da União.

Parágrafo único. Até o dia 31 de marco de cada ano, as dotações orçamentárias deverão ser entregues à Comissão.

Art. 10. Não poderão exceder de Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cru-

zeiros) anuais as despesas de administração da Comissão.

Art. 11. Todas as importâncias postas à disposição da Comissão deverão ser, obrigatoriamente, depositadas no Banco do Nordeste do Brasil S. A. ou, em sua falta, no Banco do Brasil S. A.

Parágrafo único. Todos os documentos que importem em responsabilidade da Comissão, inclusive a movimentação de fundos, serão, obrigatoriamente, assinados por um vogal e pelo presidente.

Art. 12. A Comissão deverá fazer 2 (duas) prestações de contas, semestrais, ao Ministério da Agricultura, submetidas, previamente, a aprovação do Conselho Consultivo.

Art. 13. O Ministério da Agricultura, pelos seus vários órgãos, é obrigado a prestar toda a assistência à Comissão.

Art. 14. Para ocorrer às despesas de instalação e de funcionamento da Comissão, no presente exercício, é o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de cruzeiros).

Art. 15. O Poder Executivo, dentro do prazo de 90 (noventa) dias a contar da data da publicação da presente lei, baixará o respectivo regulamento.

Art. 16. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro em 1 de junho de 1957: 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK

Mário Meneghetti

José Maria Alkmim

LEI N.º 3.162 DE 1 DE JUNHO DE 1957

Considera de utilidade pública a Sociedade Pestalozzi do Brasil e autoriza o Governo Federal a desapropriar imóvel para ser doado àquela instituição.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º A Sociedade Pestalozzi do Brasil é considerada de utilidade pública.

blica pelos relevantes serviços humanitários prestados à coletividade brasileira.

Art. 2.º Fica o Governo Federal autorizado a desapropriar o imóvel à Rua Gustavo Sampaio n.º 29, antigo n.º 1, no Leme, Distrito Federal, esquina à Praça Almirante Noronha, com fundos para a Avenida Atlântica, correndo as despesas de indenização pelo Ministério da Educação e Cultura.

Art. 3.º Decretada a desapropriação, nos termos do artigo anterior, é o Governo Federal autorizado a doar aquele imóvel à Sociedade Pestalozzi do Brasil, instituição com personalidade jurídica, que visa prestar à infância e adolescência desajustadas assistência pedagógica, médico e social, para nêle instalar sua sede central.

Art. 4.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 1 de junho de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

Clóvis Salgado.

José Maria Alkmim

LEI N.º 3.163 — DE 1 DE JUNHO DE 1957

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00 para socorrer as vítimas da tromba d'água ocorrida na cidade de Monte Alegre, Estado do Pará.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial até Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros), destinado a socorrer as vítimas da tromba d'água que destruiu parte da cidade de Monte Alegre, no Estado do Pará.

Art. 2.º O Poder Executivo aplicará o crédito de que trata o artigo anterior em atendimento e cooperação com o Governo do Estado do Pará e a Prefeitura de Monte Alegre nas

condições, a seu critério, mais convenientes.

Art. 3.º O crédito a que se refere o art. 1.º desta lei será automaticamente registrado e distribuído pelo Tribunal de Contas ao Tesouro Nacional.

Art. 4.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 1 de junho de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

José Maria Alkmim

LEI N.º 3.164 — DE 1 DE JUNHO DE 1957

Provê quanto ao disposto no parágrafo 31, 2.ª parte, do artigo 141, da Constituição Federal, e dá outras providências.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º São sujeitos a sequestro e à sua perda em favor da Fazenda Pública os bens adquiridos pelo servidor público, por influência ou abuso de cargo ou função pública, ou de emprego em entidade autárquica, sem prejuízo da responsabilidade criminal em que tenha aquele incorrido.

§ 1.º — As medidas prescritas neste artigo serão decretadas no juízo civil, observadas as disposições da lei processual.

§ 2.º — O processo será promovido por iniciativa do Ministério Público ou de qualquer pessoa do povo.

Art. 2.º A extinção da ação penal ou a absolvição do réu incursos nos crimes capitulados no Título XI da Parte Especial do Código Penal ou em outros crimes funcionais, de que resulte locupletamento ilícito, não excluirá a incorporação à Fazenda Pública dos bens de aquisição ilegítima, ressalvado o direito de terceiros de boa fé.

Art. 3.º E' instituído o registro público obrigatório dos valores e bens pertencentes ao patrimônio privado de quantos exerçam cargos ou funções públicas da União e entidades autárquicas, eletivas ou não.

§ 1.º — O registro far-se-á no Serviço do Pessoal competente, mediante declaração do servidor público, incidindo na pena de demissão do serviço público o que fizer falsa declaração.

§ 2.º — O registro compreenderá móveis, imóveis, semoventes, dinheiro, títulos e ações e qualquer outra espécie de bens e valores patrimoniais, excluídos os objetos e utensílios de uso doméstico cuja soma não exceda de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros).

§ 3.º — A declaração será atualizada bianualmente, podendo a autoridade a que estiver subordinado o servidor exigir a comprovação da legitimidade da procedência dos bens acrescidos ao patrimônio do servidor.

§ 4.º — O registro prévio é condição indispensável à posse do servidor público e deverá ser obrigatoriamente atualizado antes do seu afastamento do cargo ou função.

§ 5.º — A declaração de que trata este artigo compreende os bens do casal.

Art. 4.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 1 de junho de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

Nereu Ramos
Antonio Alves Câmara
Henrique Lott
José Carlos de Macedo Soares
José Maria Alkmin
Lucio Meira
Mario Meneghetti
Clovis Salgado
Parsifal Barroso
Henrique Fleuss
Maurício de Medeiros

LEI N.º 3.165 — DE 1 DE JUNHO DE 1957

Modifica o artigo 278 do Decreto-lei n.º 5.452, de 1 de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho).

O Presidente da República: Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

[Art. 1.º O artigo 278 do Decreto-lei n.º 5.452, de 1 de maio de 1943

(Consolidação das Leis do Trabalho), mantidos os seus §§ 1.º e 2.º, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 278 O horário de trabalho na estiva, em cada pórtico do país, será fixado pela respectiva Delegacia do Trabalho Marítimo. O dia de trabalho terá a duração de oito horas e a noite de trabalho de seis horas divididos em dois turnos de quatro e três horas, respectivamente, e separados por intervalos de uma a uma e meia hora, para refeição e repouso”.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 1 de junho de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

Parsifal Barroso

LEI N.º 3.166 — DE 1.º DE JUNHO DE 1957

Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 400.000.000,00 para pavimentação dos trechos da BR-56 e da BR-14, integrantes da ligação rodoviária Santos-Brasília.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º. Fica aberto, ao Ministério da Viação e Obras Públicas, consignado ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem o crédito especial, com vigência por três anos, da importância de Cr\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de cruzeiros), destinado à pavimentação dos trechos da BR-56 e da BR-14, integrantes da ligação rodoviária Santos-Brasília, entre Colômbia, no Estado de São Paulo, e a ponte Afonso Pena, no Triângulo Mineiro, e daí até Anápolis, no Estado de Goiás.

Parágrafo único. A aplicação do crédito ora aberto far-se-á, preferencialmente, nos pontos dos trechos rodoviários indicados neste artigo e que já se encontrem consolidados, em condições para receber pavimentação.

Art. 2.º A importância constante do crédito referido no artigo anterior será entregue ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, a partir de 1957, em parcelas trimestrais de valores e na forma que o Poder Executivo determinar.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 1.º de junho de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

Lúcio Meira

José Maria Alkmim

LEI N.º 3.167 — DE 3 DE JUNHO DE 1957

*Modifica o artigo 1.289,
Código Civil*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O art. 1.289, do Código Civil passa a ter a seguinte redação:

“Art. 1.289. Todas as pessoas maiores ou emancipadas, no gozo dos direitos civis, são aptas para dar procuração mediante instrumento particular, que valerá desde que tenha a assinatura do outorgante.

§ 1.º O instrumento particular deve conter designação do Estado, da cidade ou circunscrição civil em que fôr passado, a data, o nome do outorgante, a individualização de quem seja o outorgado e bem assim o objetivo da outorga, a natureza, a designação e extensão dos poderes conferidos.

§ 2.º Para o ato que não exigir instrumento público, o mandato, ainda quando por instrumento público seja outorgado, pode substabelecer-se mediante instrumento particular.

§ 3.º O reconhecimento da firma no instrumento particular é condição essencial à sua validade, em relação a terceiros.”

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 3 de junho de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

Vereu Ramos

LEI N.º 3.168 — DE 6 DE JUNHO DE 1957

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, os créditos especiais de Cr\$ 1.500.000,00 e de Cr\$ 1.500.000,00, para atender ao pagamento dos auxílios concedidos à Policlínica Geral do Rio de Janeiro pela Lei n.º 2.119, de 27 de novembro de 1953, e ao Hospital do Pronto Socorro da cidade de João Pessoa, no Estado da Paraíba.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil cruzeiros), para atender ao pagamento do auxílio anual, concedido pela Lei n.º 2.119, de 27 de novembro de 1953, no exercício de 1954, à Policlínica Geral do Rio de Janeiro.

Parágrafo único. O auxílio, de que trata este artigo, deverá ser entregue com observância dos compromissos instituídos no art. 2.º daquela lei.

Art. 2.º E' também autorizado o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde o crédito especial de Cr\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil cruzeiros), como auxílio ao Hospital do Pronto Socorro da cidade de João Pessoa no Estado da Paraíba.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 6 de junho de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

Maurício de Medeiros

José Maria Alkmim

LEI Nº 3.169 — DE 6 DE JUNHO DE 1957

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 88.000,00, destinado à aquisição de passagens para a viúva e a filha de Eurico Martignoni.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 88.000,00 (oitenta e oito mil cruzeiros), a fim de possibilitar o regresso ao país de origem da viúva e da filha de Eurico Martignoni, que faleceu no cargo de professor da Escola Técnica Nacional.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 6 de junho de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE
Clovis Salgado

José Maria Alkmim

LEI Nº 3.170 — DE 6 DE JUNHO DE 1957

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00 para auxiliar os festejos comemorativos do I Centenário da cidade de Franca no Estado de São Paulo.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), a fim de auxiliar os festejos comemorativos do I Centenário da cidade de Franca, no Estado de São Paulo, iniciados a 24 de abril de 1956.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Rio de Janeiro, em 6 de junho de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE
José Maria Alkmim

LEI Nº 3.171 — DE 6 DE JUNHO DE 1957

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 1.200.000,00, para auxiliar o desenvolvimento das obras educativas e assistenciais da Província Franciscana de Santo Antônio, sediada no Estado de Pernambuco, ao ensejo do transcurso de seu terceiro centenário e da realização do certame histórico-cultural.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil cruzeiros), para auxiliar o desenvolvimento das obras educativas e assistenciais da Província Franciscana de Santo Antônio, sediada no Estado de Pernambuco, ao ensejo do transcurso de seu terceiro centenário e da realização do certame histórico-cultural programado para o ano de 1957.

Art. 2.º A entidade beneficiária deverá publicar os Anais do referido certame e prestará contas do auxílio de que trata esta lei, até 31 de dezembro de 1958.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 6 de junho de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE
Clovis Salgado
José Maria Alkmim

LEI N.º 3.172 — DE 6 DE JUNHO DE 1957

Concede a pensão especial de Cr\$ 1.300,00 mensais a Maria das Dóres França, viúva do cabo fuzileiro naval José Luiz de França.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º — É concedida a pensão especial de Cr\$ 1.300,00 (mil trezentos cruzeiros) mensais a Maria das Dóres França, viúva do cabo fuzileiro naval José Luiz de França.

Parágrafo único — A despesa com o pagamento da pensão correrá à conta da verba do Ministério da Fazenda, destinada aos pensionistas da União.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 6 de junho de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK

José Maria Alkmim

LEI N.º 3.173 — DE 6 DE JUNHO DE 1957

Cria uma zona franca na cidade de Manaus, capital do Estado do Amazonas, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º — É criada em Manaus, capital do Estado do Amazonas, uma zona franca para armazenamento ou depósito, guarda, conservação, beneficiamento e retirada de mercadorias, artigos e produtos de qualquer natureza, provenientes do estrangeiro e destinados ao consumo interno da Amazônia, como dos países interessados, limítrofes do Brasil ou que sejam banhados por águas tributárias do rio Amazonas.

Art. 2.º — O Governo Federal fará demarcar, nas imediações da cidade, à margem do rio Negro e em lugar que reúna condições de calado e acostagem satisfatórias, uma área de terras não inferior a duzentos hectares, onde ficará localizada a zona franca, com as instalações e serviços adequados ao seu funcionamento.

§ 1.º — As terras destinadas à zona franca criada nesta lei serão obtidas por doação do Governo do Estado do Amazonas ou mediante desapropriação para fins de utilidade pública, na forma da legislação em vigor.

§ 2.º — Será estudada a adaptabilidade da ilha de Marapatá, em frente a Manaus, como área complementar da zona franca, reservada a certos produtos que possam nela ser depositados, para fins de beneficiamento, sem possibilidade de deterioração que lhes diminuam o valor comercial.

Art. 3.º — Na zona franca que for demarcada, serão construídas instalações portuárias com armazéns terrestres e cais flutuante acostável, segundo o tipo exigido pela grande variação do nível das águas da região.

Art. 4.º — Nas dependências internas da zona franca de Manaus, constituídas pelos terrenos agregados às suas instalações portuárias, será facultado aos particulares que o desejarem arrendar terrenos para o fim de construir depósitos de mercadorias ou montar indústrias de beneficiamento de matérias primas provenientes das repúblicas limítrofes à Amazônia ou daquelas que sejam banhadas por cursos fluviais tributários do rio Amazonas, bem como os correspondentes serviços de escritório.

Art. 5.º — As mercadorias de procedência estrangeira, quando desembarcadas diretamente na área da zona franca de Manaus, e enquanto permanecerem dentro da mesma, não estarão sujeitas ao pagamento de direitos alfandegários ou quaisquer outros impostos federais, estaduais ou municipais que venham gravá-las, sendo

facultado o seu beneficiamento e depósito na própria zona de sua conservação.

Art. 6.º — Todos os artigos ou produtos entrados na zona franca poderão ser acondicionados nos armazéns de propriedade da administração do porto ou de particulares, dentro da zona franca, pagando as respectivas taxas de armazenagem.

Art. 7.º — Será incluída na área da zona franca uma faixa de água de duzentos metros de largura, contada sobre a superfície do rio, na parte adjacente ao litoral do mesmo porto e na qual poderão estacionar sujeitas aos ao mesmo regime da zona franca embarcações e alvarengas convertidas em depósitos provisórios de mercadorias estrangeiras em trânsito rápido ou jangadas de toros de madeira estrangeira a serem beneficiadas dentro da área do porto.

Art. 8.º — As mercadorias estocadas ou beneficiadas na área da zona franca poderão ser incorporadas à circulação nacional, mediante despacho regular e pagamento dos direitos alfandegários correspondentes e mal. impostos em que incidam por esse motivo.

Art. 9.º — A administração do porto da zona franca de Manaus poderá ser confiada à companhia concessionária do porto de Manaus mediante as condições que a União estabelecer ou ter administração autônoma do próprio Governo Federal.

Art. 10 — O Poder Executivo, dentro em 60 (sessenta) dias, após a publicação desta lei, regulamentará as normas de operação e fiscalização da zona franca de Manaus e estabelecerá a tabela das taxas devidas por sua utilização.

Art. 11 — Enquanto as obras da construção da zona franca não estiverem concluídas, a União entrará em acôrdo com a companhia concessionária do porto de Manaus para que o regime do porto da zona franca entre imediatamente em vigor utilizando alguns dos armazéns da mesma companhia.

Art. 12 — A zona franca de Manaus é considerada empreendimento coordenado com o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, cor-

rendo as despesas de sua instalação, conservação e funcionamento à conta da verba a que se refere o artigo 199 da Constituição, ficando autorizado desde já o Governo Federal a fazer as operações de crédito necessárias até o limite de Cr\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzeiros) para custeio das despesas com os serviços e encargos que forem projetados e orçamentos para a referida zona franca.

Art. 13 — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 14 — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 6 de Junho de 1957;
136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

Nereu Ramos

José Maria Alkmim

LEI N.º 3.174 — DE 11 DE JUNHO DE 1957

Concede a pensão especial de Cr\$ 3.000,00 mensais a Carminha Paes de Abreu, viúva do jornalista Raimundo Vilela de Abreu.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É concedida a pensão especial de Cr\$ 3.000,00 (três mil cruzeiros) mensais a Carminha Paes de Abreu, viúva do jornalista Raimundo Vilela de Abreu.

Art. 2.º O pagamento da pensão de que trata o art. 1.º desta lei correrá à conta da dotação orçamentária do Ministério da Fazenda, destinada aos pensionistas da União.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 11 de junho de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República

JUSCELINO KUBITSCHKE

José Maria Alkmim

LEI N.º 3.175 — DE 11 DE
JUNHO DE 1957

Autoriza o Poder Executivo a emitir pelo Ministério da Viação e Obras Públicas — Departamento dos Correios e Telégrafos — uma série de selos postais comemorativos do transcurso do centenário da fundação da cidade de Brusque, Estado de Santa Catarina.

O Presidente da República. — Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a emitir pelo Ministério da Viação e Obras Públicas — Departamento dos Correios e Telégrafos — uma série de selos postais comemorativos do transcurso do centenário da fundação da cidade de Brusque, Estado de Santa Catarina.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 11 de junho de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

Lucio Meira

LEI N.º 3.176 — DE 11 DE JUNHO
DE 1957

Autoriza a abertura, pelo Ministério da Fazenda, do crédito especial de Cr\$ 655.882,40, destinado ao pagamento de custas devidas pela União nos executivos fiscais propostos na 2.ª Vara da Fazenda Pública, contra a Stahlunion Ltda., para cobrança de imposto de renda em atraso.

O Presidente da República. — Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º — É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$. 655.882,40 (seiscentos e cinquenta e cinco mil, oitocentos e oitenta e dois cruzeiros e quarenta centavos), destinado ao pagamento de custas devidas pela União nos executivos fis-

cais propostos contra a Stahlunion Limitada, na 2.ª Vara de Fazenda Pública, para cobrança de imposto de renda em atraso.

Art. 2.º — A importância do crédito de que trata o artigo anterior, após o registro do Tribunal de Contas e sua distribuição ao Tesouro Nacional, será depositada no Banco do Brasil à disposição do Juízo da 2.ª Vara da Fazenda Pública que determinará o pagamento a quem de direito.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 11 de junho de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

José Maria Alkmim

LEI N.º 3.177 DE 11 DE JUNHO
DE 1957

Estende as regalias conferidas pelo Decreto-lei n.º 6.936, de 6 de outubro de 1944.

O Presidente da República. — Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º — As regalias conferidas pelo Decreto-lei n.º 6.936, de 6 de outubro de 1944, são extensivas aos diplomados pela Escola de que trata aquele diploma legal, a partir do ano escolar de 1943, desde que comprovem a conclusão do curso ginasial.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 11 de junho de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

Clovis Salgado

LEI N.º 3.178 — DE 11 DE JUNHO
DE 1957

Doa área de terreno à Prefeitura Municipal de Recife, no Estado de Pernambuco, para execução do Plano da Cidade.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica doada à Prefeitura Municipal de Recife, Capital do Estado de Pernambuco, para os fins de execução do Plano da Cidade, uma área de terreno de setenta e cinco metros de extensão por quinze metros de largura de terreno que faz parte do patrimônio da União, onde se encontra o prédio n.º 884, sito à Avenida Beira-Mar (Boa Viagem), localizado entre os prédios ns. 5.262 e 5.388 da mencionada via pública a fim de ser prolongada a Rua Verdes Mares, que estabelecerá ligação entre as Avenidas Canal de Setubal e Beira-Mar de acôrdo com a planta organizada em 1947, devendo a respectiva escritura de doação ser assinada por quem de direito, entre a doadora e a donatária.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 11 de junho de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHER.

José Maria Alkmim.

LEI N.º 3.179 — DE 11 DE JUNHO
DE 1957

Autoriza o Poder Executivo a promover a incorporação da Estrada de Ferro Maricá e da Estrada de Ferro Teresópolis à Estrada de Ferro Leopoldina.

O Presidente da República faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a promover, pelos meios regulares, a incorporação da Estrada de Ferro Maricá e da Estrada de Ferro Teresópolis à Estrada de Ferro Leopoldina.

Parágrafo único — O Ministério da Viação e Obras Públicas, por in-

termédio do Departamento Nacional de Estradas de Ferro, providenciará para a imediata organização do inventário dos bens que integram o patrimônio das duas Estradas, devendo ser concluído até a data de suas transferências à Estrada de Ferro Leopoldina.

Art. 2.º O Ministério da Viação e Obras Públicas providenciará sobre a adaptação do pessoal constante das tabelas numéricas de mensalistas e diaristas das Estradas de Ferro Maricá e Teresópolis, que passarão a integrar as respectivas tabelas da Estrada de Ferro Leopoldina, ressalvados os direitos e vantagens relativamente à antiguidade de referência dos funcionários das estradas incorporadas.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 11 de junho de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHER.

Lucio Meira.

LEI N.º 3.180 — DE 11 DE JUNHO
DE 1957

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, os créditos especiais de Cr\$ 5.000.000,00 e Cr\$ 10.000.000,00, para contribuição da União às comemorações do I cent-nário da fundação do Município de Caruaru, no Estado de Pernambuco, e do I centenário da Cidade de Petrópolis, no Estado do Rio de Janeiro.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros) para contribuição da União às comemorações do I centenário da fundação do Município de Caruaru, no Estado de Pernambuco.

Art. 2.º. Fica o Poder Executivo igualmente autorizado a abrir, pelo

Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros) para contribuição da União às comemorações do I centenário da Cidade de Petrópolis, no Estado do Rio de Janeiro.

Art. 3.º. Do crédito a que se refere o art. 1.º deverá ser, obrigatoriamente, aplicada a importância correspondente a 75% (setenta e cinco por cento) na construção da Casa do Trabalhador, na qual será prestada assistência social e educacional aos trabalhadores locais.

Art. 4.º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 11 de junho de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE.

Clovis Salgado.

José Maria Alkmim.

LEI N.º 3.181 — DE 11 DE JUNHO
DE 1957

Estende aos governadores ou interventores de Estados e Territórios, ao prefeito do Distrito Federal, seus respectivos secretários, aos prefeitos municipais, vereadores e chefes de Polícia o direito à prisão especial previsto no Código de Processo Penal.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O inciso II do art. 295 do Código de Processo Penal passa a ter a seguinte redação:

“Art. 295
.....”

II — Os governadores ou interventores de Estados e Territórios, o Prefeito do Distrito Federal, seus respectivos secretários, os prefeitos municipais, os vereadores e chefes de Polícia”.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 11 de junho de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

Nereu Ramos

LEI N.º 3.182 — DE 24 DE JUNHO
DE 1957

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00, para auxiliar o Município de Macapá nas comemorações do 1.º centenário da cidade de Macapá, capital do Território Federal do Amapá.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a auxiliar o Município de Macapá nas comemorações do I centenário da cidade de Macapá, capital do Território Federal do Amapá, realizado em 1.º de dezembro de 1956.

Art. 2.º Para execução do disposto no artigo anterior, é o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros).

Art. 3.º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 24 de junho de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

Clovis Salgado

José Maria Alkmim

LEI N.º 3.183 — DE 24 DE JUNHO
DE 1957

Concede a pensão especial de Cr\$ 4.616,00 mensais a Eurico dos Santos Jacome, filho inválido do Alferes, Eloy Martins dos Santos Jacome, herói da guerra do Paraguai.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' concedida a pensão especial de Cr\$ 4.616,00 (quatro mil seiscentos e dezesseis cruzeiros) mensais a Eurico dos Santos Jacome, filho inválido do Alferes Eloy Martins dos Santos Jacome, herói da guerra do Paraguai.

Art. 2.º O pagamento da pensão de que trata o art. 1.º correrá à conta da verba orçamentária do Ministério da Fazenda, destinada aos pensionistas da União.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 24 de junho de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK

José Maria Alkmim

LEI N.º 3.184 — DE 24 DE JUNHO
DE 1957

Concede dotação federal para a comemoração do 250.º aniversário da fundação de Ouro Preto, e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º A União contribuirá, para a comemoração do 250.º aniversário da criação da municipalidade de Ouro Preto, a transcorrer no dia 8 de julho de 1961, com o empreendimento de um plano especial de obras em proveito da cidade erigida em Monumento Nacional pelo Decreto número 22.928, de 12 de julho de 1933.

Art. 2.º O plano mencionado no art. 1.º atenderá à conservação, reparação e restauração do acervo artístico, histórico e paisagístico de Ouro Preto, tendo em vista o papel que compete à cidade como centro de civismo, de cultura e de atração turística.

Art. 3.º Para atender às despesas com a execução dos serviços determinados nesta lei, fica o Poder Executivo autorizado a abrir, no exercício financeiro de 1957, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 6.000.000,00 (seis milhões de cruzeiros), incluindo-se nos exercícios subsequentes de 1958, 1959, 1960 e 1961 dotações de importância idêntica para o mesmo

objetivo, no orçamento do referido Ministério.

Art. 4.º A Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional incumbirá elaborar o plano de serviços de que trata esta lei, que deverá ser submetido à aprovação do Ministro da Educação e Cultura, com audiência prévia do Conselho Consultivo daquela Diretoria.

Art. 5.º As importâncias correspondentes ao crédito especial e aos orçamentários a que se refere o artigo 3.º, depois de registradas pelo Tribunal de Contas, serão automaticamente distribuídas ao Tesouro Nacional e depositadas no Banco do Brasil em conta especial à disposição da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Parágrafo único. A comprovação das despesas realizadas à conta dos referidos créditos será feita ao Tribunal de Contas pela Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, dentro de três meses a partir do encerramento de cada exercício financeiro.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 24 de junho de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK

Clovis Salgado

José Maria Alkmim

LEI N.º 3.185 — DE 24 DE JUNHO DE
1957

Revoga o art. 15 e seus parágrafos da Lei nº 2.237, de 19 de junho de 1954, que dispõe sobre financiamentos destinados à colonização nacional, e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É revogado o art. 15 e seus parágrafos da Lei nº 2.237, de 19 de junho de 1954.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 24 de junho de 1957; 136º da Independência e 69º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

José Maria Alkmim.

LEI Nº 3.186 — DE 24 DE JUNHO DE 1957

Revoga o Decreto-lei nº 8.951, de 28 de janeiro de 1946 (dispõe sobre o depósito judicial e dá outras providências) e revigora o art. 945 do Código de Processo Civil.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º E' revogado o Decreto-lei nº 8.951, de 28 de janeiro de 1946 (dispõe sobre o depósito judicial e dá outras providências).

Art. 2º É revigorado o art. 945 do Código de Processo Civil.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 24 de junho de 1957; 136º da Independência e 69º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

Nereu Ramos.

LEI Nº 3.187 — DE 28 DE JUNHO DE 1957

Prorroga, até 31 de julho de 1957, a vigência do regime de licença a que está subordinado o intercâmbio comercial com o exterior.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica prorrogada, até 31 de julho de 1957, a vigência do regime de licença a que está subordinado o intercâmbio comercial com o exterior, nos termos da Lei nº 2.145, de 29 de dezembro de 1953, prorrogada na forma das Leis ns. 2.410, de 29 de janeiro de 1955, 2.807, de 28 de junho de 1956, e 3.053, de 22 de dezembro de 1956.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, inclusive quanto à sua obrigatoriedade nos Estados estrangeiros, ficando revogado, para esse único efeito, o disposto no § 1º, do art. 1º, do Decreto-lei número 4.657, de 4 de setembro de 1942.

Rio de Janeiro, 28 de junho de 1957; 136º da Independência e 69º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

José Maria Alkmim

José Carlos de Macedo Soares

APENSO

No «Apenso» dos volumes da Coleção das Leis figurarão :

I — Os diplomas legais que, expedidos em trimestres anteriores, forem publicados durante o trimestre ao qual corresponder o volume.

II — As retificações e reproduções publicadas no trimestre, quando referentes a diplomas legais expedidos em trimestres anteriores.

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

DECRETO LEGISLATIVO

Nº 35, de 1956

Aprova as Convenções concluídas em Genebra, sob os auspícios do Comité Internacional da Cruz Vermelha.

Art. 1º São aprovados os seguintes atos internacionais assinados pelo Brasil, em Genebra, a 12 de agosto de 1949, sob os auspícios do Comité Internacional da Cruz Vermelha: Convenção para melhoria da sorte dos feridos e enfermos dos exércitos em campanha; Convenção para a melhoria da sorte dos feridos, enfermos e náufragos das forças armadas no mar; Convenção relativa ao tratamento dos prisioneiros de guerra e Convenção relativa à proteção dos civis em tempo de guerra.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 12 de setembro de 1956.

João Goulart

Presidente do Senado Federal

1ª CONVENÇÃO DE GENEBRA

1ª Convenção de Genebra para a melhoria da sorte dos feridos e enfermos dos exércitos em campanha de 12-8-1949.

(Conferência diplomática de Genebra) de 21-4-1949 a 12-8-1949.

Os abaixo assinados, Plenipotenciários dos Governos representados na Conferência diplomática, reunida em Genebra de 21 de abril a 12 de agosto de 1949, a fim de rever a Convenção

de Genebra para a melhoria da sorte dos feridos e dos enfermos dos exércitos em campanha, de 27 de julho de 1929, convieram no seguinte:

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Artigo 1.º

As Altas Partes Contratantes comprometem-se a respeitar e fazer respeitar, em todas as circunstâncias, a presente Convenção.

Artigo 2.º

Agora as disposições que devem vigorar em tempo de paz, a presente Convenção se aplicará em caso de guerra declarada ou de qualquer outro conflito armado que surja entre duas ou várias das Altas Partes Contratantes, mesmo que o estado de guerra não seja reconhecido por uma delas.

A Convenção se aplicará, igualmente, em todos os casos de ocupação da totalidade ou de parte do território de uma Alta Parte Contratante, mesmo que essa ocupação não encontre resistência militar.

Se uma das Potências em luta não for parte na presente Convenção, as Potências que nela são partes permanecerão, não obstante, obrigadas por ela em suas relações recíprocas. Elas ficarão, outrossim, obrigadas pela Convenção com relação à Potência em aprêço, desde que esta aceite e aplique as disposições.

Artigo 3.º

No caso de conflito armado sem caráter internacional e que surja no território de uma das Altas Partes Contratantes, cada uma das Partes em luta será obrigada a aplicar, pelo menos, as seguintes disposições:

1) As pessoas que não participem diretamente das hostilidades, inclusive os membros de forças armadas que tiverem deposto as armas e as pessoas que tiverem ficado fora de combate por enfermidade, ferimento, detenção, ou por qualquer outra causa, serão, em qualquer circunstância, tratadas com humanidade, sem distinção alguma de caráter desfavorável baseada em raça, cor, religião ou crença, sexo, nascimento ou fortuna, ou qualquer outro critério análogo.

Para esse fim estão e ficam proibidos, em qualquer momento em lugar, com respeito às pessoas mencionadas acima:

a) os atentados à vida e à integridade corporal, notadamente o homicídio sob qualquer de suas formas, as mutilações, os tratamentos cruéis, as torturas e suplicios;

b) a detenção de reféns;

c) os atentados à dignidade das pessoas, especialmente os tratamentos humilhantes e degradantes;

d) as condenações pronunciadas e as execuções efetuadas sem julgamento prévio proferido por tribunal regularmente constituído, que conceda garantias judiciárias reconhecidas como indispensáveis pelos povos civilizados.

2) Os feridos e enfermos serão recolhidos e tratados.

Um organismo humanitário imparcial, tal como o Comité Internacional da Cruz Vermelha, poderá oferecer os seus serviços às Partes em luta.

As Partes em luta esforçar-se-ão, por outro lado, para pôr em vigor, por meio de acordos especiais, o todo ou partes das demais disposições da presente Convenção.

A aplicação das disposições precedentes não terá efeito sobre o estado jurídico das Partes em luta.

Artigo 4.º

As Potências neutras aplicarão, por analogia, as disposições da presente Convenção aos feridos e enfermos, assim como aos membros do pessoal

sanitário e religioso, pertencentes às forças armadas das Partes em luta, que forem recebidos ou internados em seu território, bem como aos mortos que forem recolhidos.

Artigo 5.º

Para as pessoas protegidas que hajam caído em poder da Parte adversária a presente Convenção se aplicará até o momento do seu repatriamento definitivo.

Artigo 6.º

Afora os acordos expressamente previstos pelos arts. 10, 15, 23, 28, 31, 36, 37 e 52, as Altas Partes Contratantes poderão consertar outros acordos especiais sobre qualquer questão que lhes pareça particularmente oportuno regulamentar. Nenhum acôrdo especial poderá prejudicar a situação dos feridos e enfermos, nem a dos membros do pessoal sanitário e religioso, tal como está regulada pela presente Convenção, nem restringir os direitos que esta lhes concede.

Os feridos e enfermos, assim como os membros do pessoal sanitário e religioso, gozarão dos benefícios destes acôrds enquanto a Convenção lhes fór aplicável, salvo estipulações em contrário, expressamente contidas nos referidos acordos ou nos acordos ulteriores, ou igualmente salvo medidas mais favoráveis tomadas a seu respeito por uma ou outra das Partes em luta.

Artigo 7.º

Os feridos e enfermos, assim como os membros do pessoal sanitário e religioso, não poderão, em caso algum, renunciar, parcial ou totalmente, aos direitos que lhes garantem a presente Convenção e, dado o caso, os acordos citados no artigo anterior.

Artigo 8.º

A presente Convenção será aplicada com o concurso e sob o controle das Potências protetoras encarregadas de salvaguardar os interesses das Partes em luta. Para esse fim, as Potências protetoras poderão, além do seu pessoal diplomático ou consular, designar delegados entre seus próprios nacionais ou entre nacionais de outras Potências neutras. Esses delegados deverão ser submetidos

à aprovação da Potência junto à qual exercerão sua missão.

As Partes em luta facilitarão, na mais larga medida possível, a tarefa dos representantes ou delegados das Potências protetoras.

Os representantes ou delegados das Potências Protetoras não deverão, em caso algum, ultrapassar os limites de sua missão tal como se acha estabelecida na presente Convenção; deverão especialmente levar em conta as necessidades imperiosas de segurança do Estado junto ao qual exercerem suas funções. Somente exigências militares imperiosas podem autorizar, a título excepcional e temporário, uma restrição de sua atividade.

Artigo 9.º

As disposições da presente Convenção não constituem obstáculo às atividades humanitárias que o Comité Internacional da Cruz Vermelha, assim como qualquer outro organismo humanitário imparcial, possam empreender visando à proteção dos feridos e enfermos, bem como dos membros do pessoal sanitário e religioso e para os socorros que lhes devem ser prestados, mediante o consentimento das Partes em luta interessadas.

Artigo 10

As Altas Partes Contratantes poderão, a qualquer momento, entrar em acôrdo para confiar a um organismo que ofereça tôdas as garantias de imparcialidade e eficácia, às tarefas atribuídas às Potências protetoras pela presente Convenção.

Se feridos e enfermos ou capelães e membros do pessoal sanitário não se beneficiam ou não mais se beneficiam, por qualquer razão, da atividade de uma Potência protetora ou de um organismo constituído de acôrdo com a alínea primeira, a Potência detentora deverá solicitar, seja a um Estado neutro, seja a tal organismo, que assumam as funções conferidas pela presente Convenção às Potências protetoras designadas pelas Partes em luta.

Se não puder ser assegurada proteção, a Potência detentora deverá solicitar de um organismo humanitário, como o Comité Internacional da Cruz Vermelha, que assumam as tarefas humanitárias atribuídas pela presente Convenção às Potências protetoras, ou deverá aceitar, sob reserva das disposições do presente artigo,

os oferecimentos de serviço que emanem de organismo análogo.

Qualquer Potência neutra ou qualquer organismo convidado pela Potência interessada ou que se ofereça para os fins acima mencionados, deverá em suas atividades manter-se consciente de sua responsabilidade perante a Parte em luta da qual dependam as pessoas protegidas pela presente Convenção, e deverá dar garantias suficientes de capacidade para assumir as funções em aprêo e exercê-las com imparcialidade.

Nenhuma derrogação das disposições anteriores deverá ser feita mediante acôrdo particular entre Potências, uma das quais se ache, mesmo temporariamente, limitada em sua liberdade de negociar com outra Potência ou seus aliados, em virtude de acontecimentos militares, notadamente em caso de ocupação do todo ou de uma parte importante de seu território.

Sempre que na presente Convenção se fizer menção da Potência protetora, a referida menção designará igualmente os organismos que a substituem conforme o sentido do presente artigo.

Artigo 11

Sempre que for julgado útil, para o interesse das pessoas protegidas, especialmente quando houver desacôrdo entre as Partes em luta sobre a aplicação ou interpretação das disposições da presente Convenção, as Potências protetoras prestarão seus bons officios para o ajuste da controvérsia.

Para êsse fim, cada uma das Potências protetoras poderá, espontaneamente ou a convite de uma das Partes, propor às Partes em luta uma reunião de seus representantes e, em particular, das autoridades encarregadas da sorte dos feridos e enfermos assim como dos membros do pessoal sanitário e religioso, possivelmente em território neutro convenientemente escolhido. As Partes em luta deverão encaminhar as proposições que lhes forem feitas nesse sentido. As Potências protetoras poderão, se necessário, propor a aceitação das Partes em luta uma personalidade pertencente a uma Potência neutra ou uma personalidade delegada pelo Comité Internacional da Cruz Vermelha, que será convidada a participar dessa reunião.

CAPÍTULO II

Dos feridos e enfermos

Artigo 12

Os membros das forças armadas e as demais pessoas mencionadas no artigo seguinte, que forem feridos ou ficarem enfermos, deverão ser respeitados e protegidos em todas as circunstâncias.

Serão tratados e cuidados com humanidade pela Parte em luta que os tiver em seu poder, sem qualquer distinção de caráter desfavorável baseada em sexo, raça, nacionalidade, religião, opiniões políticas ou qualquer outro critério análogo. É estritamente proibido qualquer atentado às suas vidas e às suas pessoas; em particular, não deverão ser assassinados, exterminados, nem submetidos a torturas ou a experiências biológicas; não deverão ser deixados premeditadamente sem assistência médica ou cuidados, nem expostos a riscos de contágio ou de infecção.

Somente razões de urgência médica autorizarão prioridade na ordem dos cuidados a serem prestados.

As mulheres serão tratadas com todas as atenções devidas ao seu sexo.

A Parte em luta que fôr obrigada a abandonar feridos ou enfermos ao seu adversário, deixará com eles conforme o permitam as exigências militares, parte de seu pessoal e de seu material sanitário para prestar-lhes assistência.

Artigo 13

A presente Convenção aplicar-se-á aos feridos e enfermos que se incluam nas seguintes categorias:

1) os membros das forças armadas de uma Parte em luta, da mesma forma que os membros das milícias e corpos de voluntários que façam parte dessas forças armadas;

2) os membros de outras milícias e de outros corpos de voluntários, inclusive os de movimentos de resistência organizados, pertencentes a uma das Partes em luta e que atuam fora ou no interior de seu próprio território, mesmo que esse território se ache ocupado, contanto que essas milícias ou corpos de voluntários, inclusive os movimentos de resistência organizados, preencham as seguintes condições:

a) ter no comando uma pessoa responsável pelos seus subordinados;

b) ter um emblema distintivo fixo e reconhecível a distância;

c) portar armas ostensivamente;

d) conformar-se em suas operações às leis e costumes de guerra;

3) os membros das forças armadas regulares que prestem obediência ao governo ou autoridade não reconhecidos pela Potência detentora;

4) as pessoas que acompanham as forças armadas sem fazer parte diretamente das mesmas, tais como membros civis das tripulações de aviões militares, correspondentes de guerra, fornecedores, membros de unidades de trabalho ou de serviços encarregados do bem-estar dos militares, desde que tenham recebido autorização das forças armadas que acompanham;

5) os membros de tripulações, inclusive comandantes, pilotos e grumetes da marinha mercante e as tripulações da aviação civil das Partes em luta, que não gozem de tratamento mais favorável em virtude de outras disposições do Direito Internacional;

6) a população de um território não ocupado que, ao aproximar-se o inimigo, pegue em armas espontaneamente para combater as tropas invasoras sem ter tido tempo de constituir-se em forças armadas regulares, desde que portem armas ostensivamente e respeitem as leis e costumes de guerra.

Artigo 14

Observadas as disposições do artigo anterior, os feridos e enfermos de um beligerante que caiam em poder do adversário, serão prisioneiros de guerra, sendo-lhes aplicáveis as regras do Direito das Gentes relativas aos prisioneiros de guerra.

Artigo 15

Em qualquer momento, especialmente depois de um reencontro, as Partes em luta adotarão sem demora todas as medidas possíveis para procurar e recolher os feridos e doentes, protegê-los contra o saque e os maus tratos e proporcionar-lhes os cuidados necessários, assim como procurar os mortos e impedir que sejam despojados.

Sempre que o permitirem as circunstâncias, serão concertados um armistício, uma trégua ou entendimentos locais a fim de permitir que sejam recolhidos, trocados e transportados os feridos abandonados no campo de batalha.

Igualmente poderão ser concluídos acordos locais entre as Partes em luta para a evacuação ou a troca de feridos e enfermos de uma zona sitiada ou cercada e para a passagem de pessoal sanitário e religioso e de material sanitário destinado a essa zona.

Artigo 16

As Partes em luta deverão registrar, no mais curto prazo possível, todos os elementos úteis à identificação dos feridos, enfermos e mortos da parte adversária caídos em seu poder. Essas informações deverão, se possível, incluir o seguinte:

- a) indicação da Potência de que dependem;
- b) designação ou número de matrícula;
- c) nome de família;
- d) prenome ou prenomes;
- e) data do nascimento;
- f) qualquer outra informação que figure na ficha ou placa de identidade;
- g) data e lugar da captura ou do falecimento;
- h) informações relativas aos ferimentos, à doença ou à *causa mortis*.

As informações acima mencionadas deverão ser comunicadas, no menor prazo possível, ao escritório de informações a que se refere o art. 122 da Convenção de Genebra, de 12 de agosto de 1949, relativa ao tratamento dos prisioneiros de guerra e que os transmitirá às Potências de que dependam essas pessoas, por intermédio da Potência protetora e da Agência central dos prisioneiros de guerra.

As Partes em luta assentarão e se comunicarão, pela via indicada no parágrafo anterior os atestados de óbitos ou as listas de falecimentos devidamente autenticadas. Recolherão e se transmitirão igualmente, por intermédio do referido escritório, a metade de uma placa dupla de identidade, os testamentos ou outros documentos de importância para as famílias dos mortos, dinheiro e, em geral, todos os objetos que possuam valor intrínseco ou afetivo, encontrados nos mortos. Tais objetos, assim como os objetos não identificados, serão remetidos em volumes lacrados acompanhados de uma declaração que forneça todas as indicações necessárias à identificação do possuidor falecido, assim como de um inventário completo do volume.

Artigo 17

As Partes em luta envidarão esforços para que a inumação ou incineração dos mortos, feita individualmente na medida em que as circunstâncias o permitirem, seja precedida de um exame atento, e se possível, médico dos corpos, a fim de constatar-se a morte, estabelecer-se a identidade e poder-se relatar o ocorrido. A metade da placa dupla de identidade, ou a própria placa, se for simples, ficará com o cadáver.

Os corpos poderão ser incinerados em razão de imperiosas medidas de higiene ou por preceitos estabelecidos pela religião do falecido. Em caso de incineração, será feita menção circunstanciada do fato, com indicação de motivos, no atestado de óbito ou na lista autenticada de falecimentos.

As Partes em luta envidarão também esforços para que os mortos sejam sepultados decentemente, se possível segundo o rito da religião a que pertençam, que seus túmulos sejam respeitados e agrupados se possível pela nacionalidade dos falecidos, conservados com o necessário cuidado e marcados de maneira a serem achados a qualquer momento. Para esse fim, e ao se iniciarem as hostilidades, as Partes em luta organizarão oficialmente um serviço funerário, a fim de permitir as exumações eventuais, assegurar a identificação dos cadáveres, seja qual for a localização das sepulturas, e o seu retorno ao país de origem. Estas disposições se aplicam igualmente às cinzas que serão conservadas pelo serviço funerário até que o país de origem faça saber quais as resoluções que deseja tomar a esse respeito.

Logo que as circunstâncias o permitirem, e no máximo ao fim das hostilidades, esses serviços trocarão, por intermédio do escritório de informações mencionado na segunda alínea do art. 16, as listas indicadoras do local exato e da designação das sepulturas, e que contenham informações relativas aos mortos aí enterrados.

Artigo 18

A autoridade militar poderá apelar para o espírito de caridade dos habitantes para que recolham e cuidem com benevolência, sob seu controle, dos feridos e dos enfermos, prestando às pessoas que tenham correspondido

a êsse apêlo a proteção e as facilidades necessárias. No caso em que a Parte contrária venha a tomar ou a retomar o contrôlo da região, ela concederá as mesmas proteções e facilidades a essas pessoas.

A autoridade militar deve autorizar os habitantes e as sociedades de socorros, mesmo nas regiões invadidas ou ocupadas, recolherem e tratarem espontaneamente os feridos e os enfermos, qualquer que seja a nacionalidade a que pertençam. A população civil deve respeitar êsses feridos e enfermos, especialmente abstando-se de exercer contra os mesmos qualquer ato de violência. Ninguém deverá, jamais, ser molestado ou condenado por ter prestado assistência a feridos ou enfermos.

As disposições do presente artigo não dispensam a Potência ocupante das obrigações que lhe incumbem, no setor sanitário e moral, em relação aos feridos e enfermos.

CAPÍTULO III

Das Unidades e dos Estabelecimentos Sanitários

Artigo 19

Os estabelecimentos fixos e as unidades sanitárias móveis do Serviço de Saúde não poderão, em nenhuma circunstância, ser objeto de ataques, mas deverão ser respeitados e protegidos pelas Partes em luta. Se caírem nas mãos da Parte contrária, poderão continuar a funcionar enquanto a Potência captora não houver assegurado os cuidados necessários aos feridos e enfermos que se acharem nesses estabelecimentos e unidades.

As autoridades competentes envidarão esforços no sentido de que os estabelecimentos e as unidades sanitárias aqui mencionados sejam, na medida do possível, localizados de maneira que ataques eventuais contra objetivos militares não constituam perigo para êles.

Artigo 20

Os navios-hospitais que têm direito à proteção da Convenção de Genebra de 12 de agosto de 1949, para a melhoria da sorte dos feridos, enfermos e náufragos das forças armadas no mar, não deverão ser atacados de terra.

Artigo 21

A proteção devida aos estabelecimentos fixos e às unidades sanitárias móveis do Serviço de Saúde só deverá cessar se forem usados para cometer atos nocivos ao inimigo incompatíveis com os seus deveres humanitários. Todavia, a proteção só cessará após intimação que estabeleça, em todos os casos apropriados, um prazo razoável e depois que tal intimação tiver sido desrespeitada.

Artigo 22

Não serão considerados como de natureza a privar uma unidade ou um estabelecimento sanitário da proteção assegurada pelo artigo 19:

1.º) o fato de o pessoal da unidade ou do estabelecimento estar armado e fazer uso de suas armas em defesa própria ou na dos feridos e enfermos;

2.º) o fato de, na falta de enfermeiros armados, estar a unidade ou estabelecimento guardado por um piquete, sentinelas ou uma escolta;

3.º) o fato de se acharem na unidade ou no estabelecimento armas portáteis e munições recolhidas nos feridos e enfermos, e que não tenham sido ainda entregues ao serviço competente;

4.º) o fato de se acharem na unidade ou estabelecimento, sem que façam parte integrante dos mesmos, pessoal e material do serviço veterinário;

5.º) o fato de se estender a civis feridos ou enfermos a atividade humanitária das unidades e estabelecimentos sanitários ou de seu pessoal.

Artigo 23

Em tempo de paz, as Altas Partes Contratantes e, depois do início das hostilidades, as Partes em luta, poderão criar em seu próprio território e, se necessário, nos territórios ocupados, zonas e localidades sanitárias, organizadas com o objetivo de pôr ao abrigo dos efeitos da guerra os feridos e enfermos, assim como o pessoal encarregado da organização e administração das referidas zonas e localidades e da assistência às pessoas nelas concentradas.

Desde o início de um conflito e durante o mesmo as Partes interessadas poderão concluir entre si acordos para o reconhecimento das zonas e

localidades sanitárias que tenham criado. Poderão, com esse objetivo, pôr em vigor as disposições previstas no projeto de acordo, anexo à presente Convenção, submetendo-as eventualmente a modificações que julgarem necessárias.

As Potências protetoras e o Comité Internacional da Cruz Vermelha são convidados a prestar seus bons officios para facilitar o estabelecimento e o reconhecimento das referidas zonas e localidades sanitárias.

CAPÍTULO IV

Do pessoal

Artigo 24

O pessoal sanitário exclusivamente destinado à procura, ao recolhimento, ao transporte ou ao tratamento de feridos e enfermos ou à prevenção de moléstias, o pessoal exclusivamente destinado à administração das unidades e estabelecimentos sanitários, assim como os capelães adidos às forças armadas, serão respeitados e protegidos em todas as circunstâncias.

Artigo 25

Os militares instruídos especialmente para serem, em caso de necessidade, empregados como enfermeiros ou padroleiros auxiliares, na procura, recolhimento, transporte ou assistência a feridos e enfermos, serão igualmente respeitados e protegidos se estiverem no desempenho destas funções no momento em que entram em contacto com o inimigo ou caírem em seu poder.

Artigo 26

São assimilados ao pessoal mencionado no artigo 24, o pessoal das Sociedades nacionais da Cruz Vermelha e o das demais sociedades de socorros voluntários, devidamente reconhecidas e autorizadas por seus governos, que seja empregado nas mesmas funções que as do pessoal citado naquele artigo, contanto que o pessoal de tais sociedades seja submetido às leis e regulamentos militares.

Cada Alta Parte Contratante notificará a outra, seja durante o tempo de paz, seja no início ou no curso das hostilidades, em todo caso antes de qualquer emprego efetivo, os nomes das sociedades que ela tenha autorizado a prestar, sob sua responsabi-

lidade, seu concurso ao serviço sanitário oficial de seus exércitos.

Artigo 27

Uma sociedade reconhecida de um país neutro só poderá prestar o concurso de seu pessoal e de suas unidades sanitárias a uma das Partes em luta com o consentimento prévio de seu próprio governo e a autorização da Parte em luta interessada. Este pessoal e estas unidades ficarão sob controle desta Parte em luta.

O Governo neutro notificará este consentimento à Parte adversária do Estado que aceitar tal concurso. A Parte em luta que tenha aceito este concurso tem obrigação, antes de qualquer emprego, de fazer a necessária notificação à Parte adversária.

Em nenhuma circunstância poderá este concurso ser considerado como ingerência no conflito.

Os membros do pessoal a que se refere a primeira alínea devem estar providos dos documentos de identidade prescritos no artigo 40, antes de deixarem o país neutro a que pertençam.

Artigo 28

O pessoal mencionado nos artigos 24 e 26 não será retido, se cair em poder da Parte adversária, senão na medida em que o estado sanitário, as necessidades espirituais e o número de prisioneiros de guerra o exigirem.

Os membros do pessoal assim retidos não serão considerados prisioneiros de guerra. Todavia, eles se beneficiarão pelo menos de todas as disposições da Convenção de Genebra de 12 de agosto de 1949 relativa ao tratamento dos prisioneiros de guerra. Enquadrados nas leis e regulamentos militares da Potência detentora e sob a autoridade de seu serviço competente, continuarão a exercer, de acordo com a sua consciência profissional, suas funções médicas ou espirituais em benefício dos prisioneiros de guerra, pertencentes de preferência às forças armadas a que eles próprios pertencem. Terão, além disso, no exercício de sua missão médica ou espiritual, as seguintes facilidades:

a) Serão autorizados a visitar periodicamente os prisioneiros de guerra que se encontrem em destacamentos de trabalho ou em hospitais situados fora do campo. Para este fim, a autoridade detentora porá à sua

disposição os necessários meios de transporte.

b) Em cada campo, o médico militar mais antigo no posto mais elevado será responsável, perante as autoridades militares do campo, por tudo que se relacione com as atividades do pessoal sanitário retido. Neste sentido, as Partes em luta entrarão em acordo desde o início das hostilidades a respeito da equivalência de patentes do seu pessoal sanitário, inclusive o pertencente às sociedades mencionadas no artigo 26. Para todas as questões relativas à sua missão, este médico, assim como os capelães, terão acesso direto junto às autoridades competentes do campo. Estas lhes darão todas as facilidades necessárias para a correspondência referente a essas questões.

c) Se bem que submetido à disciplina interna do campo em que se encontra, o pessoal retido não poderá ser forçado a nenhum trabalho alheio à sua missão médica ou religiosa.

No curso das hostilidades, as Partes em luta entrarão em acordo sobre a substituição eventual do pessoal retido, fixando as condições de tal substituição.

Nenhuma das disposições precedentes eximirá a Potência detentora das obrigações que lhe incumbem com relação aos prisioneiros de guerra nos domínios sanitário e espiritual.

Artigo 29

O pessoal mencionado no artigo 25, que tenha caído em poder do inimigo, será considerado prisioneiro de guerra, mas ficará empregado em missões sanitárias na medida das necessidades.

Artigo 30

Os membros do pessoal cuja retenção não for indispensável em virtude do disposto no artigo 28, serão devolvidos à Parte em luta a qual pertençam desde que haja um caminho aberto para sua volta e que as condições militares o permitam.

Enquanto esperam sua volta, não serão considerados prisioneiros de guerra. Todavia, eles se beneficiarão pelo menos de todas as disposições da Convenção de Genebra de 12 de agosto de 1949, relativa ao tratamen-

to de prisioneiros de guerra. Continuarão a desempenhar suas funções sob a direção da Parte adversária, ficando encarregados, de preferência, de serviços de assistência aos feridos e enfermos da Parte em luta a que pertençam.

Ao partirem, levarão consigo bens pessoais, valores e instrumentos de sua propriedade.

Artigo 31

A escolha do pessoal cujo retorno à Parte em luta está prevista no artigo 30, operar-se-á com exclusão de qualquer consideração de raça, religião ou de opinião política, de preferência segundo a ordem cronológica da captura e seu estado de saúde.

Desde o início das hostilidades, as Partes em luta poderão fixar, por acordos especiais, a porcentagem do pessoal a ser retido em função do número de prisioneiros, assim como a sua distribuição pelos campos.

Artigo 32

As pessoas mencionadas no artigo 27 que tenham caído em poder da Parte adversária, não poderão ser retidas.

Salvo acordo em contrário, serão autorizadas a voltar a seu país ou, não sendo isso possível, ao território da Parte em luta em cujo serviço se acham, logo que seja aberto um caminho para sua volta e que as exigências militares o permitirem.

Enquanto esperam seu regresso, continuarão a exercer suas funções sob a direção da Parte adversária; ficarão, de preferência, encarregados do cuidado de feridos e enfermos da Parte em luta a cujo serviço se acham.

Ao partirem, levarão consigo bens, objetos pessoais e valores, instrumentos, armas e, se possível, os meios de transporte que lhes pertençam.

As Partes em luta garantirão a este pessoal, enquanto estiver em seu poder, a mesma alimentação, o mesmo alojamento, as mesmas gratificações e o mesmo soldo que é concedido ao próprio pessoal de seu exército. A alimentação será, em todo caso, suficiente em quantidade, qualidade e variedade, para assegurar aos interessados um equilíbrio normal de saúde.

CAPÍTULO V

Dos edificios e do material

Artigo 33

O material dos corpos sanitários móveis das forças armadas que tenham caído em poder da Parte adversária, continuará a ser reservado para os feridos e enfermos.

Os edificios, o material e os depósitos dos estabelecimentos sanitários fixos das forças armadas, continuarão submetidos às leis de guerra, mas não poderão ser desviados de seu emprego enquanto dêles necessitarem os feridos e enfermos. Todavia, os comandantes aos exércitos em campanha poderão utilizá-los em caso de necessidade militar urgente, contanto que tenham tomado, antecipadamente, as medidas necessárias ao bem-estar dos feridos e enfermos que neles forem tratados.

Nem o material nem os depósitos a que se refere o presente artigo poderão ser destruídos intencionalmente.

Artigo 34

Os bens móveis e imóveis das sociedades de socorros que venham a gozar das vantagens da Convenção serão considerados propriedade privada.

O direito de requisição reconhecido aos beligerantes pelas leis e usos de guerra, só se exercerá em caso de necessidade urgente e uma vez que tenha sido assegurada a sorte dos feridos e enfermos.

CAPÍTULO VI

Dos transportes sanitários

Artigo 35

Os transportes de feridos e enfermos ou de material sanitário serão respeitados e protegidos do mesmo modo que os corpos sanitários móveis.

Quando esses transportes ou veículos caírem em poder da Parte adversária, serão submetidos às leis de guerra, contanto que a Parte em luta que os haja capturado se encarregue, em qualquer circunstância, dos feridos e enfermos neles transportados. O pessoal civil e todos os meios de transporte provenientes da requisição serão submetidos às regras gerais do Direito das Gentes.

Artigo 36

As aeronaves sanitárias, isto é, as aeronaves exclusivamente utilizadas para a evacuação de feridos e enfermos, assim como para o transporte do pessoal e do material sanitário, não serão objeto de ataque, devendo ser respeitadas pelos beligerantes, durante os vôos que efetuarem em altitudes, horários e rotas especificamente ajustados entre todos os beligerantes interessados.

Exibirão ostensivamente o emblema distintivo previsto no art. 38, ao lado das cores nacionais, nas superfícies inferior, superior e laterais. Serão, também dotados de quaisquer outros emblemas ou meios de reconhecimento fixados por acordos entre os beligerantes, seja no início ou durante as hostilidades.

Salvo acordo em contrário, será proibido o sobrevôo do território inimigo ou ocupado pelo inimigo. As aeronaves sanitárias deverão obedecer a qualquer intimação para aterrissar. Em caso de aterrissagem assim imposta, a aeronave, com seus ocupantes, poderá prosseguir seu vôo, depois de inspeção eventual. Em caso de aterrissagem fortuita em território inimigo, ou ocupado pelo inimigo, os feridos e enfermos, assim como a tripulação da aeronave, serão tratados como prisioneiros de guerra. O pessoal sanitário será tratado de conformidade com os artigos 24 e seguintes.

Artigo 37

As aeronaves sanitárias das Partes em luta poderão, ressalvado o disposto no seguinte parágrafo, sobrevoar o território das Potências neutras e nele aterrissar ou amerissar em caso de necessidade ou para al fazer escala. Deverão notificar previamente as Potências neutras do sobrevôo de seus territórios e obedecer a toda intimação para aterrissar. Elas não estarão protegidas de ataques senão durante os vôos em altitude, horários e rotas especificamente estabelecidos entre as Partes em luta e as Potências neutras interessadas.

Entretanto, os Estados neutros poderão estabelecer condições ou restrições quanto ao sobrevôo de seus territórios pelas aeronaves sanitárias ou quanto à aterrissagem das mesmas. Tais condições ou restrições eventuais serão aplicadas de igual maneira a todas as Partes em luta.

Os feridos ou enfermos desembarcados de uma aeronave sanitária, em território neutro, com o consentimento de autoridade local, deverão, a menos que haja acôrdo em contrário entre o Estado neutro e as Partes em luta, ficar retidos pelo Estado neutro, quando o Direito Internacional o exija, de maneira que não possam tomar parte novamente nas operações de guerra. Os gastos de hospitalização e internamento ficarão a cargo da Potência a que pertenciam os feridos e enfermos.

CAPÍTULO VII

Do Emblema Distintivo

Artigo 38

Em homenagem à Suíça, o sinal heráldico da cruz vermelha sobre fundo branco, formado por inversões das cores federais, será mantido como emblema e sinal distintivo do serviço sanitário dos exércitos.

Entretanto, para os países que já empregam como sinal distintivo, em vez da cruz vermelha, o crescente vermelho ou o leão e o sol vermelhos sobre fundo branco, estes emblemas serão igualmente admitidos segundo o espírito da presente Convenção.

Artigo 39

Sob o controle da autoridade militar competente, o emblema figurará nas bandeiras, nas braçadeiras, assim como sobre todo o material empregado pelo serviço sanitário.

Artigo 40

O pessoal a que se referem os artigos 24, 26 e 27, usará, no braço esquerdo, uma braçadeira que resista à umidade e que apresente o emblema distintivo, expedido e carimbado pela autoridade militar.

Esse pessoal, além da placa de identidade de que trata o artigo 16, terá também em seu poder uma carteira de identidade especial com o emblema distintivo. Essa carteira deverá resistir à umidade e ser de dimensões tais que permita ser guardada no bolso. Será redigida na língua nacional, mencionando pelo menos os nomes e sobrenomes, a data de nascimento, a patente e o número de matrícula do interessado. Ela estabelecerá a que título o portador tem direito à proteção da presente Convenção. A carteira terá a fotografia do titular e, além

disso, nela será aposta ou sua assinatura ou as suas impressões digitais, ou ambas. Levará o selo seco da autoridade militar.

A carteira de identidade deverá ser uniforme em cada exército, e, tanto quanto possível, de modelo semelhante em todos os exércitos das Altas Partes Contratantes. As Partes em luta poderão se inspirar no modelo anexo à presente Convenção a título de exemplo. No início das hostilidades, os beligerantes se informarão reciprocamente do modelo de que se utilizam. Cada carteira será emitida se possível, pelo menos em dois exemplares, um dos quais ficará em poder da Potência de origem.

Em nenhum caso se poderá privar o pessoal acima mencionado, nem de suas insígnias, nem da carteira de identidade, nem do direito de usar a braçadeira. Em caso de perda, ele terá direito a receber novas vias da carteira e a substituição das insígnias.

Artigo 41

O pessoal mencionado no artigo 25 usará, somente enquanto desempenhar funções sanitárias, uma braçadeira branca, tendo ao centro o emblema distintivo, mas de dimensões reduzidas, fornecido e carimbado pela autoridade militar.

Os documentos militares de identidade de que será portador este pessoal, especificarão a instrução sanitária recebida pelo titular, o caráter temporário de suas funções e seu direito ao uso da braçadeira.

Artigo 42

O pavilhão distintivo da Convenção só poderá ser içado nos corpos e nos estabelecimentos sanitários que devem ser respeitados segundo os termos da Convenção e unicamente com o consentimento da autoridade militar.

Nas unidades móveis, bem como nos estabelecimentos fixos, ele pode ser acompanhado da bandeira nacional da Parte em luta à qual pertence a unidade ou o estabelecimento.

Todavia, as unidades sanitárias que caírem em poder do inimigo só hasterão a bandeira da Convenção.

As Partes em luta tomarão, na medida em que o permitirem as exigências militares, as medidas necessárias para tornar claramente visíveis às forças inimigas terrestres, aéreas e marítimas, os emblemas distintivos que assinalam as unidades e os estabeleci-

mentos sanitários, a fim de afastar a possibilidade de qualquer ação agressiva.

Artigo 43

Os corpos sanitários de países neutros que, nas condições previstas no art. 27, tenham sido autorizados a prestar serviços a um beligerante, deverão hastejar, juntamente com o pavilhão da Convenção, a bandeira nacional desse beligerante, se o mesmo exercer as faculdades conferidas pelo art. 42. Salvo ordem em contrário da autoridade militar competente, poderão em qualquer circunstância hastejar sua bandeira nacional, mesmo se caírem em poder da Parte adversária.

Artigo 44

O emblema da Cruz Vermelha sobre fundo branco e as palavras "cruz vermelha" ou "cruz de Genebra", não poderão ser empregadas, salvo nos casos previstos nas alíneas seguintes do presente artigo, seja em tempo de paz seja em tempo de guerra, senão para designar ou proteger os Corpos e os estabelecimentos sanitários, o pessoal e o material protegidos por esta Convenção e pelas demais Convenções internacionais que regulam matéria semelhante. O mesmo se aplica aos emblemas mencionados no art. 38, alínea 2, com relação aos países que os empregam. As sociedades nacionais da Cruz Vermelha e as demais sociedades a que se refere o art. 26 não terão direito ao uso do emblema distintivo que conferem a proteção da convenção, senão dentro do quadro das disposições da presente alínea.

Além disso, as Sociedades nacionais da Cruz Vermelha (Crescente Vermelho, Leão e Sol Vermelhos) poderão, em tempo de paz, de acordo com a legislação nacional, fazer uso do nome e do emblema da Cruz Vermelha para suas outras atividades que sejam conformes aos princípios formulados pelas Conferências Internacionais da Cruz Vermelha. Quando essas atividades se desenvolverem em tempo de guerra, as condições para o uso do emblema deverão ser tais que o mesmo não possa ser considerado como visando a conceder a proteção da Convenção; o emblema será relativamente de pequenas dimensões e não poderá ser colocado em bráçadeiras ou te-
lhados.

Os organismos internacionais da Cruz Vermelha e seu pessoal, devidamente acreditado, serão autorizados a usar a qualquer momento o emblema da Cruz Vermelha sobre fundo branco.

A título excepcional, e de acordo com a legislação nacional e com a autorização expressa de uma das Sociedades nacionais da Cruz Vermelha (Crescente Vermelho, Leão e Sol Vermelhos), poder-se-á usar em tempo de paz o emblema da Convenção, para assinalar os veículos empregados como ambulâncias e para marcar o lugar dos postos de socorros exclusivamente reservados à assistência gratuita a ser prestada aos feridos e enfermos.

CAPÍTULO VIII

Da Execução da Convenção

Artigo 45

Cada uma das Partes em luta, por intermédio de seus comandantes-chefes, providenciará quanto à execução pormenorizada dos artigos precedentes, assim quanto aos casos não previstos, de acordo com os princípios gerais da presente Convenção.

Artigo 46

São proibidas as medidas de represálias contra os feridos, os enfermos, o pessoal, os edifícios e o material protegidos pela Convenção.

Artigo 47

As Altas Partes Contratantes se comprometem a difundir, de maneira a mais ampla possível, em seus respectivos países, em tempo de paz e em tempo de guerra, o texto da presente Convenção, e especialmente a incorporar o estudo da mesma aos programas de instrução militar e, se possível, também de instrução civil, de maneira que seus princípios sejam conhecidos do conjunto da população, principalmente das forças armadas combatentes, do pessoal sanitário e dos capelães.

Artigo 48

As Altas Partes Contratantes se comunicarão por intermédio do Conselho Federal Suíço e, durante as hostilidades, por intermédio das Potências protetoras, as traduções oficiais da presente Convenção.

CAPÍTULO IX

Da repressão dos abusos e infrações

Artigo 49

As Altas Partes Contratantes se comprometem a tomar todas as medidas legislativas necessárias para fixar as sanções penais adequadas a serem aplicadas às pessoas que cometerem, ou dêem ordem de cometer, qualquer das infrações graves à presente Convenção, definidas no artigo seguinte.

Cada Parte Contratante terá a obrigação de procurar as pessoas acusadas de terem cometido, ou dado ordem de cometer, qualquer das infrações graves, devendo fazê-las comparecer perante seus próprios tribunais, seja qual for a sua nacionalidade. Poderá também, se preferir e de acordo com as condições previstas em sua própria legislação, entregar as referidas pessoas, para que sejam julgadas, a uma outra Parte Contratante interessada na ação, contanto que esta última tenha apresentado contra elas provas suficientes.

Cada Parte Contratante adotará as medidas necessárias para que cessem os atos contrários às disposições da presente Convenção, além das infrações graves definidas no artigo seguinte.

Em qualquer circunstância, os acusados gozarão das garantias processuais e de livre defesa, que não poderão ser inferiores às previstas nos arts. 105 e seguintes da Convenção de Genebra, de 12 de agosto de 1949, relativa ao tratamento dos prisioneiros de guerra.

Artigo 50

As infrações graves a que se refere o artigo anterior são as que implicam alguns dos atos seguintes, se cometidos contra pessoas e bens protegidos pela Convenção: homicídio intencional, tortura e tratamento desumanos, inclusive as experiências biológicas, o fato de causar intencionalmente grandes sofrimentos ou atentar gravemente contra a integridade física ou a saúde, a destruição e a apropriação de bens, não justificadas por necessidades militares e executadas em grande escala de maneira ilícita e arbitrária.

Artigo 51

Nenhuma Parte Contratante poderá exonerar-se, ou exonerar a outra Parte Contratante, das responsabilidades em que incorre ela mesma ou outra Parte Contratante, com respeito às infrações previstas no artigo precedente.

Artigo 52

A pedido de uma das Partes em luta, um inquérito deverá ser aberto, de acordo com o modo a ser fixado entre as Partes interessadas, em relação a toda violação alegada da Convenção.

Se não se chegar a acordo sobre a forma do inquérito, as Partes se entenderão para escolher um árbitro que decidirá sobre a forma a ser observada. Tendo sido comprovada a violação, as Partes em luta porão fim à mesma, reprimindo-a o mais rapidamente possível.

Artigo 53

O uso, por particulares, sociedades ou casas comerciais, quer públicas quer privadas, que não sejam as que gozam do direito previsto pela presente Convenção, do emblema ou da denominação, "Cruz Vermelha" ou "Cruz de Genebra", assim como de qualquer outro emblema ou outra denominação que constitua imitação, será proibido, em qualquer tempo, seja qual for o objetivo de tal uso, qualquer que tenha sido a data anterior de sua adoção.

Em vista da homenagem prestada à Suíça com a adoção das cores federais invertidas e da confusão que se possa originar entre as armas da Suíça e o emblema distintivo da Convenção, fica proibido, em qualquer tempo, o uso por particulares, sociedades ou casas comerciais, das armas da Confederação Suíça, assim como de todo símbolo que possa constituir imitação, seja como marca de fábrica ou de comércio, ou como elemento dessas marcas, seja com objetivo contrário à lealdade comercial ou em condições suscetíveis de ferir o sentimento nacional suíço.

Todavia, as Altas Partes Contratantes que não subscreveram a Convenção de Genebra de 27 de julho de 1929, poderão conceder aos que anteriormente hajam usado os emblemas, denominações ou marcas citados na primeira alínea, um prazo máximo de

três anos, a partir da entrada em vigor da presente Convenção, para abandonarem o uso dos mesmos, ficando entendido que, durante esse prazo, não poderão ser utilizados em tempo de guerra, como se parecessem conferir a proteção da Convenção.

A interdição estabelecida pela primeira alínea deste artigo se aplica igualmente aos emblemas e denominações previstos na segunda alínea do artigo 38, excluindo-se porém, os direitos adquiridos das pessoas que os usavam anteriormente.

Artigo 54

As Altas Partes Contratantes, cuja legislação não seja considerada suficiente até esta data, tomarão as medidas necessárias para impedir e reprimir, em qualquer época, os abusos determinados no artigo 53.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 55

A presente Convenção é redigida em francês e em inglês. Ambos os textos são igualmente autênticos. O Conselho Federal Suíço ordenará a tradução oficial da Convenção em língua russa e em língua espanhola.

Artigo 56

A presente Convenção, que levará a data deste dia, poderá, até 12 de fevereiro de 1950, ser firmada pelas Potências representadas na Conferência que se instalou em Genebra a 21 de abril de 1949, assim como pelos Estados não representados na referida Conferência e que participam das Convenções de Genebra de 1864, de 1906 ou de 1929, para a melhoria da sorte dos feridos e dos enfermos dos exércitos em campanha.

Artigo 57

A presente Convenção será ratificada logo que possível e as ratificações serão depositadas em Berna.

Do depósito de cada Instrumento de ratificação será redigida uma ata, cuja cópia certificada será remetida pelo Conselho Federal Suíço a todas as Potências em nome das quais a Convenção foi assinada, ou a adesão foi notificada.

Artigo 58

A presente Convenção entrará em vigor seis meses depois que pelo menos dois Instrumentos de ratificação tiverem sido depositados.

Ulteriormente, ela entrará em vigor para cada Alta Parte Contratante seis meses após o depósito do seu instrumento de ratificação.

Artigo 59

A presente Convenção substitui as Convenções de 22 de agosto de 1864; de 6 de julho de 1906 e de 27 de julho de 1929, nas relações entre as Altas Partes Contratantes.

Artigo 60

Após a sua entrada em vigor a presente Convenção será aberta à adesão de todas as Potências em cujo nome não tiver sido assinada.

Artigo 61

As adesões serão notificadas por escrito ao Conselho Federal Suíço e produzirão seus efeitos seis meses após a data em que forem entregues.

O Conselho Federal Suíço comunicará as adesões a todas as Potências em cujo nome a Convenção tiver sido assinada ou a adesão notificada.

Artigo 62

As situações previstas nos artigos 2.º e 3.º terão efeito imediato para as ratificações depositadas e as adesões notificadas pelas Partes em luta, antes ou depois do início das hostilidades ou da ocupação. A comunicação das ratificações ou adesões recebidas das Partes em luta será feita pelo Conselho Federal Suíço pela via mais rápida.

Artigo 63

Cada uma das Altas Partes Contratantes terá a faculdade de denunciar a presente Convenção.

A denúncia será notificada por escrito ao Conselho Federal Suíço. Este comunicará a notificação aos Governos de todas as Altas Partes Contratantes.

A denúncia produzirá seus efeitos um ano após sua notificação ao Conselho Federal Suíço. Todavia, a denúncia notificada não produzirá nenhum efeito quando a Potência de-

nunciante estiver implicada num conflito, enquanto a paz não tiver sido concluída, e enquanto as operações de libertação e de repatriação das pessoas protegidas pela presente Convenção não terminarem.

A denúncia atingirá somente a Potência denunciante. Ela não terá nenhum efeito sobre as obrigações que as Partes em luta estão sujeitas a cumprir, em virtude dos princípios do Direito das Gentes, tais como resultam dos costumes estabelecidos entre as nações civilizadas, as leis da humanidade e as exigências da consciência pública.

Artigo 64

O Conselho Federal Suíço registrará a presente Convenção no Secretariado das Nações Unidas. O Conselho Federal Suíço igualmente informará o Secretariado das Nações Unidas de todas as ratificações, adesões e denúncias que receber sobre a presente Convenção.

Em fé do que, os abaixo assinados, havendo depositado seus plenos poderes respectivos, assinaram a presente Convenção.

Feita em Genebra, a 12 de agosto de 1949, nas línguas francesa e inglesa, devendo o original ser depositado nos Arquivos da Confederação Suíça. O Conselho Federal Suíço transmitirá cópia certificada da Convenção a cada um dos Estados signatários, assim como aos Estados que aderirem à Convenção.

ANEXO I

Projeto de Acórdão relativo às zonas e localidades sanitárias.

Artigo 1.º

As zonas sanitárias serão reservadas estritamente às pessoas mencionadas no artigo 23 da Convenção de Genebra de 12 de agosto de 1949 para melhoria da sorte dos feridos e enfermos dos exércitos em campanha, assim como ao pessoal encarregado da organização e da administração dessas zonas e localidades e dos cuidados a serem prestados às pessoas que aí estiverem concentradas.

Todavia, as pessoas que tenham sua residência permanente no interior dessas zonas terão direito de nelas permanecer.

Artigo 2.º

As pessoas que se encontrem, por qualquer razão, numa zona sanitária, não poderão exercer nenhum trabalho que tenha relação direta com as operações militares ou com a produção de material bélico, tanto no interior como fora da referida zona.

Artigo 3.º

A Potência que criar uma zona sanitária tomará todas as medidas necessárias para interditar o acesso a todas as pessoas que aí não tenham direito de residência ou de entrada.

Artigo 4.º

As zonas sanitárias satisfarão as condições seguintes:

- a) representarão somente uma pequena parte do território controlado pela Potência que as estabeleceu;
- b) deverão ser pouco povoadas em relação às suas possibilidades de acomodação;
- c) deverão estar bastante distanciadas de todo e qualquer objetivo militar e de toda instalação industrial ou administrativa de importância;
- d) não poderão estar situadas em regiões que, segundo qualquer probabilidade, possam ter importância para o desenrolar da guerra.

Artigo 5.º

As zonas sanitárias serão submetidas às seguintes obrigações:

- a) as vias de comunicação e os meios de transportes que as zonas possuem não deverão ser utilizados para o deslocamento de pessoal ou equipamento militar, mesmo que seja em trânsito;
- b) não serão defendidas militarmente em nenhuma circunstância.

Artigo 6.º

As zonas sanitárias serão indicadas por cruces vermelhas (Crescentes Vermelhos, Leões e Sais Vermelhos) sobre fundo branco, afixados em sua periferia e nos edifícios.

A noite elas poderão ser indicadas por iluminação adequada.

Artigo 7.º

Em tempo de paz ou no início das hostilidades, cada Potência comunicará a todas as Altas Partes Contratantes a lista das zonas sanitárias

instaladas no território sob seu controle. Ela as informará da criação de quaisquer novas zonas no curso da luta.

Logo que a Parte adversária receber a notificação acima mencionada, a zona será regularmente constituída.

Se, todavia, a Parte adversária considerar que uma das condições exigidas pelo presente acôrdo não foi claramente preenchida, poderá recusar o reconhecimento da zona, comunicando com urgência a sua recusa à Parte da qual a zona depende ou subordinará o reconhecimento à instituição do controle previsto no artigo 8.º.

Artigo 8.º

Cada Potência que houver reconhecido uma ou mais zonas sanitárias criadas pela Parte adversária, terá o direito de pedir que uma ou mais comissões especiais controlem a observância das condições e obrigações enunciadas no presente acôrdo.

Para esse fim, os membros das comissões especiais terão sempre livre acesso às diferentes zonas e poderão mesmo nelas residir permanentemente. Todas as facilidades lhes serão concedidas para que possam exercer sua missão de controle.

Artigo 9.º

No caso em que as Comissões especiais constatem fatos que lhes pareçam contrários às estipulações do presente acôrdo, deverão advertir imediatamente a Potência da qual depende a zona e lhe concederão um prazo de cinco dias, no máximo, para remediar a situação; disso informarão a Potência que houver reconhecido a zona.

Se, ao expirar esse prazo, a Potência da qual dependa a zona sanitária não houver atendido à advertência, a Parte adversária poderá declarar que não se acha mais obrigada pelo presente acôrdo com referência a essa zona.

Artigo 10

A Potência que tiver criado uma ou mais zonas e localidades sanitárias, assim como as Partes adversárias às quais a sua existência tenha sido notificada, nomearão ou farão designar pelas Potências neutras as pessoas que poderão tomar parte nas Comissões especiais mencionadas nos artigos 8.º e 9.º.

Artigo 11

As zonas sanitárias não poderão de maneira alguma ser atacadas, mas serão sempre protegidas e respeitadas pelas Partes em luta.

Artigo 12

Em caso de ocupação de um território, as zonas sanitárias que aí se encontrem deverão continuar a ser respeitadas e utilizadas como tais.

A Potência ocupante, no entanto, poderá modificar a sua finalidade após haver garantido a sorte das pessoas que aí se acharem recolhidas.

Artigo 13

O presente acôrdo se aplicará igualmente às localidades que as Potências possam utilizar com o mesmo fim que as zonas sanitárias.

CONVENÇÃO DE GENEBRA PARA A MELHORIA DA SORTE DOS FERIDOS, ENFERMOS E NAUFRAGOS DAS FORÇAS ARMADAS NO MAR, DE 12 DE AGOSTO DE 1949

Os abaixo assinados, Plenipotenciários dos Governos representados na Conferência Diplomática, reunida em Genebra de 21 de abril a 12 de agosto de 1949, a fim de rever a X Convenção de Haia de 18 de outubro de 1907, para a adaptação dos princípios da Convenção de Genebra de 1906 à guerra marítima, convieram no seguinte:

CAPÍTULO I

Disposições gerais

As Altas Partes Contratantes comprometem-se a respeitar e a fazer respeitar, em todas as circunstâncias, a presente Convenção.

Artigo 2.º

Afora as disposições que devem vigorar em tempo de paz, a presente Convenção se aplicará em caso de guerra declarada ou em qualquer outro conflito armado que surja entre duas ou várias das Altas Partes Contratantes, mesmo que o estado de guerra não seja reconhecido por uma delas.

A Convenção se aplicará igualmente em todos os casos de ocupação da

totalidade ou de parte do território de uma Alta Parte Contratante, mesmo que essa ocupação não encontre resistência militar.

Se uma das Potências em luta não fôr parte na presente Convenção, as Potências que dela fazem parte permanecerão, não obstante, obrigadas pela mesma em suas relações recíprocas. Elas ficarão, outrossim, obrigadas pela Convenção com relação à Potência em aprêço, desde que esta aceite e aplique as suas disposições.

Artigo 3.º

No caso de conflito armado sem caráter internacional e que surja no território de uma das Altas Partes Contratantes, cada uma das Partes em luta será obrigada a pelo menos, as seguintes disposições:

1) As pessoas que não participem diretamente das hostilidades, inclusive os membros de forças armadas que tenham deposto as armas e as pessoas que tenham sido postas fora de combate por enfermidade, ferimento, detenção ou por qualquer outra causa, serão, em qualquer circunstância, tratadas com humanidade, sem distinção alguma de caráter desfavorável baseada em raça, cor, religião ou crença, sexo, nascimento ou fortuna, ou qualquer outro critério análogo.

Assim, estão e ficam proibidos, em qualquer momento e lugar, com respeito às pessoas mencionadas acima:

a) os atentados à vida e à integridade corporal, notadamente o homicídio sob qualquer de suas formas, as mutilações, os tratamentos cruéis, as torturas e suplicios;

b) a detenção de reféns;

c) os atentados à dignidade das pessoas, especialmente os tratamentos humilhantes e degradantes;

d) as condenações pronunciadas e as execuções efetuadas sem julgamento prévio proferido por tribunal regularmente constituído, que conceda as garantias judiciárias reconhecidas como indispensáveis pelos povos civilizados.

2) Os feridos, enfermos e náufragos serão recolhidos e tratados.

Um organismo humanitário imparcial, tal como o Comité Internacional da Cruz Vermelha, poderá oferecer seus serviços às Partes em luta.

As Partes em luta esforçar-se-ão, por outro lado, para pôr em vigor, por

meio de acórdos especiais, o todo ou parte das demais disposições da presente Convenção.

A aplicação das disposições precedentes não terá efeito sobre o estatuto jurídico das Partes em luta.

Artigo 4.º

Em caso de operações de guerra entre as forças de terra e de mar das Partes em luta, as disposições da presente Convenção não serão aplicadas senão às forças embarcadas.

Serão imediatamente aplicadas às forças desembarcadas as disposições da Convenção de Genebra de 12 de agosto de 1949, para a melhoria da sorte dos feridos e enfermos das forças armadas em campanha.

Artigo 5.º

As Potências neutras aplicarão, por analogia, as disposições da presente Convenção aos feridos, enfermos e náufragos, aos membros do pessoal sanitário e religioso, pertencentes às forças armadas das Partes em luta, que serão recebidos ou internados em seu território, bem como aos mortos que forem recolhidos.

Artigo 6.º

Afora os acórdos previstos expressamente pelos arts. 10, 18, 31, 38, 39, 40, 43, 53, as Altas Partes Contratantes poderão concluir outros acórdos especiais sobre qualquer questão que lhes pareça oportuno regular particularmente. Nenhum acôrdo especial poderá prejudicar a situação dos feridos, enfermos e náufragos, assim como membros do pessoal sanitário e religioso, tal como está regulada pela presente Convenção, nem restringir os direitos que esta lhes concede.

Os feridos, doentes e náufragos, assim como o pessoal sanitário e religioso, gozarão dos benefícios destes acórdos enquanto a Convenção lhes fôr aplicada, salvo estipulações em contrário, expressamente contidas nos referidos acórdos ou nos acórdos ulteriores, nos casos em que medidas mais favoráveis sejam tomadas a seu respeito por uma ou outra das Partes em luta.

Artigo 7.º

Os feridos e enfermos, assim como o pessoal sanitário e religioso, não

poderão em caso algum renunciar, parcial ou totalmente, aos direitos que lhe são assegurados pela presente Convenção e, dado o caso, pelos acórdos especiais referidos no artigo anterior.

Artigo 8.º

A presente Convenção será aplicada com o concurso e sob o controle das Potências protetoras encarregadas de salvaguardar os interesses das Partes em luta. Para esse fim, as Potências protetoras poderão, além de seu pessoal diplomático ou consular, designar delegados entre seus próprios nacionais ou entre nacionais de outras Potências neutras. Esses delegados deverão ser submetidos à aceitação da Potência junto à qual exercerão sua missão.

As partes em luta facilitarão, na mais larga medida possível, a tarefa dos representantes ou delegados das Potências protetoras.

Os representantes ou delegados das Potências protetoras não deverão, em caso algum, ultrapassar os limites de sua missão, tal como se acha estabelecida na presente Convenção; deverão especialmente levar em conta as necessidades imperiosas de segurança do Estado junto ao qual exercem suas funções. Somente exigências militares imperiosas podem autorizar, a título excepcional e temporário, uma restrição de sua atividade.

Artigo 9.º

As disposições da presente Convenção não constituem obstáculo às atividades humanitárias que o Comité Internacional da Cruz Vermelha assim como qualquer outro organismo humanitário imparcial empreendam, com o consentimento das Partes em luta interessadas, visando a proteção dos feridos, enfermos e naufragos, bem como a dos membros do pessoal sanitário e religioso, e para os socorros que lhes devam ser prestados.

Artigo 10

As Altas Partes Contratantes poderão, a qualquer momento, entrar em acórdo para confiar a um organismo que ofereça todas as garantias de imparcialidade e de eficácia, as tarefas de que são in-

cumbidas as Potências protetoras, em virtude da presente Convenção.

Se os feridos, enfermos, naufragos ou capelães e membros do corpo sanitário não se beneficiam ou não mais se beneficiam, por qualquer razão, da atividade de uma Potência protetora ou de um organismo, organizado de acórdo com o parágrafo anterior, a Potência protetora deverá solicitar, seja de um Estado neutro, seja de tal organismo, que assumam as funções conferidas pela presente Convenção às Potências protetoras designadas pelas Partes em luta.

Se não se puder assegurar proteção, a Potência detentora deverá solicitar a um organismo humanitário, como o Comité Internacional da Cruz Vermelha, que assumam as tarefas humanitárias atribuídas pela presente Convenção às Potências protetoras ou deverá aceitar, sob reserva das disposições do presente artigo, os oferecimentos de serviços que emanem de organismo análogo.

Toda Potência neutra ou qualquer organismo convidado pela Potência interessada ou que se tenha oferecido para os fins acima mencionados, deverá, em sua atividade, estar consciente de sua responsabilidade para com a Parte em luta à qual pertencem as pessoas protegidas pela presente Convenção, e deverá dar provas suficientes de capacidade para assumir as funções em aprêço e exercê-las com imparcialidade.

Nenhuma derrogação das disposições precedentes deverá ser feita mediante acórdo particular entre as Potências, se uma delas se encontrar, mesmo temporariamente, limitada em sua liberdade de negociar com a outra Potência ou com seus aliados, em virtude de acontecimentos militares, notadamente em caso de ocupação da totalidade ou de parte importante de seu território.

Sempre que se fizer menção da Potência protetora na presente Convenção, a referida menção abrangerá igualmente os organismos que a substituírem, conforme o sentido do presente artigo.

Artigo 11

Em todos os casos que forem julgados úteis ao interesse das pessoas protegidas, notadamente quando houver desacórdo entre as Partes em luta, sobre a aplicação ou

interpretação das disposições da presente Convenção, as Potências protetoras oferecerão seus bons ofícios para pôr termo à controvérsia.

Para isso, cada Potência protetora poderá, a convite de uma das Partes ou espontaneamente, propor às Partes em luta uma reunião de seus representantes e, particularmente, das autoridades encarregadas da sorte dos feridos, enfermos e náufragos, assim como dos membros do corpo sanitário e do religioso, que se encontrem eventualmente em território neutro, convenientemente escolhido.

As Partes em luta deverão concretizar as propostas que lhe forem feitas nesse sentido. As Potências protetoras poderão, se necessário, propor a aceitação das Partes em luta uma personalidade nacional de uma Potência neutra ou uma personalidade acreditada pelo Comité Internacional da Cruz Vermelha, que será convidada a participar da reunião.

CAPÍTULO II

Dos feridos, enfermos e náufragos

Artigo 12

Os membros das forças armadas e outras pessoas mencionadas no artigo seguinte, que se encontrem no mar, feridos, enfermos ou náufragos, deverão ser respeitados e protegidos em todas as circunstâncias, ficando entendido que o termo naufrágio será aplicado a todo naufrágio, quaisquer que sejam as causas, inclusive a amerissagem forçada ou queda no mar.

Tais pessoas serão tratadas com humanidade e cuidadas pela Parte em luta em cujo poder se encontrem, sem nenhuma distinção de caráter desfavorável, baseada em sexo, raça, nacionalidade, religião, opiniões políticas ou qualquer critério análogo. É estritamente proibido qualquer atentado às suas vidas e às suas pessoas; entre outros, não deverão ser assassinadas, exterminadas, nem submetidas a torturas e experiências biológicas; não deverão ser abandonadas premeditadamente sem assistência médica ou cuidados, nem expostas aos riscos propositais de contágio ou de infecção.

Somente razões de urgência médica autorizarão uma prioridade na ordem dos cuidados a serem prestados.

As mulheres serão tratadas com todas as atenções devidas ao seu sexo.

Artigo 13

A presente Convenção se aplicará aos náufragos, feridos e enfermos no mar, que se incluam nas seguintes categorias:

1) membros das forças armadas de uma Parte em luta, assim como os membros das milícias e dos corpos de voluntários que façam parte das referidas forças armadas,

2) membros de outras milícias e de outros corpos de voluntários, inclusive os membros de movimentos de resistência organizados, pertencentes a uma Parte em luta e agindo tanto fora como no interior de seu próprio território, mesmo que esse território se encontre ocupado, desde que essas milícias ou corpos de voluntários, inclusive os movimentos de resistência organizados, preencham as seguintes condições:

a) ter no comando uma pessoa responsável por seus subordinados;

b) ter um sinal distintivo fixo e reconhecível a distância;

c) portar armas abertamente;

d) observar, em suas operações, as leis e costumes de guerra;

3) membros das forças armadas regulares que devam obediência a um governo ou a uma autoridade não reconhecida pela Potência detentora;

4) as pessoas que acompanham as forças armadas sem delas fazerem parte diretamente, tais como os membros civis da equipagem de aviões militares, correspondentes de guerra, fornecedores, membros de unidades de trabalho ou de serviços, encarregados do bem-estar dos militares, sob a condição de que tenham autorização das forças armadas que acompanham;

5) membros das equipagens, inclusive comandantes, pilotos e aprendizes da marinha mercante e as equipagens da aviação civil das Partes em luta que não se beneficiem de um tratamento mais favorável, em virtude de outras disposições do Direito Internacional.

6) a população de um território não ocupado que, à aproximação do inimigo, pegar em armas espontaneamente para combater as tropas invasoras, sem ter tido tempo de se constituir em forças armadas regu-

lures, se portar armas abertamente e se respeitar as leis e costumes de guerra.

Artigo 14

Todo navio de guerra de uma Parte beligerante poderá reclamar a entrega de feridos, enfermos ou náufragos que estejam em navios-hospitais militares, navios-hospitais de sociedades de socorros ou de particulares, assim como em navios de comércio, lates e embarcações, qualquer que seja sua nacionalidade, desde que o estado de saúde dos feridos e enfermos permita o seu transbordo e que o navio de guerra disponha de instalações que lhes assegurem tratamento adequado.

Artigo 15

Se forem recolhidos enfermos, feridos ou náufragos a bordo de um navio de guerra neutro ou de uma aeronave militar neutra, deverá ser assegurado, quando o Direito Internacional o requerer, que eles não participarão novamente das operações de guerra.

Artigo 16

Observadas as disposições do artigo 12, os feridos, enfermos e náufragos de um beligerante, os quais tenham caído em poder do adversário, serão considerados prisioneiros de guerra, sendo-lhes aplicadas as regras do Direito Internacional a elles concernentes. Competirá ao captor decidir, segundo as circunstâncias, se convém guardá-los ou levá-los a um porto de seu país, a um porto neutro ou mesmo a um porto do adversário. Nesse último caso, os prisioneiros de guerra entregues a seu país não poderão servir durante a guerra.

Artigo 17

Os feridos, enfermos ou náufragos que forem desembarcados em porto neutro, sem consentimento da autoridade legal, deverão, caso não haja acôrdo em contrário entre a Potência neutra e as Potências beligerantes, ser guardados pela Potência neutra, se assim o Direito Internacional o requerer, de tal modo que não possam participar novamente das operações de guerra.

Os gastos de hospitalização e de internamento serão feitos pela Po-

tência que recebeu os feridos, enfermos ou náufragos.

Artigo 18

Após cada combate, as Partes em luta tomarão, sem tardar, as medidas possíveis para procurar e recolher os náufragos, feridos e enfermos, protegê-los contra a pilhagem e os maus tratos e garantir-lhes os socorros necessários, assim como recolher os mortos e impedir que sejam despojados.

Sempre que as circunstâncias o permitirem, as Partes em luta concluirão acôrds locais para a evacuação por mar dos feridos e enfermos de uma zona sitiada ou cercada, e para a passagem do corpo sanitário e do religioso e de material sanitário que se destinar a essa zona.

Artigo 19

As Partes em luta deverão registrar, no menor prazo possível, todos os elementos próprios para identificar os náufragos, feridos, enfermos e mortos da parte adversária, caídos em seu poder. Essas informações deverão compreender, se possível, o seguinte:

- a) indicação da Potência de que dependem;
- b) designação da unidade a que pertencem ou do número de matrícula;
- c) nome de família;
- d) prenome ou prenomes;
- e) data do nascimento;
- f) qualquer informação que figure na ficha ou placa de identidade;
- g) data ou lugar da captura ou do falecimento;
- h) informações acôrds de ferimentos, doenças ou "causa-mortis".

As informações acima mencionadas deverão ser comunicadas no menor prazo possível, ao escritório de informações a que se refere o artigo 122 da Convenção de Genebra de 12 de agosto de 1949, relativa ao tratamento dos prisioneiros de guerra, e que os transmitirá à Potência da qual dependem esses prisioneiros, por intermédio da Potência protetora e da Agência central de prisioneiros de guerra.

As Partes em luta estabelecerão e se comunicarão, pela via indicada na alínea precedente, os atestados de óbito ou as listas de falecimentos devidamente autenticados. Elas reco-

lherão e entregarão entre si, igualmente, por intermédio do mesmo escriptorio, a metade da ficha dupla ou a própria placa, se se tratar de placa simples, os testamentos ou outros documentos que tenham importância para a família dos mortos, as somas em dinheiro e, em geral, todos os objetos que tenham valor intrínseco ou afetivo, encontrados nos mortos.

Esses objetos, assim como os objetos não identificados, serão enviados, em pacotes lacrados, acompanhados de declaração que forneça todas as indicações necessárias à identificação do possuidor falecido, assim como o inventário completo do pacote.

Artigo 20

As Partes em luta se comprometem a que o lançamento dos mortos, ao mar, feito individualmente, sempre que as circunstâncias o permitirem, seja precedido de um exame cuidadoso e, se possível, da autópsia dos corpos, com o fim de confirmar-se a morte, estabelecer-se a identidade e poder-se relatar o ocorrido. Quando for usada uma placa dupla de identidade, a metade da mesma ficará no cadáver.

Se os mortos forem desembarcados, as disposições da Convenção de Genebra de 12 de agosto de 1949, para a melhoria da sorte dos feridos e dos enfermos nas forças armadas em campanha, lhes serão aplicáveis.

Artigo 21

As Partes em luta poderão apelar para o espírito de caridade dos comandantes de navios mercantes, iates ou embarcações neutras, para que recebam a bordo e cuidem dos feridos, enfermos e naufragos, bem como para que recolham os mortos.

As embarcações de todos os tipos que tiverem respondido a esse apelo, bem como aquelas que espontaneamente tiverem recolhido os feridos, enfermos ou naufragos, gozarão de proteção especial e de facilidades para cumprir sua missão de assistência.

Em caso algum, tais embarcações poderão ser capturadas em virtude desse transporte; mas, na ausência de qualquer promessa em contrário, permanecerão sujeitas à captura por quaisquer violações de neutralidade que possam haver cometido.

CAPÍTULO III

Navios-hospitais

Artigo 22

Os navios-hospitais militares, isto é, os navios construídos ou equipados pelas Potências, com o objetivo especial e único de socorrer os feridos, enfermos e naufragos, de tratar deles e transportá-los, não poderão, em nenhuma circunstância, ser atacados nem capturados, mas deverão sempre ser respeitados e protegidos, desde que seus nomes e características tenham sido comunicados às Partes em luta, dez dias antes de serem postos em serviço.

As características que devem figurar na notificação, incluirão a tonelagem bruta registrada, o comprimento da popa à proa e o número de mastros e chaminés.

Artigo 23

Os estabelecimentos situados na costa que tenham direito à proteção da Convenção de Genebra de 12 de agosto de 1949, para a melhoria da sorte dos feridos e enfermos das forças armadas em campanha, não deverão ser nem atacados, nem bombardeados do mar.

Artigo 24

Os navios-hospitais utilizados pelas Sociedades nacionais da Cruz Vermelha, pelas Sociedades de socorros oficialmente reconhecidas ou por particulares, gozarão da mesma proteção que os navios-hospitais militares e estarão livres de captura, se a Parte em luta da qual dependem lhes tiver dado uma comissão oficial e na medida em que as disposições do artigo 22, relativas à notificação, tiverem sido observadas.

Esses navios devem estar munidos de documento da autoridade competente declarando que estiveram sob seu controle durante a armação e a partida.

Artigo 25

Os navios-hospitais utilizados pelas Sociedades nacionais da Cruz Vermelha, pelas Sociedades de socorros oficialmente reconhecidas ou por particulares de países neutros, gozarão da mesma proteção que os navios-hospitais militares e não estarão sujeitos à captura, desde que sejam postos sob a direção de uma das Par-

tes em luta, com o assentimento prévio de seu próprio Governo e com a autorização da Parte em questão e na medida em que forem observadas as disposições do artigo 22 referentes à notificação.

Artigo 26

A proteção prevista nos artigos 22, 24 e 25 se aplicará aos navios-hospitais de qualquer tonelagem e aos seus botes salva-vidas, onde estiverem operando. Todavia, para garantir o máximo de conforto e de segurança, as Partes em luta se esforçarão para que sejam usados nos transportes de feridos, enfermos e náufragos, em alto mar e em longos trajetos, somente navios-hospitais que desloquem mais de 2.000 toneladas brutas.

Artigo 27

Nas mesmas condições que as previstas nos artigos 22 e 24, as pequenas embarcações utilizadas pelo Estado ou pelas Sociedades de socorros oficialmente reconhecidas para as operações de salvamento costeiro, serão também respeitadas e protegidas na medida em que as necessidades de operações o permitirem.

Igual disposição será aplicada, na medida do possível, com relação às instalações costeiras fixas, utilizadas exclusivamente por essas embarcações em suas missões humanitárias.

Artigo 28

Em caso de combate a bordo de navio de guerra, as enfermarias serão respeitadas e poupadas, tanto quanto possível. Essas enfermarias e seu material ficarão sujeitas às leis de guerra, mas seu uso não poderá ser desvirtuado, enquanto forem necessárias aos feridos e enfermos. Todavia, o comandante em cujo poder se encontrem, terá a faculdade de usá-las em caso de necessidades militares urgentes, uma vez garantida a sorte dos feridos e enfermos que aí se encontrem internados.

Artigo 29

Todo navio-hospital que se encontrar em um porto que caia em poder do inimigo será autorizado a deixá-lo.

Artigo 30

Os navios e embarcações mencionados nos artigos 22, 24, 25 e 27 prestarão socorro e assistência aos feridos, enfermos e náufragos, sem distinção de nacionalidade.

As altas Partes Contratantes se comprometem a não utilizar esses navios e embarcações para nenhum fim militar.

Esses navios e embarcações não deverão dificultar, de maneira alguma, os movimentos dos combatentes.

Durante e após o combate eles agirão por sua própria conta e risco.

Artigo 31

As Partes em conflito terão o direito de controle e de busca dos navios e embarcações mencionados nos artigos 22, 24, 25 e 27. Elas poderão recusar a assistência desses navios e embarcações, mandá-los partir, impor-lhes um trajeto determinado, regular o emprêgo de seu telégrafo e de todos os outros meios de comunicação, e até retê-los por um período máximo de sete dias a partir do momento da inspeção, se a gravidade das circunstâncias o exigir.

Poderão pôr temporariamente a bordo um comissário cuja tarefa exclusiva consistirá em assegurar a execução das ordens dadas em virtude das disposições do parágrafo anterior.

Tanto quanto possível, as Partes em luta registrarão no diário de bordo dos navios-hospitais, em língua que o comandante do navio-hospital compreenda, as ordens que elas lhes derem.

As Partes em luta poderão, seja unilateralmente, seja por acordo especial, colocar a bordo dos seus navios-hospitais observadores neutros que verificarão a estrita observância das disposições da presente Convenção.

Artigo 32

Os navios e embarcações designados nos artigos 22, 24, 25 e 27 não são equiparados aos navios de guerra relativamente à sua estadia em porto neutro.

Artigo 33

Navios mercantes que tenham sido transformados em navios-hospitais não podem ser utilizados para nenhum outro fim durante todo o período de hostilidades.

Artigo 34

A proteção devida aos navios-hospitais e às enfermarias de embarcações não poderá cessar senão no caso de serem utilizados para a prática de atos prejudiciais ao inimigo, em contradição com os seus deveres humanitários. Todavia, a proteção só cessará após notificação fixando, em todos os casos oportunos, um prazo razoável e depois de desrespeitada tal notificação.

Em particular, os navios-hospitais não poderão possuir nem utilizar código secreto para suas transmissões pelo telégrafo ou por qualquer outro meio de comunicação.

Artigo 35

Não serão considerados como de natureza a privar os navios hospitais ou as enfermarias de embarcações da proteção que lhes é devida:

1) o fato de a equipagem dos navios ou enfermarias estar armada para manter a ordem, para a sua própria defesa ou para a proteção dos feridos e enfermos;

2) a existência a bordo de aparelhos destinados exclusivamente a facilitar a navegação ou as comunicações;

3) a descoberta, a bordo dos navios-hospitais ou das enfermarias dos navios, de armas portáteis e munições recolhidas nos feridos, enfermos e naufragos, e que não tenham sido entregues ao serviço competente;

4) o fato de a atividade humanitária dos navios-hospitais e enfermarias dos navios ou de suas equipagens ser estendida aos civis feridos, enfermos e naufragos;

5) o transporte a bordo de navios-hospitais de material e pessoal destinado exclusivamente a funções sanitárias, acima das necessidades normais.

CAPÍTULO IV

Pessoal

Artigo 36

O pessoal religioso, médico e hospitalar dos navios-hospitais e a sua equipagem serão respeitados e protegidos, não podendo ser capturados enquanto estiverem a serviço desses navios: haja ou não feridos e doentes a bordo.

Artigo 37

O pessoal religioso, médico e hospitalar destacado para o serviço médico ou espiritual das pessoas indicadas nos artigos 12 e 13, que caia em mãos do inimigo, será respeitado e protegido, podendo continuar a exercer as suas funções enquanto for necessário prestar cuidados aos feridos e doentes. Esse pessoal deverá ser libertado logo que o comandante-chefe que os tiver sob custódia julgar possível e poderá legar, ao deixar o navio, os objetos de propriedade pessoal.

Se, no entanto, for necessário reter parte desse pessoal em razão das necessidades sanitárias ou espirituais dos prisioneiros de guerra, todas as medidas serão tomadas para desembarcá-la o mais depressa possível.

Ao ser desembarcado, o pessoal retido ficará submetido às disposições da Convenção de Genebra de 12 de agosto de 1949, para a melhoria da sorte dos feridos e enfermos nas forças armadas em campanha.

CAPÍTULO V

Dos transportes sanitários

Artigo 38

Os navios fretados para esse fim serão autorizados a transportar material destinado exclusivamente ao tratamento dos feridos e dos enfermos das forças armadas ou à prevenção de enfermidades, contanto que as condições de sua viagem sejam notificadas à Potência adversária e recebam sua concordância. A Potência adversária conservará o direito de abordá-los mas não de capturá-los ou confiscar o material transportado.

Mediante acordo entre as partes em conflito, observadores neutros poderão ser embarcados nesses navios a fim de controlar o material transportado, ao qual deverá ser concedido livre acesso.

Artigo 39

As aeronaves sanitárias, isto é, aquelas exclusivamente utilizadas para a evacuação dos feridos, enfermos e naufragos, bem como para o transporte do pessoal e do material sanitário, não serão objeto de ataques, mas serão respeitadas pelas partes em luta durante os vôos que efetuarem em altitude, horários e itinerários convenccionados especificamente entre

tôdas as partes em luta interessadas.

Essas aeronaves levarão ostensivamente o emblema distintivo previsto no artigo 41, ao lado das cores nacionais, nas superfícies, interior, superior e laterais. Serão dotadas de quaisquer outras marcas ou meios de identificação estabelecidos em acôrdo entre as partes em conflito, seja no início das hostilidades ou durante elas.

Salvo acôrdo em contrário, o sobrevôo do território inimigo ou ocupado será proibido.

As aeronaves sanitárias deverão obedecer a toda intimação de aterrissagem ou amerissagem. Nos casos de aterrissagem e amerissagem assim impostos, a aeronave com seus ocupantes, poderá levantar vôo após controle eventual.

Em caso de aterrissagem ou amerissagem fortuita em território inimigo ou ocupado pelo inimigo, os feridos, enfermos e náufragos, bem como a equipagem da aeronave, serão prisioneiros de guerra. O pessoal sanitário será tratado de conformidade com os artigos 36 e 37.

Artigo 40

As aeronaves sanitárias das partes em luta poderão, observadas as disposições do segundo parágrafo, sobrevôar o território das Potências neutras e nêle aterrissar ou amerissar, em caso de necessidade, ou para aí fazer escala. Deverão notificar previamente às Potências neutras sua passagem sobre seus territórios e obedecer a toda intimação para aterrissar ou amerissar. Essas aeronaves não estarão livres de ataques, senão quando seu vôo seguir altitudes e horários em rotas especificamente estabelecidas entre as Partes em luta e as Potências neutras interessadas.

As Potências neutras poderão, entretanto, impor condições ou restrições à passagem ou aterrissagem de aeronaves sanitárias em seu território.

Essas condições ou restrições eventuais serão aplicadas de maneira igual a tôdas as partes em luta.

Os feridos, enfermos ou náufragos, se desembarcados de uma aeronave sanitária em território neutro, com o assentimento da autoridade local, deverão, salvo ajuste em contrário entre o Estado neutro e as partes em luta, ser detidos pelo Estado neutro quando assim o exigir o Direito In-

ternacional, de molde a não mais poderem participar das operações de guerra. A Potência da qual dependam arcará com as despesas de hospitalização e de internamento.

CAPÍTULO VI

Do emblema distintivo

Artigo 41

Sujeito ao controle da autoridade militar competente, o emblema da cruz vermelha sobre fundo branco será exibido nas bandeiras, braçadeiras e em todos os materiais empregados no Serviço Sanitário.

No entanto, para os países que já empregam como emblema distintivo, em lugar da cruz vermelha, o crescente vermelho ou o leão e o sol vermelhos sobre fundo branco, tais emblemas são igualmente reconhecidos pelos termos da presente Convenção.

Artigo 42

O pessoal referido nos artigos 36 e 37 levará no braço esquerdo uma braçadeira que resista à umidade, munida do emblema distintivo emitido e carimbado pela autoridade militar. Esse pessoal, além da placa de identidade prevista no art. 19, será igualmente portador de um cartão de identidade especial marcado com o emblema distintivo. Tal cartão deverá resistir à umidade e ter dimensões que permitam seja levado no bolso. Será redigido em língua nacional e mencionará pelo menos os nomes e sobrenomes, a data de nascimento, a categoria e o número de matrícula do portador, estabelecendo em que qualidade tem o mesmo direito à proteção da presente Convenção. No cartão deverá constar a fotografia do titular e também sua assinatura ou impressões digitais, ou ambas. Nêle será estampado o selo seco da autoridade militar.

O cartão de identidade deverá ser uniforme para cada exército, e tanto quanto possível do mesmo tipo que o dos exércitos das Altas Partes Contratantes. As Partes em luta poderão guiar-se pelo modelo que adotarem, no início das hostilidades. Cada cartão de identidade será emitido, se possível, em dois exemplares, pelo menos, ficando um dêles em poder da Potência de origem.

O pessoal acima mencionado não poderá, em hipótese alguma, ser pri-

vado de suas insígnias, do cartão de identidade, nem do direito de usar sua brçaadeira, tendo, em caso de perda, o direito de obter uma segunda via do cartão e receber novas insígnias.

Artigo 43

Os navios e embarcações designados nos artigos 22, 24, 25 e 27, se distinguirão da seguinte maneira:

a) tódas as suas superfícies externas serão brancas;

b) uma ou mais cruces de cör vermelha escura, tão grandes quanto possível, serão pintadas em cada lado do casco, assim como sobre as superfícies horizontais, de maneira a garantir a melhor visibilidade, seja do ar ou do mar.

Todos os navios-hospitais se farão reconhecer içando seu pavilhão nacional, e além disso, se pertencem a uma Potência neutra, o pavilhão da Parte em luta sob cuja direção se encontrem. Uma bandeira branca com uma cruz vermelha deverá tremular na parte mais alta do mastro grande.

Os barcos salva-vidas dos navios-hospitais, os barcos salva-vidas costeiros e tódas as pequenas embarcações empregadas pelo Serviço de Saúde serão pintados de branco com cruces de cör vermelha escura nitidamente visíveis e, de maneira geral, os processos de identificação acima estipulados para os navios-hospitais lhes serão applicáveis.

Os navios e embarcações acima mencionados que, à noite e em tempo de visibilidade reduzida, queiram ter a proteção que lhes cabe por direito, deverão tomar, com o assentimento da Parte em luta em cujo poder se encontrem, as medidas necessárias para tornarem a pintura e os emblemas distintivos suficientemente visíveis.

Os navios-hospitais que forem retidos provisoriamente pelo inimigo, em virtude do art. 31, deverão recolher o pavilhão da Parte em luta a serviço da qual se encontrem ou cuja direção hajam aceito.

Se os barcos salva-vidas costeiros, com assentimento da Parte ocupante, continuarem a operar de uma base occupada, poderão ser autorizados a arvorar suas côres nacionais ao mesmo tempo que o pavilhão com a cruz vermelha quando se afastem de sua base, desde que as Partes em luta sejam previamente notificadas.

Tódas as estipulações dëste artigo relativas ao emblema da cruz vermelha se applicam igualmente aos demais emblemas mencionados no artigo 41.

As Partes em luta se esforçarão sempre para concluir acórdos com o fim de se utilizarem os métodos mais modernos de que possam dispor para facilitar a identificação dos navios e embarcações referidos neste artigo.

Artigo 44

Os emblemas distintivos previstos no artigo 43 só poderão ser utilizados, quer em tempo de paz, quer em tempo de guerra, para assinalar ou proteger os navios mencionados na presente Convenção, sob reserva dos casos previstos por outra Convenção Internacional ou por acórdio entre tódas as Partes em luta, interessadas.

Artigo 45

As Altas Partes Contratantes, cuja legislação não seja sufficiente, deverão tomar as medidas necessárias para sempre impedir e reprimir qualquer emprego abusivo dos distintivos previstos no art. 43.

CAPÍTULO VII

Da execução da Convenção

Artigo 46

Cada Parte em luta terá que garantir, por intermédio dos seus comandantes-chefes, a minuciosa execução dos artigos precedentes, assim como dos casos não previstos, de conformidade com os princípios gerais da presente Convenção.

Artigo 47

São proibidas as represálias contra os feridos, os enfermos, os naufragos, o pessoal, os navios ou material protegidos pela Convenção.

Artigo 48

As Altas Partes Contratantes se comprometem a difundir, o mais amplamente possível, em tempo de paz e em tempo de guerra, o texto da presente Convenção em seus próprios países e, especialmente, incluir o seu estudo nos programas de instrução militar e, se possível, de instrução civil, de tal maneira que esses princípios sejam conhecidos de tódas a população, especialmente das fôr-

cas armadas combatentes, do pessoal sanitário e dos capelães.

Artigo 49

As Altas Partes Contratantes se transmitirão, por intermédio do Conselho Federal Suíço e, durante as hostilidades, por intermédio das Potências protetoras, as traduções oficiais da presente Convenção, assim como as leis e regulamentos que possam adotar para assegurar sua aplicação.

CAPÍTULO VIII

Da repressão dos abusos e das infrações

Artigo 50

As Altas Partes Contratantes se comprometem a tomar as medidas legislativas necessárias para fixar as sanções penais adequadas a aplicar as pessoas que cometam ou dêem ordem para cometer qualquer das infrações graves contra a presente Convenção, definidas no artigo seguinte.

Cada Parte Contratante terá obrigação de procurar as pessoas acusadas de haverem cometido ou dado ordem para cometer qualquer dessas infrações graves e deverá submetê-las a seus próprios tribunais, qualquer que seja a sua nacionalidade. Poderá também, se preferir, e segundo as condições previstas pela sua própria legislação, entregá-las a uma outra Parte Contratante interessada no processo a fim de serem julgadas, desde que esta Parte Contratante possua, contra as referidas pessoas, acusações suficientes.

Cada Parte Contratante tomará as medidas necessárias para fazer cessar todos os demais atos contrários às disposições da presente Convenção, que não estejam definidas no artigo seguinte.

Em todas as circunstâncias os acusados se beneficiarão das garantias de processo e de livre defesa que não podem ser inferiores às previstas nos artigos 105 e seguintes, da Convenção de Genebra de 12 de agosto de 1949, relativa ao tratamento dos prisioneiros de guerra.

Artigo 51

As infrações graves previstas no artigo precedente são as que envolvem quaisquer dos seguintes atos, se cometidos contra pessoas ou bens protegidos pela Convenção: homicí-

dio intencional, tortura ou tratamento desumanos, inclusive as experiências biológicas, o fato de causar intencionalmente grandes sofrimentos ou atentados graves à integridade física ou à saúde, a destruição ou apropriação dos bens, não justificadas pelas necessidades militares e executadas em grande escala, de maneira ilícita e arbitrária.

Artigo 52

Nenhuma Parte Contratante poderá se eximir nem eximir outra Parte Contratante das responsabilidades em que ela ou outra hajam incorrido, em razão das infrações previstas no artigo precedente.

Artigo 53

A pedido de uma Parte em luta deverá ser aberto inquérito na forma a ser combinada entre as Partes interessadas, sobre qualquer violação alegada da Convenção.

Se não se chegar a um ajuste sobre as regras de processo a serem observadas no inquérito as Partes deverão concordar na escolha de um árbitro que decidirá do processo a seguir. Uma vez constatada, as Partes em luta farão cessar a violação e a reprimirão o mais rapidamente possível.

Artigo 54

A presente Convenção será redigida em francês e inglês. Os dois textos são igualmente autênticos.

O Conselho Federal Suíço providenciará as traduções oficiais da **Convenção** para as línguas russa e espanhola.

Artigo 55

A presente Convenção, que levará a data de hoje, deverá ser assinada até o dia 22 de fevereiro de 1950 pelas Potências representadas na Conferência instalada em Genebra a 21 de abril de 1949, assim como pelas Potências não representadas nesta Conferência e que participaram da 10.^a Convenção de Haia, de 18 de outubro de 1907, para a adaptação à guerra marítima dos princípios da Convenção de Genebra, de 1906 ou das Convenções de Genebra, de 1864, de 1906, ou de 1929, para a melhoria da sorte dos feridos e enfermos dos exércitos em campanha.

Artigo 56

A presente Convenção será ratificada no mais breve prazo possível e as ratificações serão depositadas em Berna.

Será redigida uma ata do depósito de cada instrumento de ratificação, cuja cópia certificada conforme será enviada pelo Conselho Federal Suíço a todas as Potências em cujo nome foi assinada a Convenção ou notificada a adesão.

Artigo 57

A presente Convenção entrará em vigor seis meses depois de terem sido depositados dois instrumentos de ratificação, pelo menos.

Ulteriormente ela entrará em vigor, para cada Alta Parte Contratante, seis meses depois do depósito do seu instrumento de ratificação.

Artigo 58

A presente Convenção substitui a 10.^a Convenção de Haia de 18 de outubro de 1907 para adaptação à guerra marítima dos princípios da Convenção de Genebra de 1906, quanto às relações entre as Altas Partes Contratantes.

Artigo 59

A presente Convenção, a partir da data de sua entrada em vigor, será aberta à adesão de toda Potência em cujo nome não tenha sido assinada.

Artigo 60

As adesões serão notificadas por escrito ao Conselho Federal Suíço e produzirão seus efeitos seis meses após a data em que lhe forem entregues.

O Conselho Federal Suíço comunicará as adesões a todas as Potências em nome das quais a Convenção tenha sido assinada ou a adesão notificada.

Artigo 61

As situações previstas nos artigos 2 e 3 terão efeito imediato para as ratificações depositadas e para as adesões notificadas pelas Partes em luta, antes ou após o início das hostilidades ou da ocupação. A comunicação das ratificações ou adesões recebidas das Partes em luta, será feita

ta pelo Conselho Federal Suíço, pelo método mais rápido possível.

Artigo 62

Cada uma das Altas Partes Contratantes terá a faculdade de denunciar a presente Convenção.

A denúncia será notificada por escrito ao Conselho Federal Suíço, o qual transmitirá a notificação aos Governos de todas as Altas Partes Contratantes.

A denúncia produzirá seus efeitos um ano após a sua notificação ao Conselho Federal Suíço. Todavia, a denúncia notificada quando a Potência denunciante estiver implicada em um conflito, não produzirá efeito enquanto não for concluída a paz e enquanto as operações de liberação e de repatriamento das pessoas protegidas pela presente Convenção não estiverem terminadas.

A denúncia produzirá efeito somente com relação à Parte denunciante. Não terá efeito sobre as obrigações que as Partes em luta forem obrigadas a cumprir em virtude dos princípios do Direito das Gentes que resultem dos usos estabelecidos entre as nações civilizadas, das leis de humanidade e das exigências da consciência pública.

Artigo 63

O Conselho Federal Suíço registrará a presente Convenção no Secretariado das Nações Unidas. O Conselho Federal Suíço informará igualmente o Secretariado das Nações Unidas de todas as ratificações, adesões e denúncias que receber com respeito à presente Convenção.

Em fé do que os abaixo assinados, tendo depositado seus respectivos plenos poderes, assinaram a presente Convenção.

Feito em Genebra, a 12 de agosto de 1949, nas línguas francesa e inglesa, devendo ser o original depositado nos arquivos da Confederação Suíça. O Conselho Federal Suíço transmitirá cópia certificada conforme da Convenção a cada um dos Estados signatários, assim como aos Estados que tiverem aderido à Convenção.

CONVENÇÃO DE GENEBRA DE 12 DE AGOSTO DE 1949, RELATIVA AO TRATAMENTO DOS PRISIONEIRO DE GUERRA

Os abaixo assinados Plenipotenciários dos Governos representados na Conferência diplomática reunida em Genebra de 21 de abril a 12 de agosto de 1949, a fim de rever a Convenção concluída em Genebra a 27 de julho de 1929, relativa ao tratamento dos prisioneiros de guerra, convieram no seguinte:

TÍTULO I

Disposições Gerais

Artigo 1.º

As Altas Partes Contratantes comprometem-se a respeitar e a fazer respeitar, em todas as circunstâncias, a presente Convenção.

Artigo 2.º

Afora as disposições que devem entrar em vigor em tempo de paz a presente Convenção se aplicará em caso de guerra declarada ou de qualquer outro conflito armado que surja entre duas ou várias das Altas Partes Contratantes mesmo que o estado de guerra não seja reconhecido por uma delas.

Aplicar-se-á a Convenção, igualmente, em qualquer caso de ocupação da totalidade ou de parte do território de uma Alta Parte Contratante, mesmo que a ocupação não encontre resistência militar.

Se uma das Potências em conflito não é parte na presente Convenção, as Potências que nela são partes ficarão, não obstante, obrigadas pela mesma em suas relações recíprocas. Ficarão, outrossim, obrigadas pela Convenção com respeito à mencionada Potência, desde que esta aceite e aplique seus dispositivos.

Artigo 3.º

Em caso de conflito armado sem caráter internacional e que surja no território de uma das Altas Partes Contratantes, cada uma das Partes, em conflito terá a obrigação de aplicar pelo menos, os seguintes dispositivos:

1) As pessoas que não participam diretamente das hostilidades, inclu-

sive os membros das forças armadas que tenham deposedo as armas e as pessoas que tenham ficado fora de combate por enfermidade, ferimento, detenção ou por qualquer outra causa, serão, em qualquer circunstância, tratadas com humanidade sem distinção alguma de caráter desfavorável baseada em raça, cor, religião ou crença, sexo, nascimento ou fortuna, ou qualquer outro critério análogo.

Para esse fim, estão e ficam proibidos em qualquer momento e lugar, a respeito das pessoas acima mencionadas:

a) os atentados à vida e à integridade física, especialmente o homicídio sob todas as suas formas, as mutilações, os tratamentos cruéis, as torturas e os suplicios;

b) a captura ou prisão de reféns;

c) os atentados à dignidade das pessoas, especialmente os tratamentos humilhantes e degradantes;

d) as condenações pronunciadas e as execuções efetuadas sem julgamento prévio, pronunciadas por tribunal regularmente constituído, provido de garantias judiciais reconhecidas como indispensáveis pelos povos civilizados.

2) Os feridos e enfermos serão recolhidos e tratados.

Um organismo humanitário imparcial, tal como o Comité Internacional da Cruz Vermelha, poderá oferecer seus serviços às Partes em conflito.

As Partes em conflito esforçar-se-ão, por outro lado, para pôr em vigor, por meio de acordos especiais, o todo ou parte dos demais dispositivos da presente Convenção.

A aplicação dos dispositivos prece dentes não terá efeito sobre o estatuto jurídico das Partes em conflito.

Artigo 4.º

A — São considerados prisioneiros de guerra, no sentido da presente Convenção, as pessoas que pertencentes a uma das seguintes categorias tenham caído em poder do inimigo.

1) os membros das forças armadas de uma Parte em conflito, assim como os membros das milícias e dos corpos de voluntários que façam parte dessas forças armadas;

2) os membros de outras milícias e de outros corpos de voluntários, inclusive os que façam parte dos movi-

mentos de resistência organizados, pertencentes a uma Parte em conflito e agindo fora ou no interior de seu território, mesmo que esse território esteja ocupado, uma vez que essas milícias ou esses corpos de voluntários, inclusive os referidos movimentos de resistência organizados, preencham as condições seguintes:

a) ter como chefe pessoa responsável pelos seus subordinados;

b) ter um emblema distintivo fixo e reconhecível a distância;

c) portar armas abertamente;

d) conformar-se, em suas operações, as leis e costumes de guerra;

3) os membros das forças armadas regulares que são sustentadas por um Governo ou por uma autoridade não reconhecidos pela Potência detentora;

4) as pessoas que acompanham as forças armadas sem fazerem parte delas, tais como os membros civis das equipagens de aviões militares, correspondentes de guerra, fornecedores, membros de unidades de trabalho ou serviços encarregados do bem-estar das forças armadas, desde que tenham recebido autorização das forças armadas que acompanham, tendo aquelas a obrigação de fornecer-lhes uma carteira de identidade semelhante ao modelo anexo;

5) os membros das equipagens, inclusive os comandantes, pilotos e aprendizes, da marinha mercante e as equipagens da aviação civil das Partes em conflito que não sejam beneficiadas por tratamento mais favorável em virtude de outras disposições de direito internacional;

6) a população de um território não-ocupado que, à aproximação do inimigo pegue espontaneamente em armas para combater as tropas invasoras sem ter tido tempo de se constituir em forças armadas regulares, se carregar armas abertamente e se respeitar as leis e costumes de guerra.

B — Serão igualmente beneficiadas pelo tratamento reservado pela presente Convenção aos prisioneiros de guerra:

1) as pessoas que pertençam ou tenham pertencido às forças armadas do país ocupado, se em virtude desse fato, a Potência ocupante julgar necessário proceder ao seu internamento, mesmo que inicialmente tenha libertado essas pessoas enquanto as hostilidades se desenvolviam fora

do território que ela ocupa especialmente depois de uma tentativa maiorada dessas pessoas no sentido de se unirem às forças armadas as quais pertencem e que estejam empenhadas em combate ou quando não se submetem a uma intimação feita para fins de internamento;

2) as pessoas pertencentes a uma das categorias enumeradas no presente artigo, que as Potências neutras ou não-beligerantes venham recebido em seu território e que elas são obrigadas a internar em virtude do Direito Internacional, sem prejuízo de qualquer tratamento mais favorável que essas Potências quiserem dar-lhes e excetuando-se os dispositivos dos arts. 8.º, 10, 15, 30, quinta alínea, 58 a 67, 92, 126 e, quando existam relações diplomáticas entre as Partes em conflito e a Potência neutra ou não-beligerante interessada, os dispositivos que se referem a Potência protetora. Quando existirem tais relações diplomáticas as Partes em conflito de que dependam essas pessoas serão autorizadas a exercer com referência a elas as funções atribuídas às Potências protetoras pela presente Convenção, sem prejuízo das que estas Partes exercem normalmente em virtude dos usos e dos tratados diplomáticos e consulares.

C — Este artigo não afetará de maneira alguma o estatuto de pessoas médico e religioso como está previsto no art. 33 da presente Convenção.

Artigo 5.º

A presente Convenção se aplicará às pessoas mencionadas no art. 4.º desde que caírem em poder do inimigo até sua libertação e readaptação definitiva.

Se houver dúvida quanto à inclusão das pessoas em uma das categorias, enumeradas no art. 4.º que cometeram ato de beligerância e que caíram nas mãos do inimigo as referidas pessoas gozarão da proteção da presente Convenção, esperando que seu estatuto seja fixado por tribunal competente.

Art. 6.º

Afora os acordos previstos, expressamente nos arts. 10, 23, 33, 60, 65, 66, 67, 72, 109, 110, 118, 119, 122 e 132, as Altas Partes Contratantes poderão concluir outros acordos especiais sobre qualquer questão

que lhes pareça oportuno regular particularmente. Nenhum acordo especial poderá prejudicar a situação dos prisioneiros, tal como esta regulado pela presente Convenção, nem restringir os direitos que ela lhes conceder.

Os prisioneiros de guerra continuarão a gozar dos benefícios desses acordos enquanto a Convenção lhes for aplicável, salvo estipulações em contrário contidas expressamente nos referidos acordos ou em acordos ulteriores, ou igualmente salvo medidas mais favoráveis tomadas a seu respeito por uma ou outra das Partes, em conflito.

Artigo 7.º

Os prisioneiros de guerra não poderão em caso algum renunciar parcial ou totalmente aos direitos que lhes garantem a presente Convenção e os acordos especiais citados no artigo anterior, se houver.

Artigo 8.º

A presente Convenção será aplicada com o concurso e sob o controle das Potências protetoras encarregadas de salvaguardar os interesses das Partes em conflito. Para esse fim as Potências protetoras poderão, afora seu pessoal diplomático ou consular, designar delegados entre os seus nacionais ou de outras Potências neutras. Esses delegados deverão ser submetidos à aprovação da Potência junto à qual exercem sua missão.

As Partes em conflito facilitarão, na medida mais ampla possível, a tarefa dos representantes ou delegados das Potências protetoras.

Os representantes ou delegados das Potências protetoras não deverão em caso algum exorbitar dos limites de sua missão, tal como está previsto na presente Convenção; deverão igualmente tomar toda das necessidades imperiosas de segurança do Estado junto ao qual exercem suas funções.

Artigo 9.º

Os dispositivos da presente Convenção não constituirão obstáculo às atividades humanitárias que o Comité Internacional da Cruz Vermelha, assim como qualquer outro organismo humanitário imparcial, desempenha para a proteção dos prisioneiros de guerra e para os socorros que lhes devam ser prestados, mediante apro-

vação das Partes em conflito interessadas.

Artigo 10

As Altas Partes Contratantes poderão entender-se a qualquer momento, para confiar a um organismo que apresente todas as garantias de imparcialidade e de eficácia, as tarefas que a presente Convenção atribui às Potências protetoras.

Se os prisioneiros de guerra não são mais beneficiados, qualquer que seja a razão, pela atividade de uma Potência protetora ou de organismo designado de acordo com a alínea primeira, a Potência detentora deverá solicitar, seja a um Estado neutro, seja a tal organismo, que assumam as funções que a presente Convenção atribui às Potências protetoras designadas pelas Partes em conflito.

Se não se puder garantir proteção, a Potência detentora deverá solicitar a um organismo humanitário, tal como o Comité Internacional da Cruz Vermelha que assumam as tarefas humanitárias que a presente convenção atribui, às Potências protetoras ou ou deverá aceitar, revalidados os dispositivos do presente artigo, os oferecimentos de serviços por parte desse organismo.

Toda Potência neutra ou todo organismo convidado pela Potência interessada ou que se tenha oferecido para os fins acima mencionados deverá, em sua atividade, estar consciente de suas responsabilidades para com a Parte em conflito a que pertençam as pessoas protegidas pela presente Convenção e deverá fornecer garantias suficientes de capacidade para assumir as funções em apreço e desempenhá-las imparcialmente.

Não poderão ser derogadas as disposições precedentes por acordo particular entre Potências uma das quais se encontre, mesmo temporariamente, em relação a outra Potência ou a seus aliados, limitada em sua liberdade de negociação, em consequência de eventos militares, especialmente em caso de ocupação da totalidade ou de parte importante de seu território.

Todas as vezes que se faz menção de Potência protetora na presente Convenção, essa menção designa igualmente os organismos que a substituem no sentido do presente artigo.

Artigo 11

Em todos os casos em que o julgarem útil no interesse das pessoas protegidas, especialmente em caso de desacôrdo entre as Partes em conflito sobre a aplicação ou interpretação das disposições da presente Convenção, as Potências protetoras emprestarão seus bons officios para o fim de pôr fim ao dissídio.

Para esse fim, cada uma das Potências protetoras poderá, a convite de uma Parte ou espontaneamente, propor às Partes em conflito uma reunião de seus representantes e, em particular, das autoridades encarregadas da sorte dos prisioneiros de guerra, possivelmente em território neutro convenientemente escolhido. As Partes em conflito serão obrigadas a adotar as propostas que lhes forem feitas nesse sentido. As Potências protetoras poderão, dado o caso, propor a aceitação das Partes em conflito uma personalidade que pertença a uma Potência neutra ou uma personalidade designada pelo Comité Internacional da Cruz Vermelha, que será chamada a participar dessa reunião.

TÍTULO II

Proteção geral aos prisioneiros de guerra

Artigo 12

Os prisioneiros ficam em poder da Potência inimiga, e não dos indivíduos ou corpos de tropas que os capturaram. Independentemente das responsabilidades individuais que possam existir, a Potência detentora é responsável pelo tratamento que lhes for aplicado.

Os prisioneiros de guerra não podem ser transferidos pela Potência detentora senão a uma Potência que seja Parte na Convenção e quando a Potência detentora tiver garantias de que a Potência em aprêo deseja aplicar e está em condições de aplicar a Convenção. Quando os prisioneiros forem assim transferidos, a responsabilidade de aplicação da Convenção caberá à Potência que aceitou acolhê-los durante o tempo em que eles lhe forem confiados.

Entretanto, caso esta Potência falte às suas obrigações de executar as disposições da Convenção, em qualquer ponto importante, a Potência que tiver transferido os prisioneiros de guerra deverá, após notificação da

Potência protetora, tomar medidas eficazes para remediar a situação ou solicitar que lhe sejam devolvidos os prisioneiros de guerra. Esse pedido deverá ser satisfeito.

Artigo 13

Os prisioneiros de guerra devem ser tratados sempre com humanidade. Qualquer ato ou omissão ilícita, da parte da Potência detentora, que cause a morte ou ponha em perigo grave a saúde do prisioneiro de guerra em seu poder é proibido e será considerado como infração grave à presente Convenção. Em particular, nenhum prisioneiro de guerra poderá ser submetido a mutilação física ou a experiências médicas ou científicas de qualquer natureza que não possam ser justificadas para efeito de tratamento médico do prisioneiro interessado e que não sejam de seu interesse.

Os prisioneiros de guerra devem, igualmente, ser protegidos sempre, especialmente contra todo ato de violência ou de intimidação e contra os insultos e a curiosidade pública.

Quaisquer medidas de represálias contra eles são interditas.

Artigo 14

Os prisioneiros de guerra têm direito, em todas as circunstâncias, a que suas pessoas e sua honra sejam respeitadas.

As mulheres devem ser tratadas com todas as atenções devidas a seu sexo e devem gozar sempre de tratamento tão favorável quanto o que é dado aos homens.

Os prisioneiros de guerra conservam plenamente os direitos civis de que gozavam no momento de serem capturados. A Potência detentora não poderá limitar o exercício dos seus direitos, tanto no território como fora dele, a não ser na medida em que a situação dos prisioneiros o exigir.

Artigo 15

A Potência detentora dos prisioneiros de guerra é obrigada a proporcionar-lhes, gratuitamente, os cuidados médicos que seu estado de saúde exigir.

Artigo 16

Consideradas as disposições da presente Convenção, relativas tanto à patente, como ao sexo, e ressalvado qualquer tratamento privilegiado que

seja dado aos prisioneiros de guerra em razão de seu estado de saúde, de sua idade ou de suas aptidões profissionais, os prisioneiros devem todos ser tratados da mesma maneira pela Potência detentora, sem nenhuma distinção de caráter desfavorável baseada em raça, nacionalidade, religião, opiniões políticas ou outra, fundada em critérios análogos.

TÍTULO III

Do cativo

Secção I

Início do cativo

Artigo 17

Cada prisioneiro de guerra não será obrigado a declarar, quando interrogado a respeito, senão o seu sobrenome, prenome e graduação, a data de nascimento e o número de matrícula, ou, na falta disso, uma indicação equivalente.

No caso de ele infringir voluntariamente essa regra, arriscar-se-á a uma restrição das vantagens concedidas a prisioneiros de sua graduação ou estatuto.

Cada Parte em conflito será obrigada a fornecer a toda pessoa sob sua jurisdição e que possa tornar-se prisioneiro de guerra, uma carteira de identidade indicando sobrenome, nome, patente, número de matrícula ou indicação equivalente e data de nascimento. Essa carteira de identidade poderá, além disso incluir a assinatura ou as impressões digitais ou ambas, assim como todas as demais indicações que as Partes em conflito queiram acrescentar concernentes às pessoas pertencentes às suas forças armadas. Tanto quanto possível, ela deverá medir 6,5 x 10 cm. e será confeccionada em dois exemplares. O prisioneiro de guerra deverá apresentar essa carteira de identidade sempre que se exigir, mas ela não poderá em caso algum ser-lhe tomada.

Nenhuma tortura física ou moral nem constrangimento de espécie algum poderão ser exercidos contra os prisioneiros de guerra para deles se obterem informações de qualquer espécie.

Os prisioneiros que recusarem responder não poderão ser nem ameaçados, nem insultados, nem expostos a dissabores ou desvantagens de qualquer natureza.

Os prisioneiros de guerra que sejam incapazes de declarar sua identidade, em razão de seu estado físico ou mental, serão confiados aos serviços de saúde. A identidade de tais prisioneiros será estabelecida por todos os meios possíveis, ressalvadas as disposições da alínea anterior.

O interrogatório dos prisioneiros de guerra será feito em língua que eles compreendam.

Artigo 18

Todas as bagagens e objetos de uso pessoal — salvo as armas, os cavalos, o equipamento militar e os documentos militares — ficarão na posse dos prisioneiros de guerra, assim como os capacetes metálicos, as máscaras contra gases e todos os outros artigos que lhes foram entregues para proteção pessoal. Ficarão igualmente em sua posse a bagagem e objetos que lhes sirvam para vestuário e para alimentação, mesmo que essas bagagens e objetos façam parte de seu equipamento militar oficial.

Em nenhum momento os prisioneiros de guerra deverão estar sem documento de identidade. A Potência detentora fornecerá um documento àqueles que não o possuem.

As insígnias da patente e da nacionalidade, as condecorações e os objetos que tenham sobretudo valor pessoal ou sentimental não poderão ser retirados dos prisioneiros de guerra.

As somas em dinheiro que os prisioneiros de guerra possuam não lhes serão tiradas senão por ordem de um oficial, e após ter sido consignado em registro especial o montante dessas somas e a identidade do seu possuidor, e logo depois disso será entregue um recibo detalhado que mencione de maneira legível o nome, a patente e a unidade a que pertence a pessoa que tiver passado o recibo em aprêgo. As importâncias em moeda da Potência detentora ou que, a pedido do prisioneiro, forem convertidas nessa moeda, serão creditadas na conta do prisioneiro conforme o artigo 64.

Uma Potência detentora não poderá retirar dos prisioneiros de guerra objetos de valor senão por motivos de segurança. Nesse caso o processo aplicado será o mesmo que para a entrega das somas de dinheiro.

Esses objetos, assim como as somas de dinheiro em moeda diferente da moeda da Potência detentora e cujo possuidor não tenha solicitado a conversão, deverão ser guardados

pela Potência, detentora e entregues ao prisioneiro em sua forma inicial, no término do cativeiro.

Artigo 19

Depois de terem sido capturados, os prisioneiros de guerra serão evacuados, no mais breve prazo possível, para campos situados bem longe da zona de combate, para ficarem assim afastados de perigo.

Somente poderão ser mantidos, temporariamente, em zona perigosa os prisioneiros de guerra que, em virtude de seus ferimentos ou de suas doenças, corram maiores riscos se forem evacuados do que se nela permanecerem.

Os prisioneiros de guerra não serão expostos inútilmente a perigos enquanto esperam ser evacuados de uma zona de combate.

Artigo 20

A evacuação do prisioneiro de guerra se efetuará sempre com humanidade e em condições semelhantes àquelas que prevalecem para as tropas da Potência detentora em suas transações.

A Potência detentora fornecerá aos prisioneiros de guerra evacuados água potável e alimentação suficiente, assim como vestuário e cuidados médicos necessários; tomará todas as precauções úteis para garantir a segurança dos prisioneiros durante a evacuação e estabelecerá logo que possível a lista dos prisioneiros evacuados.

Se os prisioneiros de guerra tiverem que passar, durante a evacuação, por campos de trânsito, sua estada nesses campos será a mais breve possível.

Seção II

Internamento dos prisioneiros de guerra

CAPÍTULO I

Generalidades

Artigo 21

A Potência detentora poderá submeter os prisioneiros de guerra ao internamento. Poderá impor-lhes a obrigação de não se afastarem além de determinado limite do campo em que se encontram internados ou, se esse campo for cercado, de não ultrapassarem a cerca. Ressalvadas as dis-

posições da presente Convenção, relativas às sanções penais e disciplinares esses prisioneiros não poderão ser encarcerados ou retidos senão quando essa medida se tornar necessária para a proteção de sua saúde; essa situação não poderá, em todo caso, prolongar-se além das circunstâncias que a tenham tornado necessária.

Os prisioneiros de guerra poderão ser postos parcial ou totalmente em liberdade sob palavra ou sob compromisso, na medida em que o permitam as leis das quais eles dependem. Essa medida será tomada especialmente no caso em que ela possa contribuir para a melhora do estado de saúde dos prisioneiros. Nenhum prisioneiro será constrangido a aceitar sua liberdade sob palavra ou sob compromisso.

Desde o início das hostilidades cada Parte em conflito notificará à Parte adversária as leis e os regulamentos que permitam ou interditem aos seus nacionais aceitarem a liberdade sob palavra ou sob compromisso. Os prisioneiros postos em liberdade sob palavra ou sob compromisso, conforme as leis e os regulamentos assim notificados serão obrigados, sob palavra de honra, a cumprir escrupulosamente os compromissos que tiverem assumido com a Potência da qual dependem e com a que os fez prisioneiros. Em tais casos, a Potência da qual eles dependem será obrigada a não exigir nem aceitar deles nenhum serviço contrário à palavra e ou ao compromisso assumido.

Artigo 22

Os prisioneiros de guerra só poderão ser internados em estabelecimentos situados em terra firme e que apresentem todas as garantias de higiene e salubridade; salvo em casos especiais, justificados pelo interesse dos próprios prisioneiros, eles não poderão ser internados em penitenciárias.

Os prisioneiros de guerra internados em regiões insalubres ou cujo clima lhes for pernicioso serão transportados logo que possível para clima mais favorável.

A Potência detentora agrupará os prisioneiros de guerra nos campos ou em seções dos campos, levando em conta sua nacionalidade, língua e costumes, contanto que eles não sejam separados dos prisioneiros de guerra pertencentes às forças armadas nas quais serviram no momento em que

foram capturados, a menos que consintam nisso.

Artigo 23

Nenhum prisioneiro de guerra poderá em qualquer tempo ser enviado para uma região, ou ser retido nela, onde fique exposto ao fogo de uma zona de combate, nem ser utilizado para abrigar com sua presença certas regiões das operações militares.

Os prisioneiros de guerra disporão de abrigos contra bombardeios aéreos e outros perigos de guerra nas mesmas condições que a população civil local: com exceção daqueles que participam da proteção de seus acantonamentos contra esses perigos, poderão recorrer a esses abrigos tão rapidamente quanto possível, depois de dado o alarme. Qualquer outra medida de proteção em favor da população lhes será igualmente aplicada.

As Potências detentoras se comunicarão reciprocamente, por intermédio das Potências protetoras, todas as indicações úteis sobre a situação geográfica dos campos de prisioneiros de guerra.

Sempre que o permitirem considerações de ordem militar, os campos de prisioneiros de guerra serão assinalados de dia por meio das letras PG ou PW, colocadas de maneira que sejam vistas distintamente do alto; todavia, as Potências interessadas poderão convir em outro meio de sinalização. Somente os campos de prisioneiros serão assinalados dessa maneira.

Artigo 24

Os campos de trânsito ou de seleção de caráter permanente serão organizados em condições semelhantes às previstas na presente seção e os prisioneiros de guerra nêles internados gozarão do mesmo regime que nos demais campos.

CAPÍTULO II

Do Alojamento, da alimentação e do vestuário dos prisioneiros de guerra

Artigo 25

As condições de alojamento dos prisioneiros de guerra serão tão favoráveis quanto as reservadas às tropas da Potência detentora acantonadas na mesma região. Essas condições deverão levar em conta a moralidade

e os costumes dos prisioneiros e não deverão em caso algum ser prejudiciais à sua saúde.

As estipulações precedentes se aplicarão especialmente aos dormitórios dos prisioneiros de guerra, tanto relativamente à superfície total e ao espaço cúbico mínimo, como às instalações gerais e ao material do dormitório, inclusive as cobertas.

Os lugares destinados tanto ao uso individual como ao coletivo dos prisioneiros de guerra deverão estar inteiramente ao abrigo da umidade, suficientemente aquecidos e iluminados, especialmente entre o cair da noite e a extinção dos fogos. Todas as precauções deverão ser tomadas contra os perigos de incêndio.

Em todos os campos em que se encontrem acantonados prisioneiros de guerra simultaneamente com outros detentos ser-lhes-ão reservados dormitórios separados.

Artigo 26

A ração quotidiana básica deverá ser suficiente em quantidade, qualidade e variedade para manter o prisioneiro em boa saúde e impedir uma perda de peso ou as deficiências nutritivas. Ter-se-á em conta igualmente o regime alimentar ao qual estão habituados os prisioneiros.

A Potência detentora fornecerá aos prisioneiros de guerra que trabalhem alimentação suplementar necessária para o trabalho no qual estão empregados.

Será fornecida água potável suficiente aos prisioneiros de guerra. O uso do fumo será autorizado.

Os prisioneiros de guerra, na medida do possível, serão empregados na preparação das suas refeições; para esse fim poderão ser empregados nas cozinhas. Receberão além disso os meios para prepararem os alimentos suplementares de que dispuserem.

Serão escolhidos locais convenientes para os refeitórios.

São interditas todas as medidas disciplinares coletivas com referência à alimentação:

Artigo 27

O vestuário, a roupa branca e o calçado serão fornecidos em quantidade suficiente aos prisioneiros de guerra pela Potência detentora, que levará em consideração o clima da região onde eles se encontrarem. Os

uniformes dos exércitos inimigos apreendidos pela Potência detentora, serão utilizados para vestir os prisioneiros de guerra se forem convenientes para o clima do país.

A substituição e os consertos dessas roupas serão assegurados com toda a regularidade pela Potência detentora. Além disso, os prisioneiros de guerra que trabalhem receberão vestuário próprio, sempre que a natureza do trabalho o exigir.

Artigo 28

Em todos os campos serão instaladas cantinas onde os prisioneiros de guerra poderão encontrar gêneros alimentícios, os objetos usuais, sabão e fumo, cujo preço de venda não deverá em caso algum, ultrapassar o preço do comércio local.

Os lucros da cantina serão utilizados em proveito dos prisioneiros de guerra; será criado para isso um fundo especial. O representante dos prisioneiros terá o direito de colaborar na administração da cantina e na gestão desses fundos.

Quando for extinto o campo, o saldo credor do fundo especial será entregue a uma organização humanitária internacional para ser empregado em proveito dos prisioneiros de guerra de mesma nacionalidade daqueles que contribuíram para constituir esse fundo. Em caso de repatriamento geral esses benefícios serão conservados pela Potência detentora, salvo acordo em contrário, concluído entre as Potências interessadas.

CAPÍTULO III

Da higiene e dos cuidados médicos

Artigo 29

A Potência detentora será obrigada a tomar medidas higiênicas necessárias para garantir a limpeza e a salubridade dos campos e para prevenir as epidemias.

Os prisioneiros de guerra disporão, noite e dia, de instalações conformes às regras de higiene e mantidas constantemente em estado de limpeza. Nos campos em que se abrigam prisioneiros de guerra, deverão ser-lhes reservadas instalações separadas.

Além disso, afora os banhos e as duchas de que serão providos os campos, os prisioneiros de guerra terão água e sabão em quantidade sufici-

ente para seus cuidados quotidianos de limpeza do corpo e para lavagem de suas roupas; para isso lhes serão concedidas instalações, facilidades e tempo necessários.

Artigo 30

Cada campo terá uma enfermaria adequada onde os prisioneiros de guerra receberão os cuidados de que necessitarem, assim como um regime alimentar apropriado. Se necessário, serão reservados locais de isolamento para os doentes portadores de moléstias contagiosas ou mentais.

Os prisioneiros de guerra atacados de doença grave ou cujo estado imponha tratamento especial, intervenção cirúrgica ou hospitalização deverão ser admitidos em qualquer organização militar ou civil qualificada para seu tratamento mesmo se o seu repatriamento estiver planejado para breve. Facilidades especiais serão concedidas para os cuidados que devam ser prestados aos inválidos, e em particular aos cegos, e para sua educação, enquanto aguardam seu repatriamento.

Os prisioneiros de guerra serão tratados de preferência pelo serviço médico da Potência de que dependem e se possível de sua nacionalidade.

Os prisioneiros de guerra não serão impedidos de se apresentar às autoridades médicas a fim de serem examinados. As autoridades detentoras remeterão, a pedido, a todo prisioneiro em tratamento, uma declaração oficial que indique a natureza de seus ferimentos ou de sua doença, a duração do tratamento e os cuidados recebidos. A Agência Central dos prisioneiros de guerra será enviada duplicada dessa declaração.

Os gastos com o tratamento, inclusive os gastos com qualquer aparelho necessário para manter os prisioneiros de guerra em bom estado de saúde, especialmente de prótese dentária e outras, e de óculos, ficarão a cargo da Potência detentora.

Artigo 31

Uma vez por mês serão feitas inspeções médicas dos prisioneiros de guerra, as quais abrangerão o controle e o registro do peso de cada prisioneiro. Terão por objeto, em particular, o controle do estado geral de saúde e de nutrição, do estado de asseio, assim como o reconhecimento de doenças contagiosas, especialmen-

te a tuberculose, o impaludismo e as moléstias venéreas. Para esse fim, serão empregados os métodos mais eficazes disponíveis por exemplo, a radiografia periódica em série sobre microfilme para a revelação da tuberculose desde o seu início.

Artigo 32

Os prisioneiros de guerra que forem médicos, dentistas, enfermeiros ou enfermeiras, sem estarem adjuntos ao Serviço de Saúde de suas forças armadas, poderão ser requisitados pela Potência detentora para exercerem suas funções médicas no interesse dos prisioneiros de guerra que dependem da mesma Potência que eles. Neste caso continuarão a ser prisioneiros de guerra, mas deverão ser tratados da mesma maneira que os membros correspondentes do serviço médico retidos pela Potência detentora. Eles serão isentos de qualquer outro trabalho previsto no artigo 49.

CAPÍTULO IV

Do pessoal médico e religioso retido para socorrer os prisioneiros de guerra

Artigo 33

Os membros dos serviços sanitário e religioso retidos pelo Estado detentor para assistirem os prisioneiros de guerra, não serão considerados prisioneiros de guerra. Todavia eles gozarão pelo menos de todas as vantagens e da proteção da presente Convenção, assim como de todas as facilidades necessárias que lhes permitam levar os cuidados médicos e o conforto religioso aos prisioneiros de guerra.

Enquadrados nas leis e regulamentos militares da Potência detentora sob a autoridade de seus serviços competentes e respeitada a sua consciência profissional, eles continuarão a exercer suas funções médicas ou espirituais em proveito dos prisioneiros de guerra pertencentes, de preferência, às forças armadas de que dependiam. Gozarão, além disso, para o exercício de sua missão médica ou espiritual, das facilidades seguintes:

a) Serão autorizados a visitar periodicamente os prisioneiros de guerra que se encontrem nos destacamentos de trabalho ou nos hospitais localizados fora do campo. A autori-

dade detentora porá à sua disposição, para isso, os meios de transporte necessários.

b) Em cada campo, o médico militar mais antigo no posto mais elevado será responsável junto às autoridades militares do campo em tudo que se referir às atividades do pessoal sanitário retido. Para isso, as Partes em luta se entenderão, desde o início das hostilidades, quanto ao assunto da correspondência das patientes do seu pessoal sanitário, inclusive o pessoal das sociedades mencionadas no artigo 26 da Convenção de Genebra para a melhoria da sorte dos feridos e doentes nas forças armadas em campanha, de 12 de agosto de 1949. Em todas as questões concernentes à sua missão, o médico, assim como os capelães, terão acesso direto junto às autoridades competentes do campo. Estas lhes darão todas as facilidades necessárias à correspondência relacionada com essas questões.

c) Embora se ache submetido à disciplina interna do campo em que se encontre, o pessoal retido não será obrigado a fazer trabalho estranho à sua missão médica ou religiosa.

Durante as hostilidades as Partes em luta se entenderão a respeito de uma substituição eventual do pessoal retido e assentarão seu processo.

Nenhuma das disposições precedentes dispensa a Potência detentora das obrigações que lhe incumbem relativamente aos prisioneiros de guerra no âmbito sanitário e no espiritual.

CAPÍTULO V

Das atividades religiosas, intelectuais e físicas

Artigo 34

Os prisioneiros de guerra terão liberdade de ação para o exercício de sua religião, inclusive assistência às cerimônias do culto, contanto que se conformem com as medidas de disciplina correntes prescritas pela autoridade militar.

Reservar-se-ão locais convenientes para as cerimônias.

Artigo 35

Os capelães que caírem nas mãos do Estado inimigo e que permanecerem retidos a fim de assistir os prisioneiros de guerra serão autorizados a levar-lhes os socorros de seu ministério, e a exercê-lo livremente entre

os seus correligionários de acôrdo com sua consciência religiosa. Serão repartidos entre os diferentes campos e destacamentos de trabalho em que se encontrem prisioneiros de guerra que pertençam às mesmas forças armadas, falem a mesma lingua ou tenham a mesma religião. Beneficiar-se-ão das facilidades necessárias e, em particular, dos meios de transporte previstos no artigo 33, para visitarem os prisioneiros de guerra fora do seu campo. Gozarão de liberdade de correspondência, sujeita a censura, para os atos religiosos de sua função, com as autoridades eclesiásticas do país de detenção e com as organizações religiosas internacionais. As cartas e cartões que elles enviarem com esse objetivo serão acrescentadas ao grupo previsto no artigo 71.

Artigo 36

Os prisioneiros de guerra que sejam ministros de um culto, sem serem capelães em seu próprio exército, receberão autorização, qualquer que seja a denominação de seu culto, para o exercicio pleno de sua função entre os seus correligionários. Para isso serão tratados como capelães retidos pela Potência detentora. Não serão submetidos a nenhum outro trabalho.

Artigo 37

Quando os prisioneiros de guerra não dispuserem do socorro de um capelão retido ou de um prisioneiro ministro de seu culto, será designado para exercer essa função um ministro que pertença seja à confissão deles, seja a uma confissão similar, ou, na falta destes, um leigo qualificado, quando isso for possível do ponto de vista confessional e a pedido dos prisioneiros interessados. Essa designação, submetida a aprovação da Potência detentora, se efetuará de acôrdo com a comunidade dos prisioneiros interessados e, quando necessário, com a aprovação da autoridade religiosa local de mesma confissão. A pessoa assim designada deverá conformar-se com todos os regulamentos estabelecidos pela Potência detentora no interesse da disciplina e da segurança militar.

Artigo 38

Respeitando as preferências individuais de cada prisioneiro, a potên-

cia detentora estimulará as atividades intellectuais, educativas, recreativas e esportivas dos prisioneiros de guerra; tomará as medidas necessárias para garantir o exercicio delas, pondo a sua disposição locais adequados e o equipamento necessário.

Os prisioneiros devem ter a possibilidade de poder fazer exercicio. inclusive esportes e jogos, e de estar ao ar livre. Reservar-se-ão espaços livres suficientes para esse fim em todos os campos.

CAPÍTULO VI

Disciplina

Artigo 39

Cada campo de prisioneiros de guerra ficará sob a autoridade de um official responsável pertencente às forças armadas regulares da Potência detentora. Esse official possuirá o texto da presente Convenção, velará para que as suas disposições sejam conhecidas do pessoal que se acha sob as suas ordens e será responsável pela sua applicação, sob o controle de seu governo.

Os prisioneiros de guerra, com exceção dos officiaes, deverão continência e mostrarão os sinais exteriores de respeito, previstas pelos regulamentos em vigor em seu próprio exército, a todos os officiaes da Potência detentora.

Os officiaes prisioneiros de guerra não serão obrigados a prestar continência senão aos officiaes superiores dessa Potência; todavia deverão prestá-la ao comandante do campo, qualquer que seja sua patente.

Artigo 40

Será autorizado o uso das insígnias de posto e de nacionalidade, assim como das condecorações.

Artigo 41

Em cada campo, o texto da presente Convenção, de seus anexos e o conteúdo de todos os acôrds especiais previstos no artigo 6.º, serão afixados, na lingua dos prisioneiros de guerra, em locais onde possam ser consultados por todos os prisioneiros. Elles serão comunicados, a pedido, aos prisioneiros que se acharem impossibilitados de tomar conhecimento do texto afixado.

Os regulamentos, ordens, avisos e publicações de toda natureza, relati-

vos a conduta dos prisioneiros de guerra serão comunicados a estes em língua que eles compreendam; serão afixados nas condições previstas acima e exemplares deles serão entregues ao representante dos prisioneiros. Todas as ordens e mandados dirigidos aos prisioneiros individualmente serão redigidos igualmente em língua que eles entendam.

Artigo 42

O uso de armas contra os prisioneiros de guerra, particularmente contra os que se evadem ou tentam evadir-se, será permitido somente em casos extremos que serão sempre precedidos de intimações apropriadas às circunstâncias.

CAPÍTULO VII

Patentes dos prisioneiros de guerra

Artigo 43

Desde o início das hostilidades, as partes em luta se comunicarão reciprocamente os títulos e patentes de todas as pessoas mencionadas no artigo 4.º da presente Convenção, a fim de garantir a igualdade de tratamento entre os prisioneiros de patente equivalente; se forem criados, posteriormente, títulos e patentes, eles serão objeto de comunicação análoga.

O Estado detentor reconhecerá as promoções concedidas aos prisioneiros de guerra e que lhes forem notificadas regularmente pela Potência de que dependem.

Artigo 44

Os oficiais e prisioneiros de categoria equivalente serão tratados com o respeito devido à sua patente e idade.

A fim de garantir o serviço de campo dos oficiais, serão destacados soldados prisioneiros de guerra das mesmas forças armadas e, tanto quanto possível, que falem a mesma língua, em número suficiente, tendo-se em conta a patente dos oficiais e prisioneiros de categoria equivalente. Essas ordenanças não poderão ser obrigados a nenhum outro trabalho.

Artigo 45

Os prisioneiros de guerra que não os oficiais e outros de categoria equivalente serão tratados com o respeito devido à sua patente e idade.

A gestão do rancho pelos próprios prisioneiros será facilitada de todas as maneiras.

CAPÍTULO VIII

Transferência dos prisioneiros de guerra após sua chegada a um campo.

Artigo 46

A Potência detentora, ao decidir a transferência de prisioneiros de guerra, deverá tomar em consideração os interesses dos próprios prisioneiros, a fim de, especialmente, não aumentar as dificuldades de seu repatriamento.

A transferência dos prisioneiros de guerra se efetuará sempre com humanidade e em condições não menos favoráveis do que aquelas de que gozam as tropas da Potência detentora em seus deslocamentos. Sempre se levarão em conta as condições climáticas às quais os prisioneiros de guerra estão acostumados e as condições de transferência não serão em caso algum prejudiciais à sua saúde.

A Potência detentora fornecerá aos prisioneiros de guerra, durante a transferência, água potável e alimentação suficiente para mantê-los em boa saúde, assim como o vestuário, o alojamento, e os cuidados médicos necessários. Ela tomará todas as precauções úteis, especialmente em caso de viagem por mar ou por via aérea para garantir-lhes segurança durante a transferência e estabelecerá, antes da partida deles, a lista completa dos prisioneiros transferidos.

Artigo 47

Os prisioneiros de guerra enfermos ou feridos não serão transportados enquanto a sua cura puder ser comprometida pela viagem, a menos que a sua segurança o exija imperiosamente.

Se o "front" estiver próximo de um campo, os prisioneiros de guerra desse campo só serão transferidos se a sua transferência puder se efetuar em condições suficientes de segurança ou se eles correrem maiores riscos permanecendo no local do que sendo transferidos.

Artigo 48

Em caso de transferência, os prisioneiros de guerra serão avisados

oficialmente de sua partida e de seu novo endereço postal; esse aviso será dado mais cedo para que possam preparar suas bagagens e avisar a sua família.

Eles serão autorizados a levar seus objetos pessoais, sua correspondência e os volumes que cheguem ao seu endereço; o peso desses objetos poderá ser limitado, se as circunstâncias da transferência o exigirem, aquilo que o prisioneiro puder carregar, mas em caso algum o peso autorizado ultrapassará 25 quilos.

A correspondência e os volumes endereçados a seu antigo campo lhes serão encaminhados sem atraso. O comandante do campo tomará, de comum acordo com o representante dos prisioneiros, as medidas necessárias para garantir a transferência de bens coletivos dos prisioneiros de guerra e das bagagens que eles não puderem levar consigo em virtude do 12.º parágrafo do presente artigo.

Os gastos causados pelas transferências ficarão a cargo da Potência detentora.

Secção III

Trabalho dos prisioneiros de guerra

Artigo 49

A Potência detentora poderá empregar os prisioneiros de guerra válidos como trabalhadores, levando em conta sua idade, sexo e grau de resistência física, a fim de mantê-los em bom estado de saúde física e mental.

Os suboficiais prisioneiros de guerra só poderão ser obrigados a trabalhos de supervisão. Aquêles que não forem obrigados a isso poderão solicitar outro trabalho que lhes convenha e que lhes será dado na medida do possível.

Se os oficiais ou pessoas de categoria semelhante exigirem trabalho que lhes convenha, este lhes será dado na medida do possível. Não poderão em caso algum ser obrigados a trabalhar.

Artigo 50

Afora os trabalhos relacionados com a administração, as instalações e a manutenção de seu campo, os prisioneiros de guerra só poderão ser

obrigados a trabalhos pertencentes às categorias abaixo enumeradas:

- a) agricultura;
- b) indústrias produtivas, extrativas ou manufatureiras, excetuando-se as indústrias metalúrgicas, mecânicas e químicas, os trabalhos públicos e os trabalhos de construção de caráter militar ou com objetivo militar;
- c) transporte e administração de estabelecimentos sem caráter ou objetivo militar;
- d) atividades comerciais ou artísticas;
- e) serviços domésticos;
- f) serviços públicos sem caráter ou destinação militar.

Em caso de violação das prescrições acima os prisioneiros de guerra serão autorizados a exercer seu direito de queixa, conforme o artigo 78.

Artigo 51

Os prisioneiros de guerra deverão ter condições adequadas de trabalho, particularmente no que se refere ao alojamento, à alimentação, ao vestuário e ao material; essas condições não deverão ser inferiores às que se reservam aos nacionais da Potência detentora empregados em trabalhos equivalentes; levar-se-ão em conta igualmente as condições climáticas.

A Potência detentora que utilizar o trabalho dos prisioneiros de guerra garantirá, nas regiões em que eles trabalhem, a aplicação de leis nacionais de proteção ao trabalho e, especialmente, os regulamentos sobre seguro dos trabalhadores.

Os prisioneiros de guerra deverão receber formação e ser providos de meios de proteção apropriados ao trabalho que devem fazer e semelhantes aos previstos para os nacionais da Potência detentora. Ressalvadas as disposições do artigo 52, os prisioneiros poderão ser submetidos aos riscos normais a que são submetidos os trabalhadores civis.

Em caso algum poderão as condições de trabalho tornar-se mais penosas por medidas disciplinares.

Artigo 52

A menos que seja voluntariamente, nenhum prisioneiro de guerra poderá ser empregado em trabalhos de caráter mais ou perigoso.

Nenhum prisioneiro de guerra será obrigado a trabalho considerado humilhante para um membro das forças armadas da Potência detentora.

Retirar minas ou outros engenhos de guerra analógos será considerado trabalho perigoso.

Artigo 53

A duração do trabalho diário dos prisioneiros de guerra, inclusive a duração do trajeto de ir e vir, não será excessivo e não deverá, em caso algum, ultrapassar a que é admitida para operários civis da região, nacionais da Potência detentora e empregados no mesmo trabalho.

Será permitido, obrigatoriamente, aos prisioneiros de guerra, no meio de seu trabalho quotidiano, um repouso de uma hora pelo menos; esse repouso será o mesmo que o previsto para os operários da Potência detentora se este for de maior duração; ser-lhes-á igualmente, permitido um repouso de 24 horas consecutivas semanalmente, de preferência no domingo ou no dia de repouso observado no seu país de origem. Além disso, todo prisioneiro que tiver trabalhado durante um ano terá um repouso de oito dias consecutivos, durante os quais sua remuneração de trabalho lhe será paga.

Se forem empregados os métodos, de trabalho tais como o trabalho de empreitada, com isso não deverá tornar-se excessiva a duração do mesmo.

Artigo 54

A remuneração de trabalho devida aos prisioneiros de guerra será fixada segundo as estipulações do artigo 62 da presente Convenção.

Os prisioneiros de guerra, vítimas de acidentes de trabalho ou que contraíram enfermidade durante ou por causa do seu trabalho, receberão todos os cuidados exigidos pelo seu estado. Além disso, a Potência detentora lhes dará um certificado médico que lhes permita fazer valer seus direitos junto ao Estado do qual dependem, e enviará uma cópia do mesmo à Agência Central dos prisioneiros de guerra prevista no artigo 123.

Artigo 55

A aptidão dos prisioneiros para o trabalho será controlada periodicamente por exames médicos, pelo menos uma vez por mês. Nesses exames se terá em conta a natureza dos trabalhos aos quais os prisioneiros de guerra estão obrigados.

Se um prisioneiro de guerra se considerar incapaz para trabalhar, será autorizado a apresentar-se às autoridades médicas do seu campo; os médicos poderão recomendar que fiquem isentos os prisioneiros que, em sua opinião, sejam inaptos para o trabalho.

Artigo 56

O regime dos destacamentos de trabalho será semelhante ao regime dos campos de prisioneiros de guerra.

Todo destacamento de trabalho continuará sob controle de um campo de prisioneiros de guerra e dele dependerá quanto à administração. As autoridades militares e o comandante do campo serão responsáveis, sob o controle de seu governo pela observação das disposições da presente Convenção quanto aos destacamentos de trabalho.

O comandante do campo manterá sempre em dia uma lista dos destacamentos de trabalho dependentes de seu campo e a comunicará aos delegados do Estado protetor da Comissão Internacional da Cruz Vermelha ou de outros organismos que prestem assistência aos prisioneiros de guerra, e que visitem o campo.

Artigo 57

O tratamento dos prisioneiros de guerra que trabalhem para particulares, mesmo que estes se responsabilizem pela sua guarda e proteção, será pelo menos igual ao previsto pela presente Convenção; o Estado detentor, as autoridades militares e o comandante do campo ao qual pertencem esses prisioneiros, assumirão inteira responsabilidade pela manutenção, cuidados, tratamento e pagamento da remuneração do trabalho desses prisioneiros de guerra.

Os referidos prisioneiros de guerra terão o direito de permanecer em contato com os representantes de prisioneiros de que dependem.

Seção IV

Recursos pecuniários dos prisioneiros de guerra

Artigo 58

Desde o início das hostilidades, e enquanto espera entrar em acordo com a Potência protetora, a Potência

detentora poderá fixar a quantia máxima em espécie ou sob forma análoga que os prisioneiros de guerra poderão ter consigo. Qualquer quantia excedente que se ache legitimamente em poder dos prisioneiros, e que fôr retirada ou retida, será, do mesmo modo que qualquer depósito de dinheiro feito por eles, registrado em sua conta, e não poderá ser convertido em outra moeda sem o seu assentimento.

Quando os prisioneiros de guerra forem autorizados a fazer compras ou a receber serviços, contra pagamentos em espécie, fora do campo, esses pagamentos serão feitos por eles próprios ou pela administração do campo, que os debitará na conta dos prisioneiros interessados. A Potência detentora fixará as disposições necessárias para isso.

Artigo 59

As quantias em dinheiro da Potência detentora, retiradas dos prisioneiros de guerra, conforme o artigo 18, no momento em que são capturados, serão creditadas na conta de cada um deles, segundo as disposições do artigo 64 da presente seção.

Serão igualmente creditadas nessa conta as quantias em dinheiro da Potência detentora que provierem da conversão das somas em outras moedas, retiradas aos prisioneiros de guerra nesse mesmo momento.

Artigo 60

A Potência detentora dará a todos os prisioneiros de guerra um pagamento adiantado do soldo mensal, cujo montante será fixado pela conversão na moeda da referida Potência das quantias seguintes:

I Categoria: prisioneiros de graduação inferior a sargento: oito francos suíços;

II Categoria: sargento e outros suboficiais ou prisioneiros de graduação equivalente: doze francos suíços;

III Categoria: oficiais até a patente de capitão ou prisioneiros de patente equivalente: cinquenta francos suíços;

IV Categoria: comandantes ou maiores, tenentes-coronéis, coronéis ou prisioneiros de patente equivalente: sessenta francos suíços;

V Categoria: oficiais gerais ou prisioneiros de patente equivalente — setenta e cinco francos suíços.

Entretanto as Partes em luta interessadas poderão modificar por acordos especiais o montante dos adiantamentos de soldo devidos aos prisioneiros de guerra das diferentes categorias enumeradas acima.

Além disso, se as quantias previstas no primeiro parágrafo acima forem muito elevadas comparadas com o soldo pago aos membros das forças armadas da Potência detentora, ou se, por qualquer outra razão, causarem embaraço sério à referida Potência, esta, enquanto espera a conclusão de acordo especial com a Potência da qual dependem os prisioneiros de guerra, a fim de modificar essas quantias:

a) continuará a creditar nas contas dos prisioneiros de guerra as quantias indicadas no primeiro parágrafo;

b) poderá, temporariamente, limitar a quantias razoáveis as somas, retiradas antecipadamente desses adiantamentos de soldo e colocadas à disposição dos prisioneiros de guerra para uso próprio; entretanto, para os prisioneiros da Categoria I, as somas não serão jamais inferiores àquelas que a Potência detentora paga aos membros das suas próprias forças armadas.

As razões de tal limitação serão comunicadas sem atraso ao Estado protetor.

Artigo 61

A Potência detentora aceitará os envios de dinheiro que as Potências de que dependem os prisioneiros de guerra, lhes fizerem a título de soldo suplementar, desde que as quantias sejam as mesmas para cada prisioneiro de categoria igual, sejam dadas a todos os prisioneiros dessa categoria que dependem dessa Potência, e sejam creditados, se possível, nas contas individuais dos prisioneiros, conforme as disposições do artigo 64. Esses soldos suplementares não dispensarão a Potência detentora de nenhuma das obrigações que lhe incumbem nos termos da presente Convenção.

Artigo 62

Os prisioneiros de guerra receberão diretamente das autoridades deten-

toras uma remuneração de trabalho equitativa, cuja taxa será fixada por essas autoridades, mas não poderá jamais ser inferior a um quarto de franco suíço por dia inteiro de trabalho. A Potência detentora, informará os prisioneiros e o Estado de que dependem, por intermédio da Potência protetora, da taxa da remuneração de trabalho diário que tiver fixado.

A remuneração de trabalho será igualmente paga pelas autoridades detentoras aos prisioneiros de guerra permanentemente obrigados a funções ou a trabalho artesanal relacionados com a administração, as instalações ou a conservação dos campos, assim como com os prisioneiros requisitados para exercerem as funções espirituais ou médicas em proveito de seus camaradas.

A remuneração de trabalho do representante dos prisioneiros, de seus auxiliares e, eventualmente, de seus conselheiros será retirada do fundo formado pelos lucros da cantina; a taxa será fixada pelo representante dos prisioneiros e aprovada pelo comandante do campo. Se esse fundo não existir, as autoridades detentoras darão uma remuneração de trabalho equitativa a esses prisioneiros.

Artigo 63

Os prisioneiros de guerra serão autorizados a receber as remessas de dinheiro que lhes forem dirigidas individual ou coletivamente.

Cada prisioneiro de guerra disporá do saldo credor de sua conta, tal como está previsto no artigo seguinte, nos limites fixados pela Potência detentora, que efetuará os pagamentos solicitados. Ressalvadas as restrições financeiras ou monetárias que ela considerar essenciais, os prisioneiros de guerra serão autorizados a efetuar pagamentos no estrangeiro. Nesse caso, a Potência detentora dará prioridade aos pagamentos, que os prisioneiros fizerem a seus dependentes.

Em qualquer circunstância os prisioneiros de guerra poderão, se a Potência de que dependem consentir, executar pagamentos em seu próprio país segundo o processo seguinte: a Potência detentora fará chegar às mãos do Estado em aprêço, por intermédio do Estado protetor, um aviso que compreenda todas as indicações úteis sobre o autor e o beneficiário

do pagamento, assim como o montante da importância que deve ser paga, expresso em moeda da Potência detentora; esse aviso será assinado pelo prisioneiro interessado e referendado pelo comandante do campo. A Potência detentora debitará esse montante na conta dos prisioneiros: as quantias assim debitadas serão creditadas a favor da Potência de que dependem os prisioneiros.

Para aplicar as prescrições precedentes, a Potência detentora poderá, com proveito, consultar o regulamento-padrão que figura no Anexo V da presente Convenção.

Artigo 64

A Potência detentora terá uma conta para cada prisioneiro de guerra que conterà pelo menos as indicações seguintes:

1) as quantias devidas ao prisioneiro ou por ele recebidas a título de adiantamento de soldo, de remuneração de trabalho ou a qualquer outro título; as quantias, em moeda da Potência detentora, retiradas ao prisioneiro; as quantias retiradas aos prisioneiros e convertidas, a pedido seu, em moeda da referida Potência;

2) as quantias entregues ao prisioneiro em espécie ou sob forma análoga; os pagamentos feitos por sua conta e a seu pedido; as importâncias transferidas segundo o terceiro parágrafo do artigo anterior.

Artigo 65

Toda nota lançada à conta de um prisioneiro de guerra será subscrita ou rubricada por ele ou por representante seu.

Os prisioneiros de guerra terão sempre facilidades razoáveis para consultar sua conta e receber cópia dela; a conta poderá ser verificada igualmente pelos representantes do Estado protetor, quando das visitas ao campo.

Quando houver transferência dos prisioneiros de guerra de um campo para outro, a sua conta pessoal os acompanhará. Caso sejam transferidos de uma Potência detentora para outra, as quantias que lhes pertencem e que não estejam convertidas em moeda da Potência detentora os acompanharão; ser-lhes-á dado atestado de todas as outras quantias que restarem creditadas em sua conta.

Os Estados em luta interessados poderão se entender para se comunicarem, por intermédio da Potência protetora, e em intervalos determinados, a relação das contas dos prisioneiros de guerra.

Artigo 66

Quando o cativo do prisioneiro de guerra chegar ao fim, por libertação ou repatriamento, a Potência detentora lhe entregará uma declaração assinada por oficial competente e que ateste o saldo credor que então lhe é devido. A Potência detentora mandará também a Potência de que dependem os prisioneiros de guerra, por intermédio da Potência protetora, as listas que dêem todas as indicações sobre os prisioneiros cujo cativo teve fim por repatriamento, libertação, evasão, falecimento ou por qualquer outra maneira, e que atestem especialmente os saldos credores de suas contas. Cada fôlha dessas listas será autenticada por um representante autorizado da Potência detentora.

As Potências interessadas poderão, por acordo especial, modificar a totalidade ou parte das disposições previstas acima.

A Potência de que depende o prisioneiro de guerra será responsável pelo cuidado de fixar com ele o saldo credor que lhe for devido pela Potência detentora ao fim do cativo.

Artigo 67

Os adiantamentos de soldo pagos aos prisioneiros de guerra de acordo com o artigo 60 serão considerados como feitos em nome da Potência de que dependem; esses adiantamentos de soldo, assim como todos os pagamentos executados pela referida Potência, em virtude do artigo 63, terceiro parágrafo e do artigo 68, serão objeto de ajustes entre os Estados interessados, ao fim das hostilidades.

Artigo 68

Qualquer pedido de indenização feito por prisioneiro de guerra, em virtude de um ferimento ou de outra incapacidade resultante de trabalho, será comunicado à Potência de que depende, por intermédio da Potência protetora. A Potência detentora, conforme as disposições do artigo 54, remeterá, em todos os casos, ao prisioneiro de guerra uma declaração que

atesta a natureza do ferimento ou da invalidez, as circunstâncias nas quais se produziu e as informações relativas aos cuidados médicos ou hospitalares que lhe foram prestados. Essa declaração será assinada por oficial responsável da Potência detentora e as informações de ordem médica serão autenticadas por um médico do Serviço de Saúde.

A Potência detentora comunicará, igualmente, à Potência de que dependem os prisioneiros de guerra qualquer pedido de indenização apresentado por um prisioneiro pelas bagagens pessoais, quantias ou objetos de valor, que lhe tiverem sido retirados nos termos do artigo 18 e que não lhe tenham sido restituídos quando do seu repatriamento, da mesma maneira que qualquer outro pedido de indenização relativo a perda que ele atribua a culpa da Potência detentora ou de seus agentes. Em compensação, a Potência detentora reporá, às suas expensas, quaisquer objetos pessoais de que o prisioneiro tiver necessidade durante o cativo. Em todos os casos, a Potência detentora remeterá ao prisioneiro uma declaração assinada por oficial responsável e dando todas as informações úteis sobre as razões pelas quais esses objetos, quantias ou objetos de valor não lhe foram restituídos. Uma cópia dessa declaração será endereçada à Potência de que ele depende, por intermédio da Agência Central dos prisioneiros de guerra prevista no artigo 123.

SEÇÃO V

Relações dos prisioneiros de guerra com o exterior.

Artigo 69

Logo que a Potência detentora tiver prisioneiros de guerra em seu poder, deverá comunicar-lhes, bem como à Potência de que eles dependem, por intermédio da Potência protetora, as medidas previstas para a execução das disposições da presente seção; notificará igualmente qualquer modificação feita nessas medidas.

Artigo 70

Cada prisioneiro de guerra terá a faculdade, logo que for capturado ou não mais de uma semana após ter negado a um campo mesmo que se trate de campo de trânsito ou semelhante em caso de doença ou

de transferência para um hospital ou um outro campo, de se dirigir diretamente à sua família, por um lado, e à Agência Central de prisioneiros de guerra prevista no art. 123, por outro lado, um cartão semelhante, se possível, ao modelo anexo à presente Convenção, informando-os de sua captura, endereço e estado de saúde. As ditas cartas serão transmitidas com toda a rapidez possível e não poderão ser retidas de maneira alguma.

Artigo 71

Os prisioneiros de guerra serão autorizados tanto a expedir como a receber cartas e cartões. Se a Potência detentora julgar necessário limitar essa correspondência, deverá ao menos autorizar o envio de duas cartas e quatro cartões por mês, semelhantes tanto quanto possível ao modelo anexo à presente Convenção (além dos cartões previstos no art. 70). Não poderão ser impostas outras limitações a não ser que a Potência protetora as considere necessárias ao interesse dos próprios prisioneiros, consideradas as dificuldades que a Potência detentora tem em recrutar número suficiente de tradutores qualificados para fazerem a censura necessária. Se a correspondência dirigida aos prisioneiros deve ser restringida, essa decisão só poderá ser tomada pela Potência de que eles dependem, eventualmente a pedido da Potência detentora. Essas cartas e cartões deverão ser encaminhadas pelos meios mais rápidos de que dispõe a Potência detentora; não poderão ser retardadas nem retidas por motivos de disciplina.

Os prisioneiros de guerra que estejam há muito tempo sem notícias de sua família ou que se achem impossibilitados de receber ou de comunicar notícias por via comum, assim como aqueles que estejam separados dos seus por distâncias consideráveis, serão autorizados a expedir telegramas cujas taxas serão debitadas na sua conta junto à Potência detentora ou pagas com o dinheiro de que dispõem. Serão beneficiados igualmente por tal medida em caso de urgência.

Em regra geral, a correspondência dos prisioneiros será redigida em sua língua materna. As partes em luta poderão autorizar a correspondência em outros idiomas.

Os sacos que contêm o correio dos prisioneiros serão cuidadosamente se-

lados e rotulados de maneira que indiquem claramente seu conteúdo e endereçados às repartições do destino.

Artigo 72

Os prisioneiros de guerra serão autorizados a receber, por via postal ou por qualquer outro meio, remessas individuais ou coletivas, contendo especialmente gêneros alimentícios, vestuários, medicamentos e artigos destinados a satisfazer suas necessidades em matéria de religião, estudos ou de recreação, inclusive livros, objetos de culto, material científico, fórmulas de exame, instrumentos de música, aparelho esportivo e material que permita aos prisioneiros proseguirem seus estudos ou exercerem uma atividade artística.

Essas remessas não poderão, de maneira alguma, livrar a Potência detentora das obrigações que lhe incumbem em virtude da presente Convenção.

As únicas restrições que poderão ser feitas a essas remessas serão as propostas pela Potência protetora, no interesse dos próprios prisioneiros de guerra, ou, no que se refere às suas próprias remessas apenas, em virtude do acúmulo excepcional dos meios de transporte e de comunicação, pela Comissão Internacional da Cruz Vermelha ou por qualquer outro organismo que preste assistência aos prisioneiros de guerra.

As condições relativas à expedição de volumes individuais ou coletivos serão objeto, se necessário, de acordos especiais entre as Potências interessadas, que em caso algum poderão retardar a distribuição das remessas de socorros aos prisioneiros de guerra. As remessas de viveres ou de roupas não conterão livros; os socorros médicos serão, em geral, enviados em volumes coletivos.

Artigo 73

Na falta de acordos especiais entre os Estados interessados sobre as condições relativas ao recebimento, assim como à distribuição das remessas de socorros coletivos, será aplicado o regulamento relativo aos socorros anexo à presente Convenção.

Os acordos especiais previstos acima não poderão em caso algum restringir o direito dos representantes dos prisioneiros de se apoderarem das remessas de socorros coletivos destinadas

aos prisioneiros de guerra, de procederem à sua distribuição e de disporrem delas no interesse dos prisioneiros.

Esses acordos não poderão restringir o direito dos representantes da Potência protetora, da Comissão Internacional da Cruz Vermelha ou de qualquer outro organismo que preste assistência aos prisioneiros, que seja encarregada de transmitir essas remessas coletivas, de controlar-lhes a distribuição aos destinatários.

Artigo 74

Todas as remessas de socorro destinadas aos prisioneiros de guerra serão isentas de todos os direitos de entrada, de alfândega e outros.

A correspondência, as remessas de socorros e as remessas autorizadas de dinheiro endereçadas aos prisioneiros de guerra ou expedidas por eles seja diretamente, seja por intermédio dos Escritórios de Informações previstos no art. 122, e da Agência Central de prisioneiros de guerra prevista no artigo 123, ficarão isentos de quaisquer taxas postais, tanto nos países de origem e de destino como nos países intermediários.

Os gastos de transporte das remessas de socorros destinados aos prisioneiros de guerra que, em virtude de seu peso ou por qualquer outro motivo, não podem ser enviados por via postal, ficarão a cargo da Potência detentora em todos os territórios sob seu controle. As outras Potências que sejam partes na Convenção se responsabilizarão pelos gastos de transporte em seus respectivos territórios.

Na falta de acordos especiais entre as Potências interessadas, os gastos resultantes do transporte dessas remessas, que não sejam atingidos pelas franquias previstas acima, ficarão a cargo do expedidor.

As Altas Partes Contratantes esforçar-se-ão para reduzir tanto quanto possível as taxas telegráficas dos telegramas expedidos pelos prisioneiros de guerra ou a eles endereçados.

Artigo 75

No caso de as operações militares impedirem os Estados interessados de cumprir a obrigação que lhes incumbe de assegurar o transporte das remessas previstas nos arts. 70, 71, 72 e 77, os Estados interessados, a Comissão Internacional da Cruz Vermelha ou qualquer outro organismo aceito

pelas Partes em luta, se encarregarão de garantir o transporte dessas remessas pelos meios adequados (vagões de estrada de ferro, caminhões, navios ou aviões, etc.). Para isso, as Altas Partes se esforçarão por fornecer-lhes esses meios de transporte e autorizar-lhes a circulação, especialmente concedendo os salvo-condutos necessários.

Esses meios de transporte poderão ser igualmente utilizados para encaminhar:

a) a correspondência, as listas e relatórios trocados entre a Agência Central de Informações prevista no art. 123 e os Escritórios nacionais previstos no art. 122;

b) a correspondência e os relatórios concernentes aos prisioneiros de guerra que as Potências protetoras, a Comissão Internacional da Cruz Vermelha ou qualquer outro organismo que preste assistência aos prisioneiros, troquem, seja com os próprios delegados seja com as Partes em luta.

As presentes disposições não restringirão em nada o direito de qualquer das Partes em luta de organizar, se o preferir, outros transportes e de fornecer salvo-condutos em condições que puderem ser combinadas.

Na falta de acordos especiais, as despesas ocasionadas pelo emprego desses meios de transporte serão pagas, proporcionalmente, pelas Partes em luta cujos nacionais se beneficiem desses serviços.

Artigo 76

A censura da correspondência dirigida aos prisioneiros de guerra ou expedida por eles deverá ser feita no prazo mais breve possível. Só poderá ser efetuada pela Potência expedidora e pela destinatária, e somente uma vez por cada uma delas.

O controle das remessas destinadas aos prisioneiros de guerra não se efetuará em condições que comprometam a conservação dos gêneros que elas contiverem, e se fará a menos que se trate de um escrito ou impresso em presença do destinatário ou de um mandatário seu. A entrega das remessas individuais ou coletivas aos prisioneiros não poderá ser retardada sob pretexto de dificuldades de censura.

Qualquer interdição de correspondência ordenada pelas Partes em luta, por motivos militares ou políti-

cos, só poderá ser temporária e de duração tão breve quanto possível.

Artigo 77

As Potências detentoras assegurarão todas as facilidades para a remessa, por intermédio da Potência protetora ou da Agência Central dos prisioneiros de guerra prevista no artigo 123, dos atos, papéis e documentos destinados aos prisioneiros de guerra ou que dêes se originem, em particular as procurações ou testamentos.

Em todos os casos, as Potências detentoras facilitarão aos prisioneiros de guerra a preparação e a execução desses documentos; elas os autorizarão particularmente a consultar um advogado e tomarão as medidas necessárias para o reconhecimento das suas firmas.

Seção VI

Relatório dos prisioneiros de guerra sobre as autoridades

CAPÍTULO I

Queixas dos prisioneiros de guerra a respeito do regime de prisão

Artigo 78

Os prisioneiros de guerra terão o direito de apresentar às autoridades militares em cujo poder se encontrem, requerimentos concernentes ao regime de prisão a que estão sujeitos.

Terão igualmente direito, sem restrições, de se dirigir, quer por intermédio do representante dos prisioneiros quer diretamente se o julgarem necessário, aos representantes dos Estados protetores, para indicar-lhes os pontos a respeito dos quais tenham queixas a formular no que se refere ao regime de prisão.

Esses requerimentos e queixas não serão limitados nem considerados como fazendo parte do contingente de correspondência mencionado no artigo 71. Deverão ser transmitidos com urgência. Não poderão dar lugar a castigos, mesmo se forem reconhecidos como infundados.

Os representantes dos prisioneiros poderão enviar aos representantes das Potências protetoras, relatórios periódicos sobre a situação dos campos e as necessidades dos prisioneiros de guerra.

CAPÍTULO II

Representantes dos prisioneiros de guerra

Artigo 79

Em todos os lugares em que se encontrem prisioneiros de guerra, exceto aqueles em que se achem oficiais, os prisioneiros elegerão, livremente e em escrutínio secreto, cada seis meses, e também em caso de vaga, os seus representantes encarregados de representá-los junto às autoridades militares, às Potências protetoras, à Comissão Internacional da Cruz Vermelha e a qualquer outro organismo que lhes preste assistência. Esses representantes serão reelegíveis.

Nos campos de oficiais e pessoas de categoria semelhante ou nos campos mistos, o oficial prisioneiro de guerra mais antigo na patente mais elevada será reconhecido como representante. Nos campos de oficiais ele será auxiliado por um ou mais conselheiros, escolhidos pelos oficiais; nos campos mistos seus assistentes serão escolhido entre os prisioneiros de guerra que não sejam oficiais e serão eleitos por eles.

Nos campos de trabalho para prisioneiros de guerra, oficiais prisioneiros de guerra da mesma nacionalidade serão colocados em funções administrativas do campo que incumbem aos prisioneiros de guerra. Além disso, esses oficiais poderão ser eleitos para postos de representantes dos prisioneiros, segundo as disposições do primeiro parágrafo do presente artigo. Nesse caso os assistentes do representante dos prisioneiros serão escolhidos entre os prisioneiros que não forem oficiais.

Todo representante dos prisioneiros eleito deverá ser aceito pela Potência detentora antes de poder entrar em função. Se a Potência detentora recusar aprovação a um prisioneiro de guerra eleito por seus companheiros de prisão, deverá dar à Potência protetora as razões de sua recusa.

Em todos os casos, o representante dos prisioneiros será da mesma nacionalidade, língua e costumes dos prisioneiros de guerra que ele representar. Assim, os prisioneiros de guerra repartidos em seções diferentes do mesmo campo, segundo sua nacionalidade, língua ou costumes, terão para cada seção o seu próprio

representante, conforme as disposições dos parágrafos precedentes.

Artigo 80

Os representantes dos prisioneiros deverão contribuir para o bem-estar físico, moral e intelectual dos prisioneiros de guerra.

Em particular, se os prisioneiros decidirem organizar entre si um sistema de assistência mútua, essa organização será da competência dos representantes, independentemente das tarefas especiais que lhes são confiadas por outras disposições da presente Convenção.

Os representantes dos prisioneiros não serão responsáveis, pelo simples fato de suas funções, pelas infrações que os prisioneiros de guerra cometerem.

Artigo 81

Os representantes dos prisioneiros não serão obrigados a nenhum outro trabalho se o exercício de sua função com isso se tornar mais difícil.

Os representantes dos prisioneiros poderão designar entre os prisioneiros os assistentes que lhes forem necessários. Todas as facilidades materiais lhes serão concedidas e especialmente certas liberdades de movimento necessárias à realização de suas tarefas (visitas aos destacamentos de trabalho, recebimento das remessas de socorro, etc.).

Os representantes dos prisioneiros serão autorizados a visitar os locais em que se achem internados os prisioneiros de guerra e estes poderão consultar livremente o seu representante.

Todas as facilidades serão igualmente concedidas aos representantes dos prisioneiros para sua correspondência postal e telegráfica com as autoridades detentoras, com as Potências protetoras, com a Comissão Internacional da Cruz Vermelha e seus delegados, as Comissões médicas mistas, assim como com os organismos que prestem assistência aos prisioneiros de guerra. Os representantes dos prisioneiros dos destacamentos de trabalho gozarão das mesmas facilidades para sua correspondência com o representante dos prisioneiros do campo principal. Essas correspondências não serão limitadas nem consideradas como fazendo parte do contingente mencionado no art. 71.

Nenhum representante dos prisioneiros poderá ser transferido sem que tenha transcorrido o tempo razoavelmente necessário que lhe fôr concedido para pôr seu substituto a par dos assuntos correntes.

Em caso de destituição, os motivos dessa medida serão comunicados à Potência detentora.

CAPÍTULO III

Sanções penais e disciplinares

I — Disposições gerais

Artigo 82

Os prisioneiros de guerra ficarão submetidos às leis, regulamentos e ordens gerais em vigor nas forças armadas da Potência detentora. Esta será autorizada a tomar as medidas judiciárias ou disciplinares com referência a qualquer infração cometida por um prisioneiro de guerra contra essas leis, regulamentos ou ordens gerais. Entretanto, nenhum processo ou sanção contrária às disposições do presente capítulo será autorizado.

Se quaisquer leis, regulamentos ou ordens gerais da Potência detentora declararem puníveis atos cometidos por um prisioneiro de guerra ao passo que esses atos não são se cometidos por membro das forças armadas da Potência detentora, eles não poderão provocar sanções disciplinares.

Artigo 83

Quando se tratar de saber se uma infração cometida por um prisioneiro de guerra deve ser punida disciplinarmente, a Potência detentora providenciará para que as autoridades competentes usem de grande indulgência na apreciação da questão e recorram a medidas mais disciplinares do que judiciais sempre que possível.

Artigo 84

Somente os tribunais militares poderão julgar um prisioneiro de guerra, a menos que a legislação da Potência detentora autorize expressamente tribunais civis a julgarem um membro das forças armadas dessa potência pela mesma infração pela qual o prisioneiro de guerra é processado.

Em caso algum, um prisioneiro de guerra será julgado perante qualquer tribunal que não ofereça as garantias necessárias essenciais de independên-

cia e de imparcialidade geralmente reconhecidas e, em particular, cujo processo não lhe garantir os direitos e meios de defesa previstos no artigo 105.

Artigo 85

Os prisioneiros de guerra processados em virtude da legislação da Potência detentora por atos que tiverem cometido antes de serem feitos prisioneiros continuarão, mesmo se forem condenados com os benefícios da presente Convenção.

Artigo 86

Um prisioneiro de guerra só poderá ser punido uma vez, pelo mesmo fato ou pela mesma acusação.

Artigo 87

Os prisioneiros de guerra não poderão ser sujeitos pelas autoridades militares e pelos tribunais da Potência detentora a outras penas além das previstas para os mesmos fatos relativamente aos membros de forças armadas desse Estado.

Para fixar a pena, os tribunais ou autoridades da Potência detentora tomarão em consideração na medida mais ampla possível, o fato de que o acusado, não sendo nacional da Potência detentora não está ligado a esta e se acha em seu poder em virtude de circunstâncias independentes de sua vontade. Os tribunais terão a faculdade de atenuar, livremente, a pena prevista para a infração de que é acusado o prisioneiro e não serão obrigados, nesse particular, a aplicar a pena mínima.

São interditas qualquer pena coletiva para atos individuais, qualquer pena corporal, qualquer aprisionamento em locais não iluminados pela luz do dia e, de maneira geral, qualquer forma de tortura ou de crueldade.

Além disso, nenhum prisioneiro de guerra poderá ser privado de sua graduação pela Potência detentora nem impedido de levar as suas insígnias.

Artigo 88

Oficiais, suboficiais ou soldados que são prisioneiros de guerra e que estejam sujeitos a uma pena disciplinar ou judicial, não serão submetidos a tratamento mais severo

que o previsto, no que se refere à mesma pena, para os membros das forças armadas da Potência detentora de categoria equivalente.

As prisioneiras de guerra não serão condenadas a pena mais severa nem, enquanto cumprirem a pena, serão tratadas mais severamente que as mulheres pertencentes às forças armadas da Potência detentora castigadas por infração análoga.

Em caso algum, as prisioneiras de guerra poderão ser condenadas a pena mais severa nem, enquanto cumprirem a pena, serão tratadas mais severamente que um homem membro das forças armadas da Potência detentora punido por infração análoga.

Os prisioneiros de guerra não poderão, após terem cumprido penas disciplinares ou judiciais que lhes foram impostas, ser tratados diferentemente dos demais prisioneiros.

II — Sanções disciplinares

Artigo 89

As penas disciplinares aplicáveis aos prisioneiros de guerra serão:

1) multa que não ultrapassará 50 por cento do adiantamento do soldo e da remuneração de trabalho, previstas nos arts. 60 e 62, e durante um período que não exceda trinta dias;

2) supressão de vantagens concedidas além do tratamento previsto na presente Convenção;

3) trabalhos penosos que não excedam duas horas por dia;

4) as prisões.

Entretanto, a pena referida no número 3 não poderá ser aplicada aos oficiais.

Em caso algum as penas disciplinares serão desumanas, brutais ou perigosas para a saúde dos prisioneiros de guerra.

Artigo 90

A duração de um mesmo castigo não ultrapassará trinta dias.

Em caso de falta disciplinar, os períodos de detenção preventiva cumpridos antes da audiência ou do pronunciamento do veredicto serão deduzidos da pena pronunciada.

O máximo de trinta dias previsto acima não poderá ser ultrapassado, mesmo se um prisioneiro de guerra tiver que responder disciplinarmente por diversos atos no momento em que lhe for aplicada a punição, sejam ou não conexos tais atos.

O período da decisão disciplinar até sua execução não ultrapassará um mês.

No caso de ser aplicada nova pena disciplinar a um prisioneiro de guerra, um prazo de três dias pelo menos separará a execução de cada uma das penas, desde que a duração de uma delas seja de dez dias ou mais.

Artigo 91

A evasão de um prisioneiro de guerra será considerada bem recebida quando:

1) ele tiver se reunido às forças armadas da Potência de que depende ou de uma Potência aliada;

2) ele tiver abandonado o território que esteja sob o poder da Potência detentora ou de uma Potência aliada desta;

3) ele tiver se reunido a um navio cujo pavilhão seja da Potência de que depende ou de uma Potência aliada e que se encontre em águas territoriais da Potência detentora, desde que esse navio não esteja sob a autoridade desta última.

Os prisioneiros de guerra que, após se terem libertado conforme o presente artigo, caírem novamente prisioneiros, não serão passíveis de pena alguma pela sua evasão anterior.

Artigo 92

Um prisioneiro de guerra que tente evadir-se e que for recapturado sem ter se libertado conforme o artigo 91, não será passível de pena disciplinar por esse ato, mesmo se for reincidente.

O prisioneiro capturado novamente será entregue logo que possível às autoridades militares competentes.

Não obstante o quarto parágrafo do artigo 88, os prisioneiros de guerra punidos logo após uma evasão que não tenha tido êxito poderão ser submetidos a um regime de vigília especial, contanto que esse regime não afete seu estado de saúde, seja observado num campo de prisioneiros de guerra e não implique a supressão de nenhuma das garantias concedidas pela presente Convenção.

Artigo 93

A evasão ou a tentativa de evasão, mesmo se houver reincidência, não será considerada circunstância agravante no caso em que o prisioneiro de guerra compareça perante os tri-

bunais por infração cometida durante a evasão ou a tentativa de evasão.

Na conformidade das estipulações do artigo 83, as infrações cometidas pelos prisioneiros de guerra com o objetivo único de facilitar sua evasão e que não impliquem nenhuma violência contra as pessoas, tais como infração contra a propriedade pública, roubo sem objetivo de enriquecimento, contrafeção e uso de papéis falsos, o uso de roupas civis, só darão lugar a penas disciplinares.

Os prisioneiros de guerra que tiverem cooperado numa evasão ou tentativa de evasão não serão, por isso, passíveis senão de pena disciplinar.

Artigo 94

Se um prisioneiro de guerra evadido for recapturado, será feita uma notificação, na forma prevista no artigo 122, à Potência de que ele depende, contanto que essa evasão tenha sido notificada.

Artigo 95

Os prisioneiros de guerra acusados de faltas disciplinares não serão mantidos em detenção preventiva à espera de julgamento, a menos que a mesma medida seja aplicável aos membros das forças armadas da Potência detentora por infrações análogas ou que o exijam os interesses superiores da manutenção da ordem e da disciplina no campo.

Para todos os prisioneiros de guerra, a detenção preventiva por causa de faltas disciplinares será reduzida a um mínimo absoluto e não excederá a quatorze dias.

As disposições dos artigos 97 e 98 do presente capítulo aplicar-se-ão aos prisioneiros de guerra em detenção preventiva por faltas disciplinares.

Artigo 96

Os atos que constituem falta contra a disciplina serão objeto de inquérito imediato.

Sem prejuízo da competência dos tribunais e das autoridades militares superiores, as penas disciplinares só poderão ser pronunciadas por oficial com poderes disciplinares em sua qualidade de comandante do campo ou por oficial responsável que o substitua ou a quem ele delegou seus poderes disciplinares.

Em caso algum poderão esses poderes ser delegados a um prisioneiro de guerra ou exercidos por prisioneiros de guerra.

Antes de ser pronunciada qualquer pena disciplinar, o prisioneiro de guerra inculcado será informado com precisão dos fatos que lhe são imputados. Poderá assim explicar sua conduta e defender-se. Será autorizado a citar testemunhas e a recorrer, se necessário, aos serviços de um intérprete qualificado. A decisão será anunciada ao prisioneiro de guerra e ao representante dos prisioneiros.

O comandante do campo deverá manter um registro das penas disciplinares pronunciadas; esse registro deve estar à disposição dos representantes do Estado protetor.

Artigo 97

Os prisioneiros de guerra não serão em caso algum transferidos para estabelecimentos penitenciários (prisões, penitenciárias, campos de forçados etc.) para cumprir penas disciplinares. Todos os locais em que eles forem sujeitos a penas disciplinares deverão atender satisfatoriamente às exigências de higiene previstas no artigo 25. Os prisioneiros de guerra punidos terão condições que lhes permitam conservar-se em estado de higiene, segundo as disposições do artigo 29.

Os oficiais e pessoas de categoria equivalente não serão detidos nos mesmos locais que os dos suboficiais ou homens da tropa.

As prisioneiras de guerra que estejam cumprindo pena disciplinar serão detidas em locais distintos dos homens e serão colocadas sob a supervisão imediata de mulheres.

Artigo 98

Os prisioneiros de guerra detidos em virtude de pena disciplinar continuarão a se beneficiar das disposições da presente Convenção, salvo na medida em que a sua detenção as tornar inaplicáveis. Entretanto, o benefício dos artigos 78 e 126 não poderá em caso algum ser-lhes retirado.

Os prisioneiros de guerra punidos disciplinarmente não poderão ser privados das prerrogativas próprias de suas patentes.

Os prisioneiros de guerra punidos disciplinarmente terão a faculdade de fazer exercício e permanecer ao ar livre durante pelo menos duas horas por dia.

Serão autorizados, a seu pedido, a se apresentar à visita médica cotidiana; receberão os cuidados médicos que seu estado de saúde exigir, e, se

necessário, serão evacuados para a enfermaria do corpo ou para um hospital.

Terão permissão de ler e escrever, assim como de expedir e receber cartas. Todavia, os volumes e quantias de dinheiro poderão ser-lhes recusados até a expiração da pena; enquanto isso, serão confiados ao representante dos prisioneiros que remeterá à enfermaria os gêneros deterioráveis que se encontrarem nos volumes.

III — *Diligências judiciais*

Artigo 99

Nenhum prisioneiro de guerra poderá ser processado ou condenado por ato que não seja expressamente reprimido pela legislação da Potência detentora ou pelo Direito Internacional, em vigor quando esse ato tiver sido cometido.

Nenhuma pressão moral ou física poderá ser exercida contra um prisioneiro de guerra para levá-lo a reconhecer-se culpado do ato pelo qual é acusado.

Nenhum prisioneiro de guerra poderá ser condenado sem ter tido a possibilidade de defender-se e sem ter sido assistido por um defensor qualificado.

Artigo 100

Os prisioneiros de guerra e as Potências protetoras serão informados logo que possível das infrações passíveis de pena de morte em virtude da legislação da Potência detentora.

Depois disso, nenhuma infração poderá tornar-se passível de pena de morte sem o assentimento da Potência de que dependem os prisioneiros.

A pena de morte não poderá ser pronunciada contra um prisioneiro a não ser que a atenção do tribunal, conforme o segundo parágrafo do artigo 87, tenha sido despertada especialmente para o fato de que o acusado, não sendo nacional da Potência detentora, não está ligado a ele por nenhum dever de fidelidade e que se encontra em seu poder em virtude de circunstâncias independentes de sua própria vontade.

Artigo 101

Se a pena de morte for pronunciada contra um prisioneiro de guerra, o julgamento não será executado antes da expiração dum prazo de pelo menos seis meses, a partir do momento

em que a comunicação detalhada prevista no artigo 107 fôr entregue à Potência protetora no enderêço indicado.

Artigo 102

Um julgamento não poderá ser pronunciado válidamente contra um prisioneiro de guerra, a não ser que o seja pelos mesmos tribunais e observe o mesmo processo adotado para as pessoas que fazem parte das forças armadas da Potência detentora e que, além disso, sejam observadas as disposições do presente capítulo.

Artigo 103

Qualquer investigação judiciária contra um prisioneiro de guerra será conduzida tão rapidamente quanto o permitirem as circunstâncias e de tal maneira que o julgamento se realize o mais cedo possível. Nenhum prisioneiro de guerra será mantido em detenção preventiva, a menos que a mesma medida seja aplicável aos membros das forças armadas da Potência detentora por infrações análogas ou que o interesse da segurança nacional o exija. Essa detenção preventiva não durará, em caso algum, mais de três meses.

A duração da detenção preventiva de um prisioneiro de guerra será deduzida da pena privativa de liberdade à qual ele tiver sido condenado; isso será levado em conta no momento de fixar-se a pena.

Durante o período de detenção preventiva, os prisioneiros de guerra continuarão a beneficiar-se das disposições dos artigos 97 e 98 do presente capítulo.

Artigo 104

Em todos os casos em que a Potência detentora tiver decidido intentar diligências judiciais contra um prisioneiro de guerra, ela deverá avisar a Potência protetora, logo que possível e pelo menos três semanas antes da abertura dos debates. Esse prazo de três semanas só começará a correr a partir do momento em que esse aviso chegar à Potência protetora, em enderêço previamente indicado por esta última Potência detentora.

Esse aviso conterá as seguintes indicações:

1) os sobrenomes e prenomes do prisioneiro de guerra, sua graduação, seu número de matrícula, a data de

nascimento e a sua profissão, se fôr o caso;

2) o local de internamento ou de detenção;

3) a especificação da acusação ou das acusações, com a menção das disposições legais aplicáveis;

4) a indicação do tribunal que julgará o caso, assim como da data e do local previstos para a abertura dos debates.

A mesma comunicação será feita pela Potência detentora ao representante do prisioneiro de guerra.

Se, na abertura dos debates, não fôr apresentada prova de que a Potência detentora, o prisioneiro de guerra e o representante dos prisioneiros receberam o aviso acima mencionado pelo menos três semanas antes da abertura dos debates, estes não se realizarão e serão adiados.

Artigo 105

O prisioneiro de guerra terá o direito de ser assistido por um dos seus camaradas prisioneiros, de ser defendido por um advogado qualificado de sua escolha, de citar testemunhas e de recorrer, se julgar necessário, aos serviços de um intérprete competente. Será informado desses direitos em tempo útil, antes dos debates, pela Potência detentora.

Se o prisioneiro de guerra não escolheu defensor, a Potência protetora nomeará um; disporá, ao menos, de uma semana para isso. A pedido da Potência protetora, a Potência detentora lhe remeterá uma lista de pessoas qualificadas para garantir a defesa. No caso em que nem o prisioneiro de guerra, nem a Potência protetora, tenham escolhido defensor, a Potência detentora designará *ex-officio* um advogado qualificado para defender o acusado.

Para preparar a defesa do acusado, o defensor disporá de um prazo de duas semanas pelo menos antes da abertura dos debates, assim como das facilidades necessárias; ele poderá sobretudo visitar livremente o acusado e conversar com ele sem a presença de testemunhas. Poderá conversar com todas as testemunhas de defesa, inclusive os prisioneiros de guerra. Ele se beneficiará dessas facilidades até a expiração dos prazos de recurso.

O prisioneiro de guerra acusado receberá, muito antes da abertura dos debates, comunicação, em língua que entenda, de pormenores da acusação, assim como dos documentos que, ge-

ralmente, são comunicados ao acusado em virtude das leis em vigor nas forças armadas da Potência detentora. A mesma comunicação deverá ser feita nas mesmas condições a seu defensor.

Os representantes da Potência protetora terão o direito de assistir aos debates, salvo se estes tiverem de ser efetuados, excepcionalmente, a portas fechadas, no interesse da segurança do Estado; nesse caso a Potência detentora comunicará essa circunstância à Potência protetora.

Artigo 106

Todo prisioneiro de guerra terá direito de apelar nas mesmas condições que os membros das forças armadas da Potência detentora, de qualquer sentença pronunciada a seu respeito. Será plenamente informado de seus direitos de recurso, assim como dos prazos de que dispõe para exercê-los.

Artigo 107

Qualquer sentença pronunciada contra um prisioneiro de guerra será imediatamente levada ao conhecimento da Potência protetora, sob a forma de comunicação sumária, indicando igualmente se o prisioneiro tem direito de apelar no sentido de obter cassação ou revisão da sentença ou reabertura do processo. Essa comunicação será feita também ao representante do prisioneiro interessado. Será feita, igualmente, ao prisioneiro de guerra e em língua que ele entenda, se a sentença for pronunciada em sua presença. Ademais, a Potência detentora comunicará imediatamente à Potência protetora a decisão do prisioneiro de guerra de usar ou não dos seus direitos de recurso.

Além disso, em caso de condenação definitiva e, se se tratar de pena de morte, em caso de condenação pronunciada em primeira instância, a Potência detentora endereçará, logo que possível, à Potência protetora uma comunicação detalhada que contenha:

- 1) o texto exato da sentença;
- 2) um relatório resumido da instrução e dos debates, salientando em particular os elementos da acusação e da defesa;
- 3) a indicação, dado o caso, do estabelecimento onde será cumprida a pena.

As comunicações previstas nos parágrafos precedentes serão feitas à Po-

tência protetora no endereço que ela informar previamente à Potência detentora.

Artigo 108

As penas pronunciadas contra os prisioneiros de guerra em virtude de sentenças regularmente tornadas executórias serão cumpridas nos mesmos estabelecimentos e nas mesmas condições que no caso dos membros das forças armadas da Potência detentora. Essas condições serão em todos os casos conforme às exigências da higiene e da humanidade.

Uma prisioneira de guerra contra a qual tiver sido pronunciada pena semelhante será colocada em locais separados e submetida à fiscalização de mulheres.

Em qualquer caso, os prisioneiros de guerra condenados a pena privativa de liberdade conservarão o benefício dos artigos 78 e 126 da presente Convenção. Além disso, terão permissão para receber e expedir correspondência, receber pelo menos um volume de socorro por mês e fazer exercício, regularmente, ao ar livre; receberão os cuidados médicos exigidos pelo seu estado de saúde, assim como a ajuda espiritual que desejarem. As punições que lhes devam ser infligidas obedecerão as disposições do parágrafo terceiro do artigo 87.

TÍTULO IV

Fim do cativeiro

CAPÍTULO I

Repatriamento direto e hospitalização em país neutro

Artigo 109

As Partes em luta serão obrigadas, ressalvado o terceiro parágrafo do presente artigo, a fazer voltar para seu país, sem preocupação quanto ao número ou à graduação e depois de tê-los assistido até ficarem em estado de ser transportados, os prisioneiros de guerra doentes e feridos em estado grave, de acordo com o primeiro parágrafo do artigo seguinte.

Durante as hostilidades, as Partes em luta se esforçarão, com o concurso das Potências neutras interessadas, por organizar a hospitalização em país neutro dos prisioneiros feridos ou enfermos, referidos no segundo parágrafo do artigo seguinte; elas poderão, além disso, concluir acordos que visem

ao repatriamento direto ou à internação em país neutro dos prisioneiros válidos que tenham sido submetidos a um longo período de cativeiro.

Nenhum prisioneiro de guerra, ferido ou enfermo, previsto para o repatriamento nos termos do presente artigo, poderá ser repatriado contra sua vontade durante as hostilidades.

Artigo 110

Serão repatriados diretamente:

1) os feridos e doentes incuráveis, cuja aptidão intelectual ou física pareça ter sofrido uma diminuição considerável;

2) os feridos e doentes que, segundo as previsões médicas, não são suscetíveis de cura no espaço de um ano, cujo estado exija tratamento e cuja aptidão intelectual ou física pareça ter sofrido diminuição considerável;

3) os feridos e doentes curados cuja aptidão intelectual ou física pareça ter sofrido diminuição considerável e permanente.

Poderão ser hospitalizados em país neutro:

1) os feridos e doentes cuja cura pode ser esperada no ano que se segue à data do ferimento ou ao início da enfermidade, se um tratamento em país neutro deixa prever uma cura mais certa e mais rápida;

2) os prisioneiros de guerra cuja saúde intelectual ou física fôr, segundo as previsões médicas, ameaçada seriamente com a manutenção do cativeiro, mas que uma hospitalização em país neutro poderia subtrair a essa ameaça.

As condições que deverão ser preenchidas pelos prisioneiros de guerra hospitalizados em país neutro para serem repatriados serão fixadas, da mesma maneira que o seu estatuto, por acordo entre os Estados interessados. Em geral, serão repatriados os prisioneiros de guerra hospitalizados em país neutro que pertençam às seguintes categorias:

1) aqueles cujo estado de saúde se agravou de maneira a preencher as condições do repatriamento direto;

2) aqueles cuja aptidão intelectual ou física se conserve, após tratamento, consideravelmente diminuída.

Na falta de acordos especiais concluídos entre as Partes em luta interessadas com o fim de determinar os

casos de invalidez ou de doença que provoquem o repatriamento direto ou hospitalização em país neutro, esses casos serão determinados de acordo com os princípios contidos no acordo-padrão relativo ao repatriamento direto e à hospitalização em país neutro dos prisioneiros de guerra feridos e enfermos e no regulamento relativo às Comissões médicas mistas, anexo à presente Convenção.

Artigo 111

A Potência detentora, a Potência de que dependem os prisioneiros de guerra e uma Potência neutra admitida por estas duas Potências esforçar-se-ão para concluir acordos que permitirão o internamento dos prisioneiros de guerra no território da dita Potência neutra até a cessação das hostilidades.

Artigo 112

Desde o início do conflito, Comissões médicas mistas serão designadas a fim de examinar enfermos e feridos, e de tomar todas as decisões úteis a seu respeito. A designação, os deveres e o funcionamento dessas Comissões serão de acordo com as disposições do regulamento anexo à presente Convenção.

Entretanto, os prisioneiros que, na opinião das autoridades médicas do Estado detentor, são manifestamente doentes ou feridos em estado grave, poderão ser repatriados sem ter sido examinados por uma Comissão médica mista.

Artigo 113

Além daqueles que forem designados pelas autoridades médicas do Estado detentor, os prisioneiros feridos ou enfermos pertencentes às categorias enumeradas abaixo terão a faculdade de se apresentar a exame das Comissões médicas mistas, previstas no artigo anterior:

1) os feridos e doentes propostos por um médico compatriota ou nacional de uma das Partes em luta aliada à Potência de que eles dependem, e que exerça suas funções no campo;

2) os feridos e doentes propostos pelo representante dos prisioneiros;

3) os feridos e doentes propostos pela Potência de que dependem ou por organismo reconhecido por esta Potência e que preste assistência aos prisioneiros.

Os prisioneiros de guerra que não pertencem a uma das três categorias acima poderão, entretanto, apresentar-se ao exame das Comissões médicas mistas, mas não serão examinados senão depois das citadas categorias.

O médico compatriota dos prisioneiros de guerra submetidos a exame da Comissão médica mista e o representante dos prisioneiros serão autorizados a assistir a esse exame.

Artigo 114

Os prisioneiros de guerra vítimas de acidentes, excetuando-se os feridos voluntários, serão, relativamente ao repatriamento ou à hospitalização em país neutro, beneficiados pelas disposições da presente Convenção.

Artigo 115

Nenhum prisioneiro de guerra ao qual tenha sido imposta pena disciplinar e que se ache nas condições previstas para o repatriamento ou hospitalização em país neutro, poderá ser retido pelo fato de não ter cumprido sua pena.

Os prisioneiros de guerra processados ou condenados judicialmente, que tiverem sido indicados para o repatriamento ou hospitalização em país neutro, poderão se beneficiar dessas medidas antes do fim do processo ou de execução da pena, se a Potência detentora consentir.

As Partes em luta se comunicarão os nomes daqueles que forem retidos até o fim do processo ou da execução da pena.

Artigo 116

Os gastos de repatriamento dos prisioneiros de guerra ou de seu transporte para um país neutro ficarão a cargo da Potência de que dependem, a partir da fronteira da Potência detentora.

Artigo 117

Nenhum repatriado poderá ser empregado em serviço militar ativo.

Seção II

Libertação e repatriamento dos prisioneiros de guerra ao fim das hostilidades

Artigo 118

Os prisioneiros de guerra serão libertados e repatriados sem delongas após o fim das hostilidades ativas.

Na falta de disposições para isso em qualquer Convenção assinada entre as Partes em luta para pôr fim às hostilidades, ou na falta de tal convenção, cada uma das Potências detentoras estabelecerá por si mesma se executará sem demora um plano de repatriamento conforme o princípio enunciado no parágrafo precedente.

Em qualquer caso, as medidas adotadas serão levadas ao conhecimento dos prisioneiros de guerra.

Os gastos com o repatriamento dos prisioneiros de guerra serão, em qualquer caso, repartidos entre a Potência detentora e a Potência de que dependem os prisioneiros. Para isso os seguintes princípios serão observados nessa repartição:

a) se essas duas Potências forem limítrofes, a Potência de que dependem os prisioneiros de guerra assumirá os gastos de seu repatriamento a partir da fronteira da Potência detentora;

b) se essas duas Potências não forem limítrofes, a Potência detentora assumirá os gastos de transporte dos prisioneiros de guerra em seu território até a sua fronteira ou no porto de embarque mais próximo da Potência de que eles dependem. Quanto ao resto dos gastos feitos com o repatriamento, as Partes interessadas se porão de acordo para reparti-los equitativamente entre si. A conclusão de tal acordo não poderá em caso algum justificar o menor atraso no repatriamento dos prisioneiros de guerra.

Artigo 119

Os repatriamentos se efetuarão em condições análogas às previstas pelos artigos de números 46 a 48 da presente Convenção para a transferência de prisioneiros de guerra, observadas as disposições do artigo 118, assim como as seguintes.

Na época do repatriamento, os objetos de valor retirados aos prisioneiros de guerra, conforme as disposições do artigo 18 e as somas em moeda estrangeira que não tiverem sido convertidas em moeda da Potência detentora, ser-lhes-ão restituídos. Os objetos de valor e as somas em moeda estrangeira que, por qualquer motivo, não tenham sido restituídos aos prisioneiros de guerra, quando do seu repatriamento, serão entregues ao Escritório de Informações previsto pelo artigo 122.

Os prisioneiros de guerra serão autorizados a levar suas bagagens pessoais, sua correspondência e os volumes que receberem; o peso dessas bagagens poderá ser limitado, se as circunstâncias do repatriamento o exigirem, aquilo que razoavelmente possa ser levado; em todos os casos a cada prisioneiro será permitido levar pelo menos vinte e cinco quilos.

Os outros objetos pessoais do prisioneiro de guerra repatriado serão guardados pela Potência detentora; esta os encaminhará desde que tenha concluído com a Potência de que depende o prisioneiro de guerra um acôrdo que fixe as condições do seu transporte e o pagamento dos gastos ocasionados.

Os prisioneiros de guerra que estejam sob a ameaça de um processo penal por crime ou delito de direito penal poderão ser retidos até o fim do processo, e dado o caso, até a expiração da pena. O mesmo ocorrerá com os condenados por crime ou delito de direito penal.

As Partes em luta comunicar-se-ão os nomes dos prisioneiros de guerra retidos até o fim do processo ou da execução da pena.

As Partes em luta se entenderão para instituir comissões com o fim de procurar os prisioneiros dispersos e garantir-lhes o repatriamento no prazo mais breve possível.

Seção III

Falecimento dos prisioneiros de guerra

Artigo 120

Os testamentos dos prisioneiros de guerra serão elaborados de maneira a preencher as condições de validade exigidas pela legislação do país de origem, que adotará as medidas necessárias para levar essas condições ao conhecimento da Potência detentora. A pedido do prisioneiro de guerra e sempre após a sua morte, o testamento será transmitido sem demora à Potência protetora e uma cópia autenticada será entregue à Agência Central de Informações.

Os certificados de falecimento, conformes ao modelo anexo à presente Convenção, ou as listas autenticadas por oficial responsável, de todos os prisioneiros de guerra mortos no cativeiro, serão endereçados no prazo mais breve possível ao Escritório de

Informações dos prisioneiros de guerra instituído conforme o artigo 122. As informações sobre identidade cuja lista foi dada no terceiro parágrafo do art. 17, o lugar e a data do falecimento, a "causa mortis", o lugar e a data da inumação, assim como todas as informações necessárias para identificar os túmulos deverão figurar nesses certificados ou nessas listas.

O enterro ou a incineração deverão ser precedidos de exame médico do corpo a fim de constatar o falecimento, permitir a redação de um relatório e, se possível, estabelecer a identidade do falecido.

As autoridades detentoras cuidarão de que os prisioneiros de guerra falecidos em cativeiro sejam enterrados condignamente, se possível segundo os ritos da religião a que eles pertenciam e de que os seus túmulos sejam respeitados, convenientemente cuidados e marcados de maneira a poderem ser sempre encontrados. Sempre que possível, os prisioneiros de guerra falecidos e que dependem da mesma Potência serão enterrados no mesmo local.

Os prisioneiros de guerra falecidos serão enterrados individualmente, salvo em caso de falta maior que imponha um túmulo coletivo. Os corpos serão incinerados quando o exigirem motivos imperiosos de higiene ou da religião do falecido ou se este o desejar expressamente. Em caso de incineração, será feita menção do fato com a indicação dos motivos no certificado de óbito.

Para que os túmulos possam ser sempre encontrados, todas as informações relativas às inumações e aos túmulos deverão ser registradas por um Serviço de Registro dos Túmulos criado pela Potência detentora. As listas dos túmulos e as informações relativas aos prisioneiros de guerra inumados nos cemitérios ou alhures serão transmitidas à Potência de que dependem esses prisioneiros de guerra. Incumbirá à Potência que controla o território, se for parte da Convenção, cuidar desses túmulos e registrar quaisquer transferências ulteriores dos corpos. Essas disposições se aplicam igualmente às cinzas, que serão conservadas pelo Serviço de Registro dos Túmulos até que o país de origem faça conhecer as disposições definitivas que deseja tomar a respeito.

Artigo 121

Todo falecimento ou todo ferimento grave de um prisioneiro de guerra causados ou suspeitos de terem sido causados por uma sentinela, por outro prisioneiro de guerra ou por qualquer outra pessoa, assim como todo falecimento cuja causa seja desconhecida, serão seguidos imediatamente de inquérito oficial da Potência detentora.

Uma comunicação a respeito será feita imediatamente à Potência protetora. As disposições das testemunhas serão recolhidas, especialmente as dos prisioneiros de guerra; será encaminhado à referida Potência um relatório que as contenha.

Se o inquérito estabeleceu a culpabilidade de uma ou várias pessoas, a Potência detentora adotará medidas para o processo judiciário do responsável ou dos responsáveis.

TÍTULO V

Escritório de Informações e sociedades de socorros relativos aos prisioneiros de guerra.

Artigo 122

No início de um conflito e em todos os casos de ocupação, cada uma das Partes em luta constituirá um Escritório oficial de informações sobre os prisioneiros de guerra que se achem em seu poder; as Potências neutras ou não-beligerantes que tiverem recebido em seu território pessoas pertencentes a uma das categorias referidas no artigo 4.º agirão da mesma maneira com referência a essas pessoas. O Estado interessado cuidará de que o Escritório de Informações disponha de locais, de material e pessoal necessários para funcionar de maneira eficaz. Terá liberdade de empregar prisioneiros de guerra nesse Escritório, respeitando as condições estipuladas na seção da presente Convenção relativa ao trabalho dos prisioneiros de guerra.

No prazo mais breve possível, cada uma das Partes em luta dará a seu escritório as informações de que tratam os parágrafos quarto, quinto e sexto do presente artigo, sobre qualquer pessoa inimiga pertencente a uma das categorias referidas no artigo 4.º e que tenham caído em seu poder. As Potências neutras ou não-beligerantes agirão da mesma maneira relativamente às pessoas dessas categorias que tiverem recebido em seu território.

O Escritório fará chegar urgentemente, pelo meio mais rápido possível, essas informações às Potências interessadas, por intermédio, por um lado, das Potências protetoras, por outro, da Agência Central prevista no art. 123.

Essas informações deverão tornar possível avisar rapidamente as famílias interessadas. Enquanto estiverem no Escritório de Informações, essas informações incluirão para cada prisioneiro de guerra, ressalvadas as disposições do art. 17, sobrenome, prenomes, graduação, número de matrícula, local e data de nascimento, indicação da Potência de que depende, prenome do pai e sobrenome da mãe, nome e endereço da pessoa que deve ser informada, assim como endereço ao qual pode ser dirigida a correspondência para o prisioneiro.

O Escritório de Informações receberá dos diversos serviços competentes as indicações relativas às mudanças, libertações, repatriamentos, evasões, hospitalizações, falecimentos, e as transmitirá pelo modo previsto no terceiro parágrafo acima.

Da mesma maneira, as informações sobre o estado de saúde dos prisioneiros de guerra enfermos ou feridos em estado grave, serão transmitidas regularmente e, se possível, cada semana.

O Escritório de Informações será igualmente encarregado de responder a todas as solicitações que lhe forem endereçadas relativas aos prisioneiros de guerra, inclusive sobre os mortos no cativeiro; procederá aos inquéritos necessários a fim de obter as informações pedidas e que ele não possua.

Todas as comunicações escritas feitas pelo Escritório serão autenticadas por uma assinatura ou por um carimbo.

O Escritório de Informações, além disso, ficará encarregado de recolher e de transmitir às Potências interessadas todos os objetos pessoais de valor, inclusive as importâncias em moeda diferente da Potência detentora e os documentos que apresentem importância para os parentes próximos, deixados pelos prisioneiros de guerra quando de seu repatriamento, libertação, evasão ou falecimento. Esses objetos serão enviados em volumes selados pelo Escritório e acompanhados de declarações que estabeleçam com precisão a identidade das pessoas às quais os objetos pertencam, assim como o inventário completo do volume. Os outros objetos

pessoais dos prisioneiros em aprêgo serão devolvidos segundo os ajustes concluídos entre as Partes interessadas que estejam em luta.

Artigo 123

Será criada em país neutro uma Agência Central de Informações sobre os prisioneiros de guerra. A Comissão Internacional da Cruz Vermelha proporá aos Estados interessados, se o julgar necessário, a organização de tal Agência.

Essa Agência será encarregada de reunir todas as informações que interessam aos prisioneiros de guerra e que ela puder obter pelas vias oficiais ou privadas; ela as transmitirá, o mais rapidamente possível, ao país de origem ou a Potência de que eles defendem. Terá das partes em luta todas as facilidades para efetuar essas transmissões.

As Altas Partes Contratantes, e em particular aquelas cujos nacionais sejam beneficiados pelos serviços da Agência Central, são convidadas a prestar a esta o apoio financeiro de que ela precisar.

Essas disposições não deverão ser interpretadas como restringindo a atividade humanitária da Comissão Internacional da Cruz Vermelha e das sociedades de socorros mencionadas no art. 125.

Artigo 124

Os Escritórios nacionais de informações e a Agência Central de Informações gozarão de franquia aduaneira em matéria postal, assim como de todas as isenções previstas no artigo 74, e na medida do possível, de franquia telegráfica ou, pelo menos, de importantes reduções de taxas.

Artigo 125

Ressalvadas as medidas que julgarem necessárias para garantir sua segurança ou para fazer face a qualquer outra necessidade razoável, as Potências detentoras acolherão da melhor maneira as organizações religiosas, sociedades de socorros ou qualquer outro organismo que preste assistência aos prisioneiros de guerra. Os referidos Estados lhes concederão todas as facilidades necessárias, assim como aos seus delegados devidamente autorizados, para visitar os prisioneiros, distribuir-lhes socorros, material de qualquer proveniência destinado a fins religiosos, educativos,

recreativos ou para ajudá-los em seus momentos de lazer no interior dos campos. As sociedades ou organismos acima citados podem ser constituídos no território da Potência detentora ou em outro país ou ainda ter caráter internacional.

A Potência detentora poderá limitar o número das sociedades e organismos cujos delegados serão autorizados a exercer sua atividade no seu território e sob seu controle sob a condição, todavia, de que essa limitação não impeça que ajuda eficaz e suficiente seja levada a todos os prisioneiros de guerra.

A situação particular da Comissão Internacional da Cruz Vermelha nesse domínio será sempre reconhecida e respeitada.

No momento em que foram entregues aos prisioneiros de guerra socorros ou material para os fins indicados acima ou pelo menos num prazo breve, recibos assinados pelo representante desses prisioneiros e referentes a cada volume serão encaminhados à sociedade de socorros ou ao organismo expedidor. Recibos concernentes aos volumes serão entregues simultaneamente pelas autoridades administrativas responsáveis pela guarda dos prisioneiros.

TÍTULO VI

Execução da Convenção.

Seção I

Disposições gerais

Artigo 126

Os representantes ou os delegados das Potências protetoras serão autorizados a ir a todos os locais em que se encontram os prisioneiros de guerra, especialmente os locais de internamento, de detenção e de trabalho; terão acesso a todos os locais utilizados pelos prisioneiros. Serão igualmente autorizados a ir aos locais de partida, de passagem ou de chegada dos prisioneiros transferidos. Poderão conversar com os prisioneiros de guerra sem a presença de testemunhas, e em particular com o representante deles, por intermédio dum intérprete, se necessário.

Os representantes e delegados das Potências protetoras terão toda liberdade na escolha dos locais que desejarem visitar; a duração e a frequência dessas visitas não serão limitadas. As visitas não serão inter-

ditadas a não ser por motivo de necessidades imperiosas e somente a título excepcional e temporário.

A Potência detentora e a Potência de que dependem os prisioneiros de guerra visitados poderão se entender, se fôr o caso, para que os compatriotas desses prisioneiros tenham permissão para participar dessas visitas.

Os delegados da Comissão Internacional da Cruz Vermelha gozarão das mesmas prerrogativas. A designação desses delegados será submetida à aprovação da Potência em cujo poder se encontram os prisioneiros de guerra visitados.

Artigo 127

As Altas Partes Contratantes se comprometem a difundir da maneira mais ampla possível, em tempo de guerra, o texto da presente Convenção no seu respectivo país e, especialmente, incorporar o seu estudo nos programas de instrução militar e, se possível, civil, de tal maneira que os princípios se tornem conhecidos da maioria das forças armadas e da população.

As autoridades militares ou aquelas que, em tempo de guerra, tenham responsabilidades relativamente aos prisioneiros de guerra, deverão possuir o texto da Convenção e ser instruídas especialmente quanto às suas disposições.

Artigo 128

As Altas Partes Contratantes se comunicarão, por intermédio do Conselho Federal Suíço, e, durante as hostilidades, por intermédio dos Estados protetores, as traduções oficiais da presente Convenção, assim como as leis e regulamentos que adotem para assegurar-lhe a aplicação.

Artigo 129

As Altas Partes Contratantes se comprometem a adotar qualquer medida legislativa necessária para fixar as sanções penais adequadas às pessoas que tenham cometido ou que tenham dado ordem de cometer qualquer das infrações graves contra a presente Convenção definidas no artigo seguinte.

Cada Parte Contratante terá a obrigação de procurar as pessoas acusadas de terem cometido ou de

terem dado ordem de cometer tais infrações graves, e deverá trazê-las perante os seus próprios tribunais, qualquer que seja a nacionalidade delas. Poderá também, se o preferir e segundo as condições previstas pela sua própria legislação, remetê-las para julgamento a outra Parte Contratante interessada no processo, contanto que essa Parte Contratante tenha contra as referidas pessoas acusações suficientes.

Cada Parte Contratante adotará as medidas necessárias para suprimir os atos contrários às disposições da presente Convenção, além das infrações graves definidas no artigo seguinte.

Em todas as circunstâncias, os inculcados serão beneficiados pelas garantias de processo e de livre defesa, as quais não serão inferiores às previstas nos artigos 105 e seguintes da presente Convenção.

Artigo 130

As infrações graves citadas no artigo precedente são as que implicam qualquer dos atos seguintes, se forem cometidos contra pessoas ou bens protegidos pela Convenção: homicídio intencional, tortura ou tratamentos desumanos, inclusive experiências biológicas, o fato de causar intencionalmente grandes sofrimentos ou de provocar atentados graves à integridade física ou à saúde, o fato de constranger um prisioneiro de guerra a servir nas forças armadas da Potência inimiga, ou o de privá-lo do direito de ser julgado regular e imparcialmente segundo as prescrições da presente Convenção.

Artigo 131

Nenhuma Parte Contratante poderá eximir-se nem eximir outra Parte Contratante das responsabilidades em que ela ou outra incorra, em virtude das infrações previstas no presente artigo.

Artigo 132

A pedido de uma Parte em luta, deverá ser aberto inquérito, segundo a maneira que será determinada entre as Partes interessadas, a respeito de qualquer violação alegada contra a Convenção.

Se não fôr realizado acôrdo sobre o processo de inquérito, as Partes se

entenderão para escolher um árbitro que decidirá o processo a seguir.

Uma vez constatada a violação, as Partes em luta dar-lhe-ão fim e a reprimirão no prazo mais rápido possível.

Seção III

Disposições finais

Artigo 133

A presente Convenção será feita em francês e em inglês. Os dois textos são igualmente autênticos.

O Conselho Federal Suíço fará as traduções oficiais da Convenção para os idiomas russo e espanhol.

Artigo 134

A presente Convenção substitui a Convenção de 27 de julho de 1929 nas relações entre as Altas Partes Contratantes.

Artigo 135

Nas relações entre as Potências obrigadas pela Convenção de Haia relativa às leis e costumes da guerra terrestre, quer se trate da Convenção de 29 de julho de 1899, quer da de 18 de outubro de 1907, e que participem da presente Convenção, esta completará o capítulo II do Regulamento anexo às referidas Convenções de Haia.

Artigo 136

A presente Convenção, que levará a data deste dia, poderá até 12 de fevereiro de 1950 ser assinada pelos Estados representados na Conferência que se abriu em Genebra a 21 de abril de 1949, assim como pelos Estados não representados nesta e que participaram da Convenção de 27 de julho de 1929.

Artigo 137

A presente Convenção será ratificada logo que possível; as ratificações serão depositadas em Berna.

Será lavrada ata de depósito de cada instrumento de ratificação cuja cópia autenticada será remetida pelo Conselho Federal Suíço a todas as Potências em nome das quais a Convenção tiver sido assinada ou a adesão notificada.

Artigo 138

A presente convenção entrará em vigor, seis meses depois que dois instrumentos de ratificação, pelo menos, tiverem sido depositados.

Ela entrará em vigor, posteriormente, para cada Alta Parte Contratante, seis meses após o depósito do seu instrumento de ratificação.

Artigo 139

Desde a data de sua entrada em vigor, a presente Convenção estará aberta à adesão de qualquer Potência em cujo nome esta Convenção não tiver sido assinada.

Artigo 140

As adesões serão notificadas por escrito ao Conselho Federal Suíço e produzirão seus efeitos seis meses após a data em que forem entregues.

O Conselho Federal Suíço comunicará as adesões a todos os Estados em nome dos quais a Convenção foi assinada ou a adesão notificada.

Artigo 141

As situações previstas nos artigos 2.º e 3.º darão efeito imediato às ratificações depositadas e às adesões notificadas pelas Partes em luta, antes ou depois do começo das hostilidades ou da ocupação. A comunicação das ratificações ou as adesões recebidas das Partes em luta será feita pelo Conselho Federal Suíço pela via mais rápida.

Artigo 142

Cada uma das Altas Partes Contratantes terá a faculdade de denunciar a presente Convenção.

A denúncia será notificada por escrito ao Conselho Federal Suíço. Este comunicará a notificação aos Governos de todas as Altas Partes Contratantes.

A denúncia produzirá seus efeitos um ano após sua notificação ao Conselho Federal Suíço. Todavia, a denúncia notificada, quando o Estado denunciante estiver implicado num conflito, não produzirá nenhum efeito enquanto a paz não tiver sido concluída e enquanto as operações de libertação e reparamento das pessoas protegidas pela presente Convenção não tiverem terminado.

A denúncia só terá efeito para o Estado denunciante. De forma alguma atingirá as obrigações que as Partes em luta ficarão sujeitas a cumprir, em virtude dos princípios do Direito das Gentes tais como resultam dos costumes estabelecidos entre as nações civilizadas, das leis de humanidade e das exigências da consciência pública.

Artigo 143

O Conselho Federal Suíço registrará a presente Convenção no Secretariado das Nações Unidas. O Conselho Federal Suíço informará igualmente o Secretariado das Nações Unidas de todas as ratificações, adesões e denúncias que receba relativas à presente Convenção.

Em testemunho do que, os abaixo assinados, havendo depositado seus plenos poderes respectivos, assinaram a presente Convenção.

Feito na cidade de Genebra, a 12 de agosto de 1949, nas línguas francesa e inglesa, tendo sido depositado o original nos Arquivos da Confederação Suíça. O Conselho Federal Suíço transmitirá cópia autenticada da Convenção a cada um dos Estados signatários e aos Estados que aderiram a Convenção.

ANEXO I

Acôrdo-padrão relativo ao repatriamento direto e à hospitalização em país neutro dos prisioneiros de guerra feridos e doentes.

(Ver o art. 110)

I — Princípios para o repatriamento direto ou a hospitalização em país neutro.

A — Repatriamento direto:

1) Todos os prisioneiros de guerra vítimas das enfermidades seguintes, resultantes de traumatismos: perda de um membro, paralisia, enfermidades articulares ou outras, desde que elas sejam pelo menos a perda de um pé ou de uma mão ou que sejam equivalentes à perda de um pé ou de uma mão.

Sem prejuízo de interpretação mais ampla, os casos seguintes serão considerados como equivalentes à perda de um pé ou de uma mão:

a) perda da mão, de todos os dedos ou do polegar e do indicador

da mão; perda do pé ou de todos os dedos do pé e dos metatarsos de um pé;

b) ancilose, perda de tecido ósseo, encolhimento por cicatriz que impeça o funcionamento de uma das grandes articulações ou de todas as articulações digitais de uma mão;

c) pseudotrose do osso longo;

d) deformidades resultantes de fraturas ou outro acidente que impliquem diminuição séria da atividade e da capacidade de carregar pesos.

2) Todos os prisioneiros de guerra feridos cujo estado se tornou crônico a ponto de o prognóstico do restabelecimento parecer excluir, a despeito de tratamento, o restabelecimento no ano que segue à data do ferimento, como por exemplo em caso de:

a) projétil no coração, mesmo que a Comissão Médica mista, durante o exame, não tenha conseguido constatar males graves;

b) estilhaço metálico no cérebro ou nos pulmões, mesmo que a comissão médica mista, durante o exame, não possa constatar reação local ou geral;

c) osteomielite cuja cura seja imprevisível no correr do ano que segue ao ferimento e que pareça suscetível de resultar em ancilose duma articulação ou em outras alterações equivalentes à perda de uma mão ou de um pé;

d) ferimento penetrante e supurado das grandes articulações;

e) ferimento do crânio com perda ou deslocamento do tecido ósseo;

f) ferimento ou queimadura do rosto com perda do tecido e lesões funcionais;

g) ferimento da medula espinhal;

h) lesão dos nervos periféricos cuja seqüela equivalha à perda de uma mão ou de um pé e cuja cura exija mais de um ano a contar do ferimento, por exemplo: ferimento do plexo braquial ou sacro-lombar, dos nervos mediano ou ciático, assim como o ferimento combinado dos nervos radial e cubital ou dos nervos peroneal comum e tibial, etc. O ferimento isolado dos nervos radial, cubital, peroneal ou tibial não justifica o repatriamento, salvo em caso de contração ou de males neurotróficos sérios;

i) ferimento do aparelho urinário que comprometa seriamente o seu funcionamento.

3) Todos os prisioneiros de guerra cujo estado se tornou crônico a ponto de o prognóstico excluir, a despeito de tratamento, o restabelecimento no ano que seguir ao início da doença, como, por exemplo, em caso de:

a) tuberculose evolutiva de qualquer órgão, que não possa mais, segundo os prognósticos médicos, ser curada ou, pelo menos, melhorada consideravelmente por tratamento em país neutro;

b) pleurisia exsudativa;

c) doenças graves dos órgãos respiratórios, de etiologia não tuberculosa, presumivelmente incuráveis, como, por exemplo: enfisema pulmonar grave (com ou sem bronquite); asma crônica* que se prolongue durante mais de um ano em cativeiro; bronquectasia*;

d) as afecções crônicas graves da circulação, como, por exemplo: afecções valvulares e do miocárdio* que tenham manifestado sinais de descompensação durante o cativeiro, mesmo se a Comissão Médica Mista, quando do seu exame, não pode constatar nenhum desses sinais; afecções do pericárdio e dos vasos (doença de Buerger, aneurismas dos grandes vasos); etc.

e) as afecções crônicas graves dos órgãos digestivos, como, por exemplo: úlcera gástrica ou duodenal; a consequência da intervenção cirúrgica no estômago feita no cativeiro; gastrite, enterite ou colite crônicas durante mais de um ano e que afetem gravemente o estado geral; cirrose hepática; colecistopatia crônica* etc.

f) as afecções crônicas graves dos órgãos genito-urinários, por exemplo: doenças crônicas do rim com males consequentes; nefrotomia provocada por um rim tuberculoso; pielite crônica ou cistite crônica; hidronefrose ou piodonefrose; afecções ginecológicas crônicas graves; gravidez normal e afecções obstétricas, quando a hospitalização em país neutro fôr impossível; etc.

g) as doenças crônicas graves do sistema nervoso central e periférico, por exemplo todas as psicoses e psicosevroses manifestas, tais como a histeria grave, a psicosevrose séria de cativeiro, etc., devidamente constatadas por um especialista*; qualquer epilepsia devidamente constatada pelo médico do campo*; arterioesclerose cerebral; nevrite crônica durante mais de um ano; etc.

h) as doenças crônicas graves do sistema neuro-vegetativo com diminuição considerável da aptidão intelectual ou corporal, perda apreciável do peso e astenia geral;

i) cegueira dos dois olhos ou de um só quando a vista do outro olho tiver menos de 1, apesar do uso de óculos para corrigir; a diminuição da acuidade visual em casos em que é impossível recuperá-la com a correção para uma acuidade de 1/2 em pelo menos um olho*; outras afecções oculares graves, por exemplo: glaucoma; irite; cloroidite; tracoma; etc.

k) os males da audição, tais como a surdez completa unilateral, se o outro ouvido não ouve mais a palavra falada vivamente a um metro de distância; * etc.

l) as doenças graves do metabolismo, como, por exemplo: diabetes sacarina que exija tratamento com insulina; etc.

m) os males graves das glândulas de secreção interna, como, por exemplo: tireotoxicose; hipotireose; mal de Addison; caquexia de Simmonds; tétano; etc.

n) as doenças graves e crônicas do sistema hematopoiético;

o) as intoxicações crônicas graves, como, por exemplo: saturnismo, hidragirismo; morfismo; cocaínismo, alcoolismo; intoxicações por gás e pelas radiações; etc.

p) as afecções crônicas dos órgãos locomotores com distúrbios funcionais manifestos, por exemplo: artroses deformantes, poliartrite crônica evolutiva primária e secundária; reumatismo com manifestações clínicas graves; etc.

q) as afecções cutâneas crônicas e graves, rebeldes ao tratamento;

r) qualquer neoplasma maligno;

s) as doenças infecciosas crônicas graves que persistem durante um ano a partir do seu começo, por exemplo: o impaludismo com alterações orgânicas pronunciadas; disenteria amebiana ou bacilar com distúrbios consideráveis; sífilis visceral terciária, resistente ao tratamento; lepra; etc.

A decisão da Comissão Médica mista se baseará em grande parte nas observações dos médicos de campo e dos médicos compatriotas dos prisioneiros de guerra ou no exame dos médicos especialistas, pertencentes à Potência detentora.

t) as avitaminoses graves ou a inanção grave.

B — Hospitalização em país neutro;

Serão apresentados para hospitalização em país neutro:

1) todos os prisioneiros de guerra que não sejam suscetíveis de cura no cativoiro, mas que possam ser curados ou cujo estado possa ser claramente melhorado se forem hospitalizados em país neutro;

2) os prisioneiros de guerra que sofram de qualquer forma de tuberculose, qualquer que seja o órgão afetado, cujo tratamento em país neutro tenha probabilidade de levar à cura ou pelo menos a melhora considerável, excetuando-se a tuberculose primária curada antes do cativoiro;

3) os prisioneiros de guerra atacados de qualquer afecção que justifique tratamento dos órgãos respiratórios, circulatórios, digestivos, nervosos, sensoriais, gênito-urinários, cutâneos, locomotores, etc. e que tenham tido manifestamente melhores resultados em país neutro que em cativoiro;

4) os prisioneiros de guerra que tenham sido submetidos a nefrectomia em prisão por causa de afecção renal não tuberculosa ou ataques de osteomielite em vias de curar-se ou latente, ou diabetes açúcarado que não exija tratamento com insulina, etc.

5) os prisioneiros de guerra vítimas de neuroses provocadas pela guerra ou pelo cativoiro.

Os casos de neurose de cativoiro que não forem curados em três meses de hospitalização em país neutro ou que, após esse prazo, não estiverem claramente em vias de cura definitiva, serão repatriados;

6) todos os prisioneiros de guerra vítimas de intoxicação crônica (gases, metais, alcalóides, etc.) para os quais as perspectivas de cura em país neutro são particularmente favoráveis;

7) todas as prisioneiras de guerra grávidas e as prisioneiras que sejam mães com os seus filhos lactentes e de pouca idade.

Serão excluídos da hospitalização em país neutro:

1) todos os casos de psicoses evidentemente constatados;

2) todas as afecções nervosas orgânicas ou funcionais, reputadas incuráveis;

3) todas as doenças contagiosas no período em que forem transmissíveis exceto a tuberculose.

II — Observações gerais

1) As condições fixadas acima devem, de maneira geral, ser interpretadas e applicadas com o espírito mais amplo possível.

Os estados nevróticos e psicopáticos provocados pela guerra ou pelo cativoiro, assim como os casos de tuberculose em todos os seus graus, sobretudo serão beneficiados por essa interpretação ampla. Os prisioneiros de guerra que tenham sofrido vários ferimentos os quais, considerados isoladamente, não justificam o repatriamento serão examinados com o mesmo espírito, levando-se em conta o resultado psíquico devido ao número dos ferimentos.

2) Todos os casos incontestes que dêem direito a repatriamento direto (amputação, cegueira ou surdez total, tuberculose pulmonar aberta, doença mental, neoplasma maligno, etc.) serão examinados e repatriados no prazo mais breve possível pelos médicos de campo ou por comissões de médicos militares designados pela Potência detentora.

3) Os ferimentos e doenças que sejam anteriores à guerra e que não se tenham agravado, assim como os ferimentos causados pela guerra que não tenham impedido o retorno ao serviço militar não terão direito ao repatriamento direto.

4) As presentes disposições terão interpretações e applicação análogas em todas as Potências que sejam partes na Acta. As Potências e as autoridades interessadas darão às Comissões Médicas Mistas todas as facilidades necessárias à execução de sua tarefa.

5) Os exemplos mencionados acima no n.º I não representam senão casos típicos. Aquêles que não são exactamente conformes a estas disposições serão julgados no espirito das estipulações do artigo 110 da presente Convenção e dos princípios contidos no presente Acôrdo.

ANEXO II

Regulamento relativo às Comissões Médicas Mistas

(Ver o artigo 112)

Artigo 1.º

As Comissões Médicas Mistas previstas no artigo 112 da Convenção

serão compostas de três membros, dos quais dois pertencerão a um país neutro e o terceiro será designado pela Potência detentora. Um dos membros neutros presidirá a Comissão.

Artigo 2.º

Os dois membros neutros serão designados pela Comissão Internacional da Cruz Vermelha, de acordo com a Potência protetora a pedido da Potência detentora. Eles poderão estar domiciliados indiferentemente no seu país de origem ou em outro país neutro ou no território da Potência detentora.

Artigo 3.º

Os membros neutros serão aceitos pelas Partes em luta interessadas as quais notificarão a sua aceitação à Comissão Internacional da Cruz Vermelha e à Potência protetora. Os membros serão considerados como designados efetivamente, a partir dessa notificação.

Artigo 4.º

Serão designados membros suplentes igualmente em número suficiente para substituírem os membros titulares em caso de necessidade. Essa designação será efetuada ao mesmo tempo que a dos membros titulares ou, pelo menos, no prazo mais breve possível.

Artigo 5.º

Se, por uma razão qualquer, a Comissão Internacional da Cruz Vermelha não puder designar os membros neutros, a Potência protetora procederá à designação.

Artigo 6.º

Um dos dois membros neutros deve ser cirurgião e o outro médico, na medida possível.

Artigo 7.º

Os membros neutros gozarão de independência completa nas suas relações com as Partes em luta, as quais deverão garantir-lhes todas as facilidades no cumprimento da sua missão.

Artigo 8.º

Em cada acordo com a Potência detentora, a Comissão Internacional

da Cruz Vermelha fixará as condições de serviço dos interessados quando fizer as designações indicadas nos artigos 2.º e 4.º do presente regulamento.

Artigo 9.º

A Comissão Médica Mista iniciará o seu trabalho logo depois de terem sido aprovados os membros neutros, e em qualquer caso num prazo de três meses a contar da data de tal aprovação.

Artigo 10

As Comissões Médicas Mistas examinarão todos os prisioneiros citados no artigo 113 da Convenção. Elas proporão o repatriamento, a exclusão do repatriamento ou o adiamento para exame ulterior. Suas decisões serão tomadas por maioria.

Artigo 11

As decisões tomadas pela Comissão em cada caso específico serão comunicadas, durante o mês que se seguir à sua visita, à Potência detentora, à Potência protetora e à Comissão Internacional da Cruz Vermelha. A Comissão Médica Mista informará igualmente cada prisioneiro de guerra examinado da decisão tomada e fornecerá um atestado semelhante ao modelo anexo à presente Convenção aqueles cujo repatriamento ela tiver proposto.

Artigo 12

A Potência detentora será obrigada a executar as decisões da Comissão Médica Mista num prazo de três meses depois de ter sido devidamente informada delas.

Artigo 13

Se não houver médico neutro num país em que a atividade da Comissão Médica Mista parece necessária e se fôr impossível, por qualquer razão, designar médicos neutros residentes em outro país, a Potência detentora, agindo de acordo com a Potência protetora, constituirá uma Comissão Médica que exercerá as mesmas funções da Comissão Médica Mista, ressalvadas as disposições dos artigos 1.º, 2.º, 3.º, 4.º, 5.º e 8.º do presente regulamento.

Artigo 14

As Comissões Médicas Mistas funcionarão permanentemente e visitarão cada campo em intervalos que não ultrapassem seis meses.

Anexo III

Regulamento relativo aos socorros coletivos para os prisioneiros de guerra.

(Ver artigo 73)

Artigo 1.º

Os representantes dos prisioneiros serão autorizados a distribuir os volumes de socorros coletivos, de que estão encarregados, a todos os prisioneiros que façam parte administrativamente do seu campo, inclusive aqueles que se acham nos hospitais ou nas prisões ou outros estabelecimentos penitenciários.

Artigo 2.º

A distribuição dos volumes de socorros coletivos se efetuará segundo as instruções dos doadores e conforme o plano estabelecido pelos representantes dos prisioneiros; entretanto, a distribuição desses socorros médicos se fará, de preferência, de acordo com os médicos-chefes e estes poderão, em seus hospitais e enfermarias, deixar de observar as ditas instruções quando as necessidades dos pacientes o exigirem.

Dentro dos limites assim definidos, essa distribuição será sempre equitativa.

A fim de poder verificar a qualidade e a quantidade das mercadorias recebidas e de fazer a respeito relatórios detalhados para os doadores, os representantes dos prisioneiros ou os seus assistentes serão autorizados a ir aos pontos de chegada dos volumes de socorros próximos do seu campo.

Artigo 4.º

Os representantes dos prisioneiros terão as facilidades necessárias para verificar se a distribuição dos socorros coletivos em todas as subdivisões e anexos do seu campo se efetua conforme as suas instruções.

Artigo 5.º

Os representantes dos prisioneiros serão autorizados a preencher, assim

como fazer preencher pelos representantes dos prisioneiros dos destacamentos de trabalho ou pelos médicos-chefes das enfermarias e hospitais, fórmulas ou questionários destinados aos doadores e relacionados com socorros coletivos (distribuição, necessidades, quantidades, etc.). Essas fórmulas e questionários, devidamente preenchidos, serão transmitidos aos doadores sem demora.

Artigo 6.º

A fim de assegurar uma distribuição regular dos socorros coletivos aos prisioneiros de guerra de seu campo e, eventualmente, de fazer face às necessidades que surgirem com a chegada de novos contingentes de prisioneiros, os representantes dos prisioneiros serão autorizados a constituir e a manter reservas suficientes de socorros coletivos. Disporão, para isso, de entrepostos adequados; cada entreposto será provido de duas fechaduras, cujas chaves ficarão, uma com o representante dos prisioneiros e outra com o comandante do campo.

Artigo 7.º

Quando houver volumes coletivos de roupas, cada prisioneiro de guerra conservará em seu poder um jogo completo das mesmas. Se um prisioneiro possuir mais de um conjunto de roupas, o representante dos prisioneiros será autorizado a retirar daqueles que foram melhor contemplados os artigos em excesso ou certos artigos superiores em número à unidade, se isso for preciso para satisfazer as necessidades dos prisioneiros menos providos. Entretanto, ele não retirará um segundo jogo de roupas de baixo, meias ou sapatos, a menos que não haja outro meio de fornecê-los ao prisioneiro que não os tenha.

Artigo 8.º

As Altas Partes Contratantes e as Potências detentoras, em particular, autorização, na medida do possível e ressalvada a regulamentação relativa ao aprisionamento da população tomadas as compras que forem feitas em seu território para distribuir socorros coletivos aos prisioneiros de guerra; elas facilitarão, analogamente, as transferências de fundos e outras medidas financeiras, técnicas ou administrativas efetuadas para essas compras.

Artigo 9.º

As disposições precedentes não constituirão obstáculo ao direito dos prisioneiros de guerra de receberem os socorros coletivos antes de sua chegada ao campo ou durante a transferência deles, nem à possibilidade dos representantes da Potência protetora, da Comissão Internacional da Cruz Vermelha ou de qualquer outro organismo que preste assistência aos prisioneiros e esteja encarregado de transmitir esses socorros, de assegurarem a seus destinatários a sua distribuição por outros meios que julgarem oportunos.

ANEXO IV

Modelos de carteiras

ANEXO V

Regulamento - padrão relativo aos pagamentos enviados pelos prisioneiros de guerra a seus países.

(Ver artigo 63)

1) O aviso mencionado no terceiro parágrafo do artigo 63 conterá as seguintes indicações:

a) o número de matrícula previsto no artigo 17, a graduação, o sobrenome e os prenomes do prisioneiro de guerra autor do pagamento;

b) o nome e o endereço do destinatário do pagamento no país de origem;

c) a quantia que deve ser paga expressa em moeda da Potência detentora.

2) Esse aviso será assinado pelo prisioneiro de guerra. Se este não souber escrever, será um sinal autêntico por uma testemunha. O representante dos prisioneiros igualmente referendará esse aviso.

3) O Comandante do campo juntará a esse aviso um certificado que ateste que o saldo credor da conta do prisioneiro de guerra interessado não é inferior à soma que deve ser paga.

4) Esses avisos poderão fazer-se sob a forma de listas. Cada folha dessas listas será assinada pelo representante dos prisioneiros e autenticada pelo comandante do campo.

CONVENÇÃO DE GENEBRA RELATIVA À PROTEÇÃO DOS CIVIS EM TEMPO DE GUERRA, DE 12 DE AGOSTO DE 1949.

Os abaixo assinados, Plenipotenciários dos Governos representados na Conferência Diplomática reunida em Genebra de 21 de abril a 12 de agosto de 1949 a fim de elaborar uma Convenção para a proteção das pessoas civis em tempo de guerra, convieram no seguinte:

TÍTULO I

Disposições gerais

Artigo 1.º

As Altas Partes Contratantes se comprometem a respeitar e a fazer respeitar, em todas as circunstâncias, a presente Convenção.

Artigo 2.º

Agora as disposições que devem entrar em vigor em tempo de paz, a presente Convenção se aplicará em caso de guerra declarada ou de qualquer outro conflito armado que surja entre duas ou mais das Altas Partes Contratantes, mesmo que o estado de guerra não seja reconhecido por uma delas.

Aplicar-se-á a Convenção, igualmente, em qualquer caso de ocupação da totalidade ou de parte do território de uma Alta Parte Contratante, mesmo que a ocupação não encontre resistência militar.

Se um dos Estados em luta não é parte na presente Convenção, os Estados que são partes na mesma ficarão, não obstante, obrigados por ela em suas relações recíprocas. Ficarão, outrossim, obrigados pela Convenção com respeito ao mencionado Estado, desde que este aceite e aplique seus dispositivos.

Artigo 3.º

Em caso de conflito armado sem caráter internacional e que surja no território de uma das Altas Partes Contratantes, cada uma das Partes em luta terá a obrigação de aplicar, pelo menos, os seguintes dispositivos:

1) As pessoas que não participem diretamente das hostilidades, inclusive os membros das forças armadas que tenham depositado as armas e as pessoas que tenham ficado fora de

combate por enfermidade, ferimento, detenção ou por qualquer outra causa serão, em qualquer circunstância, tratadas com humanidade, sem nenhuma distinção racial, de cor, religião ou crença, sexo, nascimento ou fortuna, ou qualquer outro critério análogo.

Nestes termos, estão e ficam proibidos em qualquer momento ou lugar a respeito das pessoas mencionadas acima:

- a) os atentados à vida e à integridade corporal, especialmente o homicídio sob todas as suas formas, as mutilações, os tratamentos cruéis, as torturas e os suplicios;
- b) a captura ou prisão de reféns;
- c) os atentados à dignidade das pessoas, especialmente os tratamentos humilhantes e degradantes;
- d) as condenações pronunciadas e as execuções efetuadas sem julgamento prévio, realizadas por tribunal regularmente constituído, provido das garantias judiciárias reconhecidas como indispensáveis pelos povos civilizados.

2) Os feridos e enfermos serão recolhidos e tratados.

Um organismo humanitário imparcial, tal como a Comissão Internacional da Cruz Vermelha, poderá oferecer seus serviços às Partes em luta.

As Partes em luta esforçar-se-ão, por outro lado, para pôr em vigor, por meio de acordos especiais, o todo ou parte dos demais dispositivos da presente Convenção.

A aplicação dos dispositivos precedentes não terá efeito sobre o estatuto jurídico das Partes em luta.

Artigo 4º

São protegidas pela Convenção as pessoas que, a qualquer momento e de qualquer maneira, se encontrem, em caso de luta ou de ocupação, em poder de uma Parte em luta ou de um Estado ocupante de que elas não sejam nacionais.

Os nacionais do Estado que não seja parte na Convenção não são protegidos por ela. Os nacionais de Estado neutro que se achem em território de Estado beligerante e os nacionais de Estado cobeligerante, não serão considerados como pessoas protegidas enquanto o Estado de que dependem tiver representação diplo-

mática normal junto ao Estado em poder do qual se encontrem.

As disposições do Título II têm, entretanto, campo de aplicação ampla, definido no artigo 13.

As pessoas protegidas pela Convenção de Genebra de 12 de agosto de 1949 para a Melhoria da sorte dos feridos, doentes das forças armadas em campanha ou pela de Genebra de 12 de agosto de 1949 relativa à Melhoria da sorte dos feridos, doentes e náufragos das forças armadas no mar, ou pela de Genebra de 12 de agosto de 1949 relativa ao tratamento dos prisioneiros de guerra, não serão consideradas pessoas protegidas segundo o sentido da presente Convenção.

Artigo 5º

Se uma Parte em luta tiver razões sérias para em seu território considerar individualmente uma pessoa protegida pela presente Convenção como positivamente suspeita de exercer atividade prejudicial à segurança do Estado, ou caso se prove que ela exerce efetivamente essa atividade, a referida pessoa não gozará dos direitos e privilégios conferidos pela presente Convenção que, se exercidos, acarretem prejuízos à segurança do Estado.

Se uma pessoa protegida pela Convenção for detida num território ocupado na qualidade de espião ou de sabotador ou se tornar, individualmente, suspeita legítima de se dedicar a atividade prejudicial à segurança do Estado ocupante, ela poderá ser privada dos direitos de comunicação previstos pela presente Convenção, nos casos em que a segurança militar o exigir de maneira absoluta.

Em cada um desses casos, as pessoas indicadas nos parágrafos precedentes serão, entretanto, tratadas com humanidade e não serão privadas do direito a um processo equitativo e regular, previsto pela presente Convenção. Ser-lhes-ão concedidos, igualmente, todos os direitos e privilégios de uma pessoa protegida, conforme a presente Convenção, na data mais próxima possível, tendo-se em conta a segurança do país ou do Estado ocupante, segundo o caso.

Artigo 6º

A presente Convenção se aplicará desde o início de qualquer conflito ou ocupação mencionados no artigo 2º.

A aplicação da Convenção no território das Partes em luta cessará com o fim generalizado das operações militares.

A aplicação da presente Convenção em território ocupado cessará um ano após o fim generalizado das operações militares; entretanto, o Estado ocupante ficará obrigado por ela durante a ocupação — desde que esse Estado exerça funções de governo no território em aprêço — pelas disposições dos artigos seguintes da presente Convenção: 1.º a 12, 27, de 29 a 34, 47, 49, 51, 52, 53, 59, de 61 a 77 e 143.

As pessoas protegidas cuja libertação, o repatriamento ou o estabelecimento ocorrerem após esses prazos, continuarão, durante o intervalo, beneficiadas pela presente Convenção.

Artigo 7º

Afora os acordos expressamente previstos pelos artigos 11, 14, 15, 17, 36, 108, 109, 132, 23 e 149 as Altas Partes Contratantes poderão concluir outros acordos especiais sobre qualquer questão que lhes pareça oportuno regulamentar particularmente. Nenhum acordo especial prejudicará a situação das pessoas protegidas, tal como está regulamentada pela presente Convenção, nem restringirá os direitos que esta lhes conceder.

As pessoas protegidas continuarão a ser beneficiadas por esses acordos durante o tempo em que a Convenção lhes for aplicável, salvo estipulação em contrário, contida expressamente nos referidos acordos ou em acordos ulteriores, ou igualmente salvo medidas mais favoráveis tomadas a respeito delas por uma ou outra das Partes em luta.

Artigo 8º

As pessoas protegidas não poderão, em caso algum, renunciar parcial ou totalmente aos direitos garantidos pela presente Convenção, e, dado o caso, pelos acordos especiais referidos no artigo precedente.

Artigo 9º

A presente Convenção será aplicada com o concurso e sob o controle dos Estados protetores, encarregados de salvaguardar os interesses das Partes em luta. Para isso os Estados protetores poderão, além do seu pessoal diplomático ou consular, designar os delegados entre seus nacionais ou entre os nacionais de outros Estados neutros. Esses delegados deverão submeter-se à aceitação pelo Estado junto ao qual exercerão sua missão.

As Partes em luta facilitarão, na medida mais ampla possível, a tarefa dos representantes ou delegados dos Estados protetores.

Os representantes ou delegados dos Estados protetores não deverão, em caso algum, ultrapassar os limites de sua missão, tal como ela se funda na presente Convenção; deverão especialmente ter em conta as necessidades imperiosas da segurança do Estado junto ao qual exercem suas funções.

Artigo 10

As disposições da presente Convenção não constituirão obstáculo às atividades humanitárias que a Comissão Internacional da Cruz Vermelha, assim como qualquer outro organismo humanitário imparcial, empreender para a proteção das pessoas civis e para levar-lhes socorros, mediante a permissão das Partes em luta interessadas.

Artigo 11

As Altas Partes Contratantes poderão sempre se entender para confiar a um organismo internacional que apresenta todas as garantias de imparcialidade e de eficácia as tarefas atribuídas pela presente Convenção aos Estados protetores.

Se pessoas protegidas não são beneficiadas ou não são mais beneficiadas, qualquer que seja a razão, pela atividade de um Estado protetor ou de um organismo como o mencionado no parágrafo primeiro, o Estado detentor deverá solicitar a um Estado neutro ou ao referido organismo que assumam as funções atribuídas pela presente Convenção aos Estados protetores designados pelas Partes em luta.

Se não for assegurada proteção por essa forma, o Estado detentor deverá

solicitar a um organismo humanitário, como por exemplo a Comissão Internacional da Cruz Vermelha, que assuma as tarefas humanitárias que forem atribuídas pela presente Convenção aos Estados protetores ou deverá aceitar, sob reserva das disposições do presente artigo, as ofertas de serviços que emanem de tal organismo.

Todo Estado neutro ou todo organismo convidado pelo Estado interessado ou que se tenha oferecido para os fins mencionados acima deverá, em suas atividades, estar consciente de sua responsabilidade perante a Parte em luta de que dependem as pessoas protegidas pela presente Convenção e deverá dar garantias suficientes de capacidade para assumir as funções em aprêço e exercê-las imparcialmente.

As disposições precedentes não poderão ser derogadas por acôrdo particular entre os Estados, um dos quais se ache, mesmo temporariamente, com relação a outro Estado ou a seus aliados, limitado em sua liberdade de negociação em consequência de acontecimentos militares, especialmente em caso de ocupação da totalidade ou de parte importante de seu território.

Sempre que se fizer menção do Estado protetor na presente Convenção, essa menção designará igualmente os organismos que a substituem conforme o sentido do presente artigo.

As disposições do presente artigo se estenderão e serão adaptadas aos casos de nacionais de um Estado neutro que se achem em território ocupado ou em território de Estado beligerante junto ao qual o Estado a que pertencem aqueles nacionais não tenha representação diplomática normal.

Artigo 12

Em todos os casos que forem julgados úteis ao interesse das pessoas protegidas, especialmente nos casos de desacôrdo entre as Partes em luta sobre a aplicação ou interpretação das disposições da presente Convenção, os Estados protetores emprestarão seus bons officios no sentido de pôr fim às divergências.

Para isso, cada Estado protetor poderá, a convite de uma Parte ou espontaneamente, propor às Partes em luta uma reunião dos seus representantes e em particular, das autori-

dades encarregadas da sorte das pessoas protegidas, possivelmente em território neutro convenientemente escolhido. As Partes em luta serão obrigadas a executar as propostas que lhes forem feitas nesse sentido.

Os Estados protetores, dado o caso, poderão propor a aceitação das Partes em luta uma personalidade pertencente a um Estado neutro ou nomeada pela Comissão Internacional da Cruz Vermelha, que será chamada a participar dessa reunião.

TÍTULO II

Proteção geral das populações contra certos efeitos da guerra

Artigo 13

As disposições do presente título visam ao conjunto das populações dos países em luta, sem nenhuma distinção desfavorável, especialmente de raça, nacionalidade, religião ou de opiniões políticas, e tendem a atenuar os sofrimentos provocados pela guerra.

Artigo 14

Durante o tempo de paz as Altas Partes Contratantes e, após a abertura das hostilidades, as Partes em luta, poderão criar em seu território e, se fôr necessário, nos territórios ocupados, zonas e localidades sanitárias e de segurança organizadas de maneira a abrigar dos efeitos da guerra os feridos e doentes, os aleijados, as pessoas idosas, as crianças de menos de quinze anos, as mulheres grávidas e as mães de crianças com menos de sete anos.

Desde o início do conflito e no seu desenrolar as Partes interessadas poderão concluir entre si acordos para o reconhecimento das zonas e localidades que tiverem estabelecido. Elas poderão pôr em vigor as disposições previstas no projeto de acôrdo anexo à presente Convenção, incluindo nêle, eventualmente, as modificações julgadas necessárias.

Os Estados protetores e a Comissão Internacional da Cruz Vermelha são convidados a emprestar seus bons officios para facilitar o estabelecimento e o reconhecimento dessas zonas e localidades sanitárias e de segurança.

Artigo 15

Tôda Parte em luta poderá, seja diretamente, seja por intermédio de

Estado neutro ou de organismo humanitário, propor à Parte adversa a criação, nas regiões em que se deram as lutas, de zonas neutralizadas destinadas a abrigar do perigo dos combates, sem nenhuma distinção, as pessoas seguintes:

a) os feridos e os enfermos, combatentes ou não combatentes;

b) as pessoas civis que não participem das hostilidades e que não se ocupem com trabalhos de caráter militar durante sua estada nessas zonas.

Logo que as Partes em luta entrem em acordo sobre a situação geográfica, a administração, o aprisionamento e o controle da zona neutralizada em questão, estabelecer-se-á um acordo por escrito e assinado pelos representantes das Partes em luta. Esse acordo fixará o início e a duração da neutralização da zona.

Artigo 16

Os feridos e os enfermos, assim como as pessoas debilitadas e as mulheres grávidas, serão objeto de proteção e de respeito especiais.

Tanto quanto as exigências militares o permitirem, cada Parte em luta favorecerá as medidas tomadas para descobrir os mortos e feridos, vir em auxílio dos náufragos e outras pessoas expostas a perigo grave e protegê-las contra a pilhagem e os maus tratos.

Artigo 17

As Partes em luta esforçar-se-ão por concluir ajustes locais sobre a evocação dos feridos, enfermos, das pessoas debilitadas, dos velhos, crianças e parturientes, de uma zona sitiada ou cercada, e sobre a passagem dos ministros de todos os credos, do pessoal e do material sanitários, com destino a essa zona.

Artigo 18

Os hospitais civis organizados para socorrer feridos, enfermos, pessoas debilitadas e parturientes não poderão, em circunstância alguma, ser objeto de ataques; serão em qualquer época respeitados e protegidos pelas Partes em luta.

Os Estados que são parte de um conflito deverão entregar a todos os hospitais civis um documento que ateste o seu caráter de hospital civil

e prove que os edifícios ocupados por eles não são utilizados para fins que, segundo o artigo 19, poderiam privá-los de proteção.

Os hospitais civis serão reconhecidos, caso sejam autorizados pelo Estado, por meio do emblema previsto no artigo 88 da Convenção de Genebra, de 12 de agosto de 1949, relativa à Melhoria dos feridos e enfermos das forças armadas em campanha.

As Partes em luta adotarão, quando as exigências militares o permitirem, as medidas necessárias para tornar visíveis às forças inimigas, terrestres, aéreas e marítimas, os emblemas distintivos que assinalam os hospitais civis, a fim de evitar toda possibilidade de agressão.

Em razão dos perigos que pode apresentar para os hospitais a proximidade de objetivos militares, será conveniente que eles sejam afastados de tais objetivos na medida do possível.

Artigo 19

A proteção de que são alvo os hospitais civis não poderá cessar, a não ser que eles sejam usados, para cometer atos prejudiciais ao inimigo, em contraste com seus deveres humanitários. Entretanto, a proteção não cessará senão após intimação que fixe, em todos os casos oportunos, um prazo razoável e depois de tal prazo ter sido desrespeitado.

Não será considerado ato prejudicial o fato de militares feridos e enfermos serem tratados nesses hospitais ou de neles se acharem armas portáteis e munições retiradas a esses militares e que não tenham sido ainda entregues ao serviço competente.

Artigo 20

O pessoal regular e unicamente ocupado com o funcionamento ou administração dos hospitais civis, inclusive o que está encarregado do transporte e do tratamento dos feridos civis, dos aleijados e parturientes, será respeitado e protegido.

Nos territórios ocupados e nas zonas de operações militares, esse pessoal far-se-á reconhecer por meio de uma carteira de identidade que ateste a qualidade do titular, e que inclua fotografia e o selo seco da autoridade responsável e, igualmente

enquanto estiver em serviço, por uma braçadeira com iniciais que resista à umidade, no braço direito. Essa braçadeira será entregue pelo Estado e será munida do emblema previsto no artigo 38 da Convenção de Genebra de 12 de agosto relativa à Melhoria da sorte dos feridos e enfermos das forças armadas em campanha.

Qualquer outro pessoal, ocupado com o funcionamento e administração dos hospitais civis, será respeitado e protegido e terá o direito de levar a braçadeira como foi descrito acima e sob as condições previstas no presente artigo, durante o exercício de suas funções. Sua carteira de identidade indicará as tarefas que lhe foram atribuídas.

A direção de cada hospital civil terá sempre à disposição das autoridades competentes, nacionais ou ocupantes, a lista atualizada de seu pessoal.

Artigo 21

Os transportes de feridos e enfermos civis, pessoas debilitadas e das parturientes, efetuados em terra por comboios de veículos e trens-hospitais ou, no mar, por navios destinados a esse fim, serão respeitados e protegidos, da mesma maneira que os hospitais, previstos no art. 18, e se farão reconhecer pelo emblema distintivo, previsto no artigo 38 da Convenção de 12 de agosto de 1949, relativa à Melhoria da sorte dos feridos e enfermos das forças armadas em campanha.

Artigo 22

As aeronaves empregadas exclusivamente no transporte dos feridos e doentes civis, dos enfermos e das parturientes, ou no transporte do pessoal e material sanitários, não serão atacados, mas serão respeitados quando voarem em altitudes, horários e rotas especialmente estabelecidas, em comum acordo entre todas as Partes em luta interessadas.

Elas poderão ser reconhecidas pelo emblema distintivo, previsto no artigo 38 da Convenção de Genebra de 12 de agosto de 1949 relativa à Melhoria dos feridos e enfermos das forças armadas em campanha.

Salvo acordo em contrário, são proibidos vôos sobre o território inimigo ou sobre territórios ocupados pelo inimigo.

Essas aeronaves obedecerão a qualquer ordem de aterrissagem. Em caso de aterrissagem assim imposta, a aeronave e seus ocupantes poderão continuar seu vôo, após exame eventual.

Artigo 23

Cada Alta Parte Contratante concederá livre passagem a toda remessa de medicamentos e de material sanitário, assim como dos objetos necessários ao culto, destinados unicamente à população civil de uma outra Parte Contratante, mesmo inimiga. Ela autorizará igualmente a livre passagem de todas as remessas de víveres indispensáveis, vestuários e fortificantes reservados às crianças de menos de quinze anos, às mulheres grávidas e parturientes.

A obrigação de uma Parte Contratante de conceder livre passagem às remessas indicadas no parágrafo precedente está subordinada à condição de que se assegure a essa Parte que não há nenhuma razão para temer que:

- a) os volumes possam ser desviados do seu destino, ou
- b) que o controle não seja eficaz, ou
- c) que o inimigo possa tirar disso vantagens manifestas para seus esforços militares ou para sua economia, substituindo mercadorias que ele deveria, de outra maneira, fornecer ou produzir, por essas remessas ou liberando materiais, produtos ou serviços que de outro modo seriam destinados à produção das referidas mercadorias.

O Estado que autorizar o trânsito das remessas indicadas no primeiro parágrafo do presente artigo, poderá impor como condição por essa concessão que a entrega dos mesmos aos beneficiários seja feita sob controle *in loco* efetuado pelos Estados protetores.

Essas remessas deverão ser encaminhadas o mais rapidamente possível, e o Estado que permitir o livre trânsito terá o direito de fixar as condições técnicas mediante as quais ele será autorizado.

Artigo 24

As Partes em luta tomarão as medidas necessárias para que as crianças de menos de quinze anos, órfãs

ou separadas de sua família em virtude da guerra, não sejam abandonadas à própria sorte e que a manutenção, a prática da religião e a educação delas sejam facilitadas em quaisquer circunstâncias. A educação, caso possível, será confiada a pessoas da mesma tradição cultural.

As Partes em luta favorecerão o acolhimento dessas crianças em país neutro durante a conflagração, dado o consentimento do Estado protetor, se houver, e se tiverem a garantia de que os princípios enunciados no primeiro parágrafo serão respeitados.

Além disso, elas se esforçarão por tomar as medidas necessárias para que todas as crianças de menos de doze anos possam ser identificadas pelo uso de uma placa de identidade ou por qualquer outro meio.

Artigo 25

Toda pessoa que se encontre no território de uma Parte em luta ou em território por esta ocupado, poderá dar aos membros de sua família onde eles se encontrarem, notícias de caráter estritamente familiar, ou recebê-las deles. Essa correspondência será encaminhada rapidamente e sem atraso injustificado.

Se, em virtude das circunstâncias, for difícil ou impossível fazer a troca da correspondência familiar por via postal ordinária, as partes em luta interessadas se dirigirão a um intermediário neutro, tal como a Agência Central prevista no art. 140, para determinar os meios de assegurar o cumprimento de suas obrigações nas melhores condições, especialmente com a ajuda das sociedades nacionais da Cruz Vermelha (do Crescente Vermelho, do Leão e do Sol Vermelhos).

Se as partes em luta julgarem necessário restringir a correspondência familiar, elas poderão, no máximo, impor o emprêgo de fórmulas-padrão que contenham vinte e cinco palavras escolhidas livremente e limitar o seu envio a uma por mês.

Artigo 26

Cada parte em luta facilitará as pesquisas empreendidas pelos membros das famílias dispersadas pela guerra com o fim de restabelecerem ontão uns com os outros e, se possível, reunirem-se. Ela favorecerá especialmente a ação dos organismos que se consagram a essa tarefa, sob a con-

dição de que os tenha aceito e que eles se conformem com as medidas de segurança que ela tomar.

TÍTULO III

Estatuto e tratamento das pessoas protegidas

Seção I

Disposições comuns aos territórios das partes em luta e aos territórios ocupados

Artigo 27

As pessoas protegidas têm direito, em quaisquer circunstâncias, ao respeito à sua pessoa, à sua honra e aos seus direitos de família, a suas convicções e práticas religiosas, a seus hábitos e costumes. Serão tratadas sempre com humanidade e protegidas, especialmente contra todo ato de violência ou intimidação, contra os insultos e a curiosidade pública.

As mulheres serão protegidas, especialmente contra qualquer atentado a sua honra e particularmente o estupro, a prostituição obrigada ou qualquer ato contra seu pudor.

Sem prejuízo das disposições relativas ao estado de saúde, à idade e ao sexo, todas as pessoas protegidas serão tratadas pela parte em luta em poder da qual elas se encontrem, com as mesmas atenções, sem nenhuma distinção desfavorável quanto à raça, à religião ou opiniões políticas.

Entretanto, as partes em luta poderão, com referência às pessoas protegidas, adotar as medidas de controle ou de segurança que forem necessárias em virtude da guerra.

Artigo 28

Nenhuma pessoa protegida poderá ser utilizada para pôr ao abrigo de operações militares certos pontos ou determinadas regiões em virtude de sua presença.

Artigo 29

A parte em luta, em poder da qual se encontrem as pessoas protegidas, é responsável pelo tratamento que lhes for aplicado pelos seus agentes, sem prejuízo das responsabilidades individuais em que esses puderem incorrer.

Artigo 30

As pessoas protegidas terão tôdas as facilidades para se dirigirem aos Estados protetores, a Comissão Internacional da Cruz Vermelha, as Sociedades Nacionais da Cruz Vermelha (do Crescente Vermelho, do Leão e do Sol Vermelhos) do país em que se encontrem, assim como a todo organismo que vier em seu auxílio.

Esses diferentes organismos receberão, para esse fim, da parte das autoridades, tôdas as facilidades nos limites traçados pelas necessidades militares ou de segurança.

Afora as visitas dos delegados dos Estados protetores e da Comissão Internacional da Cruz Vermelha, previstas pelo art. 143, os Estados detentores ou ocupantes facilitarão, tanto quanto possível, as visitas que os representantes de outras instituições desejarem fazer às pessoas protegidas e cujo fim é levar às referidas pessoas ajuda espiritual ou material.

Artigo 31

Nenhum constrangimento de ordem física ou moral poderá ser exercido com referência às pessoas protegidas, especialmente para obter informações delas ou de terceiros.

Artigo 32

As Altas Partes Contratantes proibirão entre si, expressamente, qualquer medida de natureza a provocar, sejam sofrimentos físicos, seja a exterminação das pessoas protegidas em seu poder. Essa proibição visa, não somente à morte, à tortura, às penas corporais, às mutilações e experiências médicas ou científicas não necessitadas para tratamento médico de pessoas protegidas, mas também a quaisquer outras brutalidades, quer dos agentes civis, quer dos militares.

Artigo 33

Nenhuma pessoa protegida poderá ser punida por infração que não tiver cometido pessoalmente. As penas coletivas, da mesma maneira que qualquer medida de intimidação ou de terrorismo, são proibidas. A pilhagem é proibida.

As medidas de represálias contra as pessoas protegidas e seus bens são proibidas.

Artigo 34

A captura de reféns é proibida.

Seção II

Estrangeiros em território de uma parte em luta

Artigo 35

Qualquer pessoa protegida que de-seje deixar o território no início do conflito ou durante ele terá o direito de fazê-lo, a menos que sua partida seja contrária aos interesses nacionais do Estado.

A partida das referidas pessoas será determinada de acordo com processos regularmente estabelecidos, e a decisão será feita o mais rapidamente possível. Autorizada a sair do território, ela poderá munir-se de dinheiro necessário para a viagem e levar consigo um volume razoável de bagagem e de objetos de uso pessoal.

As pessoas, a quem fôr recusada permissão para deixar o território terão o direito de obter um tribunal ou um órgão administrativo competente, criado com esse fim pelo Estado detentor, reconsiderar essa recusa no prazo mais breve possível.

Se o pedido fôr feito, os representantes do Estado protetor poderão, a menos que surjam motivos de segurança ou que os interessados oponham objeções, obter a comunicação das razões pelas quais foram denegados pedidos de autorização para sair do território, e, o mais rapidamente possível, dos nomes de tôdas as que se acharem nesse caso.

Artigo 36

As partidas autorizadas nos termos do artigo anterior serão feitas em condições satisfatórias de segurança, higiene, salubridade e alimentação. Todos os gastos surgidos, desde o ponto de partida do território do Estado detentor, ficarão a cargo do país de destino, ou, em caso de permanência em país neutro, a cargo do Estado de quem os beneficiados são nacionais. Os pormenores práticos dessas remoções serão, caso necessários, fixados em acordos especiais entre os Estados interessados.

São reservados os acordos especiais que tiverem sido concluídos entre as Partes em luta a respeito da troca e do repatriamento de seus nacionais caídos em poder do inimigo.

Artigo 37

As pessoas sob protecção que se encontrem em detenção preventiva ou cumprindo pena privativa de liberdade serão, durante a detenção, tratadas com humanidade.

Elas poderão pedir, quando libertadas, para deixar o território, de acôrdo com os artigos precedentes.

Artigo 38

Excetuando-se as medidas especiais que se tomaram em virtude da presente Convenção, notadamente os artigos 27 e 41, a situação das pessoas protegidas ficará, em principio, regida pelas disposições relativas ao tratamento dos estrangeiros em tempo de paz. Em qualquer caso, os direitos seguintes lhes são reconhecidos:

1) poderão receber socorros individuais ou coletivos que lhes forem devidos;

2) receberão, se seu estado de saúde o exigir, tratamento médico e cuidados hospitalares, da mesma forma que os nacionais do Estado interessado;

3) poderão praticar a sua religião e receber a assistência espiritual dos ministros de seu culto;

4) se residem numa região particularmente exposta aos perigos da guerra, serão autorizadas a se locomoverem da mesma forma que os nacionais do Estado interessado;

5) as crianças de menos de quinze anos, as mulheres grávidas e as mães de crianças de menos de sete anos serão beneficiadas por tratamento preferencial da mesma forma que os nacionais do Estado interessado.

Artigo 39

As pessoas protegidas que tiverem perdido, por causa do conflito, sua atividade lucrativa, serão postas em situação de encontrar trabalho remunerado e gozarão, para isso, ressalvadas considerações de segurança e as disposições do artigo 40, das mesmas vantagens que os nacionais do Estado em cujo território elas se encontrem.

Se uma Parte em luta submeter uma pessoa protegida a medidas de controle que a impossibilitem de prover à própria subsistência, especialmente quando essa pessoa não puder, por motivos de segurança, encontrar um trabalho remunerado em condi-

ções razoáveis, a referida Parte em luta subvencionará as necessidades dela e das pessoas que estiverem a seu cargo.

As pessoas protegidas poderão, em todos os casos, receber subsídios de seu país de origem, do Estado protetor ou das sociedades de beneficência mencionadas no artigo 30.

Artigo 40

As pessoas protegidas não podem ser sujeitas ao trabalho senão na mesma medida que os nacionais da Parte em luta no território em que elas se achem.

Se as pessoas protegidas forem nacionais da Parte contrária não poderão ser sujeitas ao trabalho senão quando este for normalmente necessário para assegurar a alimentação, o aluguel, o vestuário, o transporte e a saúde de seres humanos e quando não tiver relação direta com o curso das operações militares.

Nos casos mencionados nos parágrafos precedentes, as pessoas protegidas sujeitas ao trabalho serão beneficiadas pelas mesmas condições de trabalho e pelas mesmas medidas de protecção que os trabalhadores nacionais, especialmente no que se refere ao salário, à duração do trabalho, ao equipamento, à formação prévia e à indemnização pelos acidentes de trabalho e às doenças profissionais.

Em caso de violação das prescrições mencionadas acima, as pessoas protegidas serão autorizadas a exercerem seu direito de queixa, segundo o artigo 30.

Artigo 41

Se o Estado em poder do qual se acham as pessoas protegidas não julgar suficientes as outras medidas de controle mencionadas na presente Convenção, as providências mais severas as quais poderá recorrer serão a residência forçada ou o internamento, de acôrdo com as disposições dos artigos 42 e 43.

Ao aplicar as disposições do segundo parágrafo do artigo 39 no caso de pessoas constrangidas a abandonar a sua residência habitual em virtude de uma decisão que as obrigue à residência forçada em outro local, o Estado detentor se conformará, tão exatamente quanto possível, às regras relativas ao tratamento dos internados

(Seção IV, Título III da presente Convenção)

Art. 42

O internamento ou residência forçada das pessoas protegidas não poderá ser imposto, a não ser que a segurança do Estado em cujo poder essas pessoas se encontrem, o torne absolutamente necessário.

Se uma pessoa solicitar, por intermédio dos representantes do Estado protetor, seu internamento voluntário, e se a sua própria situação o tornar necessário, o Estado em cujo poder ela se encontre procederá ao internamento.

Artigo 43

Toda pessoa protegida que tiver sido internada ou posta em residência forçada, terá o direito de obter que um tribunal ou um órgão administrativo competente, criado para isso pelo Estado detentor, reconsidere a decisão tomada a seu respeito no prazo mais breve possível. Se o internamento ou a resistência forçada for mantido, o tribunal ou o órgão administrativo procederá periodicamente, ao menos duas vezes por ano, a um exame do caso dessa pessoa, a fim de emendar em seu favor a decisão inicial, se as circunstâncias o permitirem.

A menos que as pessoas protegidas interessadas se oponham, o Estado detentor levará, tão rapidamente quanto possível, ao conhecimento do Estado protetor os nomes das referidas pessoas que tiverem sido internadas ou postas em residência forçada e os nomes daquelas que foram libertadas do internamento ou de residência forçada. Sob as mesmas condições as decisões dos tribunais ou órgãos indicados no primeiro parágrafo do presente artigo serão igualmente notificadas tão rapidamente quanto possível ao Estado protetor.

Artigo 44

O Estado detentor, ao pôr em execução as medidas de controle previstas na presente Convenção, não tratará como inimigos estrangeiros os refugiados que não gozem de fato da proteção de nenhum governo, exclusivamente por serem nacionais dum Estado inimigo.

Artigo 45

As pessoas protegidas não poderão ser transferidas para um Estado que não seja Parte na presente Convenção.

Essa disposição não constituirá obstáculo ao repatriamento das pessoas protegidas ou a seu retorno ao país de domicílio após o fim das hostilidades.

As pessoas protegidas não poderão ser transferidas pelo Estado detentor a um Estado que não seja Parte na Convenção, a não ser que ao Estado detentor seja assegurado que o Estado em apêço deseja e está disposto a aplicar a Convenção. Quando as pessoas protegidas forem assim transferidas, a responsabilidade da aplicação da Convenção caberá ao Estado que aceitou acolhê-las durante o tempo em que lhe forem confiadas. Não obstante, o caso em que esse Estado não aplique as disposições da Convenção, em todos os pontos importantes, o Estado que transferiu as pessoas protegidas deverá, logo após notificação do Estado protetor, adotar as medidas eficazes para remediar a situação ou solicitar que as pessoas protegidas lhes sejam entregues. Tal pedido deverá ser atendido.

Uma pessoa protegida não poderá, em caso algum, ser transferida para um país em que possa temer perseguições por causa de suas opiniões políticas ou religiosas.

As disposições desse artigo não constituirão obstáculos à extradição em virtude dos tratados de extradição concluídos antes do início das hostilidades, das pessoas protegidas culpadas de crimes de direito comum.

Artigo 46

Desde que não tenham sido anteriormente revogadas, as medidas restritivas tomadas a respeito das pessoas protegidas terão fim logo que possível, após o término da guerra, desde que não tiverem sido anunciadas anteriormente.

As medidas restritivas tomadas com relação a seus bens cessarão logo que for possível, após o término das hostilidades, de acordo com a legislação do Estado detentor.

Seção II

Territórios ocupados

Artigo 47

As pessoas protegidas que se achem em território ocupado não serão privadas, em nenhum caso e de maneira alguma, dos benefícios da presente Convenção, seja em virtude de uma mudança qualquer, provocada pela ocupação, das instituições ou do governo do território em questão, seja por acôrdo feito entre as autoridades do território ocupado, seja ainda em virtude da anexação por esta última do todo ou de parte do território ocupado.

Artigo 48

As pessoas protegidas que não sejam nacionais do Estado cujo território foi ocupado, poderão prevalecer-se do direito de deixar o território nas condições previstas no artigo 35 e as decisões serão tomadas segundo o processo que o Estado ocupante deve instituir de acôrdo com o referido artigo.

Artigo 49

As transferências forçadas, individuais ou coletivas, assim como as deportações de pessoas protegidas do território ocupado para o território do Estado ocupante ou de qualquer outro Estado, ocupado ou não, são proibidas, qualquer que seja o motivo.

Entretanto, o Estado ocupante poderá proceder à evacuação total ou parcial de uma região ocupada determinada, se a segurança da população ou razões militares imperiosas o exigirem. As evacuações não poderão provocar o deslocamento das pessoas protegidas senão para o interior do território ocupado, salvo em caso de impossibilidade material. A população assim evacuada será conduzida a seus lares logo que as hostilidades nesse setor tiverem fim.

O Estado ocupante, ao proceder a essas transferências ou a essas evacuações, deverá fazê-las de maneira que, na medida do possível, as pessoas sejam acolhidas em instalações convenientes, as transferências sejam efetuadas em condições satisfatórias de salubridade, de higiene, de segurança e alimentação, e que os mem-

bros da mesma família não sejam separados uns dos outros.

O Estado protetor será informado das transferências e evacuações, logo que elas se verificarem.

O Estado ocupante não poderá reter as pessoas protegidas numa região particularmente exposta aos perigos da guerra, salvo se a segurança da população ou imperiosas exigências militares o exigirem.

O Estado ocupante não poderá proceder à deportação ou às transferências de uma parte da sua própria população civil para o território por ela ocupado.

Artigo 50

O Estado ocupante facilitará com o concurso das autoridades nacionais e locais, o bom funcionamento dos estabelecimentos consagrados aos cuidados e à educação das crianças.

Ele adotará todas as medidas necessárias para facilitar a identificação das crianças e o registro de sua filiação. Não poderá em caso algum modificar o estatuto pessoal delas nem incluí-las em formações ou organizações d'ele dependentes.

Se as instituições locais forem deficientes, o Estado ocupante adotará medidas para assegurar-lhes a manutenção e a educação, se possível por pessoas da nacionalidade, língua e religião delas das crianças órfãs ou separadas de seus pais por causa da guerra, na falta de parente mais próximo ou de um amigo que possa proporcionar-las.

Uma seção especial do escritório criado em virtude das disposições do artigo 136 será encarregada de tomar as medidas necessárias para identificar as crianças cuja identidade fôr incerta. As indicações que se obtiverem sobre o pai e a mãe delas ou de outros parentes próximos serão sempre consignadas.

O Estado ocupante não deverá entrar a aplicação das medidas preferenciais que tiverem sido adotadas, antes da ocupação, em favor de crianças de menos de quinze anos, de mulheres grávidas e de mães de crianças de menos de sete anos no que se refere à alimentação aos cuidados médicos e à proteção contra os efeitos da guerra.

Artigo 51

O Estado ocupante não poderá obrigar as pessoas protegidas a servir nas suas forças armadas ou auxiliares. Toda pressão ou propaganda que vise a alistamentos voluntários é proibida.

Ele não poderá obrigar as pessoas protegidas a trabalhar senão quando tiverem mais de dezoito anos; e somente quando se tratar de trabalho que seja preciso para as necessidades do exército de ocupação ou dos serviços de interesse público, da alimentação, do alojamento, do vestuário, transporte ou saúde da população do país ocupado. As pessoas protegidas não serão obrigadas a qualquer trabalho que as leve a tomar parte nas operações militares. O Estado ocupante não poderá constrenger as pessoas protegidas a defenderem pela força a segurança das instalações em que estejam executando o trabalho imposto.

O trabalho não será feito senão no interior do território ocupado em que as referidas pessoas se encontrem. Cada pessoa requisitada será, na medida do possível, mantida no lugar habitual do trabalho. O trabalho será remunerado equitativamente e proporcional às capacidades físicas e intelectuais dos trabalhadores. A legislação em vigor no país ocupado que se refere às condições de trabalho e às medidas de proteção, especialmente ao salário, à duração do trabalho às medidas de proteção, ao equipamento, à formação prévia e a indenização por acidentes do trabalho e por moléstias profissionais será aplicada às pessoas protegidas submetidas aos trabalhos a que se refere o presente artigo.

Em nenhuma hipótese poderão as requisições de mão-de-obra chegar a uma mobilização de trabalhadores que estejam sob regime militar ou semi-militar.

Artigo 52

Nenhum contrato, acôrdo ou regulamento poderá prejudicar o direito de cada trabalhador, voluntário ou não, onde quer que se encontre, de dirigir-se aos representantes do Estado protetor para solicitar a intervenção d'este.

Toda medida que tenda a provocar o desemprego ou a restringir as oportunidades dos trabalhadores de um

país ocupado com o fim de induzi-los a trabalhar para o Estado ocupante, fica interdita.

Artigo 53

E' interdito ao Estado ocupante destruir os bens móveis ou imóveis, pertencentes individual ou coletivamente a pessoas privadas, ao Estado ou às coletividades públicas, às organizações sociais ou cooperativas, salvo nos casos em que essas destruições sejam absolutamente necessárias por causa das operações militares.

Artigo 54

E' interdito ao Estado ocupante modificar o estatuto dos funcionários ou dos magistrados do território ocupado, ou decretar sanções contra os mesmos, ou tomar quaisquer medidas de coerção ou de discriminação pelo fato de terem evitado exercer suas funções por motivos de consciência.

Essa última interdição não constituirá obstáculo à aplicação do segundo parágrafo do artigo 51. Ela deixa intacto o poder do Estado ocupante de afastar de seus cargos os titulares das funções públicas.

Artigo 55

Na medida do possível, o Estado ocupante deve garantir o aprovisionamento da população no que se refere a alimentos e a produtos médicos, deverá importar especialmente viveres, provisões médicas e qualquer outro artigo necessário, quando os recursos do território ocupado forem insuficientes.

O Estado ocupante não poderá requisitar viveres, artigos ou provisões médicas quando se achar em território ocupado, senão para as forças ou para a administração da ocupação; deverá ter em conta as necessidades da população civil. Ressalvadas as estipulações de outras Convenções internacionais, o Estado ocupante deverá adotar as medidas necessárias para que toda requisição seja indenizada conforme seu justo valor.

Os Estados protetores poderão, em qualquer época, verificar sem entraves o estado do aprovisionamento de viveres e medicamentos nos territórios ocupados, ressalvadas as restrições temporárias que forem impostas por imperiosas necessidades militares.

Artigo 56

Na medida de suas possibilidades, o Estado ocupante deve assegurar e manter, com o concurso da autoridades nacionais e locais, os estabelecimentos e os serviços médicos e hospitalares, assim como a saúde e a higiene públicas no território ocupado, especialmente adotando e aplicando medidas profiláticas e preventivas, necessárias para combater as doenças contagiosas e as epidemias. O pessoal médico de todas as categorias será autorizado a cumprir sua missão.

Se forem criados novos hospitais em território ocupado e se os órgãos competentes do Estado ocupado não estiverem funcionando, as autoridades de ocupação procederão, se houver necessidade, ao reconhecimento previsto no artigo 18. Em circunstâncias análogas, as autoridades de ocupação deverão proceder igualmente ao reconhecimento do pessoal dos hospitais e dos veículos de transporte, em virtude das disposições dos artigos 20 e 21.

Adotando as medidas de saúde e de higiene, assim como pondo-as em vigor, o Estado ocupante levará em conta as exigências morais e éticas da população ocupada.

Artigo 57

O Estado ocupante não poderá requisitar os hospitais civis senão temporariamente, e em caso de urgência, para cuidar dos feridos e doentes militares, e sob a condição de que sejam tomadas medidas apropriadas em tempo útil para assegurar os cuidados e o tratamento de pessoas hospitalizadas e responder às necessidades da população civil.

O material e os depósitos dos hospitais civis não poderão ser requisitados, sempre que necessários à população civil.

Artigo 58

O Estado ocupante assegurará aos ministros religiosos a assistência espiritual de seus correligionários.

Ele aceitará igualmente as remessas de livros e objetos exigidos pelas necessidades religiosas e facilitará a distribuição em território ocupado.

Artigo 59

Quando a população de um território ocupado ou parte d'este estiver insuficientemente aprovisionada, o

Estado ocupante aceitará os trabalhos de socorros feitos em favor dessa população e os facilitará na medida de suas possibilidades.

Esses trabalhos, que poderão ser executados, seja por intermédio de Estados, seja por intermédio de um organismo humanitário internacional, como, por exemplo, a Comissão Internacional da Cruz Vermelha, consistirão especialmente em volumes de viveres, produtos médicos e vestuário.

Todos os Estados contratantes deverão autorizar a livre passagem desses volumes e assegurar sua proteção.

Um Estado que concede livre passagem a volumes destinados a um território ocupado por uma Parte inimiga em luta terá, entretanto, o direito de verificar os volumes, regulamentar a sua passagem segundo horários e itinerários prescritos e obter do Estado protetor garantia suficiente de que esses volumes são destinados a socorrer a população em necessidade e não são utilizados em proveito do Estado ocupante.

Artigo 60

As remessas de socorros não livrarão o Estado ocupante das responsabilidades que lhe são impostas pelos artigos 55, 56 e 59. Ele não poderá desviar de maneira alguma as remessas de socorros do destino que lhes for dado, salvo nos casos de necessidade urgente, no interesse da população do território ocupado e com o assentimento do Estado protetor.

Artigo 61

A distribuição dos volumes de socorros mencionados nos artigos precedentes será feita com o concurso e sob o controle do Estado protetor. Essa função poderá ser delegada, igualmente, a um Estado neutro, à Comissão Internacional da Cruz Vermelha ou a qualquer outro organismo humanitário imparcial, após acordo entre o Estado ocupante e o Estado protetor.

As remessas de socorros serão isentas de qualquer direito, imposto ou taxa em território ocupado, a menos que essa percepção seja necessária ao interesse da economia do território. O Estado ocupante facilitará a rápida distribuição dessas remessas.

Todas as Partes Contratantes se esforçarão para permitir o trânsito

e o transporte gratuitos dessas remessas de socorros destinadas a territórios ocupados.

Artigo 62

Ressalvadas considerações imperiosas de segurança, as pessoas protegidas que se acham em território ocupado poderão receber remessas individuais de socorros que lhes forem destinadas.

Artigo 63

Ressalvadas as medidas temperárias que forem impostas a título excepcional por considerações imperiosas de segurança nacional do Estado ocupante:

a) As Sociedades da Cruz Vermelha nacionais (do Crescente Vermelho, do Leão e do Sol Vermelhos) reconhecidas poderão exercer suas atividades, de acordo com os princípios da Cruz Vermelha, tais como foram definidos pelas Conferências Internacionais da Cruz Vermelha. As outras sociedades de socorros deverão exercer suas atividades em condições semelhantes;

b) o Estado ocupante não poderá exigir que, dentro da estrutura e do pessoal dessas sociedades, se façam modificações que poderiam prejudicar as atividades mencionadas acima.

Os mesmos princípios se aplicarão à atividade e ao pessoal de organismos especiais de caráter não-militar já existentes ou que forem criados para garantir as condições de existência da população civil pela manutenção de serviços essenciais de utilidade pública, a distribuição de socorros e a organização da salvaguarda.

Artigo 64

A legislação penal do território ocupado permanecerá em vigor, salvo na medida em que ela possa ser abrogada ou suspensa pelo Estado ocupante, se a referida legislação constituir ameaça à segurança desse Estado ou obstáculo à aplicação da presente Convenção. Ressalvada esta última consideração e a necessidade de assegurar a administração efetiva da justiça, os tribunais do território ocupado continuarão a funcionar para todas as infrações previstas por essa legislação.

O Estado ocupante poderá, entretanto, submeter a população do território ocupado a disposições que lhe

são indispensáveis para cumprir suas obrigações decorrentes da presente Convenção e assegurar a administração regular do território, assim como a segurança, seja do Estado ocupante, seja dos membros e dos bens das forças ou da administração de ocupação, assim como dos estabelecimentos e linhas de comunicações utilizadas por ele.

Artigo 65

As disposições penais promulgadas pelo Estado ocupante não entrarão em vigor senão depois de terem sido publicadas e levadas ao conhecimento da população no idioma da mesma. Não podem ter efeito retroativo.

Artigo 66

O Estado ocupante poderá, em caso de infração das disposições penais por ele promulgadas, em virtude do segundo parágrafo do artigo 64, deferir os inculcados a seus tribunais militares, não políticos e regularmente constituídos, sob condição que eles se encontrem no país ocupado. Os tribunais de socorros terão por sede de preferência o país ocupado.

Artigo 67

Os tribunais não poderão aplicar senão as disposições legais anteriores à infração e de acordo com os princípios gerais de direito, especialmente no que se refere ao princípio da proporcionalidade das penas. Deverão tomar em consideração o fato de que a pessoa prevenida não é nacional do Estado ocupante.

Artigo 68

Quando uma pessoa protegida cometer uma infração unicamente com o objetivo de prejudicar o Estado ocupante, mas essa infração não atentar contra a vida ou contra a integridade corporal dos membros das forças armadas ou da administração de ocupação, nem acarretar perigo coletivo sério, nem atentar gravemente contra os bens das forças ou da administração de ocupação ou das instalações utilizadas por ela, será passível de internamento ou de prisão simples, contanto que a duração desse internamento ou prisão seja proporcional à infração cometida. Além disso, o internamento ou a prisão será para tais infrações a única medida privativa da liberdade que

poderá ser tomada com relação às pessoas protegidas. Os tribunais previstos no artigo 66 da presente Convenção poderão livremente transformar a sentença de prisão em internamento, da mesma duração.

As disposições de ordem penal, promulgadas pelo Estado ocupante segundo os artigos 64 e 65, não podem prever a pena de morte com relação às pessoas protegidas senão se forem culpadas de espionagem, de atos graves de sabotagem das instalações militares do Estado ocupante ou de infrações intencionais que causem a morte de uma ou de várias pessoas e sob a condição de que a legislação do território ocupado, em vigor antes do início da ocupação, preveja a pena de morte para tais casos.

A pena de morte não poderá ser pronunciada contra uma pessoa protegida, a não ser que a atenção do tribunal seja particularmente dirigida para o fato de que o acusado, não sendo nacional do Estado ocupante, não está ligado a ele por dever de fidelidade.

Em caso algum a pena de morte poderá ser pronunciada contra pessoa poderá ser pronunciada contra pessoa no momento da infração.

Artigo 69

Em todos os casos, a duração, da detenção preventiva será deduzida de qualquer pena de prisão à qual uma pessoa protegida acusada possa ser condenada.

Artigo 70

As pessoas protegidas não poderão ser detidas, processadas ou condenadas pelo Estado ocupante por atos cometidos ou por opiniões expressas antes da ocupação ou durante uma interrupção temporária desta, ressalvadas as infrações das leis e costumes de guerra.

Os nacionais do Estado ocupante que, antes do início do conflito, tiverem se refugiado em território ocupado não poderão ser detidos, processados, condenados ou deportados do território ocupado, senão por infrações cometidas desde o início das hostilidades ou por delitos de direito comum, cometidos antes do início das hostilidades, que, segundo o direito do Estado cujo território foi ocupado, teriam justificado a extração em tempo de paz.

Artigo 71

Os tribunais competentes do Estado ocupante não poderão pronunciar nenhuma condenação que não fôr precedida de processo regular.

Toda pessoa acusada processada pelo Estado ocupante será informada, sem tardar, por escrito, em língua que entenda, dos detalhes das acusações levantadas contra ela; sua causa será preparada para julgamento o mais rapidamente possível. O Estado protetor será informado de cada processo intentado pelo Estado ocupante contra as pessoas protegidas, quando os pontos de acusação possam acarretar condenação à morte ou pena de prisão por dois anos ou mais; ele poderá sempre informar-se do estado do processo. Além disso, o Estado protetor terá o direito de obter, a pedido, todas as informações a respeito desses processos e de qualquer sentença intentada pelo Estado ocupante contra as pessoas protegidas.

A notificação ao Estado protetor, tal como está prevista no segundo parágrafo do presente artigo, deverá efetuar-se imediatamente e chegar ao referido Estado três semanas antes da data da primeira audiência. Se, na abertura do processo, não se apresentar prova de que as disposições do presente artigo foram respeitadas inteiramente, o processo não terá andamento. A notificação deverá compreender especialmente os elementos seguintes:

- a) a identidade do acusado;
- b) lugar de residência ou de detenção;
- c) especificação do ponto ou dos pontos de acusação (com a menção das disposições penais nas quais ela se baseia);
- d) indicação do tribunal encarregado de julgar o caso;
- e) lugar e data da primeira audiência.

Artigo 72

Todo acusado terá o direito de fazer valer os meios de prova necessários à sua defesa e poderá especialmente citar testemunhas. Terá o direito de ser assistido por um defensor qualificado de sua escolha, o qual poderá visitá-lo livremente e disporá das facilidades necessárias para preparar a defesa do cliente.

Se o acusado não tiver escolhido defensor, o Estado protetor nomeará um. Se o acusado deve responder a uma acusação grave e se não houver um Estado protetor, o Estado ocupante deverá nomear um defensor, ressaltado o consentimento do acusado.

Todo acusado será, a menos que renuncie livremente, assistido por um intérprete, tanto durante a instrução como na audiência do tribunal. Ele poderá a qualquer momento recusar o intérprete e solicitar a sua substituição.

Artigo 73

Todo condenado terá o direito de utilizar as vias de recurso previstas na legislação aplicada pelo tribunal. Ele será informado plenamente dos seus direitos de recurso, assim como dos prazos requisitados para exercê-los.

O processo penal previsto na presente seção se aplicará, analogicamente, aos recursos. Se a legislação penal aplicada pelo tribunal não prevê possibilidade de apelar, o condenado terá o direito de recorrer contra o julgamento e a condenação, junto à autoridade competente do Estado ocupante.

Artigo 74

Os representantes do Estado protetor terão o direito de assistir à audiência de qualquer tribunal que julgue uma pessoa protegida, salvo se os debates, excepcionalmente, tiverem de realizar-se a portas fechadas, no interesse do Estado ocupante; este avisará o Estado protetor desse fato. Deverá ser enviada ao Estado protetor notificação a respeito do local e data da abertura dos debates.

Todos os julgamentos feitos que impliquem pena de morte ou prisão de dois anos ou mais, serão comunicados, com a indicação dos motivos, o mais rapidamente possível, ao Estado protetor; incluirão a menção da notificação efetuada segundo o artigo 71 e, em caso de julgamento que implique pena privativa de liberdade, a indicação do local em que será cumprida. Os outros julgamentos serão consignados nos processos-verbais do tribunal e poderão ser examinados pelos representantes do Estado protetor. No caso de condenação à pena de morte ou a uma pena privativa de liberdade de dois anos ou mais, os prazos de recurso não começarão a correr senão a partir do momento

em que o Estado protetor tiver recebido comunicação de julgamento.

Artigo 75

Em caso algum as pessoas condenadas à morte serão privadas do direito de requerer comutação da pena.

Nenhuma condenação à morte será executada antes da expiração de um prazo de pelo menos seis meses, a partir do momento em que o Estado protetor tiver recebido a comunicação do julgamento que confirme essa pena ou da decisão que recuse comutação.

Esse prazo de seis meses poderá ser diminuído em certos casos determinados quando resultar de circunstâncias graves e críticas que a segurança do Estado ocupante ou de suas forças armadas fica exposta a uma ameaça organizada; o Estado protetor receberá sempre notificação dessa redução do prazo e terá a possibilidade de endereçar oportunamente às autoridades de ocupação competentes representações a respeito dessas condenações à morte.

Artigo 76

As pessoas protegidas inculpadas serão detidas no país ocupado, e, se forem condenadas, deverão aí cumprir sua pena. Serão separadas, se possível, dos outros detidos e submetidas a um regime alimentar e higiênico suficiente para mantê-las em bom estado de saúde e correspondente, pelo menos, ao regime dos estabelecimentos penitenciários do país ocupado.

Elas receberão os cuidados médicos exigidos por seu estado de saúde.

Serão, igualmente, autorizadas a receber a ajuda espiritual que solicitarem.

As mulheres serão alojadas em locais separados e ficarão sob a vigilância imediata de mulheres.

Ter-se-á em conta o regime especial previsto para os mineiros.

As pessoas protegidas detidas terão direito a receber a visita dos delegados do Estado protetor e da Comissão Internacional da Cruz Vermelha, conforme as disposições do art. 143.

Além disso, terão direito de receber, pelo menos, um volume de socorros por mês.

Artigo 77

As pessoas protegidas inculpadas ou condenadas pelos tribunais em terri-

tório ocupado serão entregues, no fim da ocupação, às autoridades do território libertado, com o "dossier" a elas referentes.

Artigo 78

Se o Estado ocupante julgar necessário, por motivos imperiosos de segurança, adotar medidas de garantia com relação às pessoas protegidas, poderá no máximo impor-lhes residência forçada ou interná-las.

As decisões relativas à residência forçada ou ao internamento serão tomadas segundo um processo regular que deverá ser fixado pelo Estado ocupante, conforme as disposições da presente Convenção. Esse processo deve prever o direito de apelação dos interessados. As apelações serão resolvidas no prazo mais breve possível. Se as decisões forem mantidas, serão objeto de revisão periódica, se possível semestral, a cargo de um organismo competente constituído pelo dito Estado.

As pessoas protegidas sujeitas à residência forçada e constrangidas a deixar em consequência o seu domicílio, não serão prejudicadas por restrição alguma das disposições do artigo 39 da presente Convenção.

SEÇÃO IV

Regras relativas ao tratamento dos internados

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Artigo 79

As partes em luta não poderão internar as pessoas protegidas senão de acordo com as disposições dos artigos 41, 42, 43, 68 e 78.

Artigo 80

Os internados conservarão sua plena capacidade civil e exercerão os direitos que dela decorrem na medida compatível com o seu estatuto de internados.

Artigo 81

As partes em luta que internar as pessoas protegidas devem prover gratuitamente à sua manutenção e dispensar-lhes, da mesma maneira, os cuidados médicos que o seu estado de saúde exigir.

Nenhuma subtração será feita dos alugueis, salários ou créditos dos internados para o reembolso dessas despesas.

O Estado detentor deverá prover à manutenção das pessoas dependentes dos internados, se elas não tiverem meios suficientes de subsistência ou forem incapazes de ganhar a vida por si mesmas.

Artigo 82

O Estado detentor agrupará, na medida do possível, os internados de acordo com a nacionalidade, a língua e os costumes.

Durante todo o tempo de internamento, os membros da mesma família e, particularmente, os parentes e seus filhos, se reunirão num mesmo local de internamento, excetuando-se os casos de necessidade de trabalho, de razões de saúde ou de aplicação das disposições previstas no capítulo IX da presente seção que tornem necessária uma separação temporária. Os internados poderão pedir que os seus filhos, deixados em liberdade sem a vigilância dos parentes, sejam internados com eles.

Na medida do possível os membros internados da mesma família serão agrupados nos mesmos locais e alojados separadamente dos demais internados; ser-lhes-ão concedidas as facilidades necessárias para terem vida em família.

CAPÍTULO II

Locais de internamento

Artigo 83

O Estado detentor não poderá escolher locais de internamento em regiões particularmente expostas aos perigos de guerra.

O Estado detentor comunicará, por intermédio dos Estados protetores, aos Estados inimigos todas as indicações úteis sobre a situação geográfica dos locais de internamento.

Sempre que considerações de caráter militar o permitirem, os campos de internamento serão assinalados pelas letras I C, colocadas de maneira a serem vistas de dia, distintamente, dos ares; entretanto, os Estados interessados poderão convir em outro meio de sinalização. Nenhum local que não seja campo de internamento poderá ser assinalado dessa maneira.

Artigo 84

Os internados deverão ser alojados e dirigidos separadamente dos prisioneiros de guerra ou das pessoas privadas de liberdade por qualquer outra razão.

Artigo 85

O Estado detentor tem o dever de adotar todas as medidas necessárias e possíveis para que as pessoas protegidas sejam, desde o início de seu internamento, alojadas em edifícios ou acantonamentos com todas as garantias de higiene e de salubridade e que assegurem proteção eficaz contra o rigor do clima e os efeitos da guerra. Em caso algum os locais de internamento permanente ficarão situados em regiões malsãs ou cujo clima seja pernicioso para os internados. Em todos os casos em que forem temporariamente internadas em região malsã ou cujo clima seja pernicioso para a saúde, as pessoas protegidas deverão ser transferidas, tão rapidamente quanto as circunstâncias o permitirem, para local de internamento em que esses riscos não sejam de temer.

Os locais deverão estar inteiramente ao abrigo da umidade, suficientemente aquecidos e iluminados, especialmente entre o cair da noite e a extinção dos fogos. Os dormitórios devem ser suficientemente espaçosos e bem arejados, os internados devem dispor de material de dormir conveniente e de cobertas em número suficiente, tendo-se em conta o clima e a idade, o sexo e o estado de saúde dos internados.

Os internados disporão dia e noite de instalações sanitárias de acordo com as exigências higiênicas e mantidas em constante estado de limpeza. Ser-lhes-á fornecida quantidade de água e de sabão suficiente para seus cuidados diários de limpeza corporal e de lavagem da roupa branca; ser-lhes-ão concedidas as instalações e facilidades necessárias para isso. Disporão, além disso, de instalações de duchas ou de banheiros. Conceder-se-lhes-á o tempo necessário para os cuidados higiênicos e os trabalhos de asseio.

Sempre que for necessário alojar, a título de medida excepcional e temporária, mulheres internadas que não façam parte de um grupo familiar no mesmo local de internamento dos

homens, elas deverão ter dormitórios e instalações sanitárias separadas.

Artigo 86

O Estado detentor porá à disposição dos internados, qualquer que seja sua religião, locais apropriados para o exercício de seus cultos.

Artigo 87

A menos que os internados possam dispor de outras facilidades análogas, serão instaladas cantinas em todos os locais de internamento, para que possam obter, a preços que não devem ultrapassar os do comércio local, gêneros alimentícios e objetos usuais, inclusive sabão e fumo, que sejam de natureza a aumentar seu bem estar e conforto pessoais.

Os lucros das cantinas formarão um fundo especial de assistência, que será criado em cada local de internamento. A comissão de internados, dos internados desse local de internamento. A comissão de internados, prevista no artigo 102, terá direito a vigiar a administração das cantinas e desse fundo.

Quando for fechado um local de internamento, o saldo credor do fundo de assistência será transferido para o fundo de assistência de outro local de internamento de pessoas da mesma nacionalidade ou se esse local não existir, para o fundo central de assistência, administrado em benefício de todos os internados que estejam em poder do Estado detentor. Em caso de libertação geral, esses lucros serão conservados pelo Estado detentor, salvo acordo em contrário, concluído entre os Estados interessados.

Artigo 88

Em todos os locais de internamento expostos a bombardeios aéreos e a outros perigos de guerra, serão instalados abrigos apropriados e em número suficiente para assegurar a proteção necessária. Em caso de alerta, os internados poderão abrigar-se nela o mais rapidamente possível, exceto aqueles que participem da proteção de seus acantonamentos contra esses perigos. Toda medida de proteção em favor da população lhes será igualmente aplicada.

Deverão ser tomadas precauções suficientes contra os perigos de incêndios nos locais de internamento.

CAPÍTULO III

Alimentação e vestuário

Artigo 89

A ração alimentar cotidiana dos internados será suficiente, em quantidade, qualidade e variedade, para assegurar um equilíbrio normal de saúde e para impedir o desenvolvimento das deficiências de nutrição; ter-se-á em conta, igualmente, o regime ao qual os internados estão acostumados.

Os internados receberão, além disso, os meios de preparar pessoalmente a alimentação suplementar de que dispuserem.

Ser-lhes-á fornecida água potável em abundância. Será autorizado o uso do fumo.

Os trabalhadores receberão um suplemento de nutrição proporcional à natureza do trabalho que fazem.

As mulheres grávidas e parturientes e as crianças de menos de quinze anos receberão suplementos de nutrição proporcionais às suas necessidades fisiológicas.

Artigo 90

Todas as facilidades serão concedidas aos internados a fim de obterem roupas, calçados e roupa branca para trocar, no momento de sua detenção, e para conseguí-las ulteriormente, se for necessário. Se os internados não possuírem roupas suficientes para o clima e não puderem obtê-las, o Estado detentor as fornecerá gratuitamente.

As roupas que o Estado detentor fornecer aos internados e as marcas externas que apuser sobre o vestuário não deverão ter caráter infamante nem prestar-se ao ridículo.

Os trabalhadores deverão receber um traje de trabalho, inclusive as roupas de proteção apropriadas, sempre que a natureza do trabalho o exigir.

CAPÍTULO IV

Higiene e cuidados médicos

Artigo 91

Cada local de internamento possuirá uma enfermaria adequada, administrada por médico qualificado e em que os internados receberão os cuidados de que terão necessidade, assim

como um regime alimentar apropriado. Serão reservados locais de isolamento aos doentes vítimas de afecções contagiosas ou mentais.

As parturientes e os internados vítimas de doença grave ou cujo estado exija tratamento especial, intervenção cirúrgica ou hospitalização, deverão ser admitidos em qualquer estabelecimento qualificado para tratá-los e receberão tratamento nunca inferior ao que é dado à população em geral.

Os internados serão tratados de preferência, por pessoal médico de sua nacionalidade.

Os internados não poderão ser impedidos de se apresentarem às autoridades médicas para exame. As autoridades médicas remeterão, a pedido, a todo internado sob tratamento declaração oficial que indique a natureza da sua doença ou de seus ferimentos, a duração do tratamento e os cuidados recebidos. Será enviada duplicata dessa declaração à Agência Central, prevista no art. 140.

O tratamento, assim como o fornecimento de toda aparelhagem necessária à manutenção dos internados em bom estado de saúde, especialmente de prótese, dentária ou outras, e óculos serão dados gratuitamente ao internado.

Artigo 92

As inspeções médicas dos internados serão feitas ao menos uma vez por mês. Elas terão por objeto, em particular, o controle do estado geral de saúde e de nutrição e do estado de limpeza, assim como afastar as enfermidades contagiosas, especialmente a tuberculose, as afecções venéreas e o impaludismo. Elas incluirão especialmente o controle do peso de cada internado e, pelo menos uma vez por ano, um exame radioscópico.

CAPÍTULO V

Religião, atividades intelectuais e físicas

Artigo 93

Os internados terão toda a liberdade para o exercício de sua religião, inclusive a assistência aos officios de seu culto, desde que se conformem às medidas de disciplina corrente, prescritas pelas autoridades detentoras.

Os internados que forem ministros de um culto serão autorizados a exercer plenamente o seu ministério, en-

tre seus correligionários. Para isso, o Estado detentor se esforçará para que sejam repartidos de maneira igual entre os diferentes locais de internamento em que se achem os internados do mesmo idioma e pertencentes à mesma religião. Se não forem em número suficiente, o Estado detentor lhes concederá as facilidades necessárias, entre outras os meios de transporte, para se locomoverem de um local de internamento para outro, e serão autorizados a visitar os internados que se achem hospitalizados. Os ministros do culto gozarão, para os atos de seu ministério, de liberdade de correspondência com as autoridades religiosas do país de detenção e, na medida do possível, com as organizações religiosas internacionais de sua confissão. Essa correspondência não será considerada como fazendo parte do contingente mencionado no artigo 107, mas será submetida às disposições do art. 112.

Quando os internados não dispuserem do socorro dos ministros de seu culto ou quando estes últimos forem em número insuficiente, a autoridade religiosa local de mesma confissão poderá designar, de acordo com o Estado detentor, um ministro do mesmo culto dos internados, ou então, caso isso seja possível do ponto de vista confessional, um ministro de culto semelhante ou um leigo qualificado. Este último gozará das vantagens concedidas à função que assumiu. As pessoas assim nomeadas deverão conformar-se com todos os regulamentos estabelecidos pelo Estado detentor, no interesse da disciplina e da segurança.

Artigo 94

O Estado detentor estimulará as atividades intelectuais, educativas, recreativas e esportivas dos internados, os quais serão livres de participar ou não nelas. Ele adotará todas as medidas possíveis para assegurar o seu exercício e porá à sua disposição locais adequados.

Todas as facilidades possíveis serão concedidas aos internados a fim de se permitir que prossigam em seus cursos ou iniciem outros estudos. A instrução das crianças e adolescentes será assegurada; eles poderão frequentar escolas, seja no interior, seja no exterior dos locais de internamento.

Os internados deverão ter a possibilidade de se dedicar a exercícios físicos, de participar de esportes e de jogos ao ar livre. Serão reservados para esse fim espaços livres suficientes em todos os locais de internamento. Locais especiais serão reservados às crianças.

Art. 95

O Estado detentor não poderá empregar internados como trabalhadores se eles não o desejarem. Em todo caso é interdito: o emprego que, imposto a uma pessoa protegida e não internada, constituir infração dos arts. 40 ou 51 da presente Convenção, assim como o emprego em trabalhos de caráter degradante ou humilhante.

Após um período de trabalho de seis semanas, os internados poderão renunciar ao trabalho em qualquer momento, mediante aviso prévio de oito dias.

Estas disposições não constituirão obstáculo ao direito do Estado detentor de obrigar os internados médicos, dentistas ou outros membros do pessoal sanitário ao exercício de sua profissão em benefício dos co-internados; de empregar internados em trabalhos de administração e de conservação do local de internamento; de encarregar essas pessoas de trabalho de cozinha ou de outros trabalhos domésticos; e de empregar-los em trabalhos destinados a proteger os internados contra os bombardeios aéreos ou outros perigos, resultantes da guerra. Entretanto, nenhum internado poderá ser obrigado a realizar trabalhos para os quais um médico da administração o tiver declarado fisicamente inapto.

O Estado detentor assumirá inteira responsabilidade por todas as condições de trabalho, cuidados médicos, pagamento de salários e indenização pelos acidentes de trabalho e pelas doenças profissionais. As condições de trabalho, assim como a indenização pelos acidentes de trabalho e pelas doenças profissionais, serão de acordo com a legislação nacional e o costume; elas não serão, em caso algum, inferiores às aplicadas por um trabalho da mesma natureza na mesma região. Os salários serão determinados de maneira equitativa por acordo entre o Estado detentor, os internados, e, dado o caso, outros empregadores que não o Estado detentor, levando-se em conta a obrigação do Estado detentor de prover, gratuitamente, a manutenção do

internado e de conceder-lhe igualmente os cuidados que o seu estado de saúde exigir. Os internados empregados de maneira permanente nos trabalhos mencionados no terceiro parágrafo receberão do Estado detentor um salário justo; as condições de trabalho e a indenização por acidentes de trabalho e pelas doenças profissionais não serão inferiores às aplicadas para um trabalho da mesma natureza, na mesma região.

Artigo 96

Cada destacamento de trabalho terá um local de internamento. As autoridades competentes do Estado detentor e o comandante desse local de internamento serão responsáveis pela observância das disposições da presente Convenção nos destacamentos de trabalho. O comandante manterá em dia uma lista dos destacamentos de trabalho dependentes dele e a comunicará aos delegados do Estado protetor, da Comissão Internacional da Cruz Vermelha ou outros organismos humanitários que visitarem os locais de internamento.

CAPÍTULO VI

Propriedade pessoal e recursos financeiros

Artigo 97

Os internados serão autorizados a conservar seus objetos de uso pessoal. Dinheiro, cheques, títulos, etc., assim como os objetos de valor de que são portadores, não lhes poderão ser retirados senão de acordo com os processos estabelecidos. Um recibo minucioso lhes será dado.

As quantias devem ser creditadas na conta de cada internado, como está previsto no art. 98; não poderão ser convertidas em outra moeda, a menos que a legislação do território no qual se acha o proprietário internado o exija ou o internado consinta.

Os objetos que tenham sobretudo valor pessoal ou sentimental não poderão ser retirados.

Uma mulher internada não poderá ser revistada senão por outra mulher.

Quando libertados, os internados receberão em moeda o saldo credor da conta mantida segundo o art. 98, assim como todos os objetos, quantias, cheques, títulos, etc., que lhes tenham sido tomados durante o internamento, excetuando-se os objetos ou valores que o Estado detentor deva guardar,

em virtude da sua legislação vigente. No caso em que um bem pertencente a um internado fôr retido em razão dessa legislação, o internado receberá um recibo pormenorizado.

Os documentos de família e de identidade que os internados levarem não poderão ser retirados deles sem recibo.

Em momento algum, os internados devem ficar sem documento de identidade. Se não o tiverem, receberão documentos especiais que serão confeccionados pelas autoridades detentoras e substituirão os primeiros até o fim do internamento.

Os internados poderão ter consigo uma certa quantia em espécie ou sob forma de bônus a fim de prover às suas compras.

Artigo 98

Todos os internados receberão regularmente abonos para adquirirem gêneros e objetos como fumo, artigos de "toilette", etc. Essas gratificações poderão ser sob a forma de créditos ou de bônus.

Além disso, os internados poderão receber subsídios do Estado de que são nacionais, dos Estados protetores, de qualquer organismo que venha em seu auxílio ou de suas famílias, assim como as rendas de seus bens de acordo com a legislação do Estado detentor. As quantias dos subsídios concedidos pelo Estado de origem serão as mesmas para cada categoria de internados (pessoas debilitadas, doentes, mulheres grávidas, etc.) e não poderão ser fixadas por este Estado nem distribuídas pelo Estado detentor na base de discriminações interditas pelo art. 27 da presente Convenção.

Para cada internado, o Estado detentor manterá uma conta regular na qual serão creditados os abonos mencionados no presente artigo, os salários ganhos pelo internado, assim como as remessas de dinheiro que lhe forem feitas. Serão igualmente creditadas em sua conta as quantias que lhe foram retiradas e que poderiam estar disponíveis em virtude da legislação em vigor no território em que o internado se encontra. Todas as facilidades compatíveis com a legislação em vigor no território interessado lhe serão concedidas para enviar subsídios à sua família e às pessoas que dele dependam economicamente. As quantias necessárias às suas despesas pessoais poderão ser sacadas dessa

conta, dentro dos limites fixados pelo Estado detentor. Ser-lhes-ão concedidas em qualquer época facilidades razoáveis para a consulta de suas contas ou para a obtenção de extratos delas. Uma declaração de contas será comunicada ao Estado protetor, a pedido, e seguirá o internado em caso de transferência dele.

CAPÍTULO VII

Administração e disciplina

Artigo 99

Todo local de internamento será colocado sob a autoridade de um oficial ou funcionário responsável, escolhido dentre as forças militares regulares ou nos quadros da administração civil regular do Estado detentor. O oficial ou funcionário comandante do local de internamento possuirá, em idioma oficial ou num dos idiomas oficiais de seu país, o texto da presente Convenção e será responsável pela sua aplicação. O pessoal de vigilância será instruído nas disposições da presente Convenção e nos regulamentos que têm por objeto sua aplicação.

O texto da presente Convenção e os textos dos acordos especiais concluídos segundo a presente Convenção serão afixados no interior do local de internamento num idioma compreensível aos internados ou então permanecerão em poder da comissão de internados.

Os regulamentos, ordens, avisos e anúncios de qualquer natureza deverão ser comunicados aos internados num idioma que eles compreendam.

Todas as ordens dirigidas a internados individualmente também devem ser dadas em idioma que eles compreendam.

Artigo 100

A disciplina nos locais de internamento deve ser compatível com os princípios de humanidade e não comportará, em caso algum, regulamentos que imponham aos internados fadigas físicas perigosas para sua saúde ou esforços que os prejudiquem física ou moralmente. A tatuagem ou a aposição de marcas ou sinais sobre os corpos para identificação são interditas.

São interditas especialmente as paradas ou escalas prolongadas, os

exercícios físicos punitivos, os exercícios de manobras militares e as restrições alimentares.

Artigo 101

Os internados terão o direito de apresentar às autoridades em cujo poder se acharem, seus requerimentos a respeito do regime a que estão sujeitos.

Terão da mesma maneira e ilimitadamente o direito de dirigir-se, seja por intermédio da comissão dos internados, seja diretamente, se o julgarem necessário, aos representantes do Estado protetor, para indicar-lhes os pontos dos quais tenham queixas a formular com referência ao regime de internamento.

Esses requerimentos e queixas deverão ser transmitidos urgentemente sem modificação. Mesmo que as últimas sejam infundadas, não poderão dar lugar a punição alguma.

As comissões de internados poderão enviar aos representantes do Estado protetor relatórios periódicos sobre a situação dos locais de internamento e as necessidades dos internados.*

Artigo 102

Em cada local de internamento, os internados elegerão livremente, semestralmente e em escrutínio secreto, os membros de uma comissão encarregada de representá-los junto às autoridades do Estado detentor, aos Estados protetores, à Comissão Internacional da Cruz Vermelha e a qualquer outro organismo que possa ajudá-los. Os membros dessa comissão serão reelegíveis.

Os internados eleitos entrarão em função depois que sua eleição for aprovada pela autoridade detentora. Os motivos de recusa ou de destituição eventuais serão comunicados aos Estados protetores interessados.

Artigo 103

As comissões de internados deverão promover o bem-estar físico, moral e intelectual dos internados.

Particularmente, se os internados decidirem organizar entre si um sistema de assistência mútua, essa organização deverá ser da competência das comissões, independentemente das tarefas especiais que lhes forem confiadas em virtude de outras disposições da presente Convenção.

Artigo 104

Os membros das comissões de internados não serão convocados para outro trabalho, se a execução de suas funções se tornar por isso mais difícil.

Os membros das comissões poderão designar, entre os interessados, os auxiliares que lhes forem necessários. Todas as facilidades materiais lhes serão concedidas, especialmente liberdade de movimento necessária à execução de suas tarefas (visitas aos destacamentos de trabalho, recebimento de mercadorias, etc.).

Todas as facilidades serão igualmente concedidas aos membros das comissões para a sua correspondência postal e telegráfica com as autoridades detentoras, com os Estados protetores, com a Comissão Internacional da Cruz Vermelha e seus delegados, e com os organismos que prestem assistência aos internados. Os membros das comissões que se encontrarem nos destacamentos gozarão das mesmas facilidades para sua correspondência com a sua comissão do principal local de internamento. Essa correspondência não será nem limitada, nem considerada como fazendo parte do contingente mencionado no artigo 107.

Nenhum membro da comissão poderá ser transferido, sem que lhe seja dado o tempo necessário para pôr o seu sucessor a par dos assuntos em curso.

CAPÍTULO VIII

Relações com o exterior

Artigo 105

Logo que tiverem internado pessoas protegidas, os Estados detentores levarão ao conhecimento delas, do Estado de que elas são nacionais e do Estado detentor, as medidas previstas para a execução dos dispositivos do presente capítulo; eles notificarão do mesmo modo qualquer modificação dessas medidas.

Artigo 106

Cada internado poderá, desde o início do internamento ou uma semana após a sua chegada a um local de internamento, e, semelhantemente, em caso de doença ou de transferência para outro local de

internamento, ou hospital, endereçar diretamente à sua família, por um lado, e à Agência Central prevista no artigo 140, por outro lado, um cartão de internamento confeccionado, se possível, conforme o modelo anexo à presente Convenção, informando-os de seu internamento, endereço e estado de saúde. Os referidos cartões serão entregues com toda a rapidez possível e não poderão ser retardados de maneira alguma.

Artigo 107

Os internados serão autorizados a expedir e a receber cartas e cartões. Se o Estado detentor julgar necessário limitar o número de cartas expedidas por cada internado, esse número não poderá ser inferior a duas cartas e quatro cartões, mensalmente, determinados tanto quanto possível segundo os modelos anexos à presente Convenção. Se houver necessidade de limitar a correspondência endereçada aos internados, ela não poderá ser decretada senão pelo seu Estado de origem, eventualmente a pedido do Estado detentor. Essas cartas e esses cartões deverão ser transportados em prazo razoável; não poderão ser retardados ou retidos por motivos disciplinares.

Os internados que não tiverem notícias de suas famílias há muito tempo ou que se achem impossibilitados de as receber ou de lhes dar por via comum, da mesma maneira que aqueles que se acham separados dos seus por distâncias consideráveis, serão autorizados a expedir telegramas, contra pagamento de taxas telegráficas, na moeda de que dispuserem. Eles serão beneficiados igualmente por tal medida em caso de urgência reconhecida.

Em regra geral, a correspondência dos internados será redigida em seu idioma materno. As partes em luta poderão autorizar a correspondência em outros idiomas.

Artigo 108

Os internados serão autorizados a receber, por via postal ou por quaisquer outros meios, volumes individuais ou coletivos que contenham especialmente gêneros alimentícios, vestes, medicamentos, assim como livros e objetos destinados a satisfazer suas necessidades em matéria de

religião, estudos ou recreações. Essas remessas não poderão, de modo algum, liberar o Estado detentor das obrigações que lhe incumbem em virtude da presente Convenção.

No caso em que se torne necessário, por motivos de ordem militar, limitar a quantidade dessas remessas, o Estado protetor, a Comissão Internacional da Cruz Vermelha, ou qualquer outro organismo que preste assistência aos internados, e que seja encarregado de encaminhar essas remessas, deverão ser devidamente avisados disso.

As condições relativas à expedição das remessas individuais ou coletivas serão objeto, se houver oportunidade, de acordos especiais entre os Estados interessados, os quais não poderão em caso algum retardar o recebimento das remessas de socorros pelos internados. Os volumes de viveres ou de roupas não conterão livros; os socorros médicos serão enviados, geralmente, em volumes coletivos.

Artigo 109

Na falta de acordos especiais, entre as Partes em luta, sobre as condições para o recebimento e a distribuição dos volumes de socorros coletivos, será aplicado o regulamento concernente às remessas coletivas, anexo à presente Convenção.

Os acordos especiais previstos acima não poderão restringir, em caso algum, o direito das comissões de internados de se apossarem das remessas de socorros coletivos destinadas aos internados, de distribuí-las e dispor delas no interesse dos destinatários.

Não poderão muito menos restringir o direito dos representantes do Estado protetor, da Comissão Internacional da Cruz Vermelha ou de qualquer outro organismo que preste assistência aos internados e que esteja encarregada de encaminhar essas remessas coletivas, de controlar a sua distribuição a seus destinatários.

Artigo 110

Todas as remessas de socorros destinadas aos internados serão isentas de todos os direitos de entrada, de alfândega e outros.

Todas as remessas, inclusive os volumes postais de socorros, assim como o envio de dinheiro, que provenham

de outro país, endereçadas aos internados ou por eles expedidas por via postal, seja diretamente, seja por intermédio dos escritórios de informações previstos no artigo 136 e da Agência Central de Informações, prevista no artigo 140, serão isentas de qualquer taxa postal, tanto nos países de origem e de destino como nos países intermediários. Para isso, especialmente, as isenções previstas na Convenção Postal Universal de 1947, e nos ajustes da União Postal Universal, em favor dos civis de nacionalidade inimiga detidos em campos ou em prisões civis, serão estendidas às demais pessoas protegidas internadas sob o regime da presente Convenção. Os países que não participam desses arranjos serão obrigados a conceder as franquias previstas nas mesmas condições.

Os gastos de transporte de remessas de socorros destinados aos internados que, em virtude de seu peso ou por qualquer outro motivo, não puderem ser entregues por via postal, ficarão a cargo do Estado detentor em todos os territórios colocados sob seu controle. Os demais Estados que sejam partes na Convenção responderão pelos gastos de transporte em seus respectivos territórios.

Os gastos resultantes do transporte dessas remessas que não forem cobertos nos termos dos parágrafos precedentes, ficarão a cargo do expedidor.

As Altas Partes Contratantes se esforçarão por reduzir tanto quanto possível as taxas telegráficas dos telegramas expedidos pelos internados ou que lhes forem enviados.

Artigo 111

No caso em que as operações militares impeçam os Estados interessados de cumprir a obrigação, que lhes cabe, de assegurar o transporte das remessas previstas nos artigos 106, 107, 108 e 113, os Estados protetores interessados, a Comissão Internacional da Cruz Vermelha ou qualquer outro organismo aprovado pelas Partes em luta, poderão encarregar-se de assegurar o transporte dessas remessas pelos meios adequados (vações, caminhões, navios ou aviões, etc.). Para isso, as Altas Partes Contratantes se esforçarão por assegurar-lhes estes meios de transporte e autorizar sua circulação, especialmente concedendo os salvo-condutos necessários.

Esses meios de transporte poderão igualmente ser utilizados para encaminhar:

a) a correspondência, as listas e os relatórios trocados entre a Agência Central de Informações prevista no artigo 140 e os Escritórios nacionais previstos no artigo 136;

b) a correspondência e os relatórios concernentes aos internados que os Estados protetores, a Comissão Internacional da Cruz Vermelha ou qualquer outro organismo que preste assistência aos internados, trocarem, seja com os próprios delegados, seja com as Partes em luta.

As presentes disposições não restringirão em nada o direito de toda Parte em luta de organizar, se preferir, outros transportes e de entregar os salvo-condutos nas condições que convierem.

Os gastos ocasionados pelo emprêgo desses meios de transporte se distribuirão proporcionalmente à importância das remessas feitas pelas Partes em luta cujos nacionais se beneficiam com esses serviços.

Artigo 112

A censura da correspondência endereçada aos internados ou expedida por eles deverá ser feita no prazo mais breve possível.

O controle das remessas destinadas aos internados não se efetuará em condições tais que comprometem a conservação dos gêneros contidos e se fará em presença do destinatário ou dum camarada mandatário dele. A entrega das remessas individuais ou coletivas aos internados não poderá ser retardada sob pretexto das dificuldades de censura.

Toda interdição de correspondência ordenada pelas Partes em luta, por motivos militares ou políticos, será temporária e durará o tempo mais breve possível.

Artigo 113

Os Estados detentores assegurarão todas as facilidades razoáveis para a transmissão, por intermédio do Estado protetor ou da Agência Central prevista no artigo 140 ou por outros meios exigidos, de testamentos, procurações ou outros documentos destinados aos internados ou que emanem deles.

Em todos os casos, os Estados detentores facilitarão aos internados o estabelecimento e a legalização em

boa e devida forma desses documentos; eles os autorizarão, em particular, a consultarem um jurista:

Artigo 114

O Estado detentor concederá aos internados todas as facilidades compatíveis com o regime de internamento e a legislação em vigor para que eles possam gerir os próprios bens. Para isso, poderá autorizá-los a sair do local de internamento, em casos urgentes e se as circunstâncias o permitirem.

Artigo 115

Em todos os casos em que um internado for parte em um processo perante qualquer tribunal, o Estado detentor deverá, a pedido do interessado, informar o tribunal de sua detenção e estará atento, dentro dos limites legais, a que sejam adotadas todas as medidas necessárias para que ele não seja prejudicado pelo fato de estar internado, no que se refere à preparação e ao desenvolvimento do seu processo ou à execução de qualquer julgamento proferido pelo tribunal.

Artigo 116

Cada internado será autorizado a receber em intervalos regulares, e tão frequentemente quanto possível, visitas, especialmente dos seus parentes próximos.

Em caso de urgência e na medida do possível, especialmente em caso de falecimento ou de doença grave de um parente, o internado será autorizado a visitar sua família.

CAPÍTULO IX

Sanções penais e disciplinares

Artigo 117

Ressalvadas as disposições do presente capítulo, a legislação vigente no território em que eles se acham, continuará a ser aplicada aos internados que cometerem infrações durante o internamento.

Se as leis, os regulamentos ou ordens gerais declararem puníveis atos cometidos pelos internados, quando tais atos não o sejam quando cometidos por pessoas não internadas, esses atos só poderão acarretar sanções disciplinares.

Um internado não poderá, por causa do mesmo fato ou da mesma acusação, ser punido mais de uma vez.

Artigo 118

Para estabelecer a pena, os tribunais ou autoridades considerarão, na medida mais ampla possível, o fato de que o acusado não é nacional do Estado detentor. Terão liberdade, pois, de atenuar a pena prevista para a infração de que é acusado o internado e não serão obrigados, para isso, a impor o mínimo da pena.

São interditas todas prisões em locais não atingidos pela luz do dia e, de maneira geral, qualquer forma de crueldade.

Os internados punidos não poderão, depois de terem sofrido as penas que se lhes infligiram disciplinar ou judiciariamente, ser tratados diferentemente dos outros internados.

A duração da detenção preventiva, sofrida pelo internado, será deduzida de qualquer pena privativa de liberdade que lhe for imposta disciplinar ou judiciariamente.

As comissões de internados serão informadas de todos os processos judiciais movidos contra os internados dos quais elas sejam mandatárias, assim como dos seus resultados.

Artigo 119

As penas disciplinares aplicáveis aos internados serão:

- 1) multa que não exceda de 50 por cento do salário previsto no artigo 95, durante um período não superior a trinta dias;
- 2) supressão de vantagens concedidas além do tratamento previsto pela presente Convenção;
- 3) trabalhos penosos que não excedam duas horas diárias e executados com o objetivo da manutenção do local de internamento;
- 4) prisão.

Em caso algum, as penas disciplinares serão desumanas, brutais ou perigosas para a saúde dos internados. Deverão ser levadas em conta sua idade, sexo e estado de saúde.

A duração da mesma punição não ultrapassará nunca um máximo de trinta dias consecutivos, mesmo nos casos em que um internado tiver que responder disciplinarmente por vários fatos quando seu caso for considerado, sejam ou não conexos esses fatos.

Artigo 120

Os internados evadidos ou que tentem evadir-se e forem recapturados não serão passíveis de penas disciplinares por esse ato, mesmo em caso de reincidência.

Não obstante o terceiro parágrafo do artigo 118, os internados punidos em seguida a uma evasão ou tentativa de evasão poderão ser submetidos a um regime de vigilância especial, sob a condição, porém, de que esse regime não afete seu estado de saúde, seja cumprido num local de internamento e não implique a supressão de nenhuma das garantias concedidas pela presente Convenção.

Os internados que tiverem cooperado para uma evasão ou tentativa de evasão serão passíveis por esse ato de apenas uma punição disciplinar.

Artigo 121

A evasão ou tentativa de evasão, mesmo reincidente, não será considerada como circunstância agravante, no caso em que o internado seja denunciado aos tribunais por infrações cometidas durante a evasão.

As Partes em luta ficarão vigilantes para que as autoridades competentes usem de indulgência na apreciação da questão de saber se uma infração cometida por um internado deve ser punida disciplinar ou judiciariamente, sobretudo no que se refere aos fatos conexos com a evasão ou tentativa de evasão.

Artigo 122

Os fatos que constituem falta contra a disciplina serão objeto de inquérito imediato. Isso se dará especialmente em caso de evasão ou de tentativa de evasão e o internado, recapturado, será entregue logo que possível às autoridades competentes.

Para todos os internados, a detenção preventiva em caso de falta disciplinar será reduzida estrito ao mínimo e não excederá quatorze dias; em todos os casos o prazo será deduzido da pena privativa de liberdade que for infligida.

As disposições dos artigos 124 e 125 se aplicarão aos internados detidos preventivamente por falta disciplinar.

Artigo 123

Sem prejuízo da competência dos tribunais e das autoridades superiores, as penas disciplinares não poderão ser

pronunciadas senão pelo comandante do local de internamento ou por um oficial ou funcionário responsável a quem elle tiver delegado seu poder disciplinar.

Antes de ser pronunciada uma pena disciplinar, o internado acusado será informado com precisão dos fatos que lhe foram imputados. Elle será autorizado a justificar sua conduta, a defender-se, a ouvir as testemunhas e a recorrer, em caso de necessidade, aos officios de um intérprete qualificado. A decisão será pronunciada em presença do acusado e de um membro da comissão de internados.

O prazo entre a decisão disciplinar e sua execução não excederá de um mês.

Quando um internado fôr castigado por nova pena disciplinar, um prazo de no mínimo três meses separará a execução de cada uma das penas, uma vez que a duração das mesmas seja de dez dias ou mais.

O comandante do local de internamento deverá manter um registro das penas disciplinares pronunciadas que será posto à disposição dos representantes do Estado protetor.

Artigo 124

Em caso algum poderão os internados ser transferidos para estabelecimentos penitenciários (prisões, penitenciárias, prisões de forçados, etc.) a fim de cumprirem penas disciplinares.

Os locais nos quais se cumprirem as penas disciplinares obedecerão às exigências da hygiene e comportarão, especialmente, material para dormitório sufficiente; aos internados punidos se permitirá que vivam em condições hygiénicas.

As mulheres internadas que cumprem pena disciplinar serão detidas em locais distintos dos locais dos homens e ficarão sob a vigilância immediata de mulheres.

Artigo 125

Os internados punidos disciplinarmente terão licença de fazer exercicios diáriamente e de permanecer ao ar livre durante pelo menos duas horas.

Serão autorizados, a pedido, a se apresentarem à visita médica cotidiana; receberão os cuidados que seu estado de saúde inspirar e, dado o caso, serão transferidos para a enfermaria do local de internamento ou para um hospital.

Serão autorizados a ler e a escrever assim como a expedir e receber cartas. Entretanto, os volumes e remessas de dinheiro podem não lhes ser entregues antes da expiração da pena: serão confiados à comissão dos internados, enquanto o prazo não se esgotar, a qual enviará à enfermaria os gêneros perecíveis que se acharem nesses volumes.

Nenhum internado, punido disciplinarmente, poderá ser privado dos benefícios das disposições dos artigos 107 e 143.

Artigo 126

Os artigos 71 a 76, inclusive, serão applicados por analogia aos processos movidos contra os internados que se achem em território nacional do Estado detentor.

CAPÍTULO X

Transferências de internados

Artigo 127

A transferência dos internados se efetuará sempre com humanidade. A transferência se processará, em regra geral, por ferrovia ou por outros meios de transporte e em condições pelo menos iguais às que prevalecem para as tropas do Estado detentor em suas remoções. Se, excepcionalmente, as transferências tiverem de ser feitas a pé, ellas só poderão efetuar-se se o estado físico dos internados o permitir, e em caso algum poderão expô-los, a fadigas excessivas.

O Estado detentor fornecerá aos internados, durante a transferência, água potável e alimentação em quantidade, qualidade e variedade sufficientes para mantê-los em bom estado de saúde, assim como vestes, abrigos convenientes e os cuidados médicos necessários. Elle tomará todas as precauções úteis para garantir a sua segurança durante a transferência e estabelecerá, antes de sua partida, a lista completa dos internados transferidos.

Os internados enfermos, feridos ou de pauperados, assim como as parturientes, não serão transferidos desde que a sua saúde possa ser comprometida pela viagem, a menos que sua segurança o exija imperiosamente.

Se as linhas de combate se aproximarem de um local de internamento, os internados que aí se acham só serão transferidos se a transferência fôr

feita em condições suficientes de segurança ou se correrem maiores riscos permanecendo no local.

O Estado detentor, ao decidir a transferência dos internados, deverá levar em conta seus interesses, especialmente para não aumentar as dificuldades do repatriamento ou do retorno ao lugar de seu domicílio.

Artigo 128

Em caso de transferência, os internados serão avisados oficialmente de sua partida e de seu novo endereço postal; esse aviso lhes será dado o mais cedo possível para que possam preparar suas bagagens e informar sua família.

Serão autorizados a levar seus objetos pessoais, sua correspondência e os volumes que lhes forem endereçados; o peso dessas bagagens poderá ser reduzido se as circunstâncias da transferência o exigirem, mas em caso algum, a menos de vinte cinco quilos por internado.

A correspondência e os volumes endereçados ao seu antigo local de internamento lhes serão entregues sem demora.

O comandante do local de internamento adotará, de acordo com a comissão dos internados, as medidas necessárias para efetuar a transferência dos bens coletivos dos internados e das bagagens que eles não puderem levar consigo, em consequência de uma limitação imposta em virtude do segundo parágrafo do presente artigo.

CAPÍTULO XI

Falecimento

Artigo 129

Os internados poderão remeter seus testamentos às autoridades responsáveis, as quais assegurarão sua guarda.

Em caso de falecimento dos internados, esses testamentos serão transmitidos prontamente às pessoas por eles designadas.

A morte de cada internado será constatada por um médico, e extrair-se-á um certificado que revele as causas do falecimento e as circunstâncias em que ocorreu.

Uma ata oficial do falecimento, devidamente registrada, será redigida segundo as prescrições vigentes no

território em que se acha o local de internamento, e uma cópia certificada será endereçada sem demora ao Estado protetor, assim como à Agência Central prevista no art. 140.

Artigo 130

As autoridades detentoras providenciarão para que os internados falecidos em cativeiro sejam enterrados condignamente, se possível de acordo com o rito da sua religião, e para que seus túmulos sejam respeitados, convenientemente conservados e marcados de maneira que possam sempre ser encontrados.

Os internados falecidos serão enterrados separadamente, salvo em caso de força maior que imponha tumulto coletivo. Os corpos não poderão ser cremados senão por imperiosos motivos de higiene, ou em virtude da religião do falecido, ou ainda se ele tiver manifestado desejo nesse sentido. Em caso de cremação, mencionar-se-á o fato, indicando-se os motivos no certificado de óbito dos internados. As cinzas serão conservadas cuidadosamente pelas autoridades detentoras e entregues o mais depressa possível aos parentes mais próximos, se estes o pedirem.

Logo que as circunstâncias o permitirem e no mais tardar ao fim das hostilidades, o Estado detentor transmitirá, por intermédio dos Escritórios de Informações previstos no artigo 136, aos Estados de que dependiam os internados falecidos, as listas das sepulturas dos referidos internados. Essas listas darão todos os detalhes necessários à identificação dos internados falecidos e à localização exata dessas sepulturas.

Artigo 131

O falecimento ou qualquer ferimento grave de um internado, causados ou sob suspeita de terem sido causados por uma sentinela, por outro internado ou por qualquer outra pessoa, assim como toda morte cuja causa for desconhecida, serão seguidos imediatamente de um inquérito feito oficialmente pelo Estado detentor.

Será feita comunicação a esse respeito imediatamente ao Estado protetor. Os depoimentos de quaisquer testemunhas serão recolhidos; far-se-á um relatório que os contenha,

o qual será comunicado ao referido Estado.

Se o inquérito estabelecer a culpa de uma ou mais pessoas, o Estado detentor adotará tôdas as medidas para o processo judiciário do ou dos responsáveis.

CAPÍTULO XII

Libertação, repatriamento e hospitalização em país neutro

Artigo 132

Tôda pessoa internada será libertada pelo Estado detentor desde que as causas que motivaram o internamento não existam mais.

Além disso, as Partes em luta se esforçarão por concluir, durante as hostilidades, acôrdos para a libertação, o repatriamento, o retôrno ao local de domicílio ou o alojamento em país neutro de certas categorias de internados, especialmente crianças, mulheres grávidas e mães lactantes e crianças de pouca idade, feridos e enfermos ou internados que cumpriram longo cativeiro.

Artigo 133

O internamento cessará o mais depressa possível após o fim das hostilidades.

Entretanto, os internados em território de uma Parte em luta que estiverem sob a ameaça de processo penal por infrações que não são exclusivamente passíveis de pena disciplinar, poderão ser retidos até o fim do processo e, dado o caso, até a expiração da pena. O mesmo acontecerá com aquêles que foram condenados anteriormente a pena privativa de liberdade.

Por acôrdo entre o Estado detentor e os Estados interessados, serão criadas, no fim das hostilidades ou da ocupação, comissões para procurarem os internados dispersos.

Artigo 134

As Altas Partes Contratantes se esforçarão por assegurar, no fim das hostilidades, o retôrno de todos os internados à sua última residência ou facilitar o seu repatriamento.

Artigo 135

O Estado detentor responderá pelos gastos de retôrno dos internados li-

bertados para os locais em que residiam no momento de seu internamento ou, se êle os internou enquanto estavam de viagem ou em alto mar, pelos gastos necessários para permitir-lhes completar a viagem ou voltar ao ponto de partida.

Se o Estado detentor recusar permissão de residir em seu território a um internado libertado que, anteriormente, aí tinha seu domicílio regular, pagará os gastos de seu repatriamento. Se, entretanto, o internado preferir voltar para seu país sob sua própria responsabilidade ou para obedecer ao Governo ao qual deve fidelidade, o Estado detentor não estará obrigado a pagar estas despesas fora de suas fronteiras. O Estado detentor não está obrigado, igualmente, a custear as despesas de repatriamento de internado que se internou a pedido.

Se os internados forem transferidos nos termos do art. 45, o Estado que os transferir e aquêles que os receber se entenderão a respeito da parte das despesas que cada um dêles custeará.

As referidas disposições não prejudicarão os ajustes especiais que se concluírem entre as Partes em luta a respeito da troca e do repatriamento dos seus nacionais em mãos inimigas.

Seção V

Escritórios e Agência Central de Informações

Artigo 136

Desde o início de um conflito, e em todos os casos de ocupação, cada uma das Partes em luta constituirá um Escritório oficial de Informações encarregado de receber e de transmitir as informações sobre as pessoas protegidas que se achem em seu poder.

No prazo mais breve possível, cada uma das Partes em luta transmitirá ao referido Escritório informações sobre as medidas por ela adotadas contra qualquer pessoa protegida sob custódia por mais de duas semanas, posta em residência forçada ou internada. Além disso, ela encarregará os seus diversos serviços interessados de fornecerem rapidamente ao citado Escritório as indicações concernentes às mudanças que se verificarem quanto a essas pessoas protegidas, tais como transferências, liber-

tações, repatriamentos, evasões, hospitalizações, nascimentos e falecimentos.

Artigo 137

O Escritório nacional de informações fará chegar com urgência, pelos meios mais rápidos e por intermédio, por um lado, dos Estados protetores, e por outro, da Agência Central prevista no art. 140, as informações concernentes às pessoas protegidas ao Estado do qual as pessoas citadas são nacionais ou ao Estado em cujo território elas residiam. Os Escritórios responderão igualmente a quaisquer pedidos que lhes forem dirigidos a respeito das pessoas protegidas.

Os Escritórios de informações transmitirão as indicações relativas a uma pessoa protegida, salvo no caso em que essa comunicação puder prejudicar a pessoa interessada ou a sua família. Mesmo neste caso, as informações não poderão ser recusadas à Agência Central que, tendo sido avisada das circunstâncias, adotará as precauções necessárias indicadas no art. 140.

Todas as comunicações escritas feitas por um Escritório serão autenticadas por assinatura ou por selo.

Artigo 138

As informações recebidas pelo Escritório nacional de informações e transmitidas por ele serão de natureza a permitir identificar exatamente a pessoa protegida e avisar rapidamente sua família. Elas incluirão, para cada pessoa, pelo menos o sobrenome, os prenomes, o lugar e a data do nascimento, a nacionalidade, a última residência, os sinais particulares, o prenome do pai e o nome da mãe, a data e a natureza da medida adotada a respeito da pessoa, assim como o local em que foi tomada, o endereço ao qual a correspondência poderá ser dirigida, assim como o nome e o endereço da pessoa que deve ser informada.

Do mesmo modo, serão transmitidas regularmente informações, e se possível cada semana, sobre o estado de saúde dos internados enfermos ou feridos gravemente.

Artigo 139

O Escritório nacional de informações ficará, além disso, encarregado de recolher todos os objetos pessoais

de valor deixados pelas pessoas protegidas mencionadas no art. 136, especialmente quando de seu repatriamento, libertação, evasão ou falecimento e de encaminhá-los aos interessados diretamente, ou se necessário, por intermédio da Agência Central. Esses objetos serão enviados em volumes selados pelo Escritório; anexar-se-ão a esses volumes declarações que estabeleçam com precisão a identidade das pessoas às quais esses objetos pertenciam, assim como um inventário completo do volume. O recebimento e o despacho de todos os objetos de valor desse gênero serão consignados de maneira detalhada nesses registros.

Artigo 140

Uma Agência Central de informações para pessoas protegidas, e especialmente para internados, será criada em país neutro. A Comissão Internacional da Cruz Vermelha proferirá aos Estados interessados, se o julgar necessário, a organização dessa agência, que poderá ser a mesma que a prevista no art. 123 da Convenção de Genebra de 12 de agosto de 1949, relativa ao tratamento dos prisioneiros de guerra.

Essa Agência será encarregada de concentrar todas as informações do caráter previsto no art. 136, que ela poderá obter pelas vias oficiais ou privadas; ela os transmitirá o mais depressa possível ao país de origem ou de residência das pessoas interessadas, salvo no caso em que essa transmissão puder prejudicar as pessoas às quais as informações se referem ou a sua família. Ela receberá das Partes em luta todas as facilidades razoáveis para efetuar essas transmissões.

As Altas Partes Contratantes, e em particular aquelas cujos nacionais sejam beneficiados pelos serviços da Agência Central, são convidadas a fornecer a esta o apoio financeiro de que ela tiver necessidade.

As disposições precedentes não deverão ser interpretadas como restritivas da atividade humanitária da Comissão Internacional da Cruz Vermelha e das sociedades de socorros mencionadas no artigo 142.

Artigo 141

Os escritórios nacionais de informações e a Agência Central de in-

formações gozarão de franquia de porte para qualquer remessa postal, assim como das isenções previstas no artigo 110, e, na medida do possível, de franquia telegráfica ou, pelo menos, de grandes reduções de taxas.

TÍTULO IV

Execução da Convenção

Seção I

Disposições Gerais

Artigo 142

Sob reserva das medidas que forem consideradas indispensáveis para garantir sua segurança ou para satisfazer qualquer outra necessidade razoável, os Estados detentores acolherão da melhor maneira as organizações religiosas, sociedades de socorros, ou qualquer outro organismo que preste assistência às pessoas protegidas. Eles lhes concederão todas as facilidades necessárias, assim como a seus delegados devidamente acreditados, para visitar as pessoas protegidas, para distribuir-lhes socorros, material de qualquer proveniência destinado a fins educativos, recreativos ou religiosos, ou para ajudá-los a organizarem seus divertimentos no interior dos locais de internamento. As sociedades ou organismos citados acima poderão ser construídas seja no território do Estado detentor, seja num outro país, ou então poderão ter caráter internacional.

O Estado detentor poderá limitar o número das sociedades e organismos cujos delegados serão autorizados a exercerem atividade em seu território e sob seu controle, sob a condição, porém, de que tal limitação não impeça se preste ajuda eficaz e suficiente a todas as pessoas protegidas.

A situação particular da Comissão Internacional da Cruz Vermelha nesse domínio será sempre reconhecida e respeitada.

Artigo 143

Os representantes ou os delegados dos Estados protetores serão autorizados a ir a todos os locais onde se acharem pessoas protegidas, especialmente aos locais de internamento, de detenção ou de trabalho.

Terão acesso a todos os locais utilizados pelas pessoas protegidas e poderão conversar com elas sem a presença de testemunhas, por intermédio dum intérprete, se necessário.

Essas visitas só poderão ser interditas em virtude de imperiosas necessidades militares e a título excepcional e temporário. Sua frequência e duração não poderão ser limitadas.

Os representantes e delegados dos Estados protetores terão toda a liberdade na escolha dos locais que desejarem visitar. O Estado detentor ou ocupante, o Estado protetor, e, dado o caso, o Estado de origem das pessoas a serem visitadas poderão se entender para que os compatriotas dos internados tenham permissão para participar das visitas.

Os delegados da Comissão Internacional da Cruz Vermelha serão beneficiados pelas mesmas prerrogativas. A nomeação desses delegados será submetida à apreciação do Estado que governa os territórios em que eles exercerão sua atividade.

Artigo 144

As Altas Partes Contratantes se comprometem a difundir o mais amplamente possível, em tempo de paz ou de guerra, o texto da presente Convenção em seus respectivos países, e especialmente a incorporar o seu estudo nos programas de instrução militar e, se possível, civil, de tal maneira que os princípios sejam conhecidos de toda a população.

As autoridades civis, militares, policiais ou outras que, em tempo de guerra, assumirem as responsabilidades com relação às pessoas protegidas, deverão possuir o texto da Convenção e ser instruídas especialmente de suas disposições.

Artigo 145

As Altas Partes Contratantes, por intermédio do Conselho Federal Suíço e, durante as hostilidades, por intermédio dos Estados protetores, trocarão as traduções oficiais da presente Convenção, assim como as leis e regulamentos que adotarem para garantir sua aplicação.

Artigo 146

As Altas Partes Contratantes se comprometem a tomar toda medida legislativa necessária para fixar sanções penais adequadas às pessoas que tenham cometido ou mandado com-

ter qualquer uma das infrações graves definidas pela presente Convenção no artigo seguinte.

Cada Alta Parte Contratante terá a obrigação de procurar as pessoas acusadas de terem cometido ou mandado cometer qualquer uma dessas infrações graves, e deverá denunciá-las a seus próprios tribunais, qualquer que seja a nacionalidade delas. Poderá também, se preferir, e segundo as condições previstas pela sua própria legislação, remetê-las para julgamento a uma outra Parte Contratante interessada no processo, desde que esta Parte Contratante tenha acusações suficientes contra as referidas pessoas.

Cada Parte Contratante adotará as medidas necessárias para fazer cessar os atos contrários às disposições da presente Convenção, além das infrações definidas no artigo seguinte.

Em todas as circunstâncias os acusados serão beneficiados pelas garantias do processo e de livre defesa que não serão inferiores às previstas nos artigos 105 e seguintes da Convenção de 12 de agosto de 1949, relativa ao tratamento dos prisioneiros de guerra.

Artigo 147

As infrações graves mencionadas no artigo anterior são as que se incluem num ou noutro dos atos seguintes, sejam cometidos contra as pessoas ou contra bens protegidos pela Convenção: o homicídio intencional, a tortura ou os tratamentos desumanos, inclusive as experiências biológicas, o fato de causar intencionalmente grandes sofrimentos ou atentados graves à integridade física ou à saúde, a deportação ou transferência ilegais, a detenção ilegal o fato de constranger uma pessoa protegida a servir nas forças armadas do Estado inimigo ou de privá-la de seu direito de ser julgada regular e imparcialmente, segundo as prescrições da presente Convenção, a captura de reféns, a destruição e a apropriação de bens não justificadas por necessidades militares e executadas em grande escala de maneira ilícita e arbitrária.

Artigo 148

Nenhuma Alta Parte Contratante poderá eximir-se nem eximir outra Parte Contratante das responsabilidades em que ela própria ou outra

Alta Parte Contratante tenham incorrido, em virtude das infrações previstas no artigo precedente.

Artigo 149

A pedido de uma Parte em luta, será aberto inquérito de acordo com a maneira que será fixada entre as Partes interessadas, a respeito de qualquer violação alegada da Convenção.

Se não se realizar um acordo sobre o processo de inquérito, as Partes se entenderão para escolher um árbitro que decidirá o processo a ser observado.

As Partes em luta porão fim à violação que for constatada e a reprimirão o mais depressa possível.

Seção II

Disposições finais

Artigo 150

A presente Convenção será escrita em francês e em inglês. Ambos os textos são igualmente autênticos.

O Conselho Federal suíço ordenará a tradução oficial da Convenção para a língua russa e para a língua espanhola.

Artigo 151

A presente Convenção, que levará a data deste dia, poderá ser firmada até 12 de fevereiro de 1950 pelas Potências representadas na Conferência que se instalou em Genebra a 21 de abril de 1949.

Artigo 152

A presente Convenção será ratificada assim que for possível e as ratificações serão depositadas em Berna.

Do depósito de cada instrumento de ratificação será redigido um processo verbal cuja cópia autenticada será remetida pelo Conselho Federal a todos os Estados em nome das quais a convenção foi assinada ou a adesão foi notificada.

Artigo 153

A presente Convenção entrará em vigor seis meses depois que pelo menos dois instrumentos tiverem sido depositados.

Ulteriormente, ela entrará em vigor, para cada Alta Parte Contratante, seis meses após o depósito do seu instrumento de ratificação.

Artigo 154

A presente Convenção, no que se refere às relações entre os Estados obrigados pela Convenção de Haia, relativa às leis e aos costumes de guerra terrestre, quer se trate da de 29 de julho de 1899 ou da de 18 de outubro de 1907, completará as seções II e III do Regulamento anexo às acima-citadas Convenções de Haia.

Artigo 155

Após a sua entrada em vigor, a presente Convenção será aberta à adesão de todos os Estados que não a tiverem assinado.

Artigo 156

As adesões serão notificadas por escrito ao Conselho Federal Suíço e produzirão seus efeitos seis meses após a data em que forem entregues.

O Conselho Federal Suíço comunicará as adesões a todos os Estados em nome dos quais a Convenção foi assinada ou a adesão foi notificada.

Artigo 157

As situações previstas nos artigos 2.º e 3.º darão efeito imediato às ratificações depositadas e às adesões notificadas pelas Partes em luta antes ou depois do começo das hostilidades ou da ocupação. A comunicação das ratificações ou adesões recebidas das Partes em luta será feita pelo Conselho Federal Suíço pela via mais rápida.

Artigo 158

Cada uma das Altas Partes Contratantes terá a faculdade de denunciar a presente Convenção.

A denúncia será notificada por escrito ao Conselho Federal Suíço. Este comunicará a notificação aos Governos de todas as Altas Partes Contratantes.

A denúncia produzirá seus efeitos um ano após sua notificação ao Conselho Federal Suíço. Todavia, a denúncia notificará quando o Estado denunciante estiver implicado num conflito, não produzirá efeito enquanto a paz não tiver sido concluída e enquanto as operações de libertação, de repatriamento e de esta-

belecimento das pessoas protegidas pela presente Convenção, não tiverem terminado.

A denúncia atingirá somente o Estado denunciante. Ela não terá efeito sobre as obrigações que as Partes em luta são obrigadas a cumprir, em virtude dos princípios do Direito das Gentes, visto que resultam dos costumes estabelecidos entre as nações civilizadas, das leis da humanidade e das exigências da consciência pública.

Artigo 159

O Conselho Federal Suíço registrará a presente Convenção no Secretariado das Nações Unidas. O Conselho Federal Suíço, igualmente, informará o Secretariado das Nações Unidas de todas as ratificações, adesões e denúncias que receber sobre a presente Convenção.

Em Testemunho Do que, os abaixo-assinados, havendo depositado seus plenos poderes respectivos, assinaram a presente Convenção.

Feito na Cidade de Genebra, a 12 de agosto de 1949, nas línguas francesa e inglesa, tendo sido depositado o original nos Arquivos da Confederação Suíça. O Conselho Federal Suíço transmitirá cópia autenticada da Convenção a cada um dos Estados signatários e aos Estados que aderirem à Convenção.

ANEXO I

Projeto de Acôrdo relativo às zonas e localidades sanitárias e de segurança.

Artigo 1.º

As zonas sanitárias e de segurança serão reservadas estritamente às pessoas mencionadas no artigo 23 da Convenção de Genebra de 12 de agosto de 1949, relativa à Melhoria da sorte dos feridos e doentes das forças armadas em campanha e no artigo 14 da Convenção de Genebra de 12 de agosto de 1949, relativa à proteção das pessoas civis em tempo de guerra, e ao pessoal encarregado da organização e administração dessas zonas e localidades e dos encarregados a serem proporcionados às pessoas que aí se acham concentradas.

Todavia, as pessoas que residirem permanentemente no interior dessas zonas terão direito a permanecer nelas.

Artigo 2.º

As pessoas que se acharem por qualquer motivo numa zona sanitária e de segurança não deverão entregar-se a nenhum trabalho que tenha relação direta com as operações militares ou com a produção de material de guerra nem no interior, nem no exterior dessa zona.

Artigo 3.º

O Estado que criar uma zona sanitária e de segurança adotará todas as medidas apropriadas para interditar o seu acesso a todas as pessoas que não têm direito de entrar ou residir nela.

Artigo 4.º

As zonas sanitárias e de segurança preencherão as seguintes condições:

- a) não representarão senão pequena parte do território controlado pelo Estado que as criou;
- b) deverão ser pouco povoadas com relação a sua possibilidade de acomodações;
- c) serão afastadas e desprovidas de qualquer objetivo militar e de qualquer instalação industrial ou administrativa importante;
- d) não serão situadas em regiões que, com toda a probabilidade, podem ter importância no desenvolvimento da guerra.

Artigo 5.º

As zonas sanitárias e de segurança serão submetidas às obrigações seguintes:

- a) as vias de comunicações e os meios de transporte que elas possuem não serão utilizados para a remoção de pessoal ou de material militar mesmo em simples trânsito;
- b) não serão defendidas militarmente em circunstância alguma.

Artigo 6.º

As zonas sanitárias e de segurança serão assinaladas por faixas oblíquas de cor vermelha sobre fundo branco, apostas à periferia e nos edifícios.

As zonas unicamente reservadas aos feridos e enfermos poderão ser assinaladas por cruces vermelhas (vermelhas, leões e sóis vermelhos) sobre fundo branco.

A noite, poderão ser assinaladas por iluminação apropriada.

Artigo 7.º

Em tempo de paz ou no início das hostilidades, cada Estado comunicará a todas as Altas Partes Contratantes a lista das zonas sanitárias e de segurança estabelecidas em território que ele controlar. Ele as informará da criação de qualquer zona durante um conflito.

Logo que a Parte adversa tiver recebido a notificação mencionada acima, a zona estará regularmente constituída.

Se, entretanto, a Parte adversa julgar que as condições do presente acôrdo não foram preenchidas, poderá recusar o reconhecimento da zona criada, comunicando sua recusa à Parte da qual depende a zona ou subordinar seu reconhecimento à instituição do controle previsto no artigo 8.º.

Artigo 8.º

Cada Estado que tiver reconhecido uma ou mais zonas sanitárias e de segurança criadas pela Parte adversa, terá o direito de solicitar que uma ou mais comissões especiais verifique que as zonas preenchem as condições e obrigações enunciadas no presente acôrdo.

Para isso, os membros das Comissões especiais terão sempre livre acesso às diferentes zonas e poderão até residir nelas permanentemente. Ser-lhe-ão concedidas todas as facilidades para que possam exercer sua missão de fiscalização.

Artigo 9.º

No caso em que as comissões especiais constatarem fatos que lhes pareçam contrários às estipulações do presente acôrdo, chamarão a atenção do Estado que governa a zona e fixarão um prazo máximo de cinco dias para remediá-los; elas informarão disso o Estado que reconheceu a zona.

Se, ao expirar o prazo, o Estado que governa a zona não tiver dado seguimento ao aviso que lhe foi endereçado, a Parte adversa poderá declarar que não está obrigada pelo presente acôrdo com relação a essa zona.

Artigo 10

O Estado que tiver criado uma ou mais zonas sanitárias e de defesa, assim como as Partes adversas que tiverem sido notificadas de sua existência, nomearão ou farão designar pelos Estados protetores ou por outros Estados neutros as pessoas que poderão fazer parte das comissões especiais mencionadas nos artigos 8 e 9.

Artigo 11

As zonas sanitárias e de segurança não poderão em circunstância alguma, ser atacadas, mas serão sempre protegidas e respeitadas pelas Partes em luta.

Artigo 12

Em caso de ocupação de um território, as zonas sanitárias e de segurança que nêlo se acharem, deverão continuar a ser respeitadas e utilizadas como tais.

Entretanto, o Estado ocupante poderá mudar o destino delas depois de ter assegurado a sorte das pessoas que aí estavam recolhidas.

Artigo 13

O presente Acôrdo se aplicará igualmente nas localidades das quais os Estados se utilizarem para o mesmo objetivo que os das zonas sanitárias e de segurança.

Anexo II

Projeto de regulamento, concernente ao socorro coletivos aos internados civis.

Artigo 1.º

As comissões de internados serão autorizadas a distribuir as remessas de socorros coletivos, dos quais elas estejam encarregados, a todos os internados dependentes administrativamente de seu local de internamento, assim como as que se acham em hospitais, em prisões ou em outros estabelecimentos penitenciários.

Artigo 2.º

A distribuição das remessas de socorros coletivos se efetuará de acôrdo com as instruções dos doadores e conforme o plano estabelecido pelas

comissões de internados; todavia, a distribuição de socorros médicos se fará de preferência em entendimentos com os médicos-chefes, e estes poderão, nos hospitais e enfermarias, derogar as referidas instruções na medida em que as necessidades de seus doentes o exigirem. No quadro assim definido, essa distribuição se fará sempre de maneira equitativa.

Artigo 3.º

Os membros das comissões de internamento terão permissão para ir às estações de estradas de ferro ou outros pontos de chegada dos suprimentos, próximos de seu local de internamento, a fim de conseguirem verificar a quantidade, assim como a qualidade dos bens recebidos, e fazerem um relatório detalhado para os doadores.

Artigo 4.º

As comissões de internados terão as facilidades necessárias para verificar se a distribuição dos socorros coletivos, em tôdas as subcomissões e anexos de seu local de internamento, foi efetuada segundo as suas instruções.

Artigo 5.º

As comissões de internados serão autorizadas a preencher, assim como a fazer preencher por intermédio dos membros das comissões de internados nos destacamentos de trabalho ou pelos médicos-chefes das enfermarias e hospitais, fórmulas ou questionários destinados aos doadores e relacionados com socorros coletivos (distribuição, necessidades, quantidades, etc.). Essas fórmulas e questionários, devidamente preenchidos, serão entregues aos doadores sem demora.

Artigo 6.º

A fim de assegurar uma distribuição regular de socorros coletivos aos internados de seu local de internamento e eventualmente fazer face às necessidades provocadas pela chegada de novos contingentes de internados, as comissões de internados serão autorizadas a constituir e a manter reservas suficientes de socorros coletivos. Disporão para isso de entrepostos adequados; cada entreposto terá duas fechaduras, ficando as chaves de uma, com a comissão e as de

outra, com o comandante do local de internamento.

Artigo 7.º

As Altas Partes Contratantes e os Estados detentores em particular autorizarão, na medida do possível, e sob reserva da regulamentação relativa ao abastecimento da população, todas as compras que forem feitas em seu território a fim de distribuir os socorros coletivos aos internados; elas facilitarão da mesma maneira as transferências de fundos e outras medidas financeiras, técnicas ou administrativas, efetuadas para essas aquisições.

Artigo 8.º

As disposições precedentes não constituirão obstáculo ao direito dos internados de receberem socorros coletivos antes de sua chegada a um local de internamento ou durante a transferência nem a possibilidade dos representantes do Estado protetor, da Comissão Internacional da Cruz Vermelha ou de qualquer outro organismo humanitário que preste assistência aos internados e que fôr encarregado de entregar esses socorros, de assegurar a distribuição dos mesmos a seus destinatários por quaisquer outros meios que julgarem oportunos.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 66, DE 1956

Aprova a Convenção Internacional de Telecomunicações, firmado, pelo Brasil em 22 de dezembro de 1952, por ocasião da Conferência Plenipotenciária Internacional realizada em Buenos Aires.

Art. 1.º É aprovada a Convenção Internacional de Telecomunicações, firmada pelo Brasil em 22 de dezembro de 1952 por ocasião da Conferência Plenipotenciária Internacional realizada em Buenos Aires.

Art. 2.º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 19 de dezembro de 1956.

João Goulart, Presidente do Senado Federal.

CONVENÇÃO INTERNACIONAL
DE TELECOMUNICAÇÕES

PREÂMBULO

Reconhecendo plenamente a cada país o direito soberano de regulamentar suas telecomunicações, os plenipotenciários dos governos contratantes, tendo em vista facilitar as relações entre os povos mediante o bom funcionamento das telecomunicações, celebram, em comum acordo, a presente Convenção.

CAPÍTULO I

COMPOSIÇÃO, OBJETO E ESTRUTURA
DA UNIÃO

Artigo 1

Composição da União

1. A União Internacional de Telecomunicações compreende Membros e Membros associados.

2. É Membro da União:

a) qualquer país ou grupo de territórios enumerados no Anexo 1 desde que, por si ou em seu nome, haja sido assinada e ratificada esta Convenção ou feita a adesão a este Ato;

b) qualquer país não enumerado no Anexo 1 que se torne Membro das Nações Unidas e adira a esta Convenção, de acordo com as disposições do artigo 16;

c) qualquer país soberano que, não estando enumerado no Anexo 1 e não sendo Membro das Nações Unidas, adira à Convenção de acordo com as disposições do artigo 16 depois que seu pedido de admissão como Membro haja sido aprovado por dois terços dos Membros da União.

3. (1) Todos os Membros têm direito de tomar parte nas conferências da União e são elegíveis para todos seus organismos.

(2) Cada Membro tem direito a um voto em todas as conferências da União bem como em todas as reuniões dos organismos permanentes da União de que seja membro.

4. É Membro associado da União:

a) qualquer país, território ou grupo de territórios enumerado no Anexo

xo 2, desde que, por si ou em seu nome, haja sido assinada e ratificada esta Convenção ou feita a adesão a este Ato;

b) qualquer país não Membro da União, nos termos do parágrafo 2 deste artigo, cujo pedido de admissão à União, na qualidade de Membro associado, tenha sido aceito pela maioria dos Membros da União e que adira à Convenção de acordo com as disposições do artigo 16;

c) qualquer território ou grupo de territórios sem completa responsabilidade de suas relações internacionais e em cujo nome um Membro da União assine e ratifique esta Convenção ou à mesma adira, de acordo com os artigos 16 ou 17, quando o pedido de admissão como Membro associado, apresentado pelo Membro da União responsável, haja sido aprovado pela maioria dos Membros da União;

d) qualquer território sob tutela, cujo pedido de admissão na qualidade de Membro associado haja sido apresentado pelas Nações Unidas e em nome do qual haja esta Organização aderido à Convenção, de acordo com as disposições do artigo 18.

5. Se um território ou grupo de territórios pertencente a um grupo de territórios que seja Membro da União passar ou houver passado a ser Membro associado da União segundo as disposições do antecedente parágrafo 4, incisos a) e c) terá unicamente os direitos e obrigações previstos na presente Convenção para os Membros associados.

6. Os Membros associados têm os mesmos direitos e obrigações que os Membros da União, com exceção do direito de voto nas conferências ou nos outros organismos da União. Não são elegíveis para os organismos da União cujos Membros sejam designados pelas conferências de plenipotenciários ou administrativos.

7. Para os efeitos das disposições do parágrafo 2, inciso c), e parágrafo 4, incisos b) e c), deste artigo, se no intervalo de duas conferências de plenipotenciários apresentar-se um pedido de admissão para Membro ou Membro associado por via diplomática e por intermédio do país onde esteja fixada a sede da União, o Secretário Geral consultará os Membros da União. Será considerado em abstenção o Membro que não responda no prazo de quatro meses, a contar do dia em que houver sido consultado.

Artigo 2

Sede da União

A sede da União e de seus organismos permanentes é em Genebra.

Artigo 3

Objetivo da União

1. A União tem por objetivo:

a) manter e desenvolver a cooperação internacional para aprimoramento e emprego racional das telecomunicações de qualquer espécie;

b) favorecer o desenvolvimento dos meios técnicos e sua mais eficaz exploração com o fim de aumentar o rendimento dos serviços de telecomunicação, ampliar seu emprego e generalizar, quanto possível, sua utilização pelo público;

c) harmonizar os esforços das nações para a consecução desses fins comuns.

2. Para tais finalidades e especialmente a União:

a) efetuará a distribuição das frequências do espectro e o registro das respectivas consignações, de modo a evitar interferências prejudiciais entre estações de radiocomunicação dos diferentes países;

b) fomentará a colaboração entre os Membros e Membros associados, objetivando o estabelecimento de tarifas em níveis mínimos, compatíveis com um serviço de boa qualidade e com uma gestão financeira das telecomunicações sã e independente;

c) promoverá a adoção de medidas tendentes a garantir a segurança da vida humana, mediante a cooperação dos serviços de telecomunicações;

d) procederá a estudos, formulará recomendações, bem como coletará e publicará informações concernentes a telecomunicações, em benefício de todos os Membros e Membros associados.

Artigo 4

Estrutura da União

A organização da União compreende:

1.º A conferência de plenipotenciários, órgão supremo da União;

2.º As conferências administrativas;

3.º Os organismos permanentes seguintes:

- a) o Conselho de Administração,
- b) a Secretaria Geral,
- c) a Junta Internacional de Registro de Frequências — (I.F.R.B.),
- d) o Conselho Consultivo Internacional Telegráfico — (C. C. I. T.),
- e) o Conselho Consultivo Internacional Telefônico — (C.C.I.F.),
- f) o Conselho Consultivo Internacional de Radiocomunicações — (C. C. I. R.).

Artigo 5

Conselho de Administração

A) Organização e funcionamento

1. (1) O Conselho de Administração compõe-se de dezoito membros da União, eleitos pela conferência de plenipotenciários, tendo em conta a necessidade de uma representação equitativa de todas as partes do mundo. Os Membros da União eleitos para o Conselho desempenharão seu mandato até a data em que a conferência de plenipotenciários proceda à eleição de novo Conselho. Serão reelegíveis.

(2) Se entre duas conferências de plenipotenciários verificar-se uma vaga no Conselho de Administração, caberá o lugar, de direito, ao Membro da União que na última eleição haja obtido o maior número de sufrágios entre os Membros pertencentes à mesma região e que não haja sido eleito.

2. Cada Membro do Conselho de Administração designará, para atuar no Conselho, uma pessoa qualificada em razão de sua experiência nos serviços de telecomunicação.

3. Cada Membro do Conselho terá direito a um voto.

4. O Conselho de Administração estabelecerá seu próprio Regulamento interno.

5. O Conselho de Administração elegerá seus próprios presidente e vice-presidente, no começo de cada sessão anual, os quais permanecerão em função até a abertura da sessão anual seguinte e serão reelegíveis. O vice-presidente substituirá o presidente nas ausências deste.

6. (1) O Conselho de Administração se reunirá, em sessão anual, na sede da União.

(2) No decurso desta sessão, poderá decidir seja excepcionalmente realizada uma sessão suplementar.

(3) No intervalo das sessões ordinárias, o Conselho de Administração, a pedido da maioria de seus Membros, poderá ser convocado pelo presidente, para reunir-se, em princípio, na sede da União.

7. O Secretário Geral e os dois Secretários Gerais adjuntos, o presidente da Junta Internacional de Registro de Frequência, os diretores dos conselhos consultivos internacionais e o vice-diretor do Conselho Consultivo Internacional de Radiocomunicações tomarão parte, de pleno direito, nas deliberações do Conselho de Administração, mas sem direito a voto. Todavia, o Conselho de Administração, em casos excepcionais, poderá realizar sessões reservadas exclusivamente a seus Membros.

8. O Secretário Geral da União exercerá as funções de Secretário do Conselho de Administração.

9. (1) No intervalo das conferências de plenipotenciários, o Conselho de Administração atuará como mandatário da conferência de plenipotenciários, nos limites dos poderes por esta outorgados.

(2) O Conselho atuará unicamente quando estiver reunido em sessão oficial.

10. Correrão por conta da União apenas as despesas de transporte e estada efetuadas pelo representante de cada Membro do Conselho de Administração, para o desempenho de suas funções.

B) Atribuições

11. (1) O Conselho de Administração terá a seu cargo a adoção de todas as medidas que visem a facilitar a execução, pelos Membros e Membros associados, das disposições da Convenção, dos Regulamentos, das decisões da conferência de plenipotenciários e, se for caso, das decisões de outras conferências e reuniões da União.

(2) O Conselho de Administração assegurará a coordenação eficaz das atividades da União.

12. Em particular, o Conselho de Administração:

a) desempenhará todos os encargos que lhe hajam sido atribuídos pela conferência de plenipotenciários;

b) no intervalo entre as conferências de plenipotenciários, assegurará a coordenação com todas as organizações internacionais a que se referem os artigos 26 e 27 desta Convenção;

e, para este efeito:

1.º Concluirá, em nome da União, acordos provisórios com as organizações internacionais, a que se refere o artigo 27 da Convenção, e com as Nações Unidas, na aplicação do Acórdão contido no Anexo 6 à Convenção; estes acordos provisórios deverão ser submetidos à próxima conferência de plenipotenciários, em conformidade às disposições do artigo 9, parágrafo 1, inciso g) desta Convenção;

2.º Designará, em nome da União, um ou vários representantes para tomarem parte em conferências dessas organizações e, quando necessário, em conferências de coordenação que se reúnam de acordo com as mesmas organizações;

c) nomeará o Secretário Geral e os dois Secretários Gerais adjuntos da União;

d) determinará a lotação e a hierarquia do pessoal da Secretaria Geral e das secretarias especializadas dos organismos permanentes da União, tendo em conta as diretrizes gerais dadas pela conferência de plenipotenciários;

e) estabelecerá todos os regulamentos que julgue necessários as atividades administrativas e financeiras da União;

f) controlará o funcionamento administrativo da União;

g) examinará e determinará o orçamento anual da União;

h) tomará as disposições necessárias para a verificação anual das contas da União, preparadas pelo Secretário Geral e aprovará estas contas para submetê-las à próxima conferência de plenipotenciários;

i) fixará os salários do Secretário Geral, dos Membros da Junta Internacional de Registro de Frequências e de todos os funcionários da União, tendo em consideração as escalas de base dos salários determinados, nos termos do artigo 9, parágrafo 1, inciso c), pela conferência de plenipotenciários;

j) determinará, eventualmente, as indenizações suplementares temporárias, tendo em vista as flutuações do custo de vida no país onde tem sede a União e adotando sobre este assun-

to, tanto quanto possível, a prática seguida pelo governo do aludido país e pelas organizações internacionais que ali sejam estabelecidas;

k) tomará as disposições necessárias para convocação das conferências de plenipotenciários e das conferências administrativas da União, de acordo com os artigos 9 e 10;

l) submeterá à conferência de plenipotenciários da União as sugestões que julgue úteis;

m) coordenará as atividades dos organismos permanentes da União, tomará as disposições oportunas para dar andamento às solicitações ou recomendações que estes organismos lhe formularem e procederá à designação de interinos para vagas de diretor dos conselhos consultivos internacionais e de vice-diretor do Conselho Consultivo Internacional de Radiocomunicações;

n) desempenhará as outras funções previstas nesta Convenção e, nos limites desta e dos Regulamentos, as funções julgadas necessárias à boa administração da União;

o) submeterá a exame da conferência de plenipotenciários um relatório sobre suas atividades e as da União.

Artigo 6

Junta Internacional de Registro de Frequências

1. As atribuições essenciais da Junta Internacional de Registro de Frequências são as seguintes:

a) efetuar a inscrição metódica das consignações de frequências feitas pelos diversos países, de maneira a fixar, de acordo com o procedimento previsto do Regulamento de Radiocomunicações e, se for o caso, com as decisões das conferências competentes da União, a data, o fim e as características técnicas de cada uma dessas consignações, a fim de assegurar, oficialmente, o respectivo reconhecimento internacional;

b) orientar os Membros e Membros associados, visando à exploração do maior número possível de vias radioelétricas nas regiões do espectro de frequências em que possam produzir-se interferências prejudiciais;

c) executar todos os encargos adicionais relativos à distribuição e à utilização das frequências prescritas por uma conferência competente da

União ou pelo Conselho de Administração, com o assentimento da maioria dos Membros da União, objetivando a preparação de conferência dessa espécie ou o cumprimento de suas decisões;

d) manter atualizados os registros indispensáveis ao desempenho de suas funções.

2. (1) A Junta Internacional de Registro de Frequências é um organismo composto de membros independentes, todos nacionais de países diferentes, Membros da União.

(2) Os membros da Junta deverão ser plenamente qualificados por sua competência técnica no domínio das radiocomunicações e possuir experiência prática em distribuição e utilização de frequências.

(3) Além disto, para permitir melhor compreensão dos problemas apresentados à Junta em virtude do parágrafo 1, inciso b), deste artigo cada membro deverá estar ao corrente das condições geográficas, econômicas e demográficas de uma região particular do mundo.

3. (1) Em cada uma das suas reuniões, a Conferência Administrativa Ordinária de Radiocomunicações elegerá os países, Membros da União, cada um dos quais deverá designar um dos seus nacionais, que possua as condições anteriormente indicadas, para servir como membro independente da Junta.

(2) O procedimento para esta eleição será estabelecido pela própria conferência, de maneira a assegurar uma distribuição equitativa dos Membros entre as diferentes regiões do mundo.

(3) Os países assim eleitos serão reelegíveis.

(4) Os membros da Junta iniciarão o desempenho das suas funções na data fixada pela Conferência Administrativa Ordinária de Radiocomunicações que haja eleito os países encarregados de o designar. Permanecerão normalmente em função até a data fixada pela conferência no decurso de sua reunião seguinte, para a posse de seus sucessores.

(5) Se, no intervalo entre duas conferências administrativas ordinárias de radiocomunicações, um membro da Junta renunciar suas funções ou abandoná-las sem motivo justo, durante um período superior a três meses, o Membro da União que o haja nomeado será convidado pelo presidente da Junta a designar, logo que seja possível, um sucessor. Se o aludido Membro da

União não nomear o substituto no prazo de três meses a partir da data deste convite, perderá o direito de designar uma pessoa para tomar parte na Junta. O presidente deste organismo solicitará, então, ao Membro da União que na precedente eleição haja obtido o número de votos mais elevado, entre os não eleitos na região considerada, designe uma pessoa para ocupar a vaga na Junta durante o período restante do mandato.

4. Os métodos de trabalho da Junta são definidos no Regulamento de Radiocomunicações.

5. (1) Os membros da Junta desempenharão seus encargos não como representantes de seus países respectivos ou de uma região mas como agentes imparciais investidos de um mandato internacional.

(2) Nenhum membro da Junta, relativamente ao exercício de suas funções, deverá pedir ou receber instruções de qualquer governo, de nenhum membro de qualquer governo, de nenhuma organização ou pessoa pública ou privada. Além disto, a cada Membro ou Membro associado cumprirá respeitar o caráter internacional da Junta e das funções de seus membros, não devendo, em caso algum, procurar exercer influência sobre qualquer deles no desempenho de suas funções.

(3) Os membros e o pessoal da Junta não poderão, mesmo fora de suas funções, ter participação ativa ou interesses financeiros de qualquer natureza em empresa que se ocupe de telecomunicações. Todavia, a expressão "interesses financeiros" não deverá ser interpretada como oposição à continuidade de pagamentos de cotas destinadas à aposentadoria em empregos ou serviços anteriores.

6. Cessarão automaticamente as funções de qualquer pessoa designada para tomar parte na Junta, no momento em que o país de que seja nacional deixe de ser Membro da União.

Artigo 7

Conselhos consultivos internacionais

1. (1) O Conselho Consultivo Internacional Telegráfico (C.C.I.T.) terá a seu cargo efetuar estudos e formular recomendações sobre questões técnicas, de exploração e de tarifas concernentes à telegrafia e a fac-símiles.

(2) O Conselho Consultivo Internacional Telefônico (C.C.I.F.) terá a seu cargo efetuar estudos e formular recomendações sobre questões técnicas, de exploração e de tarifas concernentes à telefonia.

(3) O Conselho Consultivo Internacional de Radiocomunicações (C. C. I. R.) terá a seu cargo efetuar estudos e formular recomendações sobre questões técnicas concernentes a radiocomunicações, bem como sobre questões de exploração cuja solução dependa principalmente de considerações relacionadas com a técnica radioelétrica.

2. As questões que cada conselho consultivo internacional deva estudar e sobre as quais seja incumbido de formular recomendações ser-lhe-ão submetidas pela conferência de plenipotenciários, por uma conferência administrativa, pelo Conselho de Administração, por outro conselho consultivo ou pela Junta Internacional de Registro de Frequências. Cada conselho consultivo formulará igualmente recomendações sobre as questões cujo estudo haja sido determinado por sua assembleia plenária ou pedido, no intervalo entre duas reuniões da mesma assembleia, no mínimo, por doze Membros ou Membros associados.

3. Os conselhos consultivos internacionais têm por membros:

a) de direito, as administrações de todos os Membros e Membros associados da União;

b) qualquer empresa de exploração privada reconhecida que, com aprovação do Membro ou Membro associado que lhe haja dado reconhecimento, solicite sua participação nos trabalhos desses conselhos.

4. O funcionamento de cada conselho consultivo internacional será assegurado:

a) pela assembleia plenária reunida normalmente cada três anos;

b) por comissões de estudo constituídas pela assembleia plenária, para tratarem das questões a serem examinadas;

c) por um diretor nomeado pela assembleia plenária, por tempo indeterminado, com faculdade recíproca de rescisão da nomeação; o diretor do Conselho Consultivo Internacional de Radiocomunicações será assistido por um vice-diretor especializado em ques-

tões de radiodifusão, nomeado nas mesmas condições;

d) por uma secretaria especializada, que assistirá ao diretor;

e) por laboratórios ou instalações técnicas criados pela União.

5. Os diretores dos conselhos consultivos e o vice-diretor do Conselho Consultivo Internacional de Radiocomunicações deverão ser nacionais de países diferentes.

6. (1) Os conselhos consultivos observarão, na medida que lhes seja aplicável, o Regulamento Interno das conferências, contido no Regulamento Geral anexo a esta Convenção.

(2) A fim de facilitar os trabalhos do respectivo conselho, cada assembleia plenária poderá adotar disposições suplementares desde que sejam compatíveis com as do Regulamento Interno das conferências.

7. Os métodos de trabalho dos conselhos consultivos são definidos na segunda parte do Regulamento Geral anexo a esta Convenção.

Artigo 8

Secretaria Geral

1. (1) A Secretaria Geral será dirigida por um Secretário Geral, assistido por dois Secretários Gerais adjuntos, todos eles nacionais de países diferentes, Membros da União.

(2) O Secretário Geral será responsável perante o Conselho de Administração pelo conjunto de atribuições deferidas à Secretaria Geral e pela totalidade dos serviços administrativos e financeiros da União. Os Secretários Gerais adjuntos serão responsáveis perante o Secretário Geral.

2. O Secretário Geral:

a) organizará o trabalho da Secretaria Geral e nomeará o pessoal da mesma, de acordo com as diretrizes dadas pela conferência de plenipotenciários e com os regulamentos estabelecidos pelo Conselho de Administração;

b) tomará as medidas administrativas concernentes à constituição das secretarias especializadas dos organismos permanentes e nomeará o pessoal dessas secretarias, de acordo com o chefe de cada organismo permanente e baseado na escolha feita por este, mas a decisão definitiva de nomeação ou dispensa constituirá atribuição do Secretário Geral;

c) velará pela aplicação, nas secretarias especializadas, dos regulamentos administrativos e financeiros aprovados pelo Conselho de Administração;

d) exercerá supervisão, exclusivamente administrativa, sobre o pessoal das secretarias especializadas que trabalhe sob as ordens diretas dos chefes dos organismos permanentes da União;

e) assegurará o trabalho de secretaria prévio e subsequente às conferências da União;

f) assegurará, em cooperação, se couber, com o governo que convida, a secretaria de todas as conferências da União e, por solicitação ou quando os Regulamentos anexos à Convenção o preverem, a secretaria das reuniões dos organismos permanentes da União ou das reuniões realizadas sob seus auspícios. Poderá, igualmente, a pedido e mediante contrato, assegurar a secretaria de qualquer outra reunião relativa a telecomunicações;

g) manterá atualizadas as nomenclaturas oficiais, elaboradas com base nos elementos fornecidos para tal fim pelos organismos permanentes da União ou pelas administrações, com exceção dos fichários de referência e da documentação indispensável que se relacione com as funções da Junta Internacional de Registro de Frequências;

h) publicará as recomendações e os principais relatórios dos organismos permanentes da União;

i) publicará os acordos internacionais e regionais concernentes a telecomunicações que lhe hajam sido comunicados pelas partes e manterá atualizados os documentos que aos mesmos se refiram;

j) publicará a documentação concernente à consagração e utilização das frequências, tal como haja sido elaborada pela Junta Internacional de Registro de Frequências, em cumprimento de suas funções;

k) estabelecerá, publicará e manterá atualizados, recorrendo, caso seja necessário, à colaboração de outros organismos permanentes da União:

1.º A documentação relativa à composição e à estrutura da União;

2.º As estatísticas gerais e os documentos oficiais de serviço da União previstos nos Regulamentos anexos à Convenção;

3.º Qualquer outro documento cuja elaboração seja prescrita pelas conferências e pelo Conselho de Administração;

l) distribuirá os documentos publicados;

m) coligirá e publicará, em forma apropriada, as informações nacionais e internacionais concernentes às telecomunicações do mundo inteiro;

n) coligirá e publicará as informações que possam ser úteis aos Membros e Membros associados, relativamente à aplicação de meios técnicos que possibilitem a obtenção do melhor rendimento dos serviços de telecomunicações e, especialmente, o melhor emprego das frequências radioelétricas, visando à redução de interferências;

o) publicará periodicamente, com auxílio de elementos que colija ou que hajam sido postos à sua disposição, inclusive aqueles que possa obter de outras organizações internacionais, um jornal de informação e de documentação gerais sobre telecomunicações;

p) preparará e submeterá ao Conselho de Administração um projeto de orçamento anual, que, após aprovação do Conselho, será transmitido, a título de informação, a todos os Membros e Membros associados;

q) elaborará um relatório da gestão financeira, que submeterá cada ano ao Conselho de Administração, e, nas proximidades da realização de cada conferência de plenipotenciários, uma conta recapitulativa; esses relatórios, depois de verificados e aprovados pelo Conselho de Administração, serão transmitidos aos Membros e Membros associados e submetidos à conferência de plenipotenciários seguinte, para exame e aprovação definitiva;

r) elaborará, sobre a atividade da União, um relatório anual, que, após aprovação do Conselho de Administração, será transmitido a todos os Membros e Membros associados;

s) assegurará todas as outras funções de secretaria da União.

3. O Secretário Geral ou um dos dois Secretários Gerais adjuntos poderá assistir, a título consultivo, às assembleias plenárias dos conselhos consultivos internacionais e a todas as conferências da União; o Secretário Geral ou seu representante poderá tomar parte, a título consultivo, nas demais reuniões da União.

4. A consideração predominante no recrutamento e na fixação das condições de emprego do pessoal será a necessidade de prover os serviços da União de pessoas que possuam as mais altas qualidades de eficiência.

competência e integridade. Deverá ser tomada em consideração a importância de recrutamento efetuado sobre uma base geográfica tão ampla quanto possível.

5. (1) No desempenho de suas funções, o Secretário Geral, os Secretários Gerais adjuntos e o pessoal não deverão solicitar nem aceitar instruções de qualquer governo ou de qualquer autoridade estranha à União. Deverão abster-se da prática de ato incompatível com sua situação de funcionários internacionais.

(2) Cada Membro e Membro associado compromete-se a respeitar o caráter exclusivamente internacional das funções do Secretário Geral, dos Secretários Gerais adjuntos e do pessoal, e a não procurar influenciá-los na execução de seus encargos.

Artigo 9

Conferência de plenipotenciários

1. A conferência de plenipotenciários:

a) examinará o relatório do Conselho de Administração concernente à sua atividade e à da União, depois de uma conferência de plenipotenciários;

b) estabelecerá as bases do orçamento da União bem como o limite máximo de suas despesas ordinárias para o período até a próxima conferência de plenipotenciários;

c) fixará as escalas de base de salários do Secretário Geral, de todo o pessoal da União e dos membros da Junta Internacional de Registro de Frequências;

d) aprovará definitivamente as contas da União;

e) elegerá os Membros da União que devam constituir o Conselho de Administração;

f) revisará a Convenção, se julgar necessário;

g) concluirá ou revisará, se for o caso, os acordos entre a União e as outras organizações internacionais, examinará qualquer acordo provisório concluído pelo Conselho de Administração, em nome da União, com estas mesmas organizações e lhes dará o curso que julgue conveniente;

h) tratará de todas as questões de telecomunicações julgadas necessárias.

2. A conferência de plenipotenciários reunir-se-á normalmente cada cinco anos, no lugar e na data fixa-

dos pela conferência de plenipotenciários precedente.

3. (1) A data e o lugar, ou um dos dois apenas, da próxima conferência de plenipotenciários poderão ser mudados:

a) a pedido de vinte Membros da União, no mínimo, dirigido ao Secretário Geral;

b) por proposta do Conselho de Administração.

(2) Em ambos os casos, nova data e novo lugar, ou um dos dois apenas, poderão ser fixados com assentimento da maioria dos Membros da União.

Artigo 10

Conferências administrativas

1. As conferências administrativas da União compreendem:

a) conferências administrativas ordinárias;

b) conferências administrativas extraordinárias;

c) conferências especiais, incluídas nestas as conferências regionais e as de serviço.

2. (1) As conferências administrativas ordinárias:

a) revisarão, cada uma na esfera de sua competência, os regulamentos mencionados no artigo 12, parágrafo 2.º, desta Convenção;

b) tratarão de quaisquer outras questões que julguem necessárias, observados os limites da Convenção e do Regulamento Geral, bem como das diretrizes dadas pela conferência de plenipotenciários.

(2) Além disto, a Conferência Administrativa Ordinária de Radiocomunicações:

a) elegerá os membros da Junta Internacional de Registro de Frequências;

b) apreciará as atividades desta Junta.

3. As conferências administrativas ordinárias reunir-se-ão normalmente cada cinco anos, de preferência no mesmo lugar e ao mesmo tempo que a conferência de plenipotenciários.

4. (1) A data e o lugar, ou um dos dois apenas, de uma conferência administrativa ordinária poderão ser mudados:

a) a pedido de vinte Membros da União, no mínimo, dirigido ao Secretário Geral;

b) por proposta do Conselho de Administração.

(2) Em ambos os casos, nova data e novo lugar, ou um dos dois apenas, serão fixados com assentimento da maioria dos Membros da União.

5. (1) Uma Conferência Administrativa Extraordinária poderá ser convocada:

a) por decisão da conferência de plenipotenciários, que fixará a ordem do dia, bem como a data e o lugar da reunião;

b) quando vinte Membros da União, no mínimo, hajam comunicado ao Secretário Geral seu desejo de que se reúna tal Conferência, a fim de examinar a ordem do dia por eles proposta;

c) por proposta do Conselho de Administração.

(2) Nos casos especificados nos incisos b) e c) da alínea antecedente, a data e o lugar da conferência, bem como a ordem do dia, serão fixados com assentimento da maioria dos Membros da União.

6. (1) Uma conferência especial poderá ser convocada:

a) por decisão da conferência de plenipotenciários ou de uma conferência administrativa ordinária ou extraordinária, que deverá fixar a ordem do dia, bem como a data e o lugar em que a mesma deva reunir-se;

b) quando vinte Membros da União, no mínimo, no caso de conferência mundial, ou a quarta parte dos Membros da Região interessada, no caso de conferência regional, hajam comunicado ao Secretário Geral seu desejo de que se reúna tal conferência, a fim de examinar a ordem do dia por eles proposta.

c) por proposta do Conselho de Administração.

(2) Nos casos especificados nos incisos b) e c) da alínea antecedente, a data e o lugar da reunião da conferência, bem como a ordem do dia, serão fixados com assentimento da maioria dos Membros da União, para as conferências mundiais ou da maioria dos Membros da Região interessada, para as conferências regionais.

7. (1) As conferências administrativas extraordinárias serão convocadas para estudar questões específicas de telecomunicações, de caráter urgente. Só poderão ser debatidas nas

mesmas as questões inscritas na ordem do dia.

(2) Estas conferências, cada uma em seu domínio respectivo, poderão revisar certas disposições de um regulamento, desde que a revisão destas disposições figure na ordem do dia aprovada pela maioria dos Membros da União, em conformidade às disposições da alínea 2 do parágrafo 5 deste artigo.

8. As conferências especiais serão convocadas para estudar as questões constantes da ordem do dia. Suas decisões deverão estar, em todos os casos, de acordo com as disposições da Convenção e dos regulamentos administrativos.

9. As proposições tendentes a mudar a data e o lugar da reunião, ou um dos dois apenas, das conferências administrativas extraordinárias e das conferências especiais, para serem adotadas, deverão obter assentimento da maioria dos Membros da União, ou, no caso de uma conferência regional, da maioria dos Membros da região interessada.

Artigo 11

Regulamento interno das conferências

Para organização de seus trabalhos e condução dos debates, as conferências administrativas aplicarão o regulamento interno das conferências, contido no Regulamento Geral anexo a esta Convenção. Todavia, antes de começar suas deliberações, cada conferência poderá adotar disposições suplementares que julgue indispensáveis.

Artigo 12

Regulamentos

1. Sob reserva das disposições do artigo 11, o Regulamento Geral, que constitui o anexo 5 desta Convenção, terá o mesmo alcance e a mesma duração desta.

2. (1) As disposições da Convenção são completadas pelos regulamentos administrativos seguintes, que obrigam a todos os Membros e Membros associados:

Regulamento Telegráfico;
Regulamento Telefônico;
Regulamento de Radiocomunicações;
Regulamento Adicional de Radiocomunicações.

(2) Os membros e Membros associados deverão informar ao Secretário Geral sua aprovação a qualquer revisão destes regulamentos, feita por conferências administrativas. O Secretário Geral notificará estas aprovações, à medida que as receber, aos Membros e Membros associados.

(3) Em caso de divergência entre disposição da Convenção e disposição de regulamento, prevalecerá a da Convenção.

Artigo 13

Finanças da União

1. As despesas da União dividir-se-ão em despesas ordinárias e extraordinárias.

2. As despesas ordinárias da União serão mantidas nos limites estabelecidos pela conferência de plenipotenciários. Compreenderão, em particular, os gastos atinentes às reuniões do Conselho de Administração, os salários do pessoal e as outras despesas da Secretaria Geral da União, da Junta Internacional de Registro de Frequências, dos conselhos consultivos internacionais, dos laboratórios e instalações técnicas criados pela União. As despesas ordinárias serão repartidas por todos os Membros e Membros associados.

3. (1) As despesas extraordinárias compreenderão todas as despesas relativas às conferências de plenipotenciários, às conferências administrativas e às reuniões dos conselhos consultivos internacionais. Serão repartidas pelos Membros e Membros associados que hajam aceito tomar parte nestas conferências e reuniões ou que delas hajam efetivamente participado.

(2) As empresas de exploração privada reconhecidas participarão das despesas das conferências administrativas a que compareçam ou daquelas para as quais hajam solicitado participação.

(3) As organizações internacionais participarão das despesas das conferências de plenipotenciários e das conferências administrativas a que hajam sido admitidas.

(4) As empresas de exploração privada reconhecidas contribuirão para as despesas das reuniões dos conselhos consultivos de que sejam membros. Da mesma forma, as organizações internacionais e os orga-

nismos científicos ou industriais contribuirão para as despesas das reuniões dos conselhos consultivos as quais hajam sido admitidos a participar.

(5) Todavia o Conselho de Administração poderá, sob reserva de reciprocidade, eximir as organizações internacionais da participação nas despesas extraordinárias.

(6) As despesas ocasionadas por medidas, ensaios e pesquisas especiais que sejam efetuados nos laboratórios e instalações técnicas da União por conta de determinados Membros e Membros associados, grupos de Membro ou Membros associados, organizações regionais ou outras, serão suportadas por esses Membros associados, grupos, organizações ou outras.

4. A escala das contribuições para as despesas da União é fixada como segue:

Classe de 30 unidades
Classe de 25 unidades
Classe de 20 unidades
Classe de 18 unidades
Classe de 15 unidades
Classe de 13 unidades
Classe de 10 unidades
Classe de 8 unidades
Classe de 5 unidades
Classe de 4 unidades
Classe de 3 unidades
Classe de 2 unidades
Classe de 1 unidade
Classe de 1/2 unidade.

5. Os Membros e Membros associados, as empresas de exploração privada reconhecidas, as organizações internacionais e os organismos científicos ou industriais escolherão livremente a classe de contribuição na qual pretendam participar nas despesas da União.

6 (1) Cada Membro ou Membro associado comunicará ao Secretário Geral, antes de entrar em vigor a Convenção, a classe que escolher.

(2) O Secretário Geral dará conhecimento desta decisão aos Membros e Membros associados.

(3) Os Membros e Membros associados poderão, a qualquer momento, escolher uma classe de contribuição superior à que hajam escolhido anteriormente.

(4) Qualquer pedido apresentado ulteriormente à data de entrada em vigência da Convenção e tendo por fim a redução do número de

unidades de contribuição de um Membro ou Membros associado será comunicado à próxima conferência de plenipotenciários e terá efeito a contar da data que fixe esta conferência.

7. O preço de venda de documentos às administrações, às empresas de exploração privada reconhecidas ou a particulares será fixado pelo Secretário Geral em colaboração com o Conselho de Administração, e calculado em base que permita a cobertura das despesas de publicação.

8. Os Membros e Membros associados pagarão adiantadamente sua parte contributiva anual, calculada à base das previsões orçamentárias.

9. As quantias devidas renderão juros, a partir do começo de cada ano financeiro da União, no que concerne às despesas ordinárias, e, no que se refere às despesas extraordinárias, após o prazo de 30 dias a partir do dia em que as contas sejam remetidas aos Membros e Membros associados. A taxa de juros é fixada em 3% (três por cento) ao ano, durante os seis primeiros meses, em 6% (seis por cento) ao ano, a partir do sétimo mês.

Artigo 14

Línguas

1. (1) A União tem por línguas oficiais: o chinês, o espanhol, o francês, o inglês e o russo.

(2) A União tem por línguas de trabalho: o espanhol, o francês e o inglês.

(3) Em caso de discordância, o texto francês fará fé.

2. (1) Os documentos definitivos das conferências de plenipotenciários e das conferências administrativas e os respectivos atos finais, protocolos e resoluções serão redigidos nas línguas oficiais da União, com redações equivalentes quanto à forma e ao fundo.

(2) Todos os outros documentos dessas conferências serão redigidos nas línguas de trabalho da União.

3. (1) Os documentos oficiais de serviço da União previstos nos regulamentos administrativos serão publicados nas cinco línguas oficiais.

(2) Todos os outros documentos cuja distribuição geral, em conformidade às suas atribuições, deva o Secretário Geral assegurar serão redigidos nas três línguas de trabalho.

4. Os documentos aludidos nos parágrafos 2 e 3 deste artigo poderão ser publicados em outra língua distinta das que estão nos mesmos especificadas, sob condição de os Membros e Membros associados que hajam solicitado esta publicação assumirem a responsabilidade total das despesas de tradução e publicação.

5. Nos debates das conferências da União e, quando for necessário, nas reuniões de seus organismos permanentes deverá ser utilizado um sistema eficaz de interpretação recíproca nas três línguas de trabalho.

6. (1) Nas conferências da União e nas reuniões de seus organismos permanentes, outras línguas, além das três de trabalho, poderão ser empregadas:

a) quando houver sido solicitado ao Secretário Geral ou ao chefe do organismo permanente interessado o emprêgo, oral ou escrito, de uma ou várias línguas suplementares, sob condição de as despesas decorrentes serem pagas pelos Membros e Membros associados que hajam formulado ou apoiado a solicitação;

b) quando uma delegação adotar todas as disposições para assegurar, à sua custa, a tradução oral de sua própria língua para uma das três línguas de trabalho.

(2) No caso previsto no parágrafo 6, alínea (1), inciso a), deste artigo, o Secretário Geral ou o chefe do organismo permanente interessado atenderá a este pedido na medida do possível, depois de haver obtido dos Membros ou Membros associados interessados o compromisso de que as quantias despendidas com isto sejam reembolsadas por eles à União.

(3) No caso previsto no parágrafo 6, alínea (1), inciso b), deste artigo, a delegação interessada, se assim o desejar, poderá, também, assegurar, à sua custa, a tradução oral para sua própria língua das intervenções efetuadas em uma das três línguas de trabalho.

CAPÍTULO II

APLICAÇÃO DA CONVENÇÃO E DOS
REGULAMENTOS

Artigo 15

Ratificação da Convenção

1. Os governos signatários ratificarão esta Convenção. Os instrumentos de ratificação serão remetidos dentro do mais curto prazo possível, por via diplomática ou por intermédio do governo do país em que tem sede a União, ao Secretário Geral, que fará a notificação correspondente aos Membros e Membros associados.

2. (1) Durante o período de dois anos a contar da data em que entrar em vigência esta Convenção, qualquer governo signatário gozará dos direitos conferidos aos Membros da União no artigo 1, parágrafo 3, mesmo que não haja depositado o instrumento de ratificação nas condições previstas no parágrafo antecedente.

(2) Findo o período de dois anos a contar da data em que entrar em vigência esta Convenção, o governo signatário que não houver depositado o instrumento de ratificação nas condições previstas no parágrafo 1 deste artigo não terá direito a votar em qualquer conferência da União ou reunião dos seus organismos permanentes, até que o referido instrumento seja depositado.

3. A partir da data em que entrar em vigência esta Convenção, conforme o artigo 50, cada instrumento de ratificação produzirá efeito a contar da data do respectivo depósito na Secretaria Geral.

4. Caso um ou vários governos signatários não ratifiquem a Convenção, esta, não obstante, será plenamente válida para os governos que a houverem ratificado.

Artigo 16

Adesão à Convenção

1. O governo de um país que não haja assinado esta Convenção poderá aderir à mesma em qualquer tempo, ajustando-se às disposições do artigo 1.

2. O instrumento de adesão será enviado por via diplomática e por intermédio do governo do país em que tem sede a União ao Secretário Ge-

ral, que notificará o fato aos Membros e Membros associados e remeterá a cada um deles cópia autenticada do ato de adesão a qual produzirá efeito a partir da data do respectivo depósito, salvo se fôr de outro modo estipulado.

Artigo 17

*Aplicação da Convenção aos
países ou territórios cujas relações
exteriores são mantidas por
Membros da União*

1. Os Membros da União poderão, em qualquer tempo, declarar que esta Convenção se aplicará ao conjunto, a um grupo ou apenas a um dos países ou territórios cujas relações exteriores sejam por eles mantidas.

2. Qualquer declaração feita em conformidade às disposições do parágrafo 1 deste artigo será dirigida ao Secretário Geral da União, que a notificará aos Membros e Membros associados.

3. As disposições dos parágrafos 1 e 2 deste artigo não são obrigatórias para os países, territórios ou grupos de territórios relacionados no anexo 1 a esta Convenção.

Artigo 18

*Aplicação da Convenção aos
Territórios sob tutela das
Nações Unidas*

As Nações Unidas poderão aderir a esta Convenção em nome de um território ou grupo de territórios confiados à sua administração em virtude de acordo de tutela, em conformidade ao artigo 75 da Carta das Nações Unidas.

Artigo 19

*Execução da Convenção e dos
Regulamentos*

1. Os Membros e Membros associados farão cumprir as disposições desta Convenção e dos Regulamentos anexos à mesma em todas as repartições e em todas as estações de telecomunicações instaladas ou exploradas por eles e que prestem serviços internacionais ou possam provocar interferências prejudiciais aos serviços de radiocomunicação de outros países, salvo no que concerne aos serviços excluídos destas obrigações, de acordo com o artigo 48 desta Convenção.

2. Deverão, além disto, adotar as medidas necessárias para impor a observância das disposições desta Convenção e dos Regulamentos a mesmas anexos, às empresas de exploração privada reconhecidas e às demais empresas de exploração autorizadas a estabelecer e a explorar telecomunicações, que assegurem serviços internacionais ou explorem estações capazes de provocar interferências prejudiciais aos serviços de radiocomunicação de outros países.

Artigo 20

Denúncia da Convenção

1. Qualquer Membro ou Membro associado que haja ratificado a Convenção ou a esta aderido terá direito de denunciá-la mediante notificação dirigida ao Secretário Geral da União, por via diplomática e por intermédio do governo do país em que tem sede a União. O Secretário Geral comunicará o fato aos outros Membros e Membros associados.

2. Esta denúncia produzirá efeito após um ano a partir da data em que a notificação houver sido recebida pelo Secretário Geral.

Artigo 21

Denúncia da Convenção por países ou territórios cujas relações exteriores são mantidas por Membro da União

1. A vigência desta Convenção, conforme as prescrições do artigo 17, em um país, território ou grupo de territórios poderá cessar a qualquer momento. Se este país, território ou grupo de territórios for Membro associado perderá esta qualidade no mesmo momento.

2. As denúncias previstas no parágrafo antecedente serão notificadas nas condições fixadas no parágrafo 1 do artigo 20 e produzirão efeito nas condições estabelecidas no parágrafo 2 do mesmo artigo.

Artigo 22

Ab-rogação da Convenção anterior

Esta Convenção ab-roga e substitui a Convenção Internacional de Telecomunicações de Atlantic City, 1947, nas relações entre os governos contratantes.

Artigo 23

Validade dos Regulamentos administrativos vigentes

Os Regulamentos administrativos referidos no artigo 12, parágrafo 2, são considerados anexos a esta Convenção e terão validade até a data em que entrarem em vigor novos regulamentos aprovados por conferências administrativas competentes, ordinárias ou, eventualmente, extraordinárias.

Artigo 24

Relações com Estados não contratantes

1. Os Membros e Membros associados reservam para si e para as empresas de exploração privada reconhecidas a faculdade de fixarem as condições em que admitirão a troca de telecomunicações com um Estado que não seja parte desta Convenção.

2. Se uma telecomunicação originária de um Estado não contratante for aceita por um Membro ou Membro associado, deverá ser transmitida e toda a vez que a mesma percorrer via de telecomunicação de um Membro ou Membro associado, serão aplicadas as disposições obrigatórias da Convenção e dos Regulamentos, assim como as taxas normais.

Artigo 25

Solução de desacordos

1. Os Membros e Membros associados poderão resolver seus desacordos sobre questões relativas à aplicação desta Convenção e dos Regulamentos a que alude o artigo 12, por via diplomática ou mediante procedimento estabelecido por tratados bilaterais ou multilaterais concluídos entre eles para solução de divergências internacionais ou por outro qualquer método que possam adotar de comum acordo.

2. Caso não seja adotado um destes meios de solução, qualquer Membro ou Membro associado, parte na controvérsia, poderá recorrer ao arbitramento, segundo o procedimento prescrito no anexo 4.

CAPÍTULO III

RELAÇÕES COM AS NAÇÕES UNIDAS E AS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

Artigo 26

Relações com as Nações Unidas

1. As relações entre as Nações Unidas e a União Internacional de Telecomunicações estão definidas no acordo cujo texto figura no anexo 6 a esta Convenção.

2. Conforme as disposições do artigo XVI do acordo mencionado no parágrafo antecedente, os serviços de exploração de telecomunicações das Nações Unidas gozarão dos direitos e serão submetidos às obrigações previstas por esta Convenção e pelos Regulamentos à mesma anexos. Terão, em consequência, o direito de assistir, a título consultivo, a todas as conferências da União, inclusive às reuniões dos conselhos consultivos internacionais. Não poderão fazer parte de qualquer organismo da União cujos Membros sejam designados por uma conferência de plenipotenciários ou administrativos.

Artigo 27

Relações com as organizações internacionais

A fim de contribuir para a realização de completa coordenação internacional no domínio das telecomunicações, a União colaborará com as organizações internacionais que tenham interesses e atividades conexas.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES GERAIS RELATIVAS A TELECOMUNICAÇÕES

Artigo 28

Direito de utilização, pelo público, do serviço internacional de telecomunicações

Os Membros e Membros associados reconhecem ao público o direito de corresponder-se por meio do serviço internacional de correspondência pública. O serviço, as taxas e as garantias serão os mesmos para todos, em cada categoria de correspondência, sem prioridade ou preferência qualquer.

Artigo 29

Retenção de telecomunicações

1. Os Membros e Membros associados reservam-se o direito de reter a transmissão de qualquer telegrama particular que pareça perigoso à segurança do Estado ou contrário às suas leis, à ordem pública ou aos bons costumes, sob condição de avisarem imediatamente à estação de origem, quanto à retenção total ou parcial do telegrama, salvo no caso em que esta notificação pareça perigosa à segurança do Estado.

2. Os Membros e Membros associados reservam-se também o direito de interromper qualquer comunicação telegráfica ou telefônica particular que possa parecer perigosa à segurança do Estado ou contrária às suas leis, à ordem pública e aos bons costumes.

Artigo 30

Suspensão do serviço

Cada Membro ou Membro associado reserva-se o direito de suspender, por tempo indeterminado, o serviço de telecomunicações internacionais, quer em sua totalidade, quer somente para certas relações e ou para determinadas espécies de correspondência de partida, chegada ou trânsito, assumindo, porém, a obrigação de comunicar o fato imediatamente, por intermédio da Secretaria Geral, aos outros Membros e Membros associados.

Artigo 31

Responsabilidade

Os Membros e Membros associados não aceitam qualquer responsabilidade relativamente a quem utilizar os serviços internacionais de telecomunicação, especialmente no que concerne a reclamações por danos e prejuízos.

Artigo 32

Sigilo das telecomunicações

1. Os Membros e Membros associados comprometem-se a tomar todas as providências possíveis, compatíveis com o sistema de telecomunicação empregado, com o fim de assegurar o sigilo da correspondência internacional.

2. Todavia, reservam-se o direito de submeter esta correspondência às autoridades competentes, a fim de assegurar a aplicação de sua legislação interna ou a execução de convenções internacionais de que sejam partes.

Artigo 33

Estabelecimento, exploração e proteção das instalações e das vias de comunicação

1. Os Membros e Membros associados adotarão as medidas convenientes, destinadas a estabelecer, nas melhores condições técnicas, as vias e instalações necessárias, a fim de assegurar o intercâmbio rápido e ininterrupto das comunicações internacionais.

2. Essas vias e instalações, na medida do possível, deverão ser exploradas segundo os melhores métodos e processos adotados em consequência de experiência adquirida pela prática e serão mantidas em bom estado de utilização e ao nível dos progressos científicos e técnicos.

3. Os Membros e Membros associados assegurarão a proteção destas vias e instalações nos limites da jurisdição de cada um.

4. Salvo acordos particulares que fixem outras condições, os Membros e Membros associados adotarão medidas úteis que assegurem a manutenção das seções dos circuitos de telecomunicações internacionais compreendidas nos limites de jurisdição de cada um.

Artigo 34

Notificação das contravenções

A fim de facilitar a aplicação das disposições do artigo 19, os Membros e Membros associados comprometem-se a prestar recíprocos esclarecimentos acerca das contravenções a preceitos desta Convenção e dos Regulamentos a mesma anexos.

Artigo 35

Taxas e isenções de pagamento

As disposições relativas a taxas de telecomunicação e aos diversos casos de isenção de pagamento serão fixadas nos Regulamentos anexos a esta Convenção.

Artigo 36

Prioridade das telecomunicações relativas à segurança da vida humana

Os serviços telegráficos e telefônicos internacionais deverão dar prioridade absoluta às telecomunicações relativas à segurança da vida humana no mar, na terra e no ar, bem como as telecomunicações epidemiológicas de urgência excepcional da Organização Mundial de Saúde.

Artigo 37

Prioridade dos telegramas de Estado bem como dos chamados e das conversações telefônicas

Sob reserva das disposições dos artigos 36 e 46, os telegramas de Estado gozarão do direito de prioridade sobre os outros telegramas, desde que o expedidor assim o solicite. Os chamados e as conversações telefônicas de Estado poderão igualmente, a pedido expresso e na medida do possível, gozar do direito de prioridade sobre os demais chamados e conversações telefônicas.

Artigo 38

Linguagem secreta

1. Os telegramas de Estado, bem como os telegramas de serviço, poderão, em todas as relações, ser redigidos em linguagem secreta.

2. Os telegramas particulares em linguagem secreta poderão ser admitidos entre todos os países, à exceção daqueles que hajam previamente notificado, por intermédio da Secretaria Geral, que não admitem esta linguagem em tal espécie de correspondência.

3. Os Membros e Membros associados que não admitirem telegramas particulares em linguagem secreta originários de seu próprio território ou a ele destinados, deverão permitir que os mesmos circulem em trânsito, salvo no caso de suspensão de serviço previsto no artigo 30.

Artigo 39

Organização e liquidação de contas

1. As administrações dos Membros e Membros associados e as empresas de exploração privada reconhecidas

que explorem serviços internacionais de telecomunicação deverão entrar em acôrdo sobre o montante de seus créditos e débitos.

2. As contas correspondentes aos débitos e créditos aludidos no parágrafo antecedente serão organizadas em conformidade às disposições dos Regulamentos anexos a esta Convenção, salvo se houver acôrdos particulares entre as partes interessadas.

3. As liquidações de contas internacionais serão consideradas como transações correntes e efetuadas em conformidade às obrigações internacionais ordinárias dos países interessados, quando os governos hajam estabelecido acôrdos a este respeito. Não havendo acôrdos deste gênero ou entendimentos particulares concluídos nas condições previstas no artigo 41 desta Convenção, as liquidações de contas serão efetuadas em conformidade aos Regulamentos.

Artigo 40

Unidade monetária

A unidade monetária a ser empregada na composição das tarifas das telecomunicações internacionais e na organização das contas internacionais é o franco-ouro de 100 cêntimos, do peso de 10/31 de grama e do título de 0,900.

Artigo 41

Acôrdos particulares

Os Membros e Membros associados reservam para si próprios, para as empresas de exploração privada reconhecidas por eles e para outras empresas de exploração devidamente autorizadas para este efeito, a faculdade de concluir acôrdos particulares sobre questões de telecomunicação que não interessem à generalidade dos Membros e Membros associados. Todavia, tais acôrdos não deverão contrariar disposições da Convenção e dos Regulamentos a mesma anexos, no que concerne a interferências prejudiciais que a sua execução possa causar a serviços de radiocomunicação de outros países.

Artigo 42

Conferências, acôrdos e organizações regionais

Os Membros e Membros associados reservam-se o direito de realizar conferências regionais, de concluir acôrdos regionais e de criar organizações regionais, com o fim de resolver questões de telecomunicação suscetíveis de serem tratadas em plano regional. Não obstante, os acôrdos regionais não deverão estar em contradição com esta Convenção.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES ESPECIAIS RELATIVAS ÀS RADIOCOMUNICAÇÕES

Artigo 43

Utilização racional das frequências e do espaço do espectro

Os Membros e Membros associados reconhecem a conveniência de que o número de frequências e o espaço do espectro utilizados sejam limitados ao mínimo indispensável para assegurar, de maneira satisfatória, o funcionamento dos serviços necessários.

Artigo 44

Intercomunicação

1. As estações que assegurem as radiocomunicações no serviço móvel serão obrigadas, nos limites de seu emprego normal, a permutar radiocomunicações sem distinção do sistema radioelétrico que utilizem.

2. Todavia, a fim de não embarçar os progressos científicos, as disposições do parágrafo antecedente não impedirão o emprego de um sistema radioelétrico incapaz de comunicação com outros sistemas, contanto que esta incapacidade seja devida à natureza específica deste sistema e não ao efeito de dispositivos adotados unicamente com o fim de impedir a intercomunicação.

3. Não obstante as disposições do parágrafo 1, uma estação poderá ser destinada a serviço internacional restrito de telecomunicação, determinado pelo objetivo de tal telecomunicação ou por outras circunstâncias independentes do sistema empregado.

Artigo 45

Interferências prejudiciais

1. Todas as estações, qualquer que seja seu objetivo, deverão ser instaladas e exploradas de maneira a não causar interferências prejudiciais às comunicações ou aos serviços radioelétricos de outros Membros ou Membros associados, de empresas de exploração privada reconhecidas e de outras empresas de exploração devidamente autorizadas a realizarem um serviço de radiocomunicação e que funcionem em conformidade às disposições do Regulamento de radiocomunicações.

2. Cada Membro e Membro associado obriga-se a exigir das empresas de exploração privada por ele reconhecidas e das outras devidamente autorizadas para este efeito a observância das prescrições do parágrafo antecedente.

3. Além disto, os Membros e Membros associados reconhecem a conveniência da adoção de medidas praticamente possíveis para impedir que o funcionamento de aparelhos e instalações elétricas de qualquer espécie causem interferências prejudiciais às comunicações ou aos serviços radioelétricos de que trata o parágrafo 1 deste artigo.

Artigo 46

Chamadas e mensagens de perigo

As estações de radiocomunicação são obrigadas a aceitar, com absoluta prioridade, as chamadas e mensagens de perigo, qualquer que seja a procedência, a respondê-las do mesmo modo e a dar-lhes imediatamente o curso devido.

Artigo 47

Sinais de perigo ou de segurança falsos ou enganosos — Uso irregular de indicativos de chamada

Os Membros e Membros associados obrigam-se a tomar providências convenientes no sentido de reprimir a transmissão ou circulação de sinais de socorro ou de segurança falsos ou enganosos, bem como o uso, por qualquer estação, de indicativos de chamada que não hajam sido regularmente atribuídos à mesma.

Artigo 48

Instalação de serviços de defesa nacional

1. Os Membros e Membros associados conservam plena liberdade relativamente às instalações radioelétricas militares de suas forças terrestres, navais e aéreas.

2. Entretanto, estas instalações deverão, quanto possível, observar as disposições regulamentares referentes aos socorros a serem prestados em caso de perigo, às providências a serem tomadas no sentido de impedir interferências prejudiciais e as prescrições dos Regulamentos concernentes aos tipos de emissão e às frequências a utilizar, segundo a natureza dos serviços que assegurem.

3. Além disto, quando essas instalações forem utilizadas no serviço de correspondência pública ou nos demais serviços regidos pelos Regulamentos anexos a esta Convenção, deverão, em geral, ajustar-se às prescrições regulamentares para a execução dos mesmos serviços.

CAPÍTULO VI

DEFINIÇÕES

Artigo 49

Definições.

Sempre que não divirjam do contexto:

a) os termos definidos no anexo 3 terão o sentido que lhes é ali atribuído;

b) os demais termos definidos nos Regulamentos citados no artigo 12 terão o sentido que lhes é atribuído nos aludidos Regulamentos.

CAPÍTULO VII

DISPOSIÇÃO FINAL

Artigo 50

Data da entrada em vigência da Convenção

Esta Convenção entrará em vigência a primeiro de janeiro de mil novecentos e cinquenta e quatro, entre os países, territórios ou grupos de territórios cujos instrumentos de ratificação ou de adesão hajam sido depositados antes da mesma data.

Em garantia do que, os plenipotenciários respectivos assinam esta Convenção em um exemplar em cada uma das línguas chinesa, espanhola, francesa, inglesa e russa, o texto francês fazendo fé em caso de divergência. Este exemplar ficará depositado nos arquivos do governo da República Argentina e uma cópia será remetida a cada governo signatário.

Feito em Buenos Aires, a 22 de dezembro de 1952.

Pelo Afeganistão:

Ali Gul.

Pela República Popular da Albânia:

Yenuz Mersini.

Pelo Reino da Arábia Saudita:

Reda Hamza.

Abdul Latif El-Jechin.

Pela República Argentina:

L. M. Nicolini.

Marco A. Andrada.

Walter Wermelskirch.

José Maria Viana.

Pela Federação da Austrália:

H. W. Hyett.

Pela Austria:

F. Henneberg.

Pela Bélgica:

R. Vandenhove

Max Wery.

Sonnet.

G. Dejaegher.

Pela República Socialista Soviética de Bielorrússia:

D. Arkadiev.

Pela Bolívia:

A. Mendieta Alvarez.

Pelo Brasil:

Libero Oswaldo de Miranda.

Pela República Popular da Bulgária:

Panayotov.

Kroumov.

Metchkov.

Pelo Reino de Cambodge:

Chhat Phlek.

Pelo Canadá:

L. R. Lafièche.

Pelo Ceilão:

A. Ignatius Perera.

C. A. R. Anketell.

Pelo Chile:

J. Neumann.

Aug. Hoffmann.

Pela China:

Tsune-Chi-Yu.

Yung-Sung Yu.

Pu Chen.

N. T. Liou.

Pelo Estado da Cidade do Vaticano:

Juan A. Bussolini.

Pela República da Colômbia:

Roberto Arciniégas.

Carlos A. Schroeder G.

R. Zuluaga.

Pelo Congo Belga e Território de Ruanda-Urundi:

B. Selys Longchamps.

Pela República da Coreia:

Jai Kon Lee.

K. Choy.

Pela Costa Rica:

A. Rodrigues Piza.

Por Cuba:

Nestor Carbonell.

G. Morales L.

M. Durland.

José M. Gonzalez de Ara.

Pela Dinamarca:

Gunnar Pedersen.

Ingemann Pedersen.

Pela República Dominicana:

J. B. Carrion.

Pelo Egito:

H. Moharram.

Anis El Bardai.

Pela Espanha:

Manuel Aznar.

Antônio Gilli.

José Maria Arto.

Pelos Estados Unidos da América:

Francis Coit de Wolf.

Harvey Boyd Otterman.

Pela Etiópia:

K. Prasada.

Pela Finlândia:
Jaakko Lyytinen.

Pela França:
Laffay.
Claude Beguin-Billecocq.

Pela Grécia:
Vatikiotty.

Pela Guatemala:
I Gonzalez Arevalo.

Pela República Popular de Hungria:
Gy Revesz.

Pela República da Índia:
K. Prasada.
Jagdeesh Prasad.
M. L. Sastry.

Pela República da Indonésia:
S. Negara.

Pelo Irã:
A. Gaffary.

Pelo Iraque:
Raghib Rashid.

Pela Irlanda:
T. S. OMuineachain.

Pela Islândia:
G. Hliddal.

Pelo Estado de Israel:
M. E. Berman.
D. Hareven.
Shimeon Amir.
J. Prato.

Pela Itália:
Giustino Arpesani.
G. Gneme.
Federico Nicotera.

Pelo Japão:
Hiroichi Takagi.
K. Hanaoka.

Pelo Reino Hachemita de Jordânia:
Raghib Rashid.

Pelo Reino de Laos:
Chantharangsí.
H. Bouchon.

Pelo Líbano:
N. Kayata.

Pelo Luxemburgo:
C. A. Tornquist.

Pelo México:
L. Barajas G.
A. Melgar.

Pelo Mónaco:
W. Escalante;

Pela Nicarágua:
Ilegível.

Pela Noruega:
Rynning-Tonnesen.
Olaf Moe.
Andreas Strand.

Pela Nova Zelândia:
C. A. Mc Farlane.
T. C. A. Lafrentz.

Pelo Paquistão:
Ilegível.
A. S. Ayooob.

Pelo Paraguai:
Emilio Diaz.
S. Guanes.
Walter Garcia.
Rodas O.
J. Fernandez R.

Pelos Países Baixos Surinã, Antilhas Neerlandesas, Nova Guiné:
Ilegível.
R. Neuerburg.
Schipppers.

Pelo Peru:
J. P. Gallagher.
C. A. Tudela.
Miguel Florez N.

Pela República das Filipinas:
M. Escudero.

Pela República Popular da Polónia:
Anatol Arciuch.

Por Portugal:
Carlos Ribeiro.
Frederico Teixeira de Sampayo.
Juvenal Coutinho.

Pelos Protetorados Franceses de Marrocos e da Tunísia:
H. Lacrose.

Pela República Federal da Alemanha:
Oto Kirchner.
Helmut Bornemann.

Pela República Federativa Popular da Iugoslávia:
Vuksic Milan.

Pela República Popular Rumena:
A. Spataru.

Pela República Socialista Soviética de Ucrânia:

Y. Ubarcaly.

Pelo Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte:

Bertrand Jerram.

A. H. Read.

Elizabeth M. Perry.

Pela Suécia:

Haakan Sterky.

Artur Onnermark.

Pela Confederação Suíça:

A. Möckli.

E. Metzler.

Ch. Chappuis.

Pela República Syria:

H. Moharram.

Pela Tcheco-Eslováquia:

Ilegível.

Pelos Territórios de Ultramar da República Francesa e Territórios administrados como tais:

Ilegível.

Pelos Territórios Portugueses de Ultramar:

Teodoro de Mattos Ferreira de Aguiar.

Luiz Cândido Faveira.

Raul Lopes Coelho.

Pela Tailândia:

Cherm Chatiketu.

Pela Turquia:

O. Gökmen.

V. Basar.

Pela União da África do Sul e Território da África do Sudoeste:

W. A. Borland.

Pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas:

Tsingovatov.

Pela República Oriental do Uruguai:

Coronel Dario T. Sarachaga.

Alfredo A. Henry.

Alvaro Bauza Araujo.

Pelos Estados Unidos da Venezuela:

José A. Lopez.

Túlio Marmol.

Pelo Estado do Viet-Nam.

Ilegível.

Pela Zona Espanhola do Marrocos e Conjunto de Possessões Espanholas:

José Garrido.

E. Tomás de Carranza.

ANEXO 3

(Ver o artigo 49)

Definição de termos usados na Convenção Internacional de Telecomunicações e em seus anexos

Administração: departamento ou serviço governamental responsável por medidas a serem tomadas para cumprimento das obrigações da Convenção Internacional de Telecomunicações e dos Regulamentos à mesma anexos.

Empresa de exploração privada: particular ou sociedade que, não sendo instituição ou agência governamental, explore uma instalação de Telecomunicação destinada a assegurar serviço de telecomunicação internacional ou que seja suscetível de causar interferências prejudiciais a tal serviço.

Empresa de exploração privada reconhecida: empresa de exploração privada, correspondente à definição anterior, que explore serviço de correspondência pública ou de radiodifusão e à qual as obrigações especificadas no artigo 19 sejam impostas pelo Membro ou Membro associado em cujo território esteja situada a sede principal da empresa.

Delegado: pessoa enviada pelo governo de um Membro ou Membro associado da União a uma conferência de plenipotenciários ou pessoa que represente o governo ou a administração de um Membro ou Membro associado da União em uma conferência administrativa, ou em uma reunião de um conselho consultivo internacional.

Representante: pessoa enviada por uma empresa de exploração privada reconhecida a uma conferência administrativa ou a uma reunião de um conselho consultivo internacional.

Perito: pessoa enviada por organização nacional científica ou industrial, autorizada pelo governo ou pela administração de seu país a assistir reuniões de comissões de estudo de um conselho consultivo internacional.

Observador: pessoa enviada:

pelas Nações Unidas, de acordo com o artigo 26 da Constituição; pelo Governo de um país que não faça parte da Convenção;

por uma das organizações internacionais convidadas ou admitidas, de acordo com as disposições do Regulamento Geral, a tomar parte nos trabalhos de uma conferência;

pelo Governo de um Membro ou Membro associado da União que tome parte, sem direito a voto, em uma conferência especial de caráter regional, nos termos do artigo 10 da Convenção.

Delegação: conjunto de delegados e, eventualmente, de representantes, assessores ou intérpretes, enviados por um mesmo país.

Cada Membro e Membro associado terá liberdade de organizar sua delegação, conforme lhe convenha. Em particular, poderá nela incluir, na qualidade de delegados ou assessores, pessoas que pertençam a empresas de exploração privada por ele reconhecidas ou pessoas que pertençam a outras empresas privadas interessadas no ramo de telecomunicações.

Serviço Internacional: serviço de telecomunicação entre qualquer combinação possível de repartições ou estações fixas, terrestres ou móveis, situadas em países diferentes ou que pertençam a países diferentes.

Serviço móvel: serviço de radiocomunicação entre estações móveis e terrestres ou entre estações móveis.

Serviço de Radiodifusão: serviço de radiocomunicação que efetua emissões destinadas a serem recebidas livremente pelo público em geral. Este serviço poderá compreender emissões sonoras, de televisão, de fac-símile ou de qualquer outro gênero.

Telecomunicação: transmissão, emissão ou recepção de signos, sinais, escritos, imagens e sons ou informações de qualquer natureza por fio, rádio, electricidade, óptica ou qualquer outro sistema electromagnético.

Telegrafia: sistema de telecomunicação que assegure a transmissão de escritos mediante o uso de código de sinais.

Telefonia: sistema de telecomunicação estabelecido para transmissão

da palavra ou, em alguns casos, de outros sons.

Telegramas: escrito destinado a ser transmitido por telegrafia. Este termo compreende também o radiotelegrama, salvo especificação em contrário.

Telegramas, chamados e conversações telefônicas de Estado: telegramas, chamados e conversações telefônicas que emanem de qualquer das autoridades seguintes:

Chefe de Estado;

Chefe e membros de governo;

Chefe de colônia, protetorado, território de ultramar ou território sob soberania, autoridade, tutela ou mandato de Membro ou Membro associado ou das Nações Unidas;

Comandante em chefe de forças militares terrestres, navais ou aéreas;

Agentes diplomáticos ou consulares;

Secretário Geral das Nações Unidas, chefes dos órgãos principais e chefes dos órgãos subsidiários das Nações Unidas;

Côrte Internacional de Justiça de Haia.

As respostas a telegramas de Estado acima definidos, serão igualmente consideradas telegramas de Estado.

Telegramas de serviço: ver o Regulamento Telegráfico em vigência.

Telegramas particulares: telegramas que não sejam de Estado ou de serviço.

Conversações de serviço: ver o Regulamento Telefônico em vigência.

Correspondência pública: comunicação que as repartições e estações devam aceitar para transmissão, por estarem à disposição do público.

Radiocomunicação: telecomunicação transmitida por meio de ondas hertzianas.

Ondas hertzianas: ondas electromagnéticas cuja frequência seja compreendida entre 10 kc/s e 3.000 Mc/s.

Radioelectricidade: termo geral aplicado ao emprego das ondas hertzianas. (O adjetivo correspondente é "radioelétrico").

Interferência prejudicial: radiação ou indução que comprometa o funcionamento de serviço de radionave-

gação, de serviço de segurança (1), ou, ainda, que perturbe ou interrompa reiteradamente serviço de radiocomunicação que funcione de acordo com o Regulamento de Radiocomunicações.

ANEXO 4

(Ver o artigo 25)

Arbitramento

1. A parte que deseje recorrer ao arbitramento tomará a iniciativa para este fim com a transmissão à outra parte de uma notificação a respeito.

2. As partes decidirão, em comum acordo, se o arbitramento deverá ser confiado a pessoas, administrações ou governos. Se, no prazo de um mês, a contar do dia da notificação do pedido de arbitramento, as partes não houverem entrado em acordo sobre este ponto, o arbitramento será confiado a governos.

3. Se o arbitramento for confiado a pessoas, os árbitros não deverão pertencer a qualquer dos países que sejam parte no litígio, ter domicílio nos mesmos ou estar a seu serviço.

4. Se o arbitramento for confiado a governos ou a administrações destes, os árbitros deverão ser escolhidos entre os Membros ou Membros associados que não sejam parte no litígio, mas que sejam participantes do acordo cuja aplicação haja originado a controvérsia.

5. No prazo de três meses, a contar da data do recebimento da notificação do pedido de arbitramento, cada uma das duas partes em causa designará um árbitro.

6. Se mais de duas partes estiverem envolvidas na controvérsia, cada um dos dois grupos de partes que tenham interesses comuns no litígio designará um árbitro, em conformidade ao procedimento prescrito nos parágrafos 3 e 4 deste anexo.

7. Os dois árbitros assim designados nomearão, em comum acordo, um terceiro árbitro, o qual, se os

dois primeiros árbitros forem pessoas e não governos ou administrações, deverá satisfazer as condições fixadas no parágrafo 3 acima e, além disto, ser de nacionalidade diferente da dos dois outros. Se os dois árbitros não chegarem a acordo para escolha do terceiro, cada árbitro proporá um terceiro que não tenha qualquer interesse na controvérsia. O Secretário Geral da União realizará, então, um sorteio para designar o terceiro árbitro.

8. As partes em litígio poderão entender-se para resolver a controvérsia por um árbitro único designado em comum acordo; cada parte poderá também designar um árbitro e solicitar ao Secretário Geral da União proceda a sorteio para designar o árbitro único.

9. O árbitro ou os árbitros decidirão livremente quanto ao procedimento a ser observado.

10. A decisão do árbitro único será definitiva e obrigará as partes em litígio. Se o arbitramento houver sido confiado a vários árbitros, a decisão adotada por maioria de votos será definitiva e obrigará as partes.

11. Cada parte será responsável pelas despesas motivadas pela apresentação e instrução do arbitramento. As demais despesas com o arbitramento serão divididas em partes iguais entre os litigantes.

12. A União fornecerá todas as informações relativas à controvérsia de que possam necessitar o árbitro ou os árbitros.

ANEXO 5

REGULAMENTO GERAL ANEXO À CONVENÇÃO INTERNACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

1.^a parte

Disposições gerais relativas às conferências

CAPÍTULO 1

Convite e admissão às conferências de plenipotenciários

1. O governo convidante, de acordo com o Conselho de Administração, fixará a data definitiva e o lugar exato da conferência.

2. (1) Um ano antes desta data, o governo convidante enviará convite ao governo de cada país membro da

(1) Considerar-se-á serviço de segurança qualquer serviço de radiocomunicação, cujo funcionamento interesse diretamente, de maneira permanente ou temporária, a segurança da vida humana e a salvaguarda da propriedade.

União e a cada Membro associado da União.

(2) Estes convites poderão ser enviados diretamente ou por intermédio do Secretário Geral ou, ainda, por intermédio de outro governo.

3. O Secretário Geral convidará as Nações Unidas, em conformidade às disposições do artigo 26 da Convenção.

4. O governo convidante, em acordo com o Conselho de Administração ou por proposta deste, poderá convidar as instituições especializadas que tenham relação com a Organização das Nações Unidas e que admitam, reciprocamente, a representação da União às suas reuniões, a enviarem observadores para tomarem parte, nas conferências, com voz consultiva.

5. O governo convidante, em acordo com o Conselho de Administração ou por proposta deste, poderá convidar governos não contratantes a enviar observadores para tomarem parte nas conferências, com voz consultiva.

6. As respostas dos Membros e Membros associados deverão chegar ao governo convidante o mais tardar, um mês antes da abertura da conferência, e deverão conter, tanto quanto possível, todas as indicações sobre a composição da delegação.

7. Qualquer organismo permanente da União terá o direito de fazer-se representar na conferência, a título consultivo, quando esta tratar de assuntos de sua competência. Em caso de necessidade, a conferência poderá convidar um organismo que não haja julgado necessária sua representação à mesma.

8. Serão admitidos às conferências de plenipotenciários:

- a) as delegações, tal como são definidas no anexo 3 à Convenção;
- b) os observadores das Nações Unidas;
- c) os observadores das instituições especializadas, conforme o parágrafo 4 deste capítulo;
- d) eventualmente, os observadores a que se refere o parágrafo 5.

CAPÍTULO 2

Convite e admissão às conferências administrativas

1.(1) As disposições dos parágrafos 1 a 6 do capítulo I serão aplicáveis às conferências administrativas.

(2) Todavia, no que concerne às conferências administrativas extraordinárias, o prazo para a remessa dos convites poderá ser reduzido a seis meses.

(3) Os Membros e Membros associados da União poderão estender o convite que hajam recebido às empresas de exploração privada por eles reconhecidas.

2.(1) O governo convidante, em acordo com o Conselho de Administração ou por proposta deste, poderá dirigir uma notificação às organizações internacionais que tenham interesse em mandar observadores para tomarem parte nos trabalhos da conferência, a título consultivo.

(2) As organizações internacionais interessadas dirigirão ao governo convidante o pedido de admissão, no prazo de dois meses, a contar da data da notificação.

(3) O governo convidante reunirá os pedidos mas a admissão destas organizações será tomada pela própria conferência.

3.(1) Serão admitidos às conferências administrativas:

- a) as delegações, tal como são definidas no anexo 3 à Convenção;
 - b) os observadores das Nações Unidas;
 - c) os observadores das instituições especializadas, conforme o capítulo 1, parágrafo 4.
 - d) os observadores das organizações internacionais que hajam sido admitidos, segundo as disposições do parágrafo 2 deste capítulo;
 - e) eventualmente, os observadores dos governos não contratantes;
 - f) os representantes das empresas de exploração privada reconhecidas, devidamente autorizadas pelo país Membro de que dependam;
 - g) os organismos permanentes da União, nas condições previstas no parágrafo 7 do capítulo 1.
- (2) Além disto, serão admitidos às conferências especiais de caráter regional os observadores dos Membros e Membros associados que não pertençam à região interessada.

CAPÍTULO 3

Prazos e modalidades de apresentação de proposições às conferências

1. Logo após haver o governo convidante enviado os convites, o Secretário Geral solicitará que os Mem-

bros e Membros associados lhe remetam, no prazo de quatro meses, suas proposições relativas aos trabalhos da conferência.

2. Qualquer proposição apresentada, cuja adoção acarrete a revisão do texto da Convenção ou dos Regulamentos, deverá conter referências que permitam identificar, por número de capítulo, de artigos ou de parágrafo, as partes do texto objetivadas para esta revisão.

3. O Secretário Geral reunirá e coordenará as proposições recebidas e as remeterá a todos os Membros e Membros associados, três meses, pelo menos, antes da abertura da conferência.

CAPÍTULO 4

Disposições especiais para as conferências que se reúnem na sede da União

1. (1) Quando uma conferência deva realizar-se sem a participação de governo convidante, o Secretário Geral, após entendimento com o governo da Confederação Suíça, tomará as providências necessárias para convocá-la para a sede da União.

(2) Neste caso, o Secretário Geral assumirá os encargos relativos à organização que incumbem normalmente a um governo convidante.

CAPÍTULO 5

Credenciais para as Conferências

1. (1) A delegação de um Membro da União para tomar parte em uma conferência deverá ser devidamente acreditada para exercer seu direito de voto e estar munida dos poderes necessários para assinar os Atos finais.

(2) A delegação de um Membro associado deverá ser devidamente acreditada para tomar parte nos trabalhos, em conformidade ao artigo 1, parágrafo 6, da Convenção.

2. Para as conferências de plenipotenciários:

(1) a) as delegações serão acreditadas por atos assinados pelo chefe do Estado, pelo chefe do governo ou pelo Ministro das Relações Exteriores;

b) as delegações poderão, entretanto, ser provisoriamente acreditadas pelo chefe da missão diplomática junto ao governo do país em que se realize a conferência.

(2) Para assinar os Atos finais da conferência, as delegações deverão estar munidas de plenos poderes firmados pelas autoridades mencionadas na alínea (1), inciso a).

3. Para as conferências administrativas:

(1) serão aplicadas as disposições do parágrafo 2 deste artigo;

(2) além disso, a delegação poderá ser acreditada e munida de plenos poderes assinados pelo ministro competente na matéria de que deva tratar a conferência.

4. Uma comissão especial será incumbida de verificar os poderes de cada delegação e apresentará suas conclusões no prazo especificado pela assembléia plenária.

5. (1) A delegação de um Membro da União exercerá seu direito de voto desde o momento em que comece a tomar parte nos trabalhos da conferência.

(2) Não obstante, uma delegação não terá mais direito de votar a partir do momento em que a assembléia plenária acida que seus poderes não estão em ordem e até que a situação seja regularizada.

6. Regra geral, os países Membros deverão esforçar-se no sentido de enviarem às conferências da União suas próprias delegações. Entretanto, quando, por motivos excepcionais, um Membro não possa enviar sua própria delegação, poderá acreditar a de um outro Membro da União e outorgar-lhe o poder para atuar e assinar em seu nome.

7. Uma delegação devidamente acreditada poderá outorgar mandato a uma outra, também devidamente acreditada, para exercer seu direito de voto em uma ou em várias sessões a que não possa assistir. Neste caso, o presidente da conferência deverá ser por ela informado a respeito.

8. Em todos os casos previstos nos parágrafos 6 e 7, uma delegação não poderá exercer mais de um voto por procuração.

CAPÍTULO 6

Procedimento para convocação de conferências administrativas extraordinárias à pedido de Membros da União ou por proposta do Conselho de Administração.

1. Os Membros da União que desejem a convocação de uma conferência administrativa extraordinária informarão a respeito ao Secretário Geral, indicando a ordem do dia, o lugar e a data propostos para a convocação.

2. O Secretário Geral, se receber vinte pedidos concordantes, transmitirá telegraficamente a comunicação a todos os Membros e Membros associados e solicitará aos Membros que lhe informem, no prazo de seis semanas, se aceitam ou não a proposição formulada.

3. Se a maioria dos Membros pronunciar-se em favor do conjunto da proposição, isto é, se aceitarem, ao mesmo tempo, a ordem do dia, a data e o lugar de reunião propostos, o Secretário Geral comunicará isto, por telegrama-circular, a todos os Membros e Membros associados da União.

4. (1) Se a proposição aceita fôr para reunião da conferência em lugar que não seja a sede da União, o Secretário Geral indagará do governo do país indicado se aceita ser governado convidante.

(2) Caso afirmativo, o Secretário Geral, em acôrdo com este governo, adotará as disposições necessárias para a reunião da conferência.

(3) Caso negativo, o Secretário Geral convidará os Membros que hajam pedido a convocação da conferência a formularem novas proposições, quanto ao lugar da reunião.

5. Quando a proposição aceita fôr para a reunião da conferência na sede da União, aplicar-se-ão as disposições do capítulo 4.

6. (1) Se o conjunto da proposição (ordem do dia, lugar e data) não fôr aceito pela maioria dos Membros, o Secretário Geral comunicará as respostas recebidas aos Membros e Membros associados da União e convidará os Membros a se pronunciarem de modo definitivo sobre o ponto ou os pontos controvertidos.

(2) Estes pontos serão considerados aceitos, desde que hajam merecido aprovação da maioria dos Membros.

7. Quando a proposta de convo-

cação de uma conferência administrativa extraordinária fôr apresentada pelo Conselho de Administração, aplicar-se-á o procedimento anteceden-temente indicado.

CAPÍTULO 7

Procedimento para convocação de conferências administrativas especiais a pedido de Membro da União ou por proposta do Conselho de Administração.

1. As disposições do capítulo 6 serão integralmente aplicáveis às conferências especiais mundiais.

2. Nos casos de conferências especiais regionais, o procedimento previsto no capítulo 6 aplicar-se-á somente aos Membros da região interessada. Quando a convocação deva ser feita por iniciativa dos Membros da região, bastará que o Secretário Geral receba pedidos concordantes emanados da quarta parte do número de Membros da mesma região.

CAPÍTULO 8

Disposições comuns a todas as conferências, mudança de data e lugar de uma conferência.

1. As disposições dos capítulos 6 e 7 serão aplicadas, por analogia, quando, a pedido de Membros da União ou por proposta do Conselho de Administração, tratar-se da mudança da data e do lugar, ou de um dos dois somente, da reunião de uma conferência. Todavia, tais mudanças só poderão ser efetuadas se a maioria dos Membros interessados pronunciar-se a favor.

2. Se fôr caso, o Secretário Geral fará constar na comunicação prevista no capítulo 6, parágrafo 2 as consequências financeiras prováveis resultantes da mudança de lugar ou de data, como, por exemplo, quando já hajam sido feitas despesas com a preparação da reunião da conferência no lugar inicialmente previsto.

CAPÍTULO 9

Regulamento interno das conferências

Artigo 1

Inauguração da conferência

A conferência será inaugurada por uma pessoa designada pelo governo

convitante. Não havendo governo convidante, a conferência será inaugurada pelo presidente do Conselho de Administração ou, na ausência deste, pelo Secretário Geral.

Artigo 2

Ordem de colocação

Nas sessões da assembléa plenária, as delegações ficarão colocadas na ordem alfabética dos nomes, em francês, dos países representados.

Artigo 3

Eleição do presidente e dos vice-presidentes — Constituição da secretaria

Na primeira sessão da assembléa plenária, proceder-se-á:

a) à eleição do presidente e dos vice-presidentes da conferência;

b) à constituição da secretaria da conferência, que será composta de pessoal da Secretaria Geral da União e, se for caso, de pessoal da administração do governo convidante.

Artigo 4

Prerrogativas do presidente da conferência

1. Além das outras prerrogativas que lhe confere este Regulamento, o presidente abrirá e encerrará cada sessão da assembléa plenária, dirigirá os debates, velará pela aplicação do regulamento interno, concederá a palavra, submeterá à votação as questões e proclamará as decisões adotadas.

2. Assumirá a direção geral dos trabalhos da conferência e velará pela manutenção da ordem no decurso das sessões da assembléa plenária. Resolverá as moções e pontos de ordem e, em particular, poderá propor o adiamento ou o encerramento do debate e o levantamento ou a suspensão de uma sessão. Poderá também adiar a convocação de uma assembléa ou de uma sessão plenária, se julgá-lo necessário.

3. Protegerá o direito de todas as delegações de exprimirem livre e plenamente suas opiniões sobre o assunto em discussão.

4. Velará no sentido de que os debates sejam limitados ao assunto em

discussão e poderá interromper qualquer orador que se afaste da questão em pauta, para lembrar-lhe a necessidade de ater-se ao tema em debate.

Artigo 5

Instituição das comissões

A assembléa plenária poderá instituir comissões para que examinem as questões submetidas à deliberação da conferência. Estas comissões poderão instituir subcomissões. As comissões e subcomissões poderão, se necessário, igualmente, constituir grupos de trabalho.

Artigo 6

Composição das comissões

1. Conferência de plenipotenciários.

As comissões serão compostas de delegados dos Membros e Membros associados e de observadores admitidos conforme prevê o capítulo 1, parágrafo 8, do Regulamento Geral, que o hajam solicitado ou que sejam designados pela assembléa plenária.

2. Conferências administrativas.

As comissões serão compostas de delegados dos Membros e Membros associados, de observadores e de representantes admitidos conforme prevê o capítulo 2, parágrafo 3, do Regulamento Geral, que o hajam solicitado ou que sejam designados pela assembléa plenária.

Artigo 7

Presidentes, vice-presidentes e relatores das comissões

1. O presidente da conferência submeterá à aprovação da assembléa plenária a escolha do presidente ou dos vice-presidentes de cada comissão.

2. O presidente de cada comissão proporá a esta a nomeação dos relatores e a escolha dos presidentes, vice-presidentes e relatores das subcomissões por ela instituídas.

Artigo 8

Convocação para as sessões

As sessões da assembléa plenária, das comissões, subcomissões e dos

grupos de trabalho serão anunciadas com antecedência suficiente na sede da conferência.

Artigo 9

Proposições apresentadas antes da abertura da conferência

As proposições apresentadas antes da abertura da conferência serão distribuídas pela assembléia plenária entre as comissões competentes instituídas de acordo com as disposições do artigo 5 deste Regulamento. A assembléia plenária, no entanto, poderá tratar diretamente de qualquer proposição.

Artigo 10

Proposições ou emendas apresentadas durante a conferência

1. As proposições ou emendas apresentadas após a abertura da conferência serão remetidas, conforme o caso, ao presidente da conferência ou da comissão competente, ou, ainda, à secretaria da conferência, a fim de serem publicadas e distribuídas, como documentos da conferência.

2. Qualquer proposição ou emenda só poderá ser apresentada se for assinada ou aprovada pelo chefe da delegação interessada ou pela pessoa que o substitua.

3. Qualquer proposição ou emenda deverá conter, em termos concretos e precisos, o texto a ser examinado.

4. (1) O presidente da conferência ou o da comissão competente decidirá, em cada caso, se a proposição ou emenda deverá ser comunicada às delegações por escrito ou verbalmente.

(2) Regra geral, o texto de qualquer proposição importante que deva ser submetido a votação na assembléia plenária será redigido para distribuição, nas línguas de trabalho da conferência, com antecedência que permita seu estudo antes da discussão.

(3) Além disso, o presidente da conferência, ao receber as proposições ou as emendas referidas no parágrafo 1 deste artigo, deverá encaminhá-las, segundo o caso, às comissões competentes ou à assembléia plenária.

5. Qualquer pessoa autorizada poderá ler ou pedir seja lida em sessão plenária proposição ou emenda que

haja apresentado durante a conferência e expor a respectiva justificação.

Artigo 11

Requisitos para exame e votação de proposições ou emendas

1. Qualquer proposição ou emenda apresentada antes da abertura da conferência ou por uma delegação durante a conferência só poderá ser posta em discussão se, no momento de seu exame, for apoiada pelo menos por outra delegação.

2. Qualquer proposição ou emenda devidamente apoiada será submetida a votação, depois de discutida

Artigo 12

Proposições ou emendas omitidas ou adiadas

Quando uma proposição ou emenda haja sido omitida ou quando seu exame haja sido adiado, a delegação sob cujos auspícios houver sido apresentada deverá velar para que a mesma seja considerada em outra oportunidade.

Artigo 13

Condução dos debates na assembléia plenária

1 *Quorum:*

As votações na assembléia plenária somente serão válidas quando se achar presente ou representada na sessão mais da metade das delegações acreditadas junto à conferência, com direito a voto.

2. *Ordem de discussão:*

(1) As pessoas que desejem tomar a palavra só poderão fazê-lo após prévio assentimento do presidente. Regra geral, começarão por indicar a que título falem.

(2) Ao usar da palavra, o orador deverá exprimir-se lenta e claramente, separando bem as palavras e fazendo as pausas necessárias para que todos compreendam bem seu pensamento.

3. *Moções de ordem e pontos de ordem:*

(1) Durante os debates, uma delegação poderá apresentar qualquer moção de ordem ou solicitar qual-

quer ponto de ordem, no momento que julgue oportuno, e isso exigirá a imediata decisão do presidente, em conformidade a este Regulamento. Qualquer delegação poderá apelar da decisão do presidente, porém esta manter-se-á válida em sua integridade se não for anulada pela maioria das delegações presentes e votantes.

(2) A delegação que apresente moção de ordem é vedado, em sua intervenção, tratar do fundo do assunto em debate.

4. Prioridades das moções e dos pontos de ordem;

A prioridade atribuída às moções e aos pontos de ordem de que trata o parágrafo 3 deste artigo será a seguinte:

- a) qualquer ponto de ordem relativo à aplicação deste Regulamento;
- b) suspensão da sessão;
- c) levantamento da sessão;
- d) adiamento do debate sobre o assunto em discussão;
- e) encerramento do debate sobre o assunto em discussão;
- f) quaisquer moções ou pontos de ordem outros que possam ser apresentados e cuja prioridade relativa seja fixada pelo presidente.

5. Moção para suspensão ou levantamento da sessão;

Durante o debate de um assunto poderá uma delegação propor seja suspensão ou levatada a sessão, indicando os motivos de sua proposta. Se esta for apoiada, será concedida a palavra a dois oradores que se oponham à moção e tratem exclusivamente deste assunto, depois do que será a mesma submetida a votação.

6. Moção para adiamento do debate:

Durante a discussão de qualquer questão, uma delegação poderá propor o adiamento do debate por período determinado. No caso em que tal moção seja seguida de debate, somente três oradores, além do autor da moção, poderão nele tomar parte, um a favor e dois contra.

7. Moção para encerramento do debate.

A qualquer momento, uma delegação poderá propor seja encerrado o debate sobre o assunto em discussão depois de esgotada a lista dos oradores inscritos até aquele momento. Neste caso, a palavra será concedida apenas a dois oradores contrários ao encerramento, depois do que a moção será submetida a votação.

8. Limitação das intervenções:

(1) A assembleia plenária poderá eventualmente limitar a duração e o número de intervenções da mesma delegação sobre determinado assunto.

(2) Entretanto, sobre questões de procedimento, o presidente limitará a duração de cada intervenção a cinco minutos, no máximo.

(3) Quando um orador ultrapassar o tempo que lhe haja sido concedido para usar da palavra, o presidente, depois de avisar a assembleia, pedirá ao orador que conclua sua exposição com brevidade.

9. Encerramento da lista de oradores:

(1) No decurso do debate, o presidente poderá ler a lista dos oradores inscritos; nela inscreverá o nome das delegações que, então, manifestem o desejo de sua inclusão e, com o assentimento da assembleia, poderá declarar a lista encerrada. No entanto, se julga-lo oportuno, o presidente poderá conceder, a título excepcional e mesmo após o encerramento da lista, o direito a resposta a qualquer discurso pronunciado.

(2) Esgotada a lista dos oradores, o presidente declarará encerrado o debate.

10. Questões de competência:

As questões de competência que possam suscitar-se deverão ser resolvidas antes da votação sobre o fundo do assunto em debate.

11. Retirada e nova apresentação de moções:

O autor de qualquer moção poderá retirá-la antes que a mesma seja submetida a votação. A moção, emendada ou não, assim retirada, poderá ser novamente apresentada ou retomada, seja pela delegação autora da emenda seja por outra delegação.

Artigo 14

Direito de voto

1. Nas sessões da conferência, a delegação de um Membro da União, devidamente acreditada por este para tomar parte nos trabalhos da conferência, terá direito a um voto, em conformidade ao artigo 1 da Convenção.

2. A delegação de um Membro da União exercerá seu direito de voto nas condições prescritas no capítulo 5 do Regulamento Geral.

Artigo 15

Votação

1. *Definição de maioria:*

(1) A maioria será constituída pela metade mais uma das delegações presentes e votantes.

(2) As abstenções não serão levadas em consideração na contagem dos votos necessários para constituição da maioria.

(3) Em caso de empate, qualquer proposição ou emenda será considerada rejeitada.

(4) Para os efeitos deste Regulamento será considerada "delegação presente e votante" aquela que se pronuncie por ou contra uma proposição.

(5) As delegações presentes que não tomem parte em determinada votação ou declarem expressamente não quererem nela participar não serão consideradas ausentes para a determinação do quorum, nem em abstenção para a aplicabilidade das disposições do parágrafo 3 deste artigo.

2. *Majoria especial.*

Relativamente à admissão de Membros da União, a maioria necessária é estabelecida no artigo 1 da Convenção.

3. *Mais de cinquenta por cento de abstenções.*

Quando o número de abstenções ultrapasse a metade do número de sufrágios registrados (pró, contra e abstenções), o assunto em discussão será examinado em sessão ulterior na qual não mais serão consideradas as abstenções.

4. *Procedimentos para votação.*

(1) Salvo o caso previsto no parágrafo 5 deste artigo, os procedimentos para votação serão os seguintes:

a) por mão alçada, regra geral,
b) por chamada nominal, caso a maioria não se manifeste claramente com a adoção do procedimento precedente ou se uma delegação o solicitar.

(2) Proceder-se-á a votação nominal mediante chamada dos Membros representados, na ordem alfabética dos nomes em francês.

5. *Votação secreta.*

Proceder-se-á a votação secreta quando houver pedido neste sentido de, pelo menos, cinco delegações presentes com direito a voto. Em tal caso, a Secretaria tomará imediatas providências para assegurar o segredo da votação.

6. *Proibição de interromper a votação.*

Nenhuma delegação poderá interromper uma votação começada, salvo em se tratando de ponto de ordem relativo à forma por que a mesma se efetue.

7. *Justificação de voto.*

Terminada a votação o presidente dará a palavra às delegações que desejem explicar seus votos.

8. *Votação de proposições por partes.*

(1) A pedido do autor de uma proposição ou quando a assembleia julgar oportuno, tal proposição será dividida e suas várias partes serão submetidas a votação separadamente. As partes da proposição que não foram adotadas serão, em seguida, submetidas a votação em conjunto.

(2) Caso todas as partes de uma proposição sejam rejeitadas, esta, em sua totalidade, será considerada rejeitada.

9. *Ordem da votação de proposições relativas à mesma questão.*

(1) Caso a mesma questão seja objeto de várias proposições, estas serão submetidas à votação na ordem da respectiva apresentação, salvo se a assembleia decidir de outro modo.

(2) Depois de cada votação, a assembleia decidirá se deverá ou não ser votada a proposição seguinte.

10. *Emendas.*

(1) Considerar-se-á emenda qualquer proposta de modificação que vise unicamente à supressão, ao acréscimo a uma parte da proposição original ou a revisão de uma parte desta.

(2) Qualquer emenda aceita pela delegação autora de uma proposição será desde logo incorporada ao texto primitivo desta.

(3) Nenhuma proposta de modificação será considerada emenda, caso a assembléa julgue a mesma incompatível com a proposição inicial.

11. *Votação de emendas.*

(1) Caso uma emenda seja apresentada a qualquer proposição, aquela será submetida a votação em primeiro lugar.

(2) Caso diversas emendas sejam apresentadas a qualquer proposição, será votada, em primeiro lugar, a emenda que mais se afaste do texto original; proceder-se-á do mesmo modo com a emenda, que, entre as restantes a seguir, mais se afaste do texto original e assim sucessivamente, até que todas hajam sido examinadas.

(3) Caso uma ou várias emendas sejam adotadas, a proposição assim modificada será em seguida submetida a votação.

(4) Caso nenhuma emenda seja adotada será submetida a votação a proposição inicial.

Artigo 16

*Comissões e subcomissões**Condução dos debates e procedimento da votação*

1. Os presidentes das comissões e subcomissões terão atribuições análogas às conferidas pelo artigo 4 ao presidente da conferência.

2. As disposições estabelecidas no artigo 13 para a condução dos debates em assembléa plenária serão aplicáveis nos debates das comissões e subcomissões, exceto quanto ao quorum.

3. As disposições estabelecidas no artigo 15 serão aplicáveis às votações nas comissões e subcomissões, exceto no caso do § 2.º.

Artigo 17

Reservas

1. Regra geral, as delegações que não consigam o apoio de outras aos seus pontos de vista, esforçar-se-ão,

na medida do possível, para se conformarem à opinião da maioria.

2. Entretanto, quando pareça a uma delegação que uma decisão qualquer seja de natureza a impedir que seu governo ratifique a Convenção ou aprove a revisão dos Regulamentos, esta delegação poderá formular reservas, a título provisório ou definitivo, sobre a deliberação.

Artigo 18

Atas das assembléas plenárias

1. As atas das assembléas plenárias serão elaboradas pela secretaria da conferência, que se esforçará no sentido de assegurar a respectiva distribuição às delegações, o mais cedo possível e antes da data em que devam elas se examinar.

2. Após a distribuição das atas, as delegações interessadas poderão apresentar, por escrito, à secretaria da conferência, no mais breve prazo possível, as correções que julgue necessárias, o que não as impedirá apresentem oralmente modificações na sessão em que forem aprovadas as mesmas atas.

3. (1) Regra geral, as atas conterão somente as proposições e conclusões, com os respectivos fundamentos, e serão redigidas com a maior concisão possível.

(2) Entretanto, qualquer delegação terá direito de pedir inserção, em forma sumária ou integral, de qualquer declaração que formule durante os debates. Neste caso, no começo de sua intervenção e a fim de facilitar os trabalhos dos relatores, deverá, regra geral, anunciar que assim irá proceder. Deverá, além disso, fornecer o texto à secretaria da conferência, dentro das duas horas seguintes ao término da sessão.

4. A faculdade concedida no parágrafo 3, alínea (2) antecedente, no que concerne à inserção de declarações nas atas, deverá ser usada com discrição.

Artigo 19

Resumo dos debates e relatórios das comissões e subcomissões

1. (1) Os debates das comissões e subcomissões serão registrados, sessão por sessão, em resumos em que sejam ressaltados os pontos essenciais

das discussões, as diversas opiniões que convenham sejam assinaladas, bem como as proposições e conclusões que se destacam do conjunto.

(2) Entretanto, qualquer delegação terá, também, direito de usar a faculdade prevista no artigo 18, parágrafo 3, alínea (2).

(3) A faculdade referida na alínea antecedente deverá ser usada com discrição.

2. As comissões e subcomissões poderão redigir relatórios parciais que julguem necessários e, eventualmente, ao término de seus trabalhos, poderão apresentar um relatório final, em que sejam recapituladas, sob forma concisa, as proposições e conclusões que resultem dos estudos que lhes hajam sido confiados.

Artigo 20

Aprovação de atas resumos e relatórios

1. (1) Regra geral, no início de cada sessão de assembleia plenária ou de cada sessão de comissão ou subcomissão, o presidente perguntará se as delegações desejam formular observações quanto a ata ou ao resumo da sessão precedente, que serão tidos por aprovados se nenhuma correção houver sido comunicada à secretaria ou se nenhuma oposição houver sido manifestada verbalmente. Caso contrário, as correções necessárias serão feitas na ata ou resumo.

(2) Qualquer relatório parcial ou final deverá ser aprovado pela comissão ou subcomissão interessada.

2. (1) A ata da última assembleia plenária será examinada e aprovada pelo presidente desta.

(2) O resumo da última sessão das comissões ou subcomissões será examinado e aprovado pelo respectivo presidente.

Artigo 21

Comissão de Redação

1. Os textos da Convenção, dos Regulamentos e dos outros Atos finais da conferência, redigidos tanto quanto possível em sua forma definitiva pelas diversas comissões em vista das opiniões manifestadas, se-

rão submetidos à comissão de redação, incumbida de aperfeiçoar-lhes a forma, sem lhes alterar o sentido, e de articulá-los com os textos antigos não modificados.

2. Estes textos serão submetidos pela comissão de redação à assembleia plenária da conferência, que os aprovará ou os devolverá, para novo exame, à comissão competente.

Artigo 22

Numeração

1. Os números dos capítulos, artigos e parágrafos dos textos submetidos à revisão, serão conservados, até a primeira leitura em assembleia plenária. Os textos acrescentados tomarão provisoriamente números acompanhados das indicações *bis*, *ter*, etc., e os números dos textos suprimidos não serão utilizados.

2. A numeração definitiva dos capítulos, artigos e parágrafos, depois de aprovada em primeira leitura, será confiada à comissão de redação.

Artigo 23

Aprovação definitiva

Os textos da Convenção, dos Regulamentos e dos outros Atos finais serão considerados definitivos desde que aprovados em segunda leitura pela assembleia plenária.

Artigo 24

Assinatura

Os textos definitivamente aprovados pela conferência serão submetidos à assinatura dos delegados munidos dos plenos poderes definidos no capítulo 5 do Regulamento Geral, observada a ordem alfabética dos nomes, em francês, dos países representados.

Artigo 25

Informações para a Imprensa

Qualquer comunicado oficial sobre os trabalhos da conferência só poderá ser transmitido à imprensa com autorização do Presidente ou de um dos vice-presidentes.

Artigo 26

isenção de taxas postais, telegráficas e telefônicas

Durante a realização da conferência, os membros das delegações, os membros do Conselho de Administração, os altos funcionários dos organismos permanentes da União e o pessoal da Secretaria da União presentes à conferência terão direito a isenção de pagamento de taxas postais, telegráficas e telefônicas, no limite que o governo do país em que se realize a conferência haja podido obter, mediante entendimento com outros governos e com as empresas de exploração privada reconhecida.

2.^a PARTE

CONSELHOS CONSULTIVOS INTERNACIONAIS

CAPÍTULO 10

Disposições gerais

1. As disposições da segunda parte do Regulamento Geral completam o art. 7.^o da Convenção, onde estão definidas as atribuições e a estrutura dos conselhos consultivos internacionais.

2. Os conselhos consultivos deverão igualmente observar na medida que lhes seja aplicável, o Regulamento interno das conferências contido na primeira parte deste Regulamento Geral.

CAPÍTULO 11

Condições de participação

1.(1) São membros de cada conselho consultivo internacional:

a) de direito, as administrações de todos os Membros e Membros associados da União;

b) a empresa de exploração privada reconhecida que, com aprovação do Membro ou Membro associado que a tenha reconhecido e sob reserva da aplicação do procedimento prescrito a seguir, manifeste o desejo de tomar parte nos trabalhos destes conselhos.

(2) O primeiro pedido para participar nos trabalhos de um conselho consultivo, emanado de empresa de exploração privada reconhecida, deverá ser dirigido ao Secretário Geral, que o levará ao conhecimento de todos os Membros e Membros associados

e do diretor do conselho consultivo interessado. Este pedido deverá ser aprovado pelo Membro ou Membro associado que haja reconhecido a mencionada empresa.

2. (1) As organizações internacionais que exerçam actividades conexas e coordenem seus trabalhos com os da União Internacional de Telecomunicações poderão, a título consultivo, ser admitidas a tomar parte nos trabalhos dos conselhos consultivos.

(2) O primeiro pedido de participação nos trabalhos de um conselho consultivo, emanado de uma organização internacional, será dirigido ao Secretário Geral, que o levará, por via telegráfica, ao conhecimento de todos os Membros ou Membros associados e convidará os Membros a que se pronunciem sobre a sua aceitação. O pedido será aceite caso a maioria das respostas dos Membros recebidas no prazo de um mês seja favorável. O Secretário Geral comunicará o resultado desta consulta a todos os Membros e Membros associados e ao diretor do conselho consultivo interessado.

(3) As condições em que uma administração, empresa de exploração privada reconhecida ou organização internacional poderá deixar de tomar parte nos trabalhos de qualquer conselho consultivo estão prescritas no capítulo 20, parágrafo 5, deste Regulamento.

3. (1) Os organismos científicos ou industriais que se dediquem quer ao estudo de problemas de telecomunicação quer ao estudo ou à fabricação de materiais destinados a serviços de telecomunicação poderão ser admitidos a tomar parte, a título consultivo, nas reuniões das comissões de estudo dos conselhos consultivos sob reserva de aprovação das administrações dos países interessados.

(2) O primeiro pedido de admissão de um organismo científico ou industrial às sessões de comissões de estudo de um conselho consultivo deverá ser dirigida ao diretor do mesmo conselho. A aludida solicitação deverá ser aprovada pela administração do país interessado.

CAPÍTULO 12

Atribuições da assembleia plenária

A assembleia plenária:

a) examinará os relatórios das comissões de estudo e aprovará, modificará ou rejeitará os projetos de recomendação contidos nos mesmos;

b) organizará a lista das questões novas a serem estudadas em conformidade às disposições do artigo 7, parágrafo 2, da Convenção, e se necessário, estabelecerá um programa de estudos;

c) segundo as necessidades, manterá as comissões de estudo existentes e criará novas;

d) distribuirá às comissões de estudos as questões que devam ser examinadas;

e) examinará e aprovará o relatório do diretor sobre os trabalhos do conselho subsequente à última reunião da assembleia plenária;

f) aprovará um relatório referente às necessidades financeiras do conselho até a assembleia plenária seguinte, relatório este que será submetido pelo diretor ao Conselho de Administração;

g) examinará quaisquer questões cujo estudo julgue necessário, de acordo com as disposições do artigo 7 da Convenção e da segunda parte do Regulamento Geral.

CAPÍTULO 13

Reuniões da assembleia plenária

1. A assembleia plenária reunirá-se normalmente cada três anos.

2. A data de uma reunião de assembleia plenária poderá ser modificada com prévia aprovação da maioria dos Membros da União que hajam tomado parte na assembleia plenária precedente ou que, dela não havendo participado, hajam comunicado ao Secretário Geral sua intenção de tomar parte ativa nos trabalhos do conselho consultivo correspondente.

3. (1) A assembleia plenária reunirá-se, quanto possível, na sede da União.

(2) Todavia, em cada reunião, a assembleia plenária poderá fixar para a reunião seguinte outro lugar, o qual poderá ser trocado ulteriormente, mediante o procedimento indicado no parágrafo 2 deste capítulo.

4. Em cada reunião a assembleia plenária de um conselho consultivo será presidida pelo chefe da delegação do país em que a mesma se realize ou, quando se efetue na sede da União, por pessoa eleita pela própria assembleia plenária. O presidente será assistido por vice-presidentes eleitos pela assembleia plenária.

5. A Secretaria da assembleia plenária de um conselho consultivo será assegurada pela secretaria especiali-

zada no mesmo conselho e, se necessário, com o auxílio da administração do governo convidante e do pessoal da Secretaria Geral.

CAPÍTULO 14

Línguas e procedimento de votação nas assembleias plenárias

1. As línguas utilizadas durante as assembleias plenárias e nos documentos oficiais dos conselhos consultivos serão as mencionadas no artigo 14 da Convenção.

2. Os países autorizados a votar nas sessões das assembleias plenárias dos conselhos consultivos são os referidos no artigo 1, parágrafo 3 alínea 2 e no artigo 15, parágrafo 2, da Convenção. Entretanto, quando um país não esteja representado por uma administração, os representantes de suas empresas de exploração privada reconhecidas, qualquer que seja o número destas, terão direito apenas a um voto.

CAPÍTULO 15

Constituição das comissões de estudo

1. A assembleia plenária constituirá as comissões de estudo necessárias para tratar das questões cujo exame haja decidido. As administrações, as empresas de exploração privada reconhecidas e as organizações internacionais admitidas em conformidade às disposições do capítulo 1, parágrafo 2, que desejem tomar parte nos trabalhos de comissões de estudo darão seus nomes à reunião da assembleia plenária ou, ulteriormente, ao diretor do conselho consultivo interessado.

2. Além disto, e sob reserva das disposições do capítulo 1, parágrafo 3, deste Regulamento, peritos dos organismos científicos ou industriais poderão ser admitidos a tomar parte, a título consultivo, em todas as reuniões de qualquer das comissões de estudo.

3. A assembleia plenária designará o relator principal que deva presidir cada uma das comissões de estudo e um vice-relator principal. Caso, no intervalo de duas reuniões da assembleia plenária, o relator principal esteja impedido de exercer suas funções, o vice-relator principal o substituirá e a comissão de estudo elegerá, entre seus membros, um novo vice-relator principal.

CAPÍTULO 16

Tramitação dos assuntos nas comissões de estudo

1. As questões confiadas às comissões de estudo serão normalmente tratadas por correspondência.

2 (1) Entretanto, quando lhe parecer conveniente, a assembléa plenária poderá dar às reuniões de comissões de estudo as diretrizes porventura necessárias para exame de grupos importantes de questões.

(2) Além disso, caso o relator principal, após a assembléa plenária, julgue necessária uma reunião de sua comissão de estudo não prevista por aquela assembléa, para discussão verbal de questões que não hajam podido ser tratadas por correspondência, poderá, com autorização de sua administração e prévia consulta ao diretor interessado e aos membros de sua comissão de estudo, propor uma reunião em lugar adequado, tendo em vista a necessidade de reduzir ao mínimo as despesas.

3. Todavia, para evitar viagens inúteis e ausências prolongadas, o diretor de um conselho consultivo, de acordo com os relatores principais que presidam as diversas comissões de estudo interessadas estabelecerá o plano geral das reuniões do grupo de comissão de estudo que devam realizar-se num mesmo lugar, durante o mesmo período.

4. O diretor enviará os relatórios finais das comissões de estudo às administrações participantes, às empresas de exploração privada reconhecidas do respectivo conselho consultivo e, eventualmente, às organizações internacionais que do mesmo hajam participado. Estes relatórios serão remetidos logo que possível e, em qualquer caso, com antecedência suficiente para que cheguem ao seu destino pelo menos um mês antes da data da seguinte assembléa plenária: as questões que não hajam sido tratadas num relatório enviado nas condições mencionadas não poderão ser inscritas na ordem do dia da assembléa plenária.

CAPÍTULO 17

Funções do diretor — Secretaria especializada

1. (1) O diretor de cada conselho consultivo coordenará os trabalhos

dêste, inclusive os de sua assembléa plenária e das comissões de estudo, e será responsável pela organização dos trabalhos do mesmo Conselho.

(2) Os arquivos do Conselho Consultivo ficarão a cargo do respectivo presidente.

(3) O diretor será assistido por uma secretaria composta de pessoal especializado, que atuará sob sua imediata direção e o ajudará na organização dos trabalhos do conselho.

(4) O diretor do Conselho Consultivo Internacional de Radiocomunicações será ainda assistido por um vice-diretor, de acordo com o artigo 7 da Convenção.

2. O Diretor escolherá o pessoal técnico e administrativo da referida secretaria com observância do orçamento aprovado pela Conferência de plenipotenciários ou pelo Conselho de Administração. A nomeação do pessoal técnico e administrativo será feita pelo Secretário Geral, em acordo com o diretor.

3. O diretor tomará parte, de pleno direito e a título consultivo, nas deliberações da assembléa plenária e das comissões de estudo e adotará todas as providências concernentes à preparação das reuniões da mesma assembléa ou das comissões de estudo.

4. O Vice-diretor do Conselho Consultivo Internacional de Radiocomunicações tomará parte, de pleno direito e a título consultivo, nas deliberações da assembléa plenária e das comissões de estudo, quando os assuntos incluídos na ordem do dia interessarem à sua atividade.

5. O diretor, em relatório apresentado à assembléa plenária, prestará conta das atividades do conselho consultivo, depois da última reunião da assembléa plenária. Após a aprovação, este relatório será remetido ao Secretário Geral, para ser encaminhado ao Conselho de Administração.

6. O diretor submeterá à aprovação da assembléa plenária um relatório sobre as necessidades financeiras do conselho consultivo até à assembléa plenária seguinte. Esse relatório, depois de aprovado pela assembléa plenária, será transmitido ao Secretário Geral, para os fins convenientes.

CAPÍTULO 12

Preparação de proposições para as conferências administrativas

Um ano antes da conferência administrativa competente, representantes das comissões de estudo interessadas de cada conselho consultivo entrarão em correspondência ou se reunirão com representantes da Secretaria Geral, para extraírem das recomendações formuladas pelo referido conselho, após a conferência administrativa precedente, as propostas de modificações do regulamento correspondente.

CAPÍTULO 19

Relações recíprocas entre os conselhos consultivos e entre estes e outras organizações internacionais

1. (1) As assembleias plenárias dos conselhos consultivos poderão constituir comissões mistas para efetuarem estudos e emitirem opiniões sobre questões de interesse comum.

(2) Os diretores dos conselhos consultivos poderão em colaboração com os relatores principais organizar reuniões mistas de comissões de estudo de conselhos diferentes, a fim de estudarem e prepararem projetos de recomendações relativas a assuntos de interesse comum. Estes projetos serão submetidos à seguinte reunião da assembleia plenária de cada conselho consultivo interessado.

2. A assembleia plenária ou o diretor de qualquer conselho consultivo poderá designar um representante deste conselho para assistir a título consultivo, às reuniões de outros conselhos consultivos ou às reuniões de outras organizações internacionais para as quais haja sido convidado.

3. Poderão assistir às reuniões de um conselho consultivo o Secretário Geral da União ou um dos dois secretários gerais adjuntos, os representantes da Junta Internacional de Registro de Frequências e os diretores dos demais conselhos consultivos ou seus representantes, sempre a título consultivo.

CAPÍTULO 20

Finanças dos conselhos consultivos

1. Os salários dos diretores dos conselhos consultivos e do vice-diretor do Conselho Consultivo Internacional

de Radiocomunicações, bem como as despesas ordinárias das secretarias especializadas, serão incluídos nas despesas ordinárias da União, em conformidade às disposições do artigo 13 da Convenção.

2. A totalidade das despesas extraordinárias de cada conselho consultivo, que compreenderá as despesas extraordinárias dos diretores do vice-diretor do Conselho Consultivo Internacional de Radiocomunicações, assim como todas as despesas da secretaria, correspondentes a uma reunião qualquer das comissões de estudo ou de uma assembleia plenária, e o custo de todos os documentos de trabalho das comissões de estudo e da assembleia plenária correrão, em conformidade ao artigo 13, parágrafos 3 e 6 da Convenção, à conta:

a) das administrações que hajam notificado ao Secretário Geral o desejo de tomarem parte ativa nos trabalhos de um conselho consultivo, mesmo que não hajam assistido à reunião da assembleia plenária;

b) das administrações que, não havendo notificado ao Secretário Geral o desejo de tomarem parte nos trabalhos de um conselho consultivo, hajam, no entanto, participado da reunião da assembleia plenária ou de uma comissão de estudo;

c) das empresas de exploração privada reconhecidas que, em conformidade ao capítulo 11, parágrafo 1, alínea (2), hajam solicitado sua participação nos trabalhos de um conselho consultivo, ainda que não hajam assistido à reunião da assembleia plenária;

d) das organizações internacionais que, em conformidade ao capítulo 11, parágrafo 2 alínea (2), hajam sido admitidas a tomarem parte nos trabalhos do conselho consultivo, e não hajam sido dispensadas de qualquer contribuição relativa às despesas em virtude do artigo 13 parágrafo 3, alínea (5) da Convenção.

e) dos organismos científicos ou industriais que, em conformidade ao capítulo 11, parágrafo 3, hajam tomado parte nos trabalhos de comissões de estudo de um conselho consultivo.

3. As empresas de exploração privada reconhecidas, as organizações internacionais e os organismos científicos ou industriais mencionados nos incisos c), d) e e) do parágrafo 2 deste capítulo indicarão em qual das classes mencionadas no artigo 13, pa-

rágrafo 4, da Convenção, desejem ser incluídos para efeito de sua contribuição às despesas extraordinárias do conselho consultivo.

4. As despesas das comissões de estudo serão incorporadas às despesas extraordinárias da reunião seguinte da assembleia plenária. Entretanto, caso as reuniões das comissões de estudo hajam sido efetuadas mais de um ano antes da data da seguinte reunião da assembleia plenária, o Secretário Geral submeterá às administrações, às empresas, às organizações e aos organismos interessados as contas provisórias das despesas extraordinárias delas decorrentes.

5. As administrações, as empresas de exploração privada reconhecidas, as organizações internacionais e os organismos científicos ou industriais mencionados no parágrafo 2 contribuirão para as despesas extraordinárias, a partir da data do encerramento da reunião precedente da assembleia plenária. Esta obrigação terá vigência até à respectiva denúncia. A notificação de denúncia produzirá efeitos desde a data do encerramento da reunião da assembleia plenária que se seguir à data de recebimento desta notificação, mas não acarretará perda do direito de receber os documentos relativos à aludida reunião da assembleia plenária.

6. Cada administração, empresa de exploração privada reconhecida, organização industrial e organismo científico ou industrial arcará com as despesas das pessoas que as representam.

7. Entretanto, as despesas pessoais do representante de um conselho consultivo, ocasionadas por sua participação nas reuniões referidas no capítulo 19, parágrafo 2, correrão à conta do conselho que represente.

ANEXO 6

(Ver o artigo 26)

Acordo entre a Organização das Nações Unidas e a União Internacional de Telecomunicações

PREFÁCULO

Em virtude das disposições do artigo 57 da Carta das Nações Unidas e do artigo 26 da Convenção da União Internacional de Telecomunicações concluída em Atlantic City em 1947, as Nações Unidas e a União Internacional de Telecomunicações acordam o seguinte:

Artigo I

As Nações Unidas reconhecem a União Internacional de Telecomunicações, adiante designada "a União", como a instituição especializada encarregada de tomar, em conformidade ao seu ato constitutivo, as medidas apropriadas para atender aos fins nela visados.

Artigo II

Representação recíproca

1. A Organização das Nações Unidas será convidada a enviar representantes para tomarem parte, sem direito a voto, nas deliberações de todas as conferências plenipotenciárias e administrativas da União; será igualmente convidada, mediante prévio entendimento com a União, a enviar representantes para assistirem a reuniões de conselhos consultivos internacionais ou a qualquer outra reunião convocada pela União, com o direito de tomarem parte, sem voto, na discussão de questões que interessem às Nações Unidas.

2. A União será convidada a enviar representantes para assistirem às sessões do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas e do Conselho de Tutela, de suas comissões e juntas, bem como tomarem parte sem direito a voto, nas deliberações, quando forem tratados pontos da ordem do dia nos quais a União seja interessada.

4. A União será convidada a enviar representantes para assistirem às sessões das comissões principais da assembleia geral durante as quais devem ser discutidos assuntos de competência da União, bem como para tomarem parte, sem direito a voto, nestas discussões.

5. A Secretaria das Nações Unidas distribuirá aos Membros da assembleia geral do Conselho Econômico e Social e de suas comissões assim como do Conselho de Tutela conforme o caso, as exposições escritas apresentadas pela União. Do mesmo modo, as exposições escritas apresentadas pelas Nações Unidas serão distribuídas pela União a seus próprios Membros.

Artigo III

Inscrição de assuntos na ordem do dia

Após consultas preliminares que possam ser necessárias, a União insere-

verá na ordem do dia das conferências plenipotenciárias ou administrativas, ou das reuniões de outros órgãos da União, os assuntos que lhe hajam sido propostos pelas Nações Unidas. O Conselho Económico e Social e suas comissões, bem como o Conselho de Tutela, inscreverão igualmente na sua ordem do dia os assuntos propostos pelas conferências ou por outros órgãos da União.

Artigo IV

Recomendações das Nações Unidas

1. Tendo em vista que as Nações Unidas têm o dever de facilitar a realização dos objetivos previstos no artigo 55 da Carta e de ajudar o Conselho Económico e Social a exercer a função e o poder que lhe confere o artigo 62 da Carta, de realizar ou promover estudos e relatórios sobre assuntos internacionais nos domínios económico, social, cultural, educativo, de saúde pública e de outros domínios conexos e de dirigir recomendações acerca de todos estes assuntos às instituições especializadas interessadas, bem como tendo igualmente em vista que os artigos 58 e 63 da Carta dispõem que a Organização das Nações Unidas deverá fazer recomendações para coordenar as atividades das instituições especializadas e os princípios gerais em que as mesmas se inspiram, a União concorda em tomar medidas necessárias para submeter o mais cedo possível, a seu órgão competente, para os fins convenientes, todas as recomendações oficiais que a Organização das Nações Unidas lhe dirija.

2. A União concorda em efetuar entendimentos com a Organização das Nações Unidas, a pedido desta, relativamente a estas recomendações e de comunicar em tempo razoável, à Organização das Nações Unidas, as medidas tomadas pela União ou seus Membros, para porem em prática as mesmas recomendações ou os resultados delas decorrentes.

3. A União cooperará em qualquer outra medida que possa ser necessária para assegurar a coordenação plenamente efetiva das atividades das instituições especializadas e das Nações Unidas. Concorde especialmente em colaborar com qualquer órgão ou em todos os órgãos criados pelo Conselho Económico e Social para facilitar esta coordenação e em fornecer todas as informações que possam ser necessá-

rias para consecução de seus objetivos.

Artigo V

Intercâmbio de informações e de documentos

1. Sob reserva de medidas que possam ser necessárias para assegurar o caráter confidencial de certos documentos, as Nações Unidas e a União procederão ao intercâmbio mais completo e mais rápido possível de informações e de documentos, para satisfazer as necessidades de cada uma delas.

2. Sem prejuízo do caráter geral das disposições do parágrafo precedente,

a) a União apresentará às Nações Unidas um relatório anual sobre sua atividade;

b) a União dará curso, na medida do possível, a qualquer pedido de relatórios especiais, estudos ou informações que lhe seja apresentado pelas Nações Unidas;

c) o Secretário Geral das Nações Unidas entrará em entendimentos com a autoridade competente da União, a pedido desta, para fornecer-lhe informações que possam ser de interesse particular para ela.

Artigo VI

Assistência às Nações Unidas

A União compromete-se a cooperar com as Nações Unidas, seus organismos principais e subsidiários, bem como a fornecer-lhes toda assistência possível, de acordo com a Carta das Nações Unidas e a Convenção Internacional de Telecomunicações, sendo muito em vista a situação particular dos Membros da União que não o sejam das Nações Unidas.

Artigo VII

Relações com a Corte Internacional de Justiça

1. A União compromete-se a fornecer à Corte Internacional de Justiça as informações que esta lhe solicite com base no artigo 34 de seu Estatuto.

2. A Assembléia Geral das Nações Unidas autoriza a União a solicitar à Corte Internacional de Justiça pareceres sobre questões jurídicas sus-

citadas no domínio da sua competência e que não sejam concernentes às relações mútuas da União com a Organização das Nações Unidas ou com outras instituições especializadas.

3. Pedido desta natureza poderá ser endereçado à Corte pela conferência de plenipotenciários ou pelo Conselho de Administração autorizado por aquela conferência.

4. Quando solicitar um parecer à Corte Internacional da Justiça, a União informará disto o Conselho Econômico e Social.

Artigo VIII

Disposições concernentes a pessoal

1. A Organização das Nações Unidas e a União convençam em estabelecer para o pessoal, na medida do possível, normas, métodos e disposições comuns destinados a evitar contradições graves nos termos e condições de emprego, assim como a concorrência no recrutamento do pessoal, e comprometem-se ainda, a facilitar a permuta de pessoal no interesse das duas partes, com o fim de melhor utilizar os serviços deste pessoal.

2. A Organização das Nações Unidas e a União comprometem-se a cooperar, na medida do possível, para a consecução dos fins visados no parágrafo antecedente.

Artigo IX

Serviços estatísticos

1. A Organização das Nações Unidas e a União esforçar-se-ão no sentido de realizarem uma colaboração tão estreita quanto possível, de eliminarem qualquer concorrência desnecessária em suas atividades e de utilizarem o mais eficazmente possível seu pessoal técnico na coleta, análise, publicação, normalização, no aperfeiçoamento e na difusão de dados estatísticos. Comprometem-se, ainda, a conjugar esforços, a fim de tirarem o melhor proveito possível dos dados estatísticos e aliviarem o encargo dos governos e dos outros organismos chamados a fornecerem estas informações.

2. A União reconhece que a Organização das Nações Unidas constitui o organismo central encarregado de coligir, analisar, publicar, normalizar, aperfeiçoar e difundir as estatísticas úteis aos fins gerais das organizações internacionais.

3. A Organização das Nações Unidas reconhece que a União é o organismo central, encarregado de coligir, analisar, publicar, normalizar, aperfeiçoar e difundir as estatísticas no domínio de sua competência, sem prejuízo do direito da Organização das Nações Unidas de se interessar por tais estatísticas, na medida em que possam ser necessárias à realização dos seus próprios objetivos ou ao aperfeiçoamento das estatísticas do mundo inteiro. Caberá à União deliberar quanto à forma de elaboração de seus documentos de serviço.

4. Com o fim de constituir um centro de informações estatísticas, destinado a uso geral, fica estabelecido que os dados fornecidos à União a fim de serem incorporados às suas séries estatísticas básicas ou aos seus relatórios especiais serão, na medida do possível, postos à disposição da Organização das Nações Unidas, a pedido desta.

5. Os dados fornecidos à Organização das Nações Unidas para serem incorporados às suas séries estatísticas básicas ou aos seus relatórios especiais ficarão, na medida em que seja possível e oportuno, à disposição da União, a pedido desta.

Artigo X

Serviços administrativos e técnicos

1. A Organização das Nações Unidas e a União reconhecem que, para a utilização da maneira mais eficaz do pessoal e dos recursos disponíveis, é conveniente evitarem, sempre que possível, a criação de serviços concorrentes ou coincidentes e, em caso de necessidade, consultarem-se a respeito.

2. A Organização das Nações Unidas e a União adotarão em conjunto disposições no que concerne ao registro e depósito dos documentos oficiais.

Artigo XI

Disposições orçamentárias e financeiras

1. O orçamento ou o projeto de orçamento da União será transmitido à Organização das Nações Unidas ao mesmo tempo em que o sejam aos Membros da União. A assembléia geral poderá fazer recomendações à União sobre o assunto.

2. A União terá o direito de enviar representantes para tomarem parte, sem direito a voto, nas deliberações da assembleia geral ou de qualquer comissão desta assembleia quando o orçamento da União estiver em discussão.

Artigo XII

Financiamento dos serviços especiais

1. Se, em consequência de um pedido de assistência, de relatórios especiais ou de estudos, apresentados pela Organização das Nações Unidas em conformidade ao artigo VI ou a outras disposições deste acôrdo, a União fôr obrigada a importantes despesas suplementares, as partes se consultarão para determinarem a maneira mais equitativa possível de fazerem face a estas despesas.

2. A Organização das Nações Unidas e a União consultar-se-ão, igualmente, para adotarem as disposições que julguem equitativas para cobrir as despesas dos serviços centrais administrativos, técnicos ou fiscais e de tôdas as facilidades ou assistência especiais concedidas pela Organização das Nações Unidas a pedido da União.

Artigo XIII

Salvo-conduto das Nações Unidas

Os funcionários da União terão o direito de se utilizarem do salvo-conduto das Nações Unidas, em conformidade aos acôrdos especiais concluídos pelo Secretário Geral da Organização das Nações Unidas e pelas autoridades competentes da União.

Artigo XIV

Acôrdo entre instituições

1. A União compromete-se a informar o Conselho Económico e Social da natureza e do alcance de qualquer acôrdo oficial em estudo entre a União e outra instituição especializada, outra organização intergovernamental ou organização internacional não governamental, e, além disto, informará ao mesmo Conselho dos pormenores deste acôrdo, quando concluído.

2. A Organização das Nações Unidas compromete-se a informar a União da natureza e do alcance de

qualquer acôrdo oficial em estudo, por outras instituições especializadas, sobre questões que possam interessar a União e, além disto informará esta dos pormenores do mesmo acôrdo, quando concluído.

Artigo XV

Ligação

1. A Organização das Nações Unidas e a União convencionam as disposições antecedentes, convictas de que as mesmas contribuirão a manter uma ligação efetiva entre as duas organizações e afirmam sua intenção de adotarem as medidas que possam ser necessárias a tal fim.

2. As disposições concernentes à ligação prevista neste acôrdo aplicar-se-ão, na medida adequada, às relações entre a União e a Organização das Nações Unidas, compreendidas suas repartições regionais ou auxiliares.

Artigo XVI

Serviço de telecomunicação das Nações Unidas

1. A União reconhece ser importante para a Organização das Nações Unidas beneficiar-se dos mesmos direitos concedidos aos Membros da União na exploração dos serviços de telecomunicações.

2. A Organização das Nações Unidas compromete-se a explorar os serviços de telecomunicação que dela dependem, em conformidade aos termos da Convenção Internacional de Telecomunicações e do Regulamento anexo à mesma Convenção.

3. As modalidades exatas de aplicação deste artigo serão objeto de acôrdos distintos.

Artigo XVII

Execução do acôrdo

O Secretário Geral das Nações Unidas e a autoridade competente da União poderão concluir todos os acôrdos complementares que pareçam convenientes à aplicação deste.

Artigo XVIII

Revisão

Este acôrdo estará sujeito a revisão por entendimento entre as Nações Unidas e a União, sob reserva de aviso prévio de seis meses de uma ou de outra parte.

Artigo XIX

Início de vigência

1. Este acôrdo entrará provisoriamente em vigência após aprovação pela Assembléia Geral das Nações Unidas e pela Conferência Plenipotenciária de Telecomunicações realizada em Atlantic City, em 1947.

2. Sob reserva da aprovação mencionada no parágrafo 1. antecedente, este acôrdo entrará oficialmente em vigência ao mesmo tempo que a Convenção Internacional de Telecomunicações concluída em Atlantic City, em 1947, ou em data anterior, se a União o decidir.

PROTOCOLO FINAL A CONVENÇÃO INTERNACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES — BUENOS AIRES, 1952.

No momento de procederem à assinatura da Convenção Internacional de Telecomunicações de Buenos Aires, os plenipotenciários abaixo firmados tomam conhecimento das declarações seguintes:

I

Pela República Popular da Albânia:

No momento de assinar a Convenção de Telecomunicações de Buenos Aires, a delegação da República Popular da Albânia declara o que segue:

1. a) os representantes da gente do Kuomintang não são em realidade os representantes da China e, conseqüentemente, a decisão da Conferência de Plenipotenciários de lhes conceder o direito de assinar a Convenção é ilegal. O direito de assinar a Convenção em nome da China cabe unicamente aos representantes nomeados pelo Governo da República Popular da China;

b) a assinatura da Convenção de Telecomunicações em nome da Alemanha pelos representantes das autoridades de Bonn é ilegal, de vez que estas autoridades não representam toda a Alemanha. O Governo da República Democrática da Alemanha aderiu legalmente à Convenção de Telecomunicações de 1947, de modo que a República Democrática da Alemanha é parte contratante da Convenção de 1947 e Membro de pleno direito da União Internacional de Telecomunicações;

c) a decisão da Conferência de Plenipotenciários de conceder aos representantes do Viet-Nam de Bao-Dai e da Coréia do Sul o direito de assinarem a Convenção de Telecomunicações é ilegal, de vez que, em realidade, os mesmos não representam o Viet-Nam e a Coréia.

2. A nova lista internacional de frequência citada no artigo 47 do Regulamento das Radiocomunicações (Atlantic City) ainda não foi elaborada nem aprovada. Por conseguinte, as decisões tomadas pela Conferência Administrativa Extraordinária de Radiocomunicações são contrários ao mencionado Regulamento e, portanto, ilegais.

Em vista do exposto, a delegação da República Popular da Albânia declara que a Resolução n.º 30, adotada pela Conferência de Plenipotenciários de Buenos Aires, que considera as decisões ilegais da C. A. E. R. como substitutivas das disposições do Regulamento de Radiocomunicações, em vigência, viola o procedimento estabelecido para a revisão dos regulamentos e, conseqüentemente, é inaceitável pela República Popular da Albânia.

Por tudo isto, a República Popular da Albânia reserva-se o direito de seguir, nas questões de registro e utilização de frequências, as disposições do artigo 47 do Regulamento de Radiocomunicações em vigência.

Reserva-se, também, o direito de adotar ou não as disposições do artigo 6 da Convenção.

II

Pelo Reino da Arábia Saudita:

1. A delegação da Arábia Saudita declara formalmente que se opõe ao parágrafo 12, inciso b, 1.º, do artigo 5. A assinatura desta Convenção em nome da Arábia Saudita é aposta sob reserva de que a Arábia Saudita não ficará obrigada pelos acôrdos provisórios que considere contrários a seus interesses e que o Conselho de Administração conclua em nome da União.

2. Ao assinar esta Convenção, a Delegação da Arábia Saudita reserva ao seu governo o direito de aceitar ou não qualquer obrigação relativamente ao Regulamento Telegráfico e ao Regulamento Adicional de Radiocomunicações, mencionados no artigo 12 da mesma Convenção.

III

Pela Federação da Austrália:

A delegação da Austrália declara que a assinatura desta Convenção pela Austrália é apostá sob reserva de que seu país não se sente obrigado pelo Regulamento Telefónico mencionado no artigo 12 da mesma Convenção.

IV

Pela República Socialista Soviética da Bielorrússia:

Tendo em conta:

que, com base no artigo 47 do Regulamento de Radiocomunicações, que completa a Convenção de Telecomunicações, a entrada em vigência da parte mais importante d'este regulamento está subordinada às decisões da futura Conferência Administrativa Especial mencionadas naquele artigo;

tendo em vista:

que, quando da adoção das decisões da Conferência Administrativa Extraordinária de Radiocomunicações (C.A.E.R.) em 1951, as disposições do artigo 47 do Regulamento de Radiocomunicações foram violadas e que, conseqüentemente, as referidas decisões da C.A.E.R. são ilegais; e

considerando ainda:

que a Conferência de Plenipotenciários de 1952, ao adotar a Resolução segundo a qual estas decisões ilegais da C.A.E.R. são consideradas substitutivas das disposições do Regulamento de Radiocomunicações, violou as prescrições do artigo 13 da Convenção de Telecomunicações relativas ao caráter obrigatório dos regulamentos.

a República Socialista Soviética da Bielorrússia, nestas condições, deixa aberta a questão de aceitar as disposições da Convenção de Telecomunicações relativas à Junta Internacional de Registro de Frequências bem como a questão de adotar o Regulamento de Radiocomunicações.

V

Pela República Popular da Bulgária:

No momento da assinatura da Convenção de Telecomunicações de Buenos Aires, a delegação da República Popular da Bulgária declara:

1. A decisão da Conferência de Plenipotenciários, segundo a qual os representantes do Kuomintang têm o direito de assinar a Convenção de Telecomunicações, é ilegal, porque, em realidade, não representam a China. Têm somente o direito de assinar a Convenção os representantes designados pelo governo central popular da República Popular da China.

As autoridades de Bonn não representam a Alemanha inteira, razão por que a assinatura da Convenção de Telecomunicações por seus representantes é ilegal. O Governo da República Democrática da Alemanha aderiu à Convenção de Atlantic City de acôrdo com o procedimento previsto no Protocolo Adicional II da mesma Convenção. Nestas condições, a República Democrática da Alemanha é participante da Convenção de Atlantic City e Membro, de pleno direito, da União Internacional de Telecomunicações.

A decisão da Conferência de Plenipotenciários, segundo a qual os representantes de Viet-Nam de Bao-Dai e da Coreia do Sul têm o direito de assinar a Convenção de Telecomunicações, é ilegal, porque os mesmos, em realidade, não representam o Viet-Nam e a Coreia.

2. A nova lista internacional de frequências, prevista no artigo 47 do Regulamento de Radiocomunicações (Atlantic City), não foi ainda elaborada nem aprovada. Por isto, as decisões adotadas pela Conferência Administrativa Extraordinária de Radiocomunicações são ilegais, porque estão em contradição com o Regulamento de Radiocomunicações.

Tendo em vista o que precede, a delegação da República Popular da Bulgária declara que a Resolução n.º 30, adotada pela Conferência de Plenipotenciários de Buenos Aires, segundo a qual as decisões ilegais da Conferência Administrativa Extraordinária de Radiocomunicações são consideradas substitutivas das disposições do Regulamento de Radiocomunicações, está em contradição com as disposições da Convenção em vigência, viola o procedimento normal de revisão dos regulamentos e, portanto, não pode ser aceita pela República Popular da Bulgária.

Por isto, a República Popular da Bulgária declara que a questão concernente à adoção do Regulamento de Radiocomunicações permanece aberta.

A República Popular da Bulgária reserva-se, igualmente, o direito de aceitar ou não as disposições do artigo 6 da Convenção.

VI

Pelo Canadá:

Ao assinar esta Convenção, o Canadá reserva-se o direito de não aceitar o parágrafo 2, alínea (1), do artigo 12 da Convenção de Telecomunicações de Buenos Aires. O Canadá reconhece as obrigações do Regulamento de Radiocomunicações e do Regulamento Telegráfico anexos a esta Convenção, mas não aceita obrigação pelo Regulamento Adicional de Radiocomunicações nem pelo Regulamento Telefônico.

VII

Pela China:

A delegação da República da China a Conferência de Plenipotenciários da União Internacional de Telecomunicações de Buenos Aires é a única representação legítima da China nesta Conferência e, como tal, foi reconhecida pela mesma. Todas as declarações ou reservas apresentadas na ocasião desta Convenção ou juntas à mesma, feitas por diferentes Membros da União e que são incompatíveis com a posição da República da China, ora exposta, são ilegais e, conseqüentemente, nulas e inoperantes. Ao assinar esta Convenção, a República da China não aceita, relativamente a estes Membros da União qualquer obrigação decorrente da Convenção de Buenos Aires ou de qualquer Protocolo à mesma referente.

VIII

Pela República da Colômbia:

A República da Colômbia declara formalmente que, ao assinar esta Convenção, não aceita qualquer obrigação relativa ao Regulamento Telegráfico e ao Regulamento Telefônico citados no artigo 12 da dita Convenção.

IX

Por Cuba:

Tendo em vista as disposições do artigo 12 da Convenção de Buenos Aires e considerando o que o mesmo estabelece, a República de Cuba declara que faz uma reserva formal relativa-

mente à aceitação do Regulamento Telegráfico e do Regulamento Telefônico.

X

Pelos Estados Unidos da América:

A assinatura desta Convenção pelos Estados Unidos da América e em seu nome, também prevalece, de acordo com o procedimento constitucional, para todos os Territórios dos Estados Unidos da América.

Os Estados Unidos da América declaram formalmente que, pela assinatura desta Convenção em seu nome, não aceitam qualquer obrigação concernente ao Regulamento Telefônico, ou ao Regulamento Adicional de Radiocomunicações citados no artigo 12 da Convenção de Buenos Aires.

XI

Pela Grécia:

A delegação helênica declara formalmente que, ao assinar esta Convenção, mantém as reservas feitas pela Grécia por ocasião da assinatura dos Regulamentos Administrativos citados no artigo 12 da Convenção de Buenos Aires.

XII

Pela Guatemala:

O fato de assinar esta Convenção em nome da República da Guatemala não obriga meu governo a ratificá-la na totalidade, redação final e aplicação, ficando compreendido que o Congresso Nacional do meu país poderá apresentar as reservas que julgue necessárias, no momento da ratificação.

Declaro, em nome do meu governo, que este não aceitará qualquer responsabilidade financeira que possa resultar das reservas feitas pelos países participantes desta Conferência.

XIII

Pela República Popular Húngara:

No momento de proceder à assinatura da Convenção Internacional de Telecomunicações, a Delegação da República Popular Húngara declara o seguinte:

Considerando que a Conferência de Plenipotenciários de Buenos Aires adotou uma Resolução, segundo a qual as decisões ilegais da C. A. E. R. subs-

tituem as disposições da Convenção relativas à revisão dos regulamentos, a República Popular Húngara, estando em desacordo com a Resolução número 30 adotada pela Conferência de plenipotenciários, reserva-se o direito de considerar abertas as questões concernentes à adoção do Regulamento de Radiocomunicações e ao I. F. R. B.

A Delegação da República Popular Húngara, no momento da assinatura da Convenção Internacional de Telecomunicações, faz a declaração seguinte:

1. A decisão da Conferência de Plenipotenciários de Buenos Aires de conceder aos representantes do Kuomintang o direito de assinar a Convenção é ilegal, pois os únicos representantes legítimos são os nomeados pelo Governo central popular da República Popular da China e somente estes têm o direito de assinar em nome da China.

2. Os chamados representantes do Viet-Nam de Bao-Dai e da Coreia do Sul não representam, em realidade, o Viet-Nam e a Coreia e, por esta razão, são ilegais sua participação nos trabalhos da Conferência e a decisão que os autoriza a assinar a Convenção Internacional de Telecomunicações.

3. O Governo da República Democrática da Alemanha, havendo aderido à Convenção Internacional de Telecomunicações de Atlantic City, de acordo com o procedimento previsto, é, sem contestação, Membro de pleno direito da União.

As autoridades de Bonn não representam toda a Alemanha e, portanto, é ilegal a assinatura da Convenção Internacional de Telecomunicações de Buenos Aires pelos representantes destas autoridades.

XIV

Pela República da Indonésia:

Ao assinar esta Convenção em nome do Governo da República da Indonésia, a delegação indonésiana à Conferência de Plenipotenciários de Buenos Aires reserva seus direitos quanto à menção, nos documentos da U. I. T. e no anexo 1 desta Convenção, do nome da Nova Guiné em seguida e sob o nome dos Países Baixos visto que a Nova Guiné (ocidental) é ainda território contestado.

XV

Pelo Iraque:

A delegação do Iraque faz as reservas seguintes:

1. Reserva ao seu governo o direito de aceitar ou não o Regulamento Telefônico, o Regulamento Telegráfico e o Regulamento Adicional de Radiocomunicações citados no artigo 12 da Convenção de Buenos Aires.

2. Reserva ao seu governo o direito de participar de ou recusar apoio a qualquer acordo provisório concluído pelo Conselho da Administração em conformidade às disposições do artigo 5, parágrafo 12 inciso b, 1.º, e do artigo 9, parágrafo 1, inciso g.

XVI

Pelo Estado de Israel:

A delegação do Estado de Israel não pode aceitar a reserva feita pelas delegações do Afeganistão, da Arábia Saudita, do Egito, do Iraque, da Jordânia, do Líbano, do Paquistão, da Síria, e do Iemen a respeito de Israel e reserva ao seu governo o direito de tomar as medidas que julgue necessárias à salvaguarda dos interesses do Estado de Israel quanto à aplicação desta Convenção e dos Regulamentos anexos à mesma relativamente aos países Membros acima aludidos.

XVII

Pela Itália e Austria:

A Itália e a Austria reservam-se o direito de adotarem as medidas que julguem necessárias à salvaguarda de seus interesses, caso alguns Membros ou Membros associados não contribuam para as despesas da União na base das disposições da Convenção Internacional de Telecomunicações de Buenos Aires (1952) e caso as reservas de outros países possam comprometer seus serviços de telecomunicações.

XVIII

Pelo Reino Hachemita da Jordânia:

A delegação do Reino Hachemita da Jordânia faz as seguintes reservas:

1. Reserva ao seu governo o direito de aceitar ou não o Regulamento Telefônico, o Regulamento Telegráfico e o Regulamento Adicional de Radiocomunicações citados no artigo 12 da Convenção de Buenos Aires.

2. Reserva ao seu governo o direito de participar de ou recusar apoio a qualquer acordo provisório concluído pelo Conselho de Administração em conformidade às disposições do artigo 5, parágrafo 12 inciso b, 1.º, e do artigo 9, parágrafo 1, inciso g.

XIX

Pelo México:

Ao assinar a Convenção Internacional de Telecomunicações de Buenos Aires, a delegação do México declara o seguinte:

1. Esta assinatura não impõe ao seu governo qualquer obrigação no que concerne ao Regulamento Telegráfico, ao Regulamento Telefônico e ao Regulamento Adicional de Radiocomunicações citados no artigo 12, parágrafo 2, alíneas (1) e (2) da mesma Convenção.

2. Não aceita, de parte de qualquer país, reserva que possa acarretar, direta ou indiretamente, aumento da contribuição do México, além da estabelecida na Convenção.

XX

Pelo Paquistão:

Ao assinar esta Convenção em nome do seu país, a delegação do Paquistão declara formalmente que o Paquistão não pode aceitar qualquer obrigação vinculada ao Regulamento Telegráfico, citado no artigo 12 da Convenção de Buenos Aires.

Além disto, reserva ao seu governo o direito de aceitar ou não as disposições da Convenção relativas ao I. F. R. B.

XXI

Pela República das Filipinas:

Ao assinar esta Convenção, a República das Filipinas declara formalmente que, no momento, não pode aceitar obrigações relativamente aos Regulamentos Telefônico e Telegráfico citados no parágrafo 2 do artigo 12 da dita Convenção.

XXII

Pela República Popular da Polónia:

No momento de assinar a Convenção Internacional de Telecomunicações de Buenos Aires, a delegação

da República Popular da Polónia está autorizada a declarar o seguinte:

1. A delegação da República Popular da Polónia considera ilegal que os representantes da gente do Kuomintang tomem parte nos trabalhos da Conferência de Plenipotenciários de Buenos Aires e que o direito de assinar a Convenção de Telecomunicações lhes seja concedido, pois os únicos representantes legítimos da China são os nomeados pelo governo central do povo da República Popular da China.

Do mesmo modo, são ilegais a participação na Conferência e a autorização de assinar a Convenção concedidas aos representantes do Viet-Nam de Bao-Dai e da Coreia do Sul, pois, em realidade, os mesmos não representam o Viet-Nam e a Coreia.

2. A delegação da República Popular da Polónia considera igualmente ilegais a participação na Conferência e a autorização de assinar a Convenção concedidas aos representantes das autoridades de Bonn, que não representam toda a Alemanha e, por conseguinte, não têm o direito de atuar em seu nome.

O direito de assinar a Convenção de Buenos Aires deve ser igualmente concedido aos representantes da República Democrática da Alemanha, que é parte contratante da Convenção de Atlantic City e membro da U.I.T.

3. No momento de assinar a Convenção de Telecomunicações de Buenos Aires, a questão da adoção do Regulamento de Radiocomunicações fica em suspenso para a República Popular da Polónia.

4. A delegação da República Popular da Polónia não pode concordar quanto ao teor do artigo 6 da Convenção de Buenos Aires e que o I. F. R. B. seja encarregado de novas funções.

5. A República Popular da Polónia não se considera obrigada relativamente às disposições do artigo 5, parágrafo 12, inciso b, 1.º, se, com base nas disposições deste artigo, o Conselho de Administração da U.I.T. concluir com organizações internacionais qualquer acordo contrário aos interesses da República Popular da Polónia.

6. Ao assinar esta Convenção de Telecomunicações, a delegação da República Popular da Polónia reserva ao seu governo o direito de apresentar ulteriormente as reservas

suplementares que julgue necessárias, relativamente ao teor da Convenção e de todos seus anexos, antes da respectiva ratificação final pela República Popular da Polónia.

XXIII

Pela República Federal da Alemanha:

Quanto às reservas de algumas delegações concernentes à Alemanha, a delegação da República da Alemanha declarou formalmente que seu governo é o único legalmente constituído que pode falar em nome da Alemanha e representar o povo alemão nas relações internacionais.

XXIV

Pela República Socialista Soviética da Ucrânia:

Tendo em conta:

que, com base no artigo 47 do Regulamento de Radiocomunicações, que completa a Convenção de Telecomunicações, a entrada em vigência da parte mais importante do referido Regulamento está subordinada às decisões da futura Conferência Administrativa Especial mencionada no mesmo artigo;

tendo em vista:

que, no momento da adoção das decisões da Conferência Administrativa Extraordinária de Radiocomunicações (C.A.E.R.), em 1951, as disposições do artigo 47 do Regulamento de Radiocomunicações foram violadas e que, por conseguinte, as referidas decisões da C.A.E.R. são ilegais; e

Considerando, ainda:

que a Conferência de Plenipotenciários de 1952, ao adotar a Resolução segundo a qual estas decisões ilegais da C.A.E.R. são consideradas substitutivas das disposições do Regulamento de Radiocomunicações, violou deste modo as disposições do artigo 15 da Convenção de Telecomunicações relativas ao carácter obrigatório dos regulamentos,

a República Socialista Soviética da Ucrânia, nestas condições, deixa aberta a questão de aceitar as disposições da Convenção de Telecomunicações relativas à Junta Internacional de Registro de Frequências, bem como a questão de adotar o Regulamento de Radiocomunicações.

XXV

Pela República Popular Rumena:

Ao assinar esta Convenção, a delegação da República Popular Rumena declarou o que segue:

1. (1) A Conferência de Plenipotenciários de Buenos Aires decidiu ilegalmente conceder o direito de assinar a Convenção de Telecomunicações à chamada delegação da China, enviada pelo Kuomintang.

Os únicos representantes legítimos da China, com direito de assinar a Convenção de Telecomunicações são os representantes designados pelo governo central popular da República Popular da China.

2) O governo da República Democrática da Alemanha aderiu legalmente à Convenção de Telecomunicações de Atlantic City de 1947 e, assim, a parte contratante da Convenção de Telecomunicações de 1947 e goza de todos os direitos dos Membros da União.

As autoridades de Bonn não representam toda a Alemanha e, por conseguinte, é ilegal a decisão da Conferência que concedeu aos referidos representantes o direito de assinar a Convenção de Telecomunicações.

3) O direito de assinar a Convenção de Telecomunicações de Buenos Aires, atribuído aos representantes do Viet-Nam, de Bao-Dai e da Coreia do Sul é ilegal, de vez que foram enviados por governos fantoches, que não representam, em realidade, o Viet-Nam e a Coreia.

2. A Conferência de Plenipotenciários de Buenos Aires de 1952, havendo violado o procedimento estabelecido pela Convenção em vigência relativo à revisão dos regulamentos, adotou uma resolução segundo a qual as decisões ilegais da Conferência Administrativa Extraordinária de Radiocomunicações de 1951 tomadas em contrário ao artigo 47 do Regulamento de Radiocomunicações, que completa a Convenção, substituem as disposições deste Regulamento.

A delegação da República Popular Rumena, nestas condições, reserva ao seu governo o direito de aceitar ou não o Regulamento de Radiocomunicações, o artigo 6 da Convenção e outras disposições relativas ao I. F. R. B.

Reserva, igualmente, ao seu governo o direito de não tomar em consideração a Resolução n.º 30 da Conferência de Plenipotenciários de Buenos Aires.

XXVI

Pelo Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte:

Declaramos que nossas assinaturas, no que concerne ao Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte, aplicam-se às Ilhas Anglo-normandas e à Ilha de Mann, bem como à África Oriental Britânica.

XXVII

Pela Tcheco-Eslováquia:

No momento de proceder à assinatura da Convenção Internacional de Telecomunicações, a delegação tcheco-eslovaca declara formalmente o que segue:

1. A presença dos representantes do Kuomintang à Conferência de Plenipotenciários da União Internacional de Telecomunicações de Buenos Aires e a assinatura da Convenção Internacional de Telecomunicações pelos mesmos, em nome da China, são ilegais, visto que os únicos representantes legítimos da China com direito a assinar a Convenção em nome daquele país são os designados pelo governo popular central da República Popular da China.

A Tcheco-Eslováquia contesta igualmente o direito de assinar esta Convenção Internacional de Telecomunicações concedido aos representantes da Coreia do Sul e do Viet-Nam de Bao-Dai em nome da Coreia e do Viet-Nam, respectivamente, visto que os mesmos não representam, efetivamente, os referidos países.

A Tcheco-Eslováquia não aceita a assinatura da Convenção Internacional de Telecomunicações pelos representantes das autoridades de Bonn em nome de toda a Alemanha e declara que a República Democrática da Alemanha a qual devidamente aderiu à Convenção Internacional de Telecomunicações de Atlantic City de 1947, deve ser considerada, de pleno direito, Membro da União Internacional de Telecomunicações.

2. A Tcheco-Eslováquia não aceita as decisões da Conferência de Plenipotenciários da União Internacional de Telecomunicações de Buenos Aires relativas ao acordo da Conferência Administrativa Extraordinária de Radiocomunicações de Genebra (1951), visto que estas decisões visam a legalizar o dito acordo, que está em contradição com o artigo 47 do

Regulamento de Radiocomunicações de Atlantic City (1947), e reserva-se o direito de observar estritamente as disposições do artigo 47 deste Regulamento.

3. A Tcheco-Eslováquia não concorda com as decisões da Conferência de Plenipotenciários da União Internacional de Telecomunicações de Buenos Aires relativas à Junta Internacional de Registro de Frequências e reserva-se o direito de aceitar ou não o artigo 6 da Convenção Internacional de Telecomunicações, seja em seu conjunto, seja em parte.

XXVIII

Pela Turquia:

Em vista das disposições do artigo 12 da nova Convenção de Buenos Aires, declaro formalmente, em nome de minha delegação, que as reservas anteriormente feitas em nome do governo turco concernentes aos Regulamentos enumerados naquele artigo devem continuar a produzir efeitos.

2. No momento de assinar os Atos finais da Convenção de Buenos Aires, declaro formalmente, em nome do governo da República da Turquia, que meu governo não pode aceitar qualquer responsabilidade financeira que possa resultar das reservas ou contra-reservas que porventura sejam feitas por qualquer outra delegação participante desta Conferência.

XXIX

Pela União da África do Sul e pelo Território da África do Sudoeste:

A delegação da União da África do Sul e do Território da África do Sudoeste declara que a assinatura desta Convenção pela União da África do Sul e pelo Território da África do Sudoeste é aposta sob reserva de que os mesmos não aceitam obrigações decorrentes do Regulamento Telefônico citado no artigo 12 da referida Convenção.

XXX

Pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas:

Tenho em conta que, com base no artigo 47 do Regulamento de Radiocomunicações, que completa a Convenção de Telecomunicações, a entrada em vigência da parte mais

importante d'êste Regulamento fica subordinada às decisões da futura Conferência Administrativa Especial mencionada naquele artigo;

Tendo em vista que, no momento da adoção das decisões da Conferência Administrativa Extraordinária de Radiocomunicações (C. A. E. R., de 1951), as disposições do artigo 47 do Regulamento da Radiocomunicações foram violadas e que, portanto, são ilegais as referidas decisões da C. A. E. R., e

Considerando, ainda, que a Conferência de Plenipotenciários de 1952, ao adotar a Resolução segundo a qual aquelas decisões ilegais da C. A. E. R. são consideradas substitutivas das disposições do Regulamento de Radiocomunicações, violou, por isto, as disposições do artigo 13 da Convenção de Telecomunicações relativas ao caráter obrigatório dos Regulamentos

A União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, nestas condições, deixa aberta a questão de aceitar as disposições da Convenção de Telecomunicações relativas à Junta Internacional de Registro de Frequências, bem como a questão de adotar o Regulamento de Radiocomunicações

XXXI

Pelo Viet-Nam:

Ao assinar esta Convenção em nome do Estado do Viet-Nam, a delegação do Viet-Nam reserva o direito ao seu governo do aceitar ou não:

— qualquer obrigação referente ao Regulamento Telefônico citado no artigo 12. e, em particular, caso êste Regulamento seja aplicado ao regime extra-europeu;

— qualquer acôrdo provisório concluído pelo Conselho de Administração com as organizações internacionais que considere contrário aos seus interesses.

Além disto, considera formalmente sem fundamento, sob o ponto de vista jurídico, e em contradição flagrante com a Convenção as declarações feitas pelas delegações dos seguintes países:

- República Popular da Bulgária.
- República Popular Húngara.
- República Popular Rumena
- República Popular da Albânia
- República Popular da Polónia.

- República Socialista Soviética da Bielorrússia
- República Socialista Soviética da Ucrânia
- Tcheco-Eslováquia
- U. R. S. S.,

que contestam o direito do representante do governo do Viet-Nam, presente a esta Assembléa, de assinar, em perfeita legalidade, a Convenção Internacional de Telecomunicações, de acôrdo com a decisão adotada pela Conferência de Plenipotenciários de Buenos Aires.

XXXII

Pelos seguintes Membros: Bélgica, Reino do Camboja, China, República da Colômbia, Congo Belga e Território de Ruanda-Urundi, Costa Rica, Cuba, Egito, Grécia, República da Índia, Irã, Iraque, Estado de Israel, Japão, Reino Hachemita da Jordânia, Líbano, Mônaco, Portugal, Protetorados Franceses de Marrocos e da Tunísia, República Federal da Alemanha, República Federativa Popular da Iugoslávia, Suécia, Confederação Suíça, República Síria, Territórios de Ultramar da República Francesa e Territórios administrados como tal, Territórios Portugueses de

Ultramar e Estado do Viet-Nam:

As delegações abaixo firmadas declaram, em nome dos respectivos governos, que não aceitam qualquer consequência das reservas que tenham por objetivo o aumento da sua cota-parte contributiva nas despesas da União.

- Bélgica
- Camboja (Reino do)
- China
- Colômbia (República da)
- Congo Belga e Território da Ruanda-Urundi
- Costa Rica
- Cuba
- Egito
- França
- Grécia
- Índia (República da)
- Irã
- Iraque
- Israel (Estado de)
- Japão
- Jordânia (Reino Hachemita da)
- Líbano
- Mônaco
- Portugal

Protetorados Franceses de Marrocos e da Tunísia
 República Federal da Alemanha
 República Federativa Popular da Iugoslávia
 Suécia
 Suíça (Confederação)
 Síria (República)

Territórios de Ultramar da República Francesa e Territórios administrados como tal

Territórios Portugueses de Ultramar

Viet-Nam (Estado do)

XXXIII

Pelos seguintes Membros: Afeganistão, Reino da Arábia Saudita, Egito, Iraque, Reino Hachemita da Jordânia, Líbano, Paquistão, República Síria e Iemen.

As delegações dos países acima declararam que a assinatura da Convenção de Buenos Aires bem como que a ratificação eventual ulterior deste Ato pelos respectivos governos não são válidas relativamente ao Membro inscrito no anexo I à citada Convenção sob o nome de Israel e não implicam, de forma alguma, em reconhecimento do mesmo.

XXXIV

Pelo Egito e pela República Síria:

As delegações do Egito e da República Síria declararam, em nome dos respectivos governos, que se opõem ao parágrafo 12, inciso b 1.º, do artigo 5, bem como ao parágrafo 1, inciso g, do artigo 9, que autorizam o Conselho de Administração a concluir, em nome da União, acordos provisórios com organizações internacionais. Seus Governos não serão obrigados por tais acordos, caso os considerem contrários a seus interesses.

XXXV

Pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, República Socialista Soviética da Ucrânia e República Socialista Soviética da Bielorrússia:

Não momento de assinarem a Convenção de Telecomunicações, as delegações da U.R.S.S., da R.S.S. da

Ucrânia e da R.S.S. da Bielorrússia declararam o que segue:

1. A decisão da Conferência de Plenipotenciários de conceder à gente do Kuomintang o Direito de assinar a Convenção de Telecomunicações é ilegal, de vez que os únicos representantes legítimos da China são os nomeados pelo governo central popular da República da China e que somente estes têm pleno direito de assinar a Convenção de Telecomunicações em nome da China;

2. Os representantes do Viet-Nam de Bao-Dai e da Coreia do Sul não representam, em realidade, o Viet-Nam e a Coreia; por isto sua participação nos trabalhos da Conferência de Plenipotenciários e o fato de se lhes conceder o direito de assinarem a Convenção de Telecomunicações em nome do Viet-Nam e da Coreia são ilegais;

3. O Governo da República Democrática da Alemanha aderiu à Convenção de Telecomunicações (Atlantic City, 1947), de acordo com o procedimento previsto no Protocolo Adicional II a esta Convenção; por conseguinte, a República Democrática da Alemanha é parte contratante da Convenção de Telecomunicações de 1947 e Membro de Pleno Direito da U.I.T. As autoridades de Bonn não representam nem podem representar toda a Alemanha; em consequência disto, é ilegal a assinatura das ditas autoridades na Convenção de Telecomunicações adotada pela Conferência de Plenipotenciários de Buenos Aires.

XXXVI

Pelos seguintes Membros: Federação da Austrália, Canadá, China, Estados Unidos da América, República da Índia, Iraque, Reino Hachemita da Jordânia, México, Nova-Zelândia, Países Baixos e Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte:

Tendo em vista que certos países reservaram-se o direito de aceitar ou não as disposições do artigo 6 da Convenção, os países cujos nomes constam abaixo reservam-se o direito de tomar todas as medidas necessárias e, se houver conveniência, conjuntamente a outros Membros da União, para assegurar o bom funcionamento do I.F.R.B. no caso em que os países que hajam formulado

reservas não aceitem, no futuro, as disposições do artigo 6º da Convenção.

Federação da Austrália
Canadá
China
Estados Unidos da América
República da Índia
Irake
Reino Hachemita da Jordânia
México
Nova Zelândia

Países Baixos Surinã, Antilhas
Hollandesas e Nova Guiné
Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte.

Em garantia do que os plenipotenciários respectivos assinam este protocolo final em um exemplar e em cada uma das línguas chinesa, espanhola, francesa, inglesa e russa. Este protocolo ficará depositado nos arquivos do governo da República Argentina e uma cópia será remetida a cada governo signatário.

Feito em Buenos Aires, a 22 de dezembro de 1952.

*Seguem as mesmas assinaturas
apostas à Convenção*

PROTOSCOLOS ADICIONAIS A CONVENÇÃO INTERNACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

(Buenos Aires, 1952)

No momento de procederem à assinatura da Convenção Internacional de Telecomunicações de Buenos Aires, os plenipotenciários abaixo assinados firmaram os seguintes Protocolos Adicionais:

— I —

PROTOSCOLO

*Procedimento a ser observado pelos
Membros e Membros associados para
escolha de sua classe de contribuição.*

1. Cada Membro e Membro associado deverá, antes de 1 de julho de 1953, notificar ao Secretário Geral, qual a classe de contribuição que haja escolhido no quadro das classes de contribuição que consta do artigo 13, parágrafo 4, da Convenção Internacional de Telecomunicações de Buenos Aires.

2. Os Membros e Membros associados que não hajam comunicado, antes de 1 de julho de 1953, a decisão a que se refere o parágrafo 1 antecedente, terão de contribuir com o número de unidades que subscreveram no regime da Convenção de Atlantic City.

— II —

PROTOSCOLO

Fusão eventual do Conselho Consultivo Internacional Telegráfico e do Conselho Consultivo Internacional Telefônico.

1. A Conferência Administrativa Telegráfica e Telefônica, cuja reunião está prevista para 1954, é autorizada a aprovar a fusão do C.C.I.T. e do C.C.I.F. em um só organismo permanente da União, se julgar esta medida mais conveniente aos interesses da União. Ao adotar tal decisão a conferência será orientada pelas recomendações feitas, neste sentido, pelas assembleias plenárias do C.C.I.T. e do C.C.I.F., as quais, de acordo com as disposições da Resolução nº 2, serão submetidas.

2. Caso a conferência decida que a fusão do C.C.I.T. e do C.C.I.F. seja efetuada:

a) a fusão produzirá efeito a partir de data não anterior a 1 de janeiro de 1955, fixada pela mesma conferência;

b) as disposições do artigo 4, 3º, incisos d e e, da Convenção Internacional de Telecomunicações, serão consideradas modificadas, com efeito a partir da data fixada pela referida conferência, de modo a formarem um único inciso assim redigido:

"3º

d) o Conselho Consultivo Internacional Telegráfico e Telefônico (C.C.I.T.)";

c) as disposições do artigo 7, parágrafo 1, alínea (1) e (2), da Convenção Internacional de Telecomunicações, serão consideradas modificadas, com efeito a partir da mesma data, de modo a formarem uma única alínea, assim redigida:

"1. (1) O Conselho Consultivo Internacional Telegráfico e Telefônico (C.C.I.T.) terá a seu cargo efetuar estudos e formular recomendações

sobre questões técnicas, de exploração e de tarifação, concernentes a telegrafia, a fac-símiles e a telefonia”;

d) as comissões de estudo e as secretarias especializadas do C.C.I.T. e do C.C.I.F. serão substituídas por comissões de estudo e por uma só secretaria especializada do organismo fusionado, na forma que determine a Conferência Administrativa Telegráfica e Telefônica, tendo em vista as recomendações formuladas pelas assembleias plenárias do C.C.I.T. e do C.C.I.F.

3. No caso de adiamento da Conferência Administrativa Telegráfica e Telefônica para data ulterior ao ano de 1954, o Conselho de Administração fica autorizado, após consulta

aos Membros da União, a exercer os mesmos poderes conferidos à conferência administrativa telegráfica e telefônica, nos termos dos parágrafos 1 e 2 deste Protocolo.

4. Se a fusão do C.C.I.T. e do C.C.I.F. não for decidida e realizada de acordo com as disposições antecedentes, e até que o seja, o Secretário Geral Adjunto, Encarregado da Divisão Telegráfica e Telefônica da Secretaria Geral, continuará responsável pelo funcionamento do C.C.I.T., de acordo com a Resolução 172-CA5, do Conselho de Administração, e em derrogação às disposições do artigo 7 parágrafo 4, alínea c, da Convenção Internacional de Telecomunicações.

— III —

PROTOCOLO

Orçamento Ordinário da União para o Ano de 1953

O orçamento ordinário da União para o ano de 1953 é fixado de acôrdo com o resumo abaixo das receitas e despesas.

RECEITAS	Francos Suíços	DESPESAS	Francos Suíços
Saldo de 1952	415.000	Conselho de Administração	200.000
Partes contributivas 680 unidades a 7.560 fr.	5.140.800	Secretaria Geral	2.096.400
Retirada do Fundo de Previsão do C.C.I.F.	20.000	I. F. R. B.	1.917.500
Reembólso do orçamento anexo de publicação.	245.000	C. C. I. F.	459.750
Juros	350.000	C. C. I. T.	78.900
Eventuais	6.555	C. C. I. R.	488.600
			5.241.150
		Despesas resultantes das decisões da Confe- rência de Plenipotenciários	466.205
		(Ver discriminação a seguir)	5.707.355
		Juros	250.000
			5.957.355
		Saldo a transportar para 1954	220.000
	6.177.355		6.177.355

O Conselho de Administração, durante sua sessão ordinária de 1953, elaborará um orçamento pormenorizado com base nas importâncias acima indicadas.

DISCRIMINAÇÃO DAS DESPESAS RESULTANTES DAS DECISÕES DA CONFERENCIA DE PLENIPOTENCIÁRIOS

	Francos suíços
1) Consequência da nova escala de salários para a classe 8.....	6.000
2) Indenização temporária para reajustamento provisório dos salários à base do custo da vida (classe 1 a 8, 3%)	66.000
3) Reclassificação de certos empregos do pessoal da União:	
Salários.....	52.356
Seguros.....	47.644
4) Indenização para despesas de estudo de crianças.....	52.000
5) Reforço do fundo de pensões.....	100.000
6) Majoração das contribuições únicas dos funcionários de mais de 40 anos	30.000
7) Liquidação de contas pendentes:	
(10% sobre 372.050)	37.205
Juros sobre esta importância.....	13.000
8) Indenização por carestia de vida a pensionistas.....	12.000
9) Subvenção ao serviço de publicações para os documentos deficiitários	80.000
	<hr/> 496.205
Indenizações de expatriação (a deduzir)	
(Correção das previsões)	30.000
	<hr/>
Total Geral.....	466.205

— IV —

PROTOCOLO

Despesas ordinárias da União para o período de 1954 a 1958

1. O Conselho de Administração fica autorizado a aprovar o orçamento anual da União, de modo a que o limite das despesas ordinárias, excluídos os juros de mora pagos à Confederação Suíça, não exceda às seguintes importâncias para os anos de 1954 a 1958:

- 5.890.000 francos suíços para o ano de 1954
- 5.995.000 francos suíços para o ano de 1955
- 5.965.000 francos suíços para o ano de 1956
- 6.085.000 francos suíços para os anos de 1957 e 1958

2. Entretanto, em casos muito excepcionais, o Conselho de Administração fica autorizado a dispor de créditos não superiores a 3% das importâncias fixadas como limite, no parágrafo 1. Em tal caso, deverá adotar uma resolução especial, que indique os motivos precisos da medida.

3. Além disto e sem prejuízo dos suplementos autorizados no parágrafo 2, o Conselho poderá incluir:

a) em cada orçamento de 1955 a 1958, a importância suplementar máxima de 60.000 francos suíços para ocorrer a um aumento eventual de aluguel dos locais da União nas condições previstas na Resolução N.º 8;

b) em cada orçamento de 1954 a 1958, a importância suplementar máxima de 200.000 francos suíços para ocorrer a eventual concessão ao pessoal, de indenizações por carestia de vida, nas condições previstas na Resolução N.º 20.

4. O Conselho de Administração deverá realizar economias máximas, de modo a reduzir as despesas ao mais baixo nível possível.

5. Fora dos casos previstos nos parágrafos 2 e 3, o Conselho de Administração só poderá adotar decisões suscetíveis de provocar, direta ou indiretamente, excesso no limite fixado para cada ano, no parágrafo 1, mediante aplicação estrita das disposições previstas no parágrafo 6.

6. Se os créditos que o Conselho de Administração pode autorizar, de acordo com as disposições dos parágrafos 1 a 3, forem insuficientes para assegurar o bom funcionamento da União, o Conselho só poderá excedê-los com aprovação da maioria dos Membros da União, devidamente consultados. Qualquer consulta aos Membros da União deverá ser acom-

panhada de exposição completa dos fatos que justifiquem tal pedido.

7. Não será tomada em consideração qualquer decisão de uma conferência administrativa ou assembléia plenária de um conselho consultivo da qual resulte aumento direto ou indireto das despesas ordinárias, além dos créditos de que o Conselho de Administração possa dispor, conforme os termos dos parágrafos 1 a 3 ou nas condições previstas no parágrafo 6.

8. Ao adotarem decisões suscetíveis de que possam resultar repercussões financeiras, as conferências administrativas e as assembléias plenárias dos conselhos consultivos deverão proceder à avaliação exata das despesas suplementares consequentes.

Em garantia do que os plenipotenciários respectivos assinam estes Protocolos Adicionais em cada uma das línguas chinesa, espanhola, francesa, inglesa e russa, em um exemplar que ficará depositado nos arquivos do governo da República Argentina e cuja cópia será remetida a cada governo signatário.

Feito em Buenos Aires, a 22 de dezembro de 1952.

(Seguem as mesmas assinaturas apostas à Convenção).

RESOLUÇÕES, RECOMENDAÇÕES E VOTO

RESOLUÇÃO N.º 1

Número de Membros da Junta Internacional de Registro de Frequências

A Conferência de Plenipotenciários da União Internacional de Telecomunicações de Buenos Aires resolve: que a Junta Internacional de Registro de Frequências continue integrada por 11 membros.

RESOLUÇÃO N.º 2

Fusão eventual do Conselho Consultivo Internacional Telegráfico e do Conselho Consultivo Internacional Telefônico

A Conferência de Plenipotenciários da União Internacional de Telecomunicações de Buenos Aires, considerando:

1. Que a atual organização e os métodos de trabalho do C. C. I. T. e do C. C. I. F. devem ser simplificados quanto possível e

2. Que, não obstante, qualquer decisão quanto à fusão do C. C. I. T. com o C. C. I. F. só deverá ser tomada quando as assembléias plenárias destes dois organismos hajam tido oportunidade de estudar o assunto, resolve:

1. Que a ordem do dia da próxima assembléia plenária de cada um destes organismos deverá prever o estudo pormenorizado de tal fusão e

2. Que os referidos organismos formularão recomendações sobre o assunto, as quais serão submetidas à próxima conferência administrativa telegráfica e telefônica da União.

RESOLUÇÃO N.º 3

Aprovação dos orçamentos e das contas do conselho consultivo único resultante da fusão eventual do Conselho Consultivo Internacional Telegráfico e do Conselho Consultivo Internacional Telefônico

A Conferência de Plenipotenciários da União Internacional de Telecomunicações de Buenos Aires, considerando:

Que, de acordo com as disposições do Protocolo II, a fusão do C. C. I. T. e do C. C. I. F. em organismo permanente único da União poderá realizar-se antes da reunião da próxima conferência de plenipotenciários, resolve:

Que o Conselho de Administração, respeitadas as disposições da Convenção e do Protocolo II, fica autorizado a aprovar os orçamentos e as contas anuais ordinárias e extraordinárias do conselho consultivo internacional único, que substitua os atuais C. C. I. T. e C. C. I. F., a partir da data que for fixada, de acordo com o Protocolo II.

RESOLUÇÃO N.º 4

Manutenção das vias internacionais de telecomunicação

A Conferência de Plenipotenciários da União Internacional de Telecomunicações de Buenos Aires, considerando:

1. Que é indispensável manter e desenvolver a cooperação internacional para aperfeiçoamento e uso racional das telecomunicações de qualquer espécie e

2. Que o Membro e Membro associado que assegure em seu território o trânsito internacional do tráfego telegráfico e telefônico assume, por isto mesmo, a responsabilidade de contribuir para o funcionamento eficiente da rede internacional de telecomunicações, resolve:

Que, quando um ou mais Membros ou Membros associados da União submetam ao C. C. I. T. e ao C. C. I. F. estatísticas ou quadros de avarias relativas ao tráfego internacional telegráfico ou telefônico que passe pelos respectivos territórios, bem como outras informações ou dados concernentes aos mesmos, o Conselho consultivo interessado:

a) procederá a estudo aprofundado destes documentos e coligirá as informações complementares necessárias;

b) publicará o resultado do estudo feito sobre estes documentos, consideradas as informações coligidas no que respeita à instalação, manutenção ou exploração das vias de telecomunicação de que se trate, e

c) proporá às administrações interessadas as medidas necessárias com o fim de restabelecer e manter na região em questão o eficiente funcionamento das telecomunicações internacionais

RESOLUÇÃO N.º 5

Nova questão submetida a estudo do C. C. I. R.

A Conferência de Plenipotenciários da União Internacional de Telecomunicações de Buenos Aires encarrega o C. C. I. R.:

1. De estudar, em bases técnicas tão amplas quanto possível a influência das oscilações internacionais ou parasitárias sobre os serviços de radiocomunicações, especialmente os de radiodifusão e móveis, e

2. De fornecer recomendações para o estabelecimento eventual de normas que permitam coexistência harmônica dos serviços de radiocomunicação com as instalações industriais que produzam oscilações radioelétricas.

RESOLUÇÃO N.º 6

Organização e financiamento de conferências e reuniões

A Conferência de Plenipotenciários da União Internacional de Telecomunicações de Buenos Aires, considerando:

1. As dificuldades financeiras e administrativas resultantes da decisão tomada em certas conferências para prolongamento da duração de seus trabalhos e para realização de sessões suplementares;

2. A conveniência do estabelecimento de diretrizes para que o Secretário Geral e as administrações realizem, na medida do possível, a organização uniforme das conferências e reuniões e

3. A necessidade de reduzir ao mínimo as despesas resultantes das conferências e reuniões, resolve:

1. Confirmar as decisões tomadas pelo Conselho de Administração na Resolução n.º 83 (modificada);

2. Que os entendimentos para futuras conferências e reuniões se inspirem nas disposições contidas na referida Resolução do Conselho e

3. Que qualquer acordo com uma administração convidante seja redigido em termos claros e precisos no que concerne às disposições financeiras relativas aos adiantamentos e reembolsos.

RESOLUÇÃO N.º 7

Aprovação do acordo entre a Administração argentina e o Secretário Geral relativo à Conferência de Plenipotenciários

A Conferência de Plenipotenciários da União Internacional de Telecomunicações de Buenos Aires, considerando:

1. Que a Resolução N.º 83 (modificada) do Conselho de Administração prevê a aprovação por este ou pela própria Conferência dos acordos feitos com as administrações convidantes e

2. Que o Conselho de Administração, ao examinar durante sua 7.ª sessão, o acordo concluído entre a Administração argentina e o Secretário Geral relativamente à Conferência de Plenipotenciários de Buenos Aires, não declarou sua aprovação, mas simplesmente que "tomou

conhecimento" das partes do acôrdo examinadas,

resolve:

Aprovar o acôrdo concluído entre a Administração argentina e o Secretário Geral.

RESOLUÇÃO N.º 8

Locais da União Internacional de Telecomunicações

A Conferência de Plenipotenciários da União Internacional de Telecomunicações de Buenos Aires,

considerando:

que os locais atualmente ocupados pela União não satisfazem às suas necessidades,

resolve:

1. Que o Conselho de Administração continue o estudo em andamento para o fim de chegar rapidamente a uma solução, inspirando-se nas duas considerações seguintes:

a) a solução deverá satisfazer às necessidades dos serviços da União;
b) em condições de igualdade sobre este ponto, a solução escolhida deverá ser a mais econômica para as finanças da União;

2. Que o Conselho de Administração tome as medidas necessárias para a execução desta solução;

3. Que, para este único fim, fique à disposição do Conselho de Administração, para cada um dos anos de 1955 a 1958, o crédito suplementar de 60.000 francos suíços, não compreendido no limite das despesas da União

RESOLUÇÃO N.º 9

Ajuda do governo da Confederação Suíça no domínio das finanças da União

A Conferência de Plenipotenciários da União Internacional de Telecomunicações de Buenos Aires,

tendo em vista:

1. Que a Secretaria Geral, durante os anos de 1947 a 1952, foi obrigada a fazer ao governo da Confederação Suíça diversos apelos para adiantamentos de importâncias bastante elevadas e que o referido governo os atendeu, pondo à disposição da União os fundos necessários;

2. Que, além disso, o governo da Confederação Suíça renunciou, a partir de 1 de julho de 1951, às taxas diferenciais de juros e que fixou uma taxa única de juros para os adiantamentos de fundos; e

3. Que o Controle Federal de Finanças da Confederação Suíça conferiu, do ponto de vista matemático, cuidadosamente, as contas da União para os anos de 1947 a 1951,

expressa:

1. Seus vivos agradecimentos ao governo da Confederação Suíça por sua colaboração com a União no domínio das finanças, colaboração esta que representa vantagens e permite à União realizar economias; e

2. A esperança de que esta colaboração continue a ser mantida no futuro; e

encarrega:

o Secretário Geral de transmitir os termos desta resolução ao conhecimento do governo da Confederação Suíça.

RESOLUÇÃO N.º 10

Aprovação das contas da União relativas aos anos de 1947 a 1951

A Conferência de Plenipotenciários da União Internacional de Telecomunicações de Buenos Aires,

considerando:

1. As disposições do artigo 10, parágrafo 1, inciso c, da Convenção de Atlantic City;

2. A decisão da 5.ª sessão plenária da Conferência Internacional Telegráfica e Telefônica de Paris (1949), relativa à aprovação das contas da Divisão Telegráfica e Telefônica; e

3. O relatório ao Conselho de Administração concernente ao exame da gestão financeira da União e o relatório da Comissão de Finanças (Documentos ns. 216 e 450) da presente Conferência,

resolve:

1. Anotar a aprovação das contas da Divisão Telegráfica e Telefônica, relativas aos anos de 1947 e 1948, pela Conferência Internacional Telegráfica e Telefônica de Paris (1949);

2. Aprovar as contas da Divisão de Radiocomunicações correspondentes aos anos de 1947 e 1948;

3. Aprovar definitivamente as contas da União relativas aos anos de 1949 a 1951;

4. Expressar ao Secretário Geral e ao pessoal da Secretaria Geral sua satisfação pela maneira por que é feita a contabilidade; e

5. Solicitar aos organismos da União tenham em vista as observações e sugestões contidas no Anexo 2 ao Documento n.º 342 desta Conferência

RESOLUÇÃO N.º 11

Contas pendentes de pagamento

A Conferência de Plenipotenciários da União Internacional de Telecomunicações de Buenos Aires,

considerando:

1. A situação das contas pendentes de pagamento do regime da Convenção de Madrid; e

2. As contas pendentes de pagamento relativas ao fornecimento de publicações,

opina:

1. Que os pagamentos pelos Membros da União sejam efetuados, se for o caso, em primeiro lugar para liquidação das contas pendentes relativas ao regime da Convenção de Madrid;

2. Que as administrações dos Membros e Membros associados da União, bem como os outros serviços administrativos e as empresas de exploração privada, liquidem, em prazos razoáveis, as contas relativas a fornecimentos de publicações;

3. Que, na falta de liquidação em prazos razoáveis, as contas de fornecimentos de publicações sejam acrescidas de juros; e

4. Que seja suspensa a remessa de documentos às empresas de exploração privada e aos particulares, salvo o caso de expedição dos mesmos contra reembolso, se aqueles devedores não liquidarem as contas de fornecimentos de publicações em prazos razoáveis sem poderem justificar os retardamentos; e

encarrega:

o Conselho de Administração de examinar estas questões e de dar ao Secretário Geral as necessárias diretrizes.

RESOLUÇÃO N.º 12

Várias contribuições em suspenso devido aos acontecimentos da segunda guerra mundial

A Conferência de Plenipotenciários da União Internacional de Telecomunicações de Buenos Aires,

vistos:

1. O relatório do Conselho de Administração da União à Conferência de Plenipotenciários capítulo VI, parágrafo 4.3 bem como os documentos e informações fornecidos pelo Secretário Geral da União;

2. As resoluções do Conselho de Administração 52-CA3 e 136-CA4, relativas às contas pendentes de pagamento que figuram na contabilidade em nome da República Federativa Popular da Iugoslávia;

3. A resolução do Conselho de Administração 52-CA3 relativa às contas pendentes de pagamento das antigas colônias italianas;

4. A resolução do Conselho de Administração 18-CA2 relativa às contas pendentes de pagamento da Alemanha e do Japão; e

considerando:

1. Que as contas em questão se acham em suspenso, principalmente devido aos acontecimentos ocorridos durante a segunda guerra mundial;

2. Que, relativamente às antigas colônias italianas, a situação modificou-se de tal maneira que é extremamente difícil determinar se a dívida contraída sob o regime da Convenção de Madrid por estas colônias, como Membros da União pode ser atribuída a outro Membro qualquer e, caso afirmativo, a qual;

3. Que, no caso das Ilhas dos Mares do Sul, outrora sob mandato japonês, e das antigas dependências japonesas a situação é extremamente confusa;

4. Que, em vista das condições mencionadas nos pontos 2 e 3 acima, não é possível determinar-se, de modo seguro, a que Membro da União incumbe o pagamento das dívidas em questão; e

5. Que é desaconselhável deixar estes débitos figurarem indefinidamente na contabilidade da União,

resolve:

1. Passar para a conta de lucros e perdas:

a) os débitos que figuram na contabilidade em nome da República Federativa Popular da Iugoslávia;

b) os débitos das antigas Colônias Italianas;

c) o débito das Ilhas dos Mares do Sul, outrora sob mandato japonês; e

d) os débitos das antigas dependências japonesas;

2. Aceitar o oferecimento formulado pela República Federal da Alemanha de liquidar a totalidade dos débitos alemães, sob condição de, em conformidade ao relatório de 8 de agosto de 1952, da Conferência de Londres, sobre as dívidas da Alemanha anteriores à guerra, os juros serem reduzidos de 6% para 4% e de passar para conta de lucros e perdas a diferença de juros;

3. Conceder ao Secretário Geral da União os necessários créditos, que, em 31 de dezembro de 1952, atingiam a 366.210 francos suíços, em números redondos, a fim de que a conta de lucros e perdas seja saldada, no que concerne aos pontos 1 e 2 desta Resolução; e

4. Lançar, entretanto, as somas devidas com referência às antigas dependências do Japão em conta especial e recomendar ao Secretário Geral se esforce no sentido de conseguir, antes que se reúna a próxima Conferência de Plenipotenciários, o pagamento das referidas somas pelos Membros da União que administram os territórios em questão, pagamentos estes que deverão ser registrados como receita especial.

RESOLUÇÃO N.º 13

Contribuições contestadas em razão de divergências de interpretação do artigo 14, parágrafo 3, alínea (1), da Convenção de Atlantic City referente à Participação dos Membros e Membros associados nas despesas das conferências e reuniões.

A Conferência de Plenipotenciários da União Internacional de Telecomunicações de Buenos Aires,

considerando:

1. As circunstâncias em que determinados Membros contestaram ou recusaram o pagamento das contas que lhes foram apresentadas relativamen-

te às despesas da Comissão Técnica do Plano (Paris, 1949, e Florença, 1950) e da Conferência de Radiodifusão em Altas Frequências de Florença/Rapallo (1950), a que assistiram ou nas quais concordaram em tomar parte; e

2. A Resolução n.º 10 da Conferência Administrativa Extraordinária de Radiocomunicações de Genebra de 1951, cujo objetivo era permitir que a Junta Internacional de Registro de Frequências assumisse as funções que lhe foram atribuídas no acordo assinado durante a mesma conferência,

resolve:

confirmar as decisões do Conselho de Administração contidas nas Resoluções 188/CA5, 204/CA5 e 218/CA6; e encarrega:

o Secretário Geral de comunicar aos Membros interessados as disposições desta Resolução e de convidá-los efetuar os pagamentos em suspense acrescidos dos juros devidos até a data em que o façam.

RESOLUÇÃO N.º 14

Contribuições contestadas em razão de divergências de interpretação do artigo 14, parágrafo 3, alínea (2) da Convenção de Atlantic City, relativa à participação das empresas de exploração privada reconhecidas nas despesas das conferências e reuniões.

A Conferência de Plenipotenciários da União Internacional de Telecomunicações de Buenos Aires, considerando:

1. Que, de acordo com o anexo 2 à Convenção Internacional de Telecomunicações de Atlantic City (1947), cada Membro é livre de compor, como lhe convier, sua delegação às conferências ou reuniões da União;

2. Que, em particular, têm o direito absoluto de incluírem em suas delegações, a título de delegados ou peritos, representantes das empresas de exploração privada reconhecidas; e

3. Que o Conselho de Administração submeteu novamente à decisão da Conferência de Plenipotenciários de Buenos Aires a questão de certos débitos de diversas empresas de exploração privada reconhecidas,

opina:

que, de direito, as empresas de exploração privada reconhecidas cujos

representantes hajam sido incluídos como membros na delegação de um país. Membro da União não estão obrigados a contribuir para o pagamento das despesas das referidas conferências e reuniões;

recomenda:

que se anulem os débitos em questão por imputados indevidamente e em contrário ao anexo n.º 2 da Convenção de Atlantic City;

estima:

que, para evitar dificuldades de contabilidade, seria desejável que as empresas de exploração privada reconhecidas debitadas pelas despesas de participação em conferências a que seus representantes hajam assistido, como delegados ou peritos de delegação de um Membro da União, ofereçam prova de boa vontade consentindo em pagar importância igual àquelas somas;

encarrega:

o Secretário Geral de comunicar esta resolução às empresas de exploração privada reconhecidas, e,

considerando, finalmente:

que, em consequência de mal entendido, a Secretaria incluiu a Transmissão Internacional na 6.ª classe de contribuição (5 unidades), em lugar de na 8.ª (1 unidade), para as despesas da Conferência Internacional Telegráfica e Telefônica de 1949,

resolve:

passar para a conta de lucros e perdas o débito resultante, bem como os juros devidos até a data da aprovação desta Resolução, e conceder ao Secretário Geral os créditos necessários, a fim de que a conta de lucros e perdas seja saldada relativamente a este lançamento, que representa a quantia aproximada de .840 francos suíços.

RESOLUÇÃO N.º 15

Contribuições contestadas em razão de divergências de interpretação do artigo 15, parágrafo 4, da Convenção de Atlantic City, referente ao emprego de línguas de trabalho suplementares nas conferências e reuniões, desde 1947.

A Conferência de Plenipotenciários da União Internacional de Telecomunicações de Buenos Aires,

considerando:

1. Que a língua russa foi utilizada nas seguintes conferências e reuniões: Conferência Internacional de Radio-difusão em Altas Frequências, México, 1948; Comissão Técnica do Plano, Paris, 1949; Junta Provisória de Frequências, Genebra, 1949; Conferência Internacional Telegráfica e Telefônica, Paris, 1949;

2. Que esta utilização foi autorizada nas condições indicadas nas Resoluções 84-CA3 e 85-CA3 do Conselho de Administração;

3. Que, de acordo com esta última resolução, os Membros cujas delegações não haviam formalmente declarado que não desejavam contribuir para as despesas decorrentes da utilização de uma língua suplementar podiam recusar o pagamento da parte contributiva que lhes fosse atribuída pelo Secretário Geral;

4. Que a Resolução 85-CA3 foi anulada por uma decisão ulterior do Conselho de Administração;

5. Que estes fatos criaram situação delicada para a contabilidade da União;

6. Que, em vista desta situação, diversos membros que não haviam formalmente solicitado fosse a língua russa utilizada concordaram, entretanto, em pagar sua parte de contribuição e que nenhuma contribuição adicional lhes pode ser exigida; e

7. Que, além disto, seria difícil, senão impossível, fazer emendas na contabilidade da União relativamente aos períodos de 1948 a 1952

recomenda:

aos Membros aos quais hajam sido debitadas as despesas resultantes do emprego da língua russa se dignem liquidar suas contas, ficando claramente entendido que esta liquidação constituirá, antes de tudo, um gesto de boa vontade de sua parte e fortalecerá a colaboração internacional que é a base da União; e

encarrega o Secretário Geral:

1. De comunicar esta Resolução aos Membros interessados, e

2. De fornecer-lhes, ao mesmo tempo, informações completas e pormenorizadas sobre a origem destas dívidas, a fim de que possam elas, com pleno conhecimento de causa, concordar em efetuar os pagamentos em suspenso, acrescidos dos juros devidos até a data em que os façam.

RESOLUÇÃO N.º 16

Contribuições contestadas em razão de divergências de interpretação do artigo 15, parágrafo 5, da Convenção de Atlantic City, relativo à divisão das despesas devidas pela utilização das línguas nas conferências e reuniões.

A Conferência de Plenipotenciários da União Internacional de Telecomunicações de Buenos Aires,

considerando:

1. Que é inegável o direito que, de acordo com as disposições do artigo 15, parágrafo 5, da Convenção de Atlantic City, têm os Membros da União de participarem apenas das despesas relativas ao emprêgo de um só dos idiomas autorizados;

2. Que, não obstante, o Conselho de Administração reconheceu (1) ser impossível, na prática, a aplicação das disposições do artigo 15, parágrafo 5, da Convenção de Atlantic City, e admitiu que o Secretário Geral deve repartir igualmente, entre todos os participantes das conferências, os gastos resultantes da utilização das três línguas autorizadas;

3. Que certo número de Membros da União tem levantado objeções contra o pagamento de sua parte das despesas ocasionadas pela utilização das línguas espanhola e inglesa na Conferência Administrativa Extraordinária de Radiocomunicações; e

4. Que tais objeções têm provocado dificuldades contábeis, de vez que todos os Membros da União já receberam e que alguns dentre eles já liquidaram as contas das despesas relativas à conferência mencionada no considerando n.º 3,

resolve:

fazer apêlo aos Membros interessados para que, dando prova de boa vontade, consentam em pagar as despesas decorrentes do emprêgo das três línguas autorizadas na Conferência Administrativa Extraordinária de Radiocomunicações de Genebra (1951), a fim de evitar modificações nas contas de exercícios anteriores, e

(1) Ver relatório do Conselho de Administração, capítulo VII. 3.

encarrega:

o Secretário Geral de comunicar esta Resolução a todos os Membros interessados e de convidá-los a que efetuem os pagamentos em suspenso, acrescidos dos juros devidos até a data em que os façam.

RESOLUÇÃO N.º 17

Contribuições contestadas em razão de divergências de interpretação da Resolução de Atlantic City relativa ao estabelecimento da nova lista internacional de frequências e das decisões subseqüentes do Conselho de Administração.

A Conferência de Plenipotenciários da União Internacional de Telecomunicações de Buenos Aires,

considerando:

as circunstâncias em que certos Membros contestaram ou recusaram o pagamento das contas que lhes foram apresentadas relativamente a diversas despesas extraordinárias da Junta Provisória de Frequências durante os anos de 1949 e 1950,

resolve:

confirmar a decisão tomada pelo Conselho de Administração na sua Resolução 203-CA5 e

encarrega:

o Secretário Geral de comunicar aos Membros interessados as disposições da presente Resolução e de convidá-los a que efetuem os pagamentos em suspenso, acrescidos dos juros devidos até a data em que os façam.

RESOLUÇÃO N.º 18

Contribuições a serem pagas à Administração dos Países Baixos em razão do abandono de Haia como sede da Conferência Administrativa Extraordinária de Radiocomunicações de 1950.

A Conferência de Plenipotenciários da União Internacional de Telecomunicações de Buenos Aires,

tendo em vista:

a Resolução 215-CA5 do Conselho de Administração, que reconheceu o direito de a Administração dos Países Baixos ser reembolsada de parte

das despesas decorrentes do preparo da Conferência Administrativa Extraordinária de Radiocomunicações, que deveria realizar-se em Haia em setembro de 1953, e

considerando:

1. Que a União Internacional de Telecomunicações e a Administração dos Países Baixos concordaram finalmente em fixar em 323.000 florins a importância devida pela União à referida Administração, como reembolso das despesas realizadas;

2. Que o Conselho de Administração decidiu seja repartida entre todos os Membros da União, em partes contributivas iguais e pagáveis em florins, a importância a ser reembolsada à Administração dos Países Baixos;

3. Que a citada importância não foi liquidada pela Secretaria Geral por meio de adiantamento do governo suíço;

4. Que, segundo declaração feita pelo representante da Administração dos Países Baixos ao Conselho de Administração, a importância devida não está gravada de juros, e

5. Que, até 1 de dezembro de 1952, a Administração dos Países Baixos havia sido reembolsada somente de 214.708,04 florins, dos 323.000 por ela adiantados,

resolve:

confirmar a Resolução 215-CA5 do Conselho de Administração relativa ao débito reconhecido pela União e

apela:

para os Membros da União que ainda não pagaram suas partes contributivas de acordo com as decisões comunicadas na notificação n.º 615 da Secretaria Geral de 1 de janeiro de 1951, no sentido de que liquidem seu débito o mais breve possível e no máximo até 1 de julho de 1953

RESOLUÇÃO N.º 19

Orçamento único e fundo de previsão

A Conferência de Plenipotenciários da União Internacional de Telecomunicações de Buenos Aires,

considerando:

não ser conveniente atualmente a modificação da estrutura do orçamento da União ou a criação de um fundo de previsão,

encarrega:

o Conselho de Administração de estudar os problemas inerentes à adoção de um orçamento único e à criação de um fundo de previsão, bem como de apresentar um relatório sobre estes assuntos aos Membros e Membros associados e à próxima conferência de plenipotenciários.

RESOLUÇÃO N.º 20

Salários, indenizações por encarecimento de vida e indenizações por expatriação.

A Conferência de Plenipotenciários da União Internacional de Telecomunicações de Buenos Aires

resolve:

o Secretário Geral, os Membros da Junta Internacional de Registro de Frequências e os funcionários da União serão pagos de acordo com a escala de salários seguinte, que entrará em vigor a 1 de janeiro de 1953:

Francos suíços
por ano

Secretário Geral	53.000
Classe A	51.600
Classe B	45.150
Classe C	38.000
Classe D	32.300
1.ª classe	17.000 a 25.800
2.ª classe	12.600 a 21.500
3.ª classe	11.400 a 17.200
4.ª classe	10.100 a 14.900
5.ª classe	8.700 a 13.500
6.ª classe	7.400 a 12.200
7.ª classe	6.500 a 10.800
8.ª classe	6.200 a 9.000

Resolve ainda:

1. Que, além dos referidos salários:
a) seja concedida ao pessoal das classes 1 a 8, com efeito a partir de 1 de janeiro de 1953, uma indenização temporária insuscetível de desconto para a caixa de pensões e cujas modalidades serão fixadas pelo Conselho de Administração, a fim de ajustar provisoriamente os salários dos funcionários ao aumento de custo de vida na Suíça desde 1947. Para tal fim, foi incorporada ao limite das despesas ordinárias importância equivalente a 3% do total das despesas relativas aos salários propriamente ditos, atribuídos às classes 1 a 8;

b) poderá ser concedida ao Secretário Geral, aos Membros da Junta Internacional de Registro de Frequências e aos funcionários da União, quando as flutuações do custo de vida no país sede da União tornarem-na necessária, uma indenização temporária por encarecimento de vida, insuscetível de desconto para a caixa de pensões e cujas modalidades serão fixadas pelo Conselho de Administração. Exclusivamente para este fim, fica à disposição do Conselho de Administração, a partir de 1954, um crédito anual de 200.000 francos suíços não compreendido no limite das despesas ordinárias da União; e

2. Não seja adotada qualquer modificação no regime e nas importâncias da indenização por expatriação prevista no artigo 18 do regulamento do pessoal da União.

RESOLUÇÃO N.º 21

Indenização por despesas relativas a estudos de crianças.

A Conferência de Plenipotenciários da União Internacional de Telecomunicações de Buenos Aires

resolve:

1. Que, a partir de 1.º de janeiro de 1953, seja concedida uma indenização de 856 francos suíços por ano ao Secretário Geral, aos membros da Junta Internacional de Registro de Frequências e aos funcionários da União que percebam ou hajam recebido a indenização por expatriação:

a) para cada menor de 22 anos que faça seus estudos no País de origem;

b) para cada criança de menos de 13 anos que frequente uma escola internacional em Genebra ou uma escola da Suíça, cujo programa de estudos não seja especificamente suíço;

2. Que, além disto, no caso previsto no inciso a) do parágrafo 1 desta Resolução, a União reembolse as despesas de uma viagem anual de ida e volta, para que o menor se reúna à sua família, em Genebra.

RESOLUÇÃO N.º 22

Reclassificação das funções do pessoal da União

A Conferência de Plenipotenciários da União Internacional de Telecomunicações de Buenos Aires,

considerando:

que é necessário reclassificar certos empregos do pessoal da União, tendo em vista melhor e mais racional ajustamento dos postos em conformidade às funções correspondentes das diferentes classes da escala de salários,

resolve:

incorporar um crédito de 100.000 francos suíços para o exercício de 1953 e de 65.000 francos suíços para cada um dos exercícios de 1954, 1955, 1956 e 1957, no limite das despesas ordinárias da União, para cobrir as despesas suplementares que a reclassificação de postos, em conformidade às funções, com efeito a partir de 1.º de janeiro de 1953, possa acarretar ao item de salários e de pagamentos à caixa de seguros, e

encarrega:

o Conselho de Administração de proceder a esta reclassificação com base nos resultados do estudo a ser feito pelo Secretário Geral em colaboração com os chefes dos organismos permanentes interessados, reclassificação esta que deverá ser efetuada antes de quaisquer medidas para o reajustamento de salários e que deverá ter efeito retroativo a partir de 1.º de janeiro de 1953.

RESOLUÇÃO N.º 23

Estudo relativo aos salários do pessoal da União

A Conferência de Plenipotenciários da União Internacional de Telecomunicações de Buenos Aires,

considerando:

1. Que, antes de qualquer revisão das escalas de base dos salários do pessoal da União, é indispensável um estudo aprofundado das diferentes funções do pessoal, e

2. Que não lhe foi possível realizar este estudo por falta de elementos suficientes,

encarrega:

o Secretário Geral de proceder em colaboração com os chefes dos organismos permanentes interessados, a um estudo completo desta questão e de submeter ao Conselho de Administração as necessárias propostas; e

resolve:

que, no caso de o Conselho de Administração julgar necessária a modificação das escalas de base dos salários previstas na Resolução n.º 20, sejam aplicadas as seguintes disposições:

a) o Conselho transmitirá aos Membros e Membros associados da União, propostas que contenham indicação precisa das repercussões financeiras (salários e caixa de seguros);

b) os Membros serão convidados a declarar se aceitam as propostas do Conselho; e,

c) se a maioria for favorável a tais propostas, a nova escala de salários entrará em vigência na data prevista pelo Conselho, concedendo-se o suplemento das despesas ao limite dos gastos ordinários da União.

RESOLUÇÃO N.º 24

Fundo de Pensões e caixa de pensões

A Conferência de Plenipotenciários da União Internacional de Telecomunicações de Buenos Aires,

considerando:

1. Que o sistema de pensões atualmente estabelecido impõe carga muito pesada ao orçamento;

2. Que a constituição das reservas matemáticas necessárias se realiza em bases atuariais que, no caso da União, podem implicar em largas margens de segurança;

3. Que o sistema de contribuição impõe à União pesados encargos; e

4. Que o próprio pessoal muitas vezes tem dificuldade de suportar os ônus que lhe cabem a título de contribuição,

resolve:

1. Que o Conselho de Administração reexamine o sistema atual das pensões, cercando-se de todas as garantias de peritos (atuários e outros), a fim de aliviar os encargos decorrentes deste sistema, e, se for caso, ponha em vigência, quanto antes, um sistema de pensões menos oneroso;

2. Que, enquanto não for feita a modificação eventual do sistema de pensões em vigência:

a) o saneamento do fundo de pensões prossiga por meio da concessão

anual do crédito de 100.000 francos suíços, até completá-lo; e

b) as somas necessárias à cobertura das majorações de contribuições únicas dos funcionários de mais de 40 anos continuem a ser inscritas nos orçamentos anuais;

e, havendo examinado as questões:

a) de filiação do pessoal temporário à caixa de pensões;

b) da concessão de indenização por carência de vida aos pensionistas; e

c) do reajustamento das pensões,

resolve:

1. Que a filiação do pessoal temporário à caixa de pensões não seja admitida por contrariar os estatutos da referida caixa;

2. Que as indenizações por carência de vida ao pessoal pensionista sejam concedidas, quando as circunstâncias o justifiquem, devendo tais indenizações ser financiadas pelo orçamento ordinário; e

3. Que o reajustamento das pensões não pode ser admitido atualmente, por estar em desarmonia com o princípio da capitalização.

RESOLUÇÃO N.º 25

Participação da União no programa ampliado de assistência técnica das Nações Unidas.

A Conferência de Plenipotenciários da União Internacional de Telecomunicações de Buenos Aires,

tendo em vista:

o relatório do Conselho de Administração de 1952, capítulo I, parágrafo 3.5, e capítulo VII, parágrafo 1.

aprova:

as medidas tomadas pelo mesmo Conselho no que concerne à participação da União no programa ampliado de assistência técnica das Nações Unidas;

autoriza:

que o Conselho de Administração continue a fazer tomar parte a União no programa ampliado de assistência técnica das Nações Unidas, e que faça apelo, quando necessário, aos diversos organismos da União, no sentido de facilitar esta participação, a qual, no momento, continuará a ser efetuada em conformidade aos

acórdos concluídos em 1952 entre a Administração de Assistência Técnica das Nações Unidas e a Secretaria Geral da União; e

convida:

o Conselho de Administração a ordenar, neste domínio, a atividade dos organismos permanentes da União e a elaborar cada ano o balanço da participação da União no programa ampliado de assistência técnica das Nações Unidas.

RESOLUÇÃO N.º 26

Emprego da rede de telecomunicações das Nações Unidas para o tráfego telegráfico das instituições especializadas

A Conferência de Plenipotenciários da União Internacional de Telecomunicações de Buenos Aires, havendo examinado a solicitação das Nações Unidas (documento n.º 228), no sentido de que a União Internacional de Telecomunicações aprove sua proposta de assegurar as transmissões das instituições especializadas por sua rede de telecomunicações, entre pontos fixos, a uma tarifa que tenha em vista as despesas de exploração e seja proporcional ao volume do tráfego, e

considerando:

1. Que o sistema de taxação e o método de exploração propostos pelas Nações Unidas não estão de acordo com as disposições do Regulamento Telegráfico Internacional e, conseqüentemente, são contrários às disposições do artigo XVI do Acórdo entre as Nações Unidas e a União Internacional de Telecomunicações;

2. Que a derrogação de disposições da Convenção e do Regulamento Telegráfico em favor das Nações Unidas não é aconselhável;

3. Que a rede de telecomunicações das Nações Unidas jamais deve fazer concorrência, em circunstâncias normais, aos serviços públicos de telecomunicação existentes; e

4. Que, no entanto, em caso de situação crítica, pode ser conveniente permitir o tráfego das instituições especializadas pela rede das Nações Unidas entre pontos fixos, quer segundo uma tarifa calculada de acordo com as prescrições do artigo 26 do Regulamento Telegráfico Internacional, quer gratuitamente,

declara:

1. Que, em circunstâncias normais, a rede de telecomunicações entre pontos fixos das Nações Unidas não deve ser utilizada para o tráfego das instituições especializadas em concorrência às redes comerciais de telecomunicações existentes;

2. Que a U.I.F. não é favorável a qualquer derrogação das disposições do artigo XVI do Acórdo entre as Nações Unidas e a União Internacional de Telecomunicações e

3. Que podem ser feitas exceções em casos de emergência; e

encarrega o Secretário Geral:

1. De levar ao conhecimento do Secretário Geral das Nações Unidas a opinião desta Conferência;

2. De convidá-lo a retirar, com a maior brevidade possível, a proposta feita às instituições especializadas, de escoar seu tráfego pela rede das Nações Unidas, e

3. De informá-lo de que a União Internacional de Telecomunicações não se opõe, em casos de emergência, a que o tráfego das instituições especializadas seja encaminhado pela rede entre pontos fixos das Nações Unidas, a uma tarifa calculada de acordo com as prescrições do artigo 26 do Regulamento Telegráfico Internacional ou gratuitamente.

RESOLUÇÃO N.º 27

Telegramas, chamados e conversações telefônicas das instituições especializadas

A Conferência de Plenipotenciários da União Internacional de Telecomunicações de Buenos Aires,

considerando:

1. Que os chefes das instituições especializadas não são mencionados na definição de telegramas, chamados e conversações telefônicas de Estado que figura no anexo 3 à Convenção;

2. Que podem surgir casos de urgência ou de importância de telecomunicações das instituições especializadas que justifiquem tratamento especial para seus telegramas ou suas conversações telefônicas,

resolve:

que, quando uma instituição especializada das Nações Unidas informar ao Conselho de Administração

seu desejo de obter privilégios especiais, para suas telecomunicações, com justificação dos casos particulares para os quais é necessário tratamento especial, o Conselho de Administração:

a) comunique aos Membros e Membros associados da União os pedidos que, a seu juízo, mereçam ser atendidos e

b) resolva definitivamente sobre tais pedidos, tendo em conta a opinião da maioria dos Membros e Membros Associados; e

encarrega:

o Secretário Geral de notificar aos Membros e Memoros associados as decisões adotadas pelo Conselho.

RESOLUÇÃO N.º 28

Revisão eventual do artigo IV, seção 11, da Convenção sobre privilégios e imunidades das instituições especializadas

A Conferência de Plenipotenciários da União Internacional de Telecomunicações de Buenos Aires,

considerando:

1. A contradição que parece existir entre a definição de telegramas, chamados e conversações telefônicas de Estado que figura no anexo 2 à Convenção Internacional de Telecomunicações de Atlantic City (1947) e as disposições do artigo IV, seção 11, da Convenção sobre privilégios e imunidades das instituições especializadas;

2. Que a Conferência Internacional Telegráfica e Telefônica de Paris (1949) recomendou ao Conselho de Administração encarregasse o Secretário Geral da União de comunicar ao Secretário Geral das Nações Unidas a proposição segundo a qual esta organização deveria estudar a revisão do artigo IV, seção 11, da Convenção sobre privilégios e imunidades das instituições especializadas;

3. Que, em consequência de tal recomendação, o exame desta proposição foi inscrito na Ordem do Dia da Quarta sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas e que a sexta comissão da mesma Assembleia limitou-se a tomar conhecimento da situação, e

4. Que a Conferência de Plenipotenciários de Buenos Aires decidiu não incluir no anexo 3 à Convenção de Buenos Aires os chefes das instituições especializadas na citação das autoridades habilitadas a expedir telegramas de Estado ou a solicitar conversações telefônicas de Estado, e,

reconhecendo:

a conveniência de que as Nações Unidas sejam convidadas a proceder a novo exame deste problema,

encarrega:

o Secretário Geral da União de pedir ao Secretário Geral das Nações Unidas comunique à oitava sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas a opinião desta Conferência, de que o artigo IV, seção 11, da Convenção sobre privilégios e imunidades das instituições especializadas deve ser revisto, a fim de ser tomada em consideração a decisão adotada.

RESOLUÇÃO N.º 29

Financiamento da Conferência Extraordinária de Radiocomunicações pela Administração dos Países Baixos

A Conferência de Plenipotenciários da União Internacional de Telecomunicações de Buenos Aires,

considerando:

1. Que a Administração dos Países Baixos financiou os trabalhos preparatórios da Conferência Extraordinária de Radiocomunicações que deveria realizar-se na cidade de Haia em 1950 e

2. Que a Administração dos Países Baixos não solicitou pagamento de juros pelas importâncias adiantadas para este fim,

expressa:

seus agradecimentos à Administração dos Países Baixos e

encarrega:

o Secretário Geral de comunicar os termos desta Resolução ao conhecimento da Administração dos Países Baixos.

RESOLUÇÃO N.º 39

Acôrdo da Conferência Administrativa Extraordinária de Radiocomunicações de Genebra, 1951

A Conferência de Plenipotenciários da União Internacional de Telecomunicações de Buenos Aires,

reconhecendo:

1. Que certas disposições do Acôrdo da Conferência Administrativa Extraordinária de Radiocomunicações de Genebra, 1951, poderiam ser consideradas em discordância com o artigo 47 do Regulamento de Radiocomunicações de Atlantic City e com a Resolução ali adotada, relativamente à participação dos Membros da Junta Internacional de Registro de Freqüências nos trabalhos da Junta Provisória de Freqüências e

2. Que é necessário eliminar qualquer dúvida a respeito; e

considerando:

1. Que a ordem do dia proposta pelo Conselho de Administração para a C.A.E.R. foi aceita pela maioria dos Membros da União;

2. Que estava implicitamente entendido nos pontos 2, 3 e 5 da referida ordem do dia que o Regulamento de Radiocomunicações e a Resolução relativa à participação dos Membros da Junta Internacional de Registro de Freqüências nos trabalhos da Junta Provisória de Freqüências poderiam ser revisados, se isso se tornasse necessário;

3. Que as administrações foram convidadas a enviar à Junta Internacional de Registro de Freqüências proposições relativas àqueles pontos da ordem do dia e que as referidas proposições foram comunicadas a todos os Membros da União.

4. Que o acôrdo da C.A.E.R. foi assinado por sessenta e três Membros da União,

resolve:

que todas as disposições do Acôrdo da Conferência Administrativa Extraordinária de Radiocomunicações que possam ser consideradas em discordância com as disposições do Regulamento de Radiocomunicações de Atlantic City ou com a Resolução ali adotada e relativa à participação dos Membros da Junta Internacional de Registro de Freqüências nos trabalhos da Junta Provisória de Freqüências são consideradas substitu-

tivas das disposições do referido Regulamento e da mencionada Resolução.

RESOLUÇÃO N.º 31

Inclusão do Iraque na zona europeia definida no Regulamento de Radiocomunicações

A Conferência de Plenipotenciários da União Internacional de Telecomunicações de Buenos Aires,

havendo examinado o pedido do Iraque para que seu país seja incluído na zona europeia tal qual a mesma é definida no Regulamento de Radiocomunicações, n.º 107; e

considerando:

1. Que é mais acertada, em vista da situação geográfica do Iraque e para todos os fins práticos, a inclusão deste país na zona europeia, de preferência a mantê-lo na zona africana;

2. Que uma cooperação estreita entre o Iraque e os países vizinhos da zona europeia terá importância particular para a preparação de planos de consignação de freqüência às estações de radiodifusão, em ondas médias, na referida zona, e

3. Que tal cooperação será facilitada pela participação do Iraque nas conferências europeias de radiodifusão,

convida:

1. A próxima Conferência Administrativa de Radiocomunicações a examinar a possibilidade da inclusão do Iraque na zona europeia, tal qual a mesma é definida no Regulamento de Radiocomunicações, e

2. A Junta Internacional de Registro de Freqüências a conceder ao Iraque assistência especial para solução dos problemas de freqüências que possam surgir do fato de o Iraque achar-se atualmente fora da zona europeia.

RESOLUÇÃO N.º 32

Ligação de certas regiões à rede telefônica mundial

A Conferência de Plenipotenciários da União Internacional de Telecomunicações de Buenos Aires,

Considerando:

1. Que numerosas regiões habitadas do mundo, das quais algumas

importantes, não usufruem ainda as vantagens da rede telefônica;

2. Que é do interesse social, econômico e cultural destas regiões a respectiva ligação à rede internacional geral;

3. Que de tais realizações resultam problemas de ordem técnica e econômica;

4. Que os estudos e ensaios acarretarão despesas consideráveis a cada administração e

5. que o C. C. I. F. e o C. C. I. R. foram encarregados, pela Resolução 247/CA 7 do Conselho de Administração, de realizarem estudos relativos à ligação do Oriente Médio e da Ásia do Sul à rede européia,

encarrega:

o C. C. I. F. e o C. C. I. R. de realizarem conjuntamente estudos com o fim de formularem recomendações sobre os meios convenientes, tendo em vista considerações técnicas e econômicas para ligação à rede telefônica mundial das regiões que desta ainda não façam parte.

RESOLUÇÃO N.º 33

Indenização diária aos representantes dos Membros do Conselho de Administração

A Conferência de Plenipotenciários da União Internacional de Telecomunicações de Buenos Aires

resolve:

que as indenizações diárias pagáveis pela União aos Membros do Conselho de Administração para cobrirem as despesas de subsistência, decorrentes do trabalho no Conselho das pessoas designadas para integrá-lo de acordo com as disposições do artigo 5 da Convenção de Buenos Aires, sejam fixadas em 80 francos suíços por dia e reduzidas a 30 francos suíços por dia durante as viagens aéreas ou marítimas.

RESOLUÇÃO N.º 34

Acórdos entre a União Internacional de Telecomunicações e diversos governos.

A Conferência de Plenipotenciários da União Internacional de Telecomunicações de Buenos Aires

autoriza:

o Conselho de Administração a fazer, em nome da União, os acordos necessários com o Governo da Confederação Suíça e com outras autoridades governamentais, no que concerne às relações entre a União, seus organismos e seu pessoal, de uma parte, e a Confederação Suíça ou qualquer outra autoridade governamental dos países em que a União for chamada a exercer sua atividade, de outra parte.

RECOMENDAÇÃO N.º 1

Recrutamento do pessoal da União

A Conferência de Plenipotenciários da União Internacional de Telecomunicações de Buenos Aires,

considerando:

1. As disposições do artigo 8, parágrafo 4, da Convenção;

2. As despesas que acarreta para a União o recrutamento em base geográfica e

3. Que este recrutamento se impõe somente para certos empregos, recomenda:

que, no que concerne ao recrutamento, somente os empregos das classes superiores à classe 4 sejam, em princípio, considerados de caráter internacional.

RECOMENDAÇÃO N.º 2

Livre transmissão de informações

A Conferência de Plenipotenciários da União Internacional de Telecomunicações de Buenos Aires,

tendo em vista:

1. A Declaração Universal dos Direitos do Homem adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas a 10 de dezembro de 1948 e

2. Os artigos 28, 29 e 30 da Convenção Internacional de Telecomunicações de Atlantic City, e

considerando:

o nobre princípio da livre transmissão de informações,

recomenda:

aos Membros e Membros associados da União facilitem a livre transmissão de informações pelos serviços de telecomunicação.

RECOMENDAÇÃO N.º 3

Aplicação de tarifa telegráfica especial aos prisioneiros de guerra e às pessoas civis internadas em tempo de guerra

A Conferência de Plenipotenciários da União Internacional de Telecomunicações de Buenos Aires,

considerando:

1. As disposições dos artigos 74 e 124 da Convenção de Genebra relativa ao tratamento dos prisioneiros de guerra, de 12 de agosto de 1949, e dos artigos 110 e 141 da Convenção de Genebra relativa à proteção das pessoas civis em tempo de guerra, de 12 de agosto de 1949, e

2. As disposições do artigo 35 da Convenção Internacional de Telecomunicações de Buenos Aires (1952),

recomenda à próxima conferência telegráfica e telefónica:

1. Que examine com benevolência se podem ser concedidas a isenção de pagamento e as reduções de taxas telegráficas previstas nas citadas Convenções de Genebra e, caso afir-

mativo, em que medida poderá isto ser feito e

2. Que, se fôr caso, introduza as modificações necessárias no Regulamento Telegráfico Internacional.

VOTO

Os Membros e Membros associados reconhecem a conveniência de ser evitada a imposição de taxas fiscaes às telecomunicações internacionais.

LEI N.º 1.785-E — DE 29 DE DEZEMBRO DE 1952

Modifica dispositivos do Decreto-lei n.º 4.014, de 13 de janeiro de 1942, alterado pelo Decreto-lei n.º 5.989, de 11 de novembro de 1943.

Retificação

No parágrafo único do art. 25, onde se lê: ... mediante a nomeação de ajudante em prova de habilitação, observado o critério de antiguidade... Leia-se: ... mediante a nomeação de ajudante com prova de habilitação, observado o critério de antiguidade...

LEI N.º 2.710 — DE 19 DE JANEIRO DE 1956

Dispõe sobre os vencimentos dos militares e dá outras providências

Retificações

Onde se lê:

Art. 2.º As vantagens de que tratam as Leis n.º 1.316, de 20 de janeiro de 1951, e n.º 2.283, de 9 de agosto de 1954, e outros dispositivos legais vigentes, passarão a ser calculadas sobre os vencimentos previstos no art. 1.º desta lei dezoito (18) meses depois de entrar em vigor.

Leia-se:

Art. 2.º As vantagens de que tratam as Leis ns. 1.316, de 20 de janeiro de 1951, e 2.283, de 9 de agosto de 1954, e outros dispositivos legais vigentes, passarão a ser calculadas sobre os vencimentos previstos no artigo 1.º desta lei dezoito (18) meses depois que ela entrar em vigor.

LEI N.º 3.053 — DE 22 DE DEZEMBRO DE 1956

Promulgação de dispositivo vetado pelo Presidente da República e mantido pelo Congresso Nacional.

Faço saber que o Congresso Nacional manteve o seguinte dispositivo vetado pelo Presidente da República no projeto que se transformou na Lei

n.º 3.053, de 22 de dezembro de 1956, dispositivo que é promulgado nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição, a fim de completar a referida lei:

Art. 4.º Indepeade, igualmente, de licença prévia a importação de um automóvel feita por membro do Congresso Nacional, do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal de Recursos para seu uso pessoal, pelo câmbio livre e até 3.000 dólares.

Senado Federal, em 9 de abril de 1957.

APOLONIO SALES

Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência.

LEI N.º 3.057 — DE 22 DE DEZEMBRO DE 1956

Parte vetada pelo Presidente da República e mantida pelo Congresso Nacional, do Projeto que se transformou na Lei n.º 3.057, de 22 de dezembro de 1956.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional manteve e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 3.º da Constituição Federal, o seguinte dispositivo da Lei n.º 3.057, de 22 de dezembro de 1956:

Ementa:

“...e dispensa o estágio probatório e interstício para provimento de vagas existentes na carreira de agente fiscal do Imposto de Consumo”.

Art. 3.º O provimento das vagas existentes na carreira de agente fiscal do Imposto de Consumo será feito pelos seus atuais ocupantes, independente de estágio probatório e interstício de forma a manter-se a lotação estabelecida pelo quadro anexo ao Decreto-lei n.º 5.425, de 27 de abril de 1943.

Rio de Janeiro, 8 de abril de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK

LEI N.º 3.093, DE 2 DE JANEIRO DE 1957

Promulgação de dispositivos vetados pelo Presidente da República e mantidos pelo Congresso Nacional.

Faço saber que o Congresso Nacional manteve os seguintes dispositivos vetados pelo Presidente da República no projeto que se transformou na Lei n.º 3.093, de 2 de janeiro de 1957, dispositivos que são promulgados nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição, a fim de completarem a referida lei:

Art. 1.º

§ 1.º

§ 2.º Será aproveitado como escrivão, padrão “G”, o inspetor de alunos que, ficando excedente na mesma classe, tiver exercido, há mais de 10 (dez) anos, por interesse do servi-

ço, funções de auxiliar de escriturário ou de assistente de direção de instituto universitário.

§ 3.º Serão, ainda, obrigatoriamente aproveitados nos cargos de bibliotecário, padrão “K” e de técnico de laboratório, padrão “I”, respectivamente, do mesmo quadro especial, os bibliotecários e preparadores nomeados pelo Governo do Rio Grande do Sul, em virtude da Lei Estadual n.º 1.224, de 30 de novembro de 1950, posteriormente integrados como auxiliares de biblioteca e laboratoristas, na tabela numérica de extranumerários-mensalistas da Universidade do Rio Grande do Sul, aprovada pelo Decreto Federal n.º 30.666, de 24 de março de 1952, ou no quadro extraordinário de mensalistas da referida Universidade, aprovado pelo Decreto Federal n.º 35.630, de 8 de junho de 1954.

§ 4.º Serão, igualmente, aproveitados nos cargos de bibliotecário, padrão "L," os 3 (três) bibliotecários constantes da relação dos funcionários efetivos integrantes do Quadro Suplementar da mesma Universidade a que aludem as Leis Estaduais números 1.438, de 16 de fevereiro de 1951 e 1.224, de 30 de novembro de 1950.

§ 5.º O aproveitamento de que tratam os §§ 1.º, 2.º, 3.º e 4.º será feito em caráter efetivo, assegurando-se aos servidores os direitos e vantagens do pessoal da União, inclusive a contagem de tempo de serviço anterior, para todos os efeitos.

Art. 2.º nos parágrafos do artigo anterior.

Art. 4.º

Parágrafo único — Os servidores aproveitados ganharão, a título de vencimentos, a partir da vigência da Lei n.º 2.403, de 13 de janeiro de 1955, somente a diferença verificada entre os valores dos padrões em que tiverem sido classificados e o tratamento

pecuniário recebido, durante o mesmo período, do Estado do Rio Grande do Sul ou da União; e, em caso algum, auferirão novos abonos temporários, especial ou de emergência, aqueles que, por qualquer forma, já os tenham percebido, a contar daquela data, dos cofres federais.

Art. 5.º O servidor do quadro suplementar da Universidade do Rio Grande do Sul, que nele tiver sido incluído por força do art. 24 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição Federal, terá assegurado os direitos e vantagens desta lei, no cargo em que fôr aproveitado e ficará em disponibilidade remunerada, se o aproveitamento não houver observado o que se prescreve em o art. 185, da Constituição Federal.

Art. 6º Esta lei vigorará a partir de 13 de janeiro de 1955, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 9 de maio de 1957. — João Goulart, Presidente do Senado Federal.

TABELA DE QUE TRATA ESTA LEI

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Quadro Especial (Universidade do Rio Grande do Sul)

Número de cargos	CARREIRA OU CARGO	Classe ou Padrão	Excedentes
	<i>a) Cargos isolados</i>		
5	Escriturário	G	
	<i>b) Carreiras</i>		
	Astrônomo	O	1
			1
3	Bibliotecário	L	
3		K	
6			
	Oficial Administrativo		
		K	1
		I	3
			5
	Técnico de Laboratório		
4		L	
16		I	
34			

EMENTÁRIO

Leis e decretos publicados nos
volumes III e IV de 1957, desta
coleção, classificados pela or-
dem alfabética dos assuntos

EMENTÁRIO

A

ABASTECIMENTO

Autoriza a elaboração de Programas Regionais de Abastecimento e Assistência Técnica nas Zonas de Produção de Gêneros Alimentícios.

Decreto n.º 41.278 — de 9 de abril de 1957.

ABASTECIMENTO D'ÁGUA

Regulamenta o art. 32 da Lei número 2.973, de 26 de novembro de 1956, e a Lei n.º 2.134, de 14 de dezembro de 1953, no que se refere ao financiamento dos serviços municipais de abastecimento d'água.

Decreto n.º 41.446 — de 3 de maio de 1957.

ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS

— Ver:

Ministério da Guerra.

ACIDENTES DO TRABALHO

— Ver:

Convenções.

ACORDOS

Promulga o Acôrdio básico para a concessão de assistência técnica celebrado em Nova York, a 11 de setembro de 1952, entre o Brasil e a Organização das Nações Unidas.

Decreto n.º 41.650 — de 4 de junho de 1957.

ADOÇÃO

— Ver:

Código Civil.

ADVOCACIA

— Ver:

Ordem dos Advogados do Brasil.

AEROLINE ITALIANE INTERNAZIONALI (ALITALIA) SOCIETÀ PER AZIONI

Concede à "Aeroline Italiane Internazionali (ALITALIA) Società per Azioni", autorização para continuar a funcionar na República.

Decreto n.º 41.206 — de 27 de março de 1957.

AERONAUTICA

Altera o Regulamento da Diretoria de Aeronáutica Civil.

Decreto n.º 41.730 — de 28 de junho de 1957.

AERONAUTICA

— Ver, também,

Ministério da Aeronáutica.

AEROPORTOS

Denomina Aeroporto Carlos Ruhl o Aeroporto de Cruz Alta, no Estado do Rio Grande do Sul.

Lei n.º 3.139 — de 17 de maio de 1957.

— Ver, também,

Ministério da Aeronáutica.

AFORAMENTO

— Ver:

Terrenos de Marinha.

AGAVE

Concede à safra de agave ou sisal de 1957-1958, de produção nacional, a garantia de preços mínimos.

Decreto n.º 41.732 — de 23 de junho de 1957.

**AGRINDUSTRIAS S. A.
AGRICULTURA, INDÚSTRIA E
COMERCIO**

Concede permissão, em caráter permanente, a Agrindústrias S. A. Agricultura, Indústria e Comércio, com sede em Monte Aprazível, no Estado de São Paulo, para funcionar aos domingos.

Decreto n.º 41.145 — de 13 de março de 1957.

AGUA MINERAL

Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Fraga Fontes a pesquisar água mineral, no município de Lagarto, Estado de Sergipe.

Decreto n.º 41.302 — de 10 de abril de 1957.

— *Autoriza Água Mineral Timbu Ltda. a pesquisar água mineral, no município de Almirante Tamandaré, Estado do Paraná.*

Decreto n.º 41.452 — de 6 de maio de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Carlos Henrique de Aragão a pesquisar água mineral no município de Teresina, Estado do Piauí.*

Decreto n.º 41.519 — de 17 de maio de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro João Dettoni a pesquisar água mineral no Município de Erechim, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n.º 41.619 — de 29 de maio de 1957.

— *Autoriza a Prefeitura da Estância do Socorro a pesquisar água mineral no município de Socorro, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 41.709 — de 24 de junho de 1957.

AGUA MOGIANA LTDA.

Concede à Água Mogiana Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n.º 41.454 — de 6 de maio de 1957.

AGUA POTAVEL

Autoriza o cidadão brasileiro Geraldo de Souza Paraíso a lavar água potável de mesa no município e Estado de São Paulo.

Decreto n.º 41.706 — de 24 de junho de 1957.

AGUAS MARINHAS

Autoriza o cidadão brasileiro Júlio Alvarenga Drumond a pesquisar águas marinhas e associados, no município de Ferros, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 41.613 — de 29 de maio de 1957.

**AJUDANTE DE DESPACHANTE
ADUANEIRO**

Modifica dispositivos do Decreto-lei n.º 4.014, de 13 de janeiro de 1942, alterado pelo Decreto-lei n.º 5.989, de 11 de novembro de 1943.

Lei n.º 1.785-E — de 29 de dezembro de 1952.

(Publicado no D. O. de 5 de janeiro de 1953).

Retificado no D. O. de 27 de maio de 1957.

AJUSTES

— Ver:

Contratos.

ALWEG CORPORATION

Concede à sociedade anônima Alweg Corporation autorização para funcionar na República.

Decreto n.º 41.277 — de 8 de abril de 1957.

AMAZÔNIA

Altera o Orçamento e Programa de Emergência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia.

Decreto n.º 41.371 — de 23 de abril de 1957.

AMAZÔNIA

— *Altera o Programa de Emergência da Valorização Econômica da Amazônia.*

Decreto n.º 41.372 — de 23 de abril de 1957.

— *Altera o Programa de Emergência da Valorização Econômica da Amazônia.*

Decreto n.º 41.717 — de 24 de junho de 1957.

AMIANTO

Renova o Decreto n.º 37.026, de 15 de março de 1955.

Decreto n.º 41.695 — de 24 de junho de 1957.

A NOITE

Revoga os arts. 11 e 12 e seus parágrafos, do Decreto n.º 40.739, os arts. 17 e 18 e seus parágrafos, do Decreto n.º 40.740, e os arts. 13 e 14, do Decreto n.º 40.741, todos de 10 de janeiro de 1957.

Decreto n.º 41.489 — de 14 de maio de 1957.

APOSENTADORIA

— Ver:

Funcionários Públicos.

APOSTA SOBRE CORRIDA DE CAVALO

— Ver:

Cavalo Nacional.

AREIA

Autoriza a empresa de mineração Ferreira, Costa & Cia. Ltda., a pesquisar argila, areia e associados no município de Sete Lagoas, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 41.322 — de 10 de abril de 1957.

AREIAS ILMENÍTICAS

Autoriza o cidadão brasileiro José Marques Furtado a pesquisar areias ilmeníticas no município de Araiões, Estado do Maranhão.

Decreto n.º 41.301 — de 10 de abril de 1957.

AREIAS ILMENÍTICAS

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Marques Furtado a pesquisar areias ilmeníticas no município de Araiões, Estado do Maranhão.*

Decreto n.º 41.453 — de 6 de maio de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro James de Mendonça Clark a pesquisar areias ilmeníticas e associados no município de Araiões, Estado do Maranhão.*

Decreto n.º 41.518 — de 17 de maio de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro James de Mendonça Clark a pesquisar areias ilmeníticas e associados no município de Araiões, Estado do Maranhão.*

Decreto n.º 41.527 — de 17 de maio de 1957.

AREIA QUARTZOSA

Renova o Decreto n.º 36.703, de 29 de dezembro de 1954.

Decreto n.º 41.402 — de 24 de abril de 1957.

— *Renova o Decreto n.º 36.701, de 29 de dezembro de 1954.*

Decreto n.º 41.523 — de 17 de maio de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Onofre Guilherme Ferreira a pesquisar areia quartzosa no município de São Vicente, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 41.623 — de 29 de maio de 1957.

ARGILA

Autoriza a Companhia de Mineração Nopalimense a lavar minério de ferro e argila refratária, no Município de Nova Lima, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 41.317 — de 10 de abril de 1957.

— *Autoriza a empresa de mineração Ferreira, Costa & Cia. Ltda., a pesquisar argila, areia e associados no município de Sete Lagoas, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 41.322 — de 10 de abril de 1957.

ARGILA

— Fica alterado o art. 1.º do Decreto n.º 40.187, de 30 de outubro de 1956, que retifica o artigo 1.º do Decreto n.º 39.303, de 13 de junho de 1956.

Decreto n.º 41.325 — de 10 de abril de 1957.

— Autoriza a Companhia de Mineração Novalimense a lavrar minério de ferro e argila refratária no município de Nova Lima, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 41.326 — de 10 de abril de 1957.

— Autoriza o cidadão brasileiro Luiz Ribeiro do Valle a pesquisar argila no município de São Simão, no Estado de São Paulo.

Decreto n.º 41.397 — de 24 de abril de 1957.

— Autoriza o cidadão brasileiro George Goro Koroitwa a pesquisar caulim, argila e associados no município de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo.

Decreto n.º 41.617 — de 29 de maio de 1957.

ASILO DIPLOMÁTICO

Aprova a Convenção sobre Asilo Diplomático, firmado na X Conferência Interamericana.

Decreto Legislativo n.º 13, de 1957.

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE LINS

Declara de utilidade pública a Associação Comercial de Lins, com sede em Lins, Estado de São Paulo.

Decreto n.º 41.369 — de 23 de abril de 1957.

ASSOCIAÇÃO EDUCANDÁRIO NOSSA SENHORA MÃE DO MUNDO

Declara de utilidade pública a Associação Educandário Nossa Senhora Mãe do Mundo, com sede em Correias — Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto n.º 41.563 — de 23 de maio de 1957.

"A TIRADENTES" COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS GERAIS

Cassa a autorização concedida a "A Tiradentes" Companhia Nacional de Seguros Gerais, com sede nesta capital, para funcionar na República.

Decreto n.º 41.586 — de 29 de maio de 1957.

AUTARQUIA

Provê quanto ao disposto no parágrafo 31, 2.ª parte, do artigo 141, da Constituição Federal, e dá outras providências.

Lei n.º 3.164 — de 1 de junho de 1957.

AUXÍLIOS

— Ver:

O nome da entidade de benefício pelo auxílio.

B**BANCO AGRO-INDUSTRIAL DE SÃO PAULO SOCIEDADE COOPERATIVA**

Concede autorização ao "Banco Agro-Industrial de São Paulo Sociedade Cooperativa", para constituir-se na Capital do Estado de São Paulo.

Decreto n.º 41.552 — de 21 de maio de 1957.

BANCO CENTRAL DOS MUNICÍPIOS, SOCIEDADE COOPERATIVA

Concede autorização para constituição do "Banco Central dos Municípios, Sociedade Cooperativa", com sede em São Paulo, Capital do Estado de São Paulo.

Decreto n.º 41.554 — de 21 de maio de 1957.

**BANCO COOPERATIVA DE
CRÉDITO POPULAR DE
CAMPINAS, SOCIEDADE
COOPERATIVA DE
RESPONSABILIDADE
LIMITADA**

Concede autorização para constituição do "Banco Cooperativa de Crédito Popular de Campinas, Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada", com sede em Campinas, Estado de São Paulo.

Decreto n.º 41.556 — de 21 de maio de 1957.

**BANCO DE CRÉDITO NORSUL
SOCIEDADE COOPERATIVA
DE RESPONSABILIDADE
LIMITADA**

Concede autorização ao "Banco de Crédito Norsul Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada", para constituir-se no Distrito Federal.

Decreto n.º 41.551 — de 21 de maio de 1957.

**BANCO DE CRÉDITO REAL DE
MINAS GERAIS S. A.**

Aprova o aumento de capital e reforma parcial dos Estatutos do Banco de Crédito Real de Minas Gerais S. A.

Decreto n.º 41.654 — de 6 de junho de 1957.

**BANCO DE CRÉDITO REAL DO
RIO GRANDE DO SUL S. A.**

Aprova o aumento de capital do Banco de Crédito Real do Rio Grande do Sul S. A.

Decreto n.º 41.735 — de 28 de junho de 1957.

**BANCO NACIONAL DE
DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO**

Regulamenta o art. 32 da Lei número 2.973, de 26 de novembro de 1956, e a Lei n.º 2.134, de 14 de dezembro de 1953, no que se refere ao financiamento dos serviços municipais de abastecimento d'água.

Decreto n.º 41.446 — de 3 de maio de 1957.

**BANCO DE RESERVAS POPULARES
SOCIEDADE COOPERATIVA DE
RESPONSABILIDADE LTDA.**

Concede autorização para constituição do "Banco de Reservas Populares Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada", com sede no Distrito Federal.

Decreto n.º 41.549 — de 21 de maio de 1957.

BARITINA

Autoriza a Cia. Química Industrial CIL a pesquisar baritina e associados no Município de Cerro Azul, Estado do Paraná.

Decreto n.º 41.395 — de 24 de abril de 1957.

BARRAGEM DE TRÊS MARIAS

— Ver:

Comissão do Vale do São Francisco.

BERILO

Autoriza o cidadão brasileiro Walter Bezerra de Sá a pesquisar mica, berilo e associados no município de Quixeramobim, Estado do Ceará.

Decreto n.º 41.307 — de 10 de abril de 1957.

— Renova o Decreto n.º 36.743, de 3 de janeiro de 1955.

Decreto n.º 41.456 — de 6 de maio de 1957.

— Autoriza o cidadão brasileiro Manuel Duboc Sobrinho a lavar mica, caulim, berilo e associados no município de Marquês de Valença, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto n.º 41.521 — de 17 de maio de 1957.

**BODÓMINAS — METALURGIA E
INDÚSTRIA S. A.**

Concede à Bodóminas — Metalurgia e Indústria S. A. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n.º 41.700 — de 24 de junho de 1957.

C

CAFÉ

Destina recursos à lavoura do café.

Decreto n.º 41.651 — de 4 de junho de 1957.

CAIXA BENEFICENTE DOS PORTUÁRIOS DO RIO DE JANEIRO

Declara de utilidade pública a Caixa Beneficente dos Portuários do Rio de Janeiro, com sede no Distrito Federal.

Decreto n.º 41.474 — de 3 de maio de 1957.

CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS FERROVIÁRIOS E EMPREGADOS EM SERVIÇOS PÚBLICOS

Altera o Quadro de Pessoal da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários e Empregados em Serviços Públicos e dá outras providências.

Decreto n.º 41.571 — de 27 de maio de 1957.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Autoriza o Conselho Administrativo da Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro a instalar uma Sucursal na cidade de Brasília, nova Capital Federal.

Decreto n.º 41.541 — de 20 de maio de 1957.

CALCÁRIO

Autoriza o cidadão brasileiro Abílio José Ribeiro a pesquisar calcário no município de Rio Pardo, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto n.º 41.297 — de 10 de maio de 1957.

Autoriza o cidadão brasileiro Francisco Sales Lopes a pesquisar calcário e associados no município de Prados, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 41.299 — de 10 de abril de 1957.

CALCÁRIO

Autoriza o cidadão brasileiro José Theotônio de Castro a lavrar calcário no município de Lagoa da Prata, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 41.315 — de 10 de abril de 1957.

Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Corrêa Sobrinho a pesquisar calcário e associados no Município de Sete Lagoas, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 41.405 — de 24 de abril de 1957.

Autoriza o cidadão brasileiro Martiniano Zuquim a lavrar calcário e associados no município de Arcos, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 41.520 — de 17 de maio de 1957.

Renova o Decreto n.º 35.796, de 20 de janeiro de 1955.

Decreto n.º 41.528 — de 17 de maio de 1957.

Autoriza o cidadão brasileiro Horácio Scaramussa a pesquisar calcário e mármore no município de Cachoeiro de Itapemirim, Estado do Espírito Santo.

Decreto n.º 41.615 — de 29 de maio de 1957.

Renova o Decreto n.º 36.993, de 4 de março de 1955.

Decreto n.º 41.620 — de 29 de maio de 1957.

Renova o Decreto n.º 36.813, de 25 de janeiro de 1955.

Decreto n.º 41.629 — de 29 de maio de 1957.

Autoriza o cidadão brasileiro Ivonnet Kolling a pesquisar calcário e associados no município de Monte Alegre, Estado do Pará.

Decreto n.º 41.699 — de 24 de junho de 1957.

Renova o Decreto n.º 36.696, de 29 de dezembro de 1954.

Decreto n.º 41.701 — de 24 de junho de 1957.

CALCÁRIO

— *Autoriza o cidadão brasileiro Yvonne Kolling a pesquisar calcário e associados no município de Monte Alegre, Estado do Pará.*

Decreto n.º 41.702 — de 24 de junho de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Yvonne Kolling a pesquisar calcário e associados no município de Monte Alegre, Estado do Pará.*

Decreto n.º 41.703 — de 24 de junho de 1957.

— *Declara sem efeito o Decreto n.º 38.925, de 21 de março de 1956.*

Decreto n.º 41.704 — de 24 de junho de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Yvonne Kolling a pesquisar calcário e associados no município de Monte Alegre, Estado do Pará.*

Decreto n.º 41.707 — de 24 de junho de 1957.

CAMPANHA DE FORMAÇÃO DE GEÓLOGOS

Altera a redação do art. 5.º do Decreto n.º 40.783, de 18 de janeiro de 1957, que institui a Campanha de Formação de Geólogos (C.A.G.E.).

Decreto n.º 41.663 — de 12 de junho de 1957.

CAPITANIA DOS PORTOS

— Ver:

Ministério da Marinha.

CARLOS GOMES, ANTÔNIO

Concede dilatação do prazo legal para a fruição de direitos autorais.

Lei n.º 3.126 — de 18 de abril de 1957.

CARTEIRA DE COMÉRCIO EXTERIOR

Promulgação de dispositivo vetado pelo Presidente da República e mantido pelo Congresso Nacional.

Lei n.º 3.053 — de 22 de dezembro de 1956.

CARVÃO

Renova o Decreto n.º 36.811, de 25 de janeiro de 1955.

Decreto n.º 41.611 — de 29 de maio de 1957.

— *Dispõe sobre os preços de venda do carvão do Rio Grande do Sul e dá outras providências.*

Decreto n.º 41.725 — de 25 de junho de 1957.

CASSITERITA

Autoriza o cidadão brasileiro Jesu-lino Almeida a pesquisar cassiterita e associados, no município de Rio de Contas, Estado da Bahia.

Decreto n.º 41.293 — de 10 de abril de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Alberto de Lemos Monteiro da Silva a pesquisar minério de ferro, cassiterita e associados no Município de Magazão, Território Federal do Amapá.*

Decreto n.º 41.316 — de 10 de abril de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Alberto de Lemos Monteiro da Silva a pesquisar minério de ferro, cassiterita e associados no município de Mazagão, Território Federal do Amapá.*

Decreto n.º 41.324 — de 10 de abril de 1957.

— *Renova o Decreto n.º 36.984, de 4 de março de 1955.*

Decreto n.º 41.524 — de 17 de maio de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Alvaro Mendes de Almeida a lavrar cassiterita e associados no município de Resende Costa, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 41.529 — de 17 de maio de 1957.

— *Renova o Decreto n.º 36.925, de 18 de fevereiro de 1955.*

Decreto n.º 41.532 — de 17 de maio de 1957.

CASSITERITA

— *Renova o Decreto n.º 36.987, de 4 de março de 1955.*

Decreto n.º 41.533 — de 17 de maio de 1957.

— *Renova o Decreto n.º 36.986, de 4 de março de 1955.*

Decreto n.º 41.534 — de 17 de maio de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Alberto Badin a pesquisar cassiterita e associados no município de Rio de Contas, Estado da Bahia.*

Decreto n.º 41.626 — de 29 de maio de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Jair Ribeiro de Carvalho a pesquisar cassiterita e associados no município de São João del Rei, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 41.627 — de 29 de maio de 1957.

CAULIM

Autoriza o cidadão brasileiro Gil Salles de Miranda a pesquisar mica, caulim e associados, no município de Cataguazes, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 41.298 — de 10 de abril de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Fiorelli Peccicato a pesquisar caulim, feldspato e associados no município de São Paulo, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 41.312 — de 10 de abril de 1957.

— *Retifica o art. 1.º do Decreto número 39.403, de 13 de junho de 1956.*

Decreto n.º 41.319 — de 10 de abril de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Sebastião da Silva Guimarães a pesquisar mica, caulim e associados, no município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 41.394 — de 24 de abril de 1957.

CAULIM

— *Autoriza a Empresa de Mineração Berlino Zabeu & Irmãos Ltda. a pesquisar caulim e associados no Município de Piedade, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 41.396 — de 24 de abril de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Alípio Homem de Faria a pesquisar caulim, mica e associados no município de Mercês, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 41.403 — de 24 de abril de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Amarante Vaz Duarte a pesquisar caulim no município de Rio Pardo, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n.º 41.406 — de 24 de abril de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Manuel Duboc Sobrinho a lavar mica, caulim, berilo e associados no município de Marquês de Valença, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n.º 41.521 — de 17 de maio de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Augusto Parolari a pesquisar feldspato, caulim e associados no município de Ribeirão Pires, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 41.525 — de 17 de maio de 1957.

— *Renova o Decreto n.º 37.146, de 5 de abril de 1955.*

Decreto n.º 41.530 — de 17 de maio de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Ferreira Bento a pesquisar caulim e associados no município de Barra do Piraí, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n.º 41.612 — de 29 de maio de 1957.

CAULIM

— *Autoriza o cidadão brasileiro George Goro Koroiva a pesquisar caulim, argila e associados no município de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 41.617 — de 29 de maio de 1957.

CAVALO NACIONAL

· *Aprova o Regulamento para execução da Lei n.º 2.820, de 10 de julho de 1956, e organiza a Comissão Coordenadora da Criação do Cavalo Nacional (CCCCN).*

Decreto n.º 41.561 — de 22 de maio de 1957.

CENTRAIS ELÉTRICAS DO TRIÂNGULO S. A.

Concede a Abel Reis e outros, autorização para constituição, mediante subscrição pública da "Centrais Elétricas do Triângulo S. A."

Decreto n.º 41.286 — de 9 de abril de 1957.

CENTRO DE PESQUISAS BIOLÓGICAS

Declara de utilidade pública o Centro de Pesquisas Biológicas, com sede no Distrito Federal.

Decreto n.º 41.368 — de 23 de abril de 1957.

CENTRO LATINO AMERICANO DE PESQUISAS DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Aprova os Estatutos do Centro Latino-Americano de Pesquisas de Ciências Sociais, e dá outras providências.

Decreto n.º 41.657 — de 6 de junho de 1957.

CESSÃO DE IMÓVEIS

Autoriza a cessão gratuita do terreno que menciona, situado no Município de Jequitibá, no Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 41.737 — de 29 de junho de 1957.

CESSÃO

— Ver:

O nome do cedente ou do cessionário.

CHUMBO

Autoriza o cidadão brasileiro Roberto Tallone a pesquisar minério de chumbo e associados nos municípios de Apiaí e Iporanga, Estado de São Paulo.

Decreto n.º 41.318 — de 10 de abril de 1957.

CIANITA

Autoriza o cidadão brasileiro José Patrus de Sousa a pesquisar cianita no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 41.710 — de 24 de junho de 1957.

CLUBE DOS OFICIAIS DA POLÍCIA MILITAR E DO CORPO DE BOMBEIROS

Declara de utilidade pública o Clube dos Oficiais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, com sede no Distrito Federal.

Decreto n.º 41.502 — de 16 de maio de 1957.

COBRE

Autoriza o cidadão brasileiro Domingos Serafini a pesquisar minérios de cobre e de volfrâmio, no município de Bonito, Estado de Mato Grosso.

Decreto n.º 41.711 — de 24 de junho de 1957.

CÓDIGO CIVIL

Atualiza o instituto da adoção prescrita no Código Civil.

Lei n.º 3.133 — de 8 de maio de 1957.

— *Modifica o artigo 1.289, do Código Civil.*

Lei n.º 3.167 — de 3 de junho de 1957.

CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

Revoga o Decreto-lei n.º 8.951, de 28 de janeiro de 1946 (dispõe sobre o depósito judicial e dá outras providências) e revigora o art. 945 do Código de Processo Civil.

Lei n.º 3.186 — de 24 de junho de 1957.

CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

Estende aos governadores ou interventores de Estados e Territórios, ao prefeito do Distrito Federal, seus respectivos secretários, aos prefeitos municipais, vereadores e chefes de Polícia o direito à prisão especial previsto no Código de Processo Penal.

Lei n.º 3.181 — de 11 de junho de 1957.

COLEGIOS

Dá nova redação à letra "b" do § 1.º e ao § 2.º do art. 54, aos números 2 e 4 da letra "b" do artigo 50 e ao art. 79, e acrescenta um parágrafo ao art. 54, tudo do Regulamento do Colégio Militar.

Decreto n.º 41.353 — de 23 de abril de 1957.

Suprime do currículo dos Colégios Militares as disciplinas de Canto Orfeônico e Trabalhos Manuais.

Decreto n.º 41.540 — de 20 de maio de 1957.

COLONIZAÇÃO

Revoga o art. 15 e seus parágrafos da Lei n.º 2.237, de 2 de junho de 1954, que dispõe sobre financiamentos destinados à colonização nacional, e dá outras providências.

Lei n.º 3.185 — de 24 de junho de 1957.

COLUMBITA

Renova o Decreto n.º 36.870, de 4 de fevereiro de 1955.

Decreto n.º 41.401 — de 24 de abril de 1957.

— Renova o Decreto n.º 36.984, de 4 de março de 1955.

Decreto n.º 41.524 — de 17 de maio de 1957.

— Renova o Decreto n.º 36.925, de 18 de fevereiro de 1955.

Decreto n.º 41.532 — de 17 de maio de 1957.

— Renova o Decreto n.º 36.937, de 4 de março de 1955.

Decreto n.º 41.533 — de 17 de maio de 1957.

COLUMBITA

— Renova o Decreto n.º 36.986, de 4 de março de 1955.

Decreto n.º 41.534 — de 17 de maio de 1957.

COMBUSTÍVEIS

— Ver:

Imposto único sobre lubrificantes e combustíveis líquidos.

**COMISSÃO DE DEFESA DOS
CAPITAIS NACIONAIS**

Cria a Comissão de Defesa dos Capitais Nacionais (C.D.C.N.) e dá outras providências.

Decreto n.º 41.427 — de 25 de abril de 1957.

**COMISSÃO DO VALE DO SÃO
FRANCISCO**

Abre, pela Comissão do Vale do São Francisco, o crédito especial de Cr\$ 561.700,00 — para pagamento de indenizações devidas aos proprietários dos imóveis atingidos pelas obras de aterro do pósto de Penedo, no Estado de Alagoas.

Decreto n.º 41.439 — de 25 de abril de 1957.

— Aprova o texto do contrato de empréstimo a ser tomado pela União, representada pela Comissão do Vale do São Francisco, no Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, para financiamento da barragem de Três Marias, no Rio São Francisco.

Decreto n.º 41.497 — de 14 de maio de 1957.

— Autoriza a Comissão do Vale do São Francisco a aceitar a doação de terreno onde deverá ser construído o campo de aviação da Vila de Lagoa, Município de Xique-Xique, no Estado da Bahia.

Decreto n.º 41.664 — de 13 de junho de 1957.

COMISSÕES

Cria a Comissão de Desenvolvimento do Planalto de Ibiapaba, no Estado do Ceará, subordinada ao Ministério da Agricultura.

Lei n.º 3.161 — de 1 de junho de 1957.

COMISSÕES

— *Cria a Comissão de Reorganização dos Serviços do Imposto de Renda, no Ministério da Fazenda, e dá outras providências.*

Decreto n.º 41.434 — de 25 de abril de 1957.

— *Institui a Comissão de Organização da Triticultura Nacional, e dá outras providências.*

Decreto n.º 41.490 — de 14 de maio de 1957.

— *Substitui o parágrafo único do art. 7.º do Decreto n.º 41.097 e dá outras providências.*

Decreto n.º 41.492 — de 14 de maio de 1957.

— *Prorroga o prazo das atividades da Comissão Especial para o estudo do aproveitamento da energia hidráulica das corredeiras do Salto, Pareião, Funil, no Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n.º 41.499 — de 15 de maio de 1957.

— *Aprova o Regulamento para execução da Lei n.º 2.820, de 10 de julho de 1956, e organiza a Comissão Coordenadora da Criação do Cavalo Nacional (CCCCN).*

Decreto n.º 41.561 — de 22 de maio de 1957.

— *Cria, no Ministério das Relações Exteriores, a Comissão Permanente para a Aplicação do Tratado de Amizade e Consulta entre o Brasil e Portugal (CTAP), e dá outras providências.*

Decreto n.º 41.662 — de 11 de junho de 1957.

— *Dispõe sobre a Comissão criada pelo Decreto-lei n.º 9.856, de 13 de setembro de 1946. (Comissão de Planejamento Cooperativo do Mate).*

Decreto n.º 41.682 — de 24 de junho de 1957.

COMPANHIA AGRO-PASTORIL E INDUSTRIAL DE MINAS GERAIS (COMÉRCIO E TRANSPORTE) "CAPIM"

Concede à Cia. Agro-Pastoril e Industrial de Minas Gerais (Comércio e Transporte) "Capim" autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n.º 41.455 — de 6 de maio de 1957.

COMPANHIA CIMENTO PORTLAND BRASÍLIA

Concede à Companhia Cimento Portland Brasília autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n.º 41.321 — de 10 de abril de 1957.

COMPANHIA ENERGIA ELÉTRICA DA BAHIA

Declara de utilidade pública uma área de terra destinada à ampliação da subestação de Lapinha, da Companhia Energia Elétrica da Bahia, e autoriza a mesma Companhia a promover a sua desapropriação.

Decreto n.º 41.601 — de 29 de maio de 1957.

COMPANHIA FÓRÇA E LUZ DE CAMBUI

Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica a Companhia Força e Luz de Cambui.

Decreto n.º 41.388 — de 24 de abril de 1957.

COMPANHIA MISTA DE ENERGIA ELÉTRICA DE SÃO MATEUS

Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica à Companhia Mista de Energia Elétrica São Mateus.

Decreto n.º 41.136 — de 12 de março de 1957.

COMPANHIA MOGIANA DE ESTRADAS DE FERRO

Declara a urgência da desapropriação para fins de utilidade pública pela Companhia Mogiana de Estradas de Ferro da área de terreno situada no Estado de São Paulo, de que trata o Decreto n.º 40.893, de 12 de fevereiro de 1957.

Decreto n.º 41.494 — de 14 de maio de 1957.

COMPANHIA NACIONAL DE NAVEGAÇÃO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO — NAVEINCO

Concede à Companhia Nacional de Navegação, Indústria e Comércio — Naveinco autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto n.º 41.508 — de 17 de maio de 1957.

COMPANHIA SALVADOR DE SEGUROS

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia Salvador de Seguros.

Decreto n.º 41.592 — de 29 de maio de 1957.

COMPANHIA DE SEGUROS SAGRES

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento do capital social da Companhia de Seguros "Sagres".

Decreto n.º 41.591 — de 29 de maio de 1957.

COMPANHIA DE SEGUROS DE VIDA "PREVIDÊNCIA DO SUL"

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento do capital social, da Companhia de Seguros de Vida "Previdência do Sul".

Decreto n.º 41.269 — de 8 de abril de 1957.

COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL

Autoriza o Ministro da Fazenda a dar a garantia do Tesouro Nacional à operação de crédito negociada pela Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil com o EXIMBANK.

Decreto n.º 41.653 — de 6 de junho de 1957.

CONCHAS CALCÁRIAS

Autoriza o cidadão brasileiro Mitsuo Yamanaka a lavrar conchas calcárias no Município de Iguape, Estado de São Paulo.

Decreto n.º 41.311 — de 10 de abril de 1957.

CONSELHO COORDENADOR DE ABASTECIMENTO

Dá nova redação ao artigo 3.º do Decreto n.º 36.521, de 2 de dezembro de 1954, alterado pelo artigo 2.º do Decreto n.º 38.841, de 12 de março de 1956 e modificado pelo artigo 1.º do Decreto n.º 41.191, de 25 de março de 1957.

Decreto n.º 41.250 — de 5 de abril de 1957.

Publicado no D. O. de 5 de abril de 1957.

CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

Dispõe sobre a data da instalação conjunta das Sessões Ordinárias das Assembleias-Gerais do Conselho Nacional de Estatística e do Conselho Nacional de Geografia.

Decreto n.º 41.535 — de 17 de maio de 1957.

CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA

Dispõe sobre a data da instalação conjunta das Sessões Ordinárias das Assembleias Gerais do Conselho Nacional de Estatística e do Conselho Nacional de Geografia.

Decreto n.º 41.535 — de 17 de maio de 1957.

CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO

Modifica o artigo 278 do Decreto-lei n.º 5.452, de 1 de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho).

Lei n.º 3.165 — de 1 de junho de 1957.

CONSULTOR GERAL DA REPÚBLICA

Aprova o Regulamento do Gabinete do Consultor Geral da República.

Decreto n.º 41.249 — de 5 de abril de 1957.

Retificado no D. O. de 12 de abril de 1957.

CONTRATOS

Aprova o termo de contrato celebrado entre o Ministério da Guerra e as Irmãs da Congregação de São José.

Decreto Legislativo n.º 3, de 1957.

— *Aprova o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro ao contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e Dorimondonte Teixeira Ferrer e sua esposa Nevita de Souza Ferrer.*

Decreto Legislativo n.º 4, de 1957.

— *Mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro ao contrato celebrado entre o Governo do Território Federal do Acre e Palneirinda de Figueiredo.*

Decreto Legislativo n.º 5, de 1957.

— *Mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro ao termo aditivo ao contrato celebrado entre o Ministério da Aeronáutica e Dello de Almeida Alvares.*

Decreto Legislativo n.º 7, de 1957.

— *Aprova o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro ao contrato celebrado entre o Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e a firma Poligrafia Lambert Ltda.*

Decreto Legislativo n.º 8, de 1957.

— *Aprova o termo aditivo ao contrato celebrado entre o Ministério da Marinha e Arthur Michael Gustav Friedrich Dumont.*

Decreto Legislativo n.º 11, de 1957.

CONTRATOS

— *Aprova o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro ao termo aditivo ao contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Campos & Bruder Ltda.*

Decreto Legislativo n.º 12, de 1957.

— *Mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro ao contrato celebrado entre o Ministério da Educação e Cultura e a firma Construtora Hélio Ltda.*

Decreto Legislativo n.º 14, de 1957.

— *Aprova o termo de contrato celebrado entre a Divisão do Material do Ministério da Saúde e firma Keller Weber S. A. — Máquinas Comerciais e Gráficas.*

Decreto Legislativo n.º 15, de 1957.

— *Aprova o termo aditivo ao ajuste de serviços celebrado entre o Estado Maior do Exército e Benedito da Silva Cordeiro.*

Decreto Legislativo n.º 16 de 1957.

— *Decreto Legislativo n.º 17, de 1957.*

— *Aprova o contrato celebrado entre o Departamento Nacional de Estradas de Ferro e a Sociedade Ipiranga de Engenharia e Comércio Limitada.*

Decreto Legislativo n.º 18, de 1957.

CONTRATO COLETIVO DE TRABALHO

Dispõe sobre a homologação dos contratos coletivos de trabalho para aumento salarial que impliquem na majoração de preços, taxas e tarifas.

Decreto n.º 41.444 — de 29 de abril de 1957.

CONVENÇÕES

Aprova o texto da Convenção Ortográfica firmada entre o Brasil e Portugal, em 29 de dezembro de 1943, em Lisboa.

Decreto Legislativo n.º 9, de 1957.

CONVENÇÕES

— *Aprova a Convenção sobre Asilo Diplomático, firmado na X Conferência Interamericana.*

Decreto Legislativo n.º 13, de 1957.

— *Aprova as Convenções concluídas em Genebra, sob os auspícios do Comitê Internacional da Cruz Vermelha.*

Decreto Legislativo n.º 35, de 1956.

— *Aprova a Convenção Internacional de Telecomunicações, firmado pelo Brasil, em 22 de dezembro de 1952, por ocasião da Conferência Plenipotenciária Internacional realizada em Buenos Aires.*

Decreto Legislativo n.º 66, de 1956.

— *Torna público o depósito do instrumento da adesão, por parte do Governo da Índia, à Convenção do Metro e Repartição Internacional de Pesos e Medidas.*

Decreto n.º 41.272 — de 8 de abril de 1957.

— *Torna público o depósito do instrumento de adesão, por parte dos Governos do Marrocos e da Tunísia, à Convenção da Organização Mundial de Meteorologia, assinada, em Washington, em 11 de outubro de 1947.*

Decreto n.º 41.273 — de 8 de abril de 1957.

— *Promulga as Convenções Internacionais do Trabalho de ns. 11, 13, 14, 19, 26, 29, 81, 88, 89, 95, 99, 100 e 131 firmadas pelo Brasil e outros países em sessões da Conferência Geral de Organização Internacional do Trabalho. (Trabalho Agrícola, Acidentes do Trabalho, Repouso Semanal, Salário Mínimo, Trabalho Forçado ou Obrigatório, Inspeção do Trabalho, Serviço de Emprêgo, Trabalho Noturno das Mulheres, Salário (Proteção e Igualdade), Férias.*

Decreto n.º 41.721 — de 25 de junho de 1957.

CONVENÇÕES

Promulga a Convenção relativa à Corporação Financeira Internacional, firmada pelo Brasil, a 27 de janeiro de 1956, em Washington.

Decreto n.º 41.724 — de 25 de junho de 1957.

CONVENIOS

Aprova o Comércio de Cooperação para o estudo do aproveitamento da energia hidráulica dos rios Acaraí e Mondai, firmado entre o Brasil e a República do Paraguai.

Decreto Legislativo n.º 6 — de 1957.

COOPERATIVA DE CRÉDITO POPULAR BANCO DA CAPITAL BANDEIRANTE SOCIEDADE DE RESPONSABILIDADE LIMITADA

Concede autorização para constituição da "Cooperativa de Crédito Popular Banco da Capital Bandeirante Sociedade de Responsabilidade Limitada, com sede na Capital do Estado de São Paulo.

Decreto n.º 41.555 — de 21 de maio de 1957.

COOPERATIVA DE CRÉDITO POPULAR DE OLÍMPIA

Concede autorização para constituição da "Cooperativa de Crédito Popular de Olímpia", com sede no município de Olímpia, Estado de São Paulo.

Decreto n.º 41.068 — de 28 de fevereiro de 1957.

CORPO DE BOMBEIROS

Reorganiza a Auditoria da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal.

Lei n.º 3.146 — de 21 de maio de 1957.

Inclui nas disposições do Decreto n.º 40.556, de 17 de dezembro de 1956, a "Medalha de Mérito" para os oficiais e praças do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal.

Decreto n.º 41.546 — de 21 de maio de 1957.

CORPO DE FUZILEIROS NAVAIS

— Ver:

Ministério da Marinha.

CRÉDITO ESPECIAL

Abre, ao Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00, para o fim que especifica.

Decreto nº 41.727 — de 27 de junho de 1957.

CRISTAL DE ROCHA

Autoriza o cidadão brasileiro João Romualdo dos Santos a pesquisar crital de rocha no município de Cristalina, Estado de Goiás.

Decreto nº 41.314 — de 10 de abril de 1957.

CURSO SUPERIOR DE AGRIMENSURA

Determina seja ministrado o Curso Superior de Agrimensura em todo o País, em estabelecimentos de ensino superior, oficiais, equiparados ou reconhecidos, e dá outras providências.

Lei nº 3.144 — de 20 de maio de 1957.

D

DELEGACIAS REGIONAIS DO TRABALHO

— Ver:

Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

DEMA DISTRIBUIDORA E EXPORTADORA DE MINÉRIOS E ADUBOS S.A.

Concede à Dema Distribuidora e Exportadora de Minérios e Adubos S.A. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 41.384 — de 24 de abril de 1957.

DEPARTAMENTO DOS CORREIOS E TELÉGRAFOS

Aprova o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro ao termo aditivo ao contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Campos & Bruder Ltda.

Decreto Legislativo nº 12, de 1957.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM

Autoriza a cessão gratuita do terreno que menciona, situado no Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto nº 41.436 — de 25 de abril de 1957.

— *Altera o Regimento da Delegação de Controle do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e dá outras providências.*

Decreto nº 41.442 — de 26 de abril de 1957.

Aprova Normas Especiais para construção do trecho da BR-2 entre São Paulo e Curitiba.

Decreto nº 41.562 — de 22 de maio de 1957.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, área de terreno situada no Município de Martins, Estado do Rio Grande do Norte.

Decreto nº 41.495 — de 14 de maio de 1957.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, área de terreno situada no Município de Nossa Senhora da Glória, Estado de Sergipe.*

Decreto nº 41.584 — de 29 de maio de 1957.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PORTOS, RIOS E CANAIS

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais, área de terrenos alodiais, o domínio útil dos terrenos de marinha e respectivas benfeitorias, situados no Estado de Santa Catarina.

Decreto nº 41.582 — de 29 de maio de 1957.

DEPÓSITOS JUDICIAIS

— Ver:

Código de Processo Civil.

DESAPROPRIAÇÕES

Declara de utilidade pública, para desapropriação, terrenos em Pôrto Alegre (RS) adjacentes ao aeroporto "Salgado Filho".

Decreto nº 41.731 — e 28 de junho de 1957.

DESPACHANTES ADUANEIROS

Modifica dispositivos do Decreto-lei nº 4.014, de 13 de janeiro de 1942, alterado pelo Decreto-lei nº 5.989, de 11 de novembro de 1943.

(Publicado no *Diário Oficial* — Seção I — de 5 de janeiro de 1953).

Lei nº 1.785-E — de 29 de dezembro de 1952.

DIAMANTES

Autoriza o cidadão brasileiro João Gomes de Carvalho a lavrar diamantes no município de Marabá — Estado do Pará.

Decreto nº 41.308 — de 10 de abril de 1957.

Autoriza o cidadão brasileiro Horácio Botelho Pires de Castro a pesquisar diamante e associados no município de Tupiranga, Estado do Pará.

Decreto nº 41.393 — de 24 de abril de 1957.

Autoriza o cidadão brasileiro José de Oliveira Ramos a pesquisar diamantes, no município de Claraval, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 41.608 — de 29 de maio de 1957.

— *Autoriza a cidadã brasileira Francisca de Avila Silva a pesquisar quartzo e diamante no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 41.636 — de 24 de junho de 1957.

DIATOMITA

Autoriza o cidadão brasileiro João Rimsa a pesquisar diatomita no município de Laguna, Estado de Santa Catarina.

Decreto nº 41.295 — de 10 de abril de 1957.

DOAÇÕES

— *Ver o nome do doador ou do donatário.*

Doa área de terreno à Prefeitura Municipal de Recife, no Estado de Pernambuco, para execução do Plano da Cidade.

Lei nº 3.178 — de 11 de junho de 1957.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de terreno, que menciona, situado no Município de Destêrro de Entre Rios, no Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 41.241 — de 3 de abril de 1957.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do imóvel que menciona, situado no Município de São José do Rio Pardo, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 41.484 — de 9 de maio de 1957.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do imóvel que menciona, situado no Município de Manhumirim, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 41.719 — de 24 de junho de 1957.

DOLOMITA

Autoriza o cidadão brasileiro Manuel José Campos a pesquisar minérios de ferro, de manganês, dolomita e associados no município de Betim, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 41.606 — de 29 de maio de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Alves Mansur a pesquisar dolomita e associados no município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 41.631 — de 29 de maio de 1957.

**DU PONT DO BRASIL S. A. —
INDÚSTRIAS QUÍMICAS**

Concede a Du Pont do Brasil S. A. — Indústrias Químicas autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n.º 41.123 — de 12 de março de 1957.

E

EMBAIXADAS

— Ver Ministério das Relações Exteriores.

**EMISSORAS REUNIDAS RÁDIO
CULTURA LTDA.**

Outorga concessão à sociedade "Emissoras Reunidas Rádio Cultura Limitada" para instalar uma estação radiodifusora.

Decreto n.º 41.422 — de 24 de abril de 1957.

— Altera a cláusula segunda das que baixaram com o Decreto n.º 40.045, de 27 de setembro de 1956.

Decreto n.º 41.665 — de 14 de junho de 1957.

EMPRESA FLUVIAL MARÍTIMA S.A.

Concede à Empresa Fluvial Marítima S. A. autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto n.º 41.510 — de 17 de maio de 1957.

**EMPRESAS INCORPORADAS AO
PATRIMÔNIO NACIONAL**

Retifica o Decreto n.º 36.693, de 29 de dezembro de 1954, que cria funções de extranumerário mensalista para enquadramento de pessoal da Superintendência e Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional, de acordo com o art. 6º, § 2º, da Lei n.º 2.193, de 9 de março de 1954, e dá outras providências.

Decreto n.º 41.576, de 29 de maio de 1957.

**EMPRESA DE MINERAÇÃO
ITABIRITO LIMITADA**

Concede à Empresa de Mineração Itabirito Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n.º 41.693 — de 24 de junho de 1957.

**EMPRESA DE MINERAÇÃO SÃO
JORGE LIMITADA**

Concede à Empresa de Mineração São Jorge Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n.º 41.630 — de 29 de maio de 1957.

**EMPRESA DE NAVEGAÇÃO SANTA
CATARINA LIMITADA**

Concede à Empresa de Navegação Santa Catarina Limitada autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto n.º 41.364 — de 23 de abril de 1957.

ENERGIA ELÉTRICA

Aprova o Convênio de Cooperação para o estudo do aproveitamento da energia hidráulica dos rios Acaraí e Mondai, firmado entre o Brasil e a República do Paraguai.

Decreto Legislativo n.º 6, de 1957.

— Autoriza São Paulo Light and Power Company, Limited, a construir o 2º circuito da linha de transmissão entre a Estação Geradora de Cubatão e a Estação terminal de Pirituba, no Estado de São Paulo.

Decreto n.º 39.848 — de 23 de agosto de 1956.

— Autoriza a Companhia Hidrelétrica do Rio Pardo a ampliar suas instalações termelétricas, no distrito de São João da Boa Vista, município do mesmo nome, Estado de São Paulo.

Decreto n.º 41.151 — de 14 de março de 1957.

(Publicado no Diário Oficial — Seção I de 16 de março de 1957).

ENERGIA ELÉTRICA

— Autoriza São Paulo Light S. A. — Serviços de Eletricidade a ampliar suas instalações termelétricas na usina Piratininga.

Decreto n° 41.236 — de 2 de abril de 1957.

— Declara de utilidade pública o terreno necessário às instalações de exploração de areia para a construção da Barragem de Três Marias.

Decreto n° 41.238 — de 2 de abril de 1957.

— Autoriza a Companhia Eletricidade de Manus a ampliar suas instalações termelétricas.

Decreto n° 41.245 — de 4 de abril de 1957.

— Outorga concessão para fazer o aproveitamento hidrelétrico do Ribeirão Caldas, de um desnível de 8,98 metros à Prefeitura Municipal de Leopoldo de Bulhões e das outras providências.

Decreto n° 41.252 — de 6 de abril de 1957.

— Autoriza a Empresa Hidro Elétrica Jaguari S. A., a construir uma linha de transmissão entre o município de Campinas e a cidade de Pedreira, no Estado de São Paulo.

Decreto n° 41.257 — de 6 de abril de 1957.

— Autoriza o Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo a instalar uma usina termelétrica.

Decreto n° 41.274 — de 8 de abril de 1957.

— Autoriza o Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo a instalar uma usina termelétrica.

Decreto n° 41.275 — de 8 de abril de 1957.

— Autoriza o Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo a instalar uma usina termelétrica.

Decreto n° 41.276 — de 8 de abril de 1957.

ENERGIA ELÉTRICA

— Outorga à Prefeitura Municipal de Miguel Calmon concessão para o aproveitamento de energia hidráulica da Cachoeira Cabaceiras existente no rio Cabaceiras, distrito da Sede, Município de Miguel Calmon, Estado da Bahia.

Decreto n° 41.283 — de 9 de abril de 1957.

— Autoriza The Rio Grandense Light & Power Syndicate Limited, a ampliar suas instalações.

Decreto n° 41.284 — de 9 de abril de 1957.

— Outorga à Indústria, Comércio e Cultura de Madeira Sguario S.A. concessão para o aproveitamento de energia hidráulica de um desnível existente no rio São João, distrito sede do município de Castro, Estado do Paraná.

Decreto n° 41.356 — de 23 de abril de 1957.

— Outorga à Prefeitura Municipal de Pitanga concessão para o aproveitamento e energia hidráulica do Salto Andorinha, existente no rio Borboleta, no distrito sede do município de Pitanga, Estado do Paraná.

Decreto n° 41.357 — de 23 de abril de 1957.

— Autoriza a Companhia Brasileira de Energia Elétrica a utilizar a usina termelétrica flutuante Piraquê, em caráter de emergência.

Decreto n° 41.376 — de 24 de abril de 1957.

— Autoriza a Prefeitura Municipal de Rosário do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, a ampliar suas instalações termelétricas.

Decreto n° 41.377 de 24 de abril de 1957.

— Autoriza a Prefeitura Municipal de Coromandel, Estado de Minas Gerais, a ampliar o seu sistema elétrico.

Decreto n° 41.379 — de 24 de abril de 1957.

ENERGIA ELÉTRICA

— Outorga à firma *Mendonça & Silva* concessão para o aproveitamento progressivo de energia hidráulica da *Cachoeira do Inferno*, existente no ribeirão *Borá*, distrito sede do município de *Sacramento*, Estado de *Minas Gerais*.

Decreto nº 41.381 — de 24 de abril de 1957.

— Autoriza "*The Rio Grandense Light & Power Syndicate Limited*" a ampliar suas instalações.

Decreto nº 41.382 — de 24 de abril de 1957.

— Outorga à *Companhia Catarinense de Força e Luz S. A.* concessão para o aproveitamento progressivo da energia hidráulica de um desnível existente no rio *Caveiras*, distrito sede do município de *Lages*, Estado de *Santa Catarina*.

Decreto nº 41.449 — de 6 de maio de 1957.

— Outorga à *Prefeitura Municipal de Carazinho* concessão para o aproveitamento da energia hidráulica de uma queda d'água, existente no rio *Jacui-Mirim*, nos limites dos municípios de *Carazinho* e *Cruz Alta*, Estado do *Rio Grande do Sul*.

Decreto nº 41.451 — de 6 de maio de 1957.

— Prorroga o prazo das atividades da *Comissão Especial* para o estudo do aproveitamento da energia hidráulica das corredeiras do *Salto, Paredão, Funil*, no Estado do *Rio de Janeiro*.

Decreto nº 41.499 — de 15 de maio de 1957.

— Prorroga o prazo fixado no artigo 189 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957.

Decreto nº 41.501 — de 15 de maio de 1957.

— Autoriza a *Companhia Brasileira de Energia Elétrica* a ampliar suas instalações de transmissão no município de *São Gonçalo*, no Estado do *Rio de Janeiro*.

Decreto nº 41.511 — de 17 de maio de 1957.

ENERGIA ELÉTRICA

— Outorga a *Belenda & Companhia Limitada* concessão para o aproveitamento de energia hidráulica de um desnível existente no *Ribeirão Centenário*, distrito e município de *Centenário do Sul*, Estado do *Paraná*, e dá outras providências.

Decreto nº 41.512 — de 17 de maio de 1957.

— Autoriza a *Prefeitura Municipal de Capivari* a construir uma linha de transmissão entre os municípios de *Monte Mór* e de *Capivari* e dá outras providências.

Decreto nº 41.513 — de 17 de maio de 1957.

— Outorga à *Prefeitura Municipal de Massapê* concessão para distribuir energia elétrica no município de *Massapê*, Estado do *Ceará*.

Decreto nº 41.514 — de 17 de maio de 1957.

— Autoriza a *Prefeitura Municipal de Herculândia* a construir uma linha de transmissão entre os municípios de *Quitânia* e *Herculândia*, no Estado de *São Paulo*.

Decreto nº 41.515 — de 17 de maio de 1957.

— Transfere da firma *Guedes, Ratto & Companhia* para a *Prefeitura Municipal de Goiás*, a concessão para a produção e fornecimento de energia elétrica ao município de *Goiás*, Estado de *Goiás*.

Decreto nº 41.516 — de 17 de maio de 1957.

— Outorga à *Prefeitura Municipal de Toledo* concessão para o aproveitamento de energia hidráulica de alguns desníveis, existentes no *Rio São Francisco*, distrito-sede do município de *Toledo*, Estado do *Paraná*.

Decreto nº 41.517 — de 17 de maio de 1957.

— Outorga a *Prefeitura Municipal de Currais Novos*, Estado do *Rio Grande do Norte*, concessão para distribuir energia elétrica na sede do município.

Decreto nº 41.598 — de 29 de maio de 1957.

ENERGIA ELÉTRICA

— *Autoriza a Prefeitura Municipal de Rio Pardo, Estado do Rio Grande do Sul, a ampliar suas instalações termelétricas e dá outras providências.*

Decreto n.º 41.599 — de 29 de maio de 1957.

— *Autoriza a Companhia Paulista de Força e Luz a construir uma linha de transmissão entre o município de Monte Mor e um ponto da linha de transmissão da Usina Hidrelétrica de Americana, da Campinas, Estado de São Paulo, e dá outras providências.*

Decreto n.º 41.600 — de 29 de maio de 1957.

— *Declara de utilidade pública uma área de terra destinada à ampliação da subestação de Lapinha, da Companhia Energia Elétrica da Bahia, e autoriza a mesma Companhia a promover a sua desapropriação.*

Decreto n.º 41.601 — de 29 de maio de 1957.

— *Outorga ao Estado de São Paulo concessão para o aproveitamento de energia hidráulica existente no trecho Itapura-Urubungá, compreendido nos rios Tietê e Paraná, Estado de São Paulo, divisa com o Estado de Mato Grosso, respeitadas os direitos de terceiros.*

Decreto n.º 41.602 — de 29 de maio de 1957.

— *Outorga a Prefeitura Municipal de Taguatinga concessão para o aproveitamento progressivo da energia hidráulica da cachoeira do Rio Abreu, existente no rio Abreu, município de Taguatinga, Estado de Goiás.*

Decreto n.º 41.603 — de 29 de maio de 1957.

— *Outorga a Prefeitura Municipal de Agua Boa concessão para o aproveitamento de energia hidráulica da Cachoeira da Luz, existente no rio Surubi, distrito sede do município de Agua Boa, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 41.604 — de 29 de maio de 1957.

ENERGIA ELÉTRICA

— *Transfere do Governo do Estado do Paraná para a Companhia Paranaense de Eletricidade (COPEL) a concessão para o aproveitamento progressivo da energia hidráulica nas bacias dos rios Cachoeira e Capivari situados, respectivamente, nos municípios de Antonina e Bocaiuva, Estado do Paraná.*

Decreto n.º 41.605 — de 29 de maio de 1957.

— *Outorga a Prefeitura Municipal de Taipu, Estado do Rio Grande do Norte, concessão para distribuir energia elétrica na sede do município.*

Decreto n.º 41.655 — de 6 de junho de 1957.

— *Autoriza a Companhia de Tectos Paulista a construir no município de Paulista, Estado de Pernambuco, uma linha de transmissão entre suas instalações fabris e a linha de transmissão da Companhia Hidrelétrica do São Francisco, e dá outras providências.*

Decreto n.º 41.656 — de 6 de junho de 1957.

— *Transfere de Silvano Olímpio de Queiroga para o Estado de Pernambuco a concessão para a produção e fornecimento de energia elétrica na cidade de Gravatá, município da mesmo nome, Estado de Pernambuco.*

Decreto n.º 41.684 — de 24 de junho de 1957.

— *Autoriza a Companhia Paulista de Força e Luz a retirar de serviço a usina diesel elétrica de Franca e a linha de transmissão existente.*

Decreto n.º 41.685 — de 24 de junho de 1957.

ENERGIA HIDRAULICA

— **Ver:**

— *Energia elétrica.*

ENERGIA TERMELETRICA

— Ver:

— *Energia elétrica.*

ESCOLAS

Concede reconhecimento ao curso de Auxiliar de Enfermagem da Escola de Auxiliares de Enfermagem do Departamento Estadual de Saúde, do Rio Grande do Sul.

Decreto n.º 40.542 — de 11 de dezembro de 1956.

— *Altera a denominação de cadeiras na Escola Nacional de Engenharia da Universidade do Brasil.*

Decreto n.º 41.346 — de 13 de abril de 1957.

— *Concede reconhecimento ao curso de Serviço Social da Escola de Serviço Social de Manaus.*

Decreto n.º 41.463 — de 7 de maio de 1957.

— *Concede reconhecimento ao curso de Auxiliar de Enfermagem da Escola de Enfermagem Frei Eugênio.*

Decreto n.º 41.466 — de 7 de maio de 1957.

— *Dá nova redação a dispositivos do Regulamento para as Escolas Preparatórias do Exército.*

Decreto n.º 41.476 — de 8 de maio de 1957.

— *Concede reconhecimento ao Curso de Enfermagem da Escola de Enfermagem Nossa Senhora Medianeira.*

Decreto n.º 41.570, de 27 de maio de 1957.

— *Retifica o Regulamento para a Escola de Guerra Naval.*

Decreto n.º 41.574 — de 28 de maio de 1957.

— *Abre, ao Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00, para o fim que especifica.*

Decreto n.º 41.727 — de 27 de junho de 1957.

ESCOLA DE BELAS ARTES SANTA MARCELINA

Concede autorização para funcionamento dos cursos de pintura, escultura e professorado de desenho da Escola de Belas Artes Santa Marcelina.

Decreto n.º 41.736 — de 28 de junho de 1957.

ESCOLA DE EDUCAÇÃO FISICA DA FORÇA POLICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Estende as regalias conferidas pelo Decreto-lei n.º 6.936, de 6 de outubro de 1944.

Lei n.º 3.177 — de 11 de junho de 1957.

ESMERALDAS DE CONQUISTA LTDA.

Concede a Esmeraldas de Conquista Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n.º 41.614 — de 29 de maio de 1957.

ESTADO DO AMAZONAS

Cria uma zona franca na cidade de Manaus, capital do Estado do Amazonas, e dá outras providências.

Lei n.º 3.173 — de 6 de junho de 1957.

ESTADO DE SANTA CATARINA

Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Santa Catarina, as águas do rio Ciro Embassari, Herval ou Santa Cruz, Herval ou Santa Cruz, respectivamente nos seus trechos superior, médio e inferior.

Decreto n.º 41.235 — de 2 de abril de 1957.

ESTADO DE GOIÁS

Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Goiás, as águas do rio Abreu.

Decreto n.º 41.253 — de 6 de abril de 1957.

ESTADO DE MATO GROSSO

Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Mato Grosso, as águas do rio São Francisco Xavier.

Decreto n.º 41.683 — de 24 de junho de 1957.

ESTADO DE MINAS GERAIS

Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Taquara, Cocais ou Cocais Grande e Cocais Grande, respectivamente nos seus trechos superior, médio e inferior.

Decreto n.º 41.254 — de 6 de abril de 1957.

— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Barro Preto/Ouro, Ouro e Ouro, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.

Decreto n.º 41.285 — de 9 de abril de 1957.

Declara públicas, de uso comum, de domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Arassuaí.

Decreto n.º 41.380 — de 24 de abril de 1957.

ESTADO DO PARANÁ

Declara públicas, de uso comum, do domínio da União e do Estado do Paraná, as águas do rio Tricolor ou Góio Bang.

Decreto n.º 41.256 — de 6 de abril de 1957.

— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Paraná, as águas do rio Bandeirantes do Norte.

Decreto n.º 41.287 — de 9 de abril de 1957.

— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Paraná, as águas de rio "São João".

Decreto n.º 41.450 — de 6 de maio de 1957.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Sul a promulgar ato expropriando os bens aplicados por Virgínio Cerutti nos serviços de eletricidade do Município de Frederico Westphalen, naquele Estado.

Decreto n.º 41.378 — de 24 de abril de 1957.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Rio de Janeiro, as águas do rio "Boa Vista"

Decreto n.º 41.374 — de 24 de abril de 1957.

ESTANCIA PILAR S. A.

Concede à Estância Pilar S. A. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n.º 41.331 — de 10 de abril de 1957.

ESTANDARTES

— Ver:

Ministério da Guerra.

ESTATUTOS

— Ver:

O nome da entidade a que se refere.

ESTIVA

Modifica o art. 278 do Decreto-lei n.º 5.452, de 1 de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho).

Lei n.º 3.165 — de 1 de junho de 1957.

ESTRADA DE FERRO CENTRAL DO BRASIL

Autoriza a Estrada de Ferro Central do Brasil a fazer a doação do terreno que menciona situado no Estado do Rio de Janeiro.

Decreto n.º 41.435 — de 25 de abril de 1957.

**ESTRADA DE FERRO
LEOPOLDINA**

Autoriza o Poder Executivo a promover a incorporação da Estrada de Ferro Maricá e da Estrada de Ferro Leopoldina.

Lei nº 3.179 — de 11 de junho de 1957.

ESTRADA DE FERRO MARICÁ

Autoriza o Poder Executivo a promover a incorporação da Estrada de Ferro Maricá e da Estrada de Ferro Teresópolis à Estrada de Ferro Leopoldina.

Lei nº 3.179 — de 11 de junho de 1957.

**ESTRADA DE FERRO
TERESÓPOLIS**

Autoriza o Poder Executivo a promover a incorporação da Estrada de Ferro Maricá e da Estrada de Ferro Teresópolis à Estrada de Ferro Leopoldina.

Lei nº 3.179 — de 11 de junho de 1957.

ESTRANGEIROS

Autorização para adquirirem aforamento de terreno de marinha — Ver: Terreno de Marinha.

EXERCITO

— Ver:

Ministério da Guerra.

EXPORTAÇÃO

Promulgação de dispositivo vetado pelo Presidente da República e mantido pelo Congresso Nacional.

Lei nº 3.053 — de 22 de dezembro de 1956.

EXTRANUMERÁRIO

Provê quanto no disposto no § 31, 2.ª parte, do art. 141, da Constituição Federal, e dá outras providências.

Lei nº 3.164 — de 1 de junho de 1957.

F

FACULDADES

Concede autorização para o funcionamento dos cursos de matemática, física, química, história natural, ciências sociais e jornalismo da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santo Tomás de Aquino.

Decreto nº 41.212 — de 27 de março de 1957.

Concede autorização para funcionamento do Curso de História Natural, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Instituto Santa Ursula.

Decreto nº 41.343 — de 12 de abril de 1957.

— *Concede reconhecimento aos cursos de filosofia, letras neo-latinas, geografia, história e pedagogia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba.*

Decreto nº 41.366 — de 23 de abril de 1957.

— *Concede autorização para o funcionamento do curso de ciências contábeis e atuariais da Faculdade de Ciências Econômicas do Paraná.*

Decreto nº 41.367 — de 23 de abril de 1957.

— *Dispõe sobre o funcionamento da Faculdade de Ciências Econômicas e Comerciais de Santos.*

Decreto nº 41.344 — de 12 de abril de 1957.

— *Concede autorização para o funcionamento do curso de Odontologia da Faculdade de Odontologia de Maricá.*

Decreto nº 41.350 — de 17 de abril de 1957.

— *Concede autorização para o funcionamento do curso de Odontologia da Faculdade de Odontologia de Alagoas.*

Decreto nº 41.352 — de 22 de abril de 1957.

FACULDADES

— *Concede autorização para o funcionamento do curso de Bacharelado da Faculdade de Direito de Sorocaba.*

Decreto nº 41.445 — de 30 de abril de 1957.

— *Concede autorização para o funcionamento dos cursos de letras neolatinas, letras anglo-germânicas, história e pedagogia, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Taubaté.*

Decreto nº 41.462 — de 7 de maio de 1957.

— *Concede reconhecimento ao curso de Serviço Social da Faculdade de Serviço Social do Distrito Federal.*

Decreto nº 41.464 — de 7 de maio de 1957.

— *Concede reconhecimento ao curso de Bacharelado da Faculdade de Direito Cândido Mendes.*

Decreto nº 41.467 — de 7 de maio de 1957.

— *Concede autorização para o funcionamento do curso de Didática da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba.*

Decreto nº 41.506 — de 17 de maio de 1957.

— *Concede autorização para o funcionamento do curso de Odontologia da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Araçatuba.*

Decreto nº 41.557 — de 22 de maio de 1957.

— *Concede autorização para o funcionamento do curso de didática da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Sagrado Coração de Jesus.*

Decreto nº 41.558 — de 22 de maio de 1957.

— *Concede reconhecimento ao curso de ciências econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas de Bagé.*

Decreto nº 41.559 — de 22 de maio de 1957.

FACULDADES

— *Concede reconhecimento ao curso de Odontologia da Faculdade de Odontologia de Lins.*

Decreto nº 41.580 — de 29 de maio de 1957.

FELDSPATO

Autoriza o cidadão brasileiro Fiorelli Peccicacco a pesquisar caulim, feldspato e associados no município de São Paulo, Estado de São Paulo.

Decreto nº 41.312 — de 10 de abril de 1957.

— *Autoriza Baumer & Kreisel Ltda. a pesquisar feldspato e associados, no município de Joinville, Estado de Santa Catarina.*

Decreto nº 41.391 — de 24 de abril de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Custódio de Azevedo e Silva a pesquisar feldspato, no município de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto nº 41.408 — de 24 de abril de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Augusto Parolari a pesquisar feldspato, caulim e associados no município de Ribeirão Pires, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 41.525 — de 17 de maio de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Francisco Preto da Rocha a pesquisar feldspato e associados no município de Bragança Paulista, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 41.634 — de 29 de maio de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Pedro Luz Marinho a pesquisar feldspato no município de Monte Alegre do Sul, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 41.635 — de 29 de maio de 1957.

— *Renova o Decreto nº 36.940, de 18 de fevereiro de 1955.*

Decreto nº 41.697 — de 24 de junho de 1957.

FÉRIAS

— Ver:

Convenções.

FERRO

Autoriza o cidadão brasileiro Alberto de Lemos Monteiro da Silva a pesquisar minério de ferro, cassiterita e associados no Município de Mazagão, Território Federal do Amapá.

Decreto nº 41.316 — de 10 de abril de 1957.

— *Autoriza a Companhia de Mineração Novalimense a lavar minério de ferro e argila refratária no Município de Nova Lima, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 41.317 — de 10 de abril de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Alberto de Lemos Monteiro da Silva a pesquisar minério de ferro, cassiterita e associados no município de Mazagão, Território Federal do Amapá.*

Decreto nº 41.324 — de 10 de abril de 1957.

— *Autoriza a Companhia de Mineração Novalimense a lavar minério de ferro e argila refratária no município de Nova Lima, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 41.326 — de 10 de abril de 1957.

— *Autoriza a Companhia de Mineração Novalimense a lavar minério de ferro e associados no município de Nova Lima, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 41.328 — de 10 de abril de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Diogo Betônico a lavar minério de ferro e associados no município de Itabira, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 41.458 — de 6 de maio de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Elias Caram a pesquisar minério de ferro e associados, no município de Brumadinho, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 41.526 — de 17 de maio de 1957.

FERRO

— *Autoriza o cidadão brasileiro Manuel José Campos a pesquisar minérios de ferro, de manganês, dolomita e associados no município de Betim, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 41.606 — de 29 de maio de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Mozart Martins da Costa a pesquisar minério de ferro no município de Itabira, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 41.622 — de 29 de maio de 1957.

— *Autoriza a S. A. Mineração da Trindade a lavar minérios de manganês, ferro e associados no município de Santa Bárbara, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 41.691 — de 24 de junho de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Ubirajara Keutenedjian a pesquisar minério de ferro e associados no município de Capão Bonito, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 41.712 — de 24 de junho de 1957.

FLUORITA

Autoriza o cidadão brasileiro Giuseppe Niero a pesquisar fluorita e associados no município de Tubarão, Estado de Santa Catarina.

Decreto nº 41.404 — de 24 de abril de 1957.

FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA

— Ver:

Ministério da Guerra.

FORÇA DE FUZILEIROS

— Ver:

Marinha.

FUNCIONÁRIO PÚBLICO

Provê quanto ao disposto no parágrafo 31, 2.^a parte, do art. 141, da Consolidação Federal, e dá outras providências.

Lei n.º 3.164 — de 1 de junho de 1957.

— Regulamenta o art. 180, §§ 1.º e 2.º, da Lei n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952. (Aposentadoria).

Decreto n.º 41.666 — de 19 de junho de 1957.

FUNÇÕES DE INTERESSE MILITAR

Considera de interesse militar as funções exercidas no Conselho Coordenador do Abastecimento e na Sociedade Termo Elétrica de Capivari de Baixo por oficiais do Exército, Marinha e Aeronáutica.

Decreto n.º 41.568 — de 27 de maio de 1957.

FUNDAÇÃO BRASILEIRA DE TEATRO

Concede isenção de impostos à Fundação Brasileira de Teatro.

Lei n.º 3.124 — de 16 de abril de 1957.

FUNDAÇÃO DA CASA POPULAR

Autoriza o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes a ceder à Fundação da Casa Popular terrenos de sua propriedade, para a finalidade que especifica.

Decreto n.º 41.263 — de 8 de abril de 1957.

FUZILEIROS

— Ver:

Marinha.

G**GENEROS ALIMENTÍCIOS**

— Ver:

Abastecimento.

GILLETTE SAFETY RAZOR CO. OF BRAZIL

Concede à sociedade anônima Gillette Safety Razor Company of Brazil autorização para continuar a funcionar na República.

Decreto n.º 41.459 — de 6 de maio de 1957.

GIPSITA

Renova o Decreto n.º 36.252, de 27 de setembro de 1954.

Decreto n.º 41.390 — de 24 de abril de 1957.

GREAT AMERICAN INSURANCE CO.

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento do capital de responsabilidade a Great American Insurance Company.

Decreto n.º 41.184 — de 20 de março de 1957.

GUARDIAN ASSURANCE COMPANY LIMITED

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento do capital de responsabilidade da Guardian Assurance Company Limited.

Decreto n.º 41.265 — de 8 de abril de 1957.

GUERRA

— Ver:

Ministério da Guerra.

H**HEMATITA**

Autoriza a Cia. de Cimento Ipanema a pesquisar hematita, magnetita e associados no município de Salto de Pirapora, Estado de São Paulo.

Decreto n.º 41.690 — de 24 de junho de 1957.

I

IMPORTAÇÃO

Promulgação de dispositivo vetado pelo Presidente da República e mantido pelo Congresso Nacional.

Lei n.º 3.053 — de 22 de dezembro de 1956.

— Concede isenção de direitos aduaneiros inclusive adicional de 10%, imposto de consumo e mais taxas alfandegárias para materiais importados pela Cia. Telefônica de Campo Grande, no Estado de Mato Grosso.

Lei n.º 3.121, de 16 de abril de 1957.

— Concede isenção de direitos alfandegários, imposto de consumo e mais taxas para importação de equipamento completo, destinado à instalação da Indústria Brasileira de Regeneração de Óleos Sociedade Anônima (IBROL).

Lei n.º 3.127 — de 18 de abril de 1957.

— Concede isenção de tributos, inclusive imposto de consumo, para importação de três imagens doadas pela Casa Maior das Salesianas de Roma, e destinadas ao Colégio N. S. Auxiliadora, de Petrolina, no Estado de Pernambuco, e aos Colégios Salesianos de Baturité e Fortaleza, no Estado do Ceará.

Lei n.º 3.129 — de 18 de abril de 1957.

— Concede isenção de impostos, taxas, direitos aduaneiros e imposto de consumo para um carrilhão com dez sinos de aço sonoro e respectiva instalação elétrica, importado da Alemanha, destinado à Catedral Metropolitana de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul.

Lei n.º 3.135 — de 13 de maio de 1957.

— Concede isenção de todos os direitos de importação para um carrilhão de quatro sinos de bronze e a respectiva armação doados à Prelazia da Foz do Iguaçu, no Estado do Paraná.

Lei n.º 3.136 — de 13 de maio de 1957.

IMPORTAÇÃO

Concede isenção de direitos de importação e mais taxas aduaneiras para um transmissor completo de radiodifusão em ondas curtas importadas pela S. A. Rádio Tupi.

Lei n.º 3.142 — de 20 de maio de 1957.

— Concede isenção de direitos de importação, imposto de consumo e mais taxas aduaneiras para os materiais importados pela Companhia de Eletricidade do Alto Rio Doce e dá outras providências.

Lei n.º 3.143 — de 20 de maio de 1957.

— Concede isenção de direitos, imposto e taxas aduaneiras para mercadorias doadas pela Church World Service (C.W.S.) dos Estados Unidos da América do Norte à Confederação Evangélica do Brasil.

Lei n.º 3.147 — de 21 de maio de 1957.

— Concede isenção de direitos, imposto de consumo e taxas aduaneiras para as mercadorias doadas pela War Relief Service (N.C.W.C.) dos Estados Unidos da América do Norte à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

Lei n.º 3.148 — de 21 de maio de 1957.

— Isenta de direitos de importação, imposto de consumo e taxas aduaneiras, objetos religiosos trazidos da França por Monselhor Paul Vincent, diretor da peregrinação dos franceses ao XXXVI Congresso Eucarístico Internacional.

Lei n.º 3.150 — de 24 de maio de 1957.

— Concede isenção de direitos de importação, imposto de consumo, taxas aduaneiras e a de previdência social para 1.250 caixas de papelão contendo leite em pó, enviadas pela War Relief Services e destinadas à Mitra de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul.

Lei n.º 3.153 — de 24 de maio de 1957.

IMPORTAÇÃO

— *Concede isenção de direitos de importação, imposto de consumo e mais taxas aduaneiras para os materiais e mercadorias importados pela Cia. de Eletricidade do Alto Rio Grande.*

Lei n.º 3.155 — de 24 de maio de 1957.

— *Concede isenção de impostos e taxas alfandegárias para um órgão duplo, destinado ao Colégio Salesiano Santa Rosa, de Niterói, Estado do Rio de Janeiro.*

Lei n.º 3.159, de 30 de maio de 1957.

— *Prorroga, até 31 de julho de 1957, a vigência do regime de licença a que está subordinado o intercâmbio comercial com o exterior.*

Lei n.º 3.187 — de 28 de junho de 1957.

— *Substitui o parágrafo único do art. 7.º do Decreto n.º 41.097 e dá outras providências.*

Decreto n.º 41.492 — de 14 de maio de 1957.

**IMPOSTO ÚNICO SOBRE
LUBRIFICANTES E
COMBUSTÍVEIS LÍQUIDOS**

Fixa normas para a execução do disposto no art. 6.º da Lei número 2.975, de 27 de novembro de 1956.

Decreto n.º 41.433 — de 25 de abril de 1957.

**INDÚSTRIA QUÍMICA
MANTIQUEIRA S. A.**

Concede permissão, em caráter permanente, para que funcionem, aos domingos e nos feriados civis e religiosos, a usina de ácido oxálico e a de peróxido de sódio, localizadas em Lorena, no Estado de São Paulo, pertencentes à Indústria Química Mantiqueira S. A., com sede no Rio de Janeiro.

Decreto n.º 40.881 — de 12 de fevereiro de 1957.

INSPEÇÃO DO TRABALHO

— Ver:

Convenções.

**INSTITUTOS DE APOSENTADORIA
E PENSÕES**

Dispõe sobre a organização do "Hospital Ipiranga", do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas, aprova o respectivo Quadro de Pessoal, e dá outras providências.

Decreto n.º 41.246 — de 4 de abril de 1957.

Publicado no D.O. de 5 de abril de 1957.

Autoriza o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes a ceder à Fundação da Casa Popular terrenos de sua propriedade, para a finalidade que especifica.

Decreto n.º 41.263 — de 8 de abril de 1957.

**INSTITUTO DE APOSENTADORIA
E PENSÕES DOS EMPREGADOS
EM TRANSPORTES E CARGAS**

Dispõe sobre a aplicação da Lei n.º 403, de 14 de dezembro de 1948, ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas.

Decreto n.º 41.447 — de 6 de maio de 1957.

**INSTITUTO DE BELAS ARTES DE
PORTO ALEGRE**

Declara de utilidade pública, para desapropriação, o imóvel que menciona.

Decreto n.º 41.566 — de 23 de maio de 1957.

INSTITUTO BRASILEIRO DO SAL

Denomina Instituto Brasileiro do Sal o Instituto Nacional do Sal, dando-lhe nova organização.

Lei n.º 3.137 — de 13 de maio de 1957.

INSTITUTO NACIONAL DO SAL

— Ver:

Instituto Brasileiro do Sal.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS DA AMAZÔNIA

Cria, na Tabela III — Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, a função, em comissão, de Diretor da 2.ª Divisão.

Decreto n.º 41.716 — de 24 de junho de 1957.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO

Cria cargo no Quadro do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado.

Decreto n.º 41.507 — de 17 de maio de 1957.

INSTITUTO SUPERIOR DE ESTUDOS BRASILEIROS

Altera a redação do art. 10 do Decreto n.º 37.608, de 14 de julho de 1955, que institui no Ministério da Educação e Cultura o Instituto Superior de Estudos Brasileiros.

Decreto n.º 41.500 — de 15 de maio de 1957.

ISENÇÃO FISCAL

— Ver:

Importação.

J

J. I. CASE COMPANY

Concede à sociedade anônima J. I. Case Company autorização para continuar a funcionar na República.

Decreto n.º 41.593 — de 29 de maio de 1957.

JUSTIÇA ELEITORAL

— Ver:

Poder Judiciário.

JUSTIÇA DO TRABALHO

— Ver:

Poder Judiciário.

L

LAMINAÇÃO DE METAIS S. A.

Concede permissão à Laminação Nacional de Metais S. A., com sede em São Paulo, Capital, e fábricas em Utinga, Município de Santo André, no Estado de São Paulo, para funcionar aos domingos e nos feriados civis e religiosos.

Decreto n.º 41.268 — de 8 de abril de 1957.

LAVOURA CACAUEIRA

— Ver:

Cacau.

LAVOURA DO CAFÉ

— Ver:

Café.

LEGAL & GENERAL ASSURANCE SOCIETY LIMITED

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Legal & General Assurance Society Limited.

Decreto n.º 41.270 — de 8 de abril de 1957.

LOTAÇÃO

— Ver:

O nome do órgão a que se refere.

LUBRIFICANTES

— Ver:

Imposto único sobre lubrificantes e combustíveis líquidos.

M**MANGANÊS**

Autoriza a Empresa de Mineração Urandi Limitada a lavar minério de manganês e associados no município de Jacaraci, Estado da Bahia.

Decreto nº 41.296 — de 10 de abril de 1957.

— Retifica o art. 1.º do Decreto nº 35.568, de 26 de maio de 1954.

Decreto nº 41.327 — de 10 de abril de 1957.

— Autoriza o cidadão brasileiro Manuel José Campos a pesquisar minérios de ferro, de manganês, dolomita e associados no município de Betim — Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 41.606 — de 29 de maio de 1957.

— Autoriza a S. A. Mineração da Trindade a lavar minérios de manganês ferro e associados no município de Santa Bárbara Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 41.691 — de 24 de junho de 1957.

MAGNETITA

Autoriza a Cia. de Cimento Ipanema a pesquisar hematita, magnetita e associados no município de Salto de Pirapora Estado de São Paulo.

Decreto nº 41.690 — de 24 de junho de 1957.

**MANUEL AUGUSTO DIAS,
MINERAIS LIMITADA**

Concede à Manuel Augusto Dias, Minerais Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 41.398 — de 24 de abril de 1957.

MAQUINAS RODOVIARIAS

Substitui o parágrafo único do artigo 7º do Decreto nº 41.097 e dá outras providências.

Decreto nº 41.492 — de 14 de maio de 1957.

MARINHA MERCANTE NACIONAL

Revoga dispositivos do Regulamento para os Uniformes do Pessoal da Marinha Mercante Nacional.

Decreto nº 41.659 — de 6 de junho de 1957.

MARINHA

— Ver:

Ministério da Marinha.

MÁRMORE

Autoriza a Marmoeira Brasil Limitada a pesquisar mármore e associados no município de Campos, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto nº 41.303 — de 10 de abril de 1957.

— Autoriza o cidadão brasileiro Horácio Scaramussa a pesquisar calcário e mármore no município de Cachoeiro de Itapemerim Estado do Espírito Santo.

Decreto nº 41.615 — de 29 de maio de 1957.

— Revoga o Decreto nº 36.813, de 25 de janeiro de 1955.

Decreto nº 41.629 — de 29 de maio de 1957.

— Autoriza a empresa Mineração Tigre Ltda. a lavar mármore no município de Rio Branco do Sul, Estado do Paraná.

Decreto nº 41.708 — de 24 de junho de 1957.

MATE

Dispõe sobre a Comissão criada pelo Decreto-Lei nº 9.856, de 13 de setembro de 1946. (Comissão de Planejamento Cooperativo do Mate).

Decreto nº 41.682 — de 24 de junho de 1957.

**MEAD JOHNSON & COMPANY
DO BRAZIL**

Concede à sociedade anônima Mead Johnson & Company, autorização para funcionar na República, sob a denominação de Mead Johnson & Company do Brazil.

Decreto nº 41.668 — de 22 de junho de 1957.

MEDALHAS

Inclui nas disposições do Decreto nº 40.556, de 17 de dezembro de 1956, a "Medalha de Mérito", para os oficiais e praças do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal.

Decreto nº 41.546 — de 21 de maio de 1957.

— Cria no Ministério da Aeronáutica a Medalha Prêmio "Força Aérea Brasileira".

Decreto nº 41.639 — de 31 de maio de 1957.

METEOROLOGIA

Torna público o depósito do instrumento de adesão, por parte dos Governos do Marrocos e da Tunísia, à Convenção da Organização Mundial de Meteorologia, assinada, em Washington em 11 de outubro de 1947.

Decreto nº 41.273 — de 8 de abril de 1957.

MICA

Autoriza o cidadão brasileiro Gil Sales de Miranda a pesquisar mica, caulim e associados, no município de Cataguazes, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 41.298 — de 10 de abril de 1957.

— Autoriza a Companhia de Aços Especiais Itabira a pesquisar mica e associados no município de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 41.306 — de 10 de abril de 1957.

— Autoriza o cidadão brasileiro Valter Bezerra de Sá a pesquisar mica, berilo e associados no município de Quixeramobim, Estado do Ceará.

Decreto nº 41.307 — de 10 de abril de 1957.

MICA

— Autoriza o cidadão brasileiro Alberico Perrela a pesquisar mica, quartzo e associados no município de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 41.310 — de 10 de abril de 1957.

— Autoriza o cidadão brasileiro Sebastião Lopes Ribeiro a pesquisar mica e associados no município de Jequeri, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 41.323 — de 10 de abril de 1957.

— Autoriza o cidadão brasileiro Lauriano Teixeira de Sousa a pesquisar mica e associados, no município de Água Boa, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 41.389 — de 24 de abril de 1957.

— Autoriza o cidadão brasileiro Luís Lira Cavalcante a pesquisar mica e associados no município de Itaboraí, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto nº 41.392 — de 24 de abril de 1957.

— Autoriza o cidadão brasileiro Sebastião da Silva Guimarães a pesquisar mica, caulim e associados, no município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 41.394 — de 24 de abril de 1957.

— Autoriza o cidadão brasileiro Alipio Homem de Faria a pesquisar caulim, mica e associados no município de Mercês, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 41.403 — de 24 de abril de 1957.

— Autoriza o cidadão brasileiro Sebastião Ferreira Pinto a pesquisar mica e associados, no município de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 41.407 — de 24 de abril de 1957.

— Revoga o art. 1º do Decreto número 36.705, de 29 de dezembro de 1954.

Decreto nº 41.410 — de 24 de abril de 1957.

MICA

— *Autoriza o cidadão brasileiro Manuel Duboc Sobrinho a lavar mica, caulim, berilo e associados no município de Marquês de Valença, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto nº 41.521 — de 17 de maio de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Pedro José de Sá a pesquisar mica e associados no município de São Sebastião do Maranhão, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 41.522 — de 17 de maio de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Leolino Esteves de Oliveira a pesquisar mica, pedras preciosas e associados no município de Peçanha, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 41.531 — de 17 de maio de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Cesar Batista Coelho a pesquisar mica e associados, no município de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 41.609 — de 29 de maio de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Manuel Tranin Tuler a pesquisar pedras coradas, mica e associados no município de Conselheiro Pena, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 41.618 — de 29 de maio de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Ângelo Bedoni a pesquisar mica, quartzo e associados no Município de Galiléia, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 41.621 — de 29 de maio de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Lafaiete Pimenta de Aguiar a pesquisar mica e associados no Município de Santa Maria do Suaçu, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 41.636 — de 9 de maio de 1957.

MILITAR

Dispõe sobre os vencimentos dos militares e dá outras providências.

(Publicado no Diário Oficial — Seção I — de 20 de janeiro de 1956).

Lei nº 2.710 — de 19 de janeiro de 1956.

— *Considera serviço nacional relevante e de alto interesse para a segurança nacional os trabalhos de construção rodovias e de obras contra as secas, em execução pelo 1º Grupamento de Engenharia de Construção, na região do Nordeste.*

Decreto nº 41.282 — de 9 de abril de 1957.

MINASBRAS — MINÉRIOS DO BRASIL LTDA.

Concede a Minasbras — Minérios do Brasil Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 41.330 — de 10 de abril de 1957.

MINÉRIOS, FERRO E METAIS LTDA.

Concede à Minérios, Ferros e Metais Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 41.320 — de 10 de abril de 1957.

MINÉRIOS SANTA MÔNICA LTDA.

Concede a Minérios Santa Mônica Ltda., autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 41.329 — de 10 de abril de 1957.

MINERAÇÃO CABUÇU LIMITADA

Concede à Mineração Cabuçu Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 41.383 — de 24 de abril de 1957.

MINERAÇÃO ITABIRITO LIMITADA

Cassa a autorização conferida à Mineração Itabirito Limitada pelo Decreto nº 6.999, de 20 de março de 1941.

Decreto nº 41.386 — de 24 de abril de 1957.

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

Modifica o art. 1º da Lei nº 2.576, de 17 de agosto de 1955 (dispõe sobre as inspeções de saúde dos servidores civis do Ministério da Aeronáutica, e dá outras providências).

Lei nº 3.138 — de 17 de maio de 1957.

— Abre, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00 para custeio de obras no Aeroporto Internacional de Manaus.

Decreto nº 41.247 — de 4 de abril de 1957.

Publicado no D.O. de 5 de abril de 1957.

— Transfere funções das Tabelas Numéricas Especiais de Extranumerário mensalista do Ministério da Aeronáutica, que menciona.

Decreto nº 41.341 — de 12 de abril de 1957.

— Aprova o Regulamento de Uniformes para os Militares da Aeronáutica (RUMAER).

Decreto nº 41.660 — de 7 de junho de 1957.

— Dá nova redação ao art. 2º do Decreto nº 34.701, de 26 de novembro de 1953, que considera organizado o Centro Técnico de Aeronáutica.

Decreto nº 41.425 — de 24 de abril de 1957.

— Abre, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 470.000.000,00 para o fim que especifica.

Decreto nº 41.440 — de 25 de abril de 1957.

— Transfere função da Tabela Numérica Especial de Extranumerário mensalista do Serviço Geral de Expediente e Arquivo para a do Serviço de Identificação da Aeronáutica.

Decreto nº 41.537 — de 18 de maio de 1957.

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

— Eleva o Núcleo de Parque de Aeronáutica de Recife à categoria de Parque de Aeronáutica.

Decreto nº 41.533 — de 13 de maio de 1957.

— Cria no Ministério da Aeronáutica a Medalha Prêmio "Força Aérea Brasileira".

Decreto nº 41.639 — de 31 de maio de 1957.

— Autoriza o Ministério da Aeronáutica a aceitar doação de terrenos em Jacarêzinho, Estado do Paraná.

Decreto nº 41.667 — de 21 de junho de 1957.

— Restabelece uma função de Auxiliar de Serviços Médicos, referência 19, da Tabela Única de Extranumerário mensalista do Ministério da Aeronáutica, suprimida pelo Decreto número 41.064, de 28 de fevereiro de 1957.

Decreto nº 41.729 — de 28 de junho de 1957.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00 para auxiliar o Instituto do Cacau da Bahia na conclusão da Escola de Capatazes da Estação Experimental de Uruçuca.

Lei nº 3.140 — de 20 de maio de 1957.

— Declara de utilidade pública, para desapropriação, de terrenos em Porto Alegre (RS) adjacentes ao aeroporto "Salgado Filho".

Decreto nº 41.731 — de 28 de junho de 1957.

— Abre, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00, para auxiliar a Associação Rural de Montes Claros na construção do Parque da Exposição Agro-Pecuária Industrial e Regional, na cidade de Montes Claros, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 41.333 — de 11 de abril de 1957.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

— Abre, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 16.331.162,40, para despesas com pessoal da Universidade Rural de Pernambuco, no exercício de 1956.

Decreto nº 41.336 — de 11 de abril de 1957.

— Transfere, sem aumento de despesa, funções de Tabelas Numéricas Especiais de Extranumerário mensalista do Ministério da Agricultura, que menciona.

Decreto nº 41.354 — de 23 de abril de 1957.

— Inclui funções gratificadas no Quadro Permanente do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto nº 41.448 — de 6 de maio de 1957.

— Abre, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00, para auxiliar, a realização da Sexta Festa Nacional do Trigo e da Exposição Agropecuária Industrial, na cidade de Cachoeira do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto nº 41.498 — de 15 de maio de 1957.

— Transfere, sem aumento de despesas, funções de Tabelas Numéricas Especiais de Extranumerário Mensalista, de repartições do Ministério da Agricultura, na forma que menciona.

Decreto nº 41.597 — de 29 de maio de 1957.

— Altera o Decreto nº 36.693, de 29 de dezembro de 1954. (TUM-PS).

Decreto nº 41.686 — de 24 de junho de 1957.

— Transfere pessoal para o Instituto Agronômico do Oeste, e dá outras providências.

Decreto nº 41.687 — de 24 de junho de 1957.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

— Altera, sem aumento de despesas, as Tabelas Numéricas Especiais de Extranumerários Mensalistas, do Instituto Agronômico do Sul e da Estação Experimental de Passo Fundo, do mesmo Instituto do Ministério da Agricultura.

Decreto nº 41.688 — de 24 de junho de 1957.

— Transfere, sem aumento de despesa, função da Tabela Numérica Especial de Extranumerário Mensalista, de repartição do Ministério da Agricultura, na forma que menciona.

Decreto nº 41.689 — de 24 de junho de 1957.

— Abre, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 40.000.000,00, destinado ao pagamento da contribuição do Brasil para a manutenção, no exercício de 1954, do Escritório Técnico de Agricultura, órgão executor do Acordo celebrado entre os Governos do Brasil e dos Estados Unidos da América do Norte.

Decreto nº 41.714 — de 24 de junho de 1957.

— Abre, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 15.000.000,00 para obras e equipamentos necessários ao funcionamento do Centro Pan-americano de Febre Aftosa.

Decreto nº 41.715 — de 24 de junho de 1957.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 3.000.000,00 para auxiliar a conclusão das obras dacripta do Monumento Nacional ao Imigrante e a instalação do respectivo Museu da Imigração.

Lei nº 3.128 — de 18 de abril de 1957.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 500.000,00 para auxílio ao Educandário Nossa Senhora do Rosário da cidade de Cornélio Procopio, no Estado do Paraná.

Lei nº 3.134 — de 13 de maio de 1957.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 10.700.000,00 para pagamento de alugueis correspondentes à ocupação da Casa da Itália pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil.

Lei nº 3.151 — de 24 de maio de 1957.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 88.000,00, destinado à aquisição de passagens para a viúva e a filha de Eurico Martignoni.

Lei nº 3.169 — de 6 de junho de 1957.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 1.200.000,00, para auxiliar o desenvolvimento das obras educativas e assistenciais da Província Franciscana de Santo Antônio, sediada no Estado de Pernambuco, ao ensino do transcurso de seu terceiro centenário e da realização do certame histórico-cultural.

Lei nº 3.171 — de 6 de junho de 1957.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Educação e Cultura, os créditos especiais de Cr\$ 5.000.000,00 e Cr\$ 10.000.000,00, para contribuição da União às comemorações do I centenário da fundação do Município de Caruaru, no Estado de Pernambuco, e do I centenário da Cidade de Petrópolis, no Estado do Rio de Janeiro.

Lei nº 3.180 — de 11 de junho de 1957.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00, para auxiliar o Município de Macapá nas comemorações do 1º centenário da cidade de Macapá, capital do Território Federal do Amapá.

Lei nº 3.182 — de 24 de junho de 1957.

— Concede dotação federal para a comemoração do 250º aniversário da fundação de Ouro Preto, e dá outras providências.

Lei nº 3.184 — de 24 de junho de 1957.

— Altera a lotação do Ministério da Educação e Cultura.

Decreto nº 41.271 — de 8 de abril de 1957.

— Transforma e inclui funções gratificadas no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Cultura.

Decreto nº 41.349 — de 13 de abril de 1957.

— Extingue cargo excedente.

Decreto nº 41.429 — de 25 de abril de 1957.

— Suprime cargos provisórios.

Decreto nº 41.565 — de 23 de maio de 1957.

— Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 2.760.000,00 (dois milhões, setecentos e sessenta mil cruzeiros), para atender às despesas com a realização dos XIII Jogos Universitários Brasileiros, em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto nº 41.642 — de 31 de maio de 1957.

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Parte vetada pelo Presidente da República e mantida pelo Congresso Nacional, do Projeto que se transformou na Lei nº 3.057, de 22 de dezembro de 1956.

Lei nº 3.067 — de 22 de dezembro de 1956.

MINISTÉRIO DA FAZENDA

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00, destinado à reconstrução da Escola de Artes e Ofícios Hugo Taylor, de Santa Maria, no Estado do Rio Grande do Sul.

Lei nº 3.122 — de 16 de abril de 1957.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 250.000,00 para ocorrer às despesas com o pagamento de trabalhos extraordinários executados pelos funcionários do Serviço de Importação Aérea da Alfândega do Rio de Janeiro.

Lei nº 3.154 — de 24 de maio de 1957.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00 para socorrer as vítimas da tromba d'água ocorrida na cidade de Monte Alegre, Estado do Pará.

Lei nº 3.163 — de 1 de junho de 1957.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00 para auxiliar os festejos comemorativos do I Centenário da cidade de Franca no Estado de São Paulo.

Lei nº 3.170 — de 6 de junho de 1957.

— Autoriza a abertura, pelo Ministério da Fazenda, do crédito especial de Cr\$ 655.882,40, destinado ao pagamento de custas devidas pela União nos executivos fiscais propostos na 2.ª Vara da Fazenda Pública, contra a Stahlunion Ltda., para cobrança de imposto de renda em atraso.

Lei nº 3.176, de 11 de junho de 1957.

Abre, pelo Ministério da Fazenda o crédito extraordinário de Cr\$ 10.000.000,00, para o fim que especifica.

Decreto nº 41.248 — de 5 de abril de 1957.

Publicado no D. O. de 5 de abril de 1957.

MINISTÉRIO DA FAZENDA

— Suprime cargo extinto

Decreto nº 41.428 — de 25 de abril de 1957.

— Cria a Comissão de Reorganização dos Serviços do Imposto de Renda, no Ministério da Fazenda, e dá outras providências.

Decreto nº 41.434 — de 25 de abril de 1957.

— Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 1.500.000,00, para o fim que especifica.

Decreto nº 41.486 — de 9 de maio de 1957.

— Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 500.000,00 para o fim que especifica.

Decreto nº 41.536 — de 17 de maio de 1957.

— Abre, pelo Ministério da Fazenda — Caixa de Amortização — o crédito especial de Cr\$ 500.000.000,00, destinado ao pagamento, em apólices, da cota de responsabilidade da União nas dívidas dos criadores e recriadores de gado bovino.

Decreto nº 41.542 — de 20 de maio de 1957.

— Inclui funções gratificadas no Quadro Permanente do Ministério da Fazenda.

Decreto nº 41.638 — de 29 de maio de 1957.

— Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00, para o fim que especifica.

Decreto nº 41.643 — de 31 de maio de 1957.

— Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 100.000.000,00, para o fim que especifica.

Decreto nº 41.644 — de 31 de maio de 1957.

MINISTÉRIO DA FAZENDA

— Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 60.000,00, concedido pela Lei n.º 3.111, de 10 de março de 1957, para o fim que especifica.

Decreto n.º 41.645 — de 31 de maio de 1957.

— Retifica o Decreto n.º 36.291, de 5 de outubro de 1954 (T.U.M.).

Decreto n.º 41.646 — de 31 de maio de 1957.

— Abre, pelo Ministério da Fazenda, em decorrência do art. 3.º da Lei n.º 3.110, de 10 de março de 1957, o crédito especial de Cr\$ 33.000,00 para pagamento da pensão concedida no art. 1.º da mesma lei.

Decreto n.º 41.648 — de 31 de maio de 1957.

— Suprime cargo extinto.

(Tesoureiro-Auxiliar — Q. S.).

Decreto n.º 41.661 — de 8 de junho de 1957.

— Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito extraordinário de Cr\$ 10.000.000,00 para o fim que especifica.

Decreto n.º 41.733 — de 28 de junho de 1957.

MINISTÉRIO DA GUERRA

Inclui no Serviço de Saúde do Exército, no posto de 2.º tenente, as enfermeiras que integraram a Força Expedicionária Brasileira, durante as operações de guerra na Itália.

Lei n.º 3.160 — de 1 de junho de 1957.

— Dá nova redação à letra "c" do artigo 58 do Decreto n.º 8.889, de 2 de março de 1942, modificado pelo Decreto n.º 27.249, de 23 de setembro de 1949.

Decreto n.º 41.258 — de 8 de abril de 1957.

— Dispõe sobre a relotação do Ministério da Guerra.

Decreto n.º 41.259 — de 8 de abril de 1957.

MINISTÉRIO DA GUERRA

— Retifica a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista da Coudelaria de Monte Belo, do Ministério da Guerra.

Decreto n.º 41.260 — de 8 de abril de 1957.

— Transfere, sem aumento de despesa, função da Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista do Gabinete do Ministro, para idêntica tabela do Hospital Central do Exército, ambas do Ministério da Guerra.

Decreto n.º 41.261 — de 8 de abril de 1957.

Suprime cargos extintos.

(Artífice-Auxiliar de Portaria e Gráfico).

Decreto n.º 41.281 — de 9 de abril de 1957.

Retifica a Tabela Numérica Especial de Extranumerário - mensalista da Academia Militar de Agulhas Negras do Ministério da Guerra.

Decreto n.º 41.288 — de 9 de abril de 1957.

— Dispõe, sem aumento de despesa, sobre as Tabelas Numéricas Especiais de Extranumerário-mensalista do Ministério da Guerra, que menciona.

Decreto n.º 41.290 — de 9 de abril de 1957.

— Transfere, sem aumento de despesa, função da Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista da Fábrica Bonsucesso para idêntica tabela do Gabinete Fotocartográfico, ambas do Ministério da Guerra.

Decreto n.º 41.291 — de 9 de abril de 1957.

— Transfere função da Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista da Diretoria Geral do Serviço Militar para idêntica Tabela do Gabinete do Ministro, ambas do Ministério da Guerra.

Decreto n.º 41.443 — de 26 de abril de 1957.

MINISTÉRIO DA GUERRA

— *Aprova o Regulamento para o Corpo de Oficiais da Reserva do Exército.*

Decreto n.º 41.475 — de 8 de maio de 1957.

— *Fixa a distribuição atual em cada Arma e em cada posto das funções privativas e das funções gerais dos Oficiais do Exército.*

Decreto n.º 41.477 — de 8 de maio de 1957.

— *Dá nova denominação de "Regimento José de Abreu" ao atual 6.º Regimento de Cavalaria.*

Decreto n.º 41.487 — de 11 de maio de 1957.

— *Cria o Estandarte-Distintivo para o 6.º Regimento de Cavalaria "Regimento José de Abreu".*

Decreto n.º 41.488 — de 11 de maio de 1957.

— *Transfere, sem aumento de despesa, função da Tabela Única de Extra-numerário-mensalista do Ministério da Guerra, para idêntica tabela do Ministério da Marinha.*

Decreto n.º 41.496 — de 14 de maio de 1957.

— *Dá nova redação ao art. 102 do R-70 (Regulamento da Academia Militar das Agulhas Negras).*

Decreto n.º 41.539 — de 20 de maio de 1957.

— *Cria, para instalação imediata, o Arsenal de Guerra de São Paulo.*

Decreto n.º 41.545 — de 21 de maio de 1957.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação o imóvel que menciona necessário ao Ministério da Guerra, na Cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul.*

Decreto n.º 41.569 — de 7 de maio de 1957.

MINISTÉRIO DA GUERRA

— *Transfere função da Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista do Estabelecimento de Subsistência da 9.ª Região Militar (Estabelecimento Guia Lopes), para idêntica tabela do Estabelecimento de Subsistência da 2.ª Região Militar; ambas do Ministério da Guerra.*

Decreto n.º 41.575 — de 29 de maio de 1957.

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E
NEGÓCIOS INTERIORES**

— *Abre, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 2.500.000,00, para auxílio à realização do Congresso Nacional das Assembleias Legislativas.*

Decreto n.º 41.334 — de 11 de abril de 1957.

— *Inclui e altera o símbolo de funções gratificadas no Quadro Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.*

Decreto n.º 41.460 — de 6 de maio de 1957.

— *Abre, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 40.000.000,00, para início da construção de um prédio destinado ao Palácio da Justiça, no Distrito Federal.*

Decreto n.º 41.505 — de 16 de maio de 1957.

— *Altera a lotação de repartição atendida pelo Quadro Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.*

Decreto n.º 41.544 — de 20 de maio de 1957.

MINISTÉRIO DA MARINHA

— *Aprova a Tabela Numérica de Extra-numerário-mensalista da Escola de Marinha Mercante do Rio de Janeiro, do Ministério da Marinha, e dá outras providências.*

Decreto n.º 41.244 — de 4 de abril de 1957.

Publicado no D. O. de 5 de abril de 1957.

MINISTÉRIO DA MARINHA

— *Altera o Regulamento para o Corpo do Pessoal Subalterno do Corpo de Fuzileiros Navais.*

Decreto n.º 41.251 — de 5 de abril de 1957.

Publicado no D. O. de 5 de abril de 1957.

— *Dispõe sobre a organização da Força de Fuzileiros da Esquadra.*

Decreto n.º 41.352 "A" — de 22 de abril de 1957.

— *Altera a jurisdição da Capitania dos Portos Fluviais do Rio Paraná.*

Decreto n.º 41.461 — de 6 de maio de 1957.

— *Altera o Regulamento para os Distritos Navais.*

Decreto n.º 41.658 — de 6 de junho de 1957.

— *Retifica a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, do Ministério da Marinha.*

Decreto n.º 41.726 — de 26 de junho de 1957.

— *Modifica o art. 1.º do Regulamento Interno da Divisão do Pessoal Civil, do Ministério da Marinha.*

Decreto n.º 41.728 — de 27 de junho de 1957.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 90.030.000,00, destinado a atender às despesas com a construção da ponte sobre o rio Grande.*

Lei n.º 3.145 — de 21 de maio de 1957.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

— *Autoriza o Poder Executivo, a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 20.000.000,00 para custear a construção do Colégio Experimental Paraguaí-Brasil.*

Lei n.º 3.152 — de 24 de maio de 1957.

— *Eleva à categoria de Embaixada a Representação diplomática do Brasil em Oslo.*

Decreto n.º 41.441 — de 26 de abril de 1957.

— *Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 12.000.000,00, destinado a compra e pagamento de vagões-tanques e às despesas complementares indispensáveis.*

Decreto n.º 41.548 — de 21 de maio de 1957.

— *Suprime o Vice-Consulado honorário do Brasil em Jacksonville, Estados Unidos da América.*

Decreto n.º 41.722 — de 25 de junho de 1957.

— *Suprime o Vice-Consulado honorário do Brasil em Coronel, Chile.*

Decreto n.º 41.723 — de 25 de junho de 1957.

MINISTÉRIO DA SAÚDE

— *Autoriza o Poder Executivo, a abrir, pelo Ministério da Saúde, os créditos especiais de Cr\$ 1.500.000,00 e de Cr\$ 1.500.030,00, para atender ao pagamento dos auxílios concedidos à Policlínica Geral do Rio de Janeiro pela Lei n.º 2.119, de 27 de novembro de 1953, e ao Hospital do Pronto Socorro da cidade de João Pessoa, no Estado da Paraíba.*

Lei n.º 3.168 — de 6 de junho de 1957.

MINISTÉRIO DA SAÚDE

— *Abre ao Ministério da Saúde o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00, para a conclusão das obras do Hospital dos Radialistas e aquisição do respectivo equipamento.*

Decreto n.º 41.337 — de 11 de abril de 1957.

— *Altera a lotação do Ministério da Saúde.*

Decreto n.º 41.351 — de 22 de abril de 1957.

— *Abre ao Ministério da Saúde o crédito especial de Cr\$ 23.000.000,00, destinado ao pagamento da dívida contraída pela Associação Paulista de Combate ao Câncer.*

Decreto n.º 41.426 — de 25 de abril de 1957.

— *Abre ao Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 300.000,00, para pagamento de auxílio especial concedido ao Tenente José Natividade de Rocha.*

Decreto n.º 41.430 — de 25 de abril de 1957.

— *Abre ao Ministério da Saúde o crédito especial de Cr\$ 80.000.000,00, destinado à aquisição inicial da Vacina Salk e ao aprestamento e instalação, no Instituto Oswaldo Cruz, de um laboratório de produção da mesma vacina, e dá outras providências.*

Decreto n.º 41.431 — de 25 de abril de 1957.

— *Abre ao Ministério da Saúde o crédito especial de Cr\$ 250.000,00, para auxiliar a Diocese de Petrolina, no Estado de Pernambuco, por ocasião dos festejos comemorativos de seu jubileu de prata.*

Decreto n.º 41.432 — de 25 de abril de 1957.

MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

— *Altera a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.*

Decreto n.º 41.358 — de 23 de abril de 1957.

MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

— *Transfere função da Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, que menciona.*

Decreto n.º 41.359 — de 23 de abril de 1957.

— *Altera lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.*

Decreto n.º 41.412 — de 24 de abril de 1957.

— *Aprova o Regimento das Delegacias Regionais do Trabalho, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e dá outras providências.*

Decreto n.º 41.478 — de 8 de maio de 1957.

— *Altera a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.*

Decreto n.º 41.572 — de 28 de maio de 1957.

— *Altera a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.*

Decreto n.º 41.573 — de 28 de maio de 1957.

— *Transfere função da Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, que menciona.*

Decreto n.º 41.590 — de 29 de maio de 1957.

— *Altera a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.*

Decreto n.º 41.673 — de 24 de junho de 1957.

— *Altera a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.*

Decreto n.º 41.674 — de 24 de junho de 1957.

**MINISTÉRIO DO TRABALHO,
INDÚSTRIA E COMÉRCIO**

— Abre, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 240.000.000,00, para os fins que especifica.

Decreto n.º 41.713 — de 24 de junho de 1957.

**MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E
OBRAS PÚBLICAS**

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 15.585.821,90, destinado a complementar pagamento de transporte de malas postais por via aérea.

Lei n.º 3.158 — de 30 de maio de 1957.

— Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 400.000.000,00 para pavimentação dos trechos da BR-56 e da BR-14, integrantes da ligação rodoviária Santos-Brasília.

Lei n.º 3.166 — de 1 de junho de 1957.

— Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 150.000.000,00, para o fim que menciona.

Decreto n.º 41.335 — de 11 de abril de 1957.

— Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 3.616.919,30, para o fim que menciona.

Decreto n.º 41.437 — de 25 de abril de 1957.

— Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 150.000.000,00, para o fim que menciona.

Decreto n.º 41.438 — de 25 de abril de 1957.

**MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E
OBRAS PÚBLICAS**

— Autoriza o Ministério da Viação e Obras Públicas a contratar, em nome da União, com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, empréstimo até o montante de US\$ 4.875.000,00 ou o equivalente em outras moedas, destinado ao reaparelhamento dos serviços portuários do país.

Decreto n.º 41.491 — de 14 de maio de 1957.

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, área de terreno situada entre as localidades de São Luiz Gonzaga e Cêro Largo, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto n.º 41.585 — de 29 de maio de 1957.

— Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 9.391,20, para o fim que menciona.

Decreto n.º 41.640 — de 31 de maio de 1957.

— Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 150.000.000,00, para o fim que menciona.

Decreto n.º 41.641 — de 31 de maio de 1957.

MONAZITA

Renova o Decreto n.º 6.533, de 8 de dezembro de 1954.

Decreto n.º 41.292 — de 10 de abril de 1957.

MONTEPIO CIVIL

Dispõe sobre a pensão de montepio civil dos funcionários públicos federais

Lei n.º 3.132 — de 8 de maio de 1957.

MUNICÍPIOS

Regulamenta o art. 32 da Lei número 2.973, de 26 de novembro de 1956, e a Lei n.º 2.134 de 14 de dezembro de 1953, no que se refere ao financiamento dos serviços municipais de abastecimento d'água.

Decreto n.º 41.446 — de 3 de maio de 1957.

N

**NAVEGAÇÃO E COMÉRCIO
"TAMOIO" LIMITADA**

Concede à sociedade Navegação e Comércio "Tamoio" Limitada autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto n.º 41.596 — de 29 de maio de 1957.

NAVEGAÇÃO COSTALIMA LTDA.

Concede à sociedade Navegação Costalima Ltda. autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto n.º 41.363 — de 23 de maio de 1957.

**NAVEGAÇÃO FLUVIAL E
MARÍTIMA ITAÇU S. A.**

Concede à Navegação Fluvial e Marítima Itaquê S. A. autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto n.º 41.676 — de 24 de junho de 1957.

NAVEGAÇÃO SANTA CRUZ LTDA.

Concede à sociedade Navegação Santa Cruz Ltda. autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto n.º 41.595 — de 29 de maio de 1957.

NÚCLEOS COLONIAIS

Cria o Núcleo Colonial de Guamá, em terras situadas no Município de Santa Isabel, no Estado do Pará.

Decreto n.º 41.279 — de 9 de abril de 1957.

O

O ESTADO

Revoga os arts. 11 e 12 e seus parágrafos, do Decreto n.º 40.739, os arts. 17 e 18 e seus parágrafos, do Decreto n.º 40.740, e arts. 13 e 14 do Decreto n.º 40.741, todos de 10 de janeiro de 1957.

Decreto n.º 41.489 — de 14 de maio de 1957.

**ORDEM DOS ADVOGADOS
DO BRASIL**

Modifica disposições da Lei número 1.580, de 20 de março de 1952.

Lei n.º 3.123 — de 16 de abril de 1957.

ORDEM DO MÉRITO MÉDICO

Altera o Regulamento da Ordem do Mérito Médico, aprovado pelo Decreto n.º 29.198, de 24 de janeiro de 1951.

Decreto n.º 41.547 — de 21 de maio de 1957.

**ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE
SAÚDE**

Torna público o depósito, pelos Governos do Marrocos, do Sudão e da Tunísia, do Instrumento de aceitação da Constituição da Organização Mundial de Saúde.

Decreto n.º 41.373 — de 24 de abril de 1957.

ORTOGRAFIA

Aprova o texto da Convenção Ortográfica firmada entre o Brasil e Portugal, em 29 de dezembro de 1943, em Lisboa.

Decreto Legislativo n.º 9, de 1957.

OURO

Autoriza o cidadão brasileiro Francisco Amintas de Carvalho Mourão, a pesquisar minério de ouro no Município de Caeté, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 41.637 — de 29 de maio de 1957.

OURO PRETO

Concede dotação federal para a comemoração do 250.º aniversário da fundação de Ouro Preto, e dá outras providências.

Lei n.º 3.184 — de 24 de junho de 1957.

P

PALACIO DA JUSTIÇA

— Ver:

Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

PATRONATO SANTA CATARINA LABOURÉ

Autoriza o Poder Executivo a doar ao Patronato Santa Catarina Labouré, de Piripiri, Piauí, os terrenos e edifícios que, na mesma localidade, serviram às instalações da Comissão do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.

Lei n.º 3.120 — de 16 de abril de 1957.

PEDRAS CORADAS

Autoriza o cidadão brasileiro Raul Vieira dos Santos a pesquisar pedras coradas, quartzo e associados no município de Carai, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 41.400 — de 24 de abril de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Manoel Tranin Tuler a pesquisar pedras coradas, mica e associados no município de Conselheiro Pena, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 41.618 — de 29 de maio de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Aristóteles Gomes Leal a pesquisar quartzo e pedras coradas no município de Teófilo Ottoni, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 41.694 — de 24 de junho de 1957.

PEDRAS PRECIOSAS

— *Autoriza Philipp Bretz a comprar pedras preciosas.*

Decreto n.º 41.242 — de 3 de abril de 1957.

— *Revoga o Decreto n.º 781, de 29 de abril de 1936.*

Decreto n.º 41.479 — de 9 de maio de 1957.

PEDRAS PRECIOSAS

— *Autoriza Unibra, Comércio e Indústria S. A. a comprar pedras preciosas.*

Decreto n.º 41.480 — de 9 de maio de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Leolino Esteves de Oliveira a pesquisar mica, pedras preciosas e associados no município de Peçanha, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 41.531 — de 17 de maio de 1957.

— *Autoriza Leonildo Sbaraini a comprar pedras preciosas.*

Decreto n.º 41.543 — de 20 de maio de 1957.

PENSÃO

Concede pensão mensal às viúvas dos fundadores da Universidade do Paraná e dá outras providências.

Lei n.º 3.130 — de 3 de maio de 1957.

— *Concede a pensão especial de Cr\$ 3.000,00 mensais a Beatriz Ferreira Lucas e Arminda Ferreira Lucas, Irmãs solteiras do ex-maquinista do Lóide Brasileiro, Alvaro Ferreira Lucas.*

Lei n.º 3.156 — de 24 de maio de 1957.

— *Concede a pensão especial de Cr\$ 5.000,00 mensais ao jornalista e educador brasileiro Jacy do Rêgo Barros.*

Lei n.º 3.157 — de 25 de maio de 1957.

— *Concede a pensão especial de Cr\$ 1.300,00 mensais a Maria das Dôres França, viúva do cabo fuzileiro naval José Luiz de França.*

Lei n.º 3.172 — de 6 de junho de 1957.

— *Concede a pensão especial de Cr\$ 3.000,00 mensais a Carminha Paes de Abreu, viúva do jornalista Raimundo Vilela de Abreu.*

Lei n.º 3.174 — de 11 de junho de 1957.

PENSÃO

— Concede a pensão especial de Cr\$ 4.616,00 mensais a Eurico dos Santos Jacome, filho inválido do Alferes Eloy Martins dos Santos Jacome, herói da guerra do Paraguai.

Lei n.º 3.183 — de 24 de junho de 1957.

— Ver, também,
Montepio Civil.

PETROBRÁS

Dispõe sobre a capacidade das refinarias de petróleo autorizadas a funcionar no país.

Decreto n.º 41.652 — de 4 de junho de 1957.

PETRÓLEO

Dispõe sobre a capacidade das refinarias de petróleo autorizadas a funcionar no país.

Decreto n.º 41.652 — de 4 de junho de 1957.

PHOENIX ASSURANCE COMPANY LIMITED

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento do capital de responsabilidade da Phoenix Assurance Company Limited.

Decreto n.º 41.362 — de 23 de abril de 1957.

PIRES, CARNEIRO LIMITADA.

Concede à Pires, Carneiro Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n.º 41.698 — de 24 de junho de 1957.

PLANO DE RECUPERAÇÃO ECONÔMICO-RURAL DA LAVOURA CACAUEIRA

— Ver:
Cacau.

PLANO DE VALORIZAÇÃO ECONÔMICO DA AMAZÔNIA

— Ver:
Amazônia.

PODER JUDICIÁRIO

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — o crédito especial de Cr\$ 1.029.910,00 para atender às despesas de exercícios findos realizadas pelo Tribunal Regional do Trabalho da 2.ª Região.

Lei n.º 3.131 — de 8 de maio de 1957.

— Abre ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — o crédito especial de Cr\$ 215.752,50 para atender às despesas com o pagamento de diferenças de vencimentos, gratificações adicionais por tempo de serviço, gratificações de representação e substituições dos juizes, suplentes e vogais do Tribunal do Trabalho da 4.ª Região.

Lei n.º 3.141 — de 20 de maio de 1957.

— Abre, ao Poder Judiciário — Tribunais Regionais Eleitorais — o crédito especial de Cr\$ 906.436,20, para atender a despesas com a Justiça Eleitoral, correspondentes aos exercícios de 1950 a 1954.

Decreto n.º 41.338 — de 11 de abril de 1957.

— Abre ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, o crédito especial de Cr\$ 13.500,03, para o fim que especifica.

Decreto n.º 41.370 — de 23 de abril de 1957.

— Abre ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Tribunais Regionais do Trabalho da 3.ª, 4.ª e 5.ª Regiões os créditos especiais de Cr\$ 413.181,00, Cr\$ 142.177,00, Cr\$.. 371.916,00 e Cr\$ 102.002,20.

Decreto n.º 41.503 — de 16 de maio de 1957.

— Abre ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Ceará — o crédito especial de Cr\$ 76.993,00, para execução da Lei n.º 3.060, de 22 de dezembro de 1956.

Decreto n.º 41.504 — de 16 de maio de 1957.

PODER JUDICIÁRIO

— *Abre ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — Tribunal Superior Eleitoral, o crédito especial de Cr\$ 100.000.000,00, para ocorrer às despesas com a aplicação do artigo 71 da Lei n.º 2.550, de 25 de julho de 1955.*

Decreto n.º 41.564 — de 23 de maio de 1957.

POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL

Reorganiza a Auditoria da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal.

Lei n.º 3.146 — de 21 de maio de 1957.

Aprova o Regulamento do Estado-Maior da Polícia Militar do Distrito Federal.

Decreto n.º 41.237 — de 2 de abril de 1957.

— *Aprova o Regulamento da Ajuda-Geral da Polícia Militar do Distrito Federal.*

Decreto n.º 41.720 — de 25 de junho de 1957.

PORTOS

Cria uma zona franca na cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, e dá outras providências.

Lei n.º 3.173 — de 6 de junho de 1957.

— *Aprova novo orçamento para a execução das obras do porto de Pelotas, no Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n.º 41.413 — de 24 de abril de 1957.

— *Autoriza o Ministério da Viação e Obras Públicas a contratar, em nome da União, com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, empréstimo até o montante de US\$ 4.875.000,00 ou o equivalente em outras moedas, destinado ao reaparelhamento dos serviços portuários do país.*

Decreto n.º 41.491 — de 14 de maio de 1957.

PREFEITURAS

— Ver:

Energia elétrica.

PRIMEIRAS LINHAS URUGUAYAS DE NAVEGACIÓN AEREA (PLUNA)

Concede à "Primeras Lineas Uruguayas de Navegación Aérea" (PLUNA) autorização para continuar a funcionar na República.

Decreto n.º 41.340 — de 12 de abril de 1957.

PRISÃO ESPECIAL

— Ver:

Código de Processo Civil.

PROTETORA CIA. DE SEGUROS GERAIS E ACIDENTES DO TRABALHO

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento do capital social da Protetora — Companhia de Seguros Gerais e Acidentes do Trabalho.

Decreto n.º 41.110 — de 9 de março de 1957.

PROVÍNCIAS MARISTAS BRASILEIRAS

Concede o auxílio especial de Cr\$ 20.000.000,00 às Províncias Maristas Brasileiras, para ampliação de sua rede de estabelecimentos educacionais, e dá outras providências.

Lei n.º 3.125 — de 18 de abril de 1957.

PROVISIONADO

— Ver:

Ordem dos Advogados do Brasil.

Q

QUARTZITO

Autoriza o cidadão brasileiro José Capistrano de Souza a pesquisar quartzito sericitico no município de Baependi, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 41.300 — de 10 de abril de 1957.

QUARTZITO

— Autoriza o cidadão brasileiro Mário Begliomini a lavrar quartzito no município de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo.

Decreto n.º 41.610 — de 29 de maio de 1957.

QUARTZO

Autoriza o cidadão brasileiro Manuel Soares de Souza a pesquisar quartzo e associados, no município de Malacacheta, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 41.305 — de 10 de abril de 1957.

— Autoriza o cidadão brasileiro Alberico Perrela a pesquisar mica, quartzo e associados no município de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 41.310 — de 10 de abril de 1957.

— Autoriza o cidadão brasileiro Raul Vieira dos Santos a pesquisar pedras coradas, quartzo e associados no município de Carai, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 41.400 — de 24 de abril de 1957.

— Renova o Decreto n.º 37.126, de 1 de abril de 1955.

Decreto n.º 41.616 — de 29 de maio de 1955.

— Autoriza o cidadão brasileiro Angelo Bedoni a pesquisar mica, quartzo e associados no Município de Galileia, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 41.621 — de 29 de maio de 1957.

— Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Torres Lima a pesquisar quartzo no município de Cristalina, Estado de Goiás.

Decreto n.º 41.633 — de 29 de maio de 1957.

QUARTZO

— Autoriza o cidadão brasileiro Aristóteles Gomes Leal a pesquisar quartzo e pedras coradas no município de Teófilo Ottoni, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 41.694 — de 24 de junho de 1957.

— Renova o Decreto n.º 37.026, de 15 de março de 1955.

Decreto n.º 41.695 — de 24 de junho de 1957.

— Autoriza a cidadã brasileira Francisca de Avila e Silva a pesquisar quartzo e diamante no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 41.696 — de 24 de junho de 1957.

QUÍMICA INDUSTRIAL BARRA DO PIRAI S. A.

Concede à Química Industrial Barra do Pirai S. A. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n.º 41.692 — de 24 de junho de 1957.

R**RADIO COLON LTDA.**

Outorga concessão à Rádio Colon Limitada para instalar uma estação radiodifusora de ondas médias.

Decreto n.º 41.468 — de 7 de maio de 1957.

RÁDIO CULTURA DE MONTE ALTO LIMITADA

Outorga concessão à Rádio Cultura de Monte Alto Limitada, para estabelecer uma estação radiodifusora de ondas médias.

Decreto n.º 41.421 — de 24 de abril de 1957.

RÁDIO CULTURA DO PIAUÍ LIMITADA

Outorga concessão à Rádio Cultura do Piauí Limitada para instalar uma estação radiodifusora.

Decreto n.º 41.649 — de 3 de junho de 1957.

RADIO CURITIBANA LTDA.

Outorga concessão à Rádio Curitiba Ltda. para instalar uma estação radiodifusora.

Decreto n.º 41.419 — de 24 de abril de 1957.

RADIO DIFUSORA TAUBATÉ LIMITADA

Outorga concessão à Rádio Difusora Taubaté Limitada para instalar uma estação radiodifusora de ondas médias.

Decreto n.º 41.420 — de 24 de abril de 1957.

RADIODIFUSÃO

Outorga de concessão

— Ver:

O nome da concessionária.

RADIO EXCELSIOR DA BAHIA S. A.

Outorga concessão à Rádio Excelsior da Bahia S. A. para instalar uma estação radiodifusora de ondas médias.

Decreto n.º 41.342 — de 12 de abril de 1957.

RADIO GUANABARA SOCIEDADE ANÔNIMA

Outorga concessão à Rádio Guanabara, Sociedade Anônima, para instalar uma estação radiodifusora de ondas tropicais.

Decreto n.º 41.415 — de 24 de abril de 1957.

RADIO JAUENSE S. A.

Declara perempta a concessão outorgada à Rádio Jauense S. A., para o estabelecimento de uma estação radiodifusora.

Decreto n.º 41.471 — de 7 de março de 1957.

RÁDIO NACIONAL

Revoga os arts. 11 e 12 e seus parágrafos, do Decreto n.º 40.739, os arts. 17 e 18 e seus parágrafos, do Decreto n.º 40.740, e os arts. 13 e 14 do Decreto n.º 40.741, todos de 10 de janeiro de 1957.

Decreto n.º 41.489 — de 14 de maio de 1957.

RÊDE FERROVIÁRIA FEDERAL SOCIEDADE ANÔNIMA

Reestrutura a Comissão Especial de Organização da Rede Ferroviária Federal S. A. e dá outras providências.

Decreto n.º 41.567 — de 23 de maio de 1957.

RÊDE MINEIRA DE VIAÇÃO

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pela Rede Mineira de Viação, áreas de terreno e benfeitorias situadas nos Municípios de Itapeverica e Carmo da Mata, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 41.414 — de 24 de abril de 1957.

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pela Rede Mineira de Viação, área de terreno situada no Município de Patrocínio, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 41.470 — de 7 de maio de 1957.

RÊDE PARANAENSE DE EMISSORAS S. A.

Outorga concessão à Rede Paranaense de Emissoras S. A. para instalar uma estação radiodifusora.

Decreto n.º 41.472 — de 7 de maio de 1957.

Autoriza a Rede Paranaense de Emissoras S. A. a transferir de local sua estação radiodifusora de ondas médias, e dá outras providências.

Decreto n.º 41.418 — de 24 de abril de 1957.

REFINARIA DE PETRÓLEO

— Ver:

Petróleo.

REGULAMENTOS

Aprova o Regulamento do Estado Maior da Polícia Militar do Distrito Federal.

Decreto n.º 41.237 — de 2 de abril de 1957.

— *Aprova o Regulamento para a aplicação do Plano de Recuperação Econômico-Rural da Lavoura Caçueira pela Comissão Executiva a que se refere o Decreto número 40.987, de 20 de fevereiro de 1957.*

Decreto n.º 41.243 — de 3 de abril de 1957.

— *Aprova o Regulamento do Gabinete do Consultor Geral da República.*

Decreto n.º 41.249 — de 5 de abril de 1957.

Retificado no D. O. de 12 de abril de 1957.

— *Altera o Regulamento para o Corpo do Pessoal Subalterno do Corpo de Fuzileiros Navais.*

Decreto n.º 41.251 — de 5 de abril de 1957.

— *Dá nova redação à letra "c" do art. 58 do Decreto n.º 8.389, de 2 de março de 1942, modificado pelo Decreto n.º 27.249, de 28 de setembro de 1949.*

Decreto n.º 41.258 — de 8 de abril de 1957.

— *Dá nova redação à letra "b" do § 1.º e ao § 2.º do art. 54, aos números 2 e 4 da letra "b" do artigo 50 e ao art. 79, e acrescenta um parágrafo ao art. 54, tudo do Regulamento do Colégio Militar.*

Decreto n.º 41.353 — de 23 de abril de 1957.

— *Aprova o Regulamento para o Corpo de Oficiais da Reserva do Exército.*

Decreto n.º 41.475 — de 8 de maio de 1957.

REGULAMENTOS

— *Dá nova redação a dispositivos do Regulamento para as Escolas Preparatórias do Exército.*

Decreto n.º 41.476 — de 8 de maio de 1957.

— *Prorroga o prazo fixado no artigo 189 do Decreto n.º 41.019, de 26 de fevereiro de 1957.*

Decreto n.º 41.501 — de 15 de maio de 1957.

— *Dá nova redação ao art. 102 do R-70 (Regulamento da Academia Militar das Agulhas Negras).*

Decreto n.º 41.539 — de 20 de maio de 1957.

— *Altera o Regulamento da Ordem do Mérito Médico, aprovado pelo Decreto n.º 29.198, de 24 de janeiro de 1951.*

Decreto n.º 41.547 — de 21 de maio de 1957.

— *Aprova o Regulamento para execução da Lei n.º 2.823, de 10 de julho de 1956, e organiza a Comissão Coordenadora da Criação do Cavalo Nacional (CCCCN).*

Decreto n.º 41.561 — de 22 de maio de 1957.

— *Retifica o Regulamento para a Escola de Guerra Naval.*

Decreto n.º 41.574 — de 28 de maio de 1957.

— *Altera o Regulamento para os Distritos Navais.*

Decreto n.º 41.658 — de 6 de junho de 1957.

— *Revoga dispositivos do Regulamento para os Uniformes do Pessoal da Marinha Mercante Nacional.*

Decreto n.º 41.659 — de 6 de junho de 1957.

— *Aprova o Regulamento de Uniformes para os Militares da Aeronáutica (RUMAER).*

Decreto n.º 41.660 — de 7 de junho de 1957.

REGULAMENTOS

— *Aprova o Regulamento da Ajuda-
dância Geral da Polícia Militar do
Distrito Federal.*

Decreto n.º 41.720 — de 25 de ju-
nho de 1957.

— *Altera o Regulamento da Dire-
toria de Aeronáutica Civil.*

Decreto n.º 41.730 — de 28 de ju-
nho de 1957.

REPOUSO SEMANAL

— Ver:
Convenções.

REPRESENTAÇÕES DIPLOMÁTICAS

— Ver:
Ministério das Relações Exteriores.

**REPRESENTAÇÕES, MINERAÇÃO
CIDADE DO AÇO LTDA.**

*Concede a Representações, Minera-
ção Cidade do Aço Ltda. autorização
para funcionar como empresa de
mineração.*

Decreto n.º 41.624 — de 29 de maio
de 1957.

RESERVA DO EXÉRCITO

— Ver:
Ministério da Guerra.

RODOVIAS

*Aprova Normas Especiais para
construção do trecho da BR-2 entre
São Paulo e Curitiba.*

Decreto n.º 41.562 — de 22 de maio
de 1957.

ROYAL EXCHANGE ASSURANCE

*Aprova alterações introduzidas nos
Estatutos, inclusive aumento de capi-
tal de responsabilidade da Royal
Exchange Assurance.*

Decreto n.º 41.266 — de 8 de abril
de 1957.

S

**SALÁRIO (PROTEÇÃO E
IGUALDADE)**

— Ver:
Convenções.

SALÁRIO MÍNIMO

— Ver:
Convenções.

**SANTA CASA DE MISERICÓRDIA
DE BELO HORIZONTE**

*Autoriza a cessão gratuita do ter-
reno que menciona, situado no Muni-
cípio de Jequitibá, no Estado de
Minas Gerais.*

Decreto n.º 41.737 — de 29 de ju-
nho de 1957.

SANTA ELIZA MINERAÇÃO LTDA.

*Concede à Santa Eliza Mineração
Ltda. autorização para funcionar
como empresa de mineração.*

Decreto n.º 41.332 — de 10 de abril
de 1957.

SCHEELITA

*Dá nova redação ao art. 1.º do De-
creto n.º 35.533, de 19 de maio de
1954.*

Decreto n.º 41.607 — de 29 de maio
de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro
Francisco Leônidas de Medeiros a
pesquisar scheelita no município de
São Mamede, Estado da Paraíba.*

Decreto n.º 41.705 — de 24 de ju-
nho de 1957.

SELOS

*Autoriza o Poder Executivo a emi-
tir pelo Ministério da Viação e Obras
Públicas — Departamento dos Cor-
reios e Telégrafos — uma série de
selos postais comemorativos do trans-
curso do centenário da fundação da
cidade de Brusque, Estado de Santa
Catarina.*

Lei n.º 3.175 — de 11 de junho
de 1957.

SERVIÇO DE ALIMENTAÇÃO DA PREVIDENCIA SOCIAL

Autoriza a cessão gratuita do terreno que menciona, situado no Distrito Federal.

Decreto n.º 41.485 — de 9 de maio de 1957.

SERVIÇO DE ASSISTENCIA E SEGURO SOCIAL DOS ECONOMIÁRIOS

Dispõe sobre a organização do Serviço de Assistência e Seguro Social dos Economiários, e dá outras providências.

Decreto n.º 3.149 — de 21 de maio de 1957.

SERVIÇO DE EMPREGO

— Ver:

Convenções.

SERVIÇO NACIONAL RELEVANTE

— Ver:

Militar.

SERVIÇO DE NAVEGAÇÃO DA AMAZONIA E DE ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DO PARÁ

Aprova a Tabela de Mensalistas dos Serviços de Navegação da Amazônia e de Administração do Porto do Pará, e dá outras providências.

Decreto n.º 41.469 — de 7 de maio de 1957.

SISAL

— Ver:

Agave.

SISTEMA LEGAL DE PESOS E MEDIDAS

Torna público o depósito do instrumento de adesão, por parte do Governo da Índia, à Convenção de Metro e Repartição Internacional de Pesos e Medidas.

Decreto n.º 41.272 — de 8 de abril de 1957.

SOBRATA S. A. INDÚSTRIA E COMERCIO

Concede à Sobrata S. A. Indústria e Comércio autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n.º 41.632 — de 29 de maio de 1957.

SOCIEDADE AGRO-INDUSTRIAL ELDORADO LIMITADA

Concede à Sociedade Agro-Industrial Eldorado Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n.º 41.385 — de 24 de abril de 1957.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE ANGIOLOGIA

Declara de utilidade pública a "Sociedade Brasileira de Angiologia" com sede em São Paulo, Estado de São Paulo.

Decreto n.º 41.473 — de 8 de maio de 1957.

SOCIEDADE PESTALOZZI DO BRAZIL

Considera de utilidade pública a Sociedade Pestalozzi do Brasil e autoriza o Governo Federal a desapropriar imóvel para ser doado àquela instituição.

Lei n.º 3.162 — de 1 de junho de 1957.

SOCIEDADE THE RIO DE JANEIRO FLOUR MILLS AND GRANARIES, LIMITED

Concede à Sociedade The Rio de Janeiro Flour Mills And Granaries, Limited autorização para continuar a funcionar na República.

Decreto n.º 41.360 — de 23 de abril de 1957.

SOCIEDADE DE VETERINÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL

Declara de utilidade pública a Sociedade de Veterinária do Rio Grande do Sul, com sede em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto n.º 41.280 — de 9 de abril de 1957.

SOLICITADOR

— Ver:

Ordem dos Advogados do Brasil.

SUBVENÇÕES

Concede subvenções a entidades desportivas.

Decreto n.º 41.577 — de 29 de maio de 1957.

SUN INSURANCE OFFICE LIMITED

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da SUN INSURANCE OFFICE LIMITED.

Decreto n.º 41.588 — de 29 de maio de 1957.

— *Concede a Sun Insurance Office Limited autorização para aumentar o seu capital de responsabilidade.*

Decreto n.º 41.589 — de 29 de maio de 1957.

T

TALCO

Autoriza Indústria e Comércio de Minérios Maria Luiza Ltda., a pesquisar talco, magnésio e associados no município de Franco da Rocha, Estado de São Paulo.

Decreto n.º 41.411 — de 24 de abril de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Pedro a pesquisar talco e associados no município de Franco da Rocha, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 41.625 — de 29 de maio de 1957.

— *Revoga o Decreto n.º 36.889, de 7 de fevereiro de 1955.*

Decreto n.º 41.628 — de 29 de maio de 1957.

TALCOXISTO

Autoriza a Sociedade Brasileira de Terrenos e Loteamentos Ltda. "Sobratelo" a pesquisar talcoxisto e associados no município de Franco da Rocha, Estado de São Paulo.

Decreto n.º 41.304 — de 10 de abril de 1957

TELECOMUNICAÇÕES

— Ver:

Convenções.

TERMAS SANTO ANJO DA GUARDA LIMITADA

Concede à Termas Santo Anjo da Guarda Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n.º 41.399 — de 24 de abril de 1957.

TERRENOS DE MARINHA

— *Autoriza estrangeiros a adquirirem, em transferência de aforamento, o domínio útil do terreno de marinha que menciona, no Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n.º 40.804 — de 23 de janeiro de 1957.

Autoriza estrangeiros a adquirirem, em transferência de aforamento, o domínio útil da fração ideal do terreno de marinha, que menciona, no Distrito Federal.

Decreto n.º 41.219 — de 27 de março de 1957.

Autoriza estrangeiros a adquirirem, em transferência de aforamento, o domínio útil de fração ideal do terreno de marinha que menciona, situado no Distrito Federal.

Decreto n.º 41.220 — de 27 de março de 1957.

— *Autoriza estrangeiros a adquirirem, mediante transferência de aforamento, o domínio útil do terreno acrescido de marinha que menciona, no Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n.º 41.221 — de 27 de março de 1957.

— *Autoriza estrangeiros a adquirirem o domínio útil de fração ideal do terreno de marinha que menciona, no Distrito Federal.*

Decreto n.º 41.223 — de 27 de março de 1957.

TERRENOS DE MARINHA

— *Autoriza estrangeiro a adquirir, em transferência de aforamento, o domínio útil da fração ideal de terreno acrescido de marinha que menciona, situado no Distrito Federal.*

Decreto n.º 41.230 — de 29 de março de 1957.

— *Autoriza estrangeiro a adquirir, em transferência de aforamento, o domínio útil da fração ideal do terreno de marinha que menciona, situado no Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n.º 41.240 — de 3 de abril de 1957.

— *Autoriza estrangeira a adquirir o direito à regularização do aforamento da fração ideal do terreno de marinha que menciona, no Distrito Federal.*

Decreto n.º 41.481 — de 9 de maio de 1957.

— *Autoriza estrangeiro a adquirir, em transferência de aforamento, o domínio útil da fração ideal do terreno de marinha que menciona, situado no Distrito Federal.*

Decreto n.º 41.482 — de 9 de maio de 1957.

Autoriza estrangeiros a adquirirem, em confirmação de aforamento, o domínio útil do terreno de marinha que menciona, no Distrito Federal.

Decreto n.º 41.718 — de 24 de junho de 1957.

— *Autoriza estrangeiros a adquirirem, em transferência de aforamento, o domínio útil do terreno de acrescido de marinha que menciona, no Distrito Federal.*

Decreto n.º 41.647 — de 31 de maio de 1957.

— *Autoriza estrangeiro a adquirir, em transferência de aforamento, o domínio útil do terreno de marinha que menciona, no Distrito Federal.*

Decreto n.º 41.483 — de 9 de maio de 1957.

TERRITÓRIOS FEDERAIS

Dispõe sobre a transformação, em mensalistas, de extranumerários contratados do Governo do Território Federal do Amapá, e dá outras providências.

Decreto n.º 41.355 — de 23 de abril de 1957.

— *Outorga concessão ao Governo do Território Federal do Acre para estabelecer uma estação radiodifusora de ondas tropicais.*

Decreto n.º 41.493 — de 14 de maio de 1957.

TRE HOME INSURANCE COMPANY

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento do capital de responsabilidade da The Home Insurance Company.

Decreto n.º 41.185 — de 20 de março de 1957.

TRABALHO AGRÍCOLA

— Ver:

Convenções.

TRABALHO FORÇADO OU OBRIGATÓRIO

— Ver:

Convenções.

TRABALHO NOTURNO DAS MULHERES

— Ver:

Convenções.

"TRANSMARGA" — TRANSPORTES MARÍTIMOS DE GADO LTDA.

Concede à sociedade "Transmarga" — Transportes Marítimos de Gado Ltda. autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto n.º 41.509 — de 17 de maio de 1957.

TRATADOS

Cria, no Ministério das Relações Exteriores, a Comissão Permanente para a Aplicação do Tratado de Amizade e Consulta entre o Brasil e Portugal (CTAP), e dá outras providências.

Decreto n.º 41.662 — de 11 de junho de 1957.

TRIGO

Altera a redação dos arts. 1.º, 2.º e 4.º do Decreto n.º 30.350, de 29 de dezembro de 1951.

Decreto n.º 41.339 — de 12 de abril de 1957.

— *Institui a Comissão de Organização da Triticultura Nacional, e dá outras providências.*

Decreto n.º 41.490 — de 14 de maio de 1957.

TUNGSTÊNIO

Autoriza Mineração Sulbrasileira Limitada a lavrar tungstênio e associados, no município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina.

Decreto n.º 41.294 — de 10 de abril de 1957.

— *Autoriza Mineração Sulbrasileira Ltda. a pesquisar minério de tungstênio e associados, no Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina.*

Decreto n.º 41.313 — de 10 de abril de 1957.

— *Autoriza Indústria e Comércio de Minérios Maria Luiza Ltda., a pesquisar talco, magnésio e associados no município de Franco da Rocha, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 41.411 — de 24 de abril de 1957.

TURMALINA

Renova o Decreto n.º 37.126, de 1.º de abril de 1955.

Decreto n.º 41.616 — de 29 de maio de 1957.

U

UNIÃO FEDERAL

Declara públicas, de uso comum, do domínio da União, as águas do rio Tigre.

Decreto n.º 41.255 — de 6 de abril de 1957.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio da União e do Estado do Paraná, as águas do rio Tricolor ou Góio Bang.*

Decreto n.º 41.256 — de 6 de abril de 1957.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio da União as águas do rio Carioca - Jequitinhonha, Jequitinhonha e Jequitinhonha, respectivamente nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto n.º 41.375 — de 24 de abril de 1957.

UNIFORMES

— Ver:

Ministério da Aeronáutica.

UNIVERSIDADES

Promulgação de dispositivos vetados pelo Presidente da República e mantidos pelo Congresso Nacional.

Lei n.º 3.093 — de 2 de janeiro de 1957.

— *Inclui funções gratificadas no Quadro Extraordinário de Mensalista — Parte Permanente — da Universidade do Brasil.*

Decreto n.º 41.347 — de 3 de abril de 1957.

— *Altera o Estatuto da Universidade do Brasil.*

Decreto n.º 41.348 — de 13 de abril de 1957.

— *Altera a redação de dispositivos do Estatuto da Universidade do Rio Grande do Sul.*

Decreto n.º 41.465 — de 7 de maio de 1957.

UNIVERSIDADE DO BRASIL

Inclui função gratificada no Quadro Extraordinário da Universidade do Brasil.

Decreto n.º 41.560 — de 22 de maio de 1957.

URANIO

Autoriza o cidadão brasileiro Januário Guassuna Saldanha a pesquisar urânio e associados, no município de Catolé do Rocha, Estado da Paraíba.

Decreto n.º 41.409 — de 24 de abril de 1957.

USINA HIDROELÉTRICA DE TRÊS MARIAS

Declara de utilidade pública o terreno necessário às instalações de exploração de areia para a construção da Barragem de Três Marias.

Decreto n.º 41.238 — de 2 de abril de 1957.

V**VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DA AMAZÔNIA**

— Ver:

Amazônia.

VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DA AMAZÔNIA

— Ver:

— Amazônia

VENCIMENTOS

— Ver:

Militar.

VIAÇÃO FÉRREA DO RIO GRANDE DO SUL

Aprova novo orçamento relativo aos serviços de instalação de aparelhos seletivos entre Passo Fundo e Giruá, na Viação Férrea do Rio Grande do Sul.

Decreto n.º 41.581 — de 29 de maio de 1957.

VICE-CONSULADO

— Ver:

Ministério das Relações Exteriores.

VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Autoriza o Vice-Presidente da República a ausentar-se do território nacional.

Decreto Legislativo n.º 10, de 1957.

VOLFRAMIO

Autoriza o cidadão brasileiro Domingos Serafini a pesquisar minérios de cobre e de volfrâmio, no município de Bonito, Estado de Mato Grosso.

Decreto n.º 41.711 — de 24 de junho de 1957.

X**XISTO**

Renova o Decreto n.º 37.126, de 1.º de abril de 1955.

Decreto n.º 41.616 — de 29 de maio de 1957.



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

COLEÇÃO DAS LEIS

DE 1957 — VOLUME V

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

LEIS DE JULHO A SETEMBRO

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL
RIO DE JANEIRO — BRASIL — 1957

CÂMARA DOS DEPUTADOS

BIBLIOTECA

COMPRA CR\$ 200,00

Imp. Nacional

14-11-57 57/1524

ÍNDICE

DOS

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

	Págs.		Págs.
19 — Decreto Legislativo de 1957 — Mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória do registro ao contrato celebrado entre o Centro de Instrução de Oficiais para a Reserva da Marinha e a firma S.A. Técnica Murray. Publicado no D. O. de 12 de julho de 1957	3	Energia Atômica. Publicado no D.O. de 25 de julho de 1957	
20 — Decreto Legislativo de 1957 — Aprova o contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e Justino Francisco da Silva, Prefeito Municipal de Poconé. Publicado no D. O. de 18 de julho de 1957	3	25 — Decreto Legislativo de 1957 — Determina o registro do termo de contrato celebrado entre o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio — Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho — e a IBM World Trade Corporation. Publicado no D. O. de 13 de agosto de 1957	18
21 — Decreto legislativo de 1957 — Aprova o termo aditivo ao ajuste celebrado entre o Estado Maior do Exército e Vítor José Lima. Publicado no D. O. de 25 de julho de 1957	4	26 — Decreto Legislativo de 1957 — Determina o registro do termo aditivo ao contrato celebrado entre o Governo da República dos Estados Unidos do Brasil e José Roque. Publicado no D. O. de 29 de agosto de 1957.....	19
22 — Decreto Legislativo de 1957 — Aprova o termo aditivo ao contrato celebrado entre o Ministério da Marinha e Giovanni Robba. Publicado no D. O. de 25 de julho de 1957	4	27 — Decreto Legislativo de 1957 — Aprova o Tratado Geral de Comércio e Investimentos, o Convênio de Comércio Fronteiriço e o Protocolo Adicional sobre Direitos de Importação firmados entre o Brasil e o Paraguai. Publicado no D. O. de 31 de agosto de 1957	19
23 — Decreto Legislativo de 1957 — Aprova os convênios firmados pelo Brasil e pela República do Paraguai a 20 de janeiro de 1956. Publicado no D. O. de 25 de julho de 1957	4	28 — Decreto Legislativo de 1957 — Aprova a decisão do Tribunal de Contas, denegatória de registro do contrato celebrado entre o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas e a Imobiliária José Gentil, S.A. Publicado no D. O. de 17 de setembro de 1957	19
24 — Decreto Legislativo de 1957 — Aprova o Estatuto da Agência Internacional da			

	Págs.		Págs.
29 — Decreto Legislativo de 1957 — Determina o registro do termo de contrato de locação celebrado entre o Serviço do Patrimônio da União e a Companhia Cerâmica Brasileira. Publicado no D. O. de 14 de setembro de 1957	20	3.194 — Lei de 4 de julho de 1957 — Altera o disposto no parágrafo único do art. 1.º do Decreto-lei n.º 8.104, de 18 de outubro de 1945, que doa à Fundação Brasil Central patentes de invenção, marcas de fábricas, modelos de utilidade, desenhos ou modelos industriais e de comércio, títulos de estabelecimentos, insígnias e frases de propaganda incorporadas ao Patrimônio Nacional e dá outras providências. Publicada no D. O. de 6 de julho de 1957	26
3.188 — Lei de 2 de julho de 1957 — Cria o Museu Nacional de Imigração e Colonização na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, e dá outras providências. Publicado no D. O. de 2 de julho de 1957	20	3.195 — Lei de 4 de julho de 1957 — Concede isenção de direitos de importação, de consumo e de taxas aduaneiras, inclusive a de previdência social, para o material hospitalar importado pelo Instituto das Pequenas Missionárias de Maria Imaculada, destinado ao Sanatório Marques Lisboa, situado no Morro das Pedras, na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais. Publicada no D. O. de 6 de julho de 1957. Retificada no D. O. de 10 de julho de 1957	26
3.189 — Lei de 2 de julho de 1957 — Permite a admissão de pessoas jurídicas nas Cooperativas de Transportes de Passageiros e de Cargas. Publicada no D. O. de 2 de julho de 1957	20	3.196 — Lei de 6 de julho de 1957 — Autoriza o Poder Executivo a encampar e incorporar ao patrimônio da Estrada de Ferro Leopoldina a Estrada de Ferro Itapemirim, de propriedade do Estado do Espírito Santo. Publicada no D. O. de 8 de julho de 1957	26
3.190 — Lei de 2 de julho de 1957 — Concede isenção de direitos de importação, imposto de consumo e taxas aduaneiras para um busto do falecido Presidente Getúlio Vargas, a ser erigido em praça pública no município de Santa Vitória do Palmar, no Estado do Rio Grande do Sul. Publicada no D. O. de 2 de julho de 1957	21	3.197 — Lei de 6 de julho de 1957 — Concede isenção de todos os impostos e taxas para o material doado à Missão Presbiteriana do Norte do Brasil. Publicada no D. O. de 8 de julho de 1957. Retificada no D. O. de 23 de julho de 1957	27
3.191 — Lei de 2 de julho de 1957 — Cria a Universidade do Pará e dá outras providências. Publicada no D. O. de 2 de julho de 1957	21	3.198 — Lei de 6 de julho de 1957 — Denomina Instituto Nacional de Educação de Surdos o atual Instituto Nacional de Surdos-Mudos. Publicada no D. O. de 8 de julho de 1957	27
3.192 — Lei de 4 de julho de 1957 — Modifica disposições da Lei n.º 818, de 18 de setembro de 1949, que regula a aquisição, a perda e a requisição da nacionalidade e a perda dos direitos políticos. Publicada no D. O. de 6 de julho de 1957	23	3.199 — Lei de 8 de julho de 1957 — Concede a Maria de Figueiredo da Costa a pensão	
3.193 — Lei de 4 de julho de 1957 — Dispõe sobre a aplicação do art. 31, V, letra b, da Constituição Federal, que isenta de imposto templos de qualquer culto, bens e serviços de partidos políticos, instituições de educação e de assistência social. Publicada no D. O. de 6 de julho de 1957	25		

	Págs.		Págs.
especial de Cr\$ 3.000,00 mensais. Publicada no D. O. de 10 de julho de 1957	28	3.206 — Lei de 18 de julho de 1957 — Concede a pensão especial de Cr\$ 3.000,00 mensais a Sofia Berenice da Silva Masson, viúva de Alvaro Sawayá Masson. Publicada no D. O. de 18 de julho de 1957	30
3.200 — Lei de 8 de julho de 1957 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 1.680.000,00, destinado ao pagamento de aluguéis devidos ao Clube de Engenharia. Publicada no D. O. de 10 de julho de 1957	28	3.207 — Lei de 18 de julho de 1957 — Regulamenta as atividades dos empregados vendedores, viajantes ou praticistas. Publicada no D. O. de 22 de julho de 1957	31
3.201 — Lei de 8 de julho de 1957 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 250.000,00, destinado a recompensar os trabalhos realizados por Oscar Salvador Cordeiro, no Lobato, Estado da Bahia. Publicada no D. O. de 10 de julho de 1957	28	3.208 — Lei de 19 de julho de 1957 — Concede o auxílio de Cr\$ 2.000.000,00 à Prefeitura Municipal de São João de Muqui, no Estado do Espírito Santo, para reparação de danos causados por enchentes. Publicada no D. O. de 22 de julho de 1957	32
3.202 — Lei de 10 de julho de 1957 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00 para atender às despesas com a realização da V Conferência Rural Brasileira. Publicada no D. O. de 13 de julho de 1957	28	3.209 — Lei de 19 de julho de 1957 — Concede isenção de direitos de importação, imposto de consumo, taxas aduaneiras e a de previdência social para mercadorias doadas ao Instituto Nacional de Imigração e Colonização. Publicada no D. O. de 22 de julho de 1957	32
3.203 — Lei de 10 de julho de 1957 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 193.906,30, destinado a atender às despesas com ereção de um Panteão em Maceló, Estado de Alagoas. Publicada no D. O. de 13 de julho de 1957	29	3.210 — Lei de 19 de julho de 1957 — Reconhece como de utilidade pública a Sociedade Corpo de Bombeiros Voluntários de Joinville, no Estado de Santa Catarina. Publicada no D. O. de 22 de julho de 1957	32
3.204 — Lei de 10 de julho de 1957 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 40.790,00, para pagamento de indenização ao capitão intendente do Exército Auterliz Brito Mendes. Publicada no D. O. de 13 de julho de 1957	29	3.211 — Lei de 19 de julho de 1957 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — Tribunal Regional Eleitoral de Goiás — o crédito especial de Cr\$ 138.912,60 para ocorrer ao pagamento de gratificações adicionais, por tempo de serviço, aos servidores do Quadro de Pessoal da Secretaria do mesmo Tribunal. Publicada no D. O. de 22 de julho de 1957. Retificada no D. O. de 29 de julho de 1957	33
3.205 — Lei de 15 de julho de 1957 — Altera o art. 1.º da Lei n.º 403, de 24 de setembro de 1948, que reestrutura os cargos de tesoureiro e ajudante de tesoureiro do Serviço Público Federal. Publicada no D. O. de 16 de julho de 1957	29	3.212 — Lei de 19 de julho de 1957 — Denomina Penitenciária Lemos Brito a atual Penitenciária Central do Distrito Federal. Publicada no D. O. de 22 de julho de 1957	33

	Págs.	Págs.
3.213 — Lei de 19 de julho de 1957 — Concede isenção de direitos de importação para as mercadorias doadas pela Church World Services (C. W. S.) dos Estados Unidos da América do Norte à Confederação Evangélica do Brasil. Publicada no D. O. de 22 de julho de 1957. Retificada no D. O. de 29 de julho de 1957	33	da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 150.000.000,00 para aquisição de materiais atômicos. Publicada no D. O. de 23 de julho de 1957
3.214 — Lei de 19 de julho de 1957 — Cria cargos no quadro do pessoal da Justiça do Trabalho da 6. ^a Região e dá outras providências. Publicada no D. O. de 23 de julho de 1957	34	3.220 — Lei de 19 de julho de 1957 — Dispõe sobre o pagamento das prestações de benefícios, em caso de falecimento de segurado ou seu beneficiário, pelos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões. Publicada no D. O. de 23 de julho de 1957
3.215 — Lei de 19 de julho de 1957 — Cria a Escola Agrícola de Passo Fundo e a Escola de Iniciação Agrícola de Frederico Westphalen, no Estado do Rio Grande do Sul, e dá outras providências. Publicada no D. O. de 23 de julho de 1957	35	3.221 — Lei de 19 de julho de 1957 — Corrige designação de dotação da Lei Orcamentária da União para o exercício financeiro de 1953. Publicada no D. O. de 23 de julho de 1957
3.216 — Lei de 19 de julho de 1957 — Autoriza o Poder Executivo a doar o terreno situado no pátio da Estação, à esquerda da linha férrea, à Prefeitura Municipal de Pouso Alegre, no Estado de Minas Gerais. Publicada no D. O. de 23 de julho de 1957	35	3.222 — Lei de 21 de julho de 1957 — Extingue o Quadro Auxiliar de Administração do Exército e o de Topógrafos do Serviço Geográfico do Exército; dispõe sobre a formação do Quadro de Oficiais de Administração e do Quadro de Oficiais Especialistas, e dá outras providências. Publicada no D. O. de 22 de julho de 1957
3.217 — Lei de 19 de julho de 1957 — Acrescenta um parágrafo ao art. 4. ^o , da Lei número 2.189, de 3 de março de 1954, que reorganiza os cursos do Departamento Nacional da Criança (C. D. N. Cr.), e dá outras providências. Publicada no D. O. de 23 de julho de 1957	36	3.223 — Lei de 24 de julho de 1957 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial até Cr\$ 15.000.000,00 para socorro às vítimas do ciclone ocorrido no Município de Passa Quatro, no Estado de Minas Gerais. Publicado no D. O. de 25 de julho de 1957
3.218 — Lei de 19 de julho de 1957 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 13.000.000,00, para atender às despesas decorrentes da visita ao Brasil do Presidente da República Portuguesa. Publicada no D. O. de 23 de julho de 1957	36	3.224 — Lei de 24 de julho de 1957 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, os créditos especiais de Cr\$ 4.000.000,00 e Cr\$ 2.000.000,00 para auxiliar a realização das Exposições Industriais e Viti-vinícolas de Jundiá e São Roque, no Estado de São Paulo. Publicada no D. O. de 25 de julho de 1957
3.219 — Lei de 19 de julho de 1957 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério		3.225 — Lei de 24 de julho de 1957 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 100.000.000,00 para

	Págs.		Págs.
financiar operações da Carteira Hipotecária e Imobiliária do Clube Militar. Publicada no D.O. de 25 de julho de 1957	43	emitido por conta da verba de obras, e dá outras providências. Publicada no D. O. de 1 de agosto de 1957. Retificada no D. O. de 7 de agosto de 1957	47
3.226 — Lei de 27 de julho de 1957 — Dispõe sobre a constituição da Usina Termelétrica, de Figueira, S. A. (UTELFA), em Curitiba, Estado do Paraná. Publicada no D. O. de 29 de julho de 1957	43	3.233 — Lei de 29 de julho de 1957 — Concede a pensão especial de Cr\$ 3.000,00 mensais a Rosália Maria de Almeida da Conceição, viúva de Vital da Conceição, ex-servidor federal. Publicada no D. O. de 1 de agosto de 1957	47
3.227 — Lei de 27 de julho de 1957 — Prorroga, até 15 de agosto de 1957, a vigência do regime de licença a que está subordinado o intercâmbio comercial com o exterior. Publicada no D. O. de 29 de julho de 1957	45	3.234 — Lei de 29 de julho de 1957 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 3.600.000,00, destinado ao pagamento de professores civis dos Colégios Militares. Publicada no D. O. de 1 de agosto de 1957	48
3.228 — Lei de 28 de julho de 1957 — Cria no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais, uma Estação de Enologia. Publicada no D. O. de 1 de agosto de 1957	45	3.235 — Lei de 29 de julho de 1957 — Determina computar, para efeitos de disponibilidade e aposentadoria, o tempo de serviço prestado por servidores do Ministério da Marinha à Cia. Mecânica e Importadora de São Paulo, S.A. Publicada no D. O. de 1 de agosto de 1957	48
3.229 — Lei de 29 de julho de 1957 — Altera, sem ônus, a Lei n.º 2.996, de 10 de dezembro de 1956, que estima a Receita e fixa Despesa da União para o exercício de 1957. Publicada no D. O. de 30 de julho de 1957. Retificada no D. O. de 10 de agosto de 1957	46	3.236 — Lei de 1 de agosto de 1957 — Concede isenção de direitos alfandegários, imposto de consumo e mais taxas para, uma estátua de bronze representando São Francisco, duas imagens de madeira e alfaias religiosas doadas pelo Prefeito de Milão e pela Sociedade Mossionária de Milão, na Itália, ao Santuário de São Francisco, na cidade de Juazeiro do Norte, no Estado do Ceará. Publicada no D. O. de 3 de agosto de 1957	48
3.230 — Lei de 29 de julho de 1957 — Dispõe sobre o pagamento de contribuições aos Institutos e Caixas de Aposentadoria por parte dos portadores do mal de Hansen. Publicada no D. O. de 30 de julho de 1957	46	3.237 — Lei de 1 de agosto de 1957 — Concede a pensão especial de Cr\$ 2.000,00 mensais a Alexandrina Almeida Antunes, filha da funcionária dos Correios e Telégrafos, já falecida, Maria Arcelina de Almeida. Publicada no D. O. de 3 de agosto de 1957	49
3.231 — Lei de 29 de julho de 1957 — Concede auxílio de Cr\$ 400.000,00 à Associação das Enfermeiras Obstetras do Brasil, para custear as despesas com o comparecimento da delegação brasileira ao XI Congresso Internacional de Partejas, em Estocolmo, Suécia. Publicada no D. O. de 1 de agosto de 1957	47	3.238 — Lei de 1 de agosto de 1957 — Altera disposições da Lei de Introdução ao Código Civil. Publicada no D. O. de 3 de agosto de 1957	49
3.232 — Lei de 29 de julho de 1957 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 4.680.000,00, para ocorrer a despesas com o pagamento devido ao pessoal ad-			

	Págs.		Págs.
3.239 — Lei de 5 de agosto de 1957 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 300.000,00 para auxiliar a realização do I Congresso de Odontopediatria. Publicada no D. O. de 7 de agosto de 1957	50	de 19 de agosto de 1957. Retificada no D. O. de 22 de agosto de 1957	347
3.240 — Lei de 5 de agosto de 1957 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, os créditos especiais de Cr\$ 10.000.000,00 e Cr\$ 2.000.000,00, para auxiliar as obras do Centro Maternal da Santa Casa de Misericórdia de Maceió, no Estado de Alagoas, e da Santa Casa de Campos, no Estado do Rio de Janeiro. Publicada no D. O. de 7 de agosto de 1957	50	3.246 — Lei de 19 de agosto de 1957 — Retifica, sem ônus, a Lei n.º 2.368, de 9 de dezembro de 1954, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1955. Publicada no D. O. de 19 de agosto de 1957. Retificada no D. O. de 22 de agosto de 1957	348
3.241 — Lei de 5 de agosto de 1957 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Poder Judiciário — Tribunal Regional do Trabalho, 1.ª Região — o crédito especial de Cr\$ 33.154,10, para atender ao pagamento de gratificações por prestação de serviços extraordinários. Publicada no D. O. de 7 de agosto de 1957. Retificada no D. O. de 10 de agosto de 1957	51	3.247 — Lei de 20 de agosto de 1957 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 612.000,00 para atender às despesas de gratificação ao pessoal da Comissão Técnica de Rádio. Publicada no D. O. de 20 de agosto de 1957	348
3.242 — Lei de 13 de agosto de 1957 — Reorganiza as Secretarias do Ministério Público da União junto à Justiça do Trabalho, cria o respectivo Quadro do Pessoal e dá outras providências. Publicada no D. O. de 13 de agosto de 1957	51	3.248 — Lei de 20 de agosto de 1950 — Abre ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Tribunal Regional do Trabalho da 7.ª Região — o crédito especial de Cr\$ 21.522,40, para atender ao pagamento de diferença de vencimentos a Juizes daquele Tribunal e das Juntas de Conciliação e Julgamento de Fortaleza, São Luís e Teresina, no exercício de 1955. Publicada no D. O. de 22 de agosto de 1957	349
3.243 — Lei de 13 de agosto de 1957 — Institui o Fundo de Assistência à Maternidade e dá outras providências. Publicada no D. O. de 14 de agosto de 1957	53	3.249 — Lei de 22 de agosto de 1957 — Retifica, sem ônus, a Lei n.º 2.135, de 1953, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1954. Publicada no D. O. de 23 de agosto de 1957	349
3.244 — Lei de 14 de agosto de 1957 — Dispõe sobre a Reforma da Tarifa das Alfândegas, e dá outras providências. Publicada no D. O. de 14 de agosto de 1957	54	3.250 — Lei de 22 de agosto de 1957 — Altera dispositivos da Lei n.º 1.295, de 27 de dezembro de 1950, que estabelece normas para o registro de diplomas expedidos pelos estabelecimentos de ensino. Publicada no D. O. de 23 de agosto de 1957	350
3.245 — Lei de 19 de agosto de 1957 — Altera disposições do Decreto-lei n.º 7.036, de 10 de novembro de 1944 (Reforma da Lei de Acidentes do Trabalho). Publicada no D. O.		3.251 — Lei de 26 de agosto de 1957 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 2.500.000,00 como auxílio à União dos Escoteiros do Brasil pela reali-	

	Fágs.		Fágs.
zação do Ajuri Nacional Escoteiro e da IV Conferência Escoteira Interamericana e para participação dos Escoteiros Brasileiros no IX Jamboree Mundial de Escoteiros. Publicada no D. O. de 27 de agosto de 1957	351	Sociedade por ações Petróleo Brasileiro Sociedade Anônima, e das outras providências). Publicada no D. O. de 5 de setembro de 1957	368
3.252 — Lei de 27 de agosto de 1957 — Regulamenta o exercício da profissão de Assistente Social. Publicada no D. O. de 28 de agosto de 1957	351	3.258 — Lei de 5 de setembro de 1957 — Concede isenção de direitos de importação, taxas aduaneiras e de imposto de consumo para a maquinaria e mais equipamentos destinados à instalação da Usina Termelétrica de Força e Luz do Pará, S.A. Publicada no D. O. de 10 de setembro de 1957 ..	368
3.253 — Lei de 27 de agosto de 1957 — Cria cédulas de crédito rural, e dá outras providências. Publicada no D. O. de 28 de agosto de 1957	352	3.259 — Lei de 6 de setembro de 1957 — Concede isenção de direitos aduaneiros de importação para a penicilina injetável, importada até 31 de dezembro de 1957. Publicada no D. O. de 10 de setembro de 1957	369
3.254 — Lei de 2 de setembro de 1957 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 17.242.933,60, destinado a atender ao pagamento de salários e à indenização devidos aos antigos servidores transferidos da Southern Brazil Lumber and Colonization Company para aquele Ministério. Publicada no D. O. de 5 de setembro de 1957	367	3.260 — Lei de 11 de setembro de 1957 — Autoriza o Poder Executivo a mandar estudar, projetar, orçar e construir as obras de melhoramento e equipar os portos de Itacoatiara, no Rio Amazonas, e São Paulo de Olivença e Fonte Boa, no Rio Solimões, no Estado do Amazonas. Publicada no D.O. de 12 de setembro de 1957 ..	369
3.255 — Lei de 2 de setembro de 1957 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 500.000,00 para auxiliar a realização do I Congresso de Jornalistas Sul Rio-Grandenses. Publicada no D. O. de 5 de setembro de 1957	367	3.261 — Lei de 11 de setembro de 1957 — Abre o crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00 à Liga Brasileira Contra a Epilepsia. Publicada no D. O. de 12 de setembro de 1957 ..	369
3.256 — Lei de 2 de setembro de 1957 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de		3.262 — Lei de 16 de setembro de 1957 — Dispensa do recolhimento dos Depósitos Compulsórios, Depósitos de Garantia e Certificado de Equipamento, os contribuintes que tenham processos de lançamento pendentes de decisão. Publicada no D. O. de 17 de setembro de 1957	369
Cr\$ 20.437,10, para atender ao pagamento de indenização devida aos herdeiros de José Silvino Soares, ex-servidor da Estrada de Ferro Teresa Cristina. Publicada no D. O. de 5 de setembro de 1957	367	3.263 — Lei de 17 de setembro de 1957 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 1.367.198,00, destinado a regularizar as despesas com a participação do Brasil na XI Reunião das Altas Partes Contratantes do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio, em Genebra, Suíça.	
3.257 — Lei de 2 de setembro de 1957 — Modifica o art. 27 e seus parágrafos da Lei número 2.004, de 3 de outubro de 1953 (dispõe sobre a política nacional do petróleo e define as atribuições do Conselho Nacional do Petróleo, institui a			

	Págs.		Págs.
Publicada no D. O. de 19 de setembro de 1957	370	vidências. Publicada no D. O. de 30 de setembro de 1957 ..	372
3.264 — Lei de 19 de setembro de 1957 — Retifica, sem ônus, a Lei n.º 3.032, de 19 de dezembro de 1956, que autoriza a abertura de créditos especiais a diversos órgãos do Poder Executivo. Publicada no D. O. de 21 de setembro de 1957 ..	370	3.268 — Lei de 30 de setembro de 1957 — Dispõe sobre os Conselhos de Medicina e dá outras providências. Publicada no D. O. de 1 de outubro de 1957	372
3.265 — Lei de 22 de setembro de 1957 — Modifica disposições da Consolidação das Leis do Trabalho. Publicada no D. O. de 24 de setembro de 1957	371	3.269 — Lei de 30 de setembro de 1957 — Retifica a Lei número 2.996, de 10 de dezembro de 1956, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício de 1957. Publicada no D. O. de 1 de outubro de 1957	377
32.266 — Lei de 25 de setembro de 1957 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Espírito Santo — o crédito especial de Cr\$ 175.000,00 para atender ao pagamento de gratificação adicional por tempo de serviço aos servidores da Secretaria daquele Tribunal, no exercício de 1956. Publicada no D. O. de 30 de setembro de 1957 ..	371	3.270 — Lei de 30 de setembro de 1957 — Fixa em seis (6) o número de horas de trabalho diário dos cabineiros de elevador e dá outras providências. Ainda não foi publicada no <i>Diário Oficial</i>	383
3.287 — Lei de 25 de setembro de 1957 — Estende os benefícios da Lei n.º 1.782, de 24 de dezembro de 1952, aos subtenentes e sargentos que, nessas graduações, participaram da campanha da Itália com a F.E.B. e se encontram habilitados com o curso de comandante de pelotão, seção ou equivalente, e dá outras pro-		3.271 — Lei de 20 de setembro de 1957 — Federaliza a Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, e dá outras providências. Publicada no D. O. de 1 de outubro de 1957. Reproduzida no D. O. de 2 de outubro de 1957	388
		3.273 — Lei de 30 de setembro de 1957 — Altera o art. 9.º da Lei n.º 970, de 16 de dezembro de 1949, que dispõe sobre as atribuições, organização e funcionamento do Conselho Nacional de Economia. Ainda não foi publicada no <i>Diário Oficial</i>	384

ÍNDICE DO APENSO

	Págs.		Págs.
24 — Decreto Legislativo de 1956 — Aprova as Convenções do Trabalho de ns. 11 — 12 — 14 — 19 — 26 — 29 — 81 — 88 — 89 — 95 — 96 — 100 e 101, concluídas em sessões da Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho. Reproduzida no D. O. de 19 de julho de 1957	387	Armamento, em Fotografia, em Meteorologia, em Controle de Tráfego Aéreo, em Suprimento Técnico de Infantaria ou Guarda e de Administração do Corpo de Oficiais da Aeronáutica, e dá outras providências. Retificada no D. O. de 7 de agosto de 1957	431
2.999 — Lei de 11 de dezembro de 1956 — Fixa os efetivos dos Quadros de Oficiais Aviadores, Intendentes, Médicos, Farmacêuticos, Especialistas em Aviação, em Comunicações, em		3.173 — Lei de 6 de junho de 1957 — Cria uma zona franca na cidade de Manaus, capital do Estado do Amazonas, e dá outras providências. Publicada no D. O. Seção I de 12 de junho de 1957	431

Figuram neste volume os decretos legislativos e as leis que, expedidos no terceiro trimestre de 1957, foram publicados no «Diário Oficial» até o segundo dia útil do trimestre seguinte.

As datas de publicação, retificação ou reprodução estão indicadas no índice.

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

DECRETO LEGISLATIVO N.º 19, DE 1957

Mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória do registro ao contrato celebrado entre o Centro de Instrução de Oficiais para a Reserva da Marinha e a firma S. A. Técnica Murray.

Art. 1.º É mantida a decisão por que o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 28 de dezembro de 1955, denegou registro ao contrato celebrado a 10 do mesmo mês e ano, entre o Ministério da Marinha e a firma S. A. Técnica Murray para fornecimento de máquina impressora.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 11 de julho de 1957.

APOLÔNIO SALLES,

Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

DECRETO LEGISLATIVO N.º 20, DE 1957

Aprova o contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e Justino Francisco da Silva, Prefeito Municipal de Poconé.

Art. 1.º É aprovado o contrato celebrado a 28 de novembro de 1953, entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e Justino Francisco da Silva, Prefeito Municipal de Poconé, Estado de Mato Grosso, para construção de um prédio destinado à Agência Postal Telegráfica daquela Cidade.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 17 de Julho de 1957.

APOLÔNIO SALLES,

Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

**DECRETO LEGISLATIVO N.º 21,
DE 1957**

Aprova o termo aditivo ao ajuste celebrado entre o Estado Maior do Exército e Vitor Jose Lima.

Art. 1.º E' aprovado o termo de 10 de novembro de 1955, aditivo ao ajuste celebrado a 18 de janeiro de 1954, entre o Estado Maior do Exército e Vitor Jose Lima para desempenhar, naquele órgão, a função de tradutor de inglês e ao qual o Tribunal de Contas denegara registro em sessão realizada a 30 de dezembro de 1955.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 24 de julho de 1957. — *João Goulart*, Presidente do Senado Federal.

**DECRETO LEGISLATIVO N.º 22,
DE 1957**

Aprova o termo aditivo ao contrato celebrado entre o Ministério da Marinha e Giovanni Robba

Art. 1.º E' aprovado o termo de 5 de maio de 1955, aditivo ao contrato celebrado a 12 de julho de 1954, entre o Ministério da Marinha e Giovanni Robba, para desempenhar, na Diretoria de Hidrografia e Navegação, daquele Ministério, a função de técnico em óptica e instrumentos de precisão, termo ao qual o Tribunal de Contas denegara registro em sessão realizada a 3 de junho de 1955.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 24 de julho de 1957. — *João Goulart*, Presidente do Senado Federal.

**DECRETO LEGISLATIVO N.º 23,
DE 1957**

Aprova os Convênios firmados pelo Brasil e pela República do Paraguai a 20 de janeiro de 1956.

Art. 1.º São aprovados os Convênios firmados pelo Brasil e pela República do Paraguai, a 20 de janeiro de 1956, para o estabelecimento de um entreposto de depósito franco em

Paranaguá e outro em Concepcion, para mercadorias exportadas ou importadas, respectivamente, pelo Paraguai e pelo Brasil.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 24 de julho de 1957. *João Goulart*, Presidente do Senado Federal.

CONVÊNIO ENTRE A REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL E A REPÚBLICA DO PARAGUAI PARA O ESTABELECIMENTO, EM PARANAGUA, DE UM ENTREPOSTO DE DEPÓSITO FRANCO PARA AS MERCADORIAS EXPORTADAS OU IMPORTADAS PELO PARAGUAI.

Os Governos da República dos Estados Unidos do Brasil e da República do Paraguai, desejando estreitar os laços de amizade e boa vizinhança que unem os dois povos e animados do propósito de levar a efeito os princípios estabelecidos na Resolução sobre zonas francas, aprovada na Conferência Regional dos Países do Prata, em seis de fevereiro de mil novecentos e quarenta e um, resolveram celebrar o presente Convênio e, com esse objetivo, nomearam seus Plenipotenciários, a saber:

O Vice-Presidente do Senado Federal no exercício do cargo de Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil:

Ao Embaixador José Carlos de Macedo Soares, Ministro de Estado das Relações Exteriores; e

O Presidente da República do Paraguai:

Ao Senhor Doutor Raul Sapena Pastor, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Paraguai acreditado junto ao Governo da República dos Estados Unidos do Brasil.

Os quais, depois de haverem trocado os seus Plenos Poderes, achados em boa e devida forma, convieram no seguinte:

Artigo I

O Governo dos Estados Unidos do Brasil compromete-se a conceder no porto de Paranaguá, para recebimento, armazenagem e distribuição das mercadorias de procedência e de origem paraguaia, bem como para o recebimento, armazenagem e expe-

dição das mercadorias destinadas ao Paraguai, um entreposto de depósito franco, dentro do qual, para os efeitos aduaneiros, serão tais mercadorias consideradas em regime livre.

Artigo II

O Governo da República do Paraguai instalará o entreposto, comprometendo-se a dotá-lo da capacidade indispensável à quantidade das mercadorias que ali tenham de ser depositadas, satisfeitas as exigências da legislação brasileira. A fiscalização do entreposto ficará a cargo das autoridades alfandegárias brasileiras.

Artigo III

O Governo da República do Paraguai poderá manter no entreposto um ou mais delegados seus, os quais representarão os proprietários das mercadorias ali recebidas, em suas relações com as autoridades alfandegárias brasileiras, com a Administração do Porto de Paranaguá, os transportadores em geral e com o comércio brasileiro, para a subdivisão reacondicionamento, venda ou embarque das mercadorias procedentes e originárias do Paraguai, ou para o recebimento das de importação e sua expedição para a República do Paraguai, inclusive as adquiridas no Brasil.

Artigo IV

O Governo dos Estados Unidos do Brasil regulamentará, no mais breve prazo possível a utilização do entreposto de depósito franco e o transporte, através do território brasileiro, das mercadorias procedentes e originárias do Brasil e do exterior, que se destinem à República do Paraguai, bem como das mercadorias procedentes e originárias da República do Paraguai que se destinem ao Brasil e ao exterior, de modo a serem resguardadas as necessárias cautelas fiscais e atendidas as disposições legais vigentes que regulam o intercâmbio comercial com o exterior.

Artigo V

O presente Convênio será ratificado depois de preenchidas as formalidades constitucionais vigentes em cada uma das Partes Contratantes e entrará em vigor sessenta dias após a troca

dos instrumentos de ratificação, a efetuar-se na cidade de Assunção, no mais breve prazo possível.

Cada uma das Partes Contratantes poderá denunciá-lo em qualquer momento, mas seus efeitos só cessarão um ano após a denúncia.

Em testemunho do que os Plenipotenciários acima nomeados firmam o presente Convênio, em dois exemplares cada um nas línguas portuguesa e espanhola, apondo em ambos os seus selos.

Feito na Cidade do Rio de Janeiro, aos vinte dias do mês de janeiro do ano de mil novecentos e cinquenta e seis. — José Carlos de Macedo Soares.
— Raul Sapena Pastor.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 24, DE 1957

Aprova o Estatuto da Agência Internacional de Energia Atômica.

Art. 1.º É aprovado o Estatuto da Agência Internacional de Energia Atômica, elaborado pela Conferência Internacional de Nova York, e firmado pelo Brasil a 26 de outubro de 1956.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 24 de julho de 1957. — João Goulart, Presidente do Senado Federal.

ESTATUTO DA AGÊNCIA INTERNACIONAL DE ENERGIA ATÔMICA

Artigo I

Instituição da Agência

As Partes ao presente Estatuto instituem uma Agência Internacional de Energia Atômica, doravante designada como "a Agência", em conformidade com as disposições e condições estabelecidas a seguir.

Artigo II

Objetivos

A Agência procurará acelerar e aumentar a contribuição da energia atômica para a paz, a saúde e a prosperidade no mundo inteiro e se assegurará, na medida de suas pos-

sibilidades, que a assistência prestada por ela própria, a seu pedido ou sob sua direção ou controle, não seja utilizada de maneira a contribuir para fins militares.

Artigo III

Funções

A. A Agência está autorizada a:

1. Fomentar e facilitar, no mundo inteiro, o desenvolvimento e a aplicação prática da energia atômica para fins pacíficos, assim como as pesquisas nesse campo; *atuar como intermediário*, quando para tal solicitada, a fim de conseguir que um de seus membros preste serviços ou forneça materiais, equipamento ou instalações a outro membro; e realizar qualquer operação ou prestar qualquer serviço que seja de utilidade para o desenvolvimento ou a aplicação prática da energia atômica para fins pacíficos ou para as pesquisas nesse campo;

2. Prover, em conformidade com o presente Estatuto, os materiais, serviços, equipamento e instalações necessários ao desenvolvimento e à aplicação prática da energia atômica para fins pacíficos, inclusive à produção de energia elétrica, assim como à pesquisa nesse campo, levando em devida conta as necessidades das regiões subdesenvolvidas do mundo;

3. Fomentar o intercâmbio de informações científicas e técnicas sobre a utilização da energia atômica para fins pacíficos;

4. Estimular o intercâmbio e a formação de cientistas e especialistas no campo da utilização da energia atômica para fins pacíficos;

5. Instituir e aplicar salvaguardas destinadas a assegurar que os materiais fissionáveis especiais e outros materiais, assim como os serviços prestados, o equipamento, as instalações e as informações fornecidas pela própria Agência ou a seu pedido, ou ainda sob sua direção ou controle, não sejam utilizados de maneira a contribuir para fins militares; e estender a aplicação dessas salvaguardas, a pedido das partes, a qualquer acordo bilateral ou multilateral ou, a pedido de um Estado, a qualquer atividade desse Estado no campo da energia atômica;

6. Estabelecer ou adotar, em consulta e, quando for o caso, em colaboração com os órgãos competentes

das Nações Unidas e com as agências especializadas interessadas, normas de segurança destinadas a proteger a saúde e a reduzir ao mínimo os perigos para a vida e a propriedade (inclusive normas de segurança para as condições de trabalho); prover a aplicação dessas normas às suas próprias operações, assim como às operações em que sejam utilizados produtos, serviços, equipamento, instalações e informações fornecidos pela própria Agência ou a seu pedido, ou ainda sob sua direção ou controle; e tomar medidas para a aplicação dessas normas, a pedido das partes, a operações efetuadas em virtude de um acordo bilateral ou multilateral ou, a pedido de um Estado, a qualquer atividade desse Estado no campo da energia atômica;

7. Adquirir ou criar as instalações, os estabelecimentos e o equipamento necessários ao exercício de suas atribuições autorizadas, sempre que o equipamento, os estabelecimentos e as instalações, que de outro modo estariam à disposição da Agência na região interessada, sejam inadequados ou só disponíveis em condições que considere insatisfatórias.

B. No exercício de suas funções, a Agência:

1. Atuará em conformidade com os princípios e objetivos das Nações Unidas, para fomentar a paz e a cooperação internacional, e de acordo com a política das Nações Unidas no sentido de alcançar um desarmamento universal, com as devidas salvaguardas, e em conformidade com qualquer acordo internacional celebrado em aplicação dessa política;

2. Estabelecerá controle sobre a utilização dos materiais fissionáveis especiais por ela recebidos, a fim de assegurar que esses materiais sejam empregados unicamente para fins pacíficos;

3. Repartirá seus recursos de modo a garantir a sua eficaz utilização e a obter o maior benefício geral possível em todas as regiões do mundo, levando em conta as necessidades especiais das regiões subdesenvolvidas;

4. Apresentará relatórios anuais sobre seus trabalhos à Assembléia Geral das Nações Unidas e, quando necessário, ao Conselho de Segurança; se, em relação às atividades da Agência, surgirem questões que sejam da competência do Conselho de Segurança a Agência notifica-lo-á, como

órgão ao qual incumbe a responsabilidade principal pela manutenção da paz e da segurança internacional; eia poderá igualmente tomar as medidas previstas no presente Estatuto, inclusive as enumeradas no parágrafo c do artigo XII;

5. Apresentará relatórios ao Conselho Econômico e Social e aos demais órgãos das Nações Unidas, sobre questões da respectiva competência desses órgãos.

C. No exercício de suas funções, a Agência não subordinará a assistência prestada a seus membros a condições políticas, econômicas, militares ou quaisquer outras incompatíveis com as disposições do presente Estatuto.

D. Sob reserva das disposições do presente Estatuto e das dos acordos que, em conformidade com o mesmo concertem um Estado, ou grupo de Estados, e a Agência, esta exercerá suas funções com o devido respeito pelos direitos soberanos dos Estados.

Artigo IV

Membros

A. Os membros fundadores da Agência serão os Estados membros das Nações Unidas ou de qualquer agência especializada que tiverem assinado o presente Estatuto, dentro de noventa dias a partir da data em que for aberto à assinatura, e que tiverem depositado um instrumento de ratificação.

B. Os outros membros da Agência serão os Estados que, membros ou não das Nações Unidas ou de qualquer agência especializada, depositem um instrumento de aceitação do presente Estatuto, desde que sua admissão como membro tenha sido aprovada pela Conferência Geral, por recomendação da Junta de Governadores. Ao recomendar e aprovar a admissão de um Estado, a Junta de Governadores e a Conferência Geral deverão assegurar-se de que esse Estado se encontra em condições de cumprir as obrigações que incumbem aos membros da Agência e de que se acha disposto a fazê-lo, levando ainda em devida conta a sua capacidade e seu desejo de agir em conformidade com os objetivos e princípios da Carta das Nações Unidas.

C. A Agência fundamenta-se no princípio da igualdade soberana dos membros os quais, a fim de terem assegurados os direitos e privilégios que decorrem da qualidade de membros da Agência, deverão cumprir de boa fé as obrigações contraídas de conformidade com o presente Estatuto.

Artigo V

Conferência Geral

A. Uma Conferência Geral, composta de representantes de todos os membros da Agência, reunir-se-á em sessão ordinária anual e celebrará as sessões extraordinárias que o Diretor Geral convocar a pedido da Junta de Governadores ou da maioria dos membros. As sessões serão celebradas na sede da Agência, salvo decisão contrária da Conferência Geral.

B. Nas aludidas sessões, cada membro será representado por um delegado, que poderá ser acompanhado de suplentes e assessores. As despesas de viagem e de estada de cada delegação correrão por conta do membro interessado.

C. No princípio de cada sessão, a Conferência Geral elegerá o Presidente e os demais membros da Mesa, os quais desempenharão suas funções durante todo o período da sessão. Sob reserva das disposições do presente Estatuto, a Conferência Geral estabelecerá o seu regimento. Cada membro da Agência disporá de um voto. As decisões a que se refere o parágrafo H do artigo XIV, o parágrafo C do artigo XVIII e o parágrafo B do artigo XIX serão tomadas por maioria de dois terços dos membros presentes e votantes. As decisões sobre outras questões, inclusive a determinação de questões adicionais ou categorias de questões que devam ser resolvidas por maioria de dois terços, serão tomadas pela maioria dos membros presentes e votantes. O quorum será constituído pela maioria dos membros.

D. A Conferência Geral poderá discutir qualquer questão ou assunto no âmbito do presente Estatuto, ou que se refira aos poderes e funções de quaisquer dos órgãos nele previstos, e poderá fazer recomendações sobre essas questões ou assuntos aos membros da Agência, à Junta de Governadores ou a ambos.

E. A Conferência Geral.

1. Elegerá os membros da Junta de Governadores em conformidade com o artigo VI;

2. Aprovará a admissão de novos membros, em conformidade com o artigo IV;

3. Suspenderá os privilégios e direitos de um membro, em conformidade com o artigo XIX;

4. Examinará o relatório anual da Junta;

5. Em conformidade com o artigo XIV, aprovará o orçamento da Agência, recomendado pela Junta, ou remetê-lo-á a essa última, com suas recomendações sobre o conjunto ou as partes, para que lhe seja novamente submetido pela Junta;

6. Aprovará os relatórios a serem submetidos às Nações Unidas, em conformidade com o acôrdo que estabelece as relações entre a Agência e esse órgão, com exceção dos relatórios mencionados no parágrafo C do artigo XII, ou os remeterá à Junta com suas recomendações;

7. Aprovada quaisquer acôrdos entre a Agência e as Nações Unidas ou outras organizações, a que se refere o artigo XVI, ou os devolverá à Junta com suas recomendações, para que lhe sejam novamente submetidos;

8. Aprovará regras e limitações com respeito à faculdade da Junta para contratar empréstimos, em conformidade com o parágrafo G do artigo XIV; aprovará as regras relativas à aceitação de contribuições voluntárias pela Agência; e aprovará, segundo o parágrafo F do artigo XIV, a forma em que poderá ser utilizado o fundo geral, mencionado nesse parágrafo;

9. Aprovará emendas ao presente Estatuto, em conformidade com o parágrafo C do artigo XVIII;

10. Aprovará a nomeação do Diretor Geral em conformidade com o parágrafo A do art. VII.

F. A Conferência Geral está autorizada a:

1. Tomar decisões sobre qualquer assunto que a Junta de Governadores lhe tenha expressamente remetido para esse fim;

2. Apresentar questões ao exame da Junta de Governadores e solicitar-lhe que apresente relatórios sobre qualquer assunto relativo às funções da Agência.

Artigo VI

Junta de Governadores

A. A Junta de Governadores terá a seguinte composição:

1. A Junta de Governadores que se retira (ou, no caso da primeira Junta, a Comissão Preparatória mencionada no anexo I) designará, para participarem da Junta, os cinco membros mais adiantados da Agência no campo da tecnologia da energia atômica, inclusive da produção de materiais férteis, e o membro mais adiantado no ramo da tecnologia da energia atômica, inclusive da produção de materiais férteis, em cada uma das seguintes regiões, que ainda não esteja representada por nenhum dos cinco membros acima mencionados:

- 1) América do Norte
- 2) América Latina
- 3) Europa Ocidental
- 4) Europa Oriental
- 5) África e Oriente Médio
- 6) Ásia Meridional
- 7) Sudeste da Ásia e Pacífico
- 8) Extremo Oriente.

2. A Junta de Governadores que se retira (ou, no caso da primeira Junta, a Comissão Preparatória mencionada no anexo I) designará para participarem da Junta dois membros entre os seguintes outros produtores de materiais férteis: Bélgica, Polónia, Portugal e Tcheco-Eslováquia; e designará, igualmente, para participar da Junta a um outro membro, como fornecedor de assistência técnica. Nenhum membro dessa categoria, que faça parte da Junta durante um ano determinado, poderá ser novamente designado para o ano seguinte na mesma categoria.

3. A Conferência Geral elegerá dez membros da Agência para a Junta de Governadores, dando devida atenção a uma representação equitativa, na Junta como um todo, dos membros das regiões mencionadas no subparágrafo A-1 do presente artigo, de tal modo que a Junta inclua sempre nessa categoria um representante de cada uma das referidas regiões, excepto a América do Norte. Com exceção dos cinco membros eleitos para o período de um ano, em conformidade com o parágrafo D do presente artigo, nenhum membro dessa categoria poderá, no término de seu mandato, ser reeleito na mesma categoria para mais um ano.

B. As designações previstas nos subparágrafos A-1 e A-2 do presente artigo realizar-se-ão dentro de um período não inferior a sessenta dias antes da abertura da sessão anual ordinária da Conferência Geral. As eleições previstas no subparágrafo A-3 do presente artigo serão efetuadas no curso das sessões anuais ordinárias da Conferência Geral.

C. Os membros representados na Junta de Governadores, de acordo com os subparágrafos A-1 e A-2 do presente artigo, exercerão as suas funções desde o fim da próxima sessão anual ordinária da Conferência posterior à sua designação, até o fim da sessão anual ordinária seguinte da Conferência Geral.

D. Os membros representados na Junta de Governadores, em conformidade com o subparágrafo A-3 do presente artigo, exercerão as suas funções desde o fim da sessão anual ordinária da Conferência Geral, durante a qual tiverem sido eleitos, até o fim da segunda sessão anual ordinária subsequente da Conferência Geral. No entanto, por ocasião da eleição desses membros para a primeira Junta, cinco dentre eles serão eleitos por período de um ano.

E. Cada membro da Junta de Governadores disporá de um voto. As decisões sobre o montante do orçamento da Agência serão tomadas por maioria de dois terços dos membros presentes e votantes, como previsto no parágrafo H do art. XIV. As decisões sobre outros assuntos, inclusive a determinação de questões adicionais ou categorias de questões a serem resolvidas por maioria de dois terços, serão tomadas por maioria dos membros presentes e votantes. O *quorum* será constituído por dois terços de todos os membros da Junta.

F. A Junta de Governadores terá autoridade para desempenhar as funções da Agência, em conformidade com o presente Estatuto, sob reserva de suas responsabilidades em relação à Conferência Geral, tal como nele previsto.

G. A Junta de Governadores reunir-se-á todas as vezes que julgar necessário. As reuniões serão realizadas na sede da Agência, a menos que a própria Junta decida de outra forma.

H. A Junta de Governadores designará, entre os seus membros, o Pre-

sidente e os outros membros da Mesa e, sob reserva das disposições do presente Estatuto, estabelecerá o seu próprio regimento interno.

I. A Junta de Governadores poderá criar as comissões que julgar necessárias e nomear pessoas para representá-la junto a outras organizações.

J. A Junta de Governadores preparará, para a Conferência Geral, um relatório anual sobre os assuntos da Agência e sobre todos os projetos aprovados pela instituição. A Junta preparará igualmente, para apresentar à Conferência Geral, todos os relatórios que a Agência tenha de fazer às Nações Unidas, ou os que seja solicitada a fazer, ou a qualquer outra organização, cujas atividades estejam relacionadas com as da Agência. Esses relatórios, assim como os anuais, serão submetidos aos membros da Agência no mínimo um mês antes da sessão anual ordinária da Conferência Geral.

Artigo VII

Pessoal

A. O pessoal da Agência será chefiado por um Diretor Geral, a ser nomeado pela Junta de Governadores para um período de quatro anos, com a aprovação da Conferência Geral. O Diretor Geral, será o mais alto funcionário da Agência.

B. O Diretor Geral será responsável pela nomeação, organização e direção das atividades do pessoal e ficará sob a autoridade e o controle da Junta de Governadores. No exercício de suas funções, seguirá os regulamentos adotados pela Junta.

C. O pessoal da Agência compreenderá os especialistas em questões científicas e técnicas e demais funcionários qualificados necessários à consecução dos objetivos e ao desempenho das funções da Agência. Esta guiar-se-á pelo princípio da manutenção de um mínimo de pessoal permanente.

D. A consideração primordial, que será levada em conta no recrutamento e nomeação do pessoal e na determinação das condições de trabalho, será a de assegurar à Agência os serviços de funcionários que possuam o mais alto grau de eficiência, de competência técnica e de integridade. Su-

jeito a essa consideração, serão devidamente observadas as contribuições dos membros à Agência e a importância de recrutar o pessoal sob um critério geográfico tão amplo quanto possível.

E. As condições de nomeação, de remuneração e de dispensa do pessoal ajustar-se-ão aos regulamentos estabelecidos pela Junta de Governadores, sob reserva das disposições do presente Estatuto e das regras gerais, aprovadas pela Conferência Geral, após recomendação da Junta.

F. No cumprimento de seus deveres, o Diretor Geral e o pessoal não solicitarão nem aceitarão instruções de nenhuma procedência alheia à Agência e se absterão de toda atividade incompatível com a condição de funcionários da Agência. Sob reserva de suas responsabilidades para com esta última, não revelarão nenhum segredo de fabricação nem qualquer outra informação confidencial de que tenham conhecimento em virtude de suas funções oficiais junto à Agência. Cada um dos membros se compromete a respeitar o caráter internacional das funções do Diretor Geral e do pessoal, e a não procurar influenciá-los no desempenho de suas funções.

G. No presente artigo, o termo "pessoal" compreende também guardas.

Artigo VIII

Troca de Informações

A. Recomenda-se a cada membro pôr à disposição da Agência todas as informações que, no entender do membro, possam ser de utilidade para a Agência.

B. Cada membro porá à disposição da Agência todas as informações científicas obtidas em consequência da assistência prestada pela Agência, em virtude do Artigo VI.

C. A Agência compilará e porá à disposição dos membros, em forma acessível, todas as informações que tenha recebido em virtude dos parágrafos A e B do presente artigo. Adotará ainda medidas positivas para fomentar, entre os membros, a troca de informações sobre a natureza e a utilização da energia atômica para fins pacíficos, e para esse fim, lhes servirá de intermediária.

Artigo IX

Fornecimento de Materiais

A. Os membros poderão pôr à disposição da Agência, sob condições com ela convencionadas, as quantidades de materiais fissionáveis especiais que julgarem conveniente. Os materiais colocados à disposição da Agência poderão, à discreção do membro que os forneceu, ser armazenados pelo membro interessado ou, com o assentimento da Agência, nos depósitos desta.

B. Os membros poderão igualmente pôr à disposição da Agência materiais férteis, conforme definidos no Artigo XX, assim como outros materiais. A Junta de Governadores determinará as quantidades desses materiais que a Agência aceitará em virtude dos acordos previstos no Artigo XIII.

C. Cada membro comunicará à Agência as quantidades, a forma e a composição dos materiais fissionáveis especiais, dos materiais férteis e de outros que, em conformidade com suas próprias leis, deseje pôr imediatamente à disposição da Agência ou no curso de um período determinado pela Junta de Governadores.

D. A pedido da Agência, um membro deverá fornecer sem demora a outro membro, ou a um grupo de membros, dos materiais que tiver posto à disposição da Agência, as quantidades por ela especificadas e entregará, sem tardar, à própria Agência, as quantidades de materiais que sejam realmente necessárias ao funcionamento de suas instalações e à realização nelas de pesquisas científicas.

E. As quantidades, a forma e a composição dos materiais postos à disposição por um membro poderão ser por ele modificadas, a qualquer momento, com aprovação da Junta de Governadores.

F. Uma primeira comunicação deverá ser feita por cada membro, nos termos do parágrafo C deste artigo, no período de três meses que se seguir à data da entrada em vigor do presente Estatuto em relação a esse membro. Salvo decisão contrária da Junta de Governadores, os materiais postos inicialmente à disposição da Agência

corresponderão ao ano civil subsequente ao da entrada em vigor do presente Estatuto com relação ao membro interessado. Da mesma maneira, cada comunicação posterior corresponderá, salvo decisão contrária da Junta, ao ano civil que se seguir ao da comunicação e deverá ser feita, ao mais tardar, até primeiro de novembro de cada ano.

G. A Agência determinará o lugar e o modo de entrega e, se for o caso, a forma e a composição dos materiais cuja entrega tenha solicitado a um membro, deduzindo-os da quantidade total que esse membro se prontificara a fornecer. A Agência procederá igualmente à verificação das quantidades dos materiais fornecidos e manterá os membros informados, periodicamente, sobre o assunto.

H. A Agência será responsável pela armazenagem e proteção dos materiais que se encontrarem em seu poder. Deverá também certificar-se de que esses materiais estarão protegidos contra (1) as intempéries, (2) o afastamento ou uso não autorizados, (3) os danos ou a destruição, inclusive a sabotagem, e (4) a tomada pela força. Na armazenagem dos materiais fissionáveis que se encontrem em seu poder, a Agência deverá assegurar uma distribuição geográfica desses materiais que não permita a acumulação de grandes estoques em qualquer país ou região do mundo.

I. A Agência deverá, logo que possível, estabelecer ou adquirir os elementos que sejam necessários, entre os abaixo relacionados:

1. Material, equipamento e instalações para a recepção, a armazenagem e a distribuição de materiais;
2. Meios materiais de proteção;
3. Medidas adequadas de segurança e de proteção à saúde;
4. Laboratórios de controle para a análise e a verificação dos materiais recebidos;
5. Alojamentos e instalações administrativas para o pessoal necessário à execução das disposições precedentes.

J. Os materiais postos à disposição, em virtude deste artigo, serão utilizados na forma determinada pela Junta de Governadores, em conformi-

dade com as disposições do presente Estatuto. Nenhum membro poderá exigir que os materiais por ele colocados à disposição da Agência sejam conservados separadamente, nem poderá indicar o projeto específico no qual devam ser usados.

Artigo X

Serviços, equipamento e instalações

Os membros poderão pôr à disposição da Agência os serviços, o equipamento e as instalações que possam contribuir para a realização dos objetivos e o desempenho das funções da Agência.

Artigo XI

Projetos da Agência

A. Qualquer membro ou grupo de membros da Agência que deseje emprender um projeto de desenvolvimento ou aplicação prática da energia atômica para fins pacíficos, ou de pesquisa nesse campo, poderá solicitar a assistência da Agência para a obtenção dos materiais fissionáveis especiais e outros, assim como para os serviços, o equipamento e as instalações necessárias à realização de tal projeto.

Qualquer pedido desse gênero deverá ser acompanhado de uma exposição sobre os objetivos e o alcance do projeto e será examinado pela Junta de Governadores.

B. Se a tanto solicitada, a Agência poderá também ajudar a um membro ou grupo de membros nas gestões para obter, de outras fontes, os meios financeiros necessários à realização desses projetos. Ao fornecer essa assistência, a Agência não ficará obrigada a dar garantias nem a assumir qualquer responsabilidade financeira com relação ao projeto.

C. A Agência poderá fazer arranjos para obter o fornecimento, da parte de um ou mais de seus membros, de quaisquer materiais, serviços, equipamento e instalações necessários à execução do projeto, ou poderá encarregar-se de fornecê-los diretamente, em todo ou em parte, levando em consideração os desejos do membro ou dos membros que tiveram solicitado a sua ajuda.

D. A fim de estudar o pedido, a Agência poderá enviar ao território do membro ou do grupo de membros solicitantes uma ou mais pessoas qualificadas para examinarem o projeto. Para esse fim, a Agência poderá, com o assentimento prévio do membro ou do grupo de membros autores do pedido, utilizar seus próprios funcionários ou empregar quaisquer nacionais, de um de seus membros, devidamente qualificados.

E. Antes de aprovar um projeto em virtude do presente artigo, a Junta de Governadores levará em conta devidamente:

1. A utilidade do projeto, inclusive as suas possibilidades de realização do ponto de vista científico e técnico;

2. A existência de planos adequados, de fundos suficientes e do pessoal técnico qualificado para assegurar a boa execução do projeto;

3. A existência de normas sanitárias e de segurança adequadas à manutenção e à armazenagem dos materiais e ao funcionamento das instalações;

4. A impossibilidade em que se encontre o membro ou grupo de membros solicitantes de obter os meios financeiros, os materiais, as instalações, o equipamento e os serviços necessários;

5. A repartição equitativa dos materiais e outros recursos postos à disposição da Agência;

6. As necessidades particulares das regiões subdesenvolvidas do mundo;

7. Quaisquer outras questões pertinentes.

F. Uma vez aprovado um projeto, a Agência concluirá, com o membro ou grupo de membros que o tenha submetido, um acordo que deverá:

1. Prever a atribuição a esse projeto de todos os materiais fissionáveis especiais ou outros materiais que possam ser necessários;

2. Prever a transferência dos materiais fissionáveis especiais do lugar em que estejam armazenados — quer se trate de materiais sob custódia da Agência ou do membro que os forneceu para os projetos da Agência — ao membro ou grupo de membros que submeter o projeto, sob condições que garantam todas as remessas necessárias e que correspon-

dam às normas de segurança e proteção à saúde;

3. Definir as condições, inclusive os preços, para o fornecimento de quaisquer materiais, serviços, equipamento e instalações pela própria Agência e, no caso desse fornecimento ser proporcionado por um membro enunciar as condições ajustadas entre o membro ou grupo de membros que submete o projeto e o membro que presta a assistência.

4. Incluir compromisso, pelo membro ou grupo de membros que submete o projeto, de que (a) a assistência prestada não será utilizada de modo a contribuir para fins militares, e (b) o projeto ficará sujeito às salvaguardas previstas no art. XII, devendo ser especificadas no acordo as salvaguardas correspondentes;

5. Conter medidas apropriadas com relação aos direitos e interesses da Agência e aos do membro ou membros interessados, em quaisquer invenções ou descobertas, ou patentes com elas relacionadas, que possam resultar do projeto.

6. Prever medidas adequadas no tocante à solução de controvérsias.

7. Incluir quaisquer outras disposições apropriadas.

G. As disposições do presente artigo aplicar-se-ão igualmente, se for o caso, a quaisquer pedidos de materiais, serviços, instalações ou equipamento, relativo a um projeto já em curso.

Artigo XII

Salvaguardas da Agência

A. No tocante a qualquer projeto da Agência, ou a outro arranjo no qual as partes interessadas lhe solicitem que aplique salvaguardas, a Agência terá os seguintes direitos e responsabilidades, na medida em que se apliquem a esse projeto ou arranjo:

1. Examinar os planos das instalações e do equipamento especializado, inclusive dos reatores nucleares, e aprová-los unicamente para assegurar que não serão utilizados de modo a contribuir para fins militares, que se conformam às normas de proteção da saúde e de segurança pertinentes e que permitirão a eficaz aplicação das salvaguardas previstas no presente artigo;

2. Exigir a aplicação das medidas de proteção da saúde e das medidas de segurança prescritas pela Agência;

3. Exigir a manutenção e a apresentação de registros das operações para facilitar a contabilidade dos materiais férteis e dos materiais fissionáveis especiais utilizados ou produzidos no projeto ou no arranjo;

4. Pedir e receber relatórios sobre a marcha dos trabalhos;

5. Aprovar os meios a serem usados para o tratamento químico dos materiais irradiados, unicamente com o objetivo de garantir que esse tratamento químico não se prestará ao desvio dos materiais para fins militares e que se ajustará às normas de proteção da saúde e às normas de segurança aplicáveis exigir que os materiais fissionáveis especiais recuperados ou obtidos como subprodutos sejam utilizados para fins pacíficos, sob a salvaguarda contínua da Agência, em trabalhos de investigação ou em reatores, existentes ou em construção, especificados pelo membro ou membros interessados; exigir que se deposite em poder da Agência todo o excedente de materiais fissionáveis especiais, recuperados ou obtidos como subprodutos, além das quantidades necessárias aos usos acima indicados, a fim de evitar acumulação desses produtos, sob a condição de que, posteriormente, a pedido do membro ou membros interessados, os materiais fissionáveis especiais assim depositados em poder da Agência lhes serão restituídos sem demora para serem por eles utilizados nas condições acima especificadas;

6. Enviar ao território do Estado ou Estados beneficiários inspetores, designados pela Agência após consulta com o Estado ou Estados interessados, os quais terão acesso, a qualquer momento, a todos lugares e informações e pessoas que, por sua profissão, se ocuparem de materiais, equipamentos ou instalações que devam ser controlados por força do presente Estatuto, segundo seja necessário para a contagem dos materiais férteis e materiais fissionáveis especiais fornecidos, assim como dos produtos fissionáveis, e para determinar se não há violação do compromisso de não utilização de modo a contribuir para fins militares, mencionado no subparágrafo F-4 do Artigo XI, e das medidas de proteção da saúde e das medidas de segurança, mencionadas

no subparágrafo A-2 do presente artigo, assim como de quaisquer condições prescritas no acordo concluído entre a Agência e o Estado ou Estados interessados. A pedido do Estado interessado, os inspetores designados pela Agência serão acompanhados por representantes das autoridades desse Estado, sob a reserva de que tal fato não deverá acarretar demoras aos trabalhos dos inspetores nem consrangê-los no exercício de suas funções;

7. Em casos de violação e de falta, e se o Estado ou Estados beneficiários não tomarem, em um prazo razoável, as medidas corretivas requeridas, a Agência terá o direito de suspender ou dar por terminada a assistência e retirar quaisquer materiais e equipamento fornecidos por ela ou por um membro ao referido Estado ou Estados, para a execução do projeto.

B. A Agência estabelecerá, de acordo com suas necessidades, um corpo de inspetores. Esse corpo ficará encarregado de examinar todas as operações efetuadas pela própria Agência para determinar se estão sendo observadas as medidas de proteção da saúde e as medidas de segurança por ela prescritas para aplicação aos projetos sujeitos a sua aprovação, direção ou controle, e se a Agência vem tomando todas as medidas capazes de evitar que os materiais férteis e os materiais fissionáveis especiais, que se achem sob sua guarda ou que sejam utilizados ou produzidos durante suas próprias operações, não serão utilizados de forma a servir a fins militares. A Agência deverá exercer imediatamente ação corretiva para pôr fim a qualquer violação ou omissão da obrigação de tomar as medidas apropriadas.

C. O corpo de inspetores será também encarregado de obter e verificar a contabilidade mencionada no subparágrafo A-6 do presente artigo e de decidir se é observado o compromisso mencionado no subparágrafo F-4 do Artigo XI, as disposições do subparágrafo A-2 do presente artigo e todas as outras condições do projeto prescritas pelo acordo concluído entre a Agência e o Estado ou Estados interessados.

Os inspetores comunicarão qualquer violação ao Diretor Geral, que transmitirá as informações à Junta de Governadores. A Junta pedirá ao Estado

ou Estados beneficiários que ponham fim imediatamente a qualquer violação cuja existência fôr comprovada. A Junta levará essa violação ao conhecimento de todos os membros, assim como ao Conselho de Segurança e à Assembléia Geral das Nações Unidas. Se o Estado ou Estados beneficiários não tomarem, em um prazo razoável, tôdas as medidas necessárias a pôr fim a essa violação, a Junta poderá tomar uma das duas seguintes medidas, ou ambas: dar instruções para que seja reduzida ou interrompida a assistência concedida pela Agência, ou por um membro, e pedir a devolução dos materiais e equipamento fornecidos ao membro ou membros beneficiários. A Agência poderá igualmente, de conformidade com o Artigo XIX, privar qualquer membro infrator do exercício dos privilégios e direitos inerentes à qualidade de membro.

Artigo XIII

Reembolso dos Membros

Salvo se fôr convencionado de outra forma entre a Junta de Governadores e o membro que fornecer à Agência materiais, serviços, equipamentos e instalações, a Junta concluirá com o aludido membro um acôrdo que estipule o reembolso dos elementos fornecidos.

Artigo XIV

Disposições financeiras

A. A Junta de Governadores submeterá à Conferência Geral um projeto de orçamento anual das despesas da Agência. A fim de facilitar a tarefa da Junta a esse respeito, o Diretor Geral preparará inicialmente o projeto de orçamento. Se a Conferência Geral não aprovar o projeto, devolve-lo-á à Junta acompanhado de suas recomendações. A Junta apresentará, então, novo projeto à Conferência Geral para aprovação.

B. As despesas da Agência serão classificadas segundo as seguintes categorias:

1. Despesas administrativas, que incluirão:

a) Despesas com o pessoal da Agência, excetuadas as relativas ao pessoal cujo emprêgo esteja relacionado com os materiais, serviços, equipamento e instalações referidos no sub-

parágrafo B-2 seguinte; as despesas com reuniões; e as despesas necessárias à preparação de projetos da Agência e à distribuição de informação;

b) As despesas decorrentes da aplicação das salvaguardas previstas no Artigo XII em relação aos projetos da Agência ou, no subparágrafo A-5 do Artigo III, em relação aos acôrdos bilaterais ou multilaterais, assim como as despesas de manipulação e armazenagem pela Agência de material fissionável especial, que não sejam as despesas de armazenagem e manipulação a que se refere o parágrafo E deste artigo;

2. As despesas, além das previstas no subparágrafo 1 do presente parágrafo, relativas a materiais, instalações, estabelecimentos e equipamento, adquiridos ou instituídos pela Agência no exercício de suas atribuições, assim como as relativas ao custo dos materiais, serviços, equipamento e instalações que a Agência proporcionar em virtude de acôrdo com um ou mais de seus membros.

C. Ao fixar os gastos previstos no subparágrafo B-1 (b) acima, a Junta de Governadores deduzirá as quantias recuperáveis, por força de acordos, relativos à aplicação de salvaguardas, convencionados entre a Agência e as partes em convênios bilaterais ou multilaterais.

D. A Junta de Governadores repartirá entre os membros da Agência as despesas previstas no subparágrafo B-1 acima de acôrdo com uma escala a ser fixada pela Conferência Geral. Ao fixar a escala, a Conferência Geral se guiará pelos princípios adotados pelas Nações Unidas no tocante às contribuições dos Estados membros para o orçamento ordinário daquela organização.

E. A Junta de Governadores estabelecerá, periodicamente, uma escala de taxas, inclusive taxas razoáveis e uniformes de armazenagem e manipulação, aplicáveis aos materiais, serviços, equipamento e instalações fornecidos pela Agência aos seus membros. Essa escala será calculada de forma a dar à Agência uma renda suficiente para cobrir as despesas e custos referidos no subparágrafo B-2 acima, deduzida qualquer contribuição voluntária que a Junta de Governadores decida utilizar para esse fim de acôrdo com o parágrafo F. As quantias obtidas com a aplicação

dessa escala se destinarão a um fundo especial, que será utilizado para pagar aos membros os materiais, serviços, equipamento ou instalações, que tenham fornecido, e para satisfazer todas as outras despesas referidas no subparágrafo B-2 acima, nas quais incida a própria Agência.

F. Os excedentes de renda a que se refere o parágrafo E sobre as despesas e custos que nele se mencionam, assim como as contribuições voluntárias feitas à Agência, serão colocados em um fundo geral que poderá ser usado na forma que determinar a Junta de Governadores, com a aprovação da Conferência Geral.

G. Sujeito às regras e limitações aprovadas pela Conferência Geral, a Junta de Governadores poderá contrair empréstimos em nome da Agência, sem impor, todavia, aos membros da Agência qualquer responsabilidade no tocante a esses empréstimos, e a aceitar contribuições voluntárias oferecidas à Agência.

H. As decisões da Conferência Geral sobre questões financeiras e as da Junta de Governadores sobre o montante do orçamento da Agência serão tomadas por maioria de dois terços dos membros presentes e votantes.

ARTIGO XV

Privilégios e Imunidades

A. A Agência gozará, no território de cada um dos membros, da capacidade jurídica e dos privilégios e imunidades necessários ao exercício de suas funções.

B. Os delegados dos membros e seus suplentes e assessores, os Governadores nomeados para a Junta, assim como seus suplentes e assessores, o Diretor Geral e o pessoal da Agência gozarão dos privilégios e imunidades necessários ao exercício, com independência, de suas funções em relação à Agência.

C. A capacidade jurídica e os privilégios e imunidades mencionados no presente artigo serão definidos em um acordo ou acordos distintos a serem concluídos entre a Agência, representada para esse fim pelo Diretor Geral, que agirá de acordo com as instruções da Junta de Governadores, e os membros.

ARTIGO XVI

Relações com outras Organizações

A. A Junta de Governadores, com o assentimento da Conferência Geral, fica autorizada a concluir um ou mais acordos que estabeleçam relações apropriadas entre a Agência e as Nações Unidas e quaisquer outras organizações cujas atividades sejam afins às da Agência.

B. O acordo ou acordos que estabelecerem as relações entre a Agência e as Nações Unidas deverão prever que:

1. A Agência submeterá às Nações Unidas os relatórios mencionados nos subparágrafos B-4 e B-5 do Artigo III;

2. A Agência examinará as resoluções a ela referentes, aprovadas pela Assembléia Geral ou por um dos Conselhos das Nações Unidas, e quando solicitada, apresentará relatórios ao órgão apropriado das Nações Unidas sobre as medidas por ela tomadas, ou por seus membros, de conformidade com o presente Estatuto, como resultado de tal exame.

ARTIGO XVII

Solução de controvérsias

A. Qualquer questão ou controvérsia sobre a interpretação ou aplicação do presente Estatuto, que não seja solucionada por meio de negociação, será submetida à Corte Internacional de Justiça de conformidade com o Estatuto da Corte, a menos que as partes interessadas concordem em outro meio de solução.

B. A Conferência Geral ou a Junta de Governadores acham-se igualmente habilitadas a solicitar da Corte Internacional de Justiça, com prévia autorização da Assembléia Geral das Nações Unidas, pareceres consultivos sobre quaisquer questões jurídicas que surjam no âmbito das atividades da Agência.

ARTIGO XVIII

Emendas e Retiradas de Membros

A. Qualquer membro pode propor emendas ao presente Estatuto. O Diretor Geral preparará cópias certificadas do texto de qualquer emenda proposta e as remeterá a todos os membros, pelo menos noventa dias.

antes da data em que a emenda deverá ser examinada pela Conferência Geral.

B. Na quinta sessão anual da Conferência Geral, após a entrada em vigor do presente Estatuto, a questão da revisão geral de suas disposições será incluída na agenda da referida sessão. Se aprovada pela maioria dos membros presentes e votantes, a revisão será efetuada no curso da sessão seguinte da Conferência Geral. Por conseguinte, as propostas sobre a questão da revisão geral do Estatuto poderão ser submetidas à decisão da Conferência Geral segundo o mesmo processo.

C. As emendas entrarão em vigor para todos os membros quando:

(i) Aprovadas pela Conferência Geral por maioria de dois terços dos membros presentes e votantes, após o exame das observações apresentadas pela Junta de Governadores sobre cada emenda proposta; e

(ii) Aceitas por dois terços de todos os membros de acordo com as disposições constitucionais respectivas. A aceitação por cada um dos membros se efetuará mediante o depósito de um instrumento de aceitação com o Governo depositário mencionado no parágrafo C do Artigo XXI.

D. A qualquer momento depois de transcorridos cinco anos a contar da data da entrada em vigor do presente Estatuto, conforme o parágrafo E do Artigo XXI, ou em qualquer ocasião em que não esteja disposto a aceitar uma emenda ao Estatuto, um membro poderá retirar-se da Agência mediante aviso prévio dado por escrito ao Governo depositário, mencionado no parágrafo C do Artigo XXI, que informará sem demoras a respeito à Junta de Governadores e a todos os outros membros.

E. A retirada de um membro da Agência não afetará as obrigações contratuais assumidas nos termos do Artigo XI, nem as obrigações orçamentárias relativas ao ano em que se retira.

ARTIGO XIX

Suspensão e Privilégios

A. Todo membro em atraso no pagamento de suas contribuições financeiras à Agência, não terá direito de voto se o montante da soma devida

fôr igual ou superior ao total das contribuições devidas por ele para os dois anos precedentes. A Conferência Geral poderá permitir, entretanto, que esse membro vote, se chegar à conclusão de que o atraso se deve a circunstâncias alheias à vontade do membro.

B. Qualquer membro que tiver infringido reiteradamente as disposições do presente Estatuto, ou de um acordo concluído por ele em conformidade com o presente Estatuto, poderá ser suspenso do exercício dos direitos e privilégios de membro por decisão da Conferência Geral, tomada por maioria de dois terços dos membros presentes e votantes, sob prévia recomendação da Junta de Governadores.

ARTIGO XX

Definições

Para os fins do presente Estatuto:

1. Entende-se por "material fissionável especial" o plutônio 239; o urânio 233 o urânio enriquecido nos isótopos 235 ou 233; qualquer material que contenha um ou vários dos elementos citados; e os demais materiais fissionáveis que, de tempos em tempos, a Junta de Governadores designar. Todavia, o termo "material fissionável especial" não se aplica aos materiais férteis.

2. Entende-se por "urânio enriquecido nos isótopos 235 ou 233" o urânio que contém os isótopos 235 ou 233, ou ambos, em quantidade tal que a relação entre a soma das quantidades desses dois isótopos e a de isótopo 238 seja superior à relação entre a quantidade de isótopo 235 e a de isótopo 238 no urânio natural.

3. Entende-se por "material fértil" o urânio constituído pela mistura de isótopos que ocorre na natureza; o urânio cuja proporção de isótopo 235 seja inferior à normal; o tório; todos os materiais acima mencionados sob a forma de metal, liga, compostos químicos ou concentrados; qualquer outro material que contenha um ou vários dos materiais antes mencionados na concentração que fôr fixada, de tempos em tempos, pela Junta de Governadores; e os demais materiais que, de tempos em tempos, designar a Junta de Governadores.

ARTIGO XXI

Assinatura, Aceitação e Entrada em Vigor

A. O presente Estatuto será aberto à assinatura de todos os Estados Membros das Nações Unidas ou de quaisquer das agências especializadas, a 26 de outubro de 1956, e permanecerá aberto à assinatura por um período de noventa dias.

B. Os Estados signatários tornar-se-ão partes do presente Estatuto mediante depósito de um instrumento de ratificação.

C. Os instrumentos de ratificação dos Estados signatários e os instrumentos de aceitação dos Estados cuja admissão tenha sido aprovada, conforme o parágrafo B do Artigo IV do presente Estatuto, serão depositados com o Governo dos Estados Unidos da América, que será o Governo depositário.

D. A ratificação ou aceitação pelos Estados, do presente Estatuto, se efetuará em conformidade com suas disposições constitucionais respectivas.

E. O presente Estatuto, independentemente do Anexo, entrará em vigor quando dezoito Estados houverem depositado instrumentos de ratificação, em conformidade com o parágrafo B deste artigo, e desde que entre esses dezoito Estados figurem, pelo menos, três dos seguintes: Canadá, Estados Unidos da América, França, Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte e União Soviética. Os instrumentos de ratificação e os instrumentos de aceitação, depositados posteriormente, surtirão efeito a partir da data de sua recepção.

F. O Governo depositário comunicará, sem demora, a todos os Estados signatários do presente Estatuto, a data do depósito de cada instrumento de ratificação e a data da entrada em vigor do Estatuto. O Governo depositário informará, sem tardar, a todos signatários e membros, as datas em que outros Estados se tornem parte, subsequentemente, ao presente Estatuto.

G. O Anexo do presente Estatuto entrará em vigor no primeiro dia em que o Estatuto for aberto à assinatura.

Artigo XXII

Registro com as Nações Unidas

A. O presente Estatuto será registrado, pelo Governo depositário, em decorrência do Artigo 102 da Carta das Nações Unidas.

B. Os acordos concluídos entre a Agência e um ou mais membros, os acordos entre a Agência e uma ou mais organizações e os acordos concluídos entre os membros da Agência, sob reserva de sua aprovação, serão nesta registrados. Esses acordos serão também registrados pela Agência nas Nações Unidas, se esse registro for estipulado pelo Artigo 102 da Carta da Nações Unidas.

Artigo XXIII

Textos Autênticos e Cópias Certificadas

O presente Estatuto, redigido nos idiomas chinês, espanhol, francês, inglês e russo, todos igualmente autênticos, será depositado nos arquivos do Governo depositário. O Governo depositário enviará cópias, devidamente certificadas, do presente Estatuto aos Governos dos demais Estados signatários e aos dos Estados que tenham sido admitidos como membros conforme o parágrafo B do Artigo IV.

Em fé do que, os abaixo-assinados, devidamente credenciados, firmaram o presente Estatuto.

Feito na Sede das Nações Unidas, aos vinte e seis dias do mês de outubro de mil novecentos e cinquenta e seis.

ANEXO I

COMISSÃO PREPARATÓRIA

A. Na data em que o presente Estatuto for aberto à assinatura, será estabelecida uma Comissão Preparatória, composta por um representante de cada um dos seguintes países: Austrália, Bélgica, Brasil, Canadá, Estados Unidos da América, França, Índia, Portugal, Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, Tcheco-Eslováquia, União Soviética e União da África do Sul, e um representante de cada um de outros seis Estados a serem eleitos pela Conferência Internacional sobre o Estatuto da Agência Internacional de Energia Atômica. A Comissão Preparatória exercerá suas funções até que entre em vigor o presente Estatuto e, posteriormente, até que se tenha reunido a Conferência Geral e se tenha cons-

tituído a Junta de Governadores, em conformidade com o Artigo VI.

B. A fim de atender às suas despesas, a Comissão Preparatória poderá solicitar um empréstimo nas Nações Unidas e, para esse propósito, realizará os arranjos necessários com as autoridades competentes das Nações Unidas, inclusive os relativos ao pagamento do empréstimo pela Agência. Se esses fundos resultarem insuficientes, a Comissão Preparatória poderá aceitar adiantamentos dos Governos. Tais adiantamentos poderão ser deduzidos das contribuições dos Governos interessados para o orçamento da Agência.

C. A Comissão Preparatória:

1. Elegerá sua própria Mesa, aprovará seu regimento interno, reunir-se-á sempre que necessário, decidirá o lugar de suas reuniões e criará as comissões que julgar necessárias;

2. Nomeará um secretário executivo e o pessoal necessário, os quais terão as atribuições e desempenharão as funções que a Comissão determinar;

3. Realizará os arranjos necessários para a celebração da primeira sessão da Conferência Geral, inclusive a preparação de uma agenda e de um regimento provisórios, que se celebrará tão logo seja possível após a entrada em vigor do Estatuto;

4. Designará os membros da primeira Junta de Governadores, em conformidade com os subparágrafos A-1 e A-2 e parágrafo B do Artigo VI;

5. Preparará estudos, relatórios e recomendações para a primeira sessão da Conferência Geral e para a primeira reunião da Junta de Governadores sobre temas de interesse para a Agência e que requeiram sua atenção imediata, em particular; a) o financiamento da Agência; b) os programas e o orçamento para o primeiro ano de existência da Agência; c) os problemas técnicos relativos ao programa das futuras operações da Agência; d) a criação do quadro permanente do pessoal da Agência; e e) o lugar em que se estabelecerá a sede permanente da Agência.

6. Formulará, para a primeira reunião da Junta de Governadores, recomendações sobre as cláusulas de um acordo relativo à sede da Agência, no qual se definam a condição jurídica da Agência e os direitos e obrigações que existirão nas relações entre a Agência e o Governo do país onde for estabelecida a sede;

7. a) entabulará negociações com as Nações Unidas para preparar, conforme previsto no Artigo XVI do presente Estatuto, um projeto de acordo a ser submetido à Conferência Geral, na sua primeira sessão, e à Junta de Governadores, em sua primeira reunião; e b) formulará recomendações à Conferência Geral, em sua primeira sessão e à Junta de Governadores, na sua primeira reunião, sobre as relações da Agência, previstas no Artigo XVI do presente Estatuto, com outras organizações internacionais.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 25, DE 1957

Determina o registro do termo de contrato celebrado entre o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio — Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho — e a IBM World Trade Corporation.

Art. 1.º É determinado o registro do termo de contrato celebrado a 12 de agosto de 1955 entre o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio — Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho — e a IBM World Trade Corporation para locação do serviço de máquinas elétricas de contabilidade e estatística, conforme publicação no *Diário Oficial* de 19 do mesmo mês e ano.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 9 de Agosto de 1957.

LIMA TELXEIRA,

1.º Secretário no exercício da Presidência

DECRETO LEGISLATIVO N.º 26, DE 1957

Determina o registro do termo aditivo ao contrato celebrado entre o Governo da República dos Estados Unidos do Brasil e José Roque.

Art. 1.º É determinado o registro do termo de 9 de março de 1955, aditivo ao contrato celebrado a 13 de Dezembro de 1954, entre o Governo da República dos Estados Unidos do Brasil e José Roque, para desempenhar, no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro a função de Técnico Especializado em trabalhos a quente de ligas ferrosas e não ferrosas.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 28 de Agosto de 1957.

APOLÔNIO SALLES,

Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

DECRETO LEGISLATIVO N.º 27, DE 1957

Aprova o Tratado Geral de Comércio e Investimentos, o Convênio de Comércio Fronteiriço e o Protocolo Adicional sobre Direitos de Importação firmados entre o Brasil e o Paraguai.

Art. 1.º São aprovados os seguintes instrumentos firmados em Assunção, a 27 de Outubro de 1956, entre o Brasil e o Paraguai.

I — Tratado Geral de Comércio e de Investimentos;

II — Convênio de Comércio Fronteiriço;

III — Protocolo Adicional sobre Direitos de Importação.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 30 de agosto de 1957.

APOLÔNIO SALLES,

Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

DECRETO LEGISLATIVO N.º 28, DE 1957

Aprova a decisão do Tribunal de Contas, denegatória de registro ao contrato celebrado entre o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas e a Imobiliária José Gentil S. A.

Art. 1.º É aprovada a decisão por que o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 30 de dezembro de 1955, denegou registro ao contrato celebrado a 28 de setembro do mesmo ano, entre o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas e a Imobiliária José Gentil S. A., para locação de imóveis na cidade de Fortaleza, Capital do Estado do Ceará.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 12 de setembro de 1957.

APOLÔNIO SALLES,

Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

DECRETO LEGISLATIVO N.º 29, DE 1957

Determina o registro do termo de contrato de locação celebrado entre o Serviço do Patrimônio da União e a Companhia Cerâmica Brasileira.

Art. 1.º É determinado o registro, denegado pelo Tribunal de Contas em sessão realizada a 27 de outubro de 1955, do termo de contrato celebrado a 27 de Julho, do mesmo ano, entre o Serviço do Patrimônio da União, e a Companhia Cerâmica Brasileira, para locação do terreno situado à Rua Visconde de Niterói, n.º 132, em São Cristóvão, no Distrito Federal.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 13 de setembro de 1957.

APOLÔNIO SALLES,

Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

LEI N.º 3.188 — DE 2 DE JULHO
DE 1957

Cria o Museu Nacional de Imigração e Colonização, na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º É criado na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, o Museu Nacional de Imigração, para recolhimento de todos os objetos que recordam a imigração no sul do país, e também os documentos e publicações atinentes à mesma.

Art. 2.º O Ministério da Educação e Cultura criará ali as seções necessárias à conservação e exposição daqueles objetos e à elaboração e divulgação de estudos sociológicos, históricos, etnográficos e etnológicos com base no material recolhido.

Art. 3.º Para instalação do Museu Nacional de Imigração, fica o Governo Federal autorizado a adquirir o edifício existente naquela cidade, pertencente aos herdeiros do Príncipe de Joinville, conhecido por Palácio do Príncipe.

Art. 4.º Ao Ministro da Educação e Cultura caberá expedir o regulamento pelo qual se regerá o Museu Nacional de Imigração e tomar as providências legais para a organização do quadro de funcionários do mesmo Museu.

Art. 5.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 2 de julho de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK.

Clovis Salgado.

LEI N.º 3.189 — DE 2 DE JULHO
DE 1957

Permite a admissão de pessoas jurídicas nas Cooperativas de Transportes de Passageiros e de Cargas.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Nas Cooperativas de Transportes de Passageiros e de Cargas é permitida a admissão, como associados, de pessoas jurídicas cuja existência tenha por fim a exploração dos serviços de transportes de passageiros e de cargas.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 2 de julho de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK.

Mario Meneghetti.
Lucio Meira.

LEI N.º 3.190 — DE 2 DE JULHO
DE 1957

Concede isenção de direitos de importação, imposto de consumo e taxas aduaneiras para um busto do falecido Presidente Getúlio Vargas, a ser erigido em praça pública no município de Santa Vitória do Palmar, no Estado do Rio Grande do Sul.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º E' concedida isenção de direitos de importação, imposto de consumo e taxas aduaneiras, exceto a de

previdência social, para um busto do finado Presidente Getúlio Vargas, procedente de Montevidéu, República Oriental do Uruguai, destinado à Prefeitura de Santa Vitória do Palmar, Estado do Rio Grande do Sul, a ser erigido em praça pública no município de Santa Vitória do Palmar, naquele mesmo Estado.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 2 de julho de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHER.

José Maria Alkmim.

LEI N.º 3.191 — DE 2 DE JULHO DE 1957

Cria a Universidade do Pará e dá outras providências

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' criada a Universidade do Pará, com sede em Belém, capital do Estado do Pará, integrada no Ministério da Educação e Cultura — Diretoria do Ensino Superior — e incluída na categoria constante do item I, art. 3.º, da Lei n.º 1.254, de 4 de dezembro de 1950.

Parágrafo único. A Universidade terá personalidade jurídica e gozará de autonomia didática, financeira, administrativa e disciplinar, na forma da lei.

Art. 2.º A Universidade compor-se-á dos seguintes estabelecimentos de ensino superior:

- a) Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará (Lei n.º 1.049, de 3 de janeiro de 1950);
- b) Faculdade de Direito do Pará (Lei n.º 1.254, de 4 de dezembro de 1950);
- c) Faculdade de Farmácia de Belém do Pará (Lei n.º 1.254, de 4 de dezembro de 1950);
- d) Escola de Engenharia do Pará (Decreto n.º 7.215, de 24 de maio de 1941);
- e) Faculdade de Odontologia do Pará (Decreto n.º 6.072, de 13 de agosto de 1940);
- f) Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Pará;
- g) Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais do Pará.

§ 1.º As Faculdades e Escola mencionadas neste artigo passam a denominar-se: Faculdade de Medicina, Faculdade de Direito, Faculdade de Farmácia, Escola de Engenharia, Faculdade de Odontologia, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais da Universidade do Pará.

§ 2.º A agregação de outro curso ou de outro estabelecimento de ensino depende de parecer favorável do Conselho Universitário e de deliberação do Governo, na forma da lei, e assim a desagregação.

Art. 3.º O patrimônio da Universidade do Pará será formado pelos:

- a) bens móveis e imóveis pertencentes ao Patrimônio da União e ora utilizados pelos estabelecimentos de ensino superior mencionados no artigo anterior e que lhe são transferidos por esta lei;
- b) bens e direitos que adquirir ou que lhe sejam transferidos, na forma da lei;
- c) legados e doações legalmente aceitos;
- d) saldos da receita própria e dos recursos orçamentários, ou outros que lhe forem destinados.

Parágrafo único. A aplicação desses saldos depende de deliberação do Conselho Universitário e somente poderá sê-lo em bens patrimoniais ou em equipamentos, instalações e pesquisas, vedada qualquer alienação sem expressa autorização do Presidente da República.

Art. 4.º Independente de qualquer indenização, são incorporados ao patrimônio da Universidade, mediante escritura pública, todos os bens móveis, imóveis e direitos ora na posse ou utilizados pela Escola de Engenharia e pela Faculdade de Odontologia, referidas no art. 2.º.

Art. 5.º É assegurado o aproveitamento, no serviço público federal, a partir da data da publicação desta lei, do pessoal da Escola de Engenharia e da Faculdade de Odontologia, nas seguintes condições:

- a) os professores catedráticos, no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Cultura, contando-se o tempo de serviço para efeito de disponibilidade, aposentadoria e gratificação de magistério;
- b) os demais empregados, como extranumerários, em tabelas criadas para esse fim, pelo Poder Executivo, contando-se o tempo de serviço para os efeitos do art. 192 da Constituição Federal.

§ 1.º Para cumprimento do que dispõe este artigo, a administração da Escola de Engenharia e da Faculdade de Odontologia apresentarão à Diretoria do Ensino Superior a relação, acompanhada pelo currículo, de seus professores e servidores, especificando a forma de investidura, a natureza do serviço que desempenham, a data da admissão e a remuneração.

§ 2.º Os professores não admitidos na forma da legislação federal do ensino superior para regência de cátedra em caráter efetivo poderão ser aproveitados interinamente.

§ 3.º Serão expedidos pelas autoridades competentes os títulos de nomeação decorrentes do aproveitamento determinado neste artigo.

Art. 6.º Para execução do que determina o art. 1.º, é criado no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Cultura um cargo de Reitor padrão CC-3, uma função gratificada de Secretário FG-5 e uma de Chefe de Portaria FG-7.

Art. 7.º Para execução do disposto no art. 2.º, letras d e e, e no art. 5.º são criados, no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Cultura, cargos de Professor Catedrático padrão O, uma função gratificada de Diretor FG-3, uma de Secretário FG-5 e uma de Chefe de Portaria FG-7, para a Escola de Engenharia; e doze cargos de Professor Catedrático padrão O, uma função gratificada de Diretor FG-3, uma de Secretário FG-5 e uma de Chefe de Portaria FG-7, para a Faculdade de Odontologia.

Art. 8.º Para cumprimento das disposições desta lei, é aberto ao Ministério da Educação e Cultura o crédito especial de Cr\$ 6.984.000,00 (seis milhões, novecentos e oitenta e quatro mil cruzeiros), sendo Cr\$ 4.929.600,00 (quatro milhões, novecentos e vinte e nove mil e seiscentos cruzeiros) para Pessoal Permanente, Cr\$ 110.400,00 (cento e dez mil e quatrocentos cruzeiros) para funções gratificadas e Cr\$ 1.944.000,00 (um milhão, novecentos e quarenta e quatro mil cruzeiros) para pessoal extranumerário.

Art. 9.º O custeio das verbas Material, Serviços e Encargos e Obras, Equipamentos e Aquisições de Imóveis, da Universidade do Pará, durante 10 (dez) anos, a partir do exercício imediato ao da publicação desta lei, será feito pelos recursos postos à disposição da Reitoria pela Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, nunca inferiores

a Cr\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de cruzeiros) por ano e até o dia 30 de março de cada ano.

§ 1.º Dêse recurso, 20% (vinte por cento) destinam-se aos serviços de manutenção eficiente do ensino e os restantes à construção dos edifícios, às instalações e a equipamentos novos, nas áreas a serem doadas à Universidade pelo Governo do Estado do Pará ou pela Municipalidade de Belém, mediante escritura pública e prévia aprovação do Ministério da Educação e Cultura.

§ 2.º As contas referidas neste artigo serão movimentadas pelo Reitor, obrigados todos os depósitos no Banco de Crédito da Amazônia S.A.

§ 3.º A prestação de contas dos recursos de que trata este artigo fica sujeita à aprovação do Tribunal de Contas, na forma da lei.

Art. 10. O Estatuto da Universidade do Pará, que obedecerá aos moldes genéricos dos das universidades federais, será expedido pelo Poder Executivo dentro em 120 (cento e vinte) dias da data da publicação desta lei.

Art. 11. A federalização das Faculdades e Escola referidas nas letras d e, f e g do art. 2.º somente se realizará depois de efetivada a transferência mencionada no art. 4.º.

Art. 12. Até que sejam assinadas as escrituras referidas no § 1.º do art. 9.º, 80% (oitenta por cento) dos recursos mencionados nesse artigo serão mantidos em depósito no Banco do Brasil, vencendo os juros legais.

Art. 13. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 14. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 2 de julho de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK

Clovis Salgado

José Maria Alkmim.

LEI Nº 3.192 — DE 4 DE JULHO DE 1957

Modifica disposições da Lei nº 818, de 18 de setembro de 1949, que regula a aquisição, a perda e a reaquisição da nacionalidade e a perda dos direitos políticos.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os arts. 7º, 8º, 9º, 10, 15, 16, 19, 34, 35 e 43 e o título 7º da Lei nº 818, de 18 de setembro de 1949, que regula a aquisição, a perda e a aquisição da nacionalidade e a perda dos direitos políticos, passam a vigorar com as seguintes alterações e acréscimo:

“Art. 7º

Parágrafo único. A naturalização poderá ser concedida mediante decreto coletivo, desde que, no seu texto, fique perfeitamente individualizado cada beneficiário”.

“Art. 8º

§ 1º A estrangeira, casada com brasileiro, e aos portugueses não se exigirá o requisito do nº IV, bastando aos últimos, quanto aos dos ns. II e III, a prova de residência ininterrupta durante um ano e o uso adequado da língua portuguesa”.

“Art. 9º

VI — ser ou ter sido empregado em missão diplomática ou repartição consular do Brasil e contar vinte anos de bons serviços”.

“Art. 10.

§ 1º A petição será assinada pelo naturalizando ou, se fôr português e analfabeto, por procurador com poderes especiais, devendo ter reconhecida a firma e ser instruída com os seguintes documentos:

III — Atestado policial de bons antecedentes e fôlha corrida, passados pelos serviços competentes do lugar do Brasil, onde resida.

§ 2º Desde que a carteira de identidade, de que trata o nº I, omita qualquer dado relativo à qualificação do naturalizando, deverá ser apresentado documento que o comprove.

“Art. 15. Uma vez publicado, o decreto de naturalização será arquivado no Ministério da Justiça e Negócios Interiores, onde se extrairá, de ofício, certidão relativa a cada naturalizando, visada pelo Diretor Geral do Departamento competente. Essa certidão será remetida ao Juiz de Direito do domicílio do interessado, a fim de lhe ser imediata e solenemente entregue, em audiência pública, na qual se explicará a significação do ato, advertindo-se quanto aos deveres e direitos dêles decorrentes.

§ 3º Na mesma audiência poderá ser entregue mais de uma certidão.

§ 4º A certidão referida neste artigo conterà, sob o título de “Certificado de Naturalização”, os seguintes dizeres e indicações essenciais: “O Diretor Geral do Departamento do Interior e da Justiça do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, na conformidade do art. 15 da Lei nº 818, de 18 de setembro de 1949, alterada pela de nº (Número e data), *Certifica* que, por decreto do Sr. Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, de (dia, mês e ano do ato de naturalização) foi concedida, nos termos do art. 1º, nº IV, da citada Lei nº 818, a naturalização que pediu (nome do naturalizado, especificando-se país de origem: dia, mês e ano de nascimento; filiação e residência), a fim de que possa gozar dos direitos outorgados pela Constituição e Leis do Brasil”.

“Art. 16. A entrega da certidão constará de termo lavrado no livro de audiências e assinado pelo Juiz e pelo naturalizando, devendo este:

§ 2º Será anotada na certidão e comunicada, assim ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, como à repartição encarregada do recrutamento militar, a data da entrega, e dela também constará a declaração de haver sido prestado o compromisso e lavrado o termo.

§ 3º O ato de naturalização ficará sem efeito, salvo motivo de força maior devidamente comprovado, se a entrega da certidão não fôr solicitada no prazo de seis ou doze meses, contados da data da publicação, conforme o naturalizando residir no Distrito Federal, ou noutro ponto do território brasileiro.

§ 4º Decorrido qualquer desses prazos, será a certidão devolvida ao Ministro que, por simples despacho, mandará arquivá-la, apostilando-se-lhe a circunstância no livro especial de registro (art. 43).

§ 5º Se o naturalizando, no curso do processo, mudar de residência, poderá requerer lhe seja efetuada entrega da certidão no lugar para onde se houver mudado”.

“Art. 19. A naturalização só produzirá efeito após a entrega da certidão, na forma dos arts. 15 e 16, e confere ao naturalizado o gozo de todos os direitos civis e políticos, excetuados os que a Constituição Federal atribui exclusivamente a brasileiros natos”.

“Art. 34. A decisão que concluir pelo cancelamento da naturalização, depois de transitar em julgado, será remetida, por cópia, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, a fim de ser apostilada a circunstância em livro especial de registro (art. 43)”.

"Art. 35. Será nulo o ato de naturalização se provada a falsidade ideológica ou material de qualquer dos requisitos exigidos pelos arts. 8º e 9º.

§ 2º A ação de nulidade deverá ser proposta dentro dos quatro anos que se seguirem à entrega da certidão de naturalização".

"Art. 43. Haverá no Departamento competente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores dois livros especiais destinados, um, a servir de índice nominal das naturalizações concedidas e, outro, ao registro dos títulos declaratórios, expedidos na forma do art. 6º".

Art. 2º O título 7º "Da Nulidade do Decreto de Naturalização" fica assim redigido: "Da Nulidade do Ato de Naturalização".

Art. 3º Essa lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 4 de julho de 1957; 136º da Independência e 69º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE.

Nereu Ramos.

LEI N.º 3.193 — DE 4 DE JULHO DE 1957

Dispõe sobre a aplicação do art. 31, V, letra b, da Constituição Federal, que isenta de imposto templos de qualquer culto, bens e serviços de partidos políticos, instituições de educação e de assistência social.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios e vedado lançar imposto sobre templos de qualquer culto, bens e serviços de partidos políticos, instituições de educação e de assistência social, desde que as suas rendas sejam aplicadas integralmente no País para os respectivos fins (Constituição Federal, art. 31, V, letra b).

Art. 2º As entidades, a que se refere o art. 1º, juntando a prova que tiverem, deverão requerer a declaração da isenção à autoridade administrativa competente, que decidirá no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

Parágrafo único. Enquanto não for o assunto decidido pela referida autoridade, fica suspensa qualquer cobrança administrativa ou judicial do tributo.

Art. 3º Se a administração indeferir o pedido, é lícito ao ministro ou encarregado do culto religioso ou à direção do partido, assim como à instituição ou associação requerer ao Juiz competente lhes declare a isen-

ção, para o julgamento dos feitos em que for parte a administração em causa.

§ 1º O requerimento, acompanhado das provas existentes ou de outras, que se fizerem mister, inclusive a testemunhal, poderá ser assinado pela parte, independente de intervenção de advogado, e mencionará o nome e a qualidade do ministro ou entidade em causa, fins e razões da isenção e pedirá a citação do Poder Público interessado.

§ 2º Recebendo o requerimento, o Juiz determinará a citação e, se houver protesto por depoimento de testemunhas, marcará dia e hora para a sua realização, não podendo demorar mais de 10 (dez) dias.

§ 3º Terminada a fase de prova, as partes terão, em comum, o prazo de 48 (quarenta e oito) horas para alegações, findo o qual, os autos serão enviados ao Juiz, que decidirá em 5 (cinco) dias. Se for declarada a isenção, o Juiz expedirá imediatamente o mandado contra a administração interessada.

Art. 4º Do despacho do Juiz caberá agravo do instrumento para o Tribunal Superior, na forma do processo comum.

Art. 5º O processo correrá na primeira instância sem pagamento de custas.

Art. 6º O despacho que reconhecer a isenção fará coisa julgada; o que negar não impedirá a discussão do assunto no executivo fiscal ou outra ação.

Art. 7.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 4 de julho de 1957; 133.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

Nereu Ramos

José Maria Alkmim

Clovis Salgado

LEI N.º 3.194 — DE 4 DE
JULHO DE 1957

Altera o disposto no parágrafo único do art. 1.º do Decreto-lei n.º 8.104, de 18 de outubro de 1945, que doa à Fundação Brasil Central patentes de invenção, marcas de fábricas, modelos de utilidade, desenhos ou modelos industriais e de comércio, títulos de estabelecimentos, insígnias e frases de propaganda incorporadas ao Patrimônio Nacional, e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Acrescente-se ao parágrafo único do art. 1.º do Decreto-lei número 8.104, de 18 de outubro de 1945, *in fines* "...quando não o forem em despesas ou gastos de interesse mais geral e premente, tais como ensino, alimentação e habitação, mediante autorização prévia de seu Conselho Diretor".

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 4 de julho de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

Nereu Ramos

José Maria Alkmim

Parsifal Barroso

LEI N.º 3.195 — DE 4 DE
JULHO DE 1957

Concede isenção de direitos de importação, de consumo e de taxas aduaneiras, inclusive a de previdência social, para o material hospitalar importado pelo Instituto das Pequenas Missionárias de Maria Imaculada, destinado ao Sanatório Marques Lisboa, situado no Morro das Pedras, na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É concedida isenção de direitos, imposto de consumo e taxas aduaneiras, inclusive e de previdência social, para o material hospitalar importado pelo Instituto das Pequenas Missionárias de Maria Imaculada, destinado ao Sanatório Marques Lisboa, situado no Morro das Pedras, em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, conforme se encontra descrito na promessa de venda n.º 19.818, de 28 de junho de 1955, e n.º 20.532, de 11 de agosto de 1955, do Banco do Brasil, e na fatura consular número 0.047, visada pelo Consulado Geral do Brasil em Nova Orleans, a 20 de janeiro de 1936, material este chegado ao porto do Rio de Janeiro pelo navio "Del Valle".

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 4 de julho de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

José Maria Alkmim

LEI N.º 3.196 — DE 6 DE
JULHO DE 1957

Autoriza o Poder Executivo a encampar e incorporar ao patrimônio da Estrada de Ferro Leopoldina a Estrada de Ferro Itapemirim, de propriedade do Estado do Espírito Santo.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a encampar e incorporar

ao patrimônio da Estrada de Ferro Leopoldina a Estrada de Ferro Itapemirim, de propriedade do Estado do Espírito Santo.

Art. 2.º E' também o Poder Executivo autorizado a entrar em entendimentos com o governo do Estado do Espírito Santo sobre a encampação e incorporação daquela estrada.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 6 de julho de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE.

Lucio Meira.

LEI N.º 3.197 — DE 6 DE JULHO DE 1957

Concede isenção de todos os impostos e taxas para o material doado à Missão Presbiteriana do Norte do Brasil.

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' concedida isenção de todos os impostos e taxas, exceto a de previdência social, para o material doado à Missão Presbiteriana do Norte do Brasil, destinado à remodelação da tipografia Norte Evangélico, sediada na cidade do Recife, Estado de Pernambuco.

Art. 2.º O material a que se refere o artigo anterior é o seguinte, constante e relacionado nas faturas abaixo discriminadas:

Licença n.º DG/55/30.680-29.790 — 3 linótipos com 5 magazines cada, com serra-mor e acessórios.

Licença n.º DG-55/30.685-29.795 — 1 impressora automática, com rama de 66 x 96 cm;

2 impressoras automáticas, com rama de 40 x 60 cm;

2 impressoras automáticas, com rama de 33 x 24 cm;

1 máquina de pautaço;

1 máquina de tirar provas.

Licença n.º DG-55/30.684-29.794 — 1 máquina elétrica de serrilhar papel;

1 grameadora elétrica;

1 guilhotina elétrica, com 110 cm de boca;

1 máquina elétrica de perfurar;

1 máquina de cantilhar.

Licença n.º DG-55/30.679-29.789 — 1 máquina automática para costurar livros.

Licença n.º DG-55/30.683-29.793 — 10 fontes de tipo, de 30 quilos cada, fantasia, de 12 a 42 pontos;

30 fontes de tipo, de 40 quilos, para títulos de 12 a 60 pontos;

60 quilos de fios metálicos variados de 1 a 6 pontos;

60 quilos de vinhetas variadas, de 4 a 12 pontos;

200 quilos de quadrados variados, de 10 a 120 pontos.

Licença n.º DG-55/30.681-29.791 — 30 numeradores automáticos para tipografia.

Licença n.º DG-55/30.682-29.792 — 60 galés metálicas variadas, para composição tipográfica.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 6 de julho de 1957. — 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE.

José Maria Alkmim.

LEI N.º 3.198 — DE 6 DE JULHO DE 1957

Denomina Instituto Nacional de Educação de Surdos o atual Instituto Nacional de Surdos-Mudos.

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O Instituto Nacional de Surdos-Mudos, do Ministério da Educação e Cultura, passa a denominar-se Instituto Nacional de Educação de Surdos.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 6 de julho de 1957. — 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE.

Clovis Salgado.

LEI N.º 3.199 — DE 8 DE JULHO DE 1957

Concede a Maria de Figueiredo da Costa a pensão especial de Cr\$ 3.000,00 mensais.

O Presidente da República faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É concedida a Maria de Figueiredo da Costa, viúva do Coronel Francisco Simplicio Ferreira da Costa, ex-membro do Governo revolucionário do Acre, a pensão especial de Cr\$ 3.000,00 (três mil cruzeiros) mensais.

Art. 2.º A pensão a que se refere o art. 1.º desta lei correrá à conta da dotação orçamentária do Ministério da Fazenda, destinada aos pensionistas da União.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 8 de julho de 1957; 136º da Independência e 69º da República.

JUSCELINO KUBITSCHER
José Maria Alkmim

LEI N.º 3.200, — DE 8 DE JULHO DE 1957

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 1.680.000,00, destinado ao pagamento de aluguéis devidos ao Clube de Engenharia.

O Presidente da República faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Saúde o crédito especial de Cr\$ 1.680.000,00 (um milhão seiscentos e oitenta mil cruzeiros), destinado ao pagamento de aluguéis devidos ao Clube de Engenharia, no período de setembro a dezembro de 1956.

Art. 2.º O crédito especial, de que trata esta lei, será registrado automaticamente pelo Tribunal de Contas, distribuído ao Tesouro Nacional e creditado no Banco do Brasil S. A. em favor do Ministério da Saúde.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 8 de julho de 1957; 136º da Independência e 69º da República.

JUSCELINO KUBITSCHER
Maurício de Medeiros
José Maria Alkmim

LEI N.º 3.201 — DE 8 DE JULHO DE 1957

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 250.000,00, destinado a recompensar os trabalhos realizados por Oscar Salvador Cordeiro, no Lobato, Estado da Bahia.

O Presidente da República faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil cruzeiros), destinado a recompensar os trabalhos realizados por Oscar Salvador Cordeiro, no Lobato, Estado da Bahia, com estudos e localização de zonas petrolíferas.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 8 de julho de 1957; 136º da Independência e 69º da República.

JUSCELINO KUBITSCHER
Mario Meneghetti
José Maria Alkmim

LEI N.º 3.202 — DE 10 DE JULHO DE 1957

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00, para atender às despesas com a realização da V Conferência Rural Brasileira.

O Presidente da República: Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da

Agricultura, o crédito especial de.... Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros), para atender às despesas com a realização da V Conferência Rural Brasileira, no mês de maio de 1957, na cidade de Belém, Estado do Pará, promovida pela Confederação Rural Brasileira.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 10 de julho de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE.

Mario Meneghetti.

José Maria Alkmim.

LEI N.º 3.203 — DE 10 DE JULHO DE 1957

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 193.906,30, destinado a atender às despesas com ereção de um Pantheon em Maceió, Estado de Alagoas.

O Presidente da República: Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de..... Cr\$ 193.906,30 (cento e noventa e três mil novecentos e seis cruzeiros e trinta centavos), em reforço do crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros) autorizado pela Lei n.º 1.866, de 26 de maio de 1953, e destinado a atender às despesas, com ereção de um Pantheon em Maceió, Estado de Alagoas, para onde serão trasladados os restos mortais dos Marechais Deodoro da Fonseca, Floriano Peixoto e do Dr. Tavares Bastos.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 10 de julho de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE.

Henrique Lott.

José Maria Alkmim.

LEI N.º 3.204 — DE 10 DE JULHO DE 1957

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 40.790,00, para pagamento de indenização do capitão intendente do Exército Austerlitz Brito Mendes.

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 40.790,00 (quarenta mil, setecentos e noventa cruzeiros) para pagamento de indenização ao capitão intendente do Exército, Austerlitz Brito Mendes, de igual importância reposta aos cofres da Fazenda Nacional, por ocasião do furto verificado no Parque de Motomecanização da 3.ª Região Militar, cujos verdadeiros autores, posteriormente identificados, foram presos e condenados pela Justiça Militar.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 10 de julho de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE.

Henrique Lott

José Maria Alkmim

LEI N.º 3.205 — DE 15 DE JULHO DE 1957

Altera o art. 1.º da Lei n.º 403, de 24 de setembro de 1948, que reestrutura os cargos de tesoureiro e ajudante de tesoureiro do Serviço Público Federal.

O Vice-Presidente do Senado Federal promulga, de conformidade com o art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte lei, resultante de projeto vetado pelo Presidente da República e mantido pelo Congresso Nacional.

Art. 1.º O artigo 1.º da Lei n.º 403, de 24 de setembro de 1948, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1.º As Tesourarias das repartições subordinadas ao Ministério da Fazenda são classificadas em: 5 (cinco) categorias, de acordo com a arrecadação, os pagamentos ou a movimentação de valores a seu cargo da forma seguinte:

1.ª Categoria — Tesourarias de movimento superior a
Cr\$ 6.000.000.000,00 (seis bilhões de cruzeiros), compreendendo as do Distrito Federal e Estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul: Tesoureiro, cargo em comissão, símbolo CC-3; Tesoureiro Auxiliar, cargo isolado, símbolo CC-5.

2.ª Categoria — Tesourarias de movimento superior a
Cr\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de cruzeiros), até Cr\$ 6.000.000.000,00 (seis bilhões de cruzeiros), compreendendo as dos Estados de Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro: Tesoureiro, cargo em comissão, símbolo CC-4; Tesoureiro Auxiliar, cargo isolado, símbolo CC-6.

3.ª Categoria — Tesourarias de movimento superior a
Cr\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de cruzeiros), até
Cr\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de cruzeiros), compreendendo as dos Estados do Ceará, Paraná, Santa Catarina, Pará, Rio Grande do Norte e Paraíba: Tesoureiro, cargo em comissão, símbolo CC-5; Tesoureiro Auxiliar, cargo isolado, símbolo CC-7.

4.ª Categoria — Tesourarias de movimento superior a Cr\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de cruzeiros), até Cr\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de cruzeiros), compreendendo as dos Estados do Espírito Santo, Maranhão, Piauí, Amazonas, Alagoas e Goiás: Tesoureiro, cargo em comissão, símbolo CC-6; Tesoureiro Auxiliar, cargo isolado, padrão O.

5.ª Categoria — Tesourarias de movimento inferior a Cr\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de cruzeiros), compreendendo as dos Estados de Sergipe e Mato Grosso: Tesoureiro, cargo em comissão, símbolo CC-7; Tesoureiro Auxiliar, cargo isolado, padrão M".

Art. 2.º O Poder Executivo reverá quinquinamente a classificação das Tesourarias nas categorias previstas nesta lei, de acordo com o aumento da movimentação dos valores.

Art. 3.º Os Tesoureiros Auxiliares, Conferentes, Conferentes de Valores Interinos, substitutos, que a 28 de outubro de 1954 se encontravam exercendo os respectivos cargos, serão aproveitados nas vagas que vierem a ocorrer ou se criarem, após a vigência da presente lei, nos respectivos setores, respeitado o critério antiguidade.

Art. 4.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 15 de julho de 1957.

APOLÔNIO SALLES

LEI N.º 3.206 — DE 18 DE
JULHO DE 1957

Concede a pensão especial de Cr\$ 3.000,00 mensais a Sofia Berenice da Silva Masson, viúva de Alvaro Sayão Masson.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º É concedida a pensão especial de Cr\$ 3.000,00 (três mil cruzeiros) mensais a Sofia Berenice da Silva Masson, viúva de Alvaro Sayão Masson, ex-servidor, durante 21 (vinte e um) anos, da Comissão Rondon, vitimado por grave enfermidade contraída no desempenho de sua função.

Art. 2.º O pagamento da pensão, de que trata o artigo anterior, correrá à conta da verba orçamentária do Ministério da Fazenda, destinada aos pensionistas da União.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de julho de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE.

José Maria Alkmim

LEI N.º 3.207. — DE 18 DE JULHO
DE 1957

Regulamenta as atividades dos empregados vendedores, viajantes ou praticistas.

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º As atividades dos empregados vendedores, viajantes ou praticistas serão reguladas pelos preceitos desta lei, sem prejuízo das normas estabelecidas na Consolidação das Leis do Trabalho — Decreto-lei número 5.452, de 1 de maio de 1943 — no que lhes for aplicável.

Art. 2.º O empregado vendedor terá direito à comissão avençada sobre as vendas que realizar. No caso de lhe ter sido reservada expressamente, com exclusividade, uma zona de trabalho, terá esse direito sobre as vendas ali realizadas diretamente pela empresa ou por um preposto desta.

§ 1.º A zona de trabalho do empregado vendedor poderá ser ampliada ou restringida de acordo com a necessidade da empresa, respeitados os dispositivos desta lei quanto à irredutibilidade da remuneração.

§ 2.º Sempre que, por conveniência da empresa empregadora, for o empregado viajante transferido da zona de trabalho, com redução de vantagens, ser-lhe-á assegurado, como mínimo de remuneração, um salário correspondente à média dos 12 (doze) últimos meses, anteriores à transferência.

Art. 3.º A transação será considerada aceita se o empregador não a recusar por escrito, dentro de 10 (dez) dias contados da data da proposta. Tratando-se de transação a ser concluída com comerciante ou empresa estabelecida noutro Estado ou no estrangeiro, o prazo para aceitação ou recusa da proposta de venda será de 90 (noventa) dias, podendo, ainda, ser prorrogado, por tempo determinado, mediante comunicação escrita feita ao empregado.

Art. 4.º O pagamento de comissões e percentagem deverá ser feito men-

salmente, expedindo a empresa, no fim de cada mês, a conta respectiva com as cópias das faturas correspondentes aos negócios concluídos.

Parágrafo único. Ressalva-se às partes interessadas fixar outra época para o pagamento de comissões e percentagens, o que, no entanto, não poderá exceder a um trimestre, contado da aceitação do negócio, sendo sempre obrigatória a expedição, pela empresa, da conta referida neste artigo.

Art. 5.º Nas transações em que a empresa se obrigar por prestações sucessivas, o pagamento das comissões e percentagens será exigível de acordo com a ordem de recebimento das mesmas.

Art. 6.º A cessação das relações de trabalho, ou a inexecução voluntária do negócio pelo empregador, não prejudicará a percepção das comissões e percentagens devidas.

Art. 7.º Verificada a insolvência do comprador, cabe ao empregador o direito de estornar a comissão que houver pago.

Art. 8.º Quando for prestado serviço de inspeção e fiscalização pelo empregado vendedor, ficará a empresa vendedora obrigada ao pagamento adicional de 1/10 (um décimo) da remuneração atribuída ao mesmo.

Art. 9.º O empregado vendedor viajante não poderá permanecer em viagem por tempo superior a 6 (seis) meses consecutivos. Em seguida a cada viagem haverá um intervalo para descanso, calculado na base de 3 (três) dias por mês da viagem realizada, não podendo, porém, ultrapassar o limite de 15 (quinze) dias.

Art. 10. Caracterizada a relação de emprego, aplicam-se os preceitos desta lei a quantos exercerem funções iguais, semelhantes ou equivalentes aos empregados-viajantes, embora sob outras designações.

Art. 11. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 18 de julho de 1957; 136.ª da Independência e 69.ª da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK.

Parsifal Barroso.

LEI N.º 3.208 — DE 19 DE
JULHO DE 1957

Concede o auxílio de Cr\$ 2.000.000,00 à Prefeitura Municipal de São João de Muqui, no Estado do Espírito Santo, para reparação de danos causados por enchentes.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º A União prestará ao Estado do Espírito Santo, em socorro do Município de São João de Muqui, o seguinte auxílio:

a) assistência às populações flageladas, promovendo a restauração de habitações, recuperação de rebanhos, lavouras e instalações industriais;

b) reconstrução e reparo de vias de comunicação, obras e serviços públicos, hospitais e estabelecimentos de educação e de assistência social.

Art. 2.º A aplicação do auxílio obedecerá a planos elaborados e aprovados pelo Município flagelado, por intermédio do Governo do Estado do Espírito Santo.

Art. 3.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial até Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros) para execução do disposto no art. 1.º.

Art. 4.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 19 de julho de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

Nereu Ramos

José Maria Alkmin

LEI N.º 3.209 — DE 19 DE
JULHO DE 1957

Concede isenção de direitos de importação, imposto de consumo, taxas aduaneiras e a de previdência social para mercadorias doadas ao Instituto Nacional de Imigração e Colonização.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' concedida isenção de direitos de importação, imposto de consumo e taxas aduaneiras, inclusive a de previdência social, para 3.488 (três mil quatrocentos e oitenta e oito) pacotes, doados ao Instituto Nacional de Imigração e Colonização, pelo governo americano, através da Church World Service dos Estados Unidos da América do Norte, contendo os seguintes gêneros alimentícios: leite, manteiga, queijo, carne em conserva, farinha de trigo, arroz e gordura vegetal.

Art. 2.º Os gêneros alimentícios de que trata o art. 1.º destinam-se a distribuição gratuita, pelo Instituto Nacional de Imigração, às famílias de imigrantes e trabalhadores em trânsito, e não poderão ser vendidos ou permutados.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 19 de julho de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

José Maria Alkmin

LEI N.º 3.210 — DE 19 DE
JULHO DE 1957

Reconhece como de utilidade pública a Sociedade Corpo de Bombeiros Voluntários de Joinville, com sede e fóro na cidade de Joinville, no Estado de Santa Catarina.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' concedido o reconhecimento de utilidade pública à Sociedade Corpo de Bombeiros Voluntários de Joinville, com sede e fóro na cidade de Joinville, no Estado de Santa Catarina.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 19 de julho de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

Nereu Ramos

LEI N.º 3.211 — DE 19 DE
JULHO DE 1957

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — Tribunal Regional Eleitoral de Goiás — o crédito especial de Cr\$ 138.912,60 para ocorrer ao pagamento de gratificações adicionais, por tempo de serviço, aos servidores do Quadro de Pessoal da Secretaria do mesmo Tribunal.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — Tribunal Regional Eleitoral de Goiás — o crédito especial de Cr\$ 138.912,60 (cento e trinta e oito mil novecentos e doze cruzeiros e sessenta centavos) para ocorrer ao pagamento de gratificações adicionais, por tempo de serviço, aos servidores do Quadro do Pessoal da Secretaria do mesmo Tribunal amparados pela Lei n.º 2.831, de 20 de julho de 1956.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 19 de julho de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK

Nereu Ramos

José Maria Alkmim

LEI N.º 3.212 — DE 19 DE JULHO
DE 1957

Denomina Penitenciária Lemos Brito a atual Penitenciária Central do Distrito Federal.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' denominada Penitenciária Professor Lemos Brito a atual Penitenciária Central do Distrito Federal.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 19 de julho de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK

Nereu Ramos

LEI N.º 3.213 — DE 19 DE JULHO
DE 1957

Concede isenção de direitos de importação para as mercadorias doadas pela Church World Services (C. W. S.) dos Estados Unidos da América do Norte à Confederação Evangélica do Brasil.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' concedida isenção de direitos, imposto de consumo e taxas aduaneiras, inclusive a de previdência social, para 240 toneladas (ou 525.000 libras) de queijo, 400 toneladas (ou 1.000.000 libras) de leite em pó e 400 toneladas (ou 1.000.000 libras) de farinha de trigo, doadas à Confederação Evangélica do Brasil pela Church World Service (C. W. S.) dos Estados Unidos da América do Norte.

Art. 2.º As mercadorias referidas no art. 1.º destinam-se à distribuição gratuita, pela Confederação Evangélica do Brasil, ou entidades religiosas que a mesma determinar, entre famílias de imigrantes necessitados e instituições de assistência social do país, legalmente organizadas.

Art. 3.º E' autorizada a importação em parcelas das mercadorias que, em hipótese alguma, podem ser vendidas ou permutadas, até o ano de 1958.

Art. 4.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 19 de julho de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK

José Maria Alkmim

LEI Nº 3.214 — DE 19 DE JULHO DE 1957

Cria cargos no quadro do pessoal da Justiça do Trabalho da 6ª Região e dá outras providências

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam criados, no quadro do pessoal da Justiça do Trabalho da 6ª Região, os cargos constantes da tabela anexa, para lotação na 3ª Junta de Conciliação e Julgamento do Recife e na Junta de Conciliação e Julgamento de Paulista, Estado de Pernambuco, criadas pela Lei nº 2.279, de 3 de agosto de 1954.

Art. 2º Para atender, no corrente exercício, às despesas decorrentes desta lei fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Tribunal Regional da 6ª Região — o crédito especial até a quantia de Cr\$ 600.000,00 (seiscentos mil cruzeiros).

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 19 de julho de 1957; 136ª da Independência e 69ª da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

Nereu Ramos

José Maria Alkmim

TABELA A QUE SE REFERE O ART. 1.º DESTA LEI

Número de Cargos	CARGOS	Padrão
<i>Cargos isolados de provimento efetivo</i>		
1	Chefe de Secretaria da Junta de Conciliação e Julgamento do Recife	M
1	Chefe de Secretaria da Junta de Conciliação e Julgamento de Paulista	K
1	Oficial de Justiça da Junta de Conciliação e Julgamento do Recife	H
1	Oficial de Justiça da Junta de Conciliação e Julgamento de Paulista	G
<i>Cargos de carreira</i>		
4	Oficial Judiciário	H
8	Auxiliar Judiciário	E
4	Servente	C

Rio de Janeiro, 19 de julho de 1957.

LEI Nº 3.215 — DE 19 DE JULHO DE 1957

Cria a Escola Agrícola de Passo Fundo e a Escola de Iniciação Agrícola de Frederico Westphalen, no Estado do Rio Grande do Sul, e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam criadas, no Ministério da Agricultura, a Escola Agrícola de Passo Fundo e a Escola de Iniciação Agrícola de Frederico Westphalen, no Estado do Rio Grande do Sul, subordinadas à Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário, com o fim de ministrar os cursos previstos no Decreto-lei n.º 9.613, de 20 de agosto de 1946 — Lei Orgânica do Ensino Agrícola.

Art. 2º A construção e a instalação da Escola Agrícola de Passo Fundo serão feitas em cooperação com a Estação Experimental de Passo Fundo, do Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas, mantida pelo Ministério da Agricultura, naquele Município, utilizando-se, para isso, das benfeitorias que se fizerem necessárias. A Escola de Iniciação Agrícola de Frederico Westphalen será construída e instalada na área de terras para esse fim doadas pelo Estado do Rio Grande do Sul nas proximidades da referida cidade.

Art. 3º Para atender às despesas iniciais com a execução do disposto na presente lei, fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de cruzeiros), sendo Cr\$... 8.000.000,00 (oito milhões de cruzeiros) para a Escola Agrícola de Passo Fundo e Cr\$ 7.000.000,00 (sete milhões de cruzeiros) para a Escola de Iniciação Agrícola de Frederico Westphalen. Nos exercícios posteriores, a lei orçamentária consignará iguais dotações para esses estabelecimentos nas verbas destinadas à instalação e à manutenção das escolas de que trata a Lei Orgânica do Ensino Agrícola.

Art. 4º Ficam transferidos para a Escola de Iniciação Agrícola de Frederico Westphalen os saldos de dota-

ções orçamentárias a ela destinados para instalação em regime de acôrdo com o Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro em 19 de julho de 1957; 136º da Independência e 69º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK

Mario Meneghetti

José Maria Alkmim

LEI Nº 3.216 — DE 19 DE JULHO DE 1957

Autoriza o Poder Executivo a doar o terreno situado no pátio da Estação, à esquerda da linha férrea, à Prefeitura Municipal de Pouso Alegre, no Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Prefeitura Municipal de Pouso Alegre, no Estado de Minas Gerais, o terreno situado no pátio da Estação, à esquerda da linha férrea, com as seguintes dimensões e confrontações: Começa no ponto A, distante do eixo da estação 78m,00 e do eixo da linha direta 12m,00; segue em linha reta, no alinhamento da rua até o canto do muro, ponto B, com a extensão de 11m,00; seguindo o muro do alinhamento deste até o ponto C, em 46m,50; acompanha a quebra do muro para o lado esquerdo, com 3m,00 de comprimento até o ponto D; deixa o muro e segue para a direita na inclinação de 51º até o ponto E, com 13m,80, volta para a esquerda, com ângulo de 90º, em direção à linha férrea e chega ao ponto F, 14m,50 de extensão e distante 12m,00 do eixo da linha principal; do ponto F, o alinhamento volta para a esquerda paralelamente à linha principal e medindo 65m,00 chega ao ponto A, origem do perímetro, cuja área, compreendida pelas letras já mencionadas, é de.... 303,45m².

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 19 de julho de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK.
José Maria Alkmim.
Nereu Ramos.

LEI N.º 3.217 — DE 19 DE
JULHO DE 1957

Acrescenta um parágrafo ao artigo 4.º, da Lei n.º 2.189, de 3 de março de 1954, que reorganiza os cursos do Departamento Nacional da Criança (C. D. N. Cr.), e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' acrescentado ao artigo 4.º, da Lei n.º 2.189, de 3 de março de 1954, o seguinte parágrafo:

"Art. 4.º

§ 3.º Os professores e assistentes não compreendidos nos casos de que tratam os parágrafos 1.º e 2.º deste artigo, perceberão, por hora de aula dada ou de trabalho executado, os honorários que forem fixados em regulamento, dentro dos recursos orçamentários."

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 19 de julho de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK
Maurício de Medeiros

LEI N.º 3.218 — DE 19 DE
JULHO DE 1957

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 13.000.000,00, para atender às despesas decorrentes da visita ao Brasil do Presidente da República Portuguesa.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 13.000.000,00 (treze milhões de cruzeiros) para atender às despesas decorrentes da visita ao Brasil do Presidente da República Portuguesa.

Parágrafo único. O crédito especial, de que trata este artigo, será automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 19 de julho de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK
José Carlos de Macedo
Soares
José Maria Alkmim

LEI N.º 3.219 — DE 19 DE
JULHO DE 1957

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 150.000.000,00 para aquisição de materiais atômicos.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de cruzeiros), destinado a atender às despesas com a aquisição de materiais atômicos.

Art. 2.º O crédito especial, a que se refere esta lei, será colocado, no Banco do Brasil S. A., à disposição do Presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear, criada pelo Decreto n.º 40.110, de 10 de outubro de 1956, a fim de ser utilizado na aquisição de materiais atômicos, de acordo com as normas e instruções que foram aprovadas pelo Presidente da República.

Art. 3.º O Presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear prestará contas ao Tribunal de Contas da União da aplicação dada ao crédito especial autorizado pela presente lei.

Art. 4.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 19 de julho de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

José Maria Alkmim

Nereu Ramos

LEI N.º 3.220 — DE 19 DE
JULHO DE 1957

Dispõe sobre o pagamento das prestações de benefícios, em caso de falecimento de segurado ou seu beneficiário, pelos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Em caso de falecimento do segurado ou seu beneficiário de Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões, o pagamento das prestações de benefícios não recebidos até à data do falecimento será feito aos demais beneficiários seus, inscritos regularmente nas instituições, independentemente de inventário, arrolamento ou alvará judicial.

Parágrafo único Não havendo beneficiário inscrito, o pagamento ficará sujeito à apresentação dos seguintes documentos:

- I — certidão de óbito;
- II — certidão de registro civil de casamento, quando for o caso;
- III — certidão de registro de nascimento dos filhos;
- IV — atestado firmado por uma das seguintes pessoas: autoridade judicial, autoridade policial ou presidente do Sindicato a que pertencia o falecido, contendo os seguintes elementos:

- a) nome do segurado e beneficiários;
- b) filiação;

c) data de falecimento do segurado ou beneficiário;

d) declaração de que não deixou outros herdeiros nem bens, além dos mencionados;

e) a responsabilidade do atestante pelo conteúdo da declaração.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 19 de julho de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

Parsifal Barroso

LEI N.º 3.221 — DE 19 DE
JULHO DE 1957

Corrige designação de dotação da Lei Orçamentária da União para o exercício financeiro de 1953.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º A designação da dotação constante da Verba 4, Consignação 8, Subconsignação 19.2.32, Alínea 218, do Anexo n.º 25 — Ministério da Viação e Obras Públicas — da Lei n.º 1.757, de 10 de dezembro de 1952, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1953 é a seguinte:

— Ponte sobre o rio Vasa Barris, na rodovia Simão Dias Mucambo.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 19 de julho de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

José Maria Alkmim

Lúlio Meira

LEI N.º 3.222 — DE 21 DE JULHO DE 1957

Extingue o Quadro Auxiliar de Administração do Exército e o de Topógrafos do Serviço Geográfico do Exército; dispõe sobre a formação do Quadro de Oficiais de Administração e do Quadro de Oficiais Especialistas, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º São extintos o Quadro Auxiliar de Administração do Exército (QAA) e o de Topógrafos do Serviço Geográfico do Exército.

Art. 2.º O Quadro de Oficiais de Administração (QOA) e o Quadro de Oficiais Especialistas (QOE) criados pelo art. 60 da Lei n.º 2.851, de 25 de agosto de 1956, serão constituídos de Segundos Tenentes, Primeiros Tenentes e Capitães.

Parágrafo único. O recrutamento para o primeiro posto far-se-á entre os Subtenentes de conformidade com as normas estabelecidas na presente lei.

Art. 3.º Os integrantes do QOA e do QOE destinam-se, em tempo de paz, respectivamente, ao exercício de funções de caráter burocrático e especializado, nos Quartéis Gerais, Corpos de Tropa, Estabelecimentos, Repartições e demais organizações militares que por sua natureza, não exijam curso de formação de oficial.

Art. 4.º Os oficiais do QOA e do QOE só poderão exercer as funções específicas dos seus respectivos Quadros e constantes dos Quadros de Organização e Efetivos do Exército, organizados anualmente pelo Ministério da Guerra.

Art. 5.º Os oficiais do QOA e do QOE só concorrerão às substituições de comandos e chefias, quando os subordinados diretos e imediatos, em sua totalidade também forem do QOA ou QOE ficando, nos demais casos assemelhados, para este efeito, aos oficiais dos serviços.

Art. 6.º É vedada aos oficiais do QOA e do QOE a transferência de um para outro quadro, ou desses quadros para qualquer outro do Exército.

Art. 7.º É vedada, também, aos integrantes do QOA e do QOE a matrícula nas Escolas de Formação e de Aperfeiçoamento de Oficiais das Armas ou dos Serviços, salvo nas Escolas de Saúde e de Veterinária.

Parágrafo único. Serão excluídos do QOA ou do QOE e incluídos nos Quadros de Saúde do Exército os que terminarem o curso com aproveitamento.

Art. 8.º De acordo com as necessidades do Exército, poderá o Ministro da Guerra determinar a matrícula dos oficiais do QOA e do QOE em cursos de especialização ou aperfeiçoamento, de grau referente às suas atividades profissionais.

Art. 9.º Todos os elementos incluídos no QOA e no QOE são automaticamente excluídos dos Quadros da Arma ou do Serviço a que pertencerem, no momento da inclusão.

Art. 10. Esses Quadros terão os seguintes efetivos:

A) QOA:

2.º Tenente	900
1.º Tenente	600
Capitão	300

1.800 Oficiais

B) QOE:

2.º Tenente	600
1.º Tenente	400
Capitães	200

1.200 Oficiais

Art. 11. Cabe ao Ministro da Guerra estabelecer a especificação das Qualificações Militares, que constituem o QOA, e de cada uma das especialidades do QOE.

Art. 12. O Poder Executivo discriminará as especialidades que constituem o QOE e fixará o efetivo de cada uma, respeitado o total estabelecido no art. 10.

Art. 13. Os efetivos do QOA e do QOE constarão da Lei de Fixação de Forças:

Art. 14. Os oficiais do QOA e do QOE têm os mesmos deveres, direitos, regalias e prerrogativas, vencimentos e vantagens dos demais oficiais do Exército, ressalvadas as restrições expressas na presente lei.

CAPÍTULO II

Do recrutamento e ingresso

Art. 15. O ingresso no QOA e no QOE resulta do acesso da praça ao oficialato, sem discriminação de origem e partindo das respectivas Qualificações Militares, pela promoção do Subtenente ao posto de Segundo Tenente satisfeitas as exigências da presente lei, ressalvada a exceção prevista nos parágrafos seguintes.

§ 1º. O recrutamento para os QOA e QOE e o ingresso nesses Quadros são também assegurados aos primeiros sargentos, nas Qualificações Militares em que não houver Subtenentes previstos. Consequentemente, aplicam-se aos primeiros sargentos, em tais condições, todas as prescrições da presente lei.

§ 2º. A disposição deste artigo prevalecerá até que todas as Qualificações Militares tenham a graduação de Subtenente.

Art. 16. Para o ingresso no QOA e no QOE os Subtenentes deverão satisfazer às seguintes condições:

- I) possuir o curso de aperfeiçoamento de sargento ou equivalente;
- II) ter, no máximo, 46 (quarenta e seis) anos de idade;
- III) ter, no mínimo, 10 (dez) anos de praça, sendo um ano na graduação;
- IV) ter capacidade física necessária ao exercício das funções, comprovada em inspeção de saúde e em provas realizadas mediante instruções especiais, a serem baixadas;
- V) estar classificado no comportamento "Bom" "Ótimo" ou "Excepcional";
- VI) ter conceito do Comandante ou Chefe, pelo menos "Bom";
- VII) ter parecer favorável da Comissão de Promoções do QOA e QOE.

Art. 17. As promoções dos Subtenentes ou dos primeiros sargentos de que trata o § 1º do art. 15, ao posto de Segundo Tenente, para ingresso no QOA ou no QOE, obedecerão ao critério da classificação por pontos nos respectivos quadros de acesso na forma que for estabelecida na regulamentação da presente lei, devendo ser organizado um quadro de acesso para o QOA e um para cada especialidade do QOE.

§ 1º. Quando, na mesma data, só Subtenentes ingressarem nos QOA ou QOE sua colocação como Segundos Tenentes obedecerá a classificação por pontos obtidos.

§ 2º. Quando, na mesma data, ingressarem Subtenentes e primeiros sargentos no mesmo Quadro, serão incluídos em primeiro lugar os Subtenentes colocados por ordem decrescente de pontos e, depois, os primeiros sargentos, classificados igualmente pelos pontos obtidos.

CAPÍTULO III

Da promoção nos quadros

Art. 18. As promoções nos QOA e QOE obedecerão ao princípio da antiguidade de posto, ou por bravura, na forma definida nos arts. 5.º e 6.º da Lei de Promoções dos Officiais do Exército.

Art. 19. Para a promoção nos QOA e QOE os oficiais devem satisfazer às exigências das letras b, c, e d, do art. 9.º da Lei de Promoções dos Officiais do Exército levadas em conta as disposições dos parágrafos 1.º, 2.º e 3.º desse mesmo artigo.

Art. 20. São aplicáveis igualmente aos oficiais dos QOA e QOE as prescrições da Lei de Promoções dos Officiais do Exército, contidas nos parágrafos 1.º e 2.º do art. 8.º; no art. 10; no parágrafo único do art. 12; nos arts. 13, 14, 15 (no que lhes fôr aplicável) e seu parágrafo único; nos arts. 59 e 60 e seu § 1.º, e no art. 75.

Art. 21. As promoções nos QOA e QOE e o ingresso nos mesmos Quadros serão feitos nas datas constantes do art. 8.º da Lei de Promoções dos Officiais do Exército, levando-se em consideração as vagas existentes, e as disposições do art. 72 da mesma Lei de Promoções.

Parágrafo único. Na ultima data de promoção de cada ano serão feitas inicialmente as promoções normais e, no mesmo dia, realizadas as transferências para a Reserva e as promoções decorrentes, se fôr o caso.

Art. 22. O oficial atingido pela idade limite de permanência na ativa, para o qual haja vaga no posto superior, na forma do § 1.º do art. 8.º da Lei de Promoções dos Officiais do Exército, não será compulsado, devendo aguardar, na atividade, a primeira data de promoção.

CAPÍTULO IV

Da Comissão de Promoções

Art. 23. A atual Comissão de Promoções do QAA (Quadro Auxiliar de Administração) será transformada em Comissão de Promoções dos QOA e QOE, com a constituição que fôr fixada por ato do Poder Executivo.

Art. 24. Incumbe à Comissão de Promoções dos QOA e QOE a apresentação ao Ministro da Guerra, nas datas fixadas no § 2.º do art. 35 da Lei de Promoções dos Officiais do Exército, sob a forma de proposta, dos Quadros de acesso dos Subtenentes e, se fôr o caso, dos primeiros sargentos em condições de ingressarem nesses Quadros com a respectiva classificação por pontos, bem como dos Segundos e Primeiros Tenentes desses Quadros que devam ser promovidos.

§ 1.º Aprovados pelo Ministro da Guerra, os quadros de acesso serão publicados dentro em 10 (dez) dias, para conhecimento exclusivo de oficiais, com discriminação dos pontos obtidos.

§ 2.º Ao oficial que discordar da sua classificação ou de qualquer conconcorrente seu no quadro de acesso, cabe o recurso previsto no § 5.º do art. 39 da Lei de Promoções dos Officiais do Exército.

Art. 25. O número de oficiais a incluir nos quadros de acesso será fixado pelo Presidente da Comissão de Promoções dos QOA e QOE, levando em conta o número de vagas existentes e as prováveis.

Parágrafo único. Não havendo oficiais em condições para preenchimento dos quadros de acesso, permanecerão abertas as vagas, até a organização de novo quadro.

Art. 26. A validade dos quadros de acesso de Segundos e Primeiros Tenentes dos QOA e QOE é regulada pelo art. 59 da Lei de Promoções dos Officiais do Exército.

Art. 27. O Poder Executivo fixará o prazo de validade dos quadros de acesso dos Subtenentes e primeiros sargentos, se fôr o caso.

Art. 28. Não poderá ingressar no quadro de acesso nem ser promovido o militar que, pela Comissão de Promoções dos QOA e QOE, for julgado não habilitado para o acesso. Este julgamento, minuciosamente justificado, deve ser inserto em ata e submetido, por cópia, ao Ministro da Guerra.

§ 1.º Se o julgamento da inaptidão for proferido 2 (duas) vezes consecutivas e confirmado pelo Ministro da Guerra, o militar por elle atingido será reformado com as vantagens previstas em lei.

§ 2.º Ao militar julgado inapto cabe recurso para a Comissão de Promoções dos QOA e QOE e desta para o Ministro da Guerra.

CAPÍTULO V

Da transferência para a reserva

Art. 29. A idade limite para a permanência em serviço ativo dos officiaes dos QOA e QOE é a seguinte:

Capitão	58 anos;
1.º Tenente	56 anos;
2.º Tenente	54 anos.

Parágrafo unico. Os officiaes que atingirem as idades limites referidas neste artigo, serão transferidos, *ex-officio*, para a Reserva Remunerada, com as vantagens previstas nas leis em vigor.

CAPÍTULO VI

Disposições transitórias

Art. 30. A extinção do Quadro Auxiliar de Administração (QAA), a que se refere o art. 1.º desta lei, far-se-á da seguinte forma:

§ 1.º A partir da publicação da presente lei, nenhuma nova inclusão será feita no QAA. São, entretanto, respeitados os direitos de ingresso no QAA daqueles que já estiverem no quadro de acesso, na data da publicação desta lei, dentro do número de vagas existentes.

§ 2.º É facultado ao official do QAA ingressar no QOA ou, sendo especialista, no QOE, desde que o requeira no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da vigência da presente lei, para os que já são do quadro, e a contar da data da inclusão, para os referidos no § 1.º d'este artigo.

§ 3.º É permitida ao official da QAA, que tiver mais de uma Qualificação Militar, a escolha da especialidade em que quizer ingressar no QOE.

§ 4.º O official do extinto QAA, ao ingressar no QOA ou no QOE, terá assegurada a sua antiguidade de posto.

§ 5.º As promoções dos remanescentes do extinto QAA, bem como sua passagem para a inatividade, processar-se-ão normalmente, de acôrdo com a lei que rege o respectivo Quadro.

Art. 31. A fim de possibilitar a absorção total dos officiaes pertencentes ao QAA, em extinção, sem prejudicar o acesso das atuais praças aos QOA e QOE, fica o efetivo inicial do QOA assim constituido:

2.º Tenente	900;
1.º Tenente	954;
Capitão	410.

Art. 32. A proporção que os officiaes oriundos do QAA, em extinção, forem transferidos para a Reserva, suas vagas serão abatidas dos efetivos do artigo anterior, até que atinjam o previsto na letra A do art. 10 da presente lei.

Art. 33. Os officiaes oriundos do QAA, que optarem pela inclusão no QOE, serão para elle transferidos, dentro dos limites de efetivo fixados na letra B do art. 10 desta lei. Neste caso, o efetivo do QOA, previsto

no art. 31, ficará diminuído do número correspondente ao de oficiais transferidos para o QOE.

Art. 34. — Vetado.

Art. 35 Os atuais Segundos Tenentes Músicos são transferidos para o QOE, em sua especialidade.

Art. 36. A Comissão de Promoções dos QOA e QOE terá a seu cargo as promoções no Quadro Auxiliar de Oficiais (QAO) e no Quadro Auxiliar de Administração (QAA), enquanto nêles existirem elementos.

Art. 37 Os integrantes do atual Quadro de Topógrafos do Serviço Geográfico do Exército, criado pelo Decreto-lei nº 8.445, de 26 de dezembro de 1945, e cuja extinção é determinada no art. 1º desta lei, que optarem, no prazo de 60 (sessenta) dias, pelo ingresso no QOE, serão excluídos da Reserva e transferidos para o Exército ativo, para o efeito de inclusão no QOE e todos os daí decorrentes.

Parágrafo único. Aos que preferirem permanecer no Quadro de Topógrafos, em extinção são assegurados os direitos já adquiridos.

Art. 38. É o Poder Executivo autorizado, de acordo com as necessidades do Exército, a dispensar, por prazo determinado, certas condições exigidas para o ingresso e para as promoções, quando da constituição inicial dos quadros, na conformidade desta lei.

Art. 39 O Poder Executivo regulamentará a presente lei, dentro em 45 (quarenta e cinco) dias da sua vigência.

Art. 40. Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 21 de julho de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK

Henrique Lott

LEI N.º 3.223 — DE 24 DE JULHO DE 1957

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial até Cr\$ 15.000.000,00 para socorro às vítimas do ciclone ocorrido no Município de Passa Quatro no Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial até Cr\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), destinado a socorrer às vítimas do ciclone ocorrido no Município de Passa Quatro, no Estado de Minas Gerais.

Art. 2.º O Poder Executivo aplicará o crédito, de que trata o artigo anterior, em atendimento e cooperação com o Governo do Estado de Minas Gerais e a Prefeitura Municipal de Passa Quatro, nas condições, a seu critério, mais convenientes.

Art. 3.º O crédito, de que trata esta lei, será registrado pelo Tribunal de Contas e automaticamente distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 4.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 24 de julho de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK.

José Maria Alkmin.

LEI N.º 3.224 — DE 24 DE JULHO DE 1957

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, os créditos especiais de Cr\$ 4.000.000,00 e Cr\$ 2.000.000,00 para auxiliar a realização das Exposições Industriais e Vili-vinícolas de Jundiaí e São Roque, no Estado de São Paulo.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Agricultura, os seguintes créditos especiais:

I — de Cr\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de cruzeiros) para auxiliar a realização da Exposição Industrial e Viti-Vinicola de Jundiaí, no Estado de São Paulo;

II — de Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros) para auxiliar a realização da Exposição Industrial e Viti-Vinicola de São Roque, no mesmo Estado.

Parágrafo único. Dessas importâncias 50% (cinquenta por cento) serão obrigatoriamente aplicados na construção de obra pública de reconhecida utilidade e sentido social nas referidas cidades.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 24 de julho de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHER.

Mario Meneghetti.

José Maria Alkmim.

LEI N.º 3.225 — DE 24 DE JULHO DE 1957

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 100.000.000,00 para financiar operações da Carteira Hipotecária e Imobiliária do Clube Militar.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 100.000.000,00 (cem milhões de cruzeiros) para atender, no exercício de 1956, aos fins previstos na Lei número 2.672, de 7 de dezembro de 1955.

Parágrafo único. O crédito especial a que se refere este artigo será automaticamente registrado e distribuído ao Tesouro Nacional pelo Tribunal de Contas.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 24 de julho de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHER.

José Maria Alkmim.
Antônio Alves Câmara
Henrique Lott
Henrique Fleiuss.

LEI N.º 3.226 — DE 27 DE JULHO DE 1957

Dispõe sobre a Constituição da Usina Termoelétrica de Figueira S. A. (Utelja), em Curitiba, Estado do Paraná.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É a União autorizada a constituir uma Sociedade por ações, que se denominará Usina Termoelétrica de Figueira S.A., e usará a sigla de UTEFLA.

Art. 2.º A Usina Termoelétrica de Figueira S. A. terá por objeto o planejamento, a construção e a exploração de uma usina termoelétrica no Distrito de Figueira, Município de Curitiba, Estado do Paraná, com a potência inicial instalada de 20.000 (vinte mil) quilowatts e destinada a consumir carvão da bacia carbonífera paranaense.

Art. 3.º Poderão subscrever ações da Sociedade a Companhia Paranaense de Energia Elétrica (COPEL), as Usinas Elétricas de Paranaapanema

S. A. (USELPA) e particulares, em proporções que forem estabelecidas nos Estatutos Sociais.

Art. 4º O representante da União nos atos constitutivos e nas assembleias gerais da Sociedade será o Diretor-Executivo da Comissão Executiva do Plano do Carvão Nacional ou a pessoa que por lei o substituir.

§ 1º A constituição da Sociedade será aprovada por decreto do Poder Executivo e os atos constitutivos serão arquivados no Registro do Comércio, com uma cópia autenticada do decreto de sua aprovação.

§ 2º A Sociedade uma vez arquivados seus atos constitutivos, na conformidade do § 1º, ficará automaticamente autorizada a funcionar, inclusive como empresa de energia elétrica.

Art. 5º Nos Estatutos da Sociedade serão observadas, em tudo que lhes for aplicável, as normas da Lei de Sociedades Anônimas. A reforma dos Estatutos, em pontos que impliquem modificações desta lei, depende de autorização legislativa.

Art. 6º O capital da Sociedade será de Cr\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de cruzeiros), distribuído em 300.000 (trezentas mil) ações ordinárias nominativas, do valor nominal de Cr\$ 1.000,00 (mil cruzeiros) cada uma, do qual a União Federal subscreverá Cr\$ 100.000.000,00 (cem milhões de cruzeiros), ficando o restante do capital para ser subscrito pelas sociedades mencionadas no art. 3º e particulares, de preferência, mineradores de carvão, pessoas naturais ou jurídicas que explorem minas da região.

Art. 7º A integralização das ações subscritas pela União será feita com fundos das dotações postas no Banco do Brasil S. A., por antecipação, à disposição do Diretor-Executivo do Plano do Carvão Nacional, nos termos do art. 23 da Lei nº 1.886, de 11 de junho de 1953, ficando, para esse fim, assim alterada a especialização das dotações do Anexo nº 1 à mesma Lei:

II — SETOR MINERAÇÃO E INDÚSTRIA

Onde se lê:

	Cr\$
11. Financiamentos das indústrias etc.	50.000.000,00
13. Instalação de uma Central Termoeletrica etc.	50.000.000,00
Leia-se:	
Participação da União numa sociedade de Economia Mista, destinada à construção de uma usina termoeletrica na região carvoeira do Paraná	100.000.000,00

Parágrafo único. Créditos resultantes de financiamento que eventualmente haja sido concedido pela Comissão Executiva do Plano do Carvão Nacional à COPEL, à conta da atual dotação II — 13, da Lei nº 1.886, de 11 de junho de 1953 poderão ser, também, aplicados na integralização das ações subscritas pela União, nos atos constitutivos da UTELPA.

Art. 8º A integralização das ações subscritas pelos mais acionistas será feita na forma estabelecida na Lei de Sociedades por Ações e nos Estatutos Sociais.

Art. 9º Os atos de constituição da Sociedade e de integralização do seu capital, bem como as propriedades que possuir, e as aquisições de bens móveis e imóveis que fizer e ainda os instrumentos de mandato para o exercício do direito de voto nas Assembleias Gerais serão isentos de impostos e taxas e quaisquer outros ônus fiscais compreendidos na competência da União, que se entenderá com as outras entidades de direito público solicitando-lhes os mesmos favores para a Sociedade, da qual participará, na esfera de sua competência tributária.

Art. 10. A Sociedade gozará de isenção de direitos de importação para consumo e de impostos adicionais em relação aos maquinismos seus sobressalentes e acessórios, aparelhos, ferramentas, instrumentos e materiais destinados à construção, instalação, ampliação, melhoramento, funcionamento, exploração, conservação e manutenção de suas instalações, para os fins a que se destina.

Parágrafo único. Todos os materiais e mercadorias referidos neste artigo com restrição quanto aos similares de produção nacional, serão desembaraçados mediante portaria dos inspetores das alfândegas.

Art. 11. A Sociedade fica assegurado o direito de promover desapropriação, nos termos da legislação em vigor.

Art. 12. Os militares e os funcionários públicos civis da União e das entidades autárquicas, paraestatais e das sociedades de economia mista, poderão servir na Usina Termoeletrica de Figueira S. A. (UTELFA), não podendo, todavia, acumular vencimentos, gratificações ou quaisquer outras vantagens, sob pena de se considerar como tendo renunciado ao cargo primitivo.

Art. 13. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 27 de julho de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

Mario Meneghetti

Lucio Meira

José Maria Alkmim

LEI N.º 3.227 — DE 27 DE JULHO DE 1957

Prorroga, até 15 de agosto de 1957, a vigência do regime de licença a que está subordinado o intercâmbio comercial com o exterior.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica prorrogada, até 15 de agosto de 1957, a vigência do regime de licença a que está subordinado o intercâmbio comercial com o exterior, nos termos da lei n.º 2.145, de 29 de dezembro de 1953, prorrogada na forma das leis ns. 2.410, de 29 de janeiro de 1955, 2.807, de 23 de junho de 1956, 3.053, de 22 de dezembro de 1956 e 3.187, de 28 de junho de 1957.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, inclusive quanto à sua obrigatoriedade nos Estados estrangeiros, ficando revogado, para esse único efeito, o disposto no § 1.º, do art. 1.º do Decreto-lei número 4.657, de 4 de setembro de 1952.

Rio de Janeiro, 27 de julho de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

José Maria Alkmim

José Carlos de Macedo Soares

LEI N.º 3.228 — DE 28
DE JULHO DE 1957

Cria no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais, uma Estação de Enologia.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º É criada no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais, uma Estação de Enologia, subordinada ao Instituto de Fermentação, do Serviço Nacional de Pesquisas Agrônomicas, do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agrônomicas, do Ministério da Agricultura.

Art. 2.º A Estação de Enologia, de que trata o artigo anterior, será instalada em terreno doado pela Prefeitura Municipal de Diamantina, e integrará a Rede Vitivinícola do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agrônomicas, daquele Instituto de Fermentação.

Art. 3.º A Estação de Enologia, criada por esta lei, será mantida com os recursos orçamentários vigentes para o Ministério da Agricultura, consignados ao Instituto de Fermentação do Serviço Nacional de Pesquisas Agrônomicas, do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agrônomicas.

Art. 4.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de julho de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

Mário Meneghetti

LEI N.º 3.229 — DE 29 DE
JULHO DE 1957

Altera, sem ônus, a Lei n.º 2.996, de 10 de dezembro de 1956, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício de 1957.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º — São feitas, sem ônus, as seguintes alterações na Lei número 2.996, de 10 de dezembro de 1956, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício de 1957:

Anexo 4 — Poder Executivo.
Subanexo 4.12 — Ministério da Agricultura.

07.04.02 — Divisão de Orçamento (Encargos Gerais).

Despesas Ordinárias.

Verba 2.0.00 — Transferências.

Consignação 2.1.00.

Auxílios e Subvenções.

Subconsignação 2.1.02 — Subvenções ordinárias.

Onde se lê:

1) Para aplicação nos termos da Lei n.º 2.656, de 26 de novembro de 1955 — Cr\$ 80.000.000.

Leia-se:

1) Para aplicação nos termos da Lei n.º 2.656, de 26 de novembro de 1955 — Cr\$ 80.000.000.

2) Para distribuição, segundo relação anexa, nos termos da Lei número 2.266, de 12 de julho de 1954 — Cr\$ 173.294.179.

Subconsignação 2.1.03 — Subvenções extraordinárias.

Onde se lê:

1) Parques de exposição 48.490.000
2) Outras entidades ... 17.845.000

3) Para distribuição segundo relação anexa 173.294.179

Leia-se:

1) Parques de exposição 48.490.000

2) Outras entidades ... 17.845.000
Relação anexa de subvenções.

Onde se lê:

Instituições de que trata o artigo 2.º da Lei n.º 2.656, de 26 de novembro de 1955.

Leia-se:

Instituições de que trata a Lei número 2.266, de 12 de julho de 1954.

Art. 2.º — Revogadas as disposições em contrário, a presente lei vigorará a partir de 1.º de janeiro de 1957.

Rio de Janeiro, em 29 de julho de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE.

José Maria Alkmim.

Mário Meneghetti.

LEI N.º 3.230 — DE 29 DE JULHO
DE 1957

Dispõe sobre o pagamento de contribuições aos Institutos e Caixas de Aposentadoria por parte dos portadores do mal de Hansen.

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O portador do mal de Hansen que deixar de pagar as contribuições do Decreto-lei n.º 2.004, de 7 de fevereiro de 1940, não perderá a qualidade de associado de Instituto ou Caixa a que estiver vinculado.

Parágrafo único. Na hipótese acima prevista poderá o interessado restabelecer a qualquer tempo o vínculo associativo, mediante o pagamento das contribuições em atraso, na forma dos arts. 4.º e 7.º do Decreto-lei n.º 2.004, de 7 de fevereiro de 1940.

Art. 2.º Os benefícios desta lei aplicam-se também às situações anteriores de associados perante Instituto ou Caixa.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 29 de julho de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE.
Parsifal Barroso.

LEI N.º 3.231 — DE 29 DE
JULHO DE 1957

Concede o auxílio de Cr\$ 400.000,00 à Associação das Enfermeiras Obstetras do Brasil, para custear as despesas com o comparecimento da delegação brasileira ao XI Congresso Internacional de Parteiros, em Estocolmo, Suécia.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 400.000,00 (quatrocentos mil cruzeiros), como auxílio à Associação das Enfermeiras Obstetras do Brasil, para custear as despesas com o comparecimento da delegação brasileira ao XI Congresso Internacional de Parteiros, em junho do corrente ano, em Estocolmo, Suécia.

Art. 2.º A entidade beneficiária prestará contas do auxílio de que trata esta Lei, dentro em 1 (um) ano após seu recebimento.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 29 de julho de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE.
Clovis Salgado.
José Maria Alkmim.

LEI N.º 3.232 — DE 29 DE
JULHO DE 1957

Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 4.680.000,00, para ocorrer a despesas com o pagamento devido ao pessoal admitido por conta da verba de obras, e das outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial até Cr\$ 4.680.000,00 (quatro milhões seiscentos e oitenta mil cruzeiros), para ocorrer a despesas correspondentes ao exercício de 1956 e relativas ao pagamento de reajustamento de salários, abonos de emergência e especial temporário e salário-família, devidos ao pessoal admitido por conta da verba de obras, bem como remessa ao Instituto de Pensões e Pensões dos Industriários e Lig. Brasileira de Assistência de contribuições do mesmo pessoal.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 29 de julho de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE.
Henrique Lott.
Jose Maria Alkmim.

LEI N.º 3.233 — DE 29 DE
JULHO DE 1957

Concede a pensão especial de Cr\$ 3.000,00 mensais a Rosália Maria de Almeida da Conceição, viúva de Vital da Conceição, ex-servidor federal.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' concedida a pensão especial de Cr\$ 3.000,00 (três mil cruzeiros) mensais a Rosália Maria de Almeida da Conceição, viúva de Vital da Conceição, ex-servidor federal.

Art. 2.º Cessará a pensão pelo falecimento da pensionista ou em caso de contrair novos nupcias.

Art. 3.º O pagamento da pensão, concedida no art. 1.º, correrá à conta da verba orçamentária do Ministério da Fazenda, destinada aos pensionistas da União.

Art. 4.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 29 de julho de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE.
José Maria Alkmim.

LEI Nº 3.234 — DE 29 DE JULHO DE 1957

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 3.600.000,00, destinado ao pagamento de professores civis dos Colégios Militares.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil cruzeiros), para atender ao pagamento de professores civis dos Colégios Militares.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 29 de julho de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE
Henrique Lott
José Maria Alkmim

LEI Nº 3.235 — DE 29 DE JULHO DE 1957

Determina computar, para efeitos de disponibilidade e aposentadoria, o tempo de serviço prestado por servidores do Ministério da Marinha à Cia. Mecânica e Importadora de São Paulo S. A.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É computado, para efeitos de disponibilidade e aposentadoria, o tempo de serviço prestado por servidores do Ministério da Marinha à Companhia Mecânica e Importadora de São Paulo S. A., no período em que, a cargo dessa, estiveram as obras de construção do atual Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro.

Art. 2.º O disposto nesta lei só abrange aos servidores que, por ocasião da rescisão do contrato celebrado com aquela empresa, tenham sido mantidos a serviço da administração naval.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 29 de julho de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE
Antonio Alves Câmara

LEI Nº 3.236 — DE 1 DE AGOSTO DE 1957

Concede isenção de direitos alfandegários, imposto de consumo e mais taxas para uma estátua de bronze representando São Francisco, duas imagens de madeira e alfaias religiosas doadas pelo Prefeito de Milão e pela Sociedade Missionária de Milão, na Itália, ao Santuário de São Francisco, da cidade de Juazeiro do Norte, no Estado do Ceará.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono, a seguinte Lei:

Art. 1.º É concedida isenção de direitos alfandegários, imposto de consumo e mais taxas, exceto a de previdência social, para uma estátua de bronze representando São Francisco, duas imagens de madeira e alfaias religiosas doadas pelo Prefeito de Milão e pela Sociedade Missionária de Milão, na Itália, ao Santuário de São Francisco, na cidade de Juazeiro do Norte, no Estado do Ceará.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 1 de agosto de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE
José Maria Alkmim

LEI N.º 3.237 — DE 1
DE AGOSTO DE 1957

*Concede a pensão especial de
Cr\$ 2.000,00 mensais a Alexandrina
Almeida Antunes e Florentina Al-
meida Antunes, filhas da funcio-
nária dos Correios e Telégrafos, já
falecida, Maria Arcelina de Al-
meida.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Na-
cional decreta e eu sanciono, a se-
guinte Lei:

Art. 1.º E' concedida a pensão es-
pecial de Cr\$ 2.000,00 (dois mil cru-
zeiros) mensais a Alexandrina Al-
meida Antunes e Florentina Almeida
Antunes, filhas da funcionária dos
Correios e Telégrafos, Maria Arcelina
de Almeida, já falecida, e residentes
em Alagoinha, Estado de Per-
nambuco.

Art. 2.º O pagamento da pensão
correrá à conta da verba orçameutá-
ria do Ministério da Fazenda, desti-
nada aos pensionistas da União.

Art. 3.º Revogam-se as disposições
em contrário.

Rio de Janeiro, em 1 de agosto de
1957; 136.º da Independência e 69.º
da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

José Maria Alkmim

LEI N.º 3.238 — DE 1
DE AGOSTO DE 1957

*Altera disposições da Lei de In-
trodução ao Código Civil*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Na-
cional decreta e eu sanciono, a se-
guinte Lei:

Art. 1.º O art. 6.º, da Lei de In-
trodução ao Código Civil (Decreto-
lei n.º 4.657, de 4 de setembro de
1942), passa a ter a seguinte re-
dação:

"Art. 6.º A Lei em vigor terá
efeito imediato e geral, respeitá-
dos o ato jurídico perfeito, o di-
reito adquirido e a coisa julgada.

§ 1.º Reputa-se ato jurídico
perfeito o já consumado segundo

a lei vigente ao tempo em que se
efetuou.

§ 2.º Consideram-se adquiri-
dos assim os direitos que o seu
titular, ou alguém por ele, possa
exercer, como aqueles cujo co-
mêço do exercício tenha termo
pré-fixo, ou condição pré-estabe-
lecida inalterável, a arbitrio de
outrem.

§ 3.º Chama-se coisa julgada
ou caso julgado a decisão judi-
cial de que já não caiba re-
curso."

Art. 2.º O § 2.º do art. 7.º da
Lei de Introdução ao Código Civil --
(Decreto-lei n.º 4.657, de 4 de se-
tembro de 1942) passa a vigorar com
a seguinte redação:

"Art. 7.º

§ 2.º O casamento de estran-
geiros poderá celebrar-se perante
autoridades diplomáticas ou con-
sulares do país de ambos os
nubentes."

Art. 3.º O art. 18 da Lei de In-
trodução ao Código Civil (Decreto-
lei n.º 4.657, de 4 de setembro de
1942), passa a ter a seguinte re-
dação:

"Art. 18. Tratando-se de bra-
sileiros, são competentes as au-
toridades consulares brasileiras
para lhes celebrar o casamento e
os mais atos de Registro Civil e
de tabelionato, inclusive o regis-
tro de nascimento e de óbito dos
filhos de brasileiro ou brasileira
nascido no país da sede do Con-
sulado."

Art. 4.º E' acrescentado à Lei de
Introdução ao Código Civil (Decreto-
lei n.º 4.657, de 4 de setembro de
1942), o seguinte artigo:

"Art. 19. Reputam-se válidos
todos os atos indicados no arti-
go anterior e celebrados pelos
cônsules brasileiros na vigência
do Decreto-lei n.º 4.657, de 4 de
setembro de 1942, desde que sa-
tisfaçam todos os requisitos
legais.

Parágrafo único. No caso em
que a celebração desses atos tiver
sido recusada pelas autoridades
consulares, com fundamento no
artigo 18 do mesmo Decreto lei,
ao interessado é facultado reno-
var o pedido dentro em 90 (no-
venta) dias contados da data da
publicação desta lei."

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 1 de agosto de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHER

Nereu Ramos

LEI N.º 3 239 — DE 5
DE AGOSTO DE 1957

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 300.000,00, para auxiliar a realização do I Congresso de Odontopediatria.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros), para auxiliar a realização do I Congresso de Odontopediatria em Recife, capital do Estado de Pernambuco, de 28 de agosto a 3 de setembro de 1955.

Parágrafo único A entidade beneficiada por esta lei obriga-se dentro de 1 (um) ano a publicar as resoluções e conclusões daquele Congresso.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 5 de agosto de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHER

Clovis Salgado

José Maria Alkmim

LEI N.º 3.240 — DE 5
DE AGOSTO DE 1957.

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, os créditos especiais de Cr\$ 10.000.000,00 e Cr\$ 2.000.000,00, para auxiliar as obras do Centro Maternal da Santa Casa de Misericórdia de Maceió, no Estado de Alagoas, e da Santa Casa de Campos, no Estado do Rio de Janeiro.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros), destinado a atender, como auxílio, as despesas com o prosseguimento e conclusão das obras do Centro Maternal da Santa Casa de Misericórdia de Maceió, no Estado de Alagoas.

Parágrafo único O crédito de que trata este artigo será automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído à Delegacia Fiscal no Estado de Alagoas.

Art. 2.º Fica, igualmente, o Poder Executivo autorizado a abrir pelo mesmo Ministério, o crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros), para auxiliar a conclusão das obras de adaptação da Santa Casa de Campos, no Estado do Rio de Janeiro.

Art. 3.º As entidades beneficiadas ficam obrigadas à prestação de contas, ao Ministério da Saúde, na forma da lei.

Art. 4.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 5 de agosto de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHER

Maurício de Medeiros

José Maria Alkmim

LEI N.º 3.241 — DE 5
DE AGOSTO DE 1957

Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Poder Judiciário — Tribunal Regional do Trabalho, 1.ª Região — o crédito especial de Cr\$ 33.154,10, para atender ao pagamento de gratificações por prestação de serviços extraordinários.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal Regional do Trabalho 1.ª Região — o crédito especial de Cr\$ 33.154,10 (trinta e três mil, cento e cinquenta e quatro cruzeiros e dez centavos), para atender ao pagamento de gratificações por prestação de serviços extraordinários, relativas ao exercício de 1956.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 5 de agosto de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

Nereu Ramos

José Maria Alkmim

LEI N.º 3.242 — DE 13 DE AGOSTO
DE 1957

Reorganiza as Secretarias do Ministério Público da União junto à Justiça do Trabalho, cria o respectivo Quadro do Pessoal e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º A Procuradoria Geral da Justiça do Trabalho passa a ter uma Secretaria, com a seguinte organização:

I — Seção de Estudos (S. D.);

II — Seção de Previdência Social (S. P. S.);

III — Seção de Executivos Fiscais (S. E. F.);

IV — Seção de Administração (S. A.).

Parágrafo único. A Secretaria, de que trata o presente artigo, será dirigida por um Secretário.

Art. 2.º Haverá em cada Procuradoria Regional uma Secretaria sob a direção de um Secretário designado na forma do art. 5.º.

Art. 3.º Fica criado no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, de conformidade com a tabela anexa, o Quadro do Pessoal das Secretarias do Ministério Público da União junto à Justiça do Trabalho, constituído de cargos isolados de provimento efetivo, de carreira e funções gratificadas.

Art. 4.º — Vetado.

§ 1.º — Vetado.

§ 2.º — Vetado.

§ 3.º — Vetado.

Art. 5.º As funções gratificadas serão exercidas mediante designação do Procurador Geral da Justiça do Trabalho.

Art. 6.º Ficam extintas no Quadro Permanente do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio as atuais funções gratificadas de Chefe da Secretaria da Procuradoria Geral do Trabalho, Chefe da Secretaria da extinta Procuradoria da Previdência Social, bem como 8 (oito) funções de Secretário de Procuradoria Regional da Justiça do Trabalho.

Art. 7.º As carreiras de Oficial de Procurador e Auxiliar de Procuradoria são privativas dos Quadros das secretarias dos órgãos do Ministério Público União.

Art. 8.º Fica assegurado aos ocupantes das classes finais das carreiras de Auxiliar de Procuradoria o ingresso nas carreiras de Oficial de Procuradoria, obedecidos o disposto no art. 255 da Lei n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952, e na respectiva regulamentação.

Art. 9.º Compete ao Procurador Geral da Justiça do Trabalho lotar, através de portaria, os funcionários do Quadro das Secretarias do Ministério Público junto à Justiça do Trabalho, atendendo às necessidades do serviço e observada a legislação vigente.

Art. 10. Ficam centralizados na Seção de Administração da Secretaria da Procuradoria Geral os assenta-

mentos funcionais : todos os servidores das Secretarias Regionais, cabendo-lhe enviar cópias autenticadas desses assentamentos à Divisão do Pessoal do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

Parág. fo único. A par do controle de que trata este artigo, haverá em cada Secretari- ficharios do r s p tivo pessoal com rigorosa atualização da vida funcional dos servidores.

Art. 11 — ...Vetado.

Art. 12 — ...Vetado.

Parágrafo único — ...Vetado.

Art. 13. O Poder Executivo, dentro em 90 (noventa) dias a contar da data da publicação desta lei, baixará

regulamento para as Secretarias do Ministério Público da União junto à Justiça do Trabalho.

Art. 14. A despesa decorrente da execução desta lei correrá à conta das dotações orçamentárias próprias do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

Art. 15. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de agosto de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK.

Nereu Ramos.

Parsifal Barroso.

TABELA DE QUE TRATA ESTA LEI

Número de funções	Séries Funcionais	Referência	Vagos
	<i>I — Cargos de carreira:</i> <i>Oficial de Procuradoria</i>		
7	O	7
7	N	7
7	M	7
8	L	8
9	K	9
9	J	9
47			47
	<i>Auxiliar de Procuradoria</i>		
15	I	15
20	H	20
25	G	25
60			60
	<i>Auxiliar de Portaria</i>		
2	H	2
3	G	3
5	F	5
8	E	8
12	D	12
30			30
	<i>II — Cargos isolados de provimento efetivo a se, em extintos quando vagarem:</i>		
1	Assistente Jurídico	O	
1	Auxiliar de Portaria	K	
1	Auxiliar de Portaria	J	

Número de funções.	Séries Funcionais	Referência
<i>III — Funções Gratificadas</i>		
1	Secretário (P. G. J. T.)	FG-3
3	Assistente (P. G. J. T.)	FG-3
4	Chefe de Seção (P. G. J. T.)	FG-4
1	Chefe da Portaria (P. G. J. T.)	FG-7
2	Secretário (P. R. T. 1. ^a e 2. ^a Regiões)	FG-4
6	Secretário (P. R. T. — Demais Regiões)	FG-5

Rio de Janeiro, em 13 de agosto de 1957.

LEI Nº 3.243 — DE 13 DE AGOSTO DE 1957

Institui o Fundo de Assistência à Maternidade, e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Fundo de Assistência à Maternidade, destinado a auxiliar o custeio e ampliações do serviço hospitalar de assistência à maternidade no Brasil.

Art. 2º Para cumprimento do disposto no art. 1º, será anualmente consignada no Orçamento da União, Ministério da Saúde, dotação não inferior a Cr\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzeiros), que será automaticamente distribuída ao Tesouro Nacional.

Art. 3º A dotação, a que se refere o artigo anterior, será distribuída entre todas as maternidades e hospitais com leitos para parturientes, sem fins

lucrativos, que mantiverem serviço pré-natal, para indigentes, proporcionalmente ao número de leitos-dias, gratuitos, concedidos a gestantes pobres.

Art. 4º Para recebimento do auxílio, de que trata esta lei, deverão os estabelecimentos se habilitar, até 31 de março de cada ano, perante o Ministério da Saúde, atendendo às exigências da regulamentação desta lei.

Art. 5º Dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da publicação desta lei, o Poder Executivo baixará o regulamento do Fundo de Assistência à Maternidade.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de agosto de 1957; 136º da Independência e 69º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK.

Maurício de Medeiros.

José Maria Alkmim.

LEI N.º 3.244 — DE 14 DE AGOSTO DE 1957

Dispõe sobre a Reforma da Tarifa das Alfândegas, e dá outras providências

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

Da Incidência

Art. 1.º Está sujeita ao imposto de importação a mercadoria estrangeira que entrar em território nacional.

§ 1.º Não se aplicará o disposto neste artigo à mercadoria estrangeira destinada a outro país, em trânsito regular pelo território nacional, trafegando por via usual ao comércio internacional.

§ 2.º Considerar-se-á igualmente entrada no território nacional, para os efeitos deste artigo, a mercadoria manifestada, cuja falta foi apurada no ato de descarga ou de conferência do manifesto, sem prejuízo das sanções cabíveis.

CAPÍTULO II

Da Aliquota

Art. 2.º O imposto de importação será cobrado na forma estabelecida por esta lei e pela Tarifa que a acompanha, por meio de alíquota "ad-valorem", que poderá ser combinada com sua equivalente específica, aplicando-se, para o cálculo do imposto, a alíquota de que resultar tributação mais elevada.

Parágrafo único. A alíquota específica será reajustada, semestralmente, a fim de conservar sua equivalência com a alíquota "ad-valorem" correspondente.

Art. 3.º Poderá ser alterada dentro dos limites máximo e mínimo do respectivo capítulo, a alíquota relativa a produto:

- a) cujo nível tarifário venha a se revelar insuficiente ou excessivo ao adequado cumprimento dos objetivos da Tarifa;
- b) cuja produção interna foi de interesse fundamental estimular;
- c) que haja obtido registro de similar;
- d) de país que dificultar a exportação brasileira para seu mercado, ouvido previamente o Ministério das Relações Exteriores;
- e) de país que desvalorizar sua moeda ou conceder subsídio à exportação, de forma a frustrar os objetivos da Tarifa.

§ 1. Nas hipóteses dos itens a, b e c a alteração da alíquota, em cada caso, não poderá ultrapassar, para mais ou para menos, a 30% (trinta por cento) "ad-valorem".

§ 2.º Na ocorrência de "dumping", a alíquota poderá ser elevada ate o limite capaz de neutralizá-lo.

Art. 4.º Quando a produção nacional de matéria-prima ou qualquer outro produto de base for ainda insuficiente para atender ao consumo interno, poderá ser concedida isenção ou redução do imposto para a importação complementar.

§ 1.º A isenção ou redução do imposto será concedida mediante prova de aquisição de determinada quota do produto nacional, na fonte de produção, ou prova de recusa ou incapacidade de fornecimento, dentro do prazo e a preço CIF não superior ao do similar estrangeiro acrescido do imposto de importação.

§ 2.º A concessão será de caráter geral em relação a cada espécie de produto, garantida a aquisição integral da produção nacional.

CAPÍTULO III

Da Base de Cálculo

Art. 5º O imposto "ad-valorem" será calculado com base no valor externo da mercadoria acrescido das despesas de seguro e frete (valor CIF).

Parágrafo único. Considerar-se-á valor externo da mercadoria o preço, ao tempo de sua exportação, pelo qual ela, ou mercadoria similar, é normalmente oferecida à venda no mercado atacadista do país exportador somado ao custo de qualquer recipiente envoltório ou embalagem e as despesas referentes à sua colocação no porto de embarque para o Brasil, deduzidos, quando fôr o caso, os impostos exigíveis para consumo interno e recuperáveis pela exportação da mercadoria.

Art. 6º O valor externo será declarado pelo importador na nota de importação.

§ 1º Quando ultimada a conferência, o funcionário aduaneiro tiver elementos para impugnar a declaração do importador, devera, dentro do prazo de 8 (oito) dias, mediante fundamentação assinada, fixar o novo valor pelo qual prosseguirá o despacho.

§ 2º Notificado da impugnação, o importador terá 30 (trinta) dias para reclamar ao Inspetor da Alfândega, que dará sua decisão dentro de trinta (30) dias, a contar da data da interposição da reclamação.

§ 3º Na falta de decisão, dentro do prazo estabelecido no parágrafo anterior, será aceito, provisoriamente, o valor declarado pelo importador, para efeito de desembaraço da mercadoria, mediante fiança ou depósito da diferença exigida, obedecido o disposto no art. 14 e seus parágrafos, do Decreto-lei nº 607, de 10 de agosto de 1938.

§ 4º Da decisão caberá recurso, nos termos da legislação vigente.

Art. 7º Quando o valor externo não puder ser devidamente apurado, o cálculo do imposto será feito na base do mercado atacadista interno, deduzidos além dos tributos incidentes sobre a importação, 30% (trinta por cento) a título de lucro e despesa.

Art. 8º No cálculo do imposto, nenhuma distinção se fará, que não estiver estabelecida em lei ou na Tarifa, entre mercadoria nova ou usada, acabada ou por acabar, completa ou incompleta, montada ou desmontada.

Parágrafo único. Em caso de avaria ou dano intrínseco casual ou por força maior, será concedido abatimento sobre o valor externo da mercadoria, mediante prévia avaliação pela autoridade competente.

Art. 9º Poderá ser estabelecida pauta de valor mínimo para o produto que, por intercâmbio em sua cotação no mercado nacional ou internacional, tenha dificultada a apuração do seu valor externo ou haja sido exportado para o Brasil sob a forma de "dumping", neste caso sem prejuízo do disposto no § 2º do art. 3º desta lei.

Art. 10. A taxa de conversão do valor externo será fixada, mensalmente, pela autoridade competente, com base no comportamento do mercado cambial de importação, no mês anterior ao vencido.

CAPÍTULO IV

Da Classificação

Art. 11. A mercadoria que, a primeira vista, estiver contida em mais de uma posição da Tarifa, classificar-se-á de acordo com as seguintes normas:

a) a posição com descrição mais específica terá preferência sobre a de caráter geral;

b) a mercadoria mista ou composta e a constituída pela montagem ou reunião de matérias ou artigos heterogêneos, não abrangidas pelo item a, seguirão o regime da matéria ou artigo que lhe conferir caráter essencial;

c) a mercadoria que permanecer em mais de uma posição, apesar da aplicação das normas dos itens *a* e *b*, será classificada na de alíquota mais elevada;

d) a parte ou peça sem classificação própria na Tarifa e identificável como pertencente a determinado aparelho, obra ou objeto, seguirá o regime do todo.

Art. 12. A mercadoria não compreendida em nenhuma posição da Tarifa será assemelhada àquela com que tiver maior analogia.

Parágrafo único. A assemeilhação será indicada pela Comissão de Tarifa, autorizada pelo Inspetor da Alfândega e comunicada ao Conselho de Política Aduaneira.

Art. 13. Se a mercadoria não puder ser assemelhada, nem for possível classificá-la em qualquer posição da Tarifa, pagará o imposto de 50% (cinquenta por cento) "ad-valorem".

Art. 14. Entender-se-á por país de origem da mercadoria aquela onde ela houver sido produzida.

§ 1.º A mercadoria resultante de material e mão-de-obra de mais de um país será considerada originária daquele onde houver recebido processo substancial de transformação.

§ 2.º Entender-se-á como processo substancial de transformação de uma mercadoria o que lhe conferir nova individualidade.

CAPÍTULO V

Do Recipiente, Envolvório ou Embalagem

Art. 15. O recipiente, envoltório ou embalagem, estará sujeito ao imposto, de acordo com sua classificação própria na Tarifa, se não for normalmente usado no acondicionamento da mercadoria ou se tiver, no mercado nacional, valor superior ao do conteúdo.

Parágrafo único. Quando no mesmo envoltório ou embalagem houver mercadorias heterogêneas, o valor ou peso respectivo será repartido proporcionalmente ao imposto por elas devido.

Art. 16. Considerar-se-á:

- a) peso líquido, o da mercadoria, excluído o recipiente, envoltório ou embalagem;
- b) peso bruto, o da mercadoria, com o seu recipiente, envoltório ou embalagem.

CAPÍTULO VI

Da Bagagem

Art. 17. Será desembaraçada, isenta de imposto, a bagagem declarada pelo passageiro, quando em quantidade que não revele objetivo de comércio e seja constituída de:

- a) roupas e objetos de uso ou consumo pessoal;
- b) roupas de cama e mesa com monograma;
- c) jóias de uso pessoal;
- d) livros impressos;
- e) (VETADO)
- f) (VETADO)
- g) aparelho de rádio, aparelho de televisão, máquina fotográfica ou de filmar, máquina de escrever, (VETADO), binóculo, (VETADO), de tipo portátil e peso unitário até 10 kg (dez quilogramas), em unidade por objetos. (VETADO)

§ 1.º (VETADO)

§ 2.º (VETADO)

Art. 18. (VETADO)

§ 1.º (VETADO)

§ 2.º (VETADO)

§ 3.º (VETADO)

Art. 19. (VETADO)

Parágrafo único. (VETADO)

Art. 20. (VETADO)

CAPÍTULO VII

Do Conselho de Política Aduaneira

Art. 21. É instituído, no Ministério da Fazenda, o Conselho de Política Aduaneira.

Art. 22. Competirá privativamente ao Conselho:

- a) determinar a equivalente específica da alíquota "ad-valorem", na forma do art. 2.º;
 - b) modificar qualquer alíquota do imposto, na forma do art. 3.º;
 - c) estabelecer, anualmente, a quota de aquisição de matéria-prima ou qualquer produto de case e a correspondente isenção ou redução do imposto, na forma do art. 4.º;
 - d) estabelecer a pauta de valor mínimo, na forma do art. 9.º;
 - e) atualizar a nomenclatura da Tarifa e nela introduzir correções;
 - f) conceder ou rever registro de similar.
- Parágrafo único. A alteração de alíquota, a que se referem as letras a e b do art. 3.º, será precedida de audiência realizada entre os interessados nas principais praças do país, por período não inferior a 30 (trinta) dias.

Art. 23. Competirá igualmente ao Conselho:

- a) propor alterações na legislação aduaneira;
- b) opinar sobre a concessão de favor aduaneiro em convênio internacional;
- c) emitir parecer sobre projeto de lei, quando solicitado por qualquer Comissão da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;
- d) participar do exame de qualquer outro problema relacionado com a formulação e execução da política aduaneira.

Art. 24. O Conselho será integrado por pessoas de ilibada reputação, com notórias conhecimentos em assuntos econômicos e financeiros, e constituido de:

- a) um membro-presidente, indicado pelo Ministro da Fazenda e nomeado pelo Presidente da República;
- b) 9 (nove) membros, sendo 6 (seis) efetivos e 3 (três) suplentes, escolhidos na forma do § 1.º deste artigo;
- c) 3 (três) membros, sendo 2 (dois) efetivos e um suplente, indicados pela Confederação Nacional do Comércio;
- d) 3 (três) membros, sendo 2 (dois) efetivos e um suplente, indicados pela Confederação Nacional da Indústria;
- e) 3 (três) membros, sendo 2 (dois) efetivos e um suplente, indicado pela Confederação Rural Brasileira.
- f) um membro efetivo e um suplente, indicados em lista quádrupla pelas Confederações Nacionais dos Trabalhadores no Comércio, na Indústria, nos Transportes Marítimos e nos Terrestres.

§ 1.º Os membros efetivos das alíneas a e b serão escolhidos entre os servidores dos setores governamentais ligados, diretamente, à execução da política econômica e financeira.

§ 2.º Os membros do Conselho a que se referem as letras b, c, d e e deste artigo, serão nomeados por decreto do Presidente da República, pelo prazo de 4 (quatro) anos, renováveis pela metade, de 2 (dois) em 2 (dois) anos, podendo ser reconduzidos até 2 (duas) vezes. Os suplentes servirão por convocação do Presidente nos impedimentos dos correspondentes membros efetivos.

§ 3.º No período inicial, a metade dos membros será nomeada por 2 (dois) anos.

§ 4.º Os membros a que se refere o item b serão indicados pelo Ministro da Fazenda, e os dos itens c, d e e, pelas respectivas Confederações, estes em lista tripla para cada cargo.

§ 5.º O Presidente e o Vice-Presidente, este eleito pelo Conselho dentre os membros indicados pelas Confederações, terão o mandato de 2 (dois) anos.

Art. 25. O Conselho funcionará com a presença de 2/3 (dois terços) de seus membros, sendo as decisões tomadas por maioria.

§ 1.º Quando versarem sobre matéria das letras *d* e *e* do art. 3.º, as decisões serão tomadas por maioria de 2/3 (dois terços) de seus membros.

§ 2.º O Presidente terá o voto de desempate.

Art. 23 O Conselho reunir-se-á ordinariamente, duas vezes por semana e, extraordinariamente, mediante convocação do Presidente ou por deliberação da maioria de seus membros.

§ 1.º As sessões do Conselho serão públicas, salvo deliberação em contrário da maioria de seus membros.

§ 2º O Conselho poderá autorizar, por decisão própria ou por solicitação, a audiência de técnicos e interessados nos assuntos sob exame.

Art. 27. As deliberações do Conselho sobre as matérias do art. 22 entrarão em vigor dentro do prazo de 15 (quinze) dias da data da publicação do ato do Ministro da Fazenda que as houver homologado.

§ 1.º Se denegar a homologação, o Ministro da Fazenda, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, restituirá o processo ao Conselho, acompanhado das razões da impugnação, o qual só poderá confirmar a deliberação anterior com o voto da maioria de 2/3 (dois terços) de seus membros.

§ 2º Confirmada a deliberação anterior, ou na ausência de decisão do Ministro da Fazenda, dentro do prazo do parágrafo anterior, será a deliberação do Conselho posta em vigor por ato do respectivo Presidente, na forma e no prazo deste artigo.

Art. 28. Ficam criados, no quadro do Ministério da Fazenda, os seguintes cargos em comissão:

CC-1 (um) Presidente do Conselho de Política Aduaneira;

CC-3 1 (um) Secretário Executivo do Conselho de Política Aduaneira.

Art. 29. O Presidente e demais membros do Conselho de Política Aduaneira perceberão uma gratificação de presença de Cr\$ 1.500,00 (mil e quinhentos cruzeiros) por sessão realizada, até o máximo de 12 (doze) por mês.

Parágrafo único. O não comparecimento à sessão ou a ausência no ato de votação, mesmo por motivo justificado, importará na perda da gratificação de presença.

Art. 30. Perderá automaticamente o cargo o membro do Conselho que deixar de comparecer sem motivo justificado, a mais de 3 (três) sessões por mês, ou a mais de 1/5 (um quinto) das sessões durante um ano.

§ 1.º Dentro de 10 (dez) dias da ocorrência de vaga de membro do Conselho, o Presidente fará a devida comunicação:

a) ao Ministro da Fazenda, no caso de membro a que se refere a letra *b*, do art. 24; e

b) à Confederação competente, no caso de membro a que se referem as letras *c*, *d* e *e* do art. 24.

§ 2.º A nomeação em caso de vaga superveniente obedecerá ao sistema estabelecido no art. 24, e será feita pelo prazo restante do mandato.

§ 3.º O Conselho poderá conceder licença ao membro que a requerer, pelo prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias.

Art. 31. O Conselho terá uma secretaria técnica, dirigida por um secretário executivo, e integrada por servidores lotados ou requisitados na forma da legislação em vigor.

§ 1.º O secretário executivo participará, sem direito a voto, das sessões do Conselho e perceberá a gratificação de presença a que se refere o art. 29.

§ 2º Os assessores e auxiliares técnicos, em exercício na secretaria técnica, perceberão gratificação arbitrada pelo Ministro da Fazenda.

Art. 32. Dentro de 180 (cento e oitenta) dias da data da publicação desta lei, o Poder Executivo remeterá ao Congresso Nacional projeto de lei, dispondo sobre a criação do quadro de servidores, atribuições e organização da secretaria técnica do Conselho de Política Aduaneira.

Parágrafo único. Enquanto não for convertido em lei o projeto a que se refere este artigo, o Ministro da Fazenda poderá contratar, para a secretaria técnica, economistas e outros técnicos, dentro dos limites do quadro aprovado pelo Presidente da República.

CAPÍTULO VIII

Das Penalidades

Art. 33. O acréscimo de imposto relativo à diferença de valor ou quantidade, assim como o decorrente de classificação indevida da mercadoria na nota de importação, será cobrado com multa de 50% (cinquenta por cento).

Parágrafo único. Não se aplicará multa quando a diferença apurada não exceder de 5% (cinco por cento) do montante do imposto declarado pelo importador, no despacho.

Art. 34. Quando, nos casos do artigo anterior, a existência de fraude ficar caracterizada de forma inequívoca, a falsa declaração de valor, natureza ou quantidade, será punida com multa equivalente a 100% (cem por cento) do imposto devido.

§ 1.º Em caso de reincidência, com circunstâncias agravantes, a Diretoria das Rendas Aduaneiras, em face de decisão condenatória irrecorrível na esfera administrativa, suspenderá pelo prazo de 1 a 5 anos, a aceitação, por repartição aduaneira, de despacho apresentado pela sociedade ou firma infratora.

§ 2.º A sanção prevista no § 1.º será extensiva aos diretores, sócios gerentes e procuradores, assim como às sociedades e firmas das quais fizerem parte.

Art. 35. Quando, igualmente, ficar caracterizada, de forma inequívoca, a cumplicidade do exportador na fraude a que se refere o § 1.º do artigo anterior, a Diretoria das Rendas Aduaneiras aplicará, à firma exportadora, pena idêntica à prevista no referido parágrafo.

Parágrafo único. Aplicar-se-á à sociedade ou firma exportadora o disposto no § 2.º do artigo anterior.

Art. 36. 20% (vinte por cento) das multas aplicadas na forma dos arts. 33 e 34 serão adjudicados ao funcionário que houver apurado a falta.

Parágrafo único. Quando a fraude for apurada mediante denúncia, a quota adjudicada ao funcionário será dividida, em partes iguais, com o denunciante.

CAPÍTULO IX

Disposições Gerais e Transitórias

Art. 37. Será concedida remissão total ou parcial do imposto relativo a produto utilizado na composição de outro a exportar ("draw-back"), nos termos do Regulamento a ser baixado por proposta do Conselho de Política Aduaneira, revogado o Decreto n.º 904, de 28 de julho de 1934.

Art. 38. Será abolida a partir de 1.º de janeiro de 1958, a fatura consular, aplicando-se à fatura comercial, no que couber, o regulamento aprovado pelo Decreto n.º 22.717, de 16 de maio de 1933, revogado o regime de multas previsto no referido decreto.

§ 1.º A fatura comercial conterá as indicações a serem estabelecidas em Regulamento, e será visada pela autoridade consular, mediante pagamento dos emolumentos previstos no referido decreto e apresentação do certificado de licença expedido pela Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil, ou, no caso do art. 55, da prova de cobertura cambial emitida pela Carteira de Câmbio do Banco do Brasil.

§ 2.º Ressalvados os casos previstos em lei ou Regulamento, o visto consular constitui condição essencial ao desembaraço aduaneiro, sob pena de pagamento de multa equivalente a 20% (vinte por cento) do valor da mercadoria, sem prejuízo de outras penalidades cominadas em lei, não importando, todavia, na aprovação dos dados relativos à natureza, quantidade e preço da mercadoria, constantes da fatura comercial.

§ 3.º Além dos elementos indispensáveis ao despacho aduaneiro, a nota de importação deverá conter outras indicações para fins estatísticos, ou

ser acompanhada de formulário especial com a mesma finalidade, na forma estabelecida em Regulamento.

Art. 39. (VETADO)

Art. 40. Nenhuma vantagem pecuniária poderá ser adjudicada a qualquer funcionário, decorrente de decisão exarada por força de cargo ou função que esteja exercendo.

Art. 41. (VETADO)

Art. 42. Excetuada a hipótese de depósito ou fiança previstos no § 3º do art. 6º, ou para garantia de entrada em recurso fiscal, só haverá desembaraço aduaneiro com suspensão temporária do pagamento do imposto devido, mediante termo de responsabilidade, nos casos previstos por esta lei e mais os seguintes:

a) tranquia temporária;

b) pelo prazo máximo de um ano, a importação de determinado equipamento ou conjunto de equipamento, sem similar nacional e considerado de interesse para o desenvolvimento econômico do país, quando objeto de projeto de lei enviado ao Congresso Nacional, com mensagem do Poder Executivo.

Art. 43. A nota de importação, a guia comprobatória, a nota de diferença e qualquer outro formulário aduaneiro, em qualquer número de vias, poderão ser preenchidos a máquina.

Art. 44. Será suspensa por 6 (seis) meses, a contar da data da apresentação do pedido de registro de similar, a aplicação da nota 183 da Tarifa.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplicará à importação cujo câmbio haja sido fechado antes da data da apresentação do pedido de registro.

Art. 45. Estará isenta do imposto de importação a parte ou peça complementar de unidade a ser completada no país, que for importada por fabricante de veículo nacional, com plano aprovado pelo Poder Executivo até 31 de dezembro de 1957, mediante a apresentação de documento comprobatório da aquisição do câmbio correspondente, que será feita por importância igual ao custo da unidade monetária estrangeira, calculado com base na média ponderada resultante dos leilões da respectiva categoria de importação no semestre anterior à data da publicação desta lei.

§ 1º A isenção não abrangerá parte ou peça com similar nacional registrado

§ 2º Os favores previstos neste artigo expirarão a 30 de junho de 1959.

Art. 46. Na época oportuna, o Conselho de Política Aduaneira fixará a redução do imposto a ser concedida a partir de 1 de julho de 1959, segundo o grau de nacionalização atingido pelos fabricantes a que se refere o artigo anterior ou que tiverem planos de fabricação aprovados depois de 31 de dezembro de 1957.

Art. 47. O limite de alteração de alíquota "ad valorem", previsto no § 1º do art. 3º, vigorará a partir de dois anos após a data da publicação desta lei.

Art. 48. Enquanto for indispensável conjugar a Tarifa com medidas de controle cambial, objetivando selecionar as importações em função das exigências do desenvolvimento econômico do país, as mercadorias serão agrupadas em duas categorias: geral e especial.

§ 1º Serão incluídos na categoria geral as matérias-primas, os equipamentos e outros bens de produção, assim como os bens de consumo genérico, para os quais não haja suprimento satisfatório no mercado interno.

§ 2º Serão incluídos na categoria especial os bens de consumo restrito e outros bens de qualquer natureza, cujo suprimento ao mercado interno seja satisfatório.

§ 3º Só será permitida licitação específica para importação de determinadas mercadorias, nos seguintes casos:

a) quando se tratar de mercadorias da categoria especial;

b) quando indispensável à execução de convênios bilaterais de comércio.

Art. 49. A classificação inicial dos produtos, nas duas categorias de importação a que se refere o artigo anterior, será estabelecida por ato do Ministro da Fazenda, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação, desta lei.

Parágrafo único. Qualquer alteração posterior nessa classificação será da competência exclusiva do Conselho de Política Aduaneira, obedecido o disposto no art. 27, revogado o art. 5.º da Lei n.º 2.145, de 29 de dezembro de 1953.

Art. 50. Nenhuma importação poderá ser feita a custo de câmbio inferior ao relativo às mercadorias da categoria geral a que se refere o art. 48 desta Lei.

§ 1.º Excluem-se da regra deste artigo as seguintes operações:

a) importação de papel de imprensa e do papel importado pelas empresas editoras ou impressoras de livros, destinado à confecção destes, bem como dos produtos a que se refere o inciso VI, do art. 7.º da Lei n.º 2.145, de 29 de dezembro de 1953, alterado pelo art. 56 desta lei, preenchidas as condições estabelecidas na Lei 1.336, de 18 de junho de 1951;

b) importação de fertilizantes, inseticidas e semelhantes, de aplicação exclusiva nas atividades agropecuárias, excetuadas (VETADO) os adubos compostos e complexos, granulados ou não;

c) importação de trigo e petróleo e derivados a que se refere a Lei n.º 2.975, de 27 de novembro de 1956;

d) importação de equipamentos, peças e sobressalentes, sem similar nacional registrado, destinados à pesquisa e produção de petróleo bruto;

e) importação de equipamentos, peças e sobressalentes, sem similar nacional registrado, destinados às empresas jornalísticas e editoras de livros, assim como a investimentos considerados essenciais ao processo de desenvolvimento econômico ou à segurança nacional, de acordo com critérios estabelecidos pelo Conselho da Superintendência da Moeda e do Crédito, ouvido, conforme o caso, o Conselho Nacional de Economia, que levará em conta as exigências específicas das regiões menos desenvolvidas do país, (VETADO)

§ 2.º As operações a que se refere o parágrafo anterior serão realizadas dentro das verbas fixadas nos orçamentos de câmbio, previstos no art. 12 da Lei n.º 1.807, de 7 de janeiro de 1953, e não poderão ser efetuadas a custo de câmbio inferior ao que resultar da média ponderada das bonificações pagas aos exportadores mais a taxa resultante de paridade declarada ao Fundo Monetário Internacional.

§ 3.º Para a importação de papel, a que se refere a letra "a" do parágrafo 1º deste artigo, a diferença entre o custo decorrente da taxa de paridade declarada ao Fundo Monetário Internacional e o previsto no parágrafo 2º, será reajustada semestralmente em incrementos de 10% (dez por cento) para as empresas editoras ou impressoras de livros e para os jornais e revistas cujo peso atual não ultrapasse 80 (oitenta) gramas, e em incrementos de 25% (vinte e cinco por cento) para os demais.

§ 4.º As importações a que se refere o § 1.º se processarão em obediência ao princípio estabelecido no art. 4.º.

§ 5.º A importação dos equipamentos, peças e sobressalentes, destinados às empresas jornalísticas, a que se refere a letra e do § 1.º, será processada com audiência prévia do órgão sindical que congrega os beneficiários referidos.

Art. 51. As transferências financeiras para o exterior se processarão pelo mercado de taxas livres, a que se refere o art. 2º da Lei n.º 1.807, de 7 de janeiro de 1953.

§ 1.º Excluem-se da regra deste artigo as seguintes operações:

I — pagamento de compromissos financeiros da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, quando não envolverem, direta ou indiretamente, cobertura cu financiamento de importações;

II — pagamento de serviços relativos às atividades a que se refere a letra d do § 1º do art. 50;

III — amortização e juros de empréstimos, créditos e financiamentos:
 a) registrados ou que, ainda em processo de registro até a data desta lei, venham a ser aprovados pela Superintendência da Moeda e do Crédito, de acordo com a letra "c" do art. 1.º da Lei n.º 1.807, de 7 de janeiro de 1953;

b) relativos às importações a que se referem as letras d e e do § 1.º do art. 50 desta lei;

c) relativos à importação de equipamentos, não incluídos nos itens anteriores, desde que aprovada pelo Conselho da Superintendência da Moeda e do Crédito, dentro das possibilidades do orçamento de câmbio.

§ 2.º O pagamento dos compromissos, a que se referem os incisos I, II e III do parágrafo anterior, será efetuado de conformidade com o disposto no § 2.º do art. 50, exceto quanto aos relativos à letra c do inciso III, cuja taxa cambial não poderá ser inferior à da categoria geral de importação.

Art. 52. As operações a que se referem os parágrafos primeiros dos arts. 50, 51 e 58 serão realizadas de conformidade com critérios estabelecidos pelo Conselho da Superintendência da Moeda e do Crédito ou por deliberação específica do próprio Conselho, e dependerão, para serem executadas, de prévia publicação no *Diário Oficial* da qual constará:

- I — Natureza da operação;
- II — nome do beneficiário;
- III — valor da operação em moeda estrangeira;
- IV — taxa de câmbio concedida;
- V — diferença entre o valor da operação à taxa cambial favorecida e o equivalente à taxa de câmbio da categoria geral ou do mercado livre, conforme o caso;
- VI — valor em moeda estrangeira, da produção nacional e o montante, em cruzeiros, do subsídio na hipótese do art. 53.

Art. 53. Enquanto existir o regime de licitação cambial, só será admitido ao mínimo para leilão de moeda inconvertível, calculado na base de uma percentagem do custo médio total das moedas de convertibilidade livre ou limitada.

Art. 54. No regime de duas categorias de importação, a taxa de conversão a que se refere o art. 10, será fixada, para todas as mercadorias, com base no custo médio da moeda estrangeira, na categoria geral de importação, a que se refere o § 1.º do art. 48.

§ 1.º No primeiro ano de vigência desta lei, a taxa de conversão será reajustada trimestralmente.

§ 2.º Para o primeiro trimestre, a taxa de conversão não poderá ultrapassar o custo médio da unidade monetária estrangeira, nas duas primeiras categorias de importação, anteriores à vigência desta lei.

Art. 55. Independência de licença a importação do produto da categoria geral com cobertura de câmbio livremente obtida na licitação respectiva.

Art. 56. O art. 7.º da Lei número 2.145, de 29 de dezembro de 1953, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 7.º Independência de licença, bem como de cobertura cambial obtida em licitação de divisas:

I — a importação de artigos destinados ao uso próprio das missões diplomáticas e repartições estrangeiras, ou de seus funcionários, desde que os respectivos governos dispensem igual tratamento às representações brasileiras e respectivos funcionários;

II — os animais, as máquinas, os aparelhos e os instrumentos da profissão do emigrante trazidos para serem utilizados por ele pessoalmente ou em sua indústria;

III — a bagagem do viajante, que não compreenda móveis e veículos mas unicamente as roupas e objetos de uso pessoal e doméstico, de valor até 100 (cem) mil cruzeiros, calculados à taxa de câmbio oficial;

IV — os bens de propriedade de pessoa que transfira domicílio para o Brasil desde que, por sua quantidade e características não se destinem a comércio e lhe pertençam há mais de (seis) 6 meses, antes do embarque no país de origem cabendo à autoridade consular brasileira competente verificar a prova da respectiva propriedade;

V — os bens de propriedade dos funcionários da carreira de diplomata e por estes trazidos quando removidos para a Secretaria de Estado das Relações Exteriores; os que pertencerem a funcionários falecidos no exterior, e os dos servidores públicos civis e militares que regressarem do exterior, dispensados de comissão de caráter permanente, exercida em terra, por mais de 6 (seis) meses, observada, em qualquer caso, a condição de que não se destinem a comércio;

VI — os mapas, livros, jornais, revistas e publicações similares que tratem de matéria técnica, científica, didática ou literária, redigidos em língua estrangeira, assim como obras impressas em Portugal em português, e livros religiosos escritos em qualquer idioma e de qualquer procedência.

§ 1.º. A bagagem e os objetos a que se refere este artigo deverão chegar ao país no prazo máximo de três meses em se tratando de viajante, e de seis no caso de emigrante, a contar da data do respectivo desembarque, sob pena de pagamento da multa correspondente à importação de produto sem licença.

§ 2.º As pessoas que se beneficiarem da concessão dos incisos IV e V só poderão gozar de igual benefício, depois de transcorrido o prazo de 3 (três) anos.

Art. 57. É mantido, no que não contrariar esta lei, o regime que regia o intercâmbio comercial com o exterior, estabelecido pela Lei número 2.145, de 29 de dezembro de 1953, (Vetado)

Art. 58. Será isenta de imposto a importação dos produtos a que se referem as letras a e b do § 1º do art. 50, de conformidade com o disposto no § 2º do mesmo artigo

§ 1.º Será concedido aos fabricantes, no país dos produtos a que se refere este artigo, um subsídio equivalente à diferença entre o preço do similar estrangeiro, importado na forma dos §§ 2.º e 3.º do art. 50, e o que resultaria se efetuada a importação ao custo de câmbio da categoria geral adicionado do montante do imposto calculado com base na alíquota estabelecida na Tarifa, tomando por base o preço CIF, quando se tratar de produtos transportados por via marítima ou o preço FOB, nos demais casos

§ 2.º O Conselho de Política Aduaneira promoverá o reajustamento das alíquotas constantes da tarifa, de forma a assegurar níveis adequados de proteção, levando em conta a necessidade de manutenção de conveniente estímulo à progressiva melhoria da produtividade. No caso do papel de imprensa o Conselho estabelecerá uma alíquota simbólica; apenas para efeito de cálculo do subsídio a que se refere o parágrafo anterior.

§ 3.º O subsídio a que se refere o parágrafo anterior será concedido com o produto de um Fundo Especial, constituído no Banco do Brasil S. A., com os recursos provenientes dos ágio relativos à licitação na categoria geral, de um montante de divisas equivalente ao valor da produção nacional vendida para o mercado interno, de conformidade com as instruções a serem baixadas pelo Conselho da Superintendência da Moeda e do Crédito.

Art. 59. De acordo com a letra a, § 3.º do art. 48, a Carteira de Câmbio do Banco do Brasil S. A. fará realizar licitação específica para automóveis de passageiros, de peso até 1.600 quilos e valor FOB, não superior a US\$ 2.300,00 (dois mil e trezentos dólares) ou equivalente em outra moeda, nos limites mínimos de US\$ 12.000.000,00 (doze milhões de dólares) no primeiro ano e US\$ 8.000.000,00 (oito milhões de dólares) no segundo ano, ou equivalente em outras moedas, mediante leilões

mensais e dentro de verbas fixadas no orçamento de câmbio, a que se refere o art. 12 da Lei n.º 1.807, de 7 de janeiro de 1953.

§ 1.º O preço a que se refere êsse artigo será o do veículo montado, atendido o que dispõe o parágrafo único do art. 5.º.

§ 2.º As importações de que trata êste artigo poderão também ser feitas por fabricantes ou montadores daqueles veículos, desde que os carros venham completamente desmontados (CKD) e com as omissões em peso indicadas no § 3.º dêste artigo.

§ 3.º Aos fabricantes e montadores, que se valerem do disposto no parágrafo anterior, serão concedidas reduções no valor do imposto de importação, proporcionalmente às omissões em peso de acôrdo com a seguinte tabela:

<i>Omissões em peso</i>	<i>Redução no imposto de importação</i>
15% (quinze por cento)	40% (quarenta por cento)
25% (vinte e cinco por cento)	60% (sessenta por cento)
35% (trinta e cinco por cento)	70% (setenta por cento)
45% (quarenta e cinco por cento)	80% (oitenta por cento)
mais de 45% (quarenta e cinco por cento)	90% (noventa por cento)

§ 4.º. Para fins aduaneiros, o valor do veículo desmontado, com as reduções em peso de que trata o parágrafo anterior, será determinado pelo Conselho de Política Aduaneira, de acôrdo com o disposto na letra d do art. 22.

§ 5.º Para gozar os benefícios de que tratam os parágrafos 2º e 3º dêste artigo, os fabricantes ou montadores deverão submeter ao Ministério da Viação o seu plano de fabricação ou montagem.

§ 6.º. O automóvel importado e montado, na forma dos §§ 2.º e 3.º deste artigo, não poderá ser vendido com margem de lucro superior a 18% (dezoito por cento) para o montador e 18% (dezoito por cento) para o revendedor, sob pena de perda das vantagens decorrentes dêste mesmo artigo.

§ 7.º. Para obtenção das reduções no imposto de importação, previstas no § 3.º dêste artigo, o fabricante ou montador fará, perante o Ministério da Viação e Obras Públicas, a comprovação de compra das peças ou partes de fabricação nacional, correspondente às omissões.

§ 8.º. O custo da unidade monetária estrangeira, para as importações a que se refere êste artigo, não poderá ser inferior a Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros) por dólar americano ou equivalente em outras moedas.

Art. 69. As infrações de natureza cambial, apuradas por ocasião do despacho aduaneiro, serão punidas com:

I — multa de 100% (cem por cento) do respectivo valor, no caso de mercadoria importada sem licença ou além dos limites da licença, quando sua importação estiver sujeita a esta formalidade, revogados os §§ 3.º, 4.º e 5.º do art. 6º e o art. 11 da Lei n.º 2.145, de 29 de dezembro de 1953;

II — multa de 100% (cem por cento) do valor da fraude, nos casos de sub ou super faturamento ou qualquer outra modalidade de fraude cambial na importação.

§ 1.º Para efeito do disposto nos itens I e II, o valor da mercadoria ou da fraude será calculado na base do custo de câmbio da categoria correspondente

§ 2.º Não constituirá infração cambial a diferença, para mais ou para menos, não superior a 10% (dez por cento), quanto ao preço, e a 5% (cinco por cento) quanto à quantidade ou peso.

§ 3.º As infrações a que se refere êste artigo serão apuradas e julgadas de acôrdo com as normas do art. 6.º, (VETADO).

§ 4.º Aplicar-se-á às penalidades previstas neste artigo o disposto no art. 36 e, quando couber, o disposto no § 1º do art. 34 e no art. 35.

Art. 61. O Conselho de Política Aduaneira será instalado dentro de 30 (trinta) dias da data da publicação desta lei.

Art. 62. O Poder Executivo deverá, no prazo de um ano, a contar da data da publicação desta lei:

I — remeter ao Congresso Nacional, com base em proposta do Conselho de Política Aduaneira, projeto de lei que reexamine e atualize a legislação geral e específica sobre isenção e redução de imposto;

II — promover as gestões necessárias à atualização dos acordos internacionais em matéria de tratamento aduaneiro e que importem na aplicação de imposto diferente do estabelecido na Tarifa;

III — atualizar e consolidar as disposições da legislação aduaneira não revogadas por esta lei.

§ 1.º Em caso de acordo ainda não ratificado pelo Congresso Nacional, até a data da publicação desta lei, o Poder Executivo promoverá novas gestões, no sentido de ajustar suas cláusulas às disposições desta lei.

§ 2.º Ficam revogadas as isenções concedidas pelo Decreto-lei n.º 300, de 24 de fevereiro de 1938 e leis posteriores, ressalvadas, (VETADO) as que beneficiarem, (VETADO) expressamente, (VETADO) entidades, empresas ou pessoas.

Art. 63. O Ministério da Fazenda tomará as providências necessárias para que, dentro do prazo de um ano, a contar da data da publicação desta lei, os trabalhos de exame e julgamento dos recursos fiscais a cargo do Conselho Superior de Tarifa, estejam regularizados, podendo para esse fim:

I — elevar temporária ou permanentemente, até o triplo, o número atual de membros do referido Conselho, distribuídos em tantas Câmaras quantas necessárias, inclusive para os fins do art. 60;

II — suspender ou dispensar membro do Conselho, que não cumprir os prazos fixados em regulamento.

Art. 64. Aos servidores lotados nas repartições aduaneiras, assim como aos do Laboratório Nacional de Análises e suas seções regionais, será distribuída uma percentagem, calculada sobre a respectiva arrecadação do imposto de importação, em quotas proporcionais aos respectivos vencimentos.

§ 1.º A percentagem será fixada anualmente, por ato do Ministro da Fazenda, podendo ser variável para cada repartição ou categoria de repartição, de forma a assegurar equidade em sua distribuição.

§ 2.º A quota atribuída mensalmente a cada servidor não poderá ser superior a 100% (cem por cento) dos respectivos vencimentos ou salários e será incluída nos proventos respectivos, desde que conte mais de cinco anos de efetivo exercício nas repartições a que se refere este artigo.

§ 3.º O montante das quotas a serem distribuídas a todos os servidores não poderá exceder a três por cento (3%) da receita anual do imposto de importação, calculada com base na previsão orçamentária de cada exercício.

Art. 65. São extintos o imposto sobre transferência de fundos para o exterior e qualquer tributo incidente sobre a mercadoria importada, cobrado por ocasião do respectivo despacho aduaneiro, exclusive o imposto de consumo e o imposto único sobre combustíveis e lubrificantes.

Art. 66. Em substituição aos tributos extintos na forma do artigo anterior, fica criada a taxa de despacho aduaneiro de 5% (cinco por cento) sobre o valor da mercadoria importada, exclusive as gravadas pelo imposto único sobre combustíveis e lubrificantes.

§ 1.º O produto da taxa terá a seguinte destinação:

Fundo de Marinha Mercante — 32% (trinta e dois por cento)

Fundo de Previdência Social — 18% (dezoito por cento)

Fundo Naval — 15% (quinze por cento)

Fundo Aeronáutico — 15% (quinze por cento)

Fundo Federal de Eletrificação — 10% (dez por cento)

Concessionários de portos — 6% (seis por cento)

Fundo de Reparelhamento das Repartições Aduaneiras — 3,5 % (três e meio por cento).

Caixa de Crédito da Pesca — 0,5 % (meio por cento).

§ 2.º Enquanto não for criado o Fundo de Marinha Mercante, a parcela do produto da taxa que lhe é destinada será depositada, em conta especial, no Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, para aplicação, conforme a lei determinar.

§ 3.º Ressaiado o disposto no parágrafo anterior, a distribuição do produto da taxa será feita a partir de 1958, prevalecendo, no corrente exercício, as dotações constantes do orçamento vigente.

Art. 67. Ficam isentos de imposto de consumo os veículos automotores tipo jipe, camionetas de carga ou de uso misto.

Art. 68. Fica extinta qualquer discriminação do imposto de consumo entre o produto nacional e o estrangeiro, prevalecendo sempre a alíquota prevista para o primeiro.

Art. 69. Fica extinta a Comissão de Similares da Alfândega, transferidas as suas atribuições ao Conselho de Política Aduaneira.

Parágrafo único. Os arquivos e expediente da Comissão de Similares deverão ser encaminhados ao Conselho de Política Aduaneira.

Art. 70. Para apuração da regularidade do pagamento do imposto devido sobre mercadorias, bens ou cousas procedentes do estrangeiro e entrados no território nacional, a ação das autoridades aduaneiras encarregadas desse controle poderá estender-se a qualquer ponto do país, de acordo com as instruções que forem baixadas pelo Ministro da Fazenda.

Art. 71. (VETADO)

Parágrafo único. (VETADO)

Art. 72. É o Poder Executivo autorizado a abrir o crédito especial de Cr\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de cruzeiros) para ocorrer as despesas com:

- a) instalação e funcionamento do Conselho de Política Aduaneira;
- b) reapearelhamento das repartições aduaneiras, inclusive do Laboratório Nacional de Análises;
- c) ajuda de custo, passagens e diárias dos integrantes da delegação brasileira encarregada de promover novas negociações com as partes contratantes do Acordo Geral Sobre Tarifas e Comércio (GATT);
- d) qualquer outra providência indispensável à implantação da nova Tarifa, inclusive encargos de pessoal e material decorrentes da aplicação desta lei.

Parágrafo único. Este crédito será automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 73. Será garantido o desembaraço alfandegário no regime vigente na data da publicação desta lei:

- a) à mercadoria já licenciada pela Carteira de Comércio Exterior (CACEX);
- b) à que for importada com base em promessa de venda de câmbio anteriormente lícita ou concedida;
- c) à excluída do regime de licença prévia, desde que a respectiva cobertura cambial, na forma do regulamento aprovado pelo Decreto número 32.285, de 19 de dezembro de 1953 (art. 62, inciso II), esteja assegurada por documento já expedido pela Carteira de Câmbio do Banco do Brasil — Fiscalização Bancária (FIBAN);
- d) a que por lei anterior esteja isenta de licença prévia e possa ser paga pelo mercado de taxa livre, desde que tenha sido embarcada antes da data de vigência da presente Lei.

Art. 74. (VETADO)

Art. 75. A designação dos membros das Comissões de Tarifa das Alfândegas será feita pelos respectivos Inspectores e submetida à aprovação do Diretor das Rendas Aduaneiras.

Art. 76. (VETADO)

Art. 77. (VETADO)

Parágrafo único. (VETADO)

Art. 78. Revogadas as disposições em contrário, esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, inclusive quanto à sua obrigatoriedade nos Estados Estrangeiros, revogado para esse único efeito o disposto no § 1.º do art. 1.º do Decreto-lei n.º 4.657, de 4 de setembro de 1942.

Rio de Janeiro, em 14 de agosto de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK

Nereu Ramos

Antonio Alves Camara

Henrique Lott

José Carlos de Macedo Soares

José Maria Alkmim

Lucio Meira

Mario Meneghetti

Clovis Salgado da Gama

José Parsifal Barroso

Francisco de Mello

Mauricio de Medeiros

T A R I F A

SECÇÃO I

ANIMAIS E PRODUTOS DO REINO ANIMAL

CAPÍTULO 01

Animais vivos

NOTA 1 — Estão excluídos deste Capítulo:

- a) crustáceo, molusco e peixe — Capítulo 03;
b) cultura microbiana — Capítulos 21 e 30.

NOTA 2 — Qualquer referência neste Capítulo a determinado gênero ou espécie inclui a cria de ambos os sexos.

NOTA 3 — Na taxa do item 01-08 está compreendida a da gaiola ou engradado, com a única serventia de transporte.

Item	MERCADORIA	Alíquota "Ad-Valorem"
01-01	Equino: 001) reprodutor 002) qualquer outro	Livre 40%
01-02	Asinino e muar: 001) reprodutor 002) qualquer outro 003) muar	Livre 25% 40%
01-03	Bovino e búfalo: 001) reprodutor 002) qualquer outro	Livre 25%
01-04	Ovino: 001) reprodutor 002) qualquer outro	Livre 50%
01-05	Caprino: 001) reprodutor 002) qualquer outro	Livre 25%
01-06	Suino: 001) reprodutor 002) qualquer outro	Livre 50%
01-07	Coelho: 001) reprodutor 002) qualquer outro	Livre 50%
01-08	Ave: 001) pinto de qualquer ave, de um dia 002) ave de canto ou ornamental 003) qualquer outra	Livre 150% 50%

Item	MERCADORIA	Aliquota "Ad-Valorem"
01-09	Abelha:	
	001) rainha	Livre
	002) enxame, núcleo ou colónia	50%
01-10	Qualquer outro inseto útil	Livre
01-11	Qualquer animal não especificado nem compreendido em outra parte	50%

SECÇÃO 1

ANIMAIS E PRODUTOS DO REINO ANIMAL

CAPÍTULO 02

Carnes e vísceras comestíveis

NOTA 4 — Estão excluídos deste Capítulo:

- crustáceos, moluscos e peixe — Capítulo 03;
- bexiga, estômago de animal e tripa — Capítulo 05;
- órgão de animal destinado à preparação de produto opoterápico e semelhante — Capítulo 05;
- produto em lata ou outro recipiente hermeticamente fechado, preparação de miúdo comestível, de víscera e produto de salsicharia — Capítulo 16.

Item	MERCADORIA	Aliquota "Ad-Valorem"
02-01	Carne fresca, verde ou resimada:	
	001) de boi	50%
	002) de cabra	50%
	003) de caça:	
	faisão, perdiz, veado ou qualquer outra	50%
	004) de carneiro	50%
	005) de cavalo	60%
	006) de galinha, ganso, marreco, pato, ou qualquer outra ave	50%
	007) de peru	90%
	008) de porco	50%
	009) qualquer outra	50%
02-02	Carne congelada:	
	001) de boi	50%
	002) de cabra	50%
	003) de caça:	
	faisão, perdiz, veado ou qualquer outra	50%

Item	MERCADORIA	Alíquota "Ad. Valorem"
	004) de carneiro	50%
	005) de cavalo	60%
	006) de galinha, ganso, marreco, pato ou qualquer outra ave	50%
	007) de porco	50%
	008) qualquer outra	50%
02-03	Viscera, miúdo e qualquer outra parte comestível, fresco, resfriado ou congelado:	
	001) língua	60%
	002) qualquer outra	60%
02-04	Fígado de ave	80%
02-05	Toucinho, inclusive gordura de ave, não derretido:	
	001) fresco ou frigorificado	50%
	002) salgado ou em salmoura	60%
	003) defumado	60%
02-06	Carne de porco, cozida, defumada, em salmoura, salgada, salgado-sêca, sêca ou simplesmente preparada:	
	001) "bacon" e presunto	60%
	002) qualquer outra	60%
02-07	Qualquer outra carne, cozida, defumada, em salmoura, salgada, salgado-sêca, sêca ou simplesmente preparado:	
	001) carne sêca (charque)	60%
	002) qualquer outra	60%
02-08	Viscera, miúdo e qualquer outra parte comestível, em salmoura, salgado, salgado-sêco ou simplesmente preparada::	
	001) língua	60%
	002) qualquer outra	60%

SEÇÃO I

ANIMAIS E PRODUTOS DO REINO ANIMAL

CAPÍTULO 03

Peixes, crustáceos e moluscos

NOTA 5 — Estão excluídos deste Capítulo:

- anfíbio, mamífero aquático, rã, tartaruga e sua carne — Capítulos 01 e 02;
- resíduo ou detrito de peixe e ova não comestível — Capítulo 05;
- caviar e sucedâneo — Capítulo 16;
- crustáceo, molusco e peixe, conservado ou preparado, em lata ou qualquer outro recipiente hermeticamente fechado — Capítulo 16.

NOTA 6 - Para os fins deste Capítulo, é também considerado fresco o crustáceo, molusco ou peixe, tratado com açúcar, sal ou ambos, como agente preservador, para sua conservação durante o transporte.

NOTA 7 - Na taxa dos itens 03-01, 03-04 e 03-06 está compreendida a do aquário com a única serventia de transporte.

Item	MERCADORIA	Alíquota "Ad-Valorem"
03-01	Peixe vivo: 001) ornamental 002) para alimentação e qualquer outro fim 003) para criação industrial, inclusive alevino	150% 60% Livre
03-02	Peixe morto, fresco ou frigorificado: 001) inteiro, em parte ou posta 002) ova comestível	60% 60%
03-03	Peixe defumado, em salmoura, salgado, salgado-sêco, sêco, prensado, inteiro ou não, inclusive frescal: 001) arenque 002) arenque exclusivamente defumado .. 003) atum 004) bacalhau 005) carapau, chicharro, jurelo e sardinha 006) salmão 007) filé de qualquer peixe 008) ova comestível 009) qualquer outro	60% 60% 60% 15% 60% 60% 60% 60% 60%
03-04	Crustáceo, vivo ou morto, fresco ou frigorificado, inteiro ou não: 001) camarão 002) caranguejo, guaiamu e siri 003) lagosta e lagostim 004) qualquer outro	60% 50% 50% 50%
03-05	Crustáceo cozido, defumado, em salmoura, salgado, salgado-sêco, sêco, inteiro ou não: 001) camarão 002) caranguejo, guaiamu e siri 003) lagosta e lagostim 004) qualquer outro	60% 60% 60% 60%
03-06	Molusco, vivo ou morto, inteiro ou não, fresco ou frigorificado: 001) calamar, lula ou polvo 002) marisco, mexilhão e ostra 003) qualquer outro	60% 60% 60%
03-07	Molusco cozido, defumado, em salmoura, salgado, salgado sêco ou sêco: 001) calamar, lula ou polvo 002) marisco, mexilhão e ostra 003) qualquer outro	60% 60% 60%

SECÇÃO

ANIMAIS E PRODUTOS DO REINO ANIMAL

CAPÍTULO 04

Leite e seus derivados, ovos e mel

NOTA 8 — Estão excluídos deste Capítulo:

- a) óleo de ovo — Capítulo 15;
- b) mel artificial ou mistura de mel artificial com natural — Capítulo 17;
- c) lactose — Capítulos 17 ou 29;
- d) preparação alimentícia contendo leite, — Capítulo 19;
- e) produto de leite com modificação total ou parcial do tipo de gordura ou de proteína — Capítulo 21;
- f) lecitina — Capítulo 29;
- g) albumina de ovo — Capítulo 35;
- h) caseína — Capítulo 35.

Item	MERCADORIA	Aliquota "Ad-Valorem"
04-01	Leite fresco, não concentrado, esterilizado ou não: 001) leite integral com teor de gordura mínimo de 3% (três por cento) 002) parcial ou totalmente desnatado com teor de gordura de menos de 3% (três por cento) 003) modificado, acidificado ou não "kephir", "yogbourt", fermentado e semelhante, leite maternizado não concentrado nem pulverizado	50% 50% 50%
04-02	Leite parcialmente desidratado: 001) concentrado ou condensado, não esterilizado e sem adição de açúcar (leite concentrado refrigerado) 002) concentrado ou condensado sem açúcar esterilizado ou "evaporated milk" 003) concentrado ou condensado com açúcar	50% 50% 50%
04-03	Leite totalmente desidratado, em pó ou seco: 001) integral ou gordo com teor de gordura mínima de 26% (vinte e seis por cento) 002) parcial ou totalmente desnatado, exclusivo ou modificado para alimentação infantil com teor de gordura de menos de 26% (vinte e seis por cento) 003) modificado para alimentação infantil acidificado	50% 50% 20%

Item	MERCADORIA	Alíquota Ad-Valorem
	004) modificado para alimentação infantil não acidificado	20%
	005) desnatado, para uso industrial ou ali- mentação animal	50%
04-04	Leite totalmente desidratado, em tableta ou tablóide	50%
04-05	Creme de leite	60%
04-06	Queijo:	
	001) "bel paese"	80%
	002) "brie"	80%
	003) "cacio cavalo"	80%
	004) "camembert"	80%
	005) "cheddar"	80%
	006) "ementhal"	80%
	007) estepe	80%
	008) "estraguino"	80%
	009) fresco (minas)	80%
	010) "gorgonzola"	80%
	011) "gruyere"	80%
	012) "limburgo"	80%
	013) "muzzarella"	80%
	014) parmezaõ, romano	80%
	015) prato	80%
	016) "provolone"	80%
	017) reino e tipo coboco e semelhante	80%
	018) "ricota" defumado	80%
	019) "ricota" fresco	80%
	020) "roquefort" ou azul	80%
	021) "tilsit"	80%
	022) qualquer outro	80%
04-07	Manteiga:	
	001) manteiga comum	60%
	002) fundida ou gordura de manteiga	60%
04-08	Ovo de ave domestica:	
	001) para incubação	Livre
	002) qualquer outro	60%
04-09	Mel natural	60%

SECÇÃO

ANIMAIS E PRODUTOS DO REINO ANIMAL

CAPÍTULO 05

Matérias-primas e outros produtos brutos de origem animal

NOTA 98- Estão excluídos deste Capítulo:

a) gordura animal — Capítulo 15;

b) adubo de origem animal — Capítulo 31.

- c) pele e couro — Capítulo 42, exceto a pele de ave com penas não preparada ;
- d) pele de peleteria — Capítulo 43;
- e) matéria têxtil de origem animal — Secção XI, exclusive crina;
- f) pérola — Capítulo 71.

NOTA 10 — Classificam-se como marfim: chifre de rinoceronte, dente de qualquer animal e presa de elefante, hipopótamo e porco selvagem.

Item	MERCADORIA	Alíquota
Ad-Va.orem		
05-01	Cabelo humano, bruto, lavado ou desengordurado, mesmo selecionado, por comprimento, mas não paralelizado	120%
05-02	Cerde de javali, de porco e de qualquer suideo, pelo de texugo e qualquer outro, para pincel:	
	001) bruta, a granel	15%
	002) lavada, alvejada ou desengordurada, tinta ou não, ou em molho, exceto mecha preparada	20%
05-03	Crina e residuo de crina:	
	001) bruta, a granel	20%
	002) simplesmente lavada ou desengordurada, mesmo selecionada, por comprimento	30%
	003) branqueada, tinta, frisada ou não, mesmo selecionada, por comprimento	40%
05-04	Bexiga de animal, estômago e intestino (tripa), exceto peixe, para qualquer uso, inclusive alimentar, fresco ou congelado:	
	001) coagulador de vitela	10%
	002) intestino (tripa)	20%
	003) qualquer outro	20%
05-05	Bexiga de animal, estômago e intestino (tripa), exceto peixe, para qualquer uso, inclusive alimentar, dissecado, em salmoura, salgado, salgado-seco e seco:	
	001) coagulador de vitela	10%
	002) intestino (tripa)	20%
	003) qualquer outro	20%
05-06	Nervo, tendão e qualquer outro residuo de couro e pele bruta, não curtido nem aprestado ..	Livre
05-07	Residuo de peixe: bexiga natatória, escama, residuo de pele ou outro, exclusive ova:	
	001) escama de muge ("ablette") e semelhante, fresca ou apenas conservada, em pó ou não	20%
	002) qualquer outro	4%
05-08	Sangue de animal, liquido ou seco	20%

Item	MERCADORIA	Allquota "Ad-Valorem"
05-09	Pena, penugem, pluma e pele de ave revestida de suas penas:	
	001) pena, penugem e pluma, solta	120%
	002) pele de ave com pena, não trabalhada ou simplesmente preparada para sua conservação durante o transporte	120%
05-10	003) raqui de pena, cortado ou limpo, sem outro trabalho	120%
05-11	Osso bruto, degelatinado, desengordurado, limpo, tratado com ácido, achatado, cortado, fendido, quebrado, em pedaço moído ou em pó sem maior preparo	20%
05-12	Bico de animal, casco, chifre, garra, ponta, unha, bruto, cortado, fendido ou endireitado, sem maior preparo; residuo e pó; barbatana e semelhante, bruta, limpa, raspada, sem maior preparo:	
	001) bico, casco, chifre, garra, ponta e unha	4%
	002) barbatana e semelhante	30%
05-13	Marfim e dente de animal cortado ou não, em apara, pó ou residuo	50%
05-14	Carapaça de tartaruga: concha, escama, garra, apara e residuo, mesmo achatada, fendida, ou serrada, sem maior preparo	50%
05-15	Concha, búzio e semelhante, inteiro ou não, limpo ou não:	
	001) de madrepérola	20%
	002) de madrepérola, cortada, desbastada ou serrada	50%
05-16	003) qualquer outro	50%
05-17	Coral e semelhante, não trabalhado	50%
05-18	Esponja natural:	
	001) crua	20%
	002) alvejada ou preparada	50%
05-19	Almíscar, âmbar-cinzeno ("ambargris"), cantárida, castóreo, civeta, e qualquer outra matéria-prima animal, própria para medicina ou perfumaria:	
	001) almíscar	20%
	002) âmbar-cinzeno ("ambargris")	20%
	003) cantárida	15%
	004) castóreo	20%
	005) civeta	20%
	006) glândula e órgão de animal, não especificado fresco, congelado ou frígido, ou de outro modo conservado, destinado à preparação de produto organo-terapêutico, não seco nem em pó ou sob forma de extrato	15%

Item	MERCADORIA	Alíquota 01-11 "Ad-Valorem"
	007) qualquer outra matéria animal bruta, para perfumaria	20%
	008) qualquer outra matéria animal bruta, para medicina ou farmácia	15%
05-18	Cochonilha e inseto semelhante, inteiro ou em po; seco ou não	30%
05-19	Ovo de bicho-da-seda	Livre
05-20	Ova de peixe; não comestíveis:	
	001) fecundada para reprodução	Livre
	002) qualquer outra	50%
05-21	Qualquer outro produto animal	50%

SECÇÃO II

PRODUTOS DO REINO VEGETAL

CAPÍTULO 06

Plantas e produtos da floricultura

NOTA 11 — Estão excluídos deste Capítulo:

- bulbo, fruto, rizoma, tubérculo, planta e parte de planta, alimentícios — Capítulo 07;
- fruta não ornamental — Capítulo 12;
- semente — Capítulo 12;
- planta e parte de planta, industrial ou medicina; imprópria para plantio — Capítulos 12 e 13.

Item	MERCADORIA	Alíquota 01-11 "Ad-Valorem"
06-01	Bulbo, gavinha, rizoma e tubérculo de planta ornamental, florífera ou não	50%
06-02	Alporque, enxerto, estaca e garfo:	
	001) de oliveira	Livre
	002) de vinha	Livre
	003) qualquer outro	Livre
06-03	Muda de vinha	Livre
06-04	Qualquer outra planta viva:	
	001) arbusto, árvore de planta florestal	10%
	002) arbusto, árvore de planta frutífera	10%
	003) arbusto, árvore de planta ornamental	10%

Item	MERCADORIA	Aliquota msl "Ad-Valorem"
	004) bulbo, gavinha, tubérculo, inclusive de aspargo e rizoma não compreendidos no item 06-01 10%	10%
	005) qualquer outra 10%	10%
06-05	Flor e botão de flor cortados para ornamen- tação, fresco, seco, alvejado, impregnado, tinto ou de outro modo preparados montado ou não: 150%	150%
	001) não montado 150%	150%
	002) montado em cesta, coroa e ramalhete e semelhante 150%	150%
06-06	Folhagem, folha, fruto, ramo e qualquer outra parte de planta, para ornamentação, fresco, seco, alvejado, impregnado, tinto ou de ou- tro modo preparado, montado ou não: 150%	150%
	001) não montado 150%	150%
	002) montado em cesta, coroa, ramalhete e semelhante 150%	150%

SEÇÃO II

PRODUTOS DO REINO VEGETAL

CAPÍTULO 07

Hortalicas, legumes, plantas, raízes e tubérculos, comestíveis

NOTA 12 - Estão excluídos deste Capítulo

- a) especiaria - Capítulo 09;
- b) farinha de legume - Capítulo 11;
- c) alfarroba, beterraba, cana-de-açúcar, grão-de-sója, húpulo, raiz de
chicória, raiz forrageira - Capítulo 12;
- d) o produto preparado em compota, adicionado de açúcar ou con-
tido em garrafa, pote ou recipiente hermeticamente fechado, ou que
tenha preparação diversa da indicada neste Capítulo.

Item	MERCADORIA	Aliquota "Ad-Valorem"
07-01	Hortalica, legume, planta, raiz, tubérculo in- teiro ou não, fresco, resfriado ou congelado — exclusive os do item 07-05:	
	001) alpo 50%	50%
	002) alcachofra 50%	50%
	003) alcaparra 50%	50%

Item	MERCADORIA	Alíquota
		"Ad-Valorem"
	004) alho — exclusive em pó	50%
	005) aspargo	50%
	006) azeitona	50%
	007) batata — exclusive batata-doce	50%
	008) brócolos	50%
	009) cebola e cebolinha	50%
	010) couve-de-Bruxelas	50%
	011) couve-flôr	50%
	012) qualquer outra couve	50%
	013) cogumelo	50%
	014) ervilha	50%
	015) feijão e fava, verde	50%
	016) lentilha	50%
	017) pepino	50%
	018) pimentão doce	50%
	019) repolho	50%
	020) tomate	50%
	021) vagem	50%
	022) qualquer outro	50%
07-02	Hortaliça, legume, planta e tubérculo, inteiro ou não, em salmoura, ou outra solução para preservação durante o transporte:	
	001) aipo	50%
	002) alcachofra	50%
	003) alcaparra	50%
	004) aspargo	50%
	005) azeitona	50%
	006) brócolos	50%
	007) cebola e cebolinha	50%
	008) couve-de-Bruxelas	50%
	009) cogumelo	50%
	010) ervilha	50%
	011) feijão e fava, verde	50%
	012) pepino	50%
	013) pimentão doce	50%
	014) repolho	50%
	015) tomate	50%
	016) vagem	50%
	017) qualquer outro	50%
07-03	Hortaliça, legume, planta, raiz e tubérculo, inteiro ou não: seco, dissecado, desidratado, ou evaporado, mesmo cortado em fatia, filamento, ou em pedaço, inclusive em mistura:	
	001) aipo	60%
	002) azeitona	60%
	003) cebola e cebolinha	60%
	004) cenoura	60%
	005) cogumelo	60%
	006) couve-de-Bruxelas	60%
	007) couve-flôr	60%
	008) espinafre	60%
	009) em mistura	60%
	010) qualquer outro	80%

Item	MERCADORIA	Aliquota "Ad-Valorem"
07-04	Grão de leguminosa, sêco, com ou sem casca, inteiro ou partido:	
	001) ervilha	60%
	002) fava	60%
	003) feijão	60%
	004) grão-de-bico	60%
	005) lentilha	60%
	006) tremoço	60%
	007) qualquer outro	60%
07-05	Raiz e tubérculo de alto teor de amido ou inulina, sêco ou não, inteiro ou partido	
	001) araruta (salepo)	60%
	002) batata-doce	60%
	003) inhame	60%
	004) lírio tuberoso	60%
	005) mandioca	60%
	006) qualquer outro	60%

SECÇÃO II

PRODUTOS DO REINO VEGETAL

CAPÍTULO 08

Frutos comestíveis

NOTA 13 - Estão excluídos dêste Capítulo:

- a) o produto que, embora botanicamente considerado fruto, está classificado em outro Capítulo:
 - alcaparra, azeitona, pepino, pimentão-doce, tomate e qualquer outro - Capítulo 07;
 - baga, baunilha, café e qualquer outro produto do Capítulo 09;
 - amendoim e qualquer outro fruto oleaginoso e o fruto principalmente empregado em medicina e indústria - Capítulo 12;
 - grão e fava de cacau - Capítulo 18.
- b) tarinha de fruto - Capítulo 11;
- c) fruto e casca de fruto adicionado de açúcar, ou conservado em frasco ou recipiente hermeticamente fechado, bem como o que tiver preparação diversa da indicada neste Capítulo - Capítulo 20

Item	MERCADORIA	Aliquota "Ad-Valorem"
08-01	Amêndoa:	
	001) com casca	40%
	002) sem casca, pilada ou não, salgada ou não, torrada ou não	80%

Item	MERCADORIA	Aliquota
	Ad-Valorem	
08-02	Avelã: 001) com casca 40% 002) sem casca, pilada ou não, salgada ou não, torrada ou não 80%	
08-03	Castanha de cajú: 001) com casca 60% 002) sem casca, pilada ou não, salgada ou não, torrada ou não 80%	
08-04	Castanha comum ("castanea vulgaris"): 001) com casca 40% 002) sem casca, pilada ou não, salgada ou não, torrada ou não 80%	
08-05	Qualquer outra castanha: 001) com casca 60% 002) sem casca, pilada ou não, salgada ou não, torrada ou não 80%	
08-06	Côco e noz: 001) com casca 60% 002) sem casca, ralado ou não 80%	
08-07	Pinhão 60%	
08-08	Fruta cítrica, fresca ou seca: 001) cidra 60% 002) laranja 60% 003) lima 60% 004) limão 60% 005) pamplemusa ou pomelo ("grape-fruit") 60% 006) tangerina 60% 007) qualquer outra 60%	
08-09	Qualquer outra fruta, fresca: 001) abricó 60% 002) ameixa 40% 003) ananaz e abacaxi 60% 004) banana 60% 005) cereja 40% 006) damasco 40% 007) figo 60% 008) maçã 40% 009) marmelo 60% 010) melão 40% 011) morango 60% 012) pera 40% 013) pêssego 50% 014) uva 60% 015) qualquer outra 60%	
08-10	Fruta seca ou passada, desidratada, torrada, salgada ou não, sem adição de açúcar, in- teira, em pedaço ou fatia: 001) ameixa 60% 002) banana 80%	

Item	MERCADORIA	Aliquota "Ad-Valorem"
------	------------	--------------------------

CAPÍTULO 09

Café, Chá, Mate e especiarias

NOTA 14 — Estão excluídos deste Capítulo:

- a) pimentão-doce, salvo o em pó — Capítulo 07;
- b) grão de mostarda e farinha de mostarda não preparada — Capítulo 12;
- c) baga de loureiro, canela amarga, canela branca, canela negra, pimenta de cubeba e qualquer outro fruto, grão, planta ou parte de planta do Capítulo 12;
- d) extrato de café e farinha de mostarda preparada — Capítulo 21;
- e) café solúvel ou em tableta, comprimido ou semelhante — Capítulo 21.

Item	MERCADORIA	Aliquota "Ad-Valorem"
09-01	Café: <ul style="list-style-type: none"> 001) em grão 002) torrado 003) moído 004) casca, película ou qualquer outro resíduo 	100% 100% 100% 100%
09-02	Sucedâneo de café, contendo café em qualquer proporção	150%

Item	MERCADORIA	Alíquota "Ad-Valorem"
09-03	Chá: 001) em folha 002) em bola, cápsula ou saquinho 003) em pastilha, tableta e semelhante, inclusive extrato	50% 100% 100%
09-04	Erva-mate: 001) cancheada 002) beneficiada 003) de qualquer outro modo preparada	100% 100% 100%
09-05	Pimenta e pimentão: 001) pimenta e pimentão, fresco, seco, in- teiro ou em grão 002) pimenta e pimentão, em pó (colorau) . 003) paprica	50% 100% 100%
09-06	Baunilha	30%
09-07	Canela: 001) em bruto ou em casca 002) moída ou pulverizada	30% 100%
09-08	Cravo-da-india, cravo, fruto ou pedúnculo: 001) em bruto 002) moído ou pulverizado	30% 100%
09-09	Nós-moscada, inclusive macis	50%
09-10	Amomo e cardamomo	50%
09-11	Anis, badiana, coriandro, cuminho, funcho e gingibre em grão	50%
09-12	Açafrão, estigma e pistilo: 001) grão 002) estigma e pistilo	50% 50%
09-13	Louro em folha, timo (tomilho)	50%
09-14	Qualquer outra especiaria: 001) alho em pó 002) caril ("curry powder") e qualquer mis- tura de especiarias ("flavouring") ... 003) pimentão-doce em pó 004) qualquer outra especiaria	100% 100% 100% 100%

SECÇÃO II

PRODUTOS DO REINO VEGETAL

CAPÍTULO 10

Cereais

NOTA 15 — Enquanto a produção nacional do trigo, não for suficiente para atender ao consumo interno, a importação complementar será feita

com isenção de imposto, obedecidas, no que couber, as normas do artigo 4.º desta lei.

Item	MERCADORIA	Aliquota "Ad-Valorem"
10-01	Trigo, inclusive espelta: 001 em grão com casca 002 sem casca, ou pilado 003 mistur. com centeio, com casca	50% 50% 50%
10-02	Centeio: 001 em grão, com casca 002 sem casca ou pilado	30% 50%
10-03	Cevada: 001 em grão, com casca 002 sem casca ou pilada	15% 50%
10-04	Aveia: 001 em grão com casca 002 sem casca ou pilada	50% 50%
10-05	Arroz: 001 em grão com casca 002 sem casca ou pilado, inclusive quirera 003 polido	50% 50% 60%
10-06	Milho: 001 em espiga 002 em grão, com casca 003 pilado ou para cangica	30% 50% 60%
10-07	Alpiste, painço e mistura, para alimento de pássaro: 001 alpiste e painço 002 mistura para alimento de pássaro	60% 100%
10-08	Qualquer outro	60%

SECÇÃO II

PRODUTOS DO REINO VEGETAL

CAPÍTULO 11

Produtos da indústria de moagem; malte; amido e féculas

NOTA 16 — A simples mistura de farinhas, sem adição de outro produto, pagará a taxa da farinha componente mais tributada, qualquer que seja sua proporção na mistura.

NOTA 17 — Estão excluídos deste Capítulo:

- farinha de oleaginosos — Capítulo 12;
- preparação alimentícia à base de farinha ou fécula — Capítulo 19;
- preparação à base de malte ou de extrato de malte — Capítulo 19;
- amido ou fécula pertumada, ou simplesmente acondicionada para uso em toucador — Capítulo 33;

- e) a mistura ou preparação à base de amido ou de fécula para colagem
 — Capítulo 35 — ou para apresto têxtil — Capítulo 38.

Item	MERCADORIA	Aliquota "Ad. Valorem"
11-01	Farinha de cereal: 001) de arroz 002) de aveia 003) de centeio 004) de cevada 005) de milho 006) de trigo 007) qualquer outra	60% 60% 60% 60% 60% 60% 60%
11-02	Sêmola e semolina de cereal, inclusive o cereal em escama, floco ou lâmina: 001) de arroz 002) de aveia 003) de centeio 004) de cevada 005) de milho 006) de trigo 007) qualquer outra	60% 60% 60% 60% 60% 60% 60%
11-03	Farinha de grão de leguminosa: 001) de ervilha 002) de fava 003) de feijão 004) de grão-de-bico 005) de lentilha 006) qualquer outra	60% 60% 60% 60% 60% 60%
11-04	Farinha de fruto comestível: 001) de amêndoa 002) de banana 003) de castanha 004) de tâmara 005) qualquer outra	60% 60% 60% 60% 60%
11-05	Farinha, sêmola e semolina, floco ou grânulo de batata	60%
11-06	Farinha e sêmola de tubérculo de alto teor de amido ou inulina: 001) de araruta (salepo) 002) de inhame 003) de mandioca 004) de sagú 005) qualquer outra	60% 60% 60% 60% 60%
11-07	Malte de qualquer cereal, torrado ou não: 001) inteiro ou partido 002) moído, ou farinha de malte 003) em extrato sob qualquer forma	15% 50% 60%
11-08	Amido e fécula, inclusive inulina: 001) de araruta (salepo) 002) de arroz 003) de batata 004) de mandioca	80% 80% 80% 80%

Item	MERCADORIA	Alíquota "Ad-Valorem"
	605) de milho	80%
	606) de trigo	80%
	007) qualquer outro	80%
11-09	Tapioca	80%

SECÇÃO II

PRODUTOS DO REINO VEGETAL

CAPÍTULO 12

Grãos e frutos oleaginosos; grãos, sementes e frutos diversos; plantas industriais e medicinais; forragens

NOTA 18 — Classifica-se no item 12-07 apenas o lenho apresentado em lasca, pedaço, pó ou outra forma que exclua sua utilização em construção, carpintaria ou marcenaria.

NOTA 19 — Estão excluídos deste Capítulo:

- a) azeitona e grão de leguminosa — Capítulo 07;
- b) fruto comestível — Capítulo 08;
- c) cravo, fruto e pedúnculo de cravo da índia; grão de anís, de badiana, de baunilha e qualquer outro grão, planta e parte de planta do Capítulo 09;
- d) grão de cereal — Capítulo 10;
- e) farinha de mostarda preparada — Capítulo 21.

NOTA 20 — As plantas partes de plantas frutos e grãos — item 12-07 — de espécies diferentes, quando em mistura, são classificados nos Capítulos 30 ou 38, como preparação segundo sua natureza.

Item	MERCADORIA	Alíquota "Ad-Valorem"
12-01	Grão e fruto oleaginoso, inteiro ou não:	
	001) de amendoim	40%
	002) de algodão	40%
	003) de cânhamo	40%
	004) de capoeque ou paina	40%
	005) de cartamo (açafraão bastardo)	40%
	006) de côco e coquilho não comestível: ba- baçú, copra e qualquer outro	80%
	007) de colza	40%
	008) de croton	40%
	009) de girassol	40%
	010) de linho	20%
	011) de mamona (palma-cristi ou ricino) ..	40%
	012) de mostarda	20%

Item	MERCADORIA	Alíquota "Ad-Valorem"
	013) de palma	40%
	014) de perila	40%
	015) de sésamo ou gergelim	40%
	016) de soja	40%
	017) de tungue	40%
	018) de qualquer outro	40%
12-02	Farinha de grão oleaginoso:	
	001) de amendoim	50%
	002) de algodão	50%
	003) de cártamo (açafraão bastardo)	50%
	004) de cânhamo	50%
	005) de colza	50%
	006) de côco e coquillo não comestível: pa- baçu, copra e qualquer outro	50%
	007) de croton	50%
	008) de capoque ou paina	50%
	009) de girassol	50%
	010) de linho	50%
	011) de mamona (palma-cristi ou ricino) ..	50%
	012) de mostarda	50%
	013) de palma	50%
	014) de perila	50%
	015) de sésamo ou gergelim	50%
	016) de soja	50%
	017) de tungue	50%
	018) de qualquer outro	50%
12-03	Fruto e grão para sementeira:	
	001) de árvore florestal	Livre
	002) de jardim ou decorativo, horta e po- mar	Livre
	003) de alfafa, capim, gramínea, luzerna e qualquer outra de prado	Livre
	004) qualquer outro	Livre
12-04	Beterraba de açúcar, inteira, em pedaço ou pó; cana-de-açúcar:	
	001) beterraba	60%
	002) cana-de-açúcar	60%
	003) muda de cana-de-açúcar	Livre
12-05	Raiz de chicórea, verde ou seca, cortada ou não, não torrada	100%
12-06	Lúpulo:	
	001) cone ou flor, verde ou seco	15%
	002) lupulina (farinha de lúpulo)	50%
12-07	Planta, parte de planta, fruto e grão utilizado principalmente em medicina, em perfumaria, na produção de inseticida e parasiticida; fresco, seco, inteiro, em pedaço ou pulve- rizado:	
	001) de absinto ("artemisia absinthum") ..	4%
	002) de acônito	4%
	003) de adonis ("adonis vernalis")	4%

Item	MERCADORIA	Alíquota "Ad-Valorem"
004)	de alcaçuz	4%
005)	de alecrim	4%
006)	de alfazema (lavanda)	4%
007)	de alteia	4%
008)	de angélica	4%
009)	de arenária rubra	4%
010)	de arnica	4%
011)	de arruda	4%
012)	de artemisia ("artemisia vulgaris") ..	4%
013)	de barbasco (timbó)	30%
014)	de bardano	4%
015)	de beladona	4%
016)	de boldo	4%
017)	de borragem	4%
018)	de briônia	4%
019)	de broto de pinheiro	4%
020)	de "bucco"	4%
021)	de cálamó ("acorus calamus")	4%
022)	de calêndula ("calêndula officinalis")	4%
023)	de calumba	4%
024)	de camomila	4%
025)	de canela amarga, canela branca, ou canela negra	4%
026)	de cânhamo indiano	4%
027)	de cáscara amara ("picromnia anti- desma")	4%
028)	de cáscara sagrada	4%
029)	de cascarila	4%
030)	de cássia fistula	4%
031)	de castanha-da-india ("aesculus hip- pocastanum")	4%
032)	de celidônia ("chelidonium majus") ..	4%
033)	de centaurea	4%
034)	de cevadilha	4%
035)	de cerejeira-da-virginia ("prunus sere- tina")	4%
036)	de cila ("urgingea maritima")	4%
037)	de cimicifuga ("cimicifuga racemosa")	4%
038)	de coca	4%
039)	de cocilana	4%
040)	de cocleária ("cochleária officinalis")	4%
041)	de condurango	4%
042)	de cola	4%
043)	de colchico	4%
044)	de coloquintida	4%
045)	de "cóculus indicus"	4%
046)	de "convallaria majalis"	4%
047)	de cravo-da-india — casca e folha —	4%
048)	de cratego ("crataegus exyacantha")	4%
049)	de cubeba	4%
050)	de cumaru ou fava-tonca	4%
051)	de damiana	4%
052)	de derris	4%
053)	de digital	4%
054)	de doce amarga ("solanum dulcamara")	4%
055)	de dormideira ("papaver somniferum")	4%
056)	de efedra	4%

Item	MERCADORIA	Aliquota
		"Ad-Valorem"
057)	de erísimo ("erysimum officinale")	4%
058)	de erva-moura ("solanum nigrum")	4%
059)	de escolopêndrio ("scolopendrium officinale")	4%
060)	de escamônea	4%
061)	de estramôneo	4%
062)	de esporão de centeio (centeio espigado)	4%
063)	de estrofanto	4%
064)	de eucalipto	30%
065)	de fabiana	4%
066)	de fava-de-calabar	4%
067)	de fava-de-santo-inácio	4%
068)	de feto macho	4%
069)	de frângula ("rhamnus frangula")	4%
070)	de "fucus vesiculosus"	4%
071)	de fumária ("fumaria officinalis")	4%
072)	de galaco	4%
073)	de galega ("galega officinalis")	4%
074)	de gelsêmio (gelsemium sempervirens")	4%
075)	de genciana	4%
076)	de gilbarbeira ("ruscus aculeatus")	4%
077)	de gervão (verbena)	4%
078)	de grindélia ("grindelia camporum")	4%
079)	de guaraná ("paulinia sorbilis" e "paulinia cupana")	30%
080)	de gui ("viscum album")	4%
081)	de hamamelis	4%
082)	de heléboro — branco e verde	4%
083)	de hidraste	4%
084)	de ipecacuanha	30%
085)	de jaborandi	30%
086)	de jalapa	30%
087)	de lírio	4%
088)	de loureiro (louro cereja), бага	4%
089)	de lobélia	4%
090)	de malva	4%
091)	de mangerona	4%
092)	de melissa (erva-cidreira)	4%
093)	de menta (hortelã-pimenta)	30%
094)	de meimendro	4%
095)	de musgo-da-córsega	4%
096)	de musgo-da-islândia	4%
097)	de nogueira	4%
098)	de noz-vômica	4%
099)	de patchuli ("pogostemon patchuli")	4%
100)	de piretro em flor, folha e em pó	30%
101)	de pichi ("fabiana imbricata")	4%
102)	de piscidia ("piscidia erynthrina")	4%
103)	de poligala	4%
104)	de pulsatila	4%
105)	de quenopódio	4%
106)	de quássia	4%
107)	de quilaia	4%
108)	de quina	4%
109)	de ratânia	4%
110)	de rosa branca ou rubra	4%
111)	de ruibarbo	4%

Item	MERCADORIA	Alíquota "Ad-Valorem"
	112) de sabina ("juniperus sabina")	4%
	113) de sabugueiro	4%
	114) de salsa ("petroselinum sativum") ..	4%
	115) de salsaparrilha	30%
	116) de saponária ("saponaria officinalis")	4%
	117) de sene	4%
	118) de serpentária ("aristolochi serpen- taria")	4%
	119) de tanaceto	4%
	120) de taraxaco	4%
	121) de tasneirinha ("senecio brasiliensis")	4%
	122) de tilia	4%
	123) de trevo aquático	4%
	124) de tuis ("tuhya occidentalis")	4%
	125) de tussilagem ("tussilago farfara") ..	4%
	126) de uva ursina	4%
	127) de valeriana	4%
	128) de viburno ("viburnum prunifolium")	4%
	129) de violeta	4%
	130) de zimbro ("juniperus communis") ...	4%
	131) qualquer outro	4%
12-08	Ferragem, raiz forrageira e qualquer outro produto vegetal para alimentação animal, in- clusive casca e fôlha, verde ou seco, mesmo cortado ou picado, mas não preparado:	
	001) de alfafa ou luzerna	30%
	002) de feno	30%
	003) raiz forrageira	30%
	004) qualquer outro	30%

SEÇÃO II

PRODUTOS DO REINO VEGETAL

CAPÍTULO 13

*Matérias-primas para tinturaria e cortume; gomas; resinas, sucos
e extratos vegetais*

NOTA 21 — Classifica-se no item 13-01 apenas o lenho apresentado em
lasca, pedaço pó ou forma que exclua a utilização em construção,
carpintaria ou marcenaria.

NOTA 22 — Estão excluídos deste Capítulo:

- extrato de malte — Capítulo 11 — e de café — Capítulo 21;
- âmbar amarelo — Capítulo 25;
- cânfora glicirrízina e glicirrízato — Capítulo 29;
- medicamento contendo bálsamo natural, bem como preparação me-
dicamentosa denominada "bálsamo farmacêutico" — Capítulo 30;
- extrato tanante vegetal, ácido tânico e tanino, extrato de madeira,
ou qualquer outra espécie tintorial — Capítulo 32;
- óleo essencial — Capítulo 33;

- g) "tall-oil" (resina líquida) — Capítulo 38;
- h) breu resinoso, colofônia, essência de terebentina, óleo de resina e resinato — Capítulo 38;
- i) alginato — Capítulo 38;
- j) "estergum" e qualquer outro derivado de resina natural — Capítulo 39;
- l) balata, borracha, guta-percha e qualquer outra goma elástica — Capítulo 40.

Item	MERCADORIA	Alíquota "Ad-Valorem"
13-01	Baga, casca, fruto, lenho, raiz e qualquer outra planta e parte de planta utilizada como matéria-prima vegetal para cortume e tinturaria:	
	001) de cártamo (açafraão bastardo), exclusive o grão	10%
	002) de carvalho	10%
	003) de curcuma	50%
	004) de divi-divi ("caesalpina coriarea") ..	10%
	005) de fustete	10%
	006) de galha	10%
	007) de "gambier" ("gambis")	10%
	008) de garança	10%
	009) de indigófera	10%
	010) de liquen tintorial	10%
	011) de mimosa	10%
	012) de pau-campeche	10%
	013) de quebracho, inclusive em tora	10%
	014) de sândalo vermelho	10%
	015) de sene	10%
	016) de sumaque	10%
	017) de valina	10%
	018) qualquer outro	10%
13-02	Goma-laca em bastão, "button-lac" escama, grão e semelhante, inclusive a branqueada	50%
13-03	Bálsamo natural, goma, goma-resina, resina:	
	001) acaróide	15%
	002) adraganta (alcatira)	15%
	003) amoníaca	15%
	004) anacárdia (de cajú)	15%
	005) arábica, de acácia ou do senegal	15%
	006) assafétida	15%
	007) bálsamo-de-copaíba	60%
	008) bálsamo-do-canadá	15%
	009) bálsamo-da-judéia ou de meca	15%
	010) bálsamo-do-peru	15%
	011) bálsamo-de-tolu	15%
	012) benjoim	15%
	013) caraia	15%
	014) cauri	15%
	015) copal	15%
	016) de conífera, sólida (galipote) ou líquida (gema)	15%
	017) damar	15%
	018) elemi	15%

Item	MERCADORIA	Alíquota "Ad-Valorem"
	019) estoraque	15%
	020) escamônea	15%
	021) goma-guta	15%
	022) incenso ou olibano	15%
	023) mirra	15%
	024) mastique	15%
	025) sandaraca	15%
	026) qualquer outra	15%
13-04	Espessante natural e mucilagem:	
	001) agar-agar	15%
	002) "carragaheen" (musgo-da-irlanda)	15%
	003) tragassol	15%
	004) qualquer outra	15%
13-05	Extrato vegetal e suco, liquido, pastoso ou sólido:	
	001) de absinto ("artemisia absinthum")	25%
	002) de acônito	25%
	003) de adonis ("adonis vernalis")	25%
	004) de alcaçuz	25%
	005) de alecrim	25%
	006) de alfazema (lavanda)	25%
	007) de alôe	25%
	008) de altéia	25%
	009) de angélica	25%
	010) de arenária rubra	25%
	011) de arnica	25%
	012) de arruda	25%
	013) de artemisia ("artemisia vulgaris")	25%
	014) de barbasco (timbó)	60%
	015) de bardano	25%
	016) de beladona	25%
	017) de boldo	25%
	018) de borragem	25%
	019) de briônia	25%
	020) de broto de pinheiro	25%
	021) de "bucu"	25%
	022) de cálamô ("acorus calamus")	25%
	023) de calêndula ("calendula officinalis")	25%
	024) de calumba	25%
	025) de camomila	25%
	026) de canela amarga, canela branca, ou canela negra	25%
	027) de cânhamo indiano	25%
	028) de cáscara amara ("picromnia anti-desma")	25%
	029) de cáscara sagrada	25%
	030) de cascarila	25%
	031) de cássia fistula	25%
	032) de castanha-da-india ("aesculus hippocastanum")	25%
	033) de celidônia ("chelidonium majus")	25%
	034) de centáurea	25%
	035) de sevadiilha	25%
	036) de cerejeira-da-virginia ("prunus serotina")	25%

Item	MERCADORIA	Alíquota "Ad-Valorem"
	037) de cila ("urginea maritima")	25%
	038) de cimicifuga ("cimicifuga racemosa")	25%
	039) de coca	25%
	040) de cocilana	25%
	041) de cochleária ("coclearia officinalis")	25%
	042) de condurango	25%
	043) de coia	25%
	044) de colchico	25%
	045) de coloquintida	25%
	046) de "coccus indicus"	25%
	047) de convalária ("convallaria majalis")	25%
	048) de cravo da índia - casca e folha	25%
	049) de cratego ("crataegus oxyacantha")	25%
	050) de cubeba	25%
	051) de cumaru ou fava-tonca	25%
	052) de damiana	25%
	053) de derris	25%
	054) de digital	25%
	055) de doce amarga ("solanum dulcamara")	25%
	056) de efedra	25%
	057) de erisimo ("erysimum officinale")	25%
	058) de erva-moura ("solanum nigrum")	25%
	059) de escolopêndrio ("scolopendrium officinale")	25%
	060) de escamônea	25%
	061) de estramônio	25%
	062) de esporão de centeio (centeio espigado)	25%
	063) de estrofantó	25%
	064) de eucalipto	60%
	065) de fabiana	25%
	066) de fava-do-calabar	25%
	067) de fava-de-santo-inácio	25%
	068) de feto-macho	25%
	069) de frangula ("rhamnus frangula")	25%
	070) de "fucus vesiculosus"	25%
	071) de fumária ("fumaria officinalis")	25%
	072) de galaco	25%
	073) de galega ("galega officinalis")	25%
	074) de gelsêmio ("gelsemium sempervirens")	25%
	075) de genciana	25%
	076) de gilbarbeira ("ruscus aculeatus")	25%
	077) de gervão (verbena)	25%
	078) de grindélia ("grindelia camporum")	25%
	079) de guaraná ("paulinia sorbilis" e "paulinia cupana")	60%
	080) de gui ("viscum album")	25%
	081) de hamamelis	25%
	082) de helêboro - branco e verde	25%
	083) de hidraste	25%
	084) de ipecacuanha	60%
	085) de jaborandi	60%
	086) de jalapa	60%
	087) de lírio	25%
	088) de loureiro (louro cereja) - baga	25%
	089) de lobélia	25%
	090) de malva	25%
	091) de maná	25%

Item	MERCADORIA	Alíquota "Ad-Valorem"
092)	de mangerona	25%
093)	de melissa (erva-cidreira)	25%
094)	de menta (hortelã-pimenta)	60%
095)	de meimendo	25%
096)	de musgo-da-córsega	25%
097)	de musgo-da-islândia	25%
098)	de nogueira	25%
099)	de noz-vômica	25%
100)	de papoula (ópio)	25%
101)	de patchuli ("pogostemon patchuli")	60%
102)	de picli ("fabiana imbricata")	25%
103)	de piretro	60%
104)	de piscidia ("piscidia erynthrina")	25%
105)	de poligala	25%
106)	de pulsatila	25%
107)	de quenopódio	25%
108)	de quássia	25%
109)	de quilaia	25%
110)	de quina	25%
111)	de ratânia	25%
112)	de rosa branca ou rubra	25%
113)	de ruibarbo	25%
114)	de sabina ("juniperus sabina")	25%
115)	de sabugueiro	25%
116)	de salsa ("petroselinum sativum")	25%
117)	de saisaparrilha	60%
118)	de saponária ("saponaria officinalis")	25%
119)	de sene	25%
120)	de serpentária ("aristolochi serpen- taria")	25%
121)	de tasneirinha ("senecio brasiliensis")	25%
122)	de tuia ("tuhya occidentalis")	25%
123)	de tussilagem ("tussilago farfara")	25%
124)	de trevo aquático	25%
125)	de tanaceto	25%
126)	de taraxaco	25%
127)	de tília	25%
128)	de uva ursina	25%
129)	de valeriana	25%
130)	de viburno	25%
131)	de violeta	25%
132)	de zimbro ("juniperus communis")	25%
133)	pectina	25%
134)	qualquer outro	25%

SECÇÃO II

PRODUTOS DO REINO VEGETAL

CAPÍTULO 14

*Materias-primas para trançaria, entalhe e outros produtos brutos,
de origem vegetal*

NOTA 23 — Estão excluídos deste Capítulo:

a) palha em bruto — Capítulo 12;

- b) fibra de côco e de qualquer outro produto dêste Capítulo para utilização como matéria-prima de fiação, considerando-se como tal a que possa ser transformada em fio por processo ordinário de fiação;
- c) fita e lâmina de madeira — Capítulo 44;
- d) mecha e tufo para ser utilizado na fabricação de pincel e artigo semelhante — Capítulo 96.

Item	MERCADORIA	Aliquota "Ad-Valorem"
14-01	Produto vegetal para cestaria, espartaria, trançaria e fim análogo:	
	001) alfa e esparto, bruto, branqueado, tinto, laminado ou de outro modo preparado	50%
	002) bambu, cana, cipó, junco, rotim, bruto ou simplesmente fendido	40%
	003) bambu, cana, cipó, junco, rotim, descorticado, tinto, polido, envernizado, laminado em palhinha ou de outro modo preparado	50%
	004) palha, limpa, branqueada, tinta ou de outro modo preparada	50%
	005) rafia, bruta, branqueada, tinta ou de outro modo preparada	50%
	006) vime, bruto ou fendido	40%
	007) vime, descorticado, envernizado, polido, tinto ou de outro modo preparado	40%
	008) qualquer outro	50%
14-02	Produto vegetal para enchimento de almofada e colchão, mesmo em feixe ou trança, bruto, cortado, penteado, branqueado ou tinto:	
	001) capoque e paina	50%
	002) crina vegetal	50%
	003) qualquer outro	50%
14-03	Produto vegetal para fabricação de brocha, escôva, vassoura e semelhante, mesmo em feixe ou trança, cortado, penteado, branqueado ou tinto:	
	001) estigma, panicula de arroz, raiz, de sorgo e semelhante, sem grão	50%
	002) piaçava	50%
	003) qualquer outro	50%
14-04	Casca, grão e noz, duro, para entalhe:	
	001) corozo (jarina ou marfim vegetal)	30%
	002) qualquer outro	50%
14-05	Qualquer produto de origem vegetal, não especificado nem compreendido em outra parte:	
	001) esponja vegetal ("lufa cilíndrica")	50%
	002) medula de sagu	50%
	003) medula de arroz, em folha (papel japonês, papel de arroz)	50%
	004) pó de licopódio	15%
	005) qualquer outro	50%

SECÇÃO III

GORDURAS E ÓLEOS ANIMAIS E VEGETAIS; PRODUTOS DE SUA DISSOCIAÇÃO;
GORDURAS ALIMENTARES ELABORADAS; CÉRAS ANIMAIS E VEGETAIS;
RESÍDUOS DA ELABORAÇÃO DAS SUBSTÂNCIAS GORDUROSAS

CAPÍTULO 15

*Gorduras e óleos animais e vegetais; produtos de sua dissociação;
gorduras alimentares elaboradas; cêras animais e vegetais;
resíduos da elaboração das substâncias gordurosas*

NOTA 24 — Estão excluídos deste Capítulo:

- a) gordura de porco ou de ave, não prensada nem fundida — Capítulo 02;
- b) manteiga — Capítulo 04;
- c) gordura ou manteiga de cacáu — Capítulo 18;
- d) torta oleosa e resíduo da extração de óleo vegetal — Capítulo 23;
- e) resíduo membranoso da fusão ou prensagem do sebo e de qualquer outra gordura animal — Capítulo 23;
- f) ácido gorduroso isolado, quimicamente puro — Capítulo 29;
- g) cêra preparada medicamentosa — Capítulo 30;
- h) óleo de tigado de peixe, emulsionado ou adicionado de qualquer outra substância, para fim terapêutico — Capítulo 30;
- i) glicerina ou lanolina, adicionada de substância medicamentosa — Capítulo 30;
- j) factis de borracha — Capítulo 38.

NOTA 25 — Considera-se óleo ácido o óleo com grau de acidez entre 50% (cinquenta por cento) inclusive e o máximo de 85% (oitenta e cinco por cento); acima desse limite o óleo-ácido é considerado ácido gorduroso.

NOTA 26 — Considera-se óleo refinado o óleo que sofreu qualquer operação de beneficiamento, tal como, branqueamento, clarificação, desodorização ou neutralização.

Item	MERCADORIA	Aliquota "Ad-Valorem"
15-01	Banha e qualquer outra gordura, prensada ou fundida, líquida ou não: 001) em bruto 002) refinada 003) estearina de banha ("lard estearina") 004) óleo de banha ("lard oil")	50% 60% 60% 60%
15-02	Gordura de ave, fundida ou prensada: 001) bruta 002) refinada	50% 60%
15-03	Sebo animal, bruto ou fundido: 001) bruto ou em rama 002) sebo fundido, inclusive o "premier jus"	50% 80%

Item	MERCADORIA	Aliquota "Ad-Valorem"
15-04	Óleo-estearina (sebo prensado), não emulsionado, sem mistura ou qualquer preparação.	80%
15-05	Óleo-margarina, inclusive óleo de sebo, não emulsionado, sem mistura ou qualquer preparação	80%
15-06	Gordura e óleo, cru ou bruto, de peixe e de qualquer outro animal aquático:	
	001) de baleia	30%
	002) de espermacete	30%
	003) de fígado de bacalhau a granel	4%
	004) de fígado de qualquer outro peixe, a granel	4%
	005) de foca	30%
	006) qualquer outro	30%
15-07	Gordura e óleo, refinado ou purificado, de peixe e de qualquer outro animal aquático:	
	001) de baleia	50%
	002) de espermacete	50%
	003) de fígado de bacalhau, a granel	10%
	004) de fígado de qualquer outro peixe, a granel	10%
	005) de foca	50%
	006) qualquer outro	50%
15-08	Gordura de lã e qualquer substância gordurosa derivada, inclusive lanolina:	
	001) gordura de lã, bruta	30%
	002) lanolina	10%
	003) qualquer outro produto da gordura de lã, exclusive pez ou breu	30%
15-09	Qualquer outra gordura e óleo bruto de origem animal:	
	001) de gema de ovo	30%
	002) de mocotó	30%
	003) de osso	30%
	004) qualquer outro	30%
15-10	Qualquer outra gordura e óleo refinado ou purificado de origem animal:	
	001) de gema de ovo	50%
	002) de mocotó	50%
	003) de osso	50%
	004) qualquer outro	50%
15-11	Gordura e óleo fixo, cru ou bruto, de origem vegetal:	
	001) de algodão	60%
	002) de amêndoa doce ou amarga	20%
	003) de amendoim	60%
	004) de chalmogra	20%
	005) de côco	100%
	006) de colza	40%
	007) de croton	20%

Item	MERCADORIA	Aliquota "Ad-Valorem"
	008) de girassol	60%
	009) de linho (linhaça)	60%
	010) de mamona (palma-cristi ou ricino) ..	60%
	011) de milho	60%
	012) de noz-moscada	60%
	013) de oiticica	60%
	014) de oliva (de oliveira ou azeite doce) ..	30%
	015) de palma, da amêndoa (palmiste)	60%
	016) de palma da polpa (dendê)	60%
	017) de sésamo ou gergelim	60%
	018) de soja	60%
	019) de tungue (madeira-da-china)	60%
	020) óleo de mirica (cêra de mirica)	60%
	021) sebo vegetal: sebo-de-bornéu, sebo-vegetal-da-china, cêra-do-japão e semel- lhante	60%
	022) qualquer outro	60%
15-12	Gordura e óleo fixo, refinado, desodorizado ou não, de origem vegetal:	
	001) de algodão	80%
	002) de amêndoa doce ou amarga	30%
	003) de amendoim	80%
	004) de chalmogra	30%
	005) de côco	120%
	006) de colza	60%
	007) de croton	30%
	008) de girassol	80%
	009) de linho (linhaça)	80%
	010) de mamona (palma-cristi ou ricino) ..	80%
	011) de milho	80%
	012) de noz-moscada	80%
	013) de oiticica	80%
	014) de oliva (oliveira ou azeite doce)	50%
	015) de palma, da amêndoa (palmiste)	80%
	016) de palma, da polpa (dendê)	80%
	017) de sésamo (gergelim)	80%
	018) de soja	80%
	019) de tungue (madeira da china)	80%
	020) óleo de mirica (cêra de mirica)	80%
	021) sebo vegetal: sebo-de-bornéu, sebo-vegetal-da-china, cêra-do-japão e semel- lhante	80%
	022) qualquer outro	80%
15-13	Mistura de óleo, de óleo e gordura, de gordura; gordura preparada	100%
15-14	Óleo ácido	60%
15-15	Borra de óleo	30%
15-16	Pasta de neutralização ("soap-stock")	30%
15-17	Óleo cozido, oxidado, soprado, mas não hidro- genado nem sulfonado:	
	001) de colza	80%
	002) qualquer outro	80%

Item	MERCADORIA	Alíquota "Ad-Valorem"
15-18	Óleo estandolizado ("stand oil"): 001) de colza 002) qualquer outro	60% 30%
15-19	Óleo sulfurado	85%
15-20	"Degras" 001) natural 002) artificial	30% 30%
15-21	Ácido gorduroso: 001) ácido esteárico impuro (estearina do comércio) 002) ácido oléico impuro (oleína do comércio) 003) qualquer outro	80% 80% 80%
15-22	Glicerina: 001) lixívia glicerínosa 002) refinada, clarificada ou destilada 003) refinada parcialmente (glicerina loura)	80% 80% 80%
15-23	Gordura e óleo apenas hidrogenado	80%
15-24	Margarina	100%
15-25	Espermacete (branco de baleia ou de qualquer outro cetáceo): 001) bruto ou prensado 002) refinado	30% 50%
15-26	Cêra de abelha e de qualquer inseto e animal, não especificada nem compreendida em outra parte: 001) de abelha, em bruto (virgem) 002) de abelha, branca 003) qualquer outra	30% 50% 50%
15-27	Cêra vegetal: 001) de candelila 002) de cana-de-açúcar 003) de carnaúba 004) de esparto 005) de licuri (curicuri) 006) de ocotila 007) de palma 008) qualquer outra	80% 80% 80% 80% 80% 80% 80% 80%
15-28	Qualquer resíduo do tratamento de matéria cerosa ou gordurosa não especificado nem compreendido em outra parte	30%

SECÇÃO IV

PRODUTOS DAS INDÚSTRIAS ALIMENTÍCIAS; BEBIDAS ALCOÓLICAS OU NÃO;
VINAGRE; FUMO

CAPÍTULO 16

Preparações e conservas de carnes, peixes, crustáceos e moluscos

NOTA 27 — Estão excluídos deste Capítulo:

- a) farinha de carne, crustáceo, molusco ou peixe — Capítulo 23;
- b) preparação farmacêutica à base de extrato ou suco de carne — Capítulo 30;
- c) peptona e peptonato — Capítulo 35.

Item	MERCADORIA	Aliquota "Ad-Valorem"
16-01	Chouriço, linguiça, mortadela, paio, salsicha, salsichão, salame e semelhante	100%
16-02	Qualquer outra conserva ou preparação de carne e produto de abate, com ou sem legume: 001) pasta de fígado de ganso ("paté de foie-grás")	120%
	002) qualquer outra	100%
16-03	Extrato, sopa ou caldo de carne, líquido, pastoso ou sólido, com ou sem legume, massa alimentícia e semelhante: 001) extrato puro de carne, líquido, pastoso ou sólido	100%
	002) qualquer outro	100%
16-04	Conserva e preparação de peixe, inclusive sopa	100%
16-05	Caviar e semelhante	150%
16-06	Conserva e preparação de crustáceo e molusco, inclusive sopa	100%

SECÇÃO IV

PRODUTOS DAS INDÚSTRIAS ALIMENTÍCIAS; BEBIDAS ALCOÓLICAS OU NÃO;
VINAGRE; FUMO

CAPÍTULO 17

Açúcares e Confeitos

NOTA 28 — Estão excluídos deste Capítulo:

- a) cacau em pó, açúcarado; chocolate e confeito contendo cacau em qualquer proporção — Capítulo 18;
- b) preparação alimentar açúcarada dos Capítulos 19, 20, 21 e 22;
- c) suco de fruta ou legume adicionado de açúcar em qualquer proporção — Capítulo 20;

- d) edulcorante: sacarina ou outro — Capítulos 21 ou 29;
 e) melaço, purificado, aromatizado — Capítulo 21;
 f) xarope aromatizado ou colorido — Capítulo 22;
 g) açúcar, que não sacarose, quimicamente puro — Capítulo 29;
 h) xarope e qualquer outra preparação farmacêutica açucarada — Capítulo 30.

Item	MERCADORIA	Aliquota "Ad-Valorem"
17-01	Açúcar comum (sacarose), em qualquer forma	80%
17-02	Qualquer açúcar não especificado nem compreendido em outra parte, mesmo em xarope não aromatizado nem colorido:	
	001) galactose	60%
	002) glucose	80%
	003) lactose	50%
	004) levulose (frutose)	60%
	005) maltose	60%
	006) qualquer outro	60%
17-03	Sucedâneo de mel, misturado ou não com mel natural	120%
17-04	Melaço impróprio para alimentação	60%
17-05	Confeito sem cacau nem chocolate, inclusive goma de mascar	120%
17-06	Preparação açucarada, em pó, para creme, doce, geléia, pudim e semelhante	120%
17-07	Preparado açucarado para fabricação de refrigerante, não contendo fruto	120%
17-08	Qualquer outra preparação alimentar açucarada	120%

SECÇÃO IV

PRODUTOS DAS INDÚSTRIAS ALIMENTÍCIAS; BEBIDAS ALCOÓLICAS OU NÃO;
VINAGRE; FUMO

CAPÍTULO 18

Cacau e preparados de cacau

NOTA 29 — Estão excluídos deste Capítulo:

- a) preparação para alimentação infantil, fim dietético ou para uso culinário, adicionada de cacau em proporção inferior a 25% (vinte e cinco por cento) — Capítulo 19;
 b) produto de biscuitaria, panificação, ou pastelaria adicionado de cacau em qualquer proporção — Capítulo 19;
 c) bebida alcoólica ou não, contendo cacau, pronta para o consumo, inclusive creme de cacau — Capítulo 22;
 d) preparação farmacêutica, contendo cacau — Capítulo 30.

Item	MERCADORIA	Alíquota "Ad-Valorem"
18-01	Cacau em grão, não pulverizado, torrado ou não	60%
18-02	Casca e película, resíduo e torta de resíduo de cacau	60%
18-03	Cacau em massa, pasta de cacau, sem adição de açúcar	80%
18-04	Cacau em pó, açucarado ou não	80%
18-05	Gordura ou manteiga de cacau, inclusive óleo de cacau	80%
18-06	Chocolate e produto de chocolate em qualquer forma	120%
18-07	Qualquer preparação de cacau, com ou sem açúcar, não classificada nem compreendida em outra parte	120%

SECÇÃO IV

PRODUTOS DAS INDÚSTRIAS ALIMENTÍCIAS; BEBIDAS ALCOÓLICAS OU NÃO;
VINAGRE; FUMO

CAPÍTULO 19

Preparados à base de farinhas ou féculas

NOTA 30 - Estão excluídos deste Capítulo:

- cereal simplesmente laminado e semelhante, sem cozimento suficiente para consumo imediato - Capítulo 11;
- mistura de farinha - Capítulo 11;
- preparação para alimentação infantil, fim dietético ou uso culinário, contendo 25% (vinte e cinco por cento) ou mais de cacau - Capítulo 18;
- produto de farinha ou fécula, especialmente destinado à alimentação de animal - Capítulo 23.

Item	MERCADORIA	Alíquota "Ad-Valorem"
19-01	Preparação com base de farinha, fécula ou extrato de malte, para a alimentação infantil para fim dietético ou para uso culinário, com ou sem açúcar podendo conter menos de 25% (vinte e cinco por cento) de cacau: 001) cereal composto para alimentação infantil	50%

Item	MERCADORIA	Aliquota "Ad-Valorem"
	002) farinha com leite (farinha láctea)	50%
	003) leite maltado	50%
	004) qualquer outra	60%
19-02	Cereal em floco, pré-cozido ou não: "puffed rice" "corn flake" e semelhante	100%
19-03	Massa alimentícia adicionada de carne, legume e semelhante	100%
19-04	Cápsula para medicamento, pasta de farinha ou fécula em folha e semelhante	100%
19-05	Produto de biscoitaria, panificação e pastelaria	
	001) para uso dietético	30%
	002) qualquer outro	120%

SEÇÃO IV

PRODUTOS DAS INDÚSTRIAS ALIMENTÍCIAS; BEBIDAS ALCOÓLICAS OU NÃO;
VINAGRE; FUMO

CAPÍTULO 20

Preparações e conservas de hortaliças, de legumes, de frutos, ou plantas

NOTA 31 — Estão excluídos deste Capítulo:

- conserva de fruto, hortaliça e legume, contendo carne ou peixe — Capítulo 16;
- suco de fruto, hortaliça e legume, fermentado, mesmo parcialmente, ou adicionado de álcool — Capítulo 22;
- o produto deste Capítulo, contendo substância medicamentosa — Capítulo 30.

Item	MERCADORIA	Aliquota "Ad-Valorem"
20-01	Fruto, hortaliça, legume e planta em conserva, contendo vinagre, com ou sem sal, mostarda ou especiaria, inclusive "pickle" e semelhante:	
	001) em recipiente hermeticamente fechado	120%
	002) de qualquer outra forma acondicionado	100%
20-02	Hortaliça, legume e planta em conserva, sem vinagre, em recipiente não hermeticamente fechado:	
	001) alcachofra	100%
	002) alcaparra	100%

Item	MERCADORIA	Alíquota "Ad-Valorem"
	003) aspargo	100%
	004) azeitona	100%
	005) beterraba	100%
	006) cebola e cebolinha	100%
	007) cenoura	100%
	008) cogumelo	100%
	009) couve	100%
	010) ervilha	100%
	011) lentilha	100%
	012) milho	100%
	013) palmito	100%
	014) pepino	100%
	015) trufa	100%
	016) qualquer outro	100%
20-03	Hortalica, legume e planta em conserva, sem vinagre, em recipiente hermeticamente fechado:	
	001) alcachofra	120%
	002) alcaparra	120%
	003) aspargo	120%
	004) azeitona	120%
	005) beterraba	120%
	006) cebola e cebolinha	120%
	007) cenoura	120%
	008) cogumelo	120%
	009) couve	120%
	010) ervilha	120%
	011) lentilha	120%
	012) milho	120%
	013) palmito	120%
	014) pepino	120%
	015) tomate e massa de tomate, com mais de 7% (sete por cento) de extrato seco	120%
	016) trufa	120%
	017) em mistura	120%
	018) qualquer outro	120%
20-04	Fruto conservado, inteiro ou não, com ou sem álcool	100%
20-05	Fruto ou planta conservado em açúcar, cristalizado (glacê) e semelhante:	
	001) "marron-glacê"	150%
	002) qualquer outro	120%
20-06	Doce, geléia, pasta e polpa de fruta	120%
20-07	Suco de fruto, hortalica ou legume, concentrado, com ou sem adiconamento de açúcar, não fermentado nem adicionado de álcool:	
	001) de tomate, com 7% (sete por cento) ou menos de extrato seco	120%
	002) de uva	120%
	003) de qualquer outro	120%

SECÇÃO IV

PRODUTOS DAS INDÚSTRIAS ALIMENTÍCIAS; BEBIDAS ALCOÓLICAS OU NÃO;
VINAGRE; FUMO

CAPÍTULO 21

Preparações alimentícias diversas

NOTA 32 — Estão excluídos deste Capítulo:

- a) sucedâneo de café, contendo café em qualquer proporção — Capítulo 09;
- b) especiaria em pó — Capítulo 09;
- c) grão de mostarda; farinha de mostarda não preparada — Capítulo 12; torta de grão de mostarda — Capítulo 23;
- d) caldo extrato, sopa e outra preparação vegetal, contendo carne ou peixe — Capítulo 16;
- e) bebida alcoólica à base de café — Capítulo 22;
- f) enzima: coelho, diástase, pepsina ou outra, e qualquer produto de origem microbiana — Capítulos 29 e 30;
- g) o produto deste Capítulo que contenha substância medicamentosa — Capítulo 30.

Item	MERCADORIA	Aliquota "Ad-Valorem"
21-01	Chicórea torrada e qualquer outro sucedâneo de café, moído ou não, e seu extrato fluído ou seco, não contendo café	150%
21-02	Extrato, essência e preparação semelhante, líquido ou sólido, à base de café, contendo ou não sucedâneo de café ou outra substância, inclusive café solúvel e café em comprimido ou forma semelhante	120%
21-03	Mostarda e farinha de mostarda, preparada:	
	001) farinha de mostarda preparada	80%
	002) mostarda preparada	120%
21-04	Condimento, molho ou tempero semelhante, preparado	120%
21-05	Caldo e sopa, com base de substância vegetal, aromatizado ou temperado, sem carne ou extrato de carne	120%
21-06	Fermento e levedura:	
	001) artificial ("baking-powder")	50%
	002) cultura selecionada (levedura-mãe) ..	4%
	003) para fim industrial	50%
	004) qualquer outro	50%

Item	MERCADORIA	Aliquota "Ad-Valorem"
21-07	Qualquer preparação alimentícia não especificada nem compreendida em outra parte:	
	001) comprimido para uso alimentar à base de edulcorante (de sacarina ou qualquer outro)	30%
	002) produto de leite com modificação parcial ou total do tipo de gordura ou de proteína	50%
	003) qualquer outra	120%

SECÇÃO IV

PRODUTOS DAS INDÚSTRIAS ALIMENTÍCIAS; BEBIDAS ALCOÓLICAS OU NÃO;
VINAGRE; FUMO

CAPÍTULO 22

Bebidas alcoólicas ou não; Vinagre

NOTA 33 — Estão excluídos deste Capítulo:

- a) suco de fruta e de legume — Capítulo 20;
- b) água destilada, de condutividade ou de grau de pureza equivalente, e gelo seco (neve carbônica) — Capítulo 28;
- c) bebida alcoólica ou não e vinagre, medicamentoso — Capítulo 30;
- d) vinagre de toucador e qualquer outro artigo de perfumaria — Capítulo 33.

Item	MERCADORIA	Aliquota "Ad-Valorem"
22-01	Água mineral; água gasosa, não aromatizada, nem açucarada; gelo:	
	001) água mineral, natural ou artificial, gaseificada ou não	80%
	002) água potável gaseificada	80%
	003) gelo	80%
22-02	Água aromatizada ou açucarada, laranjada, limonada, refrigerante e outra bebida não alcoólica	100%

Item	MERCADORIA	Aliquota "Ad-Valorem"
22-03	Cerveja: 001) em barril ou outro casco	120%
	002) em garrafa, litro ou outra vasilha ...	120%
22-04	Suco de uva parcialmente fermentado, exclusiva mistela	120%
22-05	Vinho e mistela: 001) comum, de mesa ou sobremesa	120%
	002) champanha	150%
	003) qualquer outro vinho espumante	150%
22-06	Vermute e qualquer outro aperitivo	150%
22-07	Cidra, hidromel, "poiré", ou qualquer outra bebida fermentada	150%
22-08	Alcool etílico desnaturado ou não: 001) bruto, ou retificado	100%
	002) absoluto, ou anidro	100%
22-09	Aguardente, licor ou qualquer outra bebida espirituosa: 001) gim e genebra	150%
	002) licor	150%
	003) uísque	150%
	004) qualquer outra	150%
22-10	Vinagre	100%

SEÇÃO IV

PRODUTOS DAS INDÚSTRIAS ALIMENTÍCIAS; BEBIDAS ALCOÓLICAS OU NÃO;
VINAGRE; FUMO

CAPÍTULO 23

*Resíduos das indústrias alimentícias; alimentos
preparados para animais*

NOTA 34 — Está excluída deste Capítulo a palha — Capítulos 12 e 14.

Item	MERCADORIA	Aliquota "Ad-Valorem"
23-01	Farinha, pó e qualquer outro resíduo de carne, de crustáceo ou molusco, de peixe, impróprio à alimentação humana, mesmo vitaminada ou com antibiótico	2%

Item	MERCADORIA	Alíquota "Ad-Valorem"
23-02	Farelo e qualquer outro resíduo da descorticação ou moagem de cereal ou legume	2%
23-03	Bagaco de cana, polpa de beterraba e qualquer outro resíduo da fabricação de açúcar	2%
23-04	Resíduo de cervejaria e de destilaria; levedura morta, resíduo da fabricação de amido e qualquer outro resíduo semelhante	2%
23-05	Torta e qualquer outro resíduo da extração de óleo vegetal	2%
23-06	Borra de vinho, dessecada ou não, e tártaro bruto	60%
23-07	Qualquer resíduo e resto de origem vegetal não especificado nem compreendido em outra parte, destinado à alimentação de animal	2%
23-08	Preparação forrageira, adicionada de melado ou açúcar, mesmo vitaminada ou com antibiótico	15%
23-09	Qualquer preparação para alimentação de animal, não especificada nem compreendida em outra parte:	
	001) biscoito para cão	150%
	002) condimento não açucarado	50%
	003) preparação e alimento concentrado ou ração equilibrada mesmo vitaminada ou com antibiótico	15%
	004) qualquer outra	15%
23-10	Qualquer resíduo e resto da indústria alimentícia não especificado nem compreendido em outra parte	30%

SEÇÃO IV

PRODUTOS DAS INDÚSTRIAS ALIMENTÍCIAS; BEBIDAS ALCOÓLICAS OU NÃO;
VINAGRE; FUMO

CAPÍTULO 24

Fumo

NOTA 35 — Classifica-se neste Capítulo qualquer produto contendo fumo em qualquer proporção, exceto preparação inseticida — Capítulo 38.

NOTA 36 — Entende-se por cigarrilha o produto feito com capa de folha de fumo envolvendo fumo desfiado, migado, picado ou em pó, e por

charuto o produto semelhante envolvendo folha de fumo, inteira ou partida.

Item	MERCADORIA	Alíquota "Ad-Valorem"
24-01	Fumo em bruto: 001) folha, com ou sem nervura	60%
	002) talo e qualquer outro residuo	60%
24-02	Fumo preparado: 001) folha para capa de charuto (fumo capeiro)	30%
	002) charuto	150%
	003) cigarriha	150%
	004) cigarro	150%
	005) qualquer outro	150%
24-03	Extrato e sumo de fumo, com ou sem melago de cana ou outro ingrediente e qualquer outro produto contendo fumo: 001) extrato e sumo	60%
	002) qualquer outro	60%

SEÇÃO V

PRODUTOS MINERAIS

CAPÍTULO 25

Sal — Enxôfre — Terra e Pedra — Gesso — Cal, cimento e outros produtos minerais

NOTA 37 — Classifica-se neste Capítulo exceto quando de outro modo declarado, o produto em estado bruto ou tendo sofrido apenas beneficiamento primário, como lavagem, fragmentação, moagem ou pulverização.

NOTA 38 — Estão excluídos deste Capítulo:

- terra corante à base de óxido de ferro, contendo em peso 70% (setenta por cento) ou mais de óxido de ferro avaliado em Fe_2O_3 — Capítulo 28;
- barita calcinada — Capítulo 28;
- cloreto de sódio em ampola ou em qualquer outra forma de medicamento — Capítulo 30;
- cimento dentário — Capítulo 30; mastique — Capítulo 32;
- fosfato de cálcio natural, moído — Capítulo 31;
- magnésia calcinada — Capítulo 28;
- mica aglomerada ou reconstituída — Capítulo 68;
- cristal de rocha, marcassita e qualquer outro mineral considerado pedra preciosa ou semi-preciosa — Capítulo 71.

“NOTA 39 — O amianto do sub-item 25-24-001, das variedades amosita, antofilita, crisotila e crocidolita, será livre do imposto de importação, quando o importador comprovar a aquisição, na fonte de produção, de

amianto nacional em fibra, de qualquer das mesmas variedades, equivalente a 15% (quinze por cento) em peso, do produto importado.

A quota de aquisição do produto nacional poderá, quando necessário, ser revista pelo C. P. A., ouvido o Departamento Nacional de Produção Mineral, à vista do aumento ou diminuição da produção nacional disponível”.

Item	MERCADORIA	Alíquota “Ad-Valorem”
25-01	Sal: 001) sal-gema em bruto 002) sal de salina, ou marinho, inclusive o sal de cozinha 003) cloreto de sódio com teor mínimo de 99,5% (noventa e nove e meio por cento) de Cl Na 004) sal tipo “cerebus” e semelhante	60% 60% 50% 120%
25-02	Pirita de ferro, crua, não ustulada	30%
25-03	Enxôfre, bruto ou refinado: 001) a granel 002) em bastão, briqueta, pão, tubo, ou forma semelhante e moído	Livre 20%
25-04	Grafito natural (piombagina) ou artificial ...	30%
25-05	Areia, mesmo colorida, exclusive a aurífera, argentífera, monazítica e platinífera, ou qualquer outra que constitua minério	30%
25-06	Quartzo e quartzito	30%
25-07	Argila, mesmo refratária, mas não ativada, inclusive chamote e dinas: 001) bentonita natural 002) caolim em bruto 003) caolim lavado ou beneficiado 004) terra descorante natural, de “fuller”, argila esmética, em barro, em bruto, em pó 005) terra refratária, inclusive chamote e dinas 006) qualquer outra	20% 40% 60% 20% 30% 20%
25-08	Giz (carbonato de cálcio natural), não aglo- merado	40%
25-09	Terra corante, mesmo calcinada, lavada ou misturada entre si: 001) ocre, de qualquer cor 002) qualquer outra	30% 30%
25-10	Fosfato de cálcio natural (fosfato tricálcico), compreendendo a apatita e o giz fosfatado, em rocha ou pedaço, mas não moído: 001) apatita 002) giz fosfatado 003) qualquer outro	30% 30% 30%

Item	MERCADORIA	Alíquota "Ad-Valorem"
25-11	Sulfato de bário natural (barita ou baritina) não calcinada, carbonato de bário natural ("witerita"): 001) barita 002) "witerita"	30% 20%
25-12	Diatomito ("kieselguhr"), farinha silicosa, fóssil, terra de infusório, tripoli ou qualquer outra terra silicosa semelhante, de densidade aparente inferior ou igual a 1 (um), mesmo calcinada: 001) diatomito ("kieselguhr") 002) tripoli 003) qualquer outra	60% 60% 60%
25-13	Esmeril, coríndon natural e pedra-pomes e qualquer outro abrasivo natural: 001) esmeril e coríndon natural 002) pedra-pomes 003) qualquer outro	30% 30% 30%
25-14	Ardósia, em bloco, ou placa bruta, ou esquadriada ou serrada; pó e resíduo: 001) em bloco ou pedaço desbastado 002) em placa esquadriada ou serrada 003) pó e resíduo	50% 60% 50%
25-15	Alabastro, mármore, pedra calcária semelhante de densidade aparente igual ou superior a 2,5 (dois e meio) em bloco ou placa bruta ou esquadriada ou serrada; em grânulo, lasca ou pó: 001) alabastro 002) mármore 003) grânulo, lasca e pó	100% 120% 100%
25-16	Basalto, granito, grês, pórfiro e qualquer outra pedra de cantaria e construção, em bloco ou placa bruta, esquadriada ou serrada: 001) basalto, granito, grês e pórfiro 002) qualquer outro	60% 60%
25-17	Pedra britada ou quebrada, rolada, calhau, cascalho e seixo arredondado, para pavimentação, lastro, concreto, toque e qualquer outro fim; pó-de-pedra, macadame alcatroado: 001) pedra rolada ou seixo para fim industrial 002) qualquer outro	15% 30%
25-18	Dolomita (carbonato duplo de cálcio e magnésio, natural), crua ou calcinada; dolomita aglomerada: 001) bruta, crua 002) calcinada ou pulverizada 003) aglomerada	40% 40% 60%

Item	MERCADORIA	Aliquota "Ad-Valorem"
25-19	Magnesita (giobertita ou carbonato de magnésio natural)	40%
25-20	Gipso e qualquer outra pedra de estuque; gesso (gipso calcinado), colorido ou não: 001) gipso 002) gesso 003) gesso colorido 004) gesso preparado, inclusive para prótese dentária 005) qualquer outro	120% 120% 120% 150% 150%
25-21	Castina e qualquer pedra calcária para fabricação de cal ou cimento, não especificada nem compreendida em outra parte	40%
25-22	Cal viva ou extinta e cal hidráulica, exclusive a cal pura (óxido ou hidróxido de cálcio): 001) cal hidráulica 002) qualquer outra	40% 40%
25-23	Cimento: 001) hidráulico aluminoso 002) de escória 003) "Portland" comum 004) "Portland" especial, inclusive o branco 005) qualquer outro	10% 30% 100% 100% 30%
25-24	Amianto (Asbesto) 001) em rocha ou fibra 002) em pó	20% 30%
25-25	Ambar (sucino) e espuma-do-mar, natural ou reconstituído; azeviche: 001) espuma-do-mar, natural ou reconstituída 002) âmbar, natural ou reconstituído 003) azeviche	60% 60% 60%
25-26	Mica, em lasca ("splitting"), moída, pedra ou resíduo: 001) vermiculita 002) qualquer outra	40% 40%
25-27	Esteatito natural (giz-de-"briançon") em bloco, placa bruta, esquadriada ou serrada; talco: 001) em pedra 002) em pó (talco)	50% 70%
25-28	Criolita e chiolita, natural	15%
25-29	Sulfeto de arsênico natural: auripigmento, "mispickel" "orpiment", realgar e qualquer outro	20%

Item	MERCADORIA	Aliquota "Ad-Valorem"
25-30	Borato natural bruto, mesmo beneficiado por aquecimento ou lavagem, mas não refinado:	
	001) de cálcio (pandermína ou priceira)	20%
	002) de sódio (bórax, "kernite" raserita ou tincal)	20%
	003) qualquer outro	23%
25-31	Espatofluor (fluorina) e feldspato natural:	
	001) espatofluor (fluorina)	20%
	002) feldspato	30%
25-32	Aragonita e espato-de-islândia (calcita ótica)	30%
25-33	Estronciarita (carbonato de estrôncio natural)	30%
35-34	Celestita e silimanita	
	001) celestita	30%
	002) silimanita, cianita ou andaluzita	15%
25-35	Qualquer outra substância mineral não especificada nem compreendida em outra parte; residuo de cerâmica:	
	001) alunita (sulfato de alumínio natural)	80%
	002) pedra para litografia	30%
	003) terra de jardim, de marga de pântano e outra terra fertilizante semelhante.	30%
	004) terra de puzolana, santorina, "trass" e semelhante	30%
	005) qualquer outra	30%

SECÇÃO V

PRODUTOS MINERAIS

CAPÍTULO 26

Minérios, Escórias e cinzas

NOTA 40 — Considera-se minério o produto natural mineral, em estado bruto ou tendo recebido beneficiamento primário: concentração, lavagem, moagem, ou semelhante, aglomerado ou não e bem assim o metal em estado nativo, em ganga.

NOTA 41 — Estão excluídos deste Capítulo:

- o minério classificado ou compreendido no Capítulo 25;
- o cimento de escórias — Capítulo 25; escória de desfosforação — Capítulo 31; lâ de escória — Capítulo 68;

c) a apara, escovilha, limalha e qualquer outro resíduo metálico do trabalho de metal precioso — Capítulo 71, ou de metal da Secção XV.

Item	MERCADORIA	Aliquota "Ad-Valorem"
26-01	Minério de alumínio: 001) bauxita 002) qualquer outro	30% 30%
26-02	Minério de antimônio	Livre
26-03	Minério de berílio (glucínio)	Livre
26-04	Minério de bismuto	Livre
26-05	Minério de chumbo, argentífero ou não: 001) galena 002) qualquer outro	30% 30%
26-06	Minério de cobalto	Livre
26-07	Minério de cobre	Livre
26-08	Minério de cromo: 001) cromita	Livre
	002) qualquer outro	Livre
26-09	Minério de estanho: 001) cassiterita	Livre
	002) qualquer outro	Livre
26-10	Minério de ferro, inclusive pirita estufada: 001) hematita 002) qualquer outro	60% 60%
26-11	Minério de lítio: 001) amblygonita	Livre
	002) espodomeno	Livre
26-12	Minério de manganês, inclusive o minério de ferro manganês com mais de 20% (vinte por cento) de manganês	60%
26-13	Minério de mercúrio	Livre
26-14	Minério de molibdénio	Livre
26-15	Minério de níquel	Livre
26-16	Minério de metal nobre ou precioso: de ouro, de prata, de platina e de qualquer outro metal do grupo da platina	Livre
26-17	Minério de tântalo: 001) tantalita	Livre
	002) columbita	Livre
	003) qualquer outro	Livre

Item	MERCADORIA	Alíquota "Ad-Valorem"
26-18	Minério de metal de terra-rara: 001) monazita 002) qualquer outro	Livre Livre
26-19	Minério de titânio: 001) rutilo 002) ilmenita 003) qualquer outro	60% 60% 60%
26-20	Minério de tungstênio ou volfrâmio 001) scheelita 002) volframita 003) qualquer outro	Livre Livre Livre
26-21	Minério de urânio e de mineral rádio-ativo: 001) pechblenda 002) qualquer outro	Livre Livre
26-22	Minério de vanádio	Livre
26-23	Minério de zinco	Livre
26-24	Minério de zircônio: 001) badleita 002) zirconita 003) qualquer outro	Livre Livre Livre
26-25	Qualquer outro minério	Livre
26-26	Escória ou qualquer outro resíduo da fabricação do ferro e do aço	Livre
26-27	Escória, cinza e qualquer outro resíduo metalífero, não compreendido no item 26-26, inclusive resíduo de acumulador, de banho fixador, de galvanização, de refinação eletrolítica, mas excluído o resíduo metálico do trabalho de metal: 001) espuma e escória de cobre 002) qualquer outro	Livre Livre
26-28	Qualquer outra escória ou cinza, não metalífera, inclusive cinza vegetal: 001) cinza vegetal 002) qualquer outra	Livre Livre

SECÇÃO V

PRODUTOS MINERAIS

CAPÍTULO 27

*Combustíveis minerais, óleos minerais e produtos de sua destilação;
matérias betuminosas; ceras minerais*

NOTA 42 — Estão excluídos dêste Capítulo:

- a) macadame alcatroado — Capítulo 25;
- b) composto químico definido, isolado — Capítulo 29;
- c) preparação farmacêutica — Capítulo 32;
- d) matéria corante orgânica — Capítulo 32;
- e) artigo de perfumaria ou de toucador e cosmético — Capítulo 33;
- f) graxa de petróleo grafitada ou não — Capítulo 34;
- g) fluido para isqueiro ou acendedor, acondicionado em recipiente de capacidade até 300 ml (trezentos mililitros) — Capítulo 36;
- h) preparação desinfetante, inseticida, anticroptogâmica, herbicida e semelhante — Capítulo 38;

NOTA 43 — Classificam-se no item 27-07 o óleo ou outro produto da destilação de alcatrão mineral, bem como o mesmo produto obtido pela ciclização do petróleo ou qualquer outro processo.

NOTA 44 — Classifica-se nos itens 27-09 27-10 e 27-14 qualquer produto de petróleo e de xisto, bem como o mesmo produto obtido pela destilação de alcatrão parafínico por hidrogenação ou por qualquer outro processo.

NOTA 45 — A importação de carvão, turfa, linhito, coque e semicoque, dos itens 27.01, 27.02, 27.03, 27.04, será isenta de imposto, quando o importador apresentar comprovante, visado pela Comissão Executiva do Plano do Carvão Nacional da aquisição de determinada quota do produto nacional similar.

2º. Para o exercício de 1957 a quota a que se refere o item 1º não poderá ser inferior à que resultar da aplicação de percentagem de aquisição do produto nacional, em relação ao consumo total da empresa, idêntica à observada no primeiro semestre do exercício.

3º. A partir de janeiro de 1958, as quotas mínimas de aquisição do produto nacional, serão revistas pelo Conselho de Política Aduaneira, nos termos do art. 4º desta lei, ouvida a Comissão Executiva do Plano do Carvão Nacional.

Item	MERCADORIA	Aliquota "Ad-Valorem"
27-01	Antracito e carvão de pedra ou hulha:	
	001) hulha em bruto, a granel ou moinha, até 31-12-1959	30%
	hulha em bruto, a granel ou moinha, de 31-12-1959 a 31-12-1960	40%
	hulha em bruto, a granel ou moinha, daí por diante	50%
	002) hulha em aglomerados ovóides ou bri- quetes, até 31-12-1959	30%
	hulha em aglomerados ovóides ou bri- quetes, de 31-12-1959 a 31-12-1960 ..	40%

Item	MERCADORIA	Alíquota
		"Ad-Valorem"
	hulha em aglomerados ovoides ou briquetes, daí por diante	50%
	003) antracito em bruto ou a granel, inclusive moínha, até 31-12-1959	30%
	antracito em bruto ou a granel, inclusive moínha, de 31-12-1959 a 31-12-1960	40%
	antracito em bruto ou a granel, inclusive moínha, daí por diante	50%
	004) antracito em aglomerados ovoides ou briquetes, até 31-12-1959	30%
	antracito em aglomerados ovoides ou briquetes, de 31-12-1959 a 31-12-1960	40%
	antracito em aglomerados ovoides ou briquetes, daí por diante	50%
27-02	Linhitos e aglomerados à base de linhitos:	
	001) linhitos em bruto, a granel ou moínha, até 31-12-1959	30%
	linhitos em bruto, a granel ou moínha, de 31-12-1958 a 31-12-1960	40%
	linhitos em bruto, a granel ou moínha, daí por diante	50%
	002) linhitos em aglomerados ovoides ou briquetes, até 31-12-1959	30%
	linhitos em aglomerados ovoides ou briquetes de 31-12-1959 a 31-12-1960	40%
	linhitos em aglomerados ovoides ou briquetes, daí por diante	50%
27-03	Turfa e aglomerados à base de turfa:	
	001) Turfa em bruto e a granel, até 31 de dezembro de 1959	30%
	Turfa em bruto a granel, de 31-12-1959 a 31-12-1960	40%
	Turfa em bruto e a granel, daí por diante	50%
	002) Turfa em aglomerados ovoides ou briquetes, até 31-12-1959	30%
	Turfa em aglomerados ovoides ou briquetes, de 31-12-1959 a 31-12-1960	40%
	002) Turfa em aglomerados ovoides ou briquetes, daí por diante	50%
27-04	Coque e semicoque de carvão, de linhito ou de turfa.	
	001) Coque e semicoque de carvão, de linhito ou de turfa, inclusive coque de petróleo, até 31-12-1959	30%
	002) Coque e semicoque de carvão, de linhito ou de turfa, inclusive coque de petróleo, de 31-12-1959 a 31-12-1960	40%
	003) Coque e semicoque de carvão, de linhito ou de turfa, inclusive coque de petróleo, daí por diante	50%

Item	MERCADORIA	Aliquota "Ad-Valorem"
27-05	Gás de iluminação (gás pobre)	30%
27-06	Alcatrão de hulha, de linhito, de turfa, de xisto, ou qualquer outro alcatrão mineral .	10%
27-07	Qualquer produto da destilação de alcatrão mineral:	
	001) antraceno, bruto	30%
	002) benzol, toluol, bruto	30%
	003) naftaleno, bruto	30%
	004) óleo bruto, de alcatrão mineral	30%
	005) produto fenólico (cresol, fenol e xilenol), bruto	30%
	006) "solvent-naphta"	30%
	007) qualquer outro	30%
27-08	Pixe mineral	10%
27-09	Óleo bruto de petróleo ou de xisto	Imp. único
27-10	Óleo refinado, de petróleo ou de xisto:	
	001) nafta dissolvente ou diluente	30%
	002) gasolina	Imp. único
	003) querosene	Imp. único
	004) "gas-oil" ou "diesel-oil"	Imp. único
	005) "fuel-oil"	Imp. único
	006) óleo para lamparina de mecha ("signal-oil")	Imp. único
	007) óleo lubrificante simples, composto ou emulsivo, com ou sem aditivo	Imp. único
	008) óleo mineral branco (óleo de vaselina ou parafina)	20%
27-11	Butana, propana e qualquer outro gás de petróleo e hidrocarboneto gasoso semelhante:	
	001) butana e propana	Imp. único
	002) qualquer outro	Imp. único
27-12	Vaselina (petrolato)	20%
27-13	Cêra de linhito (cêra montana), cêra mineral (ozocerita), cêra de petróleo ou de xisto, parafina e qualquer outra cêra mineral:	
	001) cêra de linhito (cêra montana)	10%
	002) cêra mineral, bruta (ozocerita)	10%
	003) cêra mineral, refinada (cerezina)	10%
	004) parafina	20%
	005) qualquer outra cêra	10%
27-14	Asfalto ou betume natural e artificial, inclusive residuo de petróleo ou de xisto:	
	001) rocha asfáltica	30%
	002) xisto betuminoso	30%
	003) qualquer outro asfalto ou betume natural ou artificial	30%

Item	MERCADORIA	Alíquota "Ad-Valorem"
27-15	"Cutback", emulsão de asfalto ou de betume, mastique (massa) de asfalto ou de betume, e qualquer outra mistura betuminosa:	
	001) "cutback" (solução de asfalto ou betume)	30%
	002) emulsão de asfalto ou betume	30%
	003) mastique (massa de asfalto ou de betume)	30%
	004) qualquer outra	30%

SECCAO VI

PRODUTOS DAS INDÚSTRIAS QUÍMICAS

CAPÍTULO 28

Produtos químicos inorgânicos; compostos inorgânicos ou orgânicos de metais preciosos, de elementos radioativos, de metais das terras raras e isótopos

NOTA 46 — Classifica-se neste Capítulo, salvo disposição em contrário:

- a) o elemento químico e seu composto de constituição química definida, apresentado isoladamente, contendo ou não impureza;
- b) a solução aquosa de produto do parágrafo anterior;
- c) qualquer outra solução de produto do parágrafo "a", desde que essa solução constitua modo de acondicionamento usual e indispensável ao transporte, e quando o solvente não dê ao produto qualquer utilização particular;
- d) o produto dos parágrafos "a", "b" ou "c" adicionado de estabilizante indispensável à sua conservação ou a seu transporte.

NOTA 47 — Classificam-se neste Capítulo, além do hidrossulfito estabilizado com substância orgânica do item 28-36, do carbonato e percarbonato do item 28-42, do cianeto simples ou complexo do item 28-43, do fulminato e cianeto do item 28-44, do produto orgânico compreendido nos itens 28-49 a 28-52 e do carbureto metálico ou metalóidico do item 28-56, os seguintes compostos de carbono:

- a) ácido cianídrico, ácido ciânico complexo, anidrido carbônico, óxido de carbono;
- b) oxialogeneto de carbono — 28-14;
- c) sulfeto de carbono — 28-15;
- d) a cianamida ou seu derivado metálico — 28-59, exceto a cianamida cálcica classificada no Capítulo 31, cianogênio ou seu halogeneto, oxissulfeto e sulfocloreto de carbono.

NOTA 48 — Estão excluídos deste Capítulo:

- a) cloreto de sódio, enxofre bruto ou refinado ou qualquer outro produto mineral classificado na Secção V;

- b) o produto pertencente, simultaneamente, à química mineral e à química orgânica, salvo a exceção mencionada na Nota anterior — Capítulo 29;
- c) o produto apresentado sob forma de medicamento ou preparação farmacêutica — Capítulo 30;
- d) fertilizante — Capítulo 31;
- e) o produto inorgânico luminóforo — Capítulo 32;
- f) o produto acondicionado para venda a varejo como produto de perfumaria ou toucador — Capítulo 33;
- g) o produto químico dosado para uso em fotografia — Capítulo 37;
- h) metal precioso, pedra preciosa ou semi-preciosa sintética — Capítulo 71;
- i) o elemento metálico, mesmo quimicamente puro, classificado na Secção XV; alumínio, antimônio, berílio (glicínio), bismuto, cádmio, chumbo, cobalto, cobre, cromo estanho, ferro, gálio, germânio; índio, magnésio, manganês, molibdênio, nióbio (colômbio), níquel, rênio, tálio, tântalo, titânio, tório, urânio, vanádio, volfrâmio (tungstênio), zinco e zircônio.

NOTA 49 — Classifica-se no item 28-13 o ácido complexo de constituição química definida constituído por ácido metalóidico do subcapítulo II e ácido metálico do subcapítulo IV.

NOTA 50 — Classificam-se no item 28-50:

- a) actínio, astatínio, frâncio, netúnio, polônio, promécio, protactínio, rádio, radônio, tecnécio ou outro elemento transurânico, seu isótopo e seu composto inorgânico ou orgânico;
- b) qualquer isótopo radioativo natural ou artificial, inclusive o de metal comum ou de metal precioso e seu composto inorgânico ou orgânico.

O termo "isótopo" mencionado nos itens 28-50 e 28-51 se estende ao "isótopo concentrado" com exclusão do elemento químico existente na natureza em estado de isótopo puro.

NOTA 51 — Classifica-se no item 28-55 o ferro-fósforo contendo, em peso, 15% (quinze por cento) ou mais de fósforo. Caso contrário, no Capítulo 73.

NOTA 52 — Classifica-se no item 28-55 o cobre-fósforo contendo, em peso 8% (oito por cento) ou mais de fósforo. Caso contrário, no Capítulo 74.

NOTA 53 — O importador de produto deste Capítulo é obrigado a declarar-lhe o nome científico e, quando houver o comercial. A falta desta declaração ou declaração não correspondente ao produto importado, implicará na aplicação de direito igual à maior alíquota do Capítulo.

Item	MERCADORIA	Alíquota "Ad-Valorem"
	I — ELEMENTO QUÍMICO	
28-01	Halogénico:	
	001) bromo	10%
	002) cloro	50%
	003) fluor	10%
	004) iôdo	10%
28-02	Enxôfre coloidal ou precipitado	10%

Item	MERCADORIA	Alíquota "Ad-Valorem"
28-03	Carbono (negro de acetileno, negro de antraceno, negro de petróleo ou qualquer outro negro de fumo)	10%
28-04	Qualquer outro metalóide:	
	001) arsênio	10%
	002) boro	10%
	003) fósforo	10%
	004) gás raro: argônio, criptônio, hélio, neônio e xenônio, inclusive em mistura	10%
	005) hidrogênio	50%
	006) nitrogênio (azoto)	20%
	007) oxigênio, inclusive ozônio	50%
	008) selênio	10%
	009) silício	10%
	010) telúrio	10%
28-05	Metal, exclusive da Seção XV, e o radioativo:	
	001) bário	10%
	002) cálcio	10%
	003) cério	10%
	004) estrôncio	10%
	005) lítio	30%
	006) mercúrio	10%
	007) metal de terra rara: cério, disprósio, érbio, escândio, európio, gadolínio, hólmio, itérbio, itrio, lantano, lutécio, neodímio, praseodímio, samário, térbio e túlio, inclusive em mistura	30%
	008) potássio	10%
	009) sódio	10%
	010) qualquer outro	10%
	II — ACIDO INORGÂNICO E COMPOSTO OXIGENADO DE METALÓIDE	
28-06	Ácido clorídrico e ácido cloronítrico; ácido clorossulfúrico ou clorossulfônico:	
	001) ácido clorídrico, gasoso ou liquefeito	50%
	002) ácido clorídrico, em solução	50%
	003) ácido cloronítrico	50%
	004) ácido clorossulfúrico (ácido clorossulfônico)	50%
28-07	Anidrido sulfuroso (bióxido de enxofre):	
	001) gasoso ou liquefeito	15%
	002) em solução (ácido sulfuroso)	15%
28-08	Ácido sulfúrico; "oleum" (fumeante):	
	001) ácido sulfúrico	50%
	002) "oleum" (fumeante)	50%
28-09	Ácido nítrico e ácido sulfonítrico:	
	001) ácido nítrico	40%
	002) ácido sulfonítrico	40%
28-10	Anidrido e ácido fosfórico meta, orto e piro:	
	001) ácido metafosfórico (ácido fosfórico glacial)	10%

Item	MERCADORIA	Alíquota "Ad-Valorem"
	002) ácido ortofosfórico (ácido fosfórico ordinário)	10%
	003) ácido pirofosfórico	10%
	004) anidrido fosfórico (pentaóxido de fósforo)	10%
28-11	Anidrido arsenioso; anidrido e ácido arsênico:	
	001) ácido arsênico	30%
	002) pentóxido de arsênico (anidrido arsênico)	30%
	003) trióxido de arsênico (anidrido arsenioso), arsênico branco, óxido arsenioso)	30%
28-12	Ácido bórico e anidrido:	
	001) ácido bórico	10%
	002) anidrido bórico	10%
28-13	Qualquer outro ácido inorgânico e composto oxigenado de metalóide:	
	001) ácido bromico	10%
	002) ácido bromídrico	10%
	003) ácido cianídrico (ácido prússico)	10%
	004) ácido clórico	10%
	005) ácido e anidrido fosforoso	10%
	006) ácido fluorbórico	10%
	007) ácido fluorsilícico	10%
	008) ácido fluorídrico	10%
	009) ácido fosfomolibdico	10%
	010) ácido fosfotungstico (ácido fosfo-volfrâmico)	10%
	011) ácido hidrazóico (ácido nitrídrico) ..	10%
	012) ácido hipocloroso	20%
	013) ácido hipofosfórico	10%
	014) ácido hipofosforoso	10%
	015) ácido e anidrido iódico	10%
	016) ácido iodídrico	10%
	017) ácido perclórico	10%
	018) ácido periódico	10%
	019) ácido persulfúrico	10%
	020) ácido e anidrido selênico	10%
	021) ácido selenídrico	10%
	022) ácido selenioso	10%
	023) ácido silicotungstico (ácido silico-volfrâmico)	10%
	024) ácido sulfâmico (ácido aminessulfônico)	10%
	025) ácido sulfídrico (hidrogênio sulfurado) ..	30%
	026) ácido telúrico	10%
	027) ácido tiônico	10%
	028) anidrido-silícico (bióxido de silício, sílica pura, óxido silícico), inclusive sílica gel	15%
	029) bióxido de carbono (anidrido carbônico, gás carbônico)	30%
	030) bióxido de nitrogênio (peróxido de nitrogênio, azotila)	10%

Item	MERCADORIA	Alíquota "Ad-Valorem"
	031) monóxido de carbono (carbonila, óxido de carbono, protóxido de carbono) ..	20%
	032) protóxido de nitrogênio (óxido nitroso)	10%
	033) qualquer outro	10%
	III — DERIVADO HALOGENADO E OXIA- LOGENADO DE METALÓIDE; SUL- FETO METALÓIDICO	
28-14	Cloreto, oxicleto ou qualquer outro derivado halogenado de metalóide:	
	001) bicloreto de enxofre	20%
	002) bi-iodeto de fósforo	10%
	003) brometo de iodo	10%
	004) cloreto de sulfurila (bicloridrina sulfúrica)	10%
	005) cloreto de tionila	10%
	006) fluoreto de boro (trifluoreto de boro)	10%
	007) monocloreto de enxofre (protocloreto de enxofre)	20%
	008) monocloreto de iodo (protocloreto de iodo)	10%
	009) oxicleto de carbono (cloreto de carbonila, fosgeno)	10%
	010) oxicleto de fósforo (cloreto de fosforila)	10%
	011) oxicleto de nitrogênio (cloreto de nitrosila)	10%
	012) oxicleto de selênio (cloreto de selenila)	10%
	013) pentacloreto de fósforo	10%
	014) tetracloreto de silício	15%
	015) tribrometo de fósforo	10%
	016) tricloreto de arsênico	10%
	017) tricloreto de fósforo	10%
	018) tricloreto de iodo	10%
	019) tri-iodeto de arsênico	10%
	020) tri-iodeto de fósforo	10%
	021) qualquer outro	10%
28-15	Sulfeto metalóidico:	
	001) bissulfeto de carbono (sulfeto de carbono)	30%
	002) sulfeto de fósforo	15%
	003) sulfeto de silício	15%
	004) qualquer outro	15%
	IV — ÓXIDO, HIDRÓXIDO E PERÓXIDO METÁLICO INORGÂNICO	
28-16	Amoníaco; hidrazina e hidroxilamina e seus sais inorgânicos:	
	001) amoníaco, gasoso ou liquefeito	50%
	002) amoníaco, em solução (hidróxido de amônio)	50%
	003) cloreto de hidrazina	10%
	004) hidrazina	10%

Item	MERCADORIA	Aliquota "Ad-Valorem"
	005) hidroxilamina	10%
	006) nitrato de hidroxilamina	10%
	007) sulfato de hidrazina	10%
	008) sulfato de hidroxilamina	10%
	009) qualquer outro	10%
28-17	Hidróxido de potássio; hidróxido de sódio; peróxido de sódio e de potássio:	
	001) hidróxido de potássio (potassa cáustica)	10%
	002) hidróxido de sódio (soda cáustica)	10%
	003) peróxido de potássio (bióxido de potássio)	10%
	004) peróxido de sódio (bióxido de sódio)	10%
28-18	Óxido, hidróxido e peróxido de bário, de estrôncio e de magnésio:	
	001) hidróxido de bário	15%
	002) hidróxido de estrôncio	15%
	003) hidróxido de magnésio	15%
	004) óxido de bário, (barita calcinada, protóxido de bário)	10%
	005) óxido de estrôncio (protóxido de estrôncio)	10%
	006) óxido de magnésio (magnésia calcinada) com teor de OMg de 96% ou mais	10%
	007) óxido de magnésio (magnésia calcinada) com teor de OMg de menos de 96%	60%
	008) peróxido de bário (bióxido de bário)	10%
	009) peróxido de estrôncio (bióxido de estrôncio)	10%
	010) peróxido de magnésio (bióxido de magnésio)	10%
28-19	Óxido de zinco; peróxido de zinco:	
	001) óxido de zinco	30%
	002) peróxido de zinco	10%
28-20	Óxido e hidróxido de alumínio; coríndon artificial:	
	001) coríndon artificial, exclusive pedra preciosa	10%
	002) hidróxido de alumínio (alumina hidratada), inclusive alumina gel	50%
	003) óxido de alumínio (alumina anidra, alumina calcinada)	50%
28-21	Óxido e hidróxido de cromo:	
	001) hidróxido de cromo	15%
	002) sesquióxido de cromo (óxido (III) de cromo, óxido verde cromo)	20%
	003) trióxido de cromo (anidrido crômico)	20%
28-22	Óxido de manganês:	
	001) anidrido permangânico	15%
	002) bióxido de manganês (anidrido manganoso)	15%

Item	MERCADORIA	Alíquota "Ad-Valorem"
	003) óxido manganês (sesquióxido de manganês, óxido (III) de manganês)	15%
	004) óxido manganoso (protóxido de manganês)	15%
	005) óxido salino de manganês	15%
28-23	Oxido e hidróxido de ferro:	
	001) hidróxido de ferro	30%
	002) óxido férrico	20%
	003) óxido ferroso	20%
	004) qualquer outro	20%
28-24	Oxido e hidróxido de cobalto:	
	001) hidróxido de cobalto	10%
	002) óxido cobáltico (óxido de cobalto (III), sesquióxido de cobalto)	10%
	003) óxido cobaltoso (protóxido de cobalto)	10%
	004) óxido salino de cobalto	10%
28-25	Oxido de titânio:	
	001) bióxido de titânio tipo anatase	40%
	002) bióxido de titânio tipo rutilo	40%
	003) qualquer outro	40%
28-26	Oxido de estanho:	
	001) óxido estânico (anidrido estânico, tri-óxido de estanho)	15%
	002) óxido estanoso (protóxido de estanho)	15%
28-27	Oxido de chumbo:	
	001) bióxido de chumbo (anidrido plumbico)	20%
	002) monóxido de chumbo (protóxido de chumbo, ligirico)	50%
	003) óxido salino de chumbo (mínio)	50%
28-28	Qualquer outro óxido, hidróxido e peróxido metálico, inorgânico:	
	001) ácido metaestânico	10%
	002) ácido permangânico	10%
	003) ácido tungstico (ácido volfrâmico) ..	30%
	004) anidrido molibdico, ácido molibdico, hidróxido de molibdênio	10%
	005) hidróxido de berílio (glicina hidratada)	10%
	006) hidróxido de bismuto	10%
	007) hidróxido de cádmio	10%
	008) hidróxido de cálcio	10%
	009) hidróxido de cobre	10%
	010) hidróxido de estanho (ácido estânico) ..	10%
	011) hidróxido de lítio	40%
	012) hidróxido de manganês	10%
	013) hidróxido de níquel	10%
	014) óxido de berílio (óxido de glicínio, glicina anidra)	10%
	015) óxido de cádmio	10%
	016) óxido de cálcio	40%

Item	MERCADORIA	Aliquota "Ad-Valorem"
	017) óxido cúprico (óxido negro de cobre)	10%
	018) óxido cuproso (protóxido de cobre, óxido vermelho de cobre)	20%
	019) óxido mercúrico amarelo (óxido ama- relo de mercúrio)	30%
	020) óxido mercúrico vermelho (óxido ver- melho de mercúrio)	50%
	021) óxido mercurioso (óxido negro de mer- cúrio)	50%
	022) óxido níquelico	10%
	023) óxido níqueloso (protóxido de níquel)	10%
	024) óxido de potássio	10%
	025) óxido de zircônio	30%
	026) pentaóxido de antimônio (anidrido antimônico)	10%
	027) pentaóxido de bismuto (óxido verme- lho de bismuto)	10%
	028) pentaóxido de vanádio (anidrido vaná- dico)	10%
	029) tetraóxido de antimônio	10%
	030) trióxido de antimônio	10%
	031) trióxido de bismuto	10%
	032) trióxido de molibdênio	10%
	033) trióxido de tungstênio	30%
	034) qualquer outro	10%
	V - SAL E PERSAL METALICO DE ACIDO INORGÂNICO	
28-29	Fluoreto, fluorsilicato, fluorborato e qualquer outro fluorsal:	
	001) fluorborato de amônio	10%
	002) fluorborato de níquel	10%
	003) fluorborato de potássio	10%
	004) fluorborato de sódio	10%
	005) fluoreto de alumínio	10%
	006) fluoreto de amônio	10%
	007) fluoreto de bário	10%
	008) fluoreto de cádmio	10%
	009) fluoreto de cálcio	15%
	010) fluoreto de cromo	10%
	011) fluoreto duplo de alumínio de sódio	15%
	012) fluoreto de estrôncio	10%
	013) fluoreto de manganês	10%
	014) fluoreto de potássio	10%
	015) fluoreto de sódio	10%
	016) fluoreto de zinco	10%
	017) fluorsilicato de bário	10%
	018) fluorsilicato de cálcio	10%
	019) fluorsilicato de potássio	10%
	020) fluorsilicato de sódio	10%
	021) fluorsilicato de zinco	10%
	022) fluorsulfato duplo de amônio e anti- mônio	10%
	023) pentafluoreto de antimônio	10%
	024) trifluoreto de antimônio	10%
	025) qualquer outro	10%

Item	MERCADORIA	Alíquota "Ad-Valorem"
28-30	<p>Cloreto e oxicleto:</p> <p>001) cloreto de alumínio 15%</p> <p>002) cloreto de amônio 10%</p> <p>003) cloreto de bário 10%</p> <p>004) cloreto de bismuto 10%</p> <p>005) cloreto de cádmio 10%</p> <p>006) cloreto de cálcio 50%</p> <p>007) cloreto de cério 40%</p> <p>008) cloreto de chumbo 10%</p> <p>009) cloreto de cobalto 10%</p> <p>010) cloreto crômico 10%</p> <p>011) cloreto cromoso 10%</p> <p>012) cloreto cúprico (bicleto de cobre) .. 10%</p> <p>013) cloreto cuproso (monocloreto de co- bre) 10%</p> <p>014) cloreto duplo de amônio e cobre 10%</p> <p>015) cloreto duplo de amônio e estanho ... 10%</p> <p>016) cloreto duplo de amônio e ferro 10%</p> <p>017) cloreto duplo de amônio e magnésio .. 10%</p> <p>018) cloreto duplo de amônio e mercúrio .. 10%</p> <p>019) cloreto duplo de amônio e níquel 10%</p> <p>020) cloreto duplo de amônio e zinco 10%</p> <p>021) cloreto duplo de sódio e magnésio 10%</p> <p>022) cloreto estânico (tetracloreto de esta- nho) 15%</p> <p>023) cloreto estânico (bicleto de estanho) .. 15%</p> <p>024) cloreto de estrôncio 10%</p> <p>025) cloreto férrico 15%</p> <p>026) cloreto ferroso 15%</p> <p>027) cloreto de lítio 40%</p> <p>028) cloreto de magnésio 15%</p> <p>029) cloreto de manganês 10%</p> <p>030) cloreto mercúrico (bicleto de mer- cúrio, sublimado corrosivo) 10%</p> <p>031) cloreto mercurioso (calomelano, proto- cloreto de mercúrio) 10%</p> <p>032) cloreto de níquel 10%</p> <p>033) cloreto de titânio (tetracloreto de titâ- nio) 20%</p> <p>034) cloreto de zinco 20%</p> <p>035) oxicleto de antimônio 10%</p> <p>036) oxicleto de bismuto (cloreto de bis- mutila) 10%</p> <p>037) oxicleto de chumbo 10%</p> <p>038) oxicleto de cobre 10%</p> <p>039) oxicleto de cromo (cloreto de cro- mila) 10%</p> <p>040) oxicleto de estanho 10%</p> <p>041) pentacloreto de antimônio 10%</p> <p>042) tricleto de antimônio 10%</p> <p>043) qualquer outro 10%</p>	
28-31	<p>Clorito e hipoclorito:</p> <p>001) clorito de alumínio 10%</p> <p>002) clorito de sódio 10%</p> <p>003) hipoclorito de amônio 10%</p> <p>004) hipoclorito de cálcio 40%</p>	

Item	MERCADORIA	Alíquota "Ad-Valorem"
28-32	005) hipoclorito de potássio 006) hipoclorito de sódio 007) qualquer outro	15% 40% 10%
	Clorato e perclorato:	
	001) clorato de amônio	10%
	002) clorato de bário	10%
	003) clorato de cálcio	10%
	004) clorato de cobre	10%
	005) clorato de cromo	10%
	006) clorato de estrôncio	10%
	007) clorato de potássio	30%
	008) clorato de sódio	15%
	009) perclorato de amônio	10%
	010) perclorato de potássio	10%
	011) perclorato de sódio	10%
	012) qualquer outro	10%
28-33	Brometo e oxibrometo; bromato e perbromato, hipobromito:	
	001) bromato de potássio	10%
	002) bromato de sódio	10%
	003) brometo de amônio	10%
	004) brometo de cádmio	10%
	005) brometo de cálcio	10%
	006) brometo cúprico	10%
	007) brometo cuproso	10%
	008) brometo de estanho	10%
	009) brometo de estrôncio	10%
	010) brometo de ferro	10%
	011) brometo de lítio	30%
	012) brometo de magnésio	10%
	013) brometo de mercúrio	10%
	014) brometo de sódio	10%
	015) brometo de potássio	10%
	016) hipobromito de potássio	10%
	017) qualquer outro	10%
28-34	Iodeto e oxi-iodeto; iodato e periodato:	
	001) iodato ácido de potássio	10%
	002) iodato de bário	10%
	003) iodato de estrôncio	10%
	004) iodato neutro de potássio	10%
	005) iodato de sódio	10%
	006) iodeto de amônio	10%
	007) iodeto de bismuto	10%
	008) iodeto de cádmio	10%
	009) iodeto de cálcio	10%
	010) iodeto de chumbo	15%
	011) iodeto duplo de potássio e zinco	10%
	012) iodeto de estrôncio	10%
	013) iodeto de ferro	20%
	014) iodeto de lítio	10%
	015) iodeto mercúrico (bi-iodeto de mercúrio, iodeto vermelho de mercúrio) ..	10%
	016) iodeto mercurioso (proto-iodeto de mercúrio)	10%

Item	MERCADORIA	Aliquota
		Ad. Valorem
	017) iodeto de potássio	20%
	018) iodeto de sódio	20%
	019) iodeto de zinco	10%
	020) oxi-iodeto de antimônio	10%
	021) penta-iodeto de antimônio	10%
	022) periodato de potássio	10%
	023) periodato de sódio	10%
	024) tri-iodato de antimônio	10%
	025) qualquer outro	10%
28-35	Sulfeto, inclusive polissulfeto:	
	001) pentassulfeto de antimônio	10%
	002) polissulfeto de amônio	10%
	003) polissulfeto de potássio	10%
	004) polissulfeto de sódio	50%
	005) sulfeto de amônio	10%
	006) sulfeto de bário	20%
	007) sulfeto de cádmio	10%
	008) sulfeto de cálcio	20%
	009) sulfeto de chumbo	10%
	010) sulfeto de cobre	10%
	011) sulfeto de estanho	10%
	012) sulfeto de estrôncio	10%
	013) sulfeto de ferro	10%
	014) sulfeto de magnésio	10%
	015) sulfeto de mercúrio	10%
	016) sulfeto de potássio	50%
	017) sulfeto de sódio, inclusive sulfidrato	50%
	018) sulfeto de zinco	20%
	019) trissulfeto de antimônio	10%
	020) qualquer outro	10%
28-36	Ditionito (hidrossulfito) inclusive o estabilizado ou preparado para a indústria:	
	001) hidrossulfito de sódio	10%
	002) hidrossulfito de zinco	10%
	003) qualquer outro	10%
28-37	Sulfito e tiosulfato (hipossulfito):	
	001) metabissulfito de potássio	15%
	002) metabissulfito de sódio	15%
	003) sulfito ácido de cálcio (bissulfito de cálcio)	15%
	004) sulfito ácido de potássio (bissulfito de potássio)	15%
	005) sulfito ácido de sódio (bissulfito de sódio)	20%
	006) sulfito de amônio	10%
	007) sulfito de cromo	10%
	008) sulfito de magnésio	10%
	009) sulfito neutro de cálcio	10%
	010) sulfito neutro de potássio	10%
	011) sulfito neutro de sódio	30%
	012) sulfito de zinco	10%
	013) tiosulfato de alumínio (hipossulfito de alumínio)	15%

Item	MERCADORIA	Aliquota "Ad. Valorem"
	014) tiosulfato de amônio (hipossulfito de amônio)	10%
	15) tiosulfato de cálcio (hipossulfito de cálcio)	10%
	016) tiosulfato de chumbo (hipossulfito de chumbo)	15%
	017) tiosulfato de sódio (hipossulfito de sódio)	30%
	018) qualquer outro	10%
28-38	Sulfato e alúmen; persulfato:	
	001) persulfato de amônio	20%
	002) persulfato de potássio	20%
	003) persulfato de sódio	20%
	004) sulfato ácido de potássio (bissulfato de potássio)	10%
	005) sulfato ácido de sódio (bissulfato de sódio)	40%
	006) sulfato de alumínio	80%
	007) sulfato de antimônio	10%
	008) sulfato de bário (precipitado)	10%
	009) sulfato de cádmio	20%
	010) sulfato de cálcio	50%
	011) sulfato de chumbo	10%
	012) sulfato de cobalto	10%
	013) sulfato de cromo	10%
	014) sulfato cúprico	Livre
	015) sulfato cuproso	10%
	016) sulfato duplo de alumínio e amônio (alúmen amoniacal)	20%
	017) sulfato duplo de alumínio e potássio (alúmen)	50%
	018) sulfato duplo de alumínio e sódio (alúmen de sódio)	20%
	019) sulfato duplo de cobalto e amônio	10%
	020) sulfato duplo de cobre e amônio	10%
	021) sulfato duplo de cromo e amônio	10%
	022) sulfato duplo de cromo e potássio (alúmen de cromo)	20%
	023) sulfato duplo de ferro e amônio (alúmen de ferro)	20%
	024) sulfato de estrôncio	10%
	025) sulfato ferrico	50%
	026) sulfato ferroso	50%
	027) sulfato de lítio	40%
	028) sulfato de magnésio	50%
	029) sulfato de manganês	10%
	030) sulfato de mercúrio	10%
	031) sulfato neutro de potássio — com teor de mais de 52% (cinquenta e dois por cento) de K ₂ O	10%
	032) sulfato neutro de sódio (sal de glau-ber)	50%
	033) sulfato de níquel	10%
	034) sulfato de zinco	50%
	035) qualquer outro	10%

Item	MERCADORIA	Aliquota "Ad-Valorem"
28-39	Nitrato e nitrito:	
	001) nitrato de alumínio	10%
	002) nitrato de amônio — com teor de nitrogênio de mais de 33% (trinta e três por cento)	50%
	003) nitrato de bário	10%
	004) nitrato básico de bismuto (subnitrato de bismuto)	10%
	005) nitrato básico de mercúrio	10%
	006) nitrato de cádmio	10%
	007) nitrato de cério	20%
	008) nitrato de chumbo	20%
	009) nitrato de cobalto	10%
	010) nitrato de cobre	15%
	011) nitrato de estrôncio	10%
	012) nitrato de ferro	15%
	013) nitrato de lítio	40%
	014) nitrato de magnésio	10%
	015) nitrato de manganês	10%
	016) nitrato de mercúrio	10%
	017) nitrato mercurioso	10%
	018) nitrato neutro de bismuto	10%
	019) nitrato de níquel	10%
	020) nitrato de potássio — com mais de 98% (noventa e oito por cento) de KNO ₃	40%
	021) nitrato de sódio — com teor de nitrogênio de mais de 16% (dezesseis por cento)	50%
	022) nitrato de tálio	10%
	023) nitrato de zinco	10%
	024) nitrito de amônio	10%
	025) nitrito de bário	10%
	026) nitrito de cálcio	10%
	027) nitrito de potássio	10%
	028) nitrito de sódio	10%
	029) qualquer outro	10%
28-40	Fosfato, fosfito e hipofosfito:	
	001) fosfato de alumínio	10%
	002) fosfato de amônio — com menos de 6 mg (seis miligramas) por quilo de arsênico	10%
	003) fosfato de cobalto	10%
	004) fosfato de cobre	10%
	005) fosfato de cromo	10%
	006) fosfato de estrôncio	10%
	007) fosfato férrico	10%
	008) fosfato ferroso	10%
	009) fosfato de magnésio	10%
	010) fosfato de manganês	10%
	011) fosfato de potássio	10%
	012) fosfato de zinco	10%
	013) fosfito de amônio	10%
	014) fosfito de cálcio	10%
	015) fosfito de ferro	10%
	016) fosfito de magnésio	10%

Item	MERCADORIA	Aliquota "Ad. Valorem"
	017) fosfito de manganês	10%
	018) fosfito de potássio	10%
	019) fosfito de sódio	10%
	020) hexametáfosfato de sódio	20%
	021) hipofosfito de cálcio	10%
	022) hipofosfito de ferro	10%
	023) hipofosfito de magnésio	10%
	024) hipofosfito de manganês	10%
	025) hipofosfito de potássio	10%
	026) hipofosfito de sódio	10%
	027) metáfosfato de sódio	10%
	028) ortofosfato bicálcico	10%
	029) ortofosfato bissódico	20%
	030) ortofosfato monoácido duplo de sódio e amônio	10%
	031) ortofosfato monocálcico	20%
	032) ortofosfato monossódico	20%
	033) ortofosfato tricálcico	10%
	034) ortofosfato trissódico	30%
	035) pirofosfato de alumínio	10%
	036) pirofosfato de sódio	20%
	037) pirofosfato de zinco	10%
	038) qualquer outro	10%
28-41	Arseniato e arsenito:	
	001) arseniato de alumínio	30%
	002) arseniato de cálcio	30%
	003) arseniato de chumbo	30%
	004) arseniato de cobre	10%
	005) arseniato de mercúrio	10%
	006) arseniato de potássio	10%
	007) arseniato de sódio	10%
	008) arsenito de cádmio	10%
	009) arsenito de chumbo	10%
	010) arsenito de cobre	10%
	011) arsenito de manganês	10%
	012) arsenito de potássio	10%
	013) arsenito de sódio	10%
	014) arsenito de zinco	10%
	015) qualquer outro	10%
28-42	Carbonato e percarbonato:	
	001) carbonato ácido de potássio (bicarbo- nato de potássio)	10%
	002) carbonato ácido de sódio (bicarbonato de sódio)	10%
	003) carbonato de amônio, contendo ou não carbamató	15%
	004) carbonato de bário	10%
	005) carbonato básico de chumbo	10%
	006) carbonato de bismuto	10%
	007) carbonato de cálcio	40%
	008) carbonato de cobalto	10%
	009) carbonato de cobre	10%
	010) carbonato de estrôncio	10%
	011) carbonato de ferro	15%
	012) carbonato de lítio	40%
	013) carbonato de magnésio	20%

Item	MERCADORIA	Alíquota
		"Ad-Valorem"
	014) carbonato de manganês	10%
	015) carbonato neutro de chumbo	10%
	016) carbonato neutro de potássio	10%
	017) carbonato neutro de sódio	10%
	018) carbonato de níquel	10%
	019) carbonato de zinco	50%
	020) percarbonato de potássio	10%
	021) percarbonato de sódio	10%
	022) qualquer outro	10%
28-43	Cianeto; cianeto complexo:	
	001) cianeto de cálcio	10%
	002) cianeto cúprico	10%
	003) cianeto cuproso	10%
	004) cianeto duplo de mercúrio e potássio	10%
	005) cianeto duplo de mercúrio e zinco	10%
	006) cianeto de mercúrio	10%
	007) cianeto de níquel	10%
	008) cianeto de potássio	10%
	009) cianeto de sódio	10%
	010) cianeto de zinco	10%
	011) ferricianeto de bário	10%
	012) ferricianeto de chumbo	10%
	013) ferricianeto ferroso (azul de turnbull)	50%
	014) ferricianeto de potássio	10%
	015) ferricianeto de sódio	10%
	016) ferrocianeto de amônio	10%
	017) ferrocianeto de chumbo	10%
	018) ferrocianeto de cobre	10%
	019) ferrocianeto férrico (azul da prússia)	50%
	020) ferrocianeto de potássio	10%
	021) ferrocianeto de sódio	10%
	022) ferrocianeto de titânio	10%
	023) nitrocianeto de cobre (nitroprussiato de cobre)	10%
	024) nitrocianeto de sódio (nitroprussiato de sódio)	10%
	025) oxicianeto de mercúrio	10%
	026) sulfocianeto de amônio (tiocianato de amônio, rodanato de amônio)	10%
	027) sulfocianeto de cálcio (tiocianato de cálcio)	10%
	028) sulfocianeto de cobre (tiocianato de cobre)	10%
	029) sulfocianeto de ferro (tiocianato de ferro)	10%
	030) sulfocianeto mercúrico (tiocianato mercúrico)	10%
	031) sulfocianeto mercurioso (tiocianato mercurioso)	10%
	032) sulfocianeto de níquel (tiocianato de níquel)	10%
	033) sulfocianeto de potássio (tiocianato de potássio)	10%
	034) sulfocianeto de sódio (tiocianato de sódio)	10%
	035) qualquer outro	10%

Item	MERCADORIA	Aliquota "Ad-Valorem"
28-44	Cianato e fulminato:	
	001) cianato de amônio	10%
	002) cianato de potássio	10%
	003) cianato de sódio	10%
	004) fulminato de mercúrio	20%
	005) qualquer outro	10%
28-45	Silicato:	
	001) silicato de alumínio	15%
	002) silicato de bário	10%
	003) silicato de cádmio	10%
	004) silicato de cálcio	10%
	005) silicato de césio	15%
	006) silicato de chumbo	10%
	007) silicato duplo de cálcio e cobre	10%
	008) silicato de estrôncio	10%
	009) silicato de manganês	10%
	010) silicato de potássio	10%
	011) silicato de sódio	30%
	012) silicato de zircônio	30%
	013) qualquer outro	10%
28-46	Borato e perborato:	
	001) borato de cádmio	30%
	002) borato de chumbo	30%
	003) borato de cobalto	30%
	004) borato de cobre	30%
	005) borato de lítio	30%
	006) borato de manganês	30%
	007) borato de mercúrio	30%
	008) borato de níquel	30%
	009) borato de zinco	30%
	010) borato de zircônio	30%
	011) metaborato de amônio	30%
	012) metaborato de sódio	20%
	013) perborato de magnésio	30%
	014) perborato de potássio	30%
	015) perborato de sódio	20%
	016) tetraborato de sódio (bórax)	20%
	017) qualquer outro	30%
28-47	Sal de ácido de óxido metálico: aluminato, antimoniato, cromato, estannato, molibdato, permanganato, plumbato, tungstato, zincato e qualquer outro:	
	001) aluminato de bário	10%
	002) aluminato de cálcio	10%
	003) aluminato de chumbo	10%
	004) aluminato de cobalto	10%
	005) aluminato de cromo	10%
	006) aluminato de potássio	10%
	007) aluminato de sódio	10%
	008) aluminato de zinco	10%
	009) antimoniato de chumbo	10%
	010) antimoniato de potássio	10%
	011) bicromato de amônio	10%
	012) bicromato de potássio	10%
	013) bicromato de sódio	10%

Item	MERCADORIA	Alíquota "Ad-Valorem"
	014) cromato de amônio	15%
	015) cromato de bário	15%
	016) cromato de cálcio	15%
	017) cromato de chumbo	50%
	018) cromato de cobalto	10%
	019) cromato de estrôncio	10%
	020) cromato de ferro	20%
	021) cromato de potássio	20%
	022) cromato de sódio	10%
	023) cromato de zinco	10%
	024) estanato de alumínio	10%
	025) estanato de cobalto	10%
	026) estanato de cobre	10%
	027) estanato de cromo	10%
	028) estanato de sódio	10%
	029) manganato de bário	10%
	030) manganato de sódio	10%
	031) metaantimoniato de sódio	10%
	032) molibdato de amônio	10%
	033) molibdato de cálcio	10%
	034) molibdato de chumbo	10%
	035) molibdato de sódio	10%
	036) permanganato de cálcio	10%
	037) permanganato de potássio	10%
	038) permanganato de sódio	10%
	039) permanganato de zinco	10%
	040) plumbato de bário	10%
	041) plumbato de cálcio	10%
	042) plumbato de estrôncio	10%
	043) plumbato de sódio	10%
	044) titanato de bário	10%
	045) tungstato de amônio (volframato de amônio)	30%
	046) tungstato de bário (volframato de bário)	30%
	047) tungstato de cálcio (volframato de cálcio)	30%
	048) tungstato de chumbo (volframato de chumbo)	30%
	049) tungstato de potássio (volframato de potássio)	30%
	050) tungstato de sódio (volframato de sódio)	30%
	051) vanadato de amônio	10%
	052) vanadato de sódio	10%
	053) zincato de bário	10%
	054) zincato de cobalto	10%
	055) zincato de sódio	10%
	056) qualquer outro	10%
28-48	Qualquer outro sal e persal, de metal, de ácido inorgânico: arseniomolibdato, arsenio-tungstato, borossilfeto, cobaltomolibdato, clorofosfato, clorolodato, cloromolibdato, clorovanadato, fosfoestanoato, fosfomolibdato, fosfossilicato, fosfotungstato, germanossilfeto, nitrofosfato, seleneto, seleniato, sele-	

Item	MERCADORIA	Aliquota "Ad-Valorem"
	nito, sulfoantimoniato, sulfoarseniato, sulfoarsenito e arseniossulfeto, sulfonitrato e nitrossulfeto, sulfosseleneto e seleniossulfato, sulfotelurato, telurato, telureto, telurito, tioestano e qualquer outro:	
	001) cobaltinitrito de sódio	10%
	002) fosfomolibdato de sódio	10%
	003) fosfotungstato de sódio (fosfotungstato de sódio)	10%
	004) seleneto de cádmio	10%
	005) seleniato de amônio	10%
	006) seleniato de cobre	10%
	007) seleniato de potássio	10%
	008) seleniato de sódio	10%
	009) selenito de bário	10%
	010) selenito de cobre	10%
	011) sulfoantimoniato de sódio	10%
	012) qualquer outro	10%
	VI — DIVERSOS	
28-49	Metal precioso em estado coloidal; amálgama de metal precioso; sal e qualquer outro composto inorgânico ou orgânico de metal precioso:	
	Metal precioso em estado coloidal:	
	001) ouro coloidal	20%
	002) prata coloidal	20%
	003) outro metal precioso em estado coloidal	10%
	Amálgama de metal precioso:	
	004) amálgama de ouro	30%
	005) amálgama de prata	30%
	006) amálgama de qualquer outro metal precioso	30%
	Sal e qualquer outro composto inorgânico ou orgânico de metal precioso:	
	007) acetato de prata	20%
	008) ácido auroclórico	20%
	009) ácido cloroplatinico	20%
	010) ácido cloroplatinoso	20%
	011) ácido hexahidroplatinico	20%
	012) auricianeto de potássio	20%
	013) auricianeto de sódio	20%
	014) auriossulfato de sódio	20%
	015) auroclorato de amônio	20%
	016) auroclorato de potássio	20%
	017) auroclorato de sódio	20%
	018) azida de prata	20%
	019) benzoato de prata	20%
	020) bicromato de prata	20%
	021) brometo de iúdio	20%
	022) brometo de prata	20%

Item	MERCADORIA	Alíquota "Ad-Valorem"
	023) cianeto de ouro	20%
	024) cianeto de prata	20%
	025) cinamato de prata	20%
	026) cloreto áurico (tri-cloreto de ouro) ..	20%
	027) cloreto aureso (protocloreto de ouro) ..	20%
	028) cloreto de irídio	20%
	029) cloreto de paládio	20%
	030) cloreto de prata	20%
	031) cloreto de ródio	20%
	032) cloreto de rutênio	20%
	033) fosfato de prata	20%
	034) fulminato de prata	20%
	035) hidróxido de irídio	20%
	036) iodeto de irídio	20%
	037) lactato de prata	30%
	038) nitrato de prata	50%
	039) óxido e hidróxido de irídio	20%
	040) óxido de ouro	20%
	041) óxido de ósmio	20%
	042) óxido de platina	20%
	043) óxido de prata	20%
	044) permanganato de prata	20%
	045) picrato de prata	20%
	046) platinocianeto de bário	20%
	047) platinocianeto de potássio	20%
	048) pro-einats, nucleato, nucleito, albumi- nato, peptonato, vitelinato ou tanato de prata	10%
	049) salicilato de prata	10%
	050) tiocianato de prata	20%
	051) qualquer outro	20%
28-50	Elemento químico radioativo e isótopo radio- ativo, seu composto inorgânico ou orgânico, de constituição química definida ou não: mesotório, plutônio, protactínio e seus com- postos; rádio, rádio-cobalto, rádio-fósforo, rádio-iodo, ou outro isótopo artificial ou qualquer outro	Livre
28-51	Isótopo de elemento químico não compreendido no item anterior; seu composto inorgânico ou orgânico, de constituição química definida ou não; acetileno pesado carbono 13, deu- tério (hidrogênio pesado), lítio 6 e 7, metano pesado, protóxido de deutério (água pesada), ou qualquer outro	Livre
28-52	Sal e qualquer outro composto inorgânico ou orgânico de tório, de urânio e de metal de terra rara, inclusive em mistura: 001) acetato de tório	20%
	002) acetato de uranila (ou de urânio)	20%
	003) ácido urânico	20%
	004) benzoato de tório	20%
	005) cloreto de cério	50%
	006) cloreto de tório	20%

Item	MERCADORIA	Aliquota "Ad. Valorem"
	007) cloreto uranoso	20%
	008) formiato de tório	20%
	009) fosfato de uranila	20%
	010) hidróxido de tório	20%
	011) hidróxido de urânio	20%
	012) nitrato de cério	50%
	013) nitrato de tório	50%
	014) nitrato de uranila (nitrato urânico)	10%
	015) nitreto de tório	20%
	016) oxalato de cério	20%
	017) oxícloreto de tório	20%
	018) óxido de cério	20%
	019) óxido de tório	50%
	020) óxido de urânio	20%
	021) pirouranato de sódio	20%
	022) sulfato de cério	20%
	023) sulfato duplo de tório e sódio	20%
	024) sulfato de tório	20%
	025) sulfato de uranila	20%
	026) sulfato uranoso	20%
	027) tartarato de tório	20%
	028) qualquer outro	20%
28-53	Ar líquido	30%
28-54	Peróxido de hidrogênio (água oxigenada)	20%
28-55	Fosfeto:	
	001) fosfeto de cálcio	10%
	002) fosfeto de cobre	10%
	003) fosfeto de estanho	10%
	004) fosfeto de zinco	10%
	005) fosfeto de ferro	10%
	006) qualquer outro	10%
28-56	Carbureto:	
	001) carbureto de alumínio	10%
	002) carbureto de bário	10%
	003) carbureto de boro (borocarbono)	10%
	004) carbureto de cálcio	40%
	005) carbureto de silício ("carborundum")	20%
	006) carbureto de tungstênio (carbureto de volfrâmio)	40%
	007) carbureto de zircônio	10%
	008) qualquer outro	10%
28-57	Azida, boreto, hidreto, nitreto e silicieto:	
	001) azida de chumbo	10%
	002) azida de sódio	10%
	003) boreto de alumínio	10%
	004) boreto de cálcio	10%
	005) borocarbureto de alumínio	10%
	006) nitreto de alumínio	10%
	007) nitreto de arsênico	10%
	008) nitreto de boro	10%
	009) nitreto de silício	10%
	010) silicieto de cálcio	10%

Item	MERCADORIA	Alíquota "Ad-Valorem"
	011) siliceto de cobre	10%
	012) siliceto de cromo	10%
	013) qualquer outro	10%
28-50	Água destilada, água de condutividade ou de pureza equivalente	80%
28-59	Qualquer composto inorgânico, não especificado nem compreendido em outra parte, inclusive amálgama de metal não precioso	20%

SEÇÃO VI

PRODUTOS DAS INDÚSTRIAS QUÍMICAS

CAPÍTULO 29

Produtos químicos orgânicos

NOTA 54 — Classificam-se no presente Capítulo, salvo disposição em contrário:

- o composto orgânico de constituição química definida, apresentado isoladamente, contendo ou não impureza;
- a mistura de isômero de um mesmo composto orgânico, contendo ou não impureza;
- a solução aquosa do produto mencionado nos itens a e b;
- qualquer outra solução dos itens a ou b, desde que essa solução constitua modo de acondicionamento usual e indispensável ao transporte e quando o solvente não dê ao produto emprego particular;
- o produto dos itens a, b, c ou d adicionado de estabilizante indispensável à sua segurança, conservação ou ao seu transporte.

NOTA 55 — Estão excluídos deste Capítulo:

- glicerina (glicérol) — Capítulo 15;
- álcool etílico (etanol) — Capítulo 22;
- butano, propano, produto bruto da destilação de alcatrão mineral de hulha, de petróleo ou de xisto ou qualquer outro produto do Capítulo 27;
- o composto de carbono mencionado na nota 44 do Capítulo 28;
- o produto apresentado sob a forma de medicamento — Capítulo 30;
- uréia com teor de nitrogênio de 45% (quarenta e cinco por cento) ou menos — Capítulo 31;
- fluoresceína, violeta de genciana ou qualquer outra matéria corante do Capítulo 32;
- o produto acondicionado para venda a varejo, como produto de perfumaria ou toucador — Capítulo 36;

- i) o sal, solúvel na água, de ácido gorduroso superior (sabão) — Capítulo 32, e o produto orgânico tenso-ativo — Capítulo 34;
- j) o produto empregado como cola, acondicionado para venda a varejo em embalagem com peso líquido de 1 kg (um quilograma) ou menos — Capítulo 35;
- l) metaldeído e qualquer outro produto semelhante, apresentado em bastão, tableta ou forma semelhante, para uso como combustível — Capítulo 36;
- m) desinfetante, antisséptico, inseticida, fungicida e semelhante apresentado em forma ou embalagem para venda a varejo; o produto extintor apresentado como carga para aparelho extintor, ou em granada ou bomba extintora — Capítulo 38;
- n) o produto dosado ou preparado para uso fotográfico — Capítulo 37.

NOTA 56 — Qualquer produto que possa estar compreendido em dois ou mais itens deste Capítulo será classificado no último desses itens.

NOTA 57 — Nos itens dos subcapítulos, II a VII, inclusive qualquer referência a derivado halogenado, sulfonado ou nitrado se aplicará, também ao derivado misto: nitro-halogenado nitrossulfonado, nitrossulfo-halogenado ou sulfo-halogenado.

NOTA 58 — Salvo disposição em contrário:

- a) o éster de composto orgânico de função ácida dos subcapítulos I a VII, inclusive, com composto orgânico dos mesmos subcapítulos classifica-se com o composto classificado em último lugar, por ordem de enumeração;
- b) o éster do álcool etílico ou da glicerina com composto orgânico de função ácida dos subcapítulos I a VII inclusive, classifica-se com o composto de função ácida correspondente;
- c) o sal do éster citado nos itens a e b desta Nota com base inorgânica classifica-se com o éster correspondente;
- d) o sal de qualquer outro composto orgânico de função ácida: carbóxico sulfonado ou qualquer outro, ou de função fenol dos subcapítulos I a VII inclusive, com base inorgânica, classifica-se com o composto de função ácida ou de função fenol correspondente;
- e) o sal de base orgânica terá sempre a mesma classificação da base correspondente.

NOTA 59 — O composto dos itens 29-31 a 29-34, inclusive, é composto orgânico, cuja molécula contém, além de átomo de carbono, hidrogênio, nitrogênio e oxigênio, átomo de qualquer outro metalóide ou metal: arsênico, chumbo, enxofre, mercúrio ou qualquer outro, ligado diretamente ao carbono.

Nos itens 29-31 — tiocomposto orgânico — e 29-34 — qualquer outro composto orgânico-mineral — não está compreendido o derivado sulfonado ou halogenado, nem o derivado misto, o qual, com exceção do hidrogênio, nitrogênio e oxigênio, possui em ligação direta com o carbono, apenas átomo de enxofre ou de halogênio, o que lhe confere caráter de derivado halogenado, sulfonado ou misto.

NOTA 60 — Na posição 29-35 — composto heterocíclico — não estão compreendidos o acetal cíclico, o anidrido de ácido polibásico, o epóxido, o éter-óxido interno, o éter-óxido metilênico, a imina de ácido polibásico, o polímero cíclico de aldeído ou de tio-aldeído e o ureído cíclico.

NOTA 61 — O importador de produto deste Capítulo é obrigado a declarar-lhe o nome científico e, quando houver, o comercial.

A falta desta declaração ou declaração não correspondente ao produto importado, implicará na aplicação de direito igual à maior alíquota do Capítulo.

Item	MERCADORIA	Aliquota
		"Ad-Valorem"
	I — HIDROCARBONETO; SEUS DERIVADOS HALOGENADOS, NITRADOS E SULFONADOS	
29-01	Hidrocarboneto:	
	A — Acíclico	
	001) acetileno	30%
	002) aleno	20%
	003) alileno (metilacetileno)	20%
	004) amileno (penteno)	20%
	005) butadiena	20%
	006) buteno (etilacetileno)	20%
	007) butileno	20%
	008) etano	20%
	009) etileno (eteno)	20%
	010) isopreno (metilbutadieno)	20%
	011) metano	20%
	012) metilvinilacetileno	20%
	013) propileno (propeno)	20%
	014) vinilacetileno	20%
	015) qualquer outro hidrocarboneto acíclico	20%
	B — Ciclânico e ciclênico	
	016) ciclobutano (tetrametileno)	20%
	017) ciclobuteno	20%
	018) ciclo-hexano (hexametileno)	20%
	019) ciclo-hexeno	20%
	020) ciclopentano (pentametileno)	20%
	021) ciclopenteno	20%
	022) ciclopropano (trimetileno)	10%
	023) deca-hidronaftaleno (decalina)	20%
	024) etilciclo-hexano	20%
	025) metilciclo-hexano	20%
	026) qualquer outro hidrocarboneto ciclânico ou ciclênico	20%
	C — Cicloterpênico	
	027) canfeno	20%
	028) dipenteno	10%
	029) limoneno	20%
	030) pineno	10%
	031) qualquer outro hidrocarboneto cicloterpênico	20%
	D — Aromático	
	032) acenafteno	15%
	033) antraceno	15%
	034) benzeno	10%
	035) Cumeno (isopropilbenzeno)	10%
	036) difenilmetano	10%
	037) difenilo (fenilbenzeno)	10%
	038) dodecilbenzeno	10%

Item	MERCADORIA	Alíquota "Ad-Valorem"
	039) estilbeno (difeniletileno)	10%
	040) estireno (vinilbenzeno, estíroleno, esti- rol)	15%
	041) etilbenzeno (feniletano)	10%
	042) fenantreno	10%
	043) fenilacetileno (tolano)	10%
	044) fluoreno (difenilenometano)	10%
	045) indeno (benzaciclo-hexano)	10%
	046) mesitileno (trimetilbenzeno)	10%
	047) naftaleno (naftalina)	40%
	048) nonilnaftaleno	10%
	049) paracimeno	10%
	050) pireno	10%
	051) tetra-hidronaftaleno (tetralina)	10%
	052) tolueno (metilbenzeno)	30%
	053) trifenilmetano (tritano)	10%
	054) xileno, inclusive mistura de isômero	30%
	055) qualquer outro hidrocarboneto aromá- tico	10%
29-02	Derivado halogenado de hidrocarboneto:	
	A - Acíclico	
	001) brometo de alila	10%
	002) brometo de butila	10%
	003) brometo de etila (bromo-etano)	10%
	004) brometo de etileno	10%
	005) brometo de metila (bromometano)	10%
	006) bromofórmio (tribromometano)	10%
	007) cloreto de alila	10%
	008) cloreto de etila (cloro-etano)	50%
	009) cloreto de etileno (dicloro-etano)	10%
	010) cloreto de metila (clorometano)	50%
	011) cloreto de metileno (diclorometano)	10%
	012) cloreto de vinila (cloro-etileno) monô- mero	30%
	013) cloreto de vinilideno monômero	15%
	014) clorofluoretano	10%
	015) clorofluoretileno	10%
	016) clorofluoremetano	30%
	017) clorofórmio (triclorometano)	30%
	018) dicloro-etileno	20%
	019) fluorobromometano	10%
	020) fluorometano	30%
	021) iodeto de alila	10%
	022) iodeto de etila (iodo-etano)	10%
	023) iodeto de metila (iodometano)	10%
	024) iodeto de metileno (di-iodometano)	10%
	025) iodoformio (tri-iodometano)	10%
	026) pentacloro-etano	30%
	027) tetracloreto de carbono (tetraclorome- tano)	20%
	028) tetracloro-etileno	30%
	029) tricloro-etileno	30%
	030) qualquer outro derivado halogenado de hidrocarboneto acíclico	10%

Item	MERCADORIA	Alíquota "Ad. Valorem"
	B — Ciclânico, ciclênico e terpênico	
031)	cloreto de bornila	10%
032)	clorocanfeno de concentração de 99% (noventa e nove por cento), ou mais	10%
033)	clorocanfeno em concentração inferior a 99% (noventa e nove por cento)	30%
034)	hexaclorociclo-hexano — isômero gama	40%
035)	hexaclorociclo-hexano — mistura de isômero	40%
036)	octaclorotetra-hidro-4,7 -indometileno- indano	10%
037)	qualquer outro derivado halogenado de hidrocarboneto ciclânico, ciclênico ou terpênico	10%
	C — Aromático	
038)	brometo de benzila	10%
039)	bromo-estireno	10%
040)	cloreto de benzila	10%
041)	cloreto de benzenila (benzotricloreto)	10%
042)	cloreto de benzilideno	10%
043)	cloro-iodeto de fenila (dicloreto de iodobenzeno)	10%
044)	clorotolueno	10%
045)	orto-diclorobenzeno	30%
046)	para-diclorobenzeno	40%
047)	diclorodifeniltricloro-etano (DDT) em concentração de 99% (noventa e nove por cento) ou mais	Livre
048)	diclorodifeniltricloro-etano (DDT) em concentração inferior a 99% (noventa e nove por cento)	30%
049)	dicloronaftaleno	10%
050)	monoclorobenzeno	30%
051)	monocloronaftaleno	10%
052)	octacloronaftaleno	10%
053)	triclorobenzeno	30%
054)	tetracloronaftaleno	10%
055)	qualquer outro derivado halogenado de hidrocarboneto aromático	10%
20-06	Derivado nitrado, nitro-halogenado, nitrossulfo- halogenado, nitrossulfonado, sulfo-haloge- nado, sulfonado de hidrocarboneto:	
	A — Derivado sulfonado	
001)	ácido benzenossulfônico	10%
002)	ácido etanossulfônico	10%
003)	ácido etilenossulfônico	10%
004)	ácido metamossulfônico (musônico)	10%
005)	ácido naftalenossulfônico	10%
006)	ácido toluenossulfônico	10%
007)	ácido xilenossulfônico	10%
008)	qualquer outro derivado sulfonado de hidrocarboneto	10%

Item	MERCADORIA	Alíquota "Ad. Valorem"
B — Derivado nitrado		
009)	dinitrobutilparacimeno	10%
010)	dinitrotolueno	20%
011)	dinitroxileno	10%
012)	dinitrobenzeno	20%
013)	mononitrotolueno	20%
014)	mononitroxileno	20%
015)	nitrobenzeno	10%
016)	nitro-etano	10%
017)	nitrometano	10%
018)	nitronaftaleno	10%
019)	nitropropano	10%
020)	trinitrobenzeno (TNB)	20%
021)	trinitrobutil-meta-xilol (trinitrobutime- taxileno)	10%
022)	trinitro metano (nitroformio)	10%
023)	trinitro tolueno (trilita TNT)	20%
024)	qualquer outro derivado nitrado de hidrocarboneto	10%
C — Derivado sulfo-halogenado		
025)	ácido bromobenzenodissulfônico	10%
026)	ácido bromobenzenossulfônico	10%
027)	ácido clorobenzenodissulfônico	10%
028)	ácido clorobenzenossulfônico	10%
029)	ácido cloronaftalenossulfônico	10%
030)	ácido iodo-benzenodissulfônico	10%
031)	ácido iodo-benzenossulfônico	10%
032)	sulfoclorato de para-tolueno (clorato de tosila)	10%
033)	qualquer outro derivado sulfo-haloge- nado de hidrocarboneto	10%
D — Derivado nitro-halogenado		
034)	bromonitrometano	10%
035)	cloronitrometano	10%
036)	iodo-nitrometano	10%
037)	iodotritrometano (iodopierina)	10%
038)	nitrobromobenzeno	10%
039)	nitroclorobenzeno	20%
040)	nitroclorotolueno	10%
041)	triclornitrometano (cloropierina)	10%
042)	qualquer outro derivado nitro-haloge- nado de hidrocarboneto	10%
E — Derivado nitrossulfonado		
043)	ácido d'nitrobenzenossulfônico	10%
044)	ácido dinitro-estilbenodissulfônico	10%
045)	ácido dinitrotoluenossulfônico	10%
046)	ácido mononitrobenzenossulfônico	30%
047)	ácido nitronaftalenossulfônico	10%
048)	ácido trinitrobenzenossulfônico	10%

Item	MERCADORIA	Aliquota "Ad-Valorem"
	049) ácido trinitrotoluenossulfônico	10%
	050) qualquer outro derivado nitrossulfonado de hidrocarboneto	10%
	F — Qualquer outro derivado	
	051) sulfonado de cloronitrobenzeno, de cloro-nitrotolueno, nitrossulfo-haloge- nado de hidrocarboneto e qualquer outro	10%
	II — ALCOOL E SEUS DERIVADOS HALO- GENADOS, NITRADOS E SULFONADOS	
29-04	Alcool acíclico; seus derivados halogenados, nitrados ou sulfonados:	
	A — Mono-álcool	
	001) álcool alílico	10%
	002) álcool amílico ou isoamílico	30%
	003) álcool butílico ou isobutílico	30%
	004) álcool cerílico (cerótico)	10%
	005) álcool cetílico (hexadecanol)	10%
	006) álcool decílico	10%
	007) álcool estearico	10%
	008) álcool estearílico (estenol)	10%
	009) álcool etilpropilalílico	40%
	010) álcool heptílico (heptanol)	10%
	011) álcool hexílico (hexanol)	10%
	012) álcool isopropílico (isopropanol-2-pro- panol)	10%
	013) álcool laurílico (dodecanol)	10%
	014) álcool metílico (metanol)	20%
	015) álcool miricílico	10%
	016) álcool nonílico	10%
	017) álcool octílico (octanol-octensol)	10%
	018) álcool oléico	10%
	019) álcool propílico (propanol)	10%
	020) citrônol	50%
	021) geraniol	40%
	022) linalol (dicareol)	50%
	023) nerol	40%
	024) rodinol (isômero do citrônol)	40%
	025) vetiverol	60%
	026) qualquer outro mono-álcool acíclico ..	10%
	B — Poli-álcool	
	027) dulcitol (dulcitol)	10%
	028) eritritol (eritrita, eritrol)	10%
	029) etilenoglicol (etanodiol, glicol)	10%
	030) hexanotriol	10%
	031) manitol (manita)	10%
	032) penta-eritritol	15%
	033) pentanotriol	10%
	034) pinacol (dimetilbutanodiol)	10%
	035) propilenoglicol (propano-1, 2-diol) ...	10%

Item	MERCADORIA	Alíquota "Ad-Valorem"
	036) sorbitol (sorbita)	10%
	037) trimetilenoglicol	10%
	038) qualquer outro polí-álcool acíclico ...	10%
	C — Derivado halogenado, nitrado ou sulfonado	
	039) álcool tribromo-etílico (tribromo-etanol, avertina)	10%
	040) álcool triclorobutílico (triclorobutanol, clorotona)	10%
	041) dicloridrina de glicerol	10%
	042) hexanitromanitol	10%
	043) monocloridrina do glicerol	10%
	044) monocloridrina do glicol	10%
	045) qualquer outro derivado halogenado, nitrado ou sulfonado de álcool acíclico	10%
29-05	Alcool cíclico; seus derivados halogenados, nitrados ou sulfonados:	
	A — Alcool ciclânico, ciclênico e ciclo-terpênico	
	001) borneol	10%
	002) ciclo-hexanol	10%
	003) colesterol	10%
	004) dimetilciclo-hexanol	10%
	005) qualquer outro esteroi	20%
	006) inositol (hexa-hidroxíciclo-hexana) ..	10%
	007) isoborneol	10%
	008) mentol	60%
	009) metilciclo-hexanol	10%
	010) santalol	20%
	011) terpineol	10%
	012) terpina e hidrato de terpina	10%
	013) qualquer outro álcool ciclânico, ciclênico e cicloterpênico, derivado halogenado, nitrado ou sulfonado	10%
	B — Alcool aromático	
	014) álcool benzílico (fenilcarbinol, fenilmetanol)	20%
	015) álcool cinâmico	20%
	016) difenilmetanol (benzidrol, difenilcarbinol)	10%
	017) álcool feniletílico (2-feniletanol)	10%
	018) álcool fenilpropílico (3-fenilpropanol) ..	20%
	019) trifenilmetanol (trifenilcarbinol)	10%
	020) qualquer outro álcool aromático; derivado halogenado, nitrado ou sulfonado	10%

Item	MERCADORIA	Aliquota "Ad. Valorem"
	III - FENOL, FENOL-ALCOOL; SEUS DERIVADOS HALOGENADOS, NITRADOS OU SULFONADOS	
29-06	Fenol e fenol-álcool:	
	A - Fenol	
	001) alfa-naftol	10%
	002) beta-naftol	10%
	003) carvacrol (oxicimeno-para-isopropilortocresol)	10%
	004) cresol	10%
	005) di-hidroxinaftaleno	10%
	006) dimetil-hidroquinol (dimetil-hidroquinona)	10%
	007) fenol (ácido fênico ácido carbólico) ..	30%
	008) floroglucinol (floroglucina)	10%
	009) hexilresorcinol	10%
	010) heptilresorcinol	10%
	011) hidroquinol (hidroquinona, para-hidroxibenzeno, quinol)	10%
	012) hidroxi-hidroquinol (1:2:4-tri-hidroxibenzeno)	10%
	013) ortofenilfenol	10%
	014) pirocatecol (catecol, ortodifenol ortodihidroxibenzeno pirocatequina) ..	10%
	015) pirogalo (ácido pirogálico)	10%
	016) resorcinol (resorcina metadifenol) ..	10%
	017) timol (4-isopropilmetacresol-ácido tímico)	10%
	018) xilenol	10%
	019) qualquer outro fenol	10%
	B - Fenol-álcool	
	020) álcool hidroxibenzílico (saligenina-álcool salicílico)	10%
	021) álcool metoxi-hidroxicinâmico (álcool coníferilico)	10%
	022) qualquer outro fenol-álcool	10%
29-07	Derivado halogenado, nitrado ou sulfonado de fenol e fenol-álcool:	
	A - Derivado halogenado	
	001) clorofenol	10%
	002) cloroquinol (cloro-hidroquinona)	10%
	003) iodotimol (ditimol-di-iodado aristol) ..	10%
	004) paraclorometacresol (2-cloro-5-metilfenol) e fenol-álcool	10%
	005) pentaclorofenato de sódio	Livre
	006) tribromofenol	10%
	007) qualquer outro derivado halogenado de fenol e fenol-álcool	10%

Item	MERCADORIA	Alíquota "Ad. Valorem"
	B - Derivado sulfonado	
	008) ácido di-iodofenolssulfônico (ácido sozododólico)	10%
	009) ácido fenolssulfônico	10%
	010) ácido naftolssulfônico (ácido Neville- winter, ácido schaeffer, ácido F, ácido Cleve, ácido B - croceínico ou qual- quer outro)	10%
	011) qualquer outro derivado sulfonado de fenol e fenol-álcool	10%
	C - Derivado nitrado	
	012) dinitrocresol	10%
	013) dinitrofenol	10%
	014) mononitrofenol	10%
	015) trinitrofenol (ácido picrico)	40%
	016) trinitrorresorcinol (ácido estfinico) ..	10%
	017) trinitroxilenol	10%
	018) qualquer outro derivado nitrado de fenol e fenol-álcool	10%
	IV - ÉTER, PERÓXIDO DE ALCÓOL, PERÓ- XIDO DE ÉTER, EPÓXIDO, ACETAL E SEMI-ACETAL; SEUS DERIVADOS HALOGENADOS, NITRADOS OU SUL- FONADOS	
29-08	Éter, álcool-éter, fenol-éter, álcool-fenol-éter, peróxido de álcool, peróxido de éter; seus derivados halogenados, nitrados ou sulfo- nados:	
	A - Éter	
	001) anetol	30%
	002) anisol (éter metilfenílico)	10%
	003) dioxana (di-óxido de etileno)	10%
	004) éter amilético (óxido amiletila)	10%
	005) éter benziletílico (óxido benziletila) ..	10%
	006) éter amílico (óxido de amila, éter dia- milico)	10%
	007) éter benzílico (óxido de benzila, éter dibenzílico)	40%
	008) éter butílico (óxido de butila, éter di- butílico)	10%
	009) éter cloro-etílico (éter beta-beta, éter dicloro-etílico)	40%
	010) éter etilbutílico (óxido butiletila)	10%
	011) éter etílico (óxido de etila, etoxi-etano, éter dietílico)	30%
	012) éter etílico do betanaftol	30%
	013) éter etilisopropílico (óxido isopropile- tila)	10%
	014) éter fenilcresílico (óxido fenilcresila) ..	10%

Item	MERCADORIA	Alíquota "Ad-Valorem"
	015) éter fenílico (óxido de difenilo, éter difenílico)	10%
	016) éter fenílico de glicol (1:2-difeniloxi-etano)	10%
	017) éter isopropílico (óxido de isopropila)	10%
	018) éter metilético (óxido metilético)	10%
	019) éter metílico (éter dimetílico)	40%
	020) éter metílico do betanaftol	30%
	021) éter metilpropílico	10%
	022) éter metílico de dinitrobutilmetacresol	10%
	023) éter metílico de butilmetacresol	10%
	024) éter metílico de metacresol	10%
	025) eucaliptol (cineol)	40%
	026) fenetol (éter etilfenílico)	10%
	027) iso-safrol	40%
	028) mefenesina (orto-toloxipropanodiol) ..	10%
	029) metileno-di-betanaftol	10%
	030) nitro-anisol	10%
	031) nitrofenetol	10%
	032) sa'rol	40%
	033) qualquer outro éter, derivado halogenado, nitrado ou sulfonado	10%
	B — Alcool-éter	
	034) álcool anísico	10%
	035) dietilenoglicol	10%
	036) glicerilglicol	10%
	037) glicerilguetol	10%
	038) qualquer outro álcool-éter, derivado halogenado, nitrado ou sulfonado	10%
	C — Fenol-éter	
	039) eugenol	40%
	040) gatacol (éter metílico do catecol)	10%
	041) guetol (etilpirocatequina)	10%
	042) iso-eugenol	40%
	043) metilpirocatequina (pirocatecol-dimetil-éter veratrol)	10%
	044) sulfogaiacolato	10%
	045) qualquer outro fenol-éter, derivado halogenado, nitrado ou sulfonado	10%
	D — Alcool-peróxido e éter-peróxido	
	046) hidroperóxido de etila	10%
	047) peróxido de etila	10%
	048) qualquer outro álcool-peróxido e éter-peróxido, derivado halogenado, nitrado ou sulfonado	10%
29-09	Epóxido epoxi-álcool, epoxi-éter e epoxi-fenol; seus derivados halogenados, nitrados ou sulfonados	
	001) epiclórídina	10%
	002) óxido de estireno (epóxido de estireno)	10%
	003) óxido de etileno (epoxi-etano)	10%

Item	MERCADORIA	Aliquota "Ad. Valorem"
29-10	004) óxido de propileno (epóxido de propileno)	10%
	005) qualquer outro epóxido, epoxi-álcool, epoxi-éter e epoxi-fenol derivado halogenado, nitrado ou sulfonado	10%
	Acetal e semi-acetal; seus derivados halogenados, nitrados ou sulfonados:	
	001) acetal dietílico (acetal)	10%
	002) acetal dimetilico	10%
	003) alcoolato de cloral (mono-etilacetaleloral-hidratado, alcoolato de etilcloral)	10%
	004) cloropropilacetel	10%
	005) metilal	10%
	006) qualquer outro acetal e semi-acetal, derivado halogenado, nitrado ou sulfonado de acetal e semi-acetal	10%
	V — COMPOSTO DE FUNÇÃO ALDEIDO	
29-11	Aldeido, álcool-aldeido, éter-aldeido, fenol-aldeido e qualquer outro aldeido de função oxigenada simples ou complexa:	
	A — Aldeido	
	001) aldeido acético (etanal acetaldeído) ..	20%
	002) aldeido acrílico (acroleína, propanal)	20%
	003) aldeido alfa-amilcinâmico	40%
	004) aldeido benzóico (benzaldeído)	30%
	005) aldeido butílico (butanal)	10%
	006) aldeido cáprico (decanal)	40%
	007) aldeido caprílico (octanal)	40%
	008) aldeido cinâmico (cinamaldeído)	40%
	009) aldeido crotônico (butanal)	10%
	010) aldeido fórmico (formaldeído, metanal)	40%
	011) aldeido fenilacético	40%
	012) aldeido heptílico (heptanal, enantol) ..	40%
	013) aldeido láurico (dodecanal)	40%
	014) aldeido para-iso-propil-alfa-metil-hidrocinâmico	10%
	015) aldeido pelargônico (nonanal)	40%
	016) aldeido propiônico (propanal)	10%
	017) aldeido undecílico (undecanal)	40%
	018) ciclocitrais (ciclocitral)	10%
	019) citral (geranial, nial, lemonal)	40%
	020) citronelal	50%
	021) glioxal (aldeido oxálico)	10%
	022) metaldeido	10%
	023) metilglioxal (aldeido pirúvico)	10%
	024) para-aldeido	10%
	025) paraformaldeido	60%
	026) perilaldeido	10%
	027) propanodial (aldeido malônico)	10%
	028) safranal	10%
	029) qualquer outro aldeido	10%

Item	MERCADORIA	Alíquota "Ad-Valorem"
	B — Aldeído-álcool	
	030) aldeído glicólico	10%
	031) aldol	10%
	032) hidroxicitronelal	40%
	033) qualquer outro aldeído-álcool	10%
	C — Aldeído-fenol, aldeído-éter ou qualquer outro	
	034) aldeído anísico (aldeído parametoxiben- zólico)	10%
	035) aldeído etilprotocatéuico (etilvanilina, vanilrona)	40%
	036) aldeído metilenoprotocatéuico (helio- tropina piperonal)	40%
	037) aldeído metilprotocatéuico (vanilina)	15%
	038) aldeído protocatéuico	10%
	039) aldeído salicílico (aldeído orto-hidroxi- benzólico)	10%
	040) qualquer outro aldeído-éter, aldeído- fenol e qualquer outro aldeído de fun- ção oxigenada, simples ou complexa ..	10%
29-12	Derivado halogenado, nitrado ou sulfonado de produto classificado no item anterior:	
	001) amilenocloral	10%
	002) butilcloral (triclorobutanal)	10%
	003) cloral (tricloro-aldeído)	10%
	004) cloralose (glicoral)	10%
	005) clorobenzaldeído	10%
	006) hidrato de butilcloral	10%
	007) hidrato de cloral	10%
	008) nitrobenzaldeído	10%
	009) qualquer outro	10%
	V — COMPOSTO DE FUNÇÃO CETONA OU FUNÇÃO QUINONA	
29-13	Cetona, cetona-álcool, cetona-aldeído, cetona- fenol, quinona, quinona-álcool, quinona-al- deído, quinona-fenol e qualquer outra cetona ou quinona de função oxigenada simples ou complexa; seus derivados halogenados, ni- trados ou sulfonados:	
	A — Composto de função cetona	
	001) acetilacetona (pentanodiona)	10%
	002) acetofenona (hipnona)	10%
	003) acetol (acetilcarbinol - hidroxipropa- nona)	10%
	004) acetona (propanona-dimetilcetona) ..	40%
	005) acetonilacetona	10%
	006) benzilidenocetona	10%

Item	MERCADORIA	Alíquota "Ad-Valorem"
007)	benzofenona	10%
008)	bi-acetila (butadiona, di-acetila)	10%
009)	butildimetilacetofenona	10%
010)	cânora natural ou sintética	10%
011)	carvona	10%
012)	ciclo-hexanona	10%
013)	ciclopentanona (adipocetona)	10%
014)	di-acetona álcool	20%
015)	fenchona	10%
016)	forona	10%
017)	ionona	50%
018)	irona	40%
019)	jasmona	40%
020)	mentona	40%
021)	metilacetofenona	40%
022)	metilamilecetona (heptanona)	10%
023)	metilciclo-hexanona	10%
024)	metil-heptilcetona (nonanona)	10%
025)	metiletilcetona (butanona)	10%
026)	metilionona	40%
027)	metilisobutilcetona (hexona)	10%
028)	metiloctilcetona (decanona)	10%
029)	metilnaftilcetona	10%
030)	óxido de mesitila	10%
031)	pseudo-ionona	50%
032)	propiofenona	10%
033)	propionona (dietilcetona)	10%
034)	qualquer outra cetona, cetona-álcool, cetona-fenol ou qualquer outra cetona de função oxigenada simples ou com- plexa	10%
B - Composto de função quinona		
035)	acenaftenoquinona	10%
036)	antraquinona	10%
037)	benzoquinona (quinona)	10%
038)	benzantrona	10%
039)	crisarobina (1-8-di-hidroxi-3-metil-9- -antranol)	10%
040)	crisazina (1-8-di-hidroxi-antraquinona- -isticina)	10%
041)	di-hidroximetilantraquinona (ácido cri- sofânico)	10%
042)	fenantroquinona	10%
043)	metilantraquinona	10%
044)	naftoquinona	10%
045)	qualquer oxi-antraquinona não especifi- cado nem compreendido em outra parte	10%
046)	quinizarina (1-4-di-hidroxi-antra- quinona)	10%
047)	qualquer outra quinona, quinona-álcool, quinona-fenol e qualquer outra quinona de função oxigenada simples ou com- plexa	10%

Item	MERCADORIA	Alíquota "Ad-Valorem"
	C — Derivado halogenado, nitrado ou sulfonado	
	048) ácido canfossulfônico	10%
	049) brometo de cânfora (bromocânfora) ..	10%
	050) cloracetofenona	10%
	051) cloracetona	30%
	052) dinitrodimetilbutilacetofenona	10%
	053) nitroacetofenona	10%
	054) qualquer outro derivado halogenado, nitrado ou sulfonado de cetona cetona-álcool, cetona-fenol, quinona quinona-álcool, quinona-fenol ou de qualquer outra cetona ou quinona de função oxigenada simples ou complexa	10%
	VII — ÁCIDO E QUALQUER SEU ANIDRIDO; HALOGENETO DE ÁCIDO; PEROXIDO DE ÁCIDO QUALQUER SEU DERIVADO HALOGENADO, NITRADO E SULFONADO	
29-14	Mono-ácido, qualquer seu anidrido, halogeneto e peróxido; seus derivados halogenados, nitrados e sulfonados:	
	A — Ácido acético; anidrido acético; ácido bromo e cloro-acético; halogeneto de acetila	
	001) ácido acético (etanóico), inclusive o pirolenhoso	50%
	002) anidrido acético	20%
	003) ácido bromo-acético	15%
	004) ácido cloro-acético	15%
	005) acetato de alumínio	20%
	006) acetato de amônio	30%
	007) acetato de bário	20%
	008) acetato básico de chumbo	20%
	009) acetato básico de cobre	30%
	010) acetato de cálcio	20%
	011) acetato de cromo	15%
	012) acetato de ferro	15%
	013) acetato de magnésio	10%
	014) acetato de mercúrio	10%
	015) acetato neutro de chumbo	15%
	016) acetato neutro de cobre	10%
	017) acetato de níquel	30%
	018) acetato de potássio	30%
	019) acetato de sódio	30%
	020) acetato de zinco	30%
	021) qualquer outro sal de ácido acético ..	10%
	022) acetato de amila ou de isoamila	20%
	023) acetato de anisila	40%
	024) acetato de benzila	40%
	025) acetato de bornila	40%
	026) acetato de butila ou de isobutila	30%

Item	MERCADORIA	Alíquota "Ad. Valorem"
027)	acetato de cinamila	40%
028)	acetato de citronelila	50%
029)	acetato de etila	40%
030)	acetato de feniletila	40%
031)	acetato de geranila	40%
032)	acetato de iso-bornila	40%
033)	acetato de linalila	50%
034)	acetato de mentila	40%
035)	acetato de metila	20%
036)	acetato de nonila	40%
037)	acetato de octila	40%
038)	acetato de paracresila	40%
039)	acetato de propila ou de isopropila ..	30%
040)	acetato de terpenila	40%
041)	acetato de vinila - monômero	20%
042)	acetina (mono, di e tri)	10%
043)	qualquer outro éster do ácido acético ..	20%
044)	brometo de acetila	10%
045)	cloreto de acetila	10%
046)	qualquer outro halogeneto de acetila ..	10%
B — Ácido benzóico, ácido cloro e nitrobenzóico, cloreto de benzoila e nitrobenzoila; seus sais e ésteres; peróxido de benzoila		
047)	ácido benzóico	10%
048)	ácido clorobenzóico	10%
049)	ácido nitrobenzóico	10%
050)	benzoato de amônio	10%
051)	benzoato básico de bismuto	10%
052)	benzoato de benzila	10%
053)	benzoato de benzoila	10%
054)	benzoato de cálcio	10%
055)	benzoato de citronelila	50%
056)	benzoato de etila	40%
057)	benzoato de geranila	40%
058)	benzoato de linalila	50%
059)	benzoato de lítio	10%
060)	benzoato de mercúrio	10%
061)	benzoato de metila	40%
062)	benzoato de naftila	10%
063)	benzoato de potássio	10%
064)	benzoato de rodinila	40%
065)	benzoato de sódio	10%
066)	qualquer outro sal ou éster de ácido benzóico	10%
067)	cloreto de benzoila	10%
068)	cloreto de nitrobenzoila	10%
069)	peróxido de benzoila	10%
C — Ácido butírico e isobutírico; seus sais e ésteres		
070)	ácido butírico e isobutírico	10%
071)	anidrido butírico	10%
072)	butirato de amônio	10%
073)	butirato de magnésio	10%

Item	MERCADORIA	Alíquota "Ad-Valorem"
074)	butirato de sódio	15%
075)	qualquer outro sal do ácido butírico ou isobutírico	10%
076)	butirato de amila	30%
077)	butirato de etila	30%
078)	butirato de iso-amila	30%
079)	butirato de iso-propila	30%
080)	butirato de metila	30%
081)	qualquer outro éster do ácido butírico ou isobutírico	30%
082)	cloreto de butirila	10%
	D — Ácido chaulmúgrico; seus sais e ésteres	
083)	ácido chaulmúgrico	10%
084)	chaulmugrato de etila	10%
085)	chaulmugrato de sódio	10%
086)	qualquer outro sal ou éster de ácido chaulmúgrico	10%
	E — Ácido cinâmico; seus sais e éste- res	
087)	ácido cinâmico (ácido betafenilacrílico)	10%
088)	cinamato de sódio	10%
089)	cinamato de benzila	30%
090)	cinamato de etila	30%
091)	cinamato de galacol	10%
092)	cinamato de metila	30%
093)	cinamato de propila	30%
094)	qualquer outro sal ou éster de ácido cinâmico	10%
	F — Ácido esteárico; seus sais e éste- res	
095)	ácido esteárico (ácido octadecanóico)	30%
096)	estearato de alumínio	30%
097)	estearato de butila	30%
098)	estearato de cálcio	30%
099)	estearato de chumbo	30%
100)	estearato de etila	30%
101)	estearato de lítio	30%
102)	estearato de magnésio	30%
103)	estearato de mercúrio	30%
104)	estearato de zinco	30%
105)	qualquer outro sal ou éster de ácido esteárico	30%
	G — Ácido fórmico; seus sais e ésteres; cloroformiato de etila	
106)	ácido fórmico (ácido metanóico)	30%
107)	formiato de benzila	40%
108)	formiato de cálcio	10%
109)	formiato de citronelila	50%
110)	formiato de etila (orto)	10%

Item	MERCADORIA	Alíquota "Ad-Valorem"
111)	formiato de feniletila	40%
112)	formiato de geranila	40%
113)	formiato de iso-amila	40%
114)	formiato de isobornila	40%
115)	formiato de isobutila	40%
116)	formiato de linalila	50%
117)	formiato de mentila	40%
118)	formiato de metila	40%
119)	formiato de propila	40%
120)	formiato de rodinila	40%
121)	Formiato de sódio	30%
122)	qualquer outro sal ou éster de ácido fórmico	10%
123)	cloroformiato de etila (clorocarbonato de etila)	10%
	H — Acido ginocárdico; seus sais e ésteres	
124)	ácido ginocárdico	10%
125)	ginocardato de sódio	20%
126)	qualquer outro sal ou éster de ácido ginocárdico	10%
	I — Acido fenilacético; seus sais e ésteres.	
127)	ácido fenilacético	10%
128)	fenilacetato de amila	30%
129)	fenilacetato de benzila	40%
130)	fenilacetato de etila	40%
131)	fenilacetato de feniletila	40%
132)	fenilacetato de isobutila	40%
133)	fenilacetato de metila	40%
134)	qualquer outro sal ou éster de ácido fenilacético	10%
	J — Acido oléico; seus sais e ésteres	
135)	ácido oléico	30%
136)	oleato de cálcio	20%
137)	qualquer outro sal ou éster de ácido oléico	20%
	L — Acido palmítico; seus sais e éste- res	
138)	ácido palmítico	30%
139)	qualquer sal ou éster do ácido palmí- tico	20%
	M — Qualquer outro mono-ácido; seus sais e ésteres	
140)	ácido acrílico e metacrílico — monô- mero	15%
141)	ácido caprílico — octanóico	10%
142)	ácido capróico — hexanóico	10%

Item	MERCADORIA	Alíquota "Ad-Valorem"
	143) ácido colânico	10%
	144) ácido ciclo-hexanocarboxílico	10%
	145) ácido ciclopentenilacético	10%
	146) ácido fenilpropionico	10%
	147) ácido hexílico	10%
	148) ácido hidrocárpico	10%
	149) ácido linoléico	10%
	150) ácido linolênico	10%
	151) ácido naftóico ou naftalênico	10%
	152) ácido oetilico	10%
	153) ácido oxalacético	10%
	154) ácido valerianico e isovalerianico	10%
	155) ácido e anidrido propiônico	10%
	156) qualquer outro mono-ácido, seu anidrido, éster, sal, halogeneto e peróxido; derivado halogenado, nitrado ou sulfonado	10%
29-15	Poli-ácido; qualquer seu anidrido, halogeneto, perácido e peróxido; seus derivados halogenados, nitrados ou sulfonados:	
	A — Ácido ftálico; seus sais e ésteres; anidrido ftálico	
	001) ácido ftálico (ftalínico)	30%
	002) anidrido ftálico	30%
	003) ftalato de butila	30%
	004) ftalato de ciclo-hexila	30%
	005) ftalato de etila	30%
	006) ftalato de metila	30%
	007) ftalato de octila	40%
	008) qualquer outro sal ou éster do ácido ftálico	30%
	B — Ácido maléico; seus sais e ésteres; anidrido maléico	
	009) ácido maléico (ácido cis-butenodióico)	10%
	010) anidrido maléico (toxílico)	10%
	011) qualquer sal ou éster do ácido maléico	10%
	C — Ácido oxálico; seus sais e ésteres	
	012) ácido oxálico (etanodióico)	80%
	013) oxalato de amônio	50%
	014) oxalato de bismuto	50%
	015) oxalato de cálcio	50%
	016) oxalato de césio	50%
	017) oxalato de chumbo	50%
	018) oxalato de etila	50%
	019) oxalato de ferri-amoniaco	50%
	020) oxalato de ferro	50%
	021) oxalato de lítio	50%
	022) oxalato de metila	50%
	023) oxalato de potássio	50%

Item	MERCADORIA	Aliquota "Ad. Valorem"
	024) oxalato de sódio	50%
	025) qualquer outro sal ou éster do ácido oxálico	50%
	D -- Qualquer outro poli-ácido; seus sais e ésteres	
	026) ácido adipico (hexanodióico)	10%
	027) ácido dicloroftálico	10%
	028) ácido malônico	10%
	029) ácido succinico (butanodióico)	10%
	030) ácido de tetracloroftálico	10%
	031) qualquer outro poli-ácido; qualquer seu anidrido, seu sal ou éster; halogenetos; perácido; peróxido de poli-ácido; derivados halogenados, nitrados ou sulfonados	10%
29-16	Ácido-álcool ácido-aldeído, ácido-cetona, ácido-fenol e qualquer outro ácido com função oxigenada simples ou complexa; seus anidridos, seus sais ou ésteres; derivados halogenados, perácidos e peróxidos; seus derivados halogenados, nitrados ou sulfonados:	
	A -- Ácido-citríco; seus sais e ésteres	
	001) ácido cítrico (hidroxipropanotricarboxílico)	30%
	002) citrato de alumínio	15%
	003) citrato de cálcio	15%
	004) citrato de ferro	10%
	005) citrato de ferro amoniacal	10%
	006) citrato de lítio	20%
	007) citrato de potássio	10%
	008) citrato de sódio	10%
	009) citrato de butila	15%
	010) citrato de etila	15%
	011) qualquer outro sal ou éster de ácido cítrico	15%
	B -- Ácido glucônico; seus sais e ésteres	
	012) ácido glucônico	20%
	013) gluconato de cálcio	20%
	014) qualquer outro sal ou éster de ácido glucônico	20%
	C -- Ácido láctico; seus sais e ésteres	
	015) ácido láctico (alfa-hidroxipropiônico)	30%
	016) lactato de amônio	10%
	017) lactato de antimônio	10%
	018) lactato de bismuto	10%
	019) lactato de butila	15%
	020) lactato de cálcio	30%
	021) lactato de etila	30%

Item	MERCADORIA	Aliquota
		"Ad-Valorem"
022)	lactato de ferro	15%
023)	lactato de fenilmercúrio	10%
024)	lactato de mercúrio	10%
025)	lactato de sódio	15%
026)	lactato de zinco	10%
027)	qualquer outro sal ou éster do ácido lático	10%
D — Ácido salicílico; seus sais e ésteres		
028)	ácido salicílico (orto-hidroxibenzóico)	10%
029)	salicilato de alfa-naftol	10%
030)	salicilato de amila e isoamila	30%
031)	salicilato de benzila	30%
032)	salicilato de bismuto	10%
033)	salicilato de bornila	10%
034)	salicilato de butila	10%
035)	salicilato de cálcio	10%
036)	salicilato de citronelila	30%
037)	salicilato de etila	40%
038)	salicilato de fenila (salol)	10%
039)	salicilato de geranila	40%
040)	salicilato de glicol	10%
041)	salicilato de mentila	30%
042)	salicilato de metila	20%
043)	salicilato de naftila	10%
044)	salicilato de rodinila	30%
045)	salicilato de sódio	10%
046)	qualquer outro sal ou éster do ácido salicílico	20%
E — Ácido tartárico; seus sais e ésteres		
047)	ácido tartárico (di-hidroxibutanodí- óico)	15%
048)	tartarato de amila	10%
049)	tartarato de amônio	10%
050)	tartarato de bismuto	10%
051)	tartarato-básico de potássio	10%
052)	tartarato de butila	10%
053)	tartarato de cádmio	10%
054)	tartarato de cálcio	20%
055)	tartarato duplo de antimônio e potás- sio (tartaro emético)	10%
056)	tartarato duplo de sódio e potássio (sal de Seignette)	20%
057)	tartarato de etila	15%
058)	tartarato de ferro e potássio	10%
059)	tartarato de potássio (neutro)	10%
060)	tartarato de potássio (ácido) ou bitar- tarato de potássio (cremor de tartaro)	15%
061)	tartarato de sódio	10%
062)	tartarobismutato de potássio	10%
063)	qualquer outro sal ou éster do ácido tartárico	10%

Item	MERCADORIA	Aliquota "Ad. Valorem"
	F — Qualquer outro ácido; seus sais e ésteres	
	064) ácido acetil-orto-cresotínico	10%
	065) ácido acetilsalicílico (aspirina)	30%
	066) ácido agaricínico	10%
	067) ácido anísico	10%
	068) ácido beta-hidroxi-di-iodofenil-alfa-propiónico	10%
	069) ácido cólico	20%
	070) ácido cresotínico	10%
	071) ácido desoxocólico	20%
	072) ácido dicloro-fenoxi-acético	10%
	073) ácido fenilglicólico	10%
	074) ácido fenoxi-acético	10%
	075) ácido gálico	10%
	076) ácido gentísico	10%
	077) ácido glicólico	10%
	078) ácido levulínico	10%
	079) ácido málico	10%
	080) ácido metilclorofenoxi-acético	10%
	081) ácido octil-oxi-acético	10%
	082) ácido oxi-antracênico	10%
	083) ácido oxinaftóico	10%
	084) ácido para-hidroxibenzóico	10%
	085) ácido piperonílico	10%
	086) ácido pirúvico (oxopropanóico)	10%
	087) ácido salicilsalicílico (salisal, diplosal)	10%
	088) ácido tricloro-fenoxi-acético	10%
	089) acetilacetato de etila	15%
	090) qualquer outro ácido-álcool ácido-aldeído ácido-cetona ácido-fenol ou ácido de função oxigenada simples ou complexa, seus anidridos sais e ésteres; halogenetos, perácidos e peróxidos; derivados halogenados nitrados ou sulfonados	10%
	VIII — ÉSTER DE ÁCIDO MINERAL; SEUS SAIS	
29-17	Éster sulfúrico; seus sais:	
	001) sulfato ácido de etila (sulfat, mono-etila)	20%
	002) sulfato ácido de metila (sulfato monometila)	20%
	003) sulfato neutro de etila (sulfato de di-etila)	20%
	004) sulfato neutro de metila (sulfato de dimetila)	20%
	005) qualquer outro	20%
29-18	Éster nítrico e nítrico; seus sais:	
	001) nitrato de amila	10%
	002) nitrato de butila	10%
	003) nitrato de etila	10%

Item	MERCADORIA	Alíquota "Ad-Valorem"
	004) nitrato de metila	10%
	005) nitrato de propila	10%
	006) nitrito de amila	10%
	007) nitrito de butila	10%
	008) nitrito de etila	10%
	009) nitrito de iso-amila	10%
	010) nitrito de propila	10%
	011) nitrito de metila	10%
	012) nitroglicero] (trinitroglicero]	20%
	013) nitroglicol	10%
	014) tetranitropenta-eritrita (pentrita)	10%
	015) qualquer outro	10%
29-19	Éster fosfórico e seus sais, inclusive lactofosfato:	
	001) ácido glicerosfosfórico e seus sais	10%
	002) ácido inosito-hexafosfórico e seus sais	10%
	003) fosfato de galacol	10%
	004) fosfato de tributila (tributílico)	10%
	005) fosfato de tricresila (tricresílico)	10%
	006) fosfato de trietila	10%
	007) fosfato de trifenila (trifenílico)	10%
	008) lactofosfato	10%
	009) qualquer outro	10%
29-20	Éster carbônico; seus sais:	
	001) carbonato di-etílico	10%
	002) carbonato de galacol	10%
	003) orto-carbonato de etila	10%
	004) qualquer outro	10%
29-21	Qualquer outro éster de ácido mineral, exclusive o éster de ácido halogenado; seus sais:	
	001) dibutilditiofosfato de sódio	10%
	002) diresilditiofosfato de sódio	10%
	003) silicato de etila	10%
	004) tiofosfato de 0,0-dietil-p-nitrofenol	40%
	005) tiofosfato de 0,0-dimetil-p-nitrofenol	40%
	006) qualquer outro	10%
	IX - COMPOSTO DE FUNÇÃO NITROGENADA	
29-22	Composto de função amina:	
	A - Anilina; seus derivados	
	001) anilina, fenilamina e seus sais	10%
	002) ácido aminobenzenossulfônico	30%
	003) cloro-anilina	10%
	004) dietilanilina	10%
	005) difenilamina	10%
	006) dimetilanilina	10%
	007) mono-etilanilina	10%
	008) mono-metilanilina	10%
	009) nitro-anilina	10%
	010) nitrocloro-anilina	10%

Item	MERCADORIA	Aliquota "Ad. Valorem"
011)	nitrosoanilina e nitroalcoolanilina	10%
012)	propilanilina	10%
013)	tetranitro-anilina (TNA)	10%
014)	trifenilamina	10%
015)	tetranitromono-metilanilina (trinitro-fenilmetilnitroamina, tetril)	10%
016)	qualquer outro derivado de anilina não especificado nem compreendido em outra parte	10%
B — Toluidina; seus sais e derivados		
017)	toluidina e seus sais	10%
018)	derivados alcoilados, alcoil-sulfonados, halogenados, nitrados, sulfonados e qualquer outro derivado da toluidina, não especificado nem compreendido em outra parte	10%
C — Xilidina; seus sais e derivados		
019)	xilidina e seus sais	10%
020)	derivados alcoilados, alcoilsulfonados, halogenados, nitrados, sulfonados, sulfoalogenados e qualquer outro derivado da xilidina, não especificado nem compreendido em outra parte	10%
D — Qualquer outro composto de função amina		
021)	alfa-naftilamina e seus sais	10%
022)	aril-iso-propilamina	10%
023)	N-alcoilfenilnodiamina, seus derivados halogenados, nitrados e sulfonados ou seus sais	10%
024)	N-alcoiltoluidenodiamina, seus derivados halogenados, nitrados e sulfonados ou seus sais	10%
025)	benzidina (diaminobifenila)	30%
026)	beta-naftilamina e seus sais	10%
027)	diaminodifenilamina	10%
028)	dimetilaminociclo-hexano	10%
029)	dimetilnitrosamina	10%
030)	etilamina	10%
031)	etilenodiamina e seus sais	10%
032)	feniletilamina	10%
033)	fenilenodiamina, seus derivados halogenados, nitrados ou sulfonados e seus sais	10%
034)	hexametilenodiamina e seus sais	30%
035)	hexadinitrodifenilamina	10%
036)	metilamina	10%
037)	mono-aminodifenilamina	10%
038)	propilamina	10%
039)	toluidenodiamina, seus derivados halogenados, nitrados ou sulfonados e seus sais	10%

Item	MERCADORIA	Alíquota "Ad-Valorem"
	040) qualquer base ou sal sólido para tingimento, não especificado nem compreendido em outra parte	10%
	041) qualquer outro composto de função amina; derivados halogenados, nitrados ou sulfonados, não especificados nem compreendidos em outra parte ..	10%
29-23	Composto aminado de função oxigenada simples ou complexa:	
	A — Amino-álcool	
	001) ariletanolamina, seus sais, ésteres e derivados	10%
	002) arilisoopropanolamina, seus sais, ésteres e derivados	10%
	003) etanolamina	10%
	004) propanolamina	10%
	005) tetra-etildiaminobenzidrol	10%
	006) tetrametildiaminobenzidrol	10%
	007) qualquer outro amino-álcool; derivados halogenados, nitrados ou sulfonados do amino-álcool, não especificados nem compreendidos em outra parte	10%
	B — Amino-fenol	
	008) aminocresol e seus sais	10%
	009) aminofenol (orto, meta e para-rodinol) e seus sais	10%
	010) di-aminofenol e seus sais	10%
	011) qualquer outro amino-fenol; seus derivados halogenados, nitrados ou sulfonados não especificados nem compreendidos em outra parte	10%
	C — Amino-naftol	
	012) ácido amino-hidroxi-naftalenodissulfônico (ácido H)	30%
	013) ácido aminonaftosulfônico (ácido isogama)	10%
	014) qualquer outro amino-naftol; seus derivados halogenados, nitrados ou sulfonados, não especificados nem compreendidos em outra parte	10%
	D — Amino-aldeído, amino-cetona e amino-quinona	
	015) amino-antraquinona	10%
	016) aminobenzaldeído	10%
	017) antrímida	10%
	018) diamino-antraquinona	10%
	019) tetra-etildiaminobenzofenona	10%
	020) tetrametildiaminobenzofenona	10%

Item	MERCADORIA	Alíquota "Ad-Valorem"
021)	qualquer outro amino-aldeído, amino-cetona e amino-quinona; seus derivados halogenados, nitrados ou sulfonados não especificados nem compreendidos em outra parte	10%
	E — Amino-ácido biológico; seus derivados, sais e amidas	
022)	acetilmetionina	10%
023)	ácido amino-acético (glicocola, glicina)	10%
024)	ácido aspártico	10%
025)	ácido glutâmico (e "glutation")	10%
026)	alanina	10%
027)	beta-alanina	10%
028)	arginina	10%
029)	asparagina	10%
030)	cisteína	10%
031)	fenilalanina	10%
032)	fenilglicina	10%
033)	hidroxiprolina	10%
034)	histidina	10%
035)	isoleucina	10%
036)	leucina	10%
037)	lisina	10%
038)	metionina	10%
039)	sarcosina	10%
040)	serina	10%
041)	tirosina	10%
042)	treonina	10%
043)	triptofana	10%
044)	valina	10%
045)	qualquer outro amino-ácido biológico; seus derivados, sais e amidas	10%
	F — Qualquer outro amino-ácido; seus sais, ésteres ou derivados de substituição	
046)	ácido aminossalicílico	10%
047)	ácido meta-aminobenzóico	10%
048)	ácido orto-aminobenzóico	10%
049)	ácido para-aminobenzóico	10%
050)	qualquer outro amino-ácido	10%
	G — Qualquer outro composto de função amina	
051)	acetil salicilato de metamina (hexapirina)	10%
052)	anisidina (amino-anisol)	10%
053)	cloroanisidina	10%
054)	cresidina	10%
055)	dianisidina	10%
056)	dibenziletlenodiamina	10%
057)	fenetidina	10%
058)	lactilfenetidina (lactofenina)	10%
059)	nitro-anisidina	10%

Item	MERCADORIA	Alíquota
		"Ad-Valorem"
	060) nitro-cloro-anisidina	10%
	061) nitro-n-propoxi-anilina (amino-nitro-n-propoxibenzeno)	10%
	062) qualquer composto de função amina	10%
29-24	Sal e hidrato de amônio quaternário, inclusive lecitina e qualquer outro fosfo-amino-lipídio:	
	001) betaina (trimetilglicocola)	10%
	002) colina (hidróxido de trimetiletanolamônio), inclusive seus sais e derivados (acetilcolina, metilcolina, neurina ou qualquer outro)	10%
	003) lecitina ou qualquer outro fosfoamino-lipídio	10%
	004) tetraetilamônio, seus sais e derivados	10%
	005) tetrametilamônio, seus sais e derivados	10%
	006) qualquer outro sal e hidrato de amônio quaternário	10%
29-25	Derivado de substituição orgânica da hidrazina ou da hidroxilamina; seus sais:	
	001) benzil-fenil-hidrazina	10%
	002) bromofenil-hidrazina	10%
	003) fenil-hidrazina	10%
	004) fenil-hidroxilamina	10%
	005) metilfenil-hidrazina	10%
	006) naftil-hidrazina	10%
	007) toliil-hidrazina	10%
	008) nitrosofenil-hidroxilamina	10%
	009) qualquer outro	10%
29-26	Composto de função amida:	
	001) ácido barbitúrico (maloniluréia) seus sais e derivados	10%
	002) acetanilida	10%
	003) acetamida	10%
	004) acetil-para-aminofenol	10%
	005) acetil-para-aminossalol (salofeno, fenetsal)	10%
	006) acetil-para-fenetidina (fenacetina)	10%
	007) dietildifeniluréia (centralite)	10%
	008) etilacetanilida	10%
	009) etiluretana (uretana)	10%
	010) fenilacetamida	10%
	011) fenilsemicarbazida (fenil-hidrazona-amida, crigenina)	10%
	012) hidantoina e seus derivados de substituição	10%
	013) para-fenetoluréia (dulcina)	10%
	014) poliamida, exclusive a do Capítulo 39	10%
	015) semicarbazida (hidrazina-amida)	10%
	016) uréia com teor de nitrogênio de mais de 45% (quarenta e cinco por cento)	10%
	017) ureida de cadeia aberta (bromodietilacetiluréia, promoisovaleriluréia ou qualquer outra)	10%

Item	MERCADORIA	Aliquota "Ad-Valorem"
	018) arilida e arilida substituída de ácido oxinaftóico	10%
	019) qualquer composto de função amida ..	10%
29-27	Composto de função imida ou de função imina:	
	A — Composto de função imida	
	001) ftalimida	10%
	002) succinimida	10%
	003) sulfonimida ortobenzóica (sacarina) e seus sais (sucramina, sucrose ou qualquer outro)	10%
	004) qualquer outro composto de função imida	10%
	B — Composto de função imina	
	005) aldol-alfa-naftilamina	10%
	006) aldol-beta-naftilamina	10%
	007) butilideno-anilina	10%
	008) ciclotrimetilenotrintramina (hexógeno)	10%
	009) difenilguanidina (melanilina)	10%
	010) di-orto-tolibiguanidina	10%
	011) etilideno-anilina	10%
	012) etileno-para-toluidina	10%
	013) guanidina (carbamidina)	10%
	014) hexametileno-tetramina (hexamina, formina), seus sais e derivados	10%
	015) orto-tolibiguanidina	10%
	016) sintalina (decametilenodiguanidina) ..	10%
	017) qualquer outro composto de função imina	10%
29-28	Composto de função nitrila:	
	001) acetaldeído cianidrina	10%
	002) acetonitrila	10%
	003) acrilonitrila (monômero)	15%
	004) adiponitrila	10%
	005) aminofenilacetonitrila	10%
	006) benzonitrila	10%
	007) cianidrina da acetona	10%
	008) ciano-acetamida	10%
	009) cianoguanidina (dicianamida)	10%
	010) cianopinacolina	10%
	011) fenilcianamida	10%
	012) hidroxifenilacetonitrila	10%
	013) immodiacetonitrila	10%
	014) malonitrila	10%
	015) naftonitrila	10%
	016) nitrobenzonitrila	10%
	017) nitrofenilacetonitrila	10%
	018) succinonitrila	10%
	019) triclanotrimetilamina	10%
	020) valeritrila	10%
	021) qualquer outro	10%

Item	MERCADORIA	Aliquota "Ad-Valorem"
29-29	Composto azóico, azóxico ou diazóico:	
	A — Azo-composto	
	001) ácido amino-azo-benzenossulfônico, seus sais e seus ésteres	10%
	002) amino-azo-benzeno	10%
	003) amino-azo-naftaleno	10%
	004) azobenzeno	10%
	005) azo-isobutironitrila	10%
	006) azonaftaleno	10%
	007) azotolueno	10%
	008) dimetilazobenzeno	10%
	009) qualquer outro azo-composto	10%
	B — Azoxi-composto	
	010) ácido azoxibenzóico	10%
	011) ácido azoxicinâmico	10%
	012) azoxibenzeno	10%
	013) azoxitoluidina	10%
	014) azoxitolueno	10%
	015) para-azoxianisol	10%
	016) para-azoxifenetol	10%
	017) qualquer outro azoxi-composto	10%
	C — Diazo-composto	
	018) ácido di-azossalicílico	10%
	019) ácido para-di-azobenzenossulfônico ..	10%
	020) azo-aminotoluoil	10%
	021) cloreto de fenil-hidrazônio	10%
	022) di-azo-aminobenzeno	10%
	023) hidrato de fenil-hidrazônio	10%
	024) metildi-azo-aminobenzeno	10%
	025) qualquer outro diazo-composto	10%
29-30	Composto com qualquer outra função nitroge- nada:	
	001) ácido hidroxâmico	10%
	002) aceto-aldeidofenil-hidrazona	10%
	003) acetaldoxima	10%
	004) acetofenoxima	10%
	005) acetoxima	10%
	006) alofanato de benzila	10%
	007) azida e hidrazida de ácido carboxílico	10%
	008) benzaldeido-semicarbazona	10%
	009) benzaldoxima	10%
	010) benzilideno-acetoxima	10%
	011) cloreto de alofanila	10%
	012) clorofenol-indofenol	10%
	013) difenilcarbazida	10%
	014) dimetilgloxima (diacetildioxima)	10%
	015) fenilgloxima	10%
	016) fenilglucosazona	10%
	017) fenil-hidrazona	10%

Item	MERCADORIA	Aliquota "Ad-Valorem"
	018) hidrazidina	10%
	019) isonitrila (carbilamina)	10%
	020) qualquer outro	10%
	X - COMPOSTO ORGANO-MINERAL E COMPOSTO HETEROCÍCLICO	
29-31	Tiocomposto orgânico:	
	A - Xantato (xantogenato)	
	001) amilxantato	10%
	002) benzilxantato	10%
	003) butilxantato	10%
	004) etilxantato	10%
	005) metilxantato	10%
	006) qualquer outro xantato (xantogenato)	10%
	B - Tiocarbamato	
	007) di-orto-toliltiouréia	10%
	008) ditiocarbamato	10%
	009) tiocarbamilida (difeniltiouréia)	10%
	010) qualquer outro tiocarbamato	10%
	C - Mercaptana (tio-álcool ou tiol)	
	011) amilmercaptana	10%
	012) butilmercaptana	10%
	013) dimercaptopropanol (BAL)	10%
	014) etilmercaptana	10%
	015) metilmercaptana	10%
	016) qualquer outra mercaptana (tio-álcool ou tiol)	10%
	D - Isossulfocianato (isotiocianato)	
	017) isossulfocianato de alila (essência de mostarda artificial, alilsenevol)	10%
	018) isossulfocianato de etila	10%
	019) isossulfocianato de fenila	10%
	020) qualquer outro isossulfocianato (isotio- cianato)	10%
	E - Qualquer outro tiocomposto orgâ- nico	
	021) ácido ditiosuccínico e seus sais	10%
	022) ácido mercaptosuccínico (tiomálico) e seus sais	10%
	023) ácido tioglicólico (mercapto-acético) e	

Item	MERCADORIA	Aliquota "Ad-Valorem"
	seus sais	10%
	024) aliltiouréia (tiosinamina)	10%
	025) dissulfeto de tetra-etiltiurama (tiuramida)	10%
	026) dissulfeto de tetra-metil (tiurama) ..	10%
	027) sulfonal	10%
	028) sulfureto de dicloro-etila (gás mostarda)	10%
	029) tetronal (ditiosulfonadietilmetano) ..	10%
	030) tio-anilina	10%
	031) tioglicol	10%
	032) tiofenol	10%
	033) tiouréia (sulfo-uréia, tiocarbamida) ..	10%
	034) tiosemicarbazona (p-acetilaminobenzaldeído tio-semicarbazona TB-1) e seus derivados	10%
	035) trional (di-etilsulfonameti-etilmetano) ..	10%
	036) ácido sulfinico, derivado sulfurado do ácido salicílico ou qualquer outro tio-ácido (tiônico ou ditioico), tio-aldeído (tial), tioetona (tiona), tioéster, tio-éter (sulfureto de alcoila), tio-fenol e qualquer outro tio-composto orgânico	10%
29-32	Composto organo-arsenical:	
	001) ácido cacodílico e seus sais	10%
	002) ácido metilarênico e seus sais	10%
	003) ácido para-aminofenilarênico, seus sais e derivados	10%
	004) ácido amino-oxifenilarênico, seus sais e derivados	10%
	005) arsenobenzene, seus sais e derivados ..	10%
	006) qualquer outro composto	10%
29-33	Composto organo-mercurial:	
	001) merbromina (mercurocromo, sal sódio de dibromo-hidroximercurifluoresceína) ..	20%
	002) qualquer outro	10%
29-34	Qualquer outro composto organo-mineral:	
	001) carbonil-ferro	10%
	002) carbonil-niquel	10%
	003) composto organo-antimonial	10%
	004) siloxana ou qualquer outro composto orgânico de silício	10%
	005) tetra-etil-chumbo	7%
	006) qualquer outro	10%
29-35	Composto heterocíclico, inclusive ácido nucleico; seus derivados seus sais e seus ésteres:	
	A — Acridina; seus sais e derivados	
	001) acridina	10%
	002) acriflavina	10%
	003) euflavina	10%
	004) mepacrina	10%

Item	MERCADORIA	Aliquota "Ad-Valorem"
005)	proflavina	10%
006)	derivado de substituição da acridina e seus sais (exclusiva matéria corante)	10%
	B — Quinolina, seus sais e derivados	
007)	quinolina e seus sais	10%
008)	hidroxiquinolina e seus sais	10%
009)	ácido fenilquinoleinocarbônico (fenil-cinchonínico) seus sais e ésteres	10%
010)	cloroquinona (dietilamino-metilbutilamino cloroquinoleína)	10%
011)	camoquina (cloroquinolamino-alfadetilamino-o-cresol)	10%
012)	fosfato de cloro (dietilamino metilbutilamino) quinoleína	10%
013)	sulfato de N-dietilamino-isopentilamino-cloro-quinoleína	10%
014)	qualquer outro derivado de substituição da quinolina (exclusiva matéria corante)	10%
	C — Fenotiazina e seus derivados	
015)	fenotiazina	20%
016)	derivado da fenotiazina, exclusiva matéria corante	10%
	D — Qualquer outro composto heterocíclico	
017)	acetofenilisatina	10%
018)	ácido isonicotínico e sua hidrazida	10%
019)	ácido 1-metil-4-fenilperidinocarbônico, seus sais e derivados	10%
020)	ácido nucleínico e seus sais	10%
021)	álcool furfurílico	10%
022)	dietilenodiamina (piperazina) e seus sais	10%
023)	difenolisatina	10%
024)	dimetildietilenodiamina (dimetilpiperazina) e seus sais	10%
025)	fenildimetilpirazolona (analgesina), seus sais e derivados	10%
026)	fenil-1-dimetil-2-3-dimetilamino-4-pirazolona (dimetilanalgesina) seus sais e derivados	10%
027)	furfural (furfurol, furaldeído)	10%
028)	histamina	10%
029)	ietiol e sulfoietiolato	10%
030)	indol e betametilindol (escatol)	10%
031)	isatina	10%
032)	lisidina	10%
033)	melamina (triaminotriazina)	10%
034)	mercaptobenzimidazol	10%
035)	mercaptobenzotiazol e seus derivados	10%
036)	piridina e seus sais	10%

Item	MERCADORIA	Aliquota "Ad-Valorem"
	037) tiofeno	10%
	038) qualquer outro composto heterociclico; seus sais ésteres e derivados	10%
29-36	Sulfa, sulfona e seus derivados:	
	001) ácido ortossulfamilbenzóico	10%
	002) ácido p-(dipropilsulfamil) benzóico (probenecid, benemid)	10%
	003) badional (sulfanililtiouréia)	10%
	004) clorossulfamida (cloramina)	10%
	005) dimetilacroll-sulfamida (irgamina)	10%
	006) dimetilbenzilsulfamida (irgafen)	10%
	007) diamino-difenil-sulfona	10%
	008) diasona (diaminoxil)	10%
	009) ftalilsulfacetamida	10%
	010) ftalilsulfatiazol (ácido (tiazolilsulfamid) ftaianílico)	10%
	011) formotiazol (trimetileno-dissulfatiazol)	10%
	012) marfanil (cloridrato de hcmossulfani- lamida)	10%
	013) nitrossulfatiazol (nissulfazol)	10%
	014) promin (p.p.-diamino-difenil-sulfona- -didextrose-sulfonato de sódio, liossul- fona)	10%
	015) promizol (p-amino-fenil-amino-tiazol- -tiazolil-sulfona)	10%
	016) fontamida (p-aminofenilssulfoniltiou- réia)	10%
	017) rodilone (di-p-acetilaminofenilssulfo- na)	10%
	018) salicilazopiridina (ácido (piridilssulfa- nil) fenilazossalicílico)	10%
	019) succinilamino-fenilsulfamida	10%
	020) succinilsulfatiazol (sulfassuxidina)	10%
	021) sulfacetamida (acetil sulfanilamida)	10%
	022) sulfadiazina (sulfanil-amidopirimidina)	10%
	023) sulfaguanidina (sulfanilguanidina)	10%
	024) sulfamerazina (4-metilssulfapirimidina)	10%
	025) sulfametazina (4-6-dimetilssulfapirimi- dina)	10%
	026) sulfanilamida (p-aminobenzenossulfa- mida)	10%
	027) sulfanililsulfamida	10%
	028) sulfapiridina (piridilssulfanilamida)	10%
	029) sulfaguinoloxina (sulfanilamidoquino- xalina)	10%
	030) sulfatiazol (sulfanilamidotiazol)	10%
	031) sulfatiouréia (sulfaniltiouréia)	10%
	032) sulfoxazol (dimetil-iso-exazolissulfa- nilamida)	10%
	033) sulfonazina (diamino-difenil-sulfona- -difenil-propilamino-tetrassulfato de sódio, sulfetron)	10%
	034) toluenossulfamida, orto e para	10%
	035) qualquer outra sulfa e sulfona; seus derivados	10%

Item	MERCADORIA	Alíquota "Ad-Valorem"
	XI — PROVITAMINA, VITAMINA, HORMONIO E ENZIMA, NATURAL OU DE SÍNTESE	
29-37	Lactona e lactama:	
	A — Lactona	
	001) cumarina (lactona do ácido ortocumárico)	10%
	002) fenoltaleína	10%
	003) metilcumarina	10%
	004) nonalactona	10%
	005) santonina	10%
	006) undelactona	10%
	007) valerolactona (GVL)	10%
	008) qualquer outra lactona	10%
	B — Lactama	
	009) caprolactama (γ-hexolactama)	10%
	010) qualquer outra lactama	10%
29-38	Provitamina e vitamina; seus sais, ésteres e derivados, inclusive seus concentrados:	
	A — Provitamina	
	001) ácido nicotínico (niacina)	10%
	002) caroteno	20%
	003) ergosterol	10%
	004) qualquer outra provitamina	10%
	B — Vitamina; seus sais, ésteres e derivados	
	005) vitamina A (axeroftol)	10%
	006) vitamina B ₁ (aneurina, tiamina)	10%
	007) vitamina B ₂ (lactoflavina, riboflavina, vitamina G)	10%
	008) vitamina B ₃ (ácido pantotênico)	10%
	009) vitamina B ₆ ou PP (nicotinamida, niacinamida, amida nicotínica)	10%
	010) vitamina B ₅ (piridoxina, adermina) ..	10%
	011) vitamina B ₁₂ (ácido fólico, ácido pteroil-glutâmico)	10%
	012) vitamina B ₁₂ (cianocobalamina)	10%
	013) vitamina C (ácido ascórbico)	10%
	014) vitamina D (calciferol, di-hidrotaquerol)	10%
	015) vitamina E (tocoferol)	10%
	016) vitamina H (biotina)	10%
	017) vitamina K hidrossolúvel	10%
	018) vitamina K lipossolúvel	10%
	019) menadiona	10%
	020) qualquer outra vitamina; seus sais, ésteres e derivados	10%

Item	MERCADORIA	Aliquota "Ad-Valorem"
29-39	Hormônio, natural ou de síntese (substância de atividade análoga); seus sais, ésteres e derivados:	
	001) adrenalina (epinefrina, suprarrenina)	10%
	002) adrenocorticotrofina (ACTH cortico- tropina)	10%
	003) androsterona	10%
	004) benzeol	10%
	005) clorotrianiseno	10%
	006) cortisona	10%
	007) desoxicorticosterona (desoxicortona)	10%
	008) dieno-estrol	10%
	009) di-hidro-androsterona	10%
	010) di-hidro-cortisona	10%
	011) estilbestrol (dietilestilbestrol)	10%
	012) estradiol (di-hidro-foliculina)	10%
	013) estriol (hidrato de foliculina)	20%
	014) estrona (foliculina)	20%
	015) etinilestradiol	10%
	016) etinilestosterona (pregnoninolona)	10%
	017) etisterona	10%
	018) hexestrol	10%
	019) insulina	30%
	020) mestilbol	10%
	021) metilestosterona	10%
	022) noradrenalina	10%
	023) oxitocina	10%
	024) progesterona	10%
	025) testosterona	10%
	026) vasopressina	10%
	027) qualquer hormônio hipofisário e pitui- tário em geral, de crescimento, adreno- trópico, coriônico, diabetogênico, galac- togênico, gonadotrópico, pitocin, pitres- sina, tireotrópico, não especificado nem compreendido em outra parte	10%
	028) hormônio da tireóide (tiroxina, di- do-tirosina)	10%
	029) qualquer outro	10%
29-40	Enzima:	
	001) diástase	10%
	002) estroptodornase	10%
	003) estreptoguinase	10%
	004) hialuronidase	20%
	005) pancreatina (tripsina)	10%
	006) papaina	20%
	007) pepsina	10%
	008) renina (coalho, lab-fermento, "pres- suro", quimosina)	20%
	009) urease	10%
	010) qualquer outra	5%

Item	MERCADORIA	Aliquota "Ad-Valorem"
	XII - ALCALÓIDE VEGETAL E HETERÓSIDO, NATURAL OU DE SÍNTESE; SEUS SAIS, ÉSTERES, ÉTERES E OUTROS DERIVADOS	
29-41	Heterósido; seus sais, ésteres, éteres e outros derivados:	
	001) aloína	10%
	002) amigdalina	10%
	003) arbutina	10%
	004) digitalina (digitoxina)	10%
	005) digitonina (digitina)	10%
	006) estrofantina (ouabaina)	10%
	007) glicirrízina (ácido glicirrísico)	10%
	008) lanatósido	10%
	009) quercitina	10%
	010) rutina	10%
	011) saponina	10%
	012) qualquer outro	10%
29-42	Alcalóide; seus sais, ésteres, éteres e outros derivados:	
	001) aconitina	10%
	002) alquileína	10%
	003) apomorfina	10%
	004) arecolina	10%
	005) atropina	10%
	006) cafeína	20%
	007) cevadina	10%
	008) cinchonidina	10%
	009) cinchonina	10%
	010) cocaína	10%
	011) colchicina	10%
	012) conina (conicina)	10%
	013) cotarnina	10%
	014) curarina	10%
	015) diacetilmorfina (heroína)	40%
	016) di-hidrocodeinona (dicodid)	10%
	017) di-hidromorfinona (dilaudid)	10%
	018) efedrina	10%
	019) emetina	30%
	020) ergobasina (ergomitrina)	10%
	021) ergotamina	10%
	022) ergotina	10%
	023) ergotoxina	10%
	024) escopolamina (hioscina)	10%
	025) esorina (fisotigmina)	10%
	026) esparteina	10%
	027) estrionina	10%
	028) etilmorfina (dionina)	10%
	029) hiosciamina	10%
	030) hidrastina	10%
	031) homatropina	10%
	032) lobelina	10%

Item	MERCADORIA	Aliquota "Ad-Valorem"
	033) metil-hidro-morfinona (metopón) ..	10%
	034) metilmorfina (codeína) ..	10%
	035) morfina ..	10%
	036) narcoína ..	10%
	037) narcotina ..	10%
	038) nicotina ..	10%
	039) papaverina ..	10%
	040) pilocarpina ..	10%
	041) piperina ..	10%
	042) quinidina ..	10%
	043) quinina ..	10%
	044) reserpina ..	10%
	045) sarpagina ..	10%
	046) tebaina ..	10%
	047) teobromina ..	20%
	048) teofilina ..	10%
	049) teofilina-etilenodiamina (amino-filina)	10%
	050) veratrina ..	10%
	051) genalcalóide ..	10%
	052) qualquer outro ..	10%
	XIII - QUALQUER OUTRO COMPOSTO ORGÂNICO	
29-43	Hidrato de carbono quimicamente puro, exclusive a sacarose:	
	001) arabinose ..	15%
	002) frutose (levulose) ..	15%
	003) galactose ..	15%
	004) glicose (dextrose) ..	10%
	005) lactose ..	15%
	006) maltose ..	15%
	007) qualquer outro ..	15%
29-44	Antibiótico; seus sais, ésteres ou outros derivados:	
	001) actinomicetina ..	10%
	002) actinomicina ..	10%
	003) bacitricina ..	10%
	004) cloranfenicol ..	20%
	005) clorotetraciclina (aureomicina) ..	10%
	006) eritromicina ..	10%
	007) estreptomicina ..	10%
	008) di-hidro-estreptomicina ..	10%
	009) estreptotricina ..	10%
	010) fumagalina ..	10%
	011) gramicidina ..	10%
	012) neomicina ..	10%
	013) oxitetraciclina (terramicina) ..	10%
	014) penicilina ..	50%
	015) tetraciclina (acromicina) ..	10%
	016) tirocidina ..	10%
	017) tirotricina ..	10%

Item	MERCADORIA	Alíquota "Ad-Valorem"
29-45	018) viomicina	10%
	019) qualquer outro	10%
	Qualquer outro composto orgânico:	
	001) aceto-arsenito de cobre (verde schwein- furt)	20%
	002) alcoolato metálico	10%
	003) ceteno	10%
	004) piretrina	30%
	005) quassina	10%
	006) rotenona	30%
	007) qualquer outro	10%

SECÇÃO VI

PRODUTOS DAS INDÚSTRIAS QUÍMICAS

CAPÍTULO 30

Produtos farmacêuticos

NOTA 62 — Estão excluídos deste Capítulo:

- água destilada natural — Capítulo 33;
- dentífrico e sabão medicinal ou profilático — Capítulo 34;
- preparação antisséptica ou desinfetante — Capítulo 38, salvo a licenciada no País como especialidade farmacêutica.

NOTA 63 — Considera-se "medicamento" do item 30-03:

- o produto misturado para fim profilático ou terapêutico, de emprego humano ou veterinário;
- o produto para o mesmo fim, apresentado em dose unitária ou múltipla, ou acondicionado para venda a varejo, que indicar, no rótulo, emprego profilático ou terapêutico;
- especialidade farmacêutica devidamente licenciada no País e produtos oficiais, inscritos em farmacopéia ou repertório farmacêutico legalmente admitido, de uso em medicina humana ou veterinária, sob qualquer forma farmacêutica.

Esta Nota não se aplica aos itens 30-02 e 30-04 nem ao produto puro, não dosado, nem com a apresentação de venda a varejo, classificado, conforme sua natureza, em qualquer outro Capítulo.

NOTA 64 — O importador do produto classificado nos itens 30-02 — vacina, toxina e semelhante — e 30-03 — medicamento — é obrigado a declarar, juntamente com o nome comercial o número da respectiva licença do Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina ou do Serviço de Defesa Sanitária Animal, e, quando for o caso, o constituinte ativo não expressamente mencionado no rótulo. A falta desta declaração ou declaração não correspondente ao produto importado, implicará na aplicação de direito igual à maior alíquota do Capítulo.

NOTA 65 — Em caso de associação de bases ativas, o produto será taxado pelo critério que prevalecer para o componente ativo de incidência mais elevada, seja qual for a proporção em que ele entre na fórmula do medicamento.

Item	MERCADORIA	Aliquota "Ad-Valorem"
30-01	Glândula, órgão ou tecido opoterápico, seco, pulverizado ou não; extrato e componente isolado de glândula, de órgão ou de tecido, opoterápico:	
	001) bile	50%
	002) cérebro, fígado, glândula mamária, hipófise, medula, ovário, pâncrea, rim, supra-renal, testículo, tireóide e qualquer outra glândula, órgão ou tecido para fim terapêutico, seco, pulverizado ou não	50%
	003) extrato de glândula, de órgão, ou tecido opoterápico	30%
	004) ferro porfirina	4%
	005) fibrinogênio e fibrina	4%
	006) globulina	4%
	007) hematina	4%
	008) hemina	4%
	009) heparina	4%
	010) córnea, osso, pele ou qualquer outro tecido para enxerto	15%
	011) oxi-hemoglobina	4%
	012) plasma ou seu componente isolado ...	4%
	013) soro-albumina	4%
	014) trombina	4%
	015) trombo plastina	4%
30-02	Vacina, anatoxina, toxina, soro-antimicrobiano, soro antipeçonhento, soro antitóxico, antígeno imunizante e qualquer outro imunoterápico	
	001) vacina contra a poliomielite	Livre
	002) vacina	50%
	003) anatoxina (toxóide), toxina	50%
	004) associação de vacina e toxóide	15%
	005) soro antimicrobiano (antipestoso, anti-meningocócico, antigangrenoso ou qualquer outro)	50%
	006) soro antipeçonhento (antibotrópico, anticrotálico, antiofídico ou qualquer outro)	50%
	007) soro antitóxico (antidiftérico, antitetânico ou qualquer outro)	50%
	008) antígeno imunizante	15%
	009) qualquer outro	50%
30-03	Medicamento:	
	001) com base de anestésico local, injetável, de emprego definido em odontologia ..	60%
	002) com base de antimonial ou outro, de emprego definido contra a esquistossomose	Livre

Item	MERCADORIA	Alíquota "Ad-Valorem"
003)	com base de arsenóxido ou arsenona, de emprêgo contra a sífilis	30%
004)	com base de associação de aminoácido, sob forma injetável	15%
005)	com base de bacitracina	50%
006)	com base de ciclopropano, protóxido de nitrogênio, éter vinílico, tribromoetanol, de emprêgo definido em anestesia geral	15%
007)	com base de cloranfenicol	50%
008)	com base de clorotetraciclina	30%
009)	com base de dietilcarbamil-metilpiperazina ou qualquer outro, de emprêgo definido contra a filariose	30%
010)	com base de di-hidro-estreptomicina	50%
011)	com base de ergotamina e semelhante, de emprêgo como oxitócico	20%
012)	com base de eritromicina	50%
013)	com base de estreptomicina	50%
014)	com base de extrato de planta medicinal	50%
015)	com base de glicosídio de cila	30%
016)	com base de glicosídio de digital	30%
017)	com base de glicosídio de estrofanato	30%
018)	com base de hialuronidase quando tiofilizado e enzima semelhante, de emprêgo como agente difusor de líquido injetável	30%
019)	com base de hexilresorcinol ou qualquer outro, com emprêgo definido contra helmintose intestinal	50%
020)	com base de hormônio, qualquer seu derivado e associação	50%
021)	com base de lobelina e semelhante, de emprêgo como substituto parcial do sangue e do plasma	30%
022)	com base de macrose e semelhante, de emprêgo como substituto parcial do sangue e do plasma	30%
023)	com base de magnamicina (carbomicina)	30%
024)	com base de neomicina	50%
025)	com base de opoterápico, qualquer seu derivado e associação	50%
026)	com base de oxitetraciclina	30%
027)	com base de penicilina	120%
028)	com base de polimixina	50%
029)	com base de sulfona sob a forma injetável de emprêgo contra a lepra	4%
030)	com base de tiobarbitúrico, de emprêgo definido em anestesia endovenosa	20%
031)	com base de tirotricina	50%
032)	com base de tetraciclina	50%
033)	com base de viomicina	30%
034)	com base de vitamina, qualquer seu derivado e associação	50%
035)	fumagilina	50%
036)	fibrinogênio e fibrina	4%

Item	MERCADORIA	Alíquota
		"Ad-Valorem"
	037) globulina	4%
	038) heparina	15%
	039) plasma	4%
	040) sêro-albumina	4%
	041) trombina	4%
	042) tromboplastina	4%
	043) com base de qualquer outro antibiótico	30%
	044) com base de qualquer outro composto químico orgânico ou inorgânico	50%
	045) com base de qualquer outro glicosídeo de emprêgo cardiovascular	20%
	046) qualquer outro	50%
30-04	Material de penso:	
	001) algodão hidrófilo	80%
	002) atadura	80%
	003) esparadrapo	80%
	004) algodão, esponja, gaze de oxícelulose ou qualquer outro penso hemostático tópico semelhante	30%
	005) qualquer outro	50%
30-05	Material de sutura:	
	001) catêgute cirúrgico	50%
	002) laminária	50%
	003) qualquer outro	50%
30-06	Qualquer outro artigo e preparação farmacêutica:	
	001) caixa e estojo farmacêutico para socorro de urgência	80%
	002) cimento dentário	30%
	003) preparação com base de sal granulado e pó efervescente, sal para água mineral natural ou artificial de ação medicamentosa	50%
	004) qualquer outro	50%

SECÇÃO VI

PRODUTOS DAS INDÚSTRIAS QUÍMICAS

CAPÍTULO 31

Fertilizantes

NOTA 66 — Estão excluídos dêste Capítulo:

- pó de casco, de chifre ou de osso, resíduo de peixe e sangue de animal — Capítulo 05;
- farinha, pó e resíduo de carne, crustáceo, molusco e peixe e torta oleaginosa — Capítulo 23;
- cal, fosfato de cálcio natural não moído e terra fertilizante — Capítulo 25;
- cinza vegetal, inclusive de alga — Capítulo 26.

NOTA 67 — O produto nominalmente especificado nos itens 31-02 a 31-04, inclusive satisfazendo às condições estabelecidas, é sempre classificado nos referidos itens, mesmo quando destinado a qualquer outro uso.

NOTA 68 — Está excluído deste Capítulo, mesmo quando empregado como fertilizante, o produto mineral ou químico não especificado nominalmente nos itens 31-02 a 31-04, inclusive.

NOTA 69 — O teor limite estabelecido nos itens 31-02 a 31-04, inclusive, refere-se ao produto em estado bruto. O importador de produto desses itens deverá indicar o seu teor percentual. A não declaração ou declaração que não corresponder ao produto importado, implicará na aplicação de direito igual à maior alíquota constante do Capítulo.

Item	MERCADORIA	Alíquota "Ad-Valorem"
31-01	Guano ou qualquer outro resíduo fertilizante natural de origem animal ou vegetal, mesmo em mistura: 001) guano 002) qualquer outro	Livre Livre
31-02	Fertilizante, mineral ou químico, nitrogenado, não misturado, nem adicionado de qualquer outra matéria além de matéria inerte: 001) calconitrato de amônio (nitrato de cálcio-amônio), sulfonitrato de cálcio e amônio (sulfato-nitrato de cálcio-amônio) ou qualquer outro amonitrato 002) calcocloreto de amônio (cloreto de cálcio-amônio) 003) cianamida cálcica, com teor de nitrogênio de 22% (vinte e dois por cento) ou menos 004) nitrato de amônio, com teor de nitrogênio de 33% (trinta e três por cento) ou menos 005) nitrato de cálcio, com teor de nitrogênio de 16% (dezesseis por cento) ou menos 006) nitrato de cálcio e magnésio 007) nitrato de sódio, com teor de nitrogênio de 16% (dezesseis por cento) ou menos 008) sulfato de amônio 009) sulfonitrato de amônio (sulfato-nitrato de amônio) 010) uréia, com teor de nitrogênio de 45% (quarenta e cinco por cento) ou menos	Livre Livre Livre Livre Livre Livre Livre Livre Livre Livre
31-03	Fertilizante, mineral ou químico, fosfatado, não misturado, nem adicionado de qualquer outra matéria além de matéria inerte: 001) escória de desfosforação ("escória thomas", "fosfato thomas") ou escória de desfosforação 002) fosfato de amônio, contendo 6 mg (seis miligramas) ou mais, de anidrido arsenioso por quilograma 003) fosfato bicálcico, com teor, de P ₂ O ₅ igual ou inferior a 46% (quarenta e seis por cento)	30% 30% 30%

Item	MERCADORIA	Alíquota "Ad Valorem"
	004) fosfato de cálcio desagregado (termo- fosfato)	30%
	005) fosfato de cálcio natural (fosfato tri- cálcio), inclusive apatita e giz fosfa- tado, moído	30%
	006) fosfato duplo de amônio e potássio . .	30%
	007) nitrofosfato de potássio (nitrato-fosfato de potássio)	30%
	008) superfosfato, com teor de P ₂ O ₅ igual ou inferior a 22% (vinte e dois por cento)	40%
	009) superfosfato com teor de P ₂ O ₅ de mais de 22% (vinte e dois por cento)	20%
31-04	Fertilizante, mineral ou químico, potássico, não misturado nem adicionado de qualquer outra matéria além de matéria inerte:	
	001) cloreto de potássio	Livre
	002) nitrato de potássio, com teor de KNO ₃ de 98% (noventa e oito por cento) ou menos	30%
	003) sal de potássio natural (carnalita, cai- nita, silvinita ou qualquer outro)	Livre
	004) sulfato de potássio com teor de K ₂ O de 52% (cinquenta e dois por cento) ou menos	30%
	005) sulfato duplo de magnésio e potássio, com teor de K ₂ O de 27% (vinte e sete por cento) ou menos	30%
31-05	Fertilizante composto:	
	001) fertilizante composto	30%
	002) micronutrientes	Livre
	003) nitrato de sódio e potássio com teor de N de 15% (quinze por cento) ou menos e de K ₂ O de 15% (quinze por cento) ou menos	Livre
	004) resíduo de desengorduramento de lã, dejeito ou qualquer outro resíduo ferti- lizante de composição complexa	Livre

SECÇÃO VI

PRODUTOS DAS INDÚSTRIAS QUÍMICAS

CAPÍTULO 32

*Extratos tanantes e tintoriais; matérias corantes; tintas e vernizes;
secantes e mastiques*

NOTA 70 — Estão excluídos deste Capítulo:

- carbonato de cálcio natural e sulfato de bário natural, mesmo moído, pulverizado ou lavado, e terra corante — Capítulo 25;
- massa ou masticue de asfalto ou betume — Capítulo 27;
- negro de fumo — Capítulo 28; e negro animal — Capítulo 38;

- d) o produto de constituição química definida, apresentado isoladamente salvo no caso dos itens 32-04, 32-05 e do pigmento luminóforo do item 32-06;
- e) po metálico, inclusive purpurina, não preparado — Seções XIV e XV

NOTA 71 — Considera-se corte, em qualquer matéria corante do item 32-05, a redução de um tipo de fabricação a outro de poder corante estandarizado por meio de substância inerte do ponto de vista tintorial ou que facilite o processo de tingimento. "No item 32,05 estão incluídas também as matérias corantes orgânicas sintéticas as lacas corantes artificiais e qualquer outra matéria corante em dispersão concentrada em borracha, matéria plástica ou outro meio".

NOTA 72 — Considera-se verniz do item 32-08, a preparação à base de produto filmógeno: derivado celulósico, óleo secativo, resina natural ou sintética ou qualquer outro coloridos ou não sem pigmento contendo solvente volátil, e formando sobre a superfície uma película transparente ou translúcida

Item	MERCADORIA	Alíquota "Ad-Valorem"
32-01	Extrato tanante de origem vegetal: 001) de quebracho 002) qualquer outro	50% 60%
32-02	Acido tânico ou tanino, inclusive o tanino de noz de galha. Tanato	40%
32-03	Produto tanante artificial ou sintético (tanino artificial ou sintético) exclusive resina sin- tética; preparação à base de enzima e seme- lhante, para pretanagem ou purga de couro: 001) tanino artificial ou sintético 002) preparação para pretanagem ou purga de couro	30% 30%
32-04	Matéria corante de origem vegetal, inclusive extrato de madeira e qualquer outra espécie tintorial vegetal, exclusive o índigo natural; matéria corante de origem animal: 001) extrato tintorial de origem vegetal ... 002) clorofila 003) cochonilha 004) hematina 005) hematoxilina 006) quermos 007) sépia 008) tornassol 009) qualquer outra	40% 40% 40% 40% 40% 40% 40% 40% 40%
32-05	Matéria corante orgânica sintética, inclusive índigo natural, mesmo cortada ou mistu- rada; em cristal, grânulo, pasta, pedaço ou pó; agente de "branqueio ótico" laca corante artificial, pigmento orgânico e a mistura de sal de diazônio ou semelhante estabilizado, com copulante, produzindo matéria corante azóica, insolúvel, na fibra: 001) com similar nacional registrado 002) sem similar nacional registrado	50% 15%

Item	MERCADORIA	Aliquota "Ad. Valorem"
32-06	Corante mineral (pigmento inorgânico):	
	001) cadmopone e qualquer outro pigmento inorgânico com base de composto de cádmio	30%
	002) extrato de cassel e semelhante	20%
	003) utopone e qualquer outro pigmento inorgânico com base de sulfureto de chumbo	20%
	004) qualquer negro mineral, não especificado nem compreendido em outra parte	20%
	005) pigmento inorgânico com base de composto de cromo	50%
	006) pigmento inorgânico com base de dióxido de titânio: mistura de dióxido de titânio com sulfato de bário, de cálcio, ou qualquer outra matéria	50%
	007) pigmento inorgânico com base de ferro-cianeto ou ferricianeto	50%
	008) pigmento luminóforo inorgânico	20%
	009) ultramarino	50%
	010) qualquer outro	30%
32-07	Côr, pigmento e opacificante preparado para cerâmica, esmaltaria e vidraria, frita ou composição vitrificável, lustro líquido e preparação semelhante para indústria de cerâmica, esmaltaria e vidraria:	
	001) à base de metal precioso ou seus sais	30%
	002) à base de zircônio ou seus sais	50%
	003) qualquer outro	50%
32-08	Verniz:	
	001) à base de betume	80%
	002) à base de derivado de celulose	80%
	003) à base de goma-laca	80%
	004) à base de óleo	80%
	005) à base de matéria plástica ou resina artificial ou sintética, inclusive solução ou dispersão de matéria plástica ou resina sintética na qual o peso do solvente volátil exceder de 70% (setenta por cento) do peso da solução	80%
	006) qualquer outro	80%
32-09	Tinta de escrever, desenhar ou copiar, mesmo em frasco, pastilha, tableta, tubo e apresentação semelhante	80%
32-10	Tinta de impressão: litográfica, rotogravura, tipográfica ou qualquer outra	80%
32-11	Tinta para pintura artística, inclusive "gouacho" e têmpera em frasco, pastilha, tableta, tubo e apresentação semelhante, mesmo em estojo, com ou sem pincel ou qualquer outro acessório	15%

Item	MERCADORIA	Aliquota "Ad-Valorem"
32-12-	Tinta preparada:	
	001) a água, para acabamento de couro ..	60%
	002) qualquer outra tinta à água	80%
	003) anti-incrustante ou venenosa, para casco de embarcação e semelhante ..	80%
	004) a óleo em massa ou pasta, para posterior diluição	80%
	005) a óleo, líquida, pronta para uso	80%
	006) para preservação de metal, à base de alumínio em pó ou de zarcão	80%
	007) para preservação de metal, à base de minio de ferro	80%
	008) esmalte à base de verniz (de derivado de celulose, resina sintética e qualquer outro)	80%
	009) a base de betume pixe, alcatrão ou semelhante	80%
	010) à base de luminóforo (tinta luminosa)	80%
	011) para fabricação de pérola artificial ("essência-do-oriental")	60%
	012) qualquer outra	80%
32-13	Secante preparado (naftenato, octoato, oleato toloato ou outro)	80%
32-14	Massa (Mastique):	
	001) massa de marceneiro	80%
	002) massa de marmorista	80%
	003) massa ou pasta para preparação de superfície, tal como, "putty" e semelhante	80%
	004) massa de vidraceiro	80%
	005) qualquer outra	80%

SECÇÃO VI

PRODUTOS DAS INDÚSTRIAS QUÍMICAS

CAPÍTULO 33

Oleos essenciais e essências — Artigos de perfumaria e de toucador

NOTA 13 — Estão excluídos deste Capítulo:

- produto químico definido, isolado de óleo essencial, de resinóide ou obtido sinteticamente — Capítulo 29;
- produto deste Capítulo que constituir medicamento — Capítulo 30;
- sabão para barba, toucador e qualquer outro — Capítulo 34;

d) essência de terebentina (aguarrás), óleo de pinho e solvente ter-
pênico da destilação de conífera - Capítulo 33.

Item	MERCADORIA	Aliquota Ad-Valorem
33-01	<p>Óleo essencial ou volátil, sólido ou líquido, desterpeneado ou não: resinóide</p> <p>001) de alecrim ou rosmaninho 30%</p> <p>002) de alfavema áspic ou lavanda 30%</p> <p>003) de amêndoa amarga 30%</p> <p>004) de anis ou erva-doce 30%</p> <p>005) de anis estrelado ou badiana 30%</p> <p>006) de arica 30%</p> <p>007) de bergamota ou lima 30%</p> <p>008) de capreúva 60%</p> <p>009) de cânfora natural 30%</p> <p>010) de canela 30%</p> <p>011) de cassia 30%</p> <p>012) de cedro 30%</p> <p>013) de citronela 60%</p> <p>014) de coriandro 30%</p> <p>015) de cravo 30%</p> <p>016) de eucalipto 60%</p> <p>017) de flor de laranjeira 30%</p> <p>018) de funcho 30%</p> <p>019) de gerânio 30%</p> <p>020) de jacinto 30%</p> <p>021) de jasmim 30%</p> <p>022) de junipero, zimbro ou genebra 30%</p> <p>023) de laranja — casca 60%</p> <p>024) de lemongrass 60%</p> <p>025) de limão 60%</p> <p>026) de lírio ("muguet") 30%</p> <p>027) de melissa 30%</p> <p>028) de menta spearmint 30%</p> <p>029) de menta arvensis 50%</p> <p>030) de menta piperita 30%</p> <p>031) de mimosa 30%</p> <p>032) de mostarda 30%</p> <p>033) de narciso 30%</p> <p>034) de noz-moscada 30%</p> <p>035) de pau-rosa ou palmarosa 60%</p> <p>036) de "petit grain" 30%</p> <p>037) de quenopódio 10%</p> <p>038) de rosa 30%</p> <p>039) de sândalo 30%</p> <p>040) de mandarina (tangerina) 30%</p> <p>041) de sassafras 60%</p> <p>042) vetiver 60%</p> <p>043) de "wintergreen" 30%</p> <p>044) qualquer outro resinóide 30%</p> <p>045) qualquer outro óleo essencial 30%</p>	
33-02	Subproduto terpênico, residual, da desterpenação de óleo essencial ou volátil, vegetal ...	60%
33-03	Solução concentrada de essência natural em gordura ou óleo fixo obtida por absorção a frio ou a quente ou por maceração, constituindo matéria-prima	60%

Item	MERCADORIA	Alíquota "Ad. Valorem"
33-04	Mistura com base de óleo essencial ou essência natural ou sintética, utilizável como matéria prima na indústria de perfumaria, alimentação e bebida, ou qualquer outra indústria:	
	001) para perfumaria	60%
	002) qualquer outra	60%
33-05	Qualquer preparação constituindo matéria-prima para artigo do item 33-07, não especificada nem compreendida em outra parte	60%
33-06	Água destilada perfumada natural, medicinal ou não (hidrolato):	
	001) de canela	30%
	002) de flor de laranjeira	30%
	003) de namameis	30%
	004) de louro cereja	30%
	005) de melissa	30%
	006) de quina	30%
	007) de rosa	30%
	008) qualquer outra	30%
33-07	Preparação para perfumaria e toucador inclusive creme de barbear e dentífrico	150%

SEÇÃO VI

PRODUTOS DAS INDÚSTRIAS QUÍMICAS

CAPÍTULO 34

Sabões líquidos, produtos umedecedores e outras preparações para lavagem, conservação limpeza e polimento; detergentes em geral; emulsionantes, graxas lubrificantes, ceras artificiais, velas e outros produtos à base de gorduras, de óleos e de ceras

NOTA 74 — Estão excluídos deste Capítulo:

- secante à base de naftenato — Capítulo 32;
- creme de barba, dentífrico, "shampoo" ou qualquer outro artigo de perfumaria contendo sabão — Capítulo 33.

Item	MERCADORIA	Alíquota "Ad-Valorem"
34-01	Sabão e sabonete inclusive medicinal, líquido, pastoso, em barra, flocos, palheta, pão, pedacinhos, pó e qualquer outra apresentação, mesmo em solução alcoólica ou impregnado em papel:	
	001) sabão para indústria têxtil ou qualquer outra	50%
	002) qualquer outro	100%

Item	MERCADORIA	Alíquota "Ad. Valorem"
34-02	Amaciante ("softner"), igualador ("leveling agent"), anti-espumante, emulsionante, detergente, umedecedor, ou qualquer outro agente tenso-ativo semelhante: 001) com similar nacional registrado 002) sem similar nacional registrado	50% 20%
34-03	Graxa lubrificante com base de óleo, gordura ou graxa de qualquer espécie, misturada entre si ou adicionada de qualquer outra matéria: 001) com base de sabão de alumínio, cálcio, chumbo, sódio, ou de silicone, grafitada ou não, ou adicionada de qualquer enchimento ou carga 002) com base de sabão de lítio 003) qualquer outra	30% 50% 30%
34-04	Cêra artificial ou sintética	80%
34-05	Cêra preparada, cêra animal ou vegetal, misturada com cêra mineral ou artificial, com gordura, resina, substância mineral, ou com qualquer outra matéria, sem solvente, excetuada a incluída nos sub-ítem 34-06 e 34-08	100%
34-06	Preparação em líquido, pasta, pó suspensão e semelhante, para limpeza, lustro, polimento, conservação, recomposição, recuperação de assoalho, cerâmica, couro, madeira, metal, vidro e uso semelhante doméstico ou industrial, inclusive sabão abrasivo	100%
34-07	Vela, cirio e artigo semelhante; pavio encerado ou parafinado	100%
34-08	Pasta para modelar, à base de ácido gorduroso, cêra para a arte dentária: 001) pasta de modelar ou preparação à base de ácido esteárico ou outro ácido gorduroso de cêra, colofônia ou qualquer outra resina natural 002) pasta ou preparação à base de cêra ou resina natural para molde dentário e qualquer outra cêra para dentista	100% 30%

SEÇÃO VI

PRODUTOS DAS INDÚSTRIAS QUÍMICAS

CAPÍTULO 35

Matérias albuminóides e colas

NOTA 75 — Estão excluídos deste Capítulo:

- a) albuminato e peptonato de metal precioso — Capítulo 28;
- b) o produto deste Capítulo preparado como medicamento — Capítulo 30;

- c) preparação para apresto e acabamento na indústria têxtil -- Capítulo 38;
 d) caseína e gelatina endurecida -- Capítulo 39;
 e) artigo de gelatina -- Capítulo 95;
 f) pasta para arte gráfica, óleo de impressão e preparação semelhante à base de gelatina -- Capítulo 98.

Item	MERCADORIA	Alíquota "Ad-Valorem"
35-01	Caseína e caseinato: 001) caseína 002) caseinato de cálcio com teor mínimo de 2,5% (dois e meio por cento) de CaO 003) outro caseinato	30% 15% 20%
35-02	Albumina: 001) de ovo 002) qualquer outra	60% 60%
35-03	Gelatina em floco, fôlha ou outra forma, grânulo, em pó: 001) gelatina de alto teor de pureza, própria para preparação de emulsão fotográfica 002) qualquer outra	10% 50%
35-04	Albuminato, peptona, peptonato e qualquer outra matéria protéica: 001) albuminato e peptonato de ferro 002) albuminato e peptonato de ferro e arsênico 003) albuminato e peptonato de ferro e iodo 004) legumina 005) peptona 006) queratina 007) qualquer outro	10% 10% 10% 20% 20% 10% 20%
35-05	Amido e dextrina solúvel: 001) amido solúvel 002) dextrina	60% 60%
35-06	Cola preparada de qualquer espécie: 001) cola de amido ou de dextrina, ou outra cola vegetal, de qualquer forma 002) cola animal, inclusive a de peixe 003) cola à base de silicato alcalino ou qualquer outra cola mineral 004) cola de borracha 005) cola de derivado celulósico 006) cola de goma arábica (de acácia ou do senegal) 007) cola sintética fenólica ou aminada, impregnada em papel para fabricação de compensado 008) qualquer outra cola sintética aminada ou fenólica 009) qualquer outra cola sintética 010) qualquer outra	100% 60% 100% 100% 100% 100% 50% 100% 50% 100%

SECÇÃO VI

PRODUTOS DAS INDÚSTRIAS QUÍMICAS

CAPÍTULO 36

Explosivos, artigos de pirotechnia, torjoro; ngas pirofóricas; preparações de matérias inflamáveis

NOTA 76 — Estao excluidos dēste Capitulo:

- a) qualquer produto quimico definido, não misturado, ainda que em tal estado apresente propriedade explosiva — Capitulo 28 ou 29;
b) nitrato de celulose — Capitulo 39.

Item	MERCADORIA	Aliquota "Ad-Valorem"
36-01	Polyora	80%
36-02	Explosivo preparado	
	001) a base de derivado nitrado de álcool polivalente (dynamite ou qualquer outro)	80%
	002) a base de qualquer outro derivado nitrado orgânico (trinitro-benzeno ou qualquer outro)	80%
	003) a base de nitrato, clorato, perclorato, ou de qualquer outro composto inorgânico ("cheddite", "ruborite", "tonite", "west-phalite" ou qualquer outro)	80%
	004) qualquer outro	80%
36-03	Estopim, mecha "Bickford" e semelhante	80%
36-04	Espoleta, escorva e cápsula fulminante; detonador para detonar explosivo, iniciar pólvora e fim semelhante; elétrica, de tempo ou não; pertence carga de atrazo, ponte ou qualquer outro	80%
36-05	Artigo de pirotechnia, fogo de artifício petardo ou qualquer outra substância inflamável combustível ou explosiva, para produzir chama, fumaça ou efeito luminoso ou sonoro: 001) foguete e artefato semelhante, para sinalização	80%
	002) qualquer outro	120%
36-06	Palito fosfórico: 001) de madeira	120%
	002) qualquer outro	120%
36-07	Ferro cério e qualquer outra liga pirofórica, sob qualquer forma, para acendedor automático, isqueiro e fim semelhante	80%

Item	MERCADORIA	Alíquota "Ad-Valorem"
36-08	Preparação e produto de matéria inflamável:	
	001) álcool solidificado metaldeide-etílico e combustível semelhante em tableta, comprimido, bastão ou forma análoga	80%
	002) fluido para isqueiro ou acendedor, em recipiente de capacidade máxima de 300 ml (trezentos mililitros)	120%
	003) qualquer outra	80%

SECÇÃO VI

PRODUTOS DAS INDÚSTRIAS QUÍMICAS

CAPÍTULO 37

Produtos fotográficos e cinematográficos

NOTA 77 — Estão excluídos deste Capítulo:

- película simples, sem emulsão — Capítulo 39;
- cartão papel e tecido gelatinado baritado ou de qualquer outro modo semi-preparado para uso fotográfico, mas ainda sem camada sensível — Capítulo 48 ou Secção XI.
- cartão, papel e tecido fotográfico, revelado — Capítulo 49;
- lâmpada de queima instantânea ("flash"), "foto-flood" ou qualquer outra para fotografia — Capítulo 85.
- película e fita para registro de som por qualquer outro processo que não o fotoelétrico — Capítulo 92;
- produto auxiliar que não tem emprego direto na obtenção de imagem fotográfica; cola, lápis, tinta para retoque verniz ou qualquer semelhante classificado, segundo sua natureza, em qualquer outro Capítulo.

NOTA 78 — Classifica-se no item 37-08 o produto químico quando se apresentar em preparação ou já dosado para emprego em banho fotográfico.

Item	MERCADORIA	Alíquota "Ad-Valorem"
37-01	Chapa ou placa, sensibilizada, não impressi- onada ou virgem; de vidro, matéria plástica, ou qualquer outra matéria:	
	001) sensibilizada nas duas faces, para rá- diografia	4%
	002) sensibilizada em uma face, para ima- gem monocromática ou em preto e branco	10%
	003) sensibilizada em uma face, para ima- gem policromática	10%

Item	MERCADORIA	Alíquota
		"Ad-Valorem"
37-02	Película sensibilizada, não impressionada (filme virgem), perfurada ou não, em rolo ou tira: 001) película cinematográfica, de 35 mm (trinta e cinco milímetros) 002) película sensibilizada nas duas faces, para radiografia 003) qualquer outra, para imagem monocromática ou em preto e branco 004) qualquer outra, para imagem policromática	10% 4% 20% 20%
37-03	Cartão, papel ou tecido, sensibilizado — virgem: 001) para imagem monocromática ou em preto e branco 002) para imagem policromática	30% 30%
37-04	Chapa, película, ou placa, impressionada, mas não revelada, negativa ou positiva	30%
37-05	Chapa, película, placa não perfurada e película perfurada de comprimento máximo de 4 m (quatro metros) impressionada e revelada, negativa ou positiva	20%
37-06	Película cinematográfica, impressionada e revelada, contendo apenas registro do som, sem imagem	25%
37-07	Película cinematográfica, incluída a película perfurada de mais de 4 m (quatro metros) de comprimento, impressionada e revelada, muda ou com registro simultâneo de imagem e de som, negativa ou positiva: 001) jornal cinematográfico 002) filme educativo ou científico 003) qualquer outra, negativa, monocromática ou em preto e branco 004) qualquer outra, negativa, policromática 005) qualquer outra, positiva, monocromática ou em preto e branco 006) qualquer outra, positiva, policromática	Cr\$ 1,00 p/metro linear Livre Cr\$ 1,00 p/metro linear Cr\$ 1,00 p/metro linear Cr\$ 1,50 p/metro linear Cr\$ 1,50 p/metro linear
37-08	Preparação para uso fotográfico e produto químico: 001) emulsão para preparação de superfície sensível 002) revelador, fixador, produto para intensificação, redução, ou viragem e qualquer outra preparação ou produto para uso fotográfico	15% 80%

SECÇÃO VI

PRODUTOS DAS INDÚSTRIAS QUÍMICAS

CAPÍTULO 38

Produtos diversos das indústrias químicas

NOTA 79 — Estão excluídos deste Capítulo:

- a) antisséptico e semelhante, inseticida, produto desinfetante, isolado, com classificação própria noutro capítulo — flôr de piretro em pó — Capítulo 2; extrato de piretro — Capítulo 13; óleo de creosoto mineral — Capítulo 27 e semelhante;
- b) breu-de borganha — Capítulo 13;
- c) resina e goma — Capítulo 13; tanino — Capítulo 32; dextrina, amido solúvel e cola — Capítulo 35;
- d) levedura e fermento artificial — Capítulo 21;
- e) produto químico de constituição definida (Capítulos 28 e 29);
- f) produto constituindo medicamento — Capítulo 30;
- g) secante à base de resinato — Capítulo 32 e sabão de resina — capítulo 34;
- h) preparação desodorizante — Capítulo 33 e sabão desinfetante — capítulo 34;
- i) subproduto terpênico residual da desterpenação de óleo essencial — Capítulo 33;
- j) produto umedeecedor, detergente, emulsionante ou anti-espumante — Capítulo 34;
- l) albumina de sangue e de ovo; gelatina e peptona — Capítulo 35;
- m) carvão de madeira — Capítulo 44.

Item	MERCADORIA	Alíquota "Ad-Valorem"
38-01	Grafite coloidal, em suspensão aquosa	25%
38-02	Negro animal:	
	001) de marfim	25%
	002) de osso e qualquer outro	25%
38-03	Carvão ativo, absorvente, descorante ou despo-	
	larizante; argila, sílica, terra e qualquer	
	outro produto semelhante ativado:	
	001) carvão ativo	30%
	002) argila, sílica, terra e qualquer produto	
	semelhante, ativado	25%
38-04	Água amoniacal e qualquer outro resíduo amo-	
	niacal proveniente da purificação do gás de	
	iluminação	25%

Item	MERCADORIA	Alíquota <i>ad-valorem</i>
38-05	"Tall-oil" bruto ou destilado: 001) bruto 002) destilado ou bi-destilado	50% 50%
38-06	Linhissulfito — produto residual da fabricação da pasta de celulose pelo processo sulfito	30%
38-07	Essência de madeira de pinho ou essência de pinho, essência de terebentina e qualquer outro solvente terpênico semelhante proveniente da destilação, ou de qualquer outro tratamento da madeira de conífera; óleo de pinho: 001) essência de terebentina (aguarras) ... 002) qualquer outro solvente terpênico semelhante 003) óleo de pinho ("pine oil") 004) terpineol bruto	15% 15% 15% 15%
38-08	Colofônia e breu resinoso, inclusive a resina de "tall-oil", ("tall-rosin")	15%
38-09	Qualquer outro produto da destilação da madeira: alcitrão de madeira, óleo de creosoto, pirolinhito ou qualquer outro exclusive o álcool metílico bruto: 001) alcitrão de madeira 002) creosoto e qualquer outro óleo de alcitrão de madeira 003) pirolinhito 004) qualquer outro	15% 15% 15% 15%
38-10	Óleo de resina, descarboxilado ou não; resinato, inclusive abietato: 001) óleo de resina 002) resinato de cálcio 003) resinato de cobalto 004) resinato de etila 005) resinato de manganês 006) resinato de metila 007) resinato de zinco 008) qualquer outro	15% 15% 15% 15% 15% 15% 15% 15%
38-11	Pez (breu) vegetal de qualquer espécie exclusive a do item 38-08; pez do cervejeiro, pez naval ou qualquer outra preparação semelhante à base de colofônia, ou pez vegetal, inclusive aglomerante para molde ou núcleo de fundição: 001) pez de cervejeiro, pez de fogueteiro, pez naval ou qualquer outra preparação semelhante à base de colofônia, ou pez vegetal 002) pez vegetal 003) aglomerante resinoso para molde ou molde de fundição	15% 25% 25%

Item	MERCADORIA	Alíquota "Ad. Valorem"
38-12	<p>Preparação anticriptogâmica, antissética, carrapaticida, desinfetante, formicida, herbicida, inseticida e semelhante, inclusive isca tóxica para animal:</p> <p>001) preparação antissética, desinfetante e semelhante 40%</p> <p>002) preparação carrapaticida, formicida, inseticida e semelhante 40%</p> <p>003) preparação anticriptogâmica, herbicida e semelhante 10%</p> <p>004) isca tóxica 10%</p>	
38-13	<p>Preparação para apresto e acabamento, à base de substância amilácea, de caseína, gelatinosa, de goma vegetal, mucilaginosa e de substância semelhante para indústria de couro, de papel, têxtil ou qualquer outra; preparação curtiente ou mordente:</p> <p>001) preparação curtiente ou mordente não especificada nem compreendida em qualquer outra parte 50%</p> <p>002) qualquer preparação não especificada nem compreendida em outra parte para apresto e acabamento à base de substância amilácea, de caseína gelatinosa, de goma vegetal, mucilaginosa e de substância semelhante, para indústria de couro, de papel, têxtil e qualquer outra 50%</p>	
38-14	<p>Fluxo e preparação auxiliar para soldagem de metal 30%</p>	
38-15	<p>Preparação aceleradora ou retardadora de vulcanização 15%</p>	
38-16	<p>Meio de cultura especialmente preparado para microbiologia e pesquisa de laboratório</p>	Livre
37-17	<p>Preparação e carga para extintor de incêndio; bomba e granada extintora:</p> <p>001) preparação e carga 25%</p> <p>002) bomba e granada extintora 25%</p>	
38-18	<p>Mistura de solvente ou de diluente utilizada na preparação ou para remover ou limpar tinta, verniz ou produto semelhante 60%</p>	
38-19	<p>Qualquer preparação, produto químico, produto residual e subproduto da indústria química não especificado nem compreendido em outra parte:</p> <p>001) ácido alginico e alginato 15%</p> <p>002) ácidos naftênicos (mistura de ácidos) 15%</p> <p>003) aditivo para óleo ou graxa lubrificante 15%</p> <p>004) aglomerante, não resnoso, para núcleo ou molde de fundição 40%</p>	

Item	MERCADORIA	Aliquota Especifica
005)	cal sodada	10%
006)	"factis"	25%
007)	fluido para freio hidráulico	80%
008)	lixivia residual de carnalita	40%
009)	lixivia residual da fabricação da pasta de celulose pelo processo da soda ou do sulfato	40%
010)	óleo de cade	4%
011)	óxido de ferro alcalinizado para de- puração de gás	40%
012)	pirômetro fusível	25%
013)	preparação à base de alginato para molde dentário	50%
014)	preparação à base de goma-laca, para disco fonográfico	40%
015)	preparação à base de substância albu- minosa, ou gelatinosa, para clarifica- ção de bebida	40%
016)	preparação anti-ácida ou impermeabi- lizante para cimento	30%
017)	preparação anti-oxidante, para indús- tria de borracha	15%
018)	preparação catalizadora ou endurece- dora, para cola, resina sintética e se- melhante	40%
019)	preparação catalizadora, para "cra- cking" de petróleo	4%
020)	preparação ou composição absorvente à base de bário, cério, zircônio ou outro, para obtenção de vácuo em tubo ou válvula elétrica	40%
021)	preparação desincrustante, anti-corro- siva ou anti-oxidante	50%
022)	preparação ignífuga ou impermeabi- lizante, de couro, têxtil, papel e se- melhante	60%
023)	preparação para correção de estêncil e semelhante	60%
024)	preparação para isolamento térmico ..	40%
025)	reativo composto, para diagnóstico e reagente composto, para laboratório ..	10%
026)	zeólito artificial, permutita e seme- lhante para tratamento de água	15%
027)	qualquer outro	25%

SEÇÃO VII

PLÁSTICOS, RESINAS SINTÉTICAS E SUAS MANUFATURAS; BORRACHAS
E SUAS MANUFATURAS

CAPÍTULO 39

Materias plásticas, resinas sintéticas e suas manufaturas

NOTA 80 — Classificam-se neste Capítulo:

- a) a matéria plástica ou resina artificial ou sintética, obtida por síntese ou pela modificação de substância natural, adicionada ou não

de plastificante, corante, carga tal como celulose química ou mecânica, fibra, papel ou tecido, substância mineral ou qualquer outra matéria, desde que não perca o caráter de plástico ou resina artificial ou sintética;

- b) o derivado da celulose e sua matéria plástica;
- c) o produto semi-manufaturado: folha, placa, película, estratificado ou laminado, bastão, tubo ou qualquer outra semi-manufatura e a obra de matéria plástica não especificada nem compreendida em qualquer outro Capítulo.

NOTA 81 — Estão excluídas dos itens 39-03, 39-08, 39-11, 39-14 e 39-15: toalha, cortina, carta de jogar ou qualquer outra obra em peça, por cortar.

NOTA 82 — Estão excluídos deste Capítulo:

- a) verniz — Capítulo 32 — e cola — Capítulo 35;
- b) borracha sintética e borracha endurecida — Capítulo 40;
- c) artigo de seio, arrieiro ou artigo de viagem — Capítulo 42;
- d) obra de espartaria e cestaria — Capítulo 46;
- e) têxtil artificial ou sintético — Secção XI;
- f) bengala, chapéu, guarda-chuva, leque, sapato ou qualquer outro artigo da Secção XII;
- g) artigo de bijuteria e fantasia — Capítulo 71;
- h) máquina, aparelho e material elétrico — Secção XVI;
- i) parte e peça de material de transporte — Secção XVII;
- j) matéria plástica trabalhada para ótica, instrumento de desenho ou qualquer outro artigo do Capítulo 90;
- k) artigo de relojoaria — Capítulo 91;
- m) instrumento de música ou qualquer outro artigo do Capítulo 92;
- n) móvel é parte de móvel — Capítulo 94;
- o) pincel ou qualquer outro artigo do Capítulo 96;
- p) brinquedo, jogo ou qualquer outro artigo do Capítulo 97;
- q) cachimbo, caneta, piteira ou qualquer outro artigo do Capítulo 98.

NOTA 83 — O copolímero de resina especificada neste Capítulo segue o regime do polímero de taxa mais elevada.

NOTA 84 — O importador de resina dos itens: 39-01, 39-02, 39-06, 39-07, 39-09, 39-10, 39-13, 39-14 e 39-15 é obrigado a declarar o nome científico e, quando houver, o comercial.

A falta desta declaração ou declaração não correspondente ao produto importado, implicará na aplicação de direito igual à maior alíquota do Capítulo.

Item	MERCADORIA	Alíquota "Ad-Valorem"
39-01	Matéria plástica e resina artificial ou sintética de condensação, policondensação ou polimerização, modificada ou não, líquida ou pastosa, inclusive dispersão, emulsão ou solução:	
	001) acetato de polivinila	60%
	002) álcool polivinílico	60%
	003) acrílica e metacrílica	60%
	004) alquídica	60%
	005) aminada; de uréia, melamina ou qualquer outra	60%
	006) cloreto de polivinila	60%
	007) cloro-acetato de polivinila	60%
	008) sumaronina-indeno	60%

Item	MERCADORIA	Aliquota "Ad. Valorem"
	009) etoxilina	30%
	010) fenólica	60%
	011) poliamídica	30%
	012) polietilênica	50%
	013) polistirênica	60%
	014) polivinilidênica	60%
	015) silicone e sua graxa ou óleo	30%
	016) qualquer outra	60%
39-02	Materia plástica e resina artificial ou sintética de condensação policondensação ou polimerização, modificada ou não, em flocos grânulo, grumo, pedaço, pó ou forma semelhante, não manufaturada, inclusive resíduos:	
	001) acetado de polivinila	60%
	002) álcool polivinílico	30%
	003) resina acrílica e metacrílica em pó para uso odontológico, pigmentada ou não tamis (mesch) de 50 a 400	60%
	004) outra resina acrílica e metacrílica	30%
	005) alquídica	90%
	006) aminada; de ureia, melamina ou qualquer outra	30%
	007) cloreto de polivinila	60%
	008) cloro-acetato de polivinila	60%
	009) cumarona-indeno	60%
	010) etoxilina	30%
	011) fenólica	60%
	012) poliamídica	30%
	013) polietilênica	50%
	014) polistirênica	60%
	015) polivinilidênica	30%
	016) silicone	30%
	017) qualquer outra	60%
39-03	Materia plástica e resina artificial ou sintética de condensação policondensação ou polimerização modificada ou não, em forma semi-manufaturada:	
	001) barra, bastão, bloco, perfilado, placa, tubo ou qualquer outra forma semi-manufaturada	80%
	002) folha, lâmina, película de resina acrílica ou metacrílica	80%
	003) qualquer outra folha, lâmina ou película	100%
	004) laminado estratificado, com papel tecido ou qualquer outra carga laminar	80%
	005) película de polivinilbutiral para vidro de segurança	30%
39-04	Celulose regenerada: celofane ou qualquer outra:	
	001) folha ou película, impermeabilizada	80%
	002) qualquer outra folha ou película	80%
	003) película tubular - tripa para salsicharia	50%

Item	MERCADORIA	Alíquota "Ad-Valorem"
39-05	004) em qualquer outra forma ou semi-manufaturada	30%
	Fibra vulcanizada:	
	001) em folha, até 1mm (um milímetro) de espessura ("fishpaper")	30%
	002) em folha, de mais de 1 mm (um milímetro) de espessura ou em lâmina ou placa	30%
	003) barra, bastão, bloco, perfilado, tubo ou qualquer outra forma semi-manufaturada	30%
39-06	Éster de celulose, líquido ou pastoso, inclusive dispersão, emulsão ou solução:	
	001) acetato de celulose	40%
	002) aceto-butirato de celulose	40%
	003) nitrato de celulose, inclusive o colódio industrial	40%
	004) qualquer outro	40%
39-07	Éster de celulose, em floco, grânulo, grumo, pedaço, pó ou qualquer outra forma semelhante, não manufaturada, inclusive resíduo:	
	001) acetato de celulose, com adição de carga, matéria corante, plastificante ou qualquer outra matéria	60%
	002) acetato de celulose, sem adição de carga, matéria corante, plastificante ou qualquer outra matéria	40%
	003) aceto butirato de celulose	40%
	004) nitrato de celulose, com adição de carga, matéria corante, plastificante ou qualquer outra matéria	30%
	005) nitrato de celulose sem adição de carga, matéria corante, plastificante ou qualquer outra matéria	40%
	006) qualquer outro	40%
39-08	Éster de celulose, em forma semi-manufaturada:	
	001) barra, bastão, bloco, perfilado, placa ou qualquer outra forma semi-manufaturada	50%
	002) laminado estratificado	50%
	003) folha ou película	50%
	004) folha, lâmina ou placa de nitrato de celulose	30%
39-09	Éter ou qualquer outro derivado de celulose, líquido ou pastoso, inclusive dispersão, emulsão ou solução:	
	001) benzil-celulose	40%
	002) carboxi-metil-celulose e seus sais	10%
	003) etil-celulose	30%
	004) hidroxietil-celulose	30%

Item	MERCADORIA	Alíquota
		"Ad. Valorem"
	005) metil-celulose	10%
	006) qualquer outro	40%
39-10	Éter ou qualquer derivado de celulose, em flocos, grânulo, grumo, pedaço ou qualquer outra forma semelhante não manufaturada, inclusive resíduo:	
	001) benzil-celulose	40%
	002) carboxi-metil-celulose e seus sais	10%
	003) etil-celulose	30%
	004) hidroxietil-celulose	30%
	005) metil-celulose	10%
	006) qualquer outro	40%
39-11	Éter ou qualquer outro derivado de celulose em forma semi-manufaturada:	
	001) barra, bastão, bloco, laminado, placa, perfilado ou qualquer outra forma semi-manufaturada	50%
	002) folha ou película	50%
39-12	Caseína ou gelatina endurecida e qualquer outra matéria plástica albuminóide:	
	001) em flocos, grânulo, grumo, pedaço, pó ou qualquer outra forma semelhante não manufaturada	60%
	002) em folha ou película	100%
	003) em barra, bastão, bloco, laminado, perfilado, tubo ou qualquer outra forma, semi-manufaturada	60%
39-13	Derivado de colofônia ou de resina natural:	
	001) colofônia ou resina natural, desproporcionada, hidrogenada ou polimerizada	30%
	002) colofônia ou resina natural esterificada como poli-álcool — "éster-gum" — e semelhante	50%
	003) qualquer outra resina artificial derivada de colofônia ou de resina natural	30%
39-14	Derivado de borracha natural, exclusive a borracha endurecida-ebonite:	
	001) cloreto e cloridrato de borracha, em forma líquida ou pastosa inclusive dispersão emulsão ou solução	30%
	002) cloreto e cloridrato de borracha, em flocos, grânulo, grumo, pó ou qualquer outra forma semelhante não manufaturada inclusive resíduo	30%
	003) cloreto e cloridrato de borracha, em folha ou película	50%
	004) qualquer outra matéria plástica derivada da borracha natural em líquido ou pasta, inclusive dispersão emulsão ou solução, flocos, grânulo, grumo, pedaço, pó ou forma semelhante, não manufaturada, inclusive resíduo	30%

Item	MERCADORIA	Alíquota "Ad. Valorem"
	005) qualquer outra matéria plástica derivada de borracha natural, em forma semi-manufaturada	50%
39-15	Qualquer matéria plástica ou resina artificial ou sintética não especificada nem compreendida em outra parte:	
	001) líquida ou pastosa, inclusive dispersão, emulsão ou solução	30%
	002) em pedaço, grânulo, grumo, floco, pó ou qualquer outra forma semelhante não manufaturada, inclusive residuo ..	30%
	003) folha e película	50%
	004) em placa, barra, bastão, bloco, estratificado, perfilado ou qualquer outra forma semi-manufaturada	50%
39-16	Qualquer obra de matéria plástica ou resina artificial ou sintética não especificada nem compreendida em outra parte:	
	001) artigo doméstico de qualquer matéria plástica	120%
	002) capa para móvel, piano, automóvel, máquina, inclusive de escrever, calcular ou qualquer outra	120%
	003) frasco e garrafa	120%
	004) saco para embalagem	120%
	005) tela para projeção cinematográfica ..	120%
	006) qualquer outra	120%

SECÇÃO VII

PLÁSTICOS, RESINAS SINTÉTICAS E SUAS MANUFATURAS; BORRACHA E SUAS MANUFATURAS

CAPÍTULO 40

Borracha, borracha sintética, suas obras

NOTA 85 — Salvo disposição em contrário, compreende-se como borracha a natural ("hevea") a balata, a guta-percha ou qualquer outra goma elástica natural semelhante; a borracha sintética.

NOTA 86 — Estão excluídos deste Capítulo:

- verniz — Capítulo 32 — e cola — Capítulo 35, de borracha;
- "factis" — Capítulo 38;
- cloreto de borracha ou qualquer outra matéria plástica derivada da borracha — Capítulo 39;
- tecido e malharia elástico, ou qualquer seu artigo e o recoberto ou impregnado de borracha — Secção XI;

- e) folha, placa, tira, perfilado ou qualquer seu artigo — Secção XI;
- 1 — de outro têxtil recoberto de borracha, contendo 1 (uma) ou mais folhas de tecido, cujo peso não exceda de 1.500 g (mil e quinhentas grammas) por 1 m² (um metro quadrado);
 - 2 — o feltro recoberto ou impregnado de borracha;
- f) calçado e parte de calçado — Capítulo 64;
- g) chapéu — Capítulo 65;
- h) parte ou peça destacada de borracha endurecida (ebonite) para máquina, aparelho mecânico ou elétrico e qualquer artigo de borracha endurecida para uso eletrotécnico — Secção XVI;
- i) qualquer artigo classificado nos Capítulos 90, 92, 94 e 96;
- j) jogo e qualquer artigo de esporte — Capítulo 97;
- k) boião, caneta, lapiseira e qualquer outro artigo do Capítulo 98.

NOTA 87 — Compreende-se como “borracha sintética” — item 40-02 o material termoplástico sintético vulcanizável e cuja termoplaticidade, uma vez vulcanizado, não seja reversível, tal como o polibutadieno (Buna) o polichlorobutadieno (GRM), o polibutadieno-estireno (GRS), o poliacrilonitrila-butadieno (GRA) ou qualquer outro.

NOTA 88 — O fio n.º de borracha vulcanizada de qualquer perfil, cuja maior dimensão, em corte transversal, exceder de 3 mm (três milímetros) é classificado no item 40-07.

Item	MERCADORIA	Aliquota “Ad-Valorem”
40-01	Balata, borracha, guta-percha e goma natural semelhante, em bruto, inclusive o látex amoniacal	30%
40-02	Borracha sintética, em bruto inclusive o látex:	
	001) copolímero de butadieno-estireno (Buna S ou GRS)	15%
	002) copolímero de poliacrilonitrila-butadieno (Buna N ou GRA)	20%
	003) polímero de butadieno (Buna)	20%
	004) polímero de clorobutadieno (neopreno ou policloropreno)	20%
	005) polímero de polissulfeto de alcoho (“thickol” ou tioplasto)	20%
	006) qualquer outra	20%
40-03	Borracha recuperada ou regenerada, pó e resíduo de borracha não endurecida; pedaço de obra utilizável apenas para recuperação da borracha:	
	001) borracha recuperada ou regenerada ...	60%
	002) aparta, pó e qualquer artigo usado de borracha não endurecida, utilizável apenas para recuperação da borracha	60%
40-04	Folha, placa ou tira de borracha não vulcanizada	60%

Item	MERCADORIA	Alquota "Ad. Valorem"
40-05	Qualquer artigo de borracha não vulcanizada, não especificado nem compreendido em outra parte: 001) adesivo de borracha sobre papel, tecido, matéria plástica, ou suporte de outra matéria 002) emulsão, solução ou dispersão de borracha 003) fio têxtil impregnado de borracha ... 004) qualquer outro	100% 100% 100% 100%
40-06	Fio e cordão de borracha vulcanizada, recoberto ou não de têxtil; fio têxtil impregnado ou recoberto de borracha vulcanizada ..	100%
40-07	Folha perfurado placa e tira de borracha vulcanizada	100%
40-08	Mangueira e tubo, com ou sem bocal, revestido ou não de arame, com ou sem tecido interior ou exterior: 001) mangueira de alta pressão, de mais de 2.500 F (duas mil e quinhentas libras) por 1,7 (uma polegada quadrada) 002) qualquer outro	30% 100%
40-09	Correia transportadora ou de transmissão, com ou sem tecido ou fio têxtil ou metálico	100%
40-10	Pneumático, câmara de ar, banda ("flap"), para roda de veículos ou aeronave	100%
40-11	Artigo de higiene e farmácia, de borracha vulcanizada, com ou sem parte de borracha endurecida: 001) bico para mamadeira e chupeta ... 002) dedeira e preservativo 003) péra para conta-gota para vaporizador ou semelhante 004) saco para água ou gelo 005) qualquer outro	100% 100% 100% 100% 60%
40-12	Vestimenta e acessório de vestimenta, para qualquer fim, exclusivamente de borracha vulcanizada: 001) avental, luva e vestimenta com preparo para proteção contra raio X 002) luva para cirurgia 003) luva protetora para alta tensão 004) qualquer outro	15% 60% 60% 100%
40-13	Qualquer artigo de borracha vulcanizada, não especificado nem compreendido em outra parte: 001) algarismo ou letra para carimbo 002) almofada colchão ou travesseiro de espuma de borracha 003) borracha de lápis, para apagar	100% 100% 100%

Item	MERCADORIA	Alíquota "Ad-Valorem"
40-14	004) capacho ou tapete	100%
	005) anel, arruela ou gacheta	100%
	006) guarnição laçrillo ou mosaico	100%
	007) rôlha, com ou sem furo	100%
	008) qualquer outro	100%
	Borracha endurecida (ebonite), em bastão, fôlha, massa, placa; apara, pó ou residuo de borracha endurecida:	
	001) em apara, massa, pó ou residuo	60%
	002) bastão, perfil ou tubo	60%
	003) fôlha ou película	60%
40-15	Qualquer obra de borracha endurecida (ebonite)	100%

SECÇÃO VIII

COUROS E PELES E SUAS MANUFATURAS; ARTIGOS DAS INDÚSTRIAS AFINIS

CAPÍTULO 41

Peles e couros

NOTA 89 — Estão excluidos dêste Capítulo:

- a) apara e residuo de pele bruta — Capítulo 05;
- b) pele com pêlo, não nominalmente especificada neste Capítulo, pele de "astrakan" ou de caracul, pele de qualquer animal, aprestada para peleteria — Capítulo 43.

Item	MERCADORIA	Alíquota "Ad-Valorem"
41-01	Pele bruta, fresca ou verde, salgada, sêca, salgada-sêca, tratada com cal, ou piclada:	
	001) de alce, rena ou veado, com ou sem pêlo	50%
	002) de bezerro, com ou sem pêlo	20%
	003) de qualquer outro bovino, inclusive búfalo com ou sem pêlo	50%
	004) de caprino, com ou sem pêlo	50%
	005) de cobra, jacaré, lagarto e semelhante	50%
	006) de equideo, com ou sem pêlo	50%
	007) de ovino, com ou sem pêlo	50%
	008) de porcino, inclusive o pécari, com ou sem pêlo	50%
	009) qualquer outra sem pêlo	50%

Item	MERCADORIA	Alíquota "Ad-Valorem"
41-02	Pele ou couro, de bovino, inclusive búfalo, e de equídeo, preparado, exceto o dos itens 41-06 a 41-08, com ou sem pêlo: 001) couro de bezerro curtido ao cromo ("box-calf") 002) qualquer outro	60% 100%
41-03	Pele de ovino, preparada, exclusive a dos itens 41-06 a 41-08 com ou sem pêlo: 001) simplesmente curtida 002) com qualquer outro preparo	100% 100%
41-04	Pele de caprino, preparada, exclusive a dos itens 41-06 a 41-08, com ou sem pêlo: 001) simplesmente curtida 002) com qualquer outro preparo	100% 100%
41-05	Pele de qualquer outro animal, preparada, exclusive a dos itens 41-06 a 41-08: 001) de alce, rena, ou veado, com ou sem pêlo 002) de cobra, jacaré, lagarto e semelhante 003) de porcino, com ou sem pêlo 004) qualquer outra, sem pêlo	100% 100% 100% 100%
41-06	Pele de camurça, com ou sem pêlo, preparada e qualquer outra pele ou couro, acamurçado	100%
41-07	Pele ou couro, apergaminhado	100%
41-08	Pele ou couro, envernizado ("patent leather") ou metalizado: 001) envernizado ("patent leather") 002) metalizado	100% 100%
41-09	Apara e resíduo de pele e couro preparado ...	50%
41-10	Couro artificial ou reconstituído, contendo couro ou fibra de couro; em folha, placa ou rôlo	100%

SECÇÃO VIII

COUROS E PELES E SUAS MANUFATURAS; ARTIGOS DAS INDÚSTRIAS AFINS

CAPÍTULO 42

Artigos de couro; artigos de seleiro e arrieiro; malarria e outros artigos de viagem, bôlsas, carteiras, cigarreiras e semelhantes; obras de tripa

NOTA 90 — Estão excluídos dêste Capítulo:

a) categate acondicionado para sutura cirúrgica — Capítulo 30;

- b) vestuário e acessório para vestuário de couro, forrado interiormente, no todo ou em parte, de peleteria natural ou artificial, nem como vestuário e acessório com parte exterior de peleteria natural ou artificial, desde que exceda de simples guarnição — Capítulo 43;
- c) caixa estojo e escrínio, de papel ou cartão — Capítulo 49;
- d) saco de embalagem — Capítulo 62;
- e) calçado e parte de calçado — Capítulo 64;
- f) chapéu e parte de chapéu — Capítulo 65;
- g) rebenque, bengala ou qualquer outro artigo do Capítulo 66;
- h) móvel e parte de móvel — Capítulo 94;
- i) jogo e artigo de esporte — Capítulo 97;
- j) botão ou qualquer outro artigo do Capítulo 98.

NOTA 91 — O pertence contido em bolsa estojo, mala, saco, artigo de viagem e semelhante é classificado separadamente, segundo sua natureza salvo quando não possa ser destacado sem dano para o continente, ou para ele próprio

NOTA 92 — A bolsa ou estojo que tiver mais de 50 cm (cinquenta centímetros) de comprimento na maior dimensão, é classificado como mala. Inversamente, a mala que tiver 50 cm (cinquenta centímetros) ou menos de comprimento, na maior dimensão, é classificada como bolsa ou estojo.

NOTA 93 — Considera-se carteira o artefato que contendo aba, fecha por transposição ou pelo lado.

Item	MERCADORIA	Aliquota
		Ad-Valorem
42-01	Artigo de seleiro e arrieiro, de qualquer matéria:	
	001) de couro	100%
	002) de matéria plástica	100%
	003) de têxtil ou recoberto de têxtil	100%
	004) de qualquer outra matéria	100%
42-02	Bainha, de couro, para arma branca	120%
42-03	Balde, caçamba, celha e semelhante	100%
42-04	Bolsa, estojo, e saco, de couro artificial, natural ou reconstituído, fibra vulcanizada, matéria plástica, ou tecido, para viagem ou qualquer outro fim:	
	001) de couro	120%
	002) de fibra vulcanizada	120%
	003) de matéria plástica	120%
	004) de têxtil ou recoberto de têxtil	120%
42-05	Bolsa para fumo, carteira, charuteira, porta-moeda e porta-chave, de couro artificial, natural ou reconstituído, fibra vulcanizada, matéria plástica, ou tecido:	
	001) de couro	120%
	002) de fibra vulcanizada	120%

Item	MERCADORIA	Aliquota "Ad-Valorem"
	003) de matéria plástica	120%
	004) de têxtil ou recoberto de têxtil	120%
42-06	Mala, de qualquer formato, com ou sem armação de outra matéria com ou sem gaveta ou cabide de couro artificial, natural ou reconstituído, cartão, fibra vulcanizada, matéria plástica ou tecido:	
	001) de cartão ou fibra vulcanizada	120%
	002) de couro	120%
	003) de matéria plástica	120%
	004) de têxtil ou recoberto de têxtil	120%
42-07	Vestuário e acessório de couro artificial, natural ou reconstituído:	
	001) avental	120%
	002) cinto, cinturão, talim ou talabarte	120%
	003) luva de proteção, para trabalho manual	50%
	004) qualquer outra luva	120%
	005) manta	120%
	006) roupa feita	120%
	007) qualquer outro	120%
42-08	Artigo de couro artificial, natural ou reconstituído para uso técnico:	
	001) arruela e gacheta	50%
	002) caçamba e copo para transportador	50%
	003) correia ensebada, para ligação de marlete de tea	50%
	004) correia para máquina guarnecida ou não de metal comum inclusive transportadora ou de transmissão	50%
	005) diafragma para medidor de gás e qualquer outra parte de couro de instrumento classificado no Capítulo 90	50%
	006) mangueira, com ou sem virola de metal	50%
	007) martelo de couro	50%
	008) qualquer outro	50%
42-09	Qualquer obra de couro artificial natural ou reconstituído não especificada nem compreendida em outra parte	120%
42-10	Obra de tripa; "baudruche"; obra de bexiga ou de tendão:	
	001) fio de tripa de carneiro, a granel, para sutura cirúrgica	10%
	002) corda para raqueta, fio para pesca ou outro fim	50%
	003) "baudruche"	50%
	004) qualquer outra	120%

SECÇÃO VIII

COUROS E PELES E SUAS MANUFATURAS; ARTIGOS DAS INDÚSTRIAS AFINES

CAPÍTULO 43

Artigos de peleteria; suas manufaturas

NOTA 94 — Estão excluídos deste Capítulo:

- a) a pele com pêlo, nominalmente especificada no Capítulo 41;
- b) luva com parte de peleteria e parte de couro — Capítulo 42;
- c) calçado e parte de calçado — Capítulo 64;
- d) chapéu e parte de chapéu — Capítulo 65;
- e) artigo de esporte — Capítulo 97.

NOTA 95 — Classifica-se nos itens 43-03 ou 43-04, conforme o caso, a vestimenta ou acessório, não excluído na nota anterior, forrado interiormente de peleteria, ou com parte exterior de peleteria, desde que exceda de simples guarnição.

NOTA 96 — Considera-se peleteria artificial a imitação de pele de peleteria, constituída de lã, pêlo ou qualquer outra fibra, costurada ou aderida a tecido, couro, ou qualquer outra matéria.

Item	MERCADORIA	Aliquota
		"Ad-Valorem"
43-01	Pele de peleteria, bruta:	
	001 de coelho ou de lebre	10%
	002) qualquer outra	60%
43-02	Pele de peleteria, preparada, inteira ou em pedaço costurada ou não:	
	001) de coelho ou de lebre	80%
	002) qualquer outra	60%
	003) apara e residuo de coelho ou lebre ...	30%
	004) qualquer outra apara ou residuo	60%
43-03	Confecção de pele de peleteria	
	001) de coelho ou de lebre	150%
	002) qualquer outra	150%
43-04	Pele de peleteria artificial e sua confecção:	
	001) inteira ou em pedaço	120%
	002) em obra ou confeccionada	150%

SECÇÃO IX

MADEIRA E ARTIGOS DE MADEIRA; CARVÃO VEGETAL; CORTIÇA E ARTIGOS DE CORTIÇA; OBRAS DE ESPARTARIA E TRANÇARIA E OUTROS MATERIAIS DE CESTARIA

CAPÍTULO 44

Madeiras e obras de madeira; carvão vegetal

NOTA 97 — Estão excluídos deste Capítulo:

- a) lenho para inseticida, medicina, parasiticida ou perfumaria — Capítulo 12;
- b) madeira para tinturaria ou curtume — Capítulo 13;

- c) carvão ativado — Capítulo 38;
- d) calçado e parte de calçado — Capítulo 64;
- e) bengala e parte de bengala, chapéu de chuva ou qualquer outro artigo do Capítulo 66;
- f) veículo ou equipamento de transporte — Secção XVII;
- g) instrumento científico ou qualquer outro artigo do Capítulo 90;
- h) relógio e parte de relógio — Capítulo 91;
- i) instrumento de música — Capítulo 92;
- j) parte e peça de arma — Capítulo 93;
- l) jogo, brinquedo e artigo de esporte — Capítulo 97;
- m) cachimbo e artigo semelhante, botão ou qualquer outro artigo do Capítulo 98.

NOTA 98 — O artigo contido na caixa, escrínio ou estojo pagará direito em separado, segundo sua qualidade.

Item	MERCADORIA	Aliquota "Ad-Valorem"
44-01	Madeira em acha (lenha); resíduo de madeira: 001) madeira em acha (lenha)	60%
	002) aparas, cavaco, graveto, raspa, sobra de manufatura ou qualquer outro resíduo.	60%
44-02	Carvão de madeira	10%
44-03	Madeira bruta, descortçada, desbastada ou não : 001) freixo	10%
	002) qualquer outra	60%
44-04	Madeira cortada, esquadriada ou serrada, longi- tudinalmente, com espessura de mais de 5 mm (cinco milímetros)	80%
44-05	Ladrilho ou taco	80%
44-06	Dormente, para via férrea e fim semelhante .	80%
44-07	Vergõntea fina, ou vara semelhante à de vime; filamento ou lasca, para clarificar líquido, tecer, trançar ou qualquer outro fim	80%
44-08	Madeira adelgada ou arredondada, não curvada não torneada, nem de qualquer outro modo trabalhada, para fabricação de bengala, cabo de ferramenta e fim seme- lhante	80%
44-09	Madeira em fio para cavilha para sapato, fósforo, palito e fim semelhante	80%
44-10	Falha de madeira; madeira em pó e serragem	80%

Item	MERCADORIA	Aliquota "Ad. Valorei"
44-11	Madeira acanalada aplainada, chanfrada, es- triada, com encaixe, entalhe, ranhura, re- baixo e trabalho semelhante	100%
44-12	Folha de madeira de espessura igual ou inte- rior a 5mm (cinco milímetros) reforçada ou não com tecido ou papel	100%
44-13	Madeira compensada; madeira folheada	100%
44-14	Painel celular ou ôco, de madeira folheada, compensada ou não	100%
44-15	Madeira artificial, ou reconstituída, em folha, placa, tábuas e forma semelhante: 001) com encaixe, entalhe, furo, enverniza- da, pintada ou com trabalho seme- lhante	100%
	002) simples	80%
44-16	Moldura e filete, em peça ou por cortar	100%
44-17	Moldura armada, ou cortada	100%
44-18	Ancoreta, balde, barrica, barril, celha, pipa, quartola, tina, tonel e qualquer outra obra de tanoaria: 001) aduela para tanoaria	80%
	002) ancoreta, barrica, barril, pipa, quar- tola e tonel	80%
	003) balde, caçamba, celha ou tina	100%
	004) qualquer outra	100%
44-19	Obra de marcenaria e carpintaria, para cons- trução; construção desmontável, de madeira	100%
44-20	Cabo para ferramenta, pinceis e fim semelhante	120%
44-21	Carretei, espula, ou tubo: 001) para máquina têxtil, com ou sem parte de metal ordinário	60%
	002) qualquer outro	100%
44-22	Caixa, escrínio ou estojo	120%
44-23	Qualquer outra obra de madeira: 001) agulha, furador, lançadeira e seme- lhante própria para crochê, file, trico, bordar ou enfeitar	120%
	002) agulheiro	120%
	003) arco para peneira	120%
	004) armação para sela, selim ou cilhão ..	120%
	005) bastidor arco e grade para bordar ..	120%
	006) bau, chapeleira e mais com ou sem gaveta ou cabide	120%
	007) conta de madeira ou massa, de ma- deira, solta	120%
	008) escada	120%

Item	MERCADORIA	Aliquota "Ad-Valorem"
	009) palito para dente, fósforo, unha e semelhante	120%
	010) para escritório	120%
	011) para serviço de mesa	120%
	012) regua, esquadro, curva, tê e semelhante sem divisão métrica, com ou sem filete de metal	120%
	013) tórno ou pino para calçado	120%
	014) qualquer outra	120%

SECÇÃO IX

MADEIRA E ARTIGOS DE MADEIRA; CARVÃO VEGETAL; CORTIÇA E ARTIGOS DE CORTIÇA;
OBRAS DE ESPARTARIA E TRANÇARIA E OUTROS MATERIAIS DE CESTARIA

CAPÍTULO 45

Cortiça e artigos de cortiça

NOTA 99 — Estão excluídos dêste Capítulo:

- a) calçado e parte de calçado — Capítulo 64;
- b) chapéu e parte de chapéu — Capítulo 65;
- c) brinquedo, jogo e artigo de esporte — Capítulo 97.

Item	MERCADORIA	Aliquota "Ad-Valorem"
45-01	Cortiça natural: 001) em bruto, ou simplesmente desbastada 002) em pó, farelo, serragem, grânulo, raspa ou semelhante	10% 10%
45-02	Cortiça natural, em bloco, folha, lâmina, placa, tira e forma semelhante: 001) folha delgada para boquilha de cigarro ou qualquer outro fim, com ou sem reforço de papel ou tecido	60%
	002) fita para enchimento de almofada ou colchão e semelhante	60%
	003) qualquer outra	60%
45-03	Obra de cortiça natural: 001) boia ou rodeia para rede de pesca ... 002) boia salva-vida	80% 80%
	003) capacho	80%
	004) cinto ou colete salva-vida	80%
	005) cubo, ladrilho, tijolo ou tubo	80%
	006) disco ou rôlha perfurada ou não, para garrafa ou frasco	50%

Item	MERCADORIA	Alíquota "Ad-Valorem"
45-04	007) gacheta	80%
	008) qualquer outra	80%
	Cortiça aglomerada e obra de cortiça aglomerada:	
	001) bloco, folha, lâmina, placa, tira e semelhante	60%
	002) cubo, ladrilho, tijolo ou tubo	80%
	003) disco ou rolha perfurada ou não, para garrafa ou frasco	50%
	004) gacheta	80%
	005) qualquer outra	80%

SECÇÃO IX

MADEIRA E ARTIGOS DE MADEIRA; CARVÃO VEGETAL; CORTIÇA E ARTIGOS DE CORTIÇA;
OBRAS DE ESPARTARIA E TRANÇARIA E OUTROS MATERIAIS DE CESTARIA

CAPÍTULO 46

Obras de espartaria, trançaria e cestaria

NOTA 100 — Considera-se material de trançaria: bambú, cana, cipó, crina vegetal ou artificial, fibra vegetal não preparada para fiação, filamento ou vergõtea de madeira; junco, palha artificial, tira ou casca de vegetal, tira de matéria plástica ou de papel, vime.

NOTA 101 — Estão excluídos deste Capítulo:

- a) artigo de seleiro e arneiro — Capítulo 42;
- b) fio, corda e cabo — Capítulo 59;
- c) calçado e parte de calçado — Capítulo 64;
- d) chapéu e parte de chapéu — Capítulo 65;
- e) bengala, rebenque ou qualquer outro artigo do Capítulo 66;
- f) veículo e cesta para veículo — Capítulo 87;
- g) móvel e parte de móvel — Capítulo 94;
- h) pincel, escôva e artigo semelhante — Capítulo 96;
- i) jogo e artigo esportivo — Capítulo 97;
- j) manequim e semelhante — Capítulo 98.

NOTA 102 — Considera-se material para trançaria paralelizado o artigo constituído do referido material, justaposto ou reunido em forma de folha com ou sem ligamento de cola, fio têxtil ou qualquer outra matéria.

NOTA 103 — O artigo contido na bolsa, cesta ou estojo é classificado separadamente segundo sua natureza, salvo quando não possa ser destacado sem dano para o continente ou para ele próprio.

NOTA 104 — Considera-se carteira o artefacto que, contendo aba, fecha pelo lado ou por transposição.

Item	MERCADORIA	Allquota "Ad-Valorem"
46-01	Trança e artigo semelhante, para qualquer fim : 001) de crina artificial, palha artificial ou de tira de matéria plástica, inclusive com alma de têxtil, revestida de matéria plástica 002) de palha-do-chile, de-manilha (Tagal), ou do-peru e semelhante 003) de tira de papel, recoberta ou não de matéria plástica 004) qualquer outra	100% 60% 100% 100%
46-02	Material de trançaria, tecido ou paralelizado com ou sem ligação de cola, fio têxtil ou qualquer outra matéria; palhão e capa para frasco: 001) capacho de cairo ou palha de côco .. 002) qualquer outro capacho 003) esteira e esteirinha 004) palhão e capa para garrafa 005) passadeira e tapete 006) peneira 007) tecido de crina artificial, palha artificial, ou de tira de matéria plástica, inclusive com alma de têxtil, com ou sem trama de qualquer outra matéria 008) tecido de unco ou rotim 009) tecido de palha ou outra fibra, revestida ou não de matéria plástica 010) tecido de tira de papel, recoberto ou não de matéria plástica 011) qualquer outra	100% 100% 100% 100% 100% 100% 100% 100% 100% 100% 100%
46-03	Obra de cestaria espartaria, trançaria e semelhante; obra de artigo classificado nos itens anteriores: 001) carteira, cigarreira e charuteira 002) cesta bolsa e estojo de qualquer tamanho 003) rede para dormir ou qualquer outro fim 004) qualquer outra	120% 120% 120% 120%

SECÇÃO X

MATERIAL PARA FABRICAÇÃO DE PAPEL — PAPEL E SUAS MANUFATURAS

CAPITULO 47

Material para fabricação de papel

NOTA 105 — Como pasta ou polpa para papel, compreende-se a celulose mecânica, semi-química ou química, seca ou úmida, em floco, lâmina,

placa ou pó, destinada à fabricação de papel, de fibra artificial, de matéria plástica ou para outro fim.

NOTA 106 — A folha, lâmina ou placa de celulose está classificada neste Capítulo apenas quando importada com perfuração, seja em forma de circunferência, retângulo ou triângulo de 15mm (quinze milímetros) ou mais de diâmetro, no primeiro caso, e de base nos demais, disposta em linha vertical ou horizontal, separadas as referidas linhas numa e noutra direção, de 12cm (doze centímetros) ou menos, podendo a parte correspondente a essa perfuração se conservar dobrada e aderida à dita placa, por pressão ou qualquer outro processo apresentado porém, solução de continuidade.

Será permitido o desembaraço da celulose irregularmente perfurada ou por circunstância eventual não perfurada, mediante assinatura de termo de responsabilidade pelo qual o importador se obriga a comprovar a aplicação do material.

Pagará o imposto de cartão ou papelão em folha simples a folha lâmina ou placa não perfurada de acordo com esta disposição.

Item	MERCADORIA	Alíquota
		"Ad-Valorem"
47-01	Pasta ou polpa de madeira :	
	001) mecânica ou semi-química	80%
	002) química-sulfato, não branqueada	30%
	003) química-sulfato, não branqueada	30%
	004) química-sulfato, branqueada	30%
	005) química-sulfato, branqueada	30%
	006) qualquer outra	30%
47-02	Pasta ou polpa de esparto, trapo ou fibra semelhante	30%
47-03	Apara, resíduo de cartão, e papel; obra velha imprestável, de cartão ou de papel	80%

SECÇÃO X

MATERIAL PARA FABRICAÇÃO DE PAPEL — PAPEL E SUAS MANUFATURAS

CAPÍTULO 48

Papel e cartão; obras de papel, de cartão, de pasta de celulose

NOTA 107 — Salvo disposição expressa em contrário, classifica-se nos itens 48-01 a 48-03, inclusive, apenas o cartão ou papel comum, de fabricação mecânica ou manual, acetinado, aspero, calandrado liso ou tendo recebido qualquer outra operação elementar de acabamento.

NOTA 108 — Salvo disposição expressa em contrário, classifica-se nos itens 48-01 a 48-07, inclusive, o cartão e papel em bobina ou rolo, com largura mínima de 16 cm (dezesseis centímetros), inclusive, ou em folha quadrada ou retangular com um lado medindo, no mínimo, 50 cm (cinquenta centímetros).

NOTA 109 — Considera-se cartão, cartolina, ou papelão, o produto cujo peso por metro quadrado, exceder de 180 gr (cento e oitenta grammas).

NOTA 110 — Não é considerado trabalho capaz de modificar sua posição na presente nomenclatura a presença, no papel ou cartão, de marca d'água.

NOTA 111 — Estão excluídos d'este Capítulo:

- a) papel impregnado de sabão — Capítulo 34;
- b) papel ou cartão sensibilizado — Capítulo 37;
- c) laminado de papel ou cartão, fibra vulcanizada e qualquer sua obra — Capítulo 39;
- d) adesivo de borracha em suporte de papel — Capítulo 40;
- e) artigo de viagem, de papel ou cartão — Capítulo 42;
- f) trança ou qualquer outra obra de espartaria, de papel — Capítulo 46;
- g) fio de papel e artigo têxtil de fio de papel — Seção XI;
- h) contraforte, palmilha ou qualquer outra parte de calçado — Capítulo 64;
- i) abrasivo aplicado em papel ou cartão e mica em suporte de papel — Capítulo 68;
- j) folha de metal, aplicada sobre papel — Seção XV;
- l) papel e cartão perfurado para instrumento de música — Capítulo 92;
- m) jogo e artigo de esporte — Capítulo 97;
- n) botão ou qualquer outro artigo de cartão ou papel do Capítulo 98.

Item	MERCADORIA	Aliquota "Ad-Valorem"
48-01	Papel em bobina, folha ou rôlo, de côr natural, branco, ou tinto na massa pesando até 35 g (trinta e cinco gramas) por 1 m2 (metro quadrado):	
	001) papel de cigarro	50%
	002) papel "kraft", pesando até 20 g (vinte gramas) inclusive	40%
	003) papel de seda, até 20 g (vinte gramas) por m2 (metro quadrado), próprio para embalagem de fruta, nas condições exigidas pelo Ministério da Agricultura ..	4%
	004) qualquer outro	80%
48-02	Papel de mais de 35 g (trinta e cinco gramas) até 180 g (cento e oitenta gramas) por 1 m2 (metro quadrado) e cartão, em bobina, folha ou rôlo, de côr natural, branco ou tinto na massa:	
	001) papel ou cartão baritado para fabricação de papel sensibilizado para fotografia	10%
	002) papel para desenhar, escrever ou imprimir	80%
	003) papel de embalagem ("kraft", manilha ou qualquer outro) comum	80%
	004) papel para filtração	20%
	005) papel secante (mata-borrão)	80%
	006) "Standard" para impressão de jornal e revista mesmo "couché"	Livre

Item	MERCADORIA	Alíquota
		"Ad. Valorem"
	007) "Standard", áspero, acetinado, calandrado, "couché", "off-set" para impressão de livro, que contiver em toda a sua largura ou comprimento linhas d'água (vergé), separadas na dimensão de 4 (quatro) a 6 (seis) centímetros	Livre
	008) Papel base para decalcomania	40%
	009) Qualquer outro	80%
48-03	Papel e cartão, cristal, "grease-proof", pergaminho, vegetal e semelhante:	
	001) papel cristal, "grease-proof", vegetal e semelhante	80%
	002) papel e cartão pergaminho	80%
48-04	Papel e cartão reunido por colagem não impregnado, nem recoberto superficialmente, reforçado interiormente ou não:	
	001) com reforço interior de fio têxtil, ou metálico, tecido ou não	40%
	002) qualquer outro	80%
48-05	Papel e cartão, crepeado, gofrado, graneado, martelado, ondulado ou corrugado, estampado em relevo e semelhante ou perfurado	80%
48-06	Papel e cartão pautado, riscado ou quadriculado:	
	001) milimetrado	40%
	002) qualquer outro	100%
48-07	Papel e cartão, coberto, inclusive o colorido na superfície e o decorado ou com impressão, ou impregnado:	
	001) papel carbono, indigo e semelhante ..	80%
	002) papel e cartão aveludado	80%
	003) papel e cartão colorido na superfície, estampado, fantasia ou com impressão de marca comercial ou razão social ..	80%
	004) papel e cartão "couché", mesmo esmaltado ou envernizado, de um ou ambos os lados	80%
	005) papel e cartão encerado, oleado, para-finado ou resinado	40%
	006) papel e cartão impregnado de alcatrão ou betume, com ou sem composição de areia, sílex, ou vidro, para cobertura de casa ou outro fim	80%
	007) papel e cartão impregnado de resina artificial ou sintética	80%
	008) papel e cartão metalizado	80%
	009) papel e cartão revestido de tecido	80%
	010) qualquer outro	80%
48-08	Placa de pasta de papel, para filtração, adicionada ou não de fibra de amianto	30%
48-09	Papel de cigarro, cortado:	
	001) em bobina, ou rôlo, até 16 cm (dezesseis centímetros) de largura	100%

Item	MERCADORIA	Alíquota "Ad-Valorem"
	002) em caderno, folha, maço, mortalha ou tira solta, cortada ou por cortar	100%
48-10	Papel e cartão para forrar parede; lincrusta; papel para vidraça ("vitropane");	
	001) para forrar parede	100%
	002) para vidraça ("vitropane")	100%
	003) lincrusta	100%
48-11	Cobertura de piso, à base de papel ou cartão, com ou sem composição de linóleo; cortado ou não	100%
48-12	Papel carbono, estêncil e semelhante, cortado em qualquer outro formato, acondicionado em caixa ou não:	
	001) estêncil e semelhante, para duplicador	30%
	002) papel para marcação de tecido, encadernação, carneira de chapéu e semelhante	60%
	003) qualquer outro	100%
48-13	Artigo de correspondência, papel de carta, em bloco ou folha; envelope:	
	001) papel de carta, em bloco ou folha solta	120%
	002) envelope	120%
	003) qualquer outro	120%
48-14	Qualquer papel ou cartão em bobina, em rolo ou em tira, com menos de 16 cm (dezesseis centímetros) de largura; em folha de forma quadrada ou retangular, cujo lado não exceda de 50 cm (cinquenta centímetros) ou cortado em qualquer outro formato:	
	001) papel ou cartão corrugado ou ondulado, simples ou colado	120%
	002) papel higiênico, em rolo, ou retângulo	120%
	003) papel de qualquer formato, com risco ou impressão, perfurado ou não, com aplicação exclusiva em aparelho físico	4%
	004) papel para confecção de cartão perfurável destinado à máquina de contabilidade e semelhante, de 0,15 mm (quinze centésimos de milímetros) a 0,19 mm (dezenove centésimos de milímetros) de espessura, o peso por m2 (metro quadrado) entre 140 g (cento e quarenta grammas) e 180 g (cento e oitenta grammas) em bobina até 10 cm (dez centímetros) de largura	20%
	005) papel para confecção de cartão perfurável destinado à máquina de contabilidade e semelhante de 0,15 mm (quinze centésimos de milímetros) a 0,19 mm (dezenove centésimos de milímetros) de espessura, peso por metro quadrado entre 140 g (cento e qua-	

Item	MERCADORIA	Alíquota
		"Ad-Valorem"
	renta gramas) e 180 g (cento e oitenta gramas) em retângulo de formato adequado à aplicação na dita máquina, com risco ou impressão	20%
	006) papel para ensaio químico (papel reativo)	10%
	007) papel para filtração, em retângulo, ou disco, plissado ou não	20%
	008) papel para máquina de endereço, com ou sem preparo de qualquer matéria	80%
	009) tira gomada	100%
	010) qualquer outro	80%
48-15	Caixa, cartucho, escriptorio, estojo, saco e qualquer outra embalagem, de papel ou cartão	100%
48-16	Pasta e capa para escritório	100%
48-17	Registro, caderno, "carnet" de nota, recibo e semelhante agenda artigo escolar, de escritório ou papelaria, bloco, album para mostruário:	
	001) album para cartão postal, desenho, disco fonográfico, fotográfico, selo e semelhante	100%
	002) caderno escolar confeccionado com papel de marca de água com teor de pasta mecânica de madeira mínimo de 50% com formato número de folhas e dizeres estabelecidos pelo Ministério da Educação	Livre
	003) livro de contabilidade, escrituração mercantil, nota ou lembrança e copiadador de carta com folha, lisa, pautada ou riscada substituível ou não, com ou sem impressão	100%
	004) qualquer outro	100%
48-18	Etiqueta, de qualquer espécie, gomada ou não, com ou sem reforço, sem impressão	100%
48-19	Bobina, carretel, espula, tubo e semelhante, para fição, tecelagem, para enrolar linha, papel, tecido ou qualquer outro fim	80%
48-20	Qualquer outra obra de papel, cartão, ou pasta de papel:	
	001) argola para guardanapo, bacia, bandeja, colher corta-papel, peso para papel, pires, prato, xícara e semelhante, para uso doméstico	100%
	002) arruela e gacheta, cortada ou por cortar	100%
	003) cartão cortado, para tear "jacquard", de maquina e semelhante, perfurado ou não	40%
	004) guardanapo, lenço ou toalha	100%

Item	MERCADORIA	Alíquota
		Ad-Valorem
	005) quebra-luz, "chache-pot", jarra e vaso para flor lanterna, porta-cartão, porta-retrato, púcaro para pó de arroz e semelhante	100%
	006) tubo de papel para bebida e refresco	100%
	007) tubo de papel, de cartão ou papelão ou massa de papel, encerado, resinado ou de qualquer outro modo preparado com matéria isolante, para eletricidade	40%
	008) tubo de papel, impregnado ou embebido de alcatrão, betume ou semelhante	40%
	009) qualquer outra	100%

SECÇÃO X

MATERIAL PARA FABRICAÇÃO DE PAPEL — PAPEL E SUAS MANUFATURAS

CAPÍTULO 49

Artigos de livreria e produtos das artes gráficas

NOTA 112 — Estão excluídos deste Capítulo:

- calendário de bloco substituível ou perpétuo, montado em suporte de qualquer outra matéria que não papel ou cartão, classificado conforme a matéria do suporte;
- carta de jogar — Capítulo 97;
- gravura original de estampa e litografia — Capítulo 99.

Item	MERCADORIA	Alíquota
		Ad-Valorem
49-01	Livro, brochura e impresso semelhante, para fim cultural religioso ou didático, mesmo em folha solta, em qualquer idioma:	
	001) com capa de papel ou papelão, envernizado ou não	Livre
	002) com capa de tecido, envernizado ou não	Livre
	003) com capa de couro sem entalhe ou incrustações, capa de matéria plástica e semelhante	Livre
	004) com capa de couro com entalhe ou incrustações, capa de madreperla ou marfim ou tartaruga, seda ou veludo, simples ou com enfeite ou guarnição de qualquer matéria	150%
	005) com caracteres em relevo, sistema Braille	Livre
	006) qualquer outro	25%

Item	MERCADORIA	Aliquota "Ad-Valorem"
49-02	Jornal, revista e qualquer outra publicação periódica, em qualquer idioma	Livre
49-03	Album ou livro de figura com ou sem recorte, relêvo móvel ou não, para criança; brochado, cartonado ou encadernado, em qualquer idioma	4%
49-04	Música, manuscrita ou impressa, ilustrada ou não, mesmo encadernada, contendo ou não relação de qualquer outra obra musical; em qualquer idioma:	
	001) com capa de papel ou papelão	Livre
	002) com capa revestida de tecido, envernizado ou não	Livre
	003) com capa de couro, matéria plástica e semelhante, seda, raion ou veludo	25%
	004) com capa de madreperola, marfim ou tartaruga, simples ou com enfeite ou guarnição de qualquer matéria	25%
	005) com caracteres em relêvo, sistema Braille	Livre
	006) qualquer outra	25%
49-05	Obra cartográfica de qualquer espécie, inclusive carta mural e plano topográfico, impresso em papel ou qualquer outra matéria	Livre
49-06	Planta de arquitetura, engenharia e qualquer outra planta e desenho industrial, a mão, de reprodução fotográfica ou por qualquer outro processo; texto manuscrito ou dactilografado	25%
49-07	Bilhete de banco, título de ação ou de obrigação, ou semelhante; inclusive talão de cheque e semelhante	120%
49-08	Decalcomania:	
	001) para decoração de cerâmica ou de vidro	15%
	002) para qualquer outro fim	120%
49-09	Cartão ilustrado, cartão de aniversário, cartão de Natal e semelhante, ilustrado, impresso por qualquer processo, com ou sem guarnição e aplicação, recorte ou relêvo	120%
49-10	Calendário de qualquer espécie, de papel ou cartão, inclusive o de desfolhar	120%
49-11	Estampa, fotografia, gravura, imagem e qualquer outro impresso:	
	001) modelo para estudo de anatomia, história natural, ou qualquer outra ciência, para arte e ofício, em cartão, massa de papel ou papelão, com ou sem composição de qualquer outra matéria	Livre

Item	MERCADORIA	Alíquota "Ad-Valorem"
	002) catálogo comercial, anúncio, prospecto ou qualquer outro impresso para fim publicitário, inclusive cartaz de qualquer espécie, em relevo ou não, de uma ou mais cores	120%
	003) qualquer outro	120%

SECÇÃO XI

TÊXTEIS E ARTIGOS TÊXTEIS

NOTA 113 — Estão excluídos desta Secção:

- a) cerda e pêlo, para pincel e semelhante e crina bruta — Capítulo 5;
- b) alfa, esparto, giesta, junco ou qualquer outra matéria — Capítulo 14, salvo quando preparado para fiação e tecelagem;
- c) fibra de amianto — Capítulo 25 — e tecido contendo amianto em qualquer proporção — Capítulo 68;
- d) algodão hidrófilo atadurado ou qualquer curativo — Capítulo 30;
- e) tecido sensibilizado para fotografia — Capítulo 37;
- f) fio têxtil associado à borracha ou impregnado de borracha — Capítulo 40;
- g) artigo de viagem ou qualquer outro artigo de tecido do Capítulo 42;
- h) obra de espartaria — Capítulo 46;
- i) calçado e parte de calçado — Capítulo 64, salvo o caso do calçado inteiramente de tecido, sem sola de qualquer outra matéria, classificado na presente Secção;
- j) artigo de chapelaria — Capítulo 65;
- k) cabelo e obra de cabelo — Capítulo 67, salvo o tecido de cabelo para filtração de óleo e fim semelhante — Capítulo 59;
- m) tecido com abrasivo — Capítulo 68;
- n) fibra e tecido de fibra de vidro — Capítulo 70.

NOTA 114 — O produto constituído por fios têxteis diferentes, contendo 85% (oitenta e cinco por cento) ou mais, em peso, de um têxtil qualquer, é classificado como se constituído inteiramente deste têxtil.

NOTA 115 — O produto constituído por fios de têxteis diferentes, sem que nenhum atinja a proporção de 85% (oitenta e cinco por cento), em peso, é classificado como produto do têxtil que figure em proporção superior a 15% (quinze por cento), em peso, e enumerado em primeiro lugar na lista abaixo:

- a) sêda;
- b) fibra artificial ou sintética;
- c) lã, pêlo e crina;
- d) linho e rami;
- e) algodão;
- f) agave, cânhamo, juta ou semelhante.

NOTA 116 — Para aplicação das duas Notas anteriores o fio ou cabo constituído de várias matérias têxteis é considerado como da matéria têxtil mais tributada que entrar no mesmo.

NOTA 117 — Considera-se barbante ou cordoalha:

- a) o fio polido, singelo ou retorcido, de qualquer número de cabos e diâmetro superior a 1 mm (um milímetro) com excepção do fio de

- algodão, linho ou rami, de diâmetro não superior a 2 mm (dois milímetros) e do fio de cânhamo, juta, manilha e semelhante, de diâmetro não superior a 1 mm (um milímetro);
- b) o fio não polido, singelo, retorcido, de qualquer número de cabos e de diâmetro superior a 2 mm (dois milímetros). Excetua-se o fio de lã, de qualquer diâmetro, que é sempre considerado como fio;
 - c) fio de côco de qualquer diâmetro, de mais de duas pernas ou cabos.

NOTA 118 — Considera-se fio metálico, ou metalizado, o fio têxtil contendo metal em qualquer proporção.

NOTA 119 — Considera-se fio cru o que não passou por nenhuma operação de alvejamento, mercerização, ou tinturaria, salvo tingimento ligeiro indicativo de torção que não resista à simples lavagem com água e sabão.

NOTA 120 — Considera-se acondicionado para a venda a varejo, o fio têxtil apresentado:

- a) em bobina, bola, novelo, pelota, tubo e suporte semelhante, desde que a quantidade, por artigo, não ultrapasse de: 200 g (duzentas gramas) inclusive o suporte, para o linho, 125 g (cento e vinte e cinco gramas) inclusive o suporte, para o algodão, lã, sêda, borra de sêda.
- b) em meada com peso máximo de 125 g (cento e vinte e cinco gramas);
- c) em meada de qualquer peso, quando subdividida, por meio de fio divisor, em pequenas meadas de peso uniforme máximo de 125 g (cento e vinte e cinco gramas).

As disposições acima não se aplicam:

- I — ao fio retorcido de sêda ou de borra de sêda, que meça setenta mil metros ou mais por 1 kg (um quilograma) por perna ou cabo, qualquer que seja o modo de apresentação;
- II — ao fio de qualquer têxtil acondicionado em conical, espula ou qualquer outro acondicionamento próprio para emprego em fiação ou em tecelagem.

NOTA 121 — Para o fim desta Secção, considera-se:

- a) ponto de gaze, o tecido cujo urdimento é constituído por fios fixos e por fios móveis (fios de volta) estes últimos fazendo com os fios fixos meia volta, volta completa, ou volta e meia, de modo a formar uma laçada aprisionando a trama;
- b) liso ou não lavrado, o tecido que apresenta no lado direito apenas uma armadura fundamental (armadura cetim, armadura cruzada ou sarja e armadura tel ou tafetá) e lavrado o que apresenta desenho obtido com mais de uma armadura simples, ou com armadura derivada ou combinada, bem como o que apresenta desenho obtido com mecanismo especial (maquineta "jacquard" e semelhante);
- c) filô ou tule e malha de nó, liso, o tecido que apresenta, em toda a extensão, uma série única de malhas regulares, da mesma forma e do mesmo tamanho, sem desenho ou enchimento.

NOTA 122 — Considera-se fita, o tecido de largura máxima de 20 cm (vinte centímetros).

NOTA 123 — Considera-se confeccionado:

- a) o artigo cortado em outra forma que não quadrada ou retangular;
- b) o artigo pronto para uso ou para tal necessitando apenas de simples corte ou recorte, sem costura ou mão-de-obra complementar, tal como colcha, guardanapo, lenço, toalha e artigo semelhante;
- c) o artigo abainhado, por qualquer processo, ou cujo bordo apresenta franja ou enodado;
- d) o artigo cortado em qualquer formato, apresentando fio corrido ou trabalho de ponto aberto;
- e) o artigo reunido por costura, ou qualquer outro processo.

SECÇÃO XI

TÊXTEIS E ARTIGOS TÊXTEIS

CAPÍTULO 50

Sêdo animal

NOTA 124 — Está excluída dêste Capítulo a gaze para peneira — Capítulo 59.

Item	MERCADORIA	Aliquota "Ad-Valorem"
50-01	Casulo, próprio para dobagem	100%
50-02	Resíduo de sêda, inclusive o casulo impróprio para dobagem; bôrra de sêda e resíduo de bôrra de sêda	100%
50-03	Fio de sêda, retorcido ou não, não acondicionado para venda a varejo: 001) de sêda crua ou grege, não retorcido 002) qualquer outro	100% 100%
50-04	Fio de bôrra de sêda, ou de resíduo de bôrra de sêda, não acondicionado para venda a varejo: 001) singelo, cru	100%
	002) singelo, alvejado, branqueado ou decruado, estampado ou tinto	100%
	003) retorcido, de duas ou mais pernas ou cabos cru	100%
	004) retorcido, de duas ou mais pernas ou cabos, alvejado, branqueado, ou decruado, estampado ou tinto	100%
50-05	Fio de sêda, de bôrra de sêda, ou de resíduo de bôrra de sêda, acondicionado para venda a varejo: 001) cru	100%
	002) alvejado, branqueado ou decruado, estampado ou tinto	100%
50-06	Crina-de-florença; imitação de catepute de — fio de sêda: 001) crina-de-florença	100%
	002) imitação de catepute	15%
50-07	Tecido de sêda, de bôrra de sêda, ou de resíduo de bôrra de sêda, liso: 001) cru, até 40 g (quarenta gramas) por 1 m2 (metro quadrado)	120%
	002) cru, de mais de 40 g (quarenta gramas) até 100 g (cem gramas, por 1 m2 (metro quadrado)	120%
	003) cru, de mais de 100 g (cem gramas) por 1 m2 (metro quadrado)	120%

Item	MERCADORIA	Alíquota "Ad-Valorem"
	004) alvejado, branqueado ou decruado, até 40 g (quarenta grammas) por 1 m2 (metro quadrado)	120%
	005) alvejado, branqueado ou decruado, de mais 40 g (quarenta grammas) até 100 g (cem grammas) por 1 m2 (metro quadrado)	120%
	006) alvejado, branqueado ou decruado, de mais de 100 g (cem grammas) por 1 m2 (metro quadrado)	120%
	007) estampado, tinto ou tecido com fios de cores diferentes, até 40 g (quarenta grammas) por 1 m2 (metro quadrado)	120%
	008) estampado, tinto ou tecido com fios de cores diferentes de mais de 40 g (quarenta grammas) até 100 g (cem grammas) por 1 m2 (metro quadrado)	120%
	009) estampado, tinto ou tecido com fios de cores diferentes, de mais de 100 g (cem grammas) por 1 m2 (metro quadrado)	120%
	010) gofrado, ondeado, ou impresso em relevo, até 40 g (quarenta grammas) por 1 m2 (metro quadrado)	120%
	011) gofrado, ondeado ou impresso em relevo de mais de 40 g (quarenta grammas) até 100 g (cem grammas) por 1 m2 (metro quadrado)	120%
	012) gofrado, ondeado ou impresso em relevo, de mais de 100 g (cem grammas) por 1 m2 (metro quadrado)	120%
	013) qualquer outro	120%
50-08	Tecido de seda, de bôrra de seda, ou de residuo de bôrra de seda, lavrado:	
	001) adamascado	120%
	002) brocado ("broché")	120%
	003) qualquer outro	120%

SECÇÃO XI

TÊXTEIS E ARTIGOS TÊXTEIS

CAPÍTULO 51

Têxteis sintéticos, ou artificiais contínuos

NOTA 125 — A fibra artificial ou sintética, apresentada em feixe de mais de 2 m (dois metros) de comprimento é assemelhada ao fio do item 51-01. Quando o comprimento do feixe não ultrapassar 2 m (dois metros), é classificada como fibra descontínua — Capítulo 56 — entendendo-se como feixe o conjunto de fibras de comprimento uniforme.

NOIA 126 — Está excluído deste Capítulo o residuo de fibra têxtil artificial continua — Capítulo 56.

Item	MERCADORIA	Aliquota "Ad-Valorem"
51-01	<p>Fio de fibra têxtil artificial ou sintética, continuo, torcido ou não, não acondicionado para venda a varejo:</p> <p>001) de derivado vinílico, alvejado, branqueado ou de cor natural 60%</p> <p>002) de derivado vinílico, estampado ou tinto 60%</p> <p>003) de proteína, caseína ou qualquer outro, alvejado, branqueado ou de cor natural 60%</p> <p>004) de proteína, caseína ou qualquer outro, estampado ou tinto 60%</p> <p>005) de raion acetato, alvejado, branqueado ou de cor natural 60%</p> <p>006) de raion acetato, estampado ou tinto 60%</p> <p>007) de raion: cuproamônio, nitrocelulose ou viscosa, alvejado, branqueado ou de cor natural 60%</p> <p>008) de raion: cuproamônio, nitrocelulose ou viscosa, estampado ou tinto 60%</p> <p>009) de superponamida: "nylon" e semeilhante — alvejado, branqueado ou de cor natural 60%</p> <p>010) de superpoliamida: "nylon" e semeilhante, estampado ou tinto 60%</p> <p>011) qualquer outro 60%</p>	
51-02	<p>Crina artificial, palha artificial e imitação de catagute, de matéria têxtil artificial ou sintética:</p> <p>001) imitação de catagute 15%</p> <p>002) crina artificial — mono-filamento 60%</p> <p>003) palha artificial 60%</p>	
51-03	<p>Fio de fibra têxtil, artificial ou sintética, acondicionada para venda a varejo</p>	60%
51-04	<p>Tecido de fibra têxtil, artificial ou sintética, continua:</p> <p>001) liso, de cor natural, branqueado ou alvejado, pesando até 40 g (quarenta grammas) por 1 m2 (metro quadrado) .. 120%</p> <p>002) liso, de cor natural, branqueado ou alvejado pesando de mais de 40 g (quarenta grammas) até 100 g (cem grammas) por 1 m2 (metro quadrado) 120%</p> <p>003) liso, de cor natural, branqueado ou alvejado, pesando mais de 100 g (cem grammas) por 1 m2 (metro quadrado) .. 120%</p> <p>004) estampado, tinto, gofrado ou ondeado, com fios de cores diferentes, pesando até 40 g (quarenta grammas) por 1 m2 (metro quadrado) 120%</p>	

Item	MERCADORIA	Aliquota "Ad-Valorem"
	005) estampado, tinto, gofrado ou ondeado, com fios de cores diferentes, pesando de mais de 40 g (quarenta grammas) até 100 g (cem grammas) por 1 m2 (metro quadrado)	120%
	006) estampado, tinto, gofrado ou ondeado, com fios de cores diferentes, pesando mais de 100 g (cem grammas) por 1 m2 (metro quadrado)	120%
	007) lavrado, adamascado ou brocado	120%
	008) qualquer outro	120%

SECÇÃO XI

TÊXTEIS E ARTIGOS TÊXTEIS

CAPÍTULO 52

Têxteis metalizados

NOTA 127 — Está excluída dêste Capítulo a tela de metal classificada na Seção XV.

Item	MERCADORIA	Aliquota "Ad-Valorem"
52-01	Fio metálico combinado a fio têxtil e fio têxtil metalizado:	
	001) de ouro, contendo sêda ou fibra artificial ou sintética	50%
	002) de ouro, contendo qualquer outra fibra têxtil	50%
	003) de prata, contendo sêda ou fibra artificial ou sintética	50%
	004) de prata, contendo qualquer outra fibra têxtil	50%
	005) de metal comum dourado, prateado ou platinado, contendo sêda, fibra artificial ou sintética	50%
	006) de metal comum dourado, ou prateado ou platinado, contendo qualquer outra fibra têxtil	50%
	007) qualquer outro	50%
52-02	Tecido com fio metálico, de fio metálico combinado a fio têxtil ou de fio têxtil metalizado, para mobiliário, vestimenta e fim semelhante:	
	001) de metal precioso, contendo sêda, fibra artificial ou sintética	120%

Item	MERCADORIA	Aliquota "Ad-Valorem"
	002) de metal precioso, contendo qualquer outra fibra têxtil	120%
	003) de metal comum dourado, prateado ou platinado contendo sêda, fibra artificial ou sintética	120%
	004) de metal comum dourado, prateado ou platinado, contendo qualquer outra fibra têxtil	120%
	005) qualquer outro	120%

SECÇÃO XI

TÊXTEIS E ARTIGOS TÊXTEIS

CAPÍTULO 53

Lã, pelos e tecidos de crinas

NOTA 128 — Estão excluídos deste Capítulo:

- a) crina e resíduo de crina — Capítulo 05;
- b) tecido de lã próprio para filtragem ou prensagem — Capítulo 59.

Item	MERCADORIA	Aliquota "Ad-Valorem"
53-01	Lã:	
	001) bruta, de finura até 46s (cruza 4) ..	20%
	002) bruta, de finura de mais de 46's até 64's (cruzado exclusive)	20%
	003) bruta de 64's (merina) ou mais fina ..	20%
	004) lavada, desengordurada, carbonizada ou não, branqueada ou de cor natural, de finura até 46's (cruza 4)	25%
	005) lavada, desengordurada, carbonizada ou não, branqueada ou de cor natural, de finura de mais de 46s até 64s (cruzado)	25%
	006) lavada, desengordurada, carbonizada ou não, branqueada ou de cor natural, mais fina que 64's	25%
	007) lavada, desengordurada, carbonizada ou não, tinta	25%
53-02	Pêlo:	
	001) de coelho de lebre ou de cabra	30%
	002) qualquer outro	40%
53-03	Resíduo de lã ou de pêlo	20%

Item	MERCADORIA	Aliquota "Ad-Valorem"
53-04	Lã e pêlo, cardado ou penteado, em fita de carda ou de penteadeira, inclusive "top", ou de qualquer forma preparada: 001) de finura até 46's (cruza 4) 002) de finura de mais de 46's até 64's, exclusiv 003) de 64's ou mais fina 004) "top" de pêlo	30% 30% 30% 30%
53-05	Fio de lã cardada ou penteada, não acondicionado para venda a varejo: 001) singelo, cru, branqueado ou de cor natural, de título inglês, até 1/48 — métrico 1/54 002) singelo, cru, branqueado ou de cor natural, de título inglês, acima de 1/48 — métrico 1/54 003) singelo, tinto ou estampado, de título inglês, até 1/48 — métrico 1/54 004) singelo, tinto ou estampado, de título inglês, acima de 1/48 — métrico 1/54 005) retorcido de duas pernas ou cabos, de título inglês até 2/48 — métrico 2/54 006) retorcido de duas pernas ou cabos, de título inglês, acima de 2/48 — métrico 2/54 007) retorcido de mais de duas pernas ou cabos, branqueado, ou de cor natural 008) retorcido de mais de duas pernas ou cabos, estampado ou tinto	60% 60% 60% 60% 60% 60% 60% 60%
53-06	Fio de pêlo, cardado ou penteado, não acondicionado para venda a varejo: 001) singelo 002) retorcido, de duas pernas ou cabos 003) retorcido, de mais de duas pernas ou cabos	60% 60% 60%
53-07	Fio de lã, de pêlo ou crina, acondicionado para venda a varejo	60%
53-08	Tecido de lã: 001) liso, estampado ou tinto, pesando até 450 g (quatrocentos e cinquenta gramas) por 1 m2 (metro quadrado) 002) liso, estampado ou tinto, pesando mais de 450 g (quatrocentos e cinquenta gramas) por 1 m2 (metro quadrado) 003) qualquer outro tecido liso, pesando até 450 g (quatrocentos e cinquenta gramas) por 1 m2 (metro quadrado) 004) qualquer outro tecido liso, pesando mais de 450 g (quatrocentos e cinquenta gramas) por 1 m2 (metro quadrado) 005) lavrado, pesando até 450 g (quatrocentos e cinquenta gramas) por 1 m2 (metro quadrado)	120% 120% 120% 120% 120%

Item	MERCADORIA	Aliquota "Ad-Valorem"
	006) lavrado, pesando mais de 450 g (quatrocentos e cinquenta gramas) por 1 m2 (metro quadrado)	120%
53-09	Tecido de pêlo:	
	001) até 450 g (quatrocentos e cinquenta gramas) por 1 m2 (metro quadrado) ..	120%
	002) de mais de 450 g (quatrocentos e cinquenta gramas) por 1 m2 (metro quadrado) ..	120%
53-10	Tecido de crina:	
	001) próprio para entretela, com trama de qualquer matéria, menos raion ou sêda	120%
	002) qualquer outro	120%

SECÇÃO XI

TÊXTEIS E ARTIGOS TÊXTEIS

CAPÍTULO 54

Linho e Rami

Item	MERCADORIA	Aliquota "Ad-Valorem"
54-01	Linho bruto ou preparado; estôpa e residuo ..	
	001) linho bruto estôpa ou residuo	30%
	002) linho preparado	40%
54-02	Rami bruto ou preparado; estôpa e residuo	100%
54-03	Fio de linho, não acondicionado para venda a varejo:	
	001) singelo, de uma só perna ou cabo, cru, alvejado ou branqueado, de título até 20 (vinte) léa	60%
	002) singelo, de uma só perna ou cabo, cru, alvejado ou branqueado, de título acima de 20 (vinte) léa	60%
	003) singelo, de uma só perna ou cabo, estampado ou tinto, de título até 20 (vinte) léa	60%
	004) singelo, de uma só perna ou cabo, estampado ou tinto, de título acima de 20 (vinte) léa	60%
	005) retorcido, de mais de uma perna ou cabo cru, alvejado ou branqueado	60%
	006) retorcido, de mais de uma perna ou cabo, estampado ou tinto	60%

Item	MERCADORIA	Aliquota "Ad-Valorem"
54-04	Fio de rami, não acondicionado para venda a varejo: 001) singelo, de uma só perna ou cabo, cru, alvejado ou branqueado 002) singelo, de uma só perna ou cabo, estampado ou tinto 003) retorcido, de mais de uma perna ou cabo cru alvejado ou branqueado 004) retorcido, de mais de uma perna ou cabo, estampado ou tinto	120% 120% 120% 120%
54-05	Fio de linho, ou rami, acondicionado para venda a varejo	120%
54-06	Tecido de linho ou rami, liso: 001) cru até 24 (vinte e quatro) fios, em 5 mm (cinco milímetros) em quadro . 002) cru, de mais de 24 (vinte e quatro) fios, em 5 mm (cinco milímetros) em quadro . 003) alvejado, branqueado, estampado ou tinto até 24 (vinte e quatro) fios, em 5 mm (cinco milímetros) em quadro . 004) alvejado, branqueado, estampado ou tinto, de mais de 24 (vinte e quatro) fios, em 5 mm (cinco milímetros) em quadro .	120% 120% 120% 120%
54-07	Tecido de linho ou rami, lavrado: 001) cru, até 150 g (cento e cinquenta gramas) por 1 m2 (metro-quadrado) 002) cru, de mais de 150 g (cento e cinquenta gramas) por 1 m2 (metro quadrado) . 003) alvejado, branqueado, estampado ou tinto, até 150 g (cento e cinquenta gramas) por 1 m2 (metro quadrado) . 004) alvejado, branqueado, estampado ou tinto, de mais de 150 g (cento e cinquenta gramas) por 1 m2 (metro quadrado) .	120% 120% 120% 120%

SECÇÃO XI

TÊXTEIS E ARTIGOS TÊXTEIS

CAPÍTULO 55

Algodão

NOTA 129 — O título dos fios dobados ou retorcidos será o que resultar da reunião dos fios singelos componentes.

NOTA 130 — Estão excluídos deste Capítulo:

a) algodão hidrófilo — Capítulo 30;

b) algodão em pasta — Capítulo 59.

Item	MERCADORIA	Aliquota "Ad. Valorem"
55-01	Algodão em rama ou pluma	60%
55-02	Linter de algodão:	
	001) cru	60%
	002) alvejado, branqueado, desengordurado, lavado ou tinto	60%
55-03	Resíduo de algodão inclusive estopa	60%
55-04	Fio de algodão, singelo ou com uma só perna ou cabo, não acondicionado para venda a varejo:	
	001) cru, de título inglês, de 1 (um) a 20 (vinte)	100%
	002) cru, de título inglês, de 21 (vinte e e um) a 60 (sessenta)	100%
	003) cru de título inglês, de mais de 60 (sessenta)	100%
	004) alvejado, estampado, de fantasia, mercerizado, ou tinto, de título inglês, de 1 (um) a 20 (vinte)	100%
	005) alvejado, estampado, de fantasia, mercerizado, ou tinto, de título inglês, de 21 (vinte e um) a 60 (sessenta)	100%
	006) alvejado, estampado, de fantasia, mercerizado, ou tinto, de título inglês, de mais de 60 (sessenta)	100%
55-05	Fio de algodão, retorcido com duas ou mais pernas ou cabos, não acondicionados para venda a varejo:	
	001) cru, de título inglês de 1 (um) a 20 (vinte)	100%
	002) cru, de título inglês, de 21 (vinte e um) a 60 (sessenta)	100%
	003) cru, de título inglês, de mais de 60 (sessenta)	100%
	004) alvejado, estampado, de fantasia, mercerizado ou tinto, de título inglês, de 1 (um) a 20 (vinte)	100%
	005) alvejado, estampado, de fantasia, mercerizado ou tinto de título inglês, de 21 (vinte e um) a 60 (sessenta)	100%
	006) alvejado, estampado, de fantasia, mercerizado ou tinto de título inglês, de mais de 60 (sessenta)	100%
55-06	Fio de algodão acondicionado para venda a varejo	100%
55-07	Tecido de algodão liso, cru, pesando até 60 g (sessenta gramas) por 1 m ² (metro qua- drado):	
	001) até 20 (vinte) fios, em 5 mm (cinco milímetros) em quadro	120%

item	MERCADORIA	Aliquota "Ad-Valorem"
55-08	002) de mais de 20 (vinte) fios, em 5 mm (cinco milímetros) em quadro	120%
	Tecido de algodão, liso, cru, pesando mais de 60 g (sessenta gramas) por 1 m2 (metro quadrado):	
	001) até 20 (vinte) fios, em 5 mm (cinco milímetros) em quadro	120%
55-09	002) de mais de 20 (vinte) fios em 5 mm (cinco milímetros) em quadro	120%
	Tecido de algodão, liso, alvejado, estampado, mercerizado ou tinto, pesando até 60 g (sessenta gramas) por 1 m2 (metro quadrado):	
	001) até 20 (vinte) fios, em 5 mm (cinco milímetros) em quadro	120%
55-10	002) de mais de 20 (vinte) fios, em 5 mm (cinco milímetros) em quadro	120%
	Tecido de algodão, liso, alvejado, estampado, mercerizado ou tinto, pesando mais de 60 g (sessenta gramas) por 1 m2 (metro quadrado):	
	001) até 20 (vinte) fios, em 5 mm (cinco milímetros) em quadro	120%
55-11	002) de mais de 20 (vinte) fios, em 5 mm (cinco milímetros) em quadro	120%
	Tecido de algodão, lavrado, cru:	
	001) até 60 g (sessenta gramas) por 1 m2 (metro quadrado)	120%
55-12	002) de mais de 60 g (sessenta gramas) por 1 m2 (metro quadrado)	120%
	Tecido de algodão, alvejado, estampado, lavrado, mercerizado ou tinto:	
	001) até 60 g (sessenta gramas) por 1 m2 (metro quadrado)	120%
55-13	002) de mais de 60 g (sessenta gramas) por 1 m2 (metro quadrado)	120%
	Qualquer outro tecido de algodão:	
	001) adamascado, brocado ou semelhante ..	120%
	002) duplo ou de dupla face	120%
	003) encrespado, tipo esponja, espuma ou semelhante ..	120%
	004) qualquer outro	120%

SEÇÃO XI

TÊXTEIS E ARTIGOS TÊXTEIS

CAPÍTULO 56

Têxteis artificiais ou sintéticos descontinuos e resíduos de fibras têxteis artificiais ou sintéticas contínuas ou descontinuas

Item	MERCADORIA	Aliquota "Ad. Valorem"
56-01	Fibra têxtil artificial ou sintética, descontinua (fibra cortada) e resíduo de fibra têxtil artificial ou sintética, contínua ou descontinua, mesmo cardada ou penteada:	
	001) de derivado vinílico	60%
	002) de proteína — caseína ou qualquer outra	60%
	003) de raion acetato	60%
	004) de raion — cuproamônio, nitrocelulose ou viscosa	60%
	005) de superpoliamida — "nylon" e semelhante	60%
	006) qualquer outra	60%
56-02	Fio de fibra têxtil artificial ou sintética, descontinua e de resíduo de fibra têxtil artificial ou sintética, contínua ou descontinua, não acondicionada para venda a varejo:	
	001) de derivado vinílico, de cor natural, alvejado ou branqueado	60%
	002) de derivado vinílico, estampado ou tinto	60%
	003) de proteína — caseína ou qualquer outro — de cor natural, alvejado ou branqueado	60%
	004) de proteína — caseína ou qualquer outro — estampado ou tinto	60%
	005) de raion acetato, de cor natural, alvejado ou branqueado	60%
	006) de raion acetato, estampado ou tinto	60%
	007) de raion — cuproamônio, nitrocelulose ou viscosa — de cor natural, alvejado ou branqueado	60%
	008) de raion — cuproamônio, nitrocelulose ou viscosa — estampado ou tinto	60%
	009) de superpoliamida — "nylon" e semelhante — de cor natural, alvejado ou branqueado	60%
	010) de superpoliamida — "nylon" e semelhante — estampado ou tinto	60%
	011) qualquer outro	60%
56-03	Fio de fibra têxtil artificial ou sintética, descontinua, e de resíduo de fibra têxtil artificial ou sintética, contínua ou descontinua, acondicionado para venda a varejo	60%

Item	MERCADORIA	Aliquota "Ad-Valorem"
56-04	Tecido de fibra têxtil artificial ou sintética, descontínua e de residuo de fibra têxtil artificial ou sintética contínua ou descontínua:	
	001) liso, de cor natural, alvejado ou branqueado, pesando até 100 g (cem gramas) por 1 m2 (metro quadrado) ..	120%
	002) liso, de cor natural, alvejado ou branqueado, pesando mais de 100 g (cem gramas) por 1 m2 (metro quadrado) ..	120%
	003) liso, estampado ou tinto, gofrado, ondeado ou estampado em relevo, pesando até 100 g (cem gramas) por 1 m2 (metro quadrado) ..	120%
	004) liso, estampado ou tinto, gofrado, ondeado ou estampado em relevo, pesando mais de 100 g (cem gramas) por 1 m2 (metro quadrado) ..	120%
	005) lavrado, de cor natural, alvejado, branqueado, estampado ou tinto, pesando até 100 g (cem gramas) por 1 m2 (metro quadrado) ..	120%
	006) lavrado de cor natural, alvejado, branqueado, estampado ou tinto, pesando mais de 100 g (cem gramas) por 1 m2 (metro quadrado) ..	120%
	007) adamascado, brocado e semelhante ..	120%
	008) qualquer outro ..	120%

SECÇÃO XI

TÊXTEIS E ARTIGOS TÊXTEIS

CAPÍTULO 57

Outros têxteis vegetais; fios e tecidos de fios de papel

Item	MERCADORIA	Aliquota "Ad-Valorem"
57-01	Cânhamo ("cannabis sativa"), bruto ou preparado para fiação; estôpa e residuo:	
	001) bruto ou preparado ..	20%
	002) estôpa e residuo ..	20%
57-02	Abacá (cânhamo-de-manilha ou "musa textiles"), bruto ou preparado para fiação; estôpa e residuo:	
	001) bruto ou preparado ..	50%
	002) estôpa e residuo ..	50%

Item	MERCADORIA	Alíquota "Ad-Valorem"
57-03	Juta, em bruto ou preparada para fiação; estôpa e residuo:	
	001) em bruto ou preparada	50%
	002) estôpa e residuo	50%
57-04	Qualquer outra fibra têxtil vegetal, em bruto ou preparada para fiação; estôpa e residuo:	
	001) em bruto ou preparada	50%
	002) estôpa e residuo	50%
57-05	Fio de cânhamo:	
	001) cru, alvejado ou branqueado	50%
	002) estampado ou tinto	50%
57-06	Fio de juta:	
	001) cru, alvejado ou branqueado	80%
	002) estampado ou tinto	80%
57-07	Fio de qualquer outra fibra têxtil vegetal:	
	001) cru, alvejado ou branqueado	80%
	002) estampado ou tinto	80%
57-08	Fio de papel:	
	001) fio de celulose de diâmetro inferior a 1 mm (um milímetro)	30%
	002) qualquer outro	100%
57-09	Tecido de cânhamo:	
	001) pesando até 500 g (quinhentas gramas) por 1 m2 (metro quadrado)	120%
	002) pesando mais de 500 g (quinhentas gramas) por 1 m2 (metro quadrado) .	80%
57-10	Tecido de juta:	
	001) liso, cru	120%
	002) liso, alvejado ou branqueado	120%
	003) liso, estampado ou tinto	120%
	004) qualquer outro	120%
57-11	Tecido de qualquer outra fibra têxtil vegetal:	
	001) liso, cru	120%
	002) liso, alvejado ou branqueado	120%
	003) liso, estampado ou tinto	120%
	004) qualquer outro	120%
57-12	Tecido de fio de papel	120%

SECÇÃO XI

TÊXTEIS E ARTIGOS TÊXTEIS

CAPÍTULO 58

Tapetes e tapeçarias, veludos; pelúcias, tecidos "bouclés" e tecidos de "chenille", fitas e obras de passamanaria, tules e tecidos de malhas de nós ("filet"); rendas; bordados

NOTA 131 — Estão excluídos deste Capítulo o tecido recoberto ou impregnado, o tecido elástico, passamanaria elástica, rede de barbante, de cabo ou de cordão, ou correia transportadora ou de transmissão e qualquer outro artigo do Capítulo 59.

NOTA 132 — Considera-se fita o tecido de largura máxima de 20 cm (vinte centímetros).

A disposição acima não se aplica à fita com franja, classificada como passamanaria.

Item	MERCADORIA	Aliquota "Ad. Valorem"
58-01	Tapete de ponto de nó, feito à mão:	
	001) de seda	150%
	002) de lã	150%
	003) de fibra artificial ou sintética	150%
	004) de algodão	150%
	005) de qualquer outro têxtil	150%
58-02	Tapete feito à máquina:	
	001) de algodão	120%
	002) de fibra artificial ou sintética	120%
	003) de fibra de côco	120%
	004) de lã	120%
	005) de seda	120%
	006) de qualquer outro têxtil	120%
58-03	Tapeçaria de qualquer têxtil, de fabricação mecânica ou manual, tipo "gobellin" flamandres, "aubusson" "beauvais" e semelhante ou de agulha — ponto de cruz, ponto pequeno ou qualquer outro:	
	001) de lã	150%
	002) de seda	150%
	003) qualquer outro	150%
58-04	Veludo, pelúcia, tecido "bouclé" e riço ("chenille"), exclusive o artigo dos itens 58-06 e 55-13:	
	001) de algodão	120%
	002) de fibra artificial ou sintética	120%
	003) de lã, sobre a mesma matéria	120%
	004) de lã, sobre algodão	120%
	005) de lã, sobre qualquer outro têxtil	120%

Item	MERCADORIA	Alíquota
		"Ad-Valorem"
	006) de seda, sobre a mesma matéria	120%
	007) de seda, sobre qualquer outro têxtil	120%
	008) qualquer outro	120%
58-05	Fita e fitilho:	
	001) de algodão	120%
	002) de fibra artificial ou sintética	120%
	003) de lã	120%
	004) de linho	120%
	005) de seda	120%
	006) qualquer outro	120%
58-06	Etiqueta tecida para marcação de chapéu, sapato, vestimenta e semelhante, não bordada, em peça ou em tira:	
	001) de seda ou fibra artificial ou sintética, em todo ou em parte	120%
	002) qualquer outro	120%
58-07	Alamar, barbicacho, borla, cadarço, dragona, fiador, franja, froco, galão, grega, jugular, passador requite, "soutache" trança, trancelim e artefato semelhante, de passamanaria ou sirgueiro, com ou sem fio, filamento ou guarnição de metal ordinário, mesmo dourado ou prateado, exclusive com metal precioso;	
	001) de seda ou têxtil artificial ou sintético	120%
	002) qualquer outro	120%
58-08	Rule ou filô, tecido de ponto de rede (filé) e tecido aberto ou de ponto de gaze, liso:	
	001) de algodão	120%
	002) de fibra artificial ou sintética	120%
	003) de seda	120%
	004) qualquer outro	120%
58-09	Tira, renda, entremeio e bordado, aplicação e semelhante de qualquer formato ou feito, cortado ou por cortar:	
	001) de algodão	120%
	002) de fibra artificial ou sintética	120%
	003) de lã	120%
	004) de linho	120%
	005) de seda	120%
	006) qualquer outro	120%

SECÇÃO XI

TÊXTEIS E ARTIGOS TÊXTEIS

CAPÍTULO 59

Pastas e feltros; cordoalha e artigos de cordoalha; tecidos especiais; tecidos impregnados ou recobertos; artefatos têxteis para usos técnicos

Item	MERCADORIA	Aliquota "Ad-Valorem"
59-01	Fibra têxtil em pasta ou pó: 001) algodão em pó 002) fibra artificial ou sintética em pó ou floco 003) lã em pó 004) qualquer outra fibra têxtil, em pó .. 005) pasta de algodão 006) qualquer outra fibra têxtil, em pasta ..	60% 60% 60% 60% 60% 60%
59-02	Fêltro em peça ou de forma quadrada ou retangular, sem outro trabalho: 001) fêltro, até 400 g (quatrocentas gramas) por 1 m2 (metro quadrado) 002) fêltro, de mais de 400 g (quatrocentas gramas) por 1 m2 (metro quadrado) ..	60% 60%
59-03	Fêltro impregnado ou recoberto, em peça ou cortado de forma quadrada ou retangular, sem outro trabalho	60%
59-04	Qualquer artigo de fêltro, impregnado, recoberto ou não, não especificado nem compreendido em outra parte	100%
59-05	Barbante, cabo e corda trançado ou não: 001) de algodão, de mais de 2 mm (dois milímetros) até 3 mm (três milímetros) de diâmetro 002) de algodão, de mais de 3 mm (três milímetros) até 6 mm (seis milímetros) de diâmetro 003) de algodão, de mais de 6 mm (seis milímetros) de diâmetro 004) de abacá (cânhamo-de-manilha), de mais de 1 mm (um milímetro) até 3 mm (três milímetros) de diâmetro 005) de abacá (cânhamo-de-manilha) de mais de 3 mm (três milímetros) até 6 mm (seis milímetros) de diâmetro .. 006) de abacá (cânhamo-de-manilha), de mais de 6 mm (seis milímetros) de diâmetro 007) de cânhamo, de mais de 1 mm (um milímetro) até 3 mm (três milímetros) de diâmetro 008) de cânhamo de mais de 3 mm (três milímetros) até 6 mm (seis milímetros) de diâmetro	100% 100% 100% 100% 100% 100% 100% 100%

Item	MERCADORIA	Aliquota "Ad-Valorem"
	009) de cânhamo, de mais de 6 mm (seis milímetros) de diâmetro	100%
	010) de fibra têxtil artificial ou sintética, de mais de 1 mm (um milímetro) até 3 mm (três milímetros) de diâmetro	100%
	011) de fibra têxtil artificial ou sintética, de mais de 3 mm (três milímetros) até 6 mm (seis milímetros) de diâmetro	100%
	012) de fibra têxtil artificial ou sintética, de mais de 6 mm (seis milímetros) de diâmetro	100%
	013) de juta, de mais de 1 mm (um milímetro) até 3 mm (três milímetros) de diâmetro	100%
	014) de juta, de mais de 3 mm (três milímetros) até 6 mm (seis milímetros) de diâmetro	100%
	015) de juta, de mais de 6 mm (seis milímetros) de diâmetro	100%
	016) de linho ou rami, de mais de 2 mm (dois milímetros) até 3 mm (três milímetros) de diâmetro	100%
	017) de linho ou rami, de mais de 3 mm (três milímetros) até 6 mm (seis milímetros) de diâmetro	100%
	018) de linho ou rami, de mais de 6 mm (seis milímetros) de diâmetro	100%
	019) de qualquer outra fibra têxtil, de mais de 1 mm (um milímetro) até 3 mm (três milímetros) de diâmetro	100%
	020) de qualquer outra fibra têxtil, de mais de 3 mm (três milímetros) até 6 mm (seis milímetros) de diâmetro	100%
	021) de qualquer outra fibra têxtil, de mais de 6 mm (seis milímetros) de diâmetro	100%
59-06	Rêde de cordoalha, com ou sem acabamento, não especificada nem compreendida em outra parte	100%
59-07	Qualquer outra obra de cordoalha: 001) de seda ou têxtil artificial ou sintético	100%
	002) de qualquer outro têxtil	100%
59-08	Tecido recoberto de goma ou de qualquer outra matéria amilácea, para cartonagem, encadernação e fim semelhante; tela transparente ou não para desenho ou planta; tela gomada para pintura	30%
59-09	Tecido impregnado ou recoberto de matéria plástica ou resina sintética; fita e tecido isolante de qualquer outra espécie: 001) de resina vinílica	100%

Item	MERCADORIA	Alíquota "Ad-Valorem"
59-10	002) de qualquer outro plástico ou resina sintética	100%
	003) tecido ou fita isolante de qualquer matéria	25%
59-10	Fela encerada e qualquer outro tecido impregnado ou recoberto de cera, óleo e matéria semelhante, exclusive o do item 59-12:	
	001) de seda ou têxtil artificial ou sintético	100%
59-10	002) de qualquer outro têxtil	100%
59-11	Tecido, exclusive o de malharia, impregnado ou recoberto de borracha, inclusive lâmina de borracha, com tecido interior ou exterior:	
	001) de seda ou têxtil artificial ou sintético	50%
59-11	002) de qualquer outro têxtil	50%
59-12	Linóleo, congóleo e semelhante	100%
59-13	Qualquer outro tecido impregnado ou recoberto; tela pintada (cenário) para decoração ou teatro, "atelier" e semelhante:	
	001) tela pintada para decoração de teatro e fim semelhante	100%
59-13	002) qualquer outro	100%
59-14	Tecido elástico exclusive de malharia:	
	001) de algodão	100%
59-14	002) de fibra artificial ou sintética	100%
	003) de lã	100%
59-14	004) de linho	100%
	005) de rami	100%
59-14	006) de seda	100%
	007) qualquer outro	100%
59-15	Mecha ou pavio, para lamparina, lâmpada e semelhante	50%
59-16	Véu para luz incandescente:	
	001) não impregnado	25%
59-16	002) impregnado com sal de tório, cério ou qualquer outro, incinerado ou não, com ou sem suporte metálico	25%
59-17	Mangueira ou tubo de matéria têxtil, com ou sem acessório de metal:	
	001) com borracha	50%
59-17	002) sem borracha	50%
59-18	Correia transportadora, ou de transmissão, de matéria têxtil:	
	001) transportadora	50%
59-18	002) de transmissão	50%
59-19	Qualquer outro tecido para uso técnico:	
	001) feltro e tecido feltrado, em peça ou tecido sem fim, impregnado ou não, para máquina	50%

Item	MERCADORIA	Aliquota "Ad-Valorem"
	002) gaze para peneira, em peça, de sêda ou tátil artificial ou sintético	40%
	003) gaze para peneira, em peça, de qual-quer outra matéria tátil	40%
	004) gaze para peneira, con��ccionada	60%
	005) tecido fêltro e tecido feltrado, apli-cado sôbre borracha, tecido ou couro, para carda ou outro fim técnico	40%
	006) tecido de fibra artificial ou sintética, para filtra��o de ácido	25%
	007) tecido para compressão ou filtra��o de matéria graxa ou semelhante, de algo-d��o l�� ou p��lo	50%
	008) tecido para compressão ou filtra��o de matéria graxa ou semelhante, de qual-quer outro tátil	50%
	009) tecido para fabrica��o de pneumático (cordonel)	25%
	010) qualquer outro	50%

SEC  O XI

TÊXTEIS E ARTIGOS TÊXTEIS

CAPÍTULO 60

T  cidos e artefactos de malharia e ponto de meia

NOTA 133 — Estão excluidas d  ste Capítulo:

- tecido do item 58-08 e respectivos artefactos — Capítulos 61 e 62;
- obra de malharia — Capítulo 61.

NOTA 134 — Considera-se malharia elástica o tecido ou obra contendo fio de borracha.

Item	MERCADORIA	Aliquota "Ad-Valorem"
60-01	Tecido de malharia: 001) de algodão	120%
	002) de fibra artificial ou sintética	120%
	003) de l��	120%
	004) de linho	120%
	005) de s��da	120%
	006) qualquer outro	120%
60-02	Luva de malharia, inclusive mitene: 001) de algodão	120%
	002) de fibra artificial ou sintética	120%
	003) de l��	120%
	004) de linho	120%

Item	MERCADORIA	Aliquota
		"Ad-Valorem"
60-03	005) de seda	120%
	006) qualquer outro	120%
	Mela de malharia:	
	001) de algodão	120%
	002) de fibra artificial ou sintética	120%
	003) de lã	120%
60-04	004) de linho	120%
	005) de seda	120%
	006) qualquer outro	120%
	Roupa feita de malharia:	
	001) de algodão	120%
	002) de fibra artificial ou sintética	120%
60-05	003) de lã	120%
	004) de linho	120%
	005) de seda	120%
	006) qualquer outro	120%
	Tecido de malharia elástica:	
	001) de algodão	120%
60-06	002) de fibra artificial ou sintética	120%
	003) de lã	120%
	004) de linho	120%
	005) de seda	120%
	006) qualquer outro	120%
	Qualquer artefato de malharia elástica ou não, não especificado nem compreendido em ou- tra parte:	
	001) de seda ou têxtil artificial ou sintético	120%
	002) qualquer outro	120%

SECÇÃO XI

TÊXTEIS E ARTIGOS TÊXTEIS

CAPÍTULO 61

Vestimentas e acessórios de vestimentas

NOTA 135 — Estão excluídos deste Capítulo:

- vestimenta e acessório inteiramente de borracha — Capítulo 40;
- vestimenta e acessório forrado interiormente de peleteria, e a vestimenta ou acessório com parte exterior de peleteria, desde que exceda de simples guarnição: debrum, gola, punho, virola, vista e semelhante — Capítulo 43;
- vestimenta e acessório de malharia — Capítulo 60, salvo o do item 61-09;
- roupa velha imprestável e trapo — Capítulo 63;
- cinta médico-cirúrgica ou qualquer outro artigo ortopédico — Capítulo 90.

NOTA 136 — Considera-se lenço, do item 61-03, o artigo no qual nenhum lado excede de 60 cm (sessenta centímetros); acima desta dimensão é classificado no item 61-04.

Item	MERCADORIA	Alíquota "Ad. Valorem"
61-01	Vestimenta não impermeável: 001) de renda 002) de tecido de algodão 003) de tecido de fibra artificial ou sintética 004) de tecido com fio metálico ou de fio metálico associado a fibra têxtil 005) de tecido de lã 006) de tecido de linho 007) de tecido de seda 008) qualquer outra	120% 120% 120% 120% 120% 120% 120% 120%
61-02	Vestimenta impermeável: 001) de tecido de algodão 002) de tecido de fibra artificial ou sintética 003) de tecido de lã 004) de tecido de linho 005) de tecido de seda 006) qualquer outra	120% 120% 120% 120% 120% 120%
61-03	Lenço, cortado ou por cortar, com ou sem monograma: 001) de renda 002) de tecido de algodão 003) de tecido de fibra artificial ou sintética 004) de tecido de lã 005) de tecido de linho 006) de tecido de seda 007) qualquer outro	120% 120% 120% 120% 120% 120% 120%
61-04	Chale, cachecol, cachênê, "écharpe", fichu, manta, mantilha, pala, poncho e véu: 001) de renda 002) de tecido de algodão 003) de tecido de fibra artificial ou sintética 004) de tecido de lã 005) de tecido de linho 006) de tecido de seda 007) qualquer outro	120% 120% 120% 120% 120% 120% 120%
61-05	Gravata, cortada ou por cortar: 001) de tecido de algodão 002) de tecido de fibra artificial ou sintética 003) de tecido de lã 004) de tecido de linho 005) de tecido de seda 006) qualquer outra	120% 120% 120% 120% 120% 120%
61-06	Colarinho, gola, mantelete, punho, peito, peitilho, volta e semelhante: 001) de renda 002) de tecido de algodão 003) de tecido de fibra artificial ou sintética 004) de tecido de lã	120% 120% 120% 120%

Item	MERCADORIA	Alíquota "Ad. Valorem"
	005) de tecido de linho	120%
	006) de tecido de seda	120%
	007) qualquer outro	120%
61-07	Espartilho, colete, cinta, "soutien", suspensório, cinto, liga e artigo semelhante de tecido ou de malharia, elástico ou não:	
	001) de renda	120%
	002) de algodão	120%
	003) de fibra artificial ou sintética	120%
	004) de lã	120%
	005) de linho	120%
	006) de seda	120%
	007) qualquer outro	120%
61-08	Luva:	
	001) de renda	120%
	002) de tecido de algodão	120%
	003) de tecido de fibra artificial ou sintética	120%
	004) de tecido de lã	120%
	005) de tecido de linho	120%
	006) de tecido de seda	120%
	007) qualquer outra	120%
61-09	Qualquer acessório de vestimenta, cortado ou por cortar não especificado nem compreendido em outra parte:	
	001) de renda	120%
	002) de tecido de algodão	120%
	003) de tecido de fibra artificial ou sintética	120%
	004) de tecido com fio metálico ou de fio metálico associado a fibra têxtil	120%
	005) de tecido de lã	120%
	006) de tecido de linho	120%
	007) de tecido de seda	120%
	008) qualquer outro	120%

SECÇÃO XI

TÊXTEIS E ARTIGOS TÊXTEIS

CAPÍTULO 62

Outras confecções de tecidos

NOTA 137 — Estão excluídos deste Capítulo:

- a) artigo com parte de peleteria — Capítulo 43, desde que exceda de simples guarnição;
- b) artigo de feltro — Capítulo 59;
- c) artigo de malharia — Capítulo 60.

NOTA 138 — O artigo dos itens 62-02 e 62-03, bordado em que o tecido representa menos de 20% (vinte por cento) da área total do artefato, é classificado como bordado — Capítulo 58.

Item	MERCADORIA	Allquota "Ad Valorem"
62-01	Cobertor	120%
62-02	Capa para travesseiro, colcha, fronha, lençol, pano de mesa, toalha ou qualquer outra peça de uso doméstico, para cama, cozinha, mesa, toucador e fim semelhante; cortado ou por cortar:	
	001) de tecido de algodão	120%
	002) de tecido de fibra artificial ou sintética	120%
	003) de tecido de lã	120%
	004) de tecido de linho	120%
	005) de tecido de seda	120%
	006) qualquer outro	120%
62-03	Bambinela, cortina cortinado, estore, reposteiro, sanefa e semelhante:	
	001) de tecido de algodão	120%
	002) de tecido de fibra artificial ou sintética	120%
	003) de tecido com fio metálico ou de fio metálico associado a fibra têxtil	120%
	004) de tecido de lã	120%
	005) de tecido de linho	120%
	006) de tecido de seda	120%
	007) qualquer outro	120%
62-04	Saco de embalagem:	
	001) de algodão	120%
	002) de fio de papel	120%
	003) de juta	120%
	004) de linho ou cânhamo	120%
	005) qualquer outro	120%
62-05	Barraca ou tenda de abrigo e semelhante, vela para embarcação; artigo para acampamento, de qualquer tecido:	
	001) de tecido de algodão	120%
	002) de tecido de fibra artificial ou sintética	120%
	003) de tecido com fio metálico ou de fio metálico associado a fibra têxtil	120%
	004) de tecido de lã	120%
	005) de tecido de linho	120%
	006) de tecido de seda	120%
	007) qualquer outro	120%
62-06	Capa e lona, para cobrir mala, maleta, máquina, móvel, piano e semelhante:	
	001) de tecido de algodão	120%
	002) de tecido de fibra artificial ou sintética	120%
	003) de tecido de lã	120%
	004) de tecido de linho	120%
	005) de tecido de seda	120%
	006) qualquer outro	120%

Item	MERCADORIA	Alíquota "Ad-Valorem"
62-07	Qualquer artigo confeccionado de tecido, não especificado nem compreendido em outra parte:	
	001) de filó ou tecido de malha de nó	120%
	002) de renda	120%
	003) de tecido de algodão	120%
	004) de tecido de fibra artificial ou sintética	120%
	005) de tecido com fio metálico ou de fio metalizado	120%
	006) de tecido de fio de papel	120%
	007) de tecido de juta	120%
	008) de tecido de lã	120%
	009) de tecido de linho	120%
	010) de tecido de rami	120%
	011) de tecido de sêda	120%
	012) qualquer outro	120%

SECÇÃO XI

TÊXTEIS E ARTIGOS TÊXTEIS

CAPÍTULO 63

Vestimentas e outros artigos têxteis, inutilizados, trapos e outros resíduos têxteis

Item	MERCADORIA	Alíquota "Ad-Valorem"
63-01	Vestimenta inutilizada, apara, ourela, trapo e desperdício de matéria têxtil utilizável apenas para desfibramento fabricação de pasta para papel ou fim semelhante em caixa, embalagem, fardo ou saco	30%

SECÇÃO XII

CALÇADOS CHAPÉUS, SOMBRINHAS, GUARDA-CHUVAS, PENAS PREPARADAS E ARTEFATOS DE PENAS; FLÔRES ARTIFICIAIS; ARTEFATOS DE CABELO

CAPÍTULO 64

Calçados e acessórios

NOTA 139. — Estão excluídos deste Capítulo:

a) sapato de amianto — Capítulo 68;

b) artigo ortopédico - Capítulo 90.

NOTA 140 - O simples salto de qualquer outra matéria não altera a classificação do calçado.

Item	MERCADORIA	Aliquota "Ad-Valorem"
64-01	Bota, botina e semelhante de couro:	
	001) até 22 cm (vinte e dois centímetros) de comprimento, no pé	120%
	002) de mais de 22 cm (vinte e dois centímetros) de comprimento, no pé	120%
64-02	Chinela, sandália, pantufo e semelhante:	
	001) de couro	120%
	002) de seda	120%
	003) de matéria plástica	120%
	004) qualquer outra	120%
64-03	Sapato de couro	120%
64-04	Calçado de têxtil:	
	001) de seda	120%
	002) de outro tecido	120%
	003) de feltro	120%
	004) qualquer outro	120%
64-05	Calçado de borracha:	
	001) bota e botina	120%
	002) galocha	120%
	003) qualquer outro	120%
64-06	Qualquer calçado não especificado nem compreendido em outra parte:	
	001) alpargata	120%
	002) sandália, com sola de madeira	120%
	003) tamanco ou sóco	120%
	004) qualquer outro	120%
64-07	Qualquer acessório e parte de calçado, não especificado nem compreendido em outra parte:	
	001) de borracha	120%
	002) de couro	120%
	003) de seda ou têxtil artificial ou sintético	120%
	004) qualquer outro	120%

SECÇÃO XII

CALÇADOS, CHAPÉUS, SOMBRINHAS, GUARDA-CHUVAS, PENAS PREPARADAS E ARTEFATOS DE PENAS, FLÔRES ARTIFICIAIS, ARTEFATOS DE CABELO

CAPÍTULO 65

Chapéu e acessórios

NOTA 141 — Esta excluído deste Capítulo o chapéu, ou semelhante, de amianto — Capítulo 68.

Item	MERCADORIA	Alíquota "Ad-Valorem"
65-01	Carcassa, cone ou fôrma para chapéu:	
	001) de crina natural ou artificial	100%
	002) de feltro de lã	100%
	003) de feltro de pêlo ou de lã e pêlo	100%
	004) de palha fina como bengal, manilha, panamá ou semelhante	100%
	005) de palha grossa, esparto, junco, ou semelhante	100%
	006) de papel	100%
	007) de seda ou têxtil artificial ou sintético	100%
	008) qualquer outro	100%
65-02	Chapéu:	
	001) de feltro de lã	120%
	002) de feltro de pêlo, ou de lã e pêlo	120%
	003) de matéria plástica, inclusive crina artificial	120%
	004) de palha fina, como bengal, manilha, panamá e semelhante	120%
	005) de palha grossa, esparto ou semelhante	120%
	006) de seda ou têxtil artificial ou sintético	120%
	007) qualquer outro	120%
65-03	Boina, boné, gôrro e semelhante:	
	001) de borracha	120%
	002) de couro	120%
	003) de feltro	120%
	004) de matéria plástica	120%
	005) de seda ou têxtil artificial ou sintético	120%
	006) qualquer outro	120%

SECÇÃO XII

CALÇADOS CHAPÉUS, SOMBRINHAS, GUARDA-CHUVAS, PENAS PREPARADAS E ARTEFATOS DE PENAS, FLÔRES ARTIFICIAIS, ARTEFATOS DE CABELO

CAPITULO 66

Guarda-chuvas, sombrinhas e acessórios; bengalas; chicotes, rebenques e semelhantes

NOTA 142 — Esta excluido dēste Capitulo o taco de golfe ou qualquer outro artigo para esporte — Capitulo 97.

Item	MERCADORIA	Aliquota "Ad. Valorem"
66-01	Guarda-chuva e sombrinha: 001) coberto de qualquer matéria, com parte, guarnição ou folheado de metal precioso 002) coberto de tecido de sēda ou de tēxtil artificial ou sintético 003) qualquer outro	 150% 120% 120%
66-02	Bengala, chicote, rebenque e semelhante inclusive cabo, com ou sem armação, para bengala, guarda-chuva, sombrinha, chicote, rebenque ou qualquer outro	120%
66-03	Armação, ponteira e ponta para guarda-chuva, sombrinha e semelhante; vara e vareta para armação: 001) armação de qualquer matéria 002) ponta ponteira e vareta para armação, de ferro ou aço 003) ponta ponteira e vareta para armação, de qualquer outra matéria	 120% 120% 120%
66-04	Qualquer guarnição para bastão, bengala, guarda-chuva, sombrinha, chicote rebenque e semelhante, de qualquer matéria, não especificada nem compreendida em outra parte	120%

SECÇÃO XII

CALÇADOS, CHAPÉUS, SOMBRINHAS, GUARDA-CHUVAS, PENAS PREPARADAS E ARTEFATOS DE PENAS, FLORES ARTIFICIAIS; ARTEFATOS DE CABELO

CAPÍTULO 67

Penas ornamentais aprestadas ou preparadas e artigos de pena; flores artificiais; artejatos de cabelo; leques e ventarolas

NOTA 143 — Estão excluídos deste Capítulo:

- a) vestimenta e acessório de vestimenta na qual a pena constitui apenas guarnição — Capítulo 61;
- b) chapéu de pena — Capítulo 65;
- c) o artigo no qual a pena constitui matéria de enchimento: almofada, colchão ou semelhante — Capítulo 94;
- d) espanador e artigo semelhante — Capítulo 96;
- e) brinquedo, jogo ou qualquer outro artigo do Capítulo 97.

Item	MERCADORIA	Alíquota "Ad-Valorem"
67-01	Pena ornamental com qualquer preparo; pele e parte de pele com pena, com qualquer preparo:	
	001) pena sóla	150%
	002) pele com pena, inteira, em parte, emendada ou não	150%
67-02	Artigo confeccionado com pena:	
	001) "aigrette"	150%
	002) penacho ou tope para militar	150%
	003) qualquer outro	150%
67-03	Flôr, folhagem ou fruto artificial, inteiro ou qualquer parte:	
	001) de cera	150%
	002) de matéria plástica	150%
	003) de papel	150%
	004) de pena	150%
	005) de seda	150%
	006) de têxtil artificial ou sintético	150%
	007) qualquer outro	150%
67-04	Cabelo preparado: branqueado, frisado, paralisado, luto ou de qualquer outro modo preparado; cabeleira coque, crescente, obra de cabelo e semelhante, de cabelo, pêlo ou qualquer outra matéria:	
	001) cabelo preparado	150%
	002) rede para cabeça, de cabelo	150%
	003) cabeleira coque, crescente e semelhante, de cabelo, pêlo ou qualquer outra matéria	150%
	004) qualquer outra obra de cabelo	150%

Item	MERCADORIA	Aliquota
		"Ad-Valorem"
67-05	Leque e ventarola:	
	001) de barbatana, chifre ou osso	150%
	002) de madreperola, marfim ou tartaruga	150%
	003) de matéria-plástica	150%
	004) de papel	150%
	005) de pena	150%
	006) de seda	150%
	007) qualquer outro	150%

SECÇÃO XIII

ARTIGOS DE "CALCÁREOS, DE GESSO DE CIMENTO, DE AMIANTO OU ASBESTOS, DE MICA E SEMELHANTES, PRODUTOS DE CERÂMICA, VIDROS E CRISTAIS

CAPÍTULO 68

Obras de pedras, gesso, cimento, amianto, mica e matérias análogas

NOTA 144 — Estão excluídos deste Capítulo:

- pedra preciosa e semi-preciosa — Capítulo 71;
- pedra litográfica preparada — Capítulo 84;
- isolador e peça isolante para eletricidade — Capítulo 85;
- abrasivo para prótese cirúrgica e dentária — Capítulo 90;
- caixa de relógio ou qualquer outro artigo do Capítulo 91;
- ambar e espuma-do-mar trabalhada ou qualquer sua obra Capítulo 95;
- botão tápis de ardósia, e ardósia para escrever ou desenhar Capítulo 98;
- objeto de arte, de antiguidade ou coleção — Capítulo 99.

Item	MERCADORIA	Aliquota
		"Ad-Valorem"
68-01	Pedra para pavimentação (paralelepípedo) e pedra para meio-fio, de pedra natural	80%
68-02	Ardósia trabalhada e obra de ardósia natural aglomerada:	
	001) ladrilho, painel, tábuas e telha, simplesmente serrado	80%
	002) ladrilho, painel, tábuas e telha, polido ou com pino ou furo	80%
	003) qualquer outra	80%

Item	MERCADORIA	Aliquota Ad - Valorem
68-03	Mó, rebôlo e semelhante para afiar, desfibrar, moer, polir, retificar e cortar, em pedra natural, aglomerada ou não e de abrasivo natural ou artificial aglomerado: 001) mó vulcânica 002) rebôlo com menos de 21" (vinte e uma polegadas) de diâmetro 003) qualquer outro rebôlo 004) qualquer outro	30% 80% 30% 50%
68-04	Afiador ou polidor manual, de pedra natural, ou de abrasivo aglomerado	80%
68-05	Abrasivo natural ou artificial, em grão ou pó, aplicado sobre cartão, papel, tecido ou qualquer outra matéria	80%
68-06	Lã de escória, lã de rocha, mistura e obra de matéria mineral para isolamento de calor ou som, exclusive a obtida por cozimento — cerâmica — ou à base de amianto	50%
68-07	Ladrilho, tijolo ou qualquer outro artefato de asfalto, betume, pez de petróleo ou semelhante	80%
68-08	Bloco, painel, prancha e semelhante, de fibra vegetal, de fibra de madeira de palha ou de resíduo de madeira ou qualquer outra fibra, aglomerada com cimento, gesso ou qualquer outro aglomerante mineral: 001) simples 002) com encaixe, entalho, furo, envernizado, lixado, pintado, ou com qualquer outro trabalho	80% 80%
68-09	Qualquer obra de cimento, inclusive cimento de escória, de concreto ou de pedra artificial, armado ou não, não especificada nem compreendida em outra parte: 001) chapa ondulada 002) curva, luva, manilha, tubo e semelhante 003) caixilho, painel, placa, prancha e semelhante 004) ladrilho 005) pia, tanque e reservatório 006) poste 007) telha e cumieira 008) tijolo 009) qualquer outra	80% 80% 80% 80% 80% 80% 80% 80% 80%
68-10	Obra de amianto e cimento: 001) chapa ondulada 002) curva, luva, manilha, tubo e semelhante 003) ladrilho 004) caixilho, painel, prancha e semelhante	80% 80% 80% 80%

Item	MERCADORIA	Alíquota "Ad-Valorem"
	005) calha, cumieira, telha	80%
	006) qualquer outra	80%
68-11	Artefacto e obra de amianto puro ou com mistura de qualquer outra fibra, impregnada ou não:	
	001) calçado	40%
	002) chapéu	40%
	003) fio corda e cordão, trançado ou não	40%
	004) luva	40%
	005) papel e papelão	80%
	006) tecido	40%
	007) qualquer outra	40%
68-12	Mica trabalhada e obra de mica ou vermiculita:	
	001) folha formada de laminae reunidas por colagem ou qualquer outro processo, inclusive applicadas sobre papel ou tecido	50%
	002) qualquer outra	50%
68-13	Lona de freio ou qualquer outra guarnição para órgão de atrito de qualquer matéria, combinada ou não a têxtil, fio metálico ou qualquer outra matéria:	
	001) lona de freio trançada com metal, em rolo	60%
	002) qualquer outra	100%
68-14	Qualquer obra de pedra de construção e cantaria, não especificada nem compreendida em outra parte:	
	001) de alabastro mármore e semelhante	120%
	002) de basalto granito, grês, porfiro ou qualquer outra pedra dura, semelhante	100%
	003) qualquer outra	100%
68-15	Busto columna base ou pedestal, estátua, figura, imagem ou jarra	100%
68-16	Qualquer obra de pedra e de matéria mineral semelhante não especificada nem compreendida em outra parte	100%

SECÇÃO XIII

ARTIGOS DE CALCÁREOS DE GESSO DE CIMENTO, DE AMIANTO OU ASBESTOS, DE MICA E SEMELHANTES, PRODUTOS DE CERÂMICA, VIDROS E CRISTAIS

CAPITULO 69

Produtos de cerâmica

NOTA 145 — Estão excluidos d'este Capitulo:

a) bijuteria de fantasia — Capitulo 71;

- b) isolador e peça isolante para eletricidade — Capítulo 85;
 c) dente artificial — Capítulo 90;
 d) parte de relógio — Capítulo 91;
 e) jogo ou artigo de esporte — Capítulo 97;
 f) botão, cachimbo ou qualquer outro artigo do Capítulo 98;
 g) objeto de arte, coleção ou antiguidade — Capítulo 99.

Item	MERCADORIA	Alíquota "Ad-Valorem"
69-01	Ladrilho, laje, tijolo e qualquer outra peça calorífuga ou refratária de terra de infusório, "kieselghur" ou terra fóssil silicosa semel- lhante	50%
69-02	Ladrilho, laje, tijolo e qualquer outra peça de refratário, de qualquer feitio, inclusive os respectivos cimentos, granulados e plásticos inorgânicos refratários:	
	001) aluminoso ou silico aluminoso, inclusive isolante ou anti-ácido	60%
	002) magnésiano, de dolomita de cromo, cromo-magnésiano, de magnesita-cromo, queimados ou crus (quimicamente ligados), recobertos ou não de metal	60%
	003) silicoso, semi-silicoso ou de sílica	60%
	004) qualquer outro refratário	20%
	005) tijolo especial, de forma patenteada, para coqueria, retorta de destilação e semelhante	20%
	006) tijolo silico-aluminoso de baixa porosidade e com elevada resistência à abrasão especificamente destinado a alto forno	40%
	007) laje, placa, tijolo e peça semelhante de silimanita, carbureto de silício, de carbono, de óxidos puros fundidos; peça electro-fundida do tipo "Corhart" ..	20%
69-03	Bastão, bico de fole, cadinho, copela, mufla, retorta, suporte, tubo e qualquer outra peça refratária não especificada nem compreendida em outra parte	30%
69-04	Tijolo para construção	100%
69-05	Telha, ornamento arquitetônico e qualquer cerâmica de arquitetura	100%
69-06	Manilha, tubo ou qualquer outra peça para canalização, de qualquer material	80%
69-07	Azulejo, ladrilho, mosaico e guarnição	100%

Item	MERCADORIA	Aliquota
		"Ad-Valorem"
69-08	Qualquer aparelho e utensilio para uso técnico; celha, cuba, tina e recipiente semelhante de uso rural; jarro, moringa, pote e recipiente semelhante, não especificado nem compreendido em outra parte: 001) utensilio e aparelho para química ou qualquer outro uso de laboratório: cadinho, cápsula ou qualquer outro .. 002) qualquer outro	30% 100%
69-09	Aparelho fixo para uso sanitário ou higiênico; banheira, bidê, latrina, lavatório, mictório, pia e semelhante, com ou sem parte de metal não destacável	100%
69-10	Utensilio e vasilhame de uso domestico ou de tocador: 001) de faiança	100%
	002) de porcelana	100%
	003) de qualquer outra matéria cerâmica ..	100%
69-11	Estatueta, objeto de fantasia ou decoração, de cerâmica: 001) de faiança	120%
	002) de porcelana	120%
	003) de qualquer outra matéria cerâmica ..	120%
69-12	Qualquer obra de cerâmica não especificada nem compreendida em outra parte: 001) de faiança	100%
	002) de porcelana	100%
	003) de qualquer outra matéria cerâmica ..	100%

SECÇÃO XIII

ARTIGOS DE CALCÁREOS, DE GESSO, DE CIMENTO, DE AMIANTO OU ASBESTOS, DE MICA E SEMELHANTES, PRODUTOS DE CERÂMICA, VIDROS E CRISTAIS

CAPITULO 70

Vidro e obras de vidro

NOTA 146 — Estão excluidos dêste Capitulo:

- a) frita ou composição vitrificável — Capitulo 32;
- b) bijuteria de fantasia — Capitulo 71;
- c) isolador e peça isolante para electricidade — Capitulo 85;
- d) vidro trabalhado para ótica ou qualquer artigo do Capitulo 90;
- e) brinquedo, jogo, accessório para árvore de Natal ou qualquer outro artigo do Capitulo 97;

f) botão garrafa isolante montada, vaporizador montado, ou qualquer outro artigo do Capítulo 98.

Item	MERCADORIA	Aliquota "Ad-Valorem"
70-01	Resíduo de vidraria e vidro em pó: 001) resíduo de vidraria 002) vidro em pó	25% 25%
70-02	Vidro em barra, grânulo, tubo ou vareta, não trabalhado	50%
70-03	Folha, lâmina ou placa de vidro plano, não trabalhado: 001) liso, em bruto, até 1 mm (um milímetro) de espessura 002) liso, em bruto, de mais de 1 mm (um milímetro) até 10 mm (dez milímetros) de espessura 003) liso, em bruto, de mais de 10 mm (dez milímetros) de espessura 004) estriado, ondulado, martelado, ralado, estampado e semelhante 005) armado com tela de arame	60% 80% 60% 80% 80%
70-04	Folha, lâmina ou placa de vidro, polido, sem qualquer outro trabalho: 001) até 45 cm ² (quarenta e cinco centímetros quadrados) de superfície 002) de mais de 45 cm ² (quarenta e cinco centímetros quadrados) até 100 cm ² (cem centímetros quadrados) de superfície 003) de mais de 100 cm ² (cem centímetros quadrados) de superfície	40% 40% 40%
70-05	Folha, lâmina ou placa de vidro, de qualquer outro modo trabalhada: 001) de bordo biselado 002) decorada, dourada, gravada, lapidada, pintada ou de qualquer outro modo trabalhada	80% 100%
70-06	Vidro de segurança e vidro temperado: 001) de folha simples, endurecido ou temperado 002) formado de duas ou mais folhas	80% 80%
70-07	Espelho de vidro, com ou sem moldura, inclusive retrovisor para veículo	100%
70-08	Frascaria de qualquer feitio ou forma, para embalagem	120%
70-09	Tubo para comprimido ou qualquer outro recipiente semelhante para embalagem: 001) ampola para injeção 002) qualquer outro	120% 120%

Item	MERCADORIA	Aliquota "Ad-Valorem"
70-10	Ampola de vidro, aberta, não acabada, sem guarnição para lâmpada, válvula eletrô- nica e semelhante:	
	001) especial para válvula eletrônica	20%
	002) qualquer outro	120%
70-11	Ampola de vidro para recipiente isolante de calor, garrafa térmica ou qualquer outro fim	120%
70-12	Objeto de vidro para serviço de mesa, cozinha, tucador, escritório, ornamento de mesa ou parede e fim semelhante, exclusive o do item 70-15	120%
70-13	Obra de vidro, para iluminação e sinalização	120%
70-14	Vidro curvo para relógio, para óculo de sol e semelhante, exclusive lente corretiva	100%
70-15	Objeto de vidro de baixo coeficiente de dila- tação refratário pirex ou qualquer outro e o de sílica fundida:	
	001) para uso doméstico	120%
	002) qualquer outra	100%
70-16	Obra de vidro de laboratório e farmácia, refra- tária ou não:	
	001) com calibração ou graduação	20%
	002) sem calibração ou graduação	30%
70-17	Vidro ótico em bruto, inclusive em bloco, mol- dado ou prensado, sem polimento ótico, para fabricação de lente corretiva	10%
70-18	Ladrilho, telha, tijolo ou qualquer outro mate- rial de construção	100%
70-19	Fibra de vidro e qualquer sua obra:	
	001) fibra de vidro, têxtil ou não (lã de vidro)	60%
	002) fibra de vidro em bloco colchão, lençol, placa e semelhante, com ou sem aglome- rante para isolamento de som ou qual- quer outro fim	80%
	003) fio retorcido corda e cabo	30%
	004) fita, fitilho e cadarço	30%
	005) tecido de vidro liso	30%
	006) tecido de vidro, estampado ou lavrado	50%
	007) qualquer outra	30%
70-20	Qualquer obra de vidro não especificada nem compreendida em outra parte	120%

SECÇÃO XIV

PÉROLAS NATURAIS E CULTIVADAS; PEDRAS PRECIOSAS E SEMI-PRECIOSAS; METAIS PRECIOSOS; FOLHEADOS DE METAIS PRECIOSOS; OBRAS, BIJUTERIAS DE FANTASIA; MOEDAS

CAPÍTULO 71

Pérolas naturais e cultivadas, pedras preciosas e semi-preciosas; metais preciosos; folheados de metais preciosos; obras, bijuterias de fantasia

NOTA 147 — Estão excluídos deste Capítulo:

- a) o artigo no qual o metal precioso ou seu folheado constitui simples guarnição e desde que não tenha pérola, pedra preciosa ou semi-preciosa;
- b) amálgama de metal precioso e metal precioso em estado coloidal — Capítulo 28;
- c) tecido com fio de metal precioso — Capítulo 52;
- d) parte de bengala, chapéu ou guarda chuva — Capítulo 66;
- e) moeda — Capítulo 72;
- f) parte de instrumento científico — Capítulo 90, relojoaria — Capítulo 91 e instrumento musical — Capítulo 92;
- g) arma e parte de arma — Capítulo 93;
- h) qualquer artigo do Capítulo 98, salvo o dos itens 98.01, 98.11 e 98.13;
- i) objeto de antiguidade ou coleção — Capítulo 99, salvo no caso de pérola, pedra preciosa ou semi-preciosa, sempre classificada neste Capítulo.

NOTA 148 — Entende-se como metal precioso o ouro, a prata, a platina e qualquer outro do grupo da platina.

NOTA 149 — Para aplicação deste Capítulo, qualquer metal do grupo de platina é considerado um só metal e assemelhado à platina.

NOTA 150 — A liga de metal precioso e metal comum, na qual nenhum metal precioso entre em proporção igual ou superior a 2% (dois por cento) é classificada como liga de metal comum.

Qualquer outra liga, contendo metal precioso, é classificada como se segue:

- 1) a liga contendo 2% (dois por cento) ou mais de ouro, sem platina ou com menos de 2% (dois por cento) de platina; é sempre classificada como liga de ouro;
- 2) qualquer outra liga, contendo 2% (dois por cento) ou mais de prata é classificada como liga de prata.
- 3) a liga contendo 2% (dois por cento) ou mais de platina é sempre classificada como liga de platina.

NOTA 151 — Salvo disposição em contrário, sempre que um metal precioso for nominalmente designado, esta designação se estende à liga classificada com esse metal, pela aplicação da Nota anterior.

A expressão “metal precioso” não se aplica ao artigo constante da Nota seguinte nem ao metal comum, dourado, prateado ou platinado.

NOTA 152 — Entende-se por folheado de metal precioso o artigo contendo um suporte de metal comum ao qual uma ou mais faces sejam recobertas de metal precioso por soldagem, laminação a quente ou qualquer outro processo mecânico semelhante.

NOTA 153 — Entende-se por bijuteria ou obra de joalheria do item 71-12:

- a) o objecto de adorno pessoal tal como aigete, anel, broche, botão de camisa, crinco, broche, colar, corrente, fivela, insignia, medalha, pendente, pulseira ou semelhante;
- b) o objecto de uso pessoal normalmente transportado no bolso, carteira ou bolsa, ou pela própria pessoa tal como bolsa de malha, caixa de pó, cigarreira, isqueiro, tabaqueira ou semelhante.

NOTA 154 — Entende-se por bijuteria de fantasia, do item 71-15, o artigo descrito na Nota 153, alínea a — sem pérola, pedra preciosa, semi-preciosa, metal precioso ou seu folheado.

NOTA 155 — O embutido, incrustado ou marchetado de metal precioso é considerado folheado desse metal.

Item	MERCADORIA	Alíquota
		"Ad. Valorem"
71-01	Pérola natural ou cultivada, não enfiada nem montada, salvo quando simplesmente enfiada, sem uniformidade ou sequência de tamanho, somente para facilidade de transporte.	
	001) natural	30%
	002) cultivada	30%
71-02	Pedra preciosa ou semi-preciosa, bruta, lapidada, ou de qualquer outro modo trabalhada, não enfiada nem montada.	
	001) bruta	10%
	002) lapidada ou de qualquer outro modo trabalhada	20%
71-03	Pedra preciosa ou semi-preciosa, sintética ou reconstituída bruta, lapidada ou de qualquer outro modo trabalhada, não enfiada nem montada.	
	001) bruta	30%
	002) lapidada ou de qualquer outro modo trabalhada	30%
71-04	Pó e resíduo de pedra preciosa ou semi-preciosa	10%
71-05	Prata e liga de prata bruta ou semi-manufaturada, com ou sem suporte:	
	001) em bruto, barra, lingote e semelhante, esponja, pó e resíduo de obra	Livre
	002) barra, óca, tubular e semelhante	50%
	003) qualquer outra	20%
71-06	Folheado de prata semi-manufaturado:	
	001) barra, fio, perfilado de secção maciça, chapa, folha, lâmina e tira	10%
	002) qualquer outro	20%

da Tarifa	MERCADORIAS	Alíquota "Ad. Vairem"
71-07	Ouro e liga de ouro, bruto ou semi-manufaturado, com ou sem suporte: 001) em bruto barra, lingote e semelhante, esponja, pó e resíduo de obra 002) qualquer outro	Livre 20%
71-08	Folheado de ouro, semi-manufaturado: 001) barra fio, perfilado de secção maciça, chapa, folha, lâmina e tira 002) qualquer outro	10% 20%
71-09	Platina e metal do grupo da platina, ou sua liga, bruto ou semi-manufaturado, com ou sem suporte: 001) em bruto barra, lingote e semelhante, esponja, pó e resíduo de obra 002) qualquer outro	Livre 20%
71-10	Folheado de platina e de metal do grupo da platina, semi-manufaturado: 001) barra, fio, perfilado de secção maciça, chapa, folha, lâmina e tira 002) qualquer outro	10% 20%
71-11	Varredura (escovilha)	Livre
71-12	Bijuteria e obra de joalheria ou ourivesaria, de metal precioso ou folheado de metal precioso: 001) de ouro, com ou sem pérola, pedra preciosa ou semi-preciosa 002) de prata com ou sem pérola, pedra preciosa ou semi-preciosa 003) de platina com ou sem pérola, pedra preciosa ou semi-preciosa	100% 100% 100%
71-13	Qualquer obra de metal precioso ou folheado de metal precioso não especificada nem compreendida em outra parte: 001) de ouro, com ou sem pérola, pedra preciosa ou semi-preciosa 002) de prata com ou sem pérola, pedra 003) de platina, com ou sem pérola, pedra preciosa ou semi-preciosa	100% 100%
71-14	Obra de pérola natural ou cultivada, de pedra preciosa ou semi-preciosa natural sintética, ou reconstituída sem metal precioso ou folheado de metal precioso: 001) de pérola inclusive colar com ou sem fecho e colar por enfiar 002) de pedra preciosa ou semi-preciosa com ou sem fecho	100% 100%
71-15	Bijuteria de fantasia, de qualquer matéria, com ou sem fecho	150%

SECÇÃO XIV

PÉROLAS NATURAIS E CULTIVADAS, PEDRAS PRECIOSAS E SEMI-PRECIOSAS, METAIS PRECIOSOS, FOLHEADOS DE METAIS PRECIOSOS, OBRAS, BIJUTERIAS DE FANTASIA, MOEDAS

CAPÍTULO 72

Moeda

NOTA 156 — Estão excluídas deste Capítulo:

- a) a moeda montada em alfinete de gravata, broche ou qualquer outro artigo do Capítulo 71;
- b) a moeda que constitui objeto de antiguidade ou coleção — Capítulo 99.

Item	MERCADORIA	Alíquota "Ad-Valorem"
72-01	Moeda de ouro	Livre
72-02	Moeda de prata	Livre
72-03	Moeda de metal comum	Livre

SECÇÃO XV

METAIS COMUNS EMPREGADOS NA METALURGIA E SUAS OBRAS

NOTA 157 — Estão excluídos desta Secção:

- a) liga de ferro-fósforo, contendo, em peso, 15% (quinze por cento) ou mais de fósforo — Capítulo 28;
- b) pó metálico preparado para pintura — Capítulo 32;
- c) ferro-cério ou qualquer outra liga pirotécnica — Capítulo 36;
- d) chapéu e parte de chapéu — Capítulo 65;
- e) armação ou qualquer outra parte metálica, de guarda-chuva, sombrinha ou semelhante — Capítulo 66;
- f) liga de metal precioso metal comum folheado de metal precioso e bijuteria — Capítulo 71;
- g) aparelho, máquina e material elétrico — Secção XVI;
- h) material de transporte — Secção XVII;
- i) pinça tesoura ou qualquer outro artigo para cirurgia, instrumento científico e qualquer outro artigo da Secção XVIII;
- j) chumbo para caça e qualquer outro artigo da Secção XIX;
- l) movei e qualquer outro artigo classificado no Capítulo 94;
- m) peneira manual e tamis — Capítulo 96;
- n) brinquedo, jogo e qualquer outro artigo do Capítulo 97;
- o) botão caneta, fecho cursor, grampo de cabelo e qualquer outro artigo do Capítulo 98.

NOTA 158 — Classificação de liga:

- a) a liga de metal comum não ferroso, contendo, em peso, mais de 10% (dez por cento) de níquel, é classificada como níquel;
- b) o ferro-liga e o cobre-liga são classificados, respectivamente, nos itens 73-02 e 74-02;

- c) qualquer outra liga de metal comum é classificada pelo metal predominante em peso.

NOTA 159 — Em qualquer Capítulo desta Secção, no qual um metal fôr nominalmente designado a designação se estende, igualmente a liga que pela aplicação da Nota anterior, tenha a classificação dêsse metal.

NOTA 160 — O artigo fabricado com mais de um metal comum é classificado, como se constituído exclusivamente do metal predominante em peso.

Para efeito desta Nota, considera-se:

- a) o ferro e o aço, como um só metal;
b) a liga, como constituída inteiramente do metal de que segue o regime.

NOTA 161 — Considera-se acessório de tubulação: bucha, bujão, conexão, cotovêlo, cruzeta, curva, derivação, flange, joelho, luva, redução, tê, união ou junção e semelhante. Quando o acessório vier por qualquer forma ligado à barra ôca, cano ou tubo, seguirá o regime dêstes.

NOTA 162 — O metal em bruto dos itens 78-01/001 — 76-01/001 pagará 10% (dez por cento) de direito "ad-valorem" quando o importador apresentar comprovante, visado pelo C.P.A., de dispensa ou aquisição de quota do produto nacional similar, provindo de minério nacional.

A quota de aquisição do produto nacional não poderá ser inferior à seguinte percentagem da quantidade importada:

- 30% (trinta por cento) para o chumbo
30% (trinta por cento) para o alumínio

O C. P. A. reajustará essas porcentagens sempre que os produtores nacionais, por intermédio do Departamento Nacional da Produção Mineral, provarem que se modificou a relação entre produção nacional e consumo.

SECÇÃO XV

METAIS COMUNS EMPREGADOS NA METALURGIA E SUAS OBRAS

CAPÍTULO 73

Ferro e aço

NOTA 163 — Considera-se:

- a) ferro fundido — 73-01 o produto ferroso contendo, em peso, 1,9% (dezenove décimos por cento) ou mais de carbono e podendo conter isoladamente ou em conjunto:
- 1) 30% (trinta por cento) ou menos de cromo,
 - 2) menos de 15% (quinze por cento) de fósforo,
 - 3) 6% (seis por cento) ou menos de manganês,
 - 4) 8% (oito por cento) ou menos de silício
 - 5) 40% (quarenta por cento) ou menos de tungstênio,
 - 6) 10% (dez por cento) ou menos, no total, de qualquer outro elemento.
- b) ferro-spiegel — 73-01 —, o produto contendo, em peso mais de 6% (seis por cento) até 30% (trinta por cento) inclusive de manganês e correspondendo, no que se refere a outra característica, a definição da alínea a;

c) ferro-liga — 73-02 — o produto ferroso que não pode ser torçado nem laminado e que constitui matéria-prima para a siderurgia, contendo, isoladamente ou em conjunto:

- 1) mais de 30% (trinta por cento) de cromo,
- 2) mais de 30% (trinta por cento) de manganês,
- 3) mais de 8% (oito por cento) de silício
- 4) mais de 40% (quarenta por cento) de tungstênio,
- 5) mais de 10% (dez por cento) no total, de qualquer outro elemento.

A proporção total dos elementos não ferrosos não pode ultrapassar 95% (noventa e seis por cento) para o ferro-liga, contendo silício 93% (noventa e três por cento) para o ferro-liga contendo manganês sem silício e 90% (noventa por cento) para qualquer outro ferro-liga.

d) aço-liga: o aço contendo um ou mais elementos na seguinte proporção:

- 1) 0,30% (trinta centésimos por cento) ou mais de alumínio,
- 2) 0,30% (trinta centésimos por cento) ou mais de chumbo,
- 3) 0,30% (trinta centésimos por cento) ou mais de cobalto
- 4) 0,40% (quarenta centésimos por cento) ou mais de cobre,
- 5) 0,50% (cinquenta centésimos por cento) ou mais de cromo
- 6) 0,33% (trinta e três centésimos por cento) ou mais de enxofre,
- 7) 0,12% (doze centésimos por cento) ou mais de fósforo
- 8) 0,45% (quarenta e cinco centésimos por cento) ou mais de fósforo e enxofre em conjunto
- 9) 2% (dois por cento) ou mais de manganês,
- 10) mais de 2% (dois por cento) de manganês e silício, em conjunto,
- 11) 0,10% (dez centésimos por cento) ou mais de molibdênio,
- 12) 0,50% (cinquenta centésimos por cento) ou mais de níquel,
- 13) 2% (dois por cento) ou mais de silício,
- 14) 0,30% (trinta centésimos por cento) ou mais de tungstênio,
- 15) 0,10% (dez centésimos por cento) ou mais de vanádio,
- 16) 0,10% (dez centésimos por cento) ou mais de qualquer outro elemento, considerado isoladamente.

Considera-se:

aço-liga rápido o aço-liga contendo mais de 10% (dez por cento) de tungstênio isoladamente ou mais de 8% (oito por cento) de tungstênio e molibdênio em conjunto mesmo com adição de qualquer outro elemento; e

aço liga inoxidável, o aço-liga contendo mais de 4% (quatro por cento) de cromo, mesmo com adição de qualquer outro elemento.

e) aço comum, o aço que contém menos de 0,6% (seis décimos por cento) de carbono e alto carbono o que contém 0,6% (seis décimos por cento) até 1,9% (dezenove décimos por cento) inclusive;

f) aço composto, o obtido pela soldagem de duas ou mais camadas de aço de qualidade diferente;

g) barra de ferro puddado ou de pacote — 73-05 — o produto destinado ao forjamento ou à laminação obtido, seja por caldeamento, no martelo pilão de ferro puddado seja por soldagem por meio de laminação à alta temperatura, de ferro ou aço em fragmento ou de ferro puddado;

- h) lingote - 73-05 -, o produto destinado ao forjamento ou à laminação obtido por fusão em molde;
- i) esboço ou tarugo ("billet") o produto semi-acabado, de secção transversal quadrada ou retangular, de área superior a 1.225 mm² (mil duzentos e vinte e cinco milímetros quadrados); e de espessura superior a 1/4 (um quarto) da largura;
- j) placa (chapa simplesmente desbastada) - 73-06 -, o produto semi-acabado de secção transversal com espessura mínima de 6 mm (seis milímetros) de largura mínima de 150 mm (cento e cinquenta milímetros) e no qual a espessura não excede 1/4 (um quarto) da largura;
- k) bobina para relaminação - 73-07 -, o produto semi-acabado, de secção retangular, com espessura mínima de 1,5 mm (um e meio milímetro) e largura superior a 500 mm (quinhentos milímetros), apresentado em rôlo contínuo com peso mínimo de 500 kg (quinhentos quilogramas) por peça;
- m) chapa universal - 73-08 -, o produto de secção retangular, laminado a quente, em laminador universal, com mais de 6 mm (seis milímetros) até 100 mm (cem milímetros) de espessura e mais de 150 mm (cento e cinquenta milímetros) até 1.200 mm (mil e duzentos milímetros) de largura;
- n) tira - 73-11 -, o produto laminado, com borda cortada ou não, de secção retangular, com espessura máxima de 6 mm (seis milímetros) de largura máxima de 500 mm (quinhentos milímetros) e cuja espessura não excede 1/10 (um décimo) apresentado em fita reta ou em rôlo;
- o) chapa - 73-12 -, o produto laminado, exclusive o enrolado para relaminação, com espessura máxima de 125 mm (cento e vinte e cinco milímetros) e, quando de forma quadrada ou retangular com largura superior a 500 mm (quinhentos milímetros);
Fica compreendido no item 72-12 a chapa cortada de forma diferente da quadrada ou retangular, a curvada, corrugada, estriada, ondulada, perfurada, polida, revestida ou de qualquer outra forma trabalhada;
- p) fio - 73-13 -, o produto de secção maciça, estirado ou trefilado no qual a secção transversal, em qualquer forma, não excede de 12 mm (doze milímetros) na maior dimensão;
- q) barra, acabada ou semi-acabada - 73-09 -, o produto de secção maciça ou perfurada não compreendido na definição das letras j, l, m, n, o, p, no qual a secção transversal é de forma circular, de segmento circular, de triângulo isósceles de quadrado de retângulo de hexágono, de octógono ou derapezo regular;
- r) perfil - 73-10 -, o produto de secção maciça, exclusive o do item 73-14, não definido nas letras l, j, i, n, o, p, q, e cuja secção transversal não afete a forma definida na letra q.

NOTA 164 - O produto de aço alto carbono, de aço inoxidável ou de qualquer outro aço-liga, dos itens 73-05 a 73-13, inclusive, quando em bitola ou formato sem similar nacional registrado, pagará direito de 20% (vinte por cento) "ad-valorem".

Item	MERCADORIA	Alíquota "Ad. Valorem"
73-01	Ferro fundido, em bruto ou em lingote, inclusive o ferro-spiegel:	
	001) ferro fundido	20%
	002) ferro spiegel	50%

Item	MERCADORIA	Alíquota "Ad-Valorem"
73-02	Ferro-liga, em bruto:	
	001) ferro-alumínio, contendo mais de 10% (dez por cento) até 90% (noventa por cento) de alumínio	10%
	002) ferro-boro	10%
	003) ferro-cobalto	10%
	004) ferro-cromo contendo mais de 35% (trinta e cinco por cento) de cromo ..	30%
	005) ferro-manganês, contendo mais de 30% (trinta por cento) de manganês	50%
	006) ferro-molibdênio	10%
	007) ferro-níquel	50%
	008) ferro-silício contendo mais de 8% (oito por cento) de silício até 95% (noventa e seis por cento) inclusive, sem alumínio ou com menos de 5% (cinco por cento) de alumínio	50%
	009) ferro-silício-alumínio contendo simultaneamente 5% (cinco por cento) ou mais de alumínio e mais de 8% (oito por cento) de silício	10%
	010) ferro-silício-cromo, contendo, simultaneamente, 30% (trinta por cento) ou mais de silício e 30% (trinta por cento) ou mais de cromo	50%
	011) ferro-silício-manganês-alumínio, contendo, simultaneamente 5% (cinco por cento) ou mais de alumínio, mais de 8% (oito por cento) de silício e 15% (quinze por cento) ou mais de manganês	10%
	012) ferro-titânio e ferro-silício-titânio ..	10%
	013) ferro-tungstênio e ferro-silício-tungstênio	10%
	014) ferro-vanádio	10%
	015) ferro-zircônio	10%
	016) silício-espiegel e ferro-silício-manganês, contendo simultaneamente mais de 8% (oito por cento) de silício e 15% (quinze por cento) ou mais de manganês	50%
	017) qualquer outro	10%
73-03	Apara, limalha, pedaço servido e sucata	Livre
73-04	Ferro ou aço granulado ou pulverizado; ferro ou aço esponjoso:	
	001) granalha de polimento	30%
	002) qualquer outro	20%
73-05	Barra de ferro puglado ou de pacote, bruta e lingote:	
	001) de ferro e aço comum	50%
	002) de aço alto carbono	50%
	003) de aço-liga inoxidável	60%
	004) de aço-liga rápido	60%
	005) de qualquer outro aço-liga	60%
	006) de aço composto	60%

Item	MERCADORIA	Aliquota "Ad-Valorem"
73-06	Barra esbôço, palanquilha placa, platina, tarugo e chapa, simplesmente desbastada	
	001) de ferro e aço comum	50%
	002) de aço alto carbono	50%
	003) de aço-liga inoxidável	60%
	004) de aço-liga rápido	60%
	005) de qualquer outro aço-liga	60%
	006) de aço composto	60%
73-07	Bobina para relaminação em bruto:	
	001) de ferro e aço comum	50%
	002) de aço alto carbono	60%
	003) de aço-liga inoxidável	60%
	004) de qualquer outro aço-liga	60%
	005) de aço composto	60%
73-08	Chapa universal:	
	001) de ferro ou aço comum	50%
	002) de aço alto carbono	50%
	003) de aço-liga inoxidável	60%
	004) de qualquer outro aço-liga	60%
	005) de aço composto	60%
73-09	Barra acabada laminada a quente forjada, estirada ou extrusada; barra ôca para perfuração de mina ou escais de caldeira:	
	001) de ferro ou aço comum	50%
	002) de aço alto carbono	50%
	003) de aço-liga inoxidável	60%
	004) de aço-liga rápido	60%
	005) de aço-silício-manganês	60%
	006) de qualquer outro aço-liga	60%
73-10	Perfil:	
	001) de ferro ou aço comum	50%
	002) de aço alto carbono	50%
	003) de aço-liga inoxidável	60%
	004) de aço-liga rápido	60%
	005) de aço-silício-manganês	60%
	006) de qualquer outro aço-liga	60%
73-11	Fita e tira:	
	001) de ferro e aço comum	50%
	002) de aço alto carbono	60%
	003) de aço-liga inoxidável	60%
	004) de aço-liga rápido	60%
	005) de aço-silício-manganês	60%
	006) de qualquer outro aço-liga	60%
73-12	Chapa e fôlha:	
	001) não revestida, de ferro ou aço comum	50%
	002) não revestida de aço alto carbono	60%
	003) não revestida de aço-liga inoxidável	60%
	004) não revestida de aço-liga rápido	60%
	005) não revestida de qualquer outro aço-liga	60%
	006) de aço silício (chapa magnética)	60%

Item	MERCADORIA	Alíquota "Ad. Valorem"
	007) chapa e folha estanhada de 41 kg. (90 lbs.) a 88,5 kg. (195 lbs.) inclusive, por caixa básica	20%
	008) qualquer outra estanhada	20%
	009) galvanizada	50%
	010) qualquer outra com revestimento metálico ou esmaltada	30%
73-13	Fio exclusivo o isolado para eletricidade:	
	001) nu, de aço inoxidável de menos de 0.10 mm (um décimo de milímetro) ou mais de 1 mm (um milímetro) na maior dimensão, em secção transversal	20%
	002) qualquer outro	60%
73-14	Trilho, cremalheira, acessório e pertence, inclusive agulha cruzamento, cruzeta, desvio, dormente, travessa e semelhante, tala de junção e "tirefond" de qualquer forma ou feitio para ferrovia:	
	001) trilho, tala e placa de apoio, de 25 kg/m (vinte e cinco quilogramas por metro) e 67 kg/m (cinquenta e sete quilogramas por metro) inclusive	30%
	002) qualquer outro trilho, tala e placa de apoio	10%
	003) dormente de ferro ou aço	60%
	004) cremalheira e acessório; trilho com flange	10%
	005) agulha, cruzamento, desvio, travessa, cadeira, coxim, sapata, cunho, "tirefond" e qualquer outro material de via permanente	20%
73-15	Âncora e fiateixa	60%
73-16	Tubo e cano:	
	001) com costura, de ferro ou de aço	60%
	002) com costura, de aço-liga inoxidável ..	20%
	003) com costura, de qualquer outro aço-liga	20%
	004) sem costura, de aço-liga inoxidável ..	20%
	005) qualquer outro sem costura até 9" (nove polegadas) de diâmetro, inclusive	60%
	006) qualquer outro sem costura de mais de 9" (nove polegadas) de diâmetro ..	20%
73-17	Qualquer acessório para tubulação não especificado nem compreendido em outra parte ..	80%
73-18	Perfilado para construção metálica, formando conjunto:	
	001) armação para telhado	80%
	002) coluna	80%
	003) espigão	80%
	004) esquadria	80%

Item	MERCADORIA	Aliquota "Ad. Valorem"
	005) "marquize"	80%
	006) ponte e pontilhão	80%
	007) torre	80%
	008) viga	80%
	009) qualquer outro	80%
73-19	Cuba, reservatório, silo, tanque, tonel, com ou sem isolamento termico; balde, barril, botijão, lata, tambor e semelhante	80%
73-20	Recipiente para gás comprimido ou liquefeito	60%
73-21	Balaustre, batente, caixilho, calha, corrimão, grade, gradil, janela, lambrequim, lambril, painel, peitoril, porta, ralo, sacada veneziana e semelhante, para construção, exclusive a do item 73-18	80%
73-22	Cabo, cordame, cordoalha, trançado e semelhante, com ou sem alma de qualquer matéria têxtil exclusive o isolado para eletricidade	80%
73-23	Grade, rede, tela de cordoalha ou de fio ou qualquer sua obra	80%
73-24	Grade de chapa perfurada	80%
73-25	Cadeia ou corrente: 001) de transmissão	40%
	002) em obra	80%
	003) qualquer outra	80%
73-26	Aresta, cravo para ferradura, gancho, percevejo, pino, contrapino, ponto, prego, rebite, tacha e semelhante	80%
73-27	Parafuso e porca, anel, gancho ou qualquer obra de rosca, não especificada nem compreendida em outra parte	80%
73-28	Gacheta e arruela, inclusive de pressão	80%
73-29	Mola e feixe de mola, exclusive a de relógio: 001) em espiral	60%
	002) qualquer outra	80%
73-30	Fogão, fogareiro, grelha, estufa e aparelho semelhante de uso doméstico, não elétrico	100%
73-31	Aquecedor, caldeira e qualquer outro aparelho de aquecimento central para uso doméstico, em geral, exclusive o do Capítulo 84	100%
73-32	Artigo sanitário: 001) banheira, bidê, caixa, caixa de descarga, escarradeira, lavatório, pia, porta-toalha, saboneteira	100%
	002) qualquer outro	100%

Item	MERCADORIA	Aliquota "Ad. Valorem"
73-33	Estregão, esponja palha e artigo semelhante, para limpar e polir ou qualquer outro fim	100%
73-34	Torneira, válvula e semelhante	60%
73-35	Artigo de uso doméstico	100%
73-36	Qualquer artigo não especificado nem compreendido em outra parte	80%

METAIS COMUNS EMPREGADOS NA METALURGIA E SUAS OBRAS

CAPITULO 74

Cobre e suas ligas

NOTA 165 — Considera-se "cobre-liga" — 74-02 — a liga de cobre que não pode ser torçada nem laminada na qual esse metal pode não constituir o elemento predominante em peso
Exceção-se a combinação de fósforo e cobre, contendo mais de 8% (oito por cento), em peso, de fósforo, classificada no Capítulo 28.

NOTA 166 — Para o fim deste Capítulo, considera-se:

- barra e perfil — 74-03. — o produto de secção maciça, estirado, laminado ou retorcido, no qual a maior dimensão, em secção transversal, é superior a 5 mm (seis milímetros) e a espessura, sendo superior a 1/10 (um decimo) da largura;
- chapa, fita, folha e prancha — 74-04. — o produto plano, enrolado ou não, no qual a maior dimensão, em secção transversal, é superior a 6 mm (seis milímetros) e a espessura, sendo superior a 0,15 mm (quinze centesimos de milímetros) não ultrapasse 1/10 (um decimo) da largura. Está compreendida no item 74-04 a chapa, fita, folha e prancha cortada de forma diferente da quadrada ou retangular, broqueada, corrugada, curvada, estriada, perfurada, polida ou revestida.
- fio — 74-06 — o produto de secção maciça estirado, laminado, retorcido ou trefilado, no qual a maior dimensão, em secção transversal não excede 6 mm (seis milímetros)

Item	MERCADORIA	Aliquota "Ad. Valorem"
74-01	Produto de primeira fusão ("maté"); cobre bruto e residuo em anodo, barra, cádo, lingote, massa bruta pão, placa, ou qualquer outra forma	
	001) "maté" de cobre	10%
	002) cobre em bruto	10%
	003) apara, limalha e sucata	10%

Item	MERCADORIA	Alíquota Ad - Valorem
74-02	Cobre-liga: 001) cobre-coro 002) cobre-molibdênio 003) cobre-titânio 004) cobre-vanádio 005) qualquer outra	20% 20% 20% 20% 20%
74-03	Barra e perfil: 001) de cobre com alma de aço 002) qualquer outra	20% 50%
74-04	Chapa fita folha tãmina e prancha com espes- sura superior a 0,15 mm (quinze centésimos de milímetros) 001) não cortada ou cortada de forma qua- drada ou retangular 002) qualquer outra	50% 50%
74-05	Fita e folha mesmo cortada, estampada, perfu- rada ou revestida, com ou sem suporte de cartão matéria plástica, papel e semelhante, com 0,15 mm (quinze centésimos de milíme- tro), ou menos de espessura excluído o suporte: 001) reduzida a pó com suporte para mar- cação de tecido e semelhante 002) qualquer outra	50% 50%
74-06	Fio nu, exclusive o isolado para eletricidade: 001) de bronze fosforoso 002) qualquer outra	25% 50%
74-07	Barra ôca cano e tubo: 001) não trabalhado de menos de 1/8" (um oitavo de polegada) de diâmetro externo 002) qualquer outro não trabalhado, de qualquer feitio 003) trabalhado cônico estriado filetado, martelado serpentina, com alheta ou qualquer outro	25% 50% 50%
74-08	Acessório de tubulação	50%
74-09	Cuba reservatório silo tanque tonel, com ou sem isolamento térmico; balde barril botijão, lata, tambor e recipiente semelhante	60%
74-10	Cabo cordame cordoalha trançado e seme- lhante exclusive o isolado para eletricidade	60%
74-11	Grade rede e tela de cordoalha ou fio: 001) cilíndrica própria para máquina 002) qualquer outra	25% 60%
74-12	Grade de chapa perfurada	60%

Item	MERCADORIA	Aliquota
		"Ad. Valorem"
74-13	Aresta, gancho, percevejo, pino, contrapino, ponta, prego rebite e tacha	60%
74-14	Anel, gancho, parafuso, porca e qualquer obra de rosca não especificada nem compreendida em outra parte	80%
74-15	Arruela e gacheta inclusive a de pressão	80%
74-16	Forneira, válvula e semelhante	80%
74-17	Artigo de uso doméstico	100%
74-18	Escama, grânulo, palheta e pó	10%
74-19	Corrente e qualquer sua obra	80%
74-20	Aquecedor, estufa, fogão, fogareiro, greiha e aparelho semelhante de uso doméstico não elétrico	100%
74-21	Qualquer artigo não especificado nem compreendido em outra parte	60%

SECÇÃO XV

METAIS COMUNS EMPREGADOS NA METALURGIA E SUAS OBRAS

CAPÍTULO 15

Níquel e suas ligas

NOTA 167 — Considera-se:

- barra e perfil - 75-02 - o produto de secção maciça estirado laminado ou retorcido no qual a maior dimensão em secção transversal seja superior a 6 mm (seis milímetros) e para o produto plano o de espessura superior a 1/10 (um décimo) da largura;
- chapa, fita, folha e prancha - 75-03 - produto plano enrolado ou não no qual a maior dimensão em secção transversal seja superior a 6 mm (seis milímetros) e cuja espessura não ultrapasse a 1/10 (um décimo) da largura. Está incluído no item 75-03 a chapa, fita, folha e prancha cortada de forma diferente da quadrada ou retangular, broqueada, corrugada, curvada, estriada, ondulada, perfurada ou polida;
- fio - 75-04 - o produto de secção maciça estirado laminado, retorcido ou trefilado no qual a maior dimensão, em secção transversal, não excede 6 mm (seis milímetros).

Item	MERCADORIA	Aliquota
		"Ad. Valorem"
75-01	"Matte" e "spieß" em bruto, ânodo catódico, lingote, massa bruta e qualquer outra forma bruta 001) níquel em bruto	10%

Item	MERCADORIA	Alíquota "Ad-Valorem"
	002) apara limalha e sucata	10%
75-02	Barra e perfil	20%
75-03	Chapa, fita, folha e prancha:	
	001) não cortada ou cortada, de forma quadrada ou retangular, com espessura ate 0,15 mm (quinze centesimos de milimetro)	20%
	002) não cortada, ou cortada, de forma quadrada ou retangular com espessura superior a 0,15 mm (quinze centesimos de milimetro)	20%
	003) qualquer outra	20%
75-04	Fio nu, exclusivo e isolado para electricidade ..	30%
75-05	Barra ôca, cano e tubo:	
	001) não trabalhado, de qualquer feitio ..	30%
	002) trabalhado: cônico estriado, filetado, martelado, serpentina com alheta ou qualquer outro	40%
75-06	Accessório de tubulação	30%
75-07	Escama, esponja, grânulo, palheta e pó	10%
75-08	Qualquer artigo não especificado nem compreendido em outra parte	60%

SECÇÃO XV

METAIS COMUNS EMPREGADOS NA METALURGIA E SUAS OBRAS

CAPITULO 76

Aluminio e suas ligas

NOTA 168 — Considera-se:

- barra e perfil — 76-02 —, o produto de secção maciça estriado, laminado ou retorcido, no qual a maior dimensão, em corte transversal, seja superior a 6 mm (seis milímetros) e para o produto plano, o de espessura superior a 1/10 (um décimo) da largura;
- chapa, fita, folha e prancha — 76-03 —, o produto plano, enrolado ou não, no qual a maior dimensão, em secção transversal seja superior a 6 mm (seis milímetros) e cuja espessura não ultrapasse 1/10 (um décimo) da largura. Está incluída no item 76-03 a chapa, fita, folha e prancha cortada de forma diferente da quadrada ou retangular broqueada, corrugada, curvada, estriada, ondulada, perfurada ou polida;

- c) fio — item 76-05 —, o produto de secção maciça, estriado laminado, retorcido ou trefilado no qual a maior dimensão, em corte transversal não excede 6 mm (seis milímetros)

Item	MERCADORIA	Alíquota "Ad. Valorem"
76-01	Em bruto, refinado ou não: 001) lingote, linguado, pão e semelhante 002) apara, limalha e sucata	50% 50%
76-02	Barra e perfil	50%
76-03	Chapa, fita, folha, lâmina e prancha com espessura superior a 0,15 mm (quinze centésimos de milímetro): 001) cortado ou não, de forma quadrada ou reangular	50% 50%
76-04	Fita e folha mesmo cortada, estampada, perfurada, envernizada ou revestida, com ou sem suporte de papel, cartão, matéria plástica e semelhante, até 0,15 mm (quinze centésimos de milímetro) de espessura, excluído o suporte 001) reduzida a pó para marcação de tecido e semelhante	50% 50%
76-05	Fio nu, exclusive o isolado para electricidade ..	50%
76-06	Barra ôca, cano e tubo: 001) não trabalhado de qualquer feitio, até 6" (seis polegadas) de diâmetro externo 002) não trabalhado de mais de 6" (seis polegadas) de diâmetro externo	50% 25%
	003) trabalhado: cónico, estriado filetado, martelado, serpentina, com alheta e qualquer outro	50%
76-07	Accessório de tubulação	50%
76-08	Perfilado, para construção metálica, formando conjunto: 001) armação para telhado	80%
	002) coluna	80%
	003) espição	80%
	004) esquadria	80%
	005) "marquize"	80%
	006) ponte e pontilhão	80%
	007) torno	80%
	008) viga	80%
	009) qualquer outro	80%
76-09	Cuba, dorna, reservatório, silo, tanque, tonel, com ou sem isolamento térmico; balde, barril, botijão, lata, tambor e semelhante	60%
76-10	Recipiente para gás comprimido ou liquefeito ..	60%

Item	MERCADORIA	Alíquota "Ad. Valorem"
76-11	Balaústre, balcão, patente, caixilho, calha, corrimão, grade, gradil, janela, lambrequim, lambril, painel, peitoril, porta, portão, ralo, sacada, telha veneziana e semelhante, para construção, exclusiva a do item 76-08	80%
76-12	Cabo, cordoalha, cordame, trançado e semelhante com ou sem alma de qualquer matéria têxtil, exclusiva o isolado para electricidade 001) com alma de aço	40%
	002) qualquer outro	60%
76-13	Grade, rede e tela de cordoalha ou de fio	60%
76-14	Grade de chapa perfurada	60%
76-15	Aresta, gancho, prego, pino, contrapino, ponta, rebite e semelhante	80%
76-16	Anel, gancho, parafuso e porca e qualquer obra provida de rosca não especificada nem compreendida em outra parte	80%
76-17	Arruela e gacheta inclusive de pressão	80%
76-18	Escama, grânulo, palheta e pó, com ou sem estearina	30%
76-19	Artigo de uso doméstico	100%
76-20	Bisnaga e tubo para embalagem; bocal ou cápsula e tampa para frasco e garrafa	100%
76-21	Qualquer artigo não especificado nem compreendido em outra parte	90%

SEÇÃO XV

METAIS COMUNS EMPREGADOS NA METALURGIA E SUAS OBRAS

CAPÍTULO 77

Magnésio e berílio (glucínio)

Item	MERCADORIA	Alíquota "Ad. Valorem"
77-01	Magnésio:	
	001) em bruto ou resíduo	30%
	002) em lima, pó ou raspa	30%
	003) em barra, barra ôca, cano, chapa, fio, fita, folha, perfil e tubo	50%
	004) em qualquer obra	60%

Item	MERCADORIA	Alíquota "Ad-Valorem"
77-02	Berílio (glúcinio):	
	001) em bruto ou residuo	10%
	002) em liminha ou raspa	10%
	003) em barra, barra ôca, cano, chapa, fio, fita, fôlha, pastilha, perfil e tubo	20%
	004) em qualquer obra	30%

SECÇÃO XV

METAIS COMUNS EMPREGADOS NA METALURGIA E SUAS OBRAS

CAPÍTULO 78

Chumbo

NOTA 169 — Considera-se:

- a) barra e perfil — 78-02 —, o produto de secção maciça, estriado, laminado ou retorcido, no qual a maior dimensão, em secção transversal é superior a 6 mm (seis milímetros) e, tratando-se de produto plano, o de espessura superior a 1/10 (um decimo) da largura;
- b) chapa, fita, fôlha e prancha — 78-03 —, o produto plano, enrolado ou não no qual a maior dimensão em secção transversal é superior a 6 mm (seis milímetros) e a espessura, sendo superior a 0,15 mm (quinze centésimos de milimetro) não excede 1/10 (um decimo) da largura. Esta também compreendida neste item a chapa, fita, fôlha e prancha, cortada de forma diferente da quadrada ou retangular, broqueada, corrugada, curvada, estriada, perfurada, polida ou revestida;
- c) fio — 78-05 —, o produto de secção maciça, estriado, laminado, retorcido ou trefilado no qual a maior dimensão, em secção transversal não excede 6mm (seis milímetros).

Item	MERCADORIA	Direito "Ad-Valorem"
78-01	Em bruto refinado ou não:	
	001) lingote, lingado, massa bruta, pão e semelhante	50%
	002) apara, liminha e sucata	50%
78-02	Barra e perfil	50%
78-03	Chapa, fita, fôlha e prancha com espessura superior a 0,15 mm (quinze centésimos de milimetro)	50%

Item	MERCADORIA	Alíquota "Ad. Valorem"
78-04	Fita e folha mesmo cortada, estampada perfurada ou revestida, com ou sem suporte de cartão, matéria plástica, papel e semelhante, até 0,15 mm (quinze centésimos de milímetros) de espessura, excluído o suporte ..	50%
78-05	Fio: 001) nu 002) qualquer outro	50% 50%
78-06	Barra ôca, cano e tubo: 001) não trabalhado de qualquer feitio 002) trabalhado: côncavo, estriado, retado, serpentina, com alheta ou qualquer outro	60% 60%
78-07	Bisnaga e tubo para embalagem	100%
78-08	Accessório de tubulação	60%
78-09	Arruela e gacheta	60%
78-10	Avental, luva e vestimenta com revestimento ou preparo de qualquer matéria, exceto borracha para proteção contra raio X e fumo semelhante	80%
78-11	Escama, grânulo, palheta e pó	60%
78-12	Bocal ou cápsula, rolha e tampa, com ou sem preparo de borracha ou cortiça para frasco, garrafa ou qualquer outro recipiente	100%
78-13	Qualquer artigo não especificado nem compreendido em outra parte	66%

SEÇÃO XV

METAIS COMUNS EMPREGADOS NA METALURGIA E SUAS OBRAS

CAPÍTULO 79

Zinco

NOTA 170 — Considera-se:

- barra e perfil — item 79-02, o produto de seção maciça, laminado ou retorcido no qual a maior dimensão em seção transversal é superior a 6 mm (seis milímetros) e tratando-se de produto plano o de espessura superior a 1,10 (um décimo) da largura.
- chapa, fita, folha e prancha — 79-03, o produto plano enrolado ou não no qual a maior dimensão em seção transversal é superior a 3 mm (seis milímetros) e a espessura não excede 1,10 (um décimo) da largura. Está também compreendida no item — 79-03, a fita

fôlha e prancha cortada de forma diferente da quadrada ou retangular, a broqueada, corrugada, curvada, estriada, perfurada, polida ou revestida;

- c) fio — 79-04, o produto de secção maciça estriado, laminado, retorcido ou trefilado ao qual a maior dimensão, em secção transversal, não excede 6 mm (seis milímetros)

Item	MERCADORIA	Alíquota "Ad. Valorem"
79-01	Em bruto refinado ou não: 001) lingote, lingado, massa bruta, pão e semelhante 002) apara, amalha e sucata	10% 10%
79-02	Barra e perfil	50%
79-03	Chapa, fita, fôlha e prancha: 001) em liga com cádmio e chumbo, própria para fabricação de pilha elétrica e bateria 002) qualquer outra	20% 50%
79-04	Fio: 001) nu 002) qualquer outro	50% 50%
79-05	Barra ôca, cano e tubo: 001) não trabalhado de qualquer feitio 002) trabalhado, cônico, estriado, fileado, martelado, serpentina, com alheta e outro	50% 50%
79-06	Accessório de tubulação	50%
79-07	Bisnaga e tubo para embalagem	100%
79-08	Aresta, gancho, pino, contrapino, ponta, prego, rebite, tacha e semelhante	60%
79-09	Anel, gancho, parafuso e porca e qualquer obra de rosca, não especificada nem compreendida em outra parte	60%
79-10	Arruela e gacheta	60%
79-11	Balaustre, balcão batente, caixilho, calha, corrimão, grade e gradil, janela, lambrequim, lambril, painel, persil, porta, portão, ralo, sacada, telha, veneziana e semelhante, para construção	60%
79-12	Artigo de uso doméstico	100%
79-13	Escama, grânulo, palheta e pó	10%
79-14	Qualquer artigo não especificado nem compreendido em outra parte	60%

SECÇÃO XV

METAIS COMUNS EMPREGADOS NA METALURGIA E SUAS OBRAS

CAPÍTULO 80

Estanho

NOTA 171 — Considera-se:

- a) barra e perfil — 80-02, o produto de secção maciça, estirado, laminado ou retorcido, no qual a maior dimensão em secção transversal é superior a 6 mm (seis milímetros) e, tratando-se de produto plano o de espessura superior a 1,10 (um décimo) de largura;
- b) chapa, fita, folha e prancha — 80-03 o produto plano enrolado ou não no qual a maior dimensão em secção transversal é superior a 6 mm (seis milímetros) e a espessura, sendo superior a 0,15 mm (quinze centésimos de milímetro) não excede 1,10 (um décimo) de largura. Esta também compreendida no item — 80-03 — a chapa, fita, folha e prancha cortada de forma diferente da quadrada ou retangular a broqueada, corrugada, curvada, estriada, perfurada sólida ou revestida;
- c) fio — 80-05, o produto de secção maciça, estirado, laminado, retorcido ou trefilado, no qual a maior dimensão, em secção transversal, não excede 6 mm (seis milímetros)

Item	MERCADORIA	Aliquota "Ao-Valorem"
80-01	Em bruto: 001) lingote, linguado, massa bruta, pão e semelhante	40%
	002) apara, limalha e sucata	40%
80-02	Barra e perfil	50%
80-03	Chapa, fita, folha e prancha, com espessura de mais de 0,15 mm (quinze centésimos de milímetro)	50%
80-04	Fita e folha, mesmo cortada, envernizada ou revestida estampada perfurada, com ou sem suporte de cartão, matéria plástica, papel e semelhante, até 0,15 mm (quinze centésimos de milímetro) de espessura, excluído o suporte: 001) com suporte	50%
	002) sem suporte	50%
80-05	Fio: 001) nu	50%
	002) qualquer outro	50%
80-06	Barra ôca, cano e tubo: 001) não trabalhado de qualquer feitio	50%
	002) trabalhado cônico, estriado, filetado, martelado serpentina, com alheta e qualquer outro	50%
80-07	Accessório de tubulação	50%

Item	MERCADORIA	Direito "Ad. Valorem"
80-08	Arruela e gacheta	60%
80-09	Escama, grânulo, palheta e pó	30%
80-10	Artigo de uso doméstico	100%
80-11	Bisnaga e tubo para embalagem	100%
80-12	Qualquer artigo não especificado nem compre- endido em outra parte	80%

SECÇÃO XV

METAIS COMUNS EMPREGADOS NA METALURGIA E SUAS OBRAS

CAPITULO 81

Outros metais comuns

NOTA 172 -- No item -- 81-06 -- está compreendido somente metal em-
pregado em metalurgia: antimônio, bismuto, cádmio, cobalto, gálio,
germânio, índio, nióbio, (colômbio), rênio, titânio, tório, vanádio e
zircônio.

Item	MERCADORIA	Alíquota "Ad. Valorem"
81-01	Tungstênio (volfrâmio): 001) em bruto	40%
	002) trabalhado: barra, filamento, fio, fita, fôlha haste pastilha e plaqueta	50%
	003) em qualquer obra	60%
81-02	Molibdênio: 001) em bruto	10%
	002) trabalhado: barra, filamento, fio, fita, fôlha haste pastilha e plaqueta	20%
	003) em qualquer obra	30%
81-03	Tântalo: 001) em bruto	10%
	002) trabalhado: barra, filamento, fio, fita, fôlha, haste, pastilha e plaqueta	20%
	003) em qualquer obra	30%
81-04	Manganês: 001) em bruto	40%
	002) trabalhado: filamento, fio, fita, fôlha, haste, pastilha e plaqueta	60%
	003) em qualquer obra	80%

Item	MERCADORIA	Alíquota "Ad-Valorem"
31-05	Cromo	
	001) em bruto	40%
	002) trabalhado: filamento, fio, fita, fôlha, haste, pastilha e plaqueta	60%
	003) em qualquer obra	80%
31-06	Qualquer outro metal comum:	
	001) em bruto	10%
	002) trabalhado: barra, filamento, fio, fita, fôlha, haste, pastilha e plaqueta	20%
	003) em qualquer obra	30%

SECÇÃO XV

METAIS COMUNS EMPREGADOS NA METALURGIA E SUAS OBRAS

CAPÍTULO 82

Ferramentas, cutelaria e talheres de metais comuns

NOTA 173 — Classifica-se neste Capítulo apenas o utensílio no qual o gume ou a lâmina é de metal comum.

Item	MERCADORIA	Alíquota "Ad-Valorem"
82-01	Ferramenta manual para agricultura, horticultura ou jardinagem	
	001) alíange e foice	60%
	002) ancinho, forcado, gadanho e garfo	80%
	003) enxada, enxada, pá e picareta	60%
	004) faca de cana	80%
	005) machadinho, machado e semelhante	60%
	006) serra, tesoura e cortador de grama e grama	60%
	007) qualquer outra	80%
82-02	Ferramenta manual para arte e ofício, exclusiva de relojoaria	
	001) alargador fixo, de diâmetro até 2" (duas polegadas) ou 52 mm (cinquenta e dois milímetros)	80%
	002) alargador com ajustagem micrométrica	20%
	003) alavanca alvião, pé-de-cabra e talhadeira	60%
	004) alicate, tenaz, torquês e semelhante	60%
	005) amofada, barilete, ferro de soldar, mandril, punção, sovela e trolha	60%
	006) broca, furadeira e semelhante para metal	60%

Item	MERCADORIA	Aliquota
		"Ad. Valorem"
	007) broca espiral ou helicoidal com diâmetro até 2" (duas polegadas) ou 52mm (cinquenta e dois milímetros)	80%
	008) chave de boca, de caixa, de cruz, de esquadra inglesa, de porca e semelhante	60%
	009) chave de fenda, de qualquer tipo	60%
	010) colher de pedreiro e espátula	60%
	011) corta-queite milho, marreta, martelo e semelhante	60%
	012) corta-vidro, com ou sem pedra	60%
	013) curva-trilho	60%
	014) formão, garlopa, goiva, guilherme, plaina, rasador e qualquer outra ferramenta cortante	60%
	015) furadeira, furador, pua e arco de pua trado e semelhante	60%
	016) grossa e uma	60%
	017) prumo	60%
	018) serra e serrote para madeira, montado; armação metálica sem a lâmina	60%
	019) serra para metal e qualquer outro material montado, armação sem lâmina	60%
	020) tesoura para cortar chapa (de latão)	60%
	021) qualquer outro	60%
82-03	Compasso curva esquadro, régua, te e objeto semelhante para ofício, de metal comum ..	60%
82-04	Ferramenta manual, de qualquer tipo, própria para relojoeiro	30%
82-05	Lâmina de serra:	
	001) circular ou de fita, para madeira ..	60%
	002) circular ou de fita, para metal ou qualquer outra matéria, inclusive a freza-serra	60%
	003) para marmorista	30%
	004) reta, inclusive a lâmina de serra manual, para metal ou outra matéria ..	60%
	005) reta inclusive lâmina de serra manual, para madeira	60%
	006) qualquer outra	30%
82-06	Utensílio mecânico manual para arte e ofício:	
	001) bigorna e saíra	80%
	002) cintador, fixador de etiqueta, grampeador e semelhante	60%
	003) forja portátil	60%
	004) rebolo montado, inclusive o de pedal ..	60%
	005) torno de mão ou de banca e grampo ou sargento	60%
	006) qualquer outro	60%
82-07	Lâmina e navalha, com ou sem fio não especificada nem compreendida em outra parte, para ferramenta manual e para máquina ..	60%

Item	MERCADORIA	Aliquota "Ad-Valorem"
82-08	Tarracha ou qualquer outra ferramenta manual para abrir rôsca	60%
82-09	Fieira:	
	001) com diamante	80%
	002) qualquer outra	60%
82-10	Utensílio mecânico manual para uso doméstico, pesando até 10 kg (dez quilogramas):	
	001) batedor de ovo	80%
	002) descascador e ralador	80%
	003) espremeor para fruta (lagarço), legume e semelhante	80%
	004) moinh. de café, de carne, de pimenta e semelhante	80%
	005) qualquer outro	80%
82-11	Ferramenta e utensílio para máquina, mesmo com ponta de diamante ou ponta ou parte de carbureto metálico de abrasivo ou qualquer outra matéria não especificada nem compreendida em outra parte:	
	001) broca de centrar e escariar, de qualquer diâmetro	80%
	002) f. de topo de diâmetro até 2" (duas polegadas) ou 52 mm (cinquenta e dois milímetros)	80%
	003) ponta, não montada, de carbureto metálico	60%
	004) freza de fôrma e cortador para engrenagem	30%
	005) porta-ferramenta para ponta não soldada de carbureto metálico	30%
	006) porta-ferramenta com ponta soldada de carbureto metálico, com refrigeração interna	30%
	007) porta-ferramenta com ajustagem mediante catraca	30%
	008) placa de aço forjado para tórno	30%
	009) qualquer outro	60%
82-12	Faca, de metal comum:	
	001) com ou sem cabo, para correio ou sapateiro	60%
	002) qualquer outro	80%
82-13	Canivete e semelhante:	
	001) com uma lâmina	80%
	002) com duas ou mais lâminas	80%
	003) com um ou dois acessórios	80%
	004) com mais de dois acessórios	80%
82-14	Lâmina para canivete, faca, navalha e semelhante:	
	001) para canivete, raspadeira e semelhante	80%
	002) para faca	80%
	003) para navalha de segurança tipo "gillette" ou qualquer outro	80%

Item	MERCADORIA	Alíquota "Ad. Valorem"
	004) para navalha de segurança, em peça ou tira com furo com ou sem gume ..	50%
	005) para navalha comum	80%
82-15	Navalha comum ou de segurança	
	001) comum	60%
	002) de segurança	120%
82-16	Capuz para navalha de segurança, sem rósca e por acaba	60%
82-17	Afiador sem abrasivo	60%
82-18	Tesoura e tesourinha, de metal comum, exclu- sive a dos itens 82-01 e 82-02:	
	001) para alfaiate	80%
	002) para aparar barba ou cabelo, de mola, inclusive um pente ou navalha sobres- saliente	80%
	003) para tosquear animal ou cortar crina ou pelo com ou sem mola	80%
	004) qualquer outra	80%
82-19	Qualquer artigo de cutelaria não especificado nem compreendido em outra parte:	
	001) abridor de carta, apontador de tãpis, faca para cortar papel, raspadeira e semelhante	80%
	002) ferramenta de manicura, pedicura e semelhante	80%
	003) qualquer outro	80%
82-20	Pinça de metal comum	80%
82-21	Colher concha garfo, garra, pá para torta, talher para peixe ou semelhante para serviço de mesa de metal comum	80%
82-22	Cabo de metal comum	80%

SEÇÃO XV

METAIS COMUNS EMPREGADOS NA METALURGIA E SUAS OBRAS

CAPÍTULO 83

Artigos diversos de metais comuns

Item	MERCADORIA	Alíquota "Ad. Valorem"
83-01	Fechadura com ou sem chave, de metal comum	100%
83-02	Cadeado com ou sem chave, de metal comum	100%

Item	MERCADORIA	Aliquota
		"Ad. Valorem"
83-03	Chave, acabada ou não, de metal comum	100%
83-04	Bisagra, borboleta dobradiça, gonzo e semelhante com ou sem mola, para janela, móvel ou porta, de metal comum	100%
83-05	Aldraba cachimbo, carranca, taramela e semelhante de metal comum	100%
83-06	Alça, asa, ferrolho, maçaneta, puxador, tranqueta, trinco e semelhante, de metal comum	100%
83-07	Fêcho para janela, móvel ou porta, com ou sem corrente inclusive cremone de metal comum	100%
83-08	Fêcho para bolsa, carteira, mala, pasta, saco, sacola, artigo de viagem e semelhante, de metal comum	100%
83-09	Fêcho automático (amortecedor) para porta e semelhante, de metal comum	100%
83-10	Fivela exclusiva a de bijuteria, de metal comum	100%
83-11	Carretilha e rodízio com ou sem parte de qualquer outra matéria para cortina, gabinete, móvel, porta, refrigerador, ou fim semelhante, de metal comum	100%
83-12	Caixa-forte, cofre, cofre-forte, compartimento blindado, porta para caixa-forte, de ferro ou aço	100%
83-13	Mealheiro de metal comum	100%
83-14	Caixa, escrínio ou estôjo, forrado ou não, de metal comum	100%
83-15	Carteira, charuteira, cigarreira, fosforreira, "trousse" e semelhante, de metal comum	100%
83-16	Alçapão, armadilha, gaiola, ratoeira e semelhante, de metal comum	100%

Item	MERCADORIA	Alíquota "Ad-Valorem"
83-17	Base cavalete, coluna, peanha, porta-busão, porta-cinzeiro, porta-escova, porta-filtro, porta-vaso, tripé e artigo semelhante, de metal comum	100%
83-18	Distintivo, emblema, medalha e medalhão, exclusive os do Capítulo 71, de metal comum	100%
83-19	Alamar, barbicha, borla, cordão, dragão, espinguilha, fiador, franja, galão, luguar, passador ou qualquer outra obra de passamaneria não associada a fibra têxtil de outro metal comum	100%
83-20	Busto, estatueta, figura, imagem, taça, troféu e qualquer outro objeto de adorno, de metal comum	100%
83-21	Coroa e ornato para monumento ou túmulo de metal comum	100%
83-22	Candeeiro, lamparina, lampião, lanterna e semelhante com ou sem manga ou pavio de metal comum 001) para uso com véu para luz incandescente	50%
	002) qualquer outro	100%
83-23	Candelabro, castiçal, lampadário, lustre, "pifonier", quebra-luz, refletor e qualquer outro artigo semelhante de iluminação interna ou doméstica, de metal comum	100%
83-24	Bico e bocal para candeeiro, lamparina, lampião e lanterna com ou sem pavio	100%
83-25	Tubo flexível, de metal comum	50%
83-26	Agulha, furador, lançadeira, passa-fita e semelhante - para bordar, crochê, enfiar, filé, tapeçaria, tricô ou qualquer outro fim inclusive para máquina de metal comum: 001) com cabeça de qualquer outra matéria	60%
	002) qualquer outro	60%
83-27	Alfinete, de qualquer metal comum, inclusive cabeça de qualquer outra matéria	100%
83-28	Colchete, grampo, ilhó e artigo semelhante: 001) grampo para cerca	50%
	002) grampo para correia de transmissão de qualquer tipo	50%
	003) qualquer outro	100%
83-29	Ferro para alisar, encrestar ou ondular cabelo	100%
83-30	Ferro de engomar, não elétrico	100%

Item	MERCADORIA	Alíquota "Ad. Valorem"
83-31	Dedal de qualquer metal comum	100%
83-32	Armação para bolsa, carteira, mala, pasta, saco, sacola artigo de viagem e semelhante de metal comum	100%
83-33	Arame farpado e arame ovalado para cerca, de metal comum	Livre
83-34	Conta canotilho lantejoulas, pérola e enfeite semelhante, de metal comum	100%
83-35	Canotilho conta lantejoulas, pérola e enfeite semelhante, em obra, excetuado o do Capítulo 71 de qualquer metal comum	100%
83-36	Sino e carrilhão	100%
83-37	Campainha, chocalho, gongo, guinzo, sinetão, sineta, timpano com ou sem mola, de qualquer metal comum	100%
83-38	Moldura, porta-gravura, porta-retrato e semelhante de metal comum	100%
83-39	Accessório para embalagem: botão, cantoneira, protetora, cinta, marca de garantia, selo, sinete e semelhante de metal comum	100%
83-40	Poste de qualquer metal comum	100%
83-41	Placa indicadora ou de sinalização de anúncio, ou reclame de endereço e semelhante; número, letra e taboleta com ou sem dizeres ou reclame, inclusive luminosa	100%
83-42	Solda e eletrodo para soldagem, de qualquer forma ou feitio:	
	001) solda forte em tira	20%
	002) qualquer outra solda	50%
	003) eletrodo e vareta, revestido ou não de aço comum e não revestido, de cobre ou sua liga	60%
	004) qualquer outro	20%

SEÇÃO XVI

MÁQUINAS E INSTRUMENTOS MECÂNICOS; EQUIPAMENTO ELÉTRICO

NOTA 174 -- Estão excluídos desta Seção:

- a) correia transportadora ou de transmissão e qualquer outro artigo técnico de borracha vulcanizada - Capítulo 40;
- b) artigo de couro, natural ou artificial para uso técnico - Capítulo 42;
- c) artigo técnico de madeira trabalhada - Capítulo 44;

- d) bobina, tubo e similar em papel ou cartão bem como papel e cartão perfurado para tear "jacquard" ou semelhante — Capítulo 48;
- e) correia transportadora e artigo para uso técnico de matéria têxtil — Capítulo 59;
- f) ampola de vidro, não acabada, vidraria para laboratório e qualquer outro artigo do Capítulo 70;
- g) mola, parafuso, porca ou qualquer outro artigo semelhante de uso geral — Secção XV;
- h) ferramenta — Capítulo 82;
- i) material de transporte — Capítulos 86 a 89, inclusive;
- j) instrumento de medida e de precisão — Capítulo 90;
- k) artigos de relojoaria — Capítulo 91;
- m) pinceis — Capítulo 96.

NOTA 175 — A parte ou peça destacada, reconhecida como sendo, exclusiva ou principalmente, destinada a um aparelho ou máquina, é classificada na posição referente a este aparelho ou máquina, salvo se estiver prevista especificamente em outra posição.

NOTA 176 — A máquina incompleta é classificada como máquina completa desde que apresente a característica essencial da máquina. Consideram-se como tal, por exemplo, a máquina desprovida de motor, volante ou ferramenta, a calandra sem cilindro e semelhante.

NOTA 177 — A máquina completa, ou desprovida apenas de parte caracterizada na Nota precedente, desmontada segue o regime da máquina montada.

NOTA 178 — Salvo disposição expressa, em contrário, a combinação de máquina destinada a funcionar em conjunto ou constituindo uma só máquina, bem como a máquina de uso múltiplo, segue o regime da máquina que executa a função principal do conjunto.

NOTA 179 — A ferramenta de trabalho e manutenção de máquina é considerada como fazendo parte da mesma desde que seja do tipo e quantidade normalmente vendidos com a máquina.

NOTA 180 — Para o efeito destas Notas a expressão "máquina" significa qualquer aparelho ou equipamento desta Secção.

SECÇÃO XVI

MÁQUINAS E INSTRUMENTOS MECÂNICOS; EQUIPAMENTO ELÉTRICO

CAPÍTULO 84

Caldeiras, máquinas, aparelhos e motores

NOTA 181 — Estão excluídas do presente Capítulo:

- a) ferramenta e utensílio de máquina — Capítulo 82;
- b) aparelho eletromecânico de uso doméstico e aparelho elétrico — Capítulo 85.

NOTA 182 — Está incluído neste Capítulo o aparelho ou máquina no qual a electricidade é agente de mero acionamento ou tem apenas acção secundária em seu uso ou emprego.

NOTA 183 — Aos aparelhos e máquinas deste capítulo destinados a produção industrial ou agrícola e sem similar nacional, o Conselho de Po-

lítica Aduaneira poderá conceder, a pedido do importador, redução de até 50% (cinquenta por cento) da alíquota respectiva.

NOTA 184 — (VETADO)

Item	MERCADORIA	Alíquota "Ad. Valorem"
84-01	Caldeira geradora de vapor, com ou sem fornalha: 001) pesando até 20 000 kg (vinte mil quilo- gramas)	60%
	002) pesando mais de 20 000 kg (vinte mil quilogramas)	30%
84-02	Aparelho auxiliar de caldeira geradora de vapor; acumulador de vapor; condensador de vapor; economizador; removedor de lodo; super- aquecedor e semelhante	60%
84-03	Gasogênio depurador e gerador para gasogênio; gerador de acetileno por via úmida, exclu- sive para solda, do item 84-68	60%
84-04	Locomóvel a vapor: 001) pesando até 5 000 kg (cinco mil quilo- gramas)	60%
	002) pesando mais de 5 000 kg (cinco mil quilogramas)	30%
84-05	Motor de qualquer tipo para aeronave	2%
84-06	Motor de explosão: a gasolina e semelhante: 001) pesando até 50 kg (cinquenta quilo- gramas)	60%
	002) pesando de mais de 50 kg (cinquenta quilogramas) até 700 kg (setecentos quilogramas)	80%
	003) pesando mais de 700 kg (setecentos quilogramas)	30%
84-07	Motor de combustão interna: diesel e seme- lhante: 001) pesando até 50 kg (cinquenta quilo- gramas)	60%
	002) pesando de mais de 50 kg (cinquenta quilogramas) até 700 kg (setecentos quilogramas)	80%
	003) pesando mais de 700 kg (setecentos quilogramas)	30%
84-08	Máquina motriz hidráulica: roda d'água; turbina hidráulica; regulador e válvula para turbina: 001) máquina motriz hidráulica, pesando até 5 000 kg (cinco mil quilogramas)	50%
	002) máquina motriz hidráulica, pesando mais de 5 000 kg (cinco mil quilo- gramas)	10%
	003) regulador e válvula para turbina, pesando até 500 kg (quinhentos quilo- gramas)	50%

Item	MERCADORIA	Alíquota "Ad-Valorem"
	004) regulador e válvula para turbina, pesando mais de 500 kg (quinhentos quilogramas)	10%
84-09	Qualquer outro motor e máquina motriz:	
	001) máquina e aparelho movimentado a vento	60%
	002) motor de ar comprimido	50%
	003) motor de reação	10%
	004) motor de turbina a gás	10%
	005) turbina a vapor	10%
	006) qualquer outro	60%
84-10	Bomba turbo e moto-bomba, bomba não mecânica; bomba distribuidora com ou sem dispositivo de medição para líquido; bomba para álcool-motor, gasolina, querosene e semelhante com mecanismo complementar de medição, preço ou qualquer outro:	
	001) bomba de alta sucção para líquido (de vácuo)	80%
	002) bomba de distribuição de gasolina e semelhante	80%
	003) bomba de propulsão mecânica, com ou sem dispositivo medidor	80%
	004) bomba manual, com dispositivo de medição	50%
	005) carneiro hidráulico e semelhante	80%
	006) qualquer outro	80%
84-11	Compressor de ar ou de gás, montado ou desmontado com ou sem reservatório, motor ou qualquer outro pertence:	
	001) portátil para pintura ou para oficina	80%
	002) de regime de trabalho até 5 (cinco) atmosferas	80%
	003) de regime de trabalho acima de 5 (cinco) atmosferas	40%
84-12	Bomba de ar ou de gás	80%
84-13	Ventilador industrial, fole e máquina insufladora	80%
84-14	Exaustor ou qualquer outro aparelho de tiragem forçada para ar ou gás, inclusive reversível	80%
84-15	Aparelho para condicionamento de ar (aero-refrigerador, aero-térmico, umidificador e semelhante) autônomo ("selfcontained")	50%
84-16	Queimador (pulverizador) para alimentação de forno de combustível líquido carvão pulverizado ou gás comprimido; grelha mecânica e aparelho semelhante para alimentação de combustível fornalha e forno; recuperador de calor para gás; ventaneira:	
	001) ventaneira	60%

Item	MERCADORIA	Alíquota "Ad. Valorem"
	002) qualquer outro	80%
84-17	Bebedouro refrigerado e unidade semelhante: baicão e vitrine refrigerador; congelador, geladeira, refrigerador, sorveteira; grupo frigorífico com os elementos fixos sobre base comum	120%
84-18	Autoclave, estufa e forno, elétrico ou não, inclusive conversor com ou sem refratário, para aquecimento, cozimento ou recozimento, esterilização, evaporação, fusão, pasteurização, secagem, tempera, vaporização e qualquer outra operação semelhante exceto o doméstico	80%
84-19	Aparelho industrial para destilação, redestilação, retificação, condensação, refrigeração e operação semelhante: 001) pesando até 500 kg (quinhentos quilogramas)	60%
	002) pesando mais de 500 kg (quinhentos quilogramas)	30%
84-20	Máquina para calandrar, inclusive cilindro ... 001) pesando até 2.000 Kg.	60%
	002) pesando mais de 2.000 Kg.	30%
84-21	Máquina e aparelho centrifugador, exceto destiladeira e a de indústria açucareira, filtro, filtro-prensa e aparelho depurador com ou sem placa, pano ou elemento filtrante, para qualquer fim: 001) centrifugador para laboratório	10%
	002) qualquer outro centrifugador, aberto, até 1.500 r.p.m.	60%
	003) qualquer outro centrifugador, de mais de 1.500 r.p.m.	20%
	004) filtro ou depurador para uso doméstico	80%
	005) filtro prensa	60%
	006) filtro de pressão manual: de parafuso sem fim, cunha e semelhante	30%
	007) filtro ou depurador para caldeira	60%
	008) qualquer outro filtro ou depurador, pesando até 5.000 kg (cinco mil quilogramas)	60%
	009) qualquer outro filtro ou depurador, pesando mais de 5.000 kg (cinco mil quilogramas)	30%
84-22	Máquina e aparelho para capsular, empacotar, encher, etiquetar, fechar, limpar e secar caixa, garrafa, saco ou qualquer outro recipiente, mesmo provido de dispositivo de medição ou pesagem; máquina ou aparelho para gaseificar bebida: 001) pesando até 1.000 kg (mil quilogramas)	30%
	002) pesando mais de 1.000 kg (mil quilogramas)	30%

Item	MERCADORIA	Alíquota "Ad-Valorem"
84-23	<p>Balança ou qualquer outro aparelho de pesagem, exclusive a de precisão — Capítulo 90:</p> <p>001) doméstica 80%</p> <p>002) comercial 80%</p> <p>003) de plataforma, fixa, móvel, com ou sem plataforma 80%</p> <p>004) dosadora 10%</p> <p>005) para carga, sólida, a granel, sobre correia transportadora, trilho ou de outro tipo 10%</p> <p>006) para controlar gramatura de tecido, papel ou qualquer outro material durante a fabricação 10%</p> <p>007) para grão ou líquido em fluxo contínuo 10%</p> <p>008) peso (massa marcada) até 5 cg (cinco centigramas) 10%</p> <p>009) peso (massa marcada) de mais de 5 cg (cinco centigramas) 80%</p> <p>010) verificadora de excesso ou deficiência em relação a um padrão 10%</p> <p>011) qualquer outro 80%</p>	
84-24	<p>Aparelho pulverizador de fungicida, inseticida e semelhante:</p> <p>001) automotor 10%</p> <p>002) qualquer outro 20%</p>	
84-25	<p>Aparelho extintor de incêndio, com ou sem a própria carga, exclusive automotor</p>	80%
84-26	<p>Aparelho de jato de areia ou qualquer outro abrasivo</p>	30%
84-27	<p>Pistola de ar comprimido:</p> <p>001) para pintura 50%</p> <p>002) qualquer outra 50%</p>	
84-28	<p>Máquina e aparelho para lubrificação: almofolia, graxeira:</p> <p>001) almofolia e graxeira 60%</p> <p>002) bomba manual para lubrificação 60%</p> <p>003) qualquer outra 60%</p>	
84-29	<p>Guincho guindaste, ponte rolante e talha, com ou sem estrutura de deslocamento ou sustentação exclusive o elevador do item 84-32:</p> <p>001) guincho e talha de acionamento manual 80%</p> <p>002) qualquer outro, com capacidade até 100 t (cem toneladas) 60%</p> <p>003) qualquer outro, com capacidade de mais de 100 t (cem toneladas) 80%</p> <p>004) guindaste montado sobre roda ou esteira, auto-propulsor, de qualquer capacidade 10%</p>	

Item	MERCADORIA	Aliquota "Ad-Valorem"
84-30	Empilhadeira e transportadora de volume para armazém, depósito e semelhante, automóvel ou não: 001) automotora 002) qualquer outro	30% 60%
84-31	Elevador de pessoa ou carga. Escada rolante: 001) elevador e escada rolante, completos 002) guincho para elevador, de parafuso sem fim ou de tração direta 003) qualquer outra parte ou peça	80% 80% 80%
84-32	Macaco, inclusive elevador hidráulico: 001) de acionamento manual com roda transportadora 002) elevador hidráulico 003) qualquer outro	80% 30% 80%
84-33	Transportador mecânico de ação contínua, de caçamba de correia, de raqueta ou qualquer outro, com ou sem dispositivo de agitação ou vibração	60%
84-34	Máquina e aparelho para escavação e extração do solo e de material britado a granel; aparelho e máquina para construção civil, pavimentação ou preparação do solo: 001) arado de disco e de tração animal 002) arado de qualquer outro tipo 003) bate-estaca a vapor 004) bate-estaca com motor de explosão ou de combustão interna 005) bate-estaca elétrico 006) qualquer outro bate-estaca 007) betoneira e misturadeira fixa ou rebocável 008) betoneira e misturadeira de autopropulsão 009) betoneira e misturadeira pavimentadora 010) carregador ("loaders") de autopropulsão 011) conjunto combinado, agrícola, para preparo ou cultivo do solo, com seus implementos, com ou sem o respectivo trator 012) cortadeira e aparelho semelhante, para mineração de carvão ou qualquer outro fim 013) cultivador 014) destocador ou desmontador 015) disco 016) distribuidora de asfalto, motorizada ou rebocável 017) escarificador 018) escavadeira 019) escavo-elevador	10% 30% 10% 30% 30% 30% 60% 10% 10% 10% 10% 2% 2% 30% 10% 10% 10% 10%

Item	MERCADORIA	Aliquota "Ad-Valorem"
	020) fertilizador, inclusive espalhador de adubo	10%
	021) grade	10%
	022) lâminas ou facas para moto-niveladoras, tratores "scrapers" e seme-lhantes	40%
	023) motonivelador	Livre
	024) nivelador	10%
	025) pavimentadora motorizada ou rebo-cável	10%
	026) perfuratriz de percussão	10%
	027) rolo compressor e qualquer outro com-pactador	60%
	028) rolo "croskill", "cambridge" e seme-lhante	60%
	029) sonda perfuratriz rotativa com ou sem haste ou tubo de revestimento	2%
	030) transportador rebocável: "carryal", "scraper" e qualquer outro	10%
	031) transportador motorizado: "dumpton", "moto-scraper", "turnapull"	10%
	032) usina de asfalto, fixa	40%
	033) usina de asfalto, móvel	60%
	034) valetadeira de autopropulsão ou rebo-cável	10%
	035) vibrador, estabilizador, adensador, aca-bador de superfície para solo, concreto e semelhante	20%
	036) qualquer outro	20%
84-35	Máquina e aparelho para lavar, moer, misturar, penetrar, pulverizar, quebrar, separar minério, pedra, terra ou qualquer outra matéria, exceto a do item 84-34:	
	001) britador de mandíbula, pesando até 5.000 kg (cinco mil quilogramas)	60%
	002) britador, de mandíbula, pesando mais de 5.000 kg (cinco mil quilogramas)	30%
	003) qualquer outro britador e moinho, pesando até 5.000 kg (cinco mil quilo-gramas)	60%
	004) qualquer outro britador e moinho, pesando mais de 5.000 kg (cinco mil quilogramas)	20%
	005) luva mandíbula e martelo para britador e moinho	60%
	006) peneira ou classificador rotativo	60%
	007) qualquer outra peneira ou classificador mecânico, pesando até 1.000 kg (mil quilogramas)	60%
	008) qualquer outra peneira ou classificador mecânico, pesando de mais de 1.000 kg (mil quilogramas) até 5.000 kg (cinco mil quilogramas)	30%

Item	MERCADORIA	Aliquota "Ad-Valorem"
	009) qualquer outra peneira ou classificador mecânico pesando mais de 5.000 kg (cinco mil quilogramas)	20%
	010) qualquer outro pesando até 1.000 kg (mil quilogramas)	60%
	011) qualquer outro, pesando de mais de 1.000 kg (mil quilogramas) até 5.000 kg (cinco mil quilogramas)	30%
	012) qualquer outro, pesando mais de 5.000 kg (cinco mil quilogramas)	20%
	013) bola para moinho	20%
84-36	Máquina e aparelho para beneficiamento, moagem e tratamento de castanha, cereal, legume seco e semelhante, inclusive imunização:	
	001) para extração mecânica ou química de óleo ou gordura animal ou vegetal, pesando até 5.000 kg (cinco mil quilogramas)	60%
	002) para extração mecânica ou química de óleo ou gordura animal ou vegetal, pesando mais de 5.000 kg (cinco mil quilogramas)	40%
	003) para moagem ou esmagamento de grão, pesando até 5.000 kg (cinco mil quilogramas)	20%
	004) para moagem ou esmagamento de grão, pesando mais de 5.000 kg (cinco mil quilogramas)	10%
	005) para refinação de óleo ou gordura animal ou vegetal pesando até 5.000 kg (cinco mil quilogramas)	60%
	006) para refinação de óleo ou gordura animal ou vegetal, pesando mais de 5.000 kg (cinco mil quilogramas)	60%
	007) para tratamento ou beneficiamento de grão pesando até 5.000 kg (cinco mil quilogramas)	60%
	008) para tratamento ou beneficiamento de grão, pesando mais de 5.000 kg (cinco mil quilogramas)	60%
	009) qualquer outro, pesando até 5.000 kg (cinco mil quilogramas)	60%
	010) qualquer outro, pesando mais de 5.000 kg (cinco mil quilogramas)	60%
84-37	Máquina e aparelho agrícola de ceifar ou de colhêr:	
	001) ceifador ou enfeixador de autopropulsão	2%
	002) conjunto combinado agrícola para colheita, com todos seus implementos, inclusive trator	2%
	003) debulhador de cereal ou semelhante	60%
	004) qualquer outra ceifadora ou enfeixadora	2%
	005) qualquer outro	10%

Item	MERCADORIA	Direito "Ad-Valorem"
84-38	Aparelho de apicultura e avicultura 001) criadeira e incubadora, automática, tipo industrial 002) qualquer outra criadeira e incubadora 003) qualquer outro	20% 50% 20%
84-39	Qualquer máquina e aparelho agrícola não espe- ficado nem compreendido em outra parte: 001) bateadeira e bateadeira-amassadeira para fabricação de manteiga 002) descaroçadora e deslinateira de algo- dão e semelhante 003) desnatadeira 004) máquina e aparelho para tratamento e beneficiamento de agave, linter ou qualquer outra fibra vegetal 005) máquina e instalação para ordenhar .. 006) selecionadora de fruto, grão e seme- lhante 007) selecionadora de ovo 008) qualquer outro	25% 60% 20% 20% 2% 40% 20% 20%
84-40	Máquina e aparelho para fabricação de cidra, vinho e semelhante: 001) lagariço, prensa, tanque-lagariço e qualquer outra parte de lagar 002) qualquer outro	60% 60%
84-41	Prensa para embalagem	60%
84-42	Máquina e aparelho para indústria de biscoi- taria, chocolataria, confeitaria, massa ali- mentícia, panificação e pastelaria	60%
84-43	Moenda e centrifugador para indústria açuca- reira: 001) centrifugador 002) moenda pesando até 10.000 kg (dez mil quilogramas) 003) moenda pesando mais de 10.000 kg (dez mil quilogramas)	60% 60% 30%
84-44	Máquina e aparelho para fabricação de arte- fato de borracha ou matéria plástica, inclu- sive molde e tambor: 001) pesando até 10.000 kg (dez mil quilo- gramas) 002) pesando mais de 10.000 kg (dez mil quilogramas)	60% 10%
84-45	Máquina e aparelho para indústria de celulose e cartão ou papel: 001) pesando até 5.000 kg (cinco mil quilo- gramas) 002) pesando mais de 5.000 kg (cinco mil quilogramas)	60% 40%

Item	MERCADORIA	Alíquota "Ad-Valorem"
84-46	Máquina e aparelho para fiação de fibra têxtil: 001) abridor de fardo 002) banco ou maçarqueira 003) batedor 004) bobineira automática 005) bobineira não automática 006) carda 007) carruagem ou selfatina 008) coletor de resíduo (pneumafil) e seme- lhante 009) doge e agulha para carda de juta e semelhante 010) espateladeira e sacudideira 011) fiadeira de aleta ou de anel 012) guarnição para carda 013) máquina de penteação 014) meadeira 015) passadeira 016) retorcedeira 017) qualquer outro	30% 30% 30% 30% 60% 30% 30% 30% 30% 30% 60% 30% 60% 30% 60% 60%
84-47	Máquina e aparelho de preparação para tece- lagem de fibra têxtil: 001) engomadeira de fio 002) espuladeira 003) máquina automática para atar o urdi- mento 004) máquina automática para colocar lamela 005) máquina passadeira, para passar liço e pente 006) urdideira, inclusive a gaiola	30% 60% 30% 30% 30% 60%
84-48	Tear e acessório de tecelagem de fibra têxtil: 001) "jacquard" 002) lançadeira para tear automático 003) lançadeira para tear não automático .. 004) liço e pente 005) tear circular 006) tear maquineta 007) tear mecânico automático 008) tear mecânico não automático 009) qualquer outro	30% 30% 60% 60% 30% 60% 30% 60% 60%
84-49	Máquina para malharia e para tricotar: 001) máquina e aparelho para remalhar ... 002) tear circular 003) tear manual para tricotar 004) tear motorizado para tricotar 005) tear retilíneo, para fabricação de "jersey" e semelhante, funcionando com agulha de flape; tear milanês; tear "raschell" e qualquer outro tear para a fabricação de tecido de malha indes- malhável 006) tear, retilíneo, tipo "cotton" e seme- lhante, para fabricação de meia, funcio- nando com agulha de flape	30% 30% 80% 30% 30% 30% 30% 30%

Item	MERCADORIA	Alíquota "Ad-Valorem"
84-53	Máquina e aparelho para corte, rutura e preparação de fibra têxtil, artificial ou sintética, não especificada nem compreendida em outra parte	30%
84-54	Máquina e aparelho para tratamento de casulo e extração do fio de seda natural	30%
84-55	Máquina e aparelho para recuperação de corda, fibra, fio, de trapo e qualquer outro resíduo têxtil	30%
85-56	Máquina para fabricação de barbante e cordoalha não especificada nem compreendida em outra parte	30%
84-57	Máquina e aparelho para lavar, desengordurar, alvejar ou tingir fibra têxtil, em massa ou rama, inclusive de carbonizar lã	60%
84-58	Máquina e aparelho para fabricação de feltro ou artefato: 001) de chapelaria, para fabricação de copa, exclusiva carda e máquina, para ajustagem e acabamento de chapéu 002) qualquer outro	30% 30%
84-59	Máquina e aparelho para lavar e secar louça ou roupa e qualquer outro artigo de engomar ou passar roupa: 001) doméstica 002) qualquer outra	120% 60%
84-60	Máquina de costura, com ou sem o respectivo estojo de ferramenta ou acessório para bordado e semelhante: 001) para uso comercial ou industrial, especial para costurar calçado, luva e qualquer outro artefato de couro ou pele ... 002) para uso comercial ou industrial, para costurar folha, para cartonagem ou encadernação 003) para uso doméstico 004) qualquer outra, comercial ou industrial	30% 30% 150% 30%
84-61	Máquina e aparelho para indústria de couro ou pele, não especificado nem compreendido em outra parte: 001) automática ou semi-automática para pintar couro 002) para amaciar, bufiar, escovar, granear, lixar, lustrar ou rebaixar, pesando até 2.000 kg (dois mil quilogramas) 003) para amaciar, bufiar, escovar, granear, lixar, lustrar ou rebaixar, pesando mais de 2.000 kg (dois mil quilogramas) ...	30% 60% 30%

Item	MERCADORIA	Aliquota "Ad-Valorem"
	004) para descarnar, dividir, estirar, pelar ou purgar, pesando até 4.500 kg (quatro mil e quinhentos quilogramas)	60%
	005) para descarnar dividir, estirar, pelar ou purgar, pesando mais de 4.500 kg (quatro mil e quinhentos quilogramas)	30%
	006) para cilindrar, enxugar, estampar ou prensar, pesando até 5.500 kg (cinco mil e quinhentos quilogramas)	60%
	007) para cilindrar, enxugar, estampar ou prensar, pesando mais de 5.500 kg (cinco mil e quinhentos quilogramas)	30%
	008) para medir, secar, moinho para casca, pesando até 1.500 kg (mil e quinhentos quilogramas)	60%
	009) para medir, secar, moinho para casca, pesando mais de 1.500 kg (mil e quinhentos quilogramas)	30%
	010) qualquer outra	60%
84-62	Máquina e aparelho para metalúrgia, não especificado nem compreendido em outra parte:	
	001) para enrolamento, estiramento, laminação ou trefilação de tubo, pesando até 10.000 kg (dez mil quilogramas)	60%
	002) para enrolamento, estiramento, laminação ou trefilação de tubo, pesando mais de 10.000 kg (dez mil quilogramas)	30%
	003) concha ou colher de fundição	60%
	004) coquilha	30%
	005) lingoteira e qualquer outro molde	60%
	006) qualquer outro, pesando até 10.000 kg (dez mil quilogramas)	60%
	007) qualquer outro, pesando mais de 10.000 kg (dez mil quilogramas)	30%
84-63	Laminador ou trefilador, trem de laminação ou estiramento. Cilindro para laminador:	
	001) laminador e trefilador manual, pesando até 50 kg (cinquenta quilogramas)	60%
	002) laminador e trefilador manual, pesando mais de 50 kg (cinquenta quilogramas)	30%
	003) laminador e trefilador de extrusão, pesando até 1.000 kg (mil quilogramas)	60%
	004) laminador e trefilador de extrusão, pesando mais de 1.000 kg (mil quilogramas)	30%
	005) laminador para chapa, pesando até 5.000 kg (cinco mil quilogramas)	60%
	006) laminador para chapa, pesando mais de 5.000 kg (cinco mil quilogramas)	30%
	007) laminador, estirador ou trefilador para fio, pesando até 10.000 kg (dez mil quilogramas)	60%
	008) laminador, estirador ou trefilador para fio, pesando mais de 10.000 kg (dez mil quilogramas)	30%

Item	MERCADORIA	Alíquota "Ad-Valorem"
	009) qualquer outro laminador	60%
	010) cilindro para laminador, por acabar ou acabado	30%
84-64	<p>Máquina-ferramenta para abrir furo, rasgo, rôsca, para aplainar, cortar, desbastar, fresar, retificar ou qualquer outra operação semelhante, com ou sem um só jogo de peça permutável para qualquer outra operação:</p> <p>001) tórno paralelo universal, pesando até 4.000 kg (quatro mil quilogramas) ...</p> <p>002) tórno paralelo universal, pesando mais de 4.000 kg (quatro mil quilogramas) .</p> <p>003) tórno tipicamente automático</p> <p>004) tórno tipicamente copiador, excluindo-se o tórno paralelo universal adaptável ou adaptado com aparelho copiador .</p> <p>005) qualquer outro tórno ou máquina para torneiar, não especificado nos itens anteriores, pesando até 3.000 kg (três mil quilogramas) .</p> <p>006) qualquer outro tórno ou máquina para torneiar, não especificado nos itens anteriores, pesando mais de 3.000 kg (três mil quilogramas)</p> <p>007) fresadeira automática</p> <p>008) qualquer outra fresadeira</p> <p>009) plaina limadora, pesando até 500 kg (quinhentos quilogramas)</p> <p>010) plaina limadora, pesando mais de 500 kg (quinhentos quilogramas)</p> <p>011) plaina com mesa, basculante para metal .</p> <p>012) plaina com mesa de simples movimento de translação, para metal, pesando até 2.000 kg (dois mil quilogramas)</p> <p>013) plaina com mesa de simples movimento de translação, para metal, pesando mais de 2.000 kg (dois mil quilogramas)</p> <p>014) qualquer outra plaina, pesando até 2.000 kg (dois mil quilogramas)</p> <p>015) qualquer outra plaina, pesando mais de 2.000 kg (dois mil quilogramas) ..</p> <p>016) filetadeira .</p> <p>017) furadeira radial, pesando até 2.000 kg (dois mil quilogramas)</p> <p>018) furadeira radial, pesando mais de 2.000 kg (dois mil quilogramas)</p> <p>019) plaina combinada (desempeno, desengrosso) .</p> <p>020) broqueadeira ou furadeira de bancada, exceto a radial pesando até 1.000 kg (mil quilogramas)</p> <p>021) broqueadeira ou furadeira de bancada, exceto a radial, pesando mais de 1.000 kg (mil quilogramas)</p>	<p>60%</p> <p>30%</p> <p>60%</p> <p>30%</p> <p>20%</p> <p>20%</p> <p>60%</p> <p>30%</p> <p>30%</p> <p>30%</p> <p>60%</p> <p>30%</p> <p>30%</p> <p>20%</p> <p>30%</p> <p>20%</p> <p>60%</p> <p>30%</p> <p>30%</p> <p>30%</p> <p>20%</p> <p>80%</p> <p>50%</p> <p>30%</p>

Item	MERCADORIA	Alíquota "Ad-Valorem"
	022) qualquer outra furadeira ou brocadeira, pesando até 1.000 kg (mil quilogramas)	60%
	023) qualquer outra furadeira ou brocadeira, pesando de mais de 1.000 kg (mil quilogramas)	30%
	024) rosqueadeira automática	30%
	025) qualquer outra rosqueadeira	30%
	026) serra de disco ou circular para madeira	80%
	027) serra de disco ou circular, para metal	40%
	028) serra de fita para madeira	80%
	029) serra de fita para metais	40%
	030) desdóbro e serra múltipla	80%
	031) tupia	60%
	032) copiador para madeira, matéria plástica e semelhante	80%
	033) combinado para trabalho de madeira e semelhante; meio-carpinteiro ou qualquer outro	80%
	034) respingadeira, molduradeira e talhadeira para madeira, matéria plástica e semelhante	80%
	035) qualquer outra serra ou cortadeira	80%
	036) esmerilhadeira e desbastadeira ou amoladeira, pesando até 500 kg (quinhentos quilogramas)	80%
	037) esmerilhadeira e desbastadeira ou amoladeira pesando mais de 500 kg (quinhentos quilogramas)	30%
	038) retífica ou retificadeira	20%
	039) politriz de pancada e lixadeira, pesando até 500 kg (quinhentos quilogramas) ..	80%
	040) politriz de pancada e lixadeira, pesando mais de 500 kg (quinhentos quilogramas)	30%
	041) tesourão para cortar material de mínimo de 10 mm de espessura e comprimento mínimo de 2 metros	20%
	042) qualquer outra	80%
84-65	Máquina operatriz para trabalho de deformação de metal, plástico ou qualquer outra matéria	
	001) para curvar, dobrar, endireitar, enrolar ou operação semelhante, pesando até 9.000 kg. (nove mil quilogramas)	60%
	002) para curvar, dobrar, endireitar, enrolar ou operação semelhante, pesando mais de 9.000 (nove mil quilogramas)	20%
	003) para martelar ou forjar	60%
	004) para estampar, (estampadeira), pesando até 5.000 kg. (cinco mil quilogramas)	60%
	005) para estampar (estampadeira), pesando mais de 5.000 kg (cinco mil quilogramas)	40%
	006) para fabricação de obra de fio metálico	30%
	007) qualquer outra	60%

Item	MERCADORIA	Aliquota "Ad-Valorem"
84-66	Máquina operatriz para o trabalho de cerâmica, pedra e vidro, não especificado nem compreendido em outra parte	60%
84-67	Ferramenta manual, portátil, elétrica, pneumática, ou com qualquer motor, exceto a de acionamento manual ou de pedal, para amolar, cortar, desbastar, esmerilhar, furar, lixar, martelar, paarfusar, perfurar, polir, rebarbar rebitar, retificar ou operação semelhante: 001) elétrica, pesando até 15 kg (quinze quilogramas) 002) elétrica, pesando mais de 15 kg (quinlogramos) 003) pneumática 004) qualquer outra	40% 30% 20% 30%
84-68	Máquina e aparelho de chama a gás, para corte, soldagem e têmpera superficial: 001) aparelho ou pistola para têmpera superficial 002) bico para maçarico 003) maçarico para solda e corte, com ou sem um só jogo de bico e acessório 004) máquina para soldar ou cortar pesando até 500 Kg (quinhentos quilogramas) 005) máquina para soldar ou cortar pesando mais de 500 Kg (quinhentos quilogramas) 006) máquina para têmpera, tratamento superficial e semelhante	30% 60% 60% 60% 30% 30%
84-69	Máquina de calcular, de contabilidade, de escrever; máquina para cheque e semelhante: 001) de escrever, elétrica ou portátil, sem dispositivo de cálculo 002) qualquer outra máquina de escrever, sem dispositivo de cálculo 003) para estenotipia e semelhante 004) máquina de somar, elétrica 005) máquina de calcular elétrica 006) para contabilidade e fim semelhante, sem teclado alfabético 007) qualquer outra máquina de contabilidade 008) de franquiar, autenticar ou marcar cheque, bilhete ou documento, por qualquer meio ou processo, com totalizador 009) qualquer outra	40% 40% 20% 30% 30% 20% 20% 30% 30%
84-70	Caixa registradora e aparelho semelhante, com ou sem sistema de totalização: 001) caixa registradora com ou sem um só totalizador 002) qualquer outra	30% 30%

Item	MERCADORIA	Aliquota "Ad-Valorem"
84-71	Máquina para estatística, operando com cartão ou chapa perfurada, de qualquer sistema, com ou sem teclado: 301) máquina 002) parte ou peça, exclusive a estampada 003) parte ou peça, estampada	20% 10% 30%
84-72	Máquina para estampar ou gravar chapa de enderêço	30%
84-73	Máquina para moldagem de frasco, garrafa, lâmpada ou qualquer outro artigo de vidro	30%
84-74	Máquina para venda automática com ou sem totalizador, exclusive quando depender de destreza ou sorte	60%
84-75	Máquina e aparelho para fabricar cigarro, charuto e semelhante	30%
84-76	Máquina e aparelho para fabricar fósforos e semelhante	30%
84-77	Rolamento de esfera, rolete, cone ou agulha para mancal: 001) rolamento completo	10%
	002) esfera	10%
	003) agulha e rolete cônico ou cilíndrico para rolamento	10%
	004) anel, banda, carcassa, presilha ou qualquer outra parte de rolamento	10%
84-78	Mancal e suporte para eixo de transmissão de movimento; exclusive de motor: 001) mancal e suporte de matéria plástica 002) mancal e suporte montado com pedra preciosa ou semi-preciosa	60% 30%
	003) mancal e suporte sem rolamento ou metal de fricção	60%
	004) mancal e suporte com metal de fricção; bronze, metal patente ou outro montado	120%
	005) mancal e suporte com rolamento de qualquer tipo, montado	60%
84-79	Qualquer órgão para transmissão de movimento; aparelho de redução ou de multiplicação de velocidade; caixa de engrenagem cone de fricção, eixo acabado, engrenagem polia, volante e semelhante não especificado nem compreendido em outra parte: 001) caixa de engrenagem e aparelho redutor ou multiplicador de velocidade, de módulo de multiplicação definido ou fixo	60%

Item	MERCADORIA	Alíquota "Ad-Valorem"
	002) cadernal, moitão, polia, polé, roldana e volante	60%
	003) caixa de engrenagem e aparelho redutor ou multiplicador de velocidade, de módulo de multiplicação modulado	60%
	004) eixo de qualquer tipo, acabado	60%
	005) engrenagem e cone de fricção	60%
	006) engrenagem e disco, usinado ou não, de matéria plástica	60%
	007) qualquer outro	60%
84-80	Peça avulsa de máquina a vapor, de turbina, de motor de explosão ou combustão interna:	
	001) biela	60%
	002) bloco de cilindro, cabeçote, cárter ou carcassa	80%
	003) bomba de gasolina	60%
	004) bomba injetora	60%
	005) bomba de óleo	60%
	006) bronzina	120%
	007) carburador	60%
	008) eixo de manivela e eixo de comando de válvula	60%
	009) pistão (êmbolo)	120%
	010) válvula	120%
	011) qualquer outro	120%
84-81	Máquina e aparelho, inclusive de teclado, para compor e fundir caracteres, intertipo, linotipo, monotipo e semelhante, com ou sem a respectiva matriz	20%
84-82	Aparelho perfurador com aplicação em arte gráfica em qualquer tipo de máquina de compor, intertipo, linotipo, monotipo e semelhante	30%
84-83	Máquina e aparelho para fotólito, ("offset") rotogravura e semelhante	20%
84-84	Máquina, aparelho e material de clicheria, estereotipia e semelhante: chapa, chapa preparada para gravação, cilindro, clichê, matriz, tipo de impressão ou qualquer outro acessório:	
	001) chapa, cilindro e clichê gravado	30%
	002) chapa, cilindro clichê obtido por estereotipia, galvanotipia e semelhante ..	30%
	003) chapa, cilindro, clichê obtido por processo fotográfico	30%
	004) forma, molde e semelhante	30%
	005) máquina para esfumar ou para pontear	30%
	006) pedra litográfica preparada	30%
	007) tipo	30%
	008) qualquer outro	30%

Item	MERCADORIA	Alíquota "Ad-Valorem"
84-85	Máquina e aparelho para cartonagem, encadernação, inclusive de costurar e de fabricar saco de papel, matéria plástica e semelhante, para embalagem: 001) pesando até 250 kg (duzentos e cinquenta quilogramas) 002) pesando de mais de 250 kg (duzentos e cinquenta quilogramas) até 5.000 kg. (cinco mil quilogramas) 003) pesando mais de 5.000 kg (cinco mil quilogramas)	80% 40% 30%
84-86	Máquina para impressão: 001) prensa de platina ("presse à platine") com ou sem marginador automático 002) de qualquer outro sistema, com ou sem colador, cortador, dobrador, marginador e picotador	30% 30%
84-87	Aparelho e acessório de cartonagem e impressão: 001) colador 002) cortador, inclusive de guilhotina 003) dobrador, marginador 004) grampeador 005) picotador 006) qualquer outro	80% 80% 80% 80% 80% 80%
84-88	Duplicador ou mimeógrafo e aparelho semelhante, inclusive o destinado à cópia heliográfica; máquina para endereçar: 001) manual 002) elétrico 003) máquina para endereçar	80% 40% 30%
84-89	Máquina ou aparelho não especificado nem compreendido em outra parte	60%

SECÇÃO XVI

MÁQUINAS E INSTRUMENTOS MECÂNICOS; EQUIPAMENTO ELÉTRICO

CAPÍTULO 85

Máquinas e equipamentos elétricos e eletrônicos

NOTA 185 — O motor elétrico que acompanhar máquina ou aparelho desta Secção mas que a ele não estiver conjugado, pagará direito em separado; quando, porém, vier ligado por qualquer forma à mesma máquina ou aparelho, aplicar-se-á ao conjunto a taxa do motor, desde que a referente ao conjunto não seja mais elevada.

NOTA 186 — No item 85-12 só está classificado o aparelho eletromecânico utilizado em escritório, hotel, residência e semelhante, tal como aspirador de pó, enceradeira, extrator de suco de fruta, triturador e mistu-

rador para alimento, ventilador para uso doméstico, de qualquer peso ou qualquer outro aparelho com peso máximo de 20 kg (vinte quilogramas), exclusive a máquina para lavar roupa — Capítulo 84.

NOTA 187 — Para determinação da taxa a que está sujeito o acumulador do item 85-10, em bateria, será tomado como base o peso total da bateria dividida pelo número de acumuladores (elementos) que a compõem.

Item	MERCADORIA	Alíquota "Ad-Valorem"
85-01	Motor elétrico com ou sem condensador de partida, com ou sem redutor, multiplicador ou variador de velocidade, elétrico ou não: 001) pesando até 3.000 (três mil) quilogramas 002) pesando mais de 3.000 (três mil) quilogramas	100% 50%
85-02	Gerador, conversor e condensador rotativo elétrico, inclusive grupo conversor, com ou sem redutor, multiplicador ou variador de velocidade elétrica ou não exclusive de alta frequência: 001) até 3.000 kg (três mil quilogramas) .. 002) de mais de 3.000 kg (três mil quilogramas) 003) conversor de frequência	80% 50% 20%
85-03	Qualquer parte e peça avulsa de gerador, motor e de conversor rotativo	80%
85-04	Transformador e indutor, sem ou com uma carga de óleo: 001) até 100.000 kg (cem mil quilogramas) .. 002) de mais de 100.000 kg (cem mil quilogramas)	80% 30%
85-05	Aparelho conversor estático: 001) carregador de bateria 002) fonte de corrente contínua para: arco, alimentação de aparelho magnético, instalação galvanoplástica e semelhante 003) conversor de corrente para: bonde, estrada de ferro eletrificada e semelhante 004) qualquer outro	80% 80% 40% 80%
85-06	Parte e peça avulsa de transformador ou de conversor estático de qualquer tipo	80%
85-07	Aparelho eletromagnético não especificado nem compreendido em outra parte: 001) placa magnética 002) eletro-ímã para aparelho de elevação 003) freio e acoplamento eletromagnético, inclusive embreagem e semelhante 004) qualquer outro	30% 30% 20% 50%

Item	MERCADORIA	Alíquota "Ad. Valorem"
85-08	Eletro-ímã ou ímã permante: 001) ímã de qualquer tipo para telefonia ou eletrônica 002) qualquer outro	20% 50%
85-09	Pilha elétrica: 001) pilha seca (de emulsão ou suspensão) 002) qualquer outra 003) especial para aparelho de surdez	80% 80% 4%
85-10	Acumulador elétrico isolado ou em bateria: 001) ácido, pesando até 20 kg (vinte quilogramas) 002) ácido, pesando mais de 20 kg (vinte quilogramas) até 1 000 kg (mil quilogramas) 003) ácido pesando mais de 1 000 kg (mil quilogramas) 004) alcalino, pesando até 2 500 kg (dois mil e quinhentos quilogramas) 005) alcalino, pesando mais de 2 500 Kg (dois mil e quinhentos quilogramas) 006) qualquer outro	120% 80% 60% 80% 60% 60%
85-11	Peça e parte de pilha e acumulador de qualquer matéria, exclusive a dos itens 85-46 e 85-47: 001) placa de chumbo ou sua liga mesmo com parte de outra matéria 002) outra placa 003) separador ou entreplaca 004) qualquer outra	80% 80% 20% 80%
85-12	Aparelho para uso doméstico e afim: 001) amassador batadeira e semelhante 002) aquecedor, chapa quente, estufa, fogão, forno, tartaruga elétrica ou outro 003) aspirador de pó 004) enceradeira 005) ferro de engomar 006) liquidificador e desintegrador 007) secador para prato 008) torradeira de pão e "waffles" 009) ventilador doméstico ou para escritório 010) qualquer outra	120% 120% 120% 120% 120% 120% 120% 120% 120%
85-13	Aparelho de barbear, cortar cabelo, para tosquiar e semelhante: 001) aparelho de barbear 002) para cortar cabelo 003) para tosquiar 004) qualquer outro	80% 80% 20% 80%
85-14	Aparelho e dispositivo elétrico para arranque (partida) ou ignição para motor de explosão ou combustão interna: 001) bobina de ignição	80%

Item	MERCADORIA	Alíquota "Ad. Valorem"
	002) dispositivo de partida para motor de avião	2%
	003) distribuidor	80%
	004) ímã de qualquer tipo	60%
	005) motor de arranque	80%
	006) regulador de voltagem	80%
	007) vela de partida	80%
	008) vela de ignição de aquecimento e semelhante	50%
	009) qualquer outro	80%
85-15	Aparelho e equipamento de sinalização, exceto o do item 85-21.	
	001) aparelho de telecomando e de tele-sinalização para sinalização luminosa	50%
	002) qualquer outro	80%
85-16	Aparelho elétrico para aquecimento do ambiente (aerotermico, radiador, aparelho de aquecimento por acumulação de calor e semelhante)	80%
85-17	Aparelho eletrotérmico, com ou sem motor, não especificado nem compreendido em outra parte:	
	001) aparelho para cabeleireiro, secador de cabelo, frisador e semelhante	120%
	002) aquecedor para lenço, mão ou pé	120%
	003) isqueiro	120%
	004) pirografo	120%
	005) vestimenta e outro artigo de aquecimento confeccionado de tecido malharia ou pêlo, inclusive cobertor, travesseiro e semelhante	120%
	006) qualquer outro	120%
85-18	Aparelho de iluminação, com fonte própria de energia:	
	001) lanterna eletromagnética, de pilha e semelhante	100%
	002) qualquer outro	100%
85-19	Aparelho de telecomunicação, exceto do item 85-25:	
	001) amplificador de som	100%
	002) aparelho receptor, inclusive TV portátil, com fonte própria de energia	100%
	003) aparelho receptor de radiodifusão inclusive TV para uso doméstico e afim, mesmo combinado com toca-disco, fonógrafo e semelhante	100%
	004) aparelho receptor de radiodifusão inclusive TV para veículo	100%
	005) aparelho receptor e transmissor de intercomunicação com ou sem ligação para rede externa não especificado nem compreendido em outra parte	100%
	006) aparelho de telegrafia	60%

Item	MERCADORIA	Alíquota "Ad-Valorem"
	007) aparelho de tele-impressão, tele-fac-símile e semelhante	20%
	008) conjunto portátil receptor e transmissor "walkie-talkie" "handie-talkie" e semelhante) completo	100%
	009) conjunto receptor de radiotelegrafia e radiotelegrafia para estação receptora	80%
	010) conjunto transmissor, para radiodifusão e televisão	100%
	011) conjunto transmissor para outro fim	100%
	012) estação receptora e transmissora (móvel) conjunto completo	100%
	013) outra estação receptora	100%
	014) fono-capto de qualquer tipo	40%
	015) toca-disco ou cambiador de disco	100%
	016) peça avulsa para toca-disco ou cambiador de disco	80%
85-20	Aparelho e acessório para estação de radiodifusão e televisão:	
	001) conjunto completo de câmara de televisão, com suas unidades de controle e de alimentação e gerador de sincronização	20%
	002) gongo elétrico	80%
	003) mesa de controle, inclusive de áudio e de vídeo com ou sem amplificador e sem fonte de alimentação	80%
	004) microfone de todos os tipos	40%
	005) monitor de vídeo e de frequência	60%
	006) qualquer outro	80%
85-21	Aparelho radioelétrico não especificado nem compreendido em outra parte:	
	001) aparelho eletromagnético ou eletro-sonoro, tal como, "radar" radiogoniômetro sonda e detetor de obstáculo e semelhante	20%
	002) qualquer outro	60%
85-22	Aparelho de raio-X para fim médico de pesquisa ou industrial, inclusive o de difração:	
	001) unitanque, portátil com estojo e sem mesa ou estante fluoroscópio	4%
	002) qualquer outro móvel para diagnóstico, sem mesa ou estante fluoroscópio, pesando até 300 kg (trezentos quilogramas)	4%
	003) qualquer outro, para diagnóstico, com mesa radiológica, sem estante fluoroscópio, pesando mais de 300 quilos até 600 quilos	20%
	004) qualquer outro para diagnóstico, com mesa, sem estante fluoroscópio, com retificação a selênio, pesando mais de 300 a 600 kg.	4%

Item	MERCADORIA	Aliquota "Ad-Valorem"
	005) estante fluoroscópio ou mesa de diagnóstico	60%
	006) qualquer outro	4%
85-23	Aparelho produtor e acelerador de partícula atômica, para fim industrial, médico ou pesquisa	4%
85-24	Parte e elemento de aparelho de raio-X ou produtor ou acelerador de partícula atômica, não especificado nem compreendido em outra parte:	
	001) ampola produtora de raio-X	4%
	002) ampola retificadora, exclusive para raio-X	4%
	003) antidifusor, chassis, criptoscópio, diafragma "écran fluoroscópio "écran" reforçador, marcador de filme, vidro plumbífero, para raio-X	4%
	004) elemento acelerador e gerador de partícula atômica	4%
	005) qualquer outro	4%
85-25	Aparelho, mesa e central telefônica:	
	001) aparelho telefônico publico, de cobrança direta	60%
	002) centro telefônico automático	60%
	003) chave, interruptor ou qualquer outra peça desmontada para mesa de telefone de bateria central e de magneto	40%
	004) contador de chamada e ciclômetro	20%
	005) registro, seletor ou qualquer outra peça desmontada para centro automático, exclusive canal de televisão	20%
	006) capsula receptiva e transmissora e magneto para aparelho telefônico	20%
	007) qualquer outra	60%
85-26	Parte e peça para aparelho, centro telefônico e semelhante:	
	001) basidor e armação para centro automático	60%
	002) caixa e armário com blocos terminais para montagem ao ar livre ou subterrânea	60%
	003) chave, interruptor ou qualquer outra peça desmontada para mesa de telefone de bateria central e de magneto	40%
	004) contador de chamada e ciclômetro	20%
	005) registro, seletor ou qualquer outra peça desmontada para centro automático, exclusive canal de televisão	20%
	006) capsula receptiva e transmissora e magneto para aparelho telefônico	20%
	007) qualquer outra	20%

Item	MERCADORIA	Alíquota "Ad-Valorem"
85-27	Parte e peça avulsa de aparelho elétrico ou eletrônico: 001) antena montada 002) alto-falante 003) mostrador para receptor de rádio 004) suporte de válvula radiobeletrica, com ou sem contacto 005) núcleo de pó de ferro de qualquer feitio para peça ou parte de peça de aparelho eletrônico 006) qualquer outra	100% 100% 100% 100% 10% 80%
85-28	Condensador e capacitor elétrico fixo, ajustável ou variável: 001) cerâmica, fixo 002) de papel, fixo 003) de mica, fixo 004) eletrônico, fixo 005) qualquer outro fixo 006) ajustável ou variável	80% 80% 80% 20% 80% 80%
85-29	Aparelho de proteção não especificado nem compreendido em outra parte, tal como: pá a-raio, fusível e semelhante: 001) pá-raio de linha 002) fusível 003) qualquer outro	50% 60% 60%
85-30	Aparelho de controle e comando, não automático: 001) chave de taca 002) interruptor de embutir ou sobrepor, rotativo ou de alavanca, de qualquer matéria 003) qualquer outro	80% 100% 80%
85-31	Aparelho de controle, comando ou proteção, automático, seco: 001) termostato 002) qualquer outro	50% 50%
85-32	Aparelho automático de controle, comando ou proteção de ruptura em óleo, líquido ou gás exclusive ar sem ou com uma carga de óleo ou fluido isolante: 001) de peso até 2.000 kg (dois mil quilogramas) 002) de mais de 2.000 kg (dois mil quilogramas)	60% 20%
85-33	Relé, exclusive relé de medida: 001) para máquina estatística 002) para telefonia e aparelho semelhante, inclusive em conjunto 003) qualquer outro	20% 50% 50%

Item	MERCADORIA	Alíquota "Ad-Valorem"
85-34	Aparelho de derivação e conexão: 001) suporte para lâmpada, base e pino para tomada e semelhante 003) tomada para equipamento de tração e de elevação: trole, pantógrafo e semelhante 003) tomada polarizada ou blindada 004) qualquer outro	80% 80% 30% 80%
85-35	Accessório elétrico para condutor e isolador de linha de transmissão rede de distribuição, rede de contacto para tração	60%
85-36	Mesa cabina, painel ou quadro de comando, controle distribuição, regulação medida, verificação ou semelhante com instrumento ou distribuição elétrica	80%
85-37	Resistência fixa ou ajustável, exclusive de aquecimento: 001) potenciômetro de carvão 002) potenciômetro de fio 003) qualquer outra	80% 20% 80%
85-38	Célula fotoelétrica	10%
85-39	Lâmpada e tubo para iluminação ou qualquer outro fim valvula e tubo eletrônico, exclusive a célula fotoelétrica do item anterior: 001) analisador de imagem 002) de aparelho oftálmico e semelhante, inclusive para endoscopia (micro-lâmpada) 003) de arco-voltáico 004) de filamento incandescente, com enchimento de gás criptônio e semelhante (lâmpada especial para mineiro) 005) de filamento incandescente, de base reduzida, em qualquer voltagem, não especificada 006) de filamento incandescente, de bulbo tubular, vida reduzida, exclusivamente para fim de cinematografia e cinema, em qualquer voltagem, wattagem e base 007) de filamento incandescente, de vida reduzida, exclusivamente para uso fotográfico, em qualquer voltagem e wattagem 008) de filamentos incandescentes para iluminação em geral, iluminação pública, tração ou decorativa (base não reduzida) de qualquer voltagem 009) de filamento incandescente para iluminação de veículo, de qualquer voltagem e base "rôscas" ou "baloneta" até 32 watts (trinta e dois watts) ou o seu equivalente em "CP" ("candlepower")	30% 4% 30% 10% 100% 20% 50% 100% 100%

Item	MERCADORIA	Alíquota "Ad-Valorem"
	010) de filamento incandescente, para iluminação de veículo, de qualquer voltagem, base "torpedo", "prefocus" ou de 3 contactos (farol "sealed-beam")	30%
	011) de filamento incandescente para raio infra-vermelho, para aquecimento e secagem	30%
	012) de queima instantânea ("photoflash")	60%
	013) de vapor de mercúrio, para iluminação	80%
	014) fluorescente para iluminação	100%
	015) de vapor de sódio, para iluminação	30%
	016) Válvulas eletrônicas exclusivamente para transmissores (Power-tubes)	30%
	017) par termelétrico a vácuo ou com meio gasoso (contacto bi-metálico)	30%
	018) tubo catódico para televisão (cinescópio)	60%
	019) tubo catódico para outro fim	30%
	020) tubo eletrometro fotocontador	30%
	021) válvula reguladora de tensão ou de intensidade	30%
	022) válvula retificadora do meio gasoso ..	30%
	023) qualquer outra	80%
83-40	Parte e peça avulsa de lâmpada para iluminação ou qualquer outro fim tubo e válvula eletrônica:	
	001) ampola de gás de descarga para lâmpada de vapor de mercúrio	30%
	002) ampola e tubo de substância fluorescente ou revestido (interna ou externamente) de substância fluorescente ..	30%
	003) de arco: suporte, dispositivo de regulação ou qualquer outro	30%
	004) armação, base ou qualquer outra peça de metal comum para montagem de lâmpada elétrica, tubo ou válvula elétrica ou eletrônica	30%
	005) qualquer outra para lâmpada elétrica ..	30%
	006) qualquer outra para tubo ou válvula eletrônica	10%
83-41	Aparelho e máquina elétrica ou eletrônica não especificado nem compreendido em outra parte	40%
85-42	Fio e cabo condutor isolado eletricamente com revestimento ou armadura metálica:	
	001) cabo coaxial para transmissão telefônicas interurbana	10%
	002) cabo especial de distribuição de energia elétrica, subterrâneo, operando sob pressão de óleo ou gás	80%
	003) qualquer outro	80%
85-43	Cabo condutor, cadarço, fio fita trança, isolado eletricamente, sem armadura metálica de proteção	80%

Item	MERCADORIA	Alíquota "Ad. Valorem"
85-44	Cabo, fio e qualquer outro condutor com conexão, contacto, pêga ou terminal	80%
85-45	Obra ou peça de carvão, grafite natural ou artificial inclusive o carvão grafitado, com ou sem parte de metal para electricidade ou qualquer outro fim:	
	001) cadinho de grafite	20%
	002) eletrodo de grafite ou de carvão grafitado ou não	20%
	003) peça de grafite ou carvão grafitado para revestimento de forno	20%
	004) qualquer outra	20%
85-46	Isolador com ou sem parte metálica ou de outra matéria	80%
85-47	Peça de matéria isolante não montada, para máquina, aparelho e instalação elétrica, exclusive a do item anterior:	
	001) caixa ou cuba de borracha endurecida ou não	80%
	002) caixa ou cuba de vidro	80%
	003) qualquer outra	80%
85-48	Disco e placa de germânio, óxido de cobre e selênio, inclusive diodo e transistor ("transister") de qualquer tipo	10%
85-49	Peça elétrica avulsa, não especificada nem compreendida em outra parte	80%

SECÇÃO XVII

VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS DE TRANSPORTES

Veículos e equipamentos de transportes

NOTA 188 — Estão excluídos desta Secção:

- a) acessórios de caldeira, aparelho auxiliar, gasogênio, gerador de vapor, máquina a vapor, motor, rolamento ou qualquer outro artigo do Capítulo 84;
- b) acessório e aparelho elétrico, do Capítulo 85;
- c) aparelho de medida contador, navegação ou qualquer outro instrumento do Capítulo 90;
- d) aparelho não elétrico de iluminação, corrente de transmissão, fechadura, ferragem e mola — Secção XV;
- e) banda, câmara, pneumático e tapete de borracha — Capítulo 40;
- f) máquina móvel — Capítulo 84;

g) relojoaria - Capítulo 91.

NOTA 139 - Devo as exceções previstas na Nota anterior, a parte ou peça reconhecível como sendo exclusiva ou principalmente destinada a veículo dos Capítulos 86 a 88 classifica-se como parte e peça de veículo.

A parte ou peça, elétrica ou mecânica, que possa servir indistintamente, para veículo ou para máquina, classifica-se na Secção XVI.

CAPÍTULO 86

Veículos e materiais para vias férreas e carris; aparelhos não elétricos de sinalização

NOTA 190 - Estão excluídos deste Capítulo:

- a) dormente de madeira para via férrea - Capítulo 44;
- b) material para via férrea da Secção XV;
- c) caldeira ou gerador de vapor - Capítulo 84;
- d) instrumento de medida ou verificação - Capítulo 90.

Item	MERCADORIA	Alíquota "Ad. Valorem"
86-01	Locomotiva e locomotiva-tênder a êmbolo, a turbina e de qualquer outro tipo a vapor, inclusive a de manobra. Tênder:	
	001) locomotiva	20%
	002) tênder	20%
86-02	Locomotiva elétrica, inclusive a de manobra, com acumulador ou fonte de energia externa	30%
86-03	Locomotiva diesel, inclusive a de manobra:	
86-04	Qualquer outra locomotiva, inclusive a de manobra	20%
86-05	Automotriz e carro motorizado para inspeção de linha:	
	001) a vapor	30%
	002) com motor de combustão interna, inclusive diesel	30%
	003) com motor elétrico	30%
	004) com motor a explosão	30%
	005) qualquer outro	30%
86-06	Carril, bonde, viatura:	
	001) carro-motor ou automotriz	40%
	002) reboque para passageiro	40%
	003) reboque para carga	40%
	004) qualquer outro, inclusive o provido de guindaste, tanque ou qualquer outra aparelhagem	40%
86-07	Vagão para passageiro, inclusive carro "Pullman":	
	001) carro de aço "Pullman"	30%
	002) qualquer outro	40%
86-08	Vagão para carga:	
	001) de borda baixa ou basculante	60%

Item	MERCADORIA	Alíquota "Ad-Valorem"
	002) de descarga automática	60%
	003) isotermico ou frigorifico	60%
	004) de plataforma e prancha	60%
	005) tanque ou reservatorio	60%
	006) qualquer outro	60%
86-00	Vagão para fim especial	40%
86-10	Viatura para uso alternado em ferrovia ou rodovia	30%
86-11	Qualquer outra viatura não especificada nem compreendida em outro item	60%
86-12	Parte e peça avulsa de locomotiva e qualquer outro veículo ferroviário inclusive de bonde:	
	001) aparelho de engate	40%
	002) caoine, estribo, corpo cilindro e qualquer outra parte da cobertura da locomotiva	40%
	003) caixa de areia	40%
	004) caixa de graxa ou qualquer dispositivo para lubrificação, não especificado nem compreendido em outra parte	40%
	005) caixa de vagão	60%
	006) caixa de qualquer outro veículo ferroviário inclusive de carris (bonde)	40%
	007) chamine	40%
	008) chassis	60%
	009) eixo usinado ou trabalhado para material ferroviário, montado ou não, reto ou acotovelado	40%
	010) role para a comunicação entre vagões	40%
	011) limpa-trilho	40%
	012) para-choque	40%
	013) qualquer peça de freio não especificada nem compreendida em outra parte ..	40%
	014) peça para a modificação da velocidade e inversão de marcha	40%
	015) peça para transmissão de movimento ..	10%
	016) roda e aro para roda de ferro fundido ..	40%
	017) roda e aro para roda, forjado	30%
	018) "truck"	60%
	019) qualquer outra peça avulsa, não especificada nem compreendida em outra parte ..	40%
86-13	Aparelho não elétrico de sinalização para qualquer via de comunicação com ou sem iluminação elétrica tal como: semáforo alavanca de manobra comando de passagem de nível ou qualquer aparelho não especificado nem compreendido em outra parte	50%

SECÇÃO XVII

VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS DE TRANSPORTE

CAPÍTULO 87

Veículos automóveis, tratores, bicicletas e outros, terrestres

NOTA 191 — Considera-se trator o veículo utilizado essencialmente na tração de qualquer aparelho, máquina ou veículo, como tal classificado pelo Ministério da Agricultura quando destinado ao trabalho agrícola, ou pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, quando destinado a trabalho de terraplanagem e semelhante.

Item	MERCADORIA	Alíquota "Ad-Valorem"
87-01	Trator:	
	001) de esteira	Livre
	002) de roda	Livre
87-02	Automóvel tipo "jeep", com tração nas quatro rodas com ou sem polia para transmissão de força	80%
87-03	Automóvel de passageiros, inclusive de esporte, camioneta tipo "utility" e "station wagon":	
	001) pesando até 1.600 kg (mil e seiscentos quilogramas)	80%
	002) pesando mais de 1.600 kg (mil e seiscentos quilogramas)	150%
87-04	Caminhão, ônibus, micro-ônibus e qualquer veículo automóvel semelhante, para transporte de passageiros ou carga:	
	001) pesando até 4.000 kg (quatro mil quilogramas)	80%
	002) pesando mais de 4.000 kg (quatro mil quilogramas)	80%
87-05	Automóvel para extinção de incêndio, irrigação, limpeza pública ou particular, socorro e fim semelhante, com ou sem bomba, compressor de ar, escada, guindaste, vassoura e qualquer outra aparelhagem	40%
87-06	Qualquer automóvel não especificado nem compreendido em outra parte:	
	001) ambulância	60%
	002) automóvel com três rodas	60%
	003) camioneta, exclusiva do item 87-03	80%
	004) furgão e "pick-up"	80%
	005) funerário	80%
	006) qualquer outro	80%

Item	MERCADORIA	Aliquota
		"Ad-Valorem"
87-07	Carroçaria completa:	
	001) própria para veículo tipo jeep	120%
	002) própria de automóvel do item 87-03	120%
	003) própria de automóvel do item 87-04	120%
	004) qualquer outra	120%
87-08	Parte de carroçaria:	
	001) assento e armação para assento ou encosto	120%
	002) cabine	120%
	003) capota	120%
	004) grade protetora do radiador	150%
	005) limpador de pára-brisa	120%
	006) pára-brisa	120%
	007) protetor para janela, porta ou vista	150%
	008) porta	120%
	009) qualquer outra	120%
87-09	Parte e peça avulsa de chassis:	
	001) alavanca de mudança de velocidade ou de freio	60%
	002) amortecedor de fricção, hidráulico, pneumático e qualquer outro	120%
	003) aro e cubo para roda	120%
	004) eixo de transmissão (eixo cardan)	60%
	005) barra de direção	60%
	006) caixa de direção	60%
	007) caixa completa de marcha ou mudança, de multiplicação ou redução	60%
	008) coroa e pinhão	60%
	009) comando e tirante de freio	60%
	010) diferencial completo inclusive de duas velocidades	60%
	011) discos de pressão da embreagem	120%
	012) semi-eixo e bengala	120%
	013) embreagem mecânica completa	60%
	014) qualquer outra embreagem completa	60%
	015) lagarta	10%
	016) painel ou quadro para instrumento	60%
	017) pedal	60%
	018) quadro de chassis, longarina travessa, cantoneira, braçadeira e peça semelhante	120%
	019) peça de extensão de chassis	120%
	020) radiador	120%
	021) roda	120%
	022) volante e guidão	60%
	023) eixo dianteiro	60%
	024) capa do diferencial e eixo traseiro	60%
	025) cabo e capa de velocímetro	60%
	026) setor e rôsca sem fim de direção	60%
	027) qualquer outro	120%
87-10	Frizo, aro ornamental para roda, calota, extensão de tubo de descarga (cabo de peixe), enfite para capô, moldura para licença e qualquer outra peça ornamental	150%

Item	MERCADORIA	Aliquota "Ad-Valorem"
87-11	Motocicleta e velocípede com motor auxiliar, com ou sem dispositivo para transporte de encomenda, com ou sem "side car". "Side car":	
	001) motocicleta com ou sem "side car" . . .	100%
	002) bicicleta, inclusive patinete com "motor scooter"	100%
	003) triciclos	100%
	004) "side car"	100%
87-12	Velocípede sem motor, com ou sem dispositivo para transporte de mercadoria:	
	001) biciclo	100%
	002) triciclo	100%
87-13	Parte e peça avulsa de biciclo, triciclo, velocípede e motocicleta:	
	001) roda livre	60%
	002) cubo contra-pedal e niple	30%
	003) garfo telescópico com ou sem farol embutido, pesando mais de 7 kg (sete quilogramas)	30%
	004) qualquer outro	100%
87-14	Veículo de tração animal	80%
87-15	Qualquer parte e peça avulsa de veículo de tração animal não especificada nem compreendida em outra parte	100%
87-16	Reboque e "trailer":	
	001) para o transporte de carga	60%
	002) reboque-hospital, inclusive a aparelhagem fixa	30%
	003) reboque-oficina, inclusive a aparelhagem fixa	60%
	004) reboque-casa, inclusive acessório fixo	100%
	005) qualquer outro	60%
87-17	Cadeira, carrinho e veículo de tração manual:	
	001) para transporte de criança	100%
	002) para transporte de enfermo ou inválido	30%
	003) para transporte de carga	60%
	004) qualquer outro	100%
87-18	Qualquer parte e peça avulsa de cadeira, carrinho e veículo de tração manual não especificada nem compreendida em outra parte	100%
87-19	Cadeira e semelhante com mecanismo de propulsão, para enfermo ou inválido	30%

SECÇÃO XVII

VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS DE TRANSPORTES

CAPÍTULO 88

Navegação Aérea

Item	MERCADORIA	Alíquota "Ad-Valorem"
88-01	Aerôstato completo, com ou sem motor de propulsão	2%
88-02	Aeronave completa: autogiro, avião, helicóptero, planador ou outra	2%
88-03	Parte e peça estrutural:	
	001) asa	2%
	002) tuzelagem	2%
	003) nacele	2%
	004) superfície de controle ou direção	2%
	005) trem de aterrissagem ou de pouso	2%
	006) qualquer outra	2%
88-04	Outra parte ou peça, de aplicação exclusiva em aeronave ou aerostato:	
	001) alavanca e maçaneta de comando	2%
	002) aquecedor ou refrigerador de ar	2%
	003) assento	2%
	004) cilindro de freio mestre	2%
	005) cinto de segurança	2%
	006) comando	2%
	007) cubo de hélice	2%
	008) freio	2%
	009) flutuador e "sky"	2%
	010) hélice	2%
	011) instalação contra incêndio	2%
	012) instalação e tanque de combustível ou óleo	2%
	013) instalação para degelo	2%
	014) pegador de mala postal	50%
	015) pegador de planador	2%
	016) regulador de pressão da cabine	2%
	017) roda	2%
	018) sincronizador	2%
	019) tubo acústico	2%
	020) tubo para mensagem	2%
	021) turbo-compressor e turbo supercompressor	2%
	022) válvula de freio	2%
	023) qualquer outra	2%
88-05	Equipamento de sobrevivência e salva-vida não especificado nem compreendido em outra parte:	
	001) balsa	2%
	002) colete salva-vida ou semelhante	2%
	003) para-queda	2%
	004) qualquer outro	2%
88-06	Aparelho de instrução e treinamento de voo, no solo	2%
88-07	Catapulta ou aparelho semelhante de lançamento	2%

SECÇÃO XVII

VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS DE TRANSPORTES

CAPÍTULO 89

Navegação marítima e fluvial

NOTA 192 — Para a incidência na taxa devida será tomada para base da tonelage m bruta ou líquida, a constante dos seguintes certificados: American Bureau of Shipping, Bureau Veritas Germanischer Lloyd's, Japanese Marine Corporation, Lloyd's Register, Norske Veritas, Registro Italiano fazendo-se a devida correção quando tal tonelage m se referir a do Canal de Panamá ou de Suez.

NOTA 193 — O bote ou lancha, com ou sem motor, de qualquer tipo, vindo com a embarcação e que nela tenha lugar próprio e se destine a uso exclusivo da mesma, pagará o direito que couber a embarcação ou navio propriamente dito.

NOTA 194 — A embarcação mista para recreio a motor e a vela do item 89-14 seguirá o regime do sub-item 003.

Item	MERCADORIA	Direito "Ad-Valorem"
89-01	Embarcação comum de grande calado (navio), de mais de 5 000 t (cinco mil toneladas) brutas ou 2.000 t (duas mil toneladas) de registro.	
	001) cargueiro, para carga líquida ou sólida a granel ou caixaria	2%
	002) cargueiro para gás liquefeito ou não ..	2%
	003) qualquer outro cargueiro	2%
	004) mista (passageiro e carga) a motor diesel, semi-diesel ou semelhante	2%
	005) mista (passageiro e carga) a vapor com caldeira ou turbina	2%
	006) qualquer outra mista (passageiro e carga)	2%
	007) para passageiro a motor diesel, semi-diesel ou semelhante	2%
	008) para passageiro, a vapor com caldeira ou turbina	2%
	009) qualquer outra para passageiro	2%
89-02	Embarcação de calado médio, para uso costeiro ou de cabotagem fluvial ou lacustre até 5 000 t (cinco mil toneladas) brutas ou 2 000 t (duas mil toneladas) de registro:	
	001) cargueira, para carga líquida ou sólida a granel ou caixaria	2%
	002) cargueira para gás liquefeito ou não ..	2%
	003) qualquer outra cargueira	2%
	004) mista a motor diesel semi-diesel ou semelhante	2%
	005) mista a vapor com caldeira ou turbina	2%
	006) qualquer outra mista	2%
	007) para passageiro a motor diesel semi-diesel ou semelhante	2%
	008) para passageiro a vapor com caldeira ou turbina	2%
	009) qualquer outra para passageiro	2%

Item	MERCADORIA	Alíquota
		"Ad-Valorem"
89-03	Embarcação comum de pequeno calado, para uso exclusivamente local, até 200 t (duzentas toneladas) de registro: 001) mista: barcaça, pranchão ou semelhante 002) para carga líquida ou gasosa liquefeita (chata tanque) 003) para carga sólida: alvarenga chata ou semelhante 004) para passageiro: lancha ou semelhante	2% 2% 2% 2%
89-04	Embarcação comum de pequeno calado de mais de 200 t (duzentas toneladas) de registro: 001) exclusivamente para passageiro 002) mista inclusive "ferry-boat" 003) para carga líquida ou gasosa liquefeita, com capacidade de até 20 000 l (vinte mil litros) 004) para carga líquida ou gasosa liquefeita, com capacidade de mais de 20 000 l (vinte mil litros) até 100 000 l (cem mil litros) 005) para carga líquida ou gasosa, com capacidade de mais de 100 000 l (cem mil litros) 006) para carga sólida: alvarenga e chata, pontão ou semelhante	2% 2% 2% 2% 2% 2%
89-05	Rebocador: 001) para alto mar 002) para uso local	2% 2%
89-06	Draga	2%
89-07	Cábrea e guindaste flutuante	2%
89-08	Navio auxiliar oficina e de socorro, provido ou não de acessórios e pertences do seu equipamento: 001) até 2.000 t (duas mil toneladas) brutas 002) de mais de 2 000 t (duas mil toneladas) até 5.000 t (cinco mil toneladas) brutas 003) de mais de 5 000 t (cinco mil toneladas) brutas	2% 2% 2%
89-09	Navio pesqueiro com ou sem acessórios e produção de frio 001) com câmara frigorífica e máquina para produção de frio 002) com câmara de gelo	2% 2% 2%
89-10	Embarcação de qualquer tipo usada exclusivamente no serviço de extinção de incêndio, com ou sem a respectiva aparelhagem	2%
89-11	Doca e dique flutuante, com a respectiva oficina de reparo	2%

Item	MERCADORIA	Aliquota
		"Ad Valorem"
89-12	Qualquer estrutura flutuante destinada ao serviço de bate-estaca, cabo telegrafia, farolagem, hidrografia, sinalização, sondagem ou outro	2%
89-13	Qualquer usina elétrica ou termelétrica e semeilhante, flutuante	2%
89-14	Embarcação para recreio:	
	001) a vela	100%
	002) a remo	100%
	003) com motor	100%
89-15	Qualquer outra embarcação	
	001) ate 200 t (duzentas toneladas) de registro	2%
	002) de 200 t (duzentas toneladas) ate 2.000 t (duas mil toneladas) de registro	2%
	003) de mais de 2 000 t (duas mil toneladas) ate 5 000 t (cinco mil toneladas) de registro	2%
	004) de mais de 5 000 t (cinco mil toneladas) de registro	2%

SEÇÃO XVIII

INSTRUMENTOS E APARELHOS DE ÓTICA DE FOTOGRAFIA E DE CINEMATOGRAFIA, DE MEDIDA DE VERIFICAÇÃO DE PRECISÃO; INSTRUMENTOS E APARELHOS MÉDICO-CIRÚRGICOS; RELOJOARIA; INSTRUMENTOS DE MÚSICA; APARELHOS REGISTRADORES E REPRODUTORES DE SOM

CAPÍTULO 90

Instrumentos e aparelhos de ótica de fotografia e cinematografia, de medida, de verificação e de precisão. Instrumentos e aparelhos médico-cirúrgicos

NOTA 195 — Estão excluídos deste Capítulo:

- artigo de borracha endurecida. - Capítulo 40 - ou couro - Capítulo 42 - salvo o caso previsto nos itens referentes ao material médico-cirúrgico;
- vidro ótico não trabalhado óticamente - Capítulo 70;
- bomba distribuidora com dispositivo medidor bácia e balança para verificação de peça usinada e peso (massa marcada) apresentado isoladamente - Capítulo 84;
- farol e aparelho elétrico de iluminação, aparelho elétrico de radiogoniometria, radionavegação, sinalização, sonda e detector para ultra som ou onda eletromagnética - Capítulo 85;
- artigo com caráter de brinquedo, jogo ou diversão - Capítulo 97;
- medidor de capacidade classificado com a obra da matéria constitutiva.

NOTA 196 — O acessório parte e peça de aparelho ou instrumento deste Capítulo classifica-se de acordo com as seguintes regras:

- a) o material trabalhado para fim ótico classifica-se nos itens 90-01 a 90-03, conforme o caso;
- b) a parte ou peça, elétrica ou mecânica, podendo servir indistintamente para artigo deste Capítulo, para material de relojoaria ou para aparelho e máquina da Secção XVI, classifica-se no Capítulo 91 ou na Secção XVI.
- c) o acessório, parte ou peça, exclusiva ou principalmente destinado a artigo deste Capítulo classifica-se com este artigo, salvo disposição em contrário.

NOTA 197 — A caixa ou estojo apresentado com o instrumento ou aparelho a que é destinado e com o qual é normalmente vendido e faturado, paga o mesmo direito desse aparelho; importado isoladamente, segue regime próprio, conforme a matéria constitutiva.

Item	MERCADORIA	Alíquota "Ad. Valorem"
90-01	Vidro, quartzo, matéria plástica e qualquer outra matéria trabalhada para ótica, não montado:	
	001) espelho ótico, espelhado na primeira superfície	4%
	002) espelho para raio X	4%
	003) filtro polaróide, cortado ou por cortar	4%
	004) lente bifocal ou trifocal para óculo, não acabada dos dois lados ou acabada de um só lado	4%
	005) qualquer outra lente para óculo	40%
	006) qualquer outra lente	4%
	007) rede de difração	4%
	008) qualquer outro	4%
90-02	Objetiva e ocular:	
	001) objetiva para câmara fotográfica ou cinematográfica	10%
	002) objetiva para microscópio	4%
	003) ocular micrométrica para microscópio	4%
	004) qualquer outra	4%
90-03	Vidro, quartzo, matéria plástica e qualquer outra matéria trabalhada para ótica montada, exclusiva a do item anterior:	
	001) condensador, inclusive para microscopia	10%
	002) conta-fio	20%
	003) espelho ótico	10%
	004) filtro polaróide	10%
	005) lente e lupa	20%
	006) qualquer outro filtro de luz, inclusive para fotografia	10%
	007) prisma	10%
	008) rede de difração	10%
	009) qualquer outro	10%

Item	MERCADORIA	Aliquota "Ad. Valorem"
90-04	<p>Armação para óculo, lornhão e semelhante:</p> <p>001) de âmbar, madreperola, marfim ou tartaruga 60%</p> <p>002) de matéria plástica, com ou sem metal comum, mesmo dourado, prateado ou folheado de metal precioso 50%</p> <p>003) de metal comum, mesmo dourado, prateado ou folheado de metal precioso 30%</p> <p>004) de metal precioso, no todo ou em parte 60%</p> <p>005) qualquer outro 60%</p>	
90-05	<p>Óculo, lornhão e semelhante:</p> <p>001) protetor, para operário, automobilista ou qualquer outro 60%</p> <p>002) corretor, de metal precioso, no todo ou em parte 100%</p> <p>003) corretor, de âmbar, madreperola, marfim ou tartaruga 100%</p> <p>004) corretor, de qualquer outra matéria 60%</p> <p>005) qualquer outro 60%</p>	
90-06	<p>Binóculo e óculo de alcance, com armação de qualquer matéria 50%</p>	
90-07	<p>Instrumento e aparelho de astronomia, ou cosmografia: equatorial, luneta astronômica, meridiano, telescópio ou qualquer outro 4%</p>	
90-08	<p>Câmara fotográfica:</p> <p>001) de foco fixo ou lente menisco e obturador para instantâneo ou instantâneo e pôse ("box" e semelhante) 30%</p> <p>002) de espelho, para aparelho de Raios-X 20%</p> <p>003) para profissional e semelhante para negativo de 13 x 18 cm (treze por dezoto centímetros) 5 x 7 cm (cinco por sete centímetros) ou maior, tipo atelier 10%</p> <p>004) para reportagem, tipo "Graflex", "Bush", "Linhof", "Technica" e semelhante 10%</p> <p>005) qualquer outra 30%</p>	
90-09	<p>Aparelho para aerofotogrametria: aparelho fotográfico para perícia, polícia técnica e semelhante: aparelho para microfotografia — reprodução em microfilme ou semelhante 4%</p>	
90-10	<p>Conjunto para fotomicrografia 4%</p>	
90-11	<p>Filmador:</p> <p>001) manual ou de corda, para filme, de 8 mm (oito milímetros) a 16 mm (dezesseis milímetros), inclusive de largura, mudo ou sonoro 40%</p>	

Item	MERCADORIA	Alíquota "Ad. Valorem"
90-12	002) manual ou de corda, para filme, de 35 mm (trinta e cinco milímetros) de largura ou outro, mudo ou sonoro . . .	20%
	003) elétrico, para filme de 8 mm (oito milímetros) a 16 mm, (dezesseis milímetros) inclusive de largura, mudo ou sonoro . . .	40%
	004) elétrico, para filme, de 35 mm (trinta e cinco milímetros) de largura ou outro, mudo ou sonoro . . .	20%
	Projektor cinematográfico:	
	001) para filme, de 8 mm (oito milímetros) inclusive, de largura, mudo ou sonoro . . .	50%
90-13	002) para filme de 16 mm (dezesseis milímetros), inclusive, de largura, mudo ou sonoro . . .	30%
	003) qualquer outro; componente ou acessório . . .	50%
	Aparelho de projeção fixa: epidiascópio, epis cópio ou qualquer outro inclusive aparelho para leitura de microfilme e ampliador para fotografia . . .	
	001) ampliador para fotografia . . .	50%
	002) aparelho para leitura de microfilme . .	10%
90-14	003) projetor para espectrografia, filme de raio-X ou preparação microscópica . .	10%
	004) projetor para medida de precisão (projetor de contorno) . . .	10%
	005) qualquer outro . . .	10%
	Máquina e aparelho acessório, para fotografia:	
	001) aparelho "editor" para filme . . .	30%
	002) aparelho sincronizador de som e imagem . . .	30%
	003) máquina e aparelho para medição, contagem de quadro enroladeira ou rebobinadora, coladeira tituladora e semelhante . . .	30%
90-15	004) máquina copiadora ou multiplicadora, de imagem e som . . .	30%
	005) máquina para processamento fotográfico, fixação, revelação e operação complementar . . .	30%
	006) secadeira para filme cinematográfico .	30%
	007) qualquer outro . . .	30%
	Acessório para fotografia:	
	001) aparelho para cortar ou emendar negativo . . .	60%
	002) canheira ou cuba de revelação de qualquer matéria . . .	60%
	003) chassis (magazine) para chapa, "film-pack" ou película . . .	60%
	004) copiadora de alimentação automática ou manual . . .	60%

Item	MERCADORIA	Aliquota "Ad. Valorem"
	005) esmaltadeira ou secadeira	60%
	006) estufa de secagem elétrica ou não	60%
	007) "flash" de câmera	60%
	008) "flash" eletrônico	40%
	009) indicador de tempo de exposição (foto- metro)	60%
	010) marcador de tempo de corda ou elétrico	60%
	011) marginado	60%
	012) pegador para filme	60%
	013) prensa para cópia fotográfica	60%
	014) tanque de revelação de qualquer matéria	60%
	015) qualquer outro	60%
90-16	Microscópio eletrônico	4%
90-17	Microscópio ótico:	
	001) simples (com luneta monocular) de platina fixa e simples espelho sem adaptação para qualquer aparelhagem	4%
	002) composto de platina fixa inclusive três objetivas e três oculares	4%
	003) composto, de platina móvel inclusive quatro objetivas e quatro oculares	4%
90-18	Accessório de microscopia sem ou com o respec- tivo estojo:	
	001) acessório para contraste de fase	10%
	002) acessório para fotomicrografia	4%
	003) acessório para polarização	10%
	004) disco e lâmina com gravação micro- métrica, para microscopia	4%
	005) espelho e prisma para projetar ou desenhar	4%
	006) estativo para microscópio de disse- cação	4%
	007) hematímetro (hemacitômetro) com- pleto	4%
	008) lâmina ou laminula para microscopia	4%
	009) lâmina preparada (preparação micros- cópica)	4%
	010) lâmpada para microscopia sem ou com um bulbo, inclusive o respectivo trans- formador, quando conjugado	10%
	011) micrômetro ocular ou objetivo	4%
	012) micrótomo	4%
	013) porta-objeto ("charriot")	4%
	014) qualquer outro	4%
90-19	Balança sensível ao peso de 0,2 mg (dois déci- mos de miligrama) ou menos e balança hidrostática, sem ou com um jogo de pesos:	
	001) balança hidrostática	4%
	002) qualquer outra	4%

Item	MERCADORIA	Alíquota
		"Ad. Valor"
	033) metereômetro, para pressão, temperatura e umidade, simples, de parede . . .	10%
	034) nível, de bolha de ar de precisão . . .	10%
	035) nível tipo americano, Guerlay, de Egault, Zeiss ou semelhante . . .	10%
	036) oitante e sextante . . .	10%
	037) omnimetro . . .	10%
	038) pantômetro . . .	10%
	039) pendulo e sismógrafo sexagesimal e de Foucault . . .	10%
	040) pluviometro com dispositivo gráfico de registro (pluviógrafo) . . .	10%
	041) psicrometro com dispositivo gráfico de registro (psicrógrafo) . . .	10%
	042) psicrometro de precisão . . .	10%
	043) prumo de precisão . . .	10%
	044) régua-eclimetro de mira . . .	10%
	045) rocometro com dispositivo gráfico de registro (rocigrafo) . . .	10%
	046) rocometro de quadrante . . .	10%
	047) telêmetro . . .	10%
	048) teodolito, trânsito americano, taqueômetro e semelhante . . .	30%
	049) qualquer outro . . .	10%
90-21	Instrumento de desenho e de traçado: pantógrafo, planimetro, estojo matemático ou outro; instrumento de medição, não especificado nem compreendido em outro item: calibre, metro, micrômetro, régua dividida e semelhante:	
	001) achurador para compasso . . .	30%
	002) agulha para compasso . . .	30%
	003) alongador para compasso . . .	30%
	004) calibre, micrômetro, bloco padrão prismático, metro-padrão ou qualquer outro instrumento, semelhante, de precisão . . .	10%
	005) cimógrafo e pantógrafo . . .	30%
	006) centro para compasso . . .	30%
	007) compasso escolar ou qualquer outro . . .	60%
	008) compasso de precisão . . .	30%
	009) compasso de redução . . .	30%
	010) curva francesa ("pistolet") . . .	30%
	011) curvimetro . . .	30%
	012) escala de invar . . .	30%
	013) escala de qualquer outra matéria . . .	60%
	014) esquadro, de invar . . .	30%
	015) esquadro, de qualquer outra matéria . . .	60%
	016) integrador, integrômetro, elidógrafo e semelhante . . .	30%
	017) planimetro . . .	30%
	018) prancheta e mesa para desenhista . . .	60%
	019) régua de cálculo e instrumento semelhante de cálculo . . .	30%
	020) régua dividida, de invar . . .	30%

Item	MERCADORIA	Aliquota
		"Ad-Valorem"
	021) régua dividida, de qualquer outra matéria	60%
	022) tecnigrafo completo	30%
	023) tê e vê	60%
	024) tira-linha	30%
	025) transferidor de invar	30%
	026) transferidor de qualquer outra matéria	60%
	027) qualquer outro	30%
90-22	Instrumento de oftalmologia	4%
90-23	Instrumento e aparelho para medicina cirurgia, arte dentária e arte veterinária inclusive aparelho de electricidade médica exclusive o do item anterior	
	301) agulha gengival	30%
	002) agulha para injeção	60%
	003) agulha para sutura cirúrgica	4%
	004) afastador e válvula abdominal vaginal e semelhante	4%
	005) afastador para cirurgia torácica	4%
	006) algalia bugia, cânula cateter e sonda, de borracha	20%
	007) algalia ougia cânula cateter e sonda, de matéria plástica metal comum, prata ou qualquer outra matéria	4%
	008) alicate e botação para dentista	60%
	009) amigdalótomo e polipótomo	4%
	010) aparelho amplificador elétrico ou não, para surdez	4%
	011) aparelho de compressão de Esmarch e semelhante	4%
	012) aparelho de diatermia	60%
	013) aparelho de endoscopia de visão direta	10%
	014) aparelho de endoscopia com sistema ótico elétrico e semelhante	4%
	015) aparelho e conjunto para transfusão de sangue inclusive respectivo filtro conta-gota adaptador e tubo	4%
	016) aparelho eletrocirúrgico eletroterápico, de alta frequência bisturi elétrico, cauterização eletrólise medicinal faradização termogênica e semelhante com seus pertences elétricos como: motor, paratostato, reostato transformador ou outro	4%
	017) aparelho eletrodentário, com pertence elétrico ou não	60%
	018) aparelho para determinação de metabolismo basal	4%
	019) aparelho para massagem vibratória	60%
	020) aparelho para medida da pressão do líquido céfalo-raquiano	4%
	021) aparelho para pneumotórax artificial	4%
	022) aparelho para pressão arterial com ou sem oscilômetro	4%

Item	MERCADORIA	Aliquota "Ad-Valorem"
023)	basiotribo, cefalotribo ou cranioclasto, craniotomo ou cefalótomo embriótomo, fórceps, furacrânio e semelhante	4%
024)	benique	4%
025)	bisturi, escaipelo lanceta e navalha	40%
026)	biefarostato	4%
027)	broca e broqueiro para dentista	60%
028)	cabo para instrumento	60%
029)	cistotomo	4%
030)	coichete para hemostasia	20%
031)	coichete, grampo, ou gancho para sutura	20%
032)	colher alça ou agulha, para catarata	4%
033)	cronaxímetro	4%
034)	cureta	40%
035)	densímetro	60%
036)	dermatomo manual ou elétrico	4%
037)	dilatador retal uretal ureteral, uterino e semelhante	4%
038)	disco para cirurgia dentária de abrasivo porraça, camurça feltro ou outra matéria	60%
039)	dreno	20%
040)	eletrocardiógrafo	4%
041)	encefalografo	4%
042)	enterótomo	4%
043)	escarificador de mola, para ventosa (sariadeira)	20%
044)	escarificador de pálpebra	4%
045)	escrupo goiva e semelhante	4%
046)	esmagador	4%
047)	especulo para boca nariz ou gengiva	20%
048)	especulo intra uterino retal vaginal e semelhante	4%
049)	espelho frontal	30%
050)	espelho para dentista	60%
051)	estesiômetro	4%
052)	estetoscópio e plessímetro	4%
053)	estilete e porta-mecha	4%
054)	faca de amputação, ressecção e semelhante	4%
055)	ferro para cirurgia e arte dentária: afastador alavanca para raiz anel para incrustação articulador boquilha salivadora brunidor calcador cinzel colher cortador de esmalte cureta escavador espátula lanceta martelo, muflo, pinça, porta-amálgama prensa para muflo, rósca para raiz, sonda ou qualquer outro ferro	60%
056)	filiforme	4%
057)	histerolábio	4%
058)	litótomo e litotritor	4%
059)	martelo para autópsia, cirurgia ou percussão	4%
060)	meatótomo	4%
061)	moldeira para dentista	60%

Item	MERCADORIA	Aliquota "Ad-Valorem"
	062) pessário e oclusivo	60%
	063) unha e clampe, exclusivamente para cirurgia cardiovascular	4%
	064) pinça e clampe para cirurgia, tal como: clampes Doyen e Foorster Porta Esponja, pinça intestinal de Allis; pinça de campo Backhaus; pinça para colocar ou retirar agraite; pinça para corpo estranho, de Stieglitz, pinça para dis- secção comum ou de dente de rato; pinça para esterilização, agulha ou seringa; pinça uterina de Schroeder ..	40%
	065) pinça hemostática de Carmalt, Grile, Halstead, Kelly Kocher Ochaner Pean e Rochester Pean	60%
	066) placa e parafuso para osteosintese	4%
	067) porta para galvanocautério	4%
	068) ponta para instrumento elétrico de uso endoscópico	4%
	069) porta-agulha de Mathieu e Mayo- Hegar	60%
	070) qualquer outro porta-agulha porta- caustico, porta-isótopo radio-ativo e semelhante	4%
	071) rugina (raspador de osso)	40%
	072) seringa de borracha ou de vidro	60%
	073) seringa para anestesia dentária	60%
	074) qualquer outra seringa	60%
	075) serra e trépano, manual ou elétrico ..	4%
	076) sonda ou cugia, com rôsca, para fili- forme	4%
	077) sonda para dentista	60%
	078) tentacânula	4%
	079) tesoura para cirurgia	40%
	080) tesoura para dentista	60%
	081) tira-leite	30%
	082) torniquete	30%
	083) torquez-burdizo e semelhante	4%
	084) trocáter, explorador de paracentese, de punção e semelhante	4%
	085) tubo para dreno de borracha, de matéria plástica, ou outra matéria	20%
	086) ventosa	30%
	087) qualquer outro	4%
90-24	Aparelho de mecanoterapia de psicotécnica, de oxigenoterapia de ozonoterapia de gaso- terapia de reanimação e semelhante; má- scara para anestesia para gás e aparelho respiratório semelhante:	
	001) aparelho de mecanoterapia	4%
	002) aparelho de psicotécnica	4%
	003) aparelho de anestesia e gasoterapia ..	4%
	004) aparelho de reanimação (ressuscita- mento) inclusive respirador automá- tico (pulmão de aço)	4%

Item	MERCADORIA	Anquota "Ad. Valorem"
	005) aparelho para administração, por via respiratória, de substância terapêutica (aerosol)	4%
	006) máscara e cateter	4%
	007) regulador de oxigênio, inclusive medidor e umidificador	4%
	008) toido ou capota para tenda de oxigênio	4%
	009) acessório para anestesia endotraqueal e endobrônquica	4%
	010) qualquer outro aparelho	4%
90-25	Aparelho de ortopedia, inclusive cinta médico-cirúrgica artigo e aparelho de prótese dentária, ocular ou outra; artigo e aparelho para fratura:	
	001) aparelho ortopedico, articulado ou não, para correção ou substituição	Livre
	002) cinta médico-cirúrgica	10%
	003) suspensório testicular	10%
	004) meia para varizes	10%
	005) dente artificial de porcelana	60%
	006) dente artificial de qualquer outra matéria	60%
	007) olho artificial	10%
	008) qualquer outro	10%
90-26	Instrumento, aparelho e modelo de demonstração e de ensino, não suscetíveis de emprêgo industrial	Livre
90-27	Máquina e aparelho de ensaio de dureza, resistência, tração, compressão, elasticidade ou outra propriedade física análoga dos materiais - cimento, concreto madeira, têxtil, papel, matéria plástica ou outro:	
	001) máquina e aparelho de ensaio de dureza, resistência, tração compressão, elasticidade ou outra propriedade física análoga dos materiais - cimento, concreto, madeira, têxtil, papel, matéria plástica ou outro	10%
	002) máquina para medir comprimento, espessura, ângulo ou distância, com tolerância máxima de 1/1000 de milímetro	10%
	003) máquina e aparelho para medição de excentricidade, passo, ângulo de pressão, perfil, regularidade de passo, ou círculo primitivo de engrenagem	10%
	004) comparador e indicador, com ou sem relógio, com tolerância máxima de 1/100 de milímetro	10%
	005) aparelhagem para trabalho de medição com sistema de ampliação pneumático e suas partes	10%
90-28	Densímetro, alcoômetro, areômetro, pesa-líquido e instrumento semelhante	10%

Item	MERCADORIA	Alíquota
		"Ad. Valorem"
90-29	Termômetro:	
	001) de máxima ou de mínima para exame clínico	4%
	002) para uso químico, com escala interna ou externa para temperatura até 620° C (seiscentos e vinte graus centígrados) ou correspondente em Fahrenheit, com graduação até 1,5 (um quinto) de grau	4%
	003) para uso científico, com graduação de 1/10 (um décimo) de grau ou menos	4%
	004) para indústria, com escala interna ou externa, com graduação de 1° (um grau) ou mais haste reta ou angular, com ou sem proteção de metal ou madeira	4%
	005) para contacto, de máxima mínima ou máxima e mínima	4%
	006) metálico-bimetálico ou com enchimento de líquido ou de gás	4%
	007) qualquer outro	4%
90-30	Aparelho auxiliar de análise de controle e de medida para fluido, gasoso ou líquido ou para temperatura analisador de gás, de timbre detentor, indicador de nível, manômetro pirômetro, regulador de tiragem, termostato ou outro:	
	001) analisador de gás	10%
	002) indicador de nível, não registrador	10%
	003) indicador de nível registrador	10%
	004) manômetro, pesando até 3 kg (três quilogramas)	10%
	005) pirômetro ótico	10%
	006) qualquer outro pirômetro não registrador	60%
	007) qualquer outro pirômetro registrador	10%
	008) termostato	10%
	009) qualquer outro	10%
90-31	Instrumento e aparelho de física ou química:	
	001) aparelho para determinação de PH	10%
	002) calorímetro	10%
	003) colorímetro, fotômetro e espectrofotômetro	10%
	004) espectrômetro, espectroscópio e espectrógrafo	10%
	005) fotoelasticímetro	10%
	006) interferômetro e interferoscópio	10%
	007) monocrômador	10%
	008) polarímetro e sacarímetro	10%
	009) polarógrafo	10%
	010) refratômetro	10%
	011) viscosímetro	10%
	012) qualquer outro	10%

Item	MERCADORIA	Alíquota. "Ad-Valorem"
90-32	Contador de gás, de líquido ou de eletricidade: 001) contador e medidor de eletricidade, monofásico 002) contador e medidor de eletricidade, polifásico 003) contador e medidor de gás 004) hidrômetro e medidor de consumo de água ou qualquer outro líquido pesando até 50 kg. (cinquenta quilogramas) inclusive 005) hidrômetro e medidor de consumo de água ou qualquer outro líquido pesando mais de 50 kg. (cinquenta quilogramas) 006) qualquer outro	80% 60% 40% 60% 40% 40%
90-33	Qualquer outro contador: contador de produção, contador de volta, indicador de velocidade, odômetro ou outro tacômetro, taxímetro para qualquer fim, taxímetro e totalizador de caminho: 001) tacômetro 002) taxímetro 003) velocímetro 004) qualquer outro	80% 80% 80% 80%
90-34	Aparelho elétrico de medida (aparelho para medida de grandeza elétrica): amperímetro, analisador, caixa de resistência padrão, galvanômetro, medidor de capacidade de fase, de frequência, de onda, ohmímetro, oscilador de áudio e radiofrequência, oscilógrafo, provador de válvula eletrônica, voltímetro, wattímetro e qualquer outro 001) conjunto para testar (multítester e semelhante) 002) qualquer outro com função única de indicação 003) qualquer outro com função múltipla de indicação, integração, recepção, registro, regulação, totalização, transmissão ou outra	60% 40% 20%
90-35	Qualquer outro	10%

SECÇÃO XVIII

INSTRUMENTOS E APARELHOS DE ÓTICA, DE FOTOGRAFIA E DE CINEMATOGRAFIA;
 DE MEDIDA DE VERIFICAÇÃO, DE PRECISÃO; INSTRUMENTOS E APARELHOS MÉDICO-
 CIRÚRGICOS; RELOJOARIA, INSTRUMENTOS DE MÚSICA; APARELHOS
 REGISTRADORES E REPRODUTORES DE SOM

CAPÍTULO 91

Relógios

NOTA 198 — Estão excluídos deste Capítulo:

- a) o relógio de bolso, pulso ou semelhante com caixa ou pulseira adornada com pérola, pedra preciosa ou semi-preciosa — Capítulo 71.

b) a pulseira de metal comum mesmo dourada, platinada, prateada ou folheado de metal precioso, quando importada isoladamente — Capítulo 71;

c) a pulseira de metal precioso com ou sem pérola, pedra preciosa ou semi-preciosa, classificada, sempre, no Capítulo 71.

NOTA 199 — São extensivas a este Capítulo as notas 148 a 152.

Os cronógrafos do item 91 05, sub item 003, que não estejam acompanhados de certificado do Observatório Nacional do país de origem, incidirão na alíquota do sub-item 008 do mesmo item.

Item	MERCADORIA	Aliquota "Ad Valorem"
91-01	Relógio de bolso de pulso e semelhante: 001) de metal comum, mesmo dourado, prateado, platinado ou folheado de metal precioso 002) de ouro, prata ou platina	10% 40%
91-02	Relógio de guarnição ou de cima de mesa ...	150%
91-03	Relógio de armário ou de pendurar, com ou sem pendulo, carrilhão, cuco, caixa de música e semelhante	150%
91-04	Despertador, inclusive elétrico, com ou sem caixa de música	150%
91-05	Qualquer outro relógio, inclusive elétrico: 001) de controle de tempo de tarefa ("service record") 002) de ponto 003) de precisão, cronógrafo de qualquer tipo, para marinha (suspensão "candam") observatório ou qualquer outro fim 004) de registro de tempo em documento, para cheque, protocolo e fim semelhante 005) de vigilante 006) para automóvel ou qualquer outro veículo 007) para campanário, edifício, logradouro público e semelhante 008) qualquer outro	150% 150% 4% 150% 150% 150% 150% 150%
91-06	Relógio elétrico conjugado em circuito: 001) auxiliar 002) central ou mestre 003) conjunto completo	150% 150% 150%
91-07	Caixa: 001) de metal comum, mesmo dourado, platinado, prateado ou folheado de metal precioso, para relógio de bolso, pulso e semelhante 002) de ouro, platina ou prata, para relógio de bolso, pulso e semelhante 003) qualquer outra	10% 40% 150%

Item	MERCADORIA	Aliquota "Ad. Valorem"
91-08	Maquinismo: 001) para relógio de bolso, de pulso e semelhante 002) qualquer outro	10% 150%
91-09	Peça avulsa: 001) mola enrolada ou em fita 002) qualquer parte ou peça para relógio de bolso, pulso ou semelhante, inclusive mostrador 003) qualquer outra	10% 10% 150%

SEÇÃO XVIII

INSTRUMENTOS E APARELHOS DE ÓTICA DE FOTOGRAFIA E DE CINEMATOGRAFIA; DE MEDIDA, DE VERIFICAÇÃO, DE PRECISÃO; INSTRUMENTOS E APARELHOS MÉDICO-CIRÚRGICOS; RELOJOARIA, INSTRUMENTOS DE MÚSICA; APARELHOS REGISTRADORES E REPRODUTORES DE SOM

CAPÍTULO 92

Instrumentos musicais; aparelhos registradores e reprodutores de som

NOTA 200 — Estão excluídos deste Capítulo:

- o aparelho da posição 92-07, quando conjugado a receptor de rádio ou televisão,
- o instrumento musical considerado objeto de antiguidade ou de coleção — Capítulo 99.

NOTA 201 — O cartão ou papel perfurado, o cilindro, o disco ou o suporte de som — 92-12 — importado com o instrumento a que se destina, é classificado separadamente segundo o próprio regime.

Item	MERCADORIA	Aliquota "Ad. Valorem"
92-01	Piano vertical e piano de cauda, inclusive piano mecânico e cravo: 001) de cauda 002) de cauda, para concerto, de mais de 250 cm (duzentos e cinquenta centímetros) de comprimento 003) vertical 004) qualquer outro	60% 30% 80% 80%
92-02	Harmônio e instrumento semelhante em forma de piano, com teclado fixo ou de transposição: 001) até 3 1/2 (três e meia) oitavas, sem registro 002) até 3 1/2 (três e meia) oitavas, inclu-	60%

Item	MERCADORIA	Alíquota
		"Ad. Valorem"
	sive de 2 (dois) ou mais registros ...	60%
	003) de 4 (quatro) oitavas até 4 (quatro) registros inclusive	60%
	004) de 4 (quatro) oitavas de mais de 4 (quatro) até 8 (oito) registros, inclusive	60%
	005) de mais de 4 (quatro) oitavas de mais de 8 (oito) registros	60%
92-03	Parte e peça avulsa de harmônio ou de piano:	
	001) cabeça enfiletrada para piano	40%
	002) corda para piano	20%
	003) cravelha de ferro para piano	40%
	004) mecanismo para harmônio	40%
	005) mecanismo de piano de cauda ou vertical	40%
	006) teclado e tecla de marfim ou qualquer outro material	40%
	007) qualquer outra	40%
92-04	Órgão:	
	001) elétrico	40%
	002) mecânico	40%
	003) qualquer outro	40%
92-05	Caixa de música	100%
92-06	Acordeão bandônio, concertina e gaita (harmônica de boca) suas partes e peças:	
	001) acordeão a piano	100%
	002) bandônio ou concertina de menos de 24 (vinte e quatro) botões	100%
	003) gaita ou harmônica de boca	100%
	004) qualquer outro	100%
	005) qualquer parte ou peça	100%
92-07	Eletrola gramofone e vitrola; aparelho registrador ou reproduzidor de som:	
	001) gramofone	100%
	002) registrador-reproduzidor de som, inclusive para filme cinematográfico	40%
	003) vitrola a corda	100%
	004) vitrola elétrica	100%
	005) qualquer outro	100%
92-08	Instrumento musical de sopro:	
	001) baritono ou bombardino	60%
	002) clarim e pistão	60%
	003) clarineta	60%
	004) contrabaixo	60%
	005) corneta	60%
	006) fagote	60%
	007) flauta	60%
	008) flautim, flageolette e pifano ou pifaro	60%
	009) oboé	60%
	010) ocarina	60%
	011) oficleide	60%
	012) saxofone	60%

Item	MERCADORIA	Aliquota "Ad-Valorem"
	013) trombone	60%
	014) qualquer outro	60%
92-09	Instrumento musical de corda:	
	001) balalaica	60%
	002) bandolim	60%
	003) banjo	60%
	004) cavaquinho, guitarra, viola e violão	60%
	005) citara	60%
	006) contrabaixo e violoncelo	60%
	007) harpa	60%
	008) lira	60%
	009) violino	60%
	010) qualquer outro	60%
92-10	Instrumento musical de percussão:	
	001) bateria para "jazz-band"	80%
	002) bombo	80%
	003) caixa de guerra, rufo, tambor e semelhante; com ou sem vagueta	80%
	004) castanholas	80%
	005) marimba e xilofônico, simples ou elétrico	80%
	006) pandeiro	80%
	007) prato ou címbalo simples ou com pedal	80%
	008) timbale	80%
	009) triângulo	80%
	010) qualquer outro	80%
92-11	Corda para instrumento musical de qualquer material	20%
92-12	Accessório e peça para aparelho registrador ou reprodutor de som; cilindro fio fita e placa magnética, rôlo para instrumento ou semelhante:	
	001) agulha ou estilete comum, tridido ou não	30%
	002) agulha ou estilete com ponta de pedra preciosa	30%
	003) cartão, disco, papel e rôlo perfurado; para caixa de música	60%
	004) cilindro para piano automático	60%
	005) diágrama e "pick-up"	60%
	006) disco comum ou "long-play"	60%
	007) fio e fita para registrador e reprodutor de som	30%
	008) matriz ou molde para disco	30%
	009) qualquer outro	60%
92-13	Qualquer instrumento musical não especificado nem compreendido em outra parte: instrumento de boca, chamada e sinal; diapasão e metrônomo:	
	001) diapasão	30%
	002) metrônomo, simples ou elétrico	30%
	003) qualquer outro	60%

SECÇÃO XIX

ARMAS E MUNIÇÕES

CAPÍTULO 93

Armas e munições

NOTA 202 — Estão excluídos deste Capítulo:

- a) arco e flexa para tiro ao alvo, arma para sala de esgrima ou qualquer outra do Capítulo 97;
- b) arma constituindo objeto de coleção — Capítulo 99;
- c) cápsula fulminante, detonador ou qualquer outro artigo do Capítulo 36.

NOTA 203 — A arma com parte de metal precioso ou pedra preciosa classifica-se como obra do Capítulo 71.

Item	MERCADORIA	Aliquota "Ad-Valorem"
93-01	Arma branca: 001) adaga, facão e punhal 002) espada, espadim, florete sabre e semelhante 003) qualquer outra	80% 80% 80%
93-02	Pistola e revólver: 001) pistola de sinalização 002) de repetição, automático ou semi-automático 003) qualquer outro	80% 80% 80%
93-03	Arma de fogo, exclusive a dos itens anteriores: 001) carabina, espingarda e semelhante, para caça 002) qualquer outra	50% 80%
93-04	Parte e peça de arma	50%
93-05	Qualquer outra arma, inclusive a de ar comprimido, de arremesso, de gás ou de mola para pesca	80%
93-06	Munição, projétil: 001) cartucho carregado ou sem carga 002) chumbo para caça 003) projétil 004) qualquer outro	100% 100% 100% 100%

SECÇÃO XX

OBRAS NÃO CLASSIFICADAS NEM COMPREENDIDAS EM OUTRA PARTE

CAPÍTULO 94

Mobiliário, inclusive móveis médico-cirúrgicos e seus pertences

NOTA 204 — Estão excluídos deste Capítulo:

- a) almofada, colchão ou travesseiro de borracha — Capítulo 40;

- b) bilhar e móvel para jogo — Capítulo 97;
 c) caixa e estôjo para relojoaria — Capítulo 91;
 d) cobertor — Capítulo 62;
 e) cotre cotre torte caixa-torte — Capítulo 83; ferragem ou guarnição classificada em outro Capítulo;
 f) móvel para aparelho de rádio, vitrola, telecomunicação ou semelhante — Capítulo 85;
 g) móvel-frigorífico, equipado ou não, e o móvel especialmente preparado para receber máquina de costura — Capítulo 84.

Item	MERCADORIA	Aliquota "Ad-Valorem"
94-01	Móvel: 001) de ferro ou aço 002) de madeira 003) de vime 004) qualquer outro	120% 120% 120% 120%
94-02	Móvel médico-cirúrgico e qualquer parte : 001) cadeira de dentista com ou sem mecanismo de orientação e elevação 002) cadeira para exame clínico 003) cadeira hidráulica para uso em oftalmologia 004) cama com mecanismo para uso clínico 005) coluna de chão ou superior de parede para uso com instrumento de oftalmologia 006) coluna hidráulica para uso com instrumento de oftalmologia 007) mesa para exame clínico 008) mesa para operação cirúrgica 009) mesa para uso com instrumento de oftalmologia 010) qualquer parte 011) qualquer outro	80% 60% 80% 60% 60% 60% 60% 20% 60% 60% 60%
94-03	Accessório para cama: 001) almofada 002) colchão 003) edredão 004) travesseiro	120% 120% 120% 120%
94-04	Qualquer outro	120%

SECÇÃO XX

OBRAS NÃO CLASSIFICADAS NEM COMPREENDIDAS EM OUTRA PARTE

CAPÍTULO 95

Carapaças e outras matérias de entulhe de moldagem trabalhadas e suas obras

NOTA 205 — Estão excluídos deste Capítulo:

- a) parte de bengala, guarda-chuva, sombrinha ou qualquer outro artigo do Capítulo 66;

- b) leque e ventarola — Capítulo 67;
 c) bijuteria de fantasia — Capítulo 71;
 d) artigo de couteira com parte de matéria de entalhe ou moldagem — Capítulo 82;
 e) armação de óculo ou qualquer outro artigo do Capítulo 90;
 f) caixa de relógio — Capítulo 91;
 g) parte de instrumento de música — Capítulo 92;
 h) parte de móvel — Capítulo 94;
 i) escôva, ou qualquer outro artigo do Capítulo 96;
 j) jogo, brinquedo ou qualquer outro artigo do Capítulo 97;
 l) botão cachimbo, piteira ou qualquer outro artigo do Capítulo 98;
 m) objeto de antiguidade, arte, ou coleção — Capítulo 99.

Item	MERCADORIA	Alíquota "Ad-Valorem"
95-01	Carapaça de tartaruga, trabalhada: 001) bastão, haste, lâmina ou tubo 002) caixa para jóia ou qualquer outro uso 003) carteira, cigarreira ou charuteira 004) "trousse" e semelhante 005) qualquer outro	150% 150% 150% 150% 150%
95-02	Madrepérola trabalhada: 001) bastão, haste, lâmina ou tubo 002) caixa para jóia ou qualquer outro uso 003) carteira, cigarreira ou charuteira 004) qualquer outro	150% 150% 150% 150%
95-03	Marfim trabalhado: 001) bastão, haste, lâmina ou tubo 002) caixa para jóia ou qualquer outro uso 003) carteira, cigarreira ou charuteira 004) qualquer outro	150% 150% 150% 150%
95-04	Coral trabalhado: 001) bastão haste, lâmina ou tubo 002) caixa para jóia ou qualquer outro uso 003) carteira, cigarreira ou charuteira 004) qualquer outro	150% 150% 150% 150%
95-05	Chifre, osso ou qualquer outra matéria animal semelhante, trabalhado: 001) bastão haste, lâmina ou tubo 002) caixa para jóia ou qualquer outro uso 003) carteira, cigarreira ou charuteira 004) qualquer outro	120% 120% 120% 120%
95-06	Espuma-do-mar, natural ou reconstituída, trabalhada	150%
95-07	Ambar ou sucino natural ou reconstituído, trabalhado	150%
95-08	Azeviche e matéria mineral semelhante, trabalhado	150%
95-09	Côco coquilha, corozo ou jarina ou qualquer outra matéria vegetal semelhante, trabalhada: 001) conta solta	120%

Item	MERCADORIA	Aliquota "Ad-Valorem"
95-10	002) conta em obra	120%
	003) qualquer outro	120%
	Obra moldada de cera animal, artificial, mineral ou vegetal, de estearina, de gelatina não endurecida de parafina de pasta de modelar, de resina natural ou de outra matéria semelhante:	
	001) cápsula gelatinosa, digerível, vazia ..	20%
	002) de cera	120%
	003) de estearina	120%
	004) de parafina	120%
	005) qualquer outro	120%

SECÇÃO XX

OBAS NÃO CLASSIFICADAS NEM COMPREENDIDAS EM OUTRA PARTE

CAPÍTULO 96

Vassouras, escôvas, espanadores e semelhantes; tãmes e peneiras

NOTA 206 — Estão excluídos deste Capítulo: escôva, pincel ou qualquer outro artigo com parte ou folheado de metal precioso — Capítulo 71.

NOTA 207 — Considera-se mólho ou tufo do item 96-04 o conjunto ou feixe de fibras não montado, mas pronto para ser utilizado, sem divisão na fabricação de escôva, pincel ou semelhante.

O conjunto ou feixe de fibras, por dividir, está compreendido no Capítulo da matéria respectiva.

Item	MERCADORIA	Aliquota "Ad-Valorem"
96-01	Vassoura com ou sem cabo; esfregão e limpador de qualquer matéria	120%
96-02	Escôva de qualquer matéria:	
	001) de borracha	120%
	002) de feltro, inclusive disco para enceradeira	120%
	003) para máquina	60%
	004) qualquer outra	120%
96-03	Pincel de qualquer matéria:	
	001) de pêlo	60%
	002) para barba, com cabo de madrepêrola, marfim, tartaruga	120%
	003) qualquer outro	120%
96-04	Mólho ou tufo preparado para escôva, pincel e semelhante	60%

Item	MERCADORIA	Alíquota "Ad-Valorem"
96-05	Espanador de qualquer matéria	120%
96-06	Arminho, boneca para pó de arroz e semelhante, de qualquer matéria	120%
96-07	Coador, peneira, e tamis, manual, de qualquer matéria	60%

SECÇÃO XX

OBRAS NÃO CLASSIFICADAS NEM COMPREENDIDAS EM OUTRA PARTE

CAPÍTULO 97

Brinquedos, jogos e artigos de esporte

NOTA 208 — Estão excluídos deste Capítulo:

- a) fogo de artifício ou outro artigo de pirotecnia — Capítulo 36;
- b) cordão, fio e semelhante, para pesca, mesmo cortado, mas não montado — Secção XI;
- c) artigo de carnaval confeccionado de tecido — Capítulos 60 a 63;
- d) calçado para esporte — Capítulo 64;
- e) boné e chapéu para esporte — Capítulo 65;
- f) bengala, reoenque ou outro artigo do Capítulo 66;
- g) jogo com pedra preciosa, semi-preciosa, metal precioso ou seu folheado — Capítulo 71;
- h) velocípede para criança, munido de rolamento de esfera e o veículo do item 97-01 quando movido a motor — Capítulo 87;
- i) arma e munição de caça e arma de arremesso para pesca — Capítulo 93;
- j) fio para raqueta, tenda ou artigo de acampamento, classificado conforme a matéria constitutiva.

Item	MERCADORIA	Alíquota "Ad-Valorem"
97-01	Veículo infantil: auto de pedal, carro de boneca, cavalo mecânico, patinete, rema-rema, velocípede ou semelhante	120%
97-02	Boneca ou boneco, de qualquer matéria ou qualquer peça	120%
97-03	Qualquer outro brinquedo:	
	001) arma de ficção ou sem poder ofensivo	120%
	002) bagatela, bilhar ou sinuca, de brinquedo — com menos de 95 cm (noventa e cinco centímetros) na maior dimensão	120%
	003) brinquedo mecânico	120%
	004) qualquer outro	120%

Item	MERCADORIA	Alíquota "Ad-Valorem"
97-04	Artigo para jogo de salão:	
	001) bagatela, bilhar, sinuca e semelhante.	120%
	002) bola e taco para bagatela, bilhar ou sinuca	120%
	003) bola para tênis de mesa	80%
	004) carta cortada ou por cortar, especial para cartomância	150%
	005) carta de jogar, cortada ou por cortar, em baralho de 53 (cinquenta e três) cartas	150%
	006) copos para dados	150%
	007) dado	150%
	008) ficha, marca (escore) ou tento	150%
	009) mesa para tênis de mesa	120%
	010) raqueta para tênis de mesa	120%
	011) rede, com ou sem armação para tênis de mesa	120%
	012) tapoleiro e peça de damas, gamão, glória, "mai-jong" xadrez e semelhante	100%
	013) taqueira, ponteira para taco de bilhar ou qualquer outro acessório para bagatela, bilhar ou sinuca	120%
	014) qualquer outro	150%
97-05	Artigo para carnaval, festa, sorte e surpresa, acessório para árvore de Natal:	
	001) confete e serpentina	150%
	002) lâmpada especial para árvore de Natal e acessórios	150%
	003) lança-perfume	150%
	004) máscara de qualquer matéria	150%
	005) sorte e surpresa de qualquer matéria.	150%
	006) qualquer outro	150%
97-06	Equipamento e artigo para esporte, ginástica, jogo ao ar livre:	
	001) aparelho, conjunto e petrecho de ginástica e atletismo: balanço, barra fixa, corda, dardo e disco de arremesso, escada, haltere, maça maromba, peso, trampolim, vara para salto e qualquer outro	100%
	002) bola de basquetebol, futebol, voleibol e semelhante	100%
	003) bola para qualquer esporte	100%
	004) cota de malha, escudo, máscara ou qualquer outro petrecho para esgrima	100%
	005) elmo especial para esporte	100%
	006) luva para box ou qualquer outro esporte	100%
	007) nadadeira	100%
	008) patim	100%
	009) prensa para raqueta	100%
	010) raqueta e semelhante, para tênis ou qualquer esporte	100%
	011) rede para esporte, inclusive cesta para basquetebol	100%
	012) "ski"	100%

Item	MERCADORIA	Alíquota "Ad. Valorem"
	013) taco para golfe, "hokey", polo e semelhante	100%
	014) qualquer outro	100%
97-07	Artigo para caça e pesca:	
	001) anzol	100%
	002) bóia, marco ou peso	100%
	003) caniço	100%
	004) isca artificial	100%
	005) molinete	100%
	006) rede para caça	100%
	007) rede para pesca	60%
	008) qualquer outro	100%
97-08	Aparelho e jogo para parque de diversão	100%

SECÇÃO XX

OBRAS NÃO CLASSIFICADAS NEM COMPREENDIDAS EM OUTRA PARTE

CAPÍTULO 98

Vários artigos

NOTA 209 — Estão excluídos deste Capítulo:

- a) botão, pente, travessa e semelhante e isqueiro, com parte de metal folheado ou precioso; ou com pedra preciosa, ou semi-preciosa ou pérola — Capítulo 71;
- b) pente, travessa e semelhante, com enfeite ou lavor, da mesma ou de outra matéria, exceto metal precioso, considerado bijuteria — Capítulo 71.

Item	MERCADORIA	Alíquota "Ad. Valorem"
98-01	Botão, botão de pressão, botão de punho, de colarinho, para peito de camisa ou semelhante, inclusive arcabouço:	
	001) de barbatana, chifre ou osso	100%
	002) de louça	100%
	003) de madeira	100%
	004) de metal comum	100%
	005) de matéria plástica	100%
	006) de vidro	100%
	007) qualquer outro	100%
98-02	Fêcho-de-correr (cursor) de qualquer matéria	100%
98-03	Caneta, caneta-tinteiro, ou estilográfica; lapiseira e porta-mina; parte e acessório, exclusivas as do item 98-04 e 98-05:	
	001) caneta-tinteiro, lapiseira e semelhante, inteiramente de metal precioso	80%

Item.	MERCADORIA	Alíquota "Ad. V. l. orem"
	002) caneta-tinteiro, lapiseira e semelhante, com parte ou acessório de metal precioso	80%
	003) qualquer outra	80%
98-04	Pena para desenhar ou escrever:	
	001) para caneta-tinteiro	30%
	002) para desenhar	30%
	003) qualquer outra	80%
98-05	Lápis para apagar, desenhar ou escrever e mina; giz para alfaiate, bilhar, desenhar ou escrever:	
	001) lápis de carvão ("fusain")	60%
	002) lápis, com mina de borracha	60%
	003) lápis, com mina de cor ou à base de negro de fumo	60%
	004) qualquer outro lápis	100%
	005) giz para desenhar ou escrever	100%
	006) mina para lapiseira	60%
98-06	Ardósia, natural ou artificial, para escrever ou desenhar, com ou sem moldura	100%
98-07	Carimbo chancela, datador, numerador, sinete e semelhante, não automático, manual	100%
98-08	Fita, impregnada ou não de corante ou de tinta, para máquina de calcular, escrever e semelhante; almofada para carimbo, impregnada ou não, com ou sem caixa:	
	001) fita não impregnada de corante ou de tinta	25%
	002) qualquer outra	100%
98-09	Massa e pasta para reprodução gráfica, rôlo de impressão e preparação semelhante, à base de gelatina	25%
98-10	Lacre	60%
98-11	Acendedor e isqueiro, elétrico, mecânico ou químico e suas partes, exclusive mecha e pedra	100%
98-12	Boquilha, cachimbo ou piteira:	
	001) boquilha ou piteira, de âmbar, madre-pérola, marfim ou tartaruga	150%
	002) boquilha ou piteira, com guarnição de metal precioso	150%
	003) cachimbo de espuma-do-mar	150%
	004) cachimbo de madeira ou raiz	120%
	005) cachimbo, com guarnição de madre-pérola, marfim, metal precioso ou tartaruga	150%
	006) qualquer, outro	120%

Item	MERCADORIA	Alíquota "Ad-Valorem"
98-13	Grampo, pente, travessa e semelhante: 001) de âmbar, madreperola ou marfim 002) de matéria plástica ou ebonite 003) de tartaruga 004) qualquer outro	150% 120% 150% 120%
98-14	Vareta para espartilho e semelhante	120%
98-15	Pulverizador e vaporizador para toucador	150%
98-16	Garrafa térmica ou qualquer outro recipiente semelhante	100%
98-17	Manequim e semelhante; autômato e cena ani- mada para vitrina	100%

SECÇÃO XXI

OBJETOS DE ARTE, DE COLEÇÃO E ANTIGUIDADE

CAPÍTULO 99

Objetos de arte, de coleção e antiguidade

NOTA 210 — Estão excluídos deste Capítulo:

- a) selo fiscal, postal ou semelhante, não usado, de curso no país — Capítulo 49;
- b) tela pintada, para decoração de teatro, "atelier" e semelhante — Capítulo 59;
- c) pedra preciosa, semi-preciosa e pérola — Capítulo 71.

NOTA 211 — Considera-se estampa, gravura e litografia, original — item 99-02 a prova tirada diretamente, em negro ou em cor, de matriz inteiramente executada à mão pelo artista e por este assinada e numerada, qualquer que seja a matéria ou técnica empregada, com exclusão de qualquer processo mecânico ou fotomecânico.

NOTA 212 — Esta excluída dos itens 99-01 e 99-03, a obra de caráter comercial: obra artesanal ou moldada, reprodução em série, classificada conforme a matéria constitutiva.

NOTA 213 — A moldura de estampa, gravura ou litografia, pintura ou quadro é classificada com o respectivo objeto, desde que sua qualidade ou seu valor estejam em relação com a obra respectiva.

Item	MERCADORIA	Direito "Ad-Valorem"
99-01	Desenho, pastel e pintura executado inteiramente à mão — original ou cópia	Livre,
99-02	Estampa, gravura e litografia, original	Livre

Item	MERCADORIA	Direitos "Ad-Valorem"
99-03	Escultura original, estatutária e mosaico, original, de qualquer matéria	Livre
99-04	Selo fiscal, postal e semelhante, inclusive em coleção	Livre
99-05	Coleção e espécime para coleção de anatomia, de botânica, de mineralogia ou de zoologia; objeto para coleção, de valor arqueológico, etnográfico, histórico ou numismático	Livre
99-06	Objeto de antiguidade de mais de um século ..	Livre

LEI N.º 3.245 — DE 19 DE AGOSTO
DE 1957

*Altera disposições do Decreto-lei
n.º 7.036, de 10 de novembro de
1944 (Reforma da Lei de Acidentes
do Trabalho).*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Os arts. 22, 23 e 25 do Decreto-lei n.º 7.036, de 10 de novembro de 1944 (Reforma da Lei de Acidentes do Trabalho), passam a ter a seguinte redação:

"Art. 22. Uma vez que exceda de Cr\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil cruzeiros) a indenização a que tiver direito o acidentado, nos casos de incapacidade permanente ou, na hipótese de sua morte, os seus beneficiários, a diferença será destinada a instituição de previdência social a a que ele pertencer, para o fim de ser concedido acréscimo na aposentadoria ou pensão.

Art. 23. Se a indenização for igual ou inferior a Cr\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil cruzeiros), ou não estiver a vítima compreendida no regime de previdência de Instituto ou Caixa de Aposentadoria e Pensões criada por lei federal, a indenização ser-lhe-á paga, ou aos seus beneficiários, diretamente e de uma só vez.

Art. 25. Além da indenização prevista no art. 21, o empregador pa-

gará imediatamente aos herdeiros ou beneficiários do acidentado, a título de auxílio funeral uma importância igual à metade do mais alto salário mínimo vigente no país".

Art. 2.º O parágrafo único do art. 64 do Decreto-lei n.º 7.036, de 10 de novembro de 1944 (Reforma da Lei de Acidentes do Trabalho), passa a ser o § 1.º do mesmo artigo, que fica acrescido dos seguintes parágrafos:

"Art. 64

§ 2.º O empregador só poderá recorrer depositando judicialmente o valor da condenação.

§ 3.º Sendo ilíquida a sentença recorrida, o empregador, antes de recorrer, deverá requerer a sua liquidação, que não prejudicará a subida do recurso à superior instância.

§ 4.º Julgada a liquidação, o empregador, dentro em cinco dias, fará o depósito da quantia liquidada. A falta do depósito no prazo acima importará em desistência do recurso.

§ 5.º O recurso cabível do julgamento da liquidação não suspenderá a obrigação do depósito, na forma do parágrafo anterior".

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 19 de agosto de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK

Nereu Ramos

Parsifal Barroso

LEI N.º 3.246 — DE 19 DE AGOSTO DE 1957

Retifica, sem ônus, a Lei n.º 2.368, de 9 de dezembro de 1954, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1955.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º São feitas as seguintes alterações na Lei n.º 2.368, de 9 de dezembro de 1954, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício de 1955:

Anexo 17 — Ministério da Agricultura.

Verba 3 — Serviços e Encargos

Consignação 2 — Auxílios e Subvenções

63 — Subvenções extraordinárias

18) Pernambuco

Onde se lê:

Associação Rural de Maniçobal — 55.000

Leia-se:

Associação Rural de São José do Belmonte — 55.000

Anexo 18 — Ministério da Educação e Cultura

Verba 3 — Serviços e Encargos

Consignação 2 — Auxílios e Subvenções

06 — Conselho Nacional do Serviço Social.

Subvenções extraordinárias (Relações das entidades).

23) Rio Grande do Sul

Onde se lê:

Associação Protetora à Infância — Caxias do Sul — 50.000

Leia-se:

Ação de Recuperação Social — Caxias do Sul — 50.000.

Art. 2.º Revogadas as disposições em contrário, a presente lei vigorará a partir de 1.º de janeiro de 1955.

Rio de Janeiro, em 19 de agosto de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

João de Oliveira Vianna
Castro Junior

Mário Meneghetti

Clóvis Salgado

LEI N.º 3.247 — DE 20 DE AGOSTO DE 1957

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 612.000,00 para atender às despesas de gratificação ao pessoal da Comissão Técnica de Rádio.

O Presidente da República: Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 612.000,00 para atender às despesas com o pagamento da gratificação especial fixada pela Lei número 2.677, de 8 de dezembro de 1955, ao pessoal da Comissão Técnica de Rádio, relativa aos exercícios de 1956 e 1957.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 20 de agosto de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

Lúcio Meira

João de O. Vianna Castro Júnior.

LEI N.º 3.248 — DE 20 AGOSTO
DE 1957

Abre ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Tribunal Regional do Trabalho da 7.ª Região — o crédito especial de Cr\$ 21.522,40, para atender ao pagamento de diferença de vencimentos a Juizes daquele Tribunal e das Juntas de Conciliação e Julgamento de Fortaleza, São Luís e Teresina, no exercício de 1955.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' aberto ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Tribunal Regional do Trabalho da 7.ª Região — o crédito especial de Cr\$... 21.522,40 (vinte e um mil, quinhentos e vinte e dois cruzeiros e quarenta centavos), para atender ao pagamento de diferença de vencimentos, no exercício de 1955, a Juizes daquele Tribunal e das Juntas de Conciliação e Julgamento de Fortaleza, São Luís e Teresina, conforme discriminação seguinte:

	Cr\$
Tribunal Regional do Trabalho	14.539,00
Junta de Conciliação e Julgamento de Fortaleza	2.327,80
Junta de Conciliação e Julgamento de São Luís	2.327,80
Junta de Conciliação e Julgamento de Teresina	2.327,80
Total	21.522,40

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 20 de agosto de 1957; 136.º da Independência e 69.ª da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE.

Nereu Ramos.

João de Oliveira Castro

Viana Júnior.

LEI N.º 3.249 DE 22 DE AGOSTO DE 1957

Retifica, sem ônus, a Lei n.º 2.135, de 1953, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1954.

O Presidente da Republica.

Faço saber que o Congresso decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º São feitas as seguintes retificações na Lei n.º 2.135, de 14 de dezembro de 1953 que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício de 1954:

Anexo n.º 18 — Ministério da Agricultura.

Verba 3 — Serviços e Encargos. Consignação 2 — Auxílios e Subvenções.

03 — Subvenções extraordinárias.

07 — Distrito Federal.

Onde se lê:

Centro de Comércio, Indústria e Lavoura, em Madsureira 500.000

Leia-se:

Centro de Lavoura, Comércio e Indústria, em Madsureira 500.000

14 — Minas Gerais:

Onde se lê:

Associação Rural de Uberaba 300.000
Escola Primária junto ao posto agro-pecuário de Caldas 150.000

Leia-se:

Sociedade Rural do Triângulo Mineiro, com sede em Uberaba 300.000
Escola Primária junto ao Posto Pecuário de Caldas, a cargo da Associação Rural de Caldas 150.000
18 — Pernambuco

Onde se lê:

Associação Rural de Maniçobal 55.000

Leia-se:

Associação Rural de São José do Belmonte 55.000
23 — Rio Grande do Sul

Onde se lê:

Associação Rural e Comercial de São Pedro do Sul 20.000

Associação Educacional Bom Pastor — Cai	200.000
Leia-se:	
Associação Rural de São Pedro do Sul	20.000
Sociedade Educacional Linha Brasil-Nova Petrópolis . .	200.000
Anexo n.º 19 — Ministério da Educação e Cultura	
Verba 3 — Serviços e Encargos.	
Consignação 2 — Auxílios e Subvenções.	
Subconsignação 02 — Subvenções ordinárias.	
14 — Minas Gerais	
Onde se lê:	
Ginásio Municipal - Caldas	50.000
Leia-se:	
Ginásio São Vicente de Paulo — Caldas	50.000
Subconsignação 03 — Subvenções extraordinárias	
23 — Rio Grande do Sul	
Onde se lê:	
Ação de Recuperação Social — Canoas	10.000
Asilo Santo Tomé — São Francisco de Assis	30.000
Escola Particular Coração de Maria — Santa Maria . .	15.000
Escola Santa Terezinha — Ibirubá — Cruz Alta . .	10.000
Instituto Bidart	15.000
Instituto de Surdos Mudos — Porto Alegre	10.000
União Operária 1.º de Maio — Alegrete	20.000
Asilo São Vicente de Paulo — Alegrete	10.000
União dos Trabalhadores Castilhenses — Júlio de Castilhos	5.000
Leia-se:	
Ação de Recuperação Social — Caxias do Sul	10.000
Abrigo de Menores São Tomé — São Francisco de Assis	30.000
Escola Coração de Maria — Santa Maria	15.000
Escola Paroquial Santa Terezinha, pertencente à Congregação de Nossa Senhora — Ibirubá	10.000

Fundação Orfanato Bidart Bagé	15.000
Instituto Santa Luzia (surdos e mudos) — Porto Alegre	10.000
Sociedade União Operária 1.º de Maio — Alegrete . .	20.000
Conferência São Vicente de Paulo — Alegrete	10.000
Fundação Leão XIII, para os trabalhadores castilhen- ses — Júlio de Castilho . .	5.000

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 22 de agosto de 1957; 136.ª da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK

Mário Meneghetti

Clovis Salgado

João de Oliveira Castro Viana Júnior.

LEI N.º 3.250 — DE 22 DE AGOSTO DE 1957

Altera dispositivos da Lei n.º 1.295, de 27 de dezembro de 1950, que estabelece normas para o registro de diplomas expedidos pelos estabelecimentos de ensino.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O § 1.º do art. 3.º da Lei n.º 1.295, de 27 de dezembro de 1950, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 3.º

§ 1.º Feito regularmente o curso, os órgãos competentes do Ministério da Educação e Cultura aporão visto aos documentos escolares dando ciência do fato ao estabelecimento reme- tente”.

Art. 2.º O parágrafo único do artigo 4.º da Lei n.º 1.295, de 27 de

dezembro de 1950, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 4.º

Parágrafo único. Com o certificado ou o diploma de conclusão do curso, o diretor do estabelecimento enviará, devidamente autenticado, à repartição incumbida do exame da regularidade legal do curso, o histórico escolar, minucioso e completo, para rápida solução do registro. No tocante ao curso secundário exigir-se-á, apenas, referência ao ofício que comunicou a sua regularidade".

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 22 de agosto de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK

Clóvis Salgado

LEI N.º 3.251 — DE 26 DE AGOSTO
DE 1957

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 2.500.000,00 como auxílio à União dos Escoteiros do Brasil pela realização do Ajuri Nacional Escoteiro e da IV Conferência Escoteira Interamericana e para participação dos Escoteiros Brasileiros no IX Jamboree Mundial de Escoteiros.

O Presidente da República faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil cruzeiros), como auxílio à União dos Escoteiros do Brasil pela realização no Rio de Janeiro, do Ajuri Nacional Escoteiro e da IV Conferência Escoteira Interamericana e para participação dos Escoteiros Brasileiros no IX Jamboree Mundial de Escoteiros na Inglaterra.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 26 de agosto de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK

Clóvis Salgado

João de Oliveira Castro
Vianna Júnior

LEI N.º 3.252 — DE 27 DE AGOSTO
DE 1957

Regulamenta o exercício da profissão de Assistente Social

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É livre em todo o território nacional o exercício da profissão de assistente social, observando-se as disposições da presente lei.

Art. 2.º Poderão exercer a profissão de Assistente Social:

a) os possuidores de diploma expedido no Brasil por escolas de Serviço Social oficiais ou reconhecidas pelo Governo Federal, nos termos da Lei n.º 1.889, de 13 de junho de 1953;

b) os diplomados por escolas estrangeiras, reconhecidas pelas leis do país de origem, cujos diplomas tenham sido revalidados de conformidade com a legislação em vigor;

c) os agentes sociais qualquer que seja sua denominação, com funções nos vários órgãos públicos, segundo o disposto no art. 14 e seu parágrafo da Lei n.º 1.889, de 13 de junho de 1953.

Parágrafo único. Vetado.

Art. 3.º São atribuições dos assistentes sociais:

a) direção de escolas de Serviço Social;

b) ensino das cadeiras ou disciplinas de serviço social;

c) direção e execução do serviço social em estabelecimentos públicos e particulares;

d) aplicação dos métodos e técnicas específicas do serviço social na solução de problemas sociais.

Art. 4.º Só assistentes sociais poderão ser admitidos para chefia e execução do serviço social em estabelecimentos públicos, paraestatais, autárquicos e de economia mista.

Parágrafo único. Em caráter precário, até 31 de dezembro de 1960, poderão ser admitidos para o Serviço Social, nos vários órgãos públicos, paraestatais, autárquicos e de economia mista, candidatos não diplomados, desde que estejam cursando o 3.º ano de Escola de Serviço Social. Após essa data, o preenchimento das vagas se fará mediante concurso de conformidade com o disposto neste artigo.

Art. 5.º Nas escolas oficiais de Serviço Social, que se criarem, apenas Assistentes Sociais poderão assumir os cargos docentes, de direção, secretaria e supervisão, excetuando-se, no caso do ensino, as cadeiras ou disciplinas que pelo seu programa, possam ou devam ser ensinadas por outros profissionais.

Art. 6.º O disposto nos artigos anteriores se praticará sem prejuízo da observância das normas relativas ao provimento das cátedras de ensino e da legislação geral sobre os funcionários públicos civis da União.

Art. 7.º Vetado.

Art. 8.º Dentro do prazo de 90 (noventa) dias, a partir da data da publicação da presente lei, o Poder Executivo baixará a sua regulamentação.

Art. 9.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 27 de agosto de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHER,

Nereu Ramos.

Antonio Alves Câmara.

Henrique Lott.

José Carlos de Macedo Soares.

João de Oliveira Castro Viana Junior.

Lucio Meira.

Mario Meneghetti.

Clovis Salgado.

Parsifal Barroso.

Francisco de Melo.

Mauricio de Medeiros.

LEI N.º 3.253 — DE 27 DE AGOSTO DE 1957

Cria cédulas de crédito rural, e dá outras providências

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DAS CÉDULAS DE CRÉDITO RURAL

Art. 1.º Os empréstimos bancários concedidos às pessoas físicas ou jurídicas, que se dediquem às atividades agrícolas ou pecuárias, poderão ser efetuados por meio da cédula de crédito rural, nos termos desta lei.

Parágrafo único. É facultado o uso da cédula para os empréstimos em dinheiro, efetuados aos seus cooperados pelas cooperativas de produção ou venda de gêneros de origem agrícola ou pecuária.

Art. 2.º A cédula de crédito rural é uma promessa de pagamento em dinheiro, com ou sem garantia real, sob os seguintes tipos e denominações:

- I. Cédula rural pignoratícia.
- II. Cédula rural hipotecária.
- III. Cédula rural pignoratícia e hipotecária.
- IV. (Vetado).

§ 1.º Para a constituição da garantia real por meio das cédulas mencionadas nos incisos I, II e III deste artigo, é dispensada a outorga uxória, não se exigindo também esta para a circulação da cédula.

§ 2.º. Em caso de cobrança judicial, porém, a execução não se dará sem citação inicial da mulher quando casado fôr o emitente da cédula, sob pena de nulidade absoluta do processo.

SEÇÃO I

Da cédula rural pignoratícia

Art. 3.º. A cédula rural pignoratícia conterá os seguintes requisitos, lançados por extenso no seu contexto:

- I. A data do pagamento.
- II. A denominação "cédula rural pignoratícia".
- III. O nome do credor e a cláusula à ordem.
- IV. A soma a pagar em dinheiro, com indicação do fim a que se destina o valor recebido e a forma de utilização.
- V. A descrição dos bens vinculados em penhor rural, por meio de simples indicação de sua espécie, qualidade, quantidade, marca ou período de produção, se fôr o caso, além do local de situação ou depósito.
- VI. A taxa do desconto ou dos juros a pagar, bem como a da comissão de fiscalização, se houver, mencionando o tempo das respectivas prestações.
- VII. A praça de pagamento.
- VIII. A data e o lugar da emissão.
- IX. A assinatura do próprio punho do emitente ou de mandatário especial.

§ 1.º. Podem ser vinculados à cédula quaisquer dos bens susceptíveis de penhor rural, inclusive gêneros oriundos da produção animal.

§ 2.º. A aplicação do valor emprestado poderá ser ajustado em orçamento assinado pelo emitente da cédula e que a esta se integrará, em uma só via, rubricada pelo credor, da qual deverá constar, também por escrito, qualquer alteração posterior que mutuante e mutuário porventura admitirem.

§ 3.º. Se o empréstimo fôr concedido para utilização parcelada, o banco ou a cooperativa mutuante abrirá com o valor emprestado uma conta especial, vinculada ao título e que o emitente movimentará, em forma gráfica simples, por meio de cheque ou recibo de sua assinatura, nos termos e épocas fixados no orçamento a que se refere o parágrafo anterior.

§ 4.º. Sempre que fôr estabelecida a utilização parcelada prevista no parágrafo anterior, é ressalvado ao credor o direito de recusar a entrega de qualquer prestação se, ao seu tempo, houver o devercor faltado ao cumprimento do disposto no orçamento de aplicação ou nesta lei.

§ 5.º. Se o empréstimo fôr destinado à aquisição de bens que devam integrar a garantia, lavrar-se-á menção adicional à cédula para efeito da averbação no registro.

§ 6.º. Em caso de mais de um empréstimo, sempre que forem os mesmos o credor o devedor e os bens apenhados, a vinculação destes nas cédulas posteriores se fará por simples extensão, no texto destas, do penhor já constituído, sem prejuízo de outras garantias.

Art. 4.º. A cédula rural pignoratícia é título civil, líquido e certo, sendo exigível pela soma dela constante, além dos juros vencidos com dedução de quaisquer pagamentos parciais ou parcelas porventura não utilizadas pelo devedor, voluntariamente ou em virtude da retenção admitida no parágrafo 4.º do artigo 3.º desta lei.

Art. 5.º. Continuam em vigor as disposições da Lei n.º 492, de 30 de agosto de 1937, relativas ao penhor rural, no que não colidirem com a presente lei.

SEÇÃO II

Da cédula rural hipotecária

Art. 6.º É instituída a cédula rural hipotecária, como forma de constituição direta da hipoteca de imóveis rurais outorgada em garantia dos empréstimos bancários a que se refere o art. 1.º desta lei, ressalvada a faculdade de uso da escritura pública.

Parágrafo único. Observada a denominação de cédula rural hipotecária, bem como a descrição do imóvel hipotecado pelo seu nome, se houver, confrontações, superfície benfeitorias, data da aquisição, número de transcrição imobiliária, livro e folhas de respectivo registro imobiliário, aplicam-se ao título constante deste artigo os requisitos, normas e princípios do capítulo I, seção I, desta lei, exceto os que somente concernem ao penhor.

Art. 7.º A cédula rural hipotecária subordina-se aos princípios da legislação civil sobre a hipoteca, ressalvado o disposto no § 1.º do art. 2.º desta lei.

SEÇÃO III

Da cédula rural pignoratícia e hipotecária

Art. 8.º Sempre que o empréstimo receber a garantia conjunta do penhor e da hipoteca poderá ser usada a cédula rural pignoratícia e hipotecária, que fica também estabelecida como título de constituição desses dois direitos reais observado o disposto no Capítulo I, Seções I e II, e nos arts. 11 e 13 do Capítulo II desta lei.

SEÇÃO IV

Da nota de crédito rural

Art. 9.º (Vetado).

§ 1.º (Vetado).

§ 2.º (Vetado).

§ 3.º (Vetado).

§ 4.º (Vetado).

§ 5.º (Vetado).

CAPÍTULO II

Da inscrição e cancelamento da cédula rural

Art. 10. A cédula rural pignoratícia (Vetado) para valer contra terceiros, serão inscritos na Coletoria ou repartição arrecadadora federal a cuja jurisdição estiver subordinado o domicílio do devedor.

§ 1.º A inscrição a que se refere este artigo será feita sob número de ordem sucessiva e transcrição integral do título pelo funcionário competente, em livro próprio, denominado "Registro de Cédulas de Crédito Rural" observada a preferência, na forma estatuída pelo art. 202 do Decreto n.º 4.857, de 9 de novembro de 1939.

§ 2.º A cada distrito municipal deverá corresponder um livro, para inscrição dos títulos emitidos pelos devedores al domiciliados.

§ 3.º A inscrição será anotada no verso da cédula (Vetado) e, sem quaisquer outras custas ou emolumentos, está sujeita aos seguintes ônus;

1. Por mil cruzeiros (Cr\$ 1.000,00) ou fração, em selo proporcional, pago por meio de verba:

a) dois cruzeiros (Cr\$ 2,00) nas cédulas (Vetado) até duzentos e cinquenta mil cruzeiros (Cr\$ 250.000,00);

b) quatro cruzeiros (Cr\$ 4,00) nas cédulas (Vetado) que excederem de duzentos e cinquenta mil cruzeiros (Cr\$ 250.000,00) e não ultrapassarem de um milhão de cruzeiros (Cr\$ 1.000.000,00);

c) cinco cruzeiros (Cr\$ 5,00) nas cédulas (Vetado) de importância superior a um milhão de cruzeiros (Cr\$ 1.000.000,00);

II. Emolumentos devidos ao coletor ou ao chefe da repartição arrecadadora competente para a inscrição e remuneratórios dos seus serviços:

a) vinte cruzeiros (Cr\$ 20,00) pelas cédulas (Vetado) de valor até duzentos mil cruzeiros (Cr\$ 200.000,00);

b) quinze cruzeiros (Cr\$ 15,00) por cem mil cruzeiros (Cr\$ 100.000,00) ou fração excedente de duzentos mil cruzeiros (Cr\$ 200.000,00) até quinhentos mil cruzeiros (Cr\$ 500.000,00);

c) trinta cruzeiros (Cr\$ 30,00) por cem mil cruzeiros (Cr\$ 100.000,00) ou fração excedente de quinhentos mil cruzeiros (Cr\$ 500.000,00) e até um milhão de cruzeiros (Cr\$ 1.000.000,00);

d) cinquenta cruzeiros (Cr\$ 50,00) por cem mil cruzeiros (Cr\$ 100.000,00) ou fração excedente de um milhão de cruzeiros (Cr\$ 1.000.000,00) e até um milhão e quinhentos mil cruzeiros (Cr\$ 1.500.000,00);

e) cem cruzeiros (Cr\$ 100,00) e até o máximo de cinco mil cruzeiros (Cr\$ 5.000,00) por cem mil cruzeiros (Cr\$ 100.000,00) ou fração excedente de um milhão e quinhentos mil cruzeiros (Cr\$ 1.500.000,00).

§ 4.º. O endosso posterior à inscrição será averbado à margem desta, sob pagamento da taxa fixa de dez cruzeiros (Cr\$ 10,00).

§ 5.º. Para a validade da anotação aludida no parágrafo anterior, é preciso que ela contenha o número de ordem, livro e folhas da inscrição, sob a assinatura do funcionário ou chefe da coletoria ou repartição exatora.

§ 6.º. É dispensada a averbação dos endossos feitos por bancos em operações de redesconto ou caução.

Art. 11. Cancela-se a inscrição da cédula de crédito rural mediante simples averbação, pelo funcionário competente, da quitação do credor originário ou do último endossatário, se houver, lançada no título ou em separado, nesta hipótese com a firma reconhecida, se o documento for particular, salvo os casos de baixa por consignação devidamente julgada por sentença judicial.

§ 1.º. Constarão da averbação, que pagará a taxa fixa de dez cruzeiros (Cr\$ 10,00), o dia, mês e ano da quitação, nome do credor e do tabelião que fizer o reconhecimento da firma, e a data desta, além de outros característicos.

§ 2.º. O cancelamento será anotado na cédula sob a assinatura do funcionário competente.

Art. 12. As certidões negativas ou afirmativas de ônus fiscais, expedidas pelas coletorias ou repartições arrecadadoras aludidas no art. 10 desta lei, deverão mencionar, obrigatoriamente, qualquer inscrição de cédula de crédito rural constante do livro próprio e ainda não cancelada.

Parágrafo único. Os oficiais do Registro Geral de Imóveis não poderão inscrever, sob pena de nulidade do ato, qualquer escritura de constituição de penhor rural a partir da entrada desta lei em vigor, sem a apresentação de certidão negativa de inscrição da cédula rural pignoratícia sobre os mesmos bens.

Art. 13. A inscrição da cédula rural hipotecária será feita no Registro de Imóveis e Hipotecas, com as reduções previstas no art. 34 da Lei n.º 492, de 30 de agosto de 1937, art. 2.º do Decreto-lei n.º 221, de 27 de janeiro de 1938, e §§ 1.º e 2.º, art. 2.º, do Decreto-lei n.º 2.612, de 20 de setembro de 1940.

Art. 14. Os livros de "Registro de Cédulas de Crédito Rural" estão sujeitos a correção obrigatória, pelo menos uma vez por semestre, dos juizes de direito das respectivas comarcas.

CAPÍTULO III

Da promissória rural.

Art. 15. As vendas a prazo de quaisquer bens de natureza agrícola ou pastoril, quando efetuadas diretamente por produtores ou proprietários rurais, serão documentadas pela promissória rural, nos termos desta lei.

Art. 16. A promissória rural constitui promessa de pagamento em dinheiro, assegurado pela consignação dos bens ou do seu equivalente em espécie.

Parágrafo único. Em caso de desaparecimento dos bens ou do seu equivalente em espécie, gozará a promissória rural dos privilégios enumerados no art. 1.563 do Código Civil.

Art. 17. A promissória rural, que goza das garantias da letra de câmbio, conterà os seguintes requisitos, lançados por extenso, no seu contexto:

- I. A data do pagamento.
- II. A denominação "promissória rural".
- III. O nome do vendedor a quem deve ser paga e a cláusula a ordem.
- IV. A praça do pagamento.
- V. A soma a pagar em dinheiro, com indicação da taxa de juros, se houver, e dos bens objeto da compra e venda.
- VI. A data e o lugar da emissão.
- VII. A assinatura de próprio punho do comprador emitente ou de mandatário especial.

Parágrafo único. A promissória rural, sujeita ao selo proporcional, pago por verba, observará o modelo anexo a esta lei.

Art. 18. Cabe ação executiva para a cobrança da promissória rural.

§ 1.º Em qualquer hipótese, será também citado o comprador, para os fins da consignação prevista pelo art. 16:

§ 2.º Se houver consignação a venda dos bens se fará nos termos previstos no art. 19 e seus parágrafos, assegurada ao credor a multa a que se refere o art. 22.

CAPÍTULO IV

DO PROCESSO DE COBRANÇA DA CÉDULA RURAL

Art. 19. Vencida e não paga a cédula rural pignoratícia, assiste ao credor o direito de promover o sequestro dos bens apenhadados, em poder do devedor ou de quem estiverem, dando-se ao processo, daí por diante, o rito da ação executiva, observado, porém, desde logo, o disposto nos arts. 704 e 705 do Código de Processo Civil.

§ 1.º Efetuado o sequestro e não havendo ajuste para a venda, esta se fará em leilão público, nos termos dos arts. 704 e 705 do Código de Processo Civil, salvo se o credor preferir realizá-la, em data à sua escolha, pelo preço do dia, quando se tratar de mercadoria cotada em Bolsa ou Mercado.

§ 2.º Será devolvido ao devedor o saldo que resultar da venda e, se insuficiente o produto desta para a liquidação da dívida, prosseguir-se-á, por via executiva, na cobrança do remanescente.

Art. 20. A cobrança da cédula rural hipotecária (Vetado) se fará pela ação executiva, nos termos do Código do Processo Civil.

Art. 21. Adotar-se-á, também, a ação executiva para a cobrança da cédula rural pignoratícia e hipotecária, previsto no art. 8.º desta lei, sem prejuízo de se promoverem, desde logo, nos mesmos autos, o sequestro e a venda dos bens constitutivos do penhor, na forma do art. 19 e seus parágrafos.

Art. 22. O despacho à petição inicial da ação de cobrança, mesmo em processo administrativo, assegura ao credor o direito de receber a multa de dez por cento (10%) sobre o principal e acessórios devidos.

Art. 23. A falta de cumprimento de qualquer das obrigações do devedor, ou pela ocorrência de algum dos casos de antecipação legal do

vencimento, poderá o credor considerar vencida a cédula de crédito rural e exigir o total da dívida, independentemente de aviso judicial ou interpelação extra-judicial.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 24. O emitente da cédula de crédito rural, (Vetado) fica obrigado a manter rigorosamente em dia o pagamento dos trabalhadores rurais e dos impostos e quaisquer contribuições devidos pelos bens da exploração financiada e, ainda, a aplicar a soma emprestada aos fins constantes do título, assistindo ao credor o direito de exercer, como julgar conveniente, ampla fiscalização sobre as atividades objeto do financiamento e a utilização deste na forma ajustada.

Art. 25. Enquanto não for paga a cédula rural, pignoratícia ou hipotecária, a venda dos bens apenados ou imóveis hipotecados só será válida se o credor anuir, por escrito, previamente.

Art. 26. Se os bens constitutivos da garantia serão segurados contra todos os riscos a que possam estar sujeitos e forem objeto de seguro, até final liquidação da dívida, expedindo-se a apólice à ordem do credor.

Parágrafo único. Sempre que o imóvel objeto da garantia real for matriculado no Registro Torrens ser-lhe-a assegurada preferência sobre quaisquer outros, no Banco do Brasil para a constituição de crédito.

Art. 27. O endossante da cédula de crédito rural responde apenas pelo saldo devedor do título, sempre que tiver havido amortização, devendo constar do endosso, neste caso, o valor líquido da transferência.

Art. 28. Se os bens vinculados à cédula de crédito rural pertencerem a terceiro, mencionar-se-á essa circunstância, assinando ele o título juntamente com o emitente, para os fins de confirmação da respectiva outorga.

Art. 29. Aplicam-se as cedulas de crédito rural estabelecidas nesta lei, desde que inscritas, o princípio do § 2.º do art. 18 da Lei n.º 492, de 30 de agosto de 1937, e as disposições do Decreto-lei n.º 1.003, de 29 de dezembro de 1938, bem como todas as garantias da letra de câmbio, dispensado, porém, o protesto para assegurar o direito regressivo contra os endossantes e seus avalistas.

Art. 30. As cedulas de crédito rural bem como a promissória rural criadas nesta lei, de prazo não superior a um (1) ano, são redescontáveis na Carteira de Redescontos do Banco do Brasil S. A., (Vetado).

§ 1.º (Vetado).

§ 2.º Os títulos provenientes dos financiamentos rurais a que se refere o parágrafo anterior são igualmente redescontáveis, dentro dos limites normais de cada estabelecimento.

§ 3.º (Vetado).

§ 4.º A taxa do desconto previsto neste artigo será fixada pela Superintendência da Moeda e do Crédito, (Vetado).

§ 5.º Se o empréstimo constante da cédula for utilizável em parcelas na forma prevista no art. 3.º, §§ 3.º e 4.º, o desconto far-se-á também parceladamente, após cada utilização e mediante prova de entrega, ao emitente, da respectiva parcela.

Art. 31. A cédula de crédito rural está isenta do imposto do selo (Vetado).

Parágrafo único. A isenção estabelecida neste artigo compreende os atos de cessão, transferência, endosso ou caução da cédula, qualquer que seja o seu valor.

Art. 32. (Vetado).

Parágrafo único. (Vetado).

Art. 33. O prazo do penhor agrícola é fixado em três anos, prorrogável por mais três, e o do penhor pecuário em quatro anos, com prorrogação por igual período e, embora vencidos, permanece a garantia, enquanto subsistirem os bens que a constituem.

§ 1.º A prorrogação deve ser averbada à margem da inscrição respectiva, mediante simples requerimento do credor e devedor ao oficial do registro, ou sob aditivo de recomposição e ratificação da garantia.

§ 2.º Nos empréstimos garantidos por culturas de ciclo vegetativo superior a dois ou mais anos, e nos destinados à criação e recriação de gado bovino, considerar-se-á prorrogado o prazo da cédula rural pignoratícia, sucessivamente e por períodos anuais, até o máximo admitido para o penhor agrícola e o pecuário, com as prorrogações deste artigo, a partir da data de emissão, desde que, cumpridas todas as mais obrigações do mutuário e mantido o primitivo valor das garantias, o principal da dívida se reduza, ao fim de cada ano, da amortização percentual que for estabelecida no título, sobre o total utilizado.

§ 3.º Na hipótese de ocorrência da prorrogação prevista neste artigo, caberá ao credor, antes de se operar o vencimento, dar aviso ao devedor, pagando por verba bancária, à conta e ordem deste, o selo devido pelos acessórios durante a dilação, logo receba a devida amortização.

§ 4.º Sempre que se tratar da vinculação de bens em penhor pecuário, será admitida qualquer menção adicional à cédula rural pignoratícia para o fim de substituição ou alteração dos animais apenhados, inclusive quanto às crias, feita a devida averbação do aditivo no registro a que se refere o art. 10 desta lei.

Art. 34. As cédulas de crédito rural instituídas por esta lei obedecerão aos modelos anexos, de ns. 1 a 5.

Art. 35. (Vetado).

Rio de Janeiro, em 27 de agosto de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK.

Nereu Ramos.

João de Oliveira Castro Viana Junior.

Mario Meneghetti.

Parsifal Barroso.

MODELO N.º 1

PROMISSÓRIA RURAL

Aos de de 19....., por
esta Promissória Rural, pagar a
.....
ou à sua ordem, na praça de
a quantia
.....
acrescida do juro anual de (%), valor
da compra que lhe fiz dos seguintes produtos de sua
propriedade:
.....
.....

(Data e assinatura do comprador-emitente).

MODELO 2

CÉDULA RURAL PIGNORATÍCIA

N.º

Vencimento em de de 19...

Cr\$

A de de 19... pagar por esta cédula

rural pignoratícia a

..... ou à sua ordem, a quantia de

..... em moeda corrente, valor recebido para financiamento de

..... e que será utilizado do seguinte modo

Os juros são devidos a taxa de ao ano e pagáveis em

sendo de a comissão de fiscalização, exigível em

O pagamento será efetuado na praça de

Os bens vinculados são os seguintes:

MODELO 2-verso

A blank sheet of lined paper with horizontal ruling lines, framed by a decorative border. The lines are evenly spaced and cover the majority of the page area.

Formato 22 x 33 - Verso

MODELO 3

CÉDULA RURAL HIPOTECÁRIA

N.º Vencimento em de de 19...

Cr\$

A de de 19... pagar por esta cédula

rural hipotecária a

..... ou à sua ordem, a quantia de

.....

.....

em moeda corrente, valor recebido para financiamento de

.....

e que será utilizado do seguinte modo :

.....

.....

.....

.....

.....

Os juros são devidos a taxa de ao ano e pagáveis em

.....

sendo de a comissão de fiscalização, exigível em

.....

.....

.....

O pagamento será efetuado na praça de

.....

.....

.....

Os bens vinculados são os seguintes :

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

MODELO 3 — Verso

MODELO 4

CÉDULA RURAL PIGNORATÍCIA E HIPOTECÁRIA

N.º

Vencimento em de de 19...

Cr\$

A de de 19.. pagar por esta cédula
rural pignoratícia e hipotecária a

..... ou à sua ordem, a quantia de

em moeda corrente, valor recebido para financiamento de

e que será utilizado do seguinte modo

Os juros são devidos a taxa de ao ano e pagáveis em

sendo de a comissão de fiscalização, exigível em

O pagamento será efetuado na praça de

Os bens vinculados são os seguintes :

MODELO 4-verso

MODELO 5

NOTA DE CRÉDITO RURAL

N.º

Vencimento em de de 19...

Cr\$ _____

A de de 19... pagar por esta nota
de crédito rural

..... ou à sua ordem, a quantia de

em moeda corrente, valor recebido para financiamento de

.....

e que será utilizado do seguinte modo :

.....

.....

.....

.....

Os juros são devidos à taxa de ao ano e pagáveis em

.....

sendo de a comissão de fiscalização, exigível em

.....

.....

O pagamento será efetuado na praça de

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

Formato 22 x 33

MODELO 5 — Verso

LEI N.º 3.254 — DE 2 DE SETEMBRO
DE 1957

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 17.242.933,60, destinado a atender ao pagamento de salários e à indenização devidos aos antigos servidores transferidos da Southern Brazil Lumber and Colonization Company para aquele Ministério.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 17.242.933,60 (dezessete milhões, duzentos e quarenta e dois mil, novecentos e trinta e três cruzeiros e sessenta centavos), destinado ao pagamento, no exercício de 1955, de salários e à indenização devidos aos antigos servidores da Southern Brazil Lumber and Colonization Company transferidos para aquele Ministério, que têm assegurada estabilidade no serviço público e estão amparados pela legislação trabalhista.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 2 de setembro de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKEK.

Henrique Teixeira Lott.

João de Oliveira Castro Viana Jr.

LEI N.º 3.255 — DE 2 DE SETEMBRO
DE 1957

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 500.000,00 para auxiliar a realização do I Congresso de Jornalistas Sul Rio-Grandenses.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério

da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros) para auxiliar a realização do I Congresso de Jornalistas Sul Rio-Grandenses, na cidade de Livramento, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 2 de setembro de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKEK.

Clovis Salgado.

João de Oliveira Castro Viana Jr.

LEI N.º 3.256 — DE 2 DE SETEMBRO
DE 1957

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 20.437,10, para atender ao pagamento da indenização devida aos herdeiros de José Silvino Soares, ex-servidor da Estrada de Ferro Dona Teresa Cristina.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 20.437,10 (vinte mil quatrocentos e trinta e sete cruzeiros e dez centavos), destinado ao pagamento da indenização devida aos herdeiros do ex-servidor da Estrada de Ferro Dona Teresa Cristina, José Silvino Soares, morto em consequência de acidente ocorrido em 29 de dezembro de 1945, quando em serviço naquela Estrada, e fixada em sentença judicial.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 2 de setembro de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKEK.

Lucio Meira.

João de Oliveira Castro Viana Jr.

LEI N.º 3.257 — DE 2 DE SETEMBRO
DE 1957

Modifica o artigo 27 e seus parágrafos da Lei n.º 2.004, de 3 de outubro de 1953 (dispõe sobre a política nacional do petróleo e define as atribuições do Conselho Nacional do Petróleo; institui a Sociedade por ações Petróleo Brasileiro Sociedade Anônima, e dá outras providências).

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O art. 27 e seus parágrafos da Lei n.º 2.004, de 3 de outubro de 1953 (dispõe sobre a política nacional do petróleo e define as atribuições do Conselho Nacional do Petróleo, institui a Sociedade por ações Petróleo Brasileiro Sociedade Anônima, e dá outras providências), passam a ter a seguinte redação:

“Art. 27. A sociedade e suas subsidiárias ficam obrigadas a pagar indenização correspondente a 4% (quatro por cento) sobre o valor do óleo extraído ou do xisto ou do gás aos Estados e Territórios onde fizerem a lavra do petróleo e xisto betuminoso e a extração de gás, de indenização de 1% (um por cento) aos Municípios onde fizerem a mesma lavra ou extração.

§ 1.º Os valores do óleo e do xisto betuminoso serão fixados pelo Conselho Nacional do Petróleo.

§ 2.º Será efetuado trimestralmente o pagamento de que trata este artigo.

§ 3.º Os Estados, Territórios e Municípios deverão aplicar os recursos fixados neste artigo, preferentemente, na produção da energia elétrica e na pavimentação de rodovias”.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 2 de setembro de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE.

Nereu Ramos.

Antonio Alves Câmara.

Henrique Lott.

José Carlos de Macedo Soares.

João de Oliveira Castro Viana Jr.

Lucio Meira.

Mário Meneghetti.

Clovis Salgado.

Parsifal Barroso.

Francisco de Melo.

Maurício C. Medeiros.

LEI N.º 3.258 — DE 5 DE SETEMBRO
DE 1957

Concede isenção de direitos de importação, taxas aduaneiras e de imposto de consumo para a maquinaria e mais equipamentos destinados à instalação da Usina Termoeletrica de Força e Luz do Pará S. A.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É concedida isenção de direitos de importação, taxas aduaneiras, exceto a de previdência social, e imposto de consumo, para a maquinaria e mais equipamentos destinados à instalação da Usina Termoeletrica de Força e Luz do Pará S. A.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 5 de setembro de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE.

José Maria Alkmim.

LEI N.º 3.259 — DE 6 DE SETEMBRO
DE 1957

Concede isenção de direitos aduaneiros de importação para a penicilina injetável, importada até 31 de dezembro de 1947.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É concedida isenção de direitos aduaneiros de importação para a penicilina injetável, importada até 31 de dezembro de 1947.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 6 de setembro de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHER.

José Maria Alkmim.

LEI N.º 3.260 — DE 11 DE SETEMBRO
DE 1957

Autoriza o Poder Executivo a mandar estudar, projetar, orçar e construir as obras de melhoramento e equipar os portos de Itacatiara no rio Amazonas e São Paulo de Olivença e Fonte Boa, no rio Solimões, no Estado do Amazonas.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a mandar estudar, projetar, orçar e construir as obras de melhoramento e equipar os portos de Itacatiara, no rio Amazonas, e São Paulo de Olivença e Fonte Boa, no rio Solimões, no Estado do Amazonas, no menor prazo possível, solicitando para, esse fim, oportunamente, do Congresso, o crédito necessário.

Art. 2.º As despesas de estudos e elaboração dos projetos de que trata o artigo anterior correrão por conta da verba global do Departamento Nacional de Portos Rios e Canais, consignada na lei orçamentária para esse fim, devendo constar cada projeto de

uma ponte de atracação equipada com um guindaste.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 11 de setembro de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHER.

Lucio Meira.

LEI N.º 3.261 — DE 11 DE SETEMBRO
DE 1957

Abre o crédito especial de Cr\$.... 1.000.000,00 à Liga Brasileira Contra a Epilepsia.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O Poder Executivo abrirá, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros) à Liga Brasileira Contra a Epilepsia, com sede no Distrito Federal.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 11 de setembro de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHER.

Maurício de Medeiros.

LEI N.º 3.262 — DE 16 DE SETEMBRO
DE 1957

Dispensa do recolhimento dos Depósitos Compulsórios, Depósitos de Garantia e Certificado de Equipamento, os contribuintes que tenham processos de lançamento pendentes de decisão.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º São dispensados do recolhimento do Depósito Compulsório e

da retenção, de que tratam as letras *b* e *c* do art. 14 do Decreto-lei número 9.159, de 10 de abril de 1946, todos os contribuintes que, a data da vigência desta lei, tenham os seus processos de lançamento dos exercícios de 1946 e 1947 pendentes de decisão na jurisdição fiscal, administrativa ou judiciária.

Parágrafo único. São igualmente dispensados das obrigações referidas neste artigo os contribuintes que estiverem em débito com os Recolhimentos de "Depósitos Compulsórios" lançados, desde que requeiram o pagamento da multa de mora devida pela inobservância dos prazos das notificações emitidas até a vigência desta lei.

Art. 2.º É liberada, imediata e integralmente, a parcela de lucros retida em poder da empresa, nos termos da letra *b* do art. 14 do Decreto-lei n.º 9.159, de 10 de abril de 1946. (vetado).

Art. 3.º Os processos de revisão limitar-se-ão ao lançamento da parcela correspondente ao imposto adicional de renda, a que se refere a letra "a" do art. 14 do Decreto-lei n.º 9.159, de 10 de abril de 1946.

§ 1.º — (Vetado).

§ 2.º — (Vetado).

Art. 4.º Para os lançamentos do imposto de renda dos exercícios de 1943, 1944 e 1945, feitos a partir da publicação desta lei, é dispensada a subscrição compulsória de Obrigação de Guerra, de que trata o Decreto-lei n.º 4.789, de 5 de outubro de 1942, modificado pelo n.º 6.455, de 29 de abril de 1944.

Art. 5.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 16 de setembro de 1957, 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK -
José Maria Alkmim.

LEI N.º 3.263 — DE 17 DE SETEMBRO DE 1957

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 1.367.198,00, destinado a regularizar as despesas com a participação do Brasil na XI Reunião das Altas Partes Contratantes do Acôrdo Geral sobre Tarifas e Comércio, em Genebra, Suíça.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 1.367.198,00 (um milhão trezentos e sessenta e sete mil, cento e noventa e oito cruzeiros), destinado a regularizar as despesas com a participação do Brasil na XI Reunião das Altas Partes Contratantes do Acôrdo Geral sobre Tarifas e Comércio, realizada em Genebra, Suíça, em outubro de 1956.

Art. 2.º O crédito especial a que se refere o art. 1.º será automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de setembro de 1957: 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK

José Maria Alkmim

LEI N.º 3.264 — DE 19 DE SETEMBRO DE 1957

Retifica, sem ônus, a Lei n.º 3.032, de 19 de dezembro de 1956, que autoriza a abertura de créditos especiais a diversos órgãos do Poder Executivo.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É feita a seguinte retificação na Lei n.º 3.032, de 19 de de-

zembro de 1956, que autoriza a abertura de créditos especiais a diversos órgãos do Poder Executivo:

Ministério da Viação e Obras Públicas

Onde se lê:

15) Para pagamento a servidores do Departamento dos Correios e Telégrafos de diferença de vencimentos e outras vantagens, referentes ao exercício de 1957 — Cr\$ 22.289.533,80.

Leia-se:

15) Para pagamento a servidores do Departamento dos Correios e Telégrafos de diferença de vencimentos e outras vantagens, referentes aos exercícios de 1951, 1952, 1953 e 1954 — Cr\$ 22.289.533,80.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 19 de setembro de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE.

Lucio Meira,
José Maria Alkmim.

LEI N.º 3.265 — DE 22 DE
SETEMBRO DE 1957

Modifica disposições da Consolidação das Leis do Trabalho

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O art. 534, da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 534. É facultado aos sindicatos, quando em número não inferior a 5 (cinco), desde que representem a maioria absoluta de um grupo de atividades ou profissões, idênticas, similares ou conexas organizarem-se em federação.

§ 1.º Se já existir federação no grupo de atividades ou profissões em que deva ser constituída a nova entidade, a criação desta não poderá recair a menos de 5 (cinco) o número de sin-

dicatos que àquela devam continuar filiados”.

Art. 2.º Os atuais parágrafos 1.º e 2.º, do art. 534, passarão a ser, respectivamente, 2.º e 3.º.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 22 de setembro de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

Persifal Barroso

LEI N.º 3.266 — DE 25 DE SETEMBRO
DE 1957

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Espírito Santo — o crédito especial de Cr\$ 175.000,00 para atender ao pagamento de gratificação adicional por tempo de serviço aos servidores da Secretaria daquele Tribunal, no exercício de 1956.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Espírito Santo — o crédito especial de Cr\$ 175.000,00 (cento e setenta e cinco mil cruzeiros), destinado a atender ao pagamento de gratificação adicional por tempo de serviço aos servidores da Secretaria daquele Tribunal, no exercício de 1956.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 25 de setembro de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE.

Nereu Ramos.

José Maria Alkmim.

LEI N.º 3.267 — DE 25 DE SETEMBRO DE 1957

Estende os benefícios da Lei número 1.782, de 24 de dezembro de 1952, aos subtenentes e sargentos que, nessas graduações, participaram da campanha da Itália com a F.E.B. e se encontram habilitados com o curso de comandante de pelotão, seção ou equivalente, e dá outras providências.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º São extensivos os benefícios da Lei n.º 1.782, de 24 de dezembro de 1952, aos subtenentes e sargentos que tendo participado da campanha da Itália, em qualquer dessas graduações, são portadores de

Medalhas de Campanha e já se habilitaram com o curso de Comandante de Pelotão, Seção ou equivalente, ou venham a fazê-lo dentro de 3 (três) anos a contar da publicação da presente Lei.

Art. 2.º Os beneficiados pelo disposto no artigo anterior serão incluídos, independente de vagas, no Quadro Auxiliar de Administração (Q. A. A.) ou no Quadro ou Quadros que fôrem criados em sua substituição.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 25 de setembro de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHER.

Henrique Lott,

Francisco de Melo.

LEI N.º 3.268 — DE 30 DE SETEMBRO DE 1957

Dispõe sobre os Conselhos de Medicina, e dá outras providências

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Medicina, instituídos pelo Decreto-lei n.º 7.955, de 13 de setembro de 1945, passam a constituir em seu conjunto uma autarquia, sendo cada um deles dotado de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira.

Art. 2.º O Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Medicina são os órgãos supervisores da ética profissional em toda a República e ao mesmo tempo, julgadores e disciplinadores da classe médica, cabendo-lhes zelar e trabalhar, por todos os meios ao seu alcance, pelo perfeito desempenho ético da medicina e pelo prestígio e bom conceito da profissão e dos que a exerçam legalmente.

Art. 3.º Haverá na Capital da República um Conselho Federal, com jurisdição em todo o Território Nacional, ao qual ficam subordinados os Conselhos Regionais; e, em cada capital de Estado e Território e no Distrito Federal, um Conselho Regional, denominado segundo sua jurisdição, que alcançará, respectivamente, a do Estado, a do Território e a do Distrito Federal.

Art. 4.º O Conselho Federal de Medicina compor-se-á de 10 (dez) membros e outros tantos suplentes, de nacionalidade brasileira.

Parágrafo único. Dos 10 (dez) membros e respectivos suplentes do Conselho Federal, 9 (nove) serão eleitos, por escrutínio secreto e maioria absoluta de votos, em assembleia dos delegados dos Conselhos Regionais, e o restante pela Associação Médica Brasileira.

Art. 5.º São atribuições do Conselho Federal:

- a) organizar o seu regimento interno;
- b) aprovar os regimentos internos organizados pelos Conselhos Regionais;

- c) eleger o presidente e o secretário geral do Conselho;
- d) votar e alterar o Código de Deontologia Médica, ouvidos os Conselhos Regionais;
- e) promover quaisquer diligências ou verificações, relativas ao funcionamento dos Conselhos de Medicina, nos Estados ou Territórios e Distrito Federal, e adotar, quando necessárias, providências convenientes a bem da sua eficiência e regularidade, inclusive a designação de diretoria provisória;
- f) propor ao Governo Federal a emenda ou alteração do Regulamento desta lei;
- g) expedir as instruções necessárias ao bom funcionamento dos Conselhos Regionais;
- h) tomar conhecimento de quaisquer dúvidas suscitadas pelos Conselhos Regionais e dirimi-las;
- i) em grau de recurso por provocação dos Conselhos Regionais, ou de qualquer interessado, deliberar sobre admissão de membros aos Conselhos Regionais e sobre penalidades impostas aos mesmos pelos referidos Conselhos.

Art. 6.º O mandato dos membros do Conselho Federal de Medicina será meramente honorífico e durará 5 (cinco) anos.

Art. 7.º Na primeira reunião ordinária do Conselho Federal será eleita a sua diretoria, composta de presidente, vice-presidente, secretário geral, primeiro e segundo secretários, tesoureiro, na forma do regimento.

Art. 8.º Ao presidente do Conselho Federal compete a direção do mesmo Conselho, cabendo-lhe velar pela conservação do decóro e da independência dos Conselhos de Medicina e pelo livre exercício legal dos direitos de seus membros.

Art. 9.º O secretário geral terá a seu cargo a secretaria permanente do Conselho Federal.

Art. 10. O presidente e o secretário geral residirão no Distrito Federal durante todo o tempo de seus mandatos.

Art. 11. A renda do Conselho Federal será constituída de:

- a) 20% (vinte por cento) da totalidade do imposto sindical pago pelos médicos;
- b) 1/3 (um terço) da taxa de expedição das carteiras profissionais;
- c) 1/3 (um terço) das multas aplicadas pelos Conselhos Regionais;
- d) doações e legados;
- e) subvenções oficiais;
- f) bens e valores adquiridos;
- g) 1/3 (um terço) das anuidades percebidas pelos Conselhos Regionais

Art. 12. Os Conselhos Regionais serão instalados em cada capital de Estado, na de Território e no Distrito Federal, onde terão sua sede, sendo compostos de 5 (cinco) membros, quando o Conselho tiver até 50 (cinquenta) médicos inscritos, de 10 (dez), até 150 (cento e cinquenta) médicos inscritos, de 15 (quinze), até 300 (trezentos) inscritos, e, finalmente, de 21 (vinte e um), quando excedido esse número.

Art. 13. Os membros dos Conselhos Regionais de Medicina, com exceção de um que será escolhido pela Associação Médica, sediada na Capital do respectivo Estado, federado à Associação Médica Brasileira, serão eleitos, em escrutínio secreto, em assembléia dos inscritos de cada região e que estejam em pleno gozo de seus direitos.

§ 1.º As eleições para os Conselhos Regionais serão feitas sem discriminação de cargos, que serão providos na primeira reunião ordinária dos mesmos.

§ 2.º O mandato dos membros dos Conselhos Regionais será meramente honorífico, e exigida como requisito para eleição a qualidade de brasileiro nato ou naturalizado.

Art. 14. A diretoria de cada Conselho Regional compor-se-á de presidente, vice-presidente, primeiro e segundo secretários e tesoureiro.

Parágrafo único. Nos Conselhos Regionais onde o quadro abranger menos de 20 (vinte) médicos inscritos poderão ser suprimidos os cargos de vice-presidente e os de primeiro ou segundo secretários, ou alguns destes.

Art. 15. São atribuições dos Conselhos Regionais:

- a) deliberar sobre a inscrição e cancelamento no quadro do Conselho;
- b) manter um registro dos médicos, legalmente habilitados, com exercício na respectiva Região;
- c) fiscalizar o exercício da profissão de médico;
- d) conhecer, apreciar e decidir os assuntos atinentes à ética profissional, impondo as penalidades que couberem;
- e) elaborar a proposta do seu regimento interno, submetendo-a à aprovação do Conselho Federal;
- f) expedir carteira profissional;
- g) velar pela conservação da honra e da independência do Conselho, e pelo livre exercício legal dos direitos dos médicos;
- h) promover, por todos os meios ao seu alcance, o perfeito desempenho técnico e moral da medicina e o prestígio e bom conceito da medicina, da profissão e dos que a exercem;
- i) publicar relatórios anuais de seus trabalhos e a relação dos profissionais registrados;
- j) exercer os atos de jurisdição que por lei lhes sejam cometidos;
- k) representar ao Conselho Federal de Medicina Aérea sobre providências necessárias para a regularidade dos serviços e da fiscalização do exercício da profissão.

Art. 16. A renda dos Conselhos Regionais será constituída de:

- a) taxa de inscrição;
- b) 2/3 (dois terços) da taxa de expedição de carteiras profissionais;
- c) 2/3 (dois terços) da anuidade paga pelos membros inscritos no Conselho Regional;
- d) 2/3 (dois terços) das multas aplicadas de acordo com a alínea d do art. 22;
- e) doações e legados;
- f) subvenções oficiais;
- g) bens e valores adquiridos.

Art. 17. Os médicos só poderão exercer legalmente a medicina, em qualquer de seus ramos ou especialidades, após o prévio registro de seus títulos, diplomas, certificados ou cartas no Ministério da Educação e Cultura e de sua inscrição no Conselho Regional de Medicina, sob cuja jurisdição se achar o local de sua atividade.

Art. 18. Aos profissionais registrados de acordo com esta lei será entregue uma carteira profissional que os habilitará ao exercício da medicina em todo o País.

§ 1.º No caso em que o profissional tiver de exercer temporariamente a medicina em outra jurisdição, apresentará sua carteira para ser visada pelo Presidente do Conselho Regional desta jurisdição.

§ 2.º Se o médico inscrito no Conselho Regional de um Estado passar a exercer, de modo permanente, atividade em outra região, assim se entendendo o exercício da profissão por mais de 90 (noventa) dias, na nova jurisdição, ficará obrigado a requerer inscrição secundária no quadro respectivo, ou para ele se transferir, sujeito, em ambos os casos, à jurisdição do Conselho local pelos atos praticados em qualquer jurisdição.

§ 3.º Quando deixar, temporária ou definitivamente, de exercer atividade profissional, o profissional restituirá a carteira à secretaria do Conselho onde estiver inscrito.

§ 4.º No prontuário do médico serão feitas quaisquer anotações referentes ao mesmo, inclusive os elogios e penalidades.

Art. 19. A carteira profissional, de que trata o art. 18, valerá como documento de identidade e terá fé pública.

Art. 20. Todo aquêle que mediante anúncios, placas, cartões ou outros meios quaisquer, se propuser ao exercício da medicina, em qualquer dos ramos ou especialidades, fica sujeito às penalidades aplicáveis ao exercício ilegal da profissão, se não estiver devidamente registrado.

Art. 21. O poder de disciplinar e aplicar penalidades aos médicos compete exclusivamente ao Conselho Regional, em que estavam inscritos ao tempo do fato punível ou em que ocorreu, nos termos do art. 18, § 1.º.

Parágrafo único. A jurisdição disciplinar estabelecida neste artigo não derroga a jurisdição comum quando o fato constitua crime punido em lei.

Art. 22. As penas disciplinares aplicáveis pelos Conselhos Regionais aos seus membros são as seguintes:

- a) advertência confidencial em aviso reservado;
- b) censura confidencial em aviso reservado;
- c) censura pública em publicação oficial;
- d) suspensão do exercício profissional até 30 (trinta) dias;
- e) cassação do exercício profissional, *ad referendum* do Conselho Federal.

§ 1.º Salvo os casos de gravidade manifesta que exijam aplicação imediata da penalidade mais grave a imposição das penas obedecerá à graduação deste artigo.

§ 2.º Em matéria disciplinar, o Conselho Regional deliberará de ofício ou em consequência de representação de autoridade, de qualquer membro, ou de pessoa estranha ao Conselho, interessada no caso.

§ 3.º A deliberação do Conselho precederá, sempre, audiência do acusado, sendo-lhe dado defensor no caso de não ser encontrado, ou fôr revel.

§ 4.º Da imposição de qualquer penalidade caberá recurso, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência, para o Conselho Federal, sem efeito suspenso salvo os casos das alíneas c, e e f, em que o efeito será suspensivo.

§ 5.º Além do recurso previsto no parágrafo anterior, não caberá qualquer outro de natureza administrativa, salvo aos interessados a via judiciária para as acções que fôrem devidas.

§ 6.º As denúncias contra membros dos Conselhos Regionais só serão recebidas quando devidamente assinadas e acompanhadas da indicação de elementos comprobatórios do alegado.

Art. 23. Constituem a assembléa geral de cada Conselho Regional os médicos inscritos, que se achem no pleno gozo de seus direitos e tenham aí a sede principal de sua actividade profissional.

Parágrafo único. A assembléa geral será dirigida pelo presidente e os secretários do Conselho Regional respectivo.

Art. 24. A assembléa geral compete:

I — ouvir a leitura e discutir o relatório e contas da directoria. Para esse fim se reunirá, ao menos uma vez por ano, sendo, nos anos em que se tenha de realizar a eleição do Conselho Regional, de 30 (trinta) a 45 (quarenta e cinco) dias antes da data fixada para essa eleição,

II — autorizar a alienação de imóveis do património do Conselho;

III — fixar ou alterar as taxas de contribuições cobradas pelo Conselho pelos serviços praticados;

IV — deliberar sobre as questões ou consultas submetidas à sua decisão pelo Conselho ou pela Directoria;

V — eleger um delegado e um suplente para eleição dos membros e suplentes do Conselho Federal.

Art. 25. A assembléa geral, em primeira convocação, reunir-se-á com a maioria absoluta de seus membros e, em segunda convocação, com qualquer número de membros presentes.

Parágrafo único. As deliberações serão tomadas por maioria de votos dos presentes.

Art. 26. O voto é pessoal e obrigatório em toda eleição, salvo doença ou ausência comprovadas plenamente.

§ 1.º. Por falta injustificada à eleição, incorrerá o membro do Conselho na multa de Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros), dobrada na reincidência.

§ 2.º. Os médicos que se encontrarem fora da sede das eleições, por ocasião destas, poderão dar seu voto em dupla sobrecarta, opaca, fechada, e remetida pelo correio, sob registro, por ofício com firma reconhecida, ao Presidente do Conselho Regional.

§ 3.º. Serão computadas as cédulas recebidas, com as formalidades do parágrafo precedente, até o momento de encerrar-se a votação. A sobrecarta maior será aberta pelo Presidente do Conselho, que depositará a sobrecarta menor na urna, sem violar o segredo do voto.

§ 4.º. As eleições serão arunciadas no órgão oficial e em jornal de grande circulação, com 30 (trinta) dias de antecedência.

§ 5.º. As eleições serão feitas por escrutínio secreto, perante o Conselho, podendo, quando haja mais de duzentos votantes, determinarem-se locais diversos para o recebimento dos votos, permanecendo, neste caso, em cada local, dois diretores, ou médicos inscritos, designados pelo Conselho.

§ 6.º. Em cada eleição, os votos serão recebidos durante 6 (seis) horas contínuas pelo menos.

Art. 27. A inscrição dos profissionais já registrados nos órgãos de saúde pública, na data da presente lei, será feita independente da apresentação de títulos, diplomas certificados ou cartas registradas no Ministério da Educação e Cultura, mediante prova do registro na repartição competente.

Art. 28. O atual Conselho Federal de Medicina designará diretorias provisórias para os Conselhos Regionais dos Estados, Territórios e Distrito Federal, onde não houverem ainda sido instalados, que tomarão a seu cargo a sua instalação e a convocação, dentro em 180 (cento e oitenta) dias, da assembléia geral, que elegerá o Conselho Regional respectivo.

Art. 29. O Conselho Federal de Medicina baixará instruções no sentido de promover a coincidência dos mandatos dos membros dos Conselhos Regionais já instalados e dos que vierem a ser organizados.

Art. 30. Enquanto não for elaborado e aprovado pelo Conselho Federal de Medicina, ouvidos os Conselhos Regionais o Código de Deontologia Médica, vigorará o Código de Ética da Associação Médica Brasileira.

Art. 31. O pessoal a serviço dos Conselhos de Medicina será inscrito, para efeito de previdência social, no Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado, em conformidade com o art. 2.º do Decreto-lei n.º 3.347, de 12 de junho de 1941.

Art. 32. As diretorias provisórias, a que se refere o art. 28, organizarão a tabela de emolumentos devidos pelos inscritos, submetendo-a à aprovação do Conselho Federal.

Art. 33. O Poder Executivo providenciará a entrega ao Conselho Federal de Medicina, logo após a publicação da presente lei, de 40% (quarenta por cento) da totalidade do imposto sindical pago pelos médicos a fim de que sejam empregados na instalação do mesmo Conselho e dos Conselhos Regionais.

Art. 34. O Governo Federal tomará medidas para a instalação condigna dos Conselhos de Medicina no Distrito Federal e nas capitais dos Estados e Territórios, tanto quanto possível em edifícios públicos.

Art. 35. O Conselho Federal de Medicina elaborará o projeto de decreto de regulamentação desta lei, apresentando-o ao Poder Executivo dentro em 120 (cento e vinte) dias a contar da data de sua publicação.

Art. 36. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto-lei n.º 7.955, de 13 de setembro de 1945, e disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de setembro de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHER

Clovis Salgado

Parsiçal Barroso

Maurício de Medeiros

LEI N.º 3.269 — DE 30 DE SETEMBRO DE 1957

Retifica a Lei n.º 2.996, de 10 de dezembro de 1956, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício de 1957

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º São feitas as seguintes retificações na Lei n.º 2.996, de 10 de dezembro de 1956:

ANEXO 4 — PODER EXECUTIVO — SUBANEXO 4.12 — MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

(Demonstração da despesa por verbas e consignações)

Despesas Ordinárias:

Verba 2.0 00 — Transferências.

Onde se lê:

2.1.00 — Auxílios e Subvenções	840.577.319	840.577.319
Total da Verba 2.0.00	840.577.319	840.577.319
Total das Despesas Ordinárias	3.724.168.553	
Total Geral	6.487.352.503	
Leia-se:		
2.1.00 — Auxílios e Subvenções	840.750.108	840.750.108
Total da Verba 2.0.00	840.750.108	840.750.108
Total das Despesas	3.724.341.342	
Total Geral	6.487.525.292	

4.12 — MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

(Demonstração da Despesa por Unidade)

Onde se lê:

07.04.02 — Divisão de Orçamento (Encargos Gerais)	988.147.319	1.088.497.319
Total	3.724.168.553	6.487.352.503

Leia-se:

07.04.02 — Divisão de Orçamento (Encargos Gerais)	988.320.108	1.088.670.108
Total	3.724.341.342	6.487.525.292

07 — DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

07.02.01 — Divisão de Material

Despesas Ordinárias

Verba 1.3 00 — Custeio

Onde se lê:

Total da Consignação 1.3.00	1.510.000
-----------------------------------	-----------

Leia-se:	
Total da Consignação 1.5.00	1.016.000
Consignação 1.6.00 — Encargos Diversos	
1.6.23 — Diversos.	
Onde se lê:	
1) Manutenção da oficina central	1.000.000
Total da Consignação 1.6.00	1.910.000
Leia-se:	
1) Manutenção da oficina central	1.500.000
Total da Consignação 1.6.00	2.410.000
07.04.02 — DIVISÃO DE ORÇAMENTO (Encargos Diversos)	
Despesas Ordinárias	
Verba 1.0.00 — Custeio	
Consignação 1.6.00 — Encargos Diversos	
1.6.23 — Diversos	
Onde se lê:	
14) Escola Superior de Agronomia de Queiroz, de Piracicaba, São Paulo	2.200.000
21) Comissão Condênadora de Cavalos Nacionais (Lei número 2.820, de 10-7-56 e Decreto n.º 39.966, de 11-9-56)	
Leia-se:	
14) Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz de Piracicaba, São Paulo	2.200.000
21) Comissão Coordenadora da Criação do Cavalo Nacional (Lei n.º 2.820 de 10-7-56 e Decreto n.º 39.966, de 11 de setembro de 1956)	
Verba 2.0.00 — Transferências	
Consignação 2.1.00 — Auxílios e Subvenções	
2.1.01 — Auxílios	
Leia-se	
3 — Entidades Autárquicas	
3 — Serviço Social Rural (art. 15 da Lei n.º 2.613, de 23-9-55)	
Onde se lê:	
05) — Ceará	4.417.210
Leia-se:	
05) — Ceará	4.417.720
Onde se lê:	
2.1.02 — Subvenções ordinárias	
1) Para aplicação, etc.	
2.1.03 — Subvenções extraordinárias	
1) Parques, etc.	
2) Outras entidades	17.845.500
3) Para distribuição, etc.	173.294.179
Leia-se:	
2.1.02 — Subvenções ordinárias	
1) Para aplicação, etc.	
2) Para distribuição, etc.	173.467.468
2.1.03 — Subvenções extraordinárias	
1) Parques, etc.	
2) Outras entidades	17.845.500

Onde se lê:

Total da Consignação 2.1.00	760.659 679
Total da Verba 2.0.00	840.217 319
Total das Despesas Ordinárias	988.147 319
Total Geral	1.088.497 319

Leia-se:

Total da Consignação 2.1.00	840.390 108
Total da Verba 2.0.00	840.390 108
Total das Despesas Ordinárias	988 320 108
Total Geral	1.088.670.108

10 - DEPARTAMENTO NACIONAL DA PRODUÇÃO ANIMAL

Despesas Ordinárias

Verba 1.0.0 - Custeio

Consignação 1.6.00 - Encargos Diversos

1.6.23 - Diversos

Onde se lê:

- 2) Despesas de qualquer natureza com a realização de cursos permanentes, na Fábrica Escola de Laticínios "Cândido Tostes", em Juiz de Fora, Minas Gerais, em colaboração com a DIPOA, para retireiros, operários de fábricas de laticínios, industriais, funcionários do Ministério da Agricultura, etc. 600.000

Leia-se:

- 2) Despesas de qualquer natureza com a realização de cursos permanentes, no Instituto de Laticínios "Cândido Tostes", em Juiz de Fora, Minas Gerais, em colaboração com a DIPOA, para retireiros, operários de laticínios, indústrias, funcionários do Ministério da Agricultura, etc. 600.000

19 - SUPERINTENDÊNCIA DO ENSINO AGRÍCOLA E VETERINÁRIA

Despesas Ordinárias

Verba 1.0.00 - Custeio

Consignação 1.5.00 - Serviço de Terceiros

1.6.14 - Outros serviços contratuais

- 1) Ampliação das atividades didáticas das Escolas:

Onde se lê:

- 2) Fábrica Escola de Laticínios Cândido Tostes, em Juiz de Fora, Minas Gerais 320.000

Leia-se:

- 2) Instituto de Laticínios Cândido Tostes, em Juiz de Fora, Minas Gerais 320.000

Despesas de Capital

Verba 3.0.00 - Desenvolvimento Econômico e Social

Consignação 3.1.00 - Serviços em Regime Especial de Financiamento

3.1.17 - Acordos

- 1) Acordos estabelecidos para instalação e manutenção de escolas destinadas ao ensino agrícola:

Onde se lê:

- 3) Feira de Santana, a cargo da Sociedade Educadora Assistencial e Rural 235.400
- 14) Valença 800.000

Total do item 2 91.814.600

Leia-se:

3) Feira de Santana, a cargo da Sociedade Educadora Assistencial e Rural	235.400	
14) Valença	800.000	10.535.400
Total do item 2		91.814.400

Relação Anexa

4.12 — MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Onde se lê:

Instituições de que trata o art. 2.º da Lei n.º 2.656, de 26-11-55

Subvenções Ordinárias

Leia-se:

Instituições de que trata a Lei n.º 2.266, de 12.7.54.

Subvenções ordinárias

Onde se lê:

02 — Alagoas	6.670 100
06 — Ceará	7.748 300
16 — Paraná	5.897 774
20 — Rio de Janeiro	9 074 994
21 — Rio Grande do Norte	4 149 331
22 — Rio Grande do Sul	12 135 154
24 — Santa Catarina	6.048 104
25 — São Paulo	19.329 150

Total 173.294.179

Leia-se:

02 — Alagoas	6.669 900
06 — Ceará	7.743 300
16 — Paraná	5.047 774
20 — Rio de Janeiro	9.044 994
21 — Rio Grande do Norte	4 123 358
22 — Rio Grande do Sul	12.160 154
24 — Santa Catarina	6.133 104
25 — São Paulo	19.106.600

Total 173.467.468

Onde se lê:

2) Outras entidades	
25 — São Paulo	1.345.500

Total Geral 17.845.500

Leia-se:

2) Outras entidades	
25 — São Paulo	1.345.000

Total Geral 17.845.000

4.12 — MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

07.02 — Divisão do Material

Tabela de Dotações Centralizadas

Despesas Ordinárias — Verba 1.0.00 — Custeio

Consignação 1.3.00 — Material de Consumo e de Transformação.

07.02.01 — Divisão do Material (Despesas Próprias)

Onde se lê:

Total da Consignação	1.510.000
Total	3.445.100

Leia-se:

Total da Consignação	1.010.000
Total	2.945.100

07.02 — DIVISÃO DO MATERIAL.

Tabela de Dotações Centralizadas
Despesas Ordinárias — Verba 1.0.00 — Custeio
Consignação 1.6.00 — Encargos Diversos

Onde se lê:

07.02.01 — Divisão do Material (Despesas Próprias)	1.910.000	1.910.000	8.374.152
07.04.02 — Divisão do Orçamento (Encargos Gerais)	125.150.000	125.150.000	125.150.000
Total	129.850.000	130.167.500	141.001.645

Leia-se:

07.02.01 — Divisão do Material (Despesas Próprias)	2.400.000	2.410.000	8.694.152
07.04.02 — Divisão do Orçamento (Encargos Gerais)	147.910.000	147.910.000	147.910.000
Total	153.110.000	153.427.500	176.307.500

07.03 — DIVISÃO DE OBRAS

Tabela de Dotações Centralizadas
Despesa de Capital — Verba 4.0.00 — Investimentos
Consignação 4.1.00 — Obras

07.03 — Divisão de Obras

Inclua-se:

4.1.02	2.000.000
Total	2.000.000

Onde se lê:

Total da Consignação	1.600.000
Total da Verba	1.600.000

Leia-se:

Total da Consignação	3.600.000
Total da Verba	3.600.000
Inclua-se depois de 07.03 — Divisão de Obras:	
07.04.02 — Divisão de Orçamento	
4.1.03	350.000
Total da Consignação	350.000
Total da Verba	350.000

10 — DEPARTAMENTO DA PRODUÇÃO ANIMAL

Inclua-se:

4.3.01	500.000
Total	500.000
Total da Consignação	500.000

19 — SUPERINTENDÊNCIA DO ENSINO AGRÍCOLA E VETERINÁRIO

Onde se lê:

Total da Verba	20.200.000
----------------------	------------

Leia-se:

Total da Verba	20.700.000
----------------------	------------

20 — ESCOLA DE AGRONOMIA DO NORDESTE

Inclua-se:

4.1.03	1.500.000
--------------	-----------

Onde se lê:					
	4.1.04			1.600.000
Leia-se:					
	4.1.04			100.000
Onde se lê:					
Total	126.150.000	26.830.000	152.980.000	2.000.000	173.280.000
Leia-se:					
Total	128.000.000	25.330.000	155.930.000	2.500.000	176.560.000

Tabela de Dotações Centralizadas
Despesas Ordinárias — Verba 1.0.00 — Custeio
Consignação 1.1.00 — Pessoal Civil

Onde se lê:			
07.04 — Divisão do Orçamento	639.000	9.833.580
Total	42.896.400	1.747.812.180
Leia-se:			
07.04 — Divisão de Orçamento	966.000	10.169.580
Total	43.232.400	1.748.180

Suprimam-se as seguintes importâncias, não atribuídas a qualquer Unidade nem incluídas nos totais parciais da Tabela:

1.671.000 — 189.500 — 72.000 — 30.000 — 128.800 — 1.027.440 — 38.990.640

4.13 — Ministério da Educação e Cultura.

1) Onde se diz:

21 — Diretoria do Ensino Superior.

Verba 1 — Custeio.

Consignação 1.5.00 — Serviços de Terceiros.

Subconsignação 1.5.15 — Outros serviços contratuais.

Inciso 1 — Acordos etc.

Alinea 05 — Bahia.

9) Escola de Ciências Econômicas e de Comércio Sertanópolis, de Feira de Santana Cr\$ 300.000,00.

Diga-se:

09.04.02 — Divisão de Orçamento.

Verba 3 — Serviços em Regime Especial de Financiamento.

Subconsignação 3.1.15 — Fundo Nacional do Ensino Médio.

Inciso 7 — Cooperação financeira com entidades privadas, etc.

Para Escola Técnica de Comércio Sertanópolis, de Feira de Santana Cr\$ 300.000,00

2) Onde se diz:

21 — Diretoria do Ensino Superior.

Verba 1 — Custeio.

Consignação 1.5.00 — Serviços de Terceiros.

Subconsignação 1.1.15 — Outros serviços contratuais.

Inciso 1 — Acordos etc.

Alinea 05 — Bahia.

2) Escola de Engenharia Eletro-Mecânica da Bahia Cr\$ 1.000.000,00.

Diga-se:

69.04.02 — Divisão de Orçamento.

Verba 3 — Desenvolvimento Econômico e Social.

Consignação 3.1.00 — Serviços em Regime Especial de Financiamento

Subconsignação 3.1.5 — Fundo Nacional do Ensino Médio.

7 — Cooperação financeira com entidades privadas etc.

Para Escola Eletro-Mecânica da Bahia Cr\$ 1.000.000,00.

Art. 2.º Ficam retificados de Cr\$ 115.971.917.100,00 (cento e quinze bilhões, novecentos e setenta e um milhões, novecentos e dezessete mil e cem cruzeiros), Cr\$ 6.487.352.503,00 (seis bilhões, quatrocentos e oitenta

e sete milhões trezentos e cinquenta e dois mil, quinhentos e três cruzeiros) e Cr\$ 114.508.174.309,00 (cento e quatorze bilhões, quinhentos e oito milhões cento e setenta e quatro mil trezentos e nove cruzeiros) para Cr\$ 115.972.089.889,00 (cento e quinze bilhões, novecentos e setenta e dois milhões oitocentos e nove mil, oitocentos e oitenta e nove mil cruzeiros); Cr\$ 6.487.525.292,00 (seis bilhões, quatrocentos e oitenta e sete milhões, quinhentos e vinte e cinco mil, duzentos e noventa e dois cruzeiros) e Cr\$ 114.508.347.092,00 (cento e quatorze bilhões, quinhentos e oito milhões, trezentos e quarenta e sete mil, novecentos e oito cruzeiros), os totais da Despesa, do Subanexo 4.12 — Ministério da Agricultura e do Anexo 4 — Poder Executivo, mencionados nos arts. 1.º e 4.º, da Lei n.º 2.996, de 10 de dezembro de 1956.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogadas as disposições em contrário, a presente Lei vigorará a partir de 1.º de janeiro de 1957.

Rio de Janeiro, 30 de setembro de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK

Mario Meneghetti

Clovis Salgado

João de Oliveira Castro Viana Junior

LEI N.º 3.270 — DE 30 DE
SETEMBRO DE 1957

Fixa em seis (6) o número de horas de trabalho diário dos cabineiros de elevador e dá outras providências.

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial*.

(*) LEI N.º 3.271 — DE 30 DE
SETEMBRO DE 1957

Federaliza a Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, e dá outras providências.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º A Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, com sede à Rua Frei Caneca n.º 94, no Distrito Federal, entidade privada subvencionada pelo Governo Federal (Lei número 2.242, de 22 de junho de 1954), passa à categoria de estabelecimento federal mantido pela União.

Art. 2.º Ficam incorporados ao Patrimônio Nacional, independente de

qualquer indenização, todos os bens móveis, imóveis e os direitos do estabelecimento ora federalizado pela presente lei.

Art. 3.º É assegurado o aproveitamento no serviço público federal, a partir da publicação desta lei, do pessoal do estabelecimento ora federalizado, nas seguintes condições:

I — os professores catedráticos no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Cultura, no serviço das respectivas cátedras, contando-se o tempo de serviço para efeito de disponibilidade, aposentadoria e gratificação de magistério;

II — os mais empregados como funcionários e extranumerários, em Quadros e Tabelas criados para esse fim pelo Poder Executivo, contando-se o tempo de serviço para efeitos do artigo 192 da Constituição Federal.

§ 1.º Para os efeitos deste artigo, a Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, federalizada por esta lei, apresentará ao Ministério da Educação e Cultura a relação de seus professores e mais servidores, especificando a forma de investidura, a natureza do serviço que desempenham, a data da admissão e a remuneração.

§ 2.º Serão expedidos pelas autoridades competentes os títulos de nomeação e designação decorrentes do aproveitamento determinado neste artigo.

Art. 4.º São criados no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Cultura — Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro — 38 (trinta e oito) cargos de professores catedráticos, padrão O.

Art. 5.º São criados no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Cultura uma função gratificada de Diretor, símbolo FG-1, uma de Secretário, símbolo FG-3, e uma de chefe de portaria, símbolo FG-7.

Parágrafo único. As funções gratificadas de Secretário e chefe de portaria poderão ser exercidas por extranumerários.

Art. 6.º São criadas 78 (setenta e oito) funções referência 27, de extranumerários mensialistas, para os assistentes de ensino.

Art. 7.º Para cumprimento do disposto nesta lei, é aberto, no exercício vigente, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 25.543.360,00 (vinte e cinco milhões, quinhentos e quarenta e três mil, trezentos e sessenta cruzeiros), assim distribuídos:

a) Cr\$ 12.043.360,00 (doze milhões, quarenta e três mil, trezentos e sessenta cruzeiros) para as despesas relativas ao pessoal referido nos artigos 4.º, 5.º e 6.º;

b) Cr\$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil cruzeiros) para as despesas do pessoal (cargos e funções) dos mais servidores — não especificados nos citados arts. 4.º 5.º e 6.º.

c) Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros) para material, encargos, obras, serviços e equipamentos.

Art. 8.º A partir da vigência desta lei, os cargos de professor catedrático, referidos no art. 4.º serão reduzidos, na forma prevista no respectivo Regimento, à medida que se forem vagando, por extinção das respectivas cátedras.

§ 1.º Dentro em 120 (cento e vinte) dias contados da publicação desta lei, o Presidente da República baixará, por decreto, o Regimento da Escola,

o qual, respeitadas as exigências mínimas da legislação federal sobre o ensino médico, especificará, obrigatoriamente, as cátedras a serem extintas, dando novas denominações às que permanecerem.

§ 2.º A extinção de cargos e a redução de cadeiras de que trata este artigo deixarão à Escola, obrigatoriamente, um mínimo de 18 (dezoito) cadeiras, assegurado o aproveitamento dos professores catedráticos efetivos, inclusive com a contagem do respectivo tempo de serviço, para todos os efeitos.

§ 3.º Nas alterações a serem feitas pelo Regimento da Escola, previstas no § 1.º, serão respeitadas 3 (três) cadeiras, de modo a assegurar a continuação do ensino da Homeopatia.

§ 4.º A expedição dos atos referidos no § 2.º do art. 3.º e a contagem do prazo mencionado no § 1.º deste artigo dependem da efetivação de todas as medidas constantes do artigo 2.º.

Art. 9.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 30 de setembro de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHER.

Clevis Salgado.

João de Oliveira Castro
Viana Filho.

LEI N.º 3.272 — DE 30 DE
SETEMBRO DE 1957

Altera o art. 9.º da Lei n.º 970, de 16 de dezembro de 1949, que dispõe sobre as atribuições, organização e funcionamento do Conselho Nacional de Economia.

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial*.

APENSO

No «Apenso» dos volumes da Coleção das Leis figurarãp :

I — Os diplomas legais que, expedidos em trimestres anteriores, forem publicados durante o trimestre ao qual corresponder o volume.

II — As retificações e reproduções publicadas no trimestre, quando referentes a diplomas legais expedidos em trimestres anteriores.

página original em branco

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

DECRETO LEGISLATIVO N.º 24, de 1953

Aprova as Convenções do Trabalho de ns. 11 — 12 — 14 — 9 — 26 — 29 — 81 — 88 — 89 — 95 — 96 — 99 — 100 e 101, concluídas em sessões da Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho.

Art. 1.º — São aprovadas as Convenções do Trabalho de ns. 11 — 12 — 14 — 19 — 26 — 29 — 81 — 88 — 89 — 95 — 96 — 99 — 100 e 101, concluídas em sessões da Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho realizadas no período de 1946 a 1952.

Art. 2.º — Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 29 de Maio de 1956. — *Apolônio Salles*, Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência.

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DO TRABALHO

Convenção 11

CONVENÇÃO CONCERNENTE AOS DIREITOS DE ASSOCIAÇÃO E DE UNIÃO DOS TRABALHADORES AGRÍCOLAS, ADOTADA NA TERCEIRA CONFERÊNCIA DE GENEBRA, A 12 DE NOVEMBRO DE 1921 MODIFICADA PELA CONVENÇÃO DE REVISÃO DOS ARTIGOS FINAIS, DE 1946

TEXTO AUTÊNTICO

A Conferência geral da Organização Internacional do Trabalho,
Convocada em Genebra pelo Conselho de Administração da Repartição

Internacional do Trabalho e tendo se reunido em 25 de outubro de 1921, em sua terceira sessão.

Depois de ter decidido adotar proposições relativas aos direitos de associação e união dos trabalhadores agrícolas, questão compreendida no quarto ponto da ordem do dia da sessão, e

Depois de decidido que essas proposições tomariam a forma de convenção internacional,

Adota a presente convenção, que será denominada Convenção sobre direitos de associação (agricultura), a ser ratificada pelos Membros da Organização Internacional do Trabalho, conforme as disposições da Constituição da Organização Internacional do Trabalho.

ARTIGO 1.º

Todos os membros da Organização Internacional do Trabalho que ratificam a presente convenção se comprometem a assegurar a todas as pessoas ocupadas na agricultura os mesmos direitos de associação e união dos trabalhadores na indústria e a revogar qualquer disposição legislativa ou outra que tenha por efeito restringir esses direitos em relação aos trabalhadores agrícolas.

ARTIGO 2.º

As ratificações oficiais da presente convenção, nas condições estabelecidas pela Constituição da Organização Internacional do Trabalho, serão comunicadas ao Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho e por ele registradas.

ARTIGO 3.º

1. A presente convenção entrará em vigor na data em que as ratificações de dois Membros da Organização Internacional do Trabalho forem registradas pelo Diretor Geral.

2. Ela obrigará apenas os Membros cujas ratificações tenham sido registradas na Repartição Internacional do Trabalho.

Depois disso, a convenção entrará em vigor, para cada Membro, na data em que sua ratificação for registrada na Repartição Internacional do Trabalho.

ARTIGO 4.º

Logo que as ratificações de dois Membros da Organização Internacional do Trabalho forem registradas na Repartição Internacional do Trabalho, o Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho notificará a todos os Membros da Organização Internacional do Trabalho. Igual notificação será feita do registro das ratificações que lhe forem ulteriormente comunicadas pelos outros Membros da Organização.

ARTIGO 5.º

Ressalvadas as disposições do artigo 3.º, todos os Membros que ratificam a presente Convenção se comprometem a aplicar as disposições do artigo 1.º, no máximo até 1.º de janeiro de 1924, e a tomar as medidas necessárias para tornar efetivas essas disposições.

ARTIGO 6.º

Todos os Membros da Organização Internacional do Trabalho que ratificam a presente Convenção, comprometem-se a aplicá-la as suas colônias, possessões ou protetorados conforme as disposições do artigo 35 da Constituição da Organização Internacional do Trabalho.

ARTIGO 7.

Todo Membro que tiver ratificado a presente Convenção poderá denunciá-la, à expiração de um período de 10 anos depois da data em que a Convenção entrou em vigor inicialmente, por ato comunicado ao Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho e por ele registrado. A denúncia não será efetivada senão um ano depois de registrada na Repartição Internacional do Trabalho.

ARTIGO 8.

O Conselho de Administração da Repartição Internacional do Trabalho deverá, pelo menos cada 10 anos, apresentar à Conferência geral o relatório sobre a aplicação da presente

Convenção e decidirá se há possibilidade de inscrever na ordem do dia da Conferência a questão da revisão ou modificação da dita convenção.

ARTIGO 9.º

Os textos francês e inglês da presente convenção farão fé.

O texto que precede é o texto autêntico da Convenção sobre o direito de associação (agricultura) de 1921, tal qual foi modificada pela Convenção de revisão dos artigos finais, de 1946.

O texto original da Convenção foi autenticado em 20 de novembro de 1921 pelas assinaturas de Lord Burnham Presidente da Conferência e do Senhor Albert Thomas, Diretor da Repartição Internacional do Trabalho.

A entrada em vigor da Convenção ocorreu, inicialmente, a 11 de maio de 1923.

Em te do que eu autentiquei, de acôrdo com as disposições do artigo 6.º da Convenção de revisão dos artigos finais, de 1946, neste trigesimo dia de abril de 1948, dos exemplares do texto da Convenção, ta: qual foi modificada. — *Edward Phelan* — Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho.

O texto da Convenção aqui apresentada é cópia exata do texto autenticado pela assinatura do Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho.

Cópia certificada para o Diretor da Repartição Internacional do Trabalho: *C. W. Jenks* — Consultor Jurídico da Repartição Internacional do Trabalho.

Convenção 12

CONVENÇÃO CONCERNENTE A INDENIZAÇÃO POR ACIDENTES NO TRABALHO NA AGRICULTURA, ADOTADA PELA CONFERÊNCIA NA SUA TERCEIRA SESSÃO. GENEBRA, NOVEMBRO DE 1921 — (COM AS MODIFICAÇÕES DA CONVENÇÃO DE REVISÃO DOS ARTIGOS FINAIS, DE 1946)

TEXTO AUTÊNTICO

Convenção 12

CONVENÇÃO CONCERNENTE A INDENIZAÇÃO POR ACIDENTES NO TRABALHO NA AGRICULTURA

A Conferência geral da Organização Internacional do Trabalho,

Convocada em Genebra pelo Conselho de Administração da Repartição Internacional do Trabalho, tendo-se reunido em 25 de outubro de 1921, em sua terceira sessão,

Depois de haver decidido adotar diversas proposições relativas à proteção dos trabalhadores agrícolas contra acidentes, questão compreendida no quarto ponto da ordem do dia da sessão, e

Depois de haver decidido que essas propostas tomariam a forma de convenção internacional, adota a presente convenção, que será denominada Convenção sobre a indenização por acidentes no trabalho (agricultura), de 1921, a ser ratificada pelos Membros da Organização Internacional do Trabalho, conforme as disposições da Constituição da Organização Internacional do Trabalho:

ARTIGO 1.º

Todos os Membros da Organização Internacional do Trabalho que ratificam a presente convenção comprometem-se a estender a todos os assalariados agrícolas o benefício das leis e regulamentos que têm por objeto indenizar as vítimas de acidentes ocorridos no trabalho ou no curso do trabalho.

ARTIGO 2.º

As ratificações oficiais da presente convenção, nas condições estabelecidas pela Constituição da Organização Internacional do Trabalho, serão comunicadas ao Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho e por ele registradas.

ARTIGO 3.º

1. A presente convenção entrará em vigor na data em que as ratificações de dois Membros da Organização Internacional do Trabalho forem registradas pelo Diretor Geral.

2. Ela não obrigará senão os Membros cuja ratificação tenha sido registrada na Repartição Internacional do Trabalho.

3. Depois disso, esta convenção entrará em vigor para cada Membro na data em que sua ratificação tiver sido registrada na Repartição Internacional do Trabalho.

ARTIGO 4.º

Logo que as ratificações de dois Membros da Organização Internacional do Trabalho tiverem sido regis-

tradas na Repartição Internacional do Trabalho, o Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho notificará a todos os Membros da Organização Internacional do Trabalho. Igual notificação será feita do registro das ratificações que lhe forem ulteriormente comunicadas por todos os Membros da Organização.

ARTIGO 5.º

Ressalvadas as disposições do artigo 3.º, todos os Membros que ratificam a presente convenção comprometem-se a aplicar as disposições do artigo 1.º, até 1.º de janeiro de 1924, e a tomar as medidas necessárias a efetivar essas disposições.

ARTIGO 6.º

Todos os Membros da Organização Internacional do Trabalho que ratificam a presente Convenção comprometem-se a aplicá-la a suas colônias, possessões ou protetorados conforme as disposições do artigo 35 da Constituição da Organização Internacional do Trabalho.

ARTIGO 7.º

Todo Membro que tiver ratificado a presente convenção pode denunciá-la ao fim de um período de dez anos depois da data da entrada em vigor inicial da convenção, por ato comunicado ao Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho e por ele registrado. A denúncia não será efetivada senão um ano depois de ter sido registrada na Repartição Internacional do Trabalho.

ARTIGO 8.º

O Conselho de Administração da Repartição Internacional do Trabalho deverá, ao menos uma vez cada 10 anos, apresentar à Conferência geral relatório sobre a aplicação da presente convenção e decidirá se é oportuno inscrever na ordem do dia da Conferência a questão da revisão ou da modificação da dita convenção.

ARTIGO 9.º

Os textos francês e inglês da presente convenção farão fé.

O texto precedente é o texto autêntico da Convenção sobre reparação de acidentes do trabalho (agricultura), de 1921, tal qual foi modificada pela Convenção de revisão dos artigos finais, de 1946.

O texto original da Convenção foi autenticado em 20 de novembro de 1921 pelas assinaturas de Lord Burnham, Presidente da conferência, e de M. Albert Thomas, Diretor da Repartição Internacional do Trabalho.

A convenção entrou em vigor inicialmente em 26 de fevereiro de 1923.

Em fé do que eu autentiquei, de acordo com as disposições do artigo 6.º da Convenção de revisão dos artigos finais, de 1946, neste trigésimo dia de abril de 1948, dois exemplares originais do texto da Convenção, tal qual foi modificada. — *Edward Phelan* — Diretor Geral do Bureau Internacional do Trabalho.

O texto da presente Convenção é cópia exata do texto autenticado pela assinatura do Diretor geral da Repartição Internacional do Trabalho.

Para o Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho. — *S. W. Jenks*, Consultor Jurídico da Repartição Internacional do Trabalho.

Convenção 14

CONVENÇÃO CONCERNENTE A CONCESSÃO DO REPOUSO SEMANAL NOS ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS, ADOTADA NA TERCEIRA SESSÃO DA CONFERÊNCIA DE GENEVRA, EM 17 DE NOVEMBRO DE 1921 — (COM AS MODIFICAÇÕES DA CONVENÇÃO DE REVISÃO DOS ARTIGOS FINAIS, DE 1946)

TEXTO AUTÊNTICO

Convenção concernente à concessão do repouso semanal nos estabelecimentos industriais

A Conferência geral da Organização Internacional do Trabalho,

Convocada em Genebra pelo Conselho de Administração da Repartição Internacional do Trabalho e tendo-se reunido em 25 de outubro de 1921, em sua terceira sessão,

Depois de ter decidido adotar diversas proposições relativas ao repouso semanal da indústria, questão compreendida no sétimo ponto da ordem do dia da sessão, e

Depois de ter decidido que essas proposições tomariam a forma de convenção internacional,

Adota a presente convenção, denominada Convenção sobre o repouso semanal (indústria), de 1921, que será ratificada pelos Membros da Organi-

zação Internacional do Trabalho, conforme as disposições da Constituição da Organização Internacional do Trabalho:

ARTIGO 1.º

1. Para a aplicação da presente convenção, serão considerados "estabelecimentos industriais":

a) as minas, pedreiras e indústrias extrativas de toda natureza;

b) as indústrias nas quais os produtos são manufaturados, modificados, limpados, consertados, decorados, acabados, preparados para venda, ou nas quais as matérias sofrem transformação, inclusive a da construção de navios, as indústrias de demolição de material, assim como a produção, a transformação e a transmissão da força motriz em geral e da electricidade;

c) a construção, a reconstrução, a manutenção, a reparação, a modificação ou a demolição de quaisquer construções ou edifícios, estradas de ferro, bondes, portos, docas, mólhes, canais, instalações para navegação interior, estradas, túneis, pontes, viadutos, esgotos coletores, esgotos dinários, poços, instalações telefônicas, ou telegráficas, instalações elétricas e de gás, distribuição de água, ou outros trabalhos de construção, assim como os trabalhos de preparação e de fundação que precedem os trabalhos mencionados;

d) o transporte de pessoas ou de mercadorias por estradas, via férrea ou via fluvial interior, inclusive a manutenção das mercadorias nas docas, cais, desembarcadouros e armazéns, com exceção do transporte a mão.

2. A enumeração acima é feita sob reserva das exceções especiais de ordem nacional previstas na Convenção de Washington que limita a oito horas por dia e a quarenta e oito horas por semana, o número de horas de trabalho nos estabelecimentos industriais, na medida em que essas exceções forem aplicáveis à presente Convenção.

3. Além da enumeração precedente, se for julgado necessário, cada Membro poderá determinar a linha de demarcação entre a indústria, de um lado, e o comércio e a agricultura de outro.

ARTIGO 2.º

1. Todo o pessoal ocupado em qualquer estabelecimento industrial,

público ou privado, ou nas suas dependências, deverá, ressalvadas as exceções previstas nos artigos presentes, ser beneficiado, no correr de cada período de sete dias, com um repouso, ao menos de 24 horas consecutivas.

2. Esse repouso será concedido, quando possível, ao mesmo tempo a todo o pessoal de cada estabelecimento.

3. Coincidirá, quando possível, com os dias consagrados pela tradição ou costume do país ou da região.

ARTIGO 3.º

Cada Membro poderá isentar da aplicação dos dispositivos do artigo 2.º as pessoas ocupadas nos estabelecimentos industriais nos quais sejam empregados membros de uma mesma família.

ARTIGO 4.º

1. Cada Membro pode autorizar isenções totais ou parciais (inclusive as suspensões e diminuições de repouso) das disposições do artigo 2.º, levando em conta especialmente todas as considerações econômicas e humanitárias apropriadas e depois de consulta às associações qualificadas dos empregadores e dos empregados, onde existirem.

2. Esta consulta não será necessária no caso de isenções que já tiverem sido concedidas pela aplicação da legislação em vigor.

ARTIGO 5.º

Cada Membro deverá, tanto quanto possível, estabelecer disposições que fixe os períodos de repouso como compensação pelas suspensões ou diminuições feitas em virtude do artigo 4.º, salvo os casos em que acordos ou usos locais já determinem tais repousos.

ARTIGO 6.º

1. Cada Membro organizará uma lista de isenções concedidas conforme os artigos 3.º e 4.º da presente convenção e a comunicará a Repartição Internacional do Trabalho. Cada Membro comunicará, em seguida, cada dois anos, todas as modificações que forem feitas nessa lista.

2. A Repartição Internacional do Trabalho apresentará relatório a esse respeito à Conferência geral da Organização Internacional do Trabalho.

ARTIGO 7.º

Para facilitar a aplicação das disposições da presente convenção, cada patrão, diretor ou gerente será submetido às seguintes obrigações:

a) dar a conhecer, no caso em que o repouso semanal é dado coletivamente a todo o pessoal, os dias e horas de repouso coletivo, por meio de cartazes apostos de maneira visível no estabelecimento ou em qualquer outro lugar conveniente ou segundo qualquer outra maneira aprovada pelo Governo;

b) dar a conhecer, quando o repouso não é dado coletivamente a todo o pessoal, por meio de um registro feito segundo as normas aprovadas pela legislação do país ou por um regulamento da autoridade competente, os operários ou empregados submetidos a regime particular de repouso, e indicar esse regime.

ARTIGO 8.º

As ratificações oficiais da presente convenção nas condições estabelecidas na Constituição da Organização Internacional do Trabalho serão comunicadas ao Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho e por ele registradas.

ARTIGO 9.º

A presente convenção entrará em vigor na data em que as ratificações de dois Membros da Organização Internacional do Trabalho forem registradas pelo Diretor Geral.

2. Ela não obrigará os Membros cuja ratificação tiver sido registrada na Repartição Internacional do Trabalho.

3. Depois, esta convenção entrará em vigor para cada Membro na data em que sua ratificação for registrada na Repartição Internacional do Trabalho.

ARTIGO 10

Logo que as ratificações de dois Membros da Organização Internacional do Trabalho tiverem sido registradas na Repartição Internacional do Trabalho, o Diretor Geral dessa Repartição notificará o fato a todos os Membros da Organização Internacional do Trabalho. Será notificada também o registro das ratificações que lhe forem posteriormente comunicadas por todos os Membros da Organização.

ARTIGO 11

Todos os Membros que ratificam a presente convenção comprometem-se a aplicar as disposições dos artigos 1.º, 2.º, 3.º, 4.º, 5.º, 6.º, e 7.º até 1.º de janeiro de 1924 e a tomar as medidas que forem necessárias para efetivar estas disposições.

ARTIGO 12

Todos os Membros da Organização Internacional do Trabalho que ratificam a presente convenção comprometem-se a aplicá-la a suas colônias possessões e protetorados, conforme as disposições do artigo 35 da Constituição da Organização Internacional do Trabalho.

ARTIGO 13

Todo Membro que tiver ratificado a presente convenção poderá denunciá-la ao fim de um período de 10 anos depois da data da entrada em vigor inicial da convenção em ato comunicado ao Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho e por ele registrado. Essa denúncia não terá efeito senão um ano depois de ter sido registrada na Repartição Internacional do Trabalho.

ARTIGO 14

O Conselho de Administração da Repartição Internacional do Trabalho deverá, ao menos uma vez cada dez anos, apresentar à Conferência geral o relatório sobre a aplicação do presente convênio e decidir da oportunidade de inscrever na ordem do dia da Conferência a questão da revisão e da modificação da dita convenção.

ARTIGO 15

Os textos francês e inglês da presente convenção farão fé.

O texto precederite é o texto autêntico da Convenção sobre repouso semanal (indústria), de 1921, tal qual foi modificada pela Convenção de revisão dos artigos finais, de 1946.

O texto original da convenção foi autenticado em 20 de novembro de 1921 por Lord Brunham, Presidente da Conferência, e M. Albert Thomas, Diretor da Repartição Internacional do Trabalho.

Esta convenção entrou em vigor inicialmente em 19 de junho de 1923.

Em fé do que eu autentiquei de acordo com as disposições do artigo 6.º da Convenção de revisão dos artigos finais, de 1946, no trigésimo dia de abril de 1948, dois exemplares do texto da convenção tal qual foi modificada — *Edward Phelun*, Diretor geral da Repartição Internacional do Trabalho.

Convenção 19

CONVENÇÃO CONCERNENTE A IGUALDADE DE TRATAMENTO DOS TRABALHADORES ESTRANGEIROS E NACIONAIS EM MATÉRIA DE INDENIZAÇÃO POR ACIDENTES NO TRABALHO ADOTADA PELA CONFERENCIA EM SUA SÉTIMA SESSÃO, GENEBRA 5 DE JUNHO DE 1925 — (COM AS MODIFICAÇÕES DA CONVENÇÃO DE REVISÃO DOS ARTIGOS FINAIS, DE 1946)

TEXTO AUTÊNTICO

Convenção 19

A Conferência geral da Organização Internacional do Trabalho,

Convocada em Genebra pelo Conselho de Administração da Repartição Internacional do Trabalho, e tendo-se reunido em 19 de maio de 1925, em sua sétima sessão.

Depois de ter decidido adotar diversas proposições relativas a igualdade de tratamento dos trabalhadores estrangeiros e nacionais vítimas de acidentes de trabalho, segunda questão inscrita na ordem do dia da sessão e,

Depois de ter decidido que essas proposições tomariam a forma de convenção internacional,

adota, neste quinto dia de junho de mil novecentos e vinte e cinco, a convenção presente, que será denominada Convenção sobre a igualdade de tratamento (acidentes de trabalho) de 1925, a ser ratificada pelos Membros da Organização Internacional do Trabalho conforme as disposições da Constituição da Organização Internacional do Trabalho:

ARTIGO 1.º

1. Todos os Membros da Organização Internacional do Trabalho que ratificam a presente convenção comprometem-se a conceder aos nacionais de qualquer outro Membro que

tenha ratificado a dita convenção que forem vítimas de acidentes de trabalhos ocorridos em seu território ou em território sob sua dependência, o mesmo tratamento assegurado aos seus próprios acidentados em matéria de indenização por acidentes de trabalho.

2. Esta igualdade de tratamento será assegurada aos trabalhadores estrangeiros e a seus dependentes sem nenhuma condição de residência. Entretanto, no que concerne aos pagamentos que um Membro ou seus nacionais teriam que fazer fora do território do citado Membro em virtude desse princípio as disposições a tomar serão reguladas se for necessário por convenções particulares entre os Membros interessados.

ARTIGO 2.º

Para a indenização por acidentes de trabalho sobrevivendo a trabalhadores ocupados temporária ou intermitentemente no território de um Membro, por conta de empresa situada em território de outro Membro, poderá ser prevista a aplicação da legislação deste último por acôrdo especial entre os Membros interessados.

ARTIGO 3.º

Os Membros que ratificam a presente convenção e que não possuam regime de indenização ou de seguro a trabalhadores acidentados, acordam em instituir tal regime, dentro de um prazo de três anos a partir de sua ratificação.

ARTIGO 4.º

Os Membros que ratificam a presente convenção comprometem-se a prestar assistência mútua com o fim de facilitar sua aplicação, assim como a execução das leis e regulamentos respectivos em matéria de indenização por acidentes de trabalho e a ela levar ao conhecimento da Repartição Internacional do Trabalho que delas informará a todos os Membros interessados, todas as modificações feitas nas leis e regulamentos em vigor na matéria de indenização por acidentes de trabalho.

ARTIGO 5.º

As ratificações oficiais da presente convenção nas condições estabelecidas pela Constituição da Organi-

zação Internacional do Trabalho serão comunicadas ao Diretor geral da Repartição Internacional do Trabalho e por ele registradas.

ARTIGO 6.º

1. A presente convenção entrará em vigor na data em que as ratificações de dois Membros da Organização Internacional do Trabalho forem registradas pelo Diretor Geral.

2. Ela não obrigará senão os Membros cujas ratificações tiverem sido registradas na Repartição Internacional do Trabalho.

3. Depois, esta convenção entrará em vigor para cada Membro na data em que sua ratificação for registrada na Repartição Internacional do Trabalho.

ARTIGO 7.º

Logo que as ratificações de dois Membros da Organização Internacional do Trabalho tiverem sido registradas na Repartição Internacional do Trabalho, o Diretor Geral desta Repartição notificará o fato a todos os Membros da Organização internacional do Trabalho. Ele lhes notificará igualmente o registro das ratificações que forem ulteriormente comunicadas por todos os outros Membros da Organização.

ARTIGO 8.º

Ressalvadas as disposições do artigo 6.º, todos os Membros que ratificam a presente convenção se comprometem a aplicar as disposições dos artigos 1.º, 2.º, 3.º e 4.º até 1.º de janeiro de 1927, e a tomar as medidas necessárias a efetivar estas disposições.

ARTIGO 9.º

Todos os Membros da Organização Internacional do Trabalho que ratificam a presente convenção se comprometem a aplicá-la em suas colônias possessões ou protetorados conforme as disposições do artigo 35 da Constituição da Organização internacional do Trabalho.

ARTIGO 10.

Todo Membro que tiver ratificado a presente convenção pode denunciá-la no fim de um período de 10 anos depois da entrada em vigor inicial

da convenção por ato comunicado ao Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho e por ele registrado. A denúncia não terá efeito senão um ano depois de registrada na Repartição Internacional do Trabalho.

ARTIGO 11

O Conselho de Administração da Repartição Internacional do Trabalho deverá, ao menos uma vez cada 10 anos, apresentar à Conferência geral relatório sobre a aplicação da presente convenção e decidirá da oportunidade de inscrever na ordem do dia da Conferência a questão da revisão ou da modificação da dita convenção.

ARTIGO 12

Os textos francês e inglês da presente convenção farão fé.

O texto que precede é o texto autêntico da Convenção sobre igualdade de tratamento (acidentes de trabalho), de 1925 tal qual foi modificada pela Convenção de revisão dos artigos finais, de 1946.

O texto original da convenção foi autenticado em 24 de junho de 1925 pelo Dr. Edward Benes, Presidente da Conferência, e por M. Albert Thomas, Diretor da Repartição Internacional do Trabalho.

A Convenção entrou em vigor inicialmente em 8 de setembro de 1926.

Em fé do que eu autentiquei com minha assinatura, de acordo com as disposições do artigo 6.º da Convenção de revisão dos artigos finais, de 1946, neste terceiro dia de abril de 1948, dois exemplares originais do texto da Convenção, tal qual foi modificada — *Edward Phelan*, Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho.

O texto da presente Convenção é cópia exata do texto autenticado pela assinatura do Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho.

Cópia certificada, para o Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho — *C. W. Jenks*, Consultor jurídico da Repartição Internacional do Trabalho.

Convenção 26

CONVENÇÃO CONCERNENTE A INSTITUIÇÃO DE MÉTODOS DE FIXAÇÃO DE SALÁRIOS MÍNIMOS, ADOTADA PELA CONFERÊNCIA EM SUA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO. GENEVRA, 16 DE JUNHO DE 1928.

TEXTO AUTÊNTICO

A Conferência geral da Organização Internacional do Trabalho.

Convocada em Genebra pelo Conselho Administrativo da Repartição Internacional do Trabalho, e reunida em 30 de maio de 1928, em sua décima primeira sessão.

Depois de ter decidido adotar diversas proposições relativas aos métodos de fixação de salários mínimos, questão que constitui o primeiro ponto da ordem do dia da sessão, e

Depois de ter decidido que essas proposições tomariam a forma de convenção internacional.

adota, neste décimo sexto dia de junho de mil novecentos e vinte e oito, a convenção presente, que será denominada Convenção Sobre os Métodos de Fixação de Salários Mínimos, de 1928, a ser ratificada pelos Membros da Organização Internacional do Trabalho, conforme as disposições da Constituição da Organização Internacional do Trabalho:

ARTIGO 1.º

1. Todos os Membros da Organização Internacional do Trabalho que ratificam a presente convenção, se comprometem a instituir ou a conservar métodos que permitam fixar os salários mínimos dos trabalhadores empregados na indústria ou partes da indústria (e em particular nas indústrias caseiras), em que não exista regime eficaz para a fixação de salários por meio de contrato coletivo ou de outra modalidade e nas quais os salários sejam excepcionalmente baixos.

2. A palavra indústrias, para os fins da presente convenção, compreende as indústrias de transformação e o comércio.

ARTIGO 2.º

Cada Membro que ratifica a presente convenção tem a liberdade de decidir, após consulta às organizações

patronais e obreiras, se existem, para a indústria ou parte da indústria em questão, a quais indústrias ou parte de indústrias e, em particular, a quais indústrias caseiras ou parte dessas indústrias serão aplicados os métodos de fixação dos salários mínimos previstos no artigo 1.º.

ARTIGO 3.º

1. Cada Membro que ratifica a presente convenção tem a liberdade de determinar os métodos de fixação dos salários mínimos, assim como as modalidades de sua aplicação.

2. Entretanto,

1) antes de aplicar os métodos a uma indústria na parte da indústria determinada, os representantes dos empregadores e dos trabalhadores interessados, inclusive os representantes de suas respectivas organizações, se tais organizações existem, deverão ser consultados, assim como todas as outras pessoas especialmente qualificadas no assunto, por sua profissão ou por suas funções, às quais a autoridade competente julgar oportuno dirigir-se;

2) os empregadores e trabalhadores interessados deverão participar da aplicação dos métodos, sob a forma e na medida que poderão ser determinadas pela legislação nacional, mas, em todos os casos, em número igual e no mesmo pé de igualdade;

3) as quantias mínimas de salário que forem fixadas serão obrigatórias para os empregadores e empregados interessados; não poderão ser reduzidas por eles nem em acordo individual nem coletivo, salvo autorização geral ou particular da autoridade competente.

ARTIGO 4.º

1. Todo Membro que ratifique a presente convenção deve tomar as medidas necessárias, por meio de um sistema de controle e de sanções, para que, de uma parte, os empregadores e empregados interessados tomem conhecimento das quantias mínimas de salário em vigor e, de outra parte, os salários efetivamente estipulados não sejam inferiores aos mínimos aplicáveis.

2. Todo trabalhador ao qual as quantias mínimas são aplicáveis e que recebeu salários inferiores ao mínimo deve ter direito, por via judiciária ou

outra via legal, de recuperar o montante da soma que lhe é devida, dentro do prazo que poderá ser fixado pela legislação nacional.

ARTIGO 5.º

Todo Membro que ratificar a presente convenção, deverá fazer, cada ano, à Repartição Internacional do Trabalho, uma exposição geral com a lista das indústrias ou partes de indústrias nas quais foram aplicados métodos de fixação dos salários mínimos e dando conhecimento das modalidades de aplicação desses métodos, assim como os seus resultados. Essa exposição compreenderá indicações sumárias dos números aproximados de trabalhadores atingidos por essa regulamentação, as taxas de salário mínimo fixadas, e, se for o caso as outras medidas mais importantes relativas aos salários mínimos.

ARTIGO 6.º

As ratificações oficiais da presente convenção nas condições estabelecidas pela Constituição da Organização Internacional do Trabalho, serão comunicadas ao Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho e por ele registradas.

ARTIGO 7.º

1. A presente convenção não obrigará senão os Membros da Organização Internacional do Trabalho cuja ratificação tiver sido registrada na Repartição Internacional do Trabalho.

2. Ela entrará em vigor doze meses depois da data na qual as ratificações de dois Membros forem registradas pelo Diretor Geral.

3. Em seguida esta convenção entrará em vigor para cada Membro doze meses depois da data em que sua ratificação tiver sido registrada.

ARTIGO 8.º

Logo que as ratificações de dois Membros da Organização Internacional do Trabalho tiverem sido registradas na Repartição Internacional do Trabalho, o Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho notificará o fato a todos os Membros da Organização Internacional do Trabalho. Notificará igualmente o registro das ratificações que lhe forem ulteriormente comunicadas por todos os Membros da Organização.

ARTIGO 9.º

1. Todo Membro que tiver ratificado a presente convenção poderá denunciá-la ao fim de um período de 10 anos depois da data da entrada em vigor inicial da convenção, por ato comunicado ao Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho e por ele registrado. A denúncia não terá efeito senão um ano depois de registrada na Repartição Internacional do Trabalho.

2. Todo Membro que, tendo ratificado a presente convenção, no prazo de um ano depois da expiração do período de 10 anos mencionado no parágrafo precedente, não fizer uso da faculdade de denúncia prevista no presente artigo será obrigado por um período de cinco anos, e em seguida poderá denunciar a presente convenção, no fim de cada cinco anos, nas condições previstas no presente artigo.

ARTIGO 10

Ao menos uma vez cada 10 anos, o Conselho de Administração da Repartição Internacional do Trabalho deverá apresentar à Conferência relatório sobre a aplicação da presente convenção e decidir da oportunidade de inscrever na ordem do dia da Conferência a questão da revisão ou da modificação da dita convenção.

ARTIGO 11

Os textos francês e inglês da presente convenção farão fé.

O texto precedente é o texto autêntico da Convenção sobre os métodos de fixação dos salários mínimos de 1923, tal qual foi modificada pela Convenção de revisão dos artigos finais, de 1946.

O texto original da convenção foi autenticada em 22 de junho de 1923 pelas assinaturas do Sr. Carlos Saavedra Lamas, Presidente da Conferência, e de M. Albert Thomas, Diretor da Repartição Internacional do Trabalho.

A Convenção entrou em vigor inicialmente em 14 de junho de 1930.

Em fé do que eu autentiquei, com minha assinatura, de acordo com as disposições do artigo 6.º da Convenção de revisão dos artigos finais, de 1946, neste trigésimo dia de abril de 1948, dois exemplares originais do texto da convenção, tal qual ela foi modificada. — *Edward Phelan*, Dire-

tor Geral da Repartição Internacional do Trabalho.

O texto da Convenção aqui presente é cópia exata do texto autenticado pela assinatura do Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho.

Cópia certificada para o Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho: — *C. W. Jenks*, Consultor Jurídico da Repartição Internacional do Trabalho.

Convenção 29

CONVENÇÃO CONCERNENTE A
TRABALHO FORÇADO OU OBRI-
GATORIO ADOPTADA PELA CON-
FERENCIA EM SUA DECIMA-
QUARTA SESSÃO

Genebra, 28 de junho de 1930 (com as modificações da Convenção de revisão dos artigos finais, de 1946).

TEXTO AUTÊNTICO

A Conferência geral da Organização Internacional do Trabalho,

Convocada em Genebra pelo Conselho de Administração da Repartição Internacional do Trabalho e aí se tendo reunido em 10 de junho de 1930 em sua décima quarta sessão.

Depois de haver decidido adotar diversas proposições relativas ao trabalho forçado ou obrigatório questão compreendida no primeiro ponto da ordem do dia da sessão, e

Depois de haver decidido que essas proposições tomariam a forma de convenção internacional, adota, neste vigésimo oitavo dia de junho de mil novecentos e trinta, a convenção presente, que será denominada Convenção sobre o Trabalho Forçado, de 1930, a ser ratificada pelos Membros da Organização Internacional do Trabalho conforme as disposições da Constituição da Organização Internacional do Trabalho:

ARTIGO 1.º

1. Todos os Membros da Organização Internacional do Trabalho que ratificam a presente convenção se obrigam a suprimir o emprego do trabalho forçado ou obrigatório sob todas as suas formas no mais curto prazo possível.

2. Com o fim de alcançar-se essa supressão total, o trabalho forçado ou obrigatório poderá ser empregado, durante o período transitório, única-

mente para fins públicos e a título excepcional, nas condições e com as garantias estipuladas nos artigos que seguem.

3. A expiração de um prazo de cinco anos a partir da entrada em vigor da presente convenção e por ocasião do relatório previsto no artigo 31 abaixo, o Conselho de Administração da Repartição Internacional do Trabalho examinará a possibilidade de suprimir sem nova delonga o trabalho forçado ou obrigatório sob todas as suas formas e decidirá da oportunidade de inscrever essa questão na ordem do dia da Conferência.

ARTIGO 2.º

1. Para os fins da presente convenção, a expressão "trabalho forçado ou obrigatório" designará todo trabalho ou serviço exigido de um indivíduo sob ameaça de qualquer penalidade e para o qual ele não se ofereceu de espontânea vontade.

2. Entretanto, a expressão "trabalho forçado ou obrigatório" não compreenderá, para os fins da presente convenção:

a) qualquer trabalho ou serviço exigido em virtude das leis sobre o serviço militar obrigatório e que só compreenda trabalhos de caráter puramente militar;

b) qualquer trabalho ou serviço que faça parte das obrigações cívicas normais dos cidadãos de um país plenamente autônomo;

c) qualquer trabalho ou serviço exigido de um indivíduo como consequência de condenação pronunciada por decisão judiciária, contanto que esse trabalho ou serviço seja executado sob a fiscalização e o controle das autoridades públicas e que o dito indivíduo não seja posto a disposição de particulares, companhias ou pessoas morais privadas;

d) qualquer trabalho ou serviço exigido nos casos de força maior quer dizer, em caso de guerra, de sinistro ou ameaças de sinistro tais como incêndios, inundações, fome, tremores de terra, epidemias, e epizootias, invasões de animais, de insetos ou de parasitas vegetais daninhos, e em geral todas as circunstâncias que ponham em perigo a vida ou as condições normais de existência, de toda ou de parte da população;

e) pequenos trabalhos de uma comunidade, isto é, trabalhos executados no interesse direto da coletividade pelos membros desta, trabalhos

que, como tais, podem ser considerados obrigações cívicas normais dos membros da coletividade, contanto que a própria população ou seus representantes diretos tenham o direito de se pronunciar sobre a necessidade desse trabalho.

ARTIGO 3.º

Para os fins da presente convenção, o termo "autoridades competentes" designará as autoridades metropolitanas ou as autoridades centrais superiores do território interessado.

ARTIGO 4.º

1. As autoridades competentes não deverão impor ou deixar impor o trabalho forçado ou obrigatório em proveito de particulares, de companhias, ou de pessoas jurídicas de direito privado.

2. Se tal forma de trabalho forçado ou obrigatório em proveito de particulares, de companhias ou de pessoas jurídicas de direito privado, existir na data em que a ratificação da presente convenção por um Membro for registrada pelo Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho, este Membro deverá suprimir completamente o dito trabalho forçado ou obrigatório, na data da entrada em vigor da presente convenção para esse Membro.

ARTIGO 5.º

1. Nenhuma concessão feita a particulares, companhias ou pessoas jurídicas de direito privado deverá ter como consequência a imposição de qualquer forma de trabalho forçado ou obrigatório com o fim de produzir ou recolher os produtos que essas particulares, companhias ou pessoas jurídicas de direito privado utilizam ou negociam.

2. Se concessões existentes contêm disposições que tenham como consequência a imposição de trabalho forçado ou obrigatório, essas disposições deverão ser canceladas logo que possível, a fim de satisfazer as prescrições do artigo primeiro da presente convenção.

ARTIGO 6.º

Os funcionários da Administração, mesmo quando tenham que incentivar as populações sob seus cuidados a se ocupar com qualquer forma de trabalho, não deverão exercer sobre es-

sas populações pressão coletiva ou individual, visando a fazê-los trabalhar para particulares, companhias ou pessoas jurídicas de direito privado.

ARTIGO 7.º

1. Os chefes que não exercem funções administrativas não deverão recorrer a trabalhos forçados ou obrigatórios.

2. Os chefes que exercem funções administrativas poderão, com a autorização expressa das autoridades competentes, recorrer ao trabalho forçado ou obrigatório nas condições expressas no artigo 10 da presente convenção.

3. Os chefes legalmente reconhecidos e que não recebem remuneração adequada sob outras formas, poderão beneficiar-se dos serviços pessoais devidamente regulamentados, devendo ser tomadas todas as medidas necessárias para prevenir abusos.

ARTIGO 8.º

1. A responsabilidade de qualquer decisão de recorrer ao trabalho forçado ou obrigatório caberá às autoridades civis superiores do território interessado.

2. Entretanto, essas autoridades poderão delegar às autoridades locais superiores o poder de impor trabalho forçado ou obrigatório nos casos em que esse trabalho não tenha por efeito afastar o trabalhador de sua residência habitual. Essas autoridades poderão igualmente delegar às autoridades locais superiores, pelo período e nas condições que serão estipuladas pela regulamentação prevista no artigo 23 da presente convenção, o poder de impor trabalho forçado ou obrigatório para cuja execução os trabalhadores deverão se afastar de sua residência habitual, quando se tratar de facilitar o deslocamento de funcionários da administração no exercício de suas funções e o transporte do material da administração.

ARTIGO 9.º

Salvo disposições contrárias estipuladas no artigo 10 da presente convenção, toda autoridade que tiver o direito de impor o trabalho forçado ou obrigatório não deverá permitir recurso a essa forma de trabalho, a não ser que tenha sido assegurado o seguinte:

a) que o serviço ou trabalho a executar é de interesse direto e impor-

tante para a coletividade chamada a executá-lo;

b) que esse serviço ou trabalho é de necessidade atual e premente;

c) que foi impossível encontrar mão de obra voluntária para a execução desse serviço ou trabalho, apesar do oferecimento de salários e condições de trabalho ao menos iguais aos que são usuais no território interessado para trabalhos ou serviços análogos, e

d) que não resultará do trabalho ou serviço ônus muito grande para a população atual, considerando-se a mão de obra disponível e sua aptidão para o desempenho do trabalho.

ARTIGO 10

1. O trabalho forçado ou obrigatório exigido a título de imposto e o trabalho forçado ou obrigatório exigido, para os trabalhos de interesse público, por chefes que exerçam funções administrativas, deverão ser progressivamente abolidos.

2. Enquanto não o forem quando o trabalho forçado ou obrigatório for a título de imposto ou exigido por chefes que exerçam funções administrativas, para a execução de trabalhos de interesse público, as autoridades interessadas deverão primeiro assegurar:

a) que o serviço ou trabalho a executar é de interesse direto e importante para a coletividade chamada a executá-los;

b) que este serviço ou trabalho é de necessidade atual ou premente;

c) que não resultará do trabalho ou serviço ônus muito grande para a população atual, considerando-se a mão de obra disponível e sua aptidão para o desempenho do trabalho;

d) que a execução desse trabalho ou serviço não obrigará os trabalhadores a se afastarem do lugar de sua residência habitual;

e) que a execução desse trabalho ou serviço será orientado conforme as exigências da religião, da vida social ou da agricultura.

ARTIGO 11

1. Somente os adultos válidos do sexo masculino cuja idade presumível não seja inferior a 18 anos nem superior a 45, poderão estar sujeitos a trabalhos forçados ou obrigatórios. Salvo para as categorias de trabalho estabelecidas no artigo 10 da presente

convenção, os limites e condições seguintes deverão ser observados:

a) conhecimento prévio, em todos os casos em que fôr possível, por mé-digo designado pela administração, da ausência de qualquer moléstia con-tagiosa e da aptidão física dos inter-essados para suportar o trabalho imposto e as condições em que será executado;

b) isenção do pessoal das escolas, alunos e professores, assim como do pessoal administrativo em geral;

c) manutenção, em cada coletivi-dade, de um número de homens adul-tos e válidos indispensáveis à vida familiar e social;

d) respeito aos vínculos conjugais e familiares.

2. Para os fins indicados na alínea c) acima, a regulamentação prevista no artigo 23 da presente convenção fixará a proporção de indivíduos da população permanente masculina e válida que poderá ser convocada a qualquer tempo, sem, entretanto, que essa proporção possa, em caso algum, ultrapassar 25 por cento dessa popu-lação. Fixando essa proporção, as au-toridades competentes deverão ter em conta a densidade da população, o desenvolvimento social e físico dessa população, a época do ano e os tra-balhos que devem ser executados pe-los interessados no lugar e por sua própria conta; de um modo geral, elas deverão respeitar as necessidades eco-nômicas e sociais da vida normal da coletividade interessada.

ARTIGO 12

1. O período máximo durante o qual um indivíduo qualquer poderá ser submetido a trabalho forçado ou obrigatório sob suas diversas formas, não deverá ultrapassar sessenta dias por período de doze meses, compreendidos nesse período os dias de viagem necessários para ir ao lugar de traba-lho e voltar.

2. Cada trabalhador submetido ao trabalho forçado ou obrigatório deve-rá estar munido de certificado que indique os períodos de trabalho for-çado e obrigatório que tiver executa-do.

ARTIGO 13

1. O número de horas normais de trabalho de toda pessoa submetida a trabalho forçado ou obrigatório deve-rá ser o mesmo adotado para o traba-lho livre, e as horas de trabalho exe-

cutado além do período normal de-verão ser remuneradas nas mesmas bases usuais para as horas suplemen-tares dos trabalhadores livres.

2. Um dia de repouso semanal de-verá ser concedido a todas as pessoas submetidas a qualquer forma de tra-balho forçado ou obrigatório, e esse dia deverá coincidir, tanto quanto possível, com o dia consagrado pela tradição ou pelos costumes do país ou região.

ARTIGO 14

1. Com exceção do trabalho pre-visto no artigo 10 da presente con-venção, o trabalho forçado ou obriga-tório sob todas as formas, deverá ser remunerado em espécie e em bases que, pelo mesmo gênero de trabalho, não deverão ser inferiores aos em vi-gor na região onde os trabalhadores estão empregados, nem aos que vigo-rarem no lugar onde foram recruta-dos.

2. No caso do trabalho imposto por chefes no exercício de suas fun-ções administrativas, o pagamento de salários nas condições previstas no parágrafo precedente deverá ser in-troduzido o mais breve possível.

3. Os salários deverão ser entre-gues a cada trabalhador individual-mente, e não a seu chefe de grupo ou a qualquer outra autoridade.

4. Os dias de viagem para ir ao trabalho e voltar deverão ser conta-dos no pagamento dos salários como dias de trabalho.

5. O presente artigo não terá por efeito impedir o fornecimento aos trabalhadores de rações alimentares habituais como parte do salário, de-videndo essas rações ser ao menos equi-valentes à soma de dinheiro que se supõe representarem; mas nenhuma dedução deverá ser feita no salário, nem para pagamento de impostos, nem para alimentação, vestuário ou alojamento especiais, que serão for-necidos aos trabalhadores para man-tê-los em situação de continuar seu trabalho, considerando-se as con-dições especiais de seu emprego, nem pelo fornecimento de utensílios.

ARTIGO 15

1. Toda legislação concernente à indenização por acidentes ou molés-tias resultantes de trabalho e toda legislação que prevê indenizações de pessoas dependentes de trabalhadores mortos ou inválidos, que estejam ou

estiverem em vigor no território interessado, deverão se aplicar as pessoas submetidas ao trabalho forçado ou obrigatório nas mesmas condições dos trabalhadores livres.

2. De qualquer modo, toda autoridade que empregar trabalhador em trabalho forçado ou obrigatório, deverá ter a obrigação de assegurar a subsistência do dito trabalhador se um acidente ou uma molestia resultante de seu trabalho tiver o efeito de torná-lo total ou parcialmente incapaz de prover as suas necessidades. Esta autoridade deverá igualmente ter a obrigação de tomar medidas para assegurar a manutenção de toda pessoa efetivamente dependente do dito trabalhador em caso de incapacidade ou morte resultante do trabalho.

ARTIGO 16

1. As pessoas submetidas a trabalho forçado ou obrigatório não deverão, salvo em caso de necessidade excepcional, ser transferidas para regiões onde as condições de alimentação e de clima sejam de tal maneira diferentes das a que estão acostumadas que poderiam oferecer perigo para sua saúde.

2. Em caso algum, será autorizada tal transferência de trabalhadores sem que todas as medidas de higiene e de "habitat" que se impõe para sua instalação e para a proteção de sua saúde tenham sido estritamente aplicadas.

3. Quando tal transferência não puder ser evitada, deverão ser adotadas medidas que assegurem adaptação progressiva dos trabalhadores às novas condições de alimentação e de clima, depois de ouvido o serviço médico competente.

4. Nos casos em que os trabalhadores forem chamados a executar um trabalho regular ao qual não estão acostumados, deverão tomar-se medidas para assegurar a sua adaptação a esse gênero de trabalho e a disposição de repousos intercalados e a melhoria e aumento de rações alimentares necessárias.

ARTIGO 17

Antes de autorizar qualquer recurso ao trabalho forçado ou obrigatório para trabalhos de construção ou de manutenção que obriguem os trabalhadores a permanecerem nos locais de trabalho durante um período pro-

longado, as autoridades competentes deverão assegurar:

1) que todas as medidas necessárias foram tomadas para assegurar a higiene dos trabalhadores e garantir-lhes os cuidados médicos indispensáveis, e que, em particular: a) esses trabalhadores passam por um exame médico antes de começar os trabalhos e se submetem a novos exames em intervalos determinados durante o período de emprego; b) foi previsto um pessoal médico suficiente, assim como dispensários, enfermarias, hospitais e material necessários para fazer face a todas as necessidades; e c) a boa higiene dos lugares de trabalho, o abastecimento de víveres, água, combustíveis e material de cozinha foram assegurados aos trabalhadores de maneira satisfatória, e roupas e alojamentos necessários foram previstos;

2) que foram tomadas medidas apropriadas para assegurar a subsistência da família do trabalhador, especialmente facilitando a entrega de parte do salário a ela, por um processo seguro, com o consentimento ou a pedido do trabalhador;

3) que as viagens de ida e volta dos trabalhadores ao lugar do trabalho serão asseguradas pela administração, sob sua responsabilidade e à sua custa, e que a administração facilitará essas viagens, utilizando, na medida do possível, todos os meios de transporte disponíveis;

4) que, em caso de enfermidade ou acidente do trabalhador que acarrete incapacidade de trabalho durante certo tempo, o repatriamento do trabalhador será assegurado às expensas da administração;

5) que todo trabalhador que desejar ficar no local como trabalhador livre, no fim do período de trabalho forçado ou obrigatório, terá permissão para fazê-lo, sem perder, durante um período de dois anos, o direito de repatriamento gratuito.

ARTIGO 18

1. O trabalho forçado ou obrigatório para o transporte de pessoas ou mercadorias, tais como o trabalho de carregadores ou barqueiros, deverá ser suprimido o mais brevemente possível e, esperando essa providência, as autoridades competentes deverão baixar regulamentos fixando, especialmente:

a) a obrigação de não utilizar esse trabalho a não ser para facilitar o transporte de funcionários da admi-

nistração no exercício de suas funções ou o transporte do material da administração, ou, em caso de necessidade absolutamente urgente, o transporte de outras pessoas que não sejam funcionários;

b) a obrigação de não empregar em tais transportes senão homens reconhecidos fisicamente aptos para esse trabalho em exame médico anterior, nos casos em que isso for possível; quando não o for, a pessoa que empregar essa mão de obra deverá assegurar, sob sua responsabilidade, que os trabalhadores empregados possuam a aptidão física necessária, e não sofram moléstias contagiosas; c) a carga mínima a ser levada por esses trabalhadores; d) o percurso máximo que poderá ser imposto a esses trabalhadores, do local de sua residência; e) o número máximo de dias por mês ou por qualquer outro período durante o qual esses trabalhadores poderão ser requisitados, incluídos nesse número os dias da viagem de volta; f) as pessoas autorizadas a recorrer a essa forma de trabalho forçado ou obrigatório, assim como até que ponto elas têm direito de recorrer a esse trabalho.

2. Fixando os máximos mencionados nas alíneas c) d) e e) do parágrafo precedente, as autoridades competentes deverão ter em conta os diversos elementos a considerar, notadamente a aptidão física da população que deverá atender à requisição, a natureza do itinerário a ser percorrido, assim como as condições climáticas.

3. As autoridades competentes deverão, outrossim, tomar medidas para que o trajeto diário normal dos carregadores não ultrapasse distância correspondente à duração média de um dia de trabalho de oito horas, ficando entendido que, para determiná-la, dever-se-á levar em conta, não somente a carga a ser percorrida, mas ainda, o estado da estrada, a época do ano e todos os outros elementos a considerar; se for necessário impor horas de marcha suplementares aos carregadores, estas deverão ser remuneradas em bases mais elevadas do que as normais.

ARTIGO 19

1. As autoridades competentes não deverão autorizar o recurso às culturas obrigatórias a não ser com o fim de prevenir fome ou a falta de produtos alimentares e sempre com a re-

serva de que as mercadorias assim obtidas constituirão propriedade dos indivíduos ou da coletividade que os tiverem produzido.

2. O presente artigo não deverá tornar sem efeito a obrigação dos membros da coletividade de se desobrigarem do trabalho imposto, quando a produção se achar organizada segundo a lei e o costume, sobre base comunal e quando os produtos ou benefícios provenientes da venda ficarem como propriedade da coletividade.

ARTIGO 20

As legislações que prevêm repressão coletiva aplicável a uma coletividade inteira por delitos cometidos por alguns dos membros, não deverão estabelecer trabalho forçado ou obrigatório para uma coletividade como um dos métodos de repressão.

ARTIGO 21

Não se aplicará o trabalho forçado ou obrigatório para trabalhos subterrâneos em minas.

ARTIGO 22

Os relatórios anuais que os Membros que ratificam a presente convenção, se comprometem a apresentar à Repartição Internacional do Trabalho, conforme as disposições do artigo 22 da Constituição da Organização Internacional do Trabalho, sobre as medidas por eles tomadas para pôr em vigor as disposições da presente convenção, deverão conter as informações mais completas possíveis, para cada território interessado, sobre o limite da aplicação do trabalho forçado ou obrigatório nesse território, assim como os pontos seguintes: para que fins foi executado esse trabalho; porcentagem de enfermidades e de mortalidade; horas de trabalho; métodos de pagamento dos salários e totais destes; assim como quaisquer outras informações a isso pertinentes.

ARTIGO 23

1. Para pôr em vigor a presente convenção, as autoridades competentes deverão promulgar uma regulamentação completa e precisa sobre o emprego do trabalho forçado ou obrigatório.

2. Esta regulamentação deverá conter, notadamente, normas que permitam a cada pessoa submetida a

trabalho forçado ou obrigatório apresentar às autoridades todas as reclamações relativas às condições de trabalho e lhes dêem garantias de que essas reclamações serão examinadas e tomadas em consideração.

ARTIGO 24

Medidas apropriadas deverão ser tomadas em todos os casos para assegurar a estreita aplicação dos regulamentos concernentes ao emprego do trabalho forçado ou obrigatório, seja pela extensão ao trabalho forçado ou obrigatório das atribuições de todo organismo de inspeção já criado para a fiscalização do trabalho livre, seja por qualquer outro sistema conveniente. Deverão ser igualmente tomadas medidas no sentido de que esses regulamentos sejam levados ao conhecimento das pessoas submetidas ao trabalho forçado ou obrigatório.

ARTIGO 25

O fato de exigir ilegalmente o trabalho forçado ou obrigatório será passível de sanções penais, e todo Membro que ratificar a presente convenção terá a obrigação de assegurar que as sanções impostas pela lei são realmente eficazes e estritamente aplicadas.

ARTIGO 26

1. Todo Membro da Organização Internacional do Trabalho que ratifica a presente convenção, compromete-se a aplicá-la aos territórios submetidos à sua soberania, jurisdição, proteção, suzerania, tutela ou autoridade, na medida em que ele tem o direito de subscrever obrigações referentes a questões de jurisdição interior. Entretanto, se o Membro quer se prevalecer das disposições do artigo 35 da Constituição da Organização Internacional do Trabalho, deverá acompanhar sua ratificação de declaração, estabelecendo:

1) os territórios nos quais pretende aplicar integralmente as disposições da presente convenção;

2) os territórios nos quais pretende aplicar as disposições da presente convenção com modificações e em que consistem as ditas modificações;

3) os territórios para os quais reserva sua decisão.

2. A declaração acima mencionada será reputada parte integrante da ratificação e terá idênticos efeitos. Todo

Membro que formular tal declaração terá a faculdade de renunciar, em nova declaração, no todo ou em parte, às reservas feitas, em virtude das alíneas 2 e 3 acima, na sua declaração anterior.

ARTIGO 27

As ratificações oficiais da presente convenção nas condições estabelecidas pela Constituição da Organização Internacional do Trabalho serão comunicadas ao Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho e por ele registradas.

ARTIGO 28

1. A presente convenção não obrigará senão os Membros da Organização Internacional do Trabalho cuja ratificação tiver sido registrada na Repartição Internacional do Trabalho.

2. Ela entrará em vigor doze meses depois que as ratificações de dois Membros tiverem sido registradas pelo Diretor Geral.

3. Em seguida, esta convenção entrará em vigor para cada Membro doze meses depois da data em que sua ratificação tiver sido registrada.

ARTIGO 29

Logo que as ratificações de dois Membros da Organização Internacional do Trabalho tiverem sido registradas na Repartição Internacional do Trabalho, o Diretor Geral da Repartição notificará o fato a todos os Membros da Organização Internacional do Trabalho. Será também notificado o registro das ratificações que lhe forem ulteriormente comunicadas por todos os outros Membros da Organização.

ARTIGO 30

1. Todo Membro que tiver ratificado a presente convenção pode denunciá-la no fim de um período de dez anos depois da data da entrada em vigor inicial da convenção, por ato comunicado, ao Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho e por ele registrado. Essa denúncia não se tornará efetiva senão um ano depois de registrada na Repartição Internacional do Trabalho.

2. Todo Membro que, tendo ratificado a presente convenção no prazo de um ano, depois da expiração do período de 10 anos mencionado no

parágrafo precedente, não fizer uso da faculdade de denúncia prevista no presente artigo, está comprometido por um novo período de cinco anos, e em seguida poderá denunciar a presente convenção no fim de cada período de cinco anos nas condições previstas no presente artigo.

ARTIGO 31

No fim de cada período de cinco anos a contar da entrada em vigor da presente convenção, o Conselho de Administração da Repartição Internacional do Trabalho deverá apresentar à Conferência Geral relatório sobre a aplicação da presente convenção e decidirá da oportunidade de inscrever na ordem do dia da Conferência a questão da sua revisão total parcial.

ARTIGO 32

1. No caso de a Conferência geral adotar nova convenção de revisão total ou parcial da presente convenção, a ratificação por um Membro da nova convenção de revisão acarretará de pleno direito denúncia da presente convenção, sem condições de prazo, não obstante o artigo 30 acima, contanto que nova convenção de revisão tenha entrado em vigor.

2. A partir da data da entrada em vigor da nova convenção de revisão, a presente convenção cessará de estar aberta à ratificação dos Membros.

3. A presente convenção ficará entretanto, em vigor na sua forma e teor para os Membros que a tiverem ratificado e não ratificarem a nova convenção de revisão.

ARTIGO 33

Os textos francês e inglês da presente convenção farão fé.

O texto precedente é o texto autêntico da Convenção sobre trabalho forçado, de 1930, tal qual foi modificada pela Convenção de revisão dos artigos finais, de 1946.

O texto original da convenção foi autenticado em 25 de julho, 1930, pelas assinaturas de M. E. Mahnam, Presidente da Conferência, e de M. Albert Thomas, Diretor da Repartição Internacional do Trabalho.

A Convenção entrou em vigor inicialmente em 1.º de maio de 1932.

Em fé do que autentiquei, com minha assinatura, de acordo com as disposições do artigo 6.º da Convenção de revisão dos artigos finais, de 1946, neste trigésimo primeiro dia de agosto de 1948, dois exemplares originais do texto da convenção tal qual foi modificada. — *Edward Phelan* — Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho.

O texto da Convenção presente é cópia exata do texto autenticado pela assinatura do Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho.

Cópia certificada para o Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho. — *C. W. Jenks* — Consultor Jurídico da Repartição Internacional do Trabalho.

Convenção 81

CONVENÇÃO CONCERNENTE A INSPEÇÃO DO TRABALHO NA INDÚSTRIA E NO COMÉRCIO

A Conferência geral da Organização Internacional do Trabalho,

Convocada em Genebra pelo Conselho de Administração da Repartição Internacional do Trabalho e aí se tendo reunido em 19 de junho de 1947, em sua trigésima sessão

Depois de adotar diversas disposições relativas à inspeção do trabalho na indústria e no comércio, questão que constitui o quarto ponto de 1947, em sua trigésima sessão,

Depois de decidir que essas proposições tomariam a forma de uma convenção internacional,

adota, neste décimo primeiro dia de julho de mil novecentos e quarenta e sete, a convenção presente, que será denominada Convenção sobre a inspeção do trabalho de 1947:

I PARTE

INSPEÇÃO DO TRABALHO NA INDÚSTRIA

Artigo 1.º

Cada Membro da Organização Internacional do Trabalho para a qual a presente convenção está em vigor, deve ter um sistema de inspeção de trabalho nos estabelecimentos industriais.

Artigo 2.º

1 — O sistema de inspeção de trabalho nos estabelecimentos industriais se aplicará a todos os estabelecimentos para os quais os inspetores de trabalho estão encarregados de assegurar a aplicação das disposições legais relativas às condições de trabalho e à proteção dos trabalhadores no exercício da profissão.

2 — A legislação nacional poderá isentar as empresas mineiras e de transporte, ou parte dessas empresas, da aplicação da presente convenção.

Artigo 3.º

1 — O sistema de inspeção de trabalho será encarregado: a) de assegurar a aplicação das disposições legais relativas às condições de trabalho e à proteção dos trabalhadores no exercício de sua profissão, tais como as disposições relativas à duração do trabalho, aos salários, à segurança, à higiene e ao bem estar, ao emprego das crianças e dos adolescentes e a outras matérias conexas, na medida em que os inspetores são encarregados de assegurar a aplicação das ditas disposições; b) de fornecer informações e conselhos técnicos aos empregadores e trabalhadores sobre os meios mais eficazes de observar as disposições legais; c) de levar ao conhecimento da autoridade competente as deficiências ou os abusos que não estão especificamente compreendidos nas disposições legais existentes.

2 — Se fôrem confiadas outras funções aos inspetores de trabalho, estas não deverão ser obstáculo ao exercício de suas funções principais, nem prejudicar de qualquer maneira a autoridade ou a imparcialidade necessárias aos inspetores nas suas relações com os empregadores.

Artigo 4.º

1 — Tanto quanto isso for compatível com a prática administrativa do Membro, a inspeção do trabalho será submetida à vigilância e ao controle de uma autoridade central.

2 — Se se tratar de Estado federativo, o termo "autoridade central" poderá designar, seja autoridade federal, seja autoridade central de uma entidade federada.

Artigo 5.º

A autoridade competente deverá tomar medidas apropriadas para favorecer:

a) a cooperação efetiva entre os serviços de inspeção, de uma parte, e outros serviços governamentais e as instituições públicas e privadas que exercem atividades análogas de outra parte;

b) a colaboração entre os funcionários da inspeção do trabalho e os empregadores e os trabalhadores ou suas organizações.

Artigo 6.º

O pessoal da inspeção será composto de funcionários públicos cujo estatuto e condições de serviços lhes assegurem a estabilidade nos seus empregos e os tornem independentes de qualquer mudança de governo ou de qualquer influência externa indevida.

Artigo 7.º

1 — Ressalvadas as condições às quais a legislação nacional submeta o recrutamento dos membros dos serviços públicos, os inspetores do trabalho serão recrutados unicamente sobre a base das aptidões para as funções.

2 — Os meios de verificar essas aptidões serão determinados pela autoridade competente.

3. Os inspetores de trabalho deverão receber formação apropriada, para o exercício de suas funções.

Artigo 8.º

Tanto as mulheres quanto os homens poderão ser nomeados membros do pessoal do serviço de inspeção se houver necessidade poderão ser atribuídas tarefas especiais aos inspetores e inspetoras.

Artigo 9.º

Cada Membro tomará as medidas necessárias para assegurar a colaboração de especialistas e técnicos devidamente qualificados, técnicos em medicina, em mecânica, eletricidade e química para o funcionamento da inspeção segundo os métodos julgados mais apropriados às condições nacionais, a fim de assegurar a aplicação das disposições legais relativas à higiene e à segurança dos trabalhadores no exercício de suas profissões, e de se informar dos processos empregados, do material usado e dos

métodos de trabalho, sobre a higiene e a segurança dos trabalhadores.

Artigo 10

O número de inspetores de trabalho será o suficiente para permitir o exercício eficaz das funções de serviço de inspeção e será fixado tendo-se em conta:

a) a importância das tarefas que os inspetores terão de executar, notadamente;

i) o número, a natureza, a importância, e a situação dos estabelecimentos sujeitos ao controle da inspeção;

ii) o número e a diversidade das categorias de trabalhadores ocupados nesses estabelecimentos;

iii) o número e a complexidade das disposições legais cuja aplicação deve ser assegurada;

b) os meios materiais de execução postos à disposição dos inspetores;

c) as condições práticas nas quais as visitas de inspeção deverão se efetuar para ser eficazes.

Artigo 11

1. A autoridade competente tomara as medidas necessárias no sentido de fornecer aos inspetores de trabalho:

a) escritórios locais organizados de maneira apropriada às necessidades do serviço e acessíveis a todos os interessados;

b) facilidades de transporte necessário ao exercício de suas funções quando não existirem facilidades de transporte público apropriado;

2) A autoridade competente tomará as medidas necessárias no sentido de indenizar os inspetores de trabalho de todos os gastos de locomoção e todas as despesas acessórias necessárias ao exercício de suas funções.

Artigo 12

1. Os inspetores de trabalho munidos de credenciais serão autorizados:

a) a penetrar livremente e sem aviso prévio, a qualquer hora do dia ou da noite, em qualquer estabelecimento submetido à inspeção;

b) a penetrar durante o dia em todos os locais que eles possam ter motivo razoável para supor estarem sujeitos ao controle de inspeção;

c) a proceder a todos os exames, controles e inquéritos julgados necessários para assegurar que as dispo-

sições legais são efetivamente observadas, e notadamente:

i) a interrogar, seja só ou em presença de testemunhas, o empregador ou o pessoal do estabelecimento sobre quaisquer matérias relativas à aplicação das disposições legais;

ii) a pedir vistas de todos os livros, registros e documentos prescritos pela legislação relativa às condições de trabalho, com o fim de verificar sua conformidade com os dispositivos legais, de os copiar ou extrair dados;

iii) a exigir a afixação dos avisos previstos pelas disposições legais;

IV a retirar ou levar para fim de análises, amostras de materiais e substâncias utilizadas ou manipuladas, contanto que o empregador ou seu representante seja advertido de que os materiais ou substâncias foram retiradas ou levadas para esse fim.

2. Por ocasião de uma visita de inspeção, o inspetor deverá informar o empregador ou seu representante de sua presença, a menos que julgue que tal aviso pode ser prejudicial à eficiência da fiscalização.

Artigo 13

1. Os inspetores de trabalho serão autorizados a providenciar medidas destinadas a eliminar defeitos encontrados em uma instalação uma organização ou em métodos de trabalho que eles tenham motivos razoáveis para considerar como ameaça à saúde ou à segurança dos trabalhadores.

2. A fim de estarem aptos a provocar essas medidas, os inspetores terão o direito, ressalvado qualquer recurso judiciário ou administrativo que possa prever a legislação nacional, de ordenar ou de fazer ordenar:

a) que sejam feitas nas instalações, dentro de um prazo fixo, as modificações necessárias a assegurar a aplicação escrita das disposições legais concernentes à saúde e à segurança dos trabalhadores;

b) que sejam tomadas imediatamente medidas executivas no caso de perigo iminente para a saúde e a segurança dos trabalhadores.

3. Se o procedimento fixado no § 2.º não for compatível com a prática administrativa e judiciária do Membro, os inspetores terão o direito, de dirigir-se à autoridade competente para que ela formule prescrições ou faça tomar medidas de efeito executório imediato.

Artigo 14

A inspeção do trabalho deverá ser informada dos acidentes de trabalho e dos casos de enfermidade profissional, nos casos e da maneira determinados pela legislação nacional.

Artigo 15

Ressalvadas as exceções que a legislação nacional possa prever, os inspetores de trabalho :

a) não terão direito a qualquer interesse direto ou indireto nas empresas submetidas a seu controle

b) serão obrigados, sob sanção penal ou de medidas disciplinares apropriadas, a não revelar mesmo depois de terem deixado o serviço, os segredos de fabricação ou de comércio ou os processos de exploração de que possam ter conhecimento no exercício de suas funções;

c) deverão tomar como absolutamente confidencial a fonte de queixas que lhes tragam ao conhecimento um defeito de instalação, ou uma infração às disposições legais, e deverão abster-se de revelar ao empregador ou a seu representante que sua visita de inspeção resultou de alguma queixa.

Artigo 16

Os estabelecimentos deverão ser inspecionados com a frequência e o cuidado necessários a assegurar a aplicação efetiva das disposições legais em questão.

Artigo 17

1. As pessoas que violarem ou negligenciarem a observância das disposições legais de cuja execução estão incumbidos os inspetores de trabalho, serão passíveis de perseguições legais imediatas sem aviso prévio. Entretanto, a legislação nacional poderá prever exceções nos casos em que uma advertência deva ser feita a fim de remediar a situação ou de se tomarem medidas preventivas.

2. Os inspetores de trabalho terão a liberdade de fazer advertências ou de conselhos, em vez de intentar ou recomendar ações.

Artigo 18

Sanções apropriadas por violação dos dispositivos legais cuja aplicação está submetida ao controle dos inspetores de trabalho e por obstrução feita aos

inspetores de trabalho no exercício de suas funções, serão previstas pela legislação nacional e efetivamente aplicadas.

Artigo 19

1. Os inspetores de trabalho ou os escritórios de inspeção locais, segundo o caso, serão obrigados a submeter à autoridade central de inspeção relatórios periódicos de caráter geral sobre os resultados de suas atividades.

2. Esses relatórios serão feitos segundo a maneira prescrita pela autoridade central e tratarão dos assuntos indicados de tempo em tempo pela autoridade central; eles deverão ser apresentados tão frequentemente quanto o prescreva a autoridade central, e, em qualquer hipótese, pelo menos uma vez por ano.

Artigo 20

1. A autoridade central de inspeção publicará um relatório anual de caráter geral sobre os trabalhos de inspeção submetidos a seu controle.

2. Esses relatórios serão publicados dentro de um prazo razoável que em nenhum caso exceda de doze meses, a partir do fim do ano, ao qual eles se referem.

3. Cópias dos relatórios anuais serão enviadas ao Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho dentro de um prazo razoável depois de seu aparecimento, mas, em qualquer caso, num prazo que não exceda de três meses.

Artigo 21

O relatório anual publicado pela autoridade central de inspeção deverá tratar dos seguintes assuntos:

a) as leis e regulamentos importantes para o serviço de inspeção do trabalho;

b) pessoal do serviço de inspeção do trabalho;

c) estatísticas dos estabelecimentos submetidos à inspeção e número dos trabalhadores ocupados nesses estabelecimentos;

d) estatísticas das visitas de inspeção;

e) estatísticas das infrações cometidas e das sanções impostas;

f) estatísticas dos acidentes de trabalho;

g) estatísticas das enfermidades profissionais;

assim como sobre qualquer ponto referente a esses assuntos, na medida em que esteja sob o controle da referida autoridade central.

II PARTE

INSPEÇÃO DO TRABALHO NO COMERCIO

Artigo 22

Cada Membro da Organização Internacional do Trabalho para a qual esta parte da presente convenção está em vigor deve possuir um sistema de inspeção de trabalho nos seus estabelecimentos comerciais.

Artigo 23

O sistema de inspeção de trabalho nos estabelecimentos comerciais se aplica aos estabelecimentos nos quais os inspetores de trabalho estão encarregados de assegurar a aplicação dos dispositivos legais relativos às condições de trabalho e à proteção dos trabalhadores no exercício de sua profissão.

Artigo 24

O sistema de inspeção de trabalho nos estabelecimentos comerciais deverá satisfazer as disposições dos artigos 3.º a 21 da presente convenção, na medida em que forem aplicados.

III PARTE

MEDIDAS DIVERSAS

1. Todo Membro da Organização Internacional do Trabalho que ratifica a presente convenção pode, em declaração anexa a sua ratificação, excluir a II parte de sua aceitação da convenção.

2. Todo Membro que tiver feito tal declaração pode anulá-la em qualquer tempo, com declaração ulterior.

3. Todo Membro para o qual está em vigor uma declaração feita de conformidade com o § 1.º do presente artigo, indicará cada ano, no seu relatório anual sobre a aplicação da presente convenção, o teor de sua legislação e de sua prática no que se refere às disposições da Parte II da presente convenção, esclarecendo até que ponto se puseram ou se pretendem pôr em prática as ditas disposições.

Artigo 26

No caso em que não haja certeza sobre se um estabelecimento, uma

parte ou um serviço de um estabelecimento estão submetidos à presente convenção, é a autoridade competente que deve decidir a questão.

Artigo 27

Na presente convenção a expressão "disposições legais" compreende além da legislação, as sentenças arbitrais e os contratos coletivos que têm força de lei, e cuja aplicação os inspetores de trabalho estão encarregados de assegurar.

Artigo 28

Informações detalhadas concernentes a qualquer legislação nacional que ponha em vigor as disposições de presente convenção, deverão ser incluídas nos relatórios anuais que devem ser apresentados conforme o artigo 22 da Constituição da Organização Internacional do Trabalho.

Artigo 29

1. Quando o território de um Membro compreende vastas regiões onde, em razão da pouca densidade da população ou do estado de seu desenvolvimento, a autoridade competente considera impraticáveis os dispositivos da presente convenção, ela pode isentar as ditas regiões da aplicação da convenção, seja de um modo geral, seja com exceções que ela julgue apropriadas em relação a certos estabelecimentos ou certos trabalhos.

2. Todo Membro deve indicar, no seu primeiro relatório anual sobre a aplicação da presente convenção, que será apresentada em virtude do artigo 22 da Constituição da Organização Internacional do Trabalho, todas as regiões nas quais se propõe a recorrer às disposições da presente artigo e deve dar as razões por que se propõe recorrer a elas. Posteriormente, nenhum membro poderá recorrer às disposições do presente artigo salvo no que concerne às regiões que houver assim indicado.

3. Todo Membro que recorrer às disposições do presente artigo, deverá indicar nos seus relatórios anuais ulteriores, as regiões para as quais ele renuncia o direito de recorrer às ditas disposições.

Artigo 30

1. No que concerne aos territórios mencionados no artigo 35 da Constituição da Organização Internacional

do Trabalho tal qual foi emendada pelo instrumento de emenda à Constituição da Organização Internacional do Trabalho de 1946, com exclusão dos territórios citados nos parágrafos 4.º e 5.º do dito artigo assim emendado, todo Membro da Organização que ratificar a presente convenção deverá comunicar ao Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho no mais breve prazo possível depois de sua ratificação, uma declaração esclarecendo:

a) os territórios nos quais ele se compromete a aplicar sem modificação, as disposições da convenção;

b) os territórios nos quais ele se compromete a aplicar as disposições da convenção com modificações, e em que consistem as ditas modificações;

c) os territórios aos quais a convenção é inaplicável e, nesse caso, as razões pelas quais ela é inaplicável;

d) os territórios para os quais ele reserva sua decisão.

2. Os compromissos mencionados nas alíneas a e b do parágrafo primeiro do presente artigo serão reputados partes integrantes da ratificação e terão idênticos efeitos.

3. Todo Membro poderá renunciar, em nova declaração, no todo ou em parte às reservas contidas na sua declaração anterior em virtude das alíneas b, c e d do parágrafo 1.º do presente artigo.

4. Todo Membro poderá, durante os períodos em que a presente convenção pode ser denunciada de conformidade com as disposições do artigo 34, comunicar ao Diretor Geral nova declaração modificando em qualquer outro ponto os termos de qualquer declaração anterior e esclarecendo a situação dos territórios que especificar.

Artigo 31

1. Quando as questões tratadas pela presente convenção entram no quadro da competência própria das autoridades de um território não metropolitano, o Membro responsável pelas relações internacionais desse território, em acordo com seu próprio governo, poderá comunicar ao Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho uma declaração de aceitação, em nome desse território, das obrigações da presente convenção.

2. Uma declaração de aceitação das obrigações da presente convenção pode-

ser comunicada ao Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho:

a) por dois ou mais Membros da Organização para um território colocado sob sua autoridade conjunta;

b) por qualquer autoridade internacional responsável pela administração de um território em virtude das disposições da Carta das Nações Unidas ou de qualquer outra disposição em vigor, com respeito a esse território.

3. As declarações comunicadas ao Diretor Geral do Bureau Internacional do Trabalho, de conformidade com as disposições dos parágrafos precedentes do presente artigo, devem indicar se as disposições da convenção serão aplicadas no território com ou sem modificações; quando a declaração indica que as disposições da convenção se aplicam sob reserva de modificações, ela deve especificar em que consistem as ditas modificações.

4. O Membro ou os Membros ou autoridade internacional interessados poderão renunciar inteiramente ou em parte, em declaração ulterior ao direito de invocar uma modificação indicada em declaração anterior.

5. O Membro ou os Membros ou autoridade internacional interessados poderão, durante os períodos em que a Convenção pode ser denunciada de conformidade com as disposições do artigo 34, comunicar ao Diretor Geral nova declaração modificando em qualquer sentido os termos de qualquer declaração anterior e esclarecendo a situação no que concerne à aplicação desta convenção.

IV PARTE

As ratificações formais da presente convenção serão comunicadas ao Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho e por ele registradas.

Artigo 33

1. A presente convenção não obriga senão os Membros da Organização Internacional do Trabalho cuja ratificação tenha sido registrada pelo Diretor Geral.

2. Ela entrará em vigor doze meses depois que as ratificações de dois membros tiverem sido registradas pelo Diretor Geral.

3. Em seguida, esta convenção entrará em vigor para cada Membro doze meses depois da data em que sua ratificação for registrada.

Artigo 34

1. Todo Membro que ratifique a presente convenção pode denunciá-la no fim de um período de 10 anos depois da data em que a convenção entrou em vigor pela primeira vez, por ato comunicado ao Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho e por ele registrado. Essa denúncia não terá efeito senão um ano depois de registrada.

2. Todo Membro que, tendo ratificado a presente convenção, dentro do prazo de um ano depois da expiração do período de 10 anos mencionados no parágrafo precedente, não fizer uso da faculdade de denúncia prevista pelo presente artigo, ficará comprometido por um período de dez anos, e, posteriormente, poderá denunciar a presente convenção no fim de cada período de dez anos nas condições previstas no presente artigo.

Artigo 35

1. O Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho notificará a todos os Membros da Organização Internacional do Trabalho o registro de todas as ratificações, declarações e denúncias que lhe forem comunicadas pelos Membros da Organização.

2. Notificando aos Membros da Organização o registro da segunda ratificação que lhe for comunicada, o Diretor Geral chamará a atenção dos Membros da Organização sobre a data em que a presente convenção entrará em vigor.

Artigo 36

A Repartição Internacional do Trabalho enviará ao Secretário Geral das Nações Unidas, para fins de registro, de conformidade com o artigo 102 da Carta das Nações Unidas, informações completas a respeito de todas as ratificações, declarações e atos de denúncia que tiverem sido registrados conforme os artigos precedentes.

Artigo 37

A expiração de cada período de dez anos a contar da entrada em vigor da presente convenção, o Conselho de Administração da Repartição Internacional do Trabalho deverá apresentar à Conferência geral um relatório sobre a aplicação da presente convenção e decidirá da oportunidade de inscrever na ordem do dia da Con-

ferência a questão da sua revisão total ou parcial.

Artigo 38

1. No caso em que a Conferência adote uma nova convenção de revisão total ou parcial da presente convenção, e a menos que a nova convenção disponha de outra forma:

a) a ratificação por um Membro da nova convenção de revisão provocará, de pleno direito, não obstante o artigo 34 acima, denúncia imediata da presente convenção, quando a nova convenção de revisão tiver entrado em vigor;

b) a partir da data da entrada em vigor da nova convenção de revisão, a presente convenção não será mais aberta à ratificação dos Membros.

2. A presente convenção ficará, em qualquer caso em vigor em sua forma e teor para os Membros que a tiverem ratificado e que não ratificarem a convenção de revisão.

Artigo 39

As versões em francês e em inglês do texto da presente convenção fazem igualmente fé.

O texto precedente é o texto autêntico da convenção devidamente adotada pela Conferência geral da Organização Internacional do Trabalho, em sua trigésima sessão, realizada em Genebra e declarada encerrada a 11 de julho de 1947.

Em fé do que apuseram suas assinaturas, neste décimo nono dia de julho de 1947:

O Presidente da Conferência, *Carl Joachim Hambro*.

O Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho, *Edward Phelan*.

Convenção 88

CONCERNENTE A ORGANIZAÇÃO DO SERVIÇO DE EMPREGO

A Conferência geral da Organização Internacional do Trabalho,

Convocada em São Francisco pelo Conselho de Administração da Repartição Internacional do Trabalho e aí reunida em 17 de junho de 1948, em sua trigésima primeira sessão,

Depois de decidir adotar diversas proposições relativas à organização do serviço de emprego, questão com-

preendida no quarto ponto da ordem do dia da sessão,

Depois de decidir que essas proposições tomariam a forma de convenção internacional, adota, neste nono dia de julho de mil novecentos e quarenta e oito, a convenção seguinte, denominada Convenção sobre o serviço de emprego, de 1948:

ARTIGO 1.º

1. Cada Membro da Organização Internacional do Trabalho para a qual a presente convenção está em vigor deve manter e cuidar de que seja mantido um serviço público e gratuito de emprego.

2. A tarefa essencial do serviço de emprego deve ser realizar, em cooperação, quando necessário, com outros organismos públicos e privados interessados, a melhor organização possível do mercado de emprego como parte integrante do programa nacional destinado a assegurar e a manter o pleno emprego assim como a desenvolver e a utilizar os recursos produtivos.

ARTIGO 2.º

O Serviço de emprego deve ser constituído por um sistema nacional de escritórios de emprego colocados sob o controle de uma autoridade nacional.

ARTIGO 3.º

1. O Sistema deve compreender uma rede de escritórios locais e, se necessário, de escritórios regionais em número suficiente para servir cada uma das regiões geográficas do país, e comodamente situados, para os empregadores e empregados.

2. A organização da rede:

(a) deve ser objeto de exame geral:

i) quando ocorrem mudanças importantes na distribuição da atividade económica e da população trabalhadora;

ii) quando a autoridade competente considera que um exame geral é desejável para apreciar a experiência adquirida no curso de um período experimental;

(b) deve ser revista quando tal exame tiver demonstrado a necessidade de revisão.

ARTIGO 4.º

1. Medidas apropriadas devem ser tomadas por meio das comissões consultivas, no sentido de assegurar a cooperação de representantes dos empregadores e dos trabalhadores e na organização e no funcionamento do serviço de emprego, assim como no desenvolvimento da política do serviço de emprego.

2. Essas medidas devem prever a instituição de uma ou mais comissões nacionais consultivas, e, se necessário, de comissões regionais e locais.

3. Os representantes dos empregadores e dos trabalhadores nessas comissões devem ser designados em número igual depois de consulta às organizações representativas de empregadores e empregados, onde tais organizações existam.

ARTIGO 5.º

A política geral do serviço de emprego, quando se trata de encaminhar os trabalhadores aos empregos disponíveis, deve ser desenvolvida depois de consulta aos representantes de empregadores e de empregados por intermédio das comissões consultivas previstas no artigo 4.º

ARTIGO 6.º

O serviço de emprego deve ser organizado de maneira a assegurar a eficácia do recrutamento e da colocação dos trabalhadores; para essa finalidade, deve:

a) ajudar os trabalhadores a encontrar emprego apropriado, os empregadores a recrutar trabalhadores que convenham às necessidades das empresas; mais particularmente, deve, conforme as regras formuladas sobre o plano nacional:

i) registrar os pretendentes a empregos, anotar suas qualificações profissionais, sua experiência e seus gostos, interrogá-los para fins de emprego, examinar, se necessário, suas aptidões físicas e profissionais, e ajudá-los a obter, se preciso, uma orientação, uma formação ou readaptação profissional;

ii) obter dos empregados informações precisas sobre os empregos vagos notificados por eles ao serviço, e sobre as condições que devem preencher os trabalhadores que procuram.

III) encaminhar para os empregos vagos os candidatos que possuam as aptidões profissionais e físicas exigidas;

IV) organizar a compensação da oferta e da procura de emprego de um escritório a outro, quando o escritório consultado em primeiro lugar não está em condições de colocar convenientemente os candidatos ou de prover convenientemente os empregos vagos ou quando outras circunstâncias o justifiquem;

b) tomar medidas apropriadas para:

1) facilitar a mobilidade profissional com o fim de ajustar a oferta da mão de obra às possibilidades de emprego nas diversas profissões;

II) facilitar a mobilidade geográfica com o fim de auxiliar o deslocamento de trabalhadores para as regiões que oferecem possibilidade de empregos convenientes;

III) facilitar as transferências temporárias de trabalhadores de uma região a outra, com o fim de diminuir um desequilíbrio local e momentâneo entre a oferta e a procura de mão-de-obra;

IV) facilitar de um país a outro os deslocamentos de trabalhadores que tiverem sido aceitos pelos governos interessados;

c) recolher e analisar, em colaboração, se for necessário, com outras autoridades assim como com os empregadores e os sindicatos, todas as informações de que se dispõe sobre a situação do mercado de emprego e sua evolução provável no país e nas diferentes indústrias, profissões ou regiões, e colocar rápida e sistematicamente essas informações à disposição das autoridades públicas das organizações de empregadores e de trabalhadores interessadas, assim como do público;

d) colaborar na administração do seguro-desemprego e da assistência-desemprego e na aplicação de outras medidas destinadas a amparar os desempregados;

e) auxiliar, tanto quanto necessário, outros organismos públicos ou privado, na elaboração dos planos sociais e econômicos destinados a influenciar favoravelmente a situação do emprego.

ARTIGO 7.º

Devem-se tomar medidas para:

a) facilitar, no meio dos diferentes escritórios de emprego, a espe-

cialização por profissões e por indústrias, tais como a agricultura ou qualquer outro ramo de atividade onde essa especialização possa ser útil;

b) atender de maneira satisfatória às necessidades de determinadas categorias de pretendentes a emprego, tais como os inválidos.

ARTIGO 8.º

Medidas especiais visando aos adolescentes devem ser tomadas e desenvolvidas no quadro dos serviços de empregos e de orientação profissional.

ARTIGO 9.º

1. O pessoal do serviço de emprego deve ser composto de agentes públicos organizados sob um estatuto e condições de serviço que os façam independentes de toda mudança de governo e de toda influência externa indevida, e que, observadas as necessidades de serviço, lhes assegurem estabilidade no emprego.

2. Observadas as condições às quais a legislação nacional pode submeter o recrutamento dos membros dos serviços públicos, os agentes do serviço de emprego devem ser recrutados unicamente de acordo com suas aptidões para as funções.

3. Os meios de verificar essas aptidões devem ser determinados pela autoridade competente.

4. Os agentes do serviço de emprego devem receber formação apropriada para o exercício de suas funções.

ARTIGO 10

Todas as medidas possíveis devem ser tomadas pelo serviço de emprego, e, se for o caso, por outras autoridades públicas em colaboração com as organizações de empregadores e de empregados, e com outros organismos interessados, para incentivar a plena utilização do serviço de emprego pelos empregadores e trabalhadores sobre base voluntária.

ARTIGO 11

As autoridades competentes devem tomar todas as medidas necessárias para assegurar cooperação eficaz entre o serviço público e os escritórios de colocação privados com fins não lucrativos.

ARTIGO 12

1. Quando o território de um Membro compreende vastas regiões, onde, em razão da pouca densidade da população ou em razão do estado de seu desenvolvimento, a autoridade competente considera impraticáveis as disposições da presente convenção, ela pode isentar as ditas regiões da aplicação da convenção, seja de maneira geral, seja com as exceções que julgar apropriadas em relação a certos estabelecimentos ou certos trabalhos.

2. Cada Membro deverá indicar, no seu primeiro relatório anual sobre a aplicação da presente convenção, que será apresentado em virtude do artigo 22 da Constituição da Organização Internacional do Trabalho, todas as regiões nas quais se propõe a recorrer às disposições do presente artigo, e deve dar as razões pelas quais se propõe a recorrer a elas. Depois disso, nenhum Membro poderá recorrer às disposições do presente artigo, salvo no que concerne às regiões assim indicadas.

3. Todo Membro que recorrer às disposições do presente artigo deve indicar, nos seus relatórios anuais ulteriores, todas as regiões para as quais renuncia ao direito de recorrer às ditas disposições.

ARTIGO 13

1. No que concerne aos territórios mencionados pelo artigo 35 da Constituição da Organização Internacional do Trabalho, tal qual foi emendada na Constituição da Organização Internacional do Trabalho, de 1946, com exclusão dos territórios a que se referem os parágrafos 4.º e 5.º do dito artigo emendado, todo Membro da Organização que ratificar a presente convenção deverá comunicar ao Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho, o mais brevemente possível, depois de sua ratificação, declaração que indique:

a) os territórios nos quais se compromete a aplicar, sem modificação, as disposições da convenção;

b) os territórios nos quais se compromete a aplicar as disposições da convenção com modificações, e em que consistem essas modificações;

c) os territórios aos quais a convenção é inaplicável e, nesse caso, as razões pelas quais é inaplicável;

d) os territórios para os quais reserva sua decisão.

2. Os compromissos mencionados nas alíneas a) e b) do parágrafo primeiro do presente artigo serão reputados partes integrantes da ratificação e produzirão efeitos idênticos.

3. Todo Membro poderá renunciar, em nova declaração, no todo ou em parte, a qualquer reserva contida em sua declaração anterior, em virtude das alíneas b), c) e d) do parágrafo 1.º do presente artigo.

4. Todo Membro poderá, durante os períodos no curso dos quais a presente convenção pode ser denunciada conforme as disposições do artigo 17, comunicar ao Diretor Geral nova declaração modificando em qualquer outro ponto os termos de toda declaração anterior e dando a conhecer a situação nos territórios que especificar.

ARTIGO 14

1. Quando as questões tratadas pela presente convenção entram no quadro da própria competência das autoridades de um território não metropolitano, o Membro responsável pelas relações internacionais desse território de acordo com seu próprio governo, poderá comunicar ao Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho uma declaração de aceitação, em nome desse território, das obrigações da presente convenção.

2. Uma declaração de aceitação das obrigações da presente convenção pode ser comunicada ao Diretor geral da Repartição Internacional do Trabalho:

a) por dois ou mais Membros da Organização para um território colocado sob sua autoridade conjunta;

b) por qualquer autoridade internacional responsável pela administração de um território em virtude das disposições da Carta das Nações Unidas ou de qualquer outra disposição em vigor, a respeito desse território.

3. As declarações comunicadas ao Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho, conforme as disposições dos parágrafos do presente artigo, devem indicar se as disposições da convenção serão aplicadas no território com ou sem modificações; quando a declaração indicar que as disposições da convenção se aplicam

sob reserva de modificações, ela deverá especificar em que consistem as ditas modificações.

4. O Membro ou Membros ou autoridade internacional interessados poderão renunciar inteira ou parcialmente, em declaração ulterior, ao direito de invocar modificação indicada em qualquer declaração anterior.

5. O Membro ou Membros ou autoridade internacional interessados poderão, durante os períodos no curso dos quais a convenção pode ser denunciada conforme as disposições do artigo 17, comunicar ao Diretor Geral nova declaração modificando em qualquer outro ponto os termos de toda declaração anterior e esclarecendo a situação no que concerne à aplicação desta convenção.

ARTIGO 15

As ratificações formais da presente convenção serão comunicadas ao Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho e por ele registradas.

ARTIGO 16

1. A presente convenção não obrigará senão os Membros da Organização Internacional do Trabalho cuja ratificação tenha sido registrada pelo Diretor Geral.

2. Ela entrará em vigor doze meses depois que as ratificações de dois Membros tiverem sido registradas pelo diretor Geral.

3. Em seguida, esta convenção entrará em vigor para cada Membro doze meses depois da data em que sua ratificação tiver sido registrada.

ARTIGO 17

1. Todo Membro que tiver ratificado a presente convenção pode denunciá-la no fim de um período de dez anos depois da data da entrada em vigor inicial da convenção por ato comunicado ao Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho e por ele registrado. A denúncia não terá efeito senão um ano depois de ter sido registrada.

2. Todo Membro que, tendo ratificado a presente convenção, dentro do prazo de um ano depois da expiração do período de dez anos mencionado no parágrafo precedente, não fizer uso da faculdade de denúncia prevista no presente artigo, será

obrigado por novo período de dez anos, e, depois disso, poderá denunciar a presente convenção no fim de cada período de dez anos nas condições previstas no presente artigo.

ARTIGO 18

1. O Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho notificará a todos os Membros da Organização Internacional do Trabalho o registro de todas as ratificações que lhe forem comunicadas pelos Membros da Organização.

2. Notificando aos Membros da Organização o registro da segunda ratificação que lhe fôr comunicada, o Diretor Geral chamará a atenção dos Membros da Organização para a data em que a presente Convenção entrará em vigor.

ARTIGO 19

O Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho enviará ao Secretário Geral das Nações Unidas, para fim de registro, conforme o art. 102 da Carta das Nações Unidas informações completas a respeito de todas as ratificações, declarações e atos de denúncia que houver registrado conforme os artigos precedentes.

ARTIGO 20

A expiração de cada período de dez anos, a contar da entrada em vigor da presente convenção, o Conselho de administração do Bureau Internacional do Trabalho deverá apresentar na Conferência geral um relatório sobre a aplicação da presente convenção e decidirá da oportunidade de inscrever na ordem do dia da Conferência a questão de sua revisão total ou parcial.

ARTIGO 21

1. No caso de a Conferência adotar nova convenção de revisão total ou parcial da presente convenção, e a menos que a nova convenção disponha diferentemente:

a) a ratificação por um Membro da nova convenção de revisão acarretará, de pleno direito, não obstante o artigo 17 acima, denúncia imediata da presente convenção quando a nova convenção de revisão tiver entrado em vigor;

b) a partir da data da entrada em vigor da nova convenção de revisão, a presente convenção cessará de estar aberta à ratificação dos Membros.

2. A presente convenção ficará, em qualquer caso, em vigor, na forma e no conteúdo, para os Membros que a tiverem ratificado e que não tiverem ratificado a convenção de revisão.

ARTIGO 22

As versões em francês e em inglês do texto da presente convenção fazem igualmente fé.

O texto precedente é o texto autêntico da convenção devotamente adotada pela Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho em sua trigésima primeira sessão realizada em São Francisco e declarada encerrada em dez de julho de 1948.

Em fé do que apuseram suas assinaturas, neste trigésimo primeiro dia de agosto de 1948.

O Presidente da Conferência, *Jus-tin Godart*.

O Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho. — *Edward Phelan*.

Convenção 89

RELATIVA AO TRABALHO NOTURNO DAS MULHERES OCUPADAS NA INDÚSTRIA (REVISTA EM 1948)

A Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho,

Convocada em São Francisco pelo Conselho de Administração da Repartição Internacional do Trabalho, e aí se tendo reunido a 17 de junho de 1948, em sua trigésima primeira sessão.

Depois de haver decidido adotar diversas proposições relativas à revisão parcial da Convenção sobre o Trabalho noturno (mulheres), 1919, adotada pela Conferência em sua primeira sessão, e da Convenção sobre o Trabalho noturno (mulheres) (revista), 1934, adotada pela Conferência em sua décima oitava sessão, questão que constitui o nono ponto da ordem do dia da sessão,

Considerando que essas proposições deveriam tomar a forma de uma Convenção Internacional,

adota, neste nono dia de julho de mil novecentos e quarenta e oito, a seguinte Convenção que será denominada Convenção sobre o trabalho noturno (mulheres) (revista), 1948.

I PARTE

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1.º

1. Para os fins da presente Convenção, serão consideradas como "empresas industriais", notadamente:

(A) As minas, pedreiras e indústrias extrativas de toda natureza;

(B) As empresas nas quais os produtos são manufaturados, alterados, limpos, reparados, decorados, acabados, preparados para a venda, destruídos ou jewelidos, ou nas quais as matérias sofrem uma transformação, compreendidas as empresas de construção de navios, de produção, de transformação e de transmissão de electricidade e de força motriz em geral;

(C) As empresas de construção, e de engenharia civil, compreendendo os trabalhos de construção, reparação, manutenção, transformação e demolição.

2. A autoridade competente determinará a linha divisória entre a indústria, de um lado, a agricultura, o comércio e os trabalhos não industriais, de outro.

Artigo 2.º

Para os fins da presente Convenção, o termo "noite", significa um período de pelo menos onze horas consecutivas, compreendendo um intervalo determinado por autoridade competente, de, pelo menos, sete horas consecutivas, intercalando-se entre dez horas da noite e sete horas da manhã; a autoridade competente poderá prescrever intervalos diferentes para regiões, indústrias, empresas ou ramos de indústria ou de empresas, mas consultará as organizações de empregadores e de trabalhadores interessados antes de determinar um intervalo que se inicie depois de onze horas da noite.

Artigo 3.º

As mulheres, sem distinção de idade, não poderão ser empregadas durante a noite, em nenhuma empresa industrial, pública ou privada, ou em dependência de uma dessas empre-

sas, excetuadas as empresas onde somente são empregados membros de uma mesma família.

Artigo 4.º

O Artigo 3.º não será aplicado:

(A) em caso de força maior, quando em uma empresa se produza uma interrupção de exploração impossível de prever e que não seja de caráter periódico;

(B) no caso em que o trabalho se faça com matérias primas ou matérias em elaboração, que sejam suscetíveis de alteração rápida quando esse trabalho noturno é necessário para salvar tais matérias de perda inevitável.

Artigo 5.º

1. Quando, em razão de circunstâncias particularmente graves, o interesse nacional o exigir, a interdição do trabalho noturno das mulheres poderá ser suspensa por decisão do governo, depois de consulta às organizações de empregadores e de empregadas interessadas.

2. Tal suspensão deverá ser notificada ao Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho, pelo governo interessado em seu relatório anual sobre a aplicação da Convenção.

Artigo 6.º

Nas empresas industriais sujeitas às influências das estações, e em todos os casos em que circunstâncias excepcionais o exigirem, a duração do período noturno, indicado no artigo 2.º, poderá ser reduzida a dez horas durante sessenta dias do ano.

Artigo 7.º

Nos países em que o clima torna o trabalho diurno particularmente penoso, o período noturno pode ser mais curto que o fixado nos artigos acima, com a condição de ser concedido um repouso compensador durante o dia.

Artigo 8.º

A presente Convenção não se aplica:

(A) às mulheres que ocupam postos de responsabilidade de direção ou de natureza técnica;

(B) às mulheres ocupadas em serviços de higiene e de bem estar que não executem normalmente trabalho manual.

II PARTE

DISPOSIÇÕES ESPECIAIS PARA CERTOS PAÍSES

Artigo 9.º

Nos países onde nenhuma regulamentação pública se aplica ao emprego noturno de mulheres em empresas industriais, o termo "noite" poderá provisoriamente, e por um período máximo de três anos, designar, a critério do governo, um período de somente dez horas, o qual compreenderá um intervalo, determinado pela autoridade competente, de pelo menos, sete horas consecutivas e intercalados entre dez horas da noite e sete horas da manhã.

Artigo 10

1. As disposições da presente Convenção aplicam-se à Índia, sob reserva das modificações previstas no presente artigo.

2. As ditas disposições aplicam-se a todos os territórios nos quais o poder legislativo da Índia tem competência para aplicá-las.

3. O termo "empresas industriais" compreenderá:

(A) as fábricas, definidas como tais na Lei sobre as fábricas da Índia (Indian Factories Act);

(B) as minas às quais se aplique a Lei de minas da Índia (India Mines Act).

Artigo 11

1. As disposições da presente Convenção, aplicam-se ao Paquistão sob reserva das modificações previstas no presente artigo.

2. As ditas disposições aplicam-se a todos os territórios aos quais o poder legislativo do Paquistão tem competência para aplicá-las.

3. O termo "empresas industriais" compreenderá:

(A) As fábricas, definidas como tais na Lei sobre fábricas (Factories Act);

(B) As minas às quais se aplique a Lei de minas (Mines Act)

Artigo 12

1. A Conferência Internacional do Trabalho pode em qualquer sessão em que a matéria esteja inscrita na ordem do dia, adotar por maioria de dois terços os projetos de emenda a um ou a vários dos artigos preceitantes da Parte II da presente Convenção.

2. Tal projeto de emenda deverá indicar o Membro, ou os Membros aos quais se aplique e deverá, no prazo de uma ano, ou, por circunstâncias excepcionais, no prazo de dezoito meses a partir do encerramento da sessão da Conferência, ser submetido pelo Membro ou Membros aos quais se aplique, à autoridade ou autoridades às quais compete a matéria, a fim de ser transformado em lei ou para que se tome medida de outra ordem.

3. O Membro que tiver obtido o consentimento da autoridade ou das autoridades competentes comunicará sua ratificação formal da emenda ao Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho, para fins de registro.

4. Tal projeto de emenda, uma vez ratificado pelo Membro ou Membros aos quais se aplica, entrará em vigor como emenda da presente Convenção.

III PARTE

DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 13

As ratificações formais da presente Convenção serão comunicadas ao Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho para fins de registro.

Artigo 14

1. A presente Convenção não obrigará senão os Membros da Organização Internacional do Trabalho cuja ratificação tiver sido registrada pelo Diretor Geral.

2. Ela entrará em vigor doze meses depois que as ratificações de dois Membros tiverem sido registradas pelo Diretor Geral.

3. Daí por diante esta Convenção entrará em vigor para cada Membro, doze meses após a data em que sua ratificação tiver sido registrada.

Artigo 15

1. Todo Membro que haja ratificado a presente Convenção, pode denunciá-la ao expirar um período de dez anos contado depois da data da vigência inicial da Convenção, em comunicação ao Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho e por ele registrado. A denúncia não entrará em vigor senão um ano depois de haver sido registrada.

2. Todo Membro que haja ratificado a presente Convenção e que, no ano seguinte à expiração do prazo de dez anos mencionado no parágrafo precedente, não faça uso da faculdade de denúncia prevista pelo presente artigo, ficará obrigado para um novo período de dez anos, e daí por diante poderá denunciar a presente Convenção ao fim de cada período de dez anos nas condições previstas no presente artigo.

Artigo 16

1. O Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho notificará a todos os Membros da Organização Internacional do Trabalho o registro de todas as ratificações e denúncias que lhe forem comunicadas pelos Membros da Organização.

2. Ao notificar aos Membros da Organização o registro da segunda ratificação que lhe fôr comunicada, o Diretor Geral pedirá a atenção dos Membros da Organização para a data em que a presente Convenção entrará em vigor.

Artigo 17

O Diretor Geral da Organização Internacional do Trabalho comunicará ao Secretário Geral das Nações Unidas para fins de registro, em conformidade com o artigo 102 da Carta das Nações Unidas, informações completas sobre todas as ratificações e todos os atos de denúncia que houver registrado conforme os artigos precedentes.

Artigo 18

Ao fim de cada período de dez anos, a contar da entrada em vigor da presente Convenção, o Conselho de Administração da Repartição Internacional do Trabalho deverá apresentar à Conferência Geral um relatório sobre a aplicação da presente Convenção e decidirá da oportunidade de inscrever na ordem da Conferência, a questão de sua revisão total ou parcial.

Artigo 19

1. Caso a Conferência adote uma nova Convenção contendo a revisão total ou parcial da presente Convenção, e a menos que a nova Convenção disponha de outra maneira,

(A) a ratificação por um Membro da nova Convenção contendo a revisão acarretará ipso jure, não obstante o artigo 15 acima, a denúncia

imediate da presente Convenção, sob reserva de haver a nova Convenção contendo a revisão entrado em vigor;

(B) a partir da data da entrada em vigor da nova Convenção contendo a revisão, a presente Convenção cessará de estar aberta à ratificação dos Membros.

2. A presente Convenção ficará, em todo caso, em vigor na sua forma e teor para os Membros que a tiverem ratificado e que não tiverem ratificado a Convenção contendo a revisão.

Artigo 20

As versões em francês e inglês do texto da presente Convenção fazem igualmente fé.

O que precede é o texto autêntico da Convenção devidamente adotada pela Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho em sua trigésima primeira sessão realizada em São Francisco e que foi declarada encerrada aos dez dias do mês de julho de 1948.

Em fé do que apuseram suas assinaturas aos trinta e um dias do mês de agosto de 1948:

O Presidente da Conferência. — *Justin Godart.*

O Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho. — *Edward Phelan.*

Convenção 95

CONVENÇÃO DO CONCERNENTE A PROTEÇÃO DO SALÁRIO, ADOPTADA PELA CONFERÊNCIA EM SUA TRIGÉSIMA SEGUNDA SESSÃO — GENEVRA 1.º DE JULHO DE 1949.

TEXTO AUTÊNTICO

A Conferência geral da Organização Internacional do Trabalho,

Convocada em Genebra pelo Conselho de Administração da Repartição Internacional do Trabalho e aí se tendo reunido em 8 de junho de 1949, em sua trigésima segunda sessão.

Depois de haver decidido adotar diversas proposições relativas à proteção do salário, questão que constitui o sétimo ponto na ordem do dia da sessão,

Depois de haver decidido que essas proposições tomariam a forma de uma convenção internacional,

Adota, neste primeiro dia de julho de mil novecentos e quarenta e nove, a convenção seguinte, que será denominada Convenção para a proteção do salário, de 1949.

ARTIGO 1.º

Para os fins da presente convenção, o termo "salário" significa, qualquer que seja a denominação ou o modo de cálculo, a remuneração ou os ganhos susceptíveis de serem avaliados em espécie ou fixados por acôrdo ou pela legislação nacional, que são devidos em virtude de um contrato de aluguel de serviços, escrito ou verbal, por um empregador a um trabalhador, seja por trabalho efetuado, ou pelo que deverá ser efetuado, seja por serviços prestados ou que devam ser prestados.

ARTIGO 2.º

1. A presente convenção se aplica a todas as pessoas às quais um salário é pago ou pagável.

2. A autoridade competente, depois de consulta às organizações de empregadores e de trabalhadores, onde essas organizações existem, e estão diretamente interessadas, poderá excluir da aplicação do todo ou de certas disposições da presente convenção, as categorias de pessoas que trabalham em circunstâncias e em condições de empregos tais que a aplicação de todas ou de certas das ditas disposições não seria conveniente, e que não são empregadas em trabalhos manuais, ou que são empregadas em serviços domésticos ou ocupações análogas.

3. Cada Membro deve indicar, no seu primeiro relatório anual sobre a aplicação da presente convenção, que deve ser apresentado em virtude do artigo 22 da Constituição da Organização Internacional do Trabalho toda categoria de pessoas que se propõe a excluir da aplicação de todas ou de uma das disposições da convenção de conformidade com os termos do parágrafo precedente. Posteriormente, nenhum Membro poderá proceder a exclusões, salvo no que concerne às categorias de pessoas assim indicadas.

4. Cada Membro que tiver indicado no seu primeiro relatório anual as categorias de pessoas que se propõe a excluir da aplicação de todas ou de uma das disposições da presente convenção deve indicar, em seus relató-

rios, ulteriores, as categorias de pessoas para as quais renuncia ao direito de recorrer a disposições do parágrafo 2.º do presente artigo, e qualquer progresso que possa ter havido na possibilidade de aplicação da presente convenção a essas categorias de pessoas.

ARTIGO 3.º

1. Os salários pagáveis em espécie serão pagos exclusivamente em moeda de curso legal, o pagamento sob forma de ordem de pagamento, bônus, coupons ou sob toda qualquer outra forma que se suponha representar a moeda de curso legal, será proibida.

2. A autoridade competente poderá permitir ou prescrever o pagamento do salário em cheque contra um banco ou em cheque ou vale postal, quando esse modo de pagamento for de prática corrente ou necessário em razão de circunstâncias especiais, quando uma convenção coletiva ou uma sentença arbitral o determinar, ou quando, apesar de tais disposições, o trabalhador interessado consentir.

ARTIGO 4.º

1. A legislação nacional, as convenções coletivas ou as sentenças arbitrais podem permitir o pagamento parcial do salário em espécie nas indústrias ou nas profissões em causa. O pagamento do salário sob forma de bebidas alcoólicas ou de drogas nocivas não será admitido em caso algum.

2. Nos casos em que o pagamento parcial do salário em espécie é autorizado, serão tomadas medidas apropriadas para que:

a) as prestações em espécie sirvam para o uso pessoal do trabalhador e de sua família e lhes tragam benefício;

b) o valor atribuído a essas prestações seja justo e razoável.

ARTIGO 5.º

O salário será pago diretamente ao trabalhador interessado, a menos que a legislação nacional, uma convenção coletiva ou uma sentença arbitral disponha diferentemente ou que o trabalhador interessado aceite outro processo.

ARTIGO 6.º

Fica o empregador proibido de restringir a liberdade do trabalhador de dispor de seu salário da maneira que lhe convier.

ARTIGO 7.º

Quando em uma empresa forem instaladas lojas para vender mercadorias aos trabalhadores ou serviços a ela ligados e destinados a fazer-lhes fornecimentos, nenhuma pressão será exercida sobre os trabalhadores interessados para que eles façam uso dessas lojas ou serviços.

2. Quando o acesso a outras lojas ou serviços não for possível, a autoridade competente tomará medidas apropriadas no sentido de obter que as mercadorias sejam vendidas e que os serviços sejam fornecidos a preços justos e razoáveis ou que as lojas ou serviços estabelecidos pelo empregador não sejam explorados com fins lucrativos, mas sim no interesse dos trabalhadores.

ARTIGO 8.º

1. Descontos em salários não serão autorizados, senão sob condições e limites prescritos pela legislação nacional ou fixados por convenção coletiva ou sentença arbitral.

2. Os trabalhadores deverão ser informados, da maneira que a autoridade competente considerar mais apropriada, das condições e limites nos quais tais descontos puderem ser efetuados.

ARTIGO 9.º

Fica proibido qualquer desconto dos salários cuja finalidade seja assegurar pagamento direto ou indireto do trabalhador ao empregador, a representante deste ou a qualquer intermediário (tal como um agente encarregado de recrutar a mão de obra), com o fim de obter ou conservar um emprego.

ARTIGO 10

1. O salário não poderá ser objeto de penhora ou cessão, a não ser segundo as modalidades e nos limites prescritos pela legislação nacional.

2. O salário deve ser protegido contra a penhora ou a cessão na medida julgada necessária para assegurar a manutenção do trabalhador e de sua família.

ARTIGO 11

1. Em caso de falência ou de liquidação judiciária de uma empresa, os trabalhadores seus empregados serão tratados como credores privilegiados, seja pelos salários que lhes são devi-

dos a título de serviços prestados no decorrer de período anterior à falência ou à liquidação e que será prescrito pela legislação nacional, seja pelos salários que não ultrapassem limite prescrito pela legislação nacional.

2. O salário que constitua crédito privilegiado será pago integralmente antes que os credores comuns possam reivindicar sua parte.

3. A ordem de prioridade do crédito privilegiado constituído pelo salário, em relação aos outros créditos privilegiados, deve ser determinada pelo legislação nacional.

ARTIGO 12

1. O salário será pago em intervalos regulares. A menos que haja outras combinações satisfatórias que assegurem o pagamento do salário com intervalos regulares, os intervalos nos quais o salário deve ser pago serão prescritos pela legislação nacional ou fixados por convenção coletiva ou sentença arbitral.

2. Quando o contrato de trabalho terminar, a fixação final da totalidade do salário devido será feita de conformidade com a legislação nacional, com alguma convenção coletiva ou uma sentença arbitral, ou, na falta de tal legislação, convenção ou sentença, dentro de um prazo razoável, tendo-se em vista as disposições do contrato.

ARTIGO 13

1. O pagamento do salário, quando feito em espécie, será efetuado somente nos dias úteis, e no local do trabalho ou na proximidade deste, a menos que a legislação nacional, uma convenção coletiva ou uma sentença arbitral disponham diferentemente ou que outras soluções do conhecimento dos trabalhadores interessados pareçam mais apropriadas.

2. Fica proibido o pagamento do salário em bases ou estabelecimentos similares e, se necessário prevenir abusos, nos estabelecimentos de venda a varejo e nas casas de diversão, salvo quando se trate de pessoas ocupadas nesses estabelecimentos.

ARTIGO 14

Se for o caso, serão tomadas medidas eficazes com o fim de informar os trabalhadores de maneira apropriada e facilmente compreensível:

a) das condições de salário que lhes serão aplicáveis, antes que eles sejam admitidos em um emprego, ou quando houver quaisquer mudanças nessas condições;

b) quando do pagamento do salário, dos elementos que constituem seu salário pelo período de paga considerado, na medida em que esses elementos não suscetíveis de variar.

ARTIGO 15

A legislação que tornar efetivas as disposições da presente convenção deve:

a) ser levada ao conhecimento dos interessados;

b) indicar as pessoas encarregadas de assegurar sua execução;

c) prescrever as sanções apropriadas em caso de infração;

d) estabelecer, em todos os casos previstos, registros em dia, segundo forma e método apropriados.

ARTIGO 16

Os relatórios anuais que devem ser apresentados nos termos do artigo 22 da Constituição da Organização Internacional do Trabalho, conterão informações completas sobre as medidas que tornem efetivas as disposições da presente convenção.

ARTIGO 17

1. Quando o território de um Membro compreende extensas regiões onde, em razão da pouca densidade da população ou do estado de seu desenvolvimento, a autoridade competente considera impraticáveis as disposições da presente convenção, ela pode, depois de consultar as organizações de empregadores e de trabalhadores interessadas, onde tais organizações existam, isentar as ditas regiões da aplicação da convenção, seja de maneira geral, seja com as exceções que julgar apropriadas em relação a certas empresas ou a certos trabalhos.

2. Todo membro deverá indicar, em seu primeiro relatório anual sobre a aplicação da presente convenção, que será apresentado, em virtude do artigo 22 da Constituição da Organização Internacional do Trabalho, todas as regiões nas quais se propõe a recorrer às disposições do presente artigo, e deve dar razões por que se propõe recorrer a elas. Posteriormente, nenhum Membro po-

derá recorrer às disposições do presente artigo, salvo no que concerne às regiões que tenha assim indicado.

3. Todo Membro que recorrer às disposições do presente artigo, deverá reconsiderar, com intervalos que não excedam de três anos e consultando as organizações de empregadores e de empregados interessadas, onde tais organizações existem, a possibilidade de estender a aplicação da presente convenção às regiões isentas em virtude do parágrafo 1.º.

ARTIGO 18

As ratificações formais da presente convenção serão comunicadas ao Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho e por ele registradas.

ARTIGO 19

1. A presente convenção não obrigará senão os Membros da Organização Internacional do Trabalho cuja ratificação tiver sido registrada pelo Diretor Geral.

2. Ela entrará em vigor doze meses depois que as ratificações de dois Membros tiverem sido registradas pelo Diretor geral.

3. Posteriormente, esta convenção entrará em vigor para cada Membro doze meses depois da data em que sua ratificação tiver sido registrada.

ARTIGO 20

1. As declarações que forem comunicadas ao Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho, de conformidade com o parágrafo 2.º do artigo 35 da Constituição da Organização Internacional do Trabalho, deverão indicar:

a) os territórios nos quais o Membro interessado se compromete a aplicar, sem modificação, as disposições da convenção;

b) os territórios nos quais ele se compromete a aplicar as disposições da convenção com modificações, e em que consistem essas modificações;

c) os territórios aos quais a convenção é inaplicável e, nesse caso, as razões pelas quais ela é inaplicável;

d) os territórios para os quais reserva sua decisão, esperando exame mais aprofundado da respectiva situação.

2. Os compromissos mencionados nas alíneas a e b do parágrafo primeiro do presente artigo, serão reputados partes integrantes da ratificação e produzirão idênticos efeitos.

3. Todo Membro poderá renunciar, em nova declaração, no todo ou em parte, às reservas contidas em sua declaração anterior em virtude das alíneas b, c, e d, do parágrafo primeiro do presente artigo.

4. Todo Membro poderá, durante os períodos no curso dos quais a presente convenção pode ser denunciada de conformidade com as disposições do artigo 22, comunicar ao Diretor Geral nova declaração modificando em qualquer outro ponto os termos de qualquer declaração anterior e esclarecendo a situação dos territórios que especificar.

ARTIGO 21

1. As declarações comunicadas ao Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho de conformidade com os parágrafos 4.º e 5.º do artigo 35 da Constituição da Organização Internacional do Trabalho devem indicar se as disposições da convenção serão aplicadas no território, com ou sem modificações; quando a declaração indicar que as disposições da convenção serão aplicadas sob reserva de modificações, ela deve especificar em que consistem as ditas modificações.

2. O Membro ou os Membros ou a autoridade internacional interessados poderão renunciar, inteira ou parcialmente, em declaração ulterior, ao direito de invocar modificação indicada em declaração anterior.

3. O Membro ou os Membros ou a autoridade internacional interessados poderão, durante os períodos no curso dos quais a convenção pode ser denunciada de conformidade com as disposições do artigo 22, comunicar ao Diretor Geral nova declaração modificando, em qualquer outro ponto, os termos de qualquer declaração anterior e esclarecendo a situação no que concerne à aplicação desta convenção.

ARTIGO 22

1. Todo Membro que tiver ratificado a presente convenção pode denunciá-la à expiração de um prazo de dez anos após a data da entrada em vigor inicial da convenção, por ato comunicado ao Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho e por ele registrado. Tal denúncia não terá efeito senão um ano depois de registrada.

2. Todo Membro que, tendo ratificado a presente convenção, dentro

do prazo de um ano depois da expiração do período de dez anos mencionado no parágrafo precedente, não fizer uso da faculdade de denúncia prevista pelo presente artigo, estará comprometido para um novo período de 10 anos, e, posteriormente, poderá denunciar a presente convenção à expiração de cada período de dez anos nas condições previstas no presente artigo.

ARTIGO 23

1. O Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho notificará a todos os Membros da Organização Internacional do Trabalho o registro de todas as ratificações, declarações e denúncias que lhe forem comunicadas pelos Membros da Organização.

2. Notificando aos Membros da Organização o registro da segunda ratificação que lhe for comunicada, o Diretor Geral chamará a atenção dos Membros da Organização para a data da entrada em vigor da presente convenção.

ARTIGO 24

O Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho enviará ao Secretário Geral das Nações Unidas, para fins de registro, de conformidade com o artigo 102 da Carta das Nações Unidas, informações completas a respeito de todas as ratificações, declarações e atos de denúncia que tenha registrado de conformidade com os artigos precedentes.

ARTIGO 25

A expiração de cada período de dez anos, a contar da entrada em vigor da presente convenção, o Conselho de Administração da Repartição Internacional do Trabalho deverá apresentar a Conferência Geral um relatório sobre a aplicação da presente convenção e decidirá, se for o caso, inscrever na ordem do dia da Conferência a questão de sua revisão total ou parcial.

ARTIGO 26

1. No caso de a Conferência adotar uma nova convenção de revisão total ou parcial da presente convenção, e a menos que a nova convenção disponha diferentemente:

a) a ratificação por um Membro da nova convenção de revisão provocará,

de pleno direito, não obstante o artigo 22 acima, denúncia imediata da presente convenção quando a nova convenção de revisão tiver entrado em vigor.

b) a partir da data da entrada em vigor da nova convenção de revisão, a presente convenção cessará de estar aberta à ratificação dos Membros.

2. A presente convenção ficará, em qualquer caso, em vigor, na forma e no conteúdo, para os Membros que a tiverem ratificado e que não tiverem ratificado a convenção de revisão.

ARTIGO 27

A versão francesa e a inglesa do texto da presente convenção fazem igualmente fé.

O texto precedente é o texto autêntico da convenção devidamente adotada pela Conferência geral da Organização Internacional do Trabalho, em sua trigésima segunda sessão, realizada em Genebra e declarada encerrada em 2 de julho de 1949.

Em fé do que apuseram suas assinaturas, neste décimo oitavo dia de agosto de 1949:

O Presidente da Conferência — *Guildhaume Myrddin-Evans*.

O Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho — *David A. Morse*.

O texto da presente Convenção e cópia exata do texto autenticado pelas assinaturas do Presidente da Conferência Internacional do Trabalho e do Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho.

Cópia certificada conforme e completa, pelo Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho — *C. W. Jenks*, Consultor Jurídico da Repartição Internacional do Trabalho.

Convenção 99

CONVENÇÃO CONCERNENTE AOS MÉTODOS DE FIXAÇÃO DE SALÁRIO MÍNIMO NA AGRICULTURA, ADOTADO PELA CONFERÊNCIA EM SUA TRIGÉSIMA QUARTA SESSÃO. GENEBRA, 28 DE JUNHO DE 1951

TEXTO AUTÊNTICO

A Conferência geral da Organização Internacional do Trabalho,

Convocada em Genebra pelo Conselho de Administração da Repartição

Internacional do Trabalho, e aí se tendo reunido em 6 de junho de 1951, em sua trigésima quarta sessão,

Depois de haver decidido adotar diversas proposições relativas aos meios de fixação dos salários mínimos na agricultura, questão que constitui o oitavo ponto na ordem do dia da sessão.

Depois de haver decidido que essas proposições tomariam a forma de uma convenção internacional.

Adota, neste vigésimo oitavo dia de junho de mil novecentos e cinquenta e um, a presente convenção, que será denominada Convenção sobre os métodos de fixação dos salários mínimos (agricultura), 1951:

ARTIGO 1.º

1. Cada Membro da Organização Internacional do Trabalho que ratifica a presente convenção se obriga a instituir ou a conservar os métodos apropriados que permitam fixar os totais mínimos de salários para os trabalhadores empregados nas empresas de agricultura e assim também as ocupações conexas.

2. Cada Membro que ratifica a presente convenção tem a liberdade, depois de consultar as organizações mais representativas de empregadores e trabalhadores interessadas, se houver, de determinar as empresas, as ocupações e as categorias de pessoas às quais serão aplicados os métodos de fixação dos salários mínimos previstos no parágrafo precedente.

3. A autoridade competente poderá excluir da aplicação do todo ou de certas das disposições da presente convenção as categorias de pessoas às quais essas disposições são inaplicáveis, em virtude de suas condições de emprego, tais como os membros da família do empregador por ele empregados.

ARTIGO 2.º

1. A legislação nacional, as convenções coletivas ou as sentenças arbitrais poderão permitir o pagamento parcial do salário mínimo "in natura" nos casos em que este modo de pagamento é desejável ou de prática corrente.

2. Nos casos em que o pagamento parcial do salário mínimo "in natura" é autorizado, devem ser tomadas medidas apropriadas a fim de que:

- a) as prestações "in natura" sirvam ao uso pessoal do trabalhador e de sua família e lhes tragam benefício;
- b) o valor dessas prestações seja justo e razoável.

ARTIGO 3.º

1. Cada Membro que ratifica a presente convenção terá a liberdade de determinar, sob reserva das condições previstas nos parágrafos seguintes, os métodos de fixação dos salários mínimos, assim como as modalidades de sua aplicação.

2. Antes que uma decisão seja tomada, deverá ser realizada ampla consulta preliminar às organizações mais representativas de empregadores e trabalhadores interessados, se as houver, e a todas as pessoas especialmente qualificadas a esse respeito por sua profissão ou suas funções, às quais a autoridade competente julgar útil dirigir-se.

3. Os empregadores e trabalhadores interessados deverão participar da aplicação dos métodos ou ser consultados ou ter o direito de serem ouvidos, sob a forma e na medida que poderão ser determinadas pela legislação nacional, porém, em qualquer caso, sobre a base da igualdade absoluta.

4. As taxas mínimas de salário que forem fixadas, serão obrigatórias para os empregadores e trabalhadores interessados, e não poderão ser diminuídas.

5. A autoridade competente poderá, onde isso for necessário, admitir derogações individuais das taxas mínimas de salários, a fim de evitar a diminuição das possibilidades de emprego dos trabalhadores de capacidade física ou mental reduzida.

ARTIGO 4.º

1. Todo Membro que ratifica a presente convenção deverá tomar as medidas que se impõem para que, de uma parte, os empregadores e trabalhadores interessados tenham conhecimento das taxas mínimas dos salários em vigor e que os salários não sejam inferiores às taxas mínimas aplicáveis; essas disposições devem compreender todas as medidas de controle, de inspeção e de sanções necessárias e as mais adaptáveis às condições da agricultura do país interessado.

2. Todo trabalhador ao qual as recebeu salários inferiores a essas taxas mínimas são aplicáveis e que taxas, deverão ter o direito, por via judiciária ou outra apropriada, de recuperar o montante da soma que lhe é devida, no prazo que poderá ser fixado pela legislação nacional.

ARTIGO 5.º

Todo Membro que ratifica a presente convenção deverá encaminhar cada ano à Repartição Internacional do Trabalho uma exposição geral indicando as modalidades de aplicação desses métodos, assim como os seus resultados. Esta exposição compreenderá as indicações sumárias sobre as ocupações e os números aproximados de trabalhadores submetidos a esta regulamentação, as taxas do salário mínimo fixadas, e, em sendo o caso, as outras medidas mais importantes relativas ao salário-mínimo.

ARTIGO 6.º

As ratificações da presente convenção serão comunicadas ao Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho e por ele registradas.

ARTIGO 7.º

1. A presente convenção não obrigará senão os membros da Organização Internacional do Trabalho cuja ratificação tiver sido registrada pelo Diretor Geral.

2. Ele entrará em vigor doze meses depois que as ratificações de dois Membros tiverem sido registradas pelo Diretor Geral.

3. Depois disso, esta convenção entrará em vigor, para cada Membro, doze meses após a data em que sua ratificação tiver sido registrada.

ARTIGO 8.º

1. As declarações que forem comunicadas ao Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho de conformidade com o parágrafo 2.º do artigo 35 da Constituição da Organização Internacional do Trabalho, deverão esclarecer:

a) os territórios nos quais o Membro interessado se compromete a aplicar, sem modificações, as disposições da convenção;

b) os territórios nos quais ele se compromete a aplicar as disposições

da convenção com as modificações, e em que consistem essas modificações:

c) os territórios para os quais a convenção é inaplicável e, nesse caso, as razões pelas quais ela é inaplicável;

d) os territórios para os quais ele reserva sua decisão esperando um exame mais profundo da respectiva situação.

2. Os compromissos mencionados nas alíneas a) e b) do primeiro parágrafo do presente artigo, serão reputadas partes integrantes da ratificação e produzirão idênticos efeitos.

3. Todo Membro poderá renunciar, em nova declaração, no todo ou em parte, a qualquer reserva contida em sua declaração anterior, em virtude das alíneas b) e c) do primeiro parágrafo do presente artigo.

4. Todo Membro poderá, durante os períodos no curso dos quais a presente convenção pode ser denunciada de conformidade com as disposições do artigo 10, comunicar ao Diretor Geral uma nova declaração modificando em qualquer ponto os termos de toda declaração anterior e dando a conhecer a situação nos territórios que especificar.

ARTIGO 9.º

1. As declarações comunicadas ao Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho de conformidade com os parágrafos 4.º e 5.º do artigo 35 da Constituição da Organização Internacional do Trabalho, devem indicar se as disposições da convenção serão aplicadas nos territórios com ou sem modificações; quando a declaração indica que as disposições da convenção se aplicam sob reserva de modificações, ela deve especificar em que consistem essas modificações.

2. O Membro ou os Membros ou a autoridade internacional interessados poderão renunciar inteira ou parcialmente, em declaração ulterior, ao direito de invocar uma modificação indicada em declaração anterior.

3. O Membro ou os Membros ou autoridade internacional interessados poderão, durante os períodos no curso dos quais a convenção pode ser denunciada de conformidade com as disposições do artigo 10, comunicar ao Diretor geral uma nova declaração modificando em qualquer outro ponto, os termos de uma declaração anterior e esclarecendo a situação no

que concerne à aplicação desta convenção.

ARTIGO 10

1. Todo Membro que tiver ratificado a presente convenção pode denunciá-la à expiração de um período de dez anos depois da data em que entrou em vigor pela primeira vez, por ato comunicado ao Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho e por ele registrado. A denúncia só terá efeito um ano depois de registrada.

2. Todo Membro que, tendo ratificado a presente convenção, dentro de um prazo de um ano após a expiração do período de dez anos mencionado no parágrafo precedente, não fizer uso da faculdade de denúncia prevista pelo presente artigo, ficará comprometido por um novo período de dez anos, e, depois disso, poderá denunciar a presente convenção à expiração de cada período de dez anos nas condições previstas no presente artigo.

ARTIGO 11

1. O Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho notificará a todos os Membros da Organização Internacional do Trabalho o registro de todas as ratificações, declarações e denúncias que lhe forem comunicadas pelos Membros da Organização.

2. Notificando aos Membros da Organização o registro da segunda ratificação que lhe for comunicada, o Diretor geral chamará a atenção dos Membros da Organização para a data em que a presente convenção entrar em vigor.

ARTIGO 12

O Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho enviará ao Secretário Geral das Nações Unidas, para fins de registro, de conformidade com o artigo 102 da Carta das Nações Unidas, as informações completas a respeito de todas as ratificações e de todos os atos de denúncia que tiver registrado de conformidade com os artigos precedentes.

ARTIGO 13

Cada vez que julgar necessário, o Conselho de Administração da Repartição Internacional do Trabalho apre-

sentará à Conferência geral um relatório sobre a aplicação da presente convenção e examinará a oportunidade de inscrever na ordem do dia da Conferência a questão de sua revisão total ou parcial.

ARTIGO 14

1. No caso de a Conferência adotar uma nova convenção de revisão total ou parcial da presente convenção e a menos que a convenção disponha o contrário:

a) a ratificação por um Membro da nova convenção de revisão acarretará, de pleno direito, não obstante o artigo 10 acima, denúncia imediata da presente convenção, quando a nova convenção de revisão tiver entrado em vigor;

b) a partir da data da entrada em vigor da nova convenção de revisão, a presente convenção cessará de estar aberta a ratificação dos Membros.

2. A presente convenção ficará, em qualquer caso, em vigor, na forma e no conteúdo, para os Membros que a tiverem ratificado e não tiverem ratificado a convenção de revisão.

ARTIGO 15

As versões em francês e inglês do texto da presente convenção fazem igualmente fé.

O texto precedente é o texto autêntico da convenção devidamente adotada na Conferência geral da Organização Internacional do Trabalho, em sua trigésima quarta sessão realizada em Genebra e que foi declarada encerrada em 29 de junho de 1951.

Em fé do que apuseram as suas assinaturas, neste segundo dia de agosto de 1951.

O Presidente da Conferência, *Rap-paré*.

O Diretor geral da Repartição Internacional do Trabalho, *David A. Morse*.

O Texto de Convenção aqui apresentado é uma cópia autenticada pelas assinaturas do Presidente da Conferência Internacional do Trabalho e do Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho.

Cópia certificada conforme e completa, pelo Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho: — C. W. Jenks, Consultor Jurídico da Repartição Internacional do Trabalho.

Convenção 100

CONVENÇÃO CONCERNENTE A IGUALDADE DE REMUNERAÇÃO PARA A MÃO DE OBRA MASCULINA E A MÃO DE OBRA FEMININA POR UM TRABALHO DE IGUAL VALOR ADOPTADA PELA CONFERÊNCIA EM SUA TRIGÉSIMA QUARTA SESSÃO, EM GENEBRA A 29 DE JUNHO DE 1951.

TÉXTO AUTÊNTICO

A Conferência geral da Organização Internacional do Trabalho,

Convocada em Genebra pelo Conselho de Administração da Repartição Internacional do Trabalho, e aí se tendo reunido em 6 de junho de 1951, em sua trigésima quarta sessão,

Depois de haver decidido adotar diversas proposições relativas ao princípio de igualdade de remuneração para a mão de obra masculina e a mão de obra feminina por trabalho de igual valor, questão que constitui o sétimo ponto da ordem do dia da sessão,

Depois de haver decidido que essas proposições tomariam a forma de uma convenção internacional,

adota, neste vigésimo nono dia de junho de mil novecentos e cinquenta e um, a presente convenção, que será denominada Convenção sobre a igualdade de remuneração, de 1951.

ARTIGO 1.º

Para os fins da presente convenção:

a) o termo "remuneração" compreende o salário ou o tratamento ordinário, de base, ou mínimo, e todas as outras vantagens, pagas direta ou indiretamente, em espécie ou "in natura" pelo empregador ao trabalhador em razão do emprego deste último;

b) a expressão "igualdade de remuneração para a mão de obra masculina e a mão de obra feminina por um trabalho de igual valor", se refere às taxas de remuneração fixas sem discriminação fundada no sexo.

ARTIGO 2.º

1. Cada Membro deverá, por meios adaptados aos métodos em vigor para

a fixação das taxas de remuneração, incentivar e, na medida em que isto é compatível com os ditos métodos, assegurar a aplicação a todos os trabalhadores do princípio de igualdade de remuneração para a mão de obra masculina e a mão de obra feminina por um trabalho de igual valor.

2. Este princípio poderá ser aplicado por meio:

- a) seja da legislação nacional;
- b) seja de qualquer sistema de fixação de remuneração estabelecida ou reconhecido pela legislação;
- c) seja de convenções coletivas firmadas entre empregadores e empregados;
- d) seja de uma combinação desses diversos meios.

ARTIGO 3.º

1. Quando tal providência facilitar a aplicação da presente convenção, tomar-se-ão medidas para desenvolver a avaliação objetiva dos empregados sobre a base dos trabalhos que eles comportam.

2. Os métodos a seguir para esta avaliação poderão ser objeto de decisões, seja da parte das autoridades competentes, no que concerne à fixação das taxas de remuneração, seja, se as taxas de remuneração forem fixadas em virtude de convenções coletivas, pelas partes destas convenções.

3. As diferenças entre as taxas de remuneração que correspondem, sem consideração de sexo, a diferenças resultantes de tal avaliação objetiva nos trabalhos a efetuar, não deverão ser consideradas como contrárias aos princípios de igualdade de remuneração para a mão de obra masculina e a mão de obra feminina por um trabalho de igual valor.

ARTIGO 4.º

Cada Membro colaborará, da maneira que convier, com as organizações de empregadores e de trabalhadores interessadas, a fim de efetivar disposições da presente convenção.

ARTIGO 5.º

As gratificações formais da presente convenção serão comunicadas ao Diretor geral da Repartição Internacional do Trabalho e por ele registradas.

ARTIGO 6.º

1. A presente convenção não obrigará senão os Membros da Organização Internacional do Trabalho cuja ratificação tiver sido registrada pelo Diretor Geral.

2. Ela entrará em vigor doze meses depois que as ratificações de dois Membros tiverem sido registradas pelo Diretor Geral.

3. Depois disso, esta convenção entrará em vigor para cada Membro doze meses depois da data em que sua ratificação tiver sido registrada.

ARTIGO 7.º

1. As declarações que forem comunicadas ao Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho, de conformidade com o parágrafo 2.º do artigo 35 da Constituição da Organização Internacional do Trabalho, deverão esclarecer:

a) os territórios nos quais o Membro interessado se compromete a aplicar, sem modificação, as disposições da convenção.

b) os territórios nos quais ele se compromete a aplicar as disposições da convenção com modificações, e em que consistem as ditas modificações;

c) os territórios aos quais a convenção é inaplicável e, neste caso, as razões pelas quais ela é inaplicável;

d) os territórios para os quais ele reserva sua decisão, esperando um exame mais aprofundado da respectiva situação.

2. As obrigações mencionadas nas alíneas a) e b) do primeiro parágrafo do presente artigo serão reputadas parte integrantes da ratificação e produzirão idênticos efeitos.

3. Qualquer Membro poderá renunciar, por meio de nova declaração, a toda ou parte das reservas contidas na sua declaração anterior em virtude das alíneas b), c) e d) do primeiro parágrafo do presente artigo.

4. Qualquer Membro poderá, durante os períodos no curso dos quais a presente convenção pode ser denunciada de conformidade com as disposições do artigo 9, comunicar ao Diretor Geral uma nova declaração modificando em qualquer outro ponto os termos de qualquer declaração anterior e dando a conhecer a situação nos territórios que especificar.

ARTIGO 8.º

1. As declarações comunicadas ao Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho de conformidade com os parágrafos 4 e 5 do artigo 35 da Constituição da Organização Internacional do Trabalho devem indicar se as disposições da convenção serão aplicadas no território com ou sem modificações; quando a declaração indica que as disposições da convenção se aplicam sob reserva de modificações, ela deve especificar em que consistem as ditas modificações.

2. O Membro ou Membros ou autoridade internacional interessados poderão renunciar inteira ou parcialmente, em declaração ulterior, ao direito de invocar uma modificação indicada em declaração anterior.

3. O Membro ou Membros ou a autoridade internacional interessados poderão, durante os períodos no curso dos quais a convenção pode ser denunciada de conformidade com as disposições do artigo 9, comunicar ao Diretor Geral nova declaração modificando, em qualquer outro ponto, os termos de uma declaração anterior e dando a conhecer a situação na que concerne à aplicação desta convenção.

ARTIGO 9.º

1. Um Membro que tiver ratificado a presente convenção pode denunciá-la à expiração de um período de dez anos após a data em que foi posta em vigor pela primeira vez, por ato comunicado ao Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho e por ele registrado. A denúncia não terá efeito senão um ano depois de ter sido registrada.

2. Todo Membro que, tendo ratificado a presente convenção, dentro de um prazo de um ano após a expiração do período de dez anos mencionados no parágrafo precedente, não fizer uso da faculdade de denúncia prevista pelo presente artigo, estará obrigado por um novo período de dez anos e, depois disso, poderá denunciar a presente convenção à expiração de cada período de dez anos nas condições previstas pelo presente artigo.

ARTIGO 10

O Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho notificará a todos os Membros da Organização In-

ternacional do Trabalho o registro de todas as ratificações, declarações e denúncias que lhe forem comunicadas pelos Membros da Organização.

2. Notificando aos Membros da Organização o registro da segunda ratificação que lhe tiver sido comunicado, o Diretor Geral chamará a atenção dos Membros da Organização para a data na qual a presente convenção entrar em vigor.

ARTIGO 11

O Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho comunicará ao Secretário Geral das Nações Unidas, para fins de registro, de conformidade com o artigo 102 da Carta das Nações Unidas, as informações completas a respeito de todas as ratificações, de todas as declarações e de todos os atos de denúncia que tiver registrado de conformidade com os artigos precedentes.

ARTIGO 12

Cada vez que julgar necessário, o Conselho de Administração da Repartição Internacional do Trabalho apresentará à Conferência geral um relatório sobre a aplicação da presente convenção e examinará a oportunidade de inscrever, na ordem do dia da Conferência, a questão de sua revisão total ou parcial.

ARTIGO 13

1. No caso em que a Conferência adote uma nova convenção revendo, total ou parcialmente, a presente convenção, a menos que a nova convenção disponha em contrário:

a) ratificação por um Membro da nova convenção de revisão, implicará, de pleno direito, não obstante o artigo 9.º acima, denúncia imediata da presente convenção quando a nova convenção de revisão tiver entrado em vigor;

b) a partir da data da entrada em vigor da nova convenção de revisão, a presente convenção cessará de estar aberta à ratificação dos Membros.

2. A presente convenção ficará, em qualquer caso, em vigor, na forma e no conteúdo, para os Membros que a tiverem ratificado e que não tiverem ratificado a convenção de revisão.

ARTIGO 14

A versão francesa e a inglesa do texto da presente convenção fazem igualmente fé.

O texto precedente é o texto autêntico da convenção devidamente adotada pela Conferência geral da Organização Internacional do Trabalho na sua trigésima quarta sessão realizada em Genebra e que foi declarada encerrada em 29 de junho de 1951.

Em Fé Do Que apuseram suas assinaturas, neste segundo dia de agosto de 1951,

O Presidente da Conferência — *Rappard*.

O Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho — *David A. Morse*.

O Texto da Convenção apresentado aqui é cópia exata do texto autenticado pelas assinaturas do Presidente da Conferência Internacional do Trabalho e do Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho.

Cópia certificada conforme e completa.

pelo Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho: *C. W. Jenks*, Consultor Jurídico da Repartição Internacional do Trabalho.

Convenção 101

CONVENÇÃO CONCERNENTE AS FÉRIAS PAGAS NA AGRICULTURA

A Conferência geral da Organização Internacional do Trabalho,

Convocada em Genebra pelo Conselho de Administração da Repartição Internacional do Trabalho, e aí se tendo reunido em 4 de junho de 1952, em sua trigésima quinta sessão.

Depois de haver decidido adotar diversas proposições relativas as férias pagas na agricultura, questão que constitui o quarto ponto da ordem do dia da sessão.

Depois de haver decidido que essas proposições tomariam a forma de uma convenção internacional, adota, neste vigésimo dia de junho de mil novecentos e cinquenta e dois, a convenção presente, que será denominada Convenção sobre as férias pagas (agricultura), de 1952.

ARTIGO 1.º

Aos trabalhadores empregados nas empresas de agricultura, assim como nas ocupações conexas, deverão ser concedidas férias anuais pagas depois de um período de serviço contínuo prestado ao mesmo empregador.

ARTIGO 2.º

1. Todo Membro que ratificar a presente convenção estará livre de decidir da maneira de serem asseguradas férias pagas na agricultura.

2. A concessão das férias pagas na agricultura poderá ser assegurada eventualmente por via de convenção coletiva ou confiando-se a sua regulamentação a organismos especiais.

3. Quando a maneira pela qual é assegurada a concessão das férias pagas na agricultura, permite:

a) deverá ser efetuada ampla consulta preliminar às organizações anais representativas de empregadores e de trabalhadores interessados, se existem, e a todas as outras pessoas especialmente qualificadas a este respeito por sua profissão ou suas funções, às quais a autoridade competente julgue útil dirigir-se;

b) os empregadores e trabalhadores interessados deverão participar da regulamentação das férias pagas, ou ser consultados ou ter o direito de serem ouvidos, na forma e na medida que poderão ser determinadas pela legislação nacional, mas em todos os casos em base de igualdade absoluta

ARTIGO 3.º

O período mínimo de serviço contínuo exigido e a duração mínima das férias anuais pagas, serão determinadas pela legislação nacional, por convenção coletiva, sentença arbitral ou por organismos especiais encarregados da regulamentação das férias pagas na agricultura, ou por qualquer outro meio aprovado pela autoridade competente.

ARTIGO 4.º

1. Todo Membro que ratifica a presente convenção terá a liberdade depois de consulta às organizações mais representativas de empregadores e de trabalhadores interessados, se as houver, de determinar as empresas, as ocupações e as categorias

de pessoas a que se refere o artigo 1.º às quais deverão aplicar-se as disposições da convenção.

2. Todo Membro que ratifica a presente convenção poderá excluir da aplicação de todas ou de certas disposições da convenção, as categorias de pessoas às quais essas disposições são inaplicáveis pelo fato de suas condições de emprego, tais como os membros da família do empregador por ele contratados.

ARTIGO 5.º

Quando oportuno, deverá ser previsto, de conformidade com o procedimento estabelecido para a regulamentação das férias pagas na agricultura:

a) um regime mais favorável para os jovens trabalhadores, inclusive os aprendizes, nos casos em que as férias pagas anuais concedidas aos trabalhadores adultos não forem consideradas apropriadas para os jovens trabalhadores;

b) aumento da duração das férias pagas, com a duração do serviço;

c) férias proporcionais, ou em falta delas, uma indenização compensadora, se o período de serviço contínuo de um trabalhador não lhe permite tomar férias anuais pagas mas ultrapassa um período mínimo determinado de conformidade com o procedimento estabelecido;

d) inclusão dos dias feriados oficiais e costumeiros, dos períodos de repouso semanal e nos limites fixados de conformidade com o procedimento estabelecido, das interrupções temporárias de trabalho devidas notadamente a enfermidades ou a acidentes.

ARTIGO 6.º

As férias anuais pagas poderão ser fracionadas nos limites que podem ser fixados pela legislação nacional, por convenções coletivas, sentenças arbitrais ou organismos especiais encarregados da regulamentação das férias pagas na agricultura, ou por qualquer outra forma aprovada pela autoridade competente.

ARTIGO 7.º

1. Toda pessoa que gozar férias em virtude da presente convenção receberá, por toda a duração das ditas

férias, uma remuneração que não poderá ser inferior à sua remuneração habitual, ou remuneração que poderia ser prescrita de conformidade com os parágrafos 2.º e 3.º do presente artigo.

2. A remuneração a ser paga pelo período de férias será calculada de maneira prescrita pela legislação nacional, por convenção coletiva, sentença arbitral ou organismos especiais encarregados da regulamentação das férias pagas na agricultura, ou por outra forma aprovada pela autoridade competente.

3. Quando a remuneração da pessoa que goza férias comporta prestações "in natura", poderá ser-lhe pago, pelo período de férias, o equivalente em espécie dessas prestações.

ARTIGO 8.º

Tôdo acôrdo referente ao abandono do direito de férias anuais pagas ou à renúncia às ditas férias deverá ser considerado nulo.

ARTIGO 9.º

Tôda pessoa despedida sem que tenha havido falta de sua parte, antes de ter gozado as férias que lhe são devidas, deverá receber, para cada dia de férias a que tem direito em virtude do presente convenção, a remuneração prevista no artigo 7.º.

ARTIGO 10.

Cada Membro que ratifica a presente convenção se compromete a fazer que ex: um sistema apropriado de inspeção e controle para assegurar a sua aplicação.

ARTIGO 11.

Cada Membro que ratifica a presente convenção, deverá comunicar cada ano, à Repartição Internacional do Trabalho uma exposição geral indicando a maneira pela qual as disposições da convenção são aplicadas. Esta exposição compreenderá indicações sumárias sobre as ocupações, as categorias e o número aproximado dos trabalhadores aos quais esta re-

gulamentação se aplica, a duração das férias concedidas e, em sendo o caso, as outras medidas tais importantes relativas às férias pagas na agricultura.

ARTIGO 12.

As ratificações formais da presente convenção serão comunicadas ao Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho e por ele registradas.

ARTIGO 13.

1. A presente convenção não obrigará senão os Membros da Organização Internacional do Trabalho cuja ratificação tenha sido registrada pelo Diretor Geral.

2. Ela entrará em vigor doze meses depois que as ratificações de dois Membros tiverem sido registradas pelo Diretor Geral.

3. Depois disso, esta convenção entrará em vigor para cada Membro doze meses depois da data em que sua ratificação tiver sido registrada.

ARTIGO 14.

1. As declarações que forem comunicadas ao Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho, de conformidade com o parágrafo 2.º do artigo 35 da Constituição da Organização Internacional do Trabalho, deverão esclarecer:

a) os territórios nos quais o Membro interessado se compromete a aplicar, sem modificações, as disposições da convenção;

b) os territórios nos quais ele se compromete a aplicar as disposições da convenção com modificações, e em que consistem essas modificações;

c) os territórios aos quais a convenção é inaplicável e, nesse caso, as razões pelas quais ela é inaplicável;

d) os territórios para os quais ele reserva sua decisão, esperando um exame mais aprofundado da respectiva situação.

2. Os compromissos mencionados nas alíneas a) e b) do primeiro parágrafo do presente artigo serão repu-

tados partes integrantes da ratificação e produzirão idênticos efeitos.

3. Todo membro poderá renunciar, em nova declaração, no todo ou em parte, a qualquer reserva contida em sua declaração anterior, em virtude das alíneas b, c e d do primeiro parágrafo do presente artigo.

4. Todo Membro poderá, durante os períodos no curso dos quais a presente convenção pode ser denunciada de conformidade com as disposições do artigo 16, comunicar ao Diretor Geral uma nova declaração modificando em qualquer outro ponto os termos de toda declaração anterior e dando a conhecer a situação dos territórios que especificar.

ARTIGO 15.

1. As declarações comunicadas ao Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho de conformidade com os parágrafos 4 e 5 do artigo 35 da Constituição da Organização Internacional do Trabalho devem indicar se as disposições da convenção serão aplicadas no território com ou sem as modificações; quando a declaração indicar que as disposições da convenção se aplicam sob reserva de modificações, ela deve especificar em que consistem as ditas modificações.

2. O Membro ou Membros ou a autoridade internacional interessados poderão renunciar inteira ou parcialmente, em declaração ulterior, ao direito de invocar uma modificação indicada em declaração anterior.

3. O Membro ou os Membros ou a autoridade internacional interessados poderão, durante os períodos no curso dos quais a convenção pode ser denunciada de conformidade com as disposições do artigo 16, comunicar ao Diretor Geral uma nova declaração modificando, em qualquer outro ponto, os termos de declaração anterior e esclarecendo a situação no que concerne à aplicação desta convenção.

ARTIGO 16.

1. Todo Membro que tiver ratificado a presente convenção pode denunciá-la à expiração de um período de 10 anos depois da data em que

entrou em vigor pela primeira vez, por ato comunicado ao Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho e por ele registrado. A denúncia só terá efeito um ano depois de registrada.

2. Todo Membro que, tendo ratificado a presente convenção, dentro de um prazo de um ano depois da expiração do período de 10 anos mencionado no parágrafo precedente, não fizer uso da faculdade de denúncia prevista no presente artigo, ficará comprometido por um novo período de 10 anos, e, depois disso, poderá denunciar a presente convenção à expiração de cada período de 10 anos nas condições previstas no presente artigo.

ARTIGO 17.

1. O Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho notificará a todos os membros da Organização Internacional do Trabalho o registro de todas as ratificações, declarações e denúncias que lhe forem comunicadas pelos membros da Organização.

2. Notificando aos Membros da Organização o registro da segunda ratificação que lhe for comunicada, o Diretor Geral chamará a atenção dos Membros da Organização para a data em que a presente convenção entrar em vigor.

ARTIGO 18.

O Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho enviará ao Secretário Geral das Nações Unidas, para fins de registro, de conformidade com o artigo 102 da Carta das Nações Unidas, informações completas a respeito de todas as ratificações, declarações e atos de denúncia que forem registrados de conformidade com os artigos presentes.

ARTIGO 19.

Cada vez que julgar necessário, o Conselho de Administração da Repartição Internacional do Trabalho apresentará à Conferência geral um relatório sobre a aplicação da presente convenção e examinará a oportunidade de inscrever na ordem do dia da Conferência a questão de sua revisão total ou parcial.

ARTIGO 20

1. No caso em que a Conferência adote uma nova convenção de revisão "total" ou parcial da presente convenção, e a menos que a nova convenção disponha de outra maneira:

a) a ratificação por um Membro da nova convenção de revisão acarretará, de pleno direito, não obstante o artigo 16 acima, denúncia imediata da presente convenção, quando a nova convenção de revisão tiver entrado em vigor;

b) a partir da data da entrada em vigor da nova convenção de revisão, a presente convenção cessará de estar aberta à ratificação dos Membros.

2. A presente Convenção ficará, em qualquer caso, em vigor, na forma e no conteúdo, para os Membros que a tiverem ratificado e não tiverem ratificado a convenção de revisão.

ARTIGO 21.

A versão francesa e a inglesa do texto da presente convenção fazem igualmente fé.

O texto precedente é o texto autêntico da convenção devidamente adotada pela Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho na sua trinta e quinta sessão realizada em Genebra e que foi declarada encerrada em 28 de junho de 1952.

Em fé do que apuseram suas assinaturas, neste quarto dia de julho de 1952.

LEI N.º 2.999 — DE 11 DE
DEZEMBRO DE 1956

Fixa os efetivos dos Quadros de Oficiais Aviadores, Intendentes, Médicos, Farmacêuticos, Especialistas em Aviação, em Comunicações, em Armamento, em Fotografia, em Meteorologia, em Controle de Tráfego Aéreo, em Suprimento Técnico de Infantaria ou Guarda e de Administração do Corpo de Oficiais da Aeronáutica, e dá outras providências.

(Publicado no Diário Oficial (Seção I) de 13 de dezembro de 1956).

Retificação

No art. 6.º, onde se lê:
Tenentes Coronéis
Majores

Leia-se:
Tenentes Coronéis 2
Majores 7

LEI N.º 3.173 — DE 6 DE
JUNHO DE 1957

Cria uma zona franca na cidade de Manaus, capital do Estado do Amazonas, e dá outras providências.

(Publicada no Diário Oficial — Seção I — de 12 de junho de 1957).

Retificação

Na referenda, onde se lê:
JUSCELINO KUBITSCHKE
Nereu Ramos
José Maria Alkmim

Leia-se:
JUSCELINO KUBITSCHKE
Nereu Ramos
José Maria Alkmim
Lucio Meira

página original em branco

EMENTÁRIO

Leis e decretos publicados nos
volumes V e VI de 1957, desta
coleção, classificados pela or-
dem alfabética dos assuntos

página original em branco

EMENTÁRIO

A

"A SUISSA" SOCIEDADE ANÔNIMA DE SEGUROS GERAIS

Apróva alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento do capital de responsabilidade da "A Suissa" Sociedade Anônima de Seguros Gerais.

Decreto n. 42.248 — de 5 de setembro de 1957.

ABERTURA DE CREDITO

— Ver:

O nome do Ministério ou Órgão.

ABRIGO JESUS

Declara de utilidade pública, o "Abrigo Jesus", com sede em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 42.119 — de 20 de agosto de 1957.

ACIDENTES DO TRABALHO

Altera disposições do Decreto-lei n.º 7.036, de 10 de novembro de 1944 (Reforma da Lei de Acidentes do Trabalho).

Lei n. 3.245 — de 19 de agosto de 1957.

— Ver, também:

Convenções.

ACÓRDOS

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 1.367.198,00, destinado a regularizar as despesas com a participação do Brasil na XI Reunião das Altas Partes Contratantes do Acôrdio Geral sobre Tarifas e Comércio, em Genebra, Suíça.

Lei n. 3.263 — de 17 de setembro de 1957.

ACÓRDOS

— *Prômulga o Acôrdio sobre Transportes Aéreos firmado, no Rio de Janeiro, a 28 de agosto de 1953, entre o Brasil e o Peru.*

Decreto n. 42.123 — de 21 de agosto de 1957.

AERONAUTICA

Fixa os efetivos dos Quadros de Oficiais Aviadores, Intendentes, Médicos, Farmacêuticos, Especialistas em Avião, em Comunicações, em Armamento, em Fotografia, em Meteorologia, em Contrôlo de Tráfego Aéreo, em Suprimento Técnico de Infantaria ou Guarda e de Administração do Corpo de Oficiais da Aeronáutica, e dá outras providências.

Lei n. 2.999 — de 11 de dezembro de 1956.

— *Regula o acesso nos Quadros do Corpo de Oficiais da Aeronáutica.*

Decreto n. 41.894 — de 25 de julho de 1957.

— *Cria o Símbolo do Estado-Maior das Forças Armadas, com as dimensões e características que especifica, e dá outras providências.*

Decreto n. 41.903 — de 20 de julho de 1957.

— *Autoriza o uso da Medalha "Marechal Trompowsky" nos uniformes militares.*

Decreto n. 42.041 — de 14 de agosto de 1957.

AERONAUTICA

— *Dá nova redação ao n.º 1 e n.º 3 dos arts. 122 e 271 do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 40.043, de 27 de setembro de 1956 (KRISAER).*

Decreto n. 42.200 — de 28 de agosto de 1957.

— *Altera o Regulamento da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica.*

Decreto n. 42.252 — de 10 de setembro de 1957.

— *Modifica o Regulamento da Escola de Especialistas de Aeronáutica.*

Decreto n. 42.261 — de 11 de setembro de 1957.

— *Acrescenta o n.º 7 ao art. 1.º do Decreto n.º 30.033, de 1.º de outubro de 1951, que disciplina a concessão da Gratificação de Técnico Militar prevista no art. 36 do CVVM.*

Decreto n. 42.917 — de 20 de setembro de 1957.

AERONAUTICA

— Ver, também:

Ministério da Aeronáutica.

AEROPORTOS

— Ver:

Ministério da Aeronáutica.

AFORAMENTOS

— Ver:

Terrenos de Marinha.

AGENCIA INTERNACIONAL DE ENERGIA ATÔMICA

Aprova o Estatuto da Agência Internacional de Energia Atômica.

Decreto Legislativo n.º 24 de 1957.

— *Promulga o Estatuto da Agência Internacional de Energia Atômica, assinado, na Sede das Nações Unidas, em Nova York, em 29 de outubro de 1956.*

Decreto n. 42.155 — de 27 de agosto de 1957.

AGRICOBRAZ - SOCIEDADE DE EXPANSÃO AGRÍCOLA E COMERCIAL LTDA.

Concede à Agricobraz - Sociedade de Expansão Agrícola e Comercial Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n. 41.794 — de 8 de julho de 1957.

ÁGUA MINERAL

Autoriza o cidadão brasileiro Aristeu Pereira a lavar água mineral no município de Santo Angelo, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto n. 41.969 — de 3 de agosto de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Marcelo Gedeon a pesquisar água mineral no município de Camacari, Estado da Bahia.*

Decreto n. 41.968 — de 3 de agosto de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Franklin de Castro Lima Filho a lavar água mineral no município de Teresina, Estado do Piauí.*

Decreto n. 51.969 — de 3 de agosto de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Alvinho Hosken de Oliveira a lavar água mineral no município de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 42.069 — de 19 de agosto de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Dotta a pesquisar água mineral no município de Ribeirão Pires, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 42.073 — de 19 de agosto de 1957.

— *Renova o Decreto n.º 36.881, de 7 de fevereiro de 1955.*

Decreto n. 42.083 — de 19 de agosto de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Alberto Elvino Zappe a pesquisar água mineral, no município de Castro, Estado do Paraná.*

Decreto n. 42.171 — de 28 de agosto de 1957.

ÁGUA MINERAL

— Autoriza o cidadão brasileiro Henrique Maria dos Santos a lavar água mineral no Município de Ser-tãozinho, Estado de São Paulo.

Decreto n. 42.198 — de 28 de agosto de 1957.

— Autoriza o cidadão brasileiro Elias Felipe Arber a pesquisar água mineral no município de Serra Negra, Estado de São Paulo.

Decreto n. 42.240 — de 5 de setembro de 1957.

— Autoriza o cidadão brasileiro Domingos Quirino Ferreira Neto a lavar água mineral no município e Estado de São Paulo.

Decreto n. 42.298 — de 20 de setembro de 1957.

ÁGUA MINERAL RADIOATIVA

Autoriza o cidadão brasileiro João Gomieri Sobrinho a pesquisar água mineral radioativa no Município de Ariranha, Estado de São Paulo.

Decreto n. 42.067 — de 19 de agosto de 1957.

AGUAS MARINHAS

Autoriza o cidadão brasileiro Eurico Moreira de Almeida a pesquisar águas marinhas e associados no município de Joazeiro, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 41.767 — de 17 de julho de 1957.

— Autoriza o cidadão brasileiro Hugo Ziemer a pesquisar berilo, águas marinhas, quartzo e associados no município de Jordânia, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 41.922 — de 29 de julho de 1957.

ALFANDEGAS

Regulamenta as atribuições dos funcionários lotados em estações aduaneiras e dá outras providências.

Decreto n. 41.853 — de 15 de julho de 1957.

AMAZÔNIA

Altera o Programa de Emergência da Valorização Econômica da Amazônia.

Decreto n. 41.937 — de 30 de julho de 1957.

AMIANTO

Declara sem efeito o Decreto número 36.699, de 29 de dezembro de 1954.

Decreto n. 41.809 — de 10 de julho de 1957.

— Autoriza o cidadão brasileiro Antônio de Souza Dias a pesquisar amianto e associados no município de Ponta Grossa, Estado do Paraná.

Decreto n. 41.971 — de 3 de agosto de 1957.

— Autoriza S. Barreto & Filhos a pesquisar amianto e associados no município de São Brás, Estado de Alagoas.

Decreto n. 42.068 — de 19 de agosto de 1957.

APOSENTADORIA

— Ver:

Funcionário Público e Extranumerário.

AREIA ILMENÍTICA

Autoriza o cidadão brasileiro José Marques Furtado a pesquisar areias ilmeníticas no município de Araiões, Estado do Maranhão.

Decreto n. 41.831 — de 10 de julho de 1957.

— Autoriza o cidadão brasileiro José Marques Furtado a pesquisar areias ilmeníticas no município de Araiões, Estado do Maranhão.

Decreto n. 41.834 — de 10 de julho de 1957.

— Autoriza a cidadã brasileira Lúcia de Mendonça Clark a pesquisar areias ilmeníticas e associados no município de Araiões, Estado do Maranhão.

Decreto n. 42.295 — de 20 de setembro de 1957.

AREIA ILMENÍTICA

— *Autoriza a cidadã brasileira Lúcia de Mendonça Clark a pesquisar areias ilmeníticas e associados no município de Araçoiás, Estado do Maranhão.*

Decreto n. 42.311 — de 20 de setembro de 1957.

AREIA QUARTZOSA

Autoriza o cidadão brasileiro José Luiz de Oliveira e Silva a pesquisar argila e areia quartzosa no município de São Simão, Estado de São Paulo.

Decreto n. 41.921 — de 29 de julho de 1957.

AREIA SILICOSA

Autoriza o cidadão brasileiro José de Carvalho a lavrar areia silicosa no município de Betim, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 41.967 — de 3 de agosto de 1957.

ARGILA

Autoriza o cidadão brasileiro Hazis Sámea a pesquisar argila e associados no município de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo.

Decreto n. 41.702 — de 8 de julho de 1957.

— *Autoriza Cimento Portland de Minas Gerais S. A. a pesquisar argila no Município de Passos, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 41.824 — de 10 de julho de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Luiz de Oliveira e Silva a pesquisar argila e areia quartzosa no município de São Simão, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 41.921 — de 29 de julho de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Raul Finazzi a lavrar argila e feldspato no município de Itapira, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 41.980 — de 3 de agosto de 1957.

ARGILA

— *Autoriza o cidadão brasileiro Carlos Ferreira Lopes a pesquisar argila, caulim e associados no município de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 42.070 — de 19 de agosto de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Delto Manozi Teixeira a pesquisar calcário, argila, xisto argiloso e associados no município de Guapiara, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 42.092 — de 19 de agosto de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Zefiro Mazzali a pesquisar argila no município de Jundiá, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 42.100 — de 19 de agosto de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Vicente Gonçalves Cordeiro a pesquisar argila e associados no município de Campo Largo, Estado do Paraná.*

Decreto n. 42.304 — de 20 de setembro de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro André Fiszi a pesquisar argila e associados no município de Araucária, Estado do Paraná.*

Decreto n. 42.305 — de 20 de setembro de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Affonso de Oliveira Santos a pesquisar argila, caulim e associados no município de Magé, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 42.345 — de 27 de setembro de 1957.

— *Autoriza a cidadã brasileira Julieta Quartim de Moraes Fragata a pesquisar argila e associados no município de Uberaba, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 42.349 — de 27 de setembro de 1957.

ARGILA

— Autoriza o cidadão brasileiro Elias João Jorge a lavar argila no município de São Simão, Estado de São Paulo.

Decreto n. 42.362 — de 27 de setembro de 1957.

ARMADA

— Ver:

Ministério da Marinha.

ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA

Promulga a Convenção sobre Assistência Judiciária Gratuita, firmada, no Rio de Janeiro, a 10 de janeiro de 1955, entre o Brasil e a Bélgica.

Decreto n. 41.908 — de 29 de julho de 1957.

ASSISTENTES SOCIAIS

Regulamenta o exercício da profissão de Assistente Social.

Lei n. 3.252 — de 27 de agosto de 1957.

ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AOS LAZAROS E DEFESA CONTRA A LEPROA

Autoriza a cessão gratuita dos terrenos de marinha que menciona, situados no Estado do Rio Grande do Norte.

Decreto n. 41.761 — de 3 de julho de 1957.

ASSOCIAÇÕES

Declara de utilidade pública a Associação da Juventude do Rio de Janeiro, com sede no Distrito Federal.

Decreto n. 41.886 — de 25 de julho de 1957.

AUTARQUIAS

Torna privativa dos técnicos do Serviço de Economia Rural a representação do Ministério da Agricultura junto às autarquias.

Decreto n. 42.146 — de 22 de agosto de 1957.

AUTARQUIAS

— Altera a redação do art. 1.º do Decreto n.º 40.299, de 6 de novembro de 1956, e dá outras providências.

Decreto n. 42.219 — de 3 de setembro de 1957.

AUTORIZAÇÃO DE LAVRA

— Ver:

O nome do elemento lavrado.

AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA

— Ver:

O nome do elemento pesquisado.

AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAR COMO EMPRESA DE MINERAÇÃO

— Ver:

O nome da entidade autorizada.

AUXÍLIOS

O nome da entidade beneficiada.

— Ver:

AVIAÇÃO CIVIL

Torna pública a adesão, por parte do Governo de Ghana, da Convenção de Aviação Civil Internacional de Chicago, de 7 de dezembro de 1944.

Decreto n. 41.906 — de 29 de julho de 1957.

— Torna público o depósito do instrumento de adesão, por parte do Governo da República Popular da Polônia, da Convenção de Aviação Civil Internacional de Chicago, de 7 de dezembro de 1944.

Decreto n. 41.907 — de 29 de julho de 1957.

— Torna pública a adesão do Governo da República Popular da Polónia à Convenção de Aviação Civil Internacional de Chicago, de 7 de dezembro de 1944.

Decreto n. 42.134 — de 21 de agosto de 1957.

— Aprova regulamento para a contribuição financeira às empresas nacionais concessionárias de linhas aéreas regulares, prevista na Lei n.º 2.039, de 20 de dezembro de 1956.

Decreto n. 42.213 — de 3 de setembro de 1957.

B**BANCO AGRO-INDUSTRIAL E
MERCANTIL SOCIEDADE CO-
OPERATIVA DE RESPONSABILIDADE LIMITADA**

Concede autorização para constituição do "Banco Agro-Industrial e Mercantil Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada" com sede no Distrito Federal.

Decreto n. 42.059 — de 19 de agosto de 1957.

**BANCO DE CRÉDITO DOS VARE-
JISTAS SOCIEDADE COOPERA-
TIVA LIMITADA**

Conceder autorização para constituição do "Banco de Crédito dos Varejistas Sociedade Cooperativa Limitada", com sede na Capital do Estado de São Paulo.

Decreto n. 41.877 — de 17 de julho de 1957.

**BANCO METROPOLITANO SOCIE-
DADE COOPERATIVA DE CRE-
DITO DE RESPONSABILIDADE
LIMITADA**

Concede autorização ao "Banco Metropolitano Sociedade Cooperativa de Crédito de Responsabilidade Limitada", para reformar seu estatuto social.

Decreto n. 42.014 — de 9 de agosto de 1957.

**BANCO NACIONAL DO DESEN-
VOLVIMENTO ECONÔMICO**

Autoriza o Ministro da Viação e Obras Públicas a assinar, em nome da União Federal, como interveniente, e para os fins que especifica, contratos de financiamento a serem firmados entre o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e a Estrada de Ferro Central do Brasil, para obras e melhoramentos ferroviários, e dá outras providências.

Decreto n. 41.881 — de 18 de julho de 1957.

— *Altera a redação do art. 1.º do Decreto n.º 40.299, de 6 de novembro de 1956, e dá outras providências.*

Decreto n. 42.219 — de 3 de setembro de 1957.

**BANCO POPULAR GUANABARA
SOCIEDADE COOPERATIVA DE
CRÉDITO DE RESPONSABILIDA-
DE LIMITADA**

Concede autorização ao Banco Popular Guanabara Sociedade Cooperativa de Crédito de Responsabilidade Limitada, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Distrito Federal, para modificar seu estatuto social.

Decreto n. 42.015 — de 9 de agosto de 1957.

BARBARA S. A.

Concede à Barbara S. A. Fábrica de Cimento Portland autorização para continuar a funcionar como empresa de mineração.

Decreto n. 42.239 — de 5 de setembro de 1957.

BARITINA

Retifica o art. 1.º do Decreto número 37.666, de 28 de julho de 1955.

Decreto n. 41.819 — de 10 de julho de 1957.

BAUXITA

Autoriza o cidadão brasileiro Guilherme Gierke a pesquisar bauxita e associados no município de Aguas da Prata, Estado de São Paulo.

Decreto n. 41.822 — de 10 de julho de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Narciso Ferreira de Andrade a pesquisar bauxita, leucita e associados no município de Aguas da Prata, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 42.078 — de 19 de agosto de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Miguel de Carvalho Dias a pesquisar bauxita e associados no Município de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 42.089 — de 19 de agosto de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Sebastião Barbosa de Paula a pesquisar bauxita e associados no Município de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 42.355 — de 27 de setembro de 1957.

BAUXITA

— Autoriza o cidadão brasileiro Benedito Moreira Curimbaba a pesquisar bauxita e associados no município de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 42.357 — de 27 de setembro de 1957.

BENFITEIX, BENEFICIADORA DE FIBRAS TEXTÉIS S. A.

Concede, em caráter permanente, permissão para o funcionamento de Benfiteix, Beneficiadora de Fibras Textéis S. A. com sede em São Paulo, Capital, aos domingos e nos feriados civis e religiosos.

Decreto n. 41.267 — de 8 de abril de 1957.

BERILO

Autoriza o cidadão brasileiro Bonifácio José Dantas a pesquisar berilo e associados no município de Prado, Estado da Bahia.

Decreto n. 41.913 — de 29 de julho de 1957.

— Autoriza o cidadão brasileiro Hugo Ziemer a pesquisar berilo, águas marinhas, quartzo e associados no município de Jordânia, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 41.922 — de 29 de julho de 1957.

— Renova o Decreto n.º 36.943, de 18 de fevereiro de 1955.

Decreto n. 42.084 — de 19 de agosto de 1957.

— Autoriza o cidadão brasileiro Gunter Cohnitz a pesquisar berilo e associados no município de Galiléia, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 42.314 — de 20 de setembro de 1957.

C

CACAU

Autoriza o Ministro da Agricultura a alterar as tolerâncias de defeitos das especificações para a classificação e fiscalização da exportação do cacau, constantes do Decreto n.º 6.284, de 14 de setembro de 1940.

Decreto n. 41.799 — de 8 de julho de 1957.

CAFE

Aprova o Regimento da Comissão Executiva para a aplicação dos recursos destinados a assistência à cafeicultura a que se refere o Decreto número 41.651, de 4 de junho de 1957.

Decreto n. 41.925 — de 29 de julho de 1957.

CAIEIRA LAVRAS LTDA.

Concede a Caieira Lavras Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n. 42.182 — de 28 de agosto de 1957.

CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS FERROVIÁRIOS E EMPREGADOS EM SERVIÇOS PÚBLICOS

Aprova o Regulamento do Conselho Deliberativo da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferrovários e Empregados em Serviços Públicos.

Decreto n. 42.222 — de 5 de setembro de 1957.

— Cria, no Conselho Deliberativo da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferrovários e Empregados em Serviços Públicos, os cargos e funções que menciona, e dá outras providências.

Decreto n. 42.223 — de 5 de setembro de 1957.

CAIXAS ECONÔMICAS FEDERAIS

Regulamenta a Lei n.º 3.079, de 22 de dezembro de 1956, que criou Caixas Econômicas Federais nos Territórios Federais do Acre, Amapá, Rondônia e Rio Branco.

Decreto n. 42.047 — de 16 de agosto de 1957.

— Autoriza o Ministério da Aeronáutica a ceder gratuitamente à Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro os terrenos que menciona.

Decreto n. 42.118 — de 20 de agosto de 1957.

— Retifica decreto que autoriza cessação de terreno nacional interior, situado na Vila Militar, no Distrito Federal.

Decreto n. 42.162 — de 28 de agosto de 1957.

CAIXAS ECONÔMICAS FEDERAIS

— *Altera a redação do art. 1.º do Decreto n.º 40.299, de 6 de novembro de 1956, e dá outras providências.*

Decreto n.º 42.219 — de 3 de setembro de 1957.

CALCÁRIO

— *Revoga o Decreto n.º 37.247, de 27 de abril de 1955.*

Decreto n.º 41.807 — de 10 de julho de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Daniel Spada a lavrar calcário e associados no município de Piracicaba, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 41.818 — de 10 de julho de 1957.

— *Autoriza a cidadã brasileira Afonsina Cândida dos Reis a pesquisar calcário, mármore e associados no Município de Itumirim, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 41.911 — de 29 de julho de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Sebastião de Faria Reis a pesquisar calcário e associados no município de Alpinópolis, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 41.915 — de 29 de julho de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Bento Martins Barbosa a lavrar calcário no município de Vassouras, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n.º 41.916 — de 29 de julho de 1957.

— *Autoriza a empresa de mineração Mármore e Pedras do Brasil, Ltda. a pesquisar calcário no município de Cêro Azul, Estado do Paraná.*

Decreto n.º 41.983 — de 3 de agosto de 1957.

— *Autoriza a cidadã brasileira Georgina Vale Pinto a pesquisar calcário e associados no município de Barroso, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 42.075 — de 19 de agosto de 1957.

CALCÁRIO

— *Autoriza a cidadã brasileira Otília de Castro Meireles a lavrar calcário e associados no município de Barroso, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 42.079 — de 19 de agosto de 1957.

— *Renova o Decreto n.º 37.366, de 17 de maio de 1956.*

Decreto n.º 42.086 — de 19 de agosto de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Amaltino França Diniz a pesquisar calcário e associados no município de Paraopeba, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 42.087 — de 19 de agosto de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Delto Manozzi Teixeira a pesquisar calcário, argila, xisto argiloso e associados no município de Guapiara, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 42.092 — de 19 de agosto de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Simplicio Agapito de Oliveira a pesquisar calcário e associados no município de Salto de Pirapora, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 42.093 — de 19 de agosto de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Manoel de Matos Júnior a pesquisar calcário, mármore e associados no município de Arcos, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 42.097 — de 19 de agosto de 1957.

— *Autoriza Usina Itaquara de Açúcar e Alcool Sociedade Anônima a pesquisar calcário no município de Jacuí, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 42.104 — de 19 de agosto de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Francisco Angeli a pesquisar calcário no município de Pederneras, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 42.170 — de 28 de agosto de 1957.

CALCARIO

— *Autoriza a Cia. de Cimento Portland Ponte Alta a lavar calcário e associadas no município de Uberaba, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 42.178 — de 28 de agosto de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Mário Teixeira da Silva a pesquisar calcário no município de Piracicaba, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 42.179 — de 28 de agosto de 1957.

— *Autoriza a empresa de mineração Pires, Carneiro Limitada a pesquisar calcário e associados no município de Capanema, Estado do Pará.*

Decreto n. 42.185 — de 28 de agosto de 1957.

— *Autoriza a Antenor Bonato & Cia. Ltda., a lavar calcário no município de Piracicaba, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 42.191 — de 28 de agosto de 1957.

— *Autoriza a empresa de mineração Pires, Carneiro Limitada a pesquisar calcário e associados no município de Capanema, Estado do Pará.*

Decreto n. 42.197 — de 28 de agosto de 1957.

— *Autoriza a cidadã brasileira Eugênia Essinger a pesquisar calcário no município de Goiânia, Estado de Pernambuco.*

Decreto n. 42.243 — de 5 de setembro de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Idúno Luiz Sangali a pesquisar calcário no município de Caçapava do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n. 42.246 — de 5 de setembro de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Gonçalves de Oliveira a pesquisar calcário e calcita no município de Matozinhos, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 42.350 — de 27 de setembro de 1957.

CALCARIO

— *Renova o Decreto n.º 36.695, de 29 de dezembro de 1954.*

Decreto n. 42.363 — de 27 de setembro de 1957.

— *Renova o Decreto n.º 36.704, de 29 de dezembro de 1954.*

Decreto n. 42.368 — de 27 de setembro de 1957.

— *Autoriza a empresa de mineração Andréa Salvini & Cia. Ltda. a pesquisar calcário, mármore e associados no município de Jaboticatubas, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 42.294 — de 20 de setembro de 1957.

CALCARIO DOLOMITICO

— *Autoriza o cidadão brasileiro Ubirajara Viana Novais a lavar calcário dolomítico no município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 41.817 — de 10 de julho de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Valdir Coimbra Bittencourt Cotrim a lavar calcário dolomítico no município de Vassoura, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 42.194 — de 28 de agosto de 1957.

CALCITA

— *Retifica o art. 1.º do Decreto número 36.869, de 4 de fevereiro de 1955.*

Decreto n. 42.074 — de 19 de agosto de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Gonçalves de Oliveira a pesquisar calcário e calcita no município de Matozinhos, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 42.350 — de 27 de setembro de 1957.

CAMBIO

— *Altera a redação do art. 30 do Decreto n.º 34.893, de 5 de janeiro de 1954, que regulamenta a execução da Lei n.º 2.145, de 29 de dezembro de 1953.*

Decreto n. 42.008 — de 9 de agosto de 1957.

CANGA

Retifica o Decreto n.º 27.819, de 24 de fevereiro de 1950.

Decreto n. 42.366 — de 27 de setembro de 1957.

CAPITAL FEDERAL

Fixa a data da mudança da Capital Federal, e dá outras providências.

Lei n. 3.273 — de 1 de outubro de 1957.

CAPITANIA DOS PORTOS

— Ver:

Ministério da Marinha.

CARBONADOS

Autoriza o cidadão brasileiro Geraldo Dirceu Oliveira a pesquisar diamantes, carbonados, ouro e associados no município de Lençóis, Estado da Bahia.

Decreto n. 42.172 — de 28 de agosto de 1957.

CARTEIRA DE COMERCIO EXTERIOR

Altera a redação do art. 30 do Decreto n.º 34.893, de 5 de janeiro de 1954, que regularmenta a execução da Lei n.º 2.145, de 29 de dezembro de 1953.

Decreto n. 42.008 — de 9 de agosto de 1957.

CARVÃO

Retifica o art. 1.º do Decreto número 39.463, de 27 de junho de 1956.

Decreto n. 42.082 — de 19 de agosto de 1957.

— *Retifica o art. 1.º do Decreto número 39.470, de 27 de junho de 1956.*

Decreto n. 42.085 — de 19 de agosto de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Adão Caldas Faraco a pesquisar carvão mineral no município de Criciúma, Estado de Santa Catarina.*

Decreto n. 42.094 — de 19 de agosto de 1957.

CARVÃO

— *Autoriza o cidadão brasileiro Adão Caldas Faraco a pesquisar carvão mineral no município de Criciúma, Estado de Santa Catarina.*

Decreto n. 42.102 — de 19 de agosto de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Adão Caldas Faraco a pesquisar carvão mineral no município de Criciúma, Estado de Santa Catarina.*

Decreto n. 42.107 — de 19 de agosto de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Santos Guglielmi a pesquisar carvão mineral no município de Jaguaruna, Estado de Santa Catarina.*

Decreto n. 42.192 — de 28 de agosto de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Santos Guglielmi a pesquisar carvão mineral no município de Jaguaruna, Estado de Santa Catarina.*

Decreto n. 42.193 — de 28 de agosto de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Chaffir Ferreira a pesquisar carvão mineral no Município de Criciúma, Estado de Santa Catarina.*

Decreto n. 42.293 — de 20 de setembro de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Chaffir Ferreira a pesquisar carvão mineral no município de Criciúma, Estado de Santa Catarina.*

Decreto n. 42.300 — de 20 de setembro de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Chaffir Ferreira a pesquisar carvão mineral no município de Criciúma, Estado de Santa Catarina.*

Decreto n. 42.307 — de 20 de setembro de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Chaffir Ferreira a pesquisar carvão mineral no município de Criciúma, Estado de Santa Catarina.*

Decreto n. 42.348 — de 27 de setembro de 1957.

CARVÃO

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Corrêa Hülse a pesquisar carvão mineral no município de Turvo, Estado de Santa Catarina.*

Decreto n. 42.354 — de 27 de setembro de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Hülse a pesquisar carvão mineral no município de Turvo, Estado de Santa Catarina.*

Decreto n. 42.361 — de 27 de setembro de 1957.

CASSITERITA

Autoriza o cidadão brasileiro Eduardo Badin a pesquisar cassiterita e associados no município de Rio de Contas, Estado da Bahia.

Decreto n. 41.961 — de 3 de agosto de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Manoel Jorge Curi a pesquisar cassiterita e associados no município de Rio das Contas, Estado da Bahia.*

Decreto n. 41.970 — de 3 de agosto de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Naim Caluz a pesquisar cassiterita e associados no município de Rio de Contas, Estado da Bahia.*

Decreto n. 41.976 — de 3 de agosto de 1957.

— *Autoriza a Mineração Rio das Mortes S. A. a pesquisar minério de ouro, cassiterita e associados no município de Prados, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 42.105 — de 19 de agosto de 1957.

— *Autoriza a Companhia de Estanho São João del Rei a pesquisar cassiterita, tantalita e associados no município de Nazareno, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 42.169 — de 28 de agosto de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Armando dos Reis Mesquita a lavar cassiterita, columbita e associados no município de Itinga, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 42.184 — de 28 de agosto de 1957.

CASSITERITA

— *Autoriza o cidadão brasileiro Mario Caluz a pesquisar cassiterita e associados no município de Paramirim, Estado da Bahia.*

Decreto n. 42.189 — de 28 de agosto de 1957.

CAULIM

Retifica o art. 1.º do Decreto número 30.028, de 29 de setembro de 1951.

Decreto n. 41.457 — de 6 de maio de 1957.

— *Retifica o art. 1.º do Decreto número 41.394, de 24 de abril de 1957.*

Decreto n. 41.813 — de 10 de julho de 1957.

— *Autoriza a Empresa de Caulim Limitada a pesquisar caulim e associados no município de São João Nepomuceno, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 41.833 — de 10 de julho de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Carlos Ferreira Lopes a pesquisar argila, caulim e associados no município de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 42.070 — de 19 de agosto de 1957.

— *Autoriza M. C. Bem, firma individual de Maria Clarinda de Azevedo Bem, a pesquisar caulim e associados no município de Magé, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 42.096 — de 19 de agosto de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Tosato a pesquisar caulim e associados no município de Curitiba, Estado do Paraná.*

Decreto n. 42.308 — de 20 de setembro de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Francisco Gil a pesquisar caulim e associados no município de Itaipoceriça da Serra, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 42.344 — de 27 de setembro de 1957.

CAULIM

— Autoriza o cidadão brasileiro Affonso de Oliveira Santos a pesquisar argila, caulim e associados no município de Magé, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto n. 42.345 — de 27 de setembro de 1957.

CEDULA DE CREDITO RURAL

Cria cédulas de crédito rural, e dá outras providências.

Lei n. 3.253 — de 27 de agosto de 1957.

CENTRO MEDICO DO RIO GRANDE DO SUL

Declara de urgência a desapropriação de imóveis destinados ao Centro Médico do Rio Grande do Sul.

Decreto n. 41.780 — de 4 de julho de 1957.

CESSÃO

— Ver:

O nome do cedente e do cessionário.

CHUMBO

Autoriza o cidadão brasileiro Mascarenhas Junqueira a pesquisar minérios de chumbo, zinco e associados no município de Chapada dos Guimarães, Estado de Mato Grosso.

Decreto n. 42.095 — de 19 de agosto de 1957.

CINAM - COMPANHIA NACIONAL DE MINERAÇÃO

Concede à CINAM - Companhia Nacional de Mineração autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n. 42.244 — de 5 de setembro de 1957.

CLUBE DE ENGENHARIA

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 1.680.000,00, destinado ao pagamento de aluguéis devidos ao Clube de Engenharia.

Lei n. 3.200 — de 8 de julho de 1957.

CLUBE MILITAR

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 100.000.000,00 para financiar operações da Carteira Hipotecária e Imobiliária do Clube Militar.

Lei n. 3.225 — de 24 de julho de 1957.

COBRE

Autoriza a Cia. Brasileira de Cobre a pesquisar minério de cobre e associados no município de Caçapava do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto n. 41.981 — de 3 de agosto de 1957.

— Autoriza a Cia. Brasileira de Cobre a pesquisar minério de cobre no município de Caçapava do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto n. 41.982 — de 3 de agosto de 1957.

CODIGO CIVIL

Altera disposições da Lei de Introdução ao Código Civil.

Lei n. 3.238 — de 1 de agosto de 1957.

COLÔNIA NACIONAL AGRICOLA PAPUAN

Revoga o Decreto n.º 24.811, de 13 de abril de 1948, que incluiu, no regime de administração pelo Governo Federal, a Colônia Nacional Agrícola Papuan e dá outras providências.

Decreto n. 42.282 — de 19 de setembro de 1957.

COLUMBITA

Autoriza o cidadão brasileiro Armando dos Reis Mesquita a lavar cassiterita, columbita e associados no município de Itinga, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 42.184 — de 28 de agosto de 1957.

**COMERCIO E INDÚSTRIA DE
MINERAIS LTDA.**

Concede à Comércio e Indústria de Minerais Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n. 42.364 — de 27 de setembro de 1957.

**COMISSÃO DO VALE DO SÃO
FRANCISCO**

Abre à Comissão do Vale do São Francisco o crédito especial de Cr\$ 177.000.000,00, para o fim que especifica.

Decreto n. 41.896 — de 25 de julho de 1957.

— *Autoriza a Comissão do Vale do São Francisco a aceitar a doação de terreno no município de Traipu, Estado de Alagoas, para a instalação de uma usina de beneficiamento de arroz.*

Decreto n. 41.936 — de 30 de julho de 1957.

— *Altera a redação do parágrafo único do art. 11 e do art. 12 do Decreto n.º 38.969, de 4 de abril de 1956.*

Decreto n. 42.335 — de 26 de setembro de 1957.

**COMISSÃO ESPECIAL DA FAIXA
DE FRONTEIRAS**

Transfere, sem aumento de despesa, funções da Tabela Numérica de Extranumerário-mensalista e da Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista da Comissão Especial da Faixa de Fronteiras, para as Tabelas que menciona.

Decreto n. 41.779 — de 4 de julho de 1957.

— *Transfere, sem aumento de despesa, funções da Tabela Numérica de Extranumerário-mensalista e da Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista da Comissão Especial da Faixa de Fronteiras, para as Tabelas que menciona.*

Decreto n. 42.151 — de 23 de agosto de 1957.

**COMISSÃO NACIONAL DE
ENERGIA NUCLEAR**

Abre, ao Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 150.000.000,00, para o fim que especifica.

Decreto n. 42.333 — de 26 de setembro de 1957.

**COMISSARIADO PERMANENTE DE
EXPOSIÇÕES E FEIRAS**

Altera a composição do Comissariado Permanente de Exposições e Feiras e dá outras providências.

Decreto n. 42.320 — de 23 de setembro de 1957.

COMISSÕES

Cria Comissão para estudo do problema da expansão dos serviços telefônicos.

Decreto n. 41.800 — de 9 de julho de 1957.

— *Aprova o Regimento da Comissão Executiva para a aplicação dos recursos destinados a assistência à cafeicultura a que se refere o Decreto n.º 41.651, de 4 de junho de 1957.*

Decreto n. 41.925 — de 29 de julho de 1957.

— *Dá nova redação ao § 1.º do artigo 12 e ao art. 25 do Regulamento da C.C.C.C.N., aprovado pelo Decreto n.º 41.561, de 22 de maio de 1957.*

Decreto n. 41.985 — de 5 de agosto de 1957.

**COMITÊ INTERGOVERNAMENTAL
PARA MIGRAÇÕES EUROPEIAS**

Promulga a Constituição do Comitê Intergovernamental para as Migrações Europeias, adotada em Veneza, a 19 de outubro de 1953.

Decreto n. 42.122 — de 21 de agosto de 1957.

**COMPANHIA BRASILEIRA DE
ALUMÍNIO**

Declara de utilidade pública as atividades minero-eleto-metalúrgicas da Companhia Brasileira de Alumínio.

Decreto n. 41.815 — de 10 de julho de 1957.

**COMPANHIA CEARÁ DE SEGUROS
GERAIS**

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento do capital social da Companhia Ceará de Seguros Gerais.

Decreto n. 41.774 — de 4 de julho de 1957.

**COMPANHIA DE ARMAZENS
GERAIS DA PRODUÇÃO
DE MINAS**

Autoriza a cessão gratuita do terreno que menciona, situado no Distrito Federal.

Decreto n. 41.760 — de 3 de julho de 1957.

**COMPANHIA DE NAVEGAÇÃO
SÃO JORGE**

Concede à Companhia de Navegação São Jorge autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto n. 42.221 — de 4 de setembro de 1957.

**COMPANHIA DE SEGUROS
GUANABARA**

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia de Seguros "Guanabara".

Decreto n. 41.772 — de 4 de julho de 1957.

**COMPANHIA DE SEGUROS
GUARANI**

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento do capital social da Companhia de Seguros Guarani.

Decreto n. 41.365 — de 23 de abril de 1957.

**COMPANHIA DE SEGUROS
IMPERIAL**

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento do capital social da Companhia de Seguros "Imperial".

Decreto n. 42.016 — de 9 de agosto de 1957.

**COMPANHIA DE SEGUROS
PAN-AMÉRICA**

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia de Seguros Pan-América.

Decreto n. 41.773 — de 4 de julho de 1957.

**COMPANHIA DE SEGUROS
PORTO ALEGRENSE**

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento do capital social, da Companhia de Seguros Porto Alegre.

Decreto n. 41.361 — de 23 de abril de 1957.

**COMPANHIA DIAMANTÍFERA
BANDEIRANTE**

Concede à Companhia Diamantífera Bandeirante autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n. 42.188 — de 28 de agosto de 1957.

**COMPANHIA INDUSTRIAL E
AGRICOLA MONNERAT S. A.**

Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica à Companhia Industrial e Agrícola Monnerat S. A.

Decreto n. 41.816 — de 10 de julho de 1957.

**COMPANHIA INTERESTADUAL
DE SEGUROS**

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive transferência da sede social da Companhia Interestadual de Seguros.

Decreto n. 41.803 — de 10 de julho de 1957.

**COMPANHIA NACIONAL DE
ALCALIS**

Concede permissão, em caráter permanente, à Companhia Nacional de Alcalis para funcionar aos domingos e nos feriados civis e religiosos.

Decreto n. 41.680 — de 24 de junho de 1957.

COMPANHIA QUIMICA INDUSTRIAL "CIL" S. A.

Concede permissão à Companhia Química Industrial "CIL" S. A., estabelecida na Capital do Estado de São Paulo, para exercer atividades de modo contínuo, nas suas instalações industriais localizadas na Estação de Engenheiro Trindade, com exclusão do pessoal do Escritório.

Decreto n. 41.587 — de 29 de maio de 1957.

COMPANHIA RIO-GRANDENSE DE SEGUROS

Approva alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento do capital social da Companhia Riograndense de 1938.

Decreto n. 41.989 — de 6 de agosto de 1957.

COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL

Inclui a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil nas disposições do art. 30 do Regulamento baixado com o Decreto n.º 3.079, de 15 de setembro de 1938.

Decreto n. 42.199 — de 28 de agosto de 1957.

COMPLEMENTOS DIETÉTICOS

Estabelece normas para o registro de complementos dietéticos.

Decreto n. 41.989 — de 6 de agosto de 1957.

CONFERÊNCIA RURAL BRASILEIRA (V)

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00, para atender às despesas com a realização da V Conferência Rural Brasileira.

Lei n. 3.202 — de 10 de julho de 1957.

CONGRESSOS

Concede o auxílio de Cr\$ 400.000,00 à Associação das Enfermeiras Obstetras do Brasil, para custear as despesas com o comparecimento da delegação brasileira ao XI Congresso Internacional de Parteiras, em Estocolmo, Suécia.

Lei n. 3.231 — de 29 de julho de 1957.

CONGRESSOS

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 300.000,00, para auxiliar a realização do I Congresso de Odontopediatria.

Lei n. 3.239 — de 5 de agosto de 1957.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 500.000,00 para auxiliar a realização do I Congresso de Jornalistas Sul Rio-Grandenses.

Lei n. 3.255 — de 2 de setembro de 1957.

— Abre ao Ministério da Saúde o crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00, para ocorrer às despesas com a realização do Primeiro Congresso Médico Brasileiro na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo.

Decreto n. 41.871 — de 16 de julho de 1957.

— Abre ao Ministério da Saúde o crédito especial de Cr\$ 200.000,00, para atender às despesas decorrentes da realização do VI Congresso Internacional do Câncer.

Decreto n. 42.202 — de 29 de agosto de 1957.

CONSELHO DE POLÍTICA ADUANEIRA

Dispõe sobre a Reforma da Tarifa das Alfândegas, e dá outras providências.

Lei n. 3.244 — de 14 de agosto de 1957.

CONSELHO DO DESENVOLVIMENTO

Cria no Conselho do Desenvolvimento o Grupo de Exportação de Minério de Ferro, e dá outras providências.

Decreto n. 42.020 — de 14 de agosto de 1957.

**CONSELHO FEDERAL DE
CONTABILIDADE**

Aprova o Quadro de Pessoal do Conselho Federal de Contabilidade, e dá outras providências.

Decreto n. 42.056 — de 19 de agosto de 1957.

**CONSELHO FEDERAL DE
MEDICINA**

Dispõe sobre os Conselhos de Medicina, e dá outras providências.

Lei n. 3.268 — de 30 de setembro de 1957.

**CONSELHO FEDERAL DE
QUÍMICA**

Estabelece as taxas e anuidades a que se refere a Lei n. 2.800, de 18 de junho de 1956.

Decreto n. 42.247 — de 5 de setembro de 1957.

**CONSELHO NACIONAL DO
PETRÓLEO**

Modifica a redação dos arts. 3.º e 5.º do Decreto n.º 40.845, de 28 de janeiro de 1957.

Decreto n. 42.279 — de 17 de setembro de 1957.

**CONSELHOS REGIONAIS DE
MEDICINA**

Dispõe sobre os Conselhos de Medicina, e dá outras providências.

Lei n. 3.268 — de 30 de setembro de 1957.

**CONSELHOS REGIONAIS DE
QUÍMICA**

Estabelece as taxas e anuidades a que se refere a Lei n.º 2.800, de 18 de junho de 1956.

Decreto n. 42.247 — de 5 de setembro de 1957.

**CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO
TRABALHO**

Modifica disposições da Consolidação das Leis do Trabalho.

Lei n. 3.265 — de 22 de setembro de 1957.

CONTRATOS

Mantém a decisão do Tribunal de Contas, denegatória do registro ao contrato celebrado entre o Centro de Instrução de Oficiais para a Reserva da Marinha e a firma S. A. Técnica Murray.

Decreto Legislativo n.º 19, de 1957.

— *Aprova o contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e Justino Francisco da Silva, Prefeito Municipal de Poconé.*

Decreto Legislativo n.º 20, de 1957.

— *Aprova o termo aditivo ao contrato celebrado entre o Ministério da Marinha e Giovanni Robba.*

Decreto Legislativo n.º 22, de 1957.

— *Determina o registro do termo de contrato celebrado entre o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio — Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho — e a IBM World Trade Corporation.*

Decreto Legislativo n. 25, de 1957.

— *Determina o registro do termo aditivo ao contrato celebrado entre o Governo da República dos Estados Unidos do Brasil e José Roque.*

Decreto Legislativo n. 26, de 1957.

— *Aprova a decisão do Tribunal de Contas, denegatória de registro ao contrato celebrado entre o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas e a Imobiliária José Gentil S.A.*

Decreto Legislativo n.º 28, de 1957.

— *Determina o registro do termo de contrato de locação celebrado entre o Serviço do Patrimônio da União e a Companhia Cerâmica Brasileira.*

Decreto Legislativo n.º 29, de 1957.

**CONTRATOS COLETIVOS DE
TRABALHO**

— Ver:

Convenção coletiva de trabalho.

CONVENÇÕES

Aprova as Convenções do Trabalho de ns. 11 — 12 — 14 — 19 — 26 — 29 — 31 — 38 — 69 — 95 — 96 — 99 — 100 e 101, concluídas em sessões da Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho.

Decreto Legislativo n.º 24, de 1956.

— Torna público depósito de instrumento de ratificação, por parte do Governo do Chile, da Convenção da Organização Meteorológica Mundial, de 11 de outubro de 1947.

Decreto n. 41.849 — de 12 de julho de 1957.

— Torna público o depósito de instrumento de adesão, por parte do Governo de Ghana, da Convenção da Organização Meteorológica Mundial de 11 de outubro de 1947.

Decreto n. 41.850 — de 12 de julho de 1957.

— Torna pública a adesão, por parte do Governo de Ghana, da Convenção de Aviação Civil Internacional de Chicago, de 7 de dezembro de 1944.

Decreto n. 41.906 — de 29 de julho de 1957.

— Torna público o depósito de instrumento de adesão, por parte do Governo Popular da Polónia, da Convenção de Aviação Civil Internacional de Chicago, de 7 de dezembro de 1944.

Decreto n. 41.907 — de 29 de julho de 1957.

— Promulga a Convenção sobre Assistência Judiciária Gratuita, firmada, no Rio de Janeiro, a 10 de janeiro de 1955, entre o Brasil e a Bélgica.

Decreto n. 41.908 — de 29 de julho de 1957.

— Promulga a Convenção Internacional de Telecomunicações, firmada, em Buenos Aires, a 22 de dezembro de 1952, entre o Brasil e vários países.

Decreto n. 41.949 — de 2 de agosto de 1957.

CONVENÇÕES

— Torna pública a denúncia, pelos Governos da Espanha e da Bulgária, da Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar, firmada, em Londres, a 31 de maio de 1929.

Decreto n. 41.993 — de 7 de agosto de 1957.

— Promulga as Convenções concluídas em Genebra, a 12 de agosto de 1949, destinada a proteger as vítimas da guerra.

Decreto n. 42.121 — de 21 de agosto de 1957.

— Torna pública a denúncia por parte do Governo da Iugoslávia da Convenção concernente ao trabalho noturno dos menores na indústria.

Decreto n. 42.124 — de 21 de agosto de 1957.

— Torna público, o depósito, por vários países, dos instrumentos de ratificação da Convenção n.º 81, concernente à inspeção do trabalho na indústria e no comércio, adotada na XXX Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, de Genebra, de 11 de julho de 1947.

Decreto n. 42.125 — de 21 de agosto de 1957.

— Torna público, o depósito, por vários países, dos instrumentos de ratificação, relativos a Convenção número 19, concernente a igualdade de tratamento dos trabalhadores estrangeiros e nacionais em matéria de indenização, por acidentes do trabalho, adotada na VII Sessão da Conferência Internacional do Trabalho de Genebra, a 5 de junho de 1925.

Decreto n. 42.126 — de 21 de agosto de 1957.

— Torna público, o depósito, por vários países, dos instrumentos de ratificação relativos à Convenção n. 14, concernente à concessão do repouso semanal nos estabelecimentos industriais, adotado na III Sessão da Conferência Internacional do Trabalho de Genebra, a 17 de novembro de 1921.

Decreto n. 42.127 — de 21 de agosto de 1957.

CONVENÇÕES

— Torna público o depósito por vários países, dos instrumentos de ratificação, da Convenção n.º 88, concernente a organização do serviço de emprego, adotada na XXXI Sessão da Conferência Internacional do Trabalho de Genebra, a 9 de julho de 1948.

Decreto n. 42.128 — de 21 de agosto de 1957.

— Torna público o depósito, por vários países, dos instrumentos de ratificação da Convenção n.º 95, concernente a proteção no salário, adotada na XXXII Sessão da Convenção Internacional do Trabalho de Genebra, a 1 de julho de 1949.

Decreto n. 42.129 — de 21 de agosto de 1957.

— Torna público, o depósito, por vários países, dos instrumentos de ratificação da Convenção n.º 100, concernente à igualdade de remuneração para a mão-de-obra masculina e feminina, adotada na XXXIV Sessão da Conferência Internacional de Genebra, de 29 de junho de 1951.

Decreto n. 42.130 — de 21 de agosto de 1957.

— Torna público, o depósito, por vários países, dos instrumentos de ratificação, da Convenção n.º 29, concernente ao trabalho forçado ou obrigatório, adotada na XIV Sessão da Conferência Internacional do Trabalho de Genebra, de 28 de junho de 1930.

Decreto n. 42.131 — de 21 de agosto de 1957.

— Torna público, o depósito, por vários países, dos instrumentos de ratificação, da Convenção n.º 101, concernente às férias pagas, adotada na XXXV Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, de 20 de junho de 1952.

Decreto n. 42.132 — de 21 de agosto de 1957.

— Torna pública a denúncia, por parte do Governo da Iugoslávia da Convenção concernente do trabalho noturno das mulheres.

Decreto n. 42.133 — de 21 de agosto de 1957.

CONVENÇÕES

— Torna pública a adesão do Governo da República Popular da Polónia à Convenção de Aviação Civil Internacional de Chicago, de 7 de dezembro de 1944.

Decreto n. 42.134 — de 21 de agosto de 1957.

— Torna pública a ratificação por parte dos Governos de Israel, Polónia e Haiti, da Convenção relativa a aplicação dos princípios do direito de organização e de negociação coletiva.

Decreto n. 42.135 — de 21 de agosto de 1957.

— Torna público, o depósito, por vários países, dos instrumentos de ratificação, relativos à Convenção n.º 11, concernente aos direitos da Associação e de União dos Trabalhadores Agrícolas, adotada na II Sessão da Conferência Internacional do Trabalho de Genebra, a 12 de novembro de 1921.

Decreto n. 42.136 — de 21 de agosto de 1957.

— Torna público, o depósito, por vários países, dos instrumentos de ratificação, relativa à Convenção n.º 12, concernente a indenização dos acidentes do trabalho na agricultura, adotada na III Sessão da Conferência Internacional do Trabalho de Genebra, a 12 de outubro de 1921.

Decreto n. 42.137 — de 21 de agosto de 1957.

— Torna público o depósito, por vários países, dos instrumentos de ratificação, relativos à Convenção número 26, concernente à instituição de métodos de fixação de salários mínimos, adotada na X Sessão da Conferência Internacional do Trabalho de Genebra, a 16 de julho de 1928.

Decreto n. 42.138 — de 21 de agosto de 1957.

— Torna pública a ratificação por parte do Governo do Haiti da Convenção para a fixação da idade mínima de admissão dos menores nos trabalhos industriais.

Decreto n. 42.139 — de 21 de agosto de 1957.

CONVENÇÕES

— Torna público, depósito, por vários países, dos instrumentos de ratificação, da Convenção n.º 89, concernente ao trabalho noturno das mulheres ocupadas na indústria, adotada na XXXI Sessão da Conferência Internacional do Trabalho de Genebra, a 9 de julho de 1948.

Decreto n.º 42.140 — de 21 de agosto de 1957.

— Torna público, o depósito, por vários países, dos instrumentos de ratificação, da Convenção n.º 99, concernente aos métodos de fixação de salário mínimo na agricultura, adotado na XXXIV Sessão da Conferência Internacional do Trabalho de Genebra, de 28 de junho de 1951.

Decreto n.º 42.141 — de 21 de agosto de 1957.

— Torna público, o depósito, por vários países, dos instrumentos de ratificação da Convenção n.º 3, concernente ao emprego das mulheres antes e depois do parto, adotada na I Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, de Washington, a 29 de novembro de 1919.

Decreto n.º 42.286 — de 19 de setembro de 1957.

— Torna público o depósito por vários países dos instrumentos de ratificação da Convenção n.º 5, concernente à fixação da idade mínima de admissão dos menores nos trabalhos industriais, adotada na I Sessão da Conferência Internacional do Trabalho de Washington, a 29 de novembro de 1919.

Decreto n.º 42.287 — de 19 de setembro de 1957.

— Torna público, o depósito por vários países, dos instrumentos de ratificação da Convenção n.º 98, concernente à aplicação dos princípios do direito de organização e negociação coletiva, adotada na XXXII Sessão da Conferência Internacional do Trabalho de Genova, a 1.º de julho de 1949.

Decreto n.º 42.288 — de 19 de setembro de 1957.

CONVENÇÕES

— Torna pública a Ratificação, pelo Governo do Chile, do Instrumento para Emenda da Constituição da Organização Internacional do Trabalho, 1953.

Decreto n.º 42.378 — de 28 de setembro de 1957.

— Torna pública a adesão, por parte de diversos países, à Convenção sobre Privilegios e Imunidades das Nações Unidas, aprovada, pela Assembleia Geral das Nações Unidas, a 13 de fevereiro de 1946.

Decreto n.º 42.379 — de 28 de setembro de 1957.

CONVENIOS

Aprova os Convênios firmados pelo Brasil e pela República do Paraguai, a 20 de janeiro de 1956.

Decreto Legislativo n.º 23, de 1957.

— Aprova o Tratado Geral de Comércio e Investimentos, o Convênio de Comércio Fronteiriço e o Protocolo Adicional sobre Direitos de Importação firmados entre o Brasil e o Paraguai.

Decreto Legislativo n.º 27, de 1957.

— Autoriza ao Ministério da Guerra a celebrar com o Estado de Minas Gerais convênio, com o fim da instalação de um Colégio Militar, em Belo Horizonte.

Decreto n.º 41.844 — de 12 de julho de 1957.

— Altera a redação do parágrafo único do artigo 11 e do artigo 12 do Decreto n.º 38.969, de 4 de abril de 1956.

Decreto n.º 42.335 — de 26 de setembro de 1957.

COOPERATIVA BANCO DE CRÉDITO PESSOAL DE RECIFE LIMITADA

Concede autorização à Cooperativa Banco de Crédito Pessoal Limitada para mudar sua denominação reformando os estatutos da Sociedade naquilo que for necessário a esse fim.

Decreto n.º 41.139 — de 12 de março de 1957.

COOPERATIVA BANCO DE CRÉDITO PESSOAL LIMITADA

Concede autorização à Cooperativa Banco de Crédito Pessoal Limitada para mudar sua denominação, reformando os estatutos da Sociedade na qual o que for necessário a esse fim.

Decreto n. 41.139 — de 12 de março de 1957.

COOPERATIVA BANCO MOBIM LIMITADA

Concede autorização para constituição da Cooperativa Banco Mobim Limitada com sede em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 41.559 — de 21 de maio de 1957.

COOPERATIVA BANCO NORDESTINO LIMITADA

Concede autorização para constituição da Cooperativa Banco Nordeste Limitada, com sede na cidade de Recife, Estado de Pernambuco.

Decreto n. 37.923 — de 19 de setembro de 1955.

COOPERATIVA DE CRÉDITO DOS EMPREGADOS DA COMPANHIA BRASILEIRA DE PLÁSTICOS KOPPERS

Concede autorização para constituição da "Cooperativa de Crédito dos Empregados da Companhia Brasileira de Plásticos Koppers", com sede em São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo.

Decreto n. 41.553 — de 21 de maio de 1957.

COOPERATIVA DE CRÉDITO POPULAR ANCHIETA

Autoriza a Cooperativa de Crédito Popular Anchieta, com sede na capital de São Paulo, a reformar seu estatuto social.

Decreto n. 42.060 — de 19 de agosto de 1957.

COOPERATIVA MISTA DOS RODOVIARIOS LIMITADA

Concede autorização para constituição da "Cooperativa Mista dos Rodoviários Ltda.", com sede em Fortaleza, capital do Estado do Ceará.

Decreto n. 42.271 — de 17 de setembro de 1957.

COOPERATIVAS

Permite a admissão de pessoas jurídicas nas Cooperativas de Transportes de Passageiros e de Cargas.

Lei n. 3.189 — de 2 de julho de 1957.

— Dispõe sobre a fiscalização das cooperativas de crédito.

Decreto n. 41.872 — de 16 de julho de 1957.

CORPO DE BOMBEIROS DO DISTRITO FEDERAL

Modifica artigos do Regulamento do Ensino no Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, aprovado pelo Decreto n.º 38.233, de 10 de novembro de 1955.

Decreto n. 41.954 — de 2 de agosto de 1957.

CRÉDITO ESPECIAL

— Ver:

O nome do órgão a que se refere.

CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

— Ver:

O nome do órgão a que se refere.

CRÉDITO SUPLEMENTAR

— Ver:

O nome do órgão a que se refere.

CRÔMO

Autoriza o cidadão brasileiro José da Silva Marques a pesquisar minério de cromo e associados no município de Campo Formoso, Estado da Bahia.

Decreto n. 42.297 — de 20 de setembro de 1957.

CURSOS

— Ver:

Academias, Escolas, Faculdades e Universidades.

D

DASP

— Ver:

Departamento Administrativo do Serviço Público.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO

Transfere, sem aumento de despesa, funções da Tabela Numérica de Extranumerário-mensalista e da Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista da Comissão Especial da Faixa de Fronteiras, para as Tabelas que menciona.

Decreto n. 41.779 — de 4 de julho de 1957.

— Aprova o Regimento do Departamento Administrativo do Serviço Público.

Decreto n. 41.955 — de 3 de agosto de 1957.

— Dispõe, sem aumento de despesa, sobre funções gratificadas do Departamento Administrativo do Serviço Público.

Decreto n. 41.956 — de 3 de agosto de 1957.

DEPARTAMENTO DOS CORREIOS E TELEGRAFOS

Aprova o contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e Justino Francisco da Silva, Prefeito Municipal de Poconé.

Decreto Legislativo n.º 20, de 1957.

— Retifica, sem ônus, a Lei n. 3.032, de 19 de dezembro de 1956, que autoriza a abertura de créditos especiais a diversos órgãos do Poder Executivo.

Lei n. 3.264 — de 19 de setembro de 1957.

DEPARTAMENTO NACIONAL DA CRIANÇA

Acrescenta um parágrafo ao art. 4.º, da Lei n.º 2.189, de 3 de março de 1954, que reorganiza os cursos do Departamento Nacional da Criança (C. D. N. Cr.), e dá outras providências.

Lei n. 3.217 — de 19 de julho de 1957.

— *Dá nova redação ao parágrafo único do art. 5.º do Regimento aprovado pelo Decreto n.º 26.690, de 25 de maio de 1949, já alterado pelo Decreto n.º 27.160, de 8 de setembro de 1949.*

Decreto n. 41.878 — de 17 de julho de 1957.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Aprova o Regimento do Conservatório Nacional de Canto Orfeônico, do Departamento Nacional de Educação, do Ministério da Educação e Cultura.

Decreto n. 41.926 — de 30 de julho de 1957.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE ENDEMIAS RURAIS

Unifica as Tabelas Numéricas Especiais de Extranumerários-mensalistas que menciona, e dá outras providências.

Decreto n. 42.250 — de 6 de setembro de 1957.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE FERRO

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Ferro, a faixa de terreno e respectivas benfeitorias, inclusive o pátio da estação ferroviária, situadas entre a localidade de Mataojuero, e a Cidade Industrial subúrbio de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 42.044 — de 14 de agosto de 1957.

— Altera o art. 6.º do Decreto número 38.668, de 26 de janeiro de 1956 e seus parágrafos.

Decreto n. 42.215 — de 2 de setembro de 1957.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS

Aprova a decisão do Tribunal de Contas, denegatório de registro do contrato celebrado entre o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas e a Imobiliária José Gentil S.A.

Decreto Legislativo n.º 28, de 1957.

Autoriza a intensificação das obras de açudagem e irrigação, o aproveitamento dos reservatórios nos vales do Curu e Acaraú e campos de irrigação no Município de Bôcaimã.

Decreto n. 42.042 — de 14 de agosto de 1957.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS DE SANEAMENTO

Transfere, sem aumento de despesa, função da Tabela Numérica Especial de Extramunicipal-mensalista do Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais, para idêntica Tabela do Departamento Nacional de Obras de Saneamento.

Decreto n. 41.784 — de 8 de julho de 1957.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PORTOS, RIOS E CANAIS

Transfere, sem aumento de despesa, função da Tabela Numérica Especial de Extramunicipal-mensalista do Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais, para idêntica Tabela do Departamento Nacional de Obras de Saneamento.

Decreto n. 41.784 — de 8 de julho de 1957.

DESAPROPRIAÇÕES

Declara de utilidade pública e autoriza a desapropriação do imóvel necessário ao Serviço do Exército Nacional.

Decreto n. 42.030 — de 13 de agosto de 1957.

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Ferro, a faixa de terreno e respectivas benfeitorias, inclusive o pátio da estação ferroviária, situadas entre a localidade de Matadouro, e a Cidade Industrial subúrbios de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 42.044 — de 14 de agosto de 1957.

DESAPROPRIAÇÕES

Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação, os imóveis mencionados.

Decreto n. 42.051 — de 19 de agosto de 1957.

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pela Rede Viação Paraná-Santa Catarina, área de terreno situada na Estação de Marumbi, na linha Paranaguá-Curitiba, no Estado do Paraná.

Decreto n. 42.148 — de 23 de agosto de 1957.

Declara de utilidade pública uma faixa de terras destinadas a passagem da linha de transmissão de que trata o Decreto n.º 37.625, de 22 de julho de 1955, e autoriza a Companhia Força e Luz do Paraná a promover a desapropriação das mesmas.

Decreto n. 42.235 — de 5 de setembro de 1957.

Suspende a execução do Decreto n.º 41.601, de 29 de maio de 1957, e dá outras providências.

Decreto n. 42.265 — de 13 de setembro de 1957.

Declara de utilidade pública para desapropriação pela Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira os imóveis que menciona.

Decreto n. 42.292 — de 20 de setembro de 1957.

Declara de utilidade pública para efeito de desapropriação, a casa de propriedade de José Cardoso Costa, em Jacobina, Estado da Bahia.

Decreto n. 42.336 — de 26 de setembro de 1957.

Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação, imóvel de propriedade de José Maia de Oliveira e dá outras providências.

Decreto n. 42.342 — de 27 de setembro de 1957.

DET DANSKE LUFJARTSELSKAB SOCIEDADE ANÔNIMA

Concede a Det Danske Lufjartsselskab A. S. autorização para continuar a funcionar na República.

Decreto n. 41.943 — de 30 de julho de 1957.

**DET. NORSKE LUFTFARTSELKAP
SOC. ANÔNIMA**

Concede a Det Norske Luftfartsselskap A. S. autorização para continuar a funcionar na República.

Decreto n. 41.942 — de 30 de julho de 1957.

DIAMANTES

Autoriza o cidadão brasileiro Remo de Paoli a pesquisar minério de ouro e diamantes nos municípios de Bocaiuva e Diamantina, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 41.769 — de 8 de julho de 1957.

Autoriza o cidadão brasileiro José Marques da Silveira a pesquisar diamantes e associados no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 41.920 — de 29 de julho de 1957.

Autoriza o cidadão brasileiro Mário Nicolas Barbosa Carneiro a pesquisar diamante, platina e associados no Município de Coromandel, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 41.972 — de 3 de agosto de 1957.

Autoriza o cidadão brasileiro Mário Nicolas Barbosa Carneiro a pesquisar diamante, platina e associados no município de Coromandel, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 41.975 — de 3 de agosto de 1957.

Autoriza o cidadão brasileiro Mário Nicolas Barbosa Carneiro a pesquisar diamante, fosfato, platina e associados no município de Coromandel, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 41.978 — de 3 de agosto de 1957.

Autoriza o cidadão brasileiro Mário Nicolas Barbosa Carneiro a pesquisar diamante, platina e associados, no município de Coromandel, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 41.979 — de 3 de agosto de 1957.

DIAMANTES

Autoriza o cidadão brasileiro Geraldo Dirceu Oliveira a pesquisar diamantes, carbonados, ouro e associados no município de Lençóis, Estado da Bahia.

Decreto n. 43.172 — de 28 de agosto de 1957.

Autoriza o cidadão brasileiro Theomistócles Carvalho a pesquisar diamantes e associados no Município de Torixoréu, Estado de Mato Grosso.

Decreto n. 42.370 — de 27 de setembro de 1957.

DIÁRIAS

Altera a redação do art. 1.º do Decreto n.º 40.299, de 6 de novembro de 1956, e dá outras providências.

Decreto n. 42.219 — de 3 de setembro de 1957.

DIPLOMAS

Altera dispositivos da Lei n.º 1.295, de 27 de dezembro de 1950, que estabelece normas para o registro de diplomas expedidos pelos estabelecimentos de ensino.

Lei n. 3.250 — de 22 de agosto de 1957.

DISPONIBILIDADE

Determina computar, para efeitos de disponibilidade e aposentadoria, o tempo de serviço prestado por servidores do Ministério da Marinha à Cia. Mecânica e Importadora de São Paulo S. A.

Lei n. 3.235 — de 29 de julho de 1957.

DOAÇÕES

Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado no Município de São Gonçalo dos Campos, no Estado da Bahia.

Decreto n. 41.858 — de 16 de julho de 1957.

Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do imóvel que menciona, situado no Município de Capelinha, no Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 41.863 — de 16 de julho de 1957.

DOAÇÕES

— Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a ratificar a escritura de doação do terreno que menciona, situado no Estado de São Paulo.

Decreto n. 41.865 — de 16 de julho de 1957.

— Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado no município de Belo Vale, no Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 41.866 — de 16 de julho de 1957.

— Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a receber a doação de imóveis, sitos na cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 41.988 — de 5 de agosto de 1957.

— Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de um terreno, que menciona, situado no município de Soledade, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto n. 42.013 — de 9 de agosto de 1957.

— Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado no Distrito Federal.

Decreto n. 42.021 — de 12 de agosto de 1957.

— Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado no município de Tarumirim, no Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 42.046 — de 16 de agosto de 1957.

— Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a ratificar a aceitação da doação do terreno que menciona, situado no município de Mogi das Cruzes, no Estado de São Paulo.

Decreto n. 42.053 — de 19 de agosto de 1957.

— Dispõe sobre a doação dos imóveis que menciona, situados no município de Palmeira, no Estado do Paraná.

Decreto n. 42.205 — de 29 de agosto de 1957.

DOAÇÕES

— Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado no município de Cordisburgo, no Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 42.206 — de 29 de agosto de 1957.

— Ver, também:

O nome do doador ou do donatário.

DOLOMITA

Renova o Decreto n.º 37.247, de 27 de abril de 1955.

Decreto n. 41.807 — de 10 de julho de 1957.

— Autoriza a Companhia Siderúrgica Nacional a pesquisar dolomita e associados no município de Marquês de Valença, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto n. 42.174 — de 28 de agosto de 1957.

— Autoriza o cidadão brasileiro Vicente Perez Caldeira a pesquisar minério de manganês, dolomita e associados no município de Barão de Cocais, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 42.347 — de 27 de setembro de 1957.

— Autoriza o cidadão brasileiro Manoel Batista Sampaio a pesquisar minério de ferro, dolomita e associados no município de Betim, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 42.367 — de 27 de setembro de 1957.

E

EMBAIXADAS

— Ver:

Ministério das Relações Exteriores.

"EMBRASIL" - EMPRESA BRASILEIRA DE TALCO LTDA.

Concede à "Embrasil" - Empresa Brasileira de Talco Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n. 41.965 — de 3 de agosto de 1957.

EMPRESA COMERCIAL E TÉCNICA DE MINÉRIOS S. A.

Concede à Empresa Comercial e Técnica de Minério S. A. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n. 42.187 — de 28 de agosto de 1957.

EMPRESA DE MINERAÇÃO CAMPO ALEGRE S. A.

Concede à Empresa de Mineração Campo Alegre S. A. autorização para continuar a funcionar como empresa de mineração.

Decreto n. 42.238 — de 5 de setembro de 1957.

EMPRESA DE MINERAÇÃO PAQUEIRO LTDA.

Concede à Empresa de Mineração Paqueiro Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n. 42.310 — de 20 de setembro de 1957.

EMPRESA DE NAVEGAÇÃO ACREANA

Concede à sociedade Empresa de Navegação Acreana Ltda. autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto n. 41.678 — de 24 de junho de 1957.

EMPRESAS CONCESSIONARIAS DE LINHAS AEREAS

Aprova regulamento para a contribuição financeira às empresas nacionais concessionárias de linhas aéreas regulares, prevista na Lei n.º 3.039, de 20 de dezembro de 1956.

Decreto n. 42.218 — de 3 de setembro de 1957.

EMPRESAS DE TAXI-AEREO

Aprova o regulamento para a contribuição financeira às empresas de taxi-aéreo nos termos da Lei n.º 3.039, de 20 de dezembro de 1956.

Decreto n. 42.315 — de 20 de setembro de 1957.

EMPRESAS INCORPORADAS AO PATRIMÔNIO NACIONAL

Dá nova redação às alíneas do artigo 3.º, item I, do Decreto n.º 33.515, de 11 de agosto de 1953, alterado pelo Decreto n.º 34.500, de 9 de novembro de 1953.

Decreto n. 42.143 — de 21 de agosto de 1957.

ENERGIA ATÔMICA

Promulga o Estatuto da Agência Internacional de Energia Atômica, assinado, na Sede das Nações Unidas, em Nova York, em 29 de outubro de 1956.

Decreto n. 42.155 — de 27 de agosto de 1957.

ENERGIA ELÉTRICA

Dispõe sobre a constituição da Usina Termoeleétrica de Figueira S. A. (UTELFA), em Curiúva, Estado do Paraná.

Lei n. 3.226 — de 27 de julho de 1957.

— *Autoriza a Prefeitura Municipal de São Gabriel, Estado do Rio Grande do Sul, a ampliar suas instalações termoeleétricas.*

Decreto n. 37.034 — de 15 de março de 1955.

— *Autoriza a Companhia Caldense de Eletricidade a ampliar suas instalações hidrelétricas.*

Decreto n. 38.491 — de 31 de dezembro de 1955.

— *Autoriza a Empresa Elétrica de Londrina S. A. a ampliar suas instalações hidrelétricas, em sua usina de Apucarantina.*

Decreto n. 38.356 — de 13 de março de 1956.

— *Outorga à Prefeitura Municipal de Pitanga concessão para o aproveitamento de energia hidráulica do Salto Andorinha, existente no rio Borboleta, no distrito sede do município de Pitanga, Estado do Paraná.*

Decreto n. 41.357 — de 23 de abril de 1957.

ENERGIA ELÉTRICA

— Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica à Companhia Mista de Energia Elétrica de Guaira.

Decreto n. 41.387 — de 24 de abril de 1957.

— Autoriza a Companhia Mineira de Eletricidade a construir uma linha de transmissão destinada a interligar o seu sistema com o da Central Elétrica do Piau S. A., entre os municípios de Juiz de Fora e Santos Dumont, no Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 41.739 — de 1 de julho de 1957.

— Transfere de Francisco Costa, atual proprietário da Empresa Força e Luz de Jacima para a Prefeitura Municipal de Joaíma, a concessão para a produção e fornecimento de energia elétrica ao município de Joaíma, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 41.740 — de 1 de julho de 1957.

— Outorga aos herdeiros de José Custódio Dias de Araújo concessão para o aproveitamento de energia hidráulica de um desnível existente no rio do Peixe, distrito sede do município de Campestre, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 47.741 — de 1 de julho de 1957.

— Autoriza a Companhia de Carris, Luz e Força do Rio de Janeiro, Limitada, a construir uma linha de transmissão entre as estações receptoras de "Cascadura" e "Frei Caneca", na Capital Federal.

Decreto n. 41.742 — de 1 de julho de 1957.

— Transfere da Prefeitura Municipal de Perdões para a Companhia de Eletricidade de Perdões, a concessão para produção e fornecimento de energia elétrica ao município de Perdões, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 41.743 — de 1 de julho de 1957.

ENERGIA ELÉTRICA

— Autoriza a Usinas Elétricas do Paranapanema S. A. a instalar uma usina termoeletrica em Itapetininga, município de igual nome, Estado de São Paulo.

Decreto n. 41.744 — de 1 de julho de 1957.

— Autoriza a Companhia Energia Elétrica da Bahia, a construir uma linha de transmissão entre Feira de Santana e a subestação de Serra.

Decreto n. 41.746 — de 1 de julho de 1957.

— Aprova os atos constitutivos da Sociedade Termoeletrica de Capivari (SOTELCA).

Decreto n. 41.748 — de 2 de julho de 1957.

— Autoriza a Prefeitura Municipal de Juazeiro do Norte, Estado do Ceará, a ampliar suas instalações termoeletricas.

Decreto n. 41.750 — de 3 de julho de 1957.

— Transfere da Companhia Hidro Elétrica Fabril de Nazaré S. A. para a Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Jesus concessão para a produção e fornecimento de energia elétrica no município de Santo Antônio de Jesus, Estado da Bahia.

Decreto n. 41.751 — de 3 de julho de 1957.

— Outorga a João Cesa concessão para distribuir energia elétrica no distrito de Siderópolis, município de Urussanga, Estado de Santa Catarina, e dá novas providencias.

Decreto n. 41.752 — de 3 de julho de 1957.

— Outorga à Prefeitura Municipal de Porto Firme concessão para o aproveitamento de energia hidráulica de um desnível existente no rio Mata Onça, distrito de Porto Firme, município do mesmo nome, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 41.753 — de 3 de julho de 1957.

ENERGIA ELÉTRICA

— *Transfere da Prefeitura Municipal de Delfinópolis, Estado de Minas Gerais, para a Companhia Paulista de Força e Luz concessão para a distribuição de energia elétrica naquele Município.*

Decreto n. 41.754 — de 3 de julho de 1957.

— *Transfere de Luiz Henrique Janon para a Companhia Eleiro Siderúrgica de Angra dos Reis a concessão para o aproveitamento da cachoeira existente no rio Parado, município de Itaverá, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 41.755 — de 3 de julho de 1957.

— *Transfere da Prefeitura Municipal de Venâncio Aires para a Comissão Estadual de Energia Elétrica, a concessão para a produção e fornecimento de energia elétrica ao município de Venâncio Aires, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n. 41.756 — de 3 de julho de 1957.

— *Outorga à Prefeitura Municipal de Açucena concessão para o aproveitamento de energia hidráulica da cachoeira do Salitre, existente no ribeirão Travessão, distrito de Açucena, município do mesmo nome, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 41.757 — de 3 de julho de 1957.

— *Transfere do Governo do Estado do Paraná, para a Companhia Paranaense de Energia Elétrica - (COPEL) — a concessão para a produção e fornecimento de energia elétrica ao município de Curitiba, Estado do Paraná.*

Decreto n. 41.758 — de 3 de julho de 1957.

— *Autoriza a Companhia Luz e Força Santa Cruz a ampliar suas instalações hidrelétricas.*

Decreto n. 41.759 — de 3 de julho de 1957.

ENERGIA ELÉTRICA

— *Outorga à Empresa Fluminense de Energia Elétrica S. A. concessão para o aproveitamento da energia hidráulica existente no rio Carangola, Município de Tombos, no Estado de Minas Gerais, para fornecimento de energia elétrica na sua zona de concessão.*

Decreto n. 41.805 — de 10 de julho de 1957.

— *Outorga a Heráclito de Paula Martins concessão para o aproveitamento de energia hidráulica de uma queda d'água existente no rio Cabellada, município de Matipó, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 41.806 — de 10 de julho de 1957.

— *Autoriza a Companhia Sul Mineira de Eletricidade a construir uma linha de transmissão entre as cidades de Varginha e Três Corações, e dá outras providências.*

Decreto n. 41.897 — de 26 de julho de 1957.

— *Autoriza a Companhia Sul Mineira de Eletricidade a construir uma linha de transmissão entre a usina de São Bernardo, no município de Itajubá e a cidade de Cachoeira de Minas, no município de igual nome, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 41.898 — de 26 de julho de 1957.

— *Outorga à Central Elétrica de Furnas S. A. concessão para o aproveitamento progressivo da energia hidráulica das corredeiras das Furnas, situadas no rio Grande, entre os municípios Alpinópolis e São João Batista, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 41.899 — de 26 de julho de 1957.

— *Outorga à Força e Luz de Xapacó S. A., concessão para o aproveitamento da energia hidráulica de um desnível existente no rio Tigre, distrito de Guatambu, município de Xapacó, Estado de Santa Catarina.*

Decreto n. 41.927 — de 30 de julho de 1957.

ENERGIA ELÉTRICA

— *Outorga à Prefeitura Municipal de João Pinheiro concessão para o aproveitamento de energia hidráulica da queda d'água existente no ribeirão Garimpo, distrito de João Pinheiro, município do mesmo nome, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 41.928 — de 30 de julho de 1957.

— *Transfere ao Estado de Minas Gerais a concessão para o aproveitamento da energia hidráulica da cachoeira Aiuruoca no rio de igual nome, outorgada pelo Decreto número 32.662, de 30 de abril de 1953, à Companhia Sul Mineira de Eletricidade.*

Decreto n. 41.929 — de 30 de julho de 1957.

— *Dá nova redação ao Decreto número 32.112, de 21 de janeiro de 1953, que outorgou à Companhia de Eletricidade do Alto Rio Grande concessão para o aproveitamento de energia hidráulica da cachoeira de Itutinga, existente no Rio Grande, entre os distritos de Itutinga, município de Itumirim e o de Nazaré, município de São João del Rei, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 41.930 — de 30 de julho de 1957.

— *Transfere para a Empresa Fluminense de Energia Elétrica S. A. a concessão para o aproveitamento da energia hidráulica existente no rio Vermelho, município de Santa Maria Madalena, no Estado do Rio de Janeiro, da qual o mesmo é titular, para fornecimento de energia elétrica ao Distrito sede do referido município.*

Decreto n. 41.931 — de 30 de julho de 1957.

— *Outorga a Roberto Caldas Kerr concessão para o aproveitamento de energia hidráulica de um desnível existente no rio Cotia, na localidade denominada Fazenda da Fonte, Município de Cotia, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 41.933 — de 30 de julho de 1957.

ENERGIA ELÉTRICA

— *Outorga à Fôrça e Luz Ilópoliis Limitada concessão para o aproveitamento de energia hidráulica de um desnível existente no curso d'água denominado Peca, distrito de Ilópolis, município de Encantado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n. 41.934 — de 30 de julho de 1957.

— *Revoga a Concessão outorgada a Aziz Salim Baraqui pelo Decreto número 28.051, de 25 de abril de 1950, retificado pelo Decreto n.º 30.771 de 23 de abril de 1952, e outorga à Prefeitura Municipal de Conselheiro Pena concessão para o aproveitamento da energia hidráulica da cachoeira João Pinto Grande, no ribeirão de igual nome, distrito da sede do município de Conselheiro Pena, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 41.994 — de 7 de agosto de 1957.

— *Autoriza o Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo, a construir uma linha de transmissão para fornecimento de energia elétrica ao município de Lupércio, Estado de São Paulo, e dá outras providências.*

Decreto n. 41.995 — de 7 de agosto de 1957.

— *Autoriza a Companhia Swift do Brasil, sediada em São Paulo, Estado de São Paulo, a instalar uma usina termoeletrica em Rosário do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, para uso exclusivo*

Decreto n. 41.996 — de 7 de agosto de 1957.

— *Outorga a Prefeitura Municipal de Macau, Estado do Rio Grande do Norte, concessão para distribuir energia elétrica, e dá outras providências.*

Decreto n. 41.997 — de 7 de agosto de 1957.

— *Autoriza a Comissão Estadual de Energia Elétrica do Estado do Rio de Janeiro a ampliar suas instalações.*

Decreto n. 41.998 — de 7 de agosto de 1957.

ENERGIA ELÉTRICA

— *Outorga à Prefeitura Municipal de Passa Quatro, concessão para o aproveitamento progressivo de energia hidráulica de Cachoeira dos Laminis existente no rio Verde, distrito de Passa Quatro, município do mesmo nome, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 41.999 — de 7 de agosto de 1957.

— *Autoriza a Prefeitura Municipal de Passa Quatro, a manter em funcionamento nova usina termoeletrica.*

Decreto n. 42.000 — de 7 de agosto de 1957.

— *Outorga à Prefeitura Municipal de Jaguaribe, Estado do Ceará, concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto n. 42.050 — de 16 de agosto de 1957.

— *Autoriza o Governo do Estado do Rio de Janeiro a construir em Cabo Frio uma usina Diesel-elétrica e nova rede de distribuição.*

Decreto n. 42.061 — de 19 de agosto de 1957.

— *Modifica a redação do art. 2.º, do Decreto n.º 39.597, de 14 de julho de 1956, que outorga à S. A. O Estado de São Paulo concessão para o aproveitamento progressivo da energia hidráulica de um desnível existente no rio Camburu, distrito da sede do Município de Caraguatatuba, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 42.062 — de 19 de agosto de 1957.

— *Outorga à Prefeitura Municipal de Marcelino Vieira, Estado do Rio Grande do Norte, concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto n. 42.063 — de 19 de agosto de 1957.

— *Declara caduca a concessão outorgada à Prefeitura Municipal de Juiz de Fora pelo Decreto n.º 30.501, de 31 de janeiro de 1952 e dá outras providências.*

Decreto n. 42.167 — de 28 de agosto de 1957.

ENERGIA ELÉTRICA

— *Autoriza a Companhia Mineira de Eletricidade a construir uma linha de transmissão e a suprir de energia elétrica o distrito de Ibitiguai, município de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 42.168 — de 28 de agosto de 1957.

— *Outorga ao Governo do Estado do Paraná concessão para o aproveitamento progressivo de energia hidráulica do Salto Grande, situado no rio Iguaçu, no Distrito sede do município de Cruz Machado, Estado do Paraná.*

Decreto n. 42.230 — de 5 de setembro de 1957.

— *Autoriza a Companhia Paulista de Força e Luz S. A. a construir uma linha de transmissão entre a subestação existente na cidade de Ituverava e a sede do município de Miguelópolis, no Estado de São Paulo.*

Decreto n. 42.231 — de 5 de setembro de 1957.

— *Autoriza o Governo do Território Federal do Acre a ampliar suas instalações termoeletricas.*

Decreto n. 42.232 — de 5 de setembro de 1957.

— *Transfere da Empresa Força e Luz de Inhumas para as Centrais Elétricas de Goiás S. A., a concessão para a produção e fornecimento de energia elétrica ao município de Inhumas, Estado de Goiás.*

Decreto n. 42.233 — de 5 de setembro de 1957.

— *Outorga ao Governo do Estado do Paraná concessão para o aproveitamento progressivo da energia hidráulica do Salto Ocoi, existente no rio Ocoi, distrito sede do município de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná.*

Decreto n. 42.234 — de 5 de setembro de 1957.

— *Declara de utilidade pública uma faixa de terras destinada a passagem da linha de transmissão de que trata o Decreto n.º 37.635, de 22 de julho de 1955, e autoriza a Companhia Força e Luz do Paraná a promover a desapropriação das mesmas.*

Decreto n. 42.235 — de 5 de setembro de 1957.

ENERGIA ELÉTRICA

— *Autoriza o Governo do Estado do Amazonas a instalar uma usina térmica flutuante nas proximidades de Manaus.*

Decreto n. 42.236 — de 5 de setembro de 1957.

— *Autoriza a Empresa Força e Luz Brumadense Ltda., a ampliar suas instalações hidrelétricas.*

Decreto n. 42.237 — de 5 de setembro de 1957.

— *Autoriza a Centrais Elétricas de Minas Gerais S. A. a construir uma linha de transmissão entre as subestações de Santa Luzia e Nova Lima, passando por Sabará, nos municípios de igual nome, no Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 42.256 — de 11 de setembro de 1957.

— *Outorga à Prefeitura Municipal de Santa Cruz concessão para distribuir energia elétrica no município de Santa Cruz, Estado do Rio Grande do Norte.*

Decreto n. 42.257 — de 11 de setembro de 1957.

— *Outorga à Prefeitura Municipal de Açú, Estado do Rio Grande do Norte, concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto n. 42.258 — de 11 de setembro de 1957.

— *Autoriza a Companhia Sul Mineira de Eletricidade a elevar a altura da barragem situada no ribeirão São Bernardo, no município de Itajubá, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 42.259 — de 11 de setembro de 1957.

— *Outorga à Companhia Força e Luz de Cambuí, concessão para o aproveitamento de energia hidráulica da cachoeira Nossa Senhora do Carmo existente no rio do Peixe, distrito de Cambuí, município do mesmo nome, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 42.343 — de 27 de setembro de 1957.

ENERGIA HIDRAULICA

— Ver:

Energia Elétrica.

ENERGIA HIDROELÉTRICA

— Ver:

Energia Elétrica.

ENERGIA TERMOELÉTRICA

— Ver:

Energia Elétrica.

ENSINO AGRÍCOLA

Aprova o regulamento para registro de professores dos estabelecimentos de ensino agrícola.

Decreto n. 42.054 -- de 19 de agosto de 1957.

ESCOLAS

Cria a Escola Agrícola de Passo Fundo e a Escola de Iniciação Agrícola de Frederico Westphalen, no Estado do Rio Grande do Sul, e dá outras providências.

Lei n. 3.215 — de 19 de julho de 1957.

— *Federaliza a Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, e dá outras providências.*

Lei n. 3.271 — de 30 de setembro de 1957.

— *Altera a ordem e a distribuição das Cadeiras do 1.º e 2.º anos da Escola Nacional de Veterinária, do Ministério da Agricultura.*

Decreto n. 41.738 — de 1.º de julho de 1957.

— *Concede reconhecimento aos cursos de Engenharia Civil e Engenharia Mecânica da Escola de Engenharia de São Carlos.*

Decreto n. 41.797 — de 8 de julho de 1957.

— *Concede equiparação aos Cursos de Iniciação e Mestrado Agrícola da Escola Agrotécnica "Dr. Carolino da Mota e Silva".*

Decreto n. 41.837 — de 10 de julho de 1957.

ESCOLAS

— *Autoriza ao Ministério da Guerra a celebrar com o Estado de Minas Gerais convênio, com o fim da instalação de um Colégio Militar, em Belo Horizonte.*

Decreto n. 41.844 — de 12 de julho de 1957.

— *Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 694.844,60, para atender ao pagamento de fornecimentos feitos, no exercício de 1952, a diversos órgãos do mesmo Ministério.*

Decreto n. 41.855 — de 16 de julho de 1957.

— *Abre, pelo Ministério da Agricultura o crédito especial de Cr\$ 8.000.000,00, para atender às despesas com o início dos trabalhos da Escola Agrícola de Rio Pomba, Minas Gerais.*

Decreto n. 41.860 — de 16 de julho de 1957.

— *Aprova o Regulamento do Conservatório Nacional de Canto Orfeônico, do Departamento Nacional de Educação, do Ministério da Educação e Cultura.*

Decreto n. 41.926 — de 30 de julho de 1957.

— *Aprova o Regulamento para a Escola Naval.*

Decreto n. 41.946 — de 31 de julho de 1957.

— *Modifica o distintivo do Curso de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas da Escola Superior de Guerra, instituído pelo Decreto número 34.789, de 16 de dezembro de 1953.*

Decreto n. 41.990 — de 6 de agosto de 1957.

— *Concede o reconhecimento ao curso de Auxiliar de Enfermagem da Escola de Auxiliares de Enfermagem Santa Adelaide.*

Decreto n. 41.992 — de 7 de agosto de 1957.

ESCOLAS

— *Acréscce um artigo ao Título IX, Disposições Transitórias do Regulamento da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, aprovado pelo Decreto n.º 36.955, de 25 de fevereiro de 1955.*

Decreto n. 42.029 — de 13 de agosto de 1957.

— *Extingue, a pedido do interessado, o funcionamento de ambos os ciclos do Colégio Belmiro Cesar, de Curitiba, no Estado do Paraná.*

Decreto n. 42.034 — de 13 de agosto de 1957.

— *Altera o Regulamento da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica.*

Decreto n. 42.252 — de 10 de setembro de 1957.

— *Modifica o Regulamento da Escola de Especialistas de Aeronáutica.*

Decreto n. 42.261 — de 11 de setembro de 1957.

— *Adota novos distintivos e dispõe sobre o seu uso pelos suboficiais e sargentos, quando alunos da E.O.E.G.*

Decreto n. 42.316 — de 20 de setembro de 1957.

— *Altera o Regulamento para a Escola de Guerra Naval.*

Decreto n. 42.338 — de 27 de setembro de 1957.

— Ver, também:

Academias, Faculdades e Universidades.

Quanto às militares ver, também:

Aeronáutica, Exército e Marinha.

ESTAÇÃO DE ENOLOGIA

— *Cria no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais, uma Estação de Enologia.*

Lei n. 3.228 — de 28 de julho de 1957.

ESTAÇÃO EXPERIMENTAL DE PASSO FUNDO

Altera, sem aumento de despesas, as Tabelas Numéricas Especiais de Extranumerários Mensalistas, do Instituto Agrônomo do Sul e da Estação Experimental de Passo Fundo, do mesmo Instituto, do Ministério da Agricultura.

Decreto n. 41.688 — de 24 de junho de 1957.

ESTADO DE ALAGOAS

Decreta a intervenção federal no Estado de Alagoas para assegurar o livre exercício dos poderes da Assembléia Legislativa.

Decreto n. 42.266 — de 14 de setembro de 1957.

ESTADO DO AMAZONAS

Autoriza o Governo do Estado do Amazonas a instalar uma usina técnica flutuante nas proximidades de Manaus.

Decreto n. 42.236 — de 5 de setembro de 1957.

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Autoriza o Poder Executivo a encampar e incorporar ao patrimônio da Estrada de Ferro Leopoldina da Estrada de Ferro Itapemirim, de propriedade do Estado do Espírito Santo.

Lei n. 3.196 — de 6 de julho de 1957.

ESTADO DE MINAS GERAIS

Autoriza ao Ministério da Guerra a celebrar com o Estado de Minas Gerais convênio, com o fim da instalação de um Colégio Militar, em Belo Horizonte.

Decreto n. 41.844 — de 12 de julho de 1957.

— *Transfere ao Estado de Minas Gerais a concessão para o aproveitamento da energia hidráulica da cachoeira Aiuruoca, no rio de igual nome, outorgada pelo Decreto número 32.662 de 30 de abril de 1953, à Companhia Sul Mineira de Eletricidade.*

Decreto n. 41.929 — de 30 de julho de 1957.

ESTADO DE MINAS GERAIS

— *Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 15.000.000,00, para o fim que especifica.*

Decreto n. 42.220 — de 3 de setembro de 1957.

ESTADO DO PARA

Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00, para o fim que especifica.

Decreto n. 42.203 — de 29 de agosto de 1957.

ESTADO DA PARAIBA

Autoriza a execução de obras de emergência no Estado da Paraíba, em região assolada pelas secas.

Decreto n. 41.838 — de 11 de julho de 1957.

ESTADO DO PARANÁ

Outorga ao Governo do Estado do Paraná concessão para o aproveitamento progressivo de energia hidráulica do Salto Grande, situado no rio Iguaçu, no Distrito sede do município de Cruz Machado, Estado do Paraná.

Decreto n. 42.230 — de 5 de setembro de 1957.

— *Outorga ao Governo do Estado do Paraná concessão para o aproveitamento progressivo da energia hidráulica do Salto Ocoi, existente no rio Ocoi distrito sede do município de Foz de Iguaçu, Estado do Paraná.*

Decreto n. 42.234 — de 5 de setembro de 1957.

— *Transfere do Governo do Estado do Paraná, para a Companhia Paranaense de Energia Elétrica - (COPEL) — a concessão para a produção e fornecimento de energia elétrica ao município de Curitiba, Estado do Paraná.*

Decreto n. 41.758 — de 3 de julho de 1957.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Autoriza a Comissão Estadual de Energia Elétrica do Estado do Rio de Janeiro a ampliar suas instalações.

Decreto n. 40.998 — de 7 de agosto de 1957.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

— *Autoriza a cessão gratuita do terreno que menciona, situado no Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 42.009 — de 9 de agosto de 1957.

— *Autoriza o Governo do Estado do Rio de Janeiro a construir em Cabo Frio uma usina Diesel-elétrica e nova rede de distribuição.*

Decreto n. 42.061 — de 19 de agosto de 1957.

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Abre pelo Ministério da Fazenda, o crédito extraordinário de Cr\$ 10.000.000,00 para o fim que especifica.

Decreto n. 42.006 — de 9 de agosto de 1957.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Declara públicas, de uso comum, do domínio da União e do Estado do Rio Grande do Sul, as águas do curso d'água "Jacui-Mirim", "Jacui-Mirim" e "Jacui-Mirim ou Arroio Lagoão", respectivamente nos seus trechos superior, médio e inferior.

Decreto n. 41.745 — de 1.º de julho de 1957.

ESTADO DE SÃO PAULO

Autoriza o Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo, a construir uma linha de Transmissão para fornecimento de energia elétrica do município de Lupércio, Estado de São Paulo, e dá outras providências.

Decreto n. 41.995 — de 7 de agosto de 1957.

ESTADO DE SERGIPE

Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito extraordinário de Cr\$ 5.000.000,00, para o fim que especifica.

Decreto n. 41.801 — de 9 de julho de 1957.

ESTADO DE SERGIPE

— *Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito extraordinário de Cr\$ 10.000.000,00, para o fim que especifica.*

Decreto n. 41.854 — de 18 de julho de 1957.

ESTADO MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS

Dá nova redação ao art. 1.º, do Decreto n.º 28.500, de 14 de agosto de 1950.

Decreto n. 41.902 — de 29 de julho de 1957.

— *Cria o Símbolo do Estado-Maior das Forças Armadas, com as dimensões e características que especifica, e dá outras providências.*

Decreto n.º 41.903 — de 29 de julho de 1957.

ESTATUTOS

— Ver:

O nome da entidade a que se refere.

ESTRADA DE FERRO CENTRAL DO BRASIL

Autoriza o Ministro da Viação e Obras Públicas a assinar em nome da União Federal, como interveniente, e para os fins que especifica, contratos de financiamento a serem firmados entre o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e a Estrada de Ferro Central do Brasil, para obras e melhoramentos ferroviários, e dá outras providências.

Decreto n. 41.881 — de 18 de julho de 1957.

ESTRADA DE FERRO DE GOIAS

Transfere função da Tabela Numérica de Extranumerário-mensalista da Estrada de Ferro de Goiás para a Tabela Única de Extranumerário-mensalista do Ministério da Viação e Obras Públicas.

Decreto n. 41.840 — de 11 de julho de 1957.

ESTRADA DE FERRO ITAPEMIRIM

Autoriza o Poder Executivo a encampar e incorporar ao patrimônio da Estrada de Ferro Leopoldina a Estrada de Ferro Itapemirim, de propriedade do Estado do Espírito Santo.

Lei n. 3.196 — de 6 de julho de 1957.

ESTRADA DE FERRO LEOPOLDINA

Autoriza o Poder Executivo a encampar e incorporar ao patrimônio da Estrada de Ferro Leopoldina a Estrada de Ferro Itapemirim, de propriedade do Estado do Espírito Santo.

Lei n. 3.196 — de 6 de julho de 1957.

ESTRADA DE FERRO NOROESTE DO BRASIL

Aprova projetos e orçamentos de obras da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil.

Decreto n. 42.214 — de 2 de setembro de 1957.

EXERCITO

Estende os benefícios da Lei número 1.782, de 24 de dezembro de 1952, aos subalternos e sargentos que, nessas graduações, participaram da campanha da Itália com a F.E.B. e se encontram habilitados com o curso de comandante de pelotão, seção ou equivalente, e dá outras providências.

Lei n. 3.267 — de 25 de setembro de 1957.

— Mandar acrescentar um parágrafo único ao art. 2.º do Decreto n.º 34.999, de 2 de fevereiro de 1954.

Decreto n. 41.763 — de 3 de julho de 1957.

— Cria a Companhia de Parque Central de Motomecanização, orgânica do Parque Central de Motomecanização.

Decreto n. 41.764 — de 3 de julho de 1957.

— Cria, no Exército, companhias de serviço industrial.

Decreto n. 41.765 — de 3 de julho de 1957.

EXERCITO

— Dá nova redação ao art. 1.º do Decreto n.º 28.500, de 14 de agosto de 1956.

Decreto n. 41.902 — de 29 de julho de 1957.

— Cria o Símbolo do Estado-Maior das Forças Armadas, com as dimensões e características que especifica, e dá outras providências.

Decreto n. 41.903 — de 29 de julho de 1957.

— Autoriza o uso da Medalha "Marechal Trompowsky" nos uniformes militares.

Decreto n. 42.041 — de 14 de agosto de 1957.

— Cria a 6.ª Companhia de Guardas, com sede em Brasília, Estado de Goiás.

Decreto n. 42.269 — de 17 de setembro de 1957.

— Concede autorização para prestarem exame de admissão, com limite de idade até 35 anos, a candidatos à Escola de Oficiais Especialistas e de Infantaria de Guarda.

Decreto n. 42.341 — de 27 de setembro de 1957.

— Dá a denominação de Batalhão D. Pedro II ao 1.º Batalhão de Caçadores.

Decreto n. 42.377 — de 28 de setembro de 1957.

EXERCITO

— Ver, também:

Ministério da Guerra.

EXPORTAÇÃO

Prorroga, até 15 de agosto de 1957, a vigência do regime de licença a que está subordinado o intercâmbio comercial com o exterior.

Lei n. 3.227 — de 27 de julho de 1957.

EXPOSIÇÕES

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, os créditos especiais de Cr\$ 4.000.000,00 e Cr 2.000.000,00 para auxiliar a realização das Exposições Industriais e Viti-vinícolas de Jundiá e São Roque, no Estado de São Paulo.

Decreto n. 42.320 — de 23 de setembro de 1957.

— *Altera a composição do Comissariado Permanente de Exposições e Feiras e dá outras providências.*

Lei n. 3.224 — de 24 de julho de 1957.

EXTRADIÇÃO

Prorrogua o Tratado de Extradicação firmado, no Rio de Janeiro, a 6 de maio de 1953, entre o Brasil e a Bélgica.

Decreto n. 41.909 — de 29 de julho de 1957.

EXTRANUMERARIOS

Aprova a padronização e simplificação do processo de aposentadoria dos servidores civis da União e dá outras providências.

Decreto n. 41.851 — de 12 de julho de 1957.

— *Dispõe sobre a redação do item XXXIII do art. 2.º do Decreto número 34.395, de 28 de outubro de 1953.*

Decreto n. 42.319 — de 23 de setembro de 1957.

F

FACULDADES

Concede autorização para o funcionamento da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Piracicaba.

Decreto n. 41.781 — de 4 de julho de 1957.

— *Concede reconhecimento aos cursos de Letras Neo-Latinas, Letras Anglo-Germânicas, Pedagogia, Jornalismo e Didática da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Santos.*

Decreto n. 41.885 — de 24 de julho de 1957.

FACULDADES

— *Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 7.804.000,00, para atender às despesas com a federalização das Faculdades de Direito de Santa Catarina e da Bahia.*

Decreto n. 42.057 — de 19 de agosto de 1957.

— *Concede autorização para o funcionamento do curso de Didática da Faculdade Dom Bosco de Filosofia, Ciências e Letras.*

Decreto n. 42.157 — de 27 de agosto de 1957.

FEIRAS

Altera a composição do Comissariado Permanente de Exposições e Feiras e dá outras providências.

Decreto n. 42.320 — de 23 de setembro de 1957.

FELDSPATO

Autoriza a Empresa de Caolim Limitada a pesquisar feldspato e associados nos municípios de São João Nepomuceno, Bicas e Guarará, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 41.823 — de 10 de julho de 1957.

— *Renova o Decreto n.º 36.994, de 4 de março de 1955.*

Decreto n. 41.912 — de 29 de julho de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Antonio Augusto de Faccio a pesquisar feldspato e associados no município de Socorro, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 41.962 — de 3 de agosto de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Raul Finazzi a lavar argila e feldspato no município de Itapira, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 41.980 — de 3 de agosto de 1957.

FELDSPATO

— Autoriza a *Empresa de Caolim Limitada* a pesquisar feldspato e associados no município de Maricá, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto n. 42.076 — de 19 de agosto de 1957.

— Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Benedetti Sobrinho a pesquisar feldspato e associados, no município e Estado de São Paulo.

Decreto n. 42.101 — de 19 de agosto de 1957.

— Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Mendes a pesquisar feldspato, quartzo e associados no município de Sorocaba, Estado de São Paulo.

Decreto n. 42.103 — de 19 de agosto de 1957.

— Autoriza o cidadão brasileiro João Timóteo do Rosário a pesquisar feldspato, quartzo e associados no município de Caraguatatuba, Estado de São Paulo.

Decreto n. 42.352 — de 27 de setembro de 1957.

— Autoriza o cidadão brasileiro Walter Vallim Ferreira a pesquisar feldspato no município de São João da Boa Vista, Estado de São Paulo.

Decreto n. 42.359 — de 27 de setembro de 1957.

FÉRIAS

— Ver:

Convenções.

FERRO

Autoriza o cidadão brasileiro José Marinho Thomas a pesquisar minério de ferro no município de Itabira, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 41.788 — de 8 de julho de 1957.

— Autoriza o cidadão brasileiro Elpidio Lima Rosa a pesquisar minérios de ferro, de manganês e associados no município de Morro do Pilar, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 41.959 — de 3 de agosto de 1957.

FERRO

— Autoriza o cidadão brasileiro Anselmo Paulo Magaldi a pesquisar minério de manganês, de ferro e quartzo no município de Itabirito, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 41.973 — de 3 de agosto de 1957.

— Autoriza o cidadão brasileiro José Thomaz de Cantuária a pesquisar minério de manganês, de ferro e associados no município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 41.974 — de 3 de agosto de 1957.

— Cria no Conselho do Desenvolvimento o Grupo de Exportação de Minério de Ferro, e dá outras providências.

Decreto n. 42.020 — de 10 de agosto de 1957.

— Autoriza a Companhia de Mineração Novalimense a pesquisar minério de ferro e associados no município de Sabará, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 42.108 — de 19 de agosto de 1957.

— Autoriza a empresa de Mineração Giacomini & Cia. Ltda. a pesquisar minério de ferro e associados no Município de Nova Lima, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 42.175 — de 23 de agosto de 1957.

— Autoriza o cidadão brasileiro Jair Nabuco Carneiro Pereira da Silva Porto a pesquisar minério de ferro no Município de Betim, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 42.180 — de 28 de agosto de 1957.

— Autoriza o cidadão brasileiro Waldomiro Pires a lavrar minério de ferro e associados, no município de Santana do Paraiba, Estado de São Paulo.

Decreto n. 42.186 — de 28 de agosto de 1957.

— Renova o Decreto n.º 37.073, de 22 de março de 1955.

Decreto n. 42.190 — de 28 de agosto de 1957.

FERRO

— *Autoriza a Companhia de Mineração Novalimense a pesquisar minério de ferro e associados no município de Itabirito, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 42.196 — de 28 de agosto de 1957.

— *Autoriza a Siderúrgica Barra Mansa S. A. a pesquisar minério de ferro e associados no município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 42.241 — de 5 de setembro de 1957.

— *Autoriza a Siderúrgica Barra Mansa Sociedade Anônima a pesquisar minério de ferro e associados no município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 42.242 — de 5 de setembro de 1957.

— *Autoriza a Siderúrgica Barra Mansa S. A. a pesquisar minério de ferro e associados no município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 42.245 — de 5 de setembro de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Paulo Armando Newlands a pesquisar minério de ferro e associados no município de Betim, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 42.346 — de 27 de setembro de 1957.

— *Autoriza a empresa de mineração Cia. Siderúrgica Cruzeiro do Sul "Cruzul" a pesquisar minérios de ferro, manganês, ocre e associados no município de Santa Bárbara, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 42.358 — de 27 de setembro de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Manoel Batista Sampaio a pesquisar minério de ferro, dolomita, e associados no município de Betim, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 42.367 — de 27 de setembro de 1957.

FERROVIAS

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pela Rede Viação Paraná-Santa Catarina, área de terreno situada na Estação de Marumbá, na linha Paranaguá-Curitiba, no Estado do Paraná.

Decreto n. 42.148 — de 23 de agosto de 1957.

— *Retifica o § 1.º, do art. 1.º, dos decretos que menciona.*

Decreto n. 42.161 — de 28 de agosto de 1957.

— *Altera o art. 6.º do Decreto número 38.668, de 26 de janeiro de 1956, e seus parágrafos.*

Decreto n. 42.215 — de 2 de setembro de 1957.

— *Regulamenta dispositivos da Lei n.º 3.115, de 16 de março de 1957.*

Decreto n. 42.380 — de 30 de setembro de 1957.

FESTIVAL DO LIVRO

Dispõe sobre a realização do II Festival do Livro da América.

Decreto n. 42.005 — de 9 de agosto de 1957.

FLUORITA

Autoriza os cidadãos brasileiros José Trento e Pedro Maragno a pesquisar fluorita e associados no Município de Tubarão, Estado de Santa Catarina.

Decreto n. 41.832 — de 10 de julho de 1957.

FORÇAS ARMADAS

— Ver:

Aeronáutica, Exército e Marinha.

FOSFATO

Autoriza o cidadão brasileiro Mário Nicolas Barbosa Carneiro a pesquisar diamante, fosfato, platina e associados no município de Coromandel, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 41.978 — de 3 de agosto de 1957.

FUMO

— Ver:

Tabaco.

FUNCIONARIOS PÚBLICOS

Determina computar, para efeitos de disponibilidade e aposentadoria, o tempo de serviço prestado por servidores do Ministério da Marinha à Cia. Mecânica e Importadora de São Paulo S. A.

Lei n. 3.235 — de 29 de julho de 1957.

— *Regulamenta o exercício da profissão de Assistente Social.*

Lei n. 3.252 — de 27 de agosto de 1957.

— *Aprova a padronização e simplificação do processo de aposentadoria dos servidores civis da União e dá outras providências.*

Decreto n. 41.851 — de 12 de julho de 1957.

— *Regulamenta as atribuições dos funcionários lotados em estações aduaneiras e dá outras providências.*

Decreto n. 41.853 — de 15 de julho de 1957.

— *Susta a execução do Decreto número 41.851, de 12 de julho de 1957, na parte que especifica.*

Decreto n. 42.147 — de 23 de agosto de 1957.

— *Altera a redação do art. 1.º do Decreto n.º 40.209, de 6 de setembro de 1956, e dá outras providências.*

Decreto n. 42.219 — de 3 de setembro de 1957.

— *Dispõe sobre a redação do item XXXIII do art. 2.º do Decreto número 34.395, de 28 de outubro de 1953.*

Decreto n. 42.319 — de 23 de setembro de 1957.

FUNÇÕES DE CARÁTER OU INTERESSE MILITAR

Acresce ao Decreto n. 30.955, de 7 de junho de 1952, função de direção ou de natureza técnica na Companhia de Eletricidade de Manaus, quando exercida por oficiais de qualquer das três Forças Armadas.

Decreto n. 42.032 — de 13 de agosto de 1957.

FUNDAÇÃO BRASIL CENTRAL

Altera o disposto no parágrafo único do art. 1.º do Decreto-lei n.º 8.104, de 18 de outubro de 1945, que doa à Fundação Brasil Central patentes de invenção, marcas de fábricas, modelos de utilidade, desenhos ou modelos industriais e de comércio, títulos de estabelecimentos, insignias e frases de propaganda incorporadas ao Patrimônio Nacional, e dá outras providências.

Lei n. 3.194 — de 4 de julho de 1957.

FUNDO DE ASSISTÊNCIA A MATERNIDADE

Institui o Fundo de Assistência à Maternidade e dá outras providências.

Lei n. 3.243 — de 13 de agosto de 1957.

G**GALENA**

Autoriza o cidadão brasileiro Antônio da Cunha Peixoto a pesquisar galena no município de Macarani, Estado da Bahia.

Decreto n. 41.963 — de 3 de agosto de 1957.

GESSO NACIONAL TAPUIO LTDA.

Autoriza a Gesso Nacional Tapui LTDA., a pesquisar gipsita e associados no município de Brejo Santo, Estado do Ceará.

Decreto n. 41.795 — de 8 de julho de 1957.

GESTANTE

— Ver:

Trabalho da Mulher.

GIPSITA

Autoriza o cidadão brasileiro John Davies a pesquisar gipsita e associados nos municípios de Camamu e Marau, Estado da Bahia.

Decreto n. 42.183 — de 28 de agosto de 1957.

GRATIFICAÇÕES

Acrescenta o n.º 7 do Art. 1.º do Decreto n.º 30.033, de 1.º de outubro de 1951, que disciplina a concessão de Gratificação de Técnico Militar prevista no art. 33 do CVVM.

Decreto n. 42.317 — de 20 de setembro de 1957.

GRUPO EXECUTIVO DA INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA (GEIA)

Inclui um representante do Ministério da Guerra entre os membros constantes do art. 15, do Decreto número 39.412, de 16 de junho de 1955.

Decreto n. 41.983 — de 5 de agosto de 1957.

H

HEMATITA

Retifica o art. 1.º do Decreto número 37.589, de 11 de julho de 1955.

Decreto n. 41.820 — de 10 de julho de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Marinho Tomasi a pesquisar hematita no município de Itabira, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 41.913 — de 29 de julho de 1957.

HIPOTECA RURAL

Cria cédulas de crédito rural, e da outras providências.

Lei n. 3.253 — de 27 de agosto de 1957.

I

ILMENITA

Autoriza o cidadão brasileiro Orlando Ferreira da Cunha a pesquisar ilmenita no município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina.

Decreto n. 42.195 — de 28 de agosto de 1957.

IMÓVEIS RURAIS

Cria cédulas de crédito rural, e da outras providências.

Lei n. 3.253 — de 27 de agosto de 1957.

IMPORTAÇÃO

Aprova o Tratado Geral de Comércio e Investimentos, o Convênio de Comércio Fronteiriço e o Protocolo Adicional sobre Direitos de Importação firmado entre o Brasil e o Paraguai.

Decreto Legislativo n.º 27, de 1957.

— *Dispõe sobre a Reforma da Tarifa das Alfândegas e da outras providências.*

Lei n. 3.244 — de 14 de agosto de 1957.

No que tange a isenção de direitos, impostos e taxas:

— Ver:

Isenção Fiscal.

IMPÓSTO DE RENDA (ADICIONAL)

Dispensa do recolhimento dos Depósitos Compulsórios, Depósitos de Garantia e Certificado de Equipamento, os contribuintes que tenham processos de lançamento pendentes de decisão.

Lei n. 3.262 — de 16 de setembro de 1957.

INDENIZAÇÕES

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 20.437,10, para atender ao pagamento de indenização devida aos herdeiros de José Silvino Soares, ex-servidor da Estrada de Ferro Dona Teresa Cristina.

Lei n. 3.256 — de 2 de setembro de 1957.

— *Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 10.700,00, para o fim que menciona.*

Decreto n. 41.883 — de 25 de julho de 1957.

INSPEÇÃO DO TRABALHO

— Ver:

*Convenções.***INSTITUTO AGRÔNOMICO DO SUL**

Altera, sem aumento de despesas, as Tabelas Numéricas Especiais de Extranumerários Mensalistas, do Instituto Agrônomo do Sul e da Estação Experimental de Passo Fundo, do mesmo Instituto, do Ministério da Agricultura.

Decreto n. 41.688 — de 24 de junho de 1957.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

Altera a redação do art. 1.º do Decreto n.º 40.299, de 6 de novembro de 1956, e dá outras providências.

Decreto n. 42.219 — de 3 de setembro de 1957.

INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ

Altera a redação do art. 1.º do Decreto n.º 40.299, de 6 de novembro de 1956, e dá outras providências.

Decreto n. 42.219 — de 3 de setembro de 1957.

INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS COMERCIARIOS

Cria cargo no Quadro de Pessoal do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes, e dá outras providências.

Decreto n. 41.948 — de 2 de agosto de 1957.

INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS EMPREGADOS EM TRANSPORTES E CARGAS

Retifica o Quadro de Pessoal do "Hospital Ipiranga", e do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas, e dá outras providências.

Decreto n. 41.777 — de 4 de julho de 1957.

INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS MARÍTIMOS

Unifica os Quadros e Tabelas de Pessoal do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos, e dá outras providências.

Decreto n. 41.880 — de 17 de julho de 1957.

INSTITUTO DE ÓLEOS

Dispõe sobre a organização das Associações Técnicas de que trata o artigo 2.º do Decreto n.º 22.212, de 2 de dezembro de 1946.

Decreto n. 42.163 — de 28 de agosto de 1957.

INSTITUTO DE PESQUISAS RODOVIÁRIAS

Cria o Instituto de Pesquisas Rodoviárias, nos termos da Lei n.º 1.310, de 15 de janeiro de 1951.

Decreto n. 42.212 — de 29 de agosto de 1957.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO (IPASE)

Dispõe sobre a alienação de imóveis construídos pelo Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado (IPASE), nos termos de que trata o Decreto n.º 23.247, de 18 de outubro de 1933.

Decreto n. 41.770 — de 4 de julho de 1957.

INSTITUTO FERNANDES FIGUEIRA

Dá a denominação de Clóvis Corrêa da Costa à Maternidade do Instituto Fernandes Figueira.

Decreto n. 41.782 — de 5 de julho de 1957.

INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS

Denomina Instituto Nacional de Educação de Surdos o atual Instituto Nacional de Surdos-Mudos.

Lei n. 3.198 — de 6 de julho de 1957.

INSTITUTO TECNOLÓGICO DA AERONAUTICA

Outorga concessão ao Instituto Tecnológico da Aeronáutica para estabelecer uma estação radiodifusora.

Decreto n. 42.045 — de 14 de agosto de 1957.

INSTITUTOS DE APOSENTADORIA E PENSÕES

Dispõe sobre o pagamento das prestações de benefícios, em caso de falecimento do segurado ou seu beneficiário, pelos Institutos e Caixas de Aposentadorias e Pensões.

Lei n. 3.220 — de 19 de julho de 1957.

— *Dispõe sobre o pagamento de contribuições aos Institutos e Caixas de Aposentadoria por parte dos portadores do mal de Hansen.*

Lei n. 3.230 — de 29 de julho de 1957.

INTERVENÇÃO FEDERAL

Decreta a intervenção federal no Estado de Alagoas para assegurar o livre exercício dos poderes da Assembléia Legislativa.

Decreto n. 42.266 — de 14 de setembro de 1957.

IRMAOS THA S. A.

Concede a Irmãos Thá S. A. — Construções, Indústrias e Comércio — autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n. 42.365 — de 27 de setembro de 1957.

ISENÇÃO FISCAL

Concede isenção de direitos de importação, imposto de consumo e taxas aduaneiras para um busto do falecido Presidente Getúlio Vargas, a ser erigido em praça pública no município de Santa Vitória do Palmar, no Estado do Rio Grande do Sul.

Lei n. 3.190 — de 2 de julho de 1957.

ISENÇÃO FISCAL

— *Dispõe sobre a aplicação do artigo 31, V, letra b, da Constituição Federal, que isenta de imposto temporário de qualquer culto, bens e serviços de partidos políticos, instituições de educação e de assistência social.*

Lei n. 3.193 — de 4 de julho de 1957.

— *Concede isenção de direitos de importação, de consumo e de taxas aduaneiras, inclusive a de previdência social, para o material hospitalar importado pelo Instituto das Pequenas Missionárias de Maria Imaculada, destinado ao Sanatório Marques Lisboa, situado no Morro das Pedras, na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.*

Lei n. 3.195 — de 4 de julho de 1957.

— *Concede isenção de todos os impostos e taxas para o material doado à Missão Presbiteriana do Norte do Brasil.*

Lei n. 3.197 — de 6 de julho de 1957.

— *Concede isenção de direitos de importação, imposto de consumo, taxas aduaneiras e a de previdência social para mercadorias doadas ao Instituto Nacional de Imigração e Colonização.*

Lei n. 3.209 — de 19 de julho de 1957.

— *Concede isenção de direitos de importação para as mercadorias doadas pela Church World Services (C. W. S.) aos Estados Unidos da América do Norte à Confederação Evangélica do Brasil.*

Lei n. 3.213 — de 19 de julho de 1957.

— *Prorroga, até 15 de agosto de 1957, a vigência do regime de licença, a que está subordinado o intercâmbio comercial com o exterior.*

Lei n. 3.227 — de 27 de julho de 1957.

ISENÇÃO FISCAL

— Concede isenção de direitos alfandegários, imposto de consumo e mais taxas para uma estátua de bronze representando São Francisco, duas imagens de madeira e alfaia religiosas doadas pelo Prefeito de Milão e pela Sociedade Missionária de Milão, na Itália, ao Santuário de São Francisco, da cidade de Juazeiro do Norte, no Estado do Ceará.

Lei n. 3.236 — de 1.º de agosto de 1957.

— Concede isenção de direitos de importação, taxas aduaneiras e de imposto de consumo para a maquinaria e mais equipamentos destinados à instalação da Usina Termelétrica de Força e Luz do Pará S. A.

Lei n. 3.258 — de 5 de setembro de 1957.

— Concede isenção de direitos aduaneiros de importação para a penicilina injetável, importada até 31 de dezembro de 1947.

Lei n. 3.259 — de 6 de setembro de 1957.

"ITAMARATI" COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS GERAIS

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento do capital social da "Itamarati" Companhia Nacional de Seguros Gerais.

Decreto n. 42.003 — de 8 de agosto de 1957.

"ITATIAIA" COMPANHIA DE SEGUROS

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento do capital social da "Itatiaia" Companhia de Seguros.

Decreto n. 41.675 — de 24 de junho de 1957.

J**JUSTIÇA DO TRABALHO**

Cria cargos no quadro do pessoal da Justiça do Trabalho da Sexta Região e dá outras providências.

Lei n. 3.214 — de 19 de julho de 1957.

— Reorganiza as Secretarias do Ministério Público da União junto à Justiça do Trabalho, cria o respectivo Quadro do Pessoal e dá outras providências.

Lei n. 3.242 — de 13 de agosto de 1957.

JUSTIÇA DO TRABALHO

— Acrescenta um parágrafo único ao art. 15 do Decreto n.º 40.359, de 16 de novembro de 1956 e dá outras providências.

Decreto n. 41.804 — de 10 de julho de 1957.

No tocante a abertura de crédito:

— Ver:

Poder Judiciário.

K**KENRANDA PESQUISAS MINERAIS S. A.**

Concede à Kenranda Pesquisas Minerais S. A. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n. 41.812 — de 10 de julho de 1957.

L**LAVRA**

Concessão de autorização:

— Ver:

O nome do elemento lavrado.

LEUCITA

Autoriza o cidadão brasileiro Narciso Ferreira de Andrade a pesquisar bauxita, leucita e associados no município de Aguas da Prata, Estado de São Paulo.

Decreto n. 42.078 — de 19 de agosto de 1957.

LEI DE ACIDENTES DO TRABALHO

— Ver:

Acidentes do Trabalho.

LEI DE INTRODUÇÃO DO CÓDIGO CIVIL

Altera disposições da Lei de Introdução do Código Civil.

Lei n. 3.238 — de 1 de agosto de 1957.

LICENÇA PRÉVIA

Prorroga, até 15 de agosto de 1957, a vigência do regime de licença a que está subordinado o intercâmbio comercial com o exterior.

Lei n. 3.227 — de 27 de julho de 1957.

LIGA BRASILEIRA CONTRA A EPILEPSIA

Abre o crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00 à Liga Brasileira Contra a Epilepsia.

Lei n. 3.261 — de 11 de setembro de 1957.

LOTAÇÃO

— Ver:

O nome do órgão a que se refere.

LUCIANO CASTRO & CIA. LTDA.

Concede à Sociedade Luciano Castro & Cia. Ltda. autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto n. 41.775 — de 4 de julho de 1957.

L'UNION COMPAGNIE D'ASSURANCES CONTRE L'INCENDIE LES ACCIDENTS ET RISQUES DIVERS

Approva alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento de capital de responsabilidade da L'Union Compagnie D'Assurances Contre L'Incendie Les Accidents et Risques Divers.

Decreto n. 42.110 — de 19 de agosto de 1957.

LUTO OFICIAL

Declara luto oficial pelo falecimento do ex-Presidente da República Washington Luis Pereira de Sousa e dispõe sobre homenagens aos seus funerais.

Decreto n. 41.984-A — de 4 de agosto de 1957.

— *Manda prestar a Sua Majestade Haakon VII, Rei da Noruega, as honras de Chefe de Estado.*

Decreto n. 42.318 — de 23 de setembro de 1957.

M

M. L. ALBUQUERQUE & CIA LIMITADA

Concede à firma comercial M. L. Albuquerque & Cia. Ltda. autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto n. 41.677 — de 24 de junho de 1957.

MACHADO & CIA. LTDA.

Concede a Machado & Cia. Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n. 41.826 — de 10 de julho de 1957.

MANGANES

Autoriza Indústria Rovial, Técnica, Extrativa, Beneficiamento, Importação e Exportação S. A. a pesquisar minérios de manganês e associados no município de Castelo, Estado do Espírito Santo.

Decreto n. 41.821 — de 10 de julho de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Aldeir Fernandes Pinto a pesquisar minério de manganês e associados no município de Luziânia, Estado de Goiás.*

Decreto n. 41.914 — de 29 de julho de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Caetano Drumond a pesquisar minério de manganês e associados no município de Nova Lima, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 41.923 — de 29 de julho de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Hamilton Caetano Drumond a pesquisar minério de manganês e associados no município de Nova Lima, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 41.924 — de 29 de julho de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Elpidio Lima Rosa a pesquisar minério de ferro, de manganês e associados no município de Morro do Pilar, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 41.959 — de 3 de agosto de 1957.

MANGANÊS

— Autoriza o cidadão brasileiro José Patrus de Sousa a pesquisar minério de manganês no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 41.964 — de 3 de agosto de 1957.

— Autoriza o cidadão brasileiro Anselmo Paulo Magaldi a pesquisar minérios de manganês, de ferro e quartzo no município de Itabirito, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 41.973 — de 3 de agosto de 1957.

— Autoriza o cidadão brasileiro José Thomaz de Cantuária a pesquisar minérios de manganês, de ferro e associados no município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 41.974 — de 3 de agosto de 1957.

— Autoriza o cidadão brasileiro Jayr Nabuco Carneiro Pereira da Silva Porto a pesquisar minério de manganês e associados no município de Pacajus, Estado do Ceará.

Decreto n. 42.065 — de 19 de agosto de 1957.

— Autoriza Mineração Sul-Americana Ltda. a pesquisar minério de manganês e associados no município de Conselheiro Lafayete, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 42.081 — de 19 de agosto de 1957.

— Autoriza o cidadão brasileiro Vicente Perez Caldeira a pesquisar minério de manganês, dolomita e associados no município de Barão de Cocais, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 42.347 — de 27 de setembro de 1957.

— Autoriza o cidadão brasileiro Ivo Felisberto de Souza a pesquisar minério de manganês e associados no município de Muniz Freire, Estado do Espírito Santo.

Decreto n. 42.353 — de 27 de setembro de 1957.

MANGANÊS

— Autoriza a empresa de mineração Cia. Siderúrgica Cruzeiro do Sul "Cruzul" a pesquisar minérios de ferro, manganês, ocre e associados no município de Santa Bárbara, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 42.358 — de 27 de setembro de 1957.

MARINHA

Mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória do registro do contrato celebrado entre o Centro de Instrução de Oficiais para a Reserva da Marinha e a firma S. A. Técnica Murray.

Decreto Legislativo n.º 19, de 1957.

— Dá nova redação ao art. 1.º do Decreto n.º 28.500, de 14 de agosto de 1950.

Decreto n. 41.902 — de 29 de julho de 1957.

— Cria o Símbolo do Estado-Maior das Forças Armadas, com as dimensões e características que especifica, e dá outras providências.

Decreto n. 41.903 — de 29 de julho de 1957.

— Autoriza o uso da Medalha "Marchal Trompowsky" nos uniformes militares.

Decreto n. 42.041 — de 14 de agosto de 1957.

— Ver, também:

Ministério da Marinha.

MARINHA DE GUERRA DO URUGUAI

Concede à Marinha de Guerra do Uruguai o prêmio "Marinha do Brasil".

Decreto n. 41.947 — de 31 de julho de 1957.

MARMORE

Remove o Decreto n. 37.247, de 27 de abril de 1955.

Decreto n. 41.807 — de 10 de julho de 1957.

MARMORE

— Autoriza a cidadã brasileira Afonsina Cândida dos Reis a pesquisar calcário, mármore e associados no município de Itumirim, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 41.911 — de 29 de julho de 1957.

— Autoriza o cidadão brasileiro João Carneiro de Rezende a lavrar mármore no município de Itabirito, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 41.919 — de 29 de julho de 1957.

— Autoriza o cidadão brasileiro Manoel de Matos Júnior a pesquisar calcário, mármore e associados no município de Arcos, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 42.097 — de 19 de agosto de 1957.

— Autoriza o cidadão brasileiro Walter Scott de Castro Veloso a lavrar mármore no município de Bocaíva do Sul, Estado do Paraná.

Decreto n. 42.177 — de 28 de agosto de 1957.

— Autoriza a empresa de mineração Andrea Salvini & Cia. Ltda. a pesquisar calcário, mármore e associados no município de Jaboticatubas, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 42.294 — de 20 de setembro de 1957.

— Autoriza a empresa de mineração Fomento de Mármore e Granitos Limitada a pesquisar mármore e associados no município de Ipiranga, Estado de São Paulo.

Decreto n. 42.303 — de 20 de setembro de 1957.

MAUA, COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Mauá, Companhia de Seguros Gerais.

Decreto n. 41.672 — de 24 de junho de 1957.

MEDALHAS

Autoriza o uso da Medalha "Marechal Trompowsky" nos uniformes militares.

Decreto n. 42.041 — de 14 de agosto de 1957.

— Cria, no Ministério da Marinha, a Medalha "Mérito Tamandaré", e dá outras providências.

Decreto n. 42.111 — de 20 de agosto de 1957.

— Aprova o Regulamento para a concessão da Medalha "Mérito Tamandaré".

Decreto n. 42.112 — de 20 de agosto de 1957.

MENOR

— Ver:

Trabalho do menor.

METAIS RAYAMIR LTDA.

Concede à Metais Rayamir Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n. 42.173 — de 28 de agosto de 1957.

MICA

Autoriza o cidadão brasileiro Hermilio Vieira da Silva a pesquisar mica e associados no município de Virgolândia, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 41.808 — de 10 de julho de 1957.

— Retifica o art. 1.º do Decreto n.º 41.394, de 24 de abril de 1957.

Decreto n. 41.813 — de 10 de julho de 1957.

— Autoriza o cidadão brasileiro Argemiro Teixeira da Silva a pesquisar mica no município de Conselheiro Pena, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 41.917 — de 29 de julho de 1957.

— Autoriza o cidadão brasileiro Tasso de Carvalho a pesquisar mica e associados no município de Santa Maria do Suaçuí, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 41.960 — de 3 de agosto de 1957.

MICA

— *Autoriza a cidadã brasileira Joana Rita de Oliveira a pesquisar mica e associados no município de Alto do Rio Doce, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 42.064 — de 19 de agosto de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Milton Pereira de Queiroz a pesquisar mica e associados no município de Galiléia, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 42.066 — de 19 de agosto de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Pereira de Araújo a pesquisar mica e associados no município de Santa Maria do Suaçuí, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 42.071 — de 19 de agosto de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Jorge Mansur a pesquisar mica e associados no município de Patrocínio, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 42.072 — de 19 de agosto de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Pedro Montes Hernandez a pesquisar mica, xisto e associados no município de Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 42.090 — de 19 de agosto de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Hugo de Carvalho a pesquisar mica e associados no município de Água Boa, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 42.099 — de 19 de agosto de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Luiz Sobrinho a pesquisar quartzo, mica e associados no município de Itamarandiba, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 42.106 — de 19 de agosto de 1957.

— *Renova o Decreto n.º 37.641, de 25 de julho de 1955.*

Decreto n. 42.181 — de 28 de agosto de 1957.

MICA

— *Autoriza o cidadão brasileiro Constantino Vasconcelos a lavrar mica e associados no município de Galiléia, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 42.260 — de 11 de setembro de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Levingo Gonçalves da Silva a pesquisar mica e associados no município de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 42.306 — de 20 de setembro de 1957.

— *Renova o Decreto n.º 37.482, de 14 de junho de 1955.*

Decreto n. 42.309 — de 20 de setembro de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Walter Barreiros a pesquisar mica, pedras coradas e associados no município de Conselheiro Pena, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 42.312 — de 20 de setembro de 1957.

MICAXISTO

— *Autoriza o cidadão brasileiro Virgílio Ferreira de Castro a pesquisar micaxisto e associados no município de Mercês, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 41.977 — de 3 de agosto de 1957.

MINERAÇÃO BELO VALE LIMITADA

— *Concede a Mineração Belo Vale Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n. 41.827 — de 10 de julho de 1957.

MINERAÇÃO CAULIM LTDA.

— *Torna sem efeito o Decreto n. 10.456, de 16 de setembro de 1942.*

Decreto n. 41.811 — de 10 de julho de 1957.

MINÉRIOS RAIZ DA SERRA LIMITADA

— *Concede a Minérios Raiz da Serra Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n. 41.790 — de 8 de julho de 1957.

"MININBRA" MINERAÇÃO INDUSTRIAL BRASILEIRA LTDA.

Concede à "Mininbra" Mineração Industrial Brasileira Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n. 42.296 — de 20 de setembro de 1957.

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

Dá nova lotação e repartições do Ministério da Aeronáutica.

Decreto n. 41.895 — de 25 de julho de 1957.

— Dá nova redação ao art. 1.º do Decreto n.º 28.500, de 14 de agosto de 1950.

Decreto n. 41.902 — de 29 de julho de 1957.

— Transfere funções das Tabelas Numéricas Especiais de Extranumerário-mensalista do Ministério da Aeronáutica, que menciona.

Decreto n. 41.935 — de 30 de julho de 1957.

— Declara de utilidade pública, para desapropriação, imóveis necessários à ampliação do aeroporto de Guaratinguetá, Estado de São Paulo.

Decreto n. 41.940 — de 30 de julho de 1957.

— Declara de utilidade pública, para desapropriação, área no município de São João de Meriti (RJ), necessária aos serviços de proteção ao voo, do Ministério da Aeronáutica.

Decreto n. 41.941 — de 30 de julho de 1957.

— Autoriza o Ministério da Aeronáutica a aceitar doação de terrenos em Uberlândia (MG).

Decreto n. 42.113 — de 20 de agosto de 1957.

— Autoriza o Ministério da Aeronáutica a aceitar doação de terrenos em Araguari (MG).

Decreto n. 42.114 — de 20 de agosto de 1957.

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

— Transfere funções das Tabelas Numéricas Especiais de Extranumerário-mensalista do Ministério da Aeronáutica, que menciona.

Decreto n. 42.115 — de 20 de agosto de 1957.

— Dispõe sobre a transferência de funções de Tabelas Numéricas Especiais de Extranumerário-mensalista de repartições do Ministério da Aeronáutica.

Decreto n. 42.116 — de 20 de agosto de 1957.

— Renova a declaração de utilidade pública, para desapropriação, de glebas de terras que menciona, necessárias à ampliação do Parque de Aeronáutica de São Paulo.

Decreto n. 42.117 — de 20 de agosto de 1957.

— Autoriza o Ministério da Aeronáutica a ceder gratuitamente à Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro os terrenos que menciona.

Decreto n. 42.118 — de 20 de agosto de 1957.

— Transfere funções das Tabelas Numéricas Especiais de Extranumerário-mensalista do Ministério da Aeronáutica, que menciona.

Decreto n. 42.249 — de 6 de setembro de 1957.

— Transfere funções das Tabelas Numéricas Especiais de Extranumerário-mensalista do Ministério da Aeronáutica, que menciona.

Decreto n. 42.262 — de 11 de setembro de 1957.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 250.000,00, destinado a recompensar os trabalhos realizados por Oscar Salvador Cordeiro, no Lobato, Estado da Bahia.

Lei n. 3.201 — de 8 de julho de 1957.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00, para atender às despesas com a realização da V Conferência Rural Brasileira.*

Lei n. 3.202 — de 10 de julho de 1957.

— *Cria no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais, uma Estação de Enologia.*

Lei n. 3.228 — de 28 de julho de 1957.

— *Altera a lotação do Ministério da Agricultura.*

Decreto n. 41.749 — de 3 de julho de 1957.

— *Transfere, sem aumento de despesa, funções da Tabela Numérica de Extranumerário-mensalista e da Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista da Comissão Especial da Faixa de Fronteiras, para as Tabelas que menciona.*

Decreto n. 41.779 — de 4 de julho de 1957.

— *Transfere, sem aumento de despesas, função da Tabela Numérica Especial de Extranumerário-Mensalista, de repartição do Ministério da Agricultura, na forma que menciona.*

Decreto n. 41.786 — de 8 de julho de 1957.

— *Altera a lotação do Ministério da Agricultura.*

Decreto n. 41.836 — de 10 de julho de 1957.

— *Abre, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 8.000.000,00, para atender às despesas com o início dos trabalhos da Escola Agrícola de Rio Pomba, Minas Gerais.*

Decreto n. 41.860 — de 16 de julho de 1957.

— *Altera a distribuição, por especialização, dos cargos da carreira de Engenheiro do Quadro Permanente do Ministério da Agricultura, que menciona.*

Decreto n. 42.052 — de 19 de agosto de 1957.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

— *Funde, sem aumento de despesa, Tabelas Numéricas Especiais de Extranumerário-Mensalista do Ministério da Agricultura, que menciona, e dá outras providências.*

Decreto n. 42.055 — de 19 de agosto de 1957.

— *Transfere, sem aumento de despesa, função da Tabela Numérica Especial de Extranumerário-Mensalista, de repartição do Ministério da Agricultura, na forma que menciona.*

Decreto n. 42.120 — de 21 de agosto de 1957.

— *Torna privativa dos técnicos do Serviço de Economia Rural a representação do Ministério da Agricultura junto às autarquias.*

Decreto n. 42.146 — de 22 de agosto de 1957.

— *Transfere, sem aumento de despesa, função da Tabela Numérica Especial de Extranumerário-Mensalista do Ministério da Agricultura, que menciona.*

Decreto n. 42.164 — de 28 de agosto de 1957.

— *Transfere, sem aumento de despesa, função da Tabela Numérica Especial de Extranumerário-Mensalista, da Inspeção Regional de Fomento Agrícola no Estado do Ceará, para idêntica Tabela da Inspeção Regional de Fomento Agrícola no Estado do Rio Grande do Norte, ambas do Ministério da Agricultura.*

Decreto n. 42.165 — de 28 de agosto de 1957.

— *Altera a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Agricultura.*

Decreto n. 42.166 — de 28 de agosto de 1957.

— *Altera, sem aumento de despesa, as Tabelas Numéricas Especiais de Extranumerário-Mensalista do Instituto Agrônômico do Sul, do Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas, do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas, do Ministério da Agricultura e da Estação Experimental de Pelotas dos mesmos Instituto, Serviço, Centro e Ministério.*

Decreto n. 42.255 — de 11 de setembro de 1957.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

— Abre, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 500.000,00, para auxiliar as comemorações do 1.º Centenário da elevação do município de Baependi, no Estado de Minas Gerais, à categoria de cidade, e a realização, naquela ocasião, de uma Exposição Agropecuária-Industrial.

Decreto n. 42.289 — de 19 de setembro de 1957.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 300.000,00 para auxiliar a realização do I Congresso de Odonto-pediatria.

Lei n. 3.239 — de 5 de agosto de 1957.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 2.500.000,00, como auxílio à União dos Escoteiros do Brasil pela realização do Ajuri Nacional Escoteiro e da IV Conferência Escoteira Interamericana e para participação dos Escoteiros Brasileiros no IX Jamboree Mundial de Escoteiros.

Lei n. 3.251 — de 26 de agosto de 1957.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 500.000,00, para auxiliar a realização do I Congresso de Jornalistas Sul Rio-Grandenses.

Lei n. 3.255 — de 2 de setembro de 1957.

— Altera lotação do Ministério da Educação e Cultura.

Decreto n. 41.796 — de 8 de julho de 1957.

— Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00 para auxiliar a Prefeitura Municipal de Montes Claros, no Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 41.848 — de 12 de julho de 1957.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 894.844,60, para atender ao pagamento de fornecimentos feitos, no exercício de 1952, a diversos órgãos do mesmo Ministério.

Decreto n. 41.855 — de 16 de julho de 1957.

— Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 7.804.000,00, para atender às despesas com a federação das Faculdades de Direito de Santa Catarina e da Bahia.

Decreto n. 42.057 — de 19 de agosto de 1957.

— Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 5.581.680,00 para o fim que especifica.

Decreto n. 42.058 — de 19 de agosto de 1957.

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Altera o artigo 1.º da Lei n.º 403, de 24 de setembro de 1948, que reestrutura os cargos de tesoureiro e ajudante de tesoureiro do Serviço Público Federal.

Lei n. 3.205 — de 15 de julho de 1957.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 150.000.000,00 para aquisição de materiais atômicos.

Lei n. 3.219 — de 19 de julho de 1957.

— Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito extraordinário de ... Cr\$ 5.000.000,00, para o fim que especifica.

Decreto n. 41.801 — de 9 de julho de 1957.

— Aprova o Regulamento da Lei n.º 1.293, de 27 de dezembro de 1950, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 2.584, de 1 de setembro de 1955.

Decreto n. 41.852 — de 15 de julho de 1957.

MINISTERIO DA FAZENDA

— *Regulamenta as atribuições dos funcionários lotados em estações aduaneiras e dá outras providências.*

Decreto n. 41.853 — de 15 de julho de 1957.

— *Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito extraordinário de Cr\$ 10.000.000,00, para o fim que especifica.*

Decreto n. 41.854 — de 16 de julho de 1957.

— *Retifica a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-Mensalista do Serviço de Comunicações do Ministério da Fazenda.*

Decreto n. 41.856 — de 16 de julho de 1957.

— *Abre, ao Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00, destinado a atender às despesas com a comemoração do centenário da fundação do município de Livramento.*

Decreto n. 41.873 — de 16 de julho de 1957.

— *Altera a lotação numérica do Quadro Suplementar do Ministério da Fazenda.*

Decreto n.º 41.874 — de 16 de julho de 1957.

— *Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito extraordinário de Cr\$ 10.000.000,00 para o fim que especifica.*

Decreto n. 42.006 — de 9 de agosto de 1957.

— *Suprime cargo extinto.*

Decreto n. 42.007 — de 9 de agosto de 1957.

— *Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00, para o fim que especifica.*

Decreto n. 42.203 — de 29 de agosto de 1957.

— *Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 15.000.000,00, para o fim que especifica.*

Decreto n. 42.220 — de 3 de setembro de 1957.

MINISTERIO DA FAZENDA

— *Abre, ao Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 655.882,40, para o fim que especifica.*

Decreto n. 42.272 — de 17 de setembro de 1957.

— *Abre, ao Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 250.000,00, para o fim que especifica.*

Decreto n. 42.274 — de 17 de setembro de 1957.

— *Abre, ao Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 150.000.000,00, para o fim que especifica.*

Decreto n. 42.333 — de 25 de setembro de 1957.

MINISTERIO DA GUERRA

Aprova o termo aditivo ao ajuste celebrado entre o Estado-Maior do Exército e Vitor José Lima.

Decreto Legislativo n.º 21, de 1957.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 193.906,30, destinado a atender às despesas com ereção de um Pantheon em Maceió, Estado de Alagoas.*

Lei n. 3.203 — de 10 de julho de 1957.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 40.790,00, para pagamento de indenização ao capitão intendente do Exército Austerlitz Brito Mendes.*

Lei n. 3.204 — de 10 de julho de 1957.

— *Extingue o Quadro Auxiliar de Administração do Exército e o de Topógrafos do Serviço Geográfico do Exército; dispõe sobre a formação do Quadro de Oficiais de Administração e do Quadro de Oficiais Especialistas, e dá outras providências.*

Lei n. 3.222 — de 21 de julho de 1957.

MINISTERIO DA GUERRA

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 4.680.000,00, para ocorrer a despesa com o pagamento devido ao pessoal admitido por conta da verba de obras, e dá outras providências.

Lei n. 3.232 — de 29 de julho de 1957.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 3.600.000,00, destinado ao pagamento de professores civis dos Colégios Militares.

Lei n. 3.234 — de 29 de julho de 1957.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 17.242.933,60, destinado a atender ao pagamento de salários e à indenização devidos aos antigos servidores transferidos da Southern Brazil Lumber and Colonization Company para aquele Ministério.

Lei n.º 3.254 — de 2 de setembro de 1957.

— Dispõe, sem aumento de despesa, sobre as Tabelas Numéricas Especiais de Extranumerário-Mensalista do Ministério da Guerra, que menciona.

(Publicado no Diário Oficial — Seção I — de 13 de abril de 1957).

Decreto n. 41.290 — de 9 de abril de 1957.

— Dá nova redação aos ns. 19, 21 e 22 do art. 1.º do Decreto n.º 40.781, de 17 de janeiro de 1957.

Decreto n. 41.762 — de 3 de julho de 1957.

— Transfere, sem aumento de despesa, função da Tabela Numérica Especial de Extranumerário-Mensalista do Quartel General da 7.ª Região Militar, para idêntica tabela da Pagadoria Central de Inativos e Pensionistas, ambas do Ministério da Guerra.

Decreto n. 41.766 — de 4 de julho de 1957.

MINISTERIO DA GUERRA

— Retifica a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-Mensalista do Parque Central de Material de Comunicações, do Ministério da Guerra.

Decreto n. 41.767 — de 4 de julho de 1957.

— Transfere funções da Tabela Numérica Especial de Extranumerário-Mensalista do Parque Central de Motomecanização, para idênticas tabelas do Hospital Central do Exército e da Fábrica do Realengo, todas do Ministério da Guerra.

Decreto n. 41.768 — de 4 de julho de 1957.

— Transfere, sem aumento de despesa, funções da Tabela Numérica de Extranumerário-Mensalista do Parque Central de Motomecanização para idênticas Tabelas da Fábrica do Andaraí e da Fábrica do Realengo, todas do Ministério da Guerra.

Decreto n. 41.769 — de 4 de julho de 1957.

— Dispõe, sem aumento de despesa, sobre transferência de funções de Tabelas Numéricas Especiais de Extranumerário-Mensalista do Ministério da Guerra, que menciona, e dá outras providências.

Decreto n. 41.841 — de 12 de julho de 1957.

— Autoriza a aceitação de doação dos direitos de posse exercidos sobre um imóvel, que faz a Municipalidade de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto n. 41.842 — de 12 de julho de 1957.

— Dá nova redação ao n.º 2, do Artigo 65, do Regulamento do Serviço de Intendência do Exército em Tempo de Paz.

Decreto n. 41.843 — de 12 de julho de 1957.

— Autoriza o Ministério da Guerra a celebrar com o Estado de Minas Gerais convênio, com o fim de instalação de um Colégio Militar, em Belo Horizonte.

Decreto n. 41.844 — de 12 de julho de 1957.

MINISTERIO DA GUERRA

— *Autoriza a aceitação da doação do imóvel que faz a Municipalidade de Itaqui, no Estado do Rio Grande do Sul, ao Ministério da Guerra.*

Decreto n. 41.845 — de 12 de julho de 1957.

— *Torna insubsistentes os Decretos que autorizam a cessão de terreno do Ministério da Guerra ao Circulo Militar de Juiz de Fora.*

Decreto n. 41.846 — de 12 de julho de 1957.

— *Autoriza o Ministério da Guerra a aceitar a doação de terreno que faz o Senhor Alberto Elvino Zappe, na cidade de Castro, Estado do Paraná.*

Decreto n. 41.847 — de 12 de julho de 1957.

— *Modifica o distintivo do Curso de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas da Escola Superior de Guerra, instituído pelo Decreto n.º 34.789, de 16 de dezembro de 1953.*

Decreto n. 41.930 — de 6 de agosto de 1957.

— *Aprova o Regulamento Interno e dos Serviços Gerais (R/1).*

Decreto n. 42.018 — de 9 de agosto de 1957.

— *Reduz o interstício do posto de Major dos Quadros de Intendentes do Exército e Farmacêuticos do Serviço de Saúde do Exército.*

Decreto n. 42.019 — de 9 de agosto de 1957.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, benfeitorias e direitos advindos de concessão de aforamento de terreno, em Belém do Pará.*

Decreto n. 42.023 — de 12 de agosto de 1957.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, benfeitorias e direitos advindos de concessão de aforamento de terreno, em Belém do Pará.*

Decreto n. 42.024 — de 12 de agosto de 1957.

MINISTERIO DA GUERRA

— *Transfere, sem aumento de despesa, função da Tabela Numérica Especial de Extranumerário-Mensalista do Estabelecimento de Material de Intendência da 2.ª Região Militar, para idêntica tabela do 17.º Regimento de Cavalaria, ambas do Ministério da Guerra.*

Decreto n. 42.025 — de 12 de agosto de 1957.

— *Transfere, sem aumento de despesa, função da Tabela Numérica Especial de Extranumerário-Mensalista do Estabelecimento de Finanças da 3.ª Região Militar, para idêntica tabela do Hospital Geral de Porto Alegre, ambas do Ministério da Guerra.*

Decreto n. 42.026 — de 12 de agosto de 1957.

— *Acréscce um artigo ao Título IX, Disposições Transitórias do Regulamento da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, aprovado pelo Decreto n.º 36.955, de 25 de fevereiro de 1955.*

Decreto n. 42.029 — de 13 de agosto de 1957.

— *Declara de utilidade pública e autoriza a desapropriação do imóvel necessário ao Serviço do Exército Nacional.*

Decreto n. 42.030 — de 13 de agosto de 1957.

— *Autoriza a aceitação da doação de terreno que faz a Municipalidade da Cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, ao Ministério da Guerra.*

Decreto n. 42.031 — de 13 de agosto de 1957.

— *Extingue a Coudelaria de Monte Belo.*

Decreto n. 42.144 — de 22 de agosto de 1957.

— *Fixa a distribuição atual em cada Arma e em cada posto das funções privativas e das funções gerais dos Oficiais do Exército.*

Decreto n. 42.152 — de 26 de agosto de 1957.

MINISTERIO DA GUERRA

— *Autoriza a aceitação da doação que faz o Estado de São Paulo ao Ministério da Guerra, no Município de Campinas, naquele Estado.*

Decreto n. 42.208 — de 29 de agosto de 1957.

— *Autoriza aceitação da doação de um imóvel que faz o Estado de São Paulo, ao Ministério da Guerra, no Município de Campinas, no mesmo Estado.*

Decreto n. 42.209 — de 29 de agosto de 1957.

— *Transfere, sem aumento de despesa, funções de Tabelas Numéricas Especiais de Extranumerário-Mensalista do Ministério da Guerra, que menciona.*

Decreto n. 42.210 — de 29 de agosto de 1957.

— *Transfere, sem aumento de despesa, funções de Tabelas Numéricas Especiais de Extranumerário-Mensalista do Ministério da Guerra, que menciona.*

Decreto n. 42.211 — de 29 de agosto de 1957.

— *Aprova o Regulamento do Quadro de Oficiais de Administração e do Quadro de Oficiais Especialistas, organizados pela Lei n.º 3.222 de 21 de julho de 1957, em face do parágrafo único do art. 60 da Lei n.º 2.851, de 23 de agosto de 1956.*

Decreto n. 42.251 — de 6 de setembro de 1957.

— *Discrimina as especialidades que constituem o Quadro de Oficiais Especialistas (QOE), fixa o efetivo de cada uma delas e dá outras providências.*

Decreto n. 42.267 — de 17 de setembro de 1957.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de um terreno situado na cidade de Dourados, no Estado de Mato Grosso, necessário ao Ministério da Guerra.*

Decreto n. 42.268 — de 17 de setembro de 1957.

MINISTERIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

Modifica a redação dos artigos 35 e 36 do Decreto n.º 24.468, de 4 de fevereiro de 1943, que aprovou o Regimento da Seção de Segurança Nacional do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Decreto n.º 42.154 — de 27 de agosto de 1957.

MINISTERIO DA MARINHA

Aprova o termo aditivo ao contrato celebrado entre o Ministério da Marinha e Giovanni Robba.

Decreto Legislativo n.º 22, de 1957.

— *Determina computar, para efeitos de disponibilidade e aposentadoria, o tempo de serviço prestado por servidores do Ministério da Marinha à Cia. Mecânica e Importadora de São Paulo S. A.*

Lei n.º 3.235 — de 29 de julho de 1957.

— *Altera o Regulamento para as Capitâneas dos Portos.*

Decreto n.º 41.945 — de 31 de julho de 1957.

— *Aprova o Regulamento para a Escola Naval.*

Decreto n.º 41.946 — de 31 de julho de 1957.

— *Revoga o Regulamento para Seleção de Oficiais Candidatos ao Corpo de Engenheiros e Técnicos Navais.*

Decreto n.º 42.001 — de 8 de agosto de 1957.

— *Cria o cargo de Adido Naval junto à Embaixada do Brasil em Tóquio (Japão).*

Decreto n.º 42.027 — de 12 de agosto de 1957.

— *Altera a lotação das repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Marinha.*

Decreto n.º 42.036 — de 14 de agosto de 1957.

MINISTÉRIO DA MARINHA

— *Transfere funções da Tabela Numérica Especial de Extranumerário-Mensalista do Ministério da Marinha, que menciona.*

Decreto n.º 42.037 — de 14 de agosto de 1957.

— *Transfere função da Tabela Numérica Especial de Extranumerário-Mensalista do Ministério da Marinha, que menciona.*

Decreto n.º 42.038 — de 14 de agosto de 1957.

— *Altera o valor das multas estabelecidas no Regulamento para as Capitânicas dos Portos.*

Decreto n.º 42.039 — de 14 de agosto de 1957.

— *Altera o Regulamento para as Capitânicas dos Portos.*

Decreto n.º 42.040 — de 14 de agosto de 1957.

— *Cria, no Ministério da Marinha, a Medalha "Mérito Tamandaré", e dá outras providências.*

Decreto n.º 42.111 — de 20 de agosto de 1957.

— *Aprova o Regulamento para a concessão da Medalha "Mérito Tamandaré".*

Decreto n.º 42.112 — de 20 de agosto de 1957.

— *Altera os Decretos ns. 34.501 de 9 de novembro de 1953 e 39.563, de 12 de julho de 1956.*

Decreto n.º 42.142 — de 21 de agosto de 1957.

— *Aprova o Regulamento para o Gabinete de Identificação da Marinha.*

Decreto n.º 42.224 — de 5 de setembro de 1957.

— *Aprova o Regulamento para a Diretoria do Armamento da Marinha.*

Decreto n.º 42.225 — de 5 de setembro de 1957.

MINISTÉRIO DA MARINHA

— *Aprova o Regulamento para a Fábrica de Torpedos da Marinha.*

Decreto n.º 42.226 — de 5 de setembro de 1957.

— *Aprova o Regulamento para a Fábrica de Artilharia da Marinha.*

Decreto n.º 42.227 — de 5 de setembro de 1957.

— *Aprova o Regulamento para o Centro de Armamento da Marinha.*

Decreto n.º 42.228 — de 5 de setembro de 1957.

— *Aprova o Regulamento para o Centro de Munição da Marinha.*

Decreto n.º 42.229 — de 5 de setembro de 1957.

— *Aprova o Regulamento para os Centros de Instrução da Marinha.*

Decreto n.º 42.253 — de 11 de setembro de 1957.

— *Transfere função da Tabela Numérica Especial de Extranumerário Mensalista do Ministério da Marinha, que menciona.*

Decreto n.º 42.337 — de 27 de setembro de 1957.

— *Altera o Regulamento para a Escola de Guerra Naval.*

Decreto n.º 42.338 — de 27 de setembro de 1957.

— *Altera o Regulamento para o Corpo do Pessoal Subalterno da Armada.*

Decreto n.º 42.339 — de 27 de setembro de 1957.

— *Altera o Regulamento para o Corpo do Pessoal Subalterno da Armada.*

Decreto n.º 42.340 — de 27 de setembro de 1957.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 13.000.000,00, para atender às despesas decorrentes da visita, ao Brasil, do Presidente da República Portuguesa.

Lei n.º 3.218 — de 19 de julho de 1957.

— Cria o cargo de Adjunto de Adido Naval em Ottawa (Canadá), e dá outras providências.

Decreto n.º 41.984 — de 3 de agosto de 1957.

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 1.680.000,00, destinado ao pagamento de aluguéis devidos ao Clube de Engenharia.

Lei n.º 3.200 — de 8 de julho de 1957.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, os créditos especiais de Cr\$ 10.000.000,00 e Cr\$ 2.000.000,00, para auxiliar as obras do Centro Maternal da Santa Casa de Misericórdia de Maceió, no Estado de Alagoas, e da Santa Casa de Campos, no Estado do Rio de Janeiro.

Lei n.º 3.240 — de 5 de agosto de 1957.

— Abre o crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00 à Liga Brasileira Contra a Epilepsia.

Lei n.º 3.261 — de 11 de setembro de 1957.

— Transfere, sem aumento de despesa, funções da Tabela Numérica de Extranumerário-Mensalista e da Tabela Numérica Especial de Extranumerário-Mensalista da Comissão Especial da Faixa de Fronteiras, para as Tabelas que menciona.

Decreto n.º 41.779 — de 4 de julho de 1957.

MINISTÉRIO DA SAÚDE

— Abre, ao Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00, para ocorrer às despesas com a realização do 1.º Congresso Médico Brasileiro na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo.

Decreto n.º 41.871 — de 16 de julho de 1957.

— Abre, pelo Ministério da Saúde, o crédito extraordinário de Cr\$ 3.000.000,00, para ocorrer com as despesas de emergência com o reaparelhamento do Serviço de Saúde dos Portos, do Departamento de Saúde.

Decreto n.º 41.883 — de 22 de julho de 1957.

— Suprime cargos extintos.

Decreto n.º 41.884 — de 23 de julho de 1957.

— Abre, ao Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00, para ocorrer às despesas da desapropriação, por utilidade pública, de imóvel situado em Recife, capital do Estado de Pernambuco.

Decreto n.º 41.905 — de 29 de julho de 1957.

— Abre, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 30.000.000,00, para o fim que menciona.

Decreto n.º 42.023 — de 12 de agosto de 1957.

— Abre, ao Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 200.000,00, para atender às despesas decorrentes da realização do VI Congresso Internacional do Câncer.

Decreto n.º 42.202 — de 29 de agosto de 1957.

MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Determina o registro do termo de contrato celebrado entre o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio — Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho — e a IBM World Trade Corporation.

Decreto Legislativo n.º 25, de 1957.

MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

— *Altera lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.*

Decreto n.º 41.771 — de 4 de julho de 1957.

— *Abre, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 15.000.000,00, para os fins que especifica.*

Decreto n.º 41.875 — de 16 de julho de 1957.

— *Altera a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.*

Decreto n.º 41.889 — de 25 de julho de 1957.

— *Altera a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.*

Decreto n.º 41.890 — de 25 de julho de 1957.

— *Altera a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.*

Decreto n.º 41.891 — de 25 de julho de 1957.

— *Altera a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.*

Decreto n.º 41.892 — de 25 de julho de 1957.

— *Altera a lotação de Repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.*

Decreto n.º 41.893 — de 25 de julho de 1957.

— *Altera a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.*

Decreto n.º 42.002 — de 8 de agosto de 1957.

MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

— *Altera a lotação de repartições do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.*

Decreto n.º 42.109 — de 19 de agosto de 1957.

— *Altera a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.*

Decreto n.º 42.261 — de 29 de agosto de 1957.

— *Altera a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.*

Decreto n.º 42.254 — de 11 de setembro de 1957.

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 612.000,00 para atender às despesas de gratificação ao pessoal da Comissão Técnica de Rádio.

Lei n.º 3.247 — de 20 de agosto de 1957.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 20.437,10, para atender ao pagamento de indenização devida aos herdeiros de José Maria Spares, ex-servidor da Estrada de Ferro Dona Teresa Cristina.*

Lei n.º 3.256 — de 2 de setembro de 1957.

— *Retifica, sem ônus, a Lei número 3.032, de 19 de dezembro de 1956, que autoriza a abertura de créditos especiais a diversos órgãos do Poder Executivo.*

Lei n.º 3.264 — de 19 de setembro de 1957.

— *Transfere função da Tabela Numérica de Extranumerário-Mensalista da Estrada de Ferro de Goiás para a Tabela Única de Extranumerário-Mensalista do Ministério da Viação e Obras Públicas.*

Decreto n.º 41.840 — de 11 de julho de 1957.

MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

— *Suprime cargos extintos.*

Decreto n.º 41.950 — de 2 de agosto de 1957.

— *Extingue cargos excedentes.*

Decreto n.º 41.951 — de 2 de agosto de 1957.

— *Torna sem efeito a supressão de um cargo extinto.*

Decreto n.º 42.043 — de 14 de agosto de 1957.

— *Susta a execução do Decreto n.º 41.851, de 12 de julho de 1957, na parte que especifica.*

Decreto n.º 42.147 — de 23 de agosto de 1957.

— *Suprime cargos extintos.*

Decreto n.º 42.149 — de 23 de agosto de 1957.

— *Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 15.000.000,00, para o fim que menciona.*

Decreto n.º 42.160 — de 28 de agosto de 1957.

— *Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, os créditos especiais de Cr\$ 10.000.000,00 e Cr\$ 2.000.000,00 para os fins que especifica.*

Decreto n.º 42.371 — de 28 de setembro de 1957.

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

Reorganiza as Secretarias do Ministério Público da União junto à Justiça do Trabalho, cria o respectivo Quadro do Pessoal e dá outras providências.

Lei n.º 3.242 — de 13 de agosto de 1957.

— *Acrescenta um parágrafo único ao artigo 15 do Decreto n.º 40.359, de 16 de novembro de 1956 e dá outras providências.*

Decreto n.º 41.804 — de 10 de julho de 1957.

MIRAMAR - COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS GERAIS

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento do capital social da Miramar — Companhia Nacional de Seguros Gerais.

Decreto n.º 42.004 — de 8 de agosto de 1957.

MULHER

— Ver:

Trabalho da Mulher.

MUNICÍPIOS

Altera a redação do parágrafo único do artigo 11 e do artigo 12 do Decreto n.º 38.969, de 4 de abril de 1956.

Decreto n.º 42.335 — de 26 de setembro de 1957.

MUSEU NACIONAL DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

Cria o Museu Nacional de Imigração e Colonização na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, e dá outras providências.

Lei n.º 3.188 — de 2 de julho de 1957.

MÚTUA CATARINENSE DE SEGUROS GERAIS

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento do Fundo Inicial da Mútua Catarinense de Seguros Gerais.

Decreto n.º 41.681 — de 24 de junho de 1957.

N

NACIONALIDADE

Modifica disposições da Lei n.º 818, de 18 de setembro de 1949, que regula a aquisição, a perda e a reacquirição da nacionalidade e a perda dos direitos políticos.

Lei n.º 3.192 — de 4 de julho de 1957.

NATURALIZAÇÃO

Modifica disposições da Lei n.º 818, de 18 de setembro de 1949, que regula a aquisição, a perda e a reaquisição da nacionalidade e a perda dos direitos políticos.

NAVEGAÇÃO CONTINENTAL LIMITADA

Concede à sociedade Navegação Continental Limitada autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto n.º 41.594 — de 29 de maio de 1957.

NAVEGAÇÃO FRIGORENNER LIMITADA

Concede à sociedade Navegação Frigorennier Limitada autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto n.º 42.153 — de 27 de agosto de 1957.

NAVEGAÇÃO MARCELINENSE LIMITADA

Concede à sociedade Navegação Marcelinense Ltda. autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto n.º 41.776 — de 4 de julho de 1957.

NIÓBIO

Autoriza "Dema" — Distribuidora e Exportadora de Minérios e Adubos Ltda. a pesquisar nióbio e associados no município de Araxá, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 41.829 — de 10 de julho de 1957.

Autoriza "DEMA" — Distribuidora e Exportadora de Minérios e Adubos Ltda. a pesquisar nióbio e associados no município de Araxá, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 41.830 — de 10 de julho de 1957.

NIQUEL

Autoriza o cidadão brasileiro Ivo de Araújo Familiar a pesquisar minério de níquel e associados no município de Três Rios, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto n.º 42.301 — de 20 de setembro de 1957.

NOVO MUNDO, COMPANHIA DE SEGUROS TERRESTRES E MARÍTIMOS

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento do capital social da Novo Mundo, Companhia de Seguros Terrestres e Marítimos.

Decreto n.º 42.156 — de 27 de agosto de 1957.

OCRE

Autoriza a empresa de mineração Cia. Siderúrgica Cruzeiro do Sul "Cruzul", a pesquisar minérios de ferro, manganês, ocre e associados no município de Santa Bárbara, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 42.358 — de 27 de setembro de 1957.

ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO

Corrige designação de dotação da Lei Orçamentária da União para o exercício financeiro de 1953.

Lei n.º 3.221 — de 19 de julho de 1957.

— Altera, sem ônus, a Lei n.º 2.996, de 10 de dezembro de 1956, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício de 1957.

Lei n.º 3.229 — de 29 de julho de 1957.

— Retifica, sem ônus, a Lei número 2.368, de 9 de dezembro de 1954, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1955.

Lei n.º 3.246 — de 19 de agosto de 1957.

ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO

— *Retifica a Lei n.º 2.996, de 10 de dezembro de 1956, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício de 1957.*

Lei n.º 3.269 — de 30 de setembro de 1957.

— *Retifica, sem ônus, a Lei número 2.135, de 1953, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1954.*

Lei n.º 3.249 — de 22 de agosto de 1957.

ORGANIZAÇÃO E NEGOCIAÇÃO COLETIVA

Torna pública a ratificação por parte dos Governos de Israel, Polônia e Haiti, da Convenção relativa à aplicação dos princípios do direito de organização e de negociação coletiva.

Decreto n.º 42.135 — de 21 de agosto de 1957.

ORGANIZAÇÃO METEOROLÓGICA MUNDIAL

Torna público depósito de instrumento de ratificação, por parte do Governo do Chile, da Convenção, da Organização Meteorológica Mundial, de 11 de outubro de 1947.

Decreto n.º 41.849 — de 12 de julho de 1957.

— *Torna público o depósito de instrumento de adesão, por parte do Governo de Ghaná, da Convenção da Organização Meteorológica Mundial de 11 de outubro de 1947.*

Decreto n.º 41.850 — de 12 de julho de 1957.

OURO

Autoriza o cidadão brasileiro Remo de Paoli a pesquisar minério de ouro e diamantes nos municípios de Bocaiuva e Diamantina, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 41.789 — de 8 de julho de 1957.

OURO

— *Autoriza o cidadão brasileiro Plínio Ribeiro dos Santos a pesquisar minério de ouro no município de Montes Claros, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 41.793 — de 8 de julho de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Torres de Freitas a pesquisar minério de ouro no município de Pitangui, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 41.825 — de 10 de julho de 1957.

— *Autoriza a Cia. Minas da Passagem a lavar minério de ouro e associados no município de Mariana, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 42.088 — de 19 de agosto de 1957.

— *Autoriza a Mineração Rio das Mortes S. A. a pesquisar minério de ouro, cassiterita e associados no município de Prados, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 42.105 — de 19 de agosto de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Geraldo Dirceu Oliveira a pesquisar diamantes, carbonados, ouro e associados, no município de Lençóis, Estado da Bahia.*

Decreto n.º 42.172 — de 28 de agosto de 1957.

P

PEDRAS CORADAS

— *Autoriza o cidadão brasileiro Walter Barreiros a pesquisar mica, pedras coradas e associados no município de Conselheiro Pena, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 42.312 — de 20 de setembro de 1957.

PEDRAS PRECIOSAS

Autoriza Ataliba Ribeiro a comprar pedras preciosas.

Decreto n.º 41.857 — de 16 de julho de 1957.

PEDRAS PRECIOSAS

Autoriza a Companhia de Minérios Goiás a comprar pedras preciosas.

Decreto n.º 41.863 — de 16 de julho de 1957.

Autoriza a Empresa Brasileira de Mineração S. A. a comprar pedras preciosas.

Decreto n.º 41.864 — de 16 de julho de 1957.

Autoriza a Sociedade Exportadora de Minérios Ltda. a comprar pedras preciosas.

Decreto n.º 41.867 — de 16 de julho de 1957.

Autoriza Paulo Nercessian & Cia. Ltda. a comprar pedras preciosas.

Decreto n.º 41.870 — de 16 de julho de 1957.

Autoriza Frederico Walter Klein a comprar pedras preciosas.

Decreto n.º 42.207 — de 29 de agosto de 1957.

PENHOR RURAL

Cria cédulas de crédito rural, e da outras providências.

Lei n.º 3.253 — de 27 de agosto de 1957.

PENITENCIÁRIA CENTRAL DO DISTRITO FEDERAL

Denomina Penitenciária Lemos Brito a atual Penitenciária Central do Distrito Federal.

Lei n.º 3.212 — de 19 de julho de 1957.

PENITENCIARIA LEMOS BRITO

Denomina Penitenciária Lemos Brito a atual Penitenciária Central do Distrito Federal.

Lei n.º 3.212 — de 19 de julho de 1957.

PENSÕES

Concede a Maria de Figueiredo da Costa a pensão especial de Cr\$ 3.000,00 mensais.

Lei n.º 3.199 — de 8 de julho de 1957.

Concede a pensão especial de Cr\$ 3.000,00 mensais a Sofia Berenice da Silva Masson, viúva de Alvaro Sayão Masson.

Lei n.º 3.206 — de 18 de julho de 1957.

Concede a pensão especial de Cr\$ 3.000,00 mensais a Rosália Maria de Almeida da Conceição, viúva de Vital da Conceição, ex-servidor federal.

Lei n.º 3.233 — de 29 de julho de 1957.

Concede a pensão especial de Cr\$ 2.000,00 mensais a Alexandrina Almeida Antunes e Florentina Almeida Antunes, filhas da funcionária dos Correios e Telégrafos, já falecida, Maria Arcelina de Almeida.

Lei n.º 3.237 — de 1 de agosto de 1957.

PESQUISAS

Concessão de autorização para:

— Ver:

O nome do elemento pesquisado.

PESQUISAS MINERAIS HECO LIMITADA

Concede à Pesquisas Minerais Heco Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n.º 42.356 — de 27 de setembro de 1957.

PETROBRAS

— Ver:

Petróleo Brasileiro Sociedade Anônima.

PETRÓLEO BRASILEIRO SOCIEDADE ANÔNIMA - PETROBRAS

Modifica o artigo 27 e seus parágrafos da Lei n.º 2.004, de 3 de outubro de 1953 (dispõe sobre a política nacional do petróleo e define as atribuições do Conselho Nacional do Petróleo, institui a Sociedade por ações Petróleo Brasileiro Sociedade Anônima, e dá outras providências).

Lei n.º 3.257 — de 2 de setembro de 1957.

— *Dá nova redação aos artigos 2.º e 3.º do Decreto n.º 40.489, de 4 de dezembro de 1956.*

Decreto n.º 41.900 — de 26 de julho de 1957.

— *Modifica a redação dos arts. 2.º e 5.º do Decreto n.º 40.845, de 28 de janeiro de 1957.*

Decreto n.º 42.279, de 17 de setembro de 1957.

PLANO DE VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DO AMAZÔNIA

— Ver:
Amazônia.

PLATINA

Autoriza o cidadão brasileiro Mário Nicolas Barbosa Carneiro a pesquisar diamante, platina e associados no município de Coromandel, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 41.972 — de 3 de agosto de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Mário Nicolas Barbosa Carneiro a pesquisar diamante, platina e associados no município de Coromandel, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 41.975 — de 3 de agosto de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Mário Nicolas Barbosa Carneiro a pesquisar diamante, fosfato, platina e associados no município de Coromandel, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 41.978 — de 3 de agosto de 1957.

PLATINA

— *Autoriza o cidadão brasileiro Mário Nicolas Barbosa Carneiro a pesquisar diamante, platina e associados no município de Coromandel, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 41.979 — de 3 de agosto de 1957.

PLANO RODOVIÁRIO NACIONAL

Fixa a data da mudança da Capital Federal, e dá outras providências.

Lei n.º 3.273 — de 1 de outubro de 1957.

PODER JUDICIÁRIO

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — Tribunal Regional Eleitoral de Goiás — o crédito especial de Cr\$ 138.912,60 para ocorrer ao pagamento de gratificações adicionais, por tempo de serviço, aos servidores do Quadro de Pessoal da Secretaria do mesmo Tribunal.

Lei n.º 3.211 — de 19 de julho de 1957.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal Regional do Trabalho, 1.ª Região — o crédito especial de Cr\$ 33.154,10, para atender ao pagamento de gratificações por prestação de serviços extraordinários.*

Lei n.º 3.241 — de 5 de agosto de 1957.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Espírito Santo — o crédito especial de Cr\$ 175.000,00 para atender ao pagamento de gratificação adicional por tempo de serviço aos servidores da Secretaria daquele Tribunal, no exercício de 1956.*

Lei n.º 3.266 — de 25 de setembro de 1957.

PODER JUDICIÁRIO

— *Abre ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Tribunal Regional do Trabalho da 7.ª Região — o crédito especial de Cr\$ 21.522,40, para atender ao pagamento de diferença de vencimentos a Juizes daquele Tribunal e das Juntas de Conciliação e Julgamento de Fortaleza, São Luís e Teresina, no exercício de 1955.*

Lei n.º 3.248 — de 20 de agosto de 1957.

— *Abre ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Tribunal Regional do Trabalho da 2.ª Região, o crédito especial de Cr\$ 1.029.910,00, para o fim que especifica.*

Decreto n.º 42.280 — de 17 de setembro de 1957.

POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL

Dá nova redação ao art. 14, e suprime seu § 4º, do Regulamento Geral da Polícia Militar do Distrito Federal, aprovado pelo Decreto n.º 41.095, de 7 de março de 1957.

Decreto n.º 41.953 — de 2 de agosto de 1957.

— *Eleva o prazo previsto no artigo 200 do Regulamento Geral da Polícia Militar do Distrito Federal, aprovado pelo Decreto n.º 41.095, de 7 de março de 1957.*

Decreto n.º 42.334 — de 26 de setembro de 1957.

POLÍGONO DAS SÊCAS

Autoriza a consolidação de diversas obras executadas no Polígono das Sêcas, inclusive dos açudes públicos "General Sampaio" e "Caldeirão".

Decreto n.º 41.887 — de 25 de julho de 1957.

PORTOS

Autoriza o Poder Executivo a mandar estudar, projetar, orçar e construir as obras de melhoramento e equipar os portos de Itacoatiara no rio Amazonas e São Paulo de Olivença e Fonte Boa, no rio Solimões, no Estado do Amazonas.

Lei n.º 3.260 — de 11 de setembro de 1957.

POUSADA & CIA. LTDA.

Concede à sociedade Pousada & Cia. Ltda. autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto n.º 41.671 — de 24 de junho de 1957.

PRACISTAS

Regulamenta as atividades dos empregados vendedores, viajantes ou pracistas.

Lei n.º 3.207 — de 18 de julho de 1957.

PREFEITURAS

Concede o auxílio de Cr\$ 2.000.000,00 à Prefeitura Municipal de São João de Muqui, no Estado do Espírito Santo, para reparação de danos causados por enchentes.

Lei n.º 3.208 — de 19 de julho de 1957.

— *Autoriza o Poder Executivo a doar o terreno situado no pátio da Estação, à esquerda da linha férrea, à Prefeitura Municipal de Pouso Alegre, no Estado de Minas Gerais.*

Lei n.º 3.216 — de 19 de julho de 1957.

— *Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00, para o fim que especifica.*

Decreto n.º 42.048 — de 16 de agosto de 1957.

— *Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, os créditos especiais de Cr\$ 5.000.000,00 e Cr\$ 10.000.000,00, para atender, respectivamente, às despesas com as comemorações do I Centenário da Fundação do Município de Caruaru, em Pernambuco, e do I Centenário da Cidade de Petrópolis, no Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n.º 42.281 — de 18 de setembro de 1957.

— *Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas os créditos especiais de Cr\$ 10.000.000,00 e Cr\$ 2.000.000,00 para os fins que especifica.*

Decreto n.º 42.371 — de 28 de setembro de 1957.

PREFEITURAS

— *Autoriza a cessão gratuita do terreno que menciona, situado no Distrito Federal.*

Decreto nº 41.862 — de 16 de julho de 1957.

— *Autoriza a utilização gratuita do terreno que menciona, situado no Distrito Federal.*

Decreto nº 42.213 — de 2 de setembro de 1957.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA DA GUATEMALA

Mandá prestar a Sua Excelência o Cel. Carlos Castillo Armas, Presidente da República da Guatemala, as honras de Chefe de Estado.

Decreto nº 41.901 — de 29 de julho de 1957.

PREVIDÊNCIA SOCIAL

Altera o art. 3º do Decreto número 39.206, de 22 de maio de 1956.

Decreto nº 42.216 — de 2 de setembro de 1957.

Q

QUARTZITO

Autoriza o cidadão brasileiro José de Carvalho a lavar quartzito e associados no Município de Betim, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 41.965 — de 3 de agosto de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Cristiano Alves a pesquisar quartzito no município de Baependi, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 42.351 — de 27 de setembro de 1957.

QUARTZITO SERICÍTICO

Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Rocha de Oliveira, a pesquisar quartzito sericítico, no município de Baependi, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 41.791 — de 8 de julho de 1957.

QUARTZO

Autoriza os cidadãos brasileiros Irineu Duarte Machado, Geraldo Füllzola e Geraldo Raimundo Canabrava a pesquisar quartzo no município de Curvelo, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 41.309 — de 10 de abril de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Antônio José Ribeiro a pesquisar quartzo no município de Guaratinguetá, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 41.828 — de 10 de julho de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Hugo Ziemer a pesquisar berilo, águas marinhas, quartzo e associados no município de Jordânia, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 41.922 — de 29 de julho de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Anselmo Paulo Magaldi a pesquisar minérios de manganês, de ferro e quartzo no município de Itabirito, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 41.973 — de 3 de agosto de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Sebastião Carlos da Silva a pesquisar quartzo e associados no município de Igaratá, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 42.098 — de 19 de agosto de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Mendes a pesquisar feldspato, quartzo e associados no município de Sorocaba, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 42.103 — de 19 de agosto de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Luiz Sobrinho a pesquisar quartzo, mica e associados no Município de Itamarandiba, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 42.106 — de 19 de agosto de 1957.

QUARTZO

— Autoriza o cidadão brasileiro João Timóteo do Rosário a pesquisar feldspato, quartzo e associados no município de Caraguatatuba, Estado de São Paulo.

Decreto nº 42.352 — de 27 de setembro de 1957.

— Autoriza o cidadão brasileiro Pedro Ferreira dos Santos a pesquisar quartzo e associados no município de Teófilo Otoni, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 42.369 — de 27 de setembro de 1957.

QUÍMICOS

Estabelece as taxas e anuidades a que se refere a Lei nº 2.800, de 18 de junho de 1956.

Decreto nº 42.247 — de 5 de setembro de 1957.

"QUIMIL" QUÍMICA INDÚSTRIA E MINERADORA LTDA.

Concede a "Quimil" Química Industrial e Mineradora Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 41.835 — de 10 de julho de 1957.

R**RADIODIFUSÃO**

Outorga de concessão:

— Ver:

O nome do concessionário.

RADIO IMPRENSA S. A.

Outorga concessão à Rádio Imprensa S.A. para instalar uma estação radiodifusora de ondas médias.

Decreto nº 41.734 — de 28 de junho de 1957.

**RÉDE FERROVIÁRIA
FEDERAL S. A.**

Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00, para o fim que menciona.

Decreto nº 41.882 — de 22 de julho de 1957.

— Regulamenta dispositivo da Lei nº 3.115, de 16 de março de 1957.

Decreto nº 42.380 — de 30 de setembro de 1957.

— Aprova os estatutos e atos constitutivos da Rede Ferroviária Federal S. A.

Decreto nº 42.385 — de 30 de setembro de 1957.

REGISTRO DE DIPLOMAS

Altera dispositivos da Lei nº 1.295, de 27 de dezembro de 1950, que estabelece normas para o registro de diplomas expedidos pelos estabelecimentos de ensino.

Lei nº 3.250 — de 22 de agosto de 1957.

REGULAMENTOS

Manda acrescentar um parágrafo único ao art. 2º do Decreto nº 34.999, de 2 de fevereiro de 1954.

Decreto nº 41.763 — de 3 de julho de 1957.

— Aprova o Regulamento da Lei nº 1.293, de 27 de dezembro de 1950, com as alterações introduzidas pela Lei nº 2.584, de 1 de setembro de 1955.

Decreto nº 41.852 — de 15 de julho de 1957.

— Altera o Regulamento para as Capitâneas dos Portos.

Decreto nº 41.945 — de 31 de julho de 1957.

— Aprova o Regulamento para a Escola Naval.

Decreto nº 41.946 — de 31 de julho de 1957.

REGULAMENTOS

— *Dá nova redação ao art. 14, e supprime seu § 4º, do Regulamento Geral da Polícia Militar do Distrito Federal, aprovado pelo Decreto nº 41.095, de 7 de março de 1957.*

Decreto nº 41.953 — de 2 de agosto de 1957.

— *Modifica artigos do Regulamento do Ensino no Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, aprovado pelo Decreto nº 38.233, de 10 de novembro de 1955.*

Decreto nº 41.954 — de 2 de agosto de 1957.

— *Revoga o Regulamento para Seleção de Oficiais Candidatos ao Corpo de Engenheiros e Técnicos Navais.*

Decreto nº 42.001 — de 8 de agosto de 1957.

— *Aprova o Regulamento Interno e dos Serviços Gerais (R/1).*

Decreto nº 42.018 — de 9 de agosto de 1957.

— *Aprova o regulamento para registro de professores dos estabelecimentos de ensino agrícola.*

Decreto nº 42.054 — de 19 de agosto de 1957.

— *Altera os Decretos ns. 34.501, de 9 de novembro de 1953 e 39.563, de 12 de julho de 1956.*

Decreto nº 42.142 — de 21 de agosto de 1957.

— *Dá nova redação ao nº 1 e nº 3 dos arts. 122 e 271 do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 40.043, de 27 de setembro de 1956 (KRISAER).*

Decreto nº 42.200 — de 28 de agosto de 1957.

— *Aprova o Regulamento do Conselho Deliberativo da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários e Empregados em Serviços Públicos.*

Decreto nº 42.222 — de 5 de setembro de 1957.

REGULAMENTOS

— *Cria, no Conselho Deliberativo da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários e Empregados em Serviços Públicos os cargos e funções que menciona, e dá outras providências.*

Decreto nº 42.223 — de 5 de setembro de 1957.

— *Aprova o Regulamento para o Gabinete de Identificação da Marinha.*

Decreto nº 42.224 — de 5 de setembro de 1957.

— *Aprova o Regulamento para a Diretoria do Armamento da Marinha.*

Decreto nº 42.225 — de 5 de setembro de 1957.

— *Aprova o Regulamento para a Fábrica de Torpedos da Marinha.*

Decreto nº 42.226 — de 5 de setembro de 1957.

— *Aprova o Regulamento para a Fábrica de Artilharia da Marinha.*

Decreto nº 42.227 — de 5 de setembro de 1957.

— *Aprova o Regulamento para o Centro de Armamento da Marinha.*

Decreto nº 42.228 — de 5 de setembro de 1957.

— *Aprova o Regulamento para o Centro de Munição da Marinha.*

Decreto nº 42.229 — de 5 de setembro de 1957.

— *Aprova o Regulamento do Quadro de Oficiais de Administração e do Quadro de Oficiais Especialistas, organizados pela Lei nº 3.222, de 21 de julho de 1957, em face do parágrafo único do art. 60 da Lei nº 2.851, de 23 de agosto de 1956.*

Decreto nº 42.251 — de 6 de setembro de 1957.

— *Altera o Regulamento da Escola de Comando e Estado-Maior da Aero-náutica.*

Decreto nº 42.252 — de 10 de setembro de 1957.

REGULAMENTOS

— *Aprova o Regulamento para os Centros de Instrução da Marinha.*

Decreto nº 42.253 -- de 11 de setembro de 1957.

— *Modifica o Regulamento da Escola de Especialistas da Aeronáutica.*

Decreto nº 42.261 -- de 11 de setembro de 1957.

— *Eleva o prazo previsto no artigo 200 do Regulamento Geral da Polícia Militar do Distrito Federal, aprovado pelo Decreto nº 41.095, de 7 de março de 1957.*

Decreto nº 42.334 -- de 26 de setembro de 1957.

— *Altera o Regulamento para o Corpo do Pessoal Subalterno da Armada.*

Decreto nº 42.339 -- de 27 de setembro de 1957.

— *Altera o Regulamento para o Corpo do Pessoal Subalterno da Armada.*

Decreto nº 42.340 -- de 27 de setembro de 1957.

REPOUSO SEMANAL

— Ver:

Convenções.

RUTILIO

Autoriza Comércio e Mineração Vale do Assu Ltda. a lavar rutilo e associados no Município de Independência, Estado do Ceará.

Decreto nº 41.910 -- de 29 de julho de 1957.

— *Autoriza Importação e Exportação Imer Ltda., a pesquisar rutilo e associados no Município de Corumbá de Goiás, Estado de Goiás.*

Decreto nº 42.360 -- de 27 de setembro de 1957.

S

SALARIO (PROTEÇÃO E IGUALDADE)

— Ver:

Convenções.

SALARIO MINIMO

— Ver:

Convenções.

SALVAGUARDA DA VIDA HUMANA NO MAR

Torna pública a denúncia, pelos Governos da Espanha e da Bulgária, da Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar, firmada, em Londres, a 31 de maio de 1929.

Decreto nº 41.993 -- de 7 de agosto de 1957.

SANTA CASA DE CAMPOS

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, os créditos especiais de Cr\$ 10.000.000,00 e Cr\$ 2.000.000,00, para auxiliar as obras do Centro Maternal da Santa Casa de Misericórdia de Maceió, no Estado de Alagoas, e da Santa Casa de Campos, no Estado do Rio de Janeiro.

Decreto nº 3.240 -- de 5 de agosto de 1957.

SANTA CASA DE MISERICORDIA DE MACEIO

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, os créditos especiais de Cr\$ 10.000.000,00 e Cr\$ 2.000.000,00, para auxiliar as obras do Centro Maternal da Santa Casa de Misericórdia de Maceió, no Estado de Alagoas, e da Santa Casa de Campos, no Estado do Rio de Janeiro.

Lei nº 3.240 -- de 5 de agosto de 1957.

SCHEELITA

Autoriza o cidadão brasileiro Luiz Francisco de Macedo a pesquisar scheelita e associados, no Município de Santana do Matos, Estado do Rio Grande do Norte.

Decreto nº 42.091 -- de 19 de agosto de 1957.

SERVIÇO DE EMPREGOS

— Ver:
Convenções.

SERVIÇO DE NAVEGAÇÃO DA BACIA DO PRATA

Restabelece função na Tabela de Mensalistas do Serviço de Navegação da Bacia do Prata, e dá outras providências.

Decreto nº 42.263 — de 12 de setembro de 1957.

SERVIÇO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

Determina o registro do termo de contrato de locação celebrado entre o Serviço do Patrimônio da União e a Companhia Cerâmica Brasileira.

Decreto Legislativo nº 29 — de 1957.

SERVIÇO NACIONAL DA FEBRE AMARELA

Unifica as Tabelas Numéricas Especiais de Extranumerários mensalistas que menciona, e dá outras providências.

Decreto nº 42.250 — de 6 de setembro de 1957.

SERVIÇO NACIONAL DA MALÁRIA

Unifica as Tabelas Numéricas Especiais de Extranumerários mensalistas que menciona, e dá outras providências.

Decreto nº 42.250 — de 6 de setembro de 1957.

SERVIÇO NACIONAL DA PESTE

Unifica as Tabelas Numéricas Especiais de Extranumerários Mensalistas que menciona, e dá outras providências.

Decreto nº 42.250 — de 6 de setembro de 1957.

SERVIÇO NACIONAL DE FISCALIZAÇÃO DA MEDICINA

Aprova o Regimento do Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina e Farmácia, do Ministério da Saúde.

Decreto nº 41.904 — de 29 de julho de 1957.

SERVIÇOS TELEFÔNICOS

Cria Comissão para estudo do problema da expansão dos serviços telefônicos.

Decreto nº 41.800 — de 9 de julho de 1957.

SERVIDORES PÚBLICOS (TESOUREIRO, TESOUREIRO AUXILIAR, CONFERENTES DE VALORES, CONFERENTES)

Altera o art. 1º da Lei nº 403, de 24 de setembro de 1948, que reestrutura os cargos de tesoureiro e ajudante de tesoureiro do Serviço Público Federal.

Lei nº 3.205 — de 15 de julho de 1957.

SINDICATOS

Modifica disposições da Consolidação das Leis do Trabalho.

Lei nº 3.265 — de 22 de setembro de 1957.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PATOLOGISTAS

Declara de utilidade pública a Sociedade Brasileira de Patologistas, com sede em Curitiba, Estado do Paraná.

Decreto nº 41.839 — de 11 de julho de 1957.

SOCIEDADE CORPO DE BOMBEIROS VOLUNTARIOS DE JOINVILLE

Reconhece como de utilidade pública a Sociedade Corpo de Bombeiros Voluntários de Joinville, com sede e fóro na cidade de Joinville, no Estado de Santa Catarina.

Lei nº 3.210 — de 19 de julho de 1957.

SOCIEDADE IMPERIAL COMÉRCIO E NAVEGAÇÃO LTDA.

Concede à Sociedade Imperial Comércio e Navegação Ltda. autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto nº 41.670 — de 24 de junho de 1957.

SOCIEDADE PESTALOZZI DO BRASIL

Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação, o imóvel que menciona.

Decreto nº 42.033 — de 13 de agosto de 1957.

SOCIEDADE RÁDIO GUARUJA LIMITADA

Outorga concessão à Sociedade Rádio Guarujá Limitada para instalar uma estação radiodifusora de ondas médias.

Decreto nº 41.423 — de 24 de abril de 1957.

SOUTHERN BRAZIL LUMBER AND COLONIZATION COMPANY

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 17.242.933,60, destinado a atender ao pagamento de salários e à indenização devidos aos antigos servidores transferidos da Southern Brazil Lumber and Colonization Company para aquele Ministério.

Lei nº 3.254 — de 2 de setembro de 1957.

SUBVENÇÕES

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial até Cr\$ 15.000.000,00 para socorro às vítimas do ciclone ocorrido no Município de Passa Quatro no Estado de Minas Gerais.

Lei nº 3.223 — de 24 de julho de 1957.

SVENSK INTERKONTINENTAL LUFTRAFIK AKTIEBOLAG (SILA)

Concede a "Svensk Interkontinental Lufttrafik Aktiebolag (SILA), autorização para continuar a funcionar na República.

Decreto-lei nº 41.944 — de 30 de julho de 1957.

T**TABACO**

Torna extensivas ao tabaco, em fôlha de Alagoas e Sergipe, que fôr exportado pela Bahia, as especificações a que se refere o Decreto nº 10.218, de 12 de agosto de 1942, com as alterações do Decreto nº 40.071, de 8 de outubro de 1956.

Decreto nº 42.291 — de 19 de setembro de 1957.

TALCO

Autoriza o cidadão brasileiro João Felisberto Neto a lavar talco e associados no município de Alegre, Estado de Espírito Santo.

Decreto nº 41.810 — de 10 de julho de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Antônio de Sousa Dias a pesquisar talco e associados no município de Ponta Grossa, Estado do Paraná.*

Decreto nº 42.077 — de 19 de agosto de 1957.

TANTALITA

Autoriza a Companhia de Estanho São João del Rei a pesquisar cassiterita, tantalita e associados no município de Nazareno, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 42.169 — de 28 de agosto de 1957.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 1.367.198,00, destinado a regularizar as despesas com a participação do Brasil na XI Reunião das Altas Partes Contratantes do Acôrdio Geral sobre Tarifas e Comércio, em Genebra, Suíça.*

Lei nº 3.263 — de 17 de setembro de 1957.

TARIFAS

Dispõe sobre a Reforma da Tarifa das Alfândegas, e dá outras providências.

Lei nº 3.244 — de 14 de agosto de 1957.

TAXI-AEREO

— Ver:

Empresa de táxi-aéreo.

TEIXEIRA, GUIMARÃES & CIA.

Concede à Teixeira, Guimarães & Cia. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 42.176 — de 28 de agosto de 1957.

TELECOMUNICAÇÕES

Promulga a Convenção Internacional de Telecomunicações, firmada, em Buenos Aires, a 22 de dezembro de 1952, entre o Brasil e vários países.

Decreto nº 41.949 — de 2 de agosto de 1957.

TEMPLO DE SANTA CATARINA

Autoriza a cessão gratuita do imóvel que menciona, situado no Distrito Federal.

Decreto nº 42.204 — de 29 de agosto de 1957.

TERMAS NOVAS FRIBURGO S. A.

Concede à Termas Nova Friburgo S.A. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 42.299 — de 20 de setembro de 1957.

TERRENOS DE MARINHA

Autoriza estrangeiro a adquirir, em transferência de aforamento, o domínio útil da metade do terreno de acrescido de marinha, que menciona, no Distrito Federal.

Decreto nº 41.359 — de 16 de julho de 1957.

— *Autoriza estrangeira a adquirir, em transferência de aforamento, o domínio útil da fração ideal do terreno de marinha que menciona, no Distrito Federal.*

Decreto nº 41.861 — de 16 de julho de 1957.

TERRENOS DE MARINHA

— *Autoriza estrangeira a adquirir, em regularização de aforamento, o domínio útil da fração ideal de terreno de marinha que menciona, situado no Distrito Federal.*

Decreto nº 41.868 — de 16 de julho de 1957.

— *Autoriza estrangeiro a adquirir, em regularização de aforamento, o domínio útil do terreno de acrescido de marinha, que menciona, no Distrito Federal.*

Decreto nº 41.876 — de 16 de julho de 1957.

— *Autoriza estrangeiro a adquirir, em confirmação de aforamento, o domínio útil dos terrenos acrescidos de marinha que menciona, situados no Distrito Federal.*

Decreto nº 42.010 — de 9 de agosto de 1957.

— *Autoriza estrangeiro a adquirir, em transferência de aforamento, o domínio útil do terreno de marinha que menciona, no Distrito Federal.*

Decreto nº 42.011 — de 9 de agosto de 1957.

— *Autoriza estrangeira a adquirir em confirmação de aforamento, o domínio útil da fração ideal do terreno de marinha, que menciona, no Distrito Federal.*

Decreto nº 42.012 — de 9 de agosto de 1957.

— *Autoriza firma comercial estrangeira a adquirir, em revigoração de aforamento, o domínio útil do terreno acrescido de marinha que menciona, no Estado de Pernambuco.*

Decreto nº 42.022 — de 12 de agosto de 1957.

— *Autoriza estrangeiros a adquirirem, em transferência de aforamento, o domínio útil do terreno de acrescido de marinha que menciona, situado em Niterói, no Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto nº 42.145 — de 22 de agosto de 1957.

TERRENOS DE MARINHA

— Autoriza estrangeiros a adquirirem, em transferência de aforamento, fração ideal do domínio útil do terreno de marinha que menciona, situada no Distrito Federal.

Decreto nº 42.275 — de 17 de setembro de 1957.

— Autoriza estrangeiro a adquirir o domínio pleno de imóvel situado no Distrito Federal.

Decreto nº 42.277 — de 17 de setembro de 1957.

TERRITÓRIO FEDERAL DO ACRE

Retifica a parte Suplementar da Tabela Numérica de Extranumerários Mensalistas do Governo do Território Federal do Acre, e dá outras providências.

Decreto nº 41.778 — de 4 de julho de 1957.

— Autoriza o Governo do Território Federal do Acre a ampliar suas instalações termoeletricas.

Decreto nº 42.232 — de 5 de setembro de 1957.

THE BANK OF TOKIO LTDA.

Autoriza o The Bank of Tokio Ltda., a instalar agência em São Paulo, Estado de São Paulo.

Decreto nº 42.049 — de 16 de agosto de 1957.

THE HOME INSURANCE COMPANY

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da The Home Insurance Company.

Decreto nº 41.264 — de 8 de abril de 1957.

THE YORKSHIRE INSURANCE COMPANY LIMITED

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento do capital de responsabilidade da The Yorkshire Insurance Company Limited.

Decreto nº 42.376 — de 28 de setembro de 1957.

THE MOTOR UNION INSURANCE COMPANY LIMITED

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento do capital de responsabilidade da The Motor Union Insurance Company Limited.

Decreto nº 41.938 — de 30 de julho de 1957.

TRABALHO AGRICOLA

— Ver:

Convenções.

TRABALHO DA MULHER

Torna público o depósito, por vários países, dos instrumentos de ratificação da Convenção nº 3, concernente ao emprego das mulheres antes e depois do parto, adotada na I Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, de Washington, a 29 de novembro de 1919.

Decreto nº 42.286 — de 19 de setembro de 1957.

TRABALHO DO MENOR

Torna público o depósito por vários países dos instrumentos de ratificação da Convenção nº 5, concernente à fixação da idade mínima de admissão dos menores nos trabalhos industriais, adotada na I Sessão da Conferência Internacional do Trabalho de Washington, a 29 de novembro de 1919.

Decreto nº 42.287 — de 19 de setembro de 1957.

TRABALHO FORÇADO OU OBRIGATÓRIO

— Ver:

Convenções.

TRABALHO NOTURNO DAS MULHERES

— Ver:

Convenções.

TRABALHO NOTURNO DE MENORES

— Ver:

Convenções.

TRANSPORTES AÉREOS

Promulga o Acôrdio sobre Transportes Aéreos firmado, no Rio de Janeiro, a 28 de agosto de 1953, entre o Brasil e o Peru.

Decreto nº 42.123 — de 21 de agosto de 1957.

TRATADOS

Aprova o Tratado Geral de Comércio e Investimentos, o Convênio de Comércio Fronteiriço e o Protocolo Adicional sobre Direitos de Importação firmados entre o Brasil e o Paraguai.

Decreto Legislativo nº 27 — de 1957.

— Promulga o Tratado de Extradicação firmado, no Rio de Janeiro, a 6 de maio de 1953, entre o Brasil e a Bélgica.

Decreto nº 41.909 — de 29 de julho de 1957.

TRIGO

Dispõe sobre a permuta de trigo e dá outras providências.

Decreto nº 41.879 — de 17 de julho de 1957.

U

UNIÃO DOS ESCOTEIROS DO BRASIL

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 2.500.000 00, como auxílio à União dos Escoteiros do Brasil pela realização do Ajuri Nacional Escoteiro e da IV Conferência Escoteira Interamericana e para participação dos Escoteiros Brasileiros no IX Jamboree Mundial de Escoteiros.

Lei nº 3.251 — de 26 de agosto de 1957.

UNIÃO FEDERAL:

Declara públicas, de uso comum, do domínio da União e do Estado do Rio Grande do Sul, as águas do curso d'água "Jacui-Mirim", "Jacui-Mirim" e "Jacui-Mirim ou Arroio Lagoão", respectivamente nos seus trechos superior, médio e inferior.

Decreto nº 41.745 — de 1 de julho de 1957.

UNIÃO FEDERAL

— Declara públicas, de uso comum, do domínio da União, as águas do rio "Igual".

Decreto nº 41.957 — de 3 de agosto de 1957.

— Declara públicas, de uso comum, do domínio da União, as águas do rio "Centenário", "Tourinho" e "Tourinho", respectivamente nos seus trechos superior, médio e inferior.

Decreto nº 41.958 — de 3 de agosto de 1957.

UNIÃO GEODESICA E GEOFISICA INTERNACIONAL

Autoriza o restabelecimento da filiação do Brasil à União Geodésica e Geofísica Internacional e dá outras providências.

Decreto nº 42.290 — de 19 de setembro de 1957.

UNIFORMES

— Ver:

O Ministério Militar a que se refere.

UNIVERSIDADES

Cria a Universidade do Pará e dá outras providências.

Lei nº 3.191 — de 2 de julho de 1957.

— Aprova alteração dos Estatutos da Universidade Mackenzie.

Decreto nº 41.747 — De 2 de julho de 1957.

— Dispõe sobre o Estatuto da Universidade do Ceará.

Decreto nº 41.991 — de 7 de agosto de 1957.

— Aprova a Tabela Numérica de Extranumerário-Mensalista da Universidade Rural de Pernambuco, e dá outras providências.

Decreto nº 42.278 — de 17 de setembro de 1957.

USINA TERMOELÉTRICA DE FIGUEIRA S. A. (UTELFA).

Dispõe sobre a constituição da Usina Termoeletrica de Figueira S.A. (UTELFA), em Curitiba, Estado do Paraná.

Lei nº 3.226 — de 27 de julho de 1957.

V**VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DA AMAZÔNIA**

— Ver:
Amazônia.

VENDEDORES

Regulamenta as atividades dos empregados vendedores, viajantes ou praticistas.

Lei nº 3.207 — de 18 de julho de 1957.

VERMICULITA

Autoriza o cidadão brasileiro, João Galo a pesquisar vermiculita e associados no município de Mar de Espanha, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 42.302 — de 20 de setembro de 1957.

VIACÃO FÉRREA DO RIO GRANDE DO SUL

Dispõe sobre a administração temporária, pelo Governo Federal, da Viacão Férrea do Rio Grande do Sul.

Decreto nº 41.783 — de 5 de julho de 1957.

VIAJANTES

Regulamenta as atividades dos empregados vendedores, viajantes ou praticistas.

Lei nº 3.207 — de 18 de julho de 1957.

X**XISTO**

Autoriza o cidadão brasileiro Pedro Montes Hernandes a pesquisar mica, xisto e associados no município de Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo.

Decreto nº 42.090 — de 19 de agosto de 1957.

XISTO ARGILOSO

Autoriza o cidadão brasileiro Delto Manozzi Teixeira a pesquisar calcário, argila, xisto argiloso e associados no município de Guapiara, Estado de São Paulo.

Decreto nº 42.092 — de 19 de agosto de 1957.

Z**ZINCO**

Autoriza o cidadão brasileiro Maurício Mascarenhas Junqueira a pesquisar minérios de chumbo, zinco e associados no município de Chapada dos Guimarães, Estado de Mato Grosso.

Decreto nº 42.095 — de 19 de agosto de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Lauro Morandi a pesquisar minério de zinco e associados no município de Januária, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 42.313 — de 20 de setembro de 1957.



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

COLEÇÃO DAS LEIS

DE 1957 — VOLUME VII

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

LEIS DE OUTUBRO A DEZEMBRO

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL
RIO DE JANEIRO — BRASIL — 1958

ÍNDICE

DOS

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

	Págs.		Págs.
30 — Decreto Legislativo de 1957. — Aprova o termo de contrato celebrado entre o Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais e a firma Moinhos Brasileiros S. A. — MOBRASA. — Publicado no D.O. de 2 de outubro de 1957		do Tribunal de Contas denegatória de registro ao contrato entre Cicero da Silva Araújo e sua mulher e a União Federal. — Publicado no D.O. de 12 de novembro de 1957	25
31 — Decreto Legislativo de 1957. — Aprova a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro ao contrato celebrado entre o Governo do Território Federal do Acre e Arindo Barros de Sá. — Publicado no D.O. de 12 de outubro de 1957	3	35 — Decreto Legislativo de 1957. — Aprova, para efeito de registro pelo Tribunal de Contas, o contrato celebrado entre a Casa da Moeda e a firma Construtora Império Limitada. — Publicado no D.O. de 12 de novembro de 1957	26
32 — Decreto Legislativo de 1957. — Aprova o texto do Acórdão Internacional do Trigo de 1956. — Publicado no D.O. de 30 de outubro de 1957	3	36 — Decreto Legislativo de 1957. — Aprova o termo aditivo ao contrato celebrado entre o Governo da República e Antônio Carolino Braule Gonçalves da Silva. — Publicado no D.O. de 21 de novembro de 1957	26
33 — Decreto Legislativo de 1957. — Aprova o ato do Tribunal de Contas da União, que negou registro à escritura de doação em pagamento, celebrada entre a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio da União e a Clevelandia, Industrial e Territorial Limitada. — Publicado no D.O. de 12 de novembro de 1957	4	37 — Decreto Legislativo de 1957. — Aprova o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro ao termo de contrato celebrado entre a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e a Prelazia do Alto Solimões. — Publicado no D.O. de 18 de dezembro de 1957	26
34 — Decreto Legislativo de 1957. — Mantém a decisão	25	38 — Decreto Legislativo de 1957. — Aprova a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro ao contrato	

	Págs.		Págs.
celebrado entre o Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. — Publicado no D.O. de 18 de dezembro de 1957	27	Publicada no D.O. de 5 de outubro de 1957	33
39 — Decreto Legislativo de 1957. — Aprova o Acôrdô sobre a restauração dos Direitos de Propriedade Industrial e Direitos Autorais firmado entre os Estados Unidos do Brasil e a República Federal da Alemanha. — Publicado no D.O. de 18 de dezembro de 1957	27	3.276 — Lei de 5 de outubro de 1957. — Dispõe sobre créditos orçamentários destinados à defesa contra as secas do Nordeste, regula a forma de pagamento de prêmios pela construção de açudes em cooperação, e dá outras providências. — Publicada no D.O. de 7 de outubro de 1957	33
40 — Decreto Legislativo de 1957. — Aprova a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro ao contrato celebrado entre a Polícia Militar do Distrito Federal e a I.B.M. World Trade Corporation. — Publicado no D.O. de 18 de dezembro de 1957	27	3.277 — Lei de 7 de outubro de 1957. — Concede o auxílio de Cr\$ 3.000.000,00 pela realização das festas comemorativas do I Centenário da elevação de Rio Claro, no Estado de São Paulo, à categoria de cidade. — Publicada no D.O. de 9 de outubro de 1957	36
41 — Decreto Legislativo de 1957. — Determina o registro do termo de contrato celebrado entre o Serviço do Patrimônio da União e Iedda Barbosa dos Santos. — Publicado no D.O. de 18 de dezembro de 1957	28	3.278 — Lei de 7 de outubro de 1957. — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 67.800.000,00 para pagamento de dotações destinadas a estabelecimentos de ensino superior. — Publicada no D.O. de 9 de outubro de 1957	37
3.273 — Lei de 1 de outubro de 1957. — Fixa a data da mudança da Capital Federal, e dá outras providências. — Publicada no D.O. de 1 de outubro de 1957	28	3.279 — Lei de 7 de outubro de 1957. — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00 para auxiliar a Sociedade Ordem Servos de Maria — Província do Brasil, na conclusão de suas obras de assistência e educação no Território do Acre e nos Estados de Santa Catarina e São Paulo. — Publicada no D.O. de 9 de outubro de 1957	37
3.274 — Lei de 2 de outubro de 1957. — Dispõe sobre Normas Gerais do Regime Penitenciário, em conformidade do que estatui o art. 5.º, n.º XV, letra "b", da Constituição Federal e amplia as atribuições da Inspeção Geral Penitenciária. — Publicada no D.O. de 3 de outubro de 1957	29	3.280 — Lei de 7 de outubro de 1957. — Concede isenção de direitos aduaneiros, inclusive adicional de 10%, imposto de consumo e mais taxas alfandegárias para materiais importados pela Telefônica Jundiá S. A. — Publicada no D.O. de 9 de outubro de 1957	37
3.275 — Lei de 4 de outubro de 1957. — Unifica o período de carência do seguro-morte nos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões. —		3.281 — Lei de 7 de outubro de 1957. — Dispõe sobre a administração dos Postos	

	Págs.		Págs.
Agropecuários. — Publicada no D.O. de 8 de outubro de 1957	38	cutivos, a importância anual de Cr\$ 80.000.000,30 para conclusão da ligação ferroviária do Porto de Campinho a Contendas, no Estado da Bahia. — Publicada no D.O. de 22 de outubro de 1957	41
3.282 — Lei de 10 de outubro de 1957. — Concede amparo do Estado aos conscritos (recrutados) acidentados, ou invalidados, no interior dos estabelecimentos militares ou durante o deslocamento a que estejam sujeitos por força de convocação para prestação do serviço militar. — Publicada no D.O. de 11 de outubro de 1957	38	3.288 — Lei de 20 de outubro de 1957. — Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, Poder Judiciário — Tribunal de Justiça do Distrito Federal, o crédito especial de Cr\$ 139.516,60 para atender ao pagamento devido ao Ministro aposentado Antônio Pereira Braga. — Publicada no D.O. de 22 de outubro de 1957	41
3.283 — Lei de 14 de outubro de 1957. — Cria na Polícia Militar do Distrito Federal o Quadro de Subtenentes, aumenta o efetivo do de motoristas e dá outras providências. — Publicada no D.O. de 15 de outubro de 1957	39	3.289 — Lei de 22 de outubro de 1957. — Estende aos suboficiais da Marinha de Guerra e da antiga Aviação Naval os benefícios da Lei n.º 1.037, de 31 de dezembro de 1949 (Dispõe sobre a promoção de subtenentes do Exército). — Publicada no D.O. de 22 de outubro de 1957	41
3.284 — Lei de 14 de outubro de 1957. — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 400.000.000,00 para a construção de uma refinaria de petróleo na cidade de Corumbá, no Estado de Mato Grosso. — Publicada no D.O. de 17 de outubro de 1957	40	3.290 — Lei de 23 de outubro de 1957. — Modifica o art. 5.º da Lei n.º 1.521, de 26 de dezembro de 1951, que altera dispositivos da legislação vigente sobre crimes contra a economia popular. — Publicada no D.O. de 24 de outubro de 1957	42
3.285 — Lei de 17 de outubro de 1957. — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 30.000.000,00 destinado a atender despesas com a aquisição da maquinaria da Companhia Nacional Forjagem de Aço Brasileiro — Confab. — Publicada no D.O. de 17 de outubro de 1957	40	3.291 — Lei de 23 de outubro de 1957. — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, crédito especial de Cr\$ 6.000.000,00 destinado a socorrer as vítimas das inundações verificadas nos Municípios de Petrolina, Estado de Pernambuco, e Casa Nova, Estado da Bahia. — Publicada no D.O. de 24 de outubro de 1957	42
3.286 — Lei de 19 de outubro de 1957. — Determina a construção da primeira etapa do porto de alto calado da baía de Marau, no local denominado Campinho, no Estado da Bahia. — Publicada no D.O. de 21 de outubro de 1957	40	3.292 — Lei de 23 de outubro de 1957. — Estende a jurisdição das Juntas de Conciliação e Julgamento do Distrito Federal aos Municípios de Duque de Caxias, São João de Meriti, Nilópolis e Nova Iguaçu, no Estado do Rio de Janeiro. — Publicada no	
3.287 — Lei de 20 de outubro de 1957. — Inclui no Orçamento Geral da União, durante quatro exercícios conse-			

	Págs.		Págs.
D.O. de 24 de outubro de 1957	43	Professor Catedrático no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Cultura, e dá outras providências. — Publicada no D.O. de 1 de novembro de 1957	46
3.293 — Lei de 29 de outubro de 1957. — Modifica o art. 91 e revoga os arts. 92 e 93 da Lei Orgânica do Ensino Secundário (Decreto-lei 4.244, de 9 de abril de 1942). — Publicada no D.O. de 29 de outubro de 1957	44	3.299 — Lei de 30 de outubro de 1957. — Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, as cotas da Sociedade Serviço Marítimo Sul Brasil Ltda., e dá outras providências. — Publicada no D.O. de 1 de novembro de 1957	47
3.294 — Lei de 29 de outubro de 1957. — Concede à Prefeitura Municipal de Passo Fundo, no Estado do Rio Grande do Sul, o auxílio de Cr\$ 5.300.000,00 para realização da VII Festa Nacional do Trigo e da Exposição Agro-Pecuária e Industrial. — Publicada no D.O. de 29 de outubro de 1957	44	3.300 — Lei de 30 de outubro de 1957. — Cria cargos no Quadro do Pessoal da Justiça do Trabalho da 8. ^a Região e dá outras providências. — Publicada no D.O. de 1 de novembro de 1957	47
3.295 — Lei de 30 de outubro de 1957. — Cria a Fundação de Assistência aos Garimpeiros, e dá outras providências. — Publicada no D.O. de 31 de outubro de 1957. — Retificada no D.O. de 6 de novembro de 1957	44	3.301 — Lei de 30 de outubro de 1957. — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00 para ocorrer às despesas da realização do VII Congresso Nacional de Jornalistas. — Publicada no D.O. de 5 de novembro de 1957	48
3.296 — Lei de 30 de outubro de 1957. — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00 para auxiliar a realização da II Exposição Agro-Avícola-Industrial no Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina. — Publicada no D.O. de 31 de outubro de 1957	46	3.302 — Lei de 4 de novembro de 1957. — Cria uma taxa especial de propaganda do café no exterior. — Publicada no D.O. de 5 de novembro de 1957	48
3.297 — Lei de 30 de outubro de 1957. — Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Poder Judiciário — Tribunal Federal de Recursos — o crédito suplementar de Cr\$ 283.000.000,00 em reforço da Verba — 1.3.00 — Custeio, Consignação 1.6.00 — Encargos Diversos, Subconsignação 1.6.06 — Sentenças Judiciais, 5.02 — Tribunal Federal de Recursos, no exercício de 1957. — Publicada no D.O. de 31 de outubro de 1957 ...	46	3.303 — Lei de 4 de novembro de 1957. — Retifica, sem alteração de despesa, a Lei 2.665, de 6 de dezembro de 1955. — Publicada no D.O. de 6 de novembro de 1957	48
3.298 — Lei de 30 de outubro de 1957. — Cria cargos de		3.304 — Lei de 5 de novembro de 1957. — Dispõe sobre o pagamento de cooperações financeiras não inscritas em "restos a pagar" ou satisfeitas por "exercícios findos" a instituições de assistência social, hospitalar, cultural, educacional e rural. — Publicada no D.O. de 6 de novembro de 1957	50
		3.305 — Lei de 5 de novembro de 1957. — Autoriza o Poder	

	Págs.		Págs.
Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, os créditos especiais de Cr\$ 10.000.000,00 e Cr\$ 2.000.000,00 como auxílios à Associação Cristã de Moços do Rio de Janeiro e à Associação Cristã de Moços de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul. — Publicada no D.O. de 6 de novembro de 1957	50	3.311 — Lei de 11 de novembro de 1957. — Promove a emissão de selos comemorativos. — Publicada no D.O. de 11 de novembro de 1957	52
3.306 — Lei de 11 de novembro de 1957. — Prorroga até o encerramento do exercício de 1959 — 2 exercícios — o prazo de vigência do crédito especial de Cr\$ 50.000.000,00, de que trata a Lei n.º 2.634, de 26 de outubro de 1955. — Publicada no D.O. de 11 de novembro de 1957	51	3.312 — Lei de 11 de novembro de 1957. — Autoriza o Poder Executivo a efetuar empréstimos para construção de pequenos açudes na área do Polígono das Sêcas e revoga as Leis n.ºs 614, de 2 de fevereiro de 1949, e 1.255, de 4 de dezembro de 1950. — Publicada no D.O. de 11 de novembro de 1957	53
3.307 — Lei de 11 de novembro de 1957. — Concede a pensão especial de Cr\$ 3.030,00 mensais a Stela de Oliveira Cruls, filha solteira de Dr. Luiz Cruls. — Publicada no D.O. de 11 de novembro de 1957 ...	51	3.313 — Lei de 14 de novembro de 1957. — Assegura aos servidores do Departamento Federal de Segurança Pública, com exercício de atividade estritamente policial, prisão especial, aposentadoria aos 25 anos de serviço e promoção <i>post-mortem</i> . — Publicada no D.O. de 16 de novembro de 1957	54
3.308 — Lei de 11 de novembro de 1957. — Autoriza a emissão de selos postais comemorativos do I Centenário de nascimento do escritor e jornalista José Veríssimo Dias de Matos. — Publicada no D.O. de 11 de novembro de 1957	51	3.314 — Lei de 18 de novembro de 1957. — Concede a inclusão da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Ribeirão Preto entre os estabelecimentos subvencionados pelo Governo Federal. — Publicada no D.O. de 18 de novembro de 1957	54
3.309 — Lei de 11 de novembro de 1957. — Concede a pensão especial de Cr\$ 5.676,70 mensais a Luiza Holanda de Oliveira, viúva de Francisco Cypriano de Oliveira, herói da revolução acreana. — Publicada no D.O. de 11 de novembro de 1957	52	3.315 — Lei de 18 de novembro de 1957. — Estabelece a gratificação do presidente, do secretário-geral e mais membros do Conselho Penitenciário do Distrito Federal. — Publicada no D.O. de 19 de novembro de 1957	55
3.310 — Lei de 11 de novembro de 1957. — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00, para auxiliar o Museu de Arte Moderna, de São Paulo, na realização do programa da IV Bienal de São Paulo. — Publicada no D.O. de 11 de novembro de 1957	52	3.316 — Lei de 18 de novembro de 1957. — Concede a pensão especial de Cr\$ 3.000,00 mensais a Aldina Cordeiro Côrtes, viúva do jornalista e historiador José Sabóia Côrtes. — Publicada no D.O. de 19 de novembro de 1957	55
		3.317 — Lei de 18 de novembro de 1957. — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 30.000.000,00 para o custeio de obras no sistema ferroviário federal no Estado	

	Págs.		Págs.
de Santa Catarina. — Publicada no D.O. de 19 de novembro de 1957	55	no D.O. de 3 de dezembro de 1957	57
3.318 — Lei de 18 de novembro de 1957. — Abre ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Tribunal Regional do Trabalho da 8. ^a Região — o crédito especial de Cr\$ 48.000,00 para atender ao pagamento dos aluguéis de imóvel, nos exercícios de 1955 e 1956. — Publicada no D.O. de 19 de novembro de 1957	55	3.323 — Lei de 27 de novembro de 1957. — Assegura por três exercícios a validade da Lei n.º 2.494, de 26 de maio de 1955, e dá outras providências. — Publicada no D.O. de 27 de novembro de 1957. — Retificada no D.O. de 3 de dezembro de 1957	59
3.319 — Lei de 18 de novembro de 1957. — Revigora pelo prazo de dois anos o crédito especial de Cr\$ 150.000.000,00, autorizado pela Lei n.º 2.326, de 20 de setembro de 1954, para ocorrer às despesas com o pagamento das importâncias devidas aos veteranos da Guerra do Paraguai e Campanha do Uruguai, suas viúvas e filhas. — Publicada no D.O. de 19 de novembro de 1957	56	3.324 — Lei de 27 de novembro de 1957. — Concede a pensão especial de Cr\$ 5.000,00 mensais ao advogado Wenceslau Barcelos. — Publicada no D.O. de 27 de novembro de 1957. — Retificada no D.O. de 3 de dezembro de 1957	59
3.320 — Lei de 25 de novembro de 1957. — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 800.000,00 como auxílio ao IX Congresso Brasileiro de Gastreenterologia. — Publicada no D.O. de 26 de novembro de 1957	56	3.325 — Lei de 2 de dezembro de 1957. — Concede isenção de direitos aduaneiros, inclusive adicional de 10%, imposto de consumo e mais taxas alfandegárias para material importado pela Companhia Telefônica da Borda do Campo, com sede em Santo André, Estado de São Paulo. — Publicada no D.O. de 2 de dezembro de 1957	60
3.321 — Lei de 25 de novembro de 1957. — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00 para o combate às geadas na região cafeeira do Estado do Paraná. — Publicada no D.O. de 26 de novembro de 1957	56	3.326 — Lei de 2 de dezembro de 1957. — Abre o crédito suplementar de Cr\$ 4.300.000,00 ao Orçamento da União, para o exercício de 1957, Anexo 2 — Poder Legislativo, Câmara dos Deputados. — Publicada no D.O. de 2 de dezembro de 1957	60
3.322 — Lei de 26 de novembro de 1957. — Estabelece em novos moldes a aposentadoria ordinária, dispõe sobre a aposentadoria por invalidez dos trabalhadores vinculados ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários e dá outras providências. — Publicada no D.O. de 27 de novembro de 1957. — Retificada		3.327 — Lei de 2 de dezembro de 1957. — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 30.000.000,00, destinado à complementação das obras da construção, onde serão localizados o Depósito de Presos e o Instituto Felix Pacheco. — Publicada no D.O. de 2 de dezembro de 1957	60
		3.327-A — Lei de 3 de dezembro de 1957. — Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1958. — Publicada no D.O.	

Págs.		Págs.
	de 14 de dezembro de 1957.	
	— Publicada no D.O. (Supl.)	
	de 14 de dezembro de 1957	
61	3.328 — Lei de 5 de dezembro de 1957. — Altera o limite estipulado no art. 1.º <i>in fine</i> da Lei n.º 2.181, de 5 de fevereiro de 1954, e dá outras providências. — Publicada no D.O. de 6 de dezembro de 1957	
64	3.329 — Lei de 5 de dezembro de 1957. — Concede pensões especiais de Cr\$ 3.000 00 mensais a Eva Alves de Góes, viúva de Augusto de Araújo Góes, e a Alpheu Ribeiro Aboim, veterano da Campanha de Canudos. — Publicada no D.O. de 6 de dezembro de 1957	
64	3.330 — Lei de 5 de dezembro de 1957. — Dispõe sobre o recolhimento pelas empresas de navegação aérea comercial, das contribuições de previdência social em atraso. — Publicada no D.O. de 6 de dezembro de 1957	
65	3.331 — Lei de 5 de dezembro de 1957. — Abre ao Poder Judiciário — Justiça Militar, Superior Tribunal Militar, o crédito especial de Cr\$ 5.300.000.00 para atender às despesas com as solenidades comemorativas do sesquicentenário de criação daquele Tribunal. — Publicada no D.O. de 6 de dezembro de 1957	
65	3.332 — Lei de 5 de dezembro de 1957. — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 158.000.000,00, para atender às despesas com a instalação e funcionamento da Comissão Nacional de Energia Nuclear. — Publicada no D.O. de 6 de dezembro de 1957	
65	3.333 — Lei de 6 de dezembro de 1957. — Cria, no Ministério da Educação e Cultura, o Quadro Especial do Instituto de Belas Artes do Rio Grande do Sul. — Publicada	
	no D.O. de 7 de dezembro de 1957	65
	3.334 — Lei de 10 de dezembro de 1957. — Dispõe sobre o quadro dos servidores auxiliares do Tribunal de Contas da União e dá outras providências. — Publicada no D.O. de 10 de dezembro de 1957	67
	3.335 — Lei de 10 de dezembro de 1957. — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Supremo Tribunal Federal, o crédito especial de Cr\$ 93.000 00 para atender ao pagamento de diferença de gratificação adicional e abono de emergência a funcionários da Secretaria daquele Tribunal. — Publicada no D.O. de 10 de dezembro de 1957	70
	3.336 — Lei de 10 de dezembro de 1957. — Prorroga até 31 de dezembro de 1958 a Lei 1.300, de 28 de dezembro de 1950, com as alterações mantidas na Lei n.º 3.085, de 29 de dezembro de 1956 e dá outras providências. — Publicada no D.O. de 10 de dezembro de 1957	71
	3.337 — Lei de 12 de dezembro de 1957. — Dispõe sobre a emissão de letras e obrigações do Tesouro Nacional e dá outras providências. — Publicada no D.O. de 13 de dezembro de 1957	71
	3.338 — Lei de 14 de dezembro de 1957. — Altera disposições das Leis n.ºs 2.550, de 25 de julho de 1955, e 2.982, de 30 de novembro de 1956, e dá outras providências. — Publicada no D.O. de 17 de dezembro de 1957	72
	3.339 — Lei de 14 de dezembro de 1957. — Denomina Refinaria Landulpho Alves a Refinaria de Mataripe, no Estado da Bahia. — Publicada no D.O. de 17 de dezembro de 1957	75
	3.340 — Lei de 14 de dezembro de 1957. — Concede a pensão especial de Cr\$ 5.000,00 mensais a Zilma Reis e Silva,	

	Págs.		Págs.
viúva do tenor Reis e Silva. — Publicada no D.O. de 19 de dezembro de 1957	75	n.º 6.259, de 10 de fevereiro de 1944, que dispõe sobre o serviço de loterias e dá outras providências. — Publicada no D.O. de 19 de dezembro de 1957. — Retificada no D.O. de 20 de dezembro de 1957	78
3.341 — Lei de 14 de dezembro de 1957. — Concede isenção de direitos aduaneiros, im- posto de consumo e taxas al- fandegárias para material a ser importado da Alemanha Occidental, destinado à Basí- lica de N. Sra. de Ubá, no Estado de Minas Gerais. — Publicada no D.O. de 19 de dezembro de 1957	75	3.347 — Lei de 17 de dezembro de 1957. — Autoriza o Poder Executivo a doar imóvel à Associação dos Ex-Combaten- tes do Brasil, seção do Dis- trito Federal. — Publicada no D.O. de 19 de dezembro de 1957	78
3.342 — Lei de 14 de dezembro de 1957. — Concede a pensão especial de Cr\$ 3.000,00 men- sais a Carporina Barroso de Araújo Corrêa, viúva do Ofi- cial Aduaneiro da Guarda- moria da Alfândega, Ismael Pinto de Araújo Corrêa. — — Publicada no D.O. de 19 de dezembro de 1957	76	3.348 — Lei de 17 de dezembro de 1957. — Concede os auxí- lios de Cr\$ 2.000.000,00 e Cr\$ 2.000.000,00 à Faculdade de Filosofia da cidade de Pe- lotas, no Estado do Rio Gran- de do Sul e à Faculdade de Filosofia do Ceará. — Publi- cada no D.O. de 19 de dezem- bro de 1957	79
3.343 — Lei de 14 de dezembro de 1957. — Cria cargos no Quadro do Pessoal da Justiça do Trabalho da 2.ª Região, e dá outras providências. — Publicada no D.O. de 19 de dezembro de 1957	76	3.349 — Lei de 18 de dezembro de 1957. — Concede a pensão especial de Cr\$ 5.000,00 men- sais a Eunice Medeiros Cela, viúva do pintor brasileiro Raymundo Brandão Cela. — Publicada no D.O. de 20 de dezembro de 1957	79
3.344 — Lei de 14 de dezembro de 1957. — Prorroga o prazo de vigência da Lei n.º 1.522, de 26 de dezembro de 1951, com as alterações que lhe fo- ram introduzidas pela Lei n.º 3.684, de 29 de dezembro de 1956. — Publicada no D.O. de 19 de dezembro de 1957	77	3.350 — Lei de 18 de dezembro de 1957. — Altera a carreira de dactiloscopista do Quadro Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, e dá outras providências. — Publicada no D.O. de 20 de dezembro de 1957	80
3.345 — Lei de 17 de dezembro de 1957. — Considera equiva- lentes aos cursos de coman- dante de pelotão, de seção ou de aperfeiçoamento das Es- colas de Sargentos das Armas, do Exército, para os efeitos do § 1.º do art. 51, da Lei n.º 2.370, de 9 de dezembro de 1954, os cursos de aperfei- çoamento, técnico profissional e das Escolas Profissionais da Marinha de Guerra. — Publi- cada no D.O. de 18 de dezem- bro de 1957	77	3.351 — Lei de 18 de dezembro de 1957. — Altera a Lei 2.429, de 16 de fevereiro de 1955, que fixa o número de Oficiais Generais de Exército. — Pub- licada no D.O. de 20 de dezembro de 1957	80
3.346 — Lei de 17 de dezembro de 1957. — Acrescenta item ao art. 9.º do Decreto-lei		3.352 — Lei de 18 de dezembro de 1957. — Altera disposições do Decreto-lei n.º 2.865, de 12 de dezembro de 1940, que dispõe sobre organização e funcionamento do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado. — Publicada no D.O. de 20 de dezembro de 1957	81

Págs.		Págs.
3.353	— Lei de 23 de dezembro de 1957. — Prorroga a vigência da Lei n.º 1.886, de 11 de junho de 1953, que aprova o Plano do Carvão Nacional, e dispõe sobre sua execução, e dá outras providências. — Publicada no D.O. de 23 de dezembro de 1957. — Retificada no D.O. de 28 de dezembro de 1957	81
3.354	— Lei de 20 de dezembro de 1957. — Altera a redação do art. 1.º da Lei n.º 3.376, de 22 de dezembro de 1956, que define a aplicação do art. 9.º da Lei n.º 1.765, de 18 de dezembro de 1950, e do art. 4.º da Lei n.º 2.412, de 1 de fevereiro de 1955. — Publicada no D.O. de 27 de dezembro de 1957	84
3.355	— Lei de 22 de dezembro de 1957. — Concede a pensão especial de Cr\$ 3.000,00 mensais a Thereza Cardoso, filha maior e solteira do falecido operário de 1.ª classe do Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro, João Theóphilo Cardoso. — Publicada no D.O. de 24 de dezembro de 1957	84
3.356	— Lei de 22 de dezembro de 1957. — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 4.000.000,00 para obras nos Ginásio de Santo Ângelo, Ginásio N. S. da Luz, Ginásio Salesiano de N. S. da Vitória e Ginásio do Estado, nos Estados do Rio Grande do Sul, Paraíba, Espírito Santo e São Paulo. — Publicada no D.O. de 24 de dezembro de 1957	84
3.357	— Lei de 22 de dezembro de 1957. — Cria o Museu da Abolição, com sede na cidade do Recife, capital do Estado de Pernambuco. — Publicada no D.O. de 24 de dezembro de 1957. — Retificada no D.O. de 27 de dezembro de 1957	85
3.358	— Lei de 22 de dezembro de 1957. — Concede o auxílio de Cr\$ 5.000.000,00 à Prefeitura Municipal de Santa	
	Maria, no Estado do Rio Grande do Sul, para comemoração do centenário da instalação do Município. — Publicada no D.O. de 24 de dezembro de 1957	85
3.359	— Lei de 22 de dezembro de 1957. — Dispõe sobre as condições para admissão de nacionais e estrangeiros ao exercício de atividade remunerada no País e sobre a abolição do registro policial de estrangeiros. — Publicada no D.O. de 24 de dezembro de 1957	85
3.360	— Lei de 26 de dezembro de 1957. — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Distrito Federal — Tribunal de Justiça, o crédito especial de Cr\$ 2.500.000,00 para atender a despesas com o pagamento de substituições de magistrados e funcionários de sua secretaria. — Publicada no D.O. de 27 de dezembro de 1957	86
3.361	— Lei de 26 de dezembro de 1957. — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 500.000,00 à Prefeitura Municipal de Lapa, no Estado do Paraná. — Publicada no D.O. de 27 de dezembro de 1957	86
3.362	— Lei de 26 de dezembro de 1957. — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00 para atender às despesas com a comemoração do I Centenário da elevação de Marquês de Valença, no Estado do Rio de Janeiro, à categoria de cidade. — Publicada no D.O. de 27 de dezembro de 1957	87
3.363	— Lei de 26 de dezembro de 1957. — Autoriza a Estrada de Ferro Santos a Jundiá ou Rêde Ferroviária Nacional a subscrever capital social da Companhia Siderúrgica Paulista (COSIPA) e dá outras providências. — Publicada no	

	Págs.		Págs.
D.O. de 27 de dezembro de 1957	87	— Retificada no D.O. de 28 de dezembro de 1957	83
3.364 — Lei de 26 de dezembro de 1957. — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, crédito especial destinado a auxiliar as obras do Sanatório Evangélico de Belo Horizonte, em Minas Gerais, e do Sanatório General Severiano da Fonseca, em Maceió, Alagoas. — Publicada no D.O. de 27 de dezembro de 1957	88	3.366 — Lei de 26 de dezembro de 1957. — Concede a pensão especial de Cr\$ 3.000,00 mensais a Delmira de Faria Fonseca, viúva de Benedito Garibaldi da Fonseca, ex-funcionário do Ministério da Viação e Obras Públicas. — Publicada no D.O. de 27 de dezembro de 1957	88
3.365 — Lei de 26 de dezembro de 1957. — Estabelece norma para pagamento aos servidores dos "acôrdos" equiparados aos extranumerários da União. — Publicada no D.O. de 27 de dezembro de 1957.		3.367 — Lei de 26 de dezembro de 1957. — Concede a pensão especial de Cr\$ 5.300,00 mensais a Amélia de Carvalho Cunha, filha do ex-professor Felisberto de Carvalho. — Publicada no D.O. de 27 de dezembro de 1957	89

ÍNDICE DO APENSO

	Págs.		Págs.
3.253 — Lei de 27 de agosto de 1957. — Partes vetadas pelo Presidente da República e mantidas pelo Congresso Nacional, do Projeto que se transformou na Lei n.º 3.253, de 27 de agosto de 1957. — Publicada no D.O. de 7 de outubro de 1957	93	elevador e dá outras providências. — Publicada no D.O. de 3 de outubro de 1957	93
3.270 — Lei de 30 de setembro de 1957. — Fixa em seis (6) o número de horas de trabalho diário dos cabineiros de		3.272 — Lei de 30 de setembro de 1957. — Altera o art. 9.º da Lei n.º 970, de 16 de dezembro de 1949, que dispõe sobre as atribuições, organização e funcionamento do Conselho Nacional de Economia. — Publicada no D.O. de 3 de outubro de 1957	94

Figuram neste volume os decretos legislativos e as leis que, expedidos no quarto trimestre de 1957, foram publicados no «Diário Oficial» até o segundo dia útil do trimestre seguinte.

As datas de publicação, retificação ou reprodução estão indicadas no índice.

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 30, de 1957

Aprova o termo de contrato celebrado entre o Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais e a firma Moinhos Brasileiros S. A. — MOBRASA.

Art. 1.º E é aprovado o termo de contrato celebrado, a 17 de março de 1955, entre o Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais e a firma Moinhos Brasileiros S. A. — MOBRASA — para arrendamento de um terreno na área do pórtio da Cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte, onde será instalado um moinho de trigo e milho, contrato ao qual o Tribunal de Contas recusara registro nas sessões realizadas a 22 de julho e 16 de setembro daquele mesmo ano.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 1 de outubro de 1957.

Apolônio Salles

Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 31, de 1957

Aprova a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro ao contrato celebrado entre o Governo do Território Federal do Acre e Arlindo Barros de Sá.

Art. 1.º — É mantida a decisão porque o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 3 de Maio de 1955, denegou registro ao contrato celebrado a 1.º de Agosto de 1954, entre o Governo do Território Federal do Acre e Arlindo Barros de Sá para desempenhar, na Escola Normal Lourenço Filho, na Cidade do Rio Branco, a função de professor de Sociologia Educacional.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 11 de Outubro de 1957.

Apolônio Salles

Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

DECRETO LEGISLATIVO

Nº 32, de 1957

Aprova o texto do Acôrdo Internacional do Trigo de 1956

Art. 1º É aprovado o texto do Acôrdo Internacional do Trigo de 1956, assinado pelo Brasil em Washington, a 17 de maio do mesmo ano.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 29 de outubro de 1957. Senador *Freitas Cavalcanti*, 2º Secretário no exercício da Presidência.

ACÔRDO INTERNACIONAL DO
TRIGO DE 1956

Os Governos signatários do presente Acôrdo,

Considerando que o Acôrdo Internacional do Trigo, aberto à assinatura em Washington, a 23 de março de 1949, foi concluído com o objetivo de remover as sérias dificuldades causadas aos produtores e consumidores por consideráveis excedentes de trigo, bem como por grande escassez do mesmo cereal e considerando que o Acôrdo de 1949 foi revisto e renovado em Washington, aos 13 de abril de 1953, e

Considerando que é sumamente desejável que o Acôrdo Internacional seja renovado com algumas modificações, por um novo período, e

Desejosos de concluir, para esse fim, o presente Acôrdo sobre a revisão e renovação do Acôrdo Internacional do Trigo,

Concordaram no seguinte:

PRIMEIRA PARTE

GENERALIDADES

Artigo I

Objetivos

O presente Acôrdo tem por objetivo garantir fornecimentos de trigo aos países importadores e assegurar mercados aos países exportadores a preços equitativos e estáveis.

Artigo II

Definições

1. Para os objetivos do presente Acôrdo:

"Comite Consultivo das Equivalências de Preço" — designa o Comitê de que trata o artigo XV.

"Bushel" — significa 60 libras "avoirdupois" (27 kg aproximadamente).

"Carrying charges" (despesas de mercado) — significa os gastos de armazenagem, de juros e de seguro do trigo que esteja à espera de ser expedido.

"C&F" — significa custo e frete.

"Conselho" — significa o Conselho Internacional do Trigo, de que trata o artigo XIII.

"Ano Agrícola" — designa o período de 1.º de agosto a 31 de julho.

Todavia no artigo VII, esse termo designa, para a Argentina e Austrália, o período de 1.º de dezembro a 30 de novembro, e para os Estados Unidos da América, o período de 1.º de julho a 30 de junho.

"Comite Executivo" — designa o Comitê de que trata o artigo XIV.

"País Exportador" — designa, de acordo com o contexto ou um Governo de um país que figure no Anexo B ao artigo III e tenha aceito ou aderido ao presente Acôrdo e dele não tenha retirado ou o próprio país e os territórios a que se aplicam os direitos e obrigações exercidos por seu Governo em virtude do presente Acôrdo.

"Fao" — significa qualidade média de mercado e, no caso de (i) trigo francês entregue em pórtio do Rio Reno, livre a bordo de embarcação fluvial (ii) trigo sueco, livre a bordo de embarcação de navegação costeira.

"Fob" — significa livre a bordo de navio.

"Quantidade garantida" — significa, em relação a um país importador as suas compras garantidas para o período de um ano agrícola e em relação a um país exportador, as suas vendas garantidas para o mesmo período.

"País Importador" — designa, de acordo com o contexto, ou um Governo de um país que figure no Anexo A ao artigo III e tenha aceito ou aderido ao presente Acôrdo e dele não se tenha retirado ou o próprio país e os territórios a que se aplicam os direitos e obrigações de seu Governo, em virtude do presente Acôrdo.

"Custo de mercado" — significa todos os custos usuais de aquisição,

comercialização, fretamento, bem como os de despacho.

"Tonelada métrica" ou 1.000 kg — 36,74271 "bushels".

"Trigo velho" — significa o trigo colhido mais de dois meses antes do começo do ano agrícola em curso no país exportador interessado.

"Território" — em relação a um país exportador ou a um país importador abrange qualquer território a que se aplicam os direitos e obrigações do Governo desse país em virtude do Artigo XXIII do presente Acôrdo

"Transação" — significa a venda para importação em um país importador, de trigo exportado ou a ser exportado por um país exportador, ou a quantidade do trigo vendido em tais condições, de acôrdo com o contexto. Quando o presente Acôrdo fizer referência a uma transação entre um país exportador e um país importador, entende-se não só as transações entre o Governo de um país exportador e o Governo de um país importador, como também as transações entre comerciantes e as transações entre um comerciante e um Governo de um país exportador ou de um país importador.

Nesta definição o "térmo Governo" abrange o Governo de qualquer território a que se aplicam os direitos e obrigações de todo Governo que aceite ou adira ao presente Acôrdo, em virtude do artigo XXIII.

"Quantidade garantida não preenchida" — significa, em relação a um país exportador, a diferença entre as quantidades anotadas nos arquivos do Conselho, em conformidade com o artigo IV, relativamente ao referido país pelo período de um ano agrícola, e as suas vendas garantidas durante esse ano agrícola e em relação a um país importador, a diferença entre as quantidades anotadas nos arquivos do Conselho, em conformidade com o artigo IV, relativamente ao referido país pelo período de um ano agrícola e aquela porção de suas compras garantidas durante esse ano agrícola, a que tem direito de comprar no dado momento, tendo-se em conta o parágrafo 9 do artigo III.

"Trigo" — inclui o trigo em grão e excede no artigo VI, a farinha de trigo,

a) Todos os cálculos do trigo equivalente às compras ou vendas garantidas de farinha de trigo serão feitos com base na taxa de extração espe-

cificada no contrato entre o comprador e o vendedor

b) Se a taxa acima não for especificada e salvo decisão em contrário do Conselho, setenta e duas unidades pesadas de farinha de trigo nos cálculos acima mencionados, serão considerados como equivalentes a cem unidades pesadas de trigo em grão.

PARTE SEGUNDA

DIREITOS E DEVERES

Artigo III

Compras Garantidas e Vendas Garantidas

1. As quantidades de trigo que figuram no Anexo A a este artigo, destinadas a cada país importador, representarão, sob reserva de qualquer aumento ou redução feita em conformidade com as disposições da Parte Terceira do presente Acôrdo, as compras garantidas do referido país para cada um dos três anos agrícolas abrangidos pelo presente Acôrdo.

2. As quantidades de trigo que figuram no Anexo B ao presente artigo, para cada país exportador representarão, sob reserva de qualquer aumento ou redução feita em conformidade com as disposições da Parte Terceira do presente Acôrdo, as vendas garantidas do referido país para cada um dos anos agrícolas abrangidos pelo presente Acôrdo.

3. As compras garantidas de um país importador representam a quantidade máxima de trigo que o Conselho, sob reserva da dedução do montante das transações inscritas nos arquivos do mesmo Conselho, em conformidade com o artigo IV, a título dessas compras garantidas

a) poderá exigir que esse mesmo país, importador, de acôrdo com as disposições do artigo V, compre dos países exportadores aos preços que sejam compatíveis com os preços mínimos estipulados no artigo VI ou determinados consoante as disposições do referido artigo,

b) poderá exigir que os países exportadores, de acôrdo com as disposições do artigo V comprem desse mesmo país, aos preços que sejam compatíveis com os preços mínimos estipulados no artigo VI ou determinados consoante as disposições do referido artigo.

4. As vendas garantidas de um país exportador representam a quantidade máxima de trigo que o Conselho, sob

reserva da dedução do montante das transações inscritas nos arquivos do mesmo Conselho, em conformidade com o artigo IV, a título dessas vendas garantidas.

a) poderá exigir que esse país exportador, de acordo com as disposições do artigo V, venda aos países importadores, aos preços que sejam compatíveis com os preços máximos estipulados no artigo VI, ou determinados consoante as disposições do referido artigo.

b) poderá exigir que os países importadores de acordo com as disposições do artigo V, comprem desse país, aos preços que sejam compatíveis com os preços mínimos estipulados no artigo VI ou determinados consoante as disposições do referido artigo.

5. Se um país importador encontrar dificuldades na compra das quantidades que lhes são garantidas a preços compatíveis com os preços máximos estipulados no artigo VI ou determinados consoante as disposições do referido artigo, ou se um país exportador encontrar dificuldades na venda das quantidades que lhes são garantidas a preços compatíveis com os preços mínimos assim estipulados ou determinados, poderá recorrer ao processo previsto no artigo V.

6. Os países exportadores não são obrigados pelo presente Acordo a vender trigo a menos que haja a obrigação de fazê-lo, em virtude do dis-

posto no artigo V a preços compatíveis com os preços máximos estipulados no artigo VI ou determinados consoante as disposições do referido artigo. Os países importadores não são obrigados pelo presente Acordo a comprar trigo, a menos que haja obrigação de fazê-lo, em virtude do disposto no artigo V a preços compatíveis com os preços mínimos, estipulados no artigo VI ou determinados consoante as disposições do referido artigo.

7. A quantidade de farinha de trigo a ser fornecida pelo país exportador de suas respectivas quantidades garantidas e aceita pelo país importador será, sob reserva do disposto no artigo V fixada por acordo entre o comprador e o vendedor em cada transacção.

8. Os países exportadores e importadores são livres em preencherem as quantidades que lhes são garantidas, seja pelas vias de comércio privado seja por qualquer outro meio. Nenhuma disposição do presente Acordo, será interpretada como se dispensassem um comerciante de se conformar às leis ou aos regulamentos aos quais ele, além disso, está submetido.

9. Nenhum país importador comprará, sem a permissão do Conselho, mais de noventa por cento (90%) das quantidades que lhe são garantidas por um ano agrícola antes do dia 28 de fevereiro do referido ano agrícola.

ANEXO "A" AO ARTIGO III

PAÍSES	Em toneladas métricas	Equivalentes em "bushels"
Austria	100,000	3,674,371
Bélgica	450,000	16,534,669
Bolívia	110,000	4,041,800
Brasil	200,000	7,348,742
Ceilão	175,000	6,430,149

PAÍSES	Em toneladas métricas	Equivalentes em "bushels"
Colômbia	70,000	2,572,060
Costa Rica	40,000	1,467,748
Cuba	202,000	7,422,229
Dinamarca	50,000	1,837,185
República Dominicana	30,000	1,102,311
Equador	50,000	1,837,185
Egito	300,000	11,023,113
El Salvador	25,000	918,593
Alemanha	1,500,000	55,115,565
Grécia	300,000	11,023,113
Guatemala	40,000	1,469,748
Haiti	60,000	2,204,623
Honduras	25,000	918,593
Índia	200,000	7,348,742
Indonésia	140,000	5,144,119
Irlanda	150,000	5,511,557
Israel	225,000	8,267,335

PAISES	Em toneladas métricas	Equivalentes em "bushels"
Itália	100,000	3,674,371
Japão	1,000,000	36,743,710
Jordânia	10,000	367,437
Coreia	60,000	2,204,623
Líbano	75,000	2,755,778
Peru	200,000	7,348,742
Libéria	2,000	73,497
México	100,000	3,674,371
Holanda	700,000	25,720,587
Nova Zelândia	160,000	5,878,994
Nicarágua	10,000	367,437
Noruega	180,000	6,513,868
Panamá	30,000	1,102,311
Filipinas	165,000	6,062,712
Portugal	160,000	5,878,994
Arábia Saudita	100,000	3,674,371
Espanha	125,000	4,592,964

PAÍSES	Em toneladas métricas	Equivalentes em "bushels"
Suíça	190,000	6,981,305
União Sul-Africana	150,000	5,511,557
Vaticano	15,000	551,156
Venezuela	170,000	6,246,431
Iugoslávia	100,000	3,674,371
TOTAL: 44 PAÍSES	8,244,000	302,915,145

ANEXO "B" AO ARTIGO III

Vendas garantidas para cada ano agrícola

PAÍSES	Em toneladas métricas	Equivalentes em "bushels"
Argentina	400,000	14,697,484
Austrália	823,471	30,257,380
Canadá	2,800,395	102,896,902
França	450,000	16,534,569
Suécia	175,000	6,430,149
Estados Unidos da América	3,595,134	132,098,561
TOTAL: 6 PAÍSES	8,244,000	302,915,145

Artigo IV

Registro das Transações de Quantidades Garantidas

1. O Conselho registrará para cada ano agrícola as transações e parte das transações de trigo que fazem parte das quantidades garantidas nos anexos A e B do artigo III.

2. Toda transação ou parte de transação de trigo entre um país exportador e um país importador será registrada no Conselho como parte da quantidade garantida dos referidos países durante um ano agrícola:

a) se esta (i) for realizada a um preço que não seja mais elevado do que o máximo, nem inferior ao mínimo, ambos estipulados no artigo VI ou determinados consoante as disposições do mesmo artigo durante aquele ano agrícola e se o (ii) país importador e o país exportador não tiverem acordado que a transação seja registrada como parte de suas quantidades registradas; e

b) na medida em que (i) o país exportador e o país importador interessados tenham quantidades garantidas não preenchidas para aquele ano agrícola, e (ii) o período de embarque estipulado na transação esteja compreendido no referido ano agrícola.

3. Toda transação ou parte de transação relativa à compra ou à venda de trigo pode, de pleno direito ser registrada no Conselho, como parte das quantidades garantidas dos países exportadores e importadores interessados em conformidade com as condições estipuladas no presente artigo, mesmo que a referida transação tenha sido concluída antes que os dois países ou um deles tenham depositado os Instrumentos de ratificação do presente Acôrdo.

4. Se um contrato comercial ou acôrdo governamental sobre compra ou venda de farinha estipular ou se o país exportador e o país importador interessados informarem o Conselho de que os mesmos convieram em que o preço da referida farinha de trigo é compatível com os preços especificados no artigo VI ou determinados consoante as disposições do mesmo artigo, o trigo em grão equivalente à farinha de trigo será, sob reserva das condições prescritas nas

alíneas (a) e (ii) e (b) do parágrafo 2 do presente artigo registrado nos arquivos do Conselho como parte das quantidades garantidas daqueles países. Se o contrato comercial ou acôrdo governamental não contiver uma cláusula dessa natureza, e se o país exportador e o país importador interessados não acordarem em que o preço da farinha de trigo seja compatível com os preços especificados no artigo VI ou determinado consoante as disposições do mesmo artigo, qualquer um dos países poderá, a menos que ambos tenham concordado que o trigo em grão equivalente à referida farinha de trigo não seja registrado nos arquivos do Conselho, como parte das suas quantidades garantidas, solicitar do Conselho que decida a questão. Se o Conselho, após ter examinado esse pedido, decidir que o preço da aludida farinha de trigo seja compatível com os preços especificados no artigo VI ou determinados consoante as disposições do mesmo artigo, o trigo em grão equivalente à farinha de trigo em aprêço será registrado como parte das quantidades garantidas aos países exportadores e importadores interessados, sob reserva das condições previstas na alínea (b) do parágrafo 2.º deste artigo. Se o Conselho, após ter examinado esse pedido, decidir que o preço da referida farinha de trigo é incomparável com os preços especificados no artigo VI ou determinados consoante as disposições do mesmo artigo, o equivalente em trigo em grão da referida farinha de trigo não será registrada.

5. Sob reserva de que as condições prescritas nos parágrafos 2.º e 4 do presente artigo, com exceção da alínea (b) (ii) do parágrafo 2.º, sejam cumpridas, o Conselho poderá autorizar o registro de transações por conta das quantidades garantidas no curso de um ano agrícola, se (a) o período de embarque estipulado na transação esteja compreendido num prazo razoável que não ultrapasse um mês, a ser fixado pelo Conselho, antes do início ou após o fim do referido ano agrícola, e se (b) o país exportador e o país importador interessados estejam de acôrdo.

6. Durante o período de navegação feita entre Fort William-Port Arthur e os portos canadenses do Atlântico, uma transação ou parte de

uma transação poderá, independentemente do disposto no parágrafo 4 do Artigo VI, de pleno direito, ser registrado. Conselho, como parte das quantidades garantidas dos países exportadores e importadores interessados, se a referida transação relacionar-se com,

a) trigo canadense que é transportado somente por via férrea de Fort William/Port Arthur até os portos canadenses do Atlântico, ou

b) trigo dos Estados Unidos da América que, a não ser por condições além do controle do comprador e do vendedor, deveria ser transportado por via lacustre e via férrea para os portos atlânticos dos Estados Unidos da América e que por não poder ser transportado deste modo, é transportado somente por via férrea para os portos atlânticos dos Estados Unidos da América, sob reserva de que o pagamento do custo do transporte extra assim acarretado seja acordado entre o comprador e vendedor.

7. O Conselho estabelecerá um regulamento de processo aplicável à notificação e registro das transações que fazem parte das quantidades garantidas, em conformidade com as disposições seguintes:

a) Toda transação ou parte de transação entre um país exportador e um país exportador que reúna as condições prescritas nos §§ 2, 3 ou 4 do presente artigo para fazer parte das quantidades garantidas desses países, será notificada ao Conselho dentro do referido período e segundo a maneira a ser fixada pelo Conselho em seu regulamento de processo e de acordo com as instruções previstas por um só país ou por ambos os países.

b) Toda transação ou parte de transação notificada em conformidade com as disposições da alínea a será registrada nos arquivos do Conselho como parte das quantidades garantidas do país exportador e do país importador entre os quais foi concluída a referida transação.

c) A ordem em que as transações ou partes de transações estão inscritas nos arquivos do Conselho como parte das quantidades garantidas será fixada pelo Conselho em seu regulamento de processo.

d) O Conselho deverá, dentro do prazo a ser fixado em seu regulamento de processo, notificar a cada país exportador e a cada país importador a inscrição em seus arquivos de toda

transação como parte das suas quantidades garantidas.

e) Se, num prazo que o Conselho prescrever em seu regulamento de processo, o país importador ou país exportador interessado levantar, por qualquer motivo, uma objeção contra a inscrição de uma transação nos arquivos do Conselho como parte da sua quantidade garantida, o Conselho procederá a um reexame da questão e, caso decida que a objeção é fundada, retificará seus registros consequentemente.

f) Se um país, seja exportador ou importador, julgar improvável que a quantidade total de trigo já inscrita nos arquivos do Conselho como parte da sua quantidade garantida para o ano agrícola em curso, possa ser embarcada durante esse ano agrícola, aquele país poderá exigir que o Conselho reduza em consequência os montantes registrados em seus arquivos. O Conselho examinará a questão e, caso decida que o pedido é justificado, deverá retificar os seus registros consequentemente.

g) Toda quantidade de trigo adquirida por um país importador de um país exportador e revendida a um outro país importador poderá, por meio de acordo entre os países importadores interessados ser inscrita como parte não preenchida das compras garantidas do país importador a quem esse trigo é finalmente revendido sob reserva de que uma redução correspondente seja feita ao montante registrado como parte das compras garantidas do primeiro país importador.

h) O Conselho enviará a todos os países exportadores e importadores semanalmente ou em qualquer intervalo que ele poderá fixar em seu regulamento de processo, uma relação dos montantes inscritos nos seus registros, como parte das quantidades garantidas.

i) O Conselho notificará imediatamente todos os países exportadores e importadores quando a quantidade garantida de um país exportador ou de um país importador para aquele ano agrícola for preenchida.

8. Todo país exportador e todo país importador poderá beneficiar-se no preenchimento de sua quantidade garantida, de certa margem de tolerância a ser prescrita pelo Conselho relativamente a esse país, tomando por base a sua quantidade garantida e outros fatores importantes.

Artigo V

Exercício dos direitos

1. a) Todo país importador que tiver dificuldade na compra das suas quantidades não preenchidas para qualquer ano agrícola a preços compatíveis com os preços máximos estipulados no artigo VI ou determinados pelas disposições do mesmo artigo, poderá solicitar a cooperação do Conselho, para efetuar as compras desejadas.

b) Nos três dias que se seguirem ao recebimento da solicitação consoante as disposições da alínea a, o Secretário do Conselho notificará os países exportadores que têm quantidades garantidas não preenchidas para o ano agrícola em apreço sobre o montante da quantidade garantida não preenchida do país importador que solicitou a cooperação do Conselho e os convidará a oferecer o trigo aos preços máximos estipulados no artigo VI ou determinados segundo as disposições do mesmo artigo.

c) Se dentro de 20 dias após a notificação feita pelo Secretário do Conselho, segundo as disposições da alínea b, o montante da quantidade garantida não preenchida do país importador interessado, ou parte desta que o Conselho tiver considerado como razoável, ao momento do pedido não tiver sido ofertada, o Conselho deverá decidir, logo que possível, sobre:

I — as quantidades, bem como, se solicitado,

II — a quantidade e o tipo de trigo em grão e de farinha de trigo (ou farinha de trigo e de trigo em grão) que cada um ou qualquer um dos países exportadores deve fornecer àquele país importador e cujo embarque deve ocorrer durante o ano agrícola em apreço ou dentro de um prazo que não ultrapasse um mês que o Conselho fixar.

O Conselho decidirá a respeito das alíneas I e II acima mencionadas após ter recebido a garantia, se esta for solicitada, que o trigo em grão ou a farinha de trigo se destina ao consumo no país importador ou ao comércio normal ou tradicional; para tomar a decisão o Conselho também levará em conta qualquer circunstância que os países exportadores e os países importadores submeterem a seu exame, inclusive:

III — o tradicional volume normal e as proporções respectivas das impor-

tações de farinha de trigo e de trigo em grão, bem como a qualidade e o tipo da farinha de trigo e do trigo em grão comprado pelo país importador, e

IV — a proporção da quantidade garantida de cada país exportador já vendida na época em que for feito o pedido.

d) Todo país exportador que se acha obrigado por decisão do Conselho, consoante as disposições da alínea c, a fornecer quantidades de trigo em grão ou farinha de trigo ou ambos para vender ao país importador deverá dentro de trinta dias contados a partir da referida decisão, fornecer essas quantidades ao referido país importador, as quais serão embarcadas durante o período previsto na alínea c a preços compatíveis com os preços máximos estipulados no artigo VI ou determinados consoante as disposições do mesmo artigo e, a menos que esses de comum acordo decidam em contrário, sobre as condições geralmente aceitas nessa época para a escolha da moeda em que se efetuarão os pagamentos.

e) Em caso de desacôrdo entre um país exportador e um país importador relativamente à quantidade de farinha de trigo a ser incluída numa dada transação que for negociada em cumprimento de uma decisão tomada pelo Conselho, em virtude da alínea c, seja a respeito da relação entre o preço da referida farinha de trigo e os preços máximos do trigo em grão estipulados no artigo VI ou determinados consoante as disposições do mesmo artigo, seja a respeito das condições em que o trigo em grão ou farinha de trigo ou ambos serão vendidos ou comprados, a decisão do problema caberá ao Conselho.

2. a) Todo país exportador que tiver dificuldades em vender a sua quantidade não preenchida durante um dado ano agrícola, a preços compatíveis com os preços mínimos estipulados no artigo VI ou determinados consoante as disposições do mesmo artigo, poderá solicitar do Conselho que o auxilie a efetuar as vendas desejadas.

b) Nos três dias seguintes ao recebimento de um pedido, formulado em virtude da alínea a, o Secretário do Conselho notificará aqueles países importadores que tiverem quantidades garantidas não preenchidas para o ano agrícola em apreço, do montante das quantidades garantidas não preenchidas do país exportador que soli-

citou o apóio do Conselho, e os convidará a se oferecerem para comprar o trigo a preços compatíveis com os preços mínimos estipulados no artigo VI ou determinados consoante as disposições do mesmo artigo.

c) Se dentro de vinte dias contados a partir da notificação feita pelo Secretário do Conselho, em virtude da alínea b, o total das quantidades garantidas não preenchidas do país exportador interessado ou a parte dêsse total que o Conselho julgar razoável na época em que o pedido foi feito não tiver sido comprado, o Conselho logo que possível decidirá sobre:

I — as quantidades e também se for consultado,

II — a qualidade e o tipo do trigo em grão ou da farinha de trigo ou de ambos que cada um dos países importadores está convidado a comprar dêsse país exportador e cujo embarque deve ter lugar durante o ano agrícola em apêço ou dentro do prazo que não ultrapasse um mês, como for fixado pelo Conselho. Para decidir a respeito das alíneas I e II acima mencionadas, o Conselho levará em conta quaisquer circunstâncias que o país exportador e o país importador possam submeter a seu exame, inclusive.

III — o tradicional volume normal e as proporções de suas importações de farinha de trigo e de trigo em grão, bem como a qualidade e o tipo da farinha de trigo e do trigo em grão importado, e

IV — a proporção de sua quantidade garantida já comprada na época em que for feito o pedido.

d) Todo país importador que for solicitado, por decisão do Conselho, tomada em virtude da alínea c, a se oferecer para comprar do país exportador quantidades de trigo em grão ou de farinha de trigo (ou de trigo em grão e farinha de trigo) deverá, nos 30 dias seguintes a esta decisão, fazer oferta de comprar, a êsse país as referidas quantidades, as quais deverão ser embarcadas no decorrer do período previsto na alínea c, a preços compatíveis com os preços mínimos estipulados no artigo VI ou determinados em virtude das disposições do dito artigo e, a menos que êsses países decidam o contrário, de comum acôrdo, nas condições geralmente adotadas entre êles nessa ocasião, para a escolha da moeda a ser utilizada para o pagamento.

e) Em caso de desacôrdo entre um país exportador e um país importa-

dor, seja a respeito da concessão pela diferença na qualidade, a ser feita no preço do trigo, seja a respeito da quantidade ou preço da farinha de trigo a ser incluída numa transação particular em negociação de acôrdo com decisão do Conselho tomada em virtude da alínea c, seja a respeito da relação entre o preço da dita farinha de trigo e os preços mínimos do trigo em grão estipulados no artigo VI ou determinados consoante as disposições do referido artigo, seja a respeito das condições nas quais o trigo em grão ou a farinha de trigo (ou trigo em grão e a farinha de trigo) serão adquiridos ou vendidos a questão será submetida ao Conselho para que êste a decida.

3. Para os fins do presente artigo, Port Churchill não é um póto de expedição.

Artigo VI

Preços

1. a) Durante a vigência do presente Acôrdo, os preços mínimo e máximo serão:

Mínimo	\$ 1,50
Máximo	\$ 2,00

em dólares canadenses, por "bushel", à paridade do dólar canadense determinada pelo Fundo Monetário Internacional em 1.º de março de 1949, para o trigo Manitoba Northern número 1, a granel, em armazem de Port William/Port Arthur. Os preços básicos mínimos e máximos, e seus equivalentes mencionados a seguir, não compreenderão as despesas de armazenagem e de mercado que o comprador e o vendedor julgarem conveniente fixar.

b) As despesas de armazenagem a respeito das quais concordarem o comprador e o vendedor não serão imputáveis ao vendedor a não ser depois de uma data fixada de comum acôrdo e estipulada no contrato em cujos termos o trigo é vendido.

2. O preço máximo equivalente de trigo a granel (a) para o trigo Manitoba Northern n.º 1, a granel, em armazem de Port William/Port Arthur, estipulado no parágrafo 1 do presente artigo; (b) para trigo Manitoba Northern N.º 1, FOB, Port Churchill, Manitoba, é o preço equivalente ao preço "c. & f." país de destino do preço máximo para o trigo Manitoba Northern N.º 1, a granel, em armazem de Port William/Port

Arthur estipulado no parágrafo 1 do presente artigo e calculado em função das despesas de transporte e das taxas de câmbio em vigor;

c) para o trigo argentino em armazens de portos oceânicos, é o preço máximo para o trigo Manitoba Northern N.º 1, a granel, em armazem de Fort William/Port Arthur, estipulado no parágrafo 1 do presente artigo, convertido em moeda argentina à taxa de câmbio em vigor, fazendo-se os ajustamentos do preço correspondentes às diferenças de qualidade que venham a ser aceitas de comum acordo, entre o país exportador e o país importador interessados;

d) para o trigo "f. a. q." em armazem de portos australianos do Oceano é o preço máximo para o trigo Manitoba Northern N.º 1, a granel, em armazem de Fort William/Port Arthur, estipulado no parágrafo 1 do presente artigo, convertido em moeda australiana à taxa de câmbio em vigor; fazendo-se os ajustamentos do preço correspondentes às diferenças de qualidade que venham a ser aceitas de comum acordo, entre o país exportador e o país importador interessados;

e) para o trigo francês em amostra ou sob descrição f. a. b. portos marítimos franceses ou na fronteira francesa (o que for aplicável) é:

i) se o país de destino tem uma costa marítima, o preço equivalente ao preço "c. & f." no país de destino do preço máximo para o trigo Manitoba Northern N.º 1, a granel, em armazem de Fort William/Port Arthur, menos o custo de transporte da costa francesa para a costa do país de destino;

ii) se o país de destino não tem costa marítima, o preço na fronteira francesa equivalente ao preço determinado como na alínea i) acima em relação à entrega de trigo em Hamburgo, calculado em função das despesas de transportes e das taxas de câmbio em vigor, fazendo-se os ajustamentos do preço correspondentes às diferenças de qualidade que venham a ser aceitas de comum acordo, entre o país exportador e o país importador interessados;

f) para o trigo sueco, amostra, ou sob descrição f. a. b. portos suecos entre Estocolmo e Gotemburgo, inclusive, é o preço equivalente ao preço "c. & f." no país de destino do preço máximo do trigo Manitoba

Northern N.º 1, a granel, em armazem de Fort William/Port Arthur, estipulado no parágrafo n.º 1 do presente artigo, calculado em função das despesas de transportes e das taxas de câmbio em vigor, fazendo-se os ajustamentos do preço correspondentes às diferenças de qualidade que venham a ser aceitas, de comum acordo, entre o país importador e o país exportador interessados;

g) para o trigo Hard Winter Número 1, Fob, em portos dos Estados Unidos da América, Golfo/Costa do Atlântico, é o preço equivalente ao preço "c & f" no país de destino do preço máximo para o trigo Manitoba Northern N.º 1, a granel, em armazem de Fort William/Port Arthur, estipulado no parágrafo n.º 1 do presente artigo calculado em função das despesas de transportes e das taxas de câmbio em vigor, fazendo-se os ajustamentos do preço correspondentes às diferenças de qualidade que venham a ser aceitas, de comum acordo entre o país exportador e o país importador interessados; e

h) para o trigo Soft White N.º 1 ou o trigo Hard Winter N.º 1, em armazem de portos da costa do Pacífico dos Estados Unidos da América, é o preço máximo de trigo Manitoba Northern N.º 1, a granel, em armazem de Fort William/Port Arthur, estipulado no parágrafo 1 do presente artigo, e calculado em função da taxa de câmbio em vigor, fazendo-se os ajustamentos de preço correspondentes às diferenças de qualidade que venham a ser aceitas, de comum acordo, entre o país exportador e o país importador interessados.

3. O preço mínimo equivalente do trigo a granel:

a) para o trigo Manitoba Northern N.º 1, FOB Vancouver;

b) para o trigo Manitoba Northern N.º 1, FOB. Port Churchill, Manitoba;

c) para o trigo argentino FOB, Argentina;

d) para o trigo "f. a. q." FOB. Austrália.

e) para o trigo de França, amostra, ou sob descrição FOB portos franceses;

f) para o trigo suéco, amostra, ou sob descrição FOB portos suecos entre Estocolmo e Gotemburgo, inclusive;

g) para o trigo Hard Winter N.º 1, FOB. em portos dos Estados Unidos

da América do Norte, Gólfio e costa do Atlântico, e

h) para o trigo Soft White, N.º 1 ou o trigo Hard Winter N.º 1, FOB, portos da Costa do Pacífico dos Estados Unidos da América.

é respectivamente:

o preço FOB, Vancouver, Port Churchill, Argentina, Austrália, França, portos suecos entre Estocolmo e Gotemburgo, inclusive portos dos Estados Unidos da América do Gólfio costa do Atlântico e portos da costa do Pacífico dos Estados Unidos da América, equivalente ao preço "c. & f." Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, do preço mínimo do trigo Manitoba Northern N.º 1, a granel, em armazém de Port William — Port Arthur estipulado no parágrafo 1 do presente artigo, e calculado em função das despesas de transporte e das taxas de câmbio em vigor fazendo-se nos países importadores onde são reconhecidas diferenças de qualidade, os ajustamentos de preço correspondentes às diferenças de qualidade que venham a ser aceites de comum acôrdo entre o país exportador e o país importador interessados.

4. Para o período de navegação fechada entre Fort William/Port Arthur e os portos canadenses do Atlântico, os preços máximos e mínimos equivalentes serão determinados somente em relação ao transporte de trigo por via lacustre e via férrea de Fort William/Port Arthur aos portos canadenses de inverno.

5. O Comité Executivo poderá fixar, após a consulta com o Comité Consultivo de Equivalência de Preços, os preços mínimos e máximos equivalentes para o trigo de outras regiões que não as estipuladas acima: ele poderá igualmente reconhecer qualquer outra fórmula de definição de trigo além das acima mencionadas nos parágrafos 2 e 3, e determinar-lhes os preços mínimo e máximo equivalentes, ficando entendido que, para toda fórmula nova de definição de trigo, cujo preço equivalente ainda não tenha sido determinado, os preços mínimo e máximo serão provisoriamente, determinados de acôrdo com os preços mínimo e máximo da fórmula de definição de trigo especificada no presente artigo, ou reconhecida ulteriormente pelo Comité Executivo após consulta com o Comité Consultivo de Equivalência

de Preços, que mais se aproxima da nova definição, pela adição de um prêmio apropriado ou pela dedução de um desconto apropriado.

6. Se um país exportador qualquer ou um país importador qualquer notificar o Comité Executivo de que um preço equivalente estabelecido em conformidade com as disposições dos parágrafos 2, 3 ou 5 do presente artigo não é mais, à luz das tarifas de transporte, das taxas de câmbio, dos prêmios ou dos descontos em vigor, um preço equitativo, o Comité Executivo examinará a questão e poderá, após consultar com o Comité Consultivo de Equivalência de Preços fazer o ajustamento que julgar desejável.

7. Ao serem estabelecidos os preços mínimos e máximos de acôrdo com os parágrafos 2, 3 ou 6 do presente artigo, não serão feitos reajustamentos de preços correspondentes a diferença de qualidade que possam resultar na fixação do preço mínimo ou máximo equivalente do trigo de qualquer definição em um nível mais alto do que o preço básico, mínimo ou máximo, respectivamente, especificado no parágrafo 1 do presente artigo.

8. Em caso de controvérsia sobre a escolha do prêmio ou desconto apropriado para aplicação das disposições dos parágrafos 5 e 6 do presente artigo, no que concerne a toda fórmula de definição de trigo estipulada nos parágrafos 2 e 3, ou reconhecida em virtude do parágrafo 5 do presente artigo, o Comité Executivo após consulta com o Comité de Equivalência de Preços, decidirá a questão a pedido do país exportador ou do país importador interessado.

9. Todas as decisões do Comité Executivo, tomadas em virtude das disposições dos parágrafos 5, 6 e 8 do presente artigo, obrigam todos os países exportadores e todos países importadores, ficando entendido que qualquer país que se considere prejudicado por alguma das referidas decisões poderá pedir a convocação de uma sessão do Conselho, para reexame do assunto.

Artigo VII

Estoques

1. A fim de assegurar os fornecimentos de trigo aos países impor-

tadores, cada país exportador se esforçará em manter, no fim do seu ano agrícola, estoques de trigo de colheita anterior em um nível suficiente que lhe permita cumprir as suas obrigações quanto às suas vendas garantidas durante cada ano agrícola, em conformidade com o presente Acôrdo.

2. Se a colheita de um país exportador fôr insuficiente, o Conselho consagrará atenção especial aos esforços empregados pelo referido país exportador em manter estoques suficientes como se acha estipulado no parágrafo 1 do presente artigo, antes de ser esse país dispensado de qualquer de suas obrigações, em virtude do artigo X.

3. A fim de evitar compras desproporcionadas de trigo no início e no fim de um ano agrícola, que possam prejudicar a estabilização dos preços, em conformidade com o presente Acôrdo, e tornar difícil o cumprimento das obrigações de todos os países exportadores e importadores, os países importadores se esforçarão para manter estoques suficientes em qualquer época.

4. Se um país importador fizer um apêlo, em virtude do artigo XII, o Conselho consagrará uma atenção especial aos esforços empregados pelo referido país importador para manter estoques suficientes, em conformidade com o disposto no parágrafo 3 do presente artigo, antes de se pronunciar favoravelmente sobre o apêlo.

Artigo VIII

Informações a serem fornecidas ao Conselho

Os países exportadores e importadores deverão fornecer ao Conselho, dentro do prazo que este fixar, as informações que o mesmo venha a solicitar em relação com a aplicação do presente Acôrdo.

PARTE TERCEIRA

AJUSTE DAS QUANTIDADES GARANTIDAS

Artigo IX

Ajuste quando houver casos de não participação ou de retirada de países

1. Se houver qualquer diferença entre o total das compras garantidas que figuram no Anexo A ao Artigo III, e o total das vendas ga-

rantidas que figuram no Anexo B ao Artigo III, resultantes do fato de um ou vários países incluídos no Anexo A ou no B, (a) não terem assinado o Acôrdo, (b) ou não terem depositado seu Instrumento de aceitação, ou (c) se terem retirado do presente Acôrdo, em virtude das disposições dos parágrafos 5, 6 ou 7 do artigo XXII, ou (d) terem sido excluídos do presente Acôrdo, em virtude do artigo XIX, ou (e) de ter o Conselho declarado, em conformidade com o artigo XIX que esses países não tenham preenchido o total ou parte de suas quantidades garantidas, consoante as disposições do presente Acôrdo, o Conselho deverá, sem prejuízo do direito reconhecido a qualquer país, pelo parágrafo 6 do artigo XII, de retirar-se do presente Acôrdo, ajustar as quantidades garantidas restantes de tal maneira que o total especificado em um Anexo seja igual ao total do outro Anexo.

2. Salvo decisão em contrário do Conselho, formulada pela maioria de dois terços dos votos dos países exportadores e de dois terços dos votos dos países importadores, o ajuste previsto pelo presente artigo se efetuará pela redução *pro rata* das quantidades garantidas no Anexo A ou no Anexo B, conforme fôr o caso, até o montante necessário para que o total estipulado em um Anexo seja igual ao total do outro Anexo.

3. Para efetuar o ajuste previsto pelo presente artigo, o Conselho terá sempre em mente que, de maneira geral, é desejável manter o total das compras garantidas e das vendas garantidas ao nível mais elevado possível.

Artigo X

Ajuste em casos de colheita insuficiente, ou de necessidade de salvaguardar a balança de pagamentos ou as reservas monetárias

1. Qualquer país exportador ou qualquer país importador a quem uma colheita insuficiente, no caso de país exportador ou a necessidade de salvaguardar seu balanço de pagamentos ou suas reservas monetárias, no caso de país importador o impeça de cumprir suas obrigações em virtude do presente Acôrdo, em relação a determinado ano agrícola, deverá tão logo que possível expor ao

Conselho sua situação e pedir-lhe uma isenção total ou parcial de suas obrigações para com o referido ano agrícola. Qualquer pedido apresentado ao Conselho em conformidade com o presente parágrafo será examinado sem demora.

2. Se o pedido de isenção for motivado por uma colheita insuficiente, o Conselho antes de se pronunciar sobre o pedido de isenção, estudará a situação dos abastecimentos do país que lhe tiver pedido.

3. Se o pedido de isenção for motivado pela balança de pagamentos ou pelas reservas monetárias, o Conselho inquirirá e levará em conta não somente todos os elementos que ele julgar importantes, como também o parecer do Fundo Monetário Internacional, na medida em que a questão interessar a um país membro do Fundo sobre a existência e a extensão da necessidade à qual se refere o parágrafo 1 do presente artigo.

4. Para se pronunciar sobre um pedido de isenção apresentado, em virtude do presente artigo, o Conselho aplicará o princípio segundo o qual o país interessado efetuará, na medida de suas possibilidades, as vendas necessárias ao cumprimento de suas obrigações em virtude do presente Acôrdo, se for exportador e efetuará compras necessárias ao cumprimento de suas obrigações, em virtude do presente Acôrdo, se for importador.

5. O Conselho decidirá se o pedido apresentado pelo país é fundado. Se ele julgar que o pedido é fundado deverá decidir em que medida e em que condições o país que apresentou o pedido será liberado de suas quantidades garantidas pelo referido ano agrícola. O Conselho informará o país que apresentou o pedido de sua decisão.

6. Se o Conselho decidir que o país que lhe apresentou o pedido seja liberado do total ou de parte de sua quantidade garantida pelo referido ano agrícola, será aplicado o seguinte processo:

a) o Conselho convidará os outros países importadores se o país que lhe apresentou o pedido é país importador, ou os outros países exportadores, se o país em apêço é país exportador, a fim de que aumentem as suas quantidades garantidas para o referido ano agrícola

até o montante da quantidade garantida de que o país acima mencionado foi isento. Todo acréscimo das quantidades garantidas, nos termos da presente alínea, deve ser aprovado pelo Conselho.

(b) Se o montante da quantidade de que o país importador está isento não puder ser compensado, consoante o processo previsto na alínea (a) do presente parágrafo, o Conselho convidará os países exportadores, se o referido país for importador e os países importadores, se o mesmo for exportador, a aceitarem uma redução de suas quantidades garantidas para o ano agrícola em apêço até o montante da quantidade garantida, de que está isento o país que apresentou o pedido, ressalvados os ajustes efetuados, em virtude da alínea (a) do presente parágrafo.

(c) Se o montante das ofertas recebidas pelo Conselho dos países exportadores e importadores que visam aumentar suas quantidades garantidas, em virtude da alínea (a) do presente parágrafo, ou reduzi-las, em virtude da alínea (b) do presente parágrafo, ultrapassar o montante da quantidade garantida de que está isento o país que apresentou o pedido, as quantidades garantidas dos acima mencionados países serão, salvo decisão em contrário do Conselho, acrescidas ou reduzidas, segundo o caso, numa base "pro rata", desde que o acréscimo ou a redução da quantidade garantida de qualquer desses países não exceda à de sua oferta.

(d) Se o montante da quantidade garantida de que está isento o país que apresentou o pedido ao Conselho não puder ser compensada inteiramente, consoante a maneira prevista nas alíneas (a) e (b) do presente parágrafo, o Conselho poderá reduzir as quantidades garantidas para o referido ano agrícola que figuram no Anexo A ao artigo III se o país acima mencionado for um país exportador, ou que figuram no Anexo B ao artigo III, se o mesmo país for um país importador, do montante necessário para que o total de um Anexo seja igual ao do outro Anexo. A menos que os países exportadores, no caso de uma redução no Anexo B, ou os países importadores, no caso de uma redução no Anexo A, decidam de outra maneira, a redução será efetuada numa base "pro

rata", levando-se em conta qualquer redução feita, em virtude da alínea (b) do presente parágrafo.

Artigo XI

Ajustes das Quantidades Garantidas por Consentimento Mútuo

1. Quando for solicitado pelos países exportadores e importadores cujas quantidades garantidas forem modificadas por esse fato, o Conselho poderá aprovar os acréscimos das quantidades garantidas em um dos Anexos do artigo III para o período restante de validade do Acórdo, ao mesmo tempo que os acréscimos equivalentes das quantidades garantidas em outro Anexo para aquele período.

2. O país exportador poderá transferir parte da sua quantidade garantida a outro país exportador e um país importador, poderá transferir parte de sua quantidade garantida a outro país importador pelo período de um ou de vários anos agrícolas, sob reserva da aprovação do Conselho pela maioria dos votos dos países exportadores e pela maioria de votos dos países importadores.

3. A quantidade garantida de qualquer país que venha a aderir ao presente Acórdo, em virtude do artigo PJI, será compensada por meio de ajustes correspondentes de acréscimo ou de reduções das quantidades garantidas de um ou de vários países que figuram nos Anexos A ou B ao artigo III. Os referidos ajustes não serão aprovados a não ser cada país exportador ou importador, cuja quantidade garantida for modificada, tiver consentido.

Artigo XII

Compras Suplementares em Caso de Necessidades Críticas

A fim de satisfazer as necessidades críticas que surgirem ou ameacem a surgir em seu território, o país importador poderá solicitar do Conselho o apoio para obter suprimentos de trigo, em adição às suas compras garantidas. Após o exame desse pedido, o Conselho, desde que reconheça que uma crise não pode ser resolvida de outra maneira, poderá reduzir numa classe "pro rata" as quantidades garantidas de outros países importadores, a fim de fornecer a quantidade de trigo que ele jul-

gar necessário para remediar a crise oriunda dessas necessidades críticas. A maioria de dois terços dos votos dos países exportadores e de dois terços dos países importadores é necessária para a decisão de toda redução das compras garantidas, redução efetuada em virtude do presente parágrafo.

QUARTA PARTE

ADMINISTRAÇÃO

Artigo XIII

O Conselho

A. Ato Constitutivo

1. O Conselho Internacional do Trigo, criado em virtude do Acórdo Internacional do Trigo, aberto à assinatura em Washington, a 23 de março de 1943, continua a funcionar com a finalidade de administrar o presente Acórdo.

2. Todo país exportador e todo país importador é membro votante do Conselho e pode ser representado nas reuniões por um delegado, por suplentes e conselheiros.

3. Toda organização intergovernamental que o Conselho tenha decidido convidar, poderá delegar um representante que assistirá às reuniões do referido Conselho sem ter direito de voto.

4. O Conselho elegerá um Presidente e um Vice-Presidente para cada ano agrícola.

B — Poderes e funções do Conselho

5. O Conselho estabelecerá o seu regulamento interno.

6. O Conselho conservará os registros necessários à aplicação das disposições do presente Acórdo, e poderá reunir a documentação que ele julgar necessário.

7. a) O Conselho poderá estudar qualquer aspecto da situação mundial do trigo e poderá patrocinar intercâmbio de informações e consultas intergovernamentais a esse respeito. O Conselho poderá realizar negociações que considere desejáveis com a Organização para Alimentação e Agricultura da ONU e com outras organizações intergovernamentais e também com governos que não participam do presente Acórdo e que tenham um interesse substancial no comércio internacional do trigo, pa-

ra cooperação em qualquer dessas atividades.

b) Os países exportadores e os países importadores reservam-se completa liberdade de ação na determinação e administração de suas políticas internas agrícolas e de preços

8. O Conselho publicará um relatório anual e poderá publicar qualquer outra informação relativa a questões atinentes ao presente Acórdão.

9. O Conselho terá os poderes e exercerá as funções que ele julgar necessárias para garantir a execução das disposições do presente Acórdão

10. O Conselho poderá, por maioria de dois terços dos votos dos países exportadores e de dois terços dos votos dos países importadores, delegar o exercício de quaisquer de seus poderes ou funções. O Conselho poderá, em qualquer época, revogar tal delegação de poderes pela maioria de dois terços dos votos expressos. Toda decisão adotada, em virtude dos poderes ou das funções delegados pelo Conselho, em conformidade com as disposições do presente parágrafo, está sujeita à reunião do Conselho a pedido de todo país exportador ou importador, pedido esse feito dentro do prazo prescrito pelo mesmo Conselho. Toda decisão a cujo respeito não foi feito nenhum pedido para revisão dentro do prazo previsto, obrigará a todos os países exportadores e importadores.

C. Votação

11. a) Sob reserva das disposições das alíneas b) e c) do presente parágrafo, os países importadores terão direito a 1.000 votos, os quais serão distribuídos entre os mesmos, atendendo-se à proporção existente entre as suas compras garantidas por ano agrícola e ao total das compras garantidas pelo referido ano agrícola. Os países exportadores terão igualmente direito a 1.000 votos que serão distribuídos entre os mesmos, atendendo-se à proporção existente entre as suas vendas garantidas por ano agrícola e ao total das vendas garantidas pelo mesmo ano agrícola

b) Se um país importador ou exportador não estiver representado por um delegado em qualquer sessão do Conselho e não tiver autorizado outro país a votar em seu nome, em conformidade com o parágrafo 16 do

presente artigo, o total dos votos que os países exportadores puderem exprimir, e serão redistribuídos entre os países exportadores em proporção a suas vendas garantidas.

c) Nenhum país exportador ou importador deverá ter menos de um voto; não haverá voto fracionado.

12. O Conselho deverá redistribuir os votos, em conformidade com as disposições do parágrafo 11 do presente artigo, sempre que houver uma modificação nas compras garantidas e nas vendas garantidas para o ano agrícola em curso.

13. Se um país exportador ou importador é suspenso do seu direito de voto, em virtude do parágrafo 5 do artigo XVII, ou perde seu direito de voto, em virtude do parágrafo 7 do artigo XIX, o Conselho deverá redistribuir os votos como se aquele país não tivesse quantidade garantida para o ano agrícola em curso.

14. Será feita abstração de qualquer redução em sua quantidade garantida aceita por um país exportador ou importador, em virtude do parágrafo 6 b) do artigo X e de qualquer transferência de parte da quantidade garantida de um país por um ano agrícola somente em virtude do parágrafo 2 do artigo XI, com o objetivo de redistribuir os votos, em conformidade com este artigo.

15. As decisões do Conselho, salvo disposições em contrário do presente Acórdão, serão tomadas pela maioria do total dos votos dados.

16. Todo país exportador pode autorizar um outro país exportador e todo país importador pode autorizar um outro país importador a representar seus interesses e a exercer seu direito de voto em uma ou várias reuniões do Conselho. Uma prova de uma tal autorização que seja satisfatória para o Conselho, deverá ser apresentada ao mesmo Conselho.

D. Sessões

17. O Conselho se reunirá pelo menos uma vez durante cada metade do ano agrícola e em qualquer outra data que o Presidente possa fixar.

18. O Presidente convocará uma sessão do Conselho se assim for solicitado por a) cinco países ou b) um ou mais países que detenham um mínimo de dez por cento do conjunto

dos votos, ou c) pelo Comité Executivo

E. O quorum

19. Em toda reunião do Conselho, a presença dos delegados que possuem, antes de haver qualquer ajuste dos votos, em virtude do parágrafo 11 b) do presente artigo, a maioria dos votos detidos pelos países importadores, é considerada necessária para se constituir o *quorum*.

F. Sede

20. A sede do Conselho será em Londres, a não ser que o Conselho decida em contrário por maioria dos votos dados pelos países importadores.

G. Capacidade jurídica

21. O Conselho terá, em território de qualquer país exportador ou importador, a capacidade jurídica necessária ao exercício das funções que o presente Acôrdo lhe confere.

H. Decisões

22. Cada país exportador ou importador se compreende a se considerar como obrigado por todas as decisões tomadas pelo Conselho, em virtude das disposições do presente Acôrdo.

Artigo XIV

O Comité Executivo

1. O Conselho estabelecerá um Comité Executivo. O referido Comité é composto de quatro países exportadores, eleitos anualmente pelos países exportadores e de no máximo oito países importadores, eleitos pelos países importadores. O Conselho nomeará o Presidente do Comité Executivo e poderá nomear um Vice-Presidente.

2. O Comité Executivo é responsável perante o Conselho e funciona sob a direcção geral do mesmo. Ele exerce os poderes e as funções que lhe são expressamente delineados pelo presente Acôrdo, e os demais poderes e funções que o Conselho lhe delegar, em virtude do parágrafo 10 do artigo XIII.

3. Os países exportadores que têm assento no Comité Executivo, terão

o mesmo número total de votos que os países importadores. Os votos dos países exportadores serão repartidos entre os mesmos da maioria que eles decidirem, desde que nenhum país exportador detenha mais de quarenta por cento do total dos votos dos países exportadores. Os votos dos países importadores serão repartidos entre os mesmos da maneira que eles decidirem desde que nenhum país importador detenha mais de quarenta por cento do total dos votos dos países importadores.

4. O Conselho fixará o regulamento interno relativo ao processo de votação do Comité Executivo e poderá estabelecer quaisquer outras cláusulas que ele julgar próprias para o regulamento interno do Comité Executivo. Para ser tomada uma decisão pelo Comité Executivo, exige-se a mesma maioria de votos que o presente Acôrdo exige do Conselho quando este decidir sobre questão semelhante.

5. Todo país exportador ou todo país importador que não seja membro do Comité Executivo pode participar, sem direito a voto, na discussão de qualquer questão perante o Comité Executivo sempre que este julgar que os interesses do referido país estão em jogo.

Artigo XV

Comité Consultivo Sobre Equivalências de Preço

O Conselho criará um Comité Consultivo sobre Equivalência de Preço composto de representantes de três países exportadores e de três países importadores. O Comité será ouvido pelo Conselho e pelo Comité Executivo sobre as matérias dispostas nos parágrafos 5, 6 e 8 do artigo VI e sobre outras questões que o Conselho e o Comité Executivo venham a encaminhar-lhe. O Presidente do Comité será nomeado pelo Conselho.

Artigo XVI

O Secretariado

1. O Conselho terá um Secretariado composto de um Secretário e de pessoal de que os trabalhos do Conselho e de seus Comités venham a necessitar.

2. O Conselho nomeará o Secretário e fixará suas atribuições.

3. O pessoal será nomeado de acordo com os regulamentos estabelecidos pelo Conselho.

Artigo XVII

Disposições Financeiras

1. As despesas das Delegações acreditadas junto ao Conselho, dos representantes junto ao Comitê Executivo, e dos representantes no Comitê Consultivo sobre Equivalências de Preço serão custeadas pelos seus respectivos Governos. Todas as demais despesas necessárias à administração do presente Acôrd, inclusive as do Secretariado assim como toda remuneração que o Conselho decida pagar ao seu Presidente ou ao Vice-Presidente, serão custeadas por contribuições anuais dos países exportadores e importadores. A contribuição de cada um desses países, para cada ano agrícola, será proporcional à relação entre a sua quantidade garantida e o total das vendas ou compras garantidas, fixada no início desse ano agrícola.

2. Em sua primeira sessão, após a entrada em vigor do presente Acôrd o Conselho votará seu orçamento para o período que termina a 31 de julho de 1957 e fixará a contribuição que caberá em pagamento a cada país exportador ou importador.

3. O Conselho, na primeira sessão, da segunda metade de cada ano agrícola, votará seu orçamento para o ano agrícola seguinte e fixará a contribuição, que caberá em pagamento a cada país exportador e importador, para o dito ano agrícola.

4. A contribuição inicial de cada país exportador ou importador que tenha aderido ao presente Acôrd, segundo as disposições do artigo XXI, será fixada pelo Conselho, tomando-se por base a quantidade garantida que lhe couber e o período restante do corrente ano agrícola; contudo, as contribuições fixadas para os outros países exportadores e importadores, para o ano agrícola em curso, não serão alteradas.

5. As contribuições serão exigíveis logo após sua fixação. Todo país ex-

portador ou importador que deixar de pagar sua contribuição, dentro de um ano a partir da data de sua fixação perderá seu direito de voto, até que sua contribuição seja paga, mas não ficará nem privado dos demais direitos que lhe confere o presente Acôrd, nem desobrigado dos deveres que este último impõe. Na eventualidade de algum país exportador ou importador vir a perder seu direito de voto nos termos do presente parágrafo, os votos respectivos serão redistribuídos, em conformidade com as disposições do § 13 do artigo XIII.

6. O Conselho publicará no curso de cada ano agrícola uma relação autenticada de suas receitas e despesas relativas ao ano agrícola anterior.

7. O Governo do país, em que estiver sediado o Conselho, concederá isenção do imposto sobre os salários pagos pelo mesmo aos seus funcionários; contudo, essa isenção não se aplicará aos nacionais do dito país.

8. O Conselho providenciará, antes de sua dissolução a liquidação do seu passivo e a redistribuição do seu ativo e de seus arquivos.

Artigo XVIII

Cooperação com outras organizações intergovernamentais

1. O Conselho tomará todas as providências julgadas necessárias para assegurar a troca de informações e a cooperação com os organismos competentes das Nações Unidas e suas agências especializadas e com outras organizações intergovernamentais.

2. Se o Conselho verificar que certas disposições do presente Acôrd são essencialmente incompatíveis com cometidas pelos concessionários ou as obrigações que as Nações Unidas, diretamente, ou através de seus organismos competentes e agências especializadas, possam estabelecer relativamente a ajustes intergovernamentais sobre produtos de base, tal incompatibilidade será considerada como um obstáculo ao funcionamento do presente Acôrd, e deverá ser aplicado o processo preceituado nos parágrafos 3, 4 e 5, do artigo XII.

Artigo XIX

Litígios e Reclamações

1. Todo litígio relativo à interpretação ou aplicação do presente Acôrdo, que não fôr resolvido mediante negociações, será submetido, a pedido de uma das partes litigantes, ao Conselho, que tomará uma decisão sobre o assunto.

2. Nos casos em que um litígio fôr submetido ao Conselho, em virtude do parágrafo 1.º do presente artigo seja uma maioria de países ou seja um grupo de países possuidores de pelo menos 1/3 do total de votos, poderá requerer ao Conselho após plena discussão do assunto, a opinião do Comitê Consultivo, mencionada no parágrafo 3.º deste artigo sobre os pontos de litígio, antes de manifestar sua decisão final.

3. a) A não ser que o Conselho por unanimidade, se manifeste contrário, o Comitê será composto dos seguintes membros:

i) duas pessoas, uma possuidora de ampla experiência nos assuntos em litígio e outra de reconhecida competência em assuntos jurídicos, ambas escolhidas pelos países exportadores;

ii) duas pessoas com as qualificações acima, escolhidas pelos países importadores; e

iii) um Presidente, escolhido por unanimidade entre as quatro pessoas nomeadas nas condições expressas em i) e ii) ou, se não houver acôrdo entre elles, pelo Presidente do Conselho Internacional do Trigo.

b) Serão elegíveis para o Comitê Consultivo nacionais dos países cujos Governos são partes do presente Acôrdo; as pessoas escolhidas para o Comitê agirão segundo seu próprio critério, sem instruções de qualquer Governo.

c) As despesas do Comitê Consultivo serão custeadas pelo Conselho.

4. A opinião do Comitê Consultivo, bem como os seus motivos, serão apresentadas ao Conselho que, após examinar todas as informações de relevância, resolverá o litígio.

5. Toda reclamação de que um país exportador ou importador não tenha cumprido suas obrigações, se-

gundo o presente Acôrdo, deverá, a pedido da parte queixosa, ser submetida ao Conselho que tomará suas decisões sobre o assunto.

6. Nenhum país exportador ou importador poderá ser considerado como infringente do presente Acôrdo senão pela maioria dos votos dos países exportadores e pela maioria dos votos dos países importadores. Sempre que se constatar uma infração ao presente acôrdo por parte de um país exportador ou importador, dever-se-á especificar a natureza da infração e caso esta envolva uma falta no que diz respeito à quantidade garantida desse país, a extensão dessa falta.

7. O Conselho, caso verifique que um país exportador ou importador infringiu o presente acôrdo, poderá, pela maioria dos votos dos países exportadores e pela maioria dos votos dos países importadores, ou privar esse país do direito do voto até que o mesmo cumpra as suas obrigações, ou excluí-lo do presente Acôrdo.

8. Caso um país exportador ou importador tenha sido privado dos seus votos, em virtude do presente artigo, estes serão redistribuídos segundo as disposições do parágrafo 13 do artigo XIII. Se um país exportador fôr considerado em falta quanto à totalidade ou parte de sua quantidade garantida ou fôr excluído do presente Acôrdo, as suas quantidades garantidas restantes serão ajustadas, em conformidade com o artigo IX.

QUINTA PARTE

DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo XX

Assinatura, aceitação e entrada em vigor

1. O presente Acôrdo ficará aberto à assinatura dos Governos dos países que figuram nos Anexos A e B do artigo III, na cidade de Washington, até 18 de maio de 1956, inclusive.

2. O presente Acôrdo deverá ser objeto de aceitação formal dos Governos signatários de acôrdos com os seus respectivos processos constitu-

cionais. Sob reserva das disposições do parágrafo 5º do presente artigo, os Instrumentos de ratificação deverão ser depositados com o Governo dos Estados Unidos da América, o mais tardar até 16 de julho de 1956 entendendo-se todavia, que uma notificação por parte de qualquer Governo signatário ao Governo dos Estados Unidos da América, até 16 de julho de 1956 manifestando a intenção de aceitar o presente Acôrdo, seguida do depósito de um Instrumento de ratificação o mais tardar até 1.º de dezembro de 1956, será considerada como aceitação em 16 de julho de 1956 para os fins do presente Artigo.

3. Sob a condição de que os Governos dos países que figuram no Anexo A do artigo III, responsáveis pelo menos por 2/3 das compras garantidas, e de que os Governos dos países que figuram no Anexo B do artigo III responsáveis pelo menos por 2/3 das vendas garantidas, tenham aceito o presente Acôrdo na data de 16 de julho de 1956 as Partes Primeira, Terceira, Quarta e Quinta do Acôrdo entrarão em vigor a 16 de julho de 1956 e a Parte Segunda a 1.º de agosto de 1956.

4. Se até 16 de julho de 1956 as condições estabelecidas no parágrafo precedente para a entrada em vigor do presente Acôrdo não forem obedecidas, os Governos dos países que, até aquela data tenham aceito o presente Acôrdo consoante o parágrafo 2 deste Artigo poderão decidir por consentimento geral, que o Acôrdo entrará em vigor entre eles, ou, alternativamente, poderão tomar outra atitude que segundo eles, a situação requeira.

5. Todo Governo signatário que não tenha aceito o presente Acôrdo, na data de 16 de julho de 1956, segundo o parágrafo 2 desse artigo poderá após essa data, obter do Conselho uma prorrogação do prazo de depósito do Instrumento de ratificação. A Primeira, Terceira Quarta e Quinta Partes do presente Acôrdo entrarão em vigor para esse Governo na data do depósito de seu Instrumento de ratificação; a Segunda Parte do Acôrdo entrará em vigor a 1.º de agosto de 1956 ou na data do de-

pósito de seu Instrumento de ratificação se esta for posterior.

6. O Governo dos Estados Unidos da América notificará todos os Governos signatários de cada assinatura e de cada ratificação do presente Acôrdo.

Artigo XXI

Adesão

O Conselho poderá pela maioria de dois terços dos votos expressos pelos países exportadores e de dois terços dos votos expressos dos países importadores aprovar a adesão ao presente Acôrdo de qualquer Governo que ainda não seja parte no mesmo e determinar as condições dessa adesão; ficando entendido, todavia, que o Conselho não aprovará a adesão de qualquer Governo em conformidade com o disposto neste Artigo, sem que simultaneamente vote os reajustamentos das quantidades garantidas nos Anexos A e B do Artigo III, segundo o parágrafo 3 do artigo XI. Essa adesão será realizada mediante o depósito de um Instrumento de adesão junto ao Governo dos Estados Unidos da América, o qual, por sua vez, notificará todos os Governos signatários, e os Governos que tenham aderido ao Acôrdo, de cada uma dessas adesões.

Artigo XXII

Duração, Emenda, retirada e terminação

1. O presente Acôrdo permanecerá em vigor até 31 de julho de 1959, inclusive.

2. (a) O Conselho comunicará, quando julgar oportuno, aos países exportadores e importadores as suas recomendações referentes à renovação ou à substituição do presente Acôrdo.

(b) O Conselho poder convidar qualquer Governo que não seja parte neste Acôrdo e que tenha interesse substancial no comércio internacional do trigo para participar de suas discussões em conexão com a renovação ou substituição em apêço.

3. O Conselho poderá, pela maioria dos votos dos países exportadores e pela maioria dos votos dos países importadores, recomendar aos países exportadores e aos países importadores, sua emenda ao presente Acôrdo.

4. O Conselho poderá fixar um prazo dentro do qual cada país exportador e importador deverá notificar o Governo dos Estados Unidos da América se aceita ou não a emenda proposta. A emenda tornar-se-á efetiva a partir de sua aceitação pelos países exportadores que possuam dois terços dos votos dos países exportadores e pelos países importadores que possuam dois terços dos votos dos países importadores.

5. Todo país exportador ou importador que não tiver notificado o Governo dos Estados Unidos da América da aceitação da uma emenda, até a data em que a mesma se tornar efetiva, poderá, após ter dado, por escrito, ao Governo dos Estados Unidos da América o aviso prévio de retirada que o Conselho tenha a exigir para cada caso, retirar-se do presente Acôrdo no fim do ano agrícola em curso, mas não estará, por isso, livre do cumprimento das obrigações decorrentes do presente Acôrdo e não executadas antes do término do mesmo ano agrícola.

6. Todo país exportador que considerar seus interesses gravemente comprometidos pela não participação no presente Acôrdo ou pela retirada do mesmo de um país enumerado no Anexo A do artigo III, e responsável por mais de 5% das quantidades garantidas desse anexo, ou todo país importador que considerar seus interesses gravemente comprometidos pela não participação no presente Acôrdo ou pela retirada do mesmo de um país enumerado no Anexo B, do artigo III, e responsável por mais de 5% das quantidades garantidas desse Anexo, poderá retirar-se do presente Acôrdo, mediante o envio por escrito prévio de retirada ao Governo dos Estados Unidos da América, em data anterior a 1.º de agosto de 1956,

7. Todo país exportador ou importador, que considerar sua segurança nacional ameaçada em consequência da abertura de hostilidades poderá retirar-se do presente Acôrdo, após a expiração de um prazo de 30 dias a contar da data da comunicação, por escrito, ao Governo dos Estados Unidos da América.

8. O Governo dos Estados Unidos da América informará todos os Governos signatários, bem como os governos que tenham aderido ao presente Acôrdo, das notificações e dos

avisos prévios recebidos nos termos do presente artigo.

Artigo XXIII

Aplicação territorial

1. Todo Governo poderá, na ocasião da assinatura, da aceitação ou adesão ao presente Acôrdo, declarar que seus direitos e obrigações, nos termos do presente Acôrdo, não se aplicarão a todos ou à parte dos territórios ultramarinos de cujas relações exteriores fôr responsável.

2. Excetuados os territórios em relação aos quais houver sido feita uma declaração, de acôrdo com o parágrafo I do presente artigo, os direitos e obrigações assumidos por qualquer Governo em virtude do presente Acôrdo, aplicar-se-ão a todos os territórios de cujas relações exteriores o dito Governo fôr responsável.

3. Após a aceitação ou adesão ao presente Acôrdo, todo Governo poderá, a qualquer tempo e mediante notificação ao Governo dos Estados Unidos da América, declarar que os direitos e obrigações assumidos, em virtude do presente Acôrdo, deverão se aplicar a todos ou à parte dos territórios em relação aos quais o dito Governo fez uma declaração, de acôrdo com as disposições do parágrafo 1 do presente artigo.

4. Mediante notificação de retirada feita ao Governo dos Estados Unidos da América, todo Governo poderá, com relação a todos ou à parte dos territórios ultramarinos, de cujas relações exteriores ele fôr responsável, proceder a uma retirada, em separado, do presente Acôrdo.

5. O Governo dos Estados Unidos da América informará todos os Governos signatários, bem como os que tenham aderido ao presente Acôrdo, das declarações ou notificações feitas em virtude do presente Artigo.

EM FÉ DO QUE, os representantes abaixo assinados, devidamente autorizados por seus respectivos Governos, assinaram o presente Acôrdo nas datas que figuram ao lado de suas assinaturas.

Os textos do presente Acôrdo, nas línguas inglesa, francesa e espanhola, serão igualmente autênticos e devendo o original ser depositado nos arquivos do Governo dos Estados Unidos da América, o qual transmitirá

a todos os Governos signatários e aos que tenham aderido ao presente Acôrdo cópias certificadas desse original.

Países signatários: — Argentina — Austrália — Austria — Bélgica — Bolívia — Brasil — Canadá — Ceilão — Colômbia — Costa Rica — Cuba — Dinamarca — República Dominicana — Equador — Egito — El Salvador — El Salvador — França — Alemanha — Grécia — Guatemala — Haiti

— Honduras — Índia — Indonésia — Irlanda — Israel — Itália — Japão — Jordânia — Coreia — Líbano — Libéria — México — Holanda — Nova Zelândia — Nicarágua — Noruega — Panamá — Peru — Filipinas — Portugal — Arábia Saudita — Espanha — Suécia — Suíça — União Sul-Africana — Estados Unidos da América — Vaticano — Venezuela — Iugoslávia.

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 33, de 1957

Aprova o ato do Tribunal de Contas da União, que negou registro à escritura pública de dação em pagamento, celebrada entre a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio da União e a Clevelândia, Industrial e Territorial Limitada.

Art. 1.º Fica aprovado o ato do Tribunal de Contas da União, que negou registro à escritura pública de dação em pagamento, celebrada aos 17 de novembro de 1950, entre a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio da União e a Clevelândia, Industrial e Territorial Limitada.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 8 de novembro de 1957.

Senador *Freitas Cavalcanti*

2.º Secretário no exercício da Presidência

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 34, de 1957

Mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro ao contrato celebrado entre Cícero da Silva Araújo e sua mulher e a União Federal.

Art. 1.º É mantida a decisão por que o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 4 de fevereiro de 1955, denegou registro ao contrato celebrado, por escritura pública de 30 de setembro de 1954, entre Cícero da Silva Araújo e sua mulher, Divalice da Silva Araújo, como outorgantes vendedores, e a União Federal, como outorgada compradora, relativo à compra e venda, por desapropriação de terreno, e suas benfeitorias, constante do lote 32, quadra 21 da 1.ª gleba da Fazenda da Posse, 1.º Distrito de Nova Iguaçu, no Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 8 de novembro de 1957.

Senador *Freitas Cavalcanti*

2.º Secretário no exercício da Presidência

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 35, de 1957

Aprova, para efeito de registro pelo Tribunal de Contas, o contrato celebrado entre a Casa da Moeda e a firma Construtora Império Limitada.

Art. 1.º E' aprovado para efeito de registro pelo Tribunal de Contas o contrato celebrado a 22 de novembro de 1955, entre a Casa da Moeda e a firma Construtora Império Limitada, para construção de uma caixa d'água subterrânea ou cisterna, na Oficina de Ligas Monetárias, em Bon-sucesso, no Distrito Federal.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 8 de novembro de 1957.

Senador *Freitas Cavalcanti*

2.º Secretário no exercício da Presidência

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 36, de 1957

Aprova o termo aditivo ao contrato celebrado entre o Governo da República e Antônio Carolino Braule Gonçalves da Silva.

Art. 1.º É aprovado o termo de 22 de dezembro de 1955, aditivo ao contrato celebrado a 16 de fevereiro de 1954, entre o Governo da República e Antônio Carolino Braule Gonçalves da Silva para desempenhar, no Instituto Joaquim Nabuco, do Ministério da Educação e Cultura, a função de Pesquisador Especializado em Estatística.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 20 de novembro de 1957.

Senador APOLÔNIO SALES

Vice-Presidente, no exercício da Presidência

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 37, de 1957

Aprova o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro ao termo de contrato celebrado entre a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e a Prelazia do Alto Solimões.

Art. 1.º E' mantida a decisão por que o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 3 de fevereiro de 1956, denegou registro ao termo de contrato celebrado a 30 de dezembro de 1955, entre a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e a Prelazia do Alto Solimões, para prosseguimento das obras da Escola Técnica Rural Imaculada Conceição.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 15 de dezembro de 1957.

Senador *Apolônio Sales*

Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 38, de 1957

Aprova a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro ao contrato celebrado entre o Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Art. 1.º E' mantida a decisão por que o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 29 de dezembro de 1953, denegou registro ao contrato celebrado a 30 de novembro do mesmo ano, entre o Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, para a execução do inquérito censitário, previsto no art. 104 da Consolidação das Leis do Trabalho, destinado à revisão dos níveis mínimos de salário, então em vigor.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 15 de dezembro de 1957.

Senador Apolônio Sales

Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 39, de 1957

Aprova o Acôrdão sobre a restauração dos Direitos de Propriedade Industrial e Direitos Autorais firmado entre os Estados Unidos do Brasil e a República Federal da Alemanha.

Art. 1.º E' aprovado o Acôrdão entre os Estados Unidos do Brasil e a República Federal da Alemanha, sobre a restauração dos Direitos de Propriedade Industrial e Direitos Autorais, atingidos pela Segunda Guerra Mundial, assinado na cidade do Rio de Janeiro a 4 de setembro de 1953.

Art. 2.º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 15 de dezembro de 1957.

Senador Apolônio Sales

Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 40, de 1957

Aprova a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro ao contrato celebrado entre a Polícia Militar do Distrito Federal e a I.B.M. World Trade Corporation.

Art. 1.º E' mantida a decisão por que o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 13 de dezembro de 1955, denegou registro ao contrato celebrado a 28 de outubro do mesmo ano entre a Polícia Militar do

Distrito Federal e a I.B.M. World Trade Corporation, para locação de máquinas elétricas de estatística e contabilidade, destinadas à execução do serviço mecanizado da contadoria da referida Corporação.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 15 de dezembro de 1957.

Senador Apolônio Sales

Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 41, de 1957

Determina o registro do termo de contrato celebrado entre o Serviço do Patrimônio da União e Iedda Barbosa dos Santos.

Art. 1.º É determinado o registro do termo de contrato de locação do imóvel situado à rua Cônego Olímpio de Melo n.º 1.258, casa 3, no Distrito Federal, celebrado a 29 de julho de 1955 entre o Serviço do Patrimônio da União e Iedda Barbosa dos Santos, registro que fôra denegado pelo Tribunal de Contas nas sessões realizadas a 9 de setembro e 14 de novembro do mesmo ano.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 15 de dezembro de 1957.

Senador Apolônio Sales

Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

LEI N.º 3.273 — DE 1 DE OUTUBRO
DE 1957

Fixa a data da mudança da Capital Federal, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Em cumprimento do artigo 4.º e seu § 3.º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias será transferida, no dia 21 de abril de 1960, a Capital da União para o novo Distrito Federal já delimitado no plano central do País.

Art. 2.º Os Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo ficam autorizados a tomar as providências necessárias ao atendimento do disposto no artigo anterior.

Art. 3.º Fica incluída na relação descritiva do Plano Rodoviário Nacional, de que trata a Lei n.º 2.975, de 27 de novembro de 1956, a ligação

Rio-Brasília, para os efeitos do artigo 30 da mesma lei.

Art. 4.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 1 de outubro de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSTELINO KUBITSCHKE

Nereu Ramos

Antonio Alves Câmara

Henrique Lott

Decio Moura

João de Oliveira Castro Viana Junior

Lucio Meira

Mario Meneghetti

Clovis Salgado

Parsifal Barroso

Francisco de Melo

Mauricio de Medeiros

LEI N.º 3.274 — DE 2 DE OUTUBRO DE 1957

Dispõe sobre Normas Gerais do Regime Penitenciário, em conformidade do que estatua o art. 5.º, n.º XV, letra "b", da Constituição Federal e amplia as atribuições da Inspetoria Geral Penitenciária.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º São normas gerais de regime penitenciário, reguladoras da execução das penas criminais e das medidas de segurança detentivas, em todo o território nacional:

I — A individualização das penas, de modo que a cada sentenciado, conhecida a sua personalidade, corresponda o tratamento penitenciário adequado.

II — A classificação dos sentenciados, para efeito de cumprimento das penas.

III — A internação, em estabelecimentos apropriados, dos que estiverem passíveis de prisão preventiva, ou provisória.

IV — O trabalho obrigatório dos sentenciados, segundo os preceitos da psicotécnica e o objetivo corretivo e educacional dos mesmos.

V — A percepção de salário, conforme a espécie de trabalho executado, sua perfeição e rendimento, levado em conta, ainda o procedimento do sentenciado.

VI — A formação do pecúlio penitenciário, deduzido do salário percebido no trabalho executado.

VII — O seguro contra acidentes no trabalho interno, ou externo, dos estabelecimentos penitenciários.

VIII — A separação dos sentenciados em estabelecimentos adequados, consoante a natureza e gravidade das penas — prisão simples, detenção ou reclusão.

IX — O isolamento e tratamento, em estabelecimentos para esse fim, dos sentenciados que sofrerem ou revelarem comêço, infiltração, ou contaminação, de tuberculose ou lepra.

X — A separação das mulheres sentenciadas em estabelecimentos apropriados, tendo-se em vista o disposto em incisos VIII e IX d'êste artigo.

XI — A internação, em estabelecimentos apropriados, dos menores infratores que tiverem mais de 18 anos e menos de 21.

XII — A internação, em estabelecimentos adequados, dos que forem atingidos por medidas de segurança detentivas.

XIII — A educação moral, intelectual, física e profissional dos sentenciados.

XIV — O livramento condicional, preenchidos os requisitos enumerados nas leis penais e processuais-penais.

XV — A assistência social aos sentenciados, aos liberados condicionais, aos egressos definitivos da prisão, e às famílias dos mesmos e das vítimas.

Art. 2.º Constituem elementos necessários para a aplicação destas normas:

I — (Vetado).

II — O preparo técnico especializado em normas e administração penitenciárias, ministrado aos diretores e pessoal de vigilância interna dos respectivos estabelecimentos.

III — O cadastro penitenciário como base da estatística criminal, para efeito de ser acompanhada a curva da reincidência, segundo a natureza dos crimes e a classificação dos criminosos, de modo que possam ser traçados os meios de prevenção e defesa social.

IV — A centralização técnico-científica de todos os serviços penitenciários, de tal sorte que fique assegurada a unidade de sua execução no regime estabelecido pelo Código Penal.

V — A padronização dos estabelecimentos penitenciários, no mínimo estabelecido por esta lei.

VI — A uniformização dos regulamentos desses estabelecimentos, segundo a categoria respectiva, salvantes as adaptações de caráter local.

Art. 3.º A classificação dos sentenciados, com o objetivo de estudar-lhes a personalidade, individualizar-lhes o tratamento corretivo e educacional (art. 1.º, incisos I, II e IV) e distribuí-los pelos estabelecimentos adequados, será feita no Distrito Federal, nos Estados e nos Territórios.

Art. 4.º Na Capital de cada uma dessas Unidades Federativas, ou onde estiverem sediados os principais estabelecimentos penitenciários, funcionará uma Comissão de Classificação.

Art. 5.º (Vetado)

I — (Vetado)

a) (Vetado)

b) (Vetado)

c) (Vetado)

d) (Vetado)

e) (Vetado)

II — (Vetado).

a) (Vetado)

b) (Vetado)

c) (Vetado)

d) (Vetado)

e) (Vetado)

Art. 6.º (Vetado).

Parágrafo único. (Vetado)

Art. 7.º (Vetado).

a) (Vetado)

b) (Vetado)

c) (Vetado)

Art. 8.º (Vetado).

Parágrafo único. (Vetado)

Art. 9.º O trabalho penitenciário (art. 1.º, inciso IV) será racionalizado, tendo-se em conta os índices psico-técnicos de cada sentenciado.

§ 1.º Visando a habilitar o sentenciado ao aprendizado, ou aperfeiçoamento, de uma profissão, que lhe assegure subsistência honesta na recuperação da vida livre, atenderá o trabalho às circunstâncias ambientais do seu futuro emprego: — meio urbano ou meio rural.

§ 2.º Conforme o disposto no parágrafo antecedente, o trabalho será industrial, ministrado em oficinas de Reformatórios desta atividade; agropecuário, em Reformatórios ou Colônias dessa especialidade; ou de pesca, em Colônias que se lhe destinem.

Art. 10. Tratando-se do trabalho de mulheres, serão seguidas, principalmente, as atividades profissionais compatíveis com o seu sexo, em estabelecimentos apropriados (art. 1.º, inciso X), tendo-se ainda em conta o disposto no art. 9.º e seus parágrafos.

Art. 11. Quando se tratar de menores infratores (art. 1.º, inciso XI) regular-se-lhes-á o trabalho de acordo com o estatuído para os institutos ou Escolas de Reforma, que lhes forem destinados.

Art. 12. Verificando-se pela vida pregressa dos sentenciados que os mesmos exerciam atividades intelectuais, ou artísticas, ser-lhes-á permitida, nos estabelecimentos onde cumprirem pena (art. 1.º, inciso IX) e dentro em limites compatíveis com os respectivos Regulamentos, a continuação dessas atividades, ou sua adaptação a atividades congêneras.

Art. 13. O trabalho externo dos sentenciados obedecerá às mesmas regras e será cercado das mesmas garantias que se atribuem ao trabalho realizado no interior dos estabelecimentos penais.

Art. 14. Far-se-á o pagamento do salário aos sentenciados mediante prévia tabela de valores, deduzidas as percentagens marcadas nesta lei.

§ 1.º Essa tabela, que levará em conta, assim a espécie de trabalho, sua perfeição e rendimento (art. 1.º inciso V), como as condições do meio ou local onde o mesmo fôr executado, será organizada, no Distrito Federal, nos Estados e nos Territórios, pelos Diretores dos respectivos estabelecimentos penitenciários.

§ 2.º (Vetado).

Art. 15. Deduzidas do salário, em percentagens mensais, as quantias que se destinam a compor as indenizações previstas em lei e marcadas na sentença, o restante será o que há de formar o pecúlio do sentenciado.

Parágrafo único. (Vetado)

a) (Vetado)

b) (Vetado)

c) (Vetado)

Art. 16. Quando o sentenciado não tiver família a quem deva assistir, a parcela do pecúlio que lhe era destinada será dividida em duas partes iguais, sendo uma levada a crédito do pecúlio de reserva, e a outra acrescida à parte de auxílio à manutenção do próprio sentenciado no estabelecimento penitenciário.

Art. 17. (Vetado).

Parágrafo único. (Vetado).

Art. 18. O pecúlio de reserva será mandado depositar pelo Diretor do estabelecimento penitenciário, em nome do sentenciado, em caderneta da Caixa Econômica Federal, a qual só lhe será entregue em caso de livramento condicional, ou de cumprimento da pena.

Parágrafo único. Sempre que o sentenciado justificar a necessidade do levantamento de determinada quantia do pecúlio de reserva, para seu uso particular, poderá autorizá-lo o Diretor do estabelecimento penitenciário.

Art. 19. Para cumprimento do disposto no art. 1.º, inciso VII, o Diretor do estabelecimento penitenciário, onde se achar trabalhando o sentenciado, promoverá o respectivo seguro em Instituto, Empresa ou Companhia seguradora, tendo em vista a legislação da espécie.

Art. 20. Quando não efetuado esse seguro nos termos do artigo antecedente, a indenização do acidente correrá por conta do poder público.

Art. 21. (Vetado).

Parágrafo único (Vetado).

Art. 22. Toda a educação dos sentenciados (art. 1.º, inciso XIII), levando-se-lhes em conta os índices psico-pedagógicos (art. 9.º) e orientada a sua vocação na escolha de uma profissão útil, objetivará readaptá-los ao meio social.

Parágrafo único. Nesse sentido serão organizados os respectivos programas, de modo que a educação intelectual, artística, profissional e física se processem em equilíbrio no desenvolvimento eugênico das faculdades mentais em consonância com a saúde e fortalecimento do corpo.

Art. 23. Na educação moral dos sentenciados, infundindo-se-lhes hábitos de disciplina e de ordem, também se compreendem os princípios de civismo e amor à Pátria, bem como os ensinamentos de religião, respeitada, quanto a estes, a crença de cada qual.

Art. 24. Quando pela classificação dos sentenciados (vetado) se registrar a presença de retardados mentais, dar-se-lhes-á, em curso separado, e em estabelecimentos ou pavilhão à parte, a educação compatível com as suas faculdades.

Art. 25. O livramento condicional (art. 1.º, inciso XIV) e bem assim outras medidas da competência dos Conselhos Penitenciários, no Distrito

Federal, nos Estados e nos Territórios, continuam a ser processados e decididos na forma das leis penais.

Art. 26. A assistência social aos sentenciados, aos liberados condicionais, aos egressos definitivos da prisão e às famílias dos mesmos e das vítimas (art. 1.º, inciso XV), começa desde o início do cumprimento da pena nos estabelecimentos penitenciários.

Parágrafo único. Essa assistência abrange os que forem atingidos por medidas de segurança detentivas e de liberdade vigiada.

Art. 27. A assistência, a que se refere o artigo anterior, será moral, material e jurídica, compreendendo todos os meios de prevenção contra a reincidência, de modo que assegure aos assistidos e às suas famílias, lar honrado, profissão honesta e ambiente de bons costumes.

Art. 28. São órgãos dessa assistência os Patronatos, que serão criados, onde os não houver, no Distrito Federal e nas capitais dos Estados e dos Territórios.

§ 1.º Os Patronatos podem ser oficiais ou particulares.

§ 2.º Sempre que se tornar necessário, poderão ser criadas subseções de Patronatos nos Municípios.

Art. 29. A lei estabelecerá a maneira de composição jurídica e administrativa dos Patronatos, definir-lhes-á as atribuições e indicar-lhes-á a fonte de receita.

Art. 30. (Vetado).

Parágrafo único. (Vetado)

Art. 31. (Vetado)

Art. 32. (Vetado)

§ 1.º (Vetado)

§ 2.º (Vetado)

Art. 33. (Vetado)

Art. 34. (Vetado)

Parágrafo único. (Vetado).

Art. 35. Constituem mínimo de estabelecimentos penitenciários padronizados, ou adaptados, e de órgãos técnicos necessários ao cumprimento das prescrições desta lei:

- a) Reformatórios para homens;
- b) Reformatórios para mulheres;
- c) Institutos, ou Escolas, para menores infratores;
- d) Colônias Penais;
- e) Colônias para Liberados;
- f) Sanatórios Penais;
- g) Casas de Custódia e Tratamento;
- h) Manicômios Judiciários;
- i) Institutos, ou Gabinetes de Biotipologia Criminal.

Parágrafo único. Enquanto não houver estabelecimentos adequados à execução das medidas de segurança, serão os segurandos colocados em seções especiais dos Manicômios Judiciários, ou das Colônias Penais.

Art. 36. É aumentado de Cr\$ 1,00 (um cruzeiro) o valor do sêlo penitenciário aposto nos requerimentos e certidões de que tratam os artigos 31 e 32 do Decreto n.º 1.441, de 8 de fevereiro de 1937.

Art. 37. O produto da venda do sêlo penitenciário será aplicado, (Vetado) em percentagem nunca inferior a 80% (oitenta por cento), nas obras e serviços penitenciários das Unidades da Federação onde tiver sido arrecadado, (Vetado)

Art. 38. Do Orçamento Geral da União constará rubrica especial para a renda proveniente da venda do Sêlo Penitenciário, de acordo com a estimativa fixada pela Diretoria de Rendas Internas, consignando-se no Orçamento da Despesa, como dotação, no Anexo do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, à Inspeção Geral Penitenciária correspondente à mesma renda.

Art. 39. É o Poder Executivo autorizado a fazer nova emissão desse selo, atendendo à elevação do seu valor.

Art. 40. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 2 de outubro de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE.

Nereu Ramos.

João de Oliveira Castro Viana Júnior.

LEI N.º 3.275 — DE 4 DE OUTUBRO
DE 1957

Unifica o período de carência do seguro-morte nos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Por falecimento do segurado, aposentado ou não, dos Ins-

titutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões, que houver realizado 12 (doze) ou mais contribuições, será concedida uma pensão mensal aos seus beneficiários.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 4 de outubro de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE.

Parsifal Barroso.

LEI N.º 3.276 — DE 5 DE OUTUBRO DE 1957

Dispõe sobre créditos orçamentários destinados à defesa contra as secas do Nordeste, regula a forma de pagamento de prêmios pela construção de açudes em cooperação, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Os créditos orçamentários e adicionais, destinados a atender ao disposto no art. 198 da Constituição Federal (Defesa Contra as Secas do Nordeste), considerar-se-ão automaticamente registrados pelo Tribunal de Contas e distribuídos ao Tesouro Nacional.

Art. 2.º O Tesouro Nacional, contabilizando como despesa efetivada, colocará no Banco do Brasil S. A. a importância desses créditos (verbas) em conta especial a crédito do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS).

Art. 3.º A conta das importâncias, a que se refere o art. 2.º, o Diretor Geral efetuará suprimimentos de numerários aos Chefes de Distrito, Serviços e Comissões que os aplicarem independentemente do regime de duodécimo através de agentes pagadores.

Parágrafo único. O Diretor Geral poderá fixar prazo para a comprovação da aplicação dos suprimimentos efetuados.

Art. 4.º Ao fazer um suprimimento de numerário, o Chefe de Distrito, Serviços e Comissões determinará prazo de aplicação, não excedente ao último dia do ano.

§ 1.º Os suprimimentos recebidos serão obrigatoriamente depositados nas agências do Banco do Brasil S. A., Banco do Nordeste (verbas) devendo a prestação de contas ser instruída com um extrato da respectiva conta corrente.

§ 2.º Os juros das contas abertas, nos termos do parágrafo anterior, constituirão renda da União.

§ 3.º A prestação de contas do responsável pelo suprimento será, dentro em 30 (trinta) dias contados do término do prazo marcado para a sua aplicação, apresentada ao Chefe que o tenha credenciado.

Art. 5.º Os Chefes de Distrito, Serviços e Comissões encaminharão, trimestralmente, à Administração Central a demonstração das despesas realizadas à conta dos suprimentos, de que trata o art. 4.º, fazendo-a acompanhar das prestações que já tiverem sido apresentadas pelos agentes pagadores.

Parágrafo único. Os saldos dos suprimentos, cuja aplicação tenha sido comprovada, serão para posterior movimentação, no decorrer do exercício, recolhidos ao Banco do Brasil S. A. ou ao Banco do Nordeste, (VETADO).

Art. 6.º Até 30 de março do ano subsequente, fará o Diretor Geral presente ao Tribunal de Contas o quadro demonstrativo das comprovações de aplicação de numerário distribuído, em cada exercício, aos Distritos, Serviços e Comissões.

Art. 7.º As importâncias não utilizadas pelo DNOCS até o fim do exercício financeiro, serão obrigatoriamente transferidas para uma conta especial do Banco do Brasil S.A., à disposição da Administração Central, para a aplicação prevista no art. 8.º da presente lei. Nas comprovações de contas, serão anexados os extratos das contas-correntes bancárias acusando a sua existência.

§ 1.º As importâncias, a que se refere este artigo, só poderão ser aplicadas nas obras ou serviços a que se destinavam no Orçamento do exercício anterior.

§ 2.º Quando esses recursos corresponderem às obras ou serviços concluídos ou constatada sua inexecutibilidade, passarão a ser aplicados, obrigatoriamente, no território dos Estados a que se destinavam, fazendo-se, todavia, essa aplicação de acordo com os planos especiais do DNOCS.

Art. 8.º As importâncias a que se refere o artigo precedente, deverão ser aplicadas pelo DNOCS, quer na aquisição de equipamento mecânico e nos estudos, obras ou serviços para os quais haviam sido consignadas na lei orçamentária, quer em outros estudos e obras de defesa contra as secas, e em desapropriações, de preferência no Estado a que tiverem sido primitivamente destinadas e em conformidade com o plano de obras decorrente da autorização orçamentária.

Art. 9.º Ficam elevados para Cr\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil cruzeiros) e Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros), respectivamente os limites máximos dos prêmios concedidos pelo Governo Federal, como auxílio, para construção de obras de açudagem e irrigação em cooperação com particulares, individualmente ou associados, e com entidades de direito público.

Art. 10. O disposto no artigo precedente é extensivo aos açudes autorizados ou em construção na data da publicação desta lei.

Parágrafo único. Quando o prêmio, relativo à obra em andamento, tiver de ser majorado por efeito do disposto neste artigo, a majoração aplicar-se-á apenas à parte da obra executada depois da vigência desta lei, e o prêmio correspondente a trabalhos já executados será mantido na base anteriormente estabelecida.

Art. 11. O prêmio pela construção de obras indicadas no art. 9.º é fixado em 70% (setenta por cento) para os Estados e Municípios e 50% (cinquenta por cento) para particulares, individualmente ou associados, sobre o total do Orçamento elaborado e aprovado pelo DNOCS.

Art. 12. O DNOCS promoverá a revisão da Tabela de preços unitários no prazo improrrogável de 90 (noventa) dias, a contar da vigência da lei ou decreto que venha a modificar o salário mínimo, para que seja adaptada ao novo custo de material e mão de obra.

Art. 13. O DNOCS auxiliará a construção de açudes em terras que se prestem à irrigação e cultura agrícola e possibilitem reservatórios com a capacidade não inferior a 300.000 m³ (trezentos mil metros cúbicos) e a profundidade de 4m (quatro metros) no mínimo.

Art. 14. O início das obras, sob o regime de cooperação, fica condicionado à disponibilidade de recursos financeiros próprios e na dependência de autorização do Diretor Geral.

Art. 15. O DNOCS descontará 5% (cinco por cento) do valor de cada prestação do prêmio que pagar aos cooperantes, a título de garantia para a execução da obra, os quais serão restituídos juntamente com o pagamento da última parcela do prêmio por ocasião do término da construção.

Art. 16. Os orçamentos de perfuração e aparelhamento de poços tubulares de custo global inferior a Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros) serão aprovados mediante portaria do Chefe de Distrito, Serviços e Comissões a que tenham sido requeridos; ultrapassado esse limite, a sua execução dependerá de prévia aprovação do respectivo orçamento pelo Diretor Geral, salvo os casos previstos no art. 19.

Art. 17. Além das hipóteses do art. 4.º do Decreto-lei n.º 6.255, de 9 de fevereiro de 1944, poderão ser abertos e aparelhados poços, por conta dos recursos do DNOCS, na área do "Polígono das Secas", para abastecimento público em cidades, vilas e povoados de mais de 500 (quinhentos) habitantes, onde não exista, num raio de 5 (cinco) quilômetros, açude público, curso d'água perene ou manancial d'água potável.

Art. 18. A autorização de poço requerida por entidade pública federal, bem como a de poços em grupos de mais de 5 (cinco) unidades, a que se referem os arts. 7.º e 13 do Decreto-lei n.º 6.255, de 9 de fevereiro de 1944, é da competência do Diretor Geral.

Art. 19. Aos suprimentos d'água, por meio de poços, à instituição de beneficência, quando de inegável proveito para a coletividade, se estenderá, em caráter excepcional, a faculdade do art. 17, e critério exclusivo do Ministro da Viação e Obras Públicas, ou por sua deliberação em face da proposta do Diretor Geral.

Art. 20. O DNOCS dará assistência técnica aos agricultores e industriais, com vista ao integral aproveitamento d'água.

Art. 21. No aparelhamento do poço público serão incluídos uma caixa-reservatório, que comporte o mínimo de 5.000 (cinco mil) litros, bebedouro e chafariz.

Art. 22. O DNOCS efetuará estudos gerais das condições geológicas e hidrológicas destinadas à orientação racional do serviço de perfuração de poços.

Art. 23. Os estudos, projetos, orçamentos e a execução de obras a cargo do DNOCS, observadas as formalidades legais e administrativas, poderão ser contratados com empresa idônea, sob os regimes de tarefa, empreitada e administração contratada.

Art. 24. (VETADO).

Art. 25. (VETADO).

Art. 26. As pequenas tarefas, até o limite de Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros), serão adjudicadas sob a responsabilidade do Chefe de Distrito, Serviços e Comissões, mediante ajuste de que se dará conhecimento ao Diretor Geral dentro em oito dias da data respectiva.

Art. 27. É permitida ainda adjudicação de serviços por administração contratada, mediante prévia autorização do Presidente da República, seja no caso da impossibilidade de elaboração de orçamento rigoroso seja no de necessidade pública de imediata execução da obra, demonstrados pelo Diretor Geral ao Ministro da Viação e Obras Públicas.

Art. 28. (VETADO)

Art. 29. É vedado o desconto de taxas e comissões de fornecimento de qualquer espécie, sob pena de responsabilidade civil e criminal do respectivo agente.

Parágrafo único. Os descontos, a título de contribuição de previdência e assistência social devem ser entregues às entidades interessadas, no prazo especificado em lei.

Art. 30. O DNOCS fará a revisão e a ampliação dos sistemas gerais de obras previstos no art. 9.º, alínea a, do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 19.725, de 20 de fevereiro de 1931, e criará outros sistemas

gerais nas bacias hidrográficas do Polígono das Sêcas. A execução dos novos sistemas gerais dependerá de aprovação do Presidente da República.

Art. 31. Para garantia de execução de estudos de agudagem, os cooperantes ficam obrigados a uma caução de Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros).

Art. 32. O Diretor Geral do DNOCS poderá admitir, a título precário, pessoal de obras até o limite de salário correspondente à classe inicial das respectivas carreiras do pessoal efetivo do Departamento que desempenhe funções análogas.

Art. 33. O DNOCS poderá, com autorização do Ministro da Viação e Obras Públicas e sem interferência de outros órgão, contratar técnico para a execução de trabalhos científicos ou de alta especialização, relativos à defesa contra as sêcas, inclusive chuva artificial.

Art. 34. As obrigações resultantes de cooperação em agudagem e abertura de poços continuarão a ser regidas, respectivamente pelas disposições ainda vigentes do Regulamento expedido pelo Decreto-lei número 19.726, de 20 de fevereiro de 1931, e do Decreto n.º 6.255, de 9 de fevereiro de 1944, e art. 3.º da Lei n.º 1.334, de 23 de janeiro de 1951.

Art. 35. O Orçamento da União consignará anualmente dotação específica para a aquisição de máquinas e equipamentos de perfuração de poços.

Art. 36. Os casos omissos nesta lei serão decididos pelo Ministro da Viação e Obras Públicas.

Art. 37. Em nenhuma hipótese as verbas consignadas no orçamento da União por conta dos recursos previstos no art. 198 da Constituição Federal deixarão de ser aplicadas no "Polígono das Sêcas".

Parágrafo único. As verbas não distribuídas a qualquer título serão, automaticamente, no último trimestre do exercício, consideradas lançadas à conta "Despesas da União" e creditadas ao DNOCS no Banco do Brasil S. A., para sua aplicação no exercício seguinte.

Art. 38. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 5 de outubro de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK

Lucia Meira

João de Oliveira Castro Viana Júnior

LEI N.º 3.277 — DE 7 DE OUTUBRO
DE 1957

Concede o auxílio de Cr\$ 3.000.000,00 pela realização das festas comemorativas do I Centenário da elevação de Rio Claro, no Estado de São Paulo, à categoria de cidade.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$... 3.000.000,00 (três milhões de cruzeiros), como auxílio à Prefeitura Muni-

cipal de Rio Claro, no Estado de São Paulo, pela realização das festas comemorativas do I Centenário da elevação de Rio Claro à categoria de cidade.

Art. 2.º O auxílio, de que trata o art. 1.º, será automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 7 de outubro de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK.

João de Oliveira Castro
Viana Junior.

LEI N.º 3.278 — DE 7 DE OUTUBRO DE 1957

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 67.800.000,00 para pagamento de dotações destinadas a estabelecimentos de ensino superior.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 67.800.000,00 (sessenta e sete milhões e oitocentos mil cruzeiros) para pagamento das dotações constantes do Orçamento Geral da União, relativo ao exercício de 1955, Anexo do Ministério da Educação e Cultura, Verba 3: "Serviços em Regime Especial de Financiamento, subconsignação 01, Acórdos, item 20, Diretoria do Ensino Superior, n.º 1, Acórdos com os seguintes estabelecimentos de Ensino Superior para encargos de manutenção e construção de obras".

Art. 2.º Se as dotações de que trata a presente lei não forem pagas no corrente exercício financeiro, serão incluídas, como auxílios, no primeiro orçamento que se elaborar.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 7 de outubro de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE.

Clovis Salgado.

João de Oliveira Castro Viana Junior.

LEI N.º 3.279 — DE 7 DE OUTUBRO DE 1957

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00 para auxiliar a Sociedade Ordem Servos de Maria — Província do Brasil, na conclusão de suas obras de assistência e educação no Território do Acre e nos Estados de Santa Catarina e São Paulo.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros) para auxiliar a Sociedade Ordem Servos de Maria — Província do Brasil, com sede à Avenida Paulo de Frontin n.º 500, Distrito Federal, na conclusão de suas obras de assistência e educação no Território do Acre e nos Estados de Santa Catarina e São Paulo.

Art. 2.º O auxílio concedido nesta lei será empregado nas seguintes obras:

	Cr\$
a) Pensionato N.S. das Dóres, em Rio Branco, Território do Acre	3.500.000,00
b) Escola Normal Instituto Divina Providência, em Xapuri, Território do Acre ..	3.500.000,00
c) Educandário N.S. das Dóres, em Turvo, Estado de Santa Catarina	1.500.000,00
d) Colônia Antônio Fucci, em São Paulo	1.500.000,00
Total	10.000.000,00

Art. 3.º A entidade beneficiária deverá requerer o pagamento do auxílio apresentando o plano de aplicação e prestará contas no prazo de 3 (três) anos, após seu recebimento.

Art. 4.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 7 de outubro de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE.

Clovis Salgado.

João de Oliveira Castro Viana Junior.

LEI N.º 3.280 — DE 7 DE OUTUBRO DE 1957

Concede isenção de direitos aduaneiros, inclusive adicional de 10%, imposto de consumo e mais taxas alijandegárias para materiais importados pela Telefônica Jundiá S/A.

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É concedida à Telefônica Jundiaí S/A, com sede em Jundiaí, Estado de São Paulo, isenção de direitos aduaneiros, inclusive adicional de 10% (dez por cento), imposto de consumo e mais taxas alfandegárias, exceto a de previdência social, para o conjunto de um centro telefônico automático de três mil linhas, com pertences e acessórios, no valor de 999.000,00 (novecentos e noventa e nove mil) coroas suecas, importados da Telefonak-Tiebolaget LM Ericsson, Suécia.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação e se aplica a materiais desembaraçados sob termo de responsabilidade.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 7 de outubro de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

João de Oliveira Castro Viana Júnior

LEI N.º 3.281 — DE 7 DE OUTUBRO DE 1957

Dispõe sobre a administração dos Postos Agropecuários

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Ministério da Agricultura autorizado a entregar às Associações Rurais e, em falta destas, às Associações especializadas dos respectivos municípios ou da região, a administração dos Postos Agropecuários, já instalados ou que venham a instalar-se no País.

Art. 2.º Para os fins do artigo anterior, será lavrado, acordo entre o Ministério e a Associação ou Associações, pelo prazo de 2 (dois) anos, para a realização de um programa mínimo, tendo em vista as necessidades da área servida pelo Posto e os recursos disponíveis.

§ 1.º Do acordo deverá constar a obrigatoriedade de prestar assistência a todos os agricultores da região, nos termos do Regulamento que for baixado.

§ 2.º A cobrança dos serviços prestados ou materiais fornecidos pelos

Postos, quando estipulada, limitar-se-á ao custo.

Art. 3.º No acordo a que se refere o art. 2.º, serão estabelecidas, entre outras, as seguintes obrigações:

I — De parte do Ministério:

a) dar início ou prosseguir, com o emprego da verba própria, a construção dos pavilhões e instalações complementares do Posto, e provê-lo dos materiais, maquinária, instrumentos, móveis e semoventes necessários às realizações do programa mínimo, ou dos recursos que possibilitem sua aquisição;

b) prestar a assistência técnica requerida pela realização do mesmo programa;

c) contribuir com quantia determinada, anualmente, para as despesas de pessoal.

II — De parte da Associação ou Associações:

a) bem administrar o Posto, com rigorosa observância do Regulamento que, baixado pelo Ministro da Agricultura, de modo geral, será considerado parte integrante do acordo ao qual se refere o art. 2.º;

b) prestar contas, anualmente, de sua administração, além de facultar aos funcionários do Ministério da Agricultura, para tanto credenciados pelo Ministro, ampla fiscalização do cumprimento do acordo.

Art. 4.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 7 de outubro de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE,

Mario Meneghetti.

LEI N.º 3.282 — DE 10 DE OUTUBRO DE 1957

Concede amparo do Estado aos conscritos (recrutados) acidentados, ou invalidados, no interior dos estabelecimentos militares ou durante o deslocamento a que estejam sujeitos por força de convocação para prestação do serviço militar.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Aos conscritos... vetado... das classes convocadas para o serviço militar e aos que com elas devam apresentar-se para inspecção de saúde, nos postos de recepção dos municípios tributários ou nas unidades onde devam servir, será aplicada a mesma legislação que couber aos já incorporados se forem acidentados nos deslocamentos a que sejam forçados para cumprimento de disposições da Lei do Serviço Militar, realizados em obediência a determinação específica ou sob o controle imediato de autoridade militar.

Parágrafo único. A concessão do amparo só será feita após ter sido apurado, em inquérito policial-militar, que o cidadão acidentado se deslocava nas condições previstas neste artigo.

Art. 2.º É também extensivo o que preceitua o art. 1.º:

a) aos conscritos... vetado... das Forças Armadas, incapacitados... vetado... por qualquer doença especificada nas alíneas b, c... vetado... do art. 30 da Lei n.º 2.370, de 9 de dezembro de 1954;

b) aos casos de invalidez, anteriores à vigência desta lei, desde que comprovada a necessidade do amparo em inquérito policial-militar ou inquérito sanitário de origem.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 10 de outubro de 1957; 136º da Independência e 69º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK

Antônio Alves Câmara

Henrique Lott

Francisco de Melo

LEI N.º 3.283 — DE 14 DE OUTUBRO DE 1957

Cria na Polícia Militar do Distrito Federal o Quadro de Subtenentes, aumenta o efetivo do de motoristas e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É criado, na Polícia Militar do Distrito Federal, o Quadro

de Subtenentes (Q. St.), constituído de 55 (cinquenta e cinco) Subtenentes.

Parágrafo único. Haverá um Subtenente em cada Subunidade, na Companhia de Metralhadoras Motorizadas, na Escola de Formação de Oficiais, na Seção Complementar do Serviço de Saúde, no Contingente Especial da Escola de Recrutas e um Subtenente músico em cada Unidade.

Art. 2.º Os Subtenentes da Polícia Militar terão os mesmos direitos, deveres, atribuições dos Subtenentes do Exército e os vencimentos e vantagens de acordo com o artigo 351 da Lei n.º 1.316, de 20 de janeiro de 1951.

Art. 3.º Os Subtenentes serão reformados compulsoriamente, ao atingirem a idade limite de 52 (cinquenta e dois) anos.

Art. 4.º O ingresso no Q. St. resulta da promoção de Primeiro Sargento à graduação de Subtenente, por ato do Ministro da Justiça e Negócios Interiores, entre os indicados pela Comissão de Promoções.

Art. 5.º Os Primeiros Sargentos músicos, que satisfizerem os requisitos regulamentares, concorrerão à promoção a Subtenente músico, mediante concurso da especialidade.

Art. 6.º São extintas, no Quadro do Pessoal da Polícia Militar, as graduações de Sargento Ajudante, Sargento Intendente e Sargento Ajudante músico.

Parágrafo único. Os atuais Sargentos Ajudantes, Sargentos Intendentes e Sargentos Ajudantes músicos só serão promovidos a Subtenente se satisfizerem as exigências regulamentares.

Art. 7.º O efetivo de motoristas da 1.ª Seção (Transporte) da 1.ª Companhia do Corpo de Serviços Auxiliares é aumentado de 20 (vinte) Primeiros Sargentos, 38 (trinta e oito) Segundos Sargentos, 58 (cinquenta e oito) Terceiros Sargentos e 60 (sessenta) Cabos motoristas.

Parágrafo único. As graduações, de que trata este artigo, corresponderão os vencimentos e vantagens previstos na legislação em vigor.

Art. 8.º Os atuais soldados, Cabos e Sargentos motoristas poderão ser promovidos à graduação imediata, de acordo com as disposições regulamentares que vierem a ser baixadas pelo Poder Executivo.

Art. 9.º As despesas decorrentes da execução da presente lei serão

atendidas pelas dotações orçamentárias próprias do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, abrandando-se os créditos suplementares que se tornarem necessários até a importância de Cr\$ 10.969.533,00 (dez milhões, novecentos e sessenta e nove mil, quinhentos e trinta e três cruzeiros).

Art. 10. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 14 de outubro de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK

Nereu Ramos.

LEI N.º 3.284 — DE 14 DE OUTUBRO DE 1957.

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 400.000.000,00 para a construção de uma refinaria de petróleo na cidade de Corumbá, no Estado de Mato Grosso.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de cruzeiros) para a construção de uma refinaria de petróleo, com a capacidade inicial de cinco mil barris diários, na cidade de Corumbá no Estado de Mato Grosso.

Art. 2.º De conformidade com o art. 28 da Lei n.º 2.004, de 3 de outubro de 1953, a construção da refinaria de petróleo ficará a cargo da Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras) à qual incumbirá sua direção e administração.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 14 de outubro de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK

Jose Maria Alkmim

LEI N.º 3.285 — DE 17 DE OUTUBRO DE 1957

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 30.000.000,00 destinado a atender despesas com a aquisição da maquinaria da Companhia Nacional Forjagem de Aço Brasileiro — Confab.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir pelo Ministério da Guerra o crédito especial de Cr\$. 30.000.000,00 (trinta milhões de cruzeiros), para ocorrer às despesas com a aquisição da maquinaria da Companhia Nacional Forjagem de Aço Brasileiro — Confab, para complementar a linha de fabricação de granadas com a parte que o Exército ali possui, incluindo-se, também, transporte e instalações.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 17 de outubro de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK.

Henrique Lott.

Jose Maria Alkmim.

LEI N.º 3.286 — DE 19 DE OUTUBRO DE 1957

Determina a construção da primeira etapa do porto de alto calado da baía de Marau, no local denominado Campinho, no Estado da Bahia.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O Poder Executivo construirá a primeira etapa do porto de alto calado (cais de dez metros) da baía de Marau, no local denominado Campinho, no Estado da Bahia, no prazo de 3 (três) anos, a contar da data da publicação desta lei.

Art. 2.º Para fazer face às despesas da obra, o Orçamento Geral da União consignará a dotação de Cr\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de cruzeiros) durante 3 (três) exercícios consecutivos.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 19 de outubro de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE.

Lúcio Meira.

José Maria Alkmin.

LEI N.º 3.287 — DE 20 DE OUTUBRO DE 1957

Inclui no Orçamento Geral da União, durante quatro exercícios consecutivos, a importância anual de ... Cr\$ 80.000.000,00 para conclusão da ligação ferroviária do Porto de Campinho a Contendas, no Estado da Bahia.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a concluir, no prazo de quatro anos, a ligação ferroviária do Porto de Campinho (Baía de Marau) a Contendas — Viação Férrea Federal Leste Brasileiro — no Estado da Bahia.

Art. 2.º Para fazer face às despesas da ligação ferroviária, de que trata o artigo 1.º, será incluída, anualmente, no Orçamento Geral da União, durante quatro exercícios consecutivos, a importância de Cr\$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de cruzeiros).

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 20 de outubro de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE.

Lúcio Meira.

José Maria Alkmin.

LEI N.º 3.288 — DE 20 DE OUTUBRO DE 1957

Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, Poder Judiciário — Tribunal de Justiça do Distrito Federal, o crédito especial de ... Cr\$ 139.516,60 para atender ao pagamento devido ao Ministro aposentado Antônio Pereira Braga.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' aberto ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, Poder Judiciário — Tribunal de Justiça do Distrito Federal, o crédito especial de Cr\$ 139.516,60 (cento e trinta e nove mil, quinhentos e dezesseis cruzeiros e sessenta centavos) para atender ao pagamento devido ao Ministro Antônio Pereira Braga, aposentado do Tribunal de Segurança Nacional, no período de 1 de fevereiro de 1951 até 11 de março de 1953.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 20 de outubro de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE.

Nereu Ramos.

José Maria Alkmin.

LEI N.º 3.289 — DE 22 DE OUTUBRO DE 1957

Estende aos suboficiais da Marinha de Guerra e da antiga Aviação Naval os benefícios da Lei n.º 1.037, de 31 de dezembro de 1949 (Dispõe sobre a promoção de subtenentes do Exército).

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º São extensivos aos suboficiais da Marinha de Guerra os benefícios previstos nos arts. 1.º e 2.º da Lei n.º 1.037, de 31 de dezembro de 1949.

Parágrafo único. Só usufruirão os benefícios os suboficiais que, na data da publicação daquela lei, contavam 15 (quinze) ou mais anos de serviço na graduação.

Art. 2.º Aplica-se, também, o artigo 1.º desta lei aos suboficiais da antiga Aviação Naval transferidos para o Ministério da Aeronáutica em 1941, desde que preencham as condições estabelecidas no parágrafo anterior.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 22 de outubro de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK.

Antônio Alves Câmara.

Francisco de Melo.

LEI N.º 3.290 — DE 23 DE OUTUBRO DE 1957

Modifica o art. 5.º da Lei n.º 1.521, de 26 de dezembro de 1951, que altera dispositivos da legislação vigente sobre crimes contra a economia popular.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O Art. 5.º da Lei número 1.521, de 26 de dezembro de 1951, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 5.º Nos crimes definidos nesta lei, haverá suspensão da pena e livramento condicional em todos os casos permitidos pela legislação comum. Será a fiança concedida nos termos da legislação em vigor, devendo ser arbitrada dentro dos limites de Cr\$ 5 000,00 (cinco mil cruzeiros) a Cr\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros), nas hipóteses do artigo 2.º, e dentro dos limites de Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros) a Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros) nos demais casos, reduzida à metade dentro desses limites, quando o infrator fôr empregado do estabelecimento comercial ou industrial, ou não ocupe cargo ou posto de direção dos negócios.”

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 23 de outubro de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK

Nereu Ramos

José Maria Alkmim

LEI N.º 3.291 — DE 23 DE OUTUBRO DE 1957

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, crédito especial de Cr\$ 6.000.000,00 destinado a socorrer as vítimas das inundações verificadas nos Municípios de Petrolina, Estado de Pernambuco, e Casa Nova, Estado da Bahia.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 6.000.000,00 (seis milhões de cruzeiros) destinado a socorrer as vítimas das inundações verificadas nos Municípios de Petrolina, Estado de Pernambuco, e Casa Nova, Estado da Bahia.

Art. 2.º O Poder Executivo aplicará o crédito especial, de que trata o artigo anterior, em cooperação com os Governos dos Estados de Pernambuco e da Bahia, respeitada a seguinte proporção:

	Cr\$
a) para atender às vítimas de Petrolina, Estado de Pernambuco ..	5.000.000,00
b) para atender às vítimas de Casa Nova, Estado da Bahia	1.000.000,00
Total	6.000.000,00

Art. 3.º O crédito especial, de que trata a presente lei, será automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 4.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 23 de outubro de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHER

José Maria Alkmim

LEI N.º 3.292 — DE 23 DE OUTUBRO DE 1957

Estende a jurisdição das Juntas de Conciliação e Julgamento do Distrito Federal aos Municípios de Duque de Caxias, São João do Meriti, Nilópolis e Nova Iguaçu, no Estado do Rio de Janeiro,

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica estendida a jurisdição das Juntas de Conciliação e Julgamento do Distrito Federal aos Municípios de Duque de Caxias, São João do Meriti, Nilópolis e Nova Iguaçu, no Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 23 de outubro de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHER

Nereu Ramos

LEI N.º 3.293 — DE 29 DE OUTUBRO DE 1957

Modifica o art. 91 e revoga os arts. 92 e 93 da Lei Orgânica do Ensino Secundário (Decreto-lei n.º 4.244, de 9 de abril de 1942).

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1.º O art. 91 da Lei Orgânica do Ensino Secundário (Decreto-lei n.º 4.244, de 9 de abril de 1942) passa a ter a seguinte redação:

“Art. 91. Aos maiores de 18 (dezoito) anos será permitida a obtenção do certificado de licenciatura ginásial, mediante a presta-

ção de exames de madureza referentes ao 1.º ciclo do curso secundário, após estudos realizados sem observância do regime escolar exigido por este Decreto-lei. Nas mesmas condições permitir-se-á a obtenção do certificado de licença colegial — clássica ou científica — aos maiores de 20 (vinte) anos, portadores do certificado de licença ginásial ou de diploma equivalente.

§ 1.º Os candidatos deverão prestar os exames de madureza, referentes ao 1.º e 2.º ciclos do curso secundário, de uma só vez, ou em dois conjuntos consecutivos de disciplinas afins.

§ 2.º Os exames de madureza deverão ser prestados perante estabelecimento de Ensino Secundário federal ou equiparado.

§ 3.º Observado o disposto no parágrafo anterior, o Ministério da Educação e Cultura buscará assegurar, anualmente, a prestação de exames de madureza a todos os que os requeirirem, preenchidas as formalidades da inscrição.

§ 4.º Os termos e condições dos exames de que trata este artigo serão fixados por disposições regulamentares”.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogados os arts. 92 e 93 do Decreto-lei n.º 4.244, de 9 de abril de 1942, e mais disposições em contrário.

Rio de Janeiro em 29 de outubro de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHER.

Clovis Salgado.

LEI N.º 3.294 — DE 29 DE OUTUBRO DE 1957

Concede à Prefeitura Municipal de Passo Fundo, no Estado do Rio Grande do Sul, o auxílio de Cr\$ 5.000.000,00 para realização da VII Festa Nacional do Trigo e da Exposição Agro-Pecuária e Industrial.

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros) para auxiliar a realização, no ano de 1957, da VII Festa Nacional do Trigo e da Exposição Agro-Pecuária e Industrial, na cidade de Passo Fundo, no Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2.º O auxílio concedido nesta lei será entregue a Prefeitura Municipal de Passo Fundo, que o aplicará, metade, em favor do fomento à triticultura, e, metade, a seu critério, na realização da VII Festa Nacional do Trigo e da Exposição Agro-Pecuária e Industrial.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 29 de outubro de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE.

Mário Meneghetti.

José Maria Alkmim.

LEI Nº 3.295 — DE 30 DE OUTUBRO DE 1957

Cria a Fundação de Assistência aos Garimpeiros, e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Governo Federal autorizado a criar uma instituição denominada Fundação de Assistência aos Garimpeiros (F.A.G.), com jurisdição em todo o território nacional e sede e fóro temporário em Goiânia, Estado de Goiás, até que se instale a futura Capital Federal.

§ 1º Os estatutos da FAG serão elaborados pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, ouvidas as entidades sindicais interessadas e submetidos à aprovação do Presidente da República, dentro em 90 (noventa) dias, contados da data da publicação desta lei.

§ 2º O Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio representará a União Federal no ato de sua instituição.

Art. 2.º A FAG terá como objetivo:

I — A prestação de serviços sociais nas regiões garimpeiras, que visem à melhoria das condições de vida das suas populações, notadamente no que diz respeito:

a) à saúde, educação e assistência sanitária;

b) à habitação, alimentação e vestuário;

c) ao incentivo à atividade extrativo-produtora e a quaisquer empreendimentos que visem ao amparo, assistência e valorização do garimpeiro;

d) à vinculação do garimpeiro ao regime de Previdência social.

II — Promover a aprendizagem e o aperfeiçoamento das técnicas do trabalho, no que se relacione à falsificação e garimpagem;

III — Fomentar, nas regiões garimpeiras, a produção agro-pastoril, especialmente com o objetivo do auto-abastecimento, e as atividades domésticas;

IV — Estimular o cooperativismo e o espírito associativo;

V — Realizar inquéritos e estudos para o conhecimento e a divulgação das necessidades sócio-econômicas do homem do garimpo;

VI — Desbravar zonas garimpeiras inóspitas colonizando, com o concurso do INIC, as que se prestem ao objetivo;

VII — Fornecer, semestralmente e quando solicitados, ao Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho, dados estatísticos relacionados com a remuneração aos garimpeiros.

Art. 3.º Constituem patrimônio da FAG:

I — A importância de Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros), em moeda corrente;

II — Dotações orçamentárias dos Governos Federal, Estaduais e Municipais;

III — Doações e legados;

IV — Bens adquiridos por compra;

V — Rendas patrimoniais;

VI — Quaisquer outros bens e recursos, não especificados nesta lei, e que lhe pertencam.

Parágrafo único. A FAG poderá receber doações com encargos ou não, inclusive para a constituição de Fundos Especiais, destinados ao custeio de serviços pertinentes às suas normas.

Art. 4º A FAG será administrada, na forma dos estatutos, por um Conselho Administrativo de 6 (seis) membros, designados pelo Presidente da República, e assim composto:

- a) um técnico do Departamento Nacional de Produção Mineral;
- b) um técnico do Departamento Nacional de Saúde;
- c) um técnico do Departamento Nacional do Trabalho;
- d) um técnico da Fundação da Casa Popular;
- e) um representante dos empregadores;
- f) um representante dos empregados.

§ 1º Os membros referidos nas alíneas a, b, c, e d serão de livre escolha do Presidente da República, por proposta dos respectivos Ministros de Estado e os mais dentre lista triplas, elaboradas na forma da lei, apresentadas ao Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio pelas respectivas entidades sindicais.

§ 2º O Presidente da FAG será designado pelo Presidente da República, dentre os membros do Conselho Administrativo.

Art. 5º A fiscalização da gestão financeira da FAG será exercida por um Conselho Fiscal composto de 3 (três) membros, sendo 2 (dois) escolhidos na forma do art. 4º, alínea e e f e 1 (um) de livre designação do Presidente da República.

§ 1º A fiscalização de que trata este artigo não prejudicará o controle governamental e peculiar às entidades congêneres, como estabelecem as leis civis.

§ 2º O Presidente do Conselho Fiscal será designado pelo Presidente da República, dentre os respectivos membros.

Art. 6º Todos os mandatos serão de 3 (três) anos, podendo haver recondução.

Art. 7º A FAG exercerá as suas atividades com integral observância das disposições legais, quer no que se refere à organização, aos poderes e às prerrogativas dos Estados e dos

Municípios, quer no que se relaciona aos seus específicos objetivos. Ser-lhe-ão, todavia, reconhecidos os privilégios atribuídos às instituições de utilidade pública e aquelas que, em matéria de comunicações, transportes e selos assistem às autarquias federais.

Art. 8º Os bens e serviços da FAG gozam da mais ampla isenção fiscal, tal como ocorre com os da União.

Art. 9º A União não responde subsidiariamente pelas obrigações, a qualquer título contraídas, quer pela FAG quer pelos seus administradores.

Art. 10. Solicitado, o Governo Federal poderá designar, em comissão, técnicos do Departamento Nacional de Produção Mineral para prestar serviços à FAG.

Art. 11. A FAG terá duração por tempo indeterminado e extinguir-se-á:

- a) mediante proposta do Presidente do Conselho Administrativo, do Conselho Fiscal ou do Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio e por decreto do Presidente da República, mas só no caso de tornar-se nociva aos interesses nacionais ou impossível a sua manutenção.

Parágrafo único. O decreto de extinção determinará, obrigatoriamente, o destino a ser dado ao patrimônio da FAG.

Art. 12. É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros), para satisfazer a dotação prevista no inciso I do art. 3º desta lei.

Art. 13. Será consignada em cada exercício do Orçamento Geral da União uma subvenção destinada à FAG, nunca inferior a 20% (vinte por cento) da arrecadação anual do imposto único sobre minérios do País, prevista no art. 15, inciso III e seu § 2º da Constituição Federal.

Art. 14. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 30 de outubro de 1957; 136º da Independência e 69º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK

Parsifal Barroso.

José Maria Alkmim

Mário Meneghetti

Maurício de Medeiros

LEI N.º 3.296 — DE 30 DE OUTUBRO DE 1957

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00 para auxiliar a realização da II Exposição Agro-Avicola - Industrial no Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º. É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros) para auxiliar a realização da II Exposição Agro-Avicola-Industrial no Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina.

Art. 2.º. O auxílio, de que trata a presente lei, será entregue à Associação Rural de Canoinhas, entidade patrocinadora da exposição.

Art. 3.º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 30 de outubro de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK

Mário Meneghetti

José Maria Alkmim

LEI N.º 3.297 — DE 30 DE OUTUBRO DE 1957

Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Poder Judiciário — Tribunal Federal de Recursos — o crédito suplementar de Cr\$ 283.000.000,00 em reforço da Verba — 1.0.00 — Custeio, Consignação 1.6.00 — Encargos Diversos, Subconsignação 1.6.06 — Sentenças Judiciais, 5.02 — Tribunal Federal de Recursos, no exercício de 1957.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, ao Poder Judiciário — Tribunal Federal de Recursos — o crédito suplementar de Cr\$ 283.000.000,00 (duzentos e oitenta e três milhões de cruzeiros) destinado ao reforço da seguinte dotação do Orçamento vigente (Lei n.º 2.996, de 10 de dezembro de 1956):

Verba 1.0.00 — Custeio

Consignação 1.6.00 — Encargos Diversos

Subconsignação 1.6.06 — Sentenças Judiciais, 5.02 — Tribunal Federal de Recursos Cr\$ 283.000.000,00;

Art. 2.º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 30 de outubro de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK

Nereu Ramos

José Maria Alkmim

LEI N.º 3.298 — DE 30 DE OUTUBRO DE 1957

Cria cargos de Professor Catedrático no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Cultura, e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Ficam criados 3 (três) cargos de Professor Catedrático (E.N.M.M.), padrão O, no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Cultura, para atender ao desdobramento das seguintes cadeiras da Escola Nacional de Minas e Metalurgia da Universidade do Brasil:

I — Química Geral Inorgânica e Orgânica — Elementos de Química Física em Química Geral — Inorgânica e Orgânica e em Química Física;

II — Metalurgia Geral — Tratamento Mecânico dos Minérios — Exploração de Minas em Metalurgia Geral — Tratamento Mecânico dos Minérios e dos Combustíveis e em Lavra de Minas;

III — Metalurgia Especializada — Siderurgia — Metalografia Microscópica em Metalurgia Especializada — Metalurgia Física e em Siderurgia.

Art. 2.º Para atender à despesa decorrente da execução desta lei, no exercício de 1957, fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito suplementar até Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), à Verba 1 — Pessoal, Consignação 5 — Órgãos Autárquicos ou sob Regime Especial e Serviços Transferidos da União, subconsignação 02 — Autarquias Educacionais, item 09 — Inciso 05 — Divisão do Pessoal, 1) Dotação para atender às despesas com Pessoal da Universidade do Brasil.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 30 de outubro de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHCK

Clovis Salgado

José Maria Alkmim

LEI N.º 3.299 — DE 30 DE OUTUBRO DE 1957

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, as cotas da Sociedade Serviço Marítimo Sul Brasil Ltda., e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º São declaradas de utilidade pública, para fins de desapropriação, as cotas da Sociedade Serviço Marítimo Sul Brasil Limitada.

Art. 2.º É a União Federal autorizada a desapropriar as cotas da Sociedade Serviço Marítimo Sul Brasil Limitada pelo preço máximo de Cr\$ 95.322.352,83 (noventa e cinco milhões, trezentos e vinte e dois mil trezentos e cinquenta e dois cruzeiros e oitenta e três centavos).

Art. 3.º É também a União Federal autorizada a transformar a sociedade por cota de responsabilidade limitada em sociedade anônima, com a admissão de outros acionistas que adquiram as ações pelo seu justo preço, tomando-se como base o valor do acervo.

Art. 4.º É aberto, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 95.322.352,83 (noventa e cinco milhões, trezentos e vinte e dois mil, trezentos e cinquenta e dois cruzeiros e oitenta e três centavos), para fazer face às despesas da desapropriação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 30 de outubro de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHCK

José Maria Alkmim

LEI N.º 3.300 — DE 30 DE OUTUBRO DE 1957

Cria cargos no Quadro do Pessoal da Justiça do Trabalho da 8.ª Região e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Ficam criados, no Quadro do Pessoal da Justiça do Trabalho da 8.ª Região, os seguintes cargos para lotação na 2.ª Junta de Conciliação e Julgamento de Belém, a que se refere a Lei n.º 2.392, de 8 de janeiro de 1955:

Cargos isolados de provimento efetivo

- 1 — Chefe de Secretaria, padrão M
- 1 — Oficial de Justiça, padrão H.

Cargos de carreira

- 1 — Oficial Judiciário, classe I;
- 1 — Oficial Judiciário, classe H;
- 1 — Auxiliar Judiciário, classe G;
- 1 — Auxiliar Judiciário, classe F;
- 2 — Auxiliar Judiciário, classe E;
- 2 — Servente, classe C.

Art. 2.º Os vencimentos do Chefe de Secretaria da 1.ª Junta de Conciliação e Julgamento de Belém ficam reajustados no padrão M.

Art. 3.º As despesas com a execução desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, Anexo 5, subanexo 05.02.08 — 8.ª Região.

Art. 4.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 30 de outubro de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE.

Nereu Ramos.

LEI N.º 3.301 — DE 30 DE OUTUBRO DE 1957

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00 para ocorrer às despesas da realização do VII Congresso Nacional de Jornalistas.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros), para ocorrer às despesas da realização do VII Congresso Nacional de Jornalistas, no Rio de Janeiro, no mês de setembro de 1957.

Art. 2.º O Crédito, a que se refere o artigo anterior, será entregue à Associação Brasileira de Imprensa, órgão técnico e consultivo do Estado, sob cujos auspícios foi organizado o VII Congresso Nacional de Jornalistas.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 30 de outubro de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

Clóvis Salgado

José Maria Alkmim

LEI N.º 3.302 — DE 4 DE NOVEMBRO DE 1957

Cria uma taxa especial de propaganda do café no exterior.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É criada uma taxa especial equivalente a 25 (vinte e cinco) centavos do dólar norte-americano por saca de 60 (sessenta) quilos de café, cuja arrecadação será feita pelo Instituto Brasileiro do Café (IBC), na conformidade das instruções que baixar, devendo seu produto ser aplicado, exclusivamente, no custeio das despesas de propaganda do café no exterior.

Parágrafo único. A conversão da taxa de 25 (vinte e cinco) centavos será feita na mesma base do câmbio que for pago ao exportador.

Art. 2.º Nenhuma exportação de café, por qualquer ponto do País, poderá ser autorizada pela competente autoridade aduaneira, sem lhe ser exibida a prova do pagamento dessa taxa.

Art. 3.º O produto da taxa de propaganda será depositado em conta vinculada à propaganda do café no exterior, no Banco do Brasil S.A., e, à medida das necessidades, transferido para o estrangeiro, por ordem e conta do Instituto Brasileiro do Café (IBC), ... (vetado).

Art. 4.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 4 de novembro de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

José Maria Alkmim

LEI N.º 3.303 — DE 4 DE NOVEMBRO DE 1957

Retifica, sem alteração de despesa, a Lei n.º 2.665, de 6 de dezembro ... de 1955.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' retificada, para todos os efeitos, sem ônus, da seguinte forma, a Lei n.º 2.665, de 6 de dezembro de 1955, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1956:

Anexo 4 — Poder Executivo.
Subanexo 4.12 — Ministério da Agricultura.

Subvenções extraordinárias (Relação das entidades).

18 — Pernambuco

Onde se lê:

Associação Rural de Bom Jardim, sendo Cr\$
1.000.000,00 para sua fábrica de laticínios 1.500.000

Leia-se:

Associação Rural de Bom Jardim, sendo Cr\$
1.000.000,00 para conclusão e instalação de sua cerâmica 1.500.000

Subanexo 4.13 — Ministério da Educação e Cultura

21 — Diretoria do Ensino Superior Verba 1 0.00 — Custo:

Consignação 1.5.00 — Serviços de Terceiros

Subconsignação 1.5.15 — Outros serviços contratuais

2) Acôrdos com os seguintes estabelecimentos, etc.

Onde se lê:

14) Minas Gerais

19) Curso de Auxiliares de Enfermagem da Escola de Enfermagem Wenceslau Brás — Itaiubá 200.000

16) Paraíba

5) Escola de Enfermagem de João Pessoa, Paraíba 400.000

22) Rio Grande do Norte

4) Escola de Enfermagem do Rio Grande do Norte 400.000

23) Rio Grande do Sul

13) Escola da Auxiliares de Enfermagem da Escola de Enfermagem Madre Ana Moeller, mantida pela Sociedade Caritativa e Literária São Francisco de

Assis, anexa à Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre
14) Escola de Serviço Social de Porto Alegre ..

200.000

400.000

Leia-se:

14) Minas Gerais

19) Escola de Enfermagem Wenceslau Brás — Itaiubá 200.000

16) Paraíba

5) Escola Auxiliar de Enfermagem da Paraíba 400.000

22) Rio Grande do Norte
4) Escola de Auxiliar de Enfermagem, mantida pela Sociedade de Assistência Hospitalar, em Natal 400.000

23) Rio Grande do Sul

13) Curso de Auxiliar de Enfermagem da Escola de Enfermagem Madre Ana Moeller, mantida pela Sociedade Caritativa e Literária São Francisco de Assis e anexa à Santa Casa de Misericórdia — Porto Alegre 200.000

14) Escola de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul .. 400.000

Subvenções ordinárias (Relação das entidades)

06) Ceará

Onde se lê:

Escola do Fortaleza Esporte Clube — Fortaleza .. 50.000

Leia-se:

Escola do Fortaleza Esporte Clube — Sobral 50.000

Subvenções extraordinárias (Relação das entidades)

22) Rio Grande do Sul

Onde se lê:

Seminário (menor) Josefino, da Ordem dos Josefinos de Lagoa Santa, Caxias do Sul 20.000

Leia-se:

Seminário (menor) Josefino, da Ordem dos Josefinos, mantido pelo Instituto São José — Fazenda Sousa — Caxias do Sul 20.000

Art. 2.º Revogadas as disposições em contrário, a presente lei vigorará a partir de 1.º de janeiro de 1953.

Rio de Janeiro, em 4 de novembro de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

Mario Meneghetti.

Clovis Salgado

José Maria Alkmin

LEI N.º 3.304 — DE 5 DE NOVEMBRO
DE 1957

Dispõe sobre o pagamento de cooperações financeiras não inscritas em "restos a pagar" ou satisfeitas por "exercícios findos" a instituições de assistência social, hospitalar, cultural, educacional e rural.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Serão obrigatoriamente pagas às instituições de assistência social, hospitalar, cultural, educacional e rural, todas as cooperações financeiras constantes, nos anexos dos Ministérios da Agricultura, Educação e Cultura, Saúde e Justiça e Negócios Interiores, do Orçamento Geral da União para o exercício de 1951 e que, destinadas a obras, equipamentos e serviços de manutenção, deixaram de ser relacionadas, no todo ou em parte, em "restos a pagar" e, posteriormente, não foram, ainda satisfeitas por "exercícios findos".

Parágrafo único. No caso de auxílio parcialmente não inscrito em "restos a pagar", será paga apenas essa parcela.

Art. 2.º É extensivo, em todos os casos, ao pagamento das cooperações financeiras de que trata o artigo anterior, o disposto nos arts. 11, §§ 2.º e 3.º, 13, incisos I, II e V, e 17, da Lei n.º 1.493, de 13 de dezembro de 1951, com as modificações da Lei n.º 2.266, de 12 de julho de 1954.

Parágrafo único. Os estatutos sociais acompanharão sempre o pedido de pagamento formulado por entidade assistencial de direito privado.

Art. 3.º Se, por motivo justificado, as cooperações financeiras, de que

trata esta lei, não forem satisfeitas no corrente exercício, serão elas incluídas, como subvenção extraordinária especial nos anexos correspondentes do primeiro orçamento que se elaborar após a obrigatoriedade de seu pagamento, observado o disposto no artigo anterior.

Art. 4.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 5 de novembro de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

Eurico de Aguiar Salles

Mario Meneghetti

Clovis Salgado

Maurício de Medeiros

José Maria Alkmin

LEI N.º 3.305 — DE 5 DE NOVEMBRO
DE 1957

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, os créditos especiais de Cr\$ 10.000.000,00 e Cr\$ 2.000.000,00 como auxílios à Associação Cristã de Moços do Rio de Janeiro e à Associação Cristã de Moços de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros) como auxílio à Associação Cristã de Moços do Rio de Janeiro, com sede no Distrito Federal.

Art. 2.º A entidade beneficiária aplicará o auxílio, de que trata o artigo 1.º, na construção do edifício destinado às atividades sociais e culturais; e receberá em dois exercícios financeiros, na seguinte forma:

a) 50% (cinquenta por cento) da importância após a publicação desta lei;

b) o restante através da inclusão no Orçamento Geral da União.

Art. 3.º É também o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros) como auxílio à Associação Cristã de Moços de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 4.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 5 de novembro de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

Clóvis Salgado

Jose Maria Alkmim

LEI N.º 3.306 — DE 11 DE NOVEMBRO DE 1957

Prorroga até o encerramento do exercício de 1959 — 2 exercícios — o prazo de vigência do crédito especial de Cr\$ 50.000.000,00, de que trata a Lei n.º 2.634, de 26 de outubro de 1955.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica prorrogado até o encerramento do exercício de 1959 — 2 (dois) exercícios — o prazo de vigência do crédito especial de Cr\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzeiros), de que trata a Lei número 2.634, de 26 de outubro de 1955, para construção do Monumento Nacional destinado a representar a participação ativa do Brasil na Segunda Grande Guerra e a guardar os despojos dos brasileiros das Forças Armadas tombados durante as operações de guerra.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 11 de novembro de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

Henrique Lott

José Maria Alkmim

LEI N.º 3.307 — DE 11 DE NOVEMBRO DE 1957

Concede a pensão especial de Cr\$ 3.000,00 mensais a Stela de Oliveira Cruis, filha solteira de Dr. Luiz Cruis.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É concedida a pensão especial de Cr\$ 3.000,00 (três mil cruzeiros) mensais a Stela de Oliveira Cruis, filha solteira do Dr. Luiz Cruis.

Art. 2.º O pagamento da pensão, de que trata o art. 1.º, correrá à conta da dotação orçamentária do Ministério da Fazenda, destinada aos pensionistas da União.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 11 de novembro de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

José Maria Alkmim

LEI N.º 3.308 — DE 11 DE NOVEMBRO DE 1957

Autoriza a emissão de selos postais comemorativos do I centenário de nascimento do escritor e jornalista José Verissimo Dias de Matos.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O Poder Executivo emitirá, através do Ministério da Viação e Obras Públicas (Departamento dos Correios e Telégrafos), uma série de selos postais comemorativos do I centenário de nascimento do escritor e jornalista José Verissimo Dias de Matos, ocorrido aos 8 de abril de 1957.

Art. 2.º A fim de proporcionar eficaz e ampla divulgação, os selos serão destinados aos serviços postais comum e aéreo.

Art. 3º A quantidade da impressão ficará a critério do órgão competente, observada a orientação que vem sendo adotada pelo Departamento dos Correios e Telégrafos, em circunstâncias similares.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 11 de novembro de 1957; 135º da Independência e 69º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

Lucio Meira

LEI N.º 3.309 — DE 11 DE NO-
VEMBRO DE 1957

*Concede a pensão especial de
Cr\$ 5.676,70 mensais a Luiza Hol-
landa de Oliveira viúva de Francis-
co Cypriano de Oliveira, herói da
revolução acreana.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Na-
cional decreta e eu sanciono a se-
guinte Lei:

Art. 1.º É concedida a Luiza Hol-
landa de Oliveira, viúva de Francisco
Cypriano de Oliveira, herói da rev-
olução acreana, a pensão especial de
Cr\$ 5.676,70 (cinco mil seiscentos e
setenta e seis cruzeiros e setenta
centavos) mensais.

Art. 2.º Por falecimento da bene-
ficiária, reverterá a pensão em favor
da filha viúva do casal, Isaura Oli-
veira de Castro, desde que conserve
esse estado civil, não tenha bens nem
perceba vencimentos ou salários, pelo
exercício de emprego ou função, su-
ficientes para a manutenção própria.

Art. 3.º A despesa decorrente da
execução desta lei correrá à conta da
dotação orçamentária do Ministério
da Fazenda, destinada ao pagamento
dos pensionistas da União.

Art. 4.º Esta lei entrará em vigor
na data de sua publicação, revogadas
as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 11 de novem-
bro de 1957; 136º da Independência
e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

José Maria Alkmim

LEI N.º 3.310 — DE 11 DE NO-
VEMBRO DE 1957

*Autoriza o Poder Executivo a abrir,
pelo Ministério da Educação e Cul-
tura, o crédito especial de
Cr\$ 2.000.000,00, para auxiliar o
Museu de Arte Moderna, de São
Paulo, na realização do programa
da IV Bienal de São Paulo.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Na-
cional decreta e eu sanciono a se-
guinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo au-
torizado a abrir, pelo Ministério da
Educação e Cultura, o crédito espe-
cial de Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões
de cruzeiros), para auxiliar o Museu
de Arte Moderna de São Paulo, na
realização do programa organizado
para as manifestações da IV Bienal
de São Paulo.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor
na data de sua publicação, revogadas
as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 11 de novem-
bro de 1957; 136º da Independência
e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

Clovis Salgado

José Maria Alkmim

LEI N.º 3.311 — DE 11 DE NOVEMBRO
DE 1957

*Promove a emissão de selos comemo-
rativos*

O Presidente da República — faço
saber que o Congresso Nacional de-
creta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º O Poder Executivo emi-
tirá, pelo Ministério da Viação e
Obras Públicas — Departamento dos
Correios e Telégrafos — uma série de
selos postais comemorativos do bi-
centenário da instituição do Santuá-
rio do Bom Jesus do Matosinho, em
Congonhas do Campo, Município de
Congonhas do Campo, no Estado de
Minas Gerais, ocorrido em 21 de ju-
nho de 1957.

Art. 2.º Os selos, que trarão as
estampas dos Profetas e outros por-
menores do conjunto arquitetônico,
que hoje forma o Santuário de Con-

gonhas, se destinarão aos serviços postais comuns e aéreos.

§ 1.º A emissão será de três milhões de unidades no valor cada uma de Cr\$ 2,50 (dois cruzeiros e cinquenta centavos).

§ 2.º Os selos deverão ser lançados em circulação nos 3 (três) meses seguintes à publicação da presente lei.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário

Rio de Janeiro, 11 de novembro de 1957 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK.

Lucio Meira.

LEI N.º 3.312 — DE 11 DE NOVEMBRO DE 1957

Autoriza o Poder Executivo a efetuar empréstimos para construção de pequenos açudes na área do Polígono das Secas, e revoga as Leis ns. 614, de 2 de fevereiro de 1949, e 1.255, de 4 de dezembro de 1950.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a efetuar empréstimos aos agricultores residentes na área do Polígono das Secas, para construção de pequenos açudes, até a importância de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros).

§ 1.º As operações serão iniciadas 30 (trinta) dias após a vigência desta lei, e correrão à conta da importância de Cr\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzeiros).

§ 2.º É o Poder Executivo autorizado a despendar a importância de que trata este artigo, a qual será levada à conta dos saldos acumulados dos exercícios anteriores dos recursos a que se refere o art. 198 da Constituição Federal.

Art. 2.º Os empréstimos serão realizados pelo prazo máximo de 10 (dez) anos, pagos em prestações anuais, a partir do segundo ano, a juros de 3% (três por cento) ao ano, não se exigindo garantia real para a operação.

Parágrafo único. O beneficiário não poderá, entretanto, alienar ou gravar,

de qualquer maneira, o imóvel, senão pagando integralmente a dívida.

Art. 3.º Agricultores, para os efeitos desta lei, são as pessoas físicas que exerçam, por conta própria, a exploração agrícola.

Art. 4.º Pequenos açudes são os com capacidade a partir de 150.000 m3 (cento e cinquenta mil metros cúbicos).

Art. 5.º O Departamento Nacional de Obras Contra as Secas prestará a assistência técnica que for reclamada pelos agricultores, e durante a construção dos açudes, fiscalizará a sua execução.

Parágrafo único. Os estudos técnicos, para construção dos açudes, poderão, também, ser executados pelas repartições especializadas dos Estados, sujeitos à aprovação do DNOCS para a concessão de empréstimos.

Art. 6.º O pretendente a empréstimo deverá requerê-lo ao Distrito do DNOCS a que for subordinado, apresentando os seguintes documentos:

a) atestado, do Prefeito ou Juiz de sua jurisdição, de que exerce a exploração agrícola na propriedade onde pretende construir o açude;

b) prova de propriedade das terras, certidão negativa do registro de hipoteca ou venda condicional.

Art. 7.º Não serão concedidos empréstimos para obras que se localizem dentro das bacias hidrográficas de açudes públicos de capacidade superior a 5.000.000 m3 (cinco milhões de metros cúbicos).

Art. 8.º Autorizado o empréstimo, será lavrada a escritura, por instrumento particular, assinado pelo representante da Fazenda Pública e subscrito por duas testemunhas, reconhecidas as firmas e registrado em livro próprio, por transcrição integral na sede do Distrito do DNOCS.

Art. 9.º Os pagamentos das importâncias do empréstimo serão realizados pelo tesoureiro do DNOCS, após a determinação do chefe do Distrito, mediante apresentação de folhas de pagamento do pessoal empregado na construção da obra.

Art. 10. Das decisões denegatórias do chefe do Distrito caberá recurso para o Diretor Geral do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas e para o Ministro da Viação e Obras Públicas.

Art. 11. O recebimento das unidades dos empréstimos e respectivos juros será feito na sede do Distrito. Essas importâncias serão creditadas ao fundo a ser criado, de acordo com o art. 198 da Constituição Federal.

Art. 12. O inadimplemento das obrigações contratuais importará na cobrança judicial, salvo motivo de força maior.

Parágrafo único. Considera-se motivo de força maior a eclosão de sécas, com ausência de chuvas nas épocas próprias, e pragas que danifiquem ou matem as lavouras.

Art. 13. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as Leis ns. 614, de 2 de fevereiro de 1945, e 1.255, de 4 de dezembro de 1950.

Rio de Janeiro, em 11 de novembro de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK,

José Maria Alkimim.

Lucio Meira.

LEI N.º 3.313 DE 14 DE NOVEMBRO DE 1957

Assegura aos servidores do Departamento Federal de Segurança Pública, com exercício de atividade estritamente policial, prisão especial, aposentadoria aos 25 anos de serviço e promoção post-mortem.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Os servidores do Departamento Federal de Segurança Pública, que exerçam ... (vetado) ... atividade estritamente policial, terão direito a:

I — prisão especial no quartel da corporação ou repartição em que servirem;

II — aposentadoria com vencimentos integrais, ao completarem 25 (vinte e cinco) anos de serviço (artigo 191, § 4.º, da Constituição Federal).

§ 1.º Em caso de prisão, os servidores, de que trata esta lei, ficarão à

disposição do juízo criminal sob a responsabilidade da autoridade designada pelo Chefe de Polícia para custodiá-los.

§ 2.º Para os efeitos da aposentadoria dos servidores, a que se refere esta lei, será computado apenas o tempo de serviço em função estritamente policial, ... (vetado).

Art. 2.º Vetado.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 14 de novembro de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK

Eurico de Aguiar Salles.

LEI N.º 3.314 — DE 18 DE NOVEMBRO DE 1957

Concede a inclusão da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Ribeirão Preto entre os estabelecimentos subvencionados pelo Governo Federal.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É concedida, nos termos do art. 17 da Lei n.º 1.254, de 4 de dezembro de 1950, a inclusão da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Ribeirão Preto, no Estado de São Paulo, entre os estabelecimentos subvencionados pelo Governo Federal, sendo-lhe atribuída, de acordo com o disposto no art. 16 daquela Lei, a subvenção anual de Cr\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil cruzeiros).

Art. 2.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil cruzeiros) para atender ao pagamento da subvenção à Faculdade de Farmácia e Odontologia de Ribeirão Preto, no exercício de 1957.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de novembro de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK

Clóvis Salgado

José Maria Alkimim

LEI N.º 3.315 — DE 18 DE NOVEMBRO DE 1957

Estabelece a gratificação do presidente, do secretário-geral e mais membros do Conselho Penitenciário do Distrito Federal.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º. O presidente, o secretário geral e os mais membros do Conselho Penitenciário do Distrito Federal, por sessão que comparecerem, perceberão a gratificação de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros), ate o máximo de Cr\$ 4.000,00 (quatro mil cruzeiros) mensais.

Paragrafo unico. O disposto neste artigo aplica-se aos diretores de estabelecimentos penais, quando, como membros informativos, comparecerem às sessões.

Art. 2.º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 18 de novembro de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHK

Eurico de Aguiar Salles

Lei N.º 3.316 — DE 13 DE NOVEMBRO DE 1957

Concede a pensão especial de Cr\$ 3.000,00 mensais a Aldina Cordeiro Côrtes, viúva do jornalista e historiador José Saboia Côrtes.

O Presidente da República, Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º. É concedida a pensão especial de Cr\$ 3.000,00 (três mil cruzeiros) mensais a Aldina Cordeiro Côrtes, viúva do jornalista e historiador José Saboia Côrtes.

Art. 2.º. O pagamento da pensão, de que trata o art. 1.º, correrá à conta da dotação orçamentária do Ministério da Fazenda, destinada aos pensionistas da União.

Art. 3.º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 18 de novembro de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHK

José Maria Alkmim

LEI N.º 3.317 — DE 18 DE NOVEMBRO DE 1957

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 30.000.000,00 para o custeio de obras no sistema ferroviário federal no Estado de Santa Catarina.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º. É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de cruzeiros), destinado ao prosseguimento da retificação do trecho Blumenau-subida da zona do Vale Itajaí, construção de edificios, obras de arte, trilhos e acessórios, empedramento, inclusive desapropriações, do sistema ferroviário federal no Estado de Santa Catarina.

Art. 2.º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de novembro de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHK

Lúcio Meira

José Maria Alkmim

LEI N.º 3.318 — DE 18 DE NOVEMBRO DE 1957

Abre ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Tribunal Regional do Trabalho da 8.ª Região — o crédito especial de Cr\$ 48.000,00 para atender ao pagamento dos alugueis de imóvel, nos exercícios de 1955 e 1956.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Tribunal Regional do Trabalho da 8.ª Região — o crédito especial de Cr\$... 48.000,00 (quarenta e oito mil cruzeiros) para ocorrer às despesas com o pagamento dos alugueis do imóvel, onde se encontra instalada a Junta de Conciliação e Julgamento de Manaus, referentes aos exercícios de 1955 e 1956.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de novembro de 1957; 136º da Independência e 69º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

Eurico de Aguiar Salles

José Maria Alkmim

LEI Nº 3.319 — DE 18 DE NOVEMBRO DE 1957

Revigora pelo prazo de dois anos o crédito especial de Cr\$ 150.000.000,00 autorizado pela Lei nº 2.326, de 20 de setembro de 1954, para ocorrer às despesas com o pagamento das importâncias devidas aos veteranos da Guerra do Paraguai e Campanha do Uruguai, suas viúvas e filhas.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É revigorado, pelo prazo de dois anos a partir de janeiro de 1957, o crédito especial de Cr\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de cruzeiros), autorizado pela Lei nº 2.326 de 20 de setembro de 1954 e aberto pelo Decreto nº 37.612, de 18 de julho de 1955, para ocorrer às despesas com o pagamento das importâncias devidas aos veteranos da Guerra do Paraguai e Campanha do Uruguai suas viúvas e filhas.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de novembro de 1957; 136º da Independência e 69º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

José Maria Alkmim

LEI Nº 3.320 DE 25 DE NOVEMBRO DE 1957

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 800.000,00 como auxílio ao IX Congresso Brasileiro de Gastroenterologia.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 800.000,00 (oitocentos mil cruzeiros) como auxílio à realização do IX Congresso Brasileiro de Gastroenterologia, no Rio de Janeiro, em outubro de 1957.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 25 de novembro de 1957; 136º da Independência e 69º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

Maurício de Medeiros

José Maria Alkmim.

LEI Nº 3.321 — DE 25 DE NOVEMBRO DE 1957

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00 para o combate às geadas na região cafeeira do Estado do Paraná.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de .. Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros) para a ampliação da rede de postos de meteorologia necessários ao combate às geadas na região cafeeira do Estado do Paraná.

Art. 2º O crédito, de que trata o art. 1º, será utilizado na forma do acordo a ser firmado entre o Ministério da Agricultura e o Governo do Estado do Paraná, por seus órgãos competentes.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 25 de novembro de 1957, 136º da Independência e 69º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE.

Mário Meneghetti.

José Maria Alkmim.

LEI N.º 3.322 — DE 26 DE NOVEMBRO DE 1957

Estabelece em novos moldes a aposentadoria ordinária, dispõe sobre a aposentadoria por invalidez dos trabalhadores vinculados ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica restabelecido o direito à aposentadoria ordinária, assegurado pelo Decreto n.º 24.615, de 9 de julho de 1934, que criou o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários, e suspenso pelo Decreto-lei n.º 2.474, de 5 de agosto de 1940.

Art. 2.º A aposentadoria ordinária, ou por invalidez, a que têm direito os segurados do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários, e, bem assim, as pensões, em caso de morte, para os seus beneficiários, reger-se-ão pelas normas estabelecidas nesta lei.

Art. 3.º A aposentadoria ordinária será concedida ao segurado que contar, no mínimo, 55 (cinquenta e cinco) anos de idade e 30 (trinta) anos de serviços em estabelecimentos ou entidades cujos servidores estejam vinculados ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários, e desde que tenha contribuído para o mesmo Instituto, ininterruptamente, pelo menos durante os últimos 5 (cinco) anos, contados da data em que requerer a aposentadoria ordinária.

§ 1.º A aposentadoria a que se refere este artigo consistirá numa renda mensal vitalícia, cujo valor corresponderá a 80% (oitenta por cento) da média dos salários da contribuição dos 36 (trinta e seis) meses anteriores à respectiva concessão.

§ 2.º Para o segurado maior de 55 (cinquenta e cinco) anos, o valor da aposentadoria calculada na forma do parágrafo anterior, será acrescido de 4% (quatro por cento) por cada ano de idade não podendo, entretanto, ultrapassar a média dos salários de contribuições que servirem de base para o cálculo da aposentadoria.

Art. 4.º O direito à aposentadoria por invalidez continuará a reger-se, quanto à forma e aos requisitos exigidos para a concessão e suspensão desses benefícios pelas disposições do Decreto n.º 24.615, de 9 de julho de 1934 e legislação posterior, observado, porém, quanto à suspensão do benefício, o disposto no Parágrafo 3.º deste artigo.

§ 1.º A aposentadoria por invalidez será concedida ao segurado julgado incapaz por prazo excedente de 1 (um) ano.

§ 2.º O valor da aposentadoria por invalidez corresponderá a 80% (oitenta por cento) da média dos salários de contribuição dos últimos 24 (vinte e quatro) meses anteriores ao afastamento do emprego.

§ 3.º A cessação do auxílio pecuniário ou da aposentadoria por invalidez antes do decurso do quinquênio que a transformará em aposentadoria definitiva, autoriza o segurado a pedir reconsideração ou a recorrer do ato que mantenha a cessação do benefício.

Art. 5.º Para os efeitos da Previdência Social e da Assistência Social, consideram-se dependentes do segurado, na ordem em que vão enumeradas:

a) a esposa, o marido inválido, os filhos de qualquer condição, se menores de 18 anos ou inválidos, e as filhas solteiras, de qualquer condição, se menores de 21 anos ou inválidas;

b) a mãe viúva ou pai inválido;

c) irmãos menores de 18 anos ou inválidos ou as irmãs solteiras menores de 21 anos ou inválidas.

§ 1.º A dependência econômica das pessoas indicadas na alínea a é presumida e a das demais enumeradas deve ser comprovada.

§ 2.º Não terá direito à pensão o cônjuge desquitado ao qual não tenha sido assegurada a percepção de alimentos, nem a mulher que se encontre em situação prevista no art. 234 do Código Civil.

§ 3.º Em falta de dependentes compreendidos neste artigo, poderá o próprio segurado inscrever, para os fins de percepção de benefícios, pessoa que viva sob sua dependência econômica e que pela sua idade, condição e saúde ou encargos domésticos não possa angariar meios para seu sustento.

§ 4.º A existência de beneficiários de uma das classes enumeradas neste artigo exclui do benefício qualquer dos mencionados nas classes subsequentes.

Art. 6.º A importância da pensão devida ao conjunto dos beneficiários do segurado ou, isoladamente, do beneficiário instituído, será constituída de uma parcela familiar, igual a 30% (trinta por cento) do valor da aposentadoria que o segurado estava percebendo, ou daquela a que teria direito se na data do falecimento fôsse aposentado, e mais tantas parcelas iguais, cada uma, a 10% (dez por cento) do valor da mesma aposentadoria quantos forem os beneficiários do segurado, até o máximo de sete, inclusive.

§ 1.º A importância total, assim obtida, e que em hipótese alguma será inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor da aposentadoria, exceção feita para o beneficiário instituído, será rateada em cotas iguais entre todos os beneficiários, com direito à pensão, existentes ao tempo da morte do segurado.

§ 2.º Não haverá transferência de direito em favor de beneficiário instituído, nem dêste em favor de qualquer outra pessoa.

Art. 7.º Para os efeitos do rateio da pensão, considerar-se-ão apenas os beneficiários inscritos, não se adiando a concessão pela falta de inscrição de outros possíveis dependentes.

Parágrafo único. Concedido o benefício, qualquer inscrição ou habilitação ou inclusão de beneficiários somente produzirá efeitos a partir da data em que se realizar.

Art. 8.º A cota da pensão extingue-se:

I — Para a viúva que contrair novas núpcias;

II — Para os filhos e irmãos que completarem 18 (dezoito) anos e que não sejam inválidos;

III — Para as filhas e irmãs que contraírem matrimônio ou houverem completado 21 (vinte e um) anos e que não sejam inválidas;

IV — Para os filhos e irmãos, quando cessar a invalidez;

V — Para o beneficiário inscrito nos termos do § 3.º do art. 5.º, que completar 18 (dezoito) anos se fôr do sexo masculino ou 21 (vinte e um) anos se fôr do sexo feminino, ou quando cessarem as condições mencionadas no dispositivo supracitado.

Art. 9.º Toda a vez que se extinguir uma cota de pensão, exceção feita para o beneficiário instituído, proceder-se-á a novo cálculo e a novo rateio do benefício, na forma do disposto no art. 6.º e seus parágrafos, considerados, porém, apenas os pensionistas remanescentes.

Parágrafo único. Com a extinção da cota do último pensionista, extinta ficará, também, a pensão.

Art. 10. Não terão direito à pensão os beneficiários de segurado cujo óbito ocorrer antes de completadas 12 (doze) contribuições mensais.

Parágrafo único. Aos beneficiários mencionados neste artigo será pago um pecúlio, em dinheiro, do valor igual ao dobro das contribuições realizadas pelo segurado, acrescida da taxa de 4% (quatro por cento) ao ano.

Art. 11. Os valores das aposentadorias e pensões em vigor serão reajustadas sempre que se verificar alteração dos índices dos salários de contribuição dos segurados ativos.

§ 1.º O Departamento Nacional de Previdência Social, ouvido o Serviço Atuarial do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, procederá à apuração dos índices a que se refere este artigo e promoverá, quando fôr o caso, as medidas necessárias à concessão do reajustamento.

§ 2.º O reajustamento consistirá em acréscimo proporcional à variação dos índices a que se refere este artigo, levando-se em conta o tempo

de duração do benefício, contado a partir da data do último reajustamento.

§ 3.º Na concessão do reajustamento as aposentadorias ou pensões serão consideradas sem as majorações decorrentes de Lei especial ou de elevação dos níveis do salário mínimo, verificados a partir da data do último reajustamento, prevalecendo, porém, os valores dessas majorações sobre o reajustamento quando a estes superiores.

§ 4.º Para os efeitos deste artigo, considerar-se-á como data do último reajustamento a entrada em vigor desta lei.

Art. 12. Ficam mantidas em 8% (oito por cento) as taxas da contribuição de segurados, de empregadores e da União para o Instituto dos Bancários.

Parágrafo único. (Vetado)

Art. 13. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 26 de novembro de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

Parsifal Barroso.

LEI N.º 3.323 — DE 27 DE NOVEMBRO DE 1957

Assegura por três exercícios a validade da Lei n.º 2.494, de 26 de maio de 1955, e dá outras providências.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O crédito especial, de que trata a Lei n.º 2.494, de 26 de maio de 1955, tem assegurada sua validade por 3 (três) exercícios.

Art. 2.º Será obrigatoriamente repetido, nos exercícios financeiros de 1959, 1960, 1961 e 1962, o auxílio especial a que se refere o art. 1.º da Lei n.º 3.125, de 18 de abril de 1957.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 27 de novembro de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE.

Mario Meneghetti

Clovis Salgado

José Maria Alkmim.

LEI N.º 3.324 — DE 27 DE NOVEMBRO DE 1957

Concede a pensão especial de Cr\$.. 5.000,00 mensais ao advogado Wenceslau Barcelos.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É concedida a pensão especial de Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros) mensais ao advogado Wenceslau Barcelos, diplomado por provisionamento pela antiga Corte de Apelação.

Parágrafo único. A despesa com o pagamento da pensão correrá à conta da dotação orçamentária do Ministério da Fazenda, destinada aos pensionistas da União.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 27 de novembro de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

José Maria Alkmim.

LEI N.º 3.325 — DE 2 DEZEMBRO
DE 1957

Concede isenção de direitos aduaneiros, inclusive adicional de 10%, imposto de consumo e mais taxas alfandegárias para material importado pela Companhia Telefônica da Borda do Campo, com sede em Santo André, Estado de São Paulo.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É concedida isenção de direitos aduaneiros, inclusive adicional de 10% (dez por cento), imposto de consumo, e mais taxas alfandegárias, exceto a de previdência social, para os equipamentos de 5 (cinco) centrais telefônicas automáticas, com os pertences e acessórios, no valor de quatro milhões, quarenta mil e oitocentos coroa suéca, importados pela Companhia Telefônica da Borda do Campo, com sede em Santo André, Estado de São Paulo, da firma Telefonaktisebolaget — L. M. Ericsson de Stokholm, Suécia, para servir às cidades de Santo André São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Mauá e Ribeirão Pires, no mesmo Estado.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação e se aplica a materiais desembaraçados sob termos de responsabilidade.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 2 de dezembro de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

José Maria Alkmim.

LEI N.º 3.326 — DE 2 DEZEMBRO
DE 1957

Abre o crédito suplementar de Cr\$ 4.000.000,00 ao Orçamento da União, para o exercício de 1957. Anexo 2 — Poder Legislativo, Câmara dos Deputados.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É aberto ao Poder Legislativo — Câmara dos Deputados, o cré-

dito suplementar de Cr\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de cruzeiros), a Consignação 1.6.00 — Encargos diversos — Subconsignação 1.6.14 — Exposições, Congressos e Conferências, destinado a 1) Grupo brasileiro da União Interparlamentar — Cr\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil cruzeiros) e 2) Diversos — Associação Interparlamentar de Turismo — Grupo brasileiro — Cr\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil cruzeiros), da Verba 1.0.00 — Custeio — Anexo 2 — 2.º 01, da Lei n.º 2.996, de 18 de dezembro de 1956, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício de 1957.

Art. 2.º O crédito a que se refere o art. 1.º desta lei é automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 2 de dezembro de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE.

Eurico de Aguiar Salles.

José Maria Alkmim.

LEI N.º 3.327 — DE 2 DEZEMBRO
DE 1957

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 30.000.000,00, destinado à complementação das obras da construção, onde serão localizados o Depósito de Presos e o Instituto Felix Pacheco.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de cruzeiros), destinado a despesas de qualquer natureza com a complementação das obras da construção existente na rua Frei Caneca n.º 505, onde serão localizados o Depósito de Presos e o Instituto Felix Pacheco, órgãos integrantes do Departamento Federal de Segurança Pública.

Art. 2.º O crédito especial, de que trata a presente lei, será automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 3.º Após o cumprimento do que determina o art. 2.º, o Ministério da Fazenda colocará no Banco do Brasil S. A., em conta especial, em nome do Diretor da Divisão de Obras do Departamento de Administração do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, a importância do crédito

especial, para fins de movimentação e aplicação.

Art. 4.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 2 de dezembro de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK.

Eurico de Aguiar Salles.

José Maria Alkmim.

LEI N.º 3.327-A — DE 3 DE DEZEMBRO DE 1957

Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1958

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O Orçamento Geral da União para o exercício financeiro de 1958, discriminado pelos Anexos integrantes desta lei, estima a Receita em Cr\$ 130.234.163.000,00 (cento e trinta bilhões, duzentos e trinta e quatro milhões, cento e sessenta e três mil cruzeiros) e fixa a Despesa em Cr\$ 140.527.396.138,00 (cento e quarenta bilhões, quinhentos e vinte e sete milhões, trezentos e noventa e seis mil, cento e trinta e oito cruzeiros).

Art. 2.º A Receita será realizada mediante a arrecadação dos tributos, rendas, suprimentos de fundos e outras receitas ordinárias e extraordinárias na forma da legislação em vigor e das especificações do Anexo 1, de acordo com o seguinte desdobramento:

1 — Receita Ordinária	Cr\$	Cr\$
1.1 — Renda Tributária	113.822.671.000	
1.2 — Renda Patrimonial	2.976.492.000	
1.3 — Renda Industrial	2.555.996.000	
1.4 — Rendas Diversas	3.849.004.000	123.204.163.000
2 — Receita Extraordinária		7.030.000.000
Total da Receita		130.234.163.000

Art. 3.º Fica autorizada a cobrança do imposto único sobre combustíveis e lubrificantes criado pelo Decreto-lei n.º 2.615, de 21 de setembro de 1940, modificado pelas Leis ns. 1.749, de 28 de novembro de 1952 e 2.975, de 27 de novembro de 1956, bem como a do imposto único sobre energia elétrica, criado pela Lei n.º 2.308, de 31 de agosto de 1954, e a do empréstimo compulsório do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, criado pela Lei n.º 1.474, de 26 de novembro de 1951, modificado pelas Leis ns. 1.628, de 20 de junho de 1952 e 2.973, de 26 de novembro de 1956, cujos produtos serão aplicados de acordo com o que estabelece a legislação vigente.

Parágrafo único. O recolhimento do imposto único sobre combustíveis e lubrificantes, do imposto único sobre energia elétrica, da receita de que trata a letra b do art. 2.º da Lei n.º 2.308, de 31 de agosto de 1954, bem como do empréstimo compulsório do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, continuarão a se processar, respectivamente, nos termos dos artigos 8.º e 9.º da Lei n.º 2.975, de 27 de novembro de 1956, e 11, 12 e 13 da Lei n.º 2.973, de 26 de novembro de 1956.

Art. 4.º A Despesa será realizada na forma dos Quadros Analíticos constantes dos Anexos 2 a 5 e respectivos Subanexos, conforme o seguinte desdobramento:

2 — Poder Legislativo

2.01 — Câmara dos Deputados ..	338.925.920	
2.02 — Senado Federal	154.146.300	493.072.220

3 — Órgãos Auxiliares

3.01 — Tribunal de Contas	85.469.906	
3.02 — Conselho Nacional de Economia	27.469.380	112.939.286

4 — Poder Executivo

4.01 — Presidência da República ..	956.389.980	
4.02 — Departamento Administrativo do Serviço Público ..	108.521.560	
4.03 — Estado Maior das Forças Armadas	29.999.720	
4.04 — Comissão de Readaptação dos Incapazes das Forças Armadas	5.458.600	
4.05 — Comissão de Reparações de Guerra	492.880	
4.06 — Comissão do Vale do São Francisco	1.718.000.000	
4.07 — Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica ..	9.435.580	
4.08 — Conselho Nacional do Petróleo	57.674.920	
4.09 — Conselho de Segurança Nacional	259.238.800	
4.10 — Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia	3.312.441.896	
4.11 — Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Fronteira Sudoeste do País	500.000.000	
4.12 — Ministério da Aeronáutica	9.523.080.500	
4.13 — Ministério da Agricultura	8.362.021.985	
4.14 — Ministério da Educação e Cultura	9.420.155.244	
4.15 — Ministério da Fazenda ...	21.979.173.340	
4.16 — Ministério da Guerra	20.073.659.136	
4.17 — Ministério da Justiça e Negócios Interiores	5.531.742.266	
4.18 — Ministério da Marinha	9.205.128.720	

4.19 — Ministério das Relações Exteriores	664.552.161	
4.20 — Ministério da Saúde	5.632.630.756	
4.21 — Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio	2.727.094.313	
4.22 — Ministério da Viação e Obras Públicas	33.850.689.208	138.933.581.565
<hr/>		
5 — Poder Judiciário		
5.01 — Supremo Tribunal Federal	39.568.840	
5.02 — Tribunal Federal de Recursos	75.761.538	
5.03 — Justiça Militar	66.283.925	
5.04 — Justiça Eleitoral	380.149.053	
5.05 — Justiça do Trabalho	239.292.091	
5.06 — Justiça do Distrito Federal	186.747.620	987.803.067
<hr/>		
Total da Despesa		140.527.396.138
<hr/>		

Art. 5.º As Divisões ou Serviços de Pessoal, Material, Orçamento e Obras dos Ministérios, inclusive a Diretoria da Despesa Pública do Ministério da Fazenda, sempre que necessário, movimentarão as dotações de pessoal, material de consumo, material permanente, serviços de terceiros encargos diversos, obras e equipamentos discriminados nos Quadros Analíticos por unidades orçamentárias.

Art. 6.º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir os créditos suplementares que se fizerem necessários, na forma do art. 48 do Regulamento Geral de Contabilidade Pública, para atender às entregas das importâncias correspondentes às diferenças verificadas entre a Receita efetivamente arrecadada e as dotações a ela vinculadas.

Art. 7.º O Poder Executivo fica autorizado, através do Ministério da Fazenda, a efetuar as operações de crédito, a médio prazo e juros não superiores a 10% ao ano, se necessárias à cobertura do *deficit*, no exercício de 1958.

Art. 8.º O Ministro de Estado da Fazenda fica autorizado a realizar as operações de crédito que se tornarem necessárias por antecipação da Receita, até 20% (vinte por cento) sobre o montante da Despesa.

Art. 9.º Vetado.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 3 de dezembro de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK

Eurico de Aguiar Salles

Antônio Alves Câmara

Henrique Lott

José Carlos de Macedo Soares

José Maria Alkmim

Lucio Meira

Mario Meneghetti

Clóvis Salgado

Parsifal Barroso

Francisco de Melo

Maurício de Medeiros

LEI N.º 3.328 DE 5 DE
DEZEMBRO DE 1957

Adtera o limite estipulado o art. 1.º, in fine, da Lei n.º 2.181, de 5 de fevereiro de 1954, e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O limite estipulado no artigo 1.º, *in fine*, da Lei n.º 2.181 de 5 de fevereiro de 1954, parra a ser de Cr\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros).

Art. 2.º A comissão fixa a que se refere o art. 1.º do Decreto-lei número 2.987, de 27 de janeiro de 1941, passa a ser de 10% (dez por cento) sobre a aquisição mensal que não ultrapasse de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros) e de 5% (cinco por cento) sobre a quantia que ultrapassar de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros), até o limite de Cr\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros) mensais.

Parágrafo único — Não será abonada nenhuma percentagem sobre o que exceder do limite estipulado no artigo 1.º desta lei.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 5 de dezembro de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE.

Lúcio Meira
José Maria Alkmin

LEI N.º 3.329, DE 5 DE
DEZEMBRO DE 1957

Concede pensões especiais de Cr\$ 3.000,00 mensais a Eva Alves de Goes, viúva de Augusto de Araujo Goes, e a Alpheu Ribeiro Aboim, veterano da Campanha de Canudos.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º São concedidas pensões especiais de Cr\$ 3.000,00 (três mil cruzeiros) mensais a Eva Alves de Goes, viúva de Augusto de Araujo Goes, e a Alpheu Ribeiro Aboim, veterano da Campanha de Canudos.

Art. 2.º O pagamento das pensões, de que trata o art. 1.º desta lei, correrá à conta da verba orçamentária do Ministério da Fazenda, destinada aos pensionistas da União.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 5 de dezembro de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE.

José Maria Alkmin

LEI N.º 3.330 — DE 5 DE DEZEMBRO
DE 1957

Dispõe sobre o recolhimento pelas empresas de navegação aérea comercial, das contribuições de previdência social em atraso.

O Presidente da República, Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º As contribuições de previdência social de qualquer natureza, em atraso, devidas pelas empresas de navegação aérea, até o mês imediatamente anterior à vigência desta lei, inclusive, poderão ser recolhidas em prestações mensais e iguais, até o máximo de 180 (cento e oitenta) acrescidas de juros moratórios de 6% (seis por cento) ao ano, observadas as disposições da presente lei.

Parágrafo único. A administração da instituição, conforme o caso, poderá exigir das empresas devedoras beneficiárias desta lei garantia real ou de fidejussória e fazer incluir nos acordos que firmar quaisquer outras condições que entender necessárias e úteis ao efetivo recebimento das contribuições atrasadas.

Art. 2.º Nas ações em curso para cobrança das contribuições em atraso, cessará a respectiva instância, uma vez firmado o acordo na forma desta lei, correndo, entretanto, por conta da empresa executada as custas judiciais que forem devidas.

Art. 3.º As prestações do acordo serão exigíveis na forma e nos prazos estipulados e sua cobrança judicial se fará pela via executiva estabelecida em lei para as contribuições da previdência social.

Art. 4.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 5 de dezembro de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE.

Parsifal Barroso.

LEI N.º 3.331 — DE 5 DE DEZEMBRO DE 1957

*Abre ao Poder Judiciário — Justiça Militar. Superior Tribunal Militar, o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00 para atender às despesas com as solenidades comemorativas do ses-
quicentenário de criação daquele Tribunal.*

O Presidente da República, Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' aberto ao Poder Judiciário — Justiça Militar, Superior Tribunal Militar o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros) para atender às despesas com as solenidades comemorativas do ses-
quicentenário de criação daquele Tribunal.

Art. 2.º O crédito especial, a que se refere esta lei será automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído ao Serviço de Contabilidade do Superior Tribunal Militar.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 5 de dezembro de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE.

Eurico de Aguiar Salles.

José Maria Alkmim.

LEI N.º 3.332 — DE 5 DE DEZEMBRO DE 1957

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 158.000.000,00, para atender às despesas com a instalação e funcionamento da Comissão Nacional de Energia Nuclear.

O Presidente da República, Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 158.000.000,00 (cento e cinquenta e oito milhões de cruzeiros), destinado a atender às despesas com a instalação e funcionamento da Comissão Nacional de Energia Nuclear, criada pelo Decreto n.º 40.110, de 10 de outubro de 1956.

Art. 2.º O crédito especial, a que se refere o art. 1.º, será colocado no Banco do Brasil S. A. à disposição do Presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear, que o aplicará de acordo com o programa de trabalhos aprovado pelo Presidente da República.

Art. 3.º O Presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear prestará contas ao Tribunal de Contas da União, na forma da legislação em vigor, das despesas efetuadas à conta do crédito especial autorizado pela presente lei.

Art. 4.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 5 de dezembro de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE.

José Maria Alkmim.

LEI N.º 3.333 — DE 6 DE DEZEMBRO DE 1957

Cria, no Ministério da Educação e Cultura, o Quadro Especial do Instituto de Belas Artes do Rio Grande do Sul.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica criado, no Ministério da Educação e Cultura, na conformidade da tabela anexa e da Lei n.º 2.403 de 13 de janeiro de 1955 o Quadro Especial do Instituto de Belas Artes do Rio Grande do Sul.

§ 1.º O Quadro, de que trata este artigo será integrado de cargos isolados e de carreira destinados ao aproveitamento dos funcionários do Quadro Suplementar Estadual da Universidade do Rio Grande do Sul, lotados no Instituto de Belas Artes do Rio Grande do Sul.

§ 2º O aproveitamento, de que trata o parágrafo anterior será feito em caráter efetivo, assegurando-se aos servidores os direitos e vantagens do pessoal da União inclusive a contagem do tempo de serviço anterior, para todos os efeitos.

§ 3º Será aproveitada em um dos lugares de "Auxiliar de Ensino" padrão H, a Auxiliar de Ensino Musical, que se acha em disponibilidade remunerada.

Art. 2º A Divisão do Pessoal do Ministério da Educação e Cultura, por proposta do Instituto de Belas Artes do Rio Grande do Sul, providenciará a expedição dos títulos de aproveitamento dos servidores de que trata o § 1º do artigo anterior

Art. 3º As vagas que ocorrerem no Quadro Especial do Instituto de Belas Artes do Rio Grande do Sul só poderão ser providas por promoção.

§ 1º Os cargos isolados serão suprimidos à medida que vagarem.

§ 2º As carreiras se extinguirão gradativamente, suprimindo-se à proporção que vagarem, os cargos de menor vencimento.

§ 3º Os cargos das carreiras de Oficial Administrativo e Zelador inclusive os excedentes, serão mantidos provisoriamente, a fim de neles serem aproveitados, em caráter interino os 5 (cinco) servidores que compõem, atualmente, o Quadro Extraordinário do Instituto de Belas Artes do Rio Grande do Sul, concorrendo entretanto, à promoção, os que se efetivarem por concurso.

Art. 4º Para atender às despesas decorrentes desta lei, é o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura o crédito especial de Cr\$ 1.238 400,00 (um milhão, duzentos e trinta e oito mil e quatrocentos cruzeiros).

Parágrafo único. Vetado.

Art. 5º Vetado.

Rio de Janeiro, em 6 de dezembro de 1957; 136ª da Independência e 69ª da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK

Clovis Salgado

TABELA DE QUE TRATA O ART. 1º DESTA LEI

Número de cargos	Carreira ou Cargo	Classe ou Padrão	Exced.
<i>a) Cargos isolados</i>			
1	Artífice	E	—
1	Bibliotecário	K	—
1	Servente	D	—
3			
<i>b) Cargos de Carreira</i>			
<i>Oficial Administrativo</i>			
1	M	—
1	L	1
1	K	—
1	J	1
1	I	—
1	H	1
3			3

Número de cargos	Carreira ou Cargo	Classe ou Padrão	Exced.
	<i>Auxiliar de Ensino</i>		
1	K	—
1	J	1
1	I	—
2	H	—
—	G	1
5			2
	<i>Zelador</i>		
1	H	—
1	F	—
—	D	1
2			1

LEI N.º 3.334 — DE 10 DE DEZEMBRO DE 1957

Dispõe sobre o quadro dos servidores auxiliares do Tribunal de Contas da União e dá outras providências.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os cargos que compõem o Quadro do Tribunal de Contas da União, criado pela Lei nº 886, de 24 de outubro de 1949, e alterado pela Lei nº 2.251, de 30 de junho de 1954, bem como as funções da respectiva Tabela Única de Mensalistas vigente à data desta lei, passam a constituir o Quadro dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Contas da União, na forma das Tabelas anexas.

Art. 2º A organização dos Serviços Auxiliares e atribuições e responsabilidades dos respectivos cargos e funções serão estabelecidas no Regulamento Interno do Tribunal.

Art. 3º São criados no Quadro dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Contas da União, e na forma da discriminação constante da Tabela nº 2 anexa, os seguintes cargos isolados de provimento efetivo: 58 (cinquenta e oito) de Auxiliar Administrativo, 8 (oito) de Técnico de Orçamento, 3 (três) de Encadernador, 10 (dez) de Motorista e 63 (sessenta e três) de Auxiliar de Conservação.

Art. 4º Ficam extintas, quando vagarem, as seguintes funções de extranumerários mensalistas do Tribunal de Contas da União: 4 (quatro) de Auxiliar Administrativo, 4 (quatro) de Assistente Administrativo, 50 (cinquenta) de Escrevente-Dactilógrafo, 8 (oito) de Técnico de Orçamento, 3 (três) de Mestre, 10 (dez) de Motorista e 40 (quarenta) de Auxiliar de Conservação.

Art. 5º O primeiro provimento dos cargos a que se refere o art. 3º desta lei deverá atender às seguintes normas:

I — os cargos de Auxiliar Administrativo serão providos pelos atuais ocupantes das séries funcionais de Auxiliar Administrativo, Assistente Administrativo e Escrevente-Dactilógrafo;

II — os cargos de Técnico de Orçamento, Encadernador, Motorista e Auxiliar de Conservação pelos atuais ocupantes das funções de Técnico de Orçamento, Mestre, Motorista e Auxiliar de Conservação, respectivamente.

§ 1º. No provimento de que se ocupa este artigo, obedecer-se-á o sistema vertical decrescente, considerando-se como primeiro elemento de classificação a referência ocupada à data anterior à vigência desta lei.

§ 2º. Em caso de empate prevalecerá a maior antiguidade na referência, apurada até o último dia do trimestre anterior à vigência desta lei.

Art. 6º. Concluída a movimentação resultante da reestruturação de que trata o artigo anterior o provimento dos cargos isolados de padrões intermediários da mesma denominação criados por esta lei, será feito mediante nomeação dos ocupantes dos padrões imediatamente inferiores.

Parágrafo único. Na hipótese deste artigo, a escolha, para o preenchimento de cada vaga deverá recair em um dos três primeiros ocupantes da lista de antiguidade no cargo.

Art. 7º. Os cargos isolados de Auxiliar Administrativo e de Técnico de Orçamento serão extintos, à medida que vagarem, a começar do padrão mais baixo.

Art. 8º. São ainda criados no Quadro desses Serviços Auxiliares do Tribunal de Contas da União a carreira de Contador com a estrutura constante da Tabela nº 3 anexa, e os cargos isolados de provimento efetivo de Chefe da Portaria, padrão O. Ajudante de Chefe da Portaria, padrão N. Almoxeiro, padrão M, bem como de 3 (três) de Assessor Administrativo, o padrão M, suprimindo-se as funções gratificadas de Chefe de Portaria e Ajudante do Chefe de Portaria e Encarregado de Almoxeiro.

Art. 9º. São também criadas na Tabela de Funções Gratificadas do Tribunal de Contas, 1 (uma) função de Secretário do Diretor, símbolo FG-4, 2 (duas) de Chefe de Seção, símbolo FG-2, e 2 (duas) de Assistente, símbolo FG-3, sendo 1 (uma), na Delegação do Estado de Minas Gerais e 1 (uma) na do Estado do Rio Grande do Sul, ficando suprimidas 3 (três) funções de Assistente FG-5, nas Delegações do Tribunal junto aos Ministérios da Guerra, Marinha e Aeronáutica.

Art. 10. As carreiras de Oficial Instrutivo, Escriturário, Dactilógrafo, Bibliotecário, Arquivologista, Auxiliar de Portaria do Quadro do Tribunal de Contas da União passam a ter a estrutura constante da Tabela nº 3 anexa à presente lei, providos os respectivos cargos mediante promoções sucessivas dos atuais ocupantes dos cargos das mesmas carreiras, obedecida, rigorosamente, a ordem de antiguidade de classe.

§ 1º. As vagas que ocorrerem nas classes iniciais da carreira de Oficial Instrutivo, serão preenchidas metade por concurso e metade alternadamente pelos ocupantes da classe final das carreiras de Escriturário e Dactilógrafo, na base de 2 (dois) Escriturários por 1 (um) Dactilógrafo, iniciando-se o processo pelos ocupantes da classe final da carreira de Escriturário, observado o critério de merecimento absoluto.

§ 2º. As vagas da classe inicial das demais carreiras serão providas, na sua totalidade, mediante concurso público.

§ 3º. Os casos de empate serão resolvidos na forma da Lei.

Art. 11. Consideram-se carreiras auxiliares em relação à de Oficial Instrutivo, a de Escriturário e de Dactilógrafo.

Art. 12. Na nomeação, promoção, licença, exoneração, demissão, readmissão, readaptação e aposentadoria dos funcionários dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Contas da União serão aplicadas, observadas as restrições desta lei as normas do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União (Lei nº 1.711 de 28 de outubro de 1952), no que couberem.

Art. 13. O provimento dos cargos isolados e das funções gratificadas será da livre escolha do Presidente do Tribunal observados os princípios do seu Regimento Interno e os preceitos desta lei.

Art. 14. É vedada a admissão de pessoal extranumerário do Tribunal de Contas.

Art. 15. Enquanto não se incluir na discriminação orçamentária a situação instituída nesta lei, as despesas serão atendidas pelas dotações atualmente existentes.

Art. 16. É autorizado o Poder Executivo a abrir ao Tribunal de Contas da União o crédito especial de Cr\$ 5 000.000 00 (cinco milhões de cruzeiros), para ocorrer às despesas com a aplicação desta lei.

Art. 17. Esta lei entrara em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, em 10 de dezembro de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHER

José Maria Alkmim

TABELAS DE QUE TRATA ESTA LEI

N.º 1

CARGOS		Símbolos	Número de Cargos
1)	Cargos Isolados de Provimento em Comissão:		
	Secretario da Presidência	CC-2	1
	Diretor	CC-2	6

N.º 2

CARGOS		Padrões ou Classes	Número de Cargos
	Cargos Isolados de Provimento Efetivo:		
1)	Chefe da Portaria	O	1
2)	Ajudante de Chefe da Portaria	N	1
3)	Almoxarife	M	1
4)	Auxiliar de Conservação	H	4
	Auxiliar de Conservação	G	5
	Auxiliar de Conservação	F	6
	Auxiliar de Conservação	E	9
	Auxiliar de Conservação	D	12
	Auxiliar de Conservação	C	12
	Auxiliar de Conservação	B	15
5)	Tecnico de Orçamento	O	4
	Tecnico de Orçamento	N	4
6)	Auxiliar Administrativo	L	8
	Auxiliar Administrativo	K	10
	Auxiliar Administrativo	J	12
	Auxiliar Administrativo	I	14
	Auxiliar Administrativo	H	14
7)	Encadernador	L	1
	Encadernador	J	1
	Encadernador	J	2
8)	Motorista	K	2
	Motorista	J	3
	Motorista	I	5
9)	Assessor Administrativo	M	3

CARGOS		Padrões ou Classes	Número de Cargos
Cargos de Carreira:			
1)	Oficial Instrutivo	O	45
	Oficial Instrutivo	N	45
	Oficial Instrutivo	M	50
	Oficial Instrutivo	L	50
	Oficial Instrutivo	K	70
2)	Escrivão	J	10
	Escrivão	I	10
	Escrivão	H	20
3)	Datilógrafo	J	10
	Datilógrafo	I	13
	Datilógrafo	H	17
4)	Contador	O	2
	Contador	N	3
	Contador	M	3
	Contador	L	4
5)	Bibliotecário	N	1
	Bibliotecário	M	1
	Bibliotecário	L	1
6)	Arquivologista	N	1
	Arquivologista	M	1
	Arquivologista	L	1
7)	Auxiliar da Portaria	M	3
	Auxiliar da Portaria	L	4
	Auxiliar da Portaria	K	7
	Auxiliar da Portaria	J	9
	Auxiliar da Portaria	I	11

LEI N.º 3.335 — DE 10 DE
DEZEMBRO DE 1957

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Supremo Tribunal Federal, o crédito especial de Cr\$ 93.000,00 para atender ao pagamento de diferença de gratificação adicional e abono de emergência a funcionários da Secretaria daquele Tribunal.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Supremo Tribunal Federal, o crédito especial de Cr\$ 93.000,00 (no-

venta e três mil cruzeiros), para ocorrer ao pagamento de diferença de gratificação adicional e abono de emergência a funcionários da Secretaria do Supremo Tribunal Federal, nos exercícios de 1953 a 1955.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 10 de dezembro de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK.

Eurico Aguiar Salles.

José Maria Alkmim.

LEI N.º 3.336 — DE 10 DE DEZEMBRO DE 1957

Prorroga até 31 de dezembro de 1958 a lei n.º 1.300, de 28 de dezembro de 1950, com as alterações mantidas na Lei n.º 3.085, de 29 de dezembro de 1956, e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O prazo de vigência da Lei n.º 1.300, de 28 de dezembro de 1950, estabelecido no art. 1.º da Lei número 3.085, de 29 de dezembro de 1956, fica prorrogado até 31 de dezembro de 1958, com as alterações deste último diploma legal e o prazo do seu art. 9.º.

Art. 2.º São prorrogados por 1 (um) ano os contratos de arrendamentos rurais, referentes à lavoura e à pecuária cujo término se verificar até 31 de dezembro de 1958.

§ 1.º. Não se incluem na disposição deste artigo os arrendamentos feitos por entidades de direito público.

§ 2.º. Os contratos que se vencerem durante o prazo de prorrogação fixado neste artigo quando pagos em dinheiro poderão ser reajustados mediante acordo das partes até 12% (doze por cento) do seu valor.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro em 10 de dezembro de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK

Eurico de Aguiar Salles

LEI N.º 3.337 — DE 12 DE DEZEMBRO DE 1957

Dispõe sobre a emissão de letras e obrigações do Tesouro Nacional e dá outras providências.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo, por intermédio do Ministério da Fazenda,

autorizado a emitir letras e obrigações do Tesouro Nacional, para atender ao financiamento dos *denicits* públicos da União e a realização do combate à inflação, vencíveis em prazos variáveis entre 60 (sessenta) dias e 5 (cinco) anos da data, não podendo o valor total da circulação de tais títulos exceder, em qualquer tempo, de Cr\$ 30.000.000.000,00 (trinta bilhões de cruzeiros).

§ 1.º O valor nominal dos títulos será fixado pelo Ministro da Fazenda, podendo a emissão ser feita em séries de tipos e juros diferentes com cláusula de intransferibilidade, quando conveniente. As taxas de juros poderão variar entre o mínimo de 6% (seis por cento) e o máximo de 12% (doze por cento) ao ano.

§ 2.º Vetado.

Art. 2.º Fica o Poder Executivo autorizado a aplicar até 30% (trinta por cento) do limite previsto no art. 1.º em empréstimos nos Estados, Municípios, e Distrito Federal, na conformidade do plano a ser elaborado pelo Congresso Nacional.

§ 1.º A aplicação de que trata este artigo será efetuada a medida que o Governo Federal for levantando os recursos através da colocação dos títulos, não computadas, para esse fim, as aquisições eventualmente feitas pelo Banco do Brasil.

§ 2.º Enquanto não for aprovado o plano de aplicação a que se refere este artigo, é facultado ao Poder Executivo, por intermédio do Ministério da Fazenda, adiantar recursos aos governos estaduais, municipais e do Distrito Federal, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor total dos títulos em circulação, observadas as seguintes normas:

a) na distribuição desses recursos deverá o Poder Executivo atender equitativamente ao maior número de unidades federativas, levando em consideração, objetivamente as condições econômicas e a situação financeira de cada uma;

b) o adiantamento a qualquer unidade federativa, compreendido cada Estado como o conjunto do governo estadual mais os respectivos Municípios, não poderá ser de quantia superior a 10% (dez por cento) do total dos recursos previstos neste parágrafo;

c) até 15 de março e 15 de setembro de cada ano. O modo. Executivo enviará ao Congresso Nacional a relação dos adiantamentos feitos aos Estados e Municípios.

Art. 3.º A Carteira de Redescontos do Banco do Brasil mediante autorização da Superintendência da Moeda e do Crédito, na forma do disposto no Decreto-lei n.º 7.293 de 2 de fevereiro de 1945, art. 3.º, letra f, poderá fazer empréstimos a bancos, garantidos pelos títulos cuja emissão é autorizada pela presente lei.

Art. 4.º Títulos correspondentes a empréstimos de prazo não inferior a 1 (um) ano, emitidos num período de 3 (três) anos a contar da vigência desta lei, poderão conter cláusula de garantias contra eventual desvalorização da moeda de acordo com índices que forem sugeridos pelo Conselho Nacional de Economia.

Art. 5.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, estendendo-se suas disposições às letras do Tesouro Nacional emitidas no exercício de 1957, por antecipação da receita.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 12 de dezembro de 1957. 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE.

Jose Maria Alkmin.

LEI N.º 3.338 — DE 14 DE
DEZEMBRO DE 1957

Altera disposições das Leis n.º 2.550, de 25 de julho de 1955, e 2.982, de 30 de novembro de 1956, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Para alistar-se, o cidadão brasileiro, já inscrito eleitor até 31 de dezembro de 1955 (Lei n.º 2.550, de 25 de julho de 1955, art. 70), deverá preencher, datar e assinar do próprio punho, na presença do escrivão, de funcionário designado pelo Juiz ou do preparador, requerimento de teor igual ao modelo anexo, dirigido ao juiz da zona de seu domicílio eleito-

ral, entregando, nesse ato, além do título anterior, 3 (três) retratos com a dimensão de 3 x 4.

§ 1.º No caso de extravio do título anterior, o alistando poderá requerer, em substituição ao mesmo, a junta do primitivo processo de qualificação na forma do modelo anexo.

§ 2.º Em seguida, ainda na presença do mesmo escrivão, funcionário ou preparador, assinará a folha individual de votação e o novo título (Lei n.º 2.550, de 25 de julho de 1955, art. 68, § 2.º).

§ 3.º O escrivão, funcionário ou preparador dará recibo do pedido ao requerente e atestará que a fórmula fora preenchida e assinada pelo mesmo requerente, juntamente com a folha individual de votação e novo título, em sua presença (Lei citada, artigo 69, § 1.º, com a redação que lhe deu o § 4.º do art. 2.º da Lei número 2.982, de 30 de novembro de 1956).

Art. 2.º O escrivão ou funcionário responsável, ao preencher a folha individual de votação constante do modelo que acompanha a Lei n.º 2.550, de 25 de julho de 1955, extrairá da fórmula a que se refere o artigo anterior os dados referentes ao nome, estado civil, profissão e residência do eleitor, e, do título que instrui o pedido, os elementos relativos à filiação, idade e naturalidade.

Art. 3.º Os Tribunais Regionais Eleitorais, dentro em 30 (trinta) dias, a contar da publicação desta lei, nomearão preparadores para auxiliar o alistamento:

- a) para as sedes das zonas eleitorais que estejam vagas;
- b) para as sedes das comarcas, termos e municípios que não forem sede de zona eleitoral;
- c) para as sedes dos distritos judiciários ou municipais;
- d) para os povoados distantes mais de 12 (doze) quilômetros da sede da zona eleitoral ou de difícil acesso, onde resida um mínimo de 200 (duzentas) pessoas em condições de se inscreverem como eleitores.

§ 1.º Os preparadores serão nomeados mediante representação de partido político, por seus delegados, ou dos próprios juizes eleitorais, e escolhidos, de preferência, entre as autoridades judiciárias locais, que gozem, pelo menos, de garantia de estabilidade, mesmo por tempo determinado.

§ 2.º Não havendo, na localidade, autoridade judiciária, que satisfaça os requisitos previstos no parágrafo anterior, a escolha deverá recair em pessoa idônea, entre as de melhor reputação e independência, na localidade.

§ 3.º Não poderão servir como preparadores:

a) os juizes de paz ou distritais, ou ainda a autoridade judiciária correspondente, de acordo com a organização judiciária do Estado;

b) os membros de diretório de partido político e os candidatos a cargos eletivos, bem como os seus cônjuges e parentes consanguíneos ou afins, até o 2.º grau, inclusive;

c) as autoridades policiais e os funcionários livremente demissíveis

d) os membros eletivos do Executivo e do Legislativo e os respectivos substitutos ou suplentes.

§ 4.º Perante os preparadores, cada partido político registrado poderá nomear até 2 (dois) delegados, que assistam e fiscalizem os seus atos e acompanhem as diligências que realizarem.

§ 5.º Os delegados a que se refere o parágrafo anterior serão registrados perante os juizes eleitorais, a requerimento do presidente do Diretório Municipal de partido político.

Art. 4.º Compete ao preparador:

a) auxiliar, em geral, o alistamento eleitoral, cumprindo as determinações do juiz eleitoral da respectiva zona;

b) apresentar ao alistando a fórmula do requerimento a ser por ele preenchida em sua presença e tomar-lhe a assinatura;

c) colher, na folha individual de votação e nas vias do título eleitoral, a assinatura do alistando;

d) subscrever o atestado de que a fórmula do pedido de alistamento foi preenchida e assinada na sua presença e do próprio punho do alistando;

e) receber e examinar os documentos apresentados pelo alistando, para efeito de sua qualificação, e dar-lhe recibo;

f) autuar o pedido de inscrição com os documentos que o instruírem e encaminhar os autos ao juiz eleitoral, para os devidos fins, no prazo de 48 (quarenta e oito horas), contadas do recebimento do pedido;

g) fazer a entrega do título eleitoral ao eleitor ou a delegado de par-

tido que lhe apresentar o recibo a que se refere o § 1.º do art. 69 da Lei n.º 2.550, de 25 de julho de 1955, com a redação que lhe deu o art. 2.º, § 4.º, da Lei n.º 2.982, de 30 de novembro de 1956;

h) encaminhar, devidamente informadas, ao juiz eleitoral, dentro em 24 (vinte e quatro) horas, as impugnações, representações ou reclamações que lhe forem apresentadas e também os requerimentos de qualquer natureza, dirigidos àquela autoridade por eleitor ou delegado de partido;

i) praticar todos os atos que as Instruções para o alistamento, baixadas pelo Tribunal Superior Eleitoral, atribuem ao escrivão eleitoral.

Parágrafo único. O preparador perceberá a gratificação de Cr\$ 5.00 (cinco cruzeiros) por processo preparado, pagos pelo Tribunal Regional Eleitoral, à vista de relação visada pelo juiz eleitoral da respectiva zona.

Art. 5.º Qualquer eleitor ou delegado de partido poderá representar ao Tribunal Regional Eleitoral, diretamente ou por intermédio do juiz eleitoral da zona, contra os atos do preparador.

§ 1.º A representação, uma vez tomada por termo, se verbal, e autuada, será encaminhada ao Tribunal, devidamente informada pelo juiz eleitoral, depois de ouvido o preparador.

§ 2.º Tratando-se de representação encaminhada diretamente ao Tribunal, poderá este, se entender necessário, mandar ouvir o preparador e pedir informações ao juiz eleitoral.

§ 3.º Julgada procedente a representação será o preparador desde logo destituído de suas funções, sem prejuízo da apuração da responsabilidade pelos crimes eleitorais que houver praticado, de acordo com a legislação vigente.

Art. 6.º Quando o pedido de inscrição for instruído com o título antigo, o juiz eleitoral, no caso de dúvida quanto à regularidade da inscrição anterior, poderá mandar juntar ao processo, em apenso, o primitivo pedido de qualificação, para verificar se fora obtido com fraude ou com preterição das exigências legais.

§ 1.º O juiz no caso de apurar ter sido ilegalmente expedido o título junto pelo alistando exigirá a apresentação de qualquer dos documentos enumerados no art. 33 do Código Eleitoral, indeferindo o requerimento

de inscrição, se a exigência não fôr atendida no prazo marcado.

§ 2º O disposto neste artigo não exclui as providências que o juiz eleitoral poderá determinar nos casos de dúvida quanto à identidade ou a alfabetização do eleitor, na forma do disposto nos §§ 2º e 3º do art. 69 da Lei nº 2.550, de 25 de julho de 1955, com a redação que lhes deu o art. 2º da Lei nº 2.982, de 30 de novembro de 1956.

Art. 7º As despesas com o retrato do eleitor a que se refere o art. 71 da Lei nº 2.550 de 25 de julho de 1955, serão indenizadas pela Justiça Eleitoral, de acordo com os preceitos desta lei e as Instruções baixadas pelo Tribunal Superior Eleitoral.

Art. 8º O alistando, ao requerer sua inscrição, entregará 3 (três) retratos com a dimensão referida no art. 1º sendo indenizado pelo cartório eleitoral ou preparador, da importância correspondente ao preço fixado para cada localidade, pelos Tribunais Regionais ou juizes eleitorais, por delegação daqueles, de acordo com as Instruções mencionadas no artigo anterior.

§ 1º Do pagamento da indenização, a que se refere este artigo será exigida declaração, mediante assinatura em documento coletivo, conforme modelo aprovado pelo Tribunal Superior Eleitoral.

§ 2º A importância da indenização poderá ser recebida por delegação de partido, que apresentar autorização assinada pelo alistando cabendo-lhe, neste caso, assinar a declaração referida no parágrafo anterior.

§ 3º O alistando quando dispensar o pagamento da indenização, assinará declaração coletiva, de acordo com o modelo também aprovado pelo Tribunal Superior Eleitoral.

Art. 9º Para as eleições que se realizarem em 3 de outubro de 1958, ficam reduzidos de 30 (trinta) dias o prazo a que se refere o art. 4º da Lei nº 2.550 de 25 de julho de 1955 e, de 20 (vinte) dias os prazos a que aludem o § 1º do art. 6º e o art. 16 da mesma Lei.

Art. 10. Ficam prorrogados até 30 de junho de 1958 os prazos a que se referem o art. 3º e seu parágrafo único da Lei nº 2.982, de 30 de novembro de 1956.

Art. 11. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — Tribunal Superior Eleitoral o crédito especial de Cr\$ 300.000.000.00 (trezentos milhões de cruzeiros) para ocorrer nos exercícios de 1957 e 1958 às despesas decorrentes do alistamento eleitoral nos termos desta lei, do Código Eleitoral e das Leis ns. 2.550, de 25 de julho de 1955, e 2.982, de 30 de novembro de 1956.

Parágrafo único. O crédito a que se refere este artigo poderá ser aberto de uma só vez ou em parcelas segundo as necessidades da Justiça Eleitoral, e será automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído ao Tribunal Superior Eleitoral.

Art. 12. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 14 de dezembro de 1957: 136º da Independência e 69º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK.

Eurico de Aguiar Salles.

José Maria Alkmim

MODELOS DE QUE TRATAM O ART. 1º E SEU § 1º DESTA LEI

Senhor Juiz Eleitoral da Zona

O abaixo assinado, brasileiro, maior, estado civil, profissão, residente em

cidade bairro vila ou povoado dêste município, requer a sua inscrição como eleitor, para o que junta o título eleitoral que obteve de acordo com o processo de alistamento vigente até 31 de dezembro de 1955.

Data

Assinatura

ATESTADO

Atesto que a presente fórmula foi preenchida, datada e assinada em minha presença pelo requerente, do seu próprio punho.

Data supra.

Escrivão, funcionário ou preparador

Senhor Juiz Eleitoral da Zona

O abaixo assinado, brasileiro, maior,
estado civil, pro-
fissão, residente
em,
cidade, bairro, vila ou povoado

dêste Município requer a sua inscri-
ção como eleitor para o que, tendo
extraviado o título eleitoral que obteve
de acordo com o processo de alista-
mento vigente até 31 de dezembro
de 1955 solicita a juntada do pri-
mitivo pedido de qualificação.

Data

Assinatura

ATESTADO

Atesto que a presente fórmula foi
preenchida, datada e assinada em
minha presença pelo requerente, do
seu próprio punho.

Data supra.

Escrivão, funcionário ou preparador

LEI N.º 3.339 — DE 14 DE DEZEMBRO
DE 1957

*Denomina Refinaria Landulpho Alves
a Refinaria de Mataripe, no Esta-
do da Bahia.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Na-
cional decreta e eu sanciono a se-
guinte Lei:

Art. 1.º Fica denominada Refi-
naria Landulpho Alves a Refinaria de
Mataripe, no Estado da Bahia.

Art. 2.º Esta lei entrará em vi-
gor na data de sua publicação, revo-
gadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 14 de dezembro
de 1957; 136.º da Independência e 69.º
da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

Mário Meneghetti

LEI N.º 3.340 — DE 14 DE DEZEMBRO
DE 1957

*Concede a pensão especial de
Cr\$ 5.000,00 mensais a Zima Reis
e Silva, viúva do tenor Reis e
Silva.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacio-
nal decreta e eu sanciono a seguinte
lei:

Art. 1.º É concedida a pensão es-
pecial de Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cru-
zeiros) mensais a Zima Reis e Silva,
viúva do tenor Reis e Silva.

Art. 2.º Cessará a pensão pelo fa-
lecimento da pensionista ou em caso
de contrair novas núpcias.

Art. 3.º O pagamento da pensão
concedida no art. 1.º correrá à conta
da verba orçamentária do Ministério
da Fazenda, destinada aos pensionis-
tas da União.

Art. 4.º Esta lei entrará em vigor
na data de sua publicação, revogadas
as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro
de 1957; 136.º da Independência e
69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

José Maria Alkmim

LEI N.º 3.341 — DE 14 DE DEZEMBRO
DE 1957

*Concede isenção de direitos aduanei-
ros, imposto de consumo e taxas al-
fandegárias para material a ser im-
portado da Alemanha Ocidental,
destinado à Basílica de Nossa Se-
nhora de Ubá, no Estado de Minas
Gerais.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacio-
nal decreta e eu sanciono a seguinte
lei:

Art. 1.º É concedida isenção de
direitos aduaneiros, imposto de con-
sumo e taxas alfandegárias para o
material, constante da relação anexa,
no valor de DMK 56.185,00,
DMK 8.752,00, DMK 30.000,00 e ...
DMK 5.000,00, a ser importado da
Alemanha Ocidental nas firmas Paul
Vortman Rechingshausen, Hermann

Eule, Bautzen e Radeberge Elizschutz und Maschinenbau, de Radeberg, destinado à Basílica de Nossa Senhora de Uba, no Estado de Minas Gerais.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação e se aplica a materiais desembarcados sob termo de responsabilidade.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

José Maria Alkmim

MATERIAL DE QUE TRATA O ART. 1.º DESTA LEI

- 1) Um conjunto completo de carrilhão, composto de quarenta e nove sinos de bronze;
- 2) um relógio de ligação com corda automática;
- 3) mecanismo de carrilhão;
- 4) um teclado;
- 5) uma armação para colocação dos sinos;
- 6) uma instalação protetora de raio;
- 7) vinte e quatro rolos de músicas sacras, respectivos pertences e acessórios;
- 8) quatro sinos de bronze, teor 78/22, em forma de cálice, badalos e armação completa;
- 9) um órgão de igreja, com todos os pertences e acessórios;
- 10) uma instalação completa de um sistema de pára-raios, pertences e acessórios.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 1957.

LEI N.º 3.342 — DE 14 DE DEZEMBRO DE 1957

Concede a pensão especial de Cr\$ 3.000,00 mensais a Carporina Barroso de Araújo Corrêa, viúva do Oficial Aduaneiro da Guardamoria da Alfândega, Ismael Pinto de Araújo Corrêa.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É concedida a pensão especial de Cr\$ 3.000,00 (três mil cru-

zeiros) mensais a Carporina Barroso de Araújo Corrêa, viúva do Oficial Aduaneiro da Guardamoria da Alfândega do Rio de Janeiro, Ismael Pinto de Araújo Corrêa.

Art. 2.º O pagamento da pensão de que trata o art. 1.º correrá à conta da verba orçamentária do Ministério da Fazenda, destinada aos pensionistas da União.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

José Maria Alkmim

LEI N.º 3.343 — DE 14 DE DEZEMBRO DE 1957

Cria cargos no Quadro do Pessoal da Justiça do Trabalho da 2.ª Região, e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Ficam criados, no Quadro do Pessoal da Justiça do Trabalho da 2.ª Região, para terem exercício na Junta de Conciliação e Julgamento de São Caetano do Sul, no Estado de São Paulo, os seguintes cargos:

Cargos isolados de provimento efetivo

Um (1) de Chefe de Secretaria da Junta de Conciliação e Julgamento, padrão M;

Um (1) de Oficial de Justiça, padrão H;

Cargos de Carreira

Dois (2) de Oficial Judiciário, classe H;

Quatro (4) de Auxiliar Judiciário, classe E;

Dois (2) de Servente, classe C.

Art. 2.º Ficam criados, ainda, no Quadro do Pessoal da Justiça do Trabalho da 2.ª Região, para terem exercício na 2.ª Junta de Conciliação e Julgamento de Santos, no Estado de São Paulo, os seguintes cargos:

Cargos isolados de provimento efetivo

Um (1) de Chefe de Secretaria da Junta de Conciliação e Julgamento, padrão M;

Um (1) de Oficial de Justiça, padrão H;

Um (1) de Distribuidor, padrão K;

Cargos de Carreira

Dois (2) de Oficial Judiciário, classe H;

Quatro (4) de Auxiliar Judiciário, classe E;

Dois (2) de Servente, classe C.

Art. 3.º Para atender, no corrente exercício, às despesas decorrentes desta lei, fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário, Justiça do Trabalho — Tribunal Regional da 2.ª Região, o crédito especial de Cr\$ 380 000,00 (trezentos e oitenta mil cruzeiros).

Art. 4.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 14 de dezembro de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

Eurico de Aguiar Salles.

Parsifal Barroso

José Maria Alkmim.

LEI N.º 3.344 — DE 14 DE DEZEMBRO DE 1957

Prorroga o prazo de vigência da Lei n.º 1.522, de 26 de dezembro de 1951, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei n.º 3.084, de 29 de dezembro de 1956.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º O prazo de vigência da Lei n.º 1.522, de 26 de dezembro de 1951, estabelecido no art. 1.º da Lei n.º 3.084, de 29 de dezembro de 1956, é prorrogado até 30 de julho de 1958, revigoradas por igual prazo as altera-

ções constantes da Lei n.º 3.084, acima referida.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 14 de dezembro de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE.

Parsifal Barroso.

Eurico de Aguiar Salles.

José Maria Alkmim.

Lúcio Meira.

Mário Meneghetti.

LEI N.º 3.345 — DE 17 DE DEZEMBRO DE 1957

Considera equivalentes aos cursos de comandante de pelotão, de seção ou de aperfeiçoamento das Escolas de Sargentos das Armas, do Exército, para os efeitos do § 1.º, do art 51, da Lei n.º 2.370, de 9 de dezembro de 1954, os cursos de aperfeiçoamento, técnico profissional e das Escolas Profissionais da Marinha de Guerra.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º São considerados equivalentes aos cursos de comandante de pelotão, de seção ou de aperfeiçoamento das Escolas de Sargentos das Armas, do Exército, para os efeitos do § 1.º do art. 51 da Lei n.º 2.370, de 9 de dezembro de 1954, os cursos de aperfeiçoamento, técnico profissional e das Escolas Profissionais, da Marinha de Guerra.

Art. 2.º Serão revistas, com base nesta lei, todas as transferências para a inatividade, já concedidas.

Parágrafo único. Gozarão dos benefícios deste artigo os primeiros sargentos da Marinha de Guerra que foram transferidos para a reserva remunerada ou reformados, antes da vigência da Lei n.º 2.370, de 9 de dezembro de 1954, e que sejam por-

tadores dos cursos de aperfeiçoamento, técnico profissional ou das Escolas Profissionais, da Marinha de Guerra.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 17 de dezembro de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE.

Antônio Alves Câmara.

LEI N.º 3.347 — DE 17 DE DEZEMBRO DE 1957

Autoriza o Poder Executivo a doar imóvel à Associação dos Ex-Combatentes do Brasil, seção do Distrito Federal.

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

LEI N.º 3.346 — DE 17 DE DEZEMBRO DE 1957

Acrescenta item ao art. 9.º do Decreto-lei n.º 6.259, de 10 de fevereiro de 1944, que dispõe sobre o serviço de loterias e dá outras providências.

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É acrescentado ao art. 9.º do Decreto-lei n.º 6.259, de 10 de fevereiro de 1944, o seguinte item:

"Art. 9.º

7) Os Estados que executam o serviço de loteria, diretamente ou em regime de autarquia, poderão realizar, uma vez ao ano, extração especial, para fins de assistência social, hospitalar, educacional e cultural, a cargo do Poder Executivo, com a emissão máxima de 100.000 (cem mil) bilhetes, ao preço maior de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros) cada um e distribuição de prêmios até Cr\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros)".

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 17 de dezembro de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE.

José Maria Alkmim.

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a doar à sociedade civil Associação dos Ex-Combatentes do Brasil, seção do Distrito Federal, para o fim de instalar sua sede e serviços previstos em seus estatutos, o imóvel pertencente ao Patrimônio da União e constituído do terreno nacional interior situado à rua Washington Luiz, antiga Paulo de Frontin, na Esplanada do Senado, no Distrito Federal, lotes ns. 53 e 59, que confrontam, na frente, com a referida rua Washington Luiz numa extensão de doze metros (12,00m); pelo lado direito com o lote n.º 60, do mesmo quarteirão (II) medindo aí trinta e sete metros (37,00m); pelos fundos com os lotes ns. 38, 39 e 40 do aludido quarteirão (II) numa linha de doze metros e sessenta e nove centímetros (12,69m) e, finalmente, pelo lado esquerdo com o lote n.º 57 do citado quarteirão, onde mede trinta e três metros (33,00m), perfazendo a área total de quatrocentos e vinte metros quadrados (420,00m2).

Parágrafo único. Em caso de dissolução, liquidação ou extinção da Associação dos Ex-Combatentes do Brasil, os lotes objeto desta doação reverterão ao Patrimônio da União.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 17 de dezembro de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE.

José Maria Alkmim.

LEI N.º 3.348 — DE 17 DE DEZEMBRO
DE 1957

Concede os auxílios de Cr\$ 2.000.000,00 e Cr\$ 2.000.000,00 à Faculdade de Filosofia da cidade de Pelotas, no Estado do Rio Grande do Sul, e à Faculdade de Filosofia do Ceará.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' concedido à Faculdade de Filosofia, fundada pela Mitra Diocesana de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul, o auxílio de Cr\$... 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros) para aplicação a aquisição ou construção de sua sede e instalações.

§ 1.º A Faculdade de Filosofia prestará ao Ministério da Educação e Cultura contas comprovadas da aplicação do auxílio estritamente ao fim indicado neste artigo.

§ 2.º Para recebimento do auxílio, a Faculdade de Filosofia obrigará-se a criar, dentro de 3 (três) anos os cursos de Ciências Naturais — especialmente os de Física, Química e Matemáticas Superiores — e a con-

ceder gratuidade a um quinto das matrículas de que dispuser.

Art. 2.º A importância concedida a título de auxílio será restituída à União com os juros de mora de 6% (seis por cento) ao ano contados desde o recebimento, se o prédio for alienado sem que o seu preço seja convertido em outro para o mesmo objetivo ou se deste foi desviado.

Art. 3.º E' concedido, igualmente, à Faculdade Católica de Filosofia do Ceará o auxílio de Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros) para aplicação à aquisição ou construção de sua sede e instalações nas mesmas condições da precedente.

Art. 4.º E' aberto ao Ministério da Educação e Cultura o crédito especial de Cr\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de cruzeiros) para atender à despesa resultante da execução desta lei.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 17 de dezembro de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHK

Clovis Salgado

José Maria Alkmim

LEI N.º 3.349 — DE 18 DE DEZEMBRO DE 1957

Concede a pensão especial de Cr\$ 5.000,00 mensais a Eunice Medeiros Cela, viúva do pintor brasileiro Raymundo Brandão Cela.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' concedida a pensão especial de Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros) mensais a Eunice Medeiros Cela, viúva do pintor brasileiro Raymundo Brandão Cela.

Art. 2.º O pagamento, de que trata o artigo precedente, correrá à conta da dotação orçamentária do Ministério da Fazenda, destinada aos pensionistas da União.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de dezembro de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHK.

José Maria Alkmim.

LEI N.º 3.350 — DE 18 DE DEZEMBRO DE 1957

Altera a carreira de datiloscopista do Quadro Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É alterada, na forma da tabela anexa, a carreira de datiloscopista do Quadro Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Parágrafo único. A carreira, de que trata este artigo, é privativa do Departamento Federal de Segurança Pública.

Art. 2.º A despesa com a execução desta lei correrá à conta da dotação orçamentária própria do Departamento Federal de Segurança Pública do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de dezembro de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHER.

Eurico de Aguiar Salles.

TABELA DE QUE TRATA ESTA LEI

Número de cargos	Carreira ou cargos	Classe ou Padrão	Excedentes	Vagos
	<i>Datiloscopista</i>			
10	L	—	5
20	K	—	10
30	J	—	15
40	I	—	11
50	H	—	15
150				56

LEI N.º 3.351 — DE 18 DE DEZEMBRO DE 1957

Altera a Lei n.º 2.429, de 16 de fevereiro de 1955, que fixa o número de Oficiais Gerais de Exército.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É elevado para 8 (oito) o número de Generais de Exército fixado pela Lei n.º 2.429, de 16 de fevereiro de 1955.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de dezembro de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE.

Henrique Lott.

LEI N.º 3.352 — DE 18 DE DEZEMBRO DE 1957

Altera disposições do Decreto-lei n.º 2.865, de 12 de dezembro de 1940, que dispõe sobre organização e funcionamento do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' elevada para 40% (quarenta por cento) a percentagem fixada na alínea c do art. 47 do Decreto-lei n.º 2.865, de 12 de dezembro de 1940, ficando suprimida a alínea d desse mesmo artigo.

Art. 2.º E' revogado o art. 48, do referido Decreto-lei, e seu parágrafo único.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de dezembro de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE.

Parsifal Barroso.

LEI N.º 3.353 — DE 20 DE DEZEMBRO DE 1957

Prorroga a vigência da Lei n.º 1.886, de 11 de junho de 1953, que aprova o Plano do Carvão Nacional, e dispõe sobre sua execução, e dá outras providências.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica prorrogada a vigência da Lei n.º 1.886, de 11 de junho de 1953, até o exercício de 1960, inclusive, com as alterações decorrentes desta lei e das Leis ns. 3.018, de 17 de dezembro de 1956, 3.119, de 31 de março de 1957 e 3.226, de 27 de julho de 1957.

§ 1.º Os empreendimentos constantes do Anexo n.º 1, a que se refere o art. 1.º da Lei n.º 1.886, de 11 de junho de 1953, passam a ser os constantes do Anexo desta lei.

§ 2.º Fica suprimido o Anexo n.º 2 a que se refere o parágrafo único do art. 2.º da Lei n.º 1.886, de 11 de junho de 1953.

Art. 2.º Fica revigorado o crédito especial de Cr\$ 955.000.000,00 (novecentos e cinquenta e cinco milhões de cruzeiros), autorizado pela Lei número 1.886, de 11 de junho de 1953 e aberto pelo Decreto n.º 34.716, de 27 de novembro de 1953.

Parágrafo único. O Poder Executivo aplicará o crédito, a que se refere este artigo, no custeio das despesas com a execução do Plano do Carvão Nacional, inclusive financiamentos a empresas privadas, obedecida a seguinte distribuição:

	Cr\$
Até o exercício de 1957,	
inclusive	230.000.000,00
Exercício de 1958	210.000.000,00
Exercício de 1959	310.000.000,00
Exercício de 1960	205.000.000,00

Art. 3.º Fica autorizada a abertura do crédito especial de Cr\$ 210.000.000,00 (duzentos e dez

milhões de cruzeiros) para atender às despesas decorrentes da execução do programa consubstanciado no Anexo desta lei, complementando o crédito referido no seu art. 2.º.

Parágrafo único. A aplicação do crédito especial, a que se refere este artigo, obedecerá à seguinte distribuição:

Cr\$

Exercício de 1958	40.000.000,00
Exercício de 1959	65.000.000,00
Exercício de 1960	105.000.000,00

Art. 4.º O Conselho Consultivo da Comissão Executiva do Plano do Carvão Nacional será constituído dos representantes especificamente mencionados no § 2.º do art. 4.º da Lei n.º 1.886, de 11 de junho de 1953, acrescido de um representante do Departamento Nacional da Produção Mineral.

Art. 5.º Fica ampliado para Cr\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de cruzeiros) o total do financiamento autorizado na forma do art. 6.º e seus parágrafos da Lei n.º 1.886, de 11 de junho de 1953, às empresas mineradoras que desejarem mecanizar a extração e montar lavadores para o carvão por elas produzido.

Art. 6.º Ficam revogadas as disposições do art. 10 e seu parágrafo único da Lei n.º 1.886, de 11 de junho de 1953, referentes à aquisição de embarcações pela Comissão Executiva do Plano do Carvão Nacional.

Art. 7.º Ficam igualmente revogadas as autorizações para concessão dos financiamentos a que se referem os arts. 13 e 14 da Lei n.º 1.886, de 11 de junho de 1953.

Art. 8.º — Fica ampliada para Cr\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de cruzeiros) a quantia destinada aos empreendimentos relativos à assistência social no interesse dos trabalhadores na indústria do carvão, a que se refere o parágrafo único do art. 15 da Lei n.º 1.886, de 11 de junho de 1953.

Art. 9.º É concedida isenção de impostos e taxas aduaneiras, exceto a de previdência social, para os equipamentos necessários à racionalização da indústria do carvão encomendados até 31 de dezembro de 1960 e dos quais não exista similar nacional.

Parágrafo único. O Conselho de Política Aduaneira, ouvida a Comissão Executiva do Plano do Carvão

Nacional, especificará os equipamentos a que se refere o presente artigo.

Art. 10. O crédito de que trata o art. 2.º desta lei, já registrado pelo Tribunal de Contas, bem como o autorizado no art. 3.º, também desta lei após registro pelo mesmo Tribunal, serão postos no Banco do Brasil, por antecipação, à disposição do Diretor-Executivo, que os movimentará livremente e comprovará o seu emprego perante o Tribunal de Contas na forma da legislação em vigor.

Art. 11. Para efeito de aplicação, os créditos mencionados nos arts. 2.º e 3.º desta lei terão validade até o exercício de 1960.

Art. 12. Durante a vigência da presente lei a fixação das características dos diversos tipos de carvão e dos respectivos preços será feita pela Comissão Executiva do Plano do Carvão Nacional, mediante portaria.

Art. 13. A Comissão Executiva do Plano do Carvão Nacional extinguir-se-á em 31 de dezembro de 1960, devendo antes apresentar relatório final de seus trabalhos, do qual constará o estudo da situação da indústria carvoeira, nessa época, e de suas perspectivas imediatas.

Art. 14. As disposições da Lei número 2.453 de 16 de abril de 1955, relativas às estradas de ferro pertencentes ao Patrimônio da União, que consomem carvão nacional, aplicam-se igualmente às vias férreas incorporadas ou exploradas pela Rede Ferroviária Federal S. A.

Art. 15. Deverá o Governo, no prazo máximo de 6 (seis) meses, apresentar ao Congresso Nacional projeto de organização de uma sociedade de economia mista, com o objetivo de instalar e operar a usina siderúrgica prevista na Lei n.º 2.120, de 28 de novembro de 1953.

Art. 16. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 20 de dezembro de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK

José Maria Alkmim

Lúcio Meira

Mário Meneghetti

ANEXO DE QUE TRATA ESTA
LEI — PLANO DO CARVÃO NA-
CIONAL — ESPECIFICAÇÃO DAS
DOTAÇÕES

I — Setor Transporte:

	Cr\$
a) em Santa Catarina :	
1. Construção e aparelhamento do porto de Imbituba e indenizações correlatas	160.000.000,00
b) no Rio Grande do Sul:	
2. Construção de ramais ferroviários para as minas ..	20.000.000,00
3. Construção de uma ponte rodoviária sobre o rio Jacui, entre Triunfo e São Jerônimo (Lei número 3 018, de 17 de dezembro de 1956)	200.000.000,00
c) no Porto do Rio de Janeiro:	
4. Aparelhamento do pátio de carvão e dragagem	25.000.000,00
d) no Estado do Rio de Janeiro:	
5. Aparelhamento do Porto de Angra dos Reis	30.000.000,00
6. Estudos para a construção do porto de Itacurusá	10.000.000,00

II — Setor Mineração e Indústria:

	Cr\$
7. Financiamento da aquisição e instalação de equipamento para as minas e de aparelhagem para lavagem do carvão	300.000.000,00

8. Financiamento às empresas mineradoras para serviços de assistência social	15 000.000,00
9. Empreendimentos da Comissão Executiva do Plano do Carvão Nacional relativos à assistência social, no interesse dos trabalhadores na indústria do carvão	25.000.000,00
10. Participação da União numa Sociedade de Economia Mista, destinada à construção de uma usina termoeletrica em Santa Catarina (Lei número 3.119, de 31 de março de 1957)	130.000.000,00
11. Participação da União numa Sociedade de Economia Mista, destinada à construção de uma usina termoeletrica no Paraná (Lei n.º 3.226, de 27 de julho de 1957) ..	100.000.000,00

III — Setor Pesquisas, Administração e Eventuais:

	Cr\$
12. Pesquisa de carvão e investigações tecnológicas sobre seu melhor aproveitamento	70.000.000,00
13. Despesas administrativas com a execução do Plano	40.000.000,00
14. Diferenças de orçamento das obras previstas e outros empreendimentos sobre carvão, inclusive eventuais	40.000.000,00
Total	1.165.000.000,00

LEI N.º 3.354 — DE 20 DE DEZEMBRO
DE 1957

Altera a redacção do art. 1.º da Lei n.º 3.076, de 22 de dezembro de 1956, que define a aplicação do art. 9.º da Lei n.º 1.765, de 18 de dezembro de 1950, e do art. 4.º da Lei número 2.412, de 1 de fevereiro de 1955

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Passa a ter a seguinte redacção o art. 1.º da Lei n.º 3.076, de 22 de dezembro de 1956:

“Art. 1.º A expressão pensionistas do Tesouro Nacional consignada nos arts. 9.º da Lei n.º 1.765 de 18 de dezembro de 1952, e 4.º da Lei número 2.412, de 1 de fevereiro de 1955, abrange todos os pensionistas indistintamente que, na qualidade de herdeiros de civis e militares contribuintes ou não, percebiam, até 31 de dezembro de 1955, pensões dos cofres públicos, inclusive meio soldo e especiais.”

Parágrafo único — Nenhuma pensão poderá ter o valor inferior ao que já vem sendo pago”.

Art. 2.º Os efeitos da presente lei retroagem, respectivamente, às datas das Leis ns. 1.765, de 18 de dezembro de 1952 e 2.412, de 1 de fevereiro de 1955.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 20 de dezembro de 1957: 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE.

José Maria Alkmim.

LEI N.º 3.356 — DE 22 DE
DEZEMBRO DE 1957

Concede a pensão especial de Cr\$ 3.000,00 mensais a Thereza Cardoso, filha maior e solteira do falecido operário de 1.ª classe do Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro, João Theophilo Cardoso.

O Presidente da República, Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É concedida a pensão especial de Cr\$ 3.000,00 (três mil

cruzeiros) mensais a Thereza Cardoso, filha maior e solteira do falecido operário de 1.ª classe do Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro, João Theophilo Cardoso, enquanto permanecer no estado de solteira.

Art. 2.º A despesa com o pagamento da pensão, concedida no artigo precedente, correrá a conta da verba orçamentária do Ministério da Fazenda, destinada aos pensionistas da União.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 22 de dezembro de 1957: 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

José Maria Alkmim

LEI N.º 3.356 — DE 22 DE
DEZEMBRO DE 1957

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de..... Cr\$ 4.000.000,00 para obras nos Ginásio de Santo Angelo, Ginásio N. S. da Luz, Ginásio Salesiano de N. S. da Vitória e Ginásio do Estado, nos Estados do Rio Grande do Sul, Paraíba, Espírito Santo e São Paulo.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir pelo Ministério da Educação e Cultura o crédito especial de Cr\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de cruzeiros) para atender às seguintes obras:

a) reconstrução do Ginásio de Santo Angelo, no Estado do Rio G. do Sul;

b) reconstrução do Ginásio N. S. da Luz em Guarabira, no Estado da Paraíba;

c) conclusão do Ginásio Salesiano de N. S. da Vitória, em Vitória, no Estado do Espírito Santo;

d) construção do Ginásio do Estado, em São Paulo, no Estado de São Paulo.

Art. 2.º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 22 de dezembro de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE.

Clóvis Salgado.

José Maria Alkmim.

LEI N.º 3.357 — DE 22 DE
DEZEMBRO DE 1957

Cria o Museu da Abolição, com sede na cidade do Recife, capital do Estado de Pernambuco.

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º — É criado o Museu da Abolição, sediado em Recife, capital do Estado de Pernambuco, em honra a João Alfredo Correia de Oliveira e Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo.

Art. 2.º — O Governo Federal baixará instruções e fixará o regulamento para o funcionamento do Museu e determinará a aquisição de tudo quanto se relacione com os feitos memoráveis da libertação do nascituro (Lei de 28 de setembro de 1871) limitação pela idade do escravo aos 80 (sesenta) anos (Lei Saraiva) e a abolição imediata e incondicional (Lei de 13 de maio de 1.288).

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 22 de dezembro de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE.

Clóvis Salgado.

LEI N.º 3.358 — DE 22
DE DEZEMBRO DE 1957

Concede o auxílio de Cr\$ 5.000.000,00 à Prefeitura Municipal de Santa Maria, no Estado do Rio Grande do Sul, para comemoração do centenário da instalação do Município.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros) para auxiliar a Prefeitura Municipal de Santa Maria, no Estado do Rio Grande do Sul, nas comemorações do centenário da instalação do Município, a ocorrer em 17 de maio de 1958.

Art. 2.º O crédito especial, de que trata o art. 1.º, será automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 22 de dezembro de 1957, 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE.

Eurico de Aguiar Salles.

José Maria Alkmim.

LEI N.º 3.359 — DE 22 DE DEZEMBRO
DE 1957

Dispõe sobre as condições para admissão de nacionais e estrangeiros ao exercício de atividade remunerada no País e sobre a abolição do registro policial de estrangeiros.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Todo brasileiro pode ser admitido a exercer emprego ou atividade remunerada quando não possuir carteira profissional, mediante apresentação ao empregador de qualquer dos seguintes documentos de identidade: carteira de identidade, expedida por autoridade policial, certidão de reservista, título de eleitor ou certidão de idade.

Art. 2.º O estrangeiro, residente em caráter permanente no território nacional, titular de passaporte do qual conste carimbo e assinatura de autoridade migratória que prove a sua entrada regular no país, pode ser admitido ao trabalho com a apresentação desse documento ao empregador, enquanto não obtiver a carteira profissional de trabalho.

Art. 3.º O brasileiro ou estrangeiro empregado que não possua carteira profissional deve obtê-la da repartição competente, no prazo improrrogável de 90 (noventa) dias, a contar da data de sua admissão ao serviço.

Parágrafo único. A concessão da carteira profissional estabelecida na Consolidação das Leis do Trabalho, não dependerá da prova da prestação de serviço militar.

Art. 4.º Ao ser admitido ao trabalho o brasileiro ou o estrangeiro que não possua carteira profissional receberá do empregador no ato de sua admissão um documento por ele assinado, no qual figure, pelo menos, a natureza do emprego e salário respectivos.

§ 1.º Uma segunda via do documento fornecida ao empregado, nas condições acima, será, pelo patrão remetida à Delegacia Regional do Trabalho da Região onde ocorrer o ato, a fim de acautelar os interesses das partes.

§ 2.º A comprovação, por parte da autoridade, da admissão ao emprego, sem o fornecimento, pelo empregador ao empregado, do documento comprovador do ato, e, também da sua não remessa à Delegacia do Trabalho da Região onde se efetiva o contrato de trabalho, origina as mesmas e iguais penas, em que incidem os empregadores que admitem ao seu serviço, pessoa que não seja portadora de carteira profissional.

Art. 5.º — VETADO.

Art. 6.º — VETADO.

Art. 7.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário contidas nos Decretos-leis ns 406, de 4 de maio de 1938 7.967, de 18 de setembro de 1945, e 5.452, de 1 de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho).

Rio de Janeiro, em 22 de dezembro de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE.

Eurico de Aguiar Salles

LEI N.º 3.360 — DE 26 DE
DEZEMBRO DE 1957

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Distrito Federal — Tribunal de Justiça, o crédito especial de Cr\$ 2.500.000,00 para atender a despesas com o pagamento de substituições de magistrados e funcionários de sua secretaria.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Distrito Federal — Tribunal de Justiça, o crédito especial de Cr\$ 2 500 000,00 (dois milhões e quinhentos mil cruzeiros) para atender a despesas com o pagamento de substituições de magistrados e funcionários de sua secretaria, no exercício de 1956.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 26 de dezembro de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE.

Eurico de Aguiar Salles.

José Maria Alkmim.

LEI N.º 3.361 — DE 26 DE
DEZEMBRO DE 1957

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 500.000,00 à Prefeitura Municipal de Lapa, no Estado do Paraná.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 500 000,00 (quinhentos mil cruzeiros) como auxílio à Prefeitura Municipal de Lapa, no Estado do Paraná, para a realização da 1.ª Festa

Nacional do Mate, no período de 16 a 23 de dezembro de 1957.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 26 de dezembro de 1957; 136º da Independência e 69º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE.

José Maria Alkmim.

Mário Meneghetti.

LEI N.º 3.362 — DE 26 DE
DEZEMBRO DE 1957

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de... Cr\$ 2.000.000,00 para atender às despesas com a comemoração do I centenário da elevação de Marquês de Valença, no Estado do Rio de Janeiro, à categoria de cidade.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. É o Poder Executivo autorizado a abrir pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros), para atender às despesas com a participação da União nas comemorações do I centenário da elevação de Marquês de Valença, no Estado do Rio de Janeiro, à categoria de cidade, ocorrido em 29 de setembro de 1957.

Art. 2º. O crédito, a que se refere o artigo anterior, será entregue, a título de auxílio, à Prefeitura Municipal, para aplicação, por seu intermédio, na execução dos serviços de reforma e ampliação da rede de abastecimento e distribuição d'água em Marquês de Valença.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 26 de dezembro de 1957; 136º da Independência e 69º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE.

Lúcio Meira.

José Maria Alkmim.

LEI N.º 3.363 — DE 26 DE
DEZEMBRO DE 1957

Autoriza a Estrada de Ferro Santos a Jundiá ou Rêde Ferroviária Nacional a subscrever capital social da Companhia Siderurgica Paulista (COSIPA) e dá outras providências
O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica a Estrada de Ferro Santos a Jundiá ou Rêde Ferroviária Nacional autorizada a subscrever capital social da Companhia Siderurgica Paulista (COSIPA), até o montante correspondente ao valor:

a) de terreno medindo aproximadamente 3 075.000 metros quadrados em parte seco e em parte alagado, situado ao lado da via férrea, junto à Estação de Piassaguera Município de Cubatão, São Paulo, avaliado, no mínimo, em Cr\$ 25.500.000,00 (vinte e cinco milhões e quinhentos mil cruzeiros);

b) de custo de construção nesse terreno, pela referida Estrada, de pátio ferroviário destinado a servir às instalações da COSIPA, estimado em cerca de Cr\$ 136.500.000,00 (cento e trinta e seis milhões e quinhentos mil cruzeiros).

Art. 2º. Os bens a serem transferidos pela Estrada de Ferro Santos a Jundiá ou Rêde Ferroviária Nacional à COSIPA serão avaliados nos termos estabelecidos pela Lei de Sociedade por Ações (Decreto n.º 2.627, de 26 de setembro de 1940).

Art. 3º. A Estrada de Ferro Santos a Jundiá ou Rêde Ferroviária Nacional integralizará o capital subscrito, de que trata o artigo 1º desta lei, pela incorporação, à COSIPA, do terreno e benfeitorias referidas.

Art. 4º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 26 de dezembro de 1957; 136º da Independência e 69º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE.

Lúcio Meira.

LEI N° 3.364 — DE 26 DE
DEZEMBRO DE 1957

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, crédito especial destinado a auxiliar as obras do Sanatório Evangélico de Belo Horizonte, em Minas Gerais, e do Sanatório General Severiano da Fonseca, em Maceió, Alagoas.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1° É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 7.000.000,00 (sete milhões de cruzeiros) sendo Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros) para auxiliar a construção e o aparelhamento do Sanatório Evangélico de Belo Horizonte mantido pela Associação Evangélica Beneficente de Minas Gerais e Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros) para ampliação e equipamento do Sanatório General Severiano da Fonseca, em Maceió, mantido pela Liga Alagoana contra a Tuberculose.

Art. 2°. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de dezembro de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE.

Maurício de Medeiros.

José Maria Alkmim.

LEI N° 3.365 — DE 26 DE DEZEMBRO DE
1957

Estabelece norma para pagamento aos servidores dos "acôrdos" equiparados aos extranumerários da União.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1° Os servidores em regime de "acôrdos" equiparados aos extranumerários da União, na forma do art. 264 da Lei n.º 1.711, de 28 de ou-

tubro de 1952, que tenham adquirido estabilidade nos termos da Lei número 2.284, de 9 de agosto de 1954, perceberão seus salários e demais vantagens por conta dos mesmos recursos ou verbas pelos quais são pagos os extranumerários mensalistas da União.

Art. 2° Esta lei entrará em vigor em 1 de janeiro de 1958, consignando-se no orçamento os recursos necessários ao cumprimento do que nela se dispõe.

Rio de Janeiro, em 26 de dezembro de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

José Maria Alkmim

LEI N° 3.366 — DE 26 DE DEZEMBRO DE
1957

Concede a pensão especial de Cr\$ 3.000,00 mensais a Delmira de Faria Fonseca, viúva de Benedito Garibaldi da Fonseca, ex-funcionário do Ministério da Viação e Obras Públicas.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1° É concedida a pensão especial de Cr\$ 3.000,00 (três mil cruzeiros) mensais a Delmira de Faria Fonseca, viúva de Benedito Garibaldi da Fonseca, ex-funcionário do Ministério da Viação e Obras Públicas, aposentado no cargo de telegrafista, da Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos, do Estado de Goiás.

Parágrafo único. A despesa com o pagamento de pensão de que trata este artigo correrá à conta da verba orçamentária do Ministério da Fazenda, destinada aos pensionistas da União.

Art. 2° Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 26 de dezembro de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

José Maria Alkmim

LEI Nº 3.367 — DE 26 DE DEZEMBRO DE 1957

Concede a pensão especial de Cr\$ 5.000,00 mensais a Amélia de Carvalho Cunha, filha do ex-professor Felisberto de Carvalho.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É concedida a Amélia de Carvalho Cunha, filha do ex-professor Felisberto de Carvalho, a pensão especial de Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros) mensais, enquanto viver.

Art. 2º O pagamento da pensão, de que trata o art. 1º, correrá à conta da dotação orçamentária do Ministério da Fazenda destinada aos pensionistas da União.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 26 de dezembro de 1957; 136ª da Independência e 69ª da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK

José Maria Alkmim

APENSO

No «Apenso» dos volumes da Coleção das Leis figurarão :

I — Os diplomas legais que, expedidos em trimestres anteriores, forem publicados durante o trimestre ao qual corresponder o volume.

II — As retificações e reproduções publicadas no trimestre, quando referentes a diplomas legais expedidos em trimestres anteriores.

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

LEI N.º 3.253 — DE 27 DE AGOSTO
DE 1957

Partes vetadas pelo Presidente da República e mantidas pelo Congresso Nacional, do Projeto que se transformou na Lei n.º 3.253, de 27 de agosto de 1957.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional manteve e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 3.º, da Constituição Federal, os seguintes dispositivos da Lei n.º 3.253, de 27 de agosto de 1957:

Art. 2.º

IV — Nota de crédito rural

Art. 9.º A nota de crédito rural conterá, além dessa denominação os requisitos dos ns. I III IV e VI a IX do art. 3.º só podendo ser usada para empréstimos ou financiamentos até um milhão de cruzeiros (Cr\$. 1.000.000,00).

§ 1.º São assegurados à nota de crédito rural os privilégios do art. 1.563 do Código Civil.

§ 2.º Aplicam-se a esta nota as regras dos §§ 2.º, 3.º e 4.º do art. 3.º e, ainda, o disposto no art. 4.º.

§ 3.º Em caso de cobrança executiva, inclusive por antecipação de vencimento pela ocorrência da hipótese de aplicação indevida do empréstimo, assistirá ao credor o direito à multa prevista no art. 22.

§ 4.º O emitente da nota de crédito rural só poderá operar nos bancos instalados na zona a que pertencer o município de sua principal atividade.

§ 5.º A nota de crédito rural terá o prazo mínimo de seis (6) meses e máximo de cinco (5) anos.

Art. 10. e a nota de crédito rural,

§ 3.º ...ou da nota.....

I —

a) ...ou notas.....;

b) ...ou notas.....;

c) ...ou notas.....

II —

a) ...ou notas.....

Art. 20. ...ou da nota de crédito rural,

Art. 24. ...com ou sem garantia real,

Art. 30. ...até o máximo de vinte por cento (20%) acima dos limites fixados a essas operações, para cada estabelecimento bancário.

Rio de Janeiro, em 5 de outubro de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK.

LEI N.º 3.270 — DE 30 DE SETEMBRO DE 1957

Fixa em seis (6) o número de horas de trabalho diário dos cabineiros de elevador e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' fixado em seis (6) o número de horas de trabalho diário dos cabinheiros de elevador.

Parágrafo único. E' vedado a empregador e empregado qualquer acôrdo visando ao aumento das horas de trabalho fixadas no art. 1.º desta lei.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 30 de setembro d. 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE.

Parsifal Barroso.

LEI N.º 3.272 — DE 30 DE SETEMBRO DE 1957

Altera o art. 9.º da Lei n.º 970, de 16 de dezembro de 1949, que dispõe sobre as atribuições, organização e funcionamento do Conselho Nacional de Economia.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O art. 9.º da Lei n.º 970, de 16 de dezembro de 1949, passa a ter a seguinte redação:

“Anualmente, dentro dos primeiros dois meses da sessão legislativa ordinária do Congresso Nacional, apresentará o Conselho, à Câmara dos Deputados, ao Senado Federal, e ao Presidente da República, exposição geral da situação econômica do país, conforme os estudos que vier realizando”.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 30 de setembro de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE.

Nereu Ramos.

Antônio Alves Câmara.

Henrique Lott.

Décio Moura

João de Oliveira Viana

Castro Júnior.

Lucio Meira

Mário Meneghetti

Clóvis Salgado

Parsifal Barroso

Francisco de Melo

Maurício de Medeiros

EMENTÁRIO

Leis e decretos publicados nos
volumes VII e VIII de 1957, desta
coleção, classificados pela or-
dem alfabética dos assuntos

EMENTÁRIO

A

ABERTURA DE CRÉDITO

— Ver:

O nome do Ministério ou Órgão a que se refere.

ACIDENTE EM SERVIÇO (RECRUTAS)

Concede amparo do Estado aos conscritos (recrutas) acidentados, ou invalidados, no interior dos estabelecimentos militares ou durante o deslocamento a que estejam sujeitos por força de convocação para prestação do serviço militar.

Lei n. 3.282 — de 10 de outubro de 1957.

ACORDOS

Aprova o texto do Acôrdio Internacional do Trigo de 1956.

Decreto Legislativo n.º 32, de 1957.

— Aprova o Acôrdio sobre a restauração dos Direitos de Propriedade Industrial e Direitos Autorais firmado entre os Estados Unidos do Brasil e a República Federal da Alemanha.

Decreto Legislativo n.º 39, de 1957.

AÇUDES

Autoriza o Poder Executivo a efetuar empréstimos para construção de pequenos açudes na área do Polígono das Sêcas, e revoga as Leis ns. 614, de 2 de fevereiro de 1948, e 1.255, de 4 de dezembro de 1950.

Lei n.º 3.312 — de 11 de novembro de 1957.

AÇUDES

— Autoriza a intensificação do serviço de perfuração de poços profundos e artesianos, bem como de grandes obras de açudagem no Polígono das Sêcas.

Decreto n. 42.638 — de 14 de novembro de 1957.

AERONAUTICA

Estende aos suboficiais da Marinha de Guerra e da antiga Aviação Naval os benefícios da Lei n.º 1.037, de 31 de dezembro de 1949 (Dispõe sobre a promoção de subtenentes do Exército).

Lei n.º 3.289 — de 22 de outubro de 1957.

— Aprova o Regulamento de Uniformes para os Militares da Aeronáutica (RUMAER).

Decreto n.º 41.060 — de 7 de julho de 1957.

— Modifica o Regulamento do Estado-Maior da Aeronáutica.

Decreto n.º 42.620 — de 7 de novembro de 1957.

— Regula o uso de condecorações nos uniformes militares, na forma do que prescreveu o art. 11 do Decreto n.º 40.558, de 17 de dezembro de 1956.

Decreto n.º 42.732 — de 8 de dezembro de 1957.

— Ver, também:

Ministério da Aeronáutica e Forças Armadas.

AFORAMENTOS

— Ver:

Terrenos de Marinha.

AGUA DE MESA

Autoriza o cidadão brasileiro Acyr Pizzatto Ferreira a lavar água potável de mesa no município de Araucária, Estado do Paraná.

Decreto n.º 42.855 — de 19 de dezembro de 1957.

AGUA MINERAL

Autoriza o cidadão brasileiro Dário de Sá a pesquisar água mineral no município de Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto n.º 42.417 — de 7 de outubro de 1957.

— *Renova o Decreto n.º 37.326, de 10 de maio de 1955.*

Decreto n.º 42.579 — de 7 de novembro de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Alexandrino de Oliveira Gorgulho a pesquisar água mineral no município de Ribeirão Pires, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 42.601 — de 7 de novembro de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Marcelo Gédeon a lavar água mineral hipotermal no município de Camaçari, Estado da Bahia.*

Decreto n.º 42.767 — de 7 de dezembro de 1957.

— *Renova o Decreto n.º 37.700, de 5 de agosto de 1955.*

Decreto n.º 42.864 — de 19 de dezembro de 1957.

— *Autoriza o Lindoiano Hotel Fontes Radiotivas Ltda., a pesquisar águas mineiras no município de Aguas de Lindóia, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 42.867 — de 19 de dezembro de 1957.

AGUA MINERAL

— *Autoriza o cidadão brasileiro Lourenço Trevisan a pesquisar água mineral no Município de Analândia, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 42.909 — de 27 de dezembro de 1957.

AGUAS MINERAIS LIMITADA

Concede à Aguas Minerais Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n.º 42.454 — de 14 de outubro de 1957.

ALGODÃO

Assegura ao algodão da zona meridional do País, da safra de 1957-58, a garantia de preços mínimos.

Decreto n.º 42.691 — de 21 de novembro de 1957.

ALIANÇA DE MINAS GERAIS, COMPANHIA DE SEGUROS

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Aliança de Minas Gerais, Companhia de Seguros.

Decreto n.º 42.651 — de 18 de novembro de 1957.

ALISTAMENTO ELEITORAL

Altera disposições das Leis ns. 2.550, de 25 de julho de 1955, e 2.982, de 30 de novembro de 1956, e dá outras providências.

Lei n.º 3.338 — de 14 de dezembro de 1957.

ALLIANCE ASSURANCE COMPANY LIMITED

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Alliance Assurance Company Limited.

Decreto n.º 42.469 — de 14 de outubro de 1957.

AMAZÔNIA

Aprova o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro ao termo de contrato celebrado entre a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e a Prelazia do Alto Solimões.

Decreto Legislativo n.º 37, de 1957.

AMAZÔNIA

— Dispõe sobre programas de trabalho da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia no setor assistencial.

Decreto n.º 42.645 — de 14 de novembro de 1957.

AMAZÔNIDA (NAVEGAÇÃO) S. A.

Concede a sociedade Amazônida (Navegação) S. A. autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto n.º 42.508 — de 25 de outubro de 1957.

AMIANTO

Autoriza o cidadão brasileiro Carlos de Melo Pires de Oliveira, a pesquisar quartzo, talco, amianto, diamante, minério de ouro e associados, no município de Sêro, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 42.575 — de 7 de novembro de 1957.

— Autoriza o cidadão brasileiro Waldor Andrade a lavar amianto e associados no município do Rio Pombo, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 42.780 — de 9 de dezembro de 1957.

AREIA ILMENÍTICA

Autoriza o cidadão brasileiro José Bruce de Mendonça Clark a pesquisar areias ilmeníticas e associados no município de Araioses, Estado do Maranhão.

Decreto n.º 42.450 — de 14 de outubro de 1957.

— Autoriza a cidadã brasileira Lúcia de Mendonça Clark a pesquisar areia ilmeníticas e associados no município de Araioses, Estado do Maranhão.

Decreto n.º 42.461 — de 14 de outubro de 1957.

AREIA QUARTZOSA

Autoriza Litos - Materiais de Construção Ltda. a pesquisar areia quartzosa no Município de Itanhaém, Estado de São Paulo.

Decreto n.º 42.574 — de 7 de novembro de 1957.

— Autoriza a empresa de mineração Sociedade Construtora e Imobiliária Praias de Peruibe Ltda. a pesquisar areia quartzosa no Município de Itanhaém, Estado de São Paulo.

Decreto n.º 42.580 — de 7 de novembro de 1957.

— Renova o decreto n.º 37.728, de 9 de agosto de 1955.

Decreto n.º 42.600 — de 7 de novembro de 1957.

— Autoriza o cidadão brasileiro Lino Abel a pesquisar areia quartzosa e associados no município de São Vicente, Estado de São Paulo.

Decreto n.º 42.616 — de 7 de novembro de 1957.

— Autoriza São João del Rei Indústria de Minérios Ltda., a lavar quartzito, areia quartzosa e associados, no município de Tiradentes, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 42.721 — de 29 de novembro de 1957.

— Autoriza o cidadão brasileiro Osvaldo Silva a pesquisar areia quartzosa no município de Itanhaém, Estado de São Paulo.

Decreto n.º 42.868 — de 19 de dezembro de 1957.

— Autoriza o cidadão brasileiro Chaffyr Ferreira a pesquisar argila, areia quartzosa e associados no município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 42.905 — de 27 de dezembro de 1957.

ARGILA

Autoriza a cidadão brasileira Juliana Quartim de Moraes Fraga a pesquisar argila e associações no município de Uberaba, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 42.446 — de 14 de outubro de 1957.

— *Autoriza a Companhia de Cimento Portland Maringá a lavar argila, no município de Itapeva, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 42.569 — de 7 de novembro de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Elias João Jorge a lavar argila, no município de São Simão, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 42.588 — de 7 de novembro de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro João José Ferreira a pesquisar bauxita, argila e associações no município de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 42.774 — de 9 de dezembro de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Chaffyr Ferreira a pesquisar argila, areia quartzosa e associações no município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 42.905 — de 27 de dezembro de 1957.

ARMADA

Altera o Regulamento para o Corpo do Pessoal Subalterno da Armada.

Decreto n.º 42.429 — de 14 de outubro de 1947.

— *Dispensa de exigência do Regulamento de Promoções para Oficiais da Armada.*

Decreto n.º 42.725 — de 30 de novembro de 1957.

— Ver, também:

Ministério da Marinha.

ARMAS (FISCALIZAÇÃO, COMÉRCIO E TRANSPORTE)

Altera o § 2.º do art. 137 do Regulamento aprovado pelo Decreto número 1.246, de 11 de dezembro de 1933.

Decreto n.º 42.502 — de 25 de outubro de 1957.

ARMAZÉNS E SILOS

Autopria a concessão de prêmios para a construção de silos e armazéns em território do Estado de Pernambuco.

Decreto n.º 42.524 — de 29 de outubro de 1957.

— *Autoriza a concessão de prêmio para a construção de silos e armazéns em território do Estado da Bahia.*

Decreto n.º 42.551 — de 30 de outubro de 1957.

ASILO DIPLOMÁTICO

Promulga a Convenção sobre Asilo Diplomático assinada em Caracas, a 28 de março de 1954.

Decreto n.º 42.628 — de 13 de novembro de 1957.

ASSOCIAÇÕES

Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Educação e Cultura, os créditos especiais de Cr\$ 10.000.000,00 e Cr\$ 2.000.000,00 como auxílios à Associação Cristã de Moços do Rio de Janeiro e a Associação Cristã de Moços de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul.

Lei n.º 3.305 — de 5 de novembro de 1957.

— *Autoriza o Poder Executivo a doar imóvel à Associação dos Ex-Combatentes do Brasil, seção do Distrito Federal.*

Lei n.º 3.347 — de 17 de dezembro de 1957.

— *Concede à Associação Rural de Mineração Rio Negro Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto n.º 42.599 — de 7 de novembro de 1957.

ASSOCIAÇÕES

— Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 150.000,00, para atender às despesas com a realização da III Reunião Anual do Conselho Deliberativo da Associação Brasileira de Municípios.

Decreto n.º 42.684 — de 21 de novembro de 1957.

AUTOMATIC ELETRIC DO BRASIL S. A.

Concede à sociedade anônima Automatic Telephones Limited of Brazil autorização para continuar a funcionar na República sob a denominação de Automatic Electric do Brasil S. A.

Decreto n.º 42.283 — de 19 de setembro de 1957.

AUTOMATIC TELEPHONES LIMITED OF BRAZIL

Concede à sociedade anônima Automatic Telephones Limited of Brazil autorização para continuar a funcionar na República sob a denominação de Automatic Electric do Brasil S. A.

Decreto n.º 42.283 — de 19 de setembro de 1957.

AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA OU LAVRA

— Ver:

O nome do elemento pesquisado ou lavrado.

AUXÍLIOS

Concede o auxílio de Cr\$ 5.000.000,00 à Prefeitura Municipal de Santa Maria, no Estado do Rio Grande do Sul, para comemoração do centenário da instalação do município.

Lei n.º 3.358 — de 22 de dezembro de 1957.

— Abre, no Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00 para auxiliar a Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto, no Estado de São Paulo.

Decreto n.º 42.788 — de 10 de dezembro de 1957.

AUXÍLIOS

— Abre ao Ministério da Fazenda o crédito extraordinário de Cr\$ 2.000.000,00, para o fim que especifica.

Decreto n.º 42.821 — de 16 de dezembro de 1957.

B

BACIA DO PARNAÍBA

Altera o art. 2.º do Decreto número 39.334, de 11 de junho de 1956.

Decreto n.º 42.705 — de 29 de novembro de 1957.

BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO ITAJAÍ

Constitui um grupo de trabalho, incumbido de estudar a situação econômica da Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí, no Estado de Santa Catarina, e de propor as medidas necessárias à seu desenvolvimento.

Decreto n.º 42.423 — de 7 de outubro de 1957.

BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Autoriza o Ministro da Viação e Obras Públicas a assinar em nome da União Federal, como interveniente, e para os fins que especifica, contratos de financiamento a serem firmados entre o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e a Rede Ferroviária Federal S. A., para obras e melhoramentos ferroviários, e dá outras providências.

Decreto n.º 42.552 — de 30 de outubro de 1957.

— Autoriza o Ministro da Viação e Obras Públicas a assinar em nome da União Federal, como interveniente, e para os fins que especifica, contrato de financiamento a ser firmado entre o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e a Rede Ferroviária Federal S. A., para obras e melhoramentos, e dá outras providências.

Decreto n.º 42.629 — de 13 de novembro de 1957.

BATISTA & MENEZES LTDA.

Concede à Batista & Menezes Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n.º 42.453 — de 14 de outubro de 1957.

BAUKITA

Autoriza o cidadão brasileiro Francisco Nery a pesquisar bauxita, zircônio e associados no município de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 42.416 — de 7 de outubro de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Benedito Moreira Curimbaba a lavar bauxita e associados no município de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 42.585 — de 7 de novembro de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Benedito Barbosa de Paula a pesquisar bauxita e associados no município de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 42.771 — de 9 de dezembro de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro João José Ferreira a pesquisar bauxita, argila e associados no município de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 42.774 — de 9 de dezembro de 1957.

BENNETT DO BRASIL LIMITADA

Concede à sociedade anônima Bennett do Brasil Limitada autorização para continuar a funcionar no país.

Decreto n.º 42.509 — de 25 de outubro de 1957.

C**CABINEIRO DE ELEVADOR**

Fixa em seis (6) o número de horas de trabalho diário dos cabineiros de elevador e dá outras providências.

Lei n.º 3.270 — de 30 de setembro de 1957.

CAFE

Cria uma taxa especial de propaganda do café no exterior.

Lei n.º 3.302 — de 4 de novembro de 1957.

— *Regulamenta a execução da Lei n.º 3.302, de 4 de novembro de 1957, que cria uma taxa de propaganda do café no exterior.*

Decreto n.º 42.822 — de 16 de dezembro de 1957.

CAIXAS ECONÔMICAS FEDERAIS

Cria função gratificada e suprime cargo em comissão no Quadro de Pessoal da Caixa Econômica Federal de Minas Gerais.

Decreto n.º 42.829 — de 17 de dezembro de 1957.

CALCÁRIO

Autoriza o cidadão brasileiro Osório José Pereira a pesquisar calcário e associados no Município de Dorcas do Campo, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 42.441 — de 14 de outubro de 1957.

— *Renova o Decreto n.º 37.389, de 25 de maio de 1955.*

Decreto n.º 42.448 — de 14 de outubro de 1957.

— *Autoriza a Cia. de Cimento Portland Rio Branco a lavar calcário e associados no município de Rio Branco do Sul, Estado do Paraná.*

Decreto n.º 42.457 — de 14 de outubro de 1957.

— *Renova o Decreto n.º 37.359, de 17 de maio de 1955.*

Decreto n.º 42.458 — de 14 de outubro de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Rogério a lavar calcário no município de Sorocaba, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 42.460 — de 14 de outubro de 1957.

CALCÁRIO

— *Autoriza o cidadão brasileiro Sebastião Francelino dos Santos a pesquisar calcário, quartzo, talco e associados, no município de Canavieiras, Estado da Bahia.*

Decreto n.º 42.463 — de 14 de outubro de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Jacob Stolf a lavar calcário no município de Piracicaba, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 42.544 — de 30 de outubro de 1957.

— *Autoriza a Companhia de Cimento Portland Maringá a pesquisar calcário e associados, no município de Itapeva, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 42.581 — de 7 de novembro de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Edgard Soares Pessanha a pesquisar calcário e associados, no município de Campos, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n.º 42.613 — de 7 de novembro de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Antonio Delfino dos Santos a pesquisar calcário, no município de Matosinhos, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 42.615 — de 7 de novembro de 1957.

— *Renova o Decreto n.º 37.968, de 22 de setembro de 1955.*

Decreto n.º 42.722 — de 29 de novembro de 1957.

— *Renova o Decreto n.º 37.731, de 9 de agosto de 1955.*

Decreto n.º 32.723 — de 29 de novembro de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Manoel de Matos Júnior a pesquisar calcário, mármore e associados no município de Arcos, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 42.763 — de 7 de dezembro de 1957

CALCÁRIO

— *Autoriza a S. A. de Cimento, Mineração e Cabotagem "Cimimar" a lavar calcário e associados, no município de Pinheiro Machado, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n.º 42.858 — de 19 de dezembro de 1957.

— *Autoriza a Companhia de Cimento Portland Rio Branco a lavar calcário e associados no município de Rio Branco do Sul, Estado do Paraná.*

Decreto n.º 42.904 — de 27 de dezembro de 1957.

CALCITA

— *Autoriza Representações Mineração Cidade do Aço Ltda. a pesquisar calcita, feldspato e associados no município de Cantagalo, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n.º 42.414 — de 7 de outubro de 1957.

CÂMBIO

— *Regulamenta a execução do disposto nas Leis ns. 1.807 de 7 de janeiro de 1953, 2.145, de 29 de dezembro de 1953, e 3.244, de 14 de agosto de 1957, relativamente às operações de câmbio e ao intercâmbio comercial com o exterior, e dá outras providências.*

Decreto n.º 42.820 — de 16 de dezembro de 1957.

CAPITANIA DOS PORTOS

— Ver:

Ministério da Marinha.

CARLOS HELMS & CIA. LTDA.

— *Concede à sociedade Carlos Helms & Cia. Ltda. autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.*

Decreto n.º 42.399 — de 3 de outubro de 1957.

CARTEIRA DE COMÉRCIO EXTERIOR

Regulamenta a execução do disposto nas Leis ns. 1.807, de 7 de janeiro de 1953, 2.145, de 29 de dezembro de 1953, e 3.244, de 14 de agosto de 1957, relativamente às operações de câmbio e ao intercâmbio comercial com o exterior e dá outras providências.

Decreto n.º 42.320 — de 16 de dezembro de 1957.

CARTEIRA PROFISSIONAL

Dispõe sobre as condições para admissão de nacionais e estrangeiros ao exercício de atividade remunerada no País e sobre a abolição do registro policial de estrangeiros.

Lei n.º 3.359 — de 22 de dezembro de 1957.

CARVÃO

Prorroga a vigência da Lei n.º 1.886, de 11 de junho de 1953, que aprova o Plano do Carvão Nacional, e dispõe sobre sua execução, e dá outras providências.

Lei n.º 3.353 — de 28 de dezembro de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Adão Caldas Faraco a pesquisar carvão mineral no município de Criciúma, Estado de Santa Catarina.*

Decreto n.º 42.607 — de 7 de novembro de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Diomício Freitas a pesquisar carvão mineral no município de Jaguaruna, Estado de Santa Catarina.*

Decreto n.º 42.710 — de 29 de novembro de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Diomício Freitas a pesquisar carvão mineral no município de Jaguaruna, Estado de Santa Catarina.*

Decreto n.º 42.711 — de 29 de novembro de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Santos Guglielmi a pesquisar carvão mineral no município de Jaguaruna, Estado de Santa Catarina.*

Decreto n.º 42.889 — de 19 de dezembro de 1957.

CASA DA MOEDA

Aprova, para efeito de registro pelo Tribunal de Contas, o contrato celebrado entre a Casa da Moeda e a firma Construtora Império Limitada.

Decreto Legislativo n.º 35, de 1957.

CASSITERITA

Autoriza a Companhia Estanjera do Brasil a lavrar cassiterita no município de Itinga, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 42.716 — de 29 de novembro de 1957.

— *Autoriza a Mineração Nacional Mina S. A. a pesquisar cassiterita, tantalita e associados no município de São Tiago, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 42.908 — de 27 de dezembro de 1957.

CAULIM

Autoriza Porcelana Schmidt S. A. a lavrar feldspato, quartzo e caulim no município de Blumenau, Estado de Santa Catarina.

Decreto n.º 42.546 — de 30 de outubro de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Cesar Impiglia a pesquisar caulim e associados no município de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 42.593 — de 7 de novembro de 1957.

— *Autoriza Porcelana Schmidt S. A. a lavrar quartzo, caulim e associados no município de Rodeio, Estado de Santa Catarina.*

Decreto n.º 42.611 — de 7 de novembro de 1957.

— *Declara sem efeito o Decreto n.º 7.041, de 2 de abril de 1941.*

Decreto n.º 42.754 — de 6 de dezembro de 1957.

— *Declara sem efeito o Decreto n.º 7.042, de 2 de abril de 1941.*

Decreto n.º 42.755 — de 6 de dezembro de 1957.

CAULIM

— *Autoriza o cidadão brasileiro Gedão Menegaldo a lavrar caulim e associados no município de Campinas, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 42.777 — de 9 de dezembro de 1957.

— *Autoriza a Empresa de Mineração Derlino Zabeu & Irmãos Ltda. a lavrar caulim e associados no município de Piedade, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 42.781 — de 9 de dezembro de 1957.

— *Autoriza a Porcelana Real S. A. a pesquisar caulim e associados no município e Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 42.907 — de 27 de dezembro de 1957.

CAVALO NACIONAL

Revoga o § 2.º do art. 12 do Regulamento aprovado pelo Decreto número 41.561, de 22 de maio de 1957.

Decreto n.º 42.426 — de 10 de outubro de 1957.

CÉDULA DE CRÉDITO RURAL

Partes vetadas pelo Presidente da República e mantidas pelo Congresso Nacional, do Projeto que se transformou na Lei n.º 3.253, de 27 de agosto de 1957.

Lei n.º 3.253 — de 27 de agosto de 1957.

CENTROS DE INSTRUÇÃO DE OFICIAIS PARA A RESERVA DA MARINHA

Altera o Regulamento para os Centros de Instrução de Oficiais para a Reserva da Marinha.

Decreto n.º 42.561 — de 6 de novembro de 1957.

CEREAIS

Fixa os preços básicos mínimos para o financiamento ou aquisição de cereais e outros gêneros de produção nacional, para o ano de 1958.

Decreto n.º 42.530 — de 30 de outubro de 1957.

CESSÃO DE IMÓVEIS DA UNIÃO

Autoriza estrangeira a adquirir o domínio pleno do terreno nacional interior, que menciona, situado no Distrito Federal.

Decreto n.º 42.757 — de 7 de dezembro de 1957.

— *Autoriza a cessão gratuita do imóvel que menciona, situado no Distrito Federal.*

Decreto n.º 42.758 — de 7 de dezembro de 1957.

CHUMBO

Autoriza a Companhia Niquel Tocantins a lavrar minérios de zinco, chumbo, cobre e associados no município de Vazante, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 42.586 — de 7 de novembro de 1957.

— *Autoriza a Companhia Niquel Tocantins a lavrar minérios de zinco, chumbo, cobre e associados no município de Vazante, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 42.587 — de 7 de novembro de 1957.

— *Autoriza a Companhia Niquel Tocantins a lavrar minérios de zinco, chumbo, cobre e associados no município de Vazante, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 42.590 — de 7 de novembro de 1957.

— *Autoriza a Companhia Niquel Tocantins a lavrar minérios de zinco, chumbo, cobre e associados no município de Vazante, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 42.604 — de 7 de novembro de 1957.

— *Autoriza a Companhia Niquel Tocantins a lavrar minérios de zinco, chumbo, cobre e associados no município de Vazante, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 42.610 — de 7 de novembro de 1957.

CHUMBO

— *Declara caduco o Decreto número 30.615, de 7 de março de 1952.*

Decreto n.º 42.618 — de 7 de novembro de 1957.

CÍRCULO MILITAR DE JUIZ DE FORA

Torna sem efeito os Decretos números 32.852, de 23 de maio de 1953 e 39.856, de 25 de agosto de 1956.

Decreto n.º 42.384 — de 1.º de outubro de 1957.

CLASSIFICAÇÃO DE PIAÇAVA

— Ver:

Piaçava.

CLEVELÂNDIA, INDUSTRIAL E TERRITORIAL LIMITADA

Aprova o ato do Tribunal de Contas da União, que negou registro à escritura pública de dação em pagamento, celebrada entre a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio da União e a Clevelandia, Industrial e Territorial Limitada.

Decreto Legislativo n.º 33, de 1957.

CLUBE MILITAR

Aprova o Regulamento das Operações Imobiliárias da Carteira Hipotecária e Imobiliária do Clube Militar e dá outras providências.

Decreto n.º 42.382 — de 1 de outubro de 1957.

— *Acrescenta ao Regulamento das Operações Imobiliárias da Carteira Hipotecária e Imobiliária do Clube Militar o art. 42 e a letra d do art. 51.*

Decreto n.º 42.557 — de 31 de outubro de 1957.

COBRE

Autoriza a empresa de mineração Nitrogênio S. A. Indústria Brasileira de Produtos Químicos e Fertilizantes a pesquisar minério de cobre e associados no município de Maragogipe, Estado da Bahia.

Decreto n.º 42.445 — de 14 de outubro de 1957.

COBRE

— *Autoriza a Companhia Niquel Tocantins a lavar minérios de zinco, chumbo, cobre e associados no Município de Vazante, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 42.586 — de 7 de novembro de 1957.

— *Autoriza a Companhia Niquel Tocantins a lavar minérios de zinco, chumbo, cobre e associados no município de Vazante, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 42.587 — de 7 de novembro de 1957.

— *Autoriza a Companhia Niquel Tocantins a lavar minérios de zinco, chumbo, cobre e associados no município de Vazante, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 42.590 — de 7 de novembro de 1957.

— *Autoriza a Companhia Niquel Tocantins a lavar minérios de zinco, chumbo, cobre e associados no município de Vazante, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 42.604 — de 7 de novembro de 1957.

— *Autoriza a Companhia Niquel Tocantins a lavar minérios de zinco, chumbo, cobre e associados no município de Vazante, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 42.610 — de 7 de novembro de 1957.

— *Autoriza a Cia. Brasileira do Cobre a pesquisar minérios de cobre e associados no município de Caçapava do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n.º 42.715 — de 29 de novembro de 1957.

CÓDIGO ELEITORAL

Altera disposições das Leis ns. 2.550, de 25 de julho de 1955, e 2.982, de 30 de novembro de 1956, e dá outras providências.

Lei n.º 3.338 — de 14 de dezembro de 1957.

COLÉGIOS

Dá nova redação ao § 2.º do art. 54 do R-69 — Regulamento dos Colégios Militares, aprovado com o Decreto n.º 41.353, de 23 de abril de 1957.

Decreto n.º 42.522 — de 29 de outubro de 1957.

COMIL - COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MICA LTDA.

Concede à Comil - Comércio e Indústria de Mica Ltda., autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n.º 42.714 — de 29 de novembro de 1957.

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL

Extingue a Comissão de Desenvolvimento Industrial.

Decreto n.º 42.825 — de 17 de dezembro de 1957.

COMISSÃO DO VALE DO SÃO FRANCISCO

Autoriza a Comissão do Vale do São Francisco a aceitar a doação de terreno de propriedade do Senhor Exupério Alves de Paiva.

Decreto n.º 42.494 — de 24 de outubro de 1957.

— Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação, área situada no Vale do Rio Grande, no município de Barreiras, Estado da Bahia, e dá outras providências.

Decreto n.º 42.501 — de 24 de outubro de 1957.

— Autoriza a Comissão do Vale do São Francisco a aceitar a doação de terreno onde deverá ser construído o campo de aviação do Distrito de Ibiapaba, Município de Santo Inácio, no Estado da Bahia.

Decreto n.º 42.641 — de 14 de novembro de 1957.

— Designa servidor para representar a União na desapropriação da casa de José Cardoso Costa para a Comissão do Vale do São Francisco.

Decreto n.º 42.800 — de 12 de dezembro de 1957.

C.O.F.A.P.

— Ver:

Comissão Federal de Abastecimento e Preços.

COMISSÃO NACIONAL DE BELAS-ARTES

Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 220.000,00, para atender as despesas determinadas pela Lei n.º 1.512, de 19 de dezembro de 1951.

Decreto n.º 42.689 — de 21 de novembro de 1957.

COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 158.000.000,00, para atender às despesas com a instalação e funcionamento da Comissão Nacional de Energia Nuclear.

Lei n.º 3.332 — de 5 de dezembro de 1957.

COMISSÕES

Revoga o § 2.º do art. 12 da Regulamento aprovado pelo Decreto número 41.561, de 22 de maio de 1957.

Decreto n.º 42.426 — de 10 de outubro de 1957.

— Atribui à Secretaria Geral do Conselho do Desenvolvimento providências sobre os trabalhos da Comissão criada pelo Decreto n.º 41.800, de 9 de julho de 1957.

Decreto n.º 42.428 — de 12 de outubro de 1957.

— Aprova Normas Especiais para construção do trecho rodoviário Rio-Belo Horizonte-Brasília, entre Belo Horizonte e Brasília.

Decreto n.º 42.637 — de 14 de novembro de 1957.

COMPANHIA ALIANÇA RIO GRANDENSE DE SEGUROS GERAIS

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia Aliança Rio Grandense de Seguros Gerais.

Decreto n.º 42.764 — de 7 de dezembro de 1957.

COMPANHIA DE NAVEGAÇÃO SÃO JORGE

Concede à Companhia de Navegação São Jorge autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto n.º 42.221 — de 4 de setembro de 1957.

COMPANHIA DE SEGUROS "CRUZEIRO DO SUL"

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento do capital social da Companhia de Seguros "Cruzeiro do Sul".

Decreto n.º 42.703 — de 29 de novembro de 1957.

COMPANHIA DE SEGUROS LATINO AMERICANA

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento do capital social da Companhia de Seguros Latino Americana.

Decreto n.º 42.818 — de 16 de dezembro de 1957.

COMPANHIA DE SEGUROS VAREJISTAS

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive transferência da sede social da Companhia de Seguros Varejistas.

Decreto n.º 42.652 — de 18 de novembro de 1957.

COMPANHIA DESENVOLVIMENTO DE INDÚSTRIAS MINERAIS (CODIM)

Concede à Companhia Desenvolvimento de Indústrias Minerais (Codim) autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n.º 42.592 — de 7 de novembro de 1957.

COMPANHIA MOGIANA DE ESTRADAS DE FERRO

Declara de utilidade pública, para desapropriação pela Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, imóvel que menciona.

Decreto n.º 42.493 — de 23 de outubro de 1957.

COMPANHIA SIDERÚRGICA PAULISTA

Autoriza a Estrada de Ferro Santos a Jundiaí ou Rede Ferroviária Nacional a subscrever capital social da Companhia Siderúrgica Paulista (COSIPA) e dá outras providências.

Lei n.º 3.363 — de 26 de dezembro de 1957.

COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL

Estende à Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil o disposto no Decreto n.º 37.804, de 26 de agosto de 1955.

Decreto n.º 42.488 — de 18 de outubro de 1957.

CONCHAS CALCÁRIAS

Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Bem Sobrinho a pesquisar conchas calcárias e associados no Distrito Federal.

Decreto n.º 42.415 — de 7 de outubro de 1957.

CONDECORAÇÕES

Regula o uso de condecorações nos uniformes militares, na forma do que prescreveu o art. 11 do Decreto número 40.556, de 17 de dezembro de 1956.

Decreto n.º 42.732 — de 8 de dezembro de 1957.

CONFERÊNCIAS

Abre, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 4.987.200,00, para os fins que especifica.

Decreto n.º 42.913 — de 27 de dezembro de 1957.

CONGRESSOS

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00 para ocorrer às despesas da realização do VII Congresso Nacional de Jornalistas.

Lei n.º 3.301 — de 30 de outubro de 1957.

CONGRESSOS

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 800.000,00 como auxílio ao IX Congresso Brasileiro de Gastreenterologia.*

Lei n.º 3.320 — de 25 de novembro de 1957.

— *Abre ao Ministério da Saúde os créditos especiais respectivamente, de Cr\$ 1.500.000,00 e Cr\$ 1.000.000,00, para auxiliar o custeio das despesas com a realização do II Congresso Internacional de Alergia, do VI Congresso Brasileiro de Neurologia, Psiquiatria e Medicina Legal e do I Congresso Brasileiro de Saúde Mental.*

Decreto n.º 42.480 — de 15 de outubro de 1957.

— *Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 3.000.000,00 para atender às despesas com a realização do XIX Congresso Nacional de Estudantes.*

Decreto n.º 42.759 — de 7 de dezembro de 1957.

CONSELHO COORDENADOR DO ABASTECIMENTO

Aprova e manda executar o Plano de Abastecimento Nacional elaborado pelo Conselho Coordenador de Abastecimento.

Decreto n.º 42.332-A — de 25 de setembro de 1957.

— *Atribui ao Conselho Coordenador do Abastecimento funções executivas no que se refira ao Plano de Abastecimento Nacional aprovado pelo Decreto n.º 42.332-A, de 25 de setembro de 1957.*

Decreto n.º 42.333-A — de 25 setembro de 1957.

— *Dá nova redação ao art. 1.º do Decreto n.º 36.521, de 2 de dezembro de 1954, que criou o Conselho Coordenador do Abastecimento.*

Decreto n.º 42.644 — de 14 de novembro de 1957.

CONSELHO DO DESENVOLVIMENTO

Atribui à Secretaria Geral do Conselho do Desenvolvimento providências sobre os trabalhos da Comissão criada pelo Decreto n.º 41.800, de 9 de julho de 1957.

Decreto n.º 42.428 — de 12 de outubro de 1957.

— *Altera o art. 2.º do Decreto número 39.334, de 11 de junho de 1956.*

Decreto n.º 42.765 — de 29 de novembro de 1957.

CONSELHO DE POLÍTICA ADUANEIRA

Abre, ao Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 300.000.000,00, para o fim que especifica.

Decreto n.º 42.490 — de 22 de outubro de 1957.

CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA

Altera o art. 9.º da Lei n.º 970, de 16 de dezembro de 1949, que dispõe sobre as atribuições, organização e funcionamento do Conselho Nacional de Economia.

Lei n.º 3.272 — de 30 de setembro de 1957.

CONSELHO NACIONAL DO PETRÓLEO

Aprova o Regimento do Conselho Nacional do Petróleo.

Decreto n.º 42.786 — de 10 de dezembro de 1957.

— *Dispõe sobre as funções gratificadas do Conselho Nacional do Petróleo.*

Decreto n.º 42.787 — de 10 de dezembro de 1957.

CONSELHO PENITENCIÁRIO DO DISTRITO FEDERAL

Estabelece a gratificação do presidente, do secretário-geral e mais membros do Conselho Penitenciário do Distrito Federal.

Lei n.º 3.315 — de 16 de novembro de 1957.

CONCERTADORES DE CARGA

Expede normas a serem observadas pelas Delegacias do Trabalho Marítimo e que deverão ser incluídas nas futuras regulamentações do exercício da profissão de concertador de carga e descarga baixadas nos termos da Lei n.º 2.191, de 5 de março de 1955, e das outras providências.

Decreto n.º 42.466 — de 14 de outubro de 1957.

CONTRATOS

Aprova o termo de contrato celebrado entre o Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais e a firma Moinhos Brasileiros S. A. - MOBRASA.

Decreto Legislativo n.º 30, de 1957.

— Aprova a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro ao contrato celebrado entre o Governo do Território Federal do Acre e Arlindo Barros de Sá.

Decreto Legislativo n.º 31, de 1957.

— Mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro ao contrato celebrado entre Cicero da Silva Araújo e sua mulher e a União Federal.

Decreto Legislativo n.º 34, de 1957.

— Aprova, para efeito de registro pelo Tribunal de Contas, o contrato celebrado entre a Casa da Moeda e a firma Construtora Império Limitada.

Decreto Legislativo n.º 35, de 1957.

— Aprova o termo aditivo ao contrato celebrado entre o Governo da República e Antônio Carolino Braulê Gonçalves da Silva.

Decreto Legislativo n.º 36, de 1957.

— Aprova o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro ao termo de contrato celebrado entre a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e a Prelazia do Alto Solimões.

Decreto Legislativo n.º 37, de 1957.

CONTRATOS

— Aprova a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro ao contrato celebrado entre o Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho, no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Decreto Legislativo n.º 38, de 1957.

— Aprova a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro ao contrato celebrado entre a Polícia Militar do Distrito Federal e a I.B.M. World Trade Corporation.

Decreto Legislativo n.º 40, de 1957.

CONVENÇÕES

Promulga a Convenção sobre Asilo Diplomático, assinada em Caracas a 28 de março de 1954.

Decreto n.º 42.628 — de 13 de novembro de 1957.

COOPERATIVA MISTA DE CRÉDITO, CONSUMO E BENEFICÊNCIA DOS SERVIDORES EM EMPRESAS TELEGRÁFICAS E RADIO-TELEGRÁFICAS DO RECIFE LIMITADA

Concede autorização para constituição da "Cooperativa Mista de Crédito, Consumo e Beneficência dos Servidores em Empresas Telegráficas e Radiotelegráficas do Recife Limitada", com sede em Recife, Estado de Pernambuco.

Decreto n.º 42.150 — de 23 de agosto de 1957.

CORPO DE FUZILEIROS NAVAIS

— Ver:

Martinha e Ministério da Marinha.

CORPO DE BOMBEIROS DO DISTRITO FEDERAL

Altera o Regulamento Geral do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, aprovado pelo Decreto número 41.096, de 7 de março de 1957.

Decreto n.º 42.514 — de 26 de outubro de 1957.

CRÉDITO ESPECIAL

— Ver:

O nome do órgão a que se refere.

CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

— Ver:

O nome do órgão a que se refere.

CRÉDITO SUPLEMENTAR

— Ver:

O nome do órgão a que se refere.

CRIMES CONTRA A ECONOMIA POPULAR

Modifica o art. 5.º da Lei n.º 1.521, de 28 de dezembro de 1951, que altera dispositivos da legislação vigente sobre crimes contra a economia popular.

Lei n.º 3.290 — de 23 de outubro de 1957.

CROMO

Autoriza a Sociedade São Paulo de Mineração Limitada a pesquisar minérios de níquel, titânio, cromo, ferro e associados no município de Jacupiranga, Estado de São Paulo.

Decreto n.º 42.451 — de 14 de outubro de 1957.

CURSOS

Altera os períodos letivos estabelecidos no art. 9.º do Regulamento dos cursos de aperfeiçoamento, especialização e extensão (C.A.E.), aprovado pelo Decreto n.º 8.741, de 11 de fevereiro de 1942, relativamente aos cursos de Agrônomo, Fitossanitarista e de Inspetor de Produtos de Origem Animal previstos no art. 2.º, itens VI e XIII do mesmo regulamento.

Decreto n.º 42.851 — de 19 de dezembro de 1957.

— Ver:

Academias, Escolas, Faculdades e Universidades.

D

D. A. S. P.

— Ver:

Departamento Administrativo do Serviço Público.

DEPARTAMENTO FEDERAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Assegura aos servidores do Departamento Federal de Segurança Pública, com exercício de atividade estritamente policial, prisão especial, aposentadoria aos 25 anos de serviço e promoção post-mortem.

Lei n.º 3.313 — de 14 de novembro de 1957.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM

Regulamenta a aplicação de auxílio financeiro da União, pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e dá outras providências.

Decreto n.º 42.489 — de 19 de outubro de 1957.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM

— Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, consignado ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, o crédito especial de Cr\$ 400.000.000,00, para o fim que menciona.

Decreto n.º 42.693 — de 22 de novembro de 1957.

— Cria uma Divisão de Trânsito no Departamento Nacional de Estradas de Rodagem.

Decreto n.º 42.799 — de 12 de dezembro de 1957.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SÊCAS

Dispõe sobre créditos orçamentários destinados à defesa contra as secas do Nordeste, regula a forma de pagamento de prêmios pela construção de açudes em cooperação, e dá outras providências.

Lei n.º 3.276 — de 5 de outubro de 1957.

— Renova o Decreto n.º 28.570, de 29 de agosto de 1950, que declarou de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, área de terreno situado no Município de Jacobina, Estado da Bahia.

Decreto n.º 42.529 — de 29 de outubro de 1957.

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras contra as Secas, área de terreno situada no município de Petrolândia, Estado de Pernambuco.

Decreto n.º 42.676 — de 20 de novembro de 1957.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PORTOS, RIOS E CANAIS

Aprova o termo de contrato celebrado entre o Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais e a firma Moinhos Brasileiros.

Decreto Legislativo n.º 30, de 1957.

DESAPROPRIAÇÕES

Declara de utilidade pública uma faixa de terra situada no município de Guarapuava, Estado do Paraná, destinada à passagem de uma linha de transmissão e autoriza a empresa Irmãos Schlumberger a promover a desapropriação.

Decreto n.º 38.904 — de 15 de março de 1956.

— Declara de utilidade pública, para efeitos de desapropriação, imóvel situado em Inhoá, na Enseada de Vila Velha, município de Espírito Santo, Estado do Espírito Santo.

Decreto n.º 42.396 — de 3 de outubro de 1957.

— Declara de utilidade pública para fins de desapropriação pela Estrada de Ferro Central do Brasil, área de terreno situada em Barbacena, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 42.425 — de 10 de outubro de 1957.

— Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação, em favor da Petróleo Brasileiro S. A. — PETROBRÁS, área de terreno necessário às obras da Refinaria do Rio de Janeiro.

Decreto n.º 42.478 — de 15 de outubro de 1957.

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, uma área de terras situada no Município de Salvador, Estado da Bahia.

Decreto n.º 42.496 — de 24 de outubro de 1957.

— Declara de utilidade pública, para efeitos de desapropriação, os bens que especifica.

Decreto n.º 42.627 — de 13 de novembro de 1957.

— Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação, área situada na cidade de Belém, Estado do Pará, e dá outras providências.

Decreto n.º 42.639 — de 14 de novembro de 1957.

DESAPROPRIAÇÕES

— Declara de utilidade pública para efeito de desapropriação e em caráter de urgência, o imóvel que menciona.

Decreto n.º 42.646 — de 16 de novembro de 1957.

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, área de terreno situada no Município de Petrolândia, Estado de Pernambuco.

Decreto n.º 42.676 — de 20 de novembro de 1957.

— Declara ser de urgência a desapropriação, por utilidade pública, de área a que se refere o Decreto número 42.639, de 14 de novembro de 1957, e dá outras providências.

Decreto n.º 42.690 — de 21 de novembro de 1957.

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, imóvel que menciona, necessário ao Ministério da Guerra, no Município de Jaboatão, no Estado de Pernambuco.

Decreto n.º 42.727 — de 2 de dezembro de 1957.

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, imóvel que menciona, necessário ao Ministério da Agricultura, no município de Escada, no Estado de Pernambuco.

Decreto n.º 42.785 — de 9 de dezembro de 1957.

— Designa servidor para representar a União na desapropriação da casa de José Cardoso Costa para a Comissão do Vale do São Francisco.

Decreto n.º 42.800 — de 12 de dezembro de 1957.

— Declara de utilidade pública, para efeitos de desapropriação, um imóvel situado no município e cidade de Cáceres, Estado de Mato Grosso, e dá outras providências.

Decreto n.º 42.807 — de 13 de dezembro de 1957.

DESAPROPRIAÇÕES

— *Dispõe sobre desapropriação de terrenos.*

Decreto n.º 42.810 — de 13 de dezembro de 1957.

— *Declara de utilidade pública uma faixa de terra necessária ao complemento das obras de que trata o Decreto n.º 26.434, de 9 de março de 1949 e autoriza a Sociedade Anônima Central Elétrica Rio Claro a promover a desapropriação da mesma.*

Decreto n.º 42.846 — de 19 de dezembro de 1957.

— *Declara de utilidade pública diversas áreas de terra necessárias ao aproveitamento da energia hidráulica da cachoeira do França, situada no rio Juquiá-Guaçu, entre o município de Ibiúna e o de Itapeperica da Serra, Estado de São Paulo, e autoriza a Companhia Brasileira de Alumínio a promover a desapropriação.*

Decreto n.º 42.885 — de 26 de dezembro de 1957.

— *Declara de utilidade pública diversas áreas de terra compreendidas na faixa de linha de transmissão a ser construída entre a Usina da cachoeira do França e a fábrica de alumínio da Companhia Brasileira de Alumínio, situada no município de São Roque, Estado de São Paulo, e autoriza a Companhia Brasileira de Alumínio a promover as providências necessárias à sua utilização.*

Decreto n.º 42.886 — de 26 de dezembro de 1957.

DIAMANTE

Autoriza o cidadão brasileiro Carlos de Melo Pires de Oliveira a pesquisar quartzo, talco, amianto, diamante, minério de ouro e associados, no município de Sêro, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 42.575 — de 7 de novembro de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro João Redelvim Andrade a pesquisar diamante e associados no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 42.862 — de 19 de dezembro de 1957.

DIAMANTE

— *Retifica o art. 1.º do Decreto número 41.975, de 3 de agosto de 1957.*

Decreto n.º 42.872 — de 19 de dezembro de 1957.

DIREITOS AUTORAIS

Aprova o Acôrdio sobre a restauração dos Direitos de Propriedade Industrial e Direitos Autorais firmado entre os Estados Unidos do Brasil e a República Federal da Alemanha.

Decreto Legislativo n.º 39, de 1957.

DIREITOS DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL

Aprova o Acôrdio sobre a restauração dos Direitos de Propriedade Industrial e Direitos Autorais firmado entre os Estados Unidos do Brasil e a República Federal da Alemanha.

Decreto Legislativo n.º 39, de 1957.

DOAÇÕES

Autoriza o Poder Executivo a doar imóvel à Associação dos Ex-Combatentes do Brasil, seção do Distrito Federal.

Lei n.º 3.347 — de 17 de dezembro de 1957.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado no município de Pedro Leopoldo, no Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 42.389 — de 1.º de outubro de 1957.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado no município de Novo Horizonte, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 42.390 — de 1.º de outubro de 1957.

— *Autoriza o Ministério da Viação e Obras Públicas a aceitar doação de terreno em Taim, 4.º Distrito do município do Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n.º 42.470 — de 15 de outubro de 1957.

DOAÇÕES

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado no município de Urupês, no Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 42.527 — de 29 de outubro de 1957.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado no município de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 42.528 — de 29 de outubro de 1957.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado no município de Santo André, no Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 42.563 — de 7 de novembro de 1957.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado no município de Bebedouro, no Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 42.677 — de 20 de novembro de 1957.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado no município de Curvelo, no Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 42.678 — de 20 de novembro de 1957.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado no município de Ibirubá, no Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n.º 42.692 — de 22 de novembro de 1957.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado no município de Piau, no Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 42.836 — de 18 de dezembro de 1957.

DOLOMITA

Autoriza a Mineração e Usina Wigg S. A. a pesquisar dolomita e associados no município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 42.602 — de 7 de novembro de 1957.

DOVA NAVEGAÇÃO LTDA.

Concede à sociedade Dova Navegação Ltda. autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto n.º 42.492 — de 23 de outubro de 1957.

E

E. FIGUEIREDO & COMPANHIA

Concede à sociedade E. Figueiredo & Companhia autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto n.º 42.649 — de 18 de novembro de 1957.

EMPRESA DE MINERAÇÃO E TRANSPORTES LTDA.

Concede à Empresa de Mineração e Transportes Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n.º 42.717 — de 29 de novembro de 1957.

EMPRESAS DE NAVEGAÇÃO AÉREA

Dispõe sobre o recolhimento pelas empresas de navegação aérea comercial, das contribuições de previdência social em atraso.

Lei n.º 3.330 — de 5 de dezembro de 1957.

EMPRESA DE NAVEGAÇÃO AVANTE LIMITADA

Concede à Empresa de Navegação "Avante" Limitada autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto n.º 41.669 — de 24 de junho de 1957.

**EMPRESA PARANAENSE DE
ÁGUAS MINERAIS LTDA.**

Concede à Empresa Paranaense de Águas Minerais Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n.º 42.545 — de 30 de outubro de 1957.

EMPRESAS INCORPORADAS

Aprova o ato do Tribunal de Contas da União, que negou registro à escritura pública de dação em pagamento, celebrada entre a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio da União e a Clevelândia, Industrial e Territorial Limitada.

Decreto Legislativo n.º 33, de 1957.

— Dispõe sobre funções de extra-numerário-mensalista para o enquadramento de pessoal da Superintendência e Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional, por força do art. 1.º da Lei n.º 2.904, de 8 de outubro de 1956, combinado com o artigo 6.º, § 2.º da Lei n.º 2.193, de 9 de março de 1954, e dá outras providências.

Decreto n.º 42.411 — de 7 de outubro de 1957.

— Outorga concessão à Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional para estabelecer uma estação de radiotelevisão nesta Capital.

Decreto n.º 42.943 — de 30 de dezembro de 1957.

ENERGIA ELÉTRICA

Autoriza a Prefeitura Municipal de Arroio do Meio, no Estado do Rio Grande do Sul a ampliar suas instalações.

Decreto n.º 38.504 — de 31 de dezembro de 1955.

— Autoriza a Babcock & Wilcox (Caldeiras) S. A. a instalar uma usina termoeleétrica no município de Rezende, no Estado do Rio de Janeiro.

Decreto n.º 38.506 — de 31 de dezembro de 1955.

ENERGIA ELÉTRICA

— Outorga à Prefeitura Municipal de Capinópolis concessão para distribuir energia elétrica no município de Capinópolis, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 38.863 — de 13 de março de 1956.

— Declara de utilidade pública uma faixa de terra situada no município de Guarapuava, Estado do Paraná, destinada à passagem de uma linha de transmissão, e autoriza a empresa Irmãos Schlumberger a promover a desapropriação.

Decreto n.º 38.904 — de 15 de março de 1956.

— Outorga à Prefeitura Municipal de Várzea da Palma concessão para distribuir energia elétrica no Município de igual nome, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 39.596 — de 14 de julho de 1956.

— Autoriza a Companhia Força e Luz Norte Fluminense a ampliar suas instalações, mediante a montagem de um grupo diesel elétrico.

Decreto n.º 39.847 — de 23 de agosto de 1956.

— Outorga ao Estado do Rio de Janeiro concessão para distribuir e fazer comércio de energia elétrica no município de Angra dos Reis.

Decreto n.º 41.932 — de 30 de julho de 1957.

— Autoriza a São Paulo Light S. A. — Serviços de Eletricidade a construir uma linha de transmissão entre o ramal que vai para a Fábrica de Fertilizantes de Cubatão e a subestação da Fábrica Eletrocloro, situada no município de Santo André, Estado de São Paulo.

Decreto n.º 42.321 — de 25 de setembro de 1957.

ENERGIA ELÉTRICA

— *Autoriza a Companhia Mercantil e Industrial Ingá a construir uma linha de transmissão entre a subestação do Guandu (município de Nova Iguaçu) e a ilha da Madeira (município de Itaguaí), Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n.º 42.322 — de 25 de setembro de 1957.

— *Autoriza a Companhia Geral de Eletricidade a ampliar suas instalações.*

Decreto n.º 42.323 — de 25 de setembro de 1957.

— *Autoriza a Companhia Paulista de Força e Luz a construir uma linha de transmissão, ligando a localidade de Guapiranga à sede do município de Sabino, Estado de São Paulo, e dá outras providências.*

Decreto n.º 42.324 — de 25 de setembro de 1957.

— *Autoriza a "São Paulo Light S. A. Serviço de Eletricidade" a ampliar suas instalações termelétricas, no município de São Sebastião, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 42.325 — de 25 de setembro de 1957.

— *Outorga à Companhia de Eletricidade do Alto Rio Grande concessão para o aproveitamento de energia hidráulica das corredeiras do Funil, existentes no Rio Grande, entre os distritos de Perdões, Ribeirão Vermelho, Lavras e Igaci, municípios de Perdões, Ribeirão Vermelho e Lavras, respectivamente, no Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 42.326 — de 25 de setembro de 1957.

— *Outorga à Prefeitura Municipal de Bela Vista do Paraíso, Estado do Paraná, concessão para distribuir energia elétrica no distrito da sede do município de Bela Vista do Paraíso, Estado do Paraná.*

Decreto n.º 42.327 — de 25 de setembro de 1957.

ENERGIA ELÉTRICA

— *Outorga a Hamleto Magnavacca autorização para proceder aos estudos necessários ao aproveitamento da energia hidráulica da cachoeira Frágosa, situada no Ribeirão Sarzedo, município de Betim, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 42.328 — de 25 de setembro de 1957.

— *Outorga à Prefeitura Municipal de Laje, Estado da Bahia, concessão para produção, transmissão e distribuição de energia elétrica no citado município.*

Decreto n.º 42.329 — de 25 de setembro de 1957.

— *Autoriza a Sociedade Mineração Machado S. A. a construir, para uso exclusivo, uma linha de transmissão entre a cidade de Diamantina e o distrito de Inhaí, município de Diamantina, no Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 42.330 — de 25 de setembro de 1957.

— *Outorga à Prefeitura Municipal de Acari, Estado do Rio Grande do Norte, concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto n.º 42.331 — de 25 de setembro de 1957.

— *Autoriza a Prefeitura Municipal de Crato a ampliar suas instalações hidrelétricas.*

Decreto n.º 42.332 — de 25 de setembro de 1957.

— *Outorga à Prefeitura Municipal de Palmeiras de Goiás, Estado de Goiás, concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto n.º 42.418 — de 7 de outubro de 1957.

— *Autoriza a Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Jesus a construir uma linha de transmissão entre Sapeaçu e Santo Antônio de Jesus, Estado da Bahia.*

Decreto n.º 42.419 — de 7 de outubro de 1957.

ENERGIA ELÉTRICA

— *Transfere da firma Moraes & Venturoso para a Companhia Paulista de Fôrça e Luz a concessão para a distribuição de energia elétrica no município de Miguelópolis, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 42.420 — de 7 de outubro de 1957.

— *Autoriza a Centrais Elétricas de Santa Catarina S. A. a construir uma linha de transmissão entre o ponto mais próximo de Águas da Guarda, no município de Tubarão, e a referida localidade, e dá outras providências.*

Decreto n.º 42.421 — de 7 de outubro de 1957.

— *Autoriza a Companhia Central Brasileira de Fôrça Elétrica a instalar dois grupos diesel elétricos na cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo.*

Decreto n.º 42.422 — de 7 de outubro de 1957.

— *Outorga à Prefeitura Municipal de Laje concessão para o aproveitamento da energia hidráulica de um desnível existente no rio Jiquiriçã, no distrito da sede municipal, no Estado da Bahia.*

Decreto n.º 42.431 — de 14 de outubro de 1957.

— *Outorga à Prefeitura Municipal de Caratúbas, Estado do Rio Grande do Norte, concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto n.º 42.432 — de 14 de outubro de 1957.

— *Autoriza a Empresa Sul Brasileira de Eletricidade S. A. a instalar uma usina geradora diesel-elétrica na sede do município de Joinville, no Estado de Santa Catarina.*

Decreto n.º 42.433 — de 14 de outubro de 1957.

— *Outorga à Prefeitura Municipal de Pau dos Ferros, Estado do Rio Grande do Norte, concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto n.º 42.434 — de 14 de outubro de 1957.

ENERGIA ELÉTRICA

— *Transfere da empresa "Indústrias Salto Grande S. A." para a Fábrica de Papel Itajaí a concessão do aproveitamento da queda d'água denominada Salto Grande, no rio Itajaí, do Sul, distrito de Salto Grande, município de Bom Retiro, Estado de Santa Catarina.*

Decreto n.º 42.435 — de 14 de outubro de 1957.

— *Autoriza a Companhia Central Brasileira de Fôrça Elétrica a construir uma linha de transmissão entre a subestação da Espirito Santo Centrais Elétricas S. A. (EXCELSA) e a subestação de Entroncamento, e dá outras providências.*

Decreto n.º 42.436 — de 14 de outubro de 1957.

— *Autoriza a "Centrais Elétricas de Goiás S. A." a ampliar suas instalações em Inhumas, Estado de Goiás.*

Decreto n.º 42.437 — de 14 de outubro de 1957.

— *Autoriza a Companhia Hidro Elétrica Paranapanema a construir uma linha de transmissão entre a usina Santa Maria e a cidade de Sengés, e dá outras providências.*

Decreto n.º 42.438 — de 14 de outubro de 1957.

— *Transfere da firma Irmãos Bernhardt Limitada para a Prefeitura Municipal de São Pedro do Sul a concessão para produção e fornecimento de energia elétrica ao município do mesmo nome, no Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n.º 42.525 — de 29 de outubro de 1957.

— *Autoriza o Serviço de Luz e Fôrça de Fortaleza "Serviluz" a instalar uma usina termelétrica na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará.*

Decreto n.º 42.535 — de 30 de outubro de 1957.

ENERGIA ELÉTRICA

-- Declara de utilidade pública uma faixa de terra destinada à passagem da linha de transmissão de 66 KV da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco, entre a localidade denominada Pau Ferro, no Município de São Lourenço da Mata e Limoeiro, no município do mesmo nome, Estado de Pernambuco.

Decreto n.º 42.536 — de 30 de outubro de 1957.

— Autoriza a Companhia "Elétrica Caiuá" a construir uma linha de retransmissão dentro de sua zona de concessão, no Estado de São Paulo.

Decreto n.º 42.537 — de 30 de outubro de 1957.

— Outorga à Companhia Agrícola Pecuária Fazenda Monte D'Este concessão para o aproveitamento da energia hidráulica das cachoeiras do Poco e de Bocaiuva, existentes no rio Atibaia, no distrito do Município de Campinas, Estado de São Paulo.

Decreto n.º 42.538 — de 30 de outubro de 1957.

— Autoriza a Companhia Hidrelétrica Paranapanema a ampliar suas instalações na Usina do Palmital, no Estado do Paraná.

Decreto n.º 42.539 — de 30 de outubro de 1957.

— Outorga à Prefeitura Municipal de Pendências, Estado do Rio Grande do Norte, concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto n.º 42.549 — de 30 de outubro de 1957.

— Autoriza instalar e fazer funcionar a usina termoelétrica da firma Prudente Ferreira Comissária e Agrícola S. A. no município de Jaguapitã, Estado do Paraná.

Decreto n.º 42.550 — de 30 de outubro de 1957.

— Autoriza a São Paulo Light S. A., - Serviços de Eletricidade a construir uma linha de transmissão.

Decreto n.º 42.564 — de 7 de novembro de 1957.

ENERGIA ELÉTRICA

— Declara de utilidade pública as áreas de terra e as benfeitorias, por acaso nelas existentes, necessárias à execução das obras do projeto de aproveitamento progressivo da energia hidráulica de várias cachoeiras existentes no rio Santa Maria, município de Santa Leopoldina, Estado do Espírito Santo.

Decreto n.º 42.565 — de 7 de novembro de 1957.

— Declara de utilidade pública uma faixa de terra destinada à passagem da linha de transmissão que se estenderá desde a usina de aproveitamento hidrelétrico da cachoeira de Rio Bonito, no rio Santa Maria, Vitória, município do mesmo nome no Estado do Espírito Santo.

Decreto n.º 42.566 — de 7 de novembro de 1957.

— Outorga à Sociedade de Pasta Mecânica Tangará Limitada concessão para o aproveitamento de energia hidráulica da Corredeira dos Meneses, existente no rio do Peixe, distrito sede do Município de Tangará, Estado de Santa Catarina.

Decreto n.º 42.567 — de 7 de novembro de 1957.

— Outorga à Prefeitura Municipal de Pará de Minas concessão para distribuir e fazer comércio de energia elétrica no distrito de Igaratinga, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 42.568 — de 7 de novembro de 1957.

— Autoriza a Prefeitura Municipal de Alto Alegre a construir uma linha de transmissão entre Penápolis e Alto Alegre, Estado de São Paulo, e dá outras providências.

Decreto n.º 42.631 — de 13 de novembro de 1957.

— Autoriza a Companhia Força e Luz de Minas Gerais a construir uma linha de transmissão entre a usina hidrelétrica de Peixoto, da Companhia Paulista de Força e Luz e o seu sistema, e dá outras providências.

Decreto n.º 42.632 — de 13 de novembro de 1957.

ENERGIA ELÉTRICA

— *Outorga à Prefeitura Municipal de Goiás concessão para o aproveitamento de energia hidráulica da cachoeira do Deserto existente no rio Uru, distrito sede do município de Itapuranga, Estado de Goiás.*

Decreto n.º 42.633 — de 13 de novembro de 1957.

— *Outorga à Prefeitura Municipal de Neópolis, Estado de Sergipe, concessão para distribuir energia elétrica na sede do município mediante suprimento de energia elétrica que receberá da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco.*

Decreto n.º 42.634 — de 13 de novembro de 1957.

— *Autoriza a Companhia Sul Mineira de Eletricidade a elevar a tensão nominal da linha de transmissão existente em sua zona de concessão.*

Decreto n.º 42.635 — de 13 de novembro de 1957.

— *Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica à Empresa Nazarena de Energia S. A.*

Decreto n.º 42.657 — de 18 de novembro de 1957.

— *Autoriza a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte a construir uma linha de transmissão.*

Decreto n.º 42.661 — de 19 de novembro de 1957.

— *Autoriza a Companhia Força e Luz Cataguazes — Leopoldina a construir uma linha de transmissão em Piacatuba, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 42.662 — de 19 de novembro de 1957.

— *Outorga à Prefeitura Municipal de Aracruz, Estado do Espírito Santo, concessão para distribuir energia elétrica no Município, mediante instalação de usina termelétrica.*

Decreto n.º 42.663 — de 19 de novembro de 1957.

ENERGIA ELÉTRICA

— *Autoriza a Companhia Força e Luz Cataguazes — Leopoldina a construir uma linha de transmissão entre "Nova Usina Mauricio" e a Estação Transformadora de Cataguazes.*

Decreto n.º 42.664 — de 19 de novembro de 1957.

— *Autoriza a Companhia Energia Elétrica da Bahia a construir uma linha de transmissão entre a subestação do Serra e a cidade de Cachoeira, no Estado da Bahia, e uma subestação abaixadora de 66/11,4 kV, nesta última cidade.*

Decreto n.º 42.665 — de 19 de novembro de 1957.

— *Autoriza a Companhia Paulista de Força e Luz S. A. a construir uma linha de transmissão de energia elétrica entre um ponto da linha de transmissão Pinhal-Itapira e a vila Barão Ataliba Nogueira, no Estado de São Paulo e o respectivo sistema de distribuição.*

Decreto n.º 42.666 — de 19 de novembro de 1957.

— *Outorga à Prefeitura Municipal de São Pedro do Sul concessão para o aproveitamento de energia hidráulica da Cachoeira Quebra Dentes existente no curso d'água denominado Toroni, distrito do município Júlio de Castilhos, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n.º 42.695 — de 26 de novembro de 1957.

— *Outorga à Prefeitura Municipal de Martins, Estado do Rio Grande do Norte, concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto n.º 42.740 — de 4 de dezembro de 1957.

— *Outorga à Prefeitura Municipal de Luiz Gomes, Estado do Rio Grande do Norte, concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto n.º 42.741 — de 4 de dezembro de 1957.

ENERGIA ELÉTRICA

— *Outorga à Prefeitura Municipal de Portalegre, Estado do Rio Grande do Norte, concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto n.º 42.742 — de 4 de dezembro de 1957.

— *Transfere da Empresa De Simone & Companhia Limitada para a Prefeitura Municipal de Ponta Porã, a concessão para a produção e fornecimento de energia elétrica ao Município de Ponta Porã, Estado de Mato Grosso.*

Decreto n.º 42.743 — de 4 de dezembro de 1957.

— *Outorga à Prefeitura Municipal de Itambé concessão para o aproveitamento progressivo da energia hidráulica de um desnível existente no rio Pardo distrito sede do Município de Itambé, Estado da Bahia.*

Decreto n.º 42.789 — de 11 de dezembro de 1957.

— *Outorga à Prefeitura Municipal de Poté, Estado de Minas Gerais, concessão para o aproveitamento de energia hidráulica de um desnível existente no curso d'água Mucuri do Sul, distrito de Poté, município de Poté, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 42.841 — de 18 de dezembro de 1957.

— *Amplia a zona de fornecimento da Companhia Nacional de Energia Elétrica.*

Decreto n.º 42.842 — de 19 de dezembro de 1957.

— *Modifica o art. 1.º do Decreto n.º 31.377, de 3 de dezembro de 1952, que complementou disposições do Decreto n.º 30.617, de 10 de março de 1952.*

Decreto n.º 42.843 — de 19 de dezembro de 1957.

— *Prorroga o prazo das atividades da Comissão Especial para o Estudo do Aproveitamento Hidráulico das Corredeiras do Salto, Paredão, Funil, no Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências.*

Decreto n.º 42.844 — de 19 de dezembro de 1957.

ENERGIA ELÉTRICA

— *Outorga à Prefeitura Municipal de Grão Mogol concessão para o aproveitamento da energia hidráulica da cachoeira "Maria das Neves" existente no curso d'água Itacumbiraçu, distrito de Grão Mogol, município do mesmo nome, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 42.845 — de 19 de dezembro de 1957.

— *Declara de utilidade pública uma faixa de terra necessária ao complemento das obras de que trata o Decreto n.º 26.434, de 9 de março de 1949, e autoriza a Sociedade Anônima Central Elétrica Rio Claro a promover a desapropriação da mesma.*

Decreto n.º 42.846 — de 19 de dezembro de 1957.

— *Outorga à Prefeitura Municipal de Campos Sales, Estado do Ceará, concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto n.º 42.847 — de 19 de dezembro de 1957.

— *Outorga à Companhia Distribuidora de Energia Elétrica de Propriá S. A. concessão para distribuir energia elétrica no município de Propriá, Estado de Sergipe.*

Decreto n.º 42.848 — de 19 de dezembro de 1957.

— *Modifica a redação do art. 1.º do Decreto n.º 40.408, de 26 de novembro de 1956, que autorizou a Prefeitura Municipal de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais, a ampliar suas instalações hidrelétricas.*

Decreto n.º 42.849 — de 19 de dezembro de 1957.

— *Autoriza a Central Elétrica de Furnas S. A. a construir uma linha de transmissão.*

Decreto n.º 42.852 — de 26 de dezembro de 1957.

— *Outorga à Prefeitura Municipal de Palmelo concessão para o aproveitamento de energia hidráulica de uma queda existente no curso d'água Caiapó, distrito de Caiapó, município do mesmo nome, Estado de Goiás.*

Decreto n.º 42.853 — de 26 de dezembro de 1957.

ENERGIA ELÉTRICA

— *Autoriza a Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro S. A., com sede na Capital do Estado de São Paulo, a instalar uma usina termelétrica na cidade de Presidente Prudente, Estado de São Paulo, para uso exclusivo.*

Decreto n.º 42.884 — de 26 de dezembro de 1957.

— *Declara de utilidade pública diversas áreas de terra necessárias ao aproveitamento da energia hidráulica da cachoeira do Franca, situada no rio Juquiá-Guaçu, entre o município de Ibiúna e o de Itapeverica da Serra, Estado de São Paulo, e autoriza a Companhia Brasileira de Alumínio a promover a desapropriação.*

Decreto n.º 42.885 — de 26 de dezembro de 1957.

— *Declara de utilidade pública diversas áreas de terra compreendidas na faixa de linha de transmissão a ser construída entre a Usina da cachoeira do Franca e a fábrica de alumínio da Companhia Brasileira de Alumínio, situada no município de São Roque, Estado de São Paulo e autoriza a Companhia Brasileira de Alumínio a promover as providências necessárias à sua utilização.*

Decreto n.º 42.886 — de 26 de dezembro de 1957.

— *Outorga a Usinas Elétricas do Paranapanema S. A. — USELPA — concessão para o aproveitamento progressivo de energia hidráulica de dois trechos do rio Paranapanema.*

Decreto n.º 42.887 — de 26 de dezembro de 1957.

— *Outorga à Prefeitura Municipal de Augusto Severo, Estado do Rio Grande do Norte, concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto n.º 42.888 — de 26 de dezembro de 1957.

— *Transfere à Centrais Elétricas de Goiás S. A. a concessão para produzir e distribuir energia elétrica no município de Anapólis, Estado de Goiás, e dá outras providências.*

Decreto n.º 42.889 — de 26 de dezembro de 1957.

ENERGIA ELÉTRICA

— *Outorga a Mendo Sampaio S. A. concessão para o aproveitamento da energia hidráulica da queda d'água denominada Buranhém, existente no riacho Ouro Preto, distrito e município de Caiende, Estado de Pernambuco.*

Decreto n.º 42.890 — de 26 de dezembro de 1957.

— *Transfere para a Comissão Estadual de Energia Elétrica do Estado do Rio Grande do Sul a concessão para a produção e fornecimento de energia elétrica ao Município de Três Passos, naquele Estado.*

Decreto n.º 42.891 — de 26 de dezembro de 1957.

— *Outorga à Comissão Estadual de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul, concessão para distribuir energia no município de Horizontina, naquele Estado, e dá outras providências.*

Decreto n.º 42.892 — de 26 de dezembro de 1957.

— *Outorga à Comissão Estadual de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul concessão para distribuir energia elétrica no distrito de Carlos Barbosa, município de Garibaldi, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n.º 42.893 — de 26 de dezembro de 1957.

— *Transfere da Empresa Força e Luz de Peçanha Ltda., para a Prefeitura Municipal de Peçanha, a concessão para produção e fornecimento de energia elétrica ao município de Peçanha, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 42.894 — de 26 de dezembro de 1957.

— *Outorga à Prefeitura Municipal de Caldas concessão para o aproveitamento de energia hidráulica da cachoeira da Margarida existente no rio Pardo, município de Caldas, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 42.895 — de 26 de dezembro de 1957.

ENERGIA ELÉTRICA

— *Autoriza a Comissão Estadual de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul a construir uma linha de transmissão.*

Decreto n.º 42.896 — de 26 de dezembro de 1957.

— *Autoriza a Companhia Hidro Elétrica Paranaapanema a executar obras hidráulicas.*

Decreto n.º 42.937 — de 30 de dezembro de 1957.

— *Outorga à Companhia Hidrelétrica Paranaapanema concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto n.º 42.938 — de 30 de dezembro de 1957.

ENERGIA HIDRAULICA

— Ver:

Energia Elétrica

ENERGIA TERMOELÉTRICA

Ver:

Energia Elétrica

ENSINO

Modifica o art. 91 e revoga os artigos 92 e 93 da Lei Orgânica do Ensino Secundário (Decreto-lei n.º 4.244, de 9 de abril de 1942).

Lei n.º 3.293 — de 29 de outubro de 1957.

ENSINO COMERCIAL

Estabelece novo plano de estudos para o curso comercial básico, modificando o Decreto n.º 14.273, de 28 de dezembro de 1943.

Decreto n.º 42.671 — de 20 de novembro de 1957.

ESCOLAS

Considera equivalentes aos cursos de comandante do pelotão, de seção ou de aperfeiçoamento das Escolas de Sargentos das Armas, do Exército, para os efeitos do § 1º, do art. 51, da Lei n.º 2.370, de 9 de dezembro de 1954, os cursos de aperfeiçoamento, técnico profissional e das Escolas Profissionais da Marinha de Guerra.

Lei n.º 3.345 — de 17 de dezembro de 1957.

ESCOLAS

— *Concede reconhecimento ao curso de Auxiliar de Enfermagem da Escola de Auxiliares da Santa Casa de Misericórdias de Santos.*

Decreto n.º 42.158 — de 27 de agosto de 1957.

— *Altera o Regulamento da Escola Preparatória de Cadetes-do-Ar.*

Decreto n.º 42.503 — de 25 de outubro de 1957.

— *Concede reconhecimento aos cursos de engenharia civil e engenharia eletriciста da Escola Fluminense de Engenharia.*

Decreto n.º 42.517 — de 26 de outubro de 1957.

— *Altera o Regulamento para a Escola Naval.*

Decreto n.º 42.750 — de 5 de dezembro de 1957.

— *Transforma em Agrotécnica a Escola Agrícola "Benjamin Constant".*

Decreto n.º 42.751 — de 6 de dezembro de 1957.

— *Transforma em Escola Agrotécnica a Escola Agrícola "Floriano Peixoto".*

Decreto n.º 42.765 — de 7 de dezembro de 1957.

— *Altera o Regulamento para a Escola de Guerra Naval.*

Decreto n.º 42.804 — de 13 de dezembro de 1957.

— *Concede reconhecimento ao Curso de Enfermagem da Escola de Enfermagem Santa Catarina.*

Decreto n.º 42.811 — de 13 de dezembro de 1957.

— Ver, também:

Academias, Faculdades e Universidades.

— Quanto os militares ver, também:

Aeronáutica, Exército e Marinha.

ESTADO DA BAHIA

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 6.000.000,00 destinado a socorrer as vítimas das inundações verificadas nos Municípios de Petrolina, Estado de Pernambuco, e Casa Nova, Estado da Bahia.

Lei n.º 3.291 — de 23 de outubro de 1957.

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00, para o fim que especifica.

Decreto n.º 42.504 — de 25 de outubro de 1957.

ESTADO DO PARANÁ

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00 para o combate às geadas na região cafeeira do Estado do Paraná.

Lei n.º 3.321 — de 25 de novembro de 1957.

— Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito extraordinário de Cr\$ 5.000.000,00, para o fim que especifica.

Decreto n.º 42.625 — de 12 de novembro de 1957.

ESTADO DE PERNAMBUCO

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 6.000.000,00 destinado a socorrer as vítimas das inundações verificadas no Município de Petrolina, Estado de Pernambuco, e Casa Nova, Estado da Bahia.

Lei n.º 3.291 — de 23 de outubro de 1957.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Abre ao Ministério da Fazenda o crédito extraordinário de Cr\$ 10.000.000,00, para o fim que especifica.

Decreto n.º 42.877 — de 19 de dezembro de 1957.

ESTADÍSTICA

Institui a Guia de Importação para fins estatísticos.

Decreto n.º 42.914 — de 27 de dezembro de 1957.

ESTATUTO

— Ver:

O nome da entidade a que se refere.

ESTRADA DE FERRO CENTRAL DO BRASIL

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pela Estrada de Ferro Central do Brasil, área de terreno situada em Barbacena, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 42.425 — de 10 de outubro de 1957.

ESTRADA DE FERRO SANTOS A JUNDIAÍ

Autoriza a Estrada de Ferro Santos a Jundiaí ou Rede Ferroviária Nacional a subscrever capital social da Companhia Siderúrgica Paulista — (COSIPA) e dá outras providências.

Lei n.º 3.363 — de 26 de dezembro de 1957.

ESTRANGEIROS

Dispõe sobre as condições para admissão de nacionais e estrangeiros ao exercício de atividade remunerada no País e sobre a abolição do registro policial de estrangeiros.

Lei n.º 3.359 — de 22 de dezembro de 1957.

EXAMES DE SANIDADE E CAPACIDADE FÍSICA

Dispõe sobre os exames de sanidade e capacidade física dos servidores do Ministério da Saúde.

Decreto n.º 42.796 — de 12 de dezembro de 1957.

EXÉRCITO

Altera a Lei n.º 2.429, de 16 de fevereiro de 1955, que fixa o número de Oficiais Gerais do Exército.

Lei n.º 3.351 — de 18 de dezembro de 1957.

— Altera o Capítulo VII — Título I — Primeira Parte do Regulamento de Uniformes do Pessoal do Exército.

Decreto n.º 42.394 — de 3 de outubro de 1957.

EXERCITO

— *Cria a 7.ª Companhia de Guardas, com sede em São Paulo, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 42.395 — de 3 de outubro de 1957.

— *Dá nova denominação a Grande Unidade.*

Decreto n.º 42.520 — de 28 de outubro de 1957.

— *Altera o Regulamento para o Curso de Oficiais da Reserva do Exército.*

Decreto n.º 42.523 — de 29 de outubro de 1957.

— *Altera o Regulamento baixado pelo Decreto n.º 21.816, de 4 de setembro de 1946.*

Decreto n.º 42.659 — de 18 de novembro de 1957.

— *Dá nova redação aos §§ 1.º e 2.º do art. 48 — Capítulo VI — Disposições Transitórias — do Regulamento dos QOA-QOE. Decreto n.º 42.251, de 6 de setembro de 1957.*

Decreto n.º 42.694 — de 25 de novembro de 1957.

— *Regula o uso de condecorações nos uniformes militares, na forma do que prescreveu o art. 11 do Decreto n.º 40.556, de 17 de dezembro de 1956.*

Decreto n.º 42.732 — de 8 de dezembro de 1957.

— *Fixa a distribuição atual em cada Arma e em cada posto das funções privativas e das funções gerais dos Oficiais do Exército.*

Decreto n.º 42.897 — de 26 de dezembro de 1957.

— *Fixa o número de vagas para cota compulsória, no Ministério da Guerra.*

Decreto n.º 42.898 — de 26 de dezembro de 1957.

— *Aprova o Regulamento de Preceitos Comuns aos Estabelecimentos do Ensino do Exército (R/126).*

Decreto n.º 42.911 — de 27 de dezembro de 1957.

EXERCITO

— *Cria os 1.º, 2.º, 3.º e 4.º Batalhões de Engenharia de Construção e dá outras providências.*

Decreto n.º 42.921 — de 30 de dezembro de 1957.

— Ver, também:

Ministério da Guerra e Forças Armadas.

EXPORTAÇÃO

Regulamenta a execução do disposto nas Leis ns. 1.807, de 7 de janeiro de 1953, 2.145, de 29 de dezembro de 1953, e 3.244, de 14 de agosto de 1954, relativamente às operações de câmbio e ao intercâmbio comercial com o exterior, e dá outras providências.

Decreto n.º 42.820 — de 16 de dezembro de 1957.

EXPOSIÇÕES E FEIRAS

Concede à Prefeitura Municipal de Passo Fundo, no Estado do Rio Grande do Sul, o auxílio de Cr\$ 5.000.000,00 para realização da VII Festa Nacional do Trigo e da Exposição Agro-Pecuária e Industrial.

Lei n.º 3.294 — de 29 de outubro de 1957.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00 para auxiliar a realização da II Exposição Agro-Avícola-Industrial no Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina.*

Lei n.º 3.296 — de 30 de outubro de 1957.

— *Assegura por três exercícios a validade da Lei n.º 2.494, de 26 de maio de 1955, e dá outras providências.*

Lei n.º 3.323 — de 27 de novembro de 1957.

— *Aprova o Regulamento do Comissariado Permanente de Exposições e Feiras e dá outras providências.*

Decreto n.º 42.647 — de 18 de novembro de 1957.

— *Aprova o Regulamento da Seção Brasileira à Exposição Universal e Internacional de Bruxelas e dá outras providências.*

Decreto n.º 42.648 — de 18 de novembro de 1957.

EXPOSIÇÕES E FEIRAS

— Abre ao Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 300.000,00, para auxílio à II Exposição Municipal de Suínos no Município de Concórdia, Estado de Santa Catarina.

Decreto n.º 42.824 — de 17 de dezembro de 1957.

F

FACULDADES

Concede a inclusão da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Ribeirão Preto entre os estabelecimentos subvencionados pelo Governo Federal.

Lei n.º 3.314 — de 18 de novembro de 1957.

— Concede os auxílios de Cr\$ 2.000.000,00 e Cr\$ 2.000.000,00 a Faculdade de Filosofia da cidade de Pelotas, no Estado do Rio Grande do Sul, e à Faculdade de Filosofia do Ceará.

Lei n.º 3.348 — de 17 de dezembro de 1957.

— Concede reconhecimento aos cursos de Filosofia, Pedagogia, Letras Neo-Latinas e Letras Anglo-Germânicas da Faculdade Dom Bosco de Filosofia, Ciência e Letras.

Decreto n.º 42.518 — de 26 de outubro de 1957.

— Abre ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de ... Cr\$ 10.700.000,00, para pagamento de alugueis correspondentes à ocupação da Casa da Itália pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil.

Decreto n.º 42.554 — de 31 de outubro de 1957.

— Concede reconhecimento do curso de letras anglo-germânicas da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santa Maria.

Decreto n.º 42.669 — de 20 de novembro de 1957.

FACULDADES

— Concede reconhecimento ao curso de Ciências Econômicas da Faculdade Municipal de Ciências Econômicas de Santo André.

Decreto n.º 42.706 — de 29 de novembro de 1957.

— Concede reconhecimento ao curso de Didática da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Instituto Nossa Senhora de Lourdes.

Decreto n.º 42.734 — de 3 de dezembro de 1957.

— Concede reconhecimento aos cursos de Pedagogia e Letras Anglo-Germânicas da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Imaculada Conceição.

Decreto n.º 42.801 — de 12 de dezembro de 1957.

— Reconhecê o curso de Enfermagem da Escola da Enfermagem anexa à Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, da Universidade de São Paulo.

Decreto n.º 42.812 — de 13 de dezembro de 1957.

— Concede reconhecimento aos cursos de Filosofia, Letras Clássicas e Pedagogia da Faculdade de Filosofia Nossa Senhora Medianeira.

Decreto n.º 42.813 — de 13 de dezembro de 1957.

— Concede autorização para o funcionamento do curso de Odontologia da Faculdade de Odontologia de Pernambuco.

Decreto n.º 42.880 — de 24 de dezembro de 1957.

Concede autorização para o funcionamento do curso de Odontologia da Faculdade de Odontologia de Pernambuco.

FELESPATO

Autoriza Representações Mineração Cidade do Aço Ltda., a pesquisar calcita, feldspato e associados no município de Cantagalo, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto n.º 42.414 — de 7 de outubro de 1957.

FELDSPATO

— *Autoriza o cidadão brasileiro Moacyr José dos Santos a pesquisar feldspato e associados no município de Maricá, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n.º 42.444 — de 14 de outubro de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Orlando Lawrto Prioli a pesquisar feldspato, quartzo e associados no município de Niterói, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n.º 42.452 — de 14 de outubro de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Antonio Augusto Stivanin a pesquisar feldspato e associados no município de Andradás, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 42.709 — de 29 de novembro de 1957.

FELDSPATHO E ASSOCIADOS LIMITADA

Concede à Feldspato e Associados Limitada autorização para funcionar como empresa da mineração.

Decreto n.º 42.718 — de 29 de novembro de 1957.

FERRO

Cria no Conselho do Desenvolvimento o Grupo de Exportação de Minério de Ferro e dá outras providências.

Decreto n.º 42.020 — de 10 de agosto de 1957.

— *Autoriza a Sociedade São Paulo de Mineração Limitada a pesquisar minérios de níquel, tâniio, cromo, ferro e associados no município de Jacupiranga, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 42.451 — de 14 de outubro de 1957.

— *Autoriza Mineração Usina Wigg, Sociedade Anônima a pesquisar minérios de ferro e manganês no Município de Itabirito, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 42.570 — de 7 de novembro de 1957.

FERRO

— *Autoriza Mineração Usina Wigg Sociedade Anônima a pesquisar minérios de ferro e manganês no Município de Itabirito, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 42.571 — de 7 de novembro de 1957.

— *Autoriza Mineração Usina Wigg Sociedade Anônima a pesquisar minérios de ferro e manganês no Município de Itabirito, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 42.573 — de 7 de novembro de 1957.

— *Autoriza a Cia. de Mineração e Metalurgia São Paulo-Paraná a lavar minério de ferro e associados no município de Antonina, Estado do Paraná.*

Decreto n.º 42.576 — de 7 de novembro de 1957.

— *Autoriza a empresa de mineração Cia. Siderúrgica Cruzeiro do Sul "CRUZUL" a pesquisar minérios de ferro, manganês, ocre e associados no município de Santa Bárbara, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 42.589 — de 7 de novembro de 1957.

— *Renova o Decreto n.º 37.311, de 9 de maio de 1955.*

Decreto n.º 42.783 — de 9 de dezembro de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Ubirajara Keutenedjian a pesquisar minério de ferro e associados no município de Cipão Bonito, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 42.857 — de 19 de dezembro de 1957.

— *Autoriza Mármore e Pedras do Brasil Ltda. a pesquisar mármore, minério de ferro e associados no município de Cêro Azul, Estado do Paraná.*

Decreto n.º 42.866 — de 19 de dezembro de 1957.

FERROVIAS

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 30.000.000,00 para o custeio de obras no sistema ferroviário federal no Estado de Santa Catarina.

Lei n.º 3.317 — de 18 de novembro de 1957.

— *Regulamenta dispositivos da Lei n.º 3.115, de 16 de março de 1957.*

(Publicado no Diário Oficial — Seção I, de 30 de setembro de 1957.)

Decreto n.º 42.380 — de 30 de setembro de 1957.

— *Aprova estatutos e atos constitutivos da Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima.*

Decreto n.º 42.381 — de 30 de setembro de 1957.

FLUORITA

Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Cordeiro de Souza a pesquisar fluorita e associados no município de Bom Jesus da Lapa, Estado da Bahia.

Decreto n.º 42.870 — de 19 de dezembro de 1957.

FORÇAS ARMADAS

Modifica a organização e encargos da Comissão Permanente de Comunicações das Forças Armadas criada pelo Decreto n.º 35.495, de 13 de maio de 1954 e dá outras providências.

Decreto n.º 42.794 — de 11 de dezembro de 1957.

FORÇAS ARMADAS

— Ver, também:

Aeronáutica, Exército e Marinha.

FOSFORITA

Autoriza a Cia. de Cimento Portland Poty a pesquisar fosforita no município de Paulista, Estado de Pernambuco.

Decreto n.º 42.543 — de 30 de outubro de 1957.

— *Autoriza a Cia. de Cimento Portland Poty a pesquisar fosforita no município de Igarassu, Estado de Pernambuco.*

Decreto n.º 42.548 — de 30 de outubro de 1957.

FUNÇÕES DE CARÁTER OU INTERESSE MILITAR

Acrescenta novas funções ao Decreto n.º 30.955, de 7 de junho de 1952.

Decreto n.º 42.791 — de 11 de dezembro de 1957.

FUNÇÕES GRATIFICADAS

Altera o Decreto n.º 35.447, de 30 de abril de 1954.

Decreto n.º 42.473 — de 15 de outubro de 1957.

FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AOS GARIMPEIROS

Cria a Fundação de Assistência aos Garimpeiros, e dá outras providências.

Lei n.º 3.295 — de 30 de outubro de 1957.

FUNDAÇÃO OTÁVIO DE CARVALHO

Declara de utilidade pública a Fundação Otávio de Carvalho, com sede na Capital do Estado de São Paulo.

Decreto n.º 42.408 — de 4 de outubro de 1957.

FUNDO NACIONAL DE ENSINO MÉDIO

Modifica e revoga disposições do Decreto n.º 37.494, de 14 de junho de 1955, que regulamenta a aplicação dos recursos do Fundo Nacional de Ensino Médio e dá outras providências.

Decreto n.º 42.749 — de 5 de dezembro de 1957.

G

GRAFITA

Autoriza o cidadão brasileiro Juvenino Japequino a pesquisar quartzo, grafita e associados, no município de Ferraz de Vasconcelos, Estado de São Paulo.

Decreto n.º 42.447 — de 14 de outubro de 1957.

GRAFITA

— Autoriza o cidadão brasileiro Geraldo Leonardo Costa a pesquisar grafita e associados no município de Itamarandiba, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 42.770 — de 9 de dezembro de 1957.

GRUPO DE EXPORTAÇÃO DE MINÉRIO DE FERRO

Cria no Conselho do Desenvolvimento o Grupo de Exportação de Minério de Ferro e dá outras providências.

Decreto n.º 42.020 — de 10 de agosto de 1957.

GUIA DE IMPORTAÇÃO

— Ver:

Importações.

H**HEMATITA**

Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Saraiva Diniz a pesquisar minérios de manganês, hematita e associados no município de Mateus Leme, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 42.617 — de 7 de novembro de 1957.

HIPOTECA RURAL

Partes vetadas pelo Presidente da República e mantidas pelo Congresso Nacional, do Projeto que se transformou na Lei n.º 3.253, de 27 de agosto de 1957.

Lei n.º 3.253 — de 27 de agosto de 1957.

I**IBM WORLD TRADE CORPORATION**

Concede à sociedade anônima IBM World Trade Corporation, autorização para continuar a funcionar na República.

Decreto n.º 42.284 — de 19 de setembro de 1957.

ICARAI - PESCA E CABOTAGEM. COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.

Concede à sociedade "Icarai-Pesca e Cabotagem", Comércio, Importação e Exportação Ltda. autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto n.º 42.401 — de 3 de outubro de 1957.

ILMENITA

Autoriza o cidadão brasileiro James de Mendonça Clark a pesquisar ilmenita no município de Araiões, Estado do Maranhão.

Decreto n.º 42.442 — de 14 de outubro de 1957.

— Autoriza o cidadão brasileiro James de Mendonça Clark a pesquisar ilmenita e associados no Município de Araiões, Estado do Maranhão.

Decreto n.º 42.449 — de 14 de outubro de 1957.

— Renova o Decreto n.º 37.596, de 11 de julho de 1955.

Decreto n.º 42.541 — de 30 de outubro de 1957.

— Autoriza a Companhia Espírito Santo de Mineração (CESMI) a pesquisar ilmenita e associados no município de Serra, Estado do Espírito Santo.

Decreto n.º 42.578 — de 7 de novembro de 1957.

— Autoriza a Companhia Espírito Santo de Mineração (CESMI) a pesquisar ilmenita e associados no município de Serra, Estado do Espírito Santo.

Decreto n.º 42.582 — de 7 de novembro de 1957.

— Autoriza a Companhia Espírito Santo de Mineração (CESMI) a pesquisar ilmenita e associados no município de Serra, Estado do Espírito Santo.

Decreto n.º 42.584 — de 7 de novembro de 1957.

ILMENITA

— *Autoriza o cidadão brasileiro Mitchel Muci a pesquisar monazita, ilmenita, zirconita e associados no município de Porto Seguro, Estado da Bahia.*

Decreto n.º 42.591 — de 7 de novembro de 1957.

— *Autoriza a Cia. Química Industrial "CIL" a pesquisar ilmenita e associados no município de Caraguatatuba, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 42.608 — de 7 de novembro de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Fernando De Lorenzi a lavrar ilmenita e associados no município de Caraguatatuba, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 42.906 — de 27 de dezembro de 1957.

IMÓVEIS RURAIS

Partes vetadas pelo Presidente da República e mantidas pelo Congresso Nacional, do Projeto que se transformou na Lei n.º 3.253, de 27 de agosto de 1957.

Lei n.º 3.253 — de 27 de agosto de 1957.

IMPORTAÇÃO

Altera o § 2.º do art. 137 do Regulamento aprovado pelo Decreto número 1.246, de 11 de dezembro de 1936.

Decreto n.º 42.502 — de 25 de outubro de 1957.

— *Regulamenta a execução do disposto nas Leis ns. 1.807, de 7 de janeiro de 1953, 2.145, de 29 de dezembro de 1953 e 3.244, de 14 de agosto de 1957, relativamente às operações de câmbio e ao intercâmbio comercial com o exterior, e dá outras providências.*

Decreto n.º 42.820 — de 16 de dezembro de 1957.

— *Institui a Guia de Importação para fins estatísticos.*

Decreto n.º 42.914 — de 27 de dezembro de 1957.

IMPORTAÇÃO

— *Dispõe sobre o visto consular nas faturas comerciais e dá outras providências.*

Decreto n.º 42.916 — de 30 de dezembro de 1957.

— Ver, também:

Isenção Fiscal.

IMPÓSTO DE RENDA

Expede normas reguladoras do sistema de devolução dos adicionais restituíveis do imposto de renda, emissão e serviço de amortização e juros das Obrigações do Reparelhamento Econômico.

Decreto n.º 42.915 — de 30 de dezembro de 1957.

INDÚSTRIA CALCÁRIA "ÁGUA AZUL" LTDA.

Concede à Indústria Calcária "Água Azul" Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n.º 42.719 — de 29 de novembro de 1957.

INDÚSTRIAS REUNIDAS LEAL SANTOS S. A.

Concede permissão, em caráter permanente, à Indústrias Reunidas Leal Santos, S.A., com sede na cidade de Rio Grande e filial em Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul, para funcionar aos domingos e nos feriados civis ou religiosos.

Decreto n.º 41.939 — de 30 de julho de 1957.

INSPETORIA GERAL PENITENCIÁRIA

— Ver:

Penitenciárias.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

Aprova a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro ao contrato celebrado entre o Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Decreto Legislativo n.º 38, de 1957.

INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ

Fixa prazos para a eleição e indicação dos membros da Junta Administrativa do Instituto Brasileiro do Café, e dá outras providências.

Decreto n.º 42.667 — de 19 de novembro de 1957.

INSTITUTO CENTRAL DE FOMENTO ECONÔMICO DA BAHIA

Aprova a prorrogação do prazo de validade da carta-patente do Instituto Central de Fomento Econômico da Bahia.

Decreto n.º 42.487 — de 18 de outubro de 1957.

— *Aprova a mudança de denominação do Instituto Central de Fomento Econômico da Bahia para Instituto de Fomento Econômico da Bahia.*

Decreto n.º 42.683 — de 21 de novembro de 1957.

INSTITUTO DE APOSENTADORIA

E PENSÕES DOS BANCÁRIOS

Estabelece em novos moldes a aposentadoria ordinária, dispõe sobre a aposentadoria por invalidez dos trabalhadores vinculados ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários e dá outras providências.

Lei n.º 3.322 — de 26 de novembro de 1957.

INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS EMPREGADOS EM TRANSPORTES E CARGAS

Autoriza o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas a manter uma Agência Especial em Criciúma, no Estado de Santa Catarina, e dá outras providências.

Decreto n.º 42.795 — de 12 de dezembro de 1957.

INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS INDUS- TRIÁRIOS

Altera o Decreto n.º 39.324, de 7 de junho de 1956, que aprovou os Quadros e Tabelas de Pessoal do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários, e dá outras providências.

Decreto n.º 42.701 — de 29 de novembro de 1957.

INSTITUTO DE BELAS ARTES DO RIO GRANDE DO SUL

Cria, no Ministério da Educação e Cultura, o Quadro Especial do Instituto das Belas Artes do Rio Grande do Sul.

Lei n.º 3.333 — de 6 de dezembro de 1957.

INSTITUTO DE MENORES DE PELOTAS

Declara de utilidade pública o Instituto de Menores de Pelotas com sede nessa cidade, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto n.º 42.704 — de 29 de novembro de 1957.

INSTITUTO DE PESQUISAS RODOVIÁRIAS

Cria o Instituto de Pesquisas Rodoviárias, nos termos da Lei n.º 1.310, de 15 de janeiro de 1951.

(Publicado no Diário Oficial — Seção I, de 30 de agosto de 1957.)

Decreto n.º 42.212 — de 29 de agosto de 1957.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDO- RES DO ESTADO

Altera disposições do Decreto-lei n.º 2.865, de 12 de dezembro de 1940, que dispõe sobre organização e funcionamento do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado.

Lei n.º 3.352 — de 18 de dezembro de 1957.

Torna seguro obrigatório do I. P. A. S. E. o pessoal admitido na forma do parágrafo único do art. 1.º, do Decreto-lei n.º 6.555, de 2 de junho de 1944.

Decreto n.º 42.519 — de 28 de outubro de 1957.

INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ALCOOL

Dá nova redação ao parágrafo único do art. 2.º do Decreto n.º 26.355, de 14 de fevereiro de 1949.

Decreto n.º 42.407 — de 4 de outubro de 1957.

INSTITUTO JOAQUIM NABUCO

Aprova o termo aditivo ao contrato celebrado entre o Governo da República e Antônio Carolino Braule Gonçalves da Silva.

Decreto Legislativo n.º 36, de 1957.

INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS

Institui a Campanha para a Educação do Surdo Brasileiro.

Decreto n.º 42.728 — de 3 de dezembro de 1957.

INSTITUTO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

Aprova as retificações ao Orçamento para 1957 do Instituto Nacional de Imigração e Colonização e dá outras providências.

Decreto n.º 42.540 — de 30 de outubro de 1957.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS DA AMAZÔNIA

Inclui função na Tabela de Pessoal do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, e dá outras providências.

Decreto n.º 42.660 — de 19 de novembro de 1957.

INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES

Unifica o período de carência do seguro-morte nos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões.

Lei n.º 3.275 — de 4 de outubro de 1957.

— Dispõe sobre o pagamento das contribuições em atraso devidas às Instituições de Previdência Social.

Decreto n.º 42.507, de 25 de outubro de 1957.

INTERCAMBIO COMERCIAL COM O EXTERIOR

Regulamenta a execução do disposto nas Leis ns. 1.807, de 7 de janeiro de 1953, 2.145, de 29 de dezembro de 1953, e 3.244, de 14 de agosto de 1957, relativamente às operações de câmbio e ao intercâmbio comercial com o exterior, e dá outras providências.

Decreto n.º 42.820 — de 16 de dezembro de 1957.

INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO

Prorroga o prazo de vigência da Lei n.º 1.522, de 26 de dezembro de 1951, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei n.º 3.584, de 29 de dezembro de 1956.

Lei n.º 3.334 — de 14 de dezembro de 1957.

IPASE

— Ver:

Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado.

IRMAOS ROSSY

Concede à sociedade Irmãos Rossy autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto n.º 42.405 — de 3 de outubro de 1957.

ISENÇÃO FISCAL

Concede isenção de direitos aduaneiros, inclusive adicional de 10%, imposto de consumo e mais taxas alfandegárias, para materiais importados pela Telefônica Jundiaí S.A.

Lei n.º 3.280 — de 7 de outubro de 1957.

— Concede isenção de direitos aduaneiros, inclusive adicional de 10%, imposto de consumo e mais taxas alfandegárias para material importado pela Companhia Telefônica da Borda do Campo, com sede em Santo André, Estado de São Paulo.

Lei n.º 3.325 — de 2 de dezembro de 1957.

ISENÇÃO FISCAL

— *Concede isenção de direitos aduaneiros, imposto de consumo e taxas alfandegárias para material a ser importado da Alemanha Ocidental, destinado à Basílica de Nossa Senhora de Ubá, no Estado de Minas Gerais.*

Lei nº 3.341 — de 14 de dezembro de 1957.

— *Regulamenta os arts. 2º e 28 da Lei nº 3.115, de 16 de março de 1957, na parte relativa à isenção tributária concedida à Rede Ferroviária Federal S. A.*

Decreto nº 42.636 — de 14 de novembro de 1957.

J**J. WALTER THOMPSON COMPANY DO BRASIL**

Concede à sociedade anônima J. Walter Thompson Company do Brasil, autorização para continuar a funcionar na República.

Decreto nº 42.400 — de 3 de outubro de 1957.

JARAGUÁ - COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento do capital social, da Jaraguá — Companhia de Seguros Gerais.

Decreto nº 42.654 — de 18 de novembro de 1957.

JUTA

Assegura preços mínimos à produção de juta e malva da Bacia Amazônica, da safra de 1958.

Decreto nº 42.668 — de 19 de novembro de 1957.

L**LEI DO INQUILINATO**

Prorroga até 31 de dezembro de 1958 a Lei nº 1.300, de 28 de dezembro de 1950, com as alterações mantidas na Lei nº 3.085, de 29 de dezembro de 1956, e dá outras providências.

Lei nº 3.336 — de 10 de dezembro de 1957.

LEI ORGANICA DO ENSINO SECUNDÁRIO

Modifica o art. 91 e revoga os artigos 92 e 93 da Lei Orgânica do Ensino Secundário (Decreto-lei número 4.244, de 9 de abril de 1942).

Lei nº 3.293 — de 29 de outubro de 1957.

LETRAS DO TESOURE NACIONAL

Dispõe sobre a emissão de letras e obrigações do Tesouro Nacional e dá outras providências.

Lei nº 3.337 — de 12 de dezembro de 1957.

— *Autoriza o Ministro da Fazenda a emitir Letras e Obrigações do Tesouro, para os fins estabelecidos na Lei nº 3.337, de 12 de dezembro de 1957.*

Decreto nº 42.823 — de 16 de dezembro de 1957.

LIMA & COMPANHIA

Concede à sociedade Lima & Companhia autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto nº 42.402 — de 3 de outubro de 1957.

LOTAÇÃO

— Ver:

O nome do órgão a que se refere.

LOTÉRIAS

Acrescenta item ao art. 9º do Decreto-lei nº 6.259, de 10 de fevereiro de 1944, que dispõe sobre o serviço de loterias e dá outras providências.

Lei nº 3.346 — de 17 de dezembro de 1957.

LUTO OFICIAL

Declara luto oficial pelo falecimento do Presidente da República Tcheco-Slovaca.

Decreto nº 42.640 — de 14 de novembro de 1957.

M

MALVA

Assegura preços mínimos à produção de juta e malva da Bacia Amazônica, da safra de 1958.

Decreto nº 42.668 — de 19 de novembro de 1957.

MANGANÊS

— *Autoriza Mineração Usina Wigg S. A. a pesquisar minérios de ferro e manganês no Município de Itabirito, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 42.570 — de 7 de novembro de 1957.

— *Autoriza Mineração Usina Wigg S. A. a pesquisar minérios de ferro e manganês no Município de Itabirito, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 42.571 — de 7 de novembro de 1957.

Autoriza Mineração Usina Wigg S. A. a pesquisar minérios de ferro e manganês no município de Itabirito, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 42.573 — de 7 de novembro de 1957.

— *Autoriza a empresa de mineração Cia. Siderúrgica Cruzeiro do Sul "CRUZUL" a pesquisar minérios de ferro, manganês, ocre e associados no município de Santa Bárbara, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 42.589 — de 7 de novembro de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Saraiva Diniz a pesquisar minérios de manganês, hematita e associados no município de Mateus Leme, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 42.617 — de 7 de novembro de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Francisco Almeida de Paula a pesquisar minério de manganês no município de Conselheiro Lafaiete, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 42.712 — de 29 de novembro de 1957.

MANGANÊS

— *Renova o Decreto nº 37.978, de 26 de setembro de 1955.*

Decreto nº 42.766 — de 7 de dezembro de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José da Silva Marques a pesquisar minério de manganês e associados, no município de Campo Formoso, Estado da Bahia.*

Decreto nº 42.778 — de 9 de dezembro de 1957.

— *Renova o Decreto nº 37.311, de 9 de maio de 1955.*

Decreto nº 42.783 — de 9 de dezembro de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Sebastião da Silveira Carvalho a lavar minério de manganês e associados no município de São Pedro de Rates, Estado do Espírito Santo.*

Decreto nº 42.863 — de 19 de dezembro de 1957.

— *Renova o Decreto nº 37.362, de 17 de maio de 1955.*

Decreto nº 42.873 — de 19 de dezembro de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Irineu Felisberto a lavar minério de manganês e associados no município de Guaçuí, Estado do Espírito Santo.*

Decreto nº 42.874 — de 19 de dezembro de 1957.

MARINHA

— *Ver, também:*

Ministério da Marinha.

— *Estende aos suboficiais da Marinha de Guerra e da antiga Aviação Naval os benefícios da Lei nº 1.037, de 31 de dezembro de 1949 (Dispõe sobre a promoção de subtenentes do Exército).*

Lei nº 3.289 — de 22 de outubro de 1957.

— *Revoga dispositivo do Regulamento para a concessão da Medalha "Mérito Tamandaré".*

Decreto nº 42.397 — de 3 de outubro de 1957.

MARINHA

— *Inclui novos membros no Conselho do Almirantado, e dá outras providências.*

Decreto nº 42.410 — de 5 de outubro de 1957.

— *Cria o Grupamento Regional de Fusileiros Navais, no 5º Distrito Naval.*

Decreto nº 42.495 — de 24 de outubro de 1957.

— *Altera o Regulamento para os Centros de Instrução de Oficiais para a Reserva da Marinha.*

Decreto nº 42.561 — de 6 de novembro de 1957.

— *Altera a estrutura orgânica do Estado Maior da Armada para o fim de constituir o Centro de Informações da Marinha.*

Decreto nº 42.687 — de 21 de novembro de 1957.

— *Aprova o Regulamento para o Centro de Informações da Marinha.*

Decreto nº 42.688 — de 21 de novembro de 1957.

— *Regula o uso de condecorações nos uniformes militares, na forma do que prescreveu o art. 11 do Decreto nº 40.556, de 17 de dezembro de 1956.*

Decreto nº 42.732 — de 8 de dezembro de 1957.

— *Altera o Regulamento para a Escola Naval.*

Decreto nº 42.750 — de 5 de dezembro de 1957.

MÁRMORE

— *Autoriza o cidadão brasileiro Pedro Vaz da Silva a lavrar mármore no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 42.459 — de 14 de outubro de 1957.

MÁRMORE

— *Autoriza o cidadão brasileiro João Carneiro de Rezende a lavrar mármore no município de Itabirito, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 42.542 — de 30 de outubro de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Reis Sobrinho a pesquisar mármore e associados no município de Juazeiro, Estado da Bahia.*

Decreto nº 42.603 — de 7 de novembro de 1957.

— *Renova o Decreto nº 37.731, de 9 de agosto de 1955.*

Decreto nº 32.723 — de 29 de novembro de 1957.

— *Retifica o art. 1º do Decreto número 40.329, de 12 de novembro de 1956.*

Decreto nº 42.724 — de 29 de novembro de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Manuel de Matos Júnior a pesquisar calcário, mármore e associados no município de Arcos, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 42.768 — de 7 de dezembro de 1957.

— *Renova o Decreto nº 37.828, de 31 de agosto de 1955.*

Decreto nº 42.775 — de 9 de dezembro de 1957.

— *Renova o Decreto nº 38.032, de 7 de outubro de 1955.*

Decreto nº 42.779 — de 9 de dezembro de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Sinfrônio de Sousa Campos a pesquisar mármore no município de Corumbá, Estado de Mato Grosso.*

Decreto nº 42.856 — de 19 de dezembro de 1957.

— *Autoriza Mármore e Pedras do Brasil Ltda. a pesquisar mármore, minério de ferro e associados no município de Cérro Azul, Estado do Paraná.*

Decreto nº 42.866 — de 19 de dezembro de 1957.

MEDALHAS

Revoga dispositivo do Regulamento para a concessão da Medalha "Mérito Tamandaré".

Decreto nº 42.397 — de 3 de outubro de 1957.

MICA.

Autoriza o cidadão brasileiro Nicodemus Alves de Sousa a pesquisar mica e associados no município de Descoberto, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 42.455 — de 14 de outubro de 1957.

Autoriza a Companhia Brasileira Industrial de Pesquisas e Mineração a pesquisar mica, pedras coradas e associados no município de Itambacuri, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 42.572 — de 7 de novembro de 1957.

Autoriza o cidadão brasileiro Hilton Vaz a pesquisar mica e associados no município de Bom Jesus do Galho, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 42.605 — de 7 de novembro de 1957.

Renova o Decreto nº 38.924, de 21 de março de 1956.

Decreto nº 42.612 — de 7 de novembro de 1957.

Renova o Decreto nº 37.325, de 10 de maio de 1955.

Decreto nº 42.614 — de 7 de novembro de 1957.

Autoriza o cidadão brasileiro Teodósio Herculanô da Costa a pesquisar mica e associados no município de Bom Jesus do Galho, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 42.861 — de 19 de dezembro de 1957.

Autoriza o cidadão brasileiro Perino Ferreira Monteiro a pesquisar quartzo, mica e associados, no município de São Sebastião do Maranhão, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 42.871 — de 19 de dezembro de 1957.

MICA

Autoriza o cidadão brasileiro Herminio Pirminio da Silva a pesquisar mica e associados no Município de Agua Boa, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 42.875 — de 19 de dezembro de 1957.

Autoriza o cidadão brasileiro José Luis Sobrinho a pesquisar mica e associados no município de Itamarandiba, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 42.903 — de 27 de dezembro de 1957.

MINERAÇÃO BRASILNORTE S. A.

Concede à Mineração Brasilnorte S. A. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 42.720 — de 29 de novembro de 1957.

MINERAÇÃO DO JARI LTDA.

Concede à Mineração do Jari Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 42.901 — de 27 de dezembro de 1957.

MINERAÇÃO DO PARU LTDA.

Concede à Mineração do Paru Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 42.902 — de 27 de dezembro de 1957.

MINERAÇÃO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO MARAPENDI LTDA.

Concede à Mineração, Indústria e Comércio Marapendi Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 42.852 — de 19 de dezembro de 1957.

MINERAÇÃO ORLANDO LOPES DA COSTA LTDA.

Concede à Mineração Orlando Lopes da Costa Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 42.606 — de 7 de novembro de 1957.

MINERAÇÃO URANDI S. A.

Concede à Mineração Urandi S.A. autorização para continuar a funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 42.594 — de 7 de novembro de 1957.

MINERAÇÃO DO VALE DO PARAÍBA LIMITADA

Concede à Mineração Vale do Paraíba Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 42.577 — de 7 de novembro de 1957.

MINERÍUM DO BRASIL, INDÚSTRIA E COMÉRCIO LIMITADA

Concede à Minerium do Brasil, Indústria e Comércio Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 42.413 — de 7 de outubro de 1957.

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

Autoriza o Ministério da Aeronáutica a aceitar doações de terrenos em Uberaba (MG).

Decreto nº 42.409 — de 4 de outubro de 1957.

— *Retifica o Decreto nº 35.246, de 24 de março de 1954.*

Decreto nº 42.481 — de 16 de outubro de 1957.

— *Dá nova redação ao art. 6º do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 23.402, de 25 de julho de 1947.*

Decreto nº 42.500 — de 24 de outubro de 1957.

— *Altera o Regulamento da Escola Preparatória de Cadetes-do-Ar.*

Decreto nº 42.503 — de 25 de outubro de 1957.

— *Autoriza o Ministério da Aeronáutica a aceitar doação de terrenos em Tejé (AM).*

Decreto nº 42.621 — de 7 de novembro de 1957.

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário Mensalista do Serviço de Administração do Edifício da Aeronáutica.*

Decreto nº 42.672 — de 20 de novembro de 1957.

— *Transfere funções das Tabelas Numéricas Especiais de Extranumerário Mensalista do Ministério da Aeronáutica, que menciona.*

Decreto nº 42.673 — de 20 de novembro de 1957.

— *Transfere, sem aumento de despesa, função da Tabela Numérica Especial de Extranumerário Mensalista da Escola de Oficiais Especialistas e de Infantaria de Guarda para idêntica Tabela da Base Aérea de Porto Alegre, ambas do Ministério da Aeronáutica.*

Decreto nº 42.674 — de 20 de novembro de 1957.

— *Cria, no Ministério da Aeronáutica, o Destacamento de Base Aérea de Brasília.*

Decreto nº 42.697 — de 27 de novembro de 1957.

— *Altera o Regulamento Provisório de Promoções dos Oficiais da Aeronáutica da Ativa.*

Decreto nº 42.698 — de 27 de novembro de 1957.

— *Torna insubsistente o Decreto número 42.698, de 27 de novembro de 1957.*

Decreto nº 42.735 — de 3 de dezembro de 1957.

— *Dispensa, os atuais Brigadeiros Graduados Médicos, de exigências regulamentares para promoção.*

Decreto nº 42.736 — de 3 de dezembro de 1957.

— *Organiza, no Ministério da Aeronáutica, a Base Aérea dos Afonsos.*

Decreto nº 42.737 — de 4 de dezembro de 1957.

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

— *Transfere funções das Tabelas Numéricas Especiais de Extranumerário Mensalista do Ministério da Aeronáutica, que menciona.*

Decreto nº 42.769 — de 9 de dezembro de 1957.

— *Transfere funções das Tabelas Numéricas Especiais de Extranumerário Mensalista do Ministério da Aeronáutica, que menciona.*

Decreto nº 42.802 — de 13 de dezembro de 1957.

— *Altera a lotação numérica de repartições do Ministério da Aeronáutica.*

Decreto nº 42.838 — de 18 de dezembro de 1957.

— *Altera a lotação numérica de repartições do Ministério da Aeronáutica.*

Decreto nº 42.839 — de 18 de dezembro de 1957.

— *Acresce ao item III do art. 1º do Decreto nº 30.034, de 5 de outubro de 1951, novas subespecialidades.*

Decreto nº 42.912 — de 27 de dezembro de 1957.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 500.000,00 à Prefeitura Municipal de Lapa, no Estado do Paraná.

Lei nº 3.361 — de 26 de dezembro de 1957.

— *Dispõe sobre a administração dos Postos Agropecuários.*

Lei nº 3.281 — de 7 de outubro de 1957.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 19.000.000,00 para o combate às geadas na região cafeeira do Estado do Paraná.*

Lei nº 3.321 — de 25 de novembro de 1957.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

— *Altera a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Agricultura.*

Decreto nº 42.412 — de 7 de outubro de 1957.

— *Altera a lotação do Ministério da Agricultura.*

Decreto nº 42.464 — de 14 de outubro de 1957.

— *Retifica o Decreto nº 40.155, de 1 de outubro de 1956.*

Decreto nº 42.532 — de 30 de outubro de 1957.

— *Altera a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Agricultura.*

Decreto nº 42.533 — de 30 de outubro de 1957.

— *Altera a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Agricultura.*

Decreto nº 42.534 — de 30 de outubro de 1957.

— *Abre, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 8.000.000,00, para auxiliar as comemorações dos centenários das cidades de Uberaba, Itaquí, e Anápolis, nos Estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Goiás.*

Decreto nº 42.556 — de 31 de outubro de 1957.

— *Abre, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 200.000,00, destinado a recomensar os trabalhos realizados por Oscar Salvador Cordeiro, no Lobato, Estado da Bahia.*

Decreto nº 42.609 — de 7 de novembro de 1957.

— *Transfere, sem aumento, de despesas, funções de Tabelas Numéricas Especiais de Extranumerários Mensalistas do Ministério da Agricultura, que menciona, e dá outras providências.*

Decreto nº 42.656 — de 18 de novembro de 1957.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

— *Transfere, sem aumento de despesa, função da Tabela Numérica Especial de Extranumerário Mensalista do Ministério da Agricultura que menciona.*

Decreto nº 42.658 — de 18 de novembro de 1957.

— *Transfere, sem aumento de despesa, função de Tabelas Numéricas Especiais de Extranumerários Mensalistas do Ministério da Agricultura, que menciona, e dá outras providências.*

Decreto nº 42.696 — de 26 de novembro de 1957.

— *Altera a lotação do Ministério da Agricultura.*

Decreto nº 42.707 — de 29 de novembro de 1957.

— *Transfere uma função da Tabela Numérica de Extranumerário Mensalista da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro, do Ministério da Viação e Obras Públicas, para a Tabela Única de Mensalistas do Ministério da Agricultura.*

Decreto nº 42.748 — de 5 de dezembro de 1957.

— *Transfere, sem aumento de despesa, função da Tabela Numérica Especial de Extranumerário Mensalista do Ministério da Agricultura, que menciona.*

Decreto nº 42.752 — de 6 de dezembro de 1957.

— *Transfere, sem aumento de despesa, função de Tabela Numérica Especial de Extranumerário Mensalista de repartição do Ministério da Agricultura, na forma que menciona.*

Decreto nº 42.784 — de 9 de dezembro de 1957.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, imóvel que menciona, necessário ao Ministério da Agricultura, no Município de Escada, no Estado de Pernambuco.*

Decreto nº 42.785 — de 9 de dezembro de 1957.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

— *Abre, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 300.000,00, para auxílio à II.ª Exposição Municipal de Suínos no Município de Concórdia, Estado de Santa Catarina.*

Decreto nº 42.824 — de 17 de dezembro de 1957.

— *Retifica, sem aumento de despesa, a relação de funções gratificadas constantes do Decreto nº 35.447, de 30 de abril de 1954.*

Decreto nº 42.850 — de 19 de dezembro de 1957.

— *Altera os períodos letivos estabelecidos no art. 9º do Regulamento dos cursos de aperfeiçoamento, especialização e extensão (C.A.E.), aprovado pelo Decreto nº 8.741, de 11 de fevereiro de 1942, relativamente aos cursos de Agrônomo Fitossanitarista e de Inspetor de Produtos de Origem Animal previstos no art. 2º, itens VI e XIII do mesmo regulamento.*

Decreto nº 42.851 — de 19 de dezembro de 1957.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 67.800.000,00, para pagamento de dotações destinadas a estabelecimentos de ensino superior.

Lei nº 3.278 — de 7 de outubro de 1957.

— *Cria cargos de Professor Cate-drático no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Cultura, e dá outras providências.*

Lei nº 3.298 — de 30 de outubro de 1957.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00 para ocorrer às despesas da realização do VII Congresso Nacional de Jornalistas.*

Lei nº 3.301 — de 30 de outubro de 1957.

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
E CULTURA**

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, os créditos especiais de Cr\$ 10.000.000,00 e Cr\$ 2.000.000,00 como auxílios à Associação Cristã de Moços do Rio de Janeiro e à Associação Cristã de Moços de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul.*

Lei nº 3.305 — de 5 de novembro de 1957.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00, para auxiliar o Museu de Arte Moderna, de São Paulo, na realização do programa da IV Bienal de São Paulo.*

Lei nº 3.310 — de 11 de novembro de 1957.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 4.000.000,00 para obras nos Ginásio de Santo Ângelo, Ginásio N. S. da Luz, Ginásio Salesiano de N. S. da Vitória e Ginásio do Estado, nos Estados do Rio Grande do Sul, Paraíba, Espírito Santo e São Paulo.*

Lei nº 3.356 — de 22 de dezembro de 1957.

— *Aprova o Regimento do Departamento de Administração.*

Decreto nº 42.472 — de 15 de outubro de 1957.

— *Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 10.700.000,00, para pagamento de aluguéis correspondentes à ocupação da Casa da Itália pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil.*

Decreto nº 42.554 — de 31 de outubro de 1957.

— *Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 150.000,00, para atender as despesas com a realização da III Reunião Anual do Conselho Deliberativo da Associação Brasileira dos Municípios.*

Decreto nº 42.684 — de 21 de novembro de 1957.

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
E CULTURA**

— *Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 220.000,00, para atender às despesas determinadas pela Lei número 1.512, de 19 de dezembro de 1951.*

Decreto nº 42.689 — de 21 de novembro de 1957.

— *Cria funções na Parte Suplementar da Tabela Única de Extranumerário Mensalista do Ministério da Educação e Cultura e dá outras providências.*

Decreto nº 42.756 — de 7 de dezembro de 1957.

— *Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 3.000.000,00 para atender às despesas com a realização do XIX Congresso Nacional de Estudantes.*

Decreto nº 42.759 — de 7 de dezembro de 1957.

— *Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00 para auxiliar a Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto, no Estado de São Paulo.*

Decreto nº 42.788 — de 10 de dezembro de 1957.

— *Cria funções na Parte Suplementar da Tabela Única de Extranumerário Mensalista do Ministério da Educação e Cultura, e dá outras providências.*

Decreto nº 42.809 — de 13 de dezembro de 1957.

— *Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00, para auxiliar a Prefeitura Municipal de Lorena, no Estado de São Paulo.*

Decreto nº 42.831 — de 17 de dezembro de 1957.

— *Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00, para auxiliar a Prefeitura Municipal de São Carlos, no Estado de São Paulo.*

Decreto nº 42.832 — de 17 de dezembro de 1957.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

— *Abre, ao Ministério da Educação e Cultura o crédito suplementar de Cr\$ 67.639.531,00, para os fins que especifica.*

Decreto nº 42.879 — de 23 de dezembro de 1957.

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 400.000.000,00, para a construção de uma refinaria de petróleo na cidade de Corumbá, no Estado de Mato Grosso.

Lei nº 3.284 — de 14 de outubro de 1957.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, crédito especial de Cr\$ 6.000.000,00 destinado a socorrer as vítimas das inundações verificadas nos Municípios de Petrolina, Estado de Pernambuco, e Casa Nova, Estado da Bahia.*

Lei nº 3.291 — de 23 de outubro de 1957.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 800.000,00 como auxílio ao IX Congresso Brasileiro de Gastrenterologia.*

Lei nº 3.320 — de 25 de novembro de 1957.

— *Retifica o Decreto nº 36.291, de 5 de outubro de 1954.*

Decreto nº 42.273 — de 17 de setembro de 1957.

— *Dispõe sobre o funcionamento de Agências da Recebedoria do Distrito Federal e dá outras providências.*

Decreto nº 42.486 — de 17 de outubro de 1957.

— *Abre, ao Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 300.000.000,00, para o fim que especifica.*

Decreto nº 42.490 — de 22 de outubro de 1957.

MINISTÉRIO DA FAZENDA

— *Abre, ao Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00, para o fim que especifica.*

Decreto nº 42.504 — de 25 de outubro de 1957.

— *Retifica o Decreto nº 37.203, de 19 de abril de 1955.*

Decreto nº 42.505 — de 25 de outubro de 1957.

— *Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito extraordinário de Cr\$ 5.000.000,00, para o fim que especifica.*

Decreto nº 42.625 — de 12 de novembro de 1957.

— *Abre, ao Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 100.000.000,00, para o fim que especifica.*

Decreto nº 42.753 — de 6 de dezembro de 1957.

— *Retifica o Decreto nº 36.291, de 5 de outubro de 1954.*

Decreto nº 42.763 — de 7 de dezembro de 1957.

— *Abre ao Ministério da Fazenda o crédito extraordinário de Cr\$ 2.000.000,00, para o fim que especifica.*

Decreto nº 42.821 — de 16 de dezembro de 1957.

— *Suprime cargo extinto.*

Decreto nº 42.837 — de 13 de dezembro de 1957.

— *Prorroga o prazo estabelecido no art. 2º do Decreto nº 42.486, de 17 de outubro de 1957, e dá outras providências.*

Decreto nº 42.876 — de 19 de dezembro de 1957.

— *Abre ao Ministério da Fazenda o crédito extraordinário de Cr\$ 10.000.000,00, para o fim que especifica.*

Decreto nº 42.877 — de 19 de dezembro de 1957.

MINISTÉRIO DA GUERRA

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 30.000.000,00, destinado a atender despesas com a aquisição da maquinaria da Companhia Nacional Forragem de Aço Brasileiro — Confab.

Lei nº 3.285 — de 17 de outubro de 1957.

— Prorroga até o encerramento do exercício de 1959 — 2 exercícios — o prazo de vigência do crédito especial de Cr\$ 50.000.000,00, de que trata a Lei nº 2.634, de 26 de outubro de 1955.

Lei nº 3.306 — de 11 de novembro de 1957.

— Dá nova redação ao nº 14 do artigo 15 do Decreto nº 23.198, de 11 de junho de 1947 (R-158 — Regulamento do Serviço de Obras e Fortificações do Exército).

Decreto nº 42.392 — de 3 de outubro de 1957.

— Dá nova redação ao art. 5º do Regulamento do Quadro de Estado-Maior do Exército, aprovado pelo Decreto nº 38.259, de 26 de novembro de 1955, e dá outras providências.

Decreto nº 42.393 — de 3 de outubro de 1957.

— Transfere, sem aumento de despesa, função da Tabela Numérica Especial de Extranumerário Mensalista da Fábrica do Realengo, para idêntica tabela do Hospital de Guarrição da Vila Militar, ambas do Ministério da Guerra.

Decreto nº 42.406 — de 4 de outubro de 1957.

— Altera o Regulamento dos Hospitais Militares, Policlínicas e Postos de Assistência.

Decreto nº 42.485 — de 17 de outubro de 1957.

— Transfere, sem aumento de despesa, função da Tabela Numérica Especial de Extranumerário Mensalista da Escola de Instrução Especializada para idêntica tabela do Estado Maior do Exército, ambas do Ministério da Guerra.

Decreto nº 42.521 — de 29 de outubro de 1957.

MINISTÉRIO DA GUERRA

— Dá nova redação ao § 2º do art. 54 do R-69 — Regulamento dos Colégios Militares, aprovado com o Decreto nº 41.353 de 23 de abril de 1957.

Decreto nº 42.522 — de 29 de outubro de 1957.

— Reduz o interstício para a promoção nos Quadros de Oficiais de Administração e de Oficiais Especialistas do Exército.

Decreto nº 42.624 — de 12 de novembro de 1957.

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, imóvel que menciona, necessário ao Ministério da Guerra, no Município de Jabotão, no Estado de Pernambuco.

Decreto nº 42.727 — de 2 de dezembro de 1957.

— Abre ao Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 3.600.000,00, para ocorrer à despesa que especifica.

Decreto nº 42.733 — de 3 de dezembro de 1957.

— Transfere, sem aumento de despesa, função da Tabela Numérica Especial de Extranumerário Mensalista do 20º Batalhão de Caçadores, para idêntica tabela da 20.ª Circunscrição de Recrutamento, ambas do Ministério da Guerra.

Decreto nº 42.790 — de 11 de dezembro de 1957.

— Dispõe sobre a administração dos "Estabelecimentos Ministro Malet" e dá outras providências.

Decreto nº 42.792 — de 11 de dezembro de 1957.

— Abre, ao Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 193.906,30, para atender à despesa que especifica.

Decreto nº 42.793 — de 11 de dezembro de 1957.

— Suprime cargos extintos.

Decreto nº 42.833 — de 17 de dezembro de 1957.

MINISTÉRIO DA GUERRA

— *Cria o Parque Regional de Moto-mecanização da 2.ª Região Militar.*

Decreto nº 42.834 — de 17 de dezembro de 1957.

— *Inclusão de Tropas de Serviços no art. 17 do Decreto nº 41.186, de 20 de março de 1957.*

Decreto nº 42.835 — de 17 de dezembro de 1957.

— *Suprime cargos extintos.*

Decreto nº 42.910 — de 27 de dezembro de 1957.

MINISTÉRIO DA GUERRA

— Ver, também:

Exército.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, Poder Judiciário — Tribunal de Justiça do Distrito Federal, o crédito especial de Cr\$ 139.516,60, para atender ao pagamento devido ao Ministro aposentado Antônio Pereira Braga.

Lei nº 3.288 — de 20 de outubro de 1957.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 30.000.000,00, destinado à complementação das obras da construção, onde serão localizados o Depósito de Presos e o Instituto Felix Pacheco.*

Lei nº 3.327 — de 2 de dezembro de 1957.

— *Altera a carreira de dactiloscopista do Quadro Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, e dá outras providências.*

Lei nº 3.350 — de 18 de dezembro de 1957.

— *Dispõe sobre a lotação numérica do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.*

Decreto nº 42.484 — de 16 de outubro de 1957.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

— *Retifica o Decreto nº 38.017, de 6 de outubro de 1955.*

Decreto nº 42.622 — de 8 de novembro de 1957.

— *Altera o Decreto nº 42.151, de 23 de agosto de 1957, e dá outras providências.*

Decreto nº 42.729 — de 3 de dezembro de 1957.

MINISTÉRIO DA MARINHA

Considera equivalentes aos cursos de comandante de pelotão, de seção ou de aperfeiçoamento das Escolas de Sargentos das Armas, do Exército, para os efeitos do § 1º, do art. 51, da Lei nº 2.370, de 9 de dezembro de 1954, os cursos de aperfeiçoamento, técnico-profissional e das Escolas Profissionais da Marinha de Guerra.

Lei nº 3.345 — de 17 de dezembro de 1957.

— *Declara de utilidade pública, para efeitos de desapropriação, imóvel situado em Inhoá, na Enseada de Vila Velha, Município de Espírito Santo, Estado do Espírito Santo.*

Decreto nº 42.396 — de 3 de outubro de 1957.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, uma área de terras situada no Município de Salvador, Estado da Bahia.*

Decreto nº 42.496 — de 24 de outubro de 1957.

— *Autoriza o Ministério da Marinha a aceitar doação de imóvel em Uruguatana, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto nº 42.497 — de 24 de outubro de 1957.

— *Torna sem efeito transferência de função em Tabela Numérica Especial de Extranumerário Mensalista, constante do Decreto nº 37.604, de 12 de julho de 1955.*

Decreto nº 42.498 — de 24 de outubro de 1957.

MINISTÉRIO DA MARINHA

— *Transfere função da Tabela Numérica Especial de Extranumerário Mensalista do Ministério da Marinha, que menciona.*

Decreto nº 42.499 — de 24 de outubro de 1957.

— *Declara de utilidade pública, para efeitos de desapropriação, os bens que específica.*

Decreto nº 42.627 — de 18 de novembro de 1957.

— *Transfere função da Tabela Numérica Especial de Extranumerário Mensalista do Ministério da Marinha, que menciona.*

Decreto nº 42.803 — de 13 de dezembro de 1957.

— *Altera o Regulamento para a Escola de Guerra Naval.*

Decreto nº 42.804 — de 13 de dezembro de 1957.

— *Cria a Agência da Capitania dos Portos do Estado de Santa Catarina, em Henrique Lage.*

Decreto nº 42.805 — de 13 de dezembro de 1957.

— *Dispõe sobre o uso do Estandarte do Corpo de Fuzileiros Navais.*

Decreto nº 42.806 — de 13 de dezembro de 1957.

— *Declara de utilidade pública, para efeitos de desapropriação, um imóvel situado no município e cidade de Cáceres, Estado de Mato Grosso, e dá outras providências.*

Decreto nº 42.807 — de 13 de dezembro de 1957.

— *Aprova o Regulamento de Promoções para Oficiais da Marinha.*

Decreto nº 42.808 — de 13 de dezembro de 1957.

— *Cria o cargo de Adido Naval junto à Embaixada do Brasil em Taipei (China) e dá outras providências.*

Decreto nº 42.817 — de 14 de dezembro de 1957.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Suprime o Vice-Consulado honorário do Brasil em Chitagong, Paquistão.

Decreto nº 42.465 — de 14 de outubro de 1957.

— *Retifica o Decreto nº 41.143, de 13 de março de 1957.*

Decreto nº 42.526 — de 29 de outubro de 1957.

— *Eleva à categoria de Embaixada a Representação diplomática do Brasil em Copenhague.*

Decreto nº 42.553 — de 30 de outubro de 1957.

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, crédito especial destinado a auxiliar as obras do Sanatório Evangélico de Belo Horizonte, em Minas Gerais, e do Sanatório General Severiano da Fonseca, em Maceió, Alagoas.

Lei nº 3.364 — de 26 de dezembro de 1957.

— *Abre, ao Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 1.680.000,00, destinado ao pagamento de aluguéis devidos ao Clube de Engenharia.*

Decreto nº 42.479 — de 15 de outubro de 1957.

— *Abre ao Ministério da Saúde os créditos especiais, respectivamente, de Cr\$ 1.500.000,00 e Cr\$ 1.000.000,00, para auxiliar o custeio das despesas com a realização do II Congresso Internacional de Alergia, do VI Congresso Brasileiro de Neurologia, Psiquiatria e Medicina Legal e do I Congresso Brasileiro de Saúde Mental.*

Decreto nº 42.480 — de 15 de outubro de 1957.

— *Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação, área situada na cidade de Belém, Estado do Pará, e dá outras providências.*

Decreto nº 42.639 — de 14 de novembro de 1957.

MINISTÉRIO DA SAÚDE

— *Dispõe sobre os exames de sanidade e capacidade física dos servidores do Ministério da Saúde.*

Decreto nº 42.796 — de 12 de dezembro de 1957.

— *Aprova o Regimento do Departamento de Administração (D.A.) do Ministério da Saúde, criado pela Lei nº 1.920, de 25 de julho de 1953.*

Decreto nº 42.917 — de 30 de dezembro de 1957.

— *Abre ao Ministério da Saúde o crédito especial de Cr\$ 300.00.00 para pagamento de auxílio ao Capitulo Brasileiro do Colégio Internacional de Cirurgiões, em São Paulo, capital do Estado de São Paulo.*

Decreto nº 42.945 — de 31 de dezembro de 1957.

MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Aprova a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro ao contrato celebrado entre o Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Decreto Legislativo nº 33, de 1957.

— *Transfere, sem aumento de despesa, funções de Tabelas Numéricas Especiais de Extranumerários Mensalistas do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, que menciona.*

Decreto nº 42.491 — de 23 de outubro de 1957.

— *Altera a lotação de repartições, atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.*

Decreto nº 42.531 — de 30 de outubro de 1957.

— *Altera a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.*

Decreto nº 42.562 — de 7 de novembro de 1957.

MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

— *Transfere, sem aumento de despesa, funções de Tabelas Numéricas Especiais de Extranumerário Mensalista do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, que menciona, e dá outras providências.*

Decreto nº 42.700 — de 29 de novembro de 1957.

— *Abre, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 4.987.200,00, para os fins que especifica.*

Decreto nº 42.913 — de 27 de dezembro de 1957.

MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 30.000.000,00, para o custeio de obras no sistema ferroviário federal no Estado de Santa Catarina.

Lei nº 3.317 — de 18 de novembro de 1957.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00 para atender às despesas com a comemoração do I Centenário da elevação de Marquês de Valença, no Estado do Rio de Janeiro, à categoria de cidade.*

Lei nº 3.362 — de 26 de dezembro de 1957.

— *Autoriza o Ministério da Viação e Obras Públicas a aceitar doação de terreno em Taim, 4º Distrito do Município de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto nº 42.476 — de 15 de outubro de 1957.

— *Dispõe sobre a vigência do Decreto nº 42.149, de 23 de agosto de 1957.*

Decreto nº 42.477 — de 15 de outubro de 1957.

MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

— *Autoriza o Ministro da Viação e Obras Públicas a assinar em nome da União Federal, como interveniente, e para os fins que especifica, contratos de financiamento a serem firmados entre o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e a Rede Ferroviária Federal S. A., para obras e melhoramentos ferroviários, e dá outras providências.*

Decreto nº 42.552 — de 30 de outubro de 1957.

— *Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 490.000.000,00, para o fim que menciona.*

Decreto nº 42.731 — de 3 de dezembro de 1957.

— *Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 30.000.000,00, para o fim que menciona.*

Decreto nº 42.738 — de 4 de dezembro de 1957.

— *Transfere uma função da Tabela Numérica de Extranumerário Mensalista da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro, do Ministério da Viação e Obras Públicas, para a Tabela Única de Mensalistas do Ministério da Agricultura.*

Decreto nº 42.748 — de 5 de dezembro de 1957.

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

Aprova o Regulamento das Secretarias do Ministério Público da União junto à Justiça do Trabalho.

Decreto nº 42.623 — de 8 de novembro de 1957.

MONAZITA

Autoriza o cidadão brasileiro Mitchel Muci a pesquisar monazita, ilmenita, zirconita e associados no município de Porto Seguro, Estado da Bahia.

Decreto nº 42.591 — de 7 de novembro de 1957.

MONUMENTOS

Prorroga até o encerramento do exercício de 1959 — 2 exercícios — o prazo de vigência do crédito especial de Cr\$ 50.000.000,00, de que trata a Lei nº 2.634, de 26 de outubro de 1955.

Lei nº 3.306 — de 11 de novembro de 1957.

— *Abre ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 3.000.000,00, para auxiliar a conclusão das obras da cripta do Monumento Nacional do Imigrante, e a instalação do respectivo Museu da Imigração, no Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto nº 42.555 — de 31 de outubro de 1957.

MUNIÇÕES E EXPLOSIVOS (FISCALIZAÇÃO, COMÉRCIO E TRANSPORTE)

Altera o § 2º do art. 137 do Regulamento aprovado pelo Decreto número 1.246, de 11 de dezembro de 1936.

Decreto nº 42.502 — de 25 de outubro de 1957.

MUSEUS

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de ... Cr\$ 2.000.000,00, para auxiliar o Museu de Arte Moderna, de São Paulo, na realização do programa da IV Bienal de São Paulo.

Lei nº 3.310 — de 11 de novembro de 1957.

— *Cria o Museu da Abolição, com sede na cidade do Recife, capital do Estado de Pernambuco.*

Lei nº 3.357 — de 22 de dezembro de 1957.

N

**NAVEGAÇÃO E ARMAZENAGEM
DE VINHOS DO RIO GRANDE DO
SUL SOCIEDADE ANÔNIMA**

Concede à sociedade Navegação e Armazenagem de Vinhos do Rio Grande do Sul Sociedade Anônima, autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto nº 42.650 — de 18 de novembro de 1957.

**NAVEGAÇÃO MURTINHENSE
LIMITADA**

Concede à sociedade Navegação Murtinhense Limitada autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto nº 42.403 — de 3 de outubro de 1957.

**NAVICARGA S. A. - NAVEGAÇÃO
E COMÉRCIO**

Concede à sociedade anônima Navicarga S. A. — Navegação e Comércio autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto nº 42.375 — de 28 de setembro de 1957.

NIÓBIO

Autoriza o cidadão brasileiro José Afonso Teixeira a pesquisar nióbio e associados, no município de Araxá, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 42.596 — de 7 de novembro de 1957.

— Autoriza o cidadão brasileiro Tibúrcio Afonso Teixeira a pesquisar nióbio e associados no Município de Araxá, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 42.598 — de 7 de novembro de 1957.

NIQUEL

Autoriza a Sociedade São Paulo de Mineração Limitada a pesquisar minérios de níquel, titânio, cromo, ferro e associados no município de Jacupiranga, Estado de São Paulo.

Decreto nº 42.451 — de 14 de outubro de 1957.

NIQUEL

— Autoriza Mineração Sertaneja S. A. a pesquisar minério de níquel e associados no município de Pratápolis, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 42.456 — de 14 de outubro de 1957.

**NORTH BRITISH AND MERCAN-
TILE INSURANCE COMPANY
LIMITED**

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da North British and Mercantile Insurance Company Limited.

Decreto nº 42.471 — de 14 de outubro de 1957.

NOVACAP

— Ver:

Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil.

**NOVO HAMBURGO COMPANHIA
DE SEGUROS GERAIS**

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento do capital social da "Novo Hamburgo Companhia de Seguros Gerais".

Decreto nº 42.470 — de 14 de outubro de 1957.

O

OBRA DE MISSÃO SOCIAL

Declara de utilidade pública a "Obra de Missão Social" com sede no Distrito Federal.

Decreto nº 42.512 — de 26 de outubro de 1957.

OBRAS CONTRA AS SÊCAS

— Ver:

Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.

OBRIGAÇÕES DO REAPARELHAMENTO ECONÔMICO

Expede normas reguladoras do sistema de devolução dos adicionais resstituíveis do imposto de renda, emissão e serviço de amortização e juros das Obrigações do Reaparelhamento Econômico.

Decreto nº 42.915 — de 30 de dezembro de 1957.

OBRIGAÇÕES DO TESOUREO NACIONAL

Dispõe sobre a emissão de letras e obrigações do Tesouro Nacional e dá outras providências.

Lei nº 3.337 — de 12 de dezembro de 1957.

— *Autoriza o Ministro da Fazenda a emitir Letras e Obrigações do Tesouro, para os fins estabelecidos na Lei nº 3.337, de 12 de dezembro de 1957.*

Decreto nº 42.823 — de 16 de dezembro de 1957.

ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO

Determina a construção da primeira etapa do porto de alto calado da baía de Marau, no local denominado Campinho, no Estado da Bahia.

Lei nº 3.286 — de 19 de outubro de 1957.

— *Inclui no Orçamento Geral da União, durante quatro exercícios consecutivos, a importância anual de ... Cr\$ 80.000.000,00 para conclusão da ligação ferroviária do Porto de Campinho a Contendas, no Estado da Bahia.*

Lei nº 3.287 — de 20 de outubro de 1957.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Poder Judiciário — Tribunal Federal de Recursos — o crédito suplementar de Cr\$ 283.000.000,00 em reforço da Verba — 1.0.00 — Custeio, Consignação 1.6.00 — Encargos Diversos, Subconsignação 1.6.06 — Sentenças Judiciais, 5.02 — Tribunal Federal de Recursos, no exercício de 1957.*

Lei nº 3.297 — de 30 de outubro de 1957.

ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO

— *Retifica, sem alteração de despesa, a Lei nº 2.665, de 6 de dezembro de 1955.*

Lei nº 3.303 — de 4 de novembro de 1957.

— *Dispõe sobre o pagamento de cooperações financeiras não inscritas em "restos a pagar" ou satisfeitas por "exercícios findos" a instituições de assistência social, hospitalar, cultural, educacional e rural.*

Lei nº 3.304 — de 5 de novembro de 1957.

— *Abre o crédito suplementar de .. Cr\$ 4.000.000,00 ao Orçamento da União, para o exercício de 1957. Anexo 2 — Poder Legislativo, Câmara dos Deputados.*

Lei nº 3.326 — de 2 de dezembro de 1957.

— *Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1958.*

Lei nº 3.327-A — de 3 de dezembro de 1957.

OCRE

Autoriza a empresa de mineração Cia. Siderúrgica Cruzeiro do Sul "CRUZUL" a pesquisar minérios de ferro, manganês, ocre e associados no município de Santa Bárbara, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 42.589 — de 7 de novembro de 1957.

OURO

Autoriza o cidadão brasileiro João da Silva a pesquisar minério de ouro e associados, no município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 42.462 — de 14 de outubro de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Carlos de Melo Pires de Oliveira a pesquisar quartzo, talco, amianto, diamante, minério de ouro e associados, no município de Sêro, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 42.575 — de 7 de novembro de 1957.

ÓXIDO DE VOLFRÂMIO

Autoriza o cidadão brasileiro Nepomuceno Alvares Fontoura a pesquisar óxido de volfrâmio, no município de Rio Pardo, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto nº 42.772 — de 9 de dezembro de 1957.

P**PATRONATO ASSISTENCIAL IMIGRANTES ITALIANOS**

Declara de utilidade pública o Patronato Assistencial Imigrantes Italianos, com sede em São Paulo, Estado de São Paulo.

Decreto nº 42.516 — de 26 de outubro de 1957.

PEDRAS CORADAS

Autoriza a Companhia Brasileira Industrial de Pesquisas e Mineração a pesquisar mica, pedras coradas e associados no município de Itambacuri, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 42.572 — de 7 de novembro de 1957.

Autoriza o cidadão brasileiro Joaquim Primo Neto a pesquisar pedras coradas e quartzo no município de Jordânia, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 42.583 — de 7 de novembro de 1957.

Autoriza o cidadão brasileiro José Vieira dos Santos a pesquisar quartzo e pedras coradas no município de Ataléia, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 42.860 — de 19 de dezembro de 1957.

PEDRAS PRECIOSAS

Autoriza Severino Tullii a comprar pedras preciosas.

Decreto nº 40.058 — de 3 de outubro de 1956.

Autoriza Gentil Coelho de Barros a comprar pedras preciosas.

Decreto nº 42.385 — de 1 de outubro de 1957.

PEDRAS PRECIOSAS

Autoriza Li Yun Ching — Representações a comprar pedras preciosas.

Decreto nº 42.386 — de 1 de outubro de 1957.

Autoriza H. G. Gonzaga & Companhia Limitada, a comprar pedras preciosas.

Decreto nº 42.387 — de 1 de outubro de 1957.

Autoriza Exportadora Oquendo Matoso Ltda., a comprar pedras preciosas.

Decreto nº 42.679 — de 21 de novembro de 1957.

Autoriza Juvenal Casteliano a comprar pedras preciosas.

Decreto nº 42.680 — de 21 de novembro de 1957.

Autoriza Jules Louis Aerny a comprar pedras preciosas.

Decreto nº 42.681 — de 21 de novembro de 1957.

Autoriza J. Ferry a comprar pedras preciosas.

Decreto nº 42.682 — de 21 de novembro de 1957.

Autoriza L. Berthold & Cia. Ltda., a comprar pedras preciosas.

Decreto nº 42.686 — de 21 de novembro de 1957.

Autoriza Olival Dias a comprar pedras preciosas.

Decreto nº 42.761 — de 7 de dezembro de 1957.

Autoriza Joalheria Meng Ltda. a comprar pedras preciosas.

Decreto nº 42.762 — de 7 de dezembro de 1957.

Revoga o Decreto nº 1.823, de 21 de julho de 1937.

Decreto nº 42.828 — de 17 de dezembro de 1957.

PEDRAS PRECIOSAS

— *Revoga o Decreto nº 31.081, de 3 de julho de 1952.*

Decreto nº 42.826 — de 17 de dezembro de 1957.

PENHOR RURAL

Partes vetadas pelo Presidente da República e mantidas pelo Congresso Nacional, do Projeto que se transformou na Lei nº 3.253, de 27 de agosto de 1957.

Lei nº 3.253 — de 27 de agosto de 1957.

PENITENCIÁRIAS

Dispõe sobre Normas Gerais do Regime Penitenciário, em conformidade do que estatui o art. 5º, nº XV, letra "b", da Constituição Federal e amplia as atribuições da Inspeção Geral Penitenciária.

Lei nº 3.274 — de 2 de outubro de 1957.

PENSIONISTAS DO TESOUREIRO NACIONAL

Altera a redação do art. 1º da Lei nº 3.076, de 22 de dezembro de 1956, que define a aplicação do art. 9º da Lei nº 1.765, de 18 de dezembro de 1950, e do art. 4º da Lei nº 2.412, de 1 de fevereiro de 1955.

Lei nº 3.354 — de 20 de dezembro de 1957.

PENSÕES

Concede a pensão especial de Cr\$ 5.000,00 mensais ao advogado Wenceslau Barcelos.

Lei nº 3.224 — de 27 de novembro de 1957.

— *Concede a pensão especial de .. Cr\$ 3.000,00 mensais a Stela de Oliveira Cruis, filha solteira de Dr. Luiz Cruis.*

Lei nº 3.307 — de 11 de novembro de 1957.

— *Concede a pensão especial de Cr\$ 5.676,70 mensais a Luiza Hollanda de Oliveira, viúva de Francisco Cypriano de Oliveira, herói da revolução acreana.*

Lei nº 3.309 — de 11 de novembro de 1957.

PENSÕES

— *Concede a pensão especial de Cr\$ 3.000,00 mensais a Aldina Cordeiro Côrtes, viúva do jornalista e historiador José Saboia Côrtes.*

Lei nº 3.316 — de 18 de novembro de 1957.

— *Revigora pelo prazo de dois anos o crédito especial de Cr\$ 150.000.000,00, autorizado pela Lei nº 2.326, de 20 de setembro de 1954, para ocorrer às despesas com o pagamento das importâncias devidas aos veteranos da Guerra do Paraguai e Campanha do Uruguai, suas viúvas e filhas.*

Lei nº 3.319 — de 18 de novembro de 1957.

— *Concede pensões especiais de ... Cr\$ 3.000,00 mensais a Eva Alves de Góes, viúva de Augusto de Araújo Góes, e a Alpheu Ribeiro Aboim, veterano da Campanha de Canudos.*

Lei nº 3.329 — de 5 de dezembro de 1957.

— *Concede a pensão especial de Cr\$ 5.000,00 mensais a Zima Reis e Silva, viúva do tenor Reis e Silva.*

Lei nº 3.340 — de 14 de dezembro de 1957.

— *Concede a pensão especial de .. Cr\$ 3.000,00 mensais a Carporina Barroso de Araújo Corrêa, viúva do Oficial Aduaneiro da Guardamoria da Alfândega, Ismael Pinto de Araújo Corrêa.*

Lei nº 3.342 — de 14 de dezembro de 1957.

— *Concede a pensão especial de .. Cr\$ 5.000,00 mensais a Eunice Medeiros Cela, viúva do pintor brasileiro Raymundo Brandão Cela.*

Lei nº 3.349 — de 18 de dezembro de 1957.

— *Concede a pensão especial de .. Cr\$ 3.000,00 mensais a Thereza Cardoso, filha maior e solteira do falecido operário de 1.ª classe do Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro, João Theóphilo Cardoso.*

Lei nº 3.355 — de 22 de dezembro de 1957.

PENSÕES

— *Concede a pensão especial de .. Cr\$ 3.000,00 mensais a Delmira de Faria Fonseca, viúva de Benedito Garibaldi da Fonseca, ex-funcionário do Ministério da Viação e Obras Públicas.*

Lei nº 3.366 — de 26 de dezembro de 1957.

— *Concede a pensão especial de Cr\$ 5.000,00 mensais a Amélia de Carvalho Cunha, filha do ex-professor Felisberto de Carvalho.*

Lei nº 3.367 — de 26 de dezembro de 1957.

PETROBRÁS

— **Ver:**

'Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobrás).

PETRÓLEO

Dispõe sobre o abastecimento nacional do petróleo de que trata a Lei nº 2.004, de 3 de outubro de 1953.

Decreto nº 42.483 — de 16 de outubro de 1957.

PETRÓLEO BRASILEIRO S. A. (PETROBRÁS)

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 400.000.000,00 para a construção de uma refinaria de petróleo na cidade de Corumbá, no Estado de Mato Grosso.

Lei nº 3.284 — de 14 de outubro de 1957.

— *Denomina Refinaria Landulpho Alves a Refinaria de Mataripe, no Estado da Bahia.*

Lei nº 3.339 — de 14 de dezembro de 1957.

— *Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação, em favor da Petróleo Brasileiro S.A. — PETROBRÁS, área de terreno necessário às obras da Refinaria do Rio de Janeiro.*

Decreto nº 42.478 — de 15 de outubro de 1957.

PFIZER CORPORATION DO BRASIL

Concede à sociedade anônima Pfizer Corporation do Brasil autorização para continuar a funcionar na República.

Decreto nº 42.373 — de 28 de setembro de 1957.

PIAÇAVA

Aprova novas especificações para classificação e fiscalização da exportação de piaçava.

Decreto nº 42.430 — de 14 de outubro de 1957.

PLANO DO CARVÃO NACIONAL

Prorroga a vigência da Lei nº 1.886, de 11 de junho de 1953, que aprova o Plano do Carvão Nacional, e dispõe sobre sua execução, e dá outras providências.

Lei nº 3.353 — de 23 de dezembro de 1957.

PLANO RODOVIÁRIO NACIONAL

— *Aprova normas especiais para a construção de trechos da rodovia BR-5 do Plano Rodoviário Nacional, no Estado da Bahia.*

Decreto nº 42.424 — de 8 de outubro de 1957.

— *Inclui o trecho Salvador-Feira de Santana da BR-28 na jurisdição da Comissão Especial a que se refere o Decreto nº 42.424, de 8 de outubro de 1957.*

Decreto nº 42.558 — de 4 de novembro de 1957.

— *Aprova Normas Especiais para construção do trecho rodoviário Rio-Belo Horizonte-Brasília, entre Belo Horizonte e Brasília.*

Decreto nº 42.637 — de 14 de novembro de 1957.

PLANTAS OLEAGINOSAS, CEROSAS E RESINOSAS

Dispõe sobre a aplicação dos créditos destinados à cultura e à experimentação agrícolas de plantas oleaginosas, cerosas e resinosas no Ministério da Agricultura.

Decreto nº 42.655 — de 18 de novembro de 1957.

PLATINA

Retifica o art. 1º do Decreto número 41.975, de 3 de agosto de 1957.

Decreto nº 42.872 — de 19 de dezembro e 1957.

PODER JUDICIÁRIO

Estende a jurisdição das Juntas de Conciliação e Julgamento do Distrito Federal aos Municípios de Duque de Caxias, São João do Meriti, Nilópolis, e Nova Iguaçu, no Estado do Rio de Janeiro.

Lei nº 3.292 — de 23 de outubro de 1957.

— Cria cargos no Quadro do Pessoal da Justiça do Trabalho da 8.ª Região e dá outras providências.

Lei nº 3.800 — de 30 de outubro de 1957.

— Abre ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Tribunal Regional do Trabalho da 8.ª Região — o crédito especial de Cr\$ 48.000,00 para atender ao pagamento dos aluguéis de imóvel, nos exercícios de 1955 e 1956.

Lei nº 3.318 — de 18 de novembro de 1957.

— Abre ao Poder Judiciário — Justiça Militar, Superior Tribunal Militar, o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00, para atender às despesas com as solenidades comemorativas do sesquicentenário de criação daquele Tribunal.

Lei nº 3.331 — de 5 de dezembro de 1957.

— Dispõe sobre o quadro dos servidores auxiliares do Tribunal de Contas da União e dá outras providências.

Lei nº 3.334 — de 10 de dezembro de 1957.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Supremo Tribunal Federal, o crédito especial de Cr\$ 93.000,00 para atender ao pagamento de diferença de gratificação adicional e abono de emergência a funcionários a Secretaria daquele Tribunal.

Lei nº 3.335 — de 10 de dezembro de 1957.

PODER JUDICIÁRIO

— Cria cargos no Quadro do Pessoal da Justiça do Trabalho da 2.ª Região, e dá outras providências.

Lei nº 3.343 — de 14 de dezembro de 1957.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Distrito Federal — Tribunal de Justiça, o crédito especial de Cr\$ 2.500.000,00, para atender a despesas com o pagamento de substituições de magistrados e funcionários de sua secretaria.

Lei nº 3.360 — de 26 de dezembro de 1957.

— Abre ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Tribunal Regional do Trabalho da 6.ª Região — o crédito especial de Cr\$ 600.000,00, para execução da Lei nº 3.214, de 19 de julho de 1957.

Decreto nº 42.730 — de 3 de dezembro de 1957.

— Abre, ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — Tribunal Regional Eleitoral de Goiás, o crédito especial de Cr\$ 138.912,60, para o fim que especifica.

Decreto nº 42.747 — de 4 de dezembro de 1957.

— Abre ao Poder Judiciário — Tribunal Federal de Recursos — o crédito suplementar de Cr\$ 283.000.000,00 para pagamento decorrente de Sentenças Judiciais.

Decreto nº 42.816 — de 14 de dezembro de 1957.

POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL

Aprova a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro ao contrato celebrado entre a Polícia Militar do Distrito Federal e a I. B. M. World Trade Corporation.

Decreto Legislativo nº 40, de 1957.

— Cria na Polícia Militar do Distrito Federal o Quadro de Subtenentes, aumenta o efetivo do de motoristas e dá outras providências.

Lei nº 3.283 — de 14 de outubro de 1957.

POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL

— Altera o Regulamento Geral da Polícia Militar do Distrito Federal, aprovado pelo Decreto n.º 41.095, de 7 de março de 1957.

Decreto n.º 42.513 — de 26 de outubro de 1957.

— *Dá nova redação ao § 7.º do artigo 68 e art. 194 do Regulamento Geral aprovado pelo Decreto número 41.095, de 7 de março de 1957.*

Decreto n.º 42.515 — de 26 de outubro de 1957.

— *Dá a denominação de "Batalhão de Guardas da Polícia Militar do Distrito Federal" ao atual 4.º Batalhão da Infantaria da mesma Corporação.*

Decreto n.º 42.642 — de 14 de novembro de 1957.

— *Aprova o Estandarte do Batalhão de Guardas da Polícia Militar do Distrito Federal.*

Decreto n.º 42.643 — de 14 de novembro de 1957.

— *Regulamenta a Lei n.º 3.283, de 14 de outubro de 1957, que criou o Quadro de Subtenentes da Polícia Militar do Distrito Federal e aumentou o efetivo de motoristas da mesma Corporação.*

Decreto n.º 42.744 — de 4 de dezembro de 1957.

— *Modifica os Regulamentos Geral e da Ajudância-Geral da Polícia Militar do Distrito Federal aprovados pelos Decretos ns. 41.095 e 41.720, respectivamente, de 7 de março de 1957 e de 25 de junho de 1957.*

Decreto n.º 42.745 — de 4 de dezembro de 1957.

POLICLÍNICA GERAL DO RIO DE JANEIRO

Abre ao Ministério da Saúde o crédito especial de Cr\$ 1.500.000,00 para atender ao pagamento do auxílio anual, concedido pela Lei n.º 2.119, de 27 de novembro de 1953 — no exercício de 1954 — à Policlínica Geral do Rio de Janeiro.

POLÍGONO DAS SECAS

Autoriza o Poder Executivo a efetuar empréstimos para construção de pequenos açudes na área do Polígono das Secas, e revoga as Leis ns. 614, de 2 de fevereiro de 1949, e 1.255, de 4 de dezembro de 1950.

Lei n.º 3.312 — de 11 de novembro de 1957.

— *Autoriza a intensificação do serviço de perfuração de poços profundos e artesianos, bem como de grandes obras de açudagem no Polígono das Secas.*

Decreto n.º 42.638 — de 14 de novembro de 1957.

PORTOS

Determina a construção da primeira etapa do porto de alto calado da baía de Marau, no local denominado Campinho, no Estado da Bahia.

Lei n.º 3.286 — de 19 de outubro de 1957.

— *Prorroga o prazo para a execução das obras do porto de São Francisco do Sul, no Estado de Santa Catarina.*

Decreto n.º 42.726 — de 2 de dezembro de 1957.

POSTOS AGROPECUARIOS

Dispõe sobre a administração dos Postos Agropecuários.

Lei n.º 3.281 — de 7 de outubro de 1957.

PREFEITURAS

Concede o auxílio de Cr\$ 3.000.000,00 pela realização das festas comemorativas do I Centenário da elevação de Rio Claro, no Estado de São Paulo, à categoria de cidade.

Lei n.º 3.277 — de 7 de outubro de 1957.

— *Concede à Prefeitura Municipal de Passo Fundo, no Estado do Rio Grande do Sul, o auxílio de Cr\$ 5.000.000,00 para realização da VII Festa Nacional do Trigo e da Exposição Agro-Pecuária e Industrial.*

Lei n.º 3.294 — de 29 de outubro de 1957.

PREFEITURAS

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 500.000,00 à Prefeitura Municipal de Lapa, no Estado do Paraná.*

Lei n.º 3.361 — de 26 de dezembro de 1957.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00 para atender às despesas com a comemoração do 1º centenário da elevação de Marquês de Valença, no Estado do Rio de Janeiro, à categoria de cidade.*

Lei n.º 3.362 — de 26 de dezembro de 1957.

— *Concede o auxílio de Cr\$ 5.000.000,00 à Prefeitura Municipal de Santa Maria, no Estado do Rio Grande do Sul, para comemoração do centenário da instalação do Município.*

Lei n.º 3.358 — de 22 de dezembro de 1957.

— *Autoriza a cessão gratuita do terreno que menciona, situado no Distrito Federal.*

Decreto n.º 42.383 — de 1 de outubro de 1957.

— *Autoriza a execução de obras de abastecimento de água para a Vila Queimadas, no Município de Campina Grande, Estado da Paraíba.*

Decreto n.º 42.475 — de 10 de outubro de 1957.

— *Abre, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 8.000.000,00, para auxiliar as comemorações dos centenários das cidades de Uberaba, Itaquê e Anápolis, nos Estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Goiás.*

Decreto n.º 42.556 — de 31 de outubro de 1957.

— *Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00, para auxiliar a Prefeitura Municipal de Lorena, no Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 42.831 — de 17 de dezembro de 1957.

PREFEITURAS

— *Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00, para auxiliar a Prefeitura Municipal de São Carlos, no Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 42.832 — de 17 de dezembro de 1957.

PRESÍDIO DO DISTRITO FEDERAL

— *Altera disposições do Regimento do Presídio do Distrito Federal, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.*

Decreto n.º 42.878 — de 20 de dezembro de 1957.

Q

QUARTZITO

— *Autoriza o cidadão brasileiro Juvenino Japequino a pesquisar quartzito, grafita e associados, no município de Ferraz de Vasconcelos, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 42.447 — de 14 de outubro de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Agenor de Campos a lavar quartzito e associados no município de Jundiá, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 42.708 — de 29 de novembro de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Arger a pesquisar quartzito no município de Baependi, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 42.713 — de 29 de novembro de 1957.

— *Autoriza São João del Rei Indústria de Minérios Ltda., a lavar quartzito, areia quartzosa e associados, no município de Tiradentes, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 42.721 — de 29 de novembro de 1957.

QUARTZO

— *Autoriza o cidadão brasileiro Nacty Raydan Coutinho a pesquisar quartzo e associados no município de Santa Maria do Suaçu, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 42.440 — de 14 de outubro de 1957.

QUARTZO

— *Autoriza o cidadão brasileiro Miguel Gonçalves Filho a pesquisar quartzo no município de Cristalândia Estado de Goiás.*

Decreto n.º 42.443 — de 14 de outubro de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Orlando Laurito Prioli a pesquisar feldspato, quartzo e associados no município de Niterói, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n.º 42.452 — de 14 de outubro de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Sebastião Francelino dos Santos a pesquisar calcário, quartzo, talco e associados no município de Canavieiras, Estado da Bahia.*

Decreto n.º 42.463 — de 14 de outubro de 1957.

— *Autoriza Porcelana Schmidt S.A. a lavar feldspato, quartzo e caulim no município de Blumenau, Estado de Santa Catarina.*

Decreto n.º 42.546 — de 30 de outubro de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Carlos de Melo Pires de Oliveira a pesquisar quartzo, talco, amianto, diamantes, minério de ouro e associados, no município de Sêro, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 42.575 — de 7 de novembro de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Joaquim Primo Neto a pesquisar pedras coradas e quartzo no município de Jordânia, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 42.583 — de 7 de novembro de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Gentil Pires Alves a pesquisar quartzo e associados no município de Itamarandiba, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 42.595 — de 7 de novembro de 1957.

— *Autoriza Porcelana Schmidt S.A. a lavar quartzo, caulim e associados no município de Rodeio, Estado de Santa Catarina.*

Decreto n.º 42.611 — de 7 de novembro de 1957.

QUARTZO

— *Autoriza o cidadão brasileiro Osório de Castro Alves a pesquisar quartzo e associados, no município de Carai, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 42.619 — de 7 de novembro de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Rudolf Ziemer a pesquisar quartzo e associados, no município de Teófilo Otoni, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 42.773 — de 9 de dezembro de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Rudolf Ziemer a pesquisar quartzo e associados no município de Teófilo Otoni, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 42.776 — de 9 de dezembro de 1957.

— *Revoga o Decreto n.º 37.750, de 17 de agosto de 1955.*

Decreto n.º 42.853 — de 19 de dezembro de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Macário Alves dos Santos a pesquisar quartzo e associados no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 42.859 — de 19 de dezembro de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Vieira dos Santos a pesquisar quartzo e pedras coradas no município de Ataléia, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 42.860 — de 19 de dezembro de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Perino Ferreira Monteiro a pesquisar quartzo, mica e associados, no município de São Sebastião do Maranhão, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 42.871 — de 19 de dezembro de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Francisco Pinheiro da Costa a pesquisar quartzo e associados no município de Malacacheta, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 42.900 — de 27 de dezembro de 1957.

QUARTZO SERICITICO

Autoriza o cidadão brasileiro Luiz Thimotti a pesquisar quartzo sericítico no município de Baependi, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 42.782 — de 9 de dezembro de 1957.

R

RÁDIODIFUSÃO

— Outorga de concessão — Ver:

O nome do Concessionário.

RADIO E JORNAIS DO CEARÁ S.A.

Outorga concessão à Rádio e Jornais do Ceará, S.A. para instalar uma estação radiodifusora.

Decreto n.º 41.798 — de 8 de julho de 1957.

RADIO ELBORADO S. A.

Outorga concessão à Rádio Eldorado S.A. para instalar uma estação radiodifusora de ondas médias na cidade de São Paulo, Estado do mesmo nome.

Decreto n.º 42.944 — de 30 de dezembro de 1957.

RADIO GLOBO S. A.

Outorga concessão à Rádio Globo, Sociedade Anônima para estabelecer uma estação de radiotelevisão nesta Capital.

Decreto n.º 42.940 — de 30 de dezembro de 1957.

RADIO SOCIEDADE ANÔNIMA MAYRINK VEIGA

Outorga concessão à Rádio Sociedade Anônima Mayrink Veiga para estabelecer uma estação de radiotelevisão nesta Capital.

Decreto n.º 42.941 — de 30 de dezembro de 1957.

RADIOTELEVISÃO

Declara a caducidade dos Decretos ns. 29.254, de 30 de janeiro de 1951, 30.814, de 5 de maio de 1952, 30.832, de 10 de maio de 1952, 30.946, de 5 de julho de 1952 e 31.198, de 28 de julho de 1952, que outorgaram concessões para o estabelecimento de estações de radiotelevisão, nesta Capital.

Decreto n.º 42.939 — de 30 de dezembro de 1957.

RECEBEDORIA DO DISTRITO FEDERAL

Dispõe sobre o funcionamento de Agências da Recebedoria do Distrito Federal e dá outras providências.

Decreto n.º 42.486 — de 17 de outubro de 1957.

— *Prorroga o prazo estabelecido no art. 2.º do Decreto n.º 42.486, de 17 de outubro de 1957, e dá outras providências.*

Decreto n.º 42.876 — de 19 de dezembro de 1957.

RECIFE - COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS GERAIS

Concede à "Recife" — Companhia Nacional de Seguros Gerais, autorização para funcionar e aprova os seus Estatutos.

Decreto n.º 42.699 — de 27 de novembro de 1957.

REDE FERROVIÁRIA FEDERAL S. A.

Autoriza a Estrada de Ferro Santos a Jundiaí ou Rede Ferroviária Nacional a subscrever capital social da Companhia Siderúrgica Paulista — (COSIPA) e dá outras providências.

Lei n.º 3.363 — de 26 de dezembro de 1957.

— *Regulamenta dispositivos da Lei n.º 3.115, de 16 de março de 1957.*

(Publicado no Diário Oficial — Seção I — de 30 de setembro de 1957).

Decreto n.º 42.380 — de 30 de setembro de 1957.

REDE FERROVIÁRIA FEDERAL S. A.

— *Aprova os estatutos e atos constitutivos da Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima.*

Decreto n.º 42.381 — de 30 de setembro de 1957.

— *Autoriza o Ministro da Viação e Obras Públicas a assinar em nome da União Federal, como interveniente, e para os fins que especifica, contratos de financiamento a serem firmados entre o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e a Rede Ferroviária Federal S.A., para obras e melhoramentos ferroviários e das outras providências.*

Decreto n.º 42.552 — de 30 de outubro de 1957.

— *Autoriza o Ministro da Viação e Obras Públicas a assinar em nome da União Federal, como interveniente, e para os fins que especifica, contrato de financiamento a ser firmado entre o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e a Rede Ferroviária Federal, S.A., para obras e melhoramentos e das outras providências.*

Decreto n.º 42.629 — de 13 de novembro de 1957.

— *Regulamenta os arts. 27 e 28 da Lei n.º 3.115, de 16 de março de 1957, na parte relativa à isenção tributária concedida à Rede Ferroviária Federal, Sociedade Anônima.*

Decreto n.º 42.636 — de 14 de novembro de 1957.

— *Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 490.000.000,00, para o fim que menciona.*

Decreto n.º 42.731 — de 3 de dezembro de 1957.

REFINAÇÕES DE MILHO BRAZIL

Concede à sociedade anônima Refinações de Milho, Brazil, autorização para continuar a funcionar na República.

Decreto n.º 42.404 — de 3 de outubro de 1957.

REFINARIAS

Denomina Refinaria Landulpho Alves a Refinaria de Mataripe, no Estado da Bahia.

Lei n.º 3.339 — de 14 de dezembro de 1957.

REGIME PENITENCIÁRIO

Dispõe sobre Normas Gerais do Regime Penitenciário, em conformidade do que estatui o art. 5.º, n.º XV, letra "b", da Constituição Federal e amplía as atribuições da Inspeção Geral Penitenciária.

Lei n.º 3.274 — de 2 de outubro de 1957.

REGULAMENTOS

Aprova o Regulamento de Uniformes para os Militares da Aeronáutica (RUMAER).

Decreto n.º 41.660 — de 7 de junho de 1957.

— *Aprova o Regulamento das Operações Imobiliárias da Carteira Hipotecária e Imobiliária do Clube Militar e dá outras providências.*

Decreto n.º 42.382 — de 1 de outubro de 1957.

— *Dá nova redação ao n.º 14 do art. 15 do Decreto n.º 23.198, de 11 de junho de 1947 (R-158 — Regulamento do Serviço de Obras e Fortificações do Exército).*

Decreto n.º 42.392 — de 3 de outubro de 1957.

— *Dá nova redação ao art. 5.º do Regulamento do Quadro de Estado-Maior do Exército aprovado pelo Decreto n.º 38.259, de 26 de novembro de 1955, e dá outras providências.*

Decreto n.º 42.393 — de 3 de outubro de 1957.

— *Altera o Capítulo VII — Título I — Primeira Parte do Regulamento de Uniformes do Pessoal do Exército.*

Decreto n.º 42.394 — de 3 de outubro de 1957.

— *Revoga dispositivo do Regulamento para a Concessão da Medalha "Mérito Tamandaré".*

Decreto n.º 42.397 — de 3 de outubro de 1957.

REGULAMENTOS

— *Revoga o § 2.º do art. 12 do Regulamento aprovado pelo Decreto número 41.561, de 22 de maio de 1957.*

Decreto n.º 42.426 — de 10 de outubro de 1957.

— *Dá nova redação ao art. 6.º do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 23.402, de 25 de julho de 1947.*

Decreto n.º 42.500 — de 24 de outubro de 1957.

— *Altera o Regulamento da Escola Preparatória de Cadetes-do-Ar.*

Decreto n.º 42.503 — de 25 de outubro de 1957.

— *Altera o Regulamento Geral da Polícia Militar do Distrito Federal, aprovado pelo Decreto n.º 41.095, de 7 de março de 1957.*

Decreto n.º 42.513 — de 26 de outubro de 1957.

— *Altera o Regulamento Geral do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, aprovado pelo Decreto n.º 41.096, de 7 de março de 1957.*

Decreto n.º 42.514 — de 26 de outubro de 1957.

— *Dá nova redação ao § 7.º do artigo 68 e art. 194 do Regulamento Geral aprovado pelo Decreto número 41.095, de 7 de março de 1957.*

Decreto n.º 42.515 — de 26 de outubro de 1957.

— *Altera o Regulamento para o Corpo de Oficiais da Reserva do Exército.*

Decreto n.º 42.523 — de 29 de outubro de 1957.

— *Altera dispositivos do Regulamento do Serviço Social Rural.*

Decreto n.º 42.559 — de 4 de novembro de 1957.

— *Altera o Regulamento para os Centros de Instrução de Oficiais para a Reserva da Marinha.*

Decreto n.º 42.561 — de 6 de novembro de 1957.

REGULAMENTOS

— *Modifica o Regulamento do Estado-Maior da Aeronáutica.*

Decreto n.º 42.620 — de 7 de novembro de 1957.

— *Aprova o Regulamento das Secretarias do Ministério Público da União junto à Justiça do Trabalho.*

Decreto n.º 42.623 — de 8 de novembro de 1957.

— *Aprova o Regimento do Comissariado Permanente de Exposições e Feiras e dá outras providências.*

Decreto n.º 42.647 — de 18 de novembro de 1957.

— *Aprova o Regulamento da Seção Brasileira à Exposição Universal e Internacional de Bruxelas e dá outras providências.*

Decreto n.º 42.648 — de 18 de novembro de 1957.

— *Altera o Regulamento baixado pelo Decreto n.º 21.816, de 4 de setembro de 1946.*

Decreto n.º 42.659 — de 18 de novembro de 1957.

— *Aprova o Regulamento para o Centro de Informações da Marinha.*

Decreto n.º 42.688 — de 21 de novembro de 1957.

— *Dá nova redação aos §§ 1.º e 2.º do art. 48 — Capítulo VI — Disposições Transitórias — do Regulamento dos QOA-QOE. Decreto n.º 42.251, de 6 de setembro de 1957.*

Decreto n.º 42.694 — de 25 de novembro de 1957.

— *Altera o Regulamento Provisório de Promoções dos Oficiais da Aeronáutica da Ativa.*

Decreto n.º 42.698 — de 27 de novembro de 1957.

— *Dispensa de exigência do Regulamento de Promoções para Oficiais da Armada.*

Decreto n.º 42.725 — de 30 de novembro de 1957.

REGULAMENTOS

— *Torna insubsistente o Decreto n.º 42.698, de 27 de novembro de 1957.*

Decreto n.º 42.735 — de 3 de dezembro de 1957.

— *Modifica os Regulamentos Geral e da Ajudância-Geral da Polícia Militar do Distrito Federal aprovados pelos Decretos ns. 41.095 e 41.720, respectivamente, de 7 de março de 1957 e de 25 de junho de 1957.*

Decreto n.º 42.745 — de 4 de dezembro de 1957.

— *Altera o Regulamento para a Escola Naval.*

Decreto n.º 42.750 — de 5 de dezembro de 1957.

— *Aprova o Regulamento de Promoções para Oficiais da Marinha.*

Decreto n.º 42.808 — de 13 de dezembro de 1957.

— *Aprova o Regulamento de Preceitos Comuns aos Estabelecimentos do Ensino do Exército (R/126).*

Decreto n.º 42.911 — de 27 de dezembro de 1957.

ROCHAS BETUMINOSAS

Autoriza o cidadão brasileiro Marcello de Miranda Tórres a pesquisar jazidas de rochas betuminosas e pirobetuminosas — classe IX — em terras de domínio privado, situadas no distrito, município e comarca de Pindamonhangaba, Estado de São Paulo.

Decreto n.º 42.217 — de 3 de setembro de 1957.

ROCHAS PIROBETUMINOSAS

Autoriza o cidadão brasileiro Marcello de Miranda Tórres a pesquisar jazidas de rochas betuminosas e pirobetuminosas — classe IX — em terras de domínio privado, situadas no distrito, município e comarca de Pindamonhangaba, Estado de São Paulo.

Decreto n.º 42.217 — de 3 de setembro de 1957.

S

SELOS POSTAIS

Autoriza a emissão de selos postais comemorativos do I centenário de nascimento do escritor e jornalista José Veríssimo Dias de Matos.

Lei n.º 3.308 — de 11 de novembro de 1957.

— *promove a emissão de selos comemorativos.*

Lei n.º 3.311 — de 11 de novembro de 1957.

— *Altera o limite estipulado no artigo 1.º, "in fine", da Lei n.º 2.181, de 5 de fevereiro de 1954, e dá outras providências.*

Lei n.º 3.328 — de 5 de dezembro de 1957.

SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA
A MENORES

Aprova o Regulamento do Serviço de Assistência a Menores.

Decreto n.º 42.510 — de 26 de outubro de 1957.

— *Dispõe sem aumento de despesa, sobre funções gratificadas do Serviço de Assistência a Menores do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.*

Decreto n.º 42.511 — de 26 de outubro de 1957.

SERVIÇO DE BIOMETRIA
MÉDICA

Dispõe sobre os exames de sanidade e capacidade física dos servidores do Ministério da Saúde.

Decreto n.º 42.796 — de 12 de dezembro de 1957.

SERVIÇO MARÍTIMO SUL
BRASIL LTDA.

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, as cotas da Sociedade Serviço Marítimo Sul Brasil, Ltda., e dá outras providências.

Lei n.º 3.299 — de 30 de outubro de 1957.

SERVIÇO MILITAR

Concede amparo do Estado aos conscritos (recrutas) acidentados, ou invalidados no interior dos estabelecimentos militares ou durante o deslocamento a que estejam sujeitos por força de convocação para prestação do serviço militar.

Lei n.º 3.282 — de 10 de outubro de 1957.

SERVIÇO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

Determina o registro do termo de contanto celebrado entre o Serviço do Patrimônio da União e Iedda Barbosa dos Santos.

Decreto Legislativo n.º 41, de 1957.

SERVIÇO SOCIAL RURAL

Altera dispositivos do Regulamento do Serviço Social Rural.

Decreto n.º 42.559 — de 4 de novembro de 1957.

SERVIÇOS TELEFÔNICOS

Atribui à Secretaria Geral do Conselho do Desenvolvimento providências sobre os trabalhos da Comissão criada pelo Decreto n.º 41.800, de 9 de julho de 1957.

Decreto n.º 42.428 — de 12 de outubro de 1957.

SERVIDORES PÚBLICOS

Assegura aos servidores do Departamento Federal de Segurança Pública, com exercício de atividade estritamente policial, prisão especial, aposentadoria aos 25 anos de serviço e promoção "post-mortem".

Lei n.º 3.313 — de 14 de novembro de 1957.

-- *Altera a redação do art. 1.º da Lei n.º 3.076, de 22 de dezembro de 1956, que define a aplicação do artigo 9.º da Lei n.º 1.765, de 18 de dezembro de 1950, e do art. 4.º da Lei n.º 2.412, de 1 de fevereiro de 1955.*

Lei n.º 3.354 — de 20 de dezembro de 1957.

-- *Altera o Decreto n.º 85.447, de 30 de abril de 1954.*

Decreto n.º 42.473 — de 15 de outubro de 1957.

SERVIDORES PÚBLICOS (EM REGIME DE ACÓRDO)

Estabelece norma para pagamento aos servidores dos "acórdos" equiparados aos extranumerários da União.

Lei n.º 3.365 — de 26 de dezembro de 1957.

SOCIEDADE ANÔNIMA BETH-STEEL DO BRASIL, S. A.

Concede à Sociedade Anônima Bethsteel do Brasil S.A. autorização para funcionar na República.

Decreto n.º 42.468 — de 14 de outubro de 1957.

SOCIEDADE ANÔNIMA THE COCA-COLA EXPORT CORPORATION

Concede à Sociedade Anônima The Coca-Cola Export Corporation, autorização para continuar a funcionar na República.

Decreto n.º 42.798 — de 12 de dezembro de 1957.

SOCIEDADE ORDEM SERVOS DE MARIA

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00 para auxiliar a Sociedade Ordem Servos de Maria — Província do Brasil, na conclusão de suas obras de assistência e educação no Território do Acre e nos Estados de Santa Catarina e São Paulo.

Lei n.º 3.279 — de 7 de outubro de 1957.

SOCIEDADE RÁDIO EMISSORA CONTINENTAL LIMITADA

Outorga concessão à Sociedade Rádio Emissora Continental Limitada para estabelecer uma estação de radiotelevisão nesta Capital.

Decreto n.º 42.942 — de 30 de dezembro de 1957.

SUPERINTENDÊNCIA DAS EMPRESAS INCORPORADAS AO PATRIMÔNIO NACIONAL

— Ver:

EMPRESAS INCORPORADAS

SUPERINTENDÊNCIA DO PLANO DE VALORIZAÇÃO DA AMAZÔNIA

— Ver:

Amazônia.

T

TABELAS

— Ver:

O nome do Ministério ou órgão a que pertencem.

TALCO

Autoriza o cidadão brasileiro Sebastião Francelino dos Santos a pesquisar calcário, quartzo, talco e associados no município de Canavieiras, Estado da Bahia.

Decreto n.º 42.463 — de 14 de outubro de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Carlos de Melo Pires de Oliveira a pesquisar quartzo, talco, amianto, diamante, minério de ouro e associados, no município de Serro, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 42.575 — de 7 de novembro de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Manoel da Silva Franco a lavar talco e associados no município de Ponta Grossa, Estado do Paraná.*

Decreto n.º 42.854 — de 19 de dezembro de 1957.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Pedro Heitor Dante Violani a lavar talco no município de Bocaiuva do Sul, Estado do Paraná.*

Decreto n.º 42.865 — de 19 de dezembro de 1957.

TANTALITA

Autoriza a Mineração Nacional Mina, S.A. a pesquisar cassiterita, tantalita e associados no Município de São Tiago, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 42.908 — de 27 de dezembro de 1957.

TARIFAS

Abre ao Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 300.000.000,00, para o fim que especifica.

Decreto n.º 42.490 — de 22 de outubro de 1957.

— *Regulamenta a execução do disposto nas Leis ns. 1.807, de 7 de janeiro de 1953, 2.145, de 29 de dezembro de 1953, e 3.244, de 14 de agosto de 1957, relativamente às operações de câmbio e ao intercâmbio comercial com o exterior, e dá outras providências.*

Decreto n.º 42.320 — de 16 de dezembro de 1957.

TELEFONES

— Ver:

Serviços Telefônicos.

TERRENOS DE MARINHA

Autoriza estrangeiro a adquirir, em transferência de aforamento, o domínio útil da fração ideal do terreno de marinha, que menciona, situado no Distrito Federal.

Decreto n.º 41.222 — de 27 de março de 1957.

— *Autoriza estrangeiros a adquirirem o direito de preferência ao aforamento de terreno de acrescido de marinha que menciona, no Distrito Federal.*

Decreto n.º 41.239 — de 3 de abril de 1957.

— *Autoriza estrangeira a adquirir, em transferência de aforamento, o domínio útil da fração ideal do terreno de marinha que menciona, no Distrito Federal.*

Decreto n.º 42.035 — de 13 de agosto de 1957.

— *Autoriza estrangeiro a adquirir, em regularização de aforamento, o domínio útil do terreno de acrescido de marinha que menciona, no Distrito Federal.*

Decreto n.º 42.391 — de 1 de outubro de 1957.

TERRENOS DE MARINHA

— *Autoriza estrangeiro a adquirir, em transferência de aforamento, o domínio útil da fração ideal do terreno de marinha que menciona, no Distrito Federal.*

Decreto n.º 42.506 — de 25 de outubro de 1957.

— *Autoriza pessoa jurídica estrangeira a adquirir, em transferência de aforamento, o domínio útil dos terrenos de marinha e acrescidos que menciona, no Distrito Federal.*

Decreto n.º 42.685 — de 21 de novembro de 1957.

— *Autoriza estrangeiro a adquirir, em transferência de aforamento, fração ideal do domínio útil dos terrenos de marinha que menciona, no Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n.º 42.760 — de 7 de dezembro de 1957.

TERRITÓRIO FEDERAL DO ACRE

Aprova a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro ao contrato celebrado entre o Governo do Território Federal do Acre e Arlindo Barros de Sá.

Decreto Legislativo n.º 31, de 1957.

THE MOTOR UNION INSURANCE COMPANY LIMITED

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento do capital de responsabilidade da The Motor Union Insurance Company Limited.

Decreto n.º 42.374 — de 28 de setembro de 1957.

TITÂNIO

Autoriza a Sociedade São Paulo de Mineração Limitada a pesquisar minérios de níquel, titânio, cromo, ferro e associados no município de Jacupiranga, Estado de São Paulo.

Decreto n.º 42.451 — de 14 de outubro de 1957.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

— Ver:

PODER JUDICIÁRIO

TRIGO

Aprova o texto do Acôrdão Internacional do Trigo de 1956.

Decreto Legislativo n.º 32, de 1957.

— *Concede à Prefeitura Municipal de Passo Fundo, no Estado do Rio Grande do Sul, o auxílio de Cr\$ 5.000.000,00 para realização da VII Festa Nacional do Trigo e da Exposição Agro-Pecuária e Industrial.*

Lei n.º 3.294 — de 29 de outubro de 1957.

— *Dispõe sobre o escoamento e distribuição do trigo e adota outras providências relacionadas com a defesa da produção nacional.*

Decreto n.º 42.482 — de 16 de outubro de 1957.

U

UNIÃO DE VIAJANTES E REPRESENTANTES COMERCIAIS

Declara de utilidade pública a União de Viajantes e Representantes Comerciais, com sede em Campinas, Estado de São Paulo.

Decreto n.º 42.372 — de 28 de setembro de 1957.

UNIFORMES

— Ver:

Aeronáutica.

EXÉRCITO

MARINHA

UNIVERSIDADES

Cria cargos de Professor Catedrático no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Cultura, e dá outras providências.

Lei n.º 3.298 — de 30 de outubro de 1957.

— *Aprova o Estatuto da Universidade do Pará.*

Decreto n.º 42.427 — de 12 de outubro de 1957.

— *Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação e em caráter de urgência, o imóvel que menciona.*

Decreto n.º 42.646 — de 16 de novembro de 1957.

UNIVERSIDADES

— *Aprova os Estatutos da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.*

Decreto n.º 42.670 — de 20 de novembro de 1957.

— *Dispõe sobre desapropriação de terrenos.*

Decreto n.º 42.810 — de 13 de dezembro de 1957.

— *Cria funções na Tabela Única de Extranumerário-mensalista da Universidade da Bahia, e dá outras providências.*

Decreto n.º 42.815 — de 14 de dezembro de 1957.

V

VENDA DE SÊLOS POSTAIS

— Ver:

Sêlos Postais.

VERA CRUZ - COMPANHIA BRASILEIRA DE SEGUROS

Aprova alterações introduzidas nos estatutos, inclusive aumento do capital social da Vera Cruz — Companhia Brasileira de Seguros.

Decreto n.º 42.653 — de 18 de novembro de 1957.

VISTO CONSULAR (FATURAS COMERCIAIS)

Dispõe sobre o visto consular nas faturas comerciais e dá outras providências.

Decreto n.º 42.916 — de 30 de dezembro de 1957.

W

W. M. JACKSON, INC.

Concede à sociedade anônima W. M. Jackson, Inc. autorização para continuar a funcionar no Brasil.

Decreto n.º 42.899 — de 27 de dezembro de 1957.

Z

ZINCO

Autoriza a Companhia Niquel Tocantins a lavar minérios de zinco, chumbo, cobre e associados no Município de Vazante, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 42.586 — de 7 de novembro de 1957.

ZINCO

— *Autoriza a Companhia Niquel Tocantins a lavar minérios de zinco, chumbo, cobre e associados no Município de Vazante, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 42.587 — de 7 de novembro de 1957.

— *Autoriza a Companhia Niquel Tocantins a lavar minérios de zinco, chumbo, cobre e associados no Município de Vazante, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 42.590 — de 7 de novembro de 1957.

— *Autoriza a Companhia Niquel Tocantins a lavar minérios de zinco, chumbo, cobre e associados no Município de Vazante, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 42.604 — de 7 de novembro de 1957.

— *Autoriza a Companhia Niquel Tocantins a lavar minérios de zinco, chumbo, cobre e associados no Município de Vazante, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 42.610 — de 7 de novembro de 1957.

— *Declara caduco o Decreto número 30.615, de 7 de março de 1952.*

Decreto n.º 42.618 — de 7 de novembro de 1957.

ZIRCÔNIO

Autoriza o cidadão brasileiro Francisco Nery a pesquisar bauxita, zircônio e associados no município de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 42.416 — de 7 de outubro de 1957.

ZIRCONITA

Autoriza o cidadão brasileiro Mitchell Muci a pesquisar monazita, ilmenita, zirconita e associados no município de Porto Seguro, Estado da Bahia.

Decreto n.º 42.591 — de 7 de novembro de 1957.